

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE DO MINHO

Rosa Cabecinhas

# Racismo e Etnicidade em Portugal

Uma análise psicossociológica da  
homogeneização das minorias

Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação

Sob a orientação de:

Professora Lúgia Amâncio

Professor Aníbal Alves

Professor Fabio Lorenzi-Cioldi

BRAGA  
2002



Para Arlete Pais, minha professora da Telescola,  
Por me ter oferecido o meu primeiro livro.



## **AGRADECIMENTOS**

Este não foi um percurso solitário. Ao longo da caminhada que me conduziu a esta dissertação pude contar com a ajuda de numerosas pessoas e de algumas instituições. Na impossibilidade de mencionar todas elas, expresso aqui o meu agradecimento àquelas que mais marcaram este percurso.

A realização deste trabalho foi possível graças a duas ajudas institucionais decisivas. O Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho concedeu-me três anos de equiparação a bolseira e permitiu-me usufruir de um espaço próprio para a realização das minhas experiências. Ao longo deste percurso pude contar com o apoio inestimável do Departamento de Ciências da Comunicação.

A Fundação Calouste Gulbenkian concedeu-me uma bolsa de estudos que permitiu a minha estadia na Universidade de Genebra durante um período de dois anos, e apoiou, por diversas vezes, a minha participação em congressos internacionais. Para além deste apoio mais próximo, não posso deixar de mencionar um apoio mais distante, mas de grande relevância para mim: a Biblioteca Itinerante de Fundação Calouste Gulbenkian, que visitava a minha aldeia uma vez por mês, encheu de sonhos a minha adolescência e despertou o meu interesse pela ciência.

A Lígia Amâncio acompanha o meu trabalho há uma década. Tendo sido minha professora e minha orientadora da dissertação de mestrado, aceitou ser de novo minha orientadora no projecto de doutoramento. As minhas palavras nunca poderão expressar o quanto lhe devo: a clareza de raciocínio que tantas vezes me faltou foi colmatada pela sua viva inteligência e sabedoria. O seu constante entusiasmo e o seu encorajamento ajudaram-me a resistir nos momentos mais difíceis. A sua competência científica, disponibilidade e capacidade de diálogo foram de um valor inestimável para a concretização deste projecto.

Devo a Aníbal Alves, meu orientador interno, o respeito pelo meu tema de investigação, o acompanhamento do meu trabalho, o constante encorajamento na

concretização deste projecto e a criação das condições que o tornaram possível. Obrigada também pela amizade demonstrada e a capacidade de olhar em frente.

Ao Fabio Lorenzi-Cioldi, meu co-orientador, agradeço os comentários críticos e as sugestões que muito me ajudaram a melhorar este trabalho. Não posso também deixar de referir o apoio, encorajamento e as sugestões que recebi da parte de outros professores e colegas da Universidade de Genebra: Willem Doise, Gabriel Mugny, Anne-Claude Dafflon, Christian Staerke, Thalia Magioglou e Agatta Dragulescu.

Agradeço aos 1871 estudantes que participaram voluntariamente nesta investigação e também aos colegas que disponibilizaram parte das suas aulas para a realização dos diversos estudos: Alberto Sá, Alexandra Lázaro, Alice Matos, Ana Paula Marques, Emília Fernandes, João Paulo André, Joel Felizes, Luís Cunha, Luísa Magalhães, Manuel Afonso, Manuel Caldeira Cabral, Manuela Palmeirim, Paulo Nossa, Paulo Xavier, Sandra Marinho, Silvana Mota Ribeiro e Teresa Mora.

Um agradecimento muito especial vai para os colegas que me ajudaram na recolha de dados em outros locais do país: Jaime Ramos e Osvaldo Régua em Bragança; Ana Paula Simões e Carolina Leite no Porto; Albino Lopes, Joana Pereira Leite e Isabel Correia em Lisboa; Carlos Brígida em Évora; Guilhermina Carvalheira e Manuela Neto em Faro.

Agradeço à Associação de Estudantes Angolanos em Portugal, e muito em particular a Eugénio Silva, Amélia Mutango, Carlos Gando, Ruben Silva e Viegas Bernardo a sua colaboração no ‘recrutamento’ dos estudantes angolanos que participaram nos diversos estudos. Agradeço a Adriano Bondo a sua colaboração na recolha das fotografias utilizadas num dos estudos experimentais.

Em termos técnicos e informáticos agradeço o aconselhamento e apoio da parte de José Carlos Palmeirim e José Manuel Machado. A Ana Margarida Dias fez uma revisão paciente da minha lista de referências bibliográficas, a Virgínia Santos verificou todas as citações e o Alberto Sá formatou este volumoso texto.

Ao longo destes anos pude receber ensinamentos e trocar ideias com alguns professores e colegas que se disponibilizaram para discutir comigo os seus dados e os meus: Jorge Vala, Isabel Correia, Rodrigo Brito, Diniz Lopes, Marcus Lima, Abílio Oliveira, Joana Miranda, Manuela Ivone Cunha, Manuel Carlos Silva, Luís Cunha e Silvana Mota Ribeiro.

Aos meus pais e à minha irmã agradeço terem permanecido sempre do meu lado, apesar das minhas tão prolongadas ausências. Ao Pedro e à Teresa agradeço terem-me recebido tantas vezes em Lisboa, sempre com a maior disponibilidade e carinho. Ao longo deste trajecto pude contar com a colaboração, o apoio e o constante encorajamento dos meus queridos amigos Anabela, Christel, Guida, Luís, Manuela, Paulo e Rui. Muito obrigada a todos.

## ÍNDICE GERAL

RESUMO .....	23
ABSTRACT .....	24
 <b>INTRODUÇÃO GERAL .....</b>	 <b>25</b>
 <b>PARTE I: PROBLEMÁTICA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	 <b>35</b>
 <b>CAPÍTULO 1 - RACISMO, RACIALIZAÇÃO E ETNICIZAÇÃO DAS MINORIAS .....</b>	 <b>37</b>
1.1 Introdução .....	38
1.2 Racismo e etnocentrismo: a actualidade de uma velha questão .....	40
1.3 Contexto histórico-político, Ciência e Racismo .....	51
1.3.1 O racismo na ciência e no senso comum .....	51
1.3.2 As normas da igualdade e os novos racismos .....	58
1.4 O contexto português .....	73
1.4.1 Colonialismo, identidade nacional e representações do ‘negro’ .....	73
1.4.2 Descolonização, Imigração e os Novos Racismos .....	99
1.5. Desminar um terreno repleto de ambiguidades .....	115
 <b>CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES INTERGRUPAIS, IDENTIDADE SOCIAL E             DIFERENCIAÇÃO SIMBÓLICA .....</b>	 <b>125</b>
2.1 Introdução .....	126
2.2 Relações intergrupais, identidade social e discriminação social .....	128
2.3 Categorização social, Identidade social e identidade pessoal .....	138
2.3.1. Identidade social e comparação social .....	143
2.3.2. Identidade social e auto-categorização .....	157
2.4 Representações sociais, identidade social, e dominação simbólica .....	166
2.4.1. Identidade social e diferenciação categorial .....	167
2.4.2 Identidade dominante e identidade dominada .....	170
2.4.3. Identidade social e representação de ‘pessoa’ .....	180
 <b>CAPÍTULO 3 - PROCESSOS COGNITIVOS, ESTEREÓTIPOS SOCIAIS E             PERCEPÇÃO DA VARIABILIDADE GRUPAL .....</b>	 <b>187</b>
3.1 Introdução .....	188
3.2 Processos cognitivos e realidade social .....	192



3.3 Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais .....	201
3.4 Processos cognitivos, identidade social e percepção da variabilidade grupal .....	217
3.5 Questões metodológicas no estudo da variabilidade grupal percebida .....	244
<b>PARTE II: INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA .....</b>	<b>249</b>
<b>CAPÍTULO 4 - ESTUDOS EXPLORATÓRIOS: CATEGORIZAÇÃO E     DIFERENCIAÇÃO ENTRE GRUPOS ÉTNICOS.....</b>	<b>250</b>
4.1 Introdução .....	251
4.2 Estudo 1 - Crenças sobre grupo étnico e raça .....	253
4.2.1 Objectivos .....	253
4.2.2 Método .....	255
4.2.2.1 Participantes.....	255
4.2.2.2 Procedimento de recolha de dados .....	255
4.2.2.3 Procedimento de análise de dados .....	256
4.2.3 Resultados .....	257
4.2.3.1 Grupo étnico <i>versus</i> raça .....	257
4.2.3.2 Grupos etnicizados e grupos racializados em Portugal .....	260
4.2.3.3 Auto-categorização dos participantes .....	262
4.2.4 Discussão .....	264
4.3 Estudo 2 - Percepção do estatuto social dos diferentes grupos étnicos em Portugal .....	266
4.3.1 Objectivos .....	266
4.3.2 Método .....	268
4.3.2.1 Participantes e desenho .....	268
4.3.2.2 Procedimento de recolha de dados .....	269
4.3.2.3 Procedimento de análise de dados .....	270
4.3.3 Resultados .....	272
4.3.3.1 Estatuto social percebido .....	272
4.3.3.2 Estatuto numérico percebido .....	279
4.3.4 Discussão .....	283
4.4 Estudo 3 - Estereótipos sociais e assimetria simbólica .....	287
4.4.1 Introdução .....	287

4.4.2 Estudo 3a - Conteúdos dos estereótipos .....	290
4.4.2.1 Método .....	291
4.4.2.1.1 Participantes.....	291
4.4.2.1.2 Procedimento de recolha de dados .....	291
4.4.2.1.3 Procedimento de análise de dados .....	292
4.4.2.2 Resultados .....	294
4.4.3 Estudo 3b - Avaliação dos conteúdos .....	304
4.4.3.1 Método .....	306
4.4.3.1.1 Participantes e desenho .....	306
4.4.3.1.2 Procedimento de recolha de dados .....	306
4.4.3.1.3 Instrumentos de medida .....	307
4.4.3.1.4 Procedimento de análise de dados .....	307
4.4.3.2. Resultados .....	309
4.4.4 Estudo 3c - Significados dos conteúdos .....	318
4.4.4.1 Método .....	319
4.4.4.1.1 Participantes e desenho .....	319
4.4.4.1.2 Procedimento de recolha de dados .....	319
4.4.4.1.3 Instrumentos de medida .....	320
4.4.4.1.4 Procedimento de análise de dados .....	320
4.4.4.2 Resultados .....	322
4.4.5 Síntese dos resultados do Estudo 3b e do Estudo 3c .....	329
4.4.6 Discussão dos estudos sobre estereótipos .....	337

<b>CAPÍTULO 5 - ESTUDOS EXPERIMENTAIS : DISCRIMINAÇÃO NO</b>	
<b>    TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>343</b>
5.1 Introdução .....	344
5.2 <i>Estudo 4 – Homogeneização de uma minoria nacional</i> .....	346
5.2.1 Introdução .....	346
5.2.2 Método .....	353
5.2.2.1 Participantes e desenho experimental.....	353
5.2.2.2. Materiais-estímulo .....	355
5.2.2.2.1 Teste dos materiais-estímulo (Estudo piloto).....	355
5.2.2.2.2 Versão definitiva do material-estímulo .....	357
5.2.2.3 Procedimento de recolha de dados .....	361
5.2.2.4 Instrumentos de medida .....	364

5.2.2.4.1 Medidas de controlo dos materiais e do contexto da investigação .....	365
5.2.2.4.2 Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada.....	366
5.2.2.4.3 Medidas indirectas – Tarefa de recordação livre.....	367
5.2.2.4.4 Medidas directas – Tarefas de questionário .....	368
5.2.2.5 Procedimento de análise de dados .....	375
5.2.2.5.1 Controlo dos materiais-estímulo e do contexto da experiência .....	375
5.2.2.5.2 Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada.....	375
5.2.2.5.3 Medidas indirectas – Tarefa de recordação livre.....	376
5.2.2.5.4 Medidas directas – Tarefas de questionário .....	377
5.2.3 Resultados .....	383
5.2.3.1 Controlo dos materiais-estímulo e do contexto da investigação ..	383
5.2.3.1.1 Estatuto social percebido .....	383
5.2.3.1.2 Estatuto numérico percebido .....	383
5.2.3.1.3 Estereotipicalidade e valência dos traços .....	384
5.2.3.2 Tarefa de recordação indiciada .....	384
5.2.3.2.1 Exactidão da recordação .....	385
5.2.3.2.2 Efeito de categorização .....	386
5.2.3.2.3 Efeitos de homogeneidade .....	387
5.2.3.3 Tarefa de recordação livre .....	388
5.2.3.3.1 Quantidade de informação recordada .....	389
5.2.3.3.2 Efeitos de homogeneidade .....	390
5.2.3.4 Tarefas do questionário .....	392
5.2.3.4.1 Efeitos de homogeneidade .....	392
5.2.3.4.2 Efeitos de Favoritismo .....	398
5.2.3.4.3 Relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo .....	400
5.2.3.4.4 Auto-descrição .....	408
5.2.3.4.5 Nível de identificação grupal.....	414
5.2.3.4.6 Nível de contacto .....	419
5.2.4 Discussão .....	426
5.3 Estudo 5 - Homogeneização de uma minoria étnica .....	437
5.3.1 Introdução .....	437

5.3.2 Método .....	441
5.3.2.1 Participantes e desenho experimental.....	441
5.3.2.2 Materiais-estímulo .....	443
5.3.2.3 Procedimento de recolha de dados .....	445
5.3.2.4 Instrumentos de medida .....	447
5.3.2.4.1 Medidas de controlo dos materiais e do contexto da investigação .....	448
5.3.2.4.2 Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada.....	449
5.3.2.4.3 Medidas directas – Tarefas de questionário .....	450
5.3.2.5 Procedimento de análise dos dados .....	455
5.3.2.5.1 Controlo dos materiais-estímulo e do contexto da investigação .....	455
5.3.2.5.2 Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada.....	455
5.3.2.5.3 Medidas directas – Tarefas de questionário .....	456
5.3.3 Resultados.....	461
5.3.3.1 Controlo dos materiais-estímulo e contexto da investigação .....	461
5.3.3.1.1 Estatuto social percebido .....	461
5.3.3.1.2 Estatuto numérico percebido .....	461
5.3.3.1.3 Teste dos materiais-estímulo .....	462
5.3.3.2 Tarefa de recordação indiciada .....	463
5.3.3.2.1 Exactidão da recordação .....	463
5.3.3.2.2 Efeito de categorização .....	464
5.3.3.2.3 Efeitos de homogeneidade .....	466
5.3.3.2.4 Efeitos de homogeneidade e efeitos de favoritismo .....	467
5.3.3.3 Tarefas do questionário .....	470
5.3.3.3.1 Efeitos de homogeneidade .....	470
5.3.3.3.2 Efeitos de favoritismo .....	473
5.3.3.3.3 Auto-descrição .....	475
5.3.3.3.4 Pertença, orgulho e identificação grupais .....	482
5.3.3.3.5 Nível de contacto .....	491
5.3.3.3.6 Racismo subtil .....	495
5.3.3.3.7 Tolerância à diferença.....	499
5.3.4 Discussão .....	503

<b>CAPÍTULO 6 - ESTUDO CORRELACIONAL: RACISMO E VARIABILIDADE</b>	
<b>GRUPAL PERCEBIDA.....</b>	<b>515</b>
6.1 Estudo 6 .....	516
6.1.1 Introdução .....	516
6.1.2 Método .....	519
6.1.2.1 Participantes e desenho .....	519
6.1.2.2 Procedimento .....	520
6.1.2.3 Instrumentos de medida .....	521
6.1.2.4 Procedimento de análise dos dados .....	524
6.1.3 Resultados .....	528
6.1.3.1 Percepções do exogrupo .....	528
6.1.3.2 Contacto com o exogrupo .....	545
6.1.3.3 Pertença, orgulho e identificação grupais .....	550
6.1.3.4 Tolerância à diferença.....	553
6.1.3.5 Preditores da variabilidade percebida do exogrupo .....	555
6.1.4 Discussão .....	560
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>569</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>591</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>701</b>
Índice de anexos .....	703
Índice de tabelas dos anexos .....	705

## ÍNDICE DE TABELAS

### **Tabelas do Estudo 1**

Tabela 1 - Distribuição dos participantes por condição.....	255
Tabela 2 - Frequências relativas dos conteúdos associados a <i>grupo étnico e raça</i> .....	258
Tabela 3 - Frequências relativas das categorias de conteúdos associadas a <i>grupo étnico e raça</i> .....	259
Tabela 4 - Frequências relativas dos sinónimos de <i>grupo étnico e raça</i> .....	260
Tabela 5 - Frequências relativas dos <i>grupos étnicos e raças</i> referidos pelos participantes .....	261
Tabela 6 - Frequências relativas das categorias de <i>grupos étnicos e raças</i> referidos pelos participantes .....	262
Tabela 7 - Frequências relativas das auto-categorizações dos participantes .....	263
Tabela 8 - Frequências relativas dos <i>grupos étnicos e raças</i> referidos nas auto-categorizações dos participantes .....	263

### **Tabelas do Estudo 2**

Tabela 9 - Distribuição dos participantes em função do local de recolha de dados .....	269
Tabela 10 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo em função da categorização nacional ou racial.....	272
Tabela 11 – Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo em função da categorização nacional ou racial.....	280

### **Tabelas do Estudo 3a**

Tabela 12 - Grupo e sexo dos participantes .....	291
Tabela 13 - Indicadores relativos aos seis dicionários.....	294
Tabela 14 - Atributos exclusivos do grupo dos angolanos .....	296
Tabela 15 - Atributos exclusivos do grupo dos portugueses .....	298
Tabela 16 - Atributos comuns ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses ...	300

### **Tabelas do Estudo 3b**

Tabela 17 - Grupo e sexo dos participantes .....	306
Tabela 18 - Traços considerados <i>positivos</i> em função do grupo dos participantes .....	310
Tabela 19 - Traços considerados <i>negativos</i> em função do grupo dos participantes .....	312

Tabela 20 - Traços considerados <i>estereotípicos dos angolanos</i> em função do grupo dos participantes .....	314
--	-----

Tabela 21 - Traços considerados <i>estereotípicos dos portugueses</i> em função do grupo dos participantes .....	316
--	-----

### **Tabelas do Estudo 3c**

Tabela 22 - Grupo e sexo dos participantes .....	319
--	-----

Tabela 23 - Traços considerados <i>qualidades</i> em função do grupo dos participantes...	323
---	-----

Tabela 24 - Traços considerados <i>defeitos</i> em função do grupo dos participantes .....	325
--	-----

Tabela 25 - Traços considerados <i>estereotípicos dos angolanos</i> em função do grupo dos participantes (avaliação interdependente).....	326
---	-----

Tabela 26 - Traços considerados <i>estereotípicos dos portugueses</i> em função do grupo dos participantes (avaliação interdependente).....	328
---	-----

Tabela 27 - Traços considerados <i>positivos</i> em função da opinião pessoal (Estudo 3b) e do referente de adulto (Estudo 3c).....	330
---	-----

Tabela 28 - Traços considerados <i>negativos</i> em função da opinião pessoal (Estudo 3b) e do referente de adulto (Estudo 3c).....	332
---	-----

Tabela 29 - Traços considerados <i>estereotípicos dos angolanos</i> numa escala independente (Estudo 3b) e numa escala interdependente (Estudo 3c).....	333
---	-----

Tabela 30 - Traços considerados <i>estereotípicos dos portugueses</i> numa escala independente (Estudo 3b) e numa escala interdependente (Estudo 3c).....	335
---	-----

### **Tabelas do Estudo 4**

Tabela 31 - Distribuição dos participantes angolanos e portugueses por condição experimental .....	354
--	-----

Tabela 32 - Materiais-estímulo (Versão A) .....	359
---	-----

Tabela 33 - Materiais-estímulo (Versão B) .....	360
---	-----

Tabela 34 - Síntese dos instrumentos de medida .....	365
--	-----

Tabela 35 - Medidas derivadas do questionário e respectivas abreviaturas .....	374
--	-----

Tabela 36 - Médias e desvios-padrão das respostas correctas em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	385
--	-----

Tabela 37 - Médias e desvios-padrão dos erros intragrupais e intergrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	386
--	-----

Tabela 38 - Médias e desvios-padrão dos erros endogrupais e exogrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	388
Tabela 39 - Médias e desvios-padrão do número total de atributos correctamente recordados em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	390
Tabela 40 - Médias dos ARC-scores em função do grupo do participante, do grupo-alvo, e do tipo de organização da informação.....	392
Tabela 41 - Médias e desvios-padrão das medidas PERSC e MEDSC em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	393
Tabela 42 - Médias e desvios-padrão da medida AMPLI em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	395
Tabela 43 - Médias e desvios-padrão da medida VARIA em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	396
Tabela 44 - Médias e desvios-padrão das medidas DISPD e DISVAR em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	397
Tabela 45 - Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	399
Tabela 46 - Médias e desvios-padrão das medidas de variabilidade grupal percebida controlando a valência dos traços. ....	403
Tabela 47 - Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal controlando a estereotipicalidade dos traços. ....	406
Tabela 48 - Médias e desvios-padrão da medida AUTSC.....	409
Tabela 49 - Médias e desvios-padrão da medida AUTPN .....	410
Tabela 50 - Médias e desvios-padrão da medida AUTDA.....	410
Tabela 51 - Médias das medidas de distância da auto-descrição face à tendência central do endogrupo em função da estereotipicalidade e da valência dos traços .....	411
Tabela 52 - Correlações entre as medidas de auto-descrição e as medidas de variabilidade grupal percebida.....	413
Tabela 53 - Médias e desvios-padrão dos níveis de identificação em função do grupo do participante .....	415
Tabela 54 - Médias e desvios-padrão dos níveis de identificação dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal.....	416
Tabela 55 – Médias e desvios-padrão do favoritismo endogrupal em função do nível de identificação exogrupal.....	419



Tabela 56 - Médias e desvios-padrão do nível de familiaridade entre os grupos .....	420
Tabela 57 - Médias e desvios-padrão do número de amigos do endogrupo e do exogrupo .....	421
Tabela 58 - Médias e desvios-padrão respeitantes aos níveis de familiaridade dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal.....	422
Tabela 59 – Médias e desvios-padrão do favoritismo endogrupal em função dos níveis de familiaridade endogrupal e exogrupal.....	425

### **Tabelas do Estudo 5**

Tabela 60 - Distribuição dos participantes angolanos e portugueses por condição experimental .....	442
Tabela 61 - Material-estímulo (Versões A e B).....	444
Tabela 62 - Síntese dos instrumentos de medida .....	448
Tabela 63 - Medidas derivadas do questionário e respectivas abreviaturas .....	454
Tabela 64 - Médias e desvios-padrão das respostas correctas em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	464
Tabela 65 - Médias e desvios-padrão dos erros intragrupais e intergrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	465
Tabela 66 - Médias e desvios-padrão dos erros endogrupais e exogrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	466
Tabela 67 - Médias e desvios-padrão dos erros endogrupais e exogrupais em função da valência dos traços e do grupo do participante .....	469
Tabela 68 - Médias e desvios-padrão das medidas PERSC e MEDSC em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	470
Tabela 69 - Médias e desvios-padrão das medidas de AMPLI, VARIA em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	472
Tabela 70 - Médias e desvios-padrão da medidas SEMEL em função do grupo do participante e do grupo-alvo .....	473
Tabela 71 - Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal .....	474
Tabela 72 - Médias e desvios-padrão da medida AUTSC em função do grupo do participante .....	476
Tabela 73 - Médias e desvios-padrão da medida AUTPN em função do grupo do participante .....	478

Tabela 74 - Médias e desvios-padrão das medidas de auto-descrição em função do grupo do participante .....	478
Tabela 75 - Médias e desvios-padrão das medidas de distância da auto-descrição face à tendência central do endogrupo em função da estereotipicalidade e da valência dos traços .....	479
Tabela 76 - Correlações entre as medidas de variabilidade grupal percebida e as medidas de auto-descrição .....	481
Tabela 77 - Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes à importância da pertença grupal.....	484
Tabela 78 - Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes ao orgulho da pertença grupal.....	486
Tabela 79 - Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes à identificação nacional, supranacional e racial.....	487
Tabela 80 - Médias e desvios-padrão das questões sobre ao nível de contacto .....	492
Tabela 81 - Médias e desvios-padrão do favoritismo endogrupal em função dos níveis de familiaridade endogrupal.....	495
Tabela 82 - Estrutura factorial do <i>racismo subtil</i> .....	496
Tabela 83 - Médias e desvios-padrão das questões sobre negação da expressão de emoções positivas .....	497
Tabela 84 - Médias e desvios-padrão das questões sobre a acentuação das diferenças culturais .....	498
Tabela 85 - Correlações entre as medidas de variabilidade grupal percebida e as outras medidas .....	499
Tabela 86 - Médias e desvios-padrão das questões sobre as amizades intergrupais ....	500
Tabela 87 - Médias e desvios-padrão da questão sobre a incomodidade face a opiniões diferentes .....	501
Tabela 88 - Correlações entre as medidas de variabilidade grupal percebida e as medidas de tolerância à diferença .....	502

## **Tabelas do Estudo 6**

Tabela 89 - Distribuição dos participantes em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados .....	520
Tabela 90 - Síntese dos instrumentos de medida .....	521

Tabela 91 - Percepção da variabilidade do exogrupo em função da respectiva designação.....	529
Tabela 92 - Percepção da semelhança com o exogrupo em função da respectiva designação.....	531
Tabela 93 - Médias da sub-escala negação de emoções positivas em função do grupo-alvo .....	533
Tabela 94- Médias da sub-escala de acentuação das diferenças culturais em função do grupo-alvo .....	535
Tabela 95 - Médias da sub-escala de defesa dos valores tradicionais em função do grupo-alvo .....	536
Tabela 96 - Médias da sub-escala de <i>ameaça e rejeição</i> em função do grupo-alvo ....	538
Tabela 97 - Médias da sub-escala <i>rejeição de intimidade</i> em função do grupo-alvo...	539
Tabela 98 - Médias do <i>racismo subtil</i> e <i>racismo flagrante</i> em função do grupo-alvo .....	541
Tabela 99 - Médias do <i>racismo subtil</i> e do <i>racismo flagrante</i> em função do tipo de categorização do grupo-alvo .....	543
Tabela 100 - Correlações entre o <i>racismo subtil</i> e o <i>racismo flagrante</i> e as restantes variáveis .....	544
Tabela 101 - Médias relativas ao nível de familiaridade em função do grupo-alvo.....	546
Tabela 102 - Médias relativas ao número de pessoas conhecidas pelo nome em função do grupo-alvo .....	547
Tabela 103 - Médias relativas ao número de amigos íntimos em função do grupo-alvo .....	549
Tabela 104 - Médias relativas à importância da pertença nacional e racial em função do sexo do participante .....	550
Tabela 105 - Médias relativas ao orgulho nacional e racial em função do sexo do participante .....	551
Tabela 106 - Médias relativas à identificação nacional e racial em função do sexo do participante .....	552
Tabela 107 - Médias das amizades intergrupais em função do sexo dos participantes.....	553
Tabela 108 - Nível de incomodidade com opiniões diferentes em função do sexo dos participantes .....	554

Tabela 109 - Correlações entre a percepção da variabilidade do exogrupo e as restantes variáveis .....	556
Tabela 110 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (total da amostra) ...	557
Tabela 111 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (excluindo grupo-alvo ‘negros’). .....	558
Tabela 112 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (grupo-alvo ‘angolanos’). .....	559
Tabela 113 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (síntese) .....	559

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização nacional) em função do local de recolha de dados .....	274
Gráfico 2 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização racial) em função do local de recolha de dados .....	274
Gráfico 3 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização nacional) em função do sexo dos participantes .....	275
Gráfico 4 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização racial) em função do sexo dos participantes .....	276
Gráfico 5 - Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo (categorização nacional) em função do sexo do participante .....	281
Gráfico 6 - Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo (categorização racial) em função do sexo do participante .....	282
Gráfico 7 - Percepção da semelhança com o exogrupo em função do local de recolha de dados .....	531
Gráfico 8 - Percepção da semelhança com o exogrupo em função do sexo dos participantes .....	532
Gráfico 9 - <i>Negação de emoções positivas</i> em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados .....	534
Gráfico 10 - <i>Negação de emoções positivas</i> em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes .....	534
Gráfico 11 - <i>Defesa dos valores tradicionais</i> em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes .....	537
Gráfico 12 - <i>Ameaça e rejeição</i> em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados .....	538
Gráfico 13 - <i>Rejeição de intimidade</i> em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados .....	540
Gráfico 14 - <i>Racismo subtil e racismo flagrante</i> em função do sexo dos participantes .....	542
Gráfico 15 - <i>Racismo subtil e racismo flagrante</i> em função do local de recolha de dados .....	542

Gráfico 16 - <i>Número de pessoas conhecidas pelo nome</i> em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados .....	548
Gráfico 17 - <i>Número de pessoas conhecidas pelo nome</i> em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes .....	548

## RESUMO

Nesta investigação empírica analisámos os processos cognitivos subjacentes à discriminação social. No plano teórico, foi enfatizada a insuficiência dos modelos puramente cognitivos na explicação dos enviesamentos que ocorrem na percepção de grupos sociais e salientada a necessidade de ter em consideração o contexto histórico e social. Damos particular relevância ao papel do estatuto social relativo dos grupos e às suas consequências nas estratégias identitárias adoptadas pelos membros desses grupos. No plano metodológico, confrontámos diversos tipos de técnicas de recolha e de tratamento de dados. Foi precisamente o confronto das perspectivas dos diferentes grupos e a comparação dos resultados obtidos através das diversas metodologias que nos permitiu questionar a ‘universalidade’ de determinados enviesamentos cognitivos.

Nos estudos exploratórios averiguámos quais os grupos *raciais* ou *étnicos* mais relevantes na sociedade portuguesa e de que forma estes são percebidos, o que nos permitiu seleccionar um grupo minoritário de origem africana para os estudos seguintes: os angolanos. Os estudos sobre estereótipos demonstraram que a diferenciação entre os portugueses e os angolanos se opera essencialmente ao nível das dimensões subjacentes aos conteúdos associados a cada grupo e do seu significado tendo como referente a imagem ‘universal’ de pessoa adulta.

Os estudos experimentais indicaram que os membros de ambos os grupos estruturam a informação a partir da pertença *racial* ou *étnica* das pessoas-estímulo. Globalmente, as pessoas-estímulo do grupo dominado foram mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo do grupo dominante, independentemente do grupo de pertença dos observadores. O estudo correlacional demonstrou que os portugueses não têm uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos. O nível de discriminação foi mais alto relativamente a cada um dos grupos nacionais africanos do que relativamente aos ‘negros’ em geral e foi mais baixo nas medidas ‘directas’ do que nas medidas ‘indirectas’.

Globalmente, os resultados dos diversos estudos demonstram que o racismo sofreu uma metamorfose nas suas formas de expressão. O racismo actual manifesta-se essencialmente pela negação do reconhecimento da singularidade do outro, ou seja, pelo tratamento dos membros das minorias não como ‘indivíduos’ mas simplesmente como ‘representantes’ de uma categoria homogénea. Este processo manifesta-se num tratamento mais automático da informação relativamente a estes grupos, isto é, mais baseado nos estereótipos sociais. Os membros das minorias tornam-se ‘invisíveis’ enquanto *pessoas*, mas extremamente ‘visíveis’ enquanto *grupo*.

## ABSTRACT

The present research focuses on cognitive processes underlying social discrimination. At the theoretical level, the thesis emphasizes the insufficiency of purely cognitive models for explaining the biases involved in the perception of social groups and highlights the need to account for historical and social contexts. The role of the groups' relative social status and their impact on the identity strategies chosen by the groups' members were the object of special attention. At the methodological level, various types of techniques for data gathering and data analysis were confronted. The comparison of, on the one hand, the perspectives of different groups and, on the other hand, the results achieved by different methodologies raised questions about the 'universal' nature of certain cognitive biases.

In exploratory studies we have identified the most relevant *racial* or *ethnic* groups in the Portuguese society and the ways in which such groups are perceived. This led to the selection of a minority group of African origin – the Angolans – for the subsequent studies. Our studies on stereotypes showed that differentiation between Portuguese and Angolans operates essentially at the level of underlying dimensions of the contents associated to each group and their meaning, having as a referent the 'universal' image of the adult person.

Experimental studies suggested that the members of both groups structured information on the basis of the *racial* or *ethnic* membership of the target-persons. In general, the target-persons of the dominated group were more homogenized than the target-persons of the dominant group, apart from the observers' own group. A correlational study demonstrated that the Portuguese do not have a differential perception of the various national African groups. The level of discrimination was higher regarding each of the national African groups than regarding 'blacks' in general. Such level was lower in 'direct' measures than in 'indirect' measures.

Taken globally, the results of the various studies demonstrate that racism underwent a metamorphosis in its forms of expression. Present-day racism essentially involves refusing to recognize the singularity of the 'Other'. In other words, racism is expressed in the treatment of members of minorities as 'representatives' of a homogeneous category rather than as 'individuals'. This is reflected on a more automatic processing of information relative to those groups, i.e., more stereotype-based. Members of minorities become 'invisible' as *persons*, but extremely 'visible' as a *group*.



# **INTRODUÇÃO GERAL**

Este trabalho insere-se num percurso académico e científico que se iniciou com a dissertação de mestrado, intitulada *Assimetrias na percepção dos outros: para uma abordagem psicossociológica do processamento da informação sobre grupos sociais*. Numa linha de continuidade com a referida dissertação, analisamos o processamento de informação sobre grupos sociais. No trabalho anterior analisámos uma problemática específica - a percepção da variabilidade grupal. Na presente dissertação essa mesma problemática é enquadrada no âmbito mais geral dos fenómenos de discriminação social, racialização e etnicização. Neste sentido, analisamos o processo de homogeneização das minorias não só através do processamento da informação, mas também ao nível das crenças, das atitudes e dos estereótipos.

A escolha deste tema deve-se, por um lado, à sua pertinência no âmbito dos debates teóricos actuais em psicologia social e, por outro, à relevância social desta problemática. Este trabalho insere-se no quadro das mudanças recentes que têm ocorrido na sociedade portuguesa. Tradicionalmente considerado um país de emigração, Portugal tornou-se recentemente também um país de imigração (Machado, 1999), o que contribuiu para uma maior heterogeneidade da população portuguesa. A questão da imigração tem vindo a ganhar grande visibilidade pública, ocupando um lugar de destaque na *agenda* dos meios de comunicação social. Nos anos noventa assistiu-se a um despertar das elites políticas portuguesas para a problemática do racismo e da etnicidade (e.g., Bacelar de Vasconcelos, 1998; Leitão, 1998) e também a uma explosão de estudos sobre estas questões no seio das ciências sociais (e.g., Albuquerque, 2002; Contador, 1998; Khan, 1998; Machado, 2000; Miranda, 2001; Vala, 1999). Assim, este trabalho insere-se claramente num ciclo histórico que conduziu, em Portugal, à grande relevância da problemática da discriminação social na opinião pública, no meio político e no meio científico.

Diversos autores consideram o racismo uma das questões mais delicadas e controversas da *agenda* contemporânea (Fernandes, 1998; Jorge, 1998; Machado, 2000; Pina-Cabral, 1998; Silva, 2000). A compreensão dos fenómenos de discriminação social em larga escala, e dos processos identitários e comunicativos que lhe estão subjacentes, exige uma abordagem interdisciplinar (Alves, 1999; Chow, Wilkinson e

Zinn, 1996; Donald e Rattansi, 1992/1997; Essed, 1991; Fenton, 1999; Martins, 1996, 2002; Sampson, 1999). Neste trabalho, sem negligenciar os contributos de outras disciplinas como a Antropologia, a História e a Sociologia, pretendemos evidenciar o contributo da Psicologia Social para a compreensão destes fenómenos. Damos especial relevo aos processos cognitivos subjacentes à discriminação social (Allport, 1954/1979; Brown, 1995; Tajfel, 1982) e analisamos de que forma esses processos cognitivos são influenciados pelas ideologias dominantes (Deschamps, 1982a; Doise, 1976/1984; Lorenzi-Cioldi, 1988), ideologias essas que definem o lugar e o papel que os membros de diferentes grupos ocupam na sociedade e a margem de liberdade desses grupos na negociação das identidades (Amâncio, 1994; Bourdieu, 1979; De Rudder, Poiret e Vourc'h, 2000; Guillaumin, 1972; Worchel, Morales, Paéz e Deschamps, 1998).

No plano teórico, o nosso trabalho parte das contribuições de duas grandes áreas da psicologia social: a 'cognição social' e as 'relações intergrupais'. A primeira das perspectivas centra-se, sobretudo, no processo de categorização social e nos seus efeitos na selecção, tratamento e recuperação da informação social, enquanto que a segunda, não subestimando o papel da categorização social enquanto processo organizador da realidade, tem em conta o contexto e a natureza das relações intergrupais. Como refere Brewer (1994), estas duas grandes correntes na psicologia social têm-se desenvolvido separadamente como 'duas solidões', com pouco em comum tanto a nível teórico como a nível empírico. Nos últimos anos, alguns autores têm salientado a 'urgência' da conciliação entre as duas correntes (e.g., Brewer, 1994; Bourhis e Leyens, 1994) com vista a uma análise integrada das percepções e das relações intergrupais.

A conciliação destas duas perspectivas apresenta o interessante desafio da articulação de níveis de análise (Doise, 1982, 1984) no estudo dos fenómenos de discriminação social em larga escala. Doise distingue quatro níveis de análise nos trabalhos dos psicólogos sociais. No nível *intra-individual* estão incluídos os modelos que descrevem o modo como os indivíduos organizam a sua percepção, avaliação e comportamento em relação ao meio social em que se inserem. A interacção entre o indivíduo e ambiente social é negligenciada nestes modelos - são os mecanismos que, ao nível do indivíduo, lhe permitem organizar as suas experiências que constituem o seu objecto de análise. No nível *inter-individual* ou *situacional* encontram-se os modelos que descrevem o modo como os indivíduos interagem numa dada situação, não tomando em consideração as diferentes posições que estes possam ocupar fora

dessa situação, isto é, as posições dos indivíduos são consideradas como intermutáveis. O nível *posicional* integra os modelos que recorrem explicitamente às diferentes posições ou estatutos sociais que os indivíduos ocupam previamente a qualquer interacção para explicar as diferentes modalidades de interacção. Finalmente, o nível *ideológico* integra os modelos que descrevem o modo como as representações e os comportamentos dos indivíduos, numa dada situação, são modelados pelos sistemas de valores, crenças e ideologias veiculados pela sociedade.

No que respeita ao estudo do processamento da informação sobre os grupos sociais, a pesquisa desenvolvida no âmbito da perspectiva socio-cognitiva (e.g., Judd e Park, 1988; Linville, Salovey e Fischer, 1986) tem-se focalizado preferencialmente nos níveis de análise intra-individual (os processos cognitivos) e situacional (a consideração das posições relativas observador/observado em termos de endogrupo/exogrupo, mas em que as pertenças grupais são consideradas como intermutáveis). Em contrapartida, a perspectiva psicossociológica (e.g., Deschamps, 1982a; Doise, 1976/1984; Lorenzi-Cioldi, 1988) toma em consideração a influência do estatuto relativo dos grupos em presença, ou seja, faz intervir o nível ideológico na ancoragem da definição das posições relativas dos grupos em sistemas simbólicos.

Um dos principais objectivos da investigação empírica que efectuámos foi, precisamente, uma articulação entre níveis de análise no estudo das relações intergrupais, na tentativa de alcançar uma compreensão mais completa desta problemática, uma vez que centrámos o nosso estudo no processamento da informação relativa a membros de grupos cujas posições relativas não são intermutáveis e relativamente aos quais existem ideologias largamente difundidas.

A pesquisa empírica foi efectuada junto de uma população jovem. No conjunto dos estudos participaram 1871 estudantes do ensino superior público de várias regiões do país, tendo a recolha de dados decorrido de Outubro de 1997 a Fevereiro de 2001. O objectivo que atravessa os vários estudos efectuados é o aprofundar o conhecimento dos processos cognitivos subjacentes à discriminação social, baseada na cor da pele, sem aspirar à generalização dos resultados à população portuguesa em geral.

Nesta investigação participaram estudantes portugueses e estudantes angolanos residentes em Portugal, o que nos permitiu averiguar a perspectiva dos membros de grupos que ocupam posições assimétricas na estrutura da sociedade portuguesa: o grupo maioritário e um grupo minoritário. Este aspecto difere da maior parte da pesquisa em psicologia social, que tem sido conduzida sem ter em consideração as posições relativas

dos grupos, para além de ter sistematicamente privilegiado a perspectiva do grupo dominante, isto é, do agente da discriminação, ignorando a perspectiva do alvo da discriminação, como tem sido recentemente salientado por alguns autores (Celious e Oyserman, 2001; Fiske e Leyens, 1997; Sidanius e Pratto, 1999; Swim e Stangor, 1998).

A maior parte da investigação sobre esta temática tem sido efectuada utilizando medidas ‘directas’, isto é, medidas com grande validade facial em que os participantes facilmente se podem aperceber dos objectivos da pesquisa e controlar as suas respostas no sentido do que é ‘socialmente correcto’. Pareceu-nos, no entanto, que no estudo da discriminação *racial* ou *étnica*, em que as questões de ordem normativa têm um peso significativo se tornava particularmente relevante a utilização de medidas ‘indirectas’ ou ‘não-obstrusivas’, de modo a ter acesso aos processos mais automáticos de processamento de informação sobre os grupos. Tentamos assim contribuir para um conhecimento mais aprofundado desta problemática através da análise conjugada dos dois tipos de medidas que, na maior parte dos casos, são estudadas separadamente.

Este trabalho é constituído por duas partes. Na primeira procede-se à contextualização da problemática desta investigação e ao enquadramento teórico e metodológico. Na segunda parte apresentamos os objectivos, as hipóteses, o método, os resultados e a respectiva discussão dos diversos estudos empíricos realizados. Cada uma das partes é constituída por três capítulos que passamos a apresentar.

No capítulo 1 – *Racismo, racialização e etnicização das minorias* – é feito o enquadramento da problemática da presente investigação. Na primeira das quatro secções que compõem este capítulo são lançadas diversas questões sobre a forma como se opera a diferenciação entre *nós* e os *outros* e sobre as consequências desta diferenciação. É também nesta secção que se procede a uma primeira delimitação de diversos conceitos relativos a diferentes formas de discriminação social: etnocentrismo, racismo, nacionalismo e xenofobia. Na segunda secção discute-se a problemática do racismo, racialização e etnicização das minorias no contexto histórico, sócio-político e científico internacional. Para esta breve contextualização considera-se a evolução da noção de ‘raça’ em dois momentos históricos distintos: um primeiro período que vai desde a génese do ‘racismo científico’ no século XVIII até meados dos século XX; e um segundo período que se inicia após a II Guerra Mundial e que marca uma viragem no posicionamento político e científico face à ‘raça’ e ao ‘racismo’. Na terceira secção

essa mesma problemática é contextualizada no Portugal pré e pós-25 de Abril de 1974. No que respeita ao primeiro período analisa-se a relação entre o colonialismo, a identidade nacional e a ideologia racialista. No que se refere ao segundo período procede-se a uma breve caracterização da evolução do fenómeno imigratório desde a descolonização até ao final do século XX e faz-se uma revisão das questões *raciais* e *étnicas* no meio social, político e científico na década de noventa. Na última secção são discutidas as ambiguidades conceptuais que têm caracterizado esta temática e são propostas algumas definições.

No capítulo 2 - *Relações intergrupais, identidade social e diferenciação simbólica* – efectuamos uma revisão de literatura sobre uma área de estudos no seio da psicologia social que é designada por ‘relações intergrupais’, apresentando os modelos teóricos e as investigações empíricas que consideramos mais relevantes para a fundamentação teórica do nosso trabalho. Neste capítulo, cuja análise é centrada nos processos de diferenciação intra e intergrupais e na forma como estes processos são afectados pela posição relativa dos grupos, são discutidos alguns dos conceitos fundamentais do presente trabalho, tais como: categorização social, identidade social, comparação social e estatuto social. Este segundo capítulo é constituído por três secções. Na primeira, fazemos referência a algumas das abordagens clássicas sobre relações intergrupais e discriminação social no âmbito da psicologia social. Na segunda secção apresentamos os modelos da escola de Bristol, dando especial destaque à teoria da identidade social de Henri Tajfel, uma vez que esta serviu de base a todos os estudos posteriores nesta área, para além de ser aquela que pela primeira vez articulou os conceitos fundamentais sobre os quais se alicerça o nosso estudo. Efectuamos ainda uma apresentação da teoria da auto-categorização de John Turner e discutimos algumas das limitações dos modelos referidos. Na última secção apresentamos os modelos desenvolvidos no âmbito da escola de Genebra e seus desenvolvimentos recentes, salientando o esforço de integração de várias contribuições anteriores e articulação de níveis de análise empreendido pelos autores, nomeadamente, Willem Doise, Jean-Claude Deschamps, Fabio Lorenzi-Cioldi e Lígia Amâncio, o que permitiu ultrapassar algumas das limitações apontadas aos modelos anteriores. Foi no âmbito deste quadro teórico que se procedeu à fundamentação das hipóteses gerais desta investigação.

No capítulo 3 - *Processos cognitivos, estereótipos sociais e percepção da variabilidade grupal* - debruçamo-nos sobre a área da ‘cognição social’, isto é, sobre a forma como as pessoas processam a informação social, mais precisamente a informação sobre grupos sociais, dando especial relevo aos estudos que mais contribuíram para a fundamentação teórica e metodológica da nossa investigação. Este capítulo é constituído por quatro secções. Na primeira apresentamos de forma concisa esta área de estudo e referimos alguns dos debates teóricos sobre a percepção de pessoas e de grupos, o que nos conduzirá a uma curta explicitação das semelhanças e das diferenças entre a perspectiva da cognição social e a das representações sociais. A segunda secção é dedicada ao estudo dos estereótipos sociais, desde a obra pioneira de Walter Lippmann até aos dias de hoje. Ao longo da apresentação faremos referência ao conteúdo dos estereótipos, à conotação avaliativa desse conteúdo, e ao seu significado tendo como referência um quadro de valores ‘universal’. Na terceira secção apresentamos a pesquisa sobre os efeitos da categorização e sobre a percepção da variabilidade grupal e fazemos referência aos modelos cognitivos da representação categorial. Finalmente, discutimos a insuficiência dos modelos cognitivos e salientamos o carácter assimétrico dos enviesamentos observados na percepção dos grupos em função do seu estatuto relativo, apresentando brevemente alguns dos primeiros estudos que questionaram o carácter simétrico e universal do efeito de homogeneidade do exogrupo. Na última secção são apresentadas as metodologias que têm sido utilizadas no estudo dos estereótipos e da percepção da variabilidade grupal e é discutida a necessidade da utilização de diferentes tipos de medidas.

No capítulo 4 – *Estudos exploratórios: categorização e diferenciação entre grupos étnicos* – são apresentados e discutidos os resultados referentes a cinco estudos exploratórios. O primeiro estudo teve como objectivos específicos: investigar a noção de ‘grupo étnico’ dos jovens portugueses e em que medida esta difere ou não da noção de ‘raça’; averiguar quais os ‘grupos étnicos’ mais significativos para os jovens portugueses e; verificar em que medida os jovens portugueses se consideram eles próprios membros de um ‘grupo étnico’. Os grupos mais mencionados pelos participantes neste estudo foram seleccionados para o estudo seguinte.

O segundo estudo exploratório teve como objectivo averiguar o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de catorze ‘grupos étnicos’ na sociedade portuguesa. Desses catorze grupos, onze foram categorizados em função da origem

nacional ou geográfica (*angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, e timorenses*) e três foram categorizados em função da cor da pele (*brancos, negros e mestiços*). Este estudo foi realizado em diferentes zonas do país (Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro), a fim de identificar regularidades nos resultados. Outro dos objectivos deste estudo era seleccionar um grupo minoritário na sociedade portuguesa que também se distinguisse por características físicas. Os resultados permitiram verificar que, há excepção dos *ciganos* que são colocados numa posição inferior, os grupos oriundos das ex-colónias africanas constituem os grupos de menor estatuto social percebido na sociedade portuguesa. Destes cinco grupos seleccionámos os *angolanos* visto que, sendo o segundo grupo africano em termos numéricos em Portugal, são um grupo de imigração mais recente e um dos menos estudados.

Uma vez seleccionados os dois grupos-alvo para os estudos experimentais – os portugueses (grupo maioritário) e os angolanos (grupo minoritário) – foram realizados três estudos exploratórios, com participantes de ambos os grupos, com o objectivo de analisar os estereótipos que os estudantes portugueses e os estudantes angolanos a residir em Portugal têm do seu próprio grupo (auto-estereótipo) e do grupo dos outros (hetero-estereótipo). Em primeiro lugar analisámos os estereótipos dos ‘angolanos’ e dos ‘portugueses’, salientando as dimensões comuns e as dimensões diferenciadoras e o nível de diversidade dos conteúdos associados a cada grupo (Estudo 3a). Em segundo lugar averiguámos a avaliação dos conteúdos descritivos associados a cada grupo a partir da simples opinião pessoal de cada participante (Estudo 3b). E, finalmente, analisámos o significado simbólico desses conteúdos, tendo como referente a representação ‘universal’ de pessoa adulta (Estudo 3c).

Com base nos resultados destes estudos foram seleccionados os traços - classificados em função do seu carácter estereotípico e em função da sua valência avaliativa – que foram utilizados para construir os materiais-estímulo dos dois estudos experimentais.

No capítulo 5 – *Estudos experimentais: discriminação no tratamento da informação* – são apresentados e discutidos os resultados de dois estudos experimentais, ambos realizados com estudantes portugueses e angolanos a residir em Portugal. O principal objectivo destes estudos experimentais foi a análise do papel que o estatuto relativo dos grupos tem na percepção da homogeneidade grupal. No Estudo 4



as pessoas-estímulo eram categorizadas segundo a nacionalidade (*angolanos* vs. *portugueses*) enquanto que no Estudo 5 as pessoas-estímulo eram categorizadas em função da cor da pele (*brancos* vs. *negros*) ou estavam disponíveis ambas as categorizações (*nacional* e *racial*). Nestas experiências analisámos os efeitos de categorização, os efeitos de homogeneidade, os efeitos de favoritismo pelo grupo de pertença, a relação entre estes fenómenos e em que medida eles são mediados pelo auto-conceito, pelos níveis de identificação com o grupo de pertença e o grupo dos outros e pelo nível de contacto entre os grupos. Prosseguimos ainda com objectivos de ordem metodológica, relativos à comparação de diferentes tipos de medidas, umas mais explícitas ou ‘directas’ e outras mais implícitas ou ‘indirectas’. No Estudo 5 analisámos ainda a relação entre as atitudes ou orientações racistas e os processos perceptivos.

No capítulo 6 - *Estudo correlacional: Racismo e variabilidade grupal percebida* - apresentamos um estudo realizado com o objectivo de comparar as percepções que os portugueses têm dos vários grupos nacionais de origem africana - angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses – e em relação aos imigrantes ‘negros’ no geral. A utilização destes seis grupos-alvo permitiu-nos, por um lado, a comparação das respostas dos participantes em função dos diferentes grupos nacionais africanos e, por outro, a comparação das respostas dos participantes em função do tipo de categorização: *nacional* ou *racial*. O segundo objectivo deste estudo foi averiguar quais as variáveis preditoras da variabilidade grupal percebida. Nesse sentido construímos um questionário com várias medidas, a maior parte já presentes no estudo anterior: o racismo subtil e o racismo flagrante, a tolerância à diferença, o contacto entre os grupos e a identificação com o endogrupo. As seis versões deste questionário (cada uma correspondendo a um grupo-alvo) foram aplicadas a estudantes portugueses nas mesmas seis cidades onde foi realizado o Estudo 2.

Por último, apresentamos as conclusões gerais desta investigação e fazemos referência a algumas das linhas de pesquisa que o nosso trabalho permitirá explorar no futuro.



**PARTE I:**

**PROBLEMÁTICA E  
ENQUADRAMENTO  
TEÓRICO**



# **CAPÍTULO 1 -**

## **RACISMO, RACIALIZAÇÃO E ETNICIZAÇÃO DAS MINORIAS**

## 1.1 Introdução

Este capítulo tem por objectivo contextualizar o nosso objecto de estudo. Assim iremos referir brevemente o velho debate sobre a influência da natureza e da cultura na diferenciação entre grupos, para além de abordar as especificidades históricas e sociológicas da sociedade portuguesa que contribuem para a actualidade da questão do racismo. Embora esta questão não seja centrada na psicologia social, os contributos desta disciplina para o referido debate e para a problematização do racismo não deixarão de ser assinalados. Os contributos específicos da disciplina para o enquadramento teórico e metodológico do trabalho de investigação aqui apresentado serão aprofundados nos capítulos seguintes.

Neste capítulo vamos abordar um primeiro conjunto de questões: Como se estabelece a diferenciação entre grupos humanos? Quais as características que estão na base dessa diferenciação? Quais são as consequências dessa diferenciação? Quem define as fronteiras entre os grupos? Com que objectivos? Quão definitivas são essas fronteiras? Quão permeáveis são as essas fronteiras?

Nos capítulos subsequentes vamos aprofundar estas questões e analisar detalhadamente as assimetrias envolvidas nestes processos: Os processos de diferenciação são recíprocos? Existe consenso entre os grupos quanto às respectivas definições? Quais são as implicações das fronteiras para uns e para outros? Essas fronteiras são igualmente permeáveis para uns e para outros?

Assim, este primeiro capítulo da Parte I está subdividido em quatro secções. Na primeira secção são lançadas diversas questões sobre a forma como se opera a diferenciação entre *nós* e os *outros* e sobre as consequências desta diferenciação para uns e para outros, sendo efectuada uma primeira delimitação de diversos conceitos relativos a diferentes formas de discriminação social: etnocentrismo, racismo, nacionalismo, e xenofobia.

A segunda secção é dedicada à problemática do racismo, racialização e etnicização das minorias no contexto histórico, sócio-político e científico internacional. Nesta breve contextualização teremos em conta a evolução da noção de ‘raça’ em dois momentos históricos distintos: um primeiro período que vai desde a génese do ‘racismo

científico' no século XVIII até meados dos século XX; e um segundo período que se inicia após a II Guerra Mundial, que marca uma viragem no posicionamento político e científico face à 'raça' e ao 'racismo'.

Na secção seguinte procede-se à contextualização dessa mesma problemática em Portugal. Ao efectuarmos esta separação não partimos do pressuposto de que o racismo se manifesta em Portugal de forma distinta dos outros países europeus. De facto, os recentes estudos sobre racismo efectuados em Portugal demonstram resultados idênticos, tanto em natureza como em grau, aos obtidos noutros países da União Europeia. Tal separação deve-se à necessidade de analisar o contexto português no que ele tem de específico, já que a nossa recolha de dados empíricos foi efectuada em Portugal.

Numa análise que não se pretende exaustiva mas apenas ilustrativa, traçamos um breve resumo da 'ideologia racista' que se desenvolveu em Portugal, sobretudo a partir do início do século XIX até ao 25 de Abril de 1974, com especial destaque ao período do Estado Novo por ser considerado por diversos autores o período mais marcante da ideologia racista em Portugal (Alexandre, 1999; Castelo, 1998; Rosas, 1994). Seguimos a evolução das concepções em torno deste tema no meio político e científico portugueses, socorrendo-nos neste percurso de trabalhos efectuados por historiadores, sociólogos e antropólogos. Pontualmente, fazemos referência a outras fontes, nomeadamente a literatura africana.

Na última secção, procedemos à discussão das ambiguidades conceptuais que têm caracterizado esta temática e propomos algumas definições. Terminamos o capítulo com a delimitação do objecto de estudo da nossa pesquisa empírica, bem como uma primeira enunciação dos seus objectivos gerais.

## 1.2 Racismo e etnocentrismo: a actualidade de uma velha questão

“Men are similar to one another by nature. They diverge gradually as a result of different customs.”

Confúcio (551-479 a.c.)

“De acordo com as leis da natureza, há homens feitos para a liberdade e outros para a escravidão, aos quais por justiça e por interesse, é conveniente a sujeição.”

Aristóteles (384-322 a.c.)

A problemática da *diferença* é uma constante na história da humanidade. Em todas as sociedades humanas se estabelece a diferenciação entre *nós* e os *outros*, diferenciação essa inerente à própria definição de uns e outros. No entanto, a forma como se opera essa diferenciação e as suas consequências variam de sociedade em sociedade, e têm conhecido consideráveis mutações em diferentes momentos históricos.

Confúcio explica as desigualdades humanas a partir da *cultura*, Aristóteles situa-as no âmbito da *natureza*. A discussão sobre a influência relativa da cultura e da natureza no ser humano constituiu uma das mais acesas problemáticas científicas do século XX: paleontólogos, biólogos, neurologistas, psicólogos, antropólogos, sociólogos, historiadores, filósofos, políticos, discutiram amplamente esta questão.

A partir do século XVIII até meados do século XX as desigualdades humanas foram essencialmente explicadas a partir da natureza, sendo essa natureza considerada imutável e facilmente identificável a partir de características fenotípicas (cor da pele, forma dos lábios, dos olhos ou do nariz, etc.).

O genocídio de milhões de judeus e ciganos durante a II Guerra Mundial levou cientistas e políticos a problematizar a noção de ‘raça’ e a cultura ganhou terreno. Os grupos humanos que até aí eram categorizados racialmente passaram a designar-se por ‘grupos étnicos’ para enfatizar as características culturais e não as hereditárias. Mas,



como veremos, a um processo de *racialização* seguiu-se um processo de *eticização*: a cultura passou também ela a ser percebida como algo estático e absoluto.

A distinção entre *nós* e os *outros* implica o reconhecimento de uma diferença e essa diferença nunca é *neutra*: pode provocar repulsa, receio, inquietação ou atracção (Memmi, 1993; Taguieff, 1997; Wieviorka, 1992/1995). A diferenciação baseia-se em características reais ou imaginárias, e as características atribuídas a determinado grupo são geralmente generalizadas a todos os seus membros e consideradas imutáveis. No entanto, essas mesmas características são constantemente reinventadas e reinterpretadas em função do momento histórico e das normas sociais (Memmi, 1993; Machado, 2000; Taguieff, 1997).

Através de um processo de ‘alquimia moral’ a sociedade “transforma facilmente a virtude em vício e o vício em virtude, conforme as necessidades de ocasião” (Merton, 1949/1968, p.522). Cada sociedade cria os seus ‘bodes expiatórios’ (Dollard, Doob, Miller, Mower, e Sears, 1939), agarrando-se ao que for preciso para justificar a sua exclusão social. No ensaio *Réflexions sur la question juive*, Sartre discute esta problemática salientando que “si le Juif n’existait pas, l’antisémite l’inventerait” (1954/2001, p.14).

Trata-se de um processo de diferenciação simbólica que se traduz na ‘desumanização’ do outro, já que os membros desse grupo não são percebidos enquanto *peçoas*, com a sua individualidade e a sua “singularidade subjectiva”, mas enquanto *representantes* indiferenciados do grupo (Amâncio, 1994; Lorenzi-Cioldi, 1988; Tajfel, 1981/1983). Neste sentido os outros tornam-se um outro indiferenciado, um verdadeiro *alter*. A exclusão simbólica dos outros retira-lhes o estatuto de sujeito e impõe-lhes um destino comum (Amâncio, 1998; Guillaumin, 1972; Lewin, 1948/1997).

Como a diferenciação *nós/outros* não é neutra, a ela está associada o conceito de *discriminação*. Em psicologia social, o conceito de discriminação é geralmente utilizado apenas para referir comportamentos ou orientações comportamentais. Neste trabalho, faremos uma utilização menos restritiva do conceito, englobando aspectos comportamentais, mas também cognitivos e emocionais. O termo discriminação é utilizado para referir percepções, avaliações ou comportamentos que resultam numa *desvantagem* para o grupo-alvo, isto é, que prejudicam o outro. Neste sentido, quando usamos o termo discriminação estamos a referir-nos à *discriminação negativa*.

No entanto, o termo discriminação pode assumir também uma conotação positiva, quando é utilizado para designar acções que resultam numa *vantagem* para o grupo-alvo: *discriminação positiva* ou *acção afirmativa*. Por exemplo, nos Estados Unidos da América (EUA) desde 1964 tem vigorado uma política que estimula as instituições sociais e as organizações empregadoras a recrutar membros de grupos minoritários que tenham sofrido discriminação no passado, isto é, trata-se de uma medida política destinada a contrabalançar as desigualdades produzidas socialmente (Kerstein, 1996). Apesar das políticas de *discriminação positiva* terem como objectivo proporcionar igualdade de oportunidades, alguns autores consideram que estas são causadoras de desigualdades ainda mais profundas na sociedade, uma vez que assentam num tratamento desigual que, em última instância, é prejudicial para as próprias minorias (Sowell, 1990; citado por Miranda, 2001).

Associado ao conceito de discriminação surgem outros, em função do grupo-alvo e do tipo de discriminação: etnocentrismo, racismo, nacionalismo, xenofobia, entre outros. Neste trabalho vamos focalizar-nos no racismo e etnocentrismo, e deixaremos por desenvolver as questões relacionadas com o nacionalismo e xenofobia, embora estejam intimamente relacionadas. Não podemos, no entanto, deixar de referir brevemente estes conceitos.

No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, o nacionalismo é definido como a “preferência por tudo o que é relativo à nação, por tudo o que é nacional. [...] Doutrina baseada no sentimento de exaltação das características consideradas essenciais da nação e que subordina a política interna do país ao desenvolvimento do poderio nacional” (Academia de Ciências de Lisboa, 2001, p.2561). A questão do nacionalismo e da identidade nacional está intimamente ligada com a questão racial, trata-se de uma questão extremamente complexa que não iremos aprofundar no âmbito deste trabalho. Na perspectiva de Billig (1996), a identidade nacional está intrinsecamente alicerçada na existência e partilha de um território, território esse que é delimitado por fronteiras. Billig (1996, p.183) realça a precisão com que as fronteiras são material e simbolicamente demarcadas, enfatizando os limites da sua extensão.

No dicionário acima referido da Academia de Ciências de Lisboa (2001, p.3792) define-se xenofobia como a “aversão ou hostilidade manifestada a pessoas ou coisas estrangeiras”. Essa aversão ou antipatia pode ser traduzível em percepções ou comportamentos e tem sempre um denominador comum, manifesta-se em relação a indivíduos de uma nacionalidade diferente da do próprio, isto é, estrangeiros. Mas,

como veremos, nem sempre é a nacionalidade que determina o facto do outro ser percebido como ‘estrangeiro’, por isso alguns autores preferem termos mais abrangentes como a heterofobia, que se refere à hostilidade manifestada em relação a indivíduos que são percebidos como diferentes. De notar, no entanto, que nalgumas das formas de racismo contemporâneo o desprezo pelos ‘inferiores’ dá lugar à obsessão do contacto com eles através do culto exacerbado do ‘exótico’, isto é, os novos discursos do racismo são menos heterófobos e mais heterófilos (Taguieff, 1987, 1997).

A palavra *racismo* surge na língua francesa entre as duas Grandes Guerras, adquirindo maior significado depois do Holocausto. O conceito apresenta uma diversidade de conotações, sendo definido, num sentido restrito, como uma doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças, ou num sentido mais lato, envolvendo também o preconceito e os comportamentos discriminatórios. Apesar do carácter relativamente recente da palavra *racismo*, o facto é que este constitui um fenómeno antigo e de carácter largamente difundido, muito anterior à sua conceptualização (Taguieff, 1997).

Alguns autores argumentam que no mundo clássico e medieval não havia ‘consciência racial’, uma vez que a cor da pele não determinava categorizações socialmente relevantes, isto é, as diferenças sociais não eram ‘biologizadas’ (Hannaford, 1996; citado por Cunha, 2000, p.202). Para outros, o *Tratado de Política* de Aristóteles representa uma das primeiras teorizações racistas, uma vez que o autor procurou legitimar uma ordem social baseada na escravatura referindo-se à *natural* inferioridade dos escravos (e.g., Taguieff, 1997).

De facto, Aristóteles não faz qualquer referência à cor da pele no seu ensaio sobre a escravidão. Mas segundo alguns autores, terá sido precisamente porque os escravos não eram fisicamente distintos dos cidadãos que levou o autor a *ensinar* aos gregos uma maneira de os *ver*, isto é, de os diferenciar (Lippmann, 1922/1961, p.97). O seu comportamento submisso seria assim a prova irrefutável da sua *escravidão natural*. Embora o comportamento de obediência fosse o aspecto central da definição do escravo, Aristóteles não deixou de tecer algumas considerações sobre o *corpo*, que estão espelhadas em teorizações racialistas muito posteriores:

“Não é somente necessário, é também vantajoso que haja comando duma parte e obediência da outra; e todos os seres, desde o primeiro instante do seu nascimento, estão marcados pela natureza, uns para mandar, outros para obedecer [...]. O homem que, por natureza, não pertence a si próprio mas a outro, é, por natureza escravo: é um objecto de posse e um instrumento para agir separadamente e sob as ordens do seu patrão [...] Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer do que o uso dos seus corpos e dos seus membros estão condenados pela própria natureza à escravidão. Para eles é melhor servir do que ficar abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo aquele que não tem alma nem meios para se decidir [...]. A natureza imprimiu a liberdade e a escravidão nos próprios hábitos corporais. ?Uns com? corpos robustos talhados para transportar fardos [...] e, pelo contrário, outros mais bem feitos mas mais delicados incapazes de tais tarefas, próprios somente para a actividade política [...]” (Aristóteles, s/d, p. 12-14).

Isto remete-nos para outra questão: o racismo existe apenas quando são invocadas características físicas visíveis (cor da pele, formato do nariz, lábios, olhos) ou pode ser considerado como racista uma discriminação que invoca aspectos culturais? Este é actualmente um dos mais acesos debates, ao qual voltaremos mais adiante.

Outra das questões em debate é a universalidade do racismo. Diversos investigadores consideram que os fenómenos racistas são omnipresentes na história da humanidade e que o ódio racial faria parte constituinte da natureza humana (e.g., Kovel, 1970). Na opinião de Taguieff (1997) esta perspectiva não distingue o racismo do etnocentrismo e da xenofobia. Para esses investigadores o etnocentrismo, enquanto fenómeno universal, estaria na origem do racismo, que assumiria manifestações específicas em determinados momentos históricos. Mas será o etnocentrismo um fenómeno universal?

O conceito de etnocentrismo foi introduzido pelo sociólogo William Graham Sumner em 1906 no livro *Folkways: A Study of the Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores, and Morals*. Apoiado numa vasta documentação etnográfica das mais diversas proveniências (Papua Nova Guiné, China, Japão, França, Alemanha, EUA, Brasil, etc.), Sumner define etnocentrismo da seguinte forma:

“a view of things in which one's group is the center of everything, and all others are scaled and rated with reference to it. Folkways correspond to it to cover both the

inner and the outer relation. Each group nourishes its own pride and vanity, boasts itself superior, exalts its own divinities, and look with contempt on outsiders. Each group thinks its own folkways the only right ones, and if it observes that other groups have other folkways, these excite its scorn” (1906/1940, p.13).

Sumner argumenta que o etnocentrismo é visível nas tradições populares dos mais diversos povos e com os mais diversos níveis de desenvolvimento. Na opinião do autor, essas tradições populares são destinadas a justificar, por um lado, as relações no interior do grupo (relações intragrupais) e, por outro, as relações com os outros grupos (relações intergrupais). Cada grupo cultiva o seu orgulho e vaidade próprias, exhibe ritualmente a sua superioridade, exalta os seus próprios deuses e considera com desconfiança os ‘estrangeiros’. Cada grupo pensa que os seus próprios costumes e normas são as melhores, e vê-se como o único detentor da ‘verdade’ (Sumner, 1906/1940, p.29), o que faz olhar os outros com desdém e sentir-se superiores.

A interdependência das relações intra e intergrupais está reflectida numa célebre frase do autor, infelizmente tão visível em conflitos actuais:

“The exigencies of war with outsiders are what make peace inside. [...] Thus war and peace have reacted on each other and developed each other, one within the group, the other in the intergroup relation. [...] Loyalty to the group, sacrifice for it, hatred and contempt for outsiders, brotherhood within, warlikeness without – all grow together, common products of the same situation” (Sumner, 1906/1940, p.12).

Na acepção de Sumner (1906/1940, p.12) o etnocentrismo é fenómeno universal (observável em todos os povos humanos) e global (englobando componentes cognitivas, afectivas, avaliativas ou normativas, e comportamentais) e assenta na distinção elementar entre o grupo de pertença (*we-group* ou *in-group*) e os outros grupos (*others-group* ou *out-group*)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Os termos ingroup e outgroup usados na literatura anglo-saxónica foram inicialmente traduzidos por Lígia Amâncio na versão portuguesa do livro de Henry Tajfel (1981/1983) como ‘grupo de pertença’ e ‘grupo dos outros’. Posteriormente, na década de noventa, adoptaram-se as designações ‘endogrupo’ e ‘exogrupo’, de origem francesa, sendo essas as designações utilizadas no livro de referência Psicologia Social da Fundação Calouste Gulbenkian, organizado por Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro, razão pela qual adoptamos tal tradução. Em consonância, utilizaremos o prefixo endo para nos referirmos a aspectos relativos ao grupo de pertença (favoritismo endogrupal, identificação endogrupal, etc.) e o prefixo exo para nos referirmos a aspectos relativos ao grupo dos outros.

O etnocentrismo conduzia cada povo a exagerar, a intensificar os traços particulares dos seus costumes, que os distinguem dos outros povos. Esta centração sobre a diferença do endogrupo corresponderia ao mesmo tempo a uma sobrevalorização das suas qualidades exclusivas. Assim, a auto-referência face ao endogrupo implicaria necessariamente a desconfiança e a intolerância face aos outros grupos. Cada grupo se definiria a si mesmo como o único representante da humanidade, excluindo os outros, a elegeria o ‘nós’ como o ‘verdadeiro Homem’, por oposição ao ‘Outro’ que seria em certo grau ‘desumanizado’ (1906/1940, p.14); ideia que foi posteriormente desenvolvida por Lévi-Strauss, Tajfel, entre outros.

Na aceção do autor, o etnocentrismo preenche uma função socialmente positiva: favorece os comportamentos altruístas no interior do grupo. No entanto, trata-se de um altruísmo limitado, já que os laços de simpatia e de solidariedade não passam as fronteiras do endogrupo<sup>2</sup>. O conflito intergrupar é visto como uma resposta *racional* face a objectivos incompatíveis (aspecto que foi mais tarde desenvolvido no âmbito da perspectiva dos conflitos intergrupais realistas, Cf: Sherif e Sherif, 1953; Levine e Campbell, 1972).

Diversos autores da psicologia social têm efectuado críticas à metodologia utilizada por Sumner e têm salientado as inconsistências de alguns dos seus pressupostos fundamentais, nomeadamente a universalidade do etnocentrismo e a correlação positiva entre a diferenciação intergrupar e a indiferenciação intragrupal, aspecto que retomaremos detalhadamente no segundo capítulo (e.g., LeVine e Campbell, 1972; Brewer, 1979).

Num vasto estudo sobre o etnocentrismo Brewer (1979) demonstra que o favoritismo pelo grupo de pertença não se manifesta em todas as dimensões, mas apenas naquelas que são *relevantes* para o grupo em causa, aspecto que desenvolveremos mais adiante. Ao referir as diversas inconsistências observadas nos estudos sobre o etnocentrismo, a autora conclui:

---

<sup>2</sup> Algumas teses no âmbito da sociobiologia vieram a extremar esta conceptualização, considerando que o etnocentrismo seria uma mera extensão do ‘espírito de família’. Nesta aceção, o etnocentrismo seria uma preferência pelos ‘parentes genéticos’, no sentido de assegurar o ‘sucesso reprodutivo’ e de preservar os genes do indivíduo, isto é, seria uma atitude retida por selecção natural (e.g., Dawkins, 1975; Wilson, 1978).

“Perhaps the essence of ethnocentrism is this tendency to expect that the out-group will share the in-group’s definition of the conflict or distinction between them and willing to make comparisons in terms that favor the in-group” (1979, p.84).

A expectativa de que o exogrupo ‘partilhe a mesma definição’ da realidade, definição essa que favorece o endogrupo nas dimensões que são mais valorizadas por este, constitui o âmago da questão. Embora não tenha desenvolvido esta ideia, Sumner implicitamente reconheceu os limites do etnocentrismo enquanto fenómeno universal:

“Every emigrant is forced to change his mores. He loses the sustaining help of use and wont. He has to acquire a new outfit of it” (1906/1940, p.108).

Na aceção do autor, quando um homem passa de uma classe social para outra, quando imigra, quando há relações de conquista entre povos ou escravatura, verifica-se uma mudança nos costumes e normas. Um dos grupos estabelece os padrões (grupo dominante) e os outros submetem-se a esses padrões (grupos ou classes inferiores), isto é, sempre que dois grupos estabelecem contacto há uma selecção dos costumes e normas que é destrutiva para alguns deles, o que está bem patente na afirmação seguinte:

“One of the groups takes precedence and sets the standards. The inferior group or classes imitate the ways of the dominant group, and eradicate from their children the traditions of their own ancestors. [...] Thus, whenever two groups are brought into contact and contagion, there is, by syncretism, a selection of the folkways which are destructive to some of them” (Sumner, 1906/1940, p.116).

Modificar as suas normas e representações significa aderir às normas e representações do outro grupo, isto é, interiorizar um sistema de valores não endocêntrico mas exocêntrico, porque definido pelo exogrupo.

Entramos então no domínio da dominação simbólica: determinados grupos (dominantes) desenvolveram ideologias que lhes permitiram legitimar o tratamento ‘desumano’ dos outros grupos (dominados). Como veremos, o ‘Homem Branco’ nos últimos séculos tem efectuado uma acção sistemática para levar outros grupos a partilhar a sua ‘definição de realidade’, na qual ele representa a ‘universalidade’, enquanto os outros são remetidos para a ‘especificidade’ de determinado papel

(Amâncio, 1998; Chombart de Lauwe, 1983-1984; Deschamps, 1982a; Lorenzi-Cioldi, 1988).

Ora, como tem sido demonstrado por inúmeros estudos na área da psicologia social, esse sistema pode implicar uma visão negativa do seu próprio endogrupo com efeitos nefastos para a auto-estima da pessoa (Lewin, 1948/1997; Phinney, 1990). As consequências sobre a auto-estima dependem da percepção da legitimidade da discriminação. Os membros dos grupos dominados podem interiorizar a sua inferioridade, tomando como legítima a posição dos grupos dominantes (Jost e Banaji, 1994). Em apoio desta perspectiva, podemos mencionar os estudos realizados nos EUA que demonstraram que as crianças negras, no sul segregacionista, manifestavam preferência pelas crianças brancas, rejeitando as negras (Clark e Clark, 1947).

Frequentemente, os próprios alvos do racismo interiorizam a hierarquia que lhes é transmitida. Ervin Goffman (1959/1989) refere que as pessoas estigmatizadas tentam reduzir o peso do seu próprio estigma acusando outros de possuírem o mesmo estigma mas com mais intensidade, num sistema que denominou de ‘estratificação auto-destrutiva’ (e.g., Pina-Cabral e Lourenço, 1993).

No entanto, quando os membros dos grupos dominados tomam consciência da arbitrariedade e ilegitimidade da discriminação, reivindicam uma identidade positiva e não sentem a sua auto-estima ameaçada pela pertença ao grupo (e.g., Khan, 1998), assunto que desenvolveremos no segundo capítulo. Mas, não deixa de ser paradoxal que mesmo quando envolvidos em lutas colectivas contra a discriminação (*Négritude*, *Black Power*, etc.), recorrem a auto-designações racializadas que coincidem, frequentemente, com as usadas nos discursos racistas (Machado, 2000, p.20), dando assim uma continuidade perversa ao que querem eliminar.

Se o racismo partilha alguns aspectos com o etnocentrismo – a *diferenciação* face ao outro, diferenciação essa que é acompanhada por uma *inferiorização* do outro –, possui aspectos distintos tanto no grau com que a ‘desumanização’ do outro é operada cognitivamente como na forma como é mantida e reforçada socialmente.

Na literatura sociológica é relativamente consensual que o racismo envolve três dimensões distintas: ideologia, preconceito e comportamento discriminatório (Machado, 2000, p.10). Nos próximos capítulos iremos abordar detalhadamente os aspectos cognitivos do preconceito e as dinâmicas da discriminação entre grupos humanos marcados por fortes assimetrias de estatuto. Neste capítulo iremos focalizar-nos na



ideologia racista, enquanto sistema de crenças forjado na ciência com objectivos políticos claros: legitimar um sistema social com fortes desigualdades sociais que estabelecia claramente o *lugar* e o *papel* que os diferentes grupos humanos deveriam ocupar na sociedade, grupos esses definidos e reconhecidos a partir de características físicas que eram supostas traduzir as suas capacidades intelectuais e as suas aptidões.

Ao longo da história, o racismo tem variado muito nos seus alvos (*ciganos, judeus, negros, amarelos, ...*), nos seus interesses (exploração de mão-de-obra, preservação da pureza da raça, preservação da identidade nacional...), nas crenças que o legitimam (irreduzível inferioridade intelectual ou moral, perigosidade, incompatibilidade de culturas,...) e nos modos de actuação (exterminação, perseguição, expulsão, segregação, ou exclusão simbólica). É por isso extremamente difícil delimitar o conceito, sem cair em demasiadas restrições e sem o alargar demasiado (Machado, 2000; Taguieff, 1997).

Miles (1989/1995) critica a “inflação conceptual” que tem caracterizado as investigações sobre racismo. Na mesma linha de ideias, Taguieff (1997, p.9) critica o que ele designa como “*définition ultralarge du racisme*” porque torna difícil estabelecer as fronteiras com outros conceitos como a xenofobia e o tribalismo. No entanto, como refere Machado (2000) se restringirmos demasiado a definição de racismo, arriscamos a não estar atentos nem às metamorfoses ideológicas nem à diversidade dos novos contextos sociopolíticos.

Se é verdade que o racismo reactiva certas características do etnocentrismo não se poderá reduzir a estas. Como refere Taguieff (1997), algumas das características do racismo têm uma data e um local de nascimento: um sistema de dominação simbólica cuja emergência se deu na Europa e que é paralela ao estabelecimento do colonialismo europeu. Assim, estamos no plano do racismo, enquanto ideologia fabricada num determinado local – Europa – numa determinada época – na modernidade recente (fim do século XVIII até meados do século XX) – com um determinado objectivo – legitimar o colonialismo, a escravatura e o tráfico de escravos, invocando a sua animalidade (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1998)

A grande maioria dos historiadores considera que o racismo é moderno, situando seu nascimento nas proximidades do século XVIII, na altura em que começou a ser

elaborado o projecto de uma ciência moderna e em que se iniciou uma reflexão científica sobre a espécie humana que levou ao grande desenvolvimento da antropologia física (Wieviorka, 1992/1995, p.9). O ‘racismo científico’ teve o seu auge no século XIX, e embora no início do século XX já se ouvissem vozes críticas no seio das novas ciências sociais emergentes (por exemplo, Sumner, 1906/1940; Lippmann, 1922/1961), só na segunda metade do século XX, depois do genocídio de milhões de judeus e ciganos em nome da ‘pureza racial’, este sistema de crenças viria a ser rigorosamente desmontado e considerado ‘pseudo-científico’ (UNESCO, 1960/1973).

Mas como veremos, o fim do ‘racismo científico’ não significou o fim do racismo na sociedade. Este transformou-se, vestiu novas roupagens e diversificou-se, o que levou alguns autores a falar de ‘racismos’ e não de ‘racismo’ para salientar a multiplicidade de manifestações. Nos últimos anos tem-se também discutido a questão da unicidade do racismo. Perante a diversidade de doutrinas e de práticas racistas, assim como a sua interferência com uma multiplicidade de fenómenos sociais e históricos, alguns autores preferem falar de *racismos* e não de racismo (e.g., Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999).

Apesar da ideologia racista ter sido desenvolvida de forma sistemática na sociedade ocidental, não podemos afirmar que seja um problema exclusivo do mundo ocidental, já que mesmo depois do fim do colonialismo, esta tem continuado a ser difundida através dos *media*, contribuindo dessa forma para a *globalização do racismo* (e.g., van Dijk, 1991; Hecht, 1998). Como refere Taguieff:

“Invention occidentale, le racisme comme idéologie et ensemble de pratiques sociopolitiques s’est ensuite universalisé. Ses schémas constitutifs ont été diffusés partout dans le monde par l’impérialisme colonial, le système esclavagiste et le nationalisme, et, plus récemment, à travers la banalisation des utopies eugénistes et ethnistes – ‘purifier’ la race, défendre ou réaliser la ‘pureté’ d’une origine ethnique ou culturelle” (1997, p. 9).

## 1.3 Contexto histórico-político, Ciência e Racismo

### 1.3.1 O racismo na ciência e no senso comum

“O carácter singular do Africano é difícil de entender, porque temos que renunciar àquilo que está implícito em todos nós, o conceito de Universalidade.”

George W. F. Hegel, 1822

A noção de ‘raça’ tem, em relação a outras maneiras de classificar grupos humanos, a especificidade de estabelecer uma ligação directa entre características físicas visíveis (fenótipo) e características profundas (genótipo), explicativas das diferentes aptidões e capacidades dos indivíduos. As classificações raciais invocam “a natureza como registo fixo, dado e inelutável”, daí decorrendo o seu peso e dureza (Cunha, 2000, p.123). Como veremos nesta secção, as classificações raciais serviram de alicerce à discriminação intencional e sistemática de determinados grupos humanos, durante pelo menos dois séculos.

As várias teorias da raciologia clássica tinham em comum uma perspectiva sobre as ‘raças’ hierarquizadora e desigualitária. Como já referimos, a popularidade que no século XIX tais teorias alcançaram nos Estados Unidos e na Europa não foi alheia à justificação que proporcionavam à escravatura (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1992/1995).

Existem numerosas revisões de literatura sobre a noção de ‘raça’ e sobre ‘racismo’. Sem qualquer pretensão de exaustividade apresentamos apenas os elementos que consideramos mais pertinentes para a linha de argumentação que iremos desenvolver e para a posterior discussão dos nossos dados empíricos.

A noção de ‘raça’ apoiou-se na antropologia física clássica, que utilizava critérios morfológicos como a cor da pele, a forma craniana, a textura do cabelo, entre outros. As classificações que deles resultavam eram contraditórias e muito variáveis, de acordo com o critério escolhido ou com a importância atribuída a cada um deles, mas essa variabilidade de resultados e ausência de rigor foi muitas vezes escamoteada. Embora as classificações raciais fossem quase tantas quantos os antropólogos físicos (Langaney,

1988; citado por Cunha, 2000) e o número de ‘raças’ que identificavam variasse bastante (para revisões ver Amorim, Almeida, Mota, Souta, Cunha, e Marques, 1997; Bracinha-Vieira, 1995), a divisão mais frequentemente invocada identificava três ‘raças’ principais: brancos (caucasóide), amarelos (mongolóide), e negros (negróide).

A ‘ciência da classificação’ foi iniciada por Lineu no século XVIII. Com base numa multiplicidade de critérios principalmente de natureza fenotípica o autor dividiu os seres humanos em quatro categorias – Americanos, Africanos, Asiáticos e Europeus (‘belos’, ‘cabelo louro, castanho leve’, ‘amáveis’, ‘perspicazes’, ‘inventivos’, ‘cobertos com vestes’, ‘governados por leis’, foram alguns dos atributos usados para caracterizar estes últimos) (Lineu; citado por Bracinha-Vieira, 1995).

Numa sucinta revisão de literatura, a antropóloga Manuela Cunha refere as diversas correntes da raciologia clássica. Os poligenistas consideravam que cada ‘raça’ principal tinha sido criada como uma espécie verdadeiramente separada e que cada uma teria traços físicos e mentais específicos: os brancos seriam dotados de maiores capacidades intelectuais e os negros teriam uma “especial vocação manual”.

Para os polifiléticos cada ‘raça’ descendia de diferentes primatas: os ‘brancos’ do chimpanzé, os ‘amarelos’ do orangotango, e os ‘negros’ do gorila. Como Manuela Cunha salienta, sendo o chimpanzé considerado o mais elaborado dos macacos, fica claro qual o sentido da hierarquia.

Em contrapartida, os monogenistas e os monofiléticos convergiam na defesa de uma origem única para as diferentes ‘raças’, que representariam, no entanto, diferentes etapas da evolução humana. Os monogenistas defendiam a teoria da recapitulação (‘a ontogenia recapitula a filogenia’) segundo a qual o desenvolvimento embrionário reproduzia as etapas de evolução das espécies (peixe, réptil, macaco). Assim, os negros seriam menos evoluídos porque permanecem num estado que os brancos só passam na infância.

Como salienta Manuela Cunha:

“Em todo o caso, quer reportasse as ‘raças’ a diferentes origens ou a lugares particulares na evolução humana, a raciologia clássica sempre as ordenou em superiores e inferiores – ocupando invariavelmente os brancos o topo dessa hierarquia. Esta perspectiva hierarquizadora fundamenta-se na pressuposta existência de uma equação ‘natural’ entre aparência física e aptidões” (2000, p.193-194).

O paleontólogo Stephen J. Gould (1981/1990) no seu livro *O Polegar do Panda: Reflexões sobre a História Natural* demonstra habilmente o carácter falacioso das ‘provas’ da antropologia física e dá-nos a conhecer os discursos de alguns dos famosos cientistas que participaram nesta construção social da realidade.

Louis Agassiz, reputado poligenista, na sua maior declaração sobre a raça (publicada em 1850) apresenta os argumentos da doutrina do ‘separados e desiguais’:

"O indomável, corajoso, orgulhoso, Índio, em que plano tão diferente ele se encontra ao lado do submisso, obsequioso, imitativo Negro ou ao lado do manhoso, astuto e cobarde Mongol! Não constituem estes factos indicações de que as diferentes raças não se alinham em um nível único na natureza?" (citado por Gould, 1981/1990, p.193).

Agassiz termina a sua declaração advogando uma política social específica - a educação deve ser ajustada à capacidade inata:

“treinem os Negros no trabalho manual e os Brancos no trabalho mental: Qual seria a melhor educação para as diferentes raças em consequência da sua diferença primitiva [...] nós não acalentamos a mais pequena dúvida de que os negócios humanos referentes às raças de cor seriam muito mais judiciosamente conduzidos se na nossa relação com eles fossemos guiados por uma consciência total das diferenças reais existentes entre eles e nós e de um desejo de nutrir essas disposições que são *eminentemente marcadas neles*, de preferência a tratá-los em termos de igualdade” (citado por Gould, 1981/1990, p.193; *itálico nosso*).

Como refere Gould, já que estas disposições eminentemente marcadas são a submissão, a obsequiosidade e a imitação, não é difícil imaginar aquilo que Agassiz tinha em mente. Mas há neste discurso outro pormenor importante para a nossa argumentação: essas disposições são eminentemente marcadas neles, não em nós. Assim, a natureza marca os homens de forma desigual: marca uns (eles) e não outros (nós), assunto que desenvolveremos mais adiante.

Noutra ocasião Agassiz (1863) argumentou que as raças deviam ser mantidas separadas, a fim de a superioridade branca não se diluir. Esta separação teria de ocorrer naturalmente, já que os mulatos, como elo fraco, deveriam desaparecer. Os negros

deveriam deixar os climas frios do hemisfério norte, tão inadequados para eles e mover-se para sul (referido por Gould, 1981/1990, p.194). Este receio da miscigenação não será alheio ao facto de ela tornar menos nítidas as fronteiras entre os grupos e, eventualmente, ameaçar a “consciência total das diferenças reais existentes entre eles e nós” (Agassiz, 1950; citado por Gould, 1981/1990, p.193). Na opinião de diversos autores o pensamento racista foi dominado pela inquietação pela decadência e degenerescência acarretada pela mistura de ‘raças’ (Taguieff, 1997; Wieviorka, 1992/1995).

No século XIX Paul Broca desenvolveu métodos de mensuração do volume da caixa craniana que passaram a ser amplamente utilizados. Com base nestas diferenças, supostamente objectivas, os antropólogos físicos alegavam que os brancos eram mais inteligentes, porque tinham cérebros maiores. Mas neste, como noutros tipos de medição, não eram os negros as únicas vítimas:

“Na generalidade, o cérebro é maior nos homens que nas mulheres, nos homens eminentes do que nos de talento medíocre, nas raças superiores do que nas inferiores. Como noutras coisas, existe uma relação notável entre o desenvolvimento da inteligência e o volume do cérebro (Broca, 1861; citado por Gould, 1981/1990, p.168).

Enquanto os antropólogos mediam crânios, médicos e psicólogos desenvolveram outros métodos supostamente mais rigorosos e que viriam a constituir uma das formas ‘inequívocas’ de demonstrar a alegada superioridade dos brancos: os testes de aptidões físicas e intelectuais, especialmente os testes relativos ao Quociente de Inteligência (Q.I.). Este é um dos domínios onde o carácter ‘eurocêntrico’ e ‘androcêntrico’ da ciência moderna é mais visível (Cf: Amâncio, 1994, 1998; Gould, 1981/1990; Sousa Santos, 1987/2001, 1991)<sup>3</sup>.

Gould (1981) faz referência a estas distorções, descreve os preconceitos que marcaram a história dos testes de Q.I. e as manipulações a que estes se prestaram no

---

<sup>3</sup> Ainda hoje, apesar do grande investimento estatístico no rigor psicométrico dos testes psicológicos, não é possível conceber testes de ‘inteligência’ totalmente ‘culture free’ (Cattell, 1944), pois todos eles partem de uma certa definição do que é a inteligência, definição essa que, seguindo uma longa tradição (Cf. Platão, s.d./2001), tem privilegiado as componentes cognitivas (racionalis) em detrimento das relacionais (emocionais). Ver o famoso debate entre Lippmann e Terman (Block e Dworkin, 1976) e também as críticas ferozes de Lippmann à ‘race psychology’ (1922/1961, p.79-93). Para um discussão actual do conceito ver Poeschl (1992), Damásio (1994), Howe (1997) e Mackintosh (1998).

início do século com o fim de recusar, em nome da ciência, a entrada a imigrantes considerados indesejáveis.

Quaisquer que fossem os critérios utilizados (volume craniano, tempos de reacção, testes de inteligência), os ‘brancos’ eram sempre posicionados no topo da escala e os ‘negros’ em baixo, ocupando os ‘amarelos’ a posição intermédia, mas muito mais próximos dos últimos do que dos primeiros (para revisões alargadas ver Montagu, 1997; Richards, 1997).

Mas se a ‘grande clivagem’ se verificava entre os ‘brancos’ e os ‘outros’ (africanos, asiáticos, indígenas americanos), que eram frequentemente homogeneizados na categoria de ‘selvagens’, no seio da raça branca reconhecia-se a heterogeneidade. Assim, alguns autores identificaram a existência de algumas nacionalidades de elite, a que não era alheia a própria nacionalidade do cientista.

Por exemplo, Goddard (referido por Gould, 1981/1990), um dos arquitectos principais da interpretação hereditária rígida dos testes de QI, sugeriu uma classificação das capacidades mentais de modo a abarcar uma ‘classificação natural das raças e nacionalidades humanas’. Nesta classificação os *White Anglo-Saxonic Protestants* (WASP) americanos situavam-se no topo, correspondendo ao desenvolvimento completo, e os emigrantes europeus do Sul e Leste no escalão mais baixo, no limiar entre a normalidade e a debilidade mental. Goddard, depois de instituir os testes de QI para os emigrantes à sua chegada aos EUA, proclamou mais de 80% débeis mentais e apressou-lhes o regresso à Europa<sup>4</sup>.

Na mesma linha de ideias, Down publicou as *Observations on a classification of idiots* (1866), observações essas realizadas num hospital psiquiátrico, nas quais descrevia ‘idiotas’ caucasianos que lhe lembravam africanos, malaaios, índios americanos e orientais. Como refere Gould (1981/1990, pp.182-187), destas imaginárias comparações entre os ‘débeis mentais caucasianos’ e as ‘capacidades normais nos adultos de raças inferiores’ só os ‘idiotas que se agrupam à volta do tipo mongolóide’ sobreviveram na literatura como designação técnica (‘idiota mongolóide’ para designar a Trissomia XXI ou Síndrome de Down).

---

<sup>4</sup> Hoje em dia, na Inglaterra discute-se a eventualidade de instaurar um sistema de selecção dos imigrantes a partir de testes de ‘cultura geral’, segundo relato recente na *Euronews*.

Meio século após Charles Darwin ter publicado o seu livro sobre a origem das espécies (1859), alguns biólogos e antropólogos continuavam a não admitir uma origem comum para o *Homo Sapiens* (Banton, 1996, p.295). O termo ‘raça’ foi sendo utilizado no sentido ‘espécie’, para designar grupos humanos distintos na sua constituição física e nas suas capacidades mentais e, de certa forma esta ideia subsistiu até hoje, passando a constituir o núcleo duro das doutrinas designadas de ‘racismo científico’.

Como refere Miranda (2001), é difícil precisar o momento em que se passou de um cenário em que a preocupação científica era dominante para um cenário em que o racismo assumiu um carácter doutrinário. A obra de Gobineau, *Essay on the Inequality of the Human Races*, integra nitidamente o segundo cenário e terá exercido uma influência fundamental no desenvolvimento posterior da ideologia nazi. A utilização do termo ‘ariano’, palavra do sânscrito que significa nobre, tornou-se mais frequente a partir do momento em que foi utilizada por Gobineau e Muller nos anos 1850 e 1860 para identificar um grupo de indivíduos que produziu uma civilização particular e mais avançada (Miles, 1989/1995).

Outra das referências marcantes da doutrina racista foi Galton, que se preocupou com a influência da genética no desenvolvimento da inteligência humana e fundou um laboratório de eugenia em Londres. O eugenismo constituiu simultaneamente um movimento social e uma ciência aplicada, fundados em teorias da hereditariedade e nas leis da reprodução da espécie humana que prescreve os meios para melhorar a espécie. Em *Hereditary Genius* (1869, citado por Freeman, 1962/1980), Galton argumentou em defesa da eliminação progressiva dos ‘indesejáveis’ da sociedade, proibindo-lhes o casamento ou impondo a sua esterilização (eugenia negativa) e, simultaneamente, tentou proteger, aperfeiçoar, e multiplicar os indivíduos ‘mais aptos’ de melhor saúde física e moral (eugenia positiva). Na introdução da sua obra *Inquiries into Human Faculty*, Galton afirma:

"O meu objectivo geral foi registar várias faculdades hereditárias dos diferentes homens e as grandes diferenças nas várias famílias e raças para determinar em que medida a história pode ter demonstrado a viabilidade de substituir a reserva humana ineficiente por melhores linhagens, e reflectir se não seria dever nosso fazê-lo na medida do razoável, agindo assim no sentido de alcançar mais depressa o termo de evolução menos penosamente do que deixando os acontecimentos entregues ao seu curso normal" (1883, citado por Freeman, 1962/1980, p. 9).



No final do século XIX, as doutrinas raciais estavam extremamente divulgadas na Europa e nos EUA. Como mostra a teoria das representações sociais (Moscovici, 1972/1977), o determinismo biológico não só marcou profundamente a ciência moderna, como se propagou ao senso comum, tornando-se um verdadeiro fenômeno social. Isto é, o discurso ‘científico’ dos séculos XVIII e XIX estimulou e legitimou o discurso racialista do senso comum.

Depois do Holocausto poucos cientistas continuaram a defender uma hierarquia de ‘raças’ e as investigações desenvolvidas no domínio da genética vieram questionar muitas das ‘verdades’ anteriores. Mas, se a ciência contemporânea se esforça por desmascarar o ‘mito da raça’ (Montagu, 1997), o senso comum, bom aluno, reproduz hoje alguns dos elementos fundamentais dessas teorizações racialistas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Actualmente, as teorias sobre as hierarquias raciais, embora minoritárias, ressurgem, esporadicamente, no campo científico. Há menos de uma década, Herrnstein e Murray publicaram o *The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life* (1994), que rapidamente se tornou um *best seller*, no qual os autores advogavam uma política de discriminação baseada nas classificações obtidas por diferentes categorias sociais e raciais nos testes de QI, que consideram a maior realização científica da psicologia. Rushton vai ainda mais longe numa aberta agenda racial no seu livro *Race, Evolution, and Behavior* (1995), no qual afirma ser possível identificar clara e distintamente grupos raciais com diferentes histórias de evolução, que conduziram a diferentes capacidades.

### 1.3.2 As normas da igualdade e os novos racismos

“Mais l’homme n’existe pas: il y a des juifs, des protestants, des catholiques; il y a des Français, des Anglais, des Allemands; il y a des blancs, des noirs, des jaunes.”

Jean Paul Sartre, 1954

Após a guerra de 1939-1945 as políticas e doutrinas ‘coloniais’ e ‘racialistas’ são postas em causa. A tal não será alheio a participação significativa de soldados de origem asiática e africana nas tropas aliadas. Como refere Magalhães (1996, p.7; citado por Correia, 1999, p.114), participaram cerca de quinhentos mil africanos e dois mil indianos nas tropas aliadas.

As lutas pela independência ganham uma dinâmica incontornável nos territórios asiáticos e africanos sob o domínio europeu, o que conduz à independência de numerosos territórios: a independência da União Indiana em 1947 marca o ‘princípio do fim’ do colonialismo europeu nos seus moldes tradicionais. Na África Negra as primeiras independências ocorrem em 1956 (Gana) e até final dos anos 60 todas as potências coloniais tinham perdido o seu império, à excepção de Portugal, assunto que desenvolveremos na próxima secção<sup>6</sup>.

A 10 de Dezembro de 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclama a Declaração Universal dos Direitos do Homem na qual se lê o seguinte:

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (§1º); “Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania” (§2º).

---

<sup>6</sup> Para uma análise do colonialismo e das lutas pela independência, ver Fanon (1967) e Benot (1969/1981). Para uma ilustração dos discursos reivindicativos africanos, ver Senghor (1977/1997) e Biondi (1993).

Embora esta Declaração tenha sido ratificada por 159 países, a realidade tem ficado sempre aquém das palavras. Dez anos depois desta declaração, instala-se oficialmente o regime de Apartheid na África do Sul (1958-1991) e os negros americanos só em 1964 vêem aprovado o *Act of Civic Rights*, depois de intensas lutas e manifestações. De notar que no segundo artigo a ‘raça’ aparece em primeiro lugar e sem ‘aspas’. De facto, o uso de ‘aspas’ para referir a ‘raça’ só se começou a vulgarizar nas ciências sociais nos anos oitenta, para salientar que se trata de uma noção do senso comum.

Assiste-se assim no pós-guerra a mudança do posicionamento científico e político relativamente ao conceito de ‘raça’. Se até aí, como ilustrámos na secção anterior, iminentes cientistas das mais variadas ciências ‘naturais’, sociais e humanas tinham ocupado as suas energias a demonstrar cientificamente a ‘raça’, a partir daí todas estas áreas científicas começaram a desnaturalizar a noção de ‘raça’, isto é, a demonstrar o carácter falacioso dos estudos do ‘racismo científico’. No livro de referência *Le Racisme Devant la Science* (UNESCO, 1960/1973) procede-se a uma desmontagem detalhada do carácter falacioso das ‘provas’ da superioridade branca nos vários domínios científicos.

As mais recentes investigação ligadas à descodificação e à sequenciação do Genoma Humano<sup>7</sup> vieram dar razão aos vários relatórios elaborados no âmbito da UNESCO, pois não foi possível identificar nenhum gene ou conjunto de genes ligados às supostas ‘raças’ humanas, pelo que a ‘raça’ enquanto conceito aplicado para classificar os seres humanos está, à luz do conhecimento científico presente, definitivamente abandonado.

---

<sup>7</sup> Com a análise do genoma humano a noção de raça foi completamente desacreditada: “De um ponto de vista genético, todos os seres humanos são africanos - que ou vivem em África ou estão no exílio”. A nossa origem africana é verificada pelo facto da diversidade genética ser maior em África do que em qualquer outro ponto do mundo, o que leva a pensar em vagas de migração humana a partir daquele continente. [...] A noção de raça leva ainda outro golpe: podem verificar-se mais diferenças genéticas entre um louro nórdico e o seu também louro vizinho do que entre eles e um africano. Na opinião de Svante Paäbo, do Instituto Max Planck de Antropologia da Evolução, a sequência do genoma humano não trará grandes riscos de aumentar a discriminação, e refere de forma optimista: “Terá o efeito contrário, porque os preconceitos, a opressão e o racismo alimentam-se de ignorância” (Clara Barata, in *Público*, 10 de Outubro de 2001).

A questão racial foi tema de discórdias internacionais e assumiu tal importância que, após o termo da II Grande Guerra, a UNESCO promoveu amplas investigações interdisciplinares sobre a questão racial, cujos resultados foram debatidos por quatro equipas diferentes e que deram origem a quatro Declarações (1950, 1951, 1964, e 1967).

Na sua primeira Declaração, a UNESCO<sup>8</sup> (1950) proclama que todos os seres humanos pertencem à mesma espécie, o *Homo Sapiens* e estabeleceu as bases da igualdade de facto entre todas as ‘raças’:

“Les données scientifiques dont on dispose à l’heure actuelle ne corroborent pas la théorie selon laquelle les différences génétiques héréditaires constitueraient un facteur d’importance primordiale parmi les causes des différences qui se manifestent entre les cultures et les oeuvres de la civilisation des divers peuples ou groupes ethniques. Elles nous apprennent à l’inverse que ces différences s’expliquent avant tout par l’histoire culturelle de chaque groupe” (UNESCO, 1960/1973, p.366).

A segunda Declaração (1951) chama a atenção para o uso abusivo da palavra ‘raça’ e para os mitos que a esta palavra estão associados, pelo que recomenda o uso de outra palavra para designar os grupos humanos:

“Le mot ‘race’ étant marqué, pour avoir servi à designer des différences nationales, linguistiques ou religieuses et pour avoir été utilisé dans un sens délibérément abusif par des partisans des doctrines racistes, nous sommes efforcés de trouver un nouveau mot [...], mais nous n’y avons pas réussi” (UNESCO, 1960/1973, p.368).

A quarta Declaração (1967) vai mais longe nesta ideia e refere que “les doctrines racistes sont dénuées de toute base scientifique”, sendo a noção de ‘raça’ convencional ou arbitrária (UNESCO, 1960/1973, p.379). Nesse sentido recomenda o abandono da palavra no meio científico e o uso de designações menos discriminatórias. Recomenda igualmente que se proteja a diversidade cultural:

---

<sup>8</sup> Declaração redigida por diversos cientistas de diferentes pontos do globo: Beaglehole (Nova Zelândia), Comas (México), Costa Pinto (Brasil), Frazier (Estados Unidos), Ginsberg (Reino Unido), Kabir (Índia), Lévi-Strauss (França) e Montagu (Estados Unidos).

“Les groupes ethniques qui sont victimes de la discrimination sous une forme ou une autre sont parfois acceptés et tolérés par les groupes dominants à condition de renoncer totalement à leur identité culturelle. Il convient de souligner la nécessité d’encourager ces groupes ethniques à préserver leurs valeurs culturelles. Ils seront ainsi mieux en mesure de contribuer à enrichir la culture totale de l’humanité” (UNESCO, 1960/1973, p.384).

Desde então, o termo ‘grupo étnico’ tem sido empregue para referir situações de grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante. Todavia, o pensamento do senso comum terá acompanhado esta deslocação da ‘raça’ para as ‘práticas culturais’ dos ‘grupos étnicos’, sendo estas percebidas como rígidas e imutáveis, e até mesmo geneticamente herdadas (Chapman, McDonald e Tonkin, 1989; Rex, 1986; referidos por Lima, 2002). A cultura não é entendida como algo fluido e dinâmico, mas como algo análogo à ‘raça’ e os laços culturais passam a ser vistos como ‘laços de sangue’ (Gilroy, 1993; referido por Lima, 2002).

Como salienta Guillaumin (1992/1995), apenas os grupos minoritários, isto é, destituídos de poder ou estatuto, são objecto deste processo de naturalização. Assim, o deslocamento da percepção das diferenças entre os grupos humanos do pólo das características físicas ou raciais para o pólo das características comportamentais e culturais permanece um processo de naturalização da diferença, isto é, a um processo de racialização seguiu-se um processo de etnicização (Vala, Lopes, Brito, 1999a), processo esse que se verifica em relação aos grupos minoritários mas não em relação aos dominantes.

O termo ‘racialização’ começou a ser utilizado a partir da década de setenta (Fanton, 1967; Banton, 1977) para fazer referência a um processo político e ideológico pelo qual determinadas populações são identificadas mediante referência directa ou indirecta às suas características fenotípicas, isto é, este termo refere-se à utilização da ideia de ‘raça’ enquanto estruturador da percepção de determinada população (Miles, 1989/1995).

Miles define racialização como:

“a process of delineation of group boundaries and of allocation of persons within those boundaries by primary reference to (supposedly) inherent and/or biological (usually phenotical) characteristics. It is therefore an ideological process” (1982, p.157).

Assim, apesar de estar cientificamente desacreditado, o conceito de ‘raça’ que existe na mente dos indivíduos, não pode ser ignorado pelos cientistas sociais, isto é, a raça deixa de ser ‘biológica’ para se tornar ‘social’.

O facto da hierarquização racial ter sido banida do discurso público não exclui comportamentos e percepções racistas. Atentas às novas normas sociais, as pessoas têm o cuidado de velar os seus discursos discriminatórios,

“fazendo preceder a sua enunciação com a invariável asserção ‘eu não sou racista, mas...’ - ?o que? mostra bem que se está ciente do grau de consensualidade discursiva que a sua condenação conquistou na arena pública” (Cunha, 2000, p.194).

Como o argumento da desigualdade e da hierarquização racial é actualmente contra-normativo, enfatizam-se as diferenças culturais. Assim, já não se detestam os árabes pela sua cor morena, mas por serem ‘fanáticos religiosos’ ou por ‘tratarem mal as mulheres’ ou porque o Islão é uma ‘cultura rétrograda’. Estes têm sido alguns dos argumentos apresentados por certos líderes de extrema direita, tal como o holandês Pim Fortuyn, recentemente assassinado, mas que conseguiu, depois de morto, a maior votação de extrema direita na Holanda. O líder populista Pim Fortuyn reclamava não ser como os outros líderes de extrema direita racistas: “De uma vez por todas, quero que fique claro que não tenho nada a ver com os senhores Le Pen, Haider e Dewinter”. No entanto, defendia a supressão na constituição holandesa do artigo que proíbe as discriminações. O argumento de que “a Holanda está cheia” resume a sua política anti-imigração, salientando também os malefícios dos “excessos do clima de tolerância”. Seria por isso fundamental acabar com a “falsa tolerância”, pelo que recomendava a restrição drástica do número de imigrantes e refugiados, e uma política mais repressiva em relação à integração de estrangeiros (por exemplo, aplicar multas a quem não faz o

curso obrigatório de língua holandesa). Fortuyn é, no entanto, peremptório em negar quaisquer alegações de racismo:

“Vejam bem que o número dois da minha lista, João Varela, é de origem cabo-verdiana!” [...] “é preciso ser mais duro com estrangeiros que não se querem integrar” (o referido cabo-verdiano seria um bom exemplo da integração: “prefere falar holandês em vez de português” (afirmações de Fortuyn citado por Simon Kuin, *Expresso*, 27 de Abril de 2002).

Se, como já referimos, hoje em dia poucos ousam defender uma hierarquia racial, em contrapartida a ideia de ‘raça’, no sentido de uma população natural definida por caracteres hereditários comuns, persiste e continua a servir de suporte a ideologias racistas. E também aqui reencontramos as armadilhas do relativismo cultural extremo que, levado às suas últimas consequências lógicas, nega a própria possibilidade de ‘tradução intercultural’ Cf: Lévi-Strauss, 1983; Tagieff, 1997).

A este propósito Manuela Cunha (2000, p.194) fornece-nos uma interessante análise de um discurso de Bruno Mégret, ex-número dois do partido de extrema direita francês, que num colóquio sobre ecologia questionava o seguinte: “Porquê batermo-nos pela preservação das espécies animais quando ao mesmo tempo aceitamos o princípio do desaparecimento das raças humanas pela mestiçagem generalizada?”. Como refere a autora:

“A apropriação de dois actualíssimos temas – a consciência ecológica e a apologia da diferença – em torno dos quais se gerou um largo consenso público funciona aqui como caução legitimadora de uma ideologia segregacionista. Por outro lado, encontramos de novo a assimilação das ‘raças’ a espécies que marcou várias teorias raciais [...]. O efeito retórico que Mégret obtém através da equivalência ‘raças’ – espécies acentua subliminarmente a ideia de descontinuidade entre tipos humanos que seriam as ‘raças’. É esse, afinal, o cerne das doutrinas rácicas: estipular a existência de uma descontinuidade natural no interior do género humano” (Cunha, 2000, p.195).

Segundo Manuela Cunha (2000, p.295), “falha-se porém o alvo quando se procura demonizar este ideário segregacionista apostrofando-o de hitleriano, ou nazi”, já que os autores de tais discursos descartam essa acusação com uma desconcertante facilidade. Com efeito, os novos racismos são bem mais sofisticados e subtis, já não defendem a

hierarquização racial de outrora, mas sim a distanciação. Isto é, não há ‘raças’ superiores ou inferiores, mas cada uma devia permanecer no seu ‘canto’, lógica que presidia ao regime do *apartheid*.

Assim, invoca-se a defesa da especificidade cultural dos grupos racializados, por um lado, e, por outro lado, clama-se o direito à identidade própria, que essas culturas ‘outras’ são supostas ameaçar. Desemboca-se, assim, na questão da imigração, um dos factores que supostamente produziriam o indesejado efeito de contaminação. Desta forma, o elogio “da diferença pode caucionar e camuflar uma vontade de exclusão” (Cunha, 2000, p.196).

Verena Stolcke (1995; referida por Cunha, 2000, p.196) analisa o modo como na Europa os novos discursos de exclusão “absolutizam a diferença e sustentam a insuperável incapacidade de comunicação entre diferentes culturas”, porque a supõem radicada na própria natureza humana. Na opinião de diversos autores (Cunha, 2000; Taguieff, 1997), o ‘fundamentalismo cultural’ não substituiu totalmente o discurso do ‘fundamentalismo racial’, pelo contrário, o primeiro compactou-se com o segundo, constituindo uma das suas metamorfoses. Neste sentido, as ‘raças’ não desapareceram do discurso diferencialista, deixaram apenas de ser ordenadas hierarquicamente (Cunha, 2000, p.196) e aparentemente perderam a sua visibilidade biológica.

Como refere Jean Pouillon:

“?à? la limite, le relativisme rejoint l’ethnocentrisme en enfermant chacun dans sa propre culture, la différence se réduisant à ceci que dans un cas, on admet la pluralité des prisons tandis que dans l’autre on ne sait même pas qu’il y en a une » (1975; citado por Cunha, 2000, p.196).

E isto porque a ideia de ‘raça’ continua a estruturar a percepção que se tem dos outros e a operar o discurso de exclusão, ainda que mais ou menos camuflada pela referência à identidade cultural, remetendo-a constantemente para o terreno da natureza. Deste modo, apesar da palavra ‘raça’ ter sido banida do discurso científico e político é legítimo continuar a falar de ‘racismo’ (Cunha, 2000; Segall, 1999; Taguieff, 1997).



Depois de ‘desnaturalizada’ a ‘raça’, os cientistas sociais, constatando que esta não tinha desaparecido do conhecimento do ‘senso comum’, preocuparam-se em estudar a forma como este ‘naturaliza’ as categorias sociais. Não deixa de ser irónico que muitos cientistas venham agora acusar o senso comum de ignorância, ingenuidade ou irracionalidade quando este recorta a realidade através das categorias humanas que a própria ciência tinha forjado e lhes associa os conteúdos que a elas tinham sido tão convenientemente associados.

Por exemplo, Taguieff (1992/1995) salientou que apesar dos geneticistas terem provado a inexistência de ‘raças’, a noção de ‘raça’ continuou a ser aceite pelo senso comum, dado que a clássica tipologia branco/amarelo/negro é facilmente apreendida e o senso comum confia na evidência imediata dos seus sentidos, e apoia-se em caracteres visíveis (fenótipo) ignorando os invisíveis (genótipo).

Como salienta Manuela Cunha (2000, p.199) os mesmos cientistas que fazem as imputações de ingenuidade ao senso comum, consideram que os caracteres visíveis (cor da pele, textura do cabelo) se prestam quase ‘automaticamente’, isto é, ‘naturalmente’, à racialização. Constata-se assim que o ‘binómio natureza-cultura’, continua a estar presente nas ciências sociais, mas agora organizado de forma diferente, como exemplifica Manuela Cunha:

“as ‘raças’ são criações sociais e não entidades biológicas, mas os traços fenotípicos fornecem uma base natural em que a cultura investe, constituem uma matéria neutra da qual ela se apropria; os traços físicos são dados fixos e evidentes que a cultura é chamada a interpretar e a transformar em símbolos. E é assim, por via desta incontornável base natural, que somos quase conduzidos ao ponto inicial, quer dizer, à especial dificuldade que enfrentariam as tentativas de combate às classificações raciais” (2000, p. 200).

Como argumenta a autora, a altura, a cor dos olhos, a cor do cabelo, e até os lóbulos das orelhas entre outros, são também traços fenotípicos, igualmente naturais, expostos e evidentes e, no entanto, não são evocados quando se fala nas classificações raciais. A aparência física, enquanto matéria-prima para as classificações raciais, não é terreno neutro, já que a própria saliência de certas características físicas é resultado de definições sociais e não de enviesamentos ‘naturais’ da percepção humana. O recurso a

certos traços físicos em detrimento de outros não constitui um fenómeno natural, mas decorre de processos ideológicos que devem ser historicamente situados.

Considerar a aparência física como um suporte meramente “biológico e a-histórico” é esquecer que foram ideologias ocidentais num determinado período histórico que definiram certas características físicas como mais importantes do que outras para marcar diferenças, e contribuíram assim, para a sua visibilidade. Como escreve Wade “The realm of nature is not a neutral given, but is itself in a relationship of mutual constitution with the cultural categories that take it as a resource” (1993, p.27).

No seio da Psicologia Social, Gordon Allport no livro *The Nature of Prejudice*, (1954/1975) foi o primeiro autor a desmontar claramente o conceito de ‘raça’ e a ilustrar o processo de racialização: inclusão dos indivíduos em categorias ‘raciais’, às quais corresponde um determinado ‘rótulo’, e às quais são atribuídos significados.

Allport (1954/1979, p.171) define uma categoria como: “an accessible cluster of associated ideas which as a whole has the property of guiding daily adjustments”. A categorização dos grupos sociais minoritários seria acompanhada por uma essencialização: “One thinks of heredity as inexorable, as conferring an essence upon a group from which there is no escape” (p.170). Allport, evidencia as consequências da essencialização dos grupos humanos:

“Some labels [...] are exceedingly salient and powerful. They tend to prevent alternative classification, or even cross-classification. Ethnic labels are often of this type, particularly if they refer to some highly visible feature, e.g., Negro, Oriental. [...] These symbols act like shrieking sirens, deafening us to all finer discriminations that we might otherwise perceive” (Allport, 1954/1979, p.179).

Como o autor salienta,

“some categories are more flexible (differentiated) than others. [...] Not all categories have a granitic character. Some are flexible and discriminated. [...] the more they know about a group the less likely are to form monopolistic categories” (1954/1979, p. 172)

Assim, segundo Allport, quanto maior o nível de contacto com os membros de determinada categoria, maior a flexibilidade desta categoria, mas fica claro pelos exemplos que nos fornece que as categorias mais rígidas (*monopolistic*) são as relativas aos grupos étnicos, enquanto as mais diferenciadas são relativas aos americanos: “most Americans know that any fixed hypotheses about ‘Americans’ are likely to be a poor guide of conduct” (p.172).

Como o autor salienta: “while most of us have learned to be critical and open-minded in certain regions of experience we obey the law of least effort in others” (Allport, 1954/1979, p.173). Uma das consequências da ‘lei do menor esforço’ é o desenvolvimento de uma crença sobre a essência desses grupos: “There is an inherent ‘Jewishness’ in every Jew”, “The soul of the Oriental”, “Negro blood”, “...?” “the passionate Latin” - all represent a belief in essence” (p.174).

Infelizmente esta perspectiva sobre o processo de racialização foi ignorada pelos psicólogos sociais durante décadas e só recentemente veio a ser retomada e desenvolvida em detalhe por diversos autores, entre os quais Rothbart e Taylor (1992), que no entanto, se esqueceram de alguns aspectos com enorme importância da argumentação de Allport.

Rothbart e Taylor (1992) consideram que o senso comum distingue entre categorias naturais (peixes, pássaros, etc.) e categorias artificiais (cadeiras, bicicletas, etc.). Os autores argumentam que as pessoas tenderiam a ver as primeiras como “menos arbitrarias” (p.11) do que as segundas, que acreditariam que as categorias ‘naturais’ possuem uma essência profunda que torna uma categoria diferente de outra. O senso comum atribuiria um maior potencial indutivo às primeiras do que às segundas, uma vez que a sua experiência no dia a dia lhe mostraria que comete menos erros quando faz inferências sobre objectos ‘naturais’ do que em relação a objectos artificiais. Esta diferença conduziria o senso comum a supor que os primeiros são dotados de essências que justificariam a forma como são categorizados, e que essas essências se manifestariam, geralmente, em diferenças perceptíveis.

Assim, o processo de essencialização operar-se-ia através da inferência de uma estrutura profunda (genótipo) a partir de diferenças de superfície (fenótipos). Uma vez essencializadas, as categorias ‘naturais’ não só dispõem de um elevado potencial indutivo, como seriam vistas como inalteráveis e exclusivas.

Segundo Rothbart e Taylor as categorias ‘naturais’ funcionam como um modelo para pensar as categorias sociais, nomeadamente as categorias raciais, na medida em

que ambas são pensadas como produtos da natureza e não como resultado de uma construção humana. A essencialização das categorias sociais reflecte-se na percepção de inalterabilidade das categorias: da mesma forma que não seria possível transformar um peixe numa ave, também não seria mudar de ‘sexo’, ‘raça’, ‘casta’ (1992, p.20).

Uma outra propriedade das categorias essencializadas é a exclusividade. Os seres classificados em categorias naturais apenas podem fazer parte de uma categoria, aquela que reflecte a sua essência. Seria esta propriedade, a exclusividade, que estaria subjacente ao efeito de acentuação, que consiste em exagerar as semelhanças entre os membros da mesma categoria social e em acentuar as diferenças entre membros de diferentes categorias (Tajfel e Wilkes, 1963), como veremos adiante.

Finalmente, as categorias sociais essencializadas revestir-se-iam de um elevado potencial indutivo. Em resumo, determinadas categorias sociais seriam regidas por um princípio de essencialismo psicológico (Leyens e Corneille, 1994).

Como referem Vala e colaboradores (1999a), na proposta de Rothbart e Taylor a analogia entre as categorias naturais e sociais levou os autores a esquecer alguns aspectos essenciais, nomeadamente o valor das categorias para os próprios observadores (Tajfel, 1957, 1972) e as assimetrias envolvidas neste processo (Lorenzi-Cioldi, 1988), aspecto que desenvolveremos no próximo capítulo.

Em primeiro lugar, os autores parecem conferir às diferenças físicas um estatuto de evidência perceptiva que estas, de facto, nem sempre possuem, uma vez que a sua saliência já é o resultado de teorias e convenções sociais, como já atrás referimos. De facto, alguns estudos têm demonstrado que os indivíduos mais preconceituosos são os que se revelam mais ‘aptos’ a identificar sinais físicos como indicadores de diferenças ‘raciais’, ainda que cometendo muitos erros por sobre-exclusão do endogrupo (e.g., Leyens, Yzerbyt e Bellour, 1993; Pettigrew, Allport e Barnet, 1958; Tajfel, 1972), assunto que retomaremos no próximo capítulo. É precisamente porque as diferenças físicas nem sempre são pertinentes para as classificações raciais que, ao longo da história, grupos discriminados foram obrigados a usar sinais distintivos, como sucedeu com os judeus durante o período do nazismo, apenas para citar um exemplo<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A este propósito será elucidativo ver o vídeo relativo ao exercício de anti-discriminação realizado pela professora Jane Elliott com os seus alunos do ensino básico (efectuado pela primeira vez em 1968 depois do assassinato de Martin Luther King Jr. e desde aí repetido em inúmeras escolas e organizações diversas, tanto com crianças como com adultos) e que ilustra de forma clara o poder da ‘marca’ como estigma nos grupos de menor estatuto (neste caso operacionalizados através da divisão

Na década de setenta, à medida que os *afro-americans* conquistavam um maior protagonismo social na sequência do fim da segregação (*Act of Civil Rights*, 1968), e afirmavam orgulhosamente a sua pertença ‘racial’ (*Black Power*), foi crescendo nos *white-americans* um sentimento de ‘ameaça’ em relação a esta minoria, que de repente ocupava lugares até aí exclusivos da maioria.

Estas alterações políticas e sociais relativas aos afro-americanos, conduziram a uma mudança na perspetivação desta categoria, o que veio requerer a introdução de novos conceitos explicativos do fenómeno. Na década de oitenta surgiram uma série de novos conceitos, permitindo estabelecer uma distinção entre expressões tradicionais e as novas formas de racismo emergentes nas sociedades formalmente anti-racistas. Sociólogos e psicólogos contribuíram para uma ‘explosão’ de novos conceitos relativos aos racismos contemporâneos. Esta renovação conceptual ocorreu inicialmente nos EUA e na Grã-Bretanha e, em seguida, alargou-se a outros países europeus.

Diversos autores verificaram que a percepção de que os afro-americanos ameaçam os valores vistos como tradicionais da sociedade americana se traduzia em novas formas de racismo: racismo moderno (McConahay, 1983); ou racismo simbólico (Sears, 1988).

Por exemplo, Jones (1972) refere um racismo cultural nos EUA: na opinião dos indivíduos preconceituosos, as minorias discriminadas sê-lo-iam por razões que lhes são intrínsecas - por partilharem uma cultura que não lhes permite uma boa adaptação às exigências do sistema económico capitalista, o individualismo meritocrático, a orientação para o poder e o êxito em detrimento dos valores afiliativos. Assim, existiria uma forma ideal de Homem (WASP), e formas menores de humanidade que se manifestariam na incapacidade de adaptação às sociedades capitalistas liberais. Isto é, quando já não se pode afirmar publicamente que os negros possuem capacidades intelectuais e aptidões inferiores aos brancos, atribui-se-lhes a responsabilidade da discriminação de que são vítimas por não aderirem aos valores necessários para serem bem sucedidos nas sociedades ocidentais e por não efectuarem um esforço de adaptação.

---

em dois grupos em função da cor dos olhos, castanhos ou azuis, aos quais estava supostamente associado um maior ou menor nível de inteligência, sendo o grupo ‘menos inteligente’ marcado por um lenço azul ao pescoço para facilitar o ‘reconhecimento’ dos membros deste grupo à distância (site: <http://www.horizonmag.com/4/jane-elliott.asp>).

Para Pettigrew e Meertens podemos considerar duas expressões contrastantes do preconceito nas sociedades contemporâneas: o preconceito flagrante (*blatant prejudice*) e o preconceito subtil (*subtle prejudice*), que os autores caracterizam da seguinte forma: “Blatant prejudice is hot, close and direct. Subtle prejudice is cool, distant, and indirect” (1995, p.58). A explicação proposta pelos autores é de natureza socionormativa, situando-se no quadro dos processos de influência social<sup>10</sup>.

Na opinião dos autores, as sociedades ocidentais, a partir da II Guerra Mundial, desenvolveram progressivamente uma norma social contra as formas tradicionais de expressão do racismo. A relação dos indivíduos com esta norma social pode assumir três formas: rejeição, aceitação ou internalização. Na perspectiva de Kelman, a aceitação de uma norma corresponde à sua adopção instrumental, de modo a garantir recompensas ou evitar punições, enquanto a internalização de uma nova norma ocorre quando existe congruência entre ela e o sistema de valores de um indivíduo (1961; referido por Vala, Brito e Lopes, 1999b). Isto é, num caso estamos perante um acordo público (submissão) e noutro perante um acordo privado (conversão), usando a terminologia de Moscovici (1976/1979).

Na perspectiva de Pettigrew e Meertens (1995), os indivíduos que rejeitam a norma anti-racista não se inibem de exprimir publicamente o racismo tradicional, sendo as suas respostas claramente anti-normativas (racismo flagrante). Os indivíduos que aceitam a norma não exprimem o racismo na sua forma tradicional, mas manifestam expressões mais subtis de racismo que não violam a norma anti-racista, uma vez que esta incide apenas sobre as expressões tradicionais do racismo (racismo subtil). Por sua vez, os que internalizaram a norma, rejeitam ambas as formas de racismo, uma vez que a norma anti-racista se enquadra no quadro de valores igualitários mais gerais (igualitarismo).

Resumindo: o racismo flagrante é claramente antinormativo; o racismo subtil corresponde à aceitação da norma, acompanhada de expressões de racismo não censuradas por esta); e igualitarismo corresponde à internalização da norma, com base em valores igualitários.

---

<sup>10</sup> Uma vez que estes processos não são centrais nesta discussão não nos debruçaremos detalhadamente sobre eles remetendo para uma revisão da literatura dos processos de influência social: Garcia-Marques (1993/2000).

Segundo os autores, o conceito de racismo subtil permite sintetizar num só conceito expressões de racismo ligadas a configurações de valores individualistas (racismo simbólico) e expressões que não põem em causa um auto-conceito igualitário dos indivíduos (racismo aversivo).

Os autores realizaram um estudo no âmbito do Eurobarómetro de 1988, envolvendo amostras aleatórias e representativas de quatro países europeus, questionadas sobre diferentes grupos-alvo minoritários: na Inglaterra os grupos-alvo foram os ‘antilhanos’ e os ‘asiáticos’; em França os ‘norte-africanos’ e os ‘asiáticos’; na Holanda os ‘surinameses’ e os ‘turcos’; e na Alemanha os ‘turcos’ (Pettigrew e Meertens, 1995)<sup>11</sup>.

Os autores identificaram (tanto na amostra global como em cada uma das subamostras), dois factores correlacionados: o preconceito flagrante e o preconceito subtil. O preconceito flagrante integra duas dimensões: a rejeição do grupo-alvo e a percepção de que este constitui uma ameaça; e a rejeição de intimidade com membros do grupo-alvo. O preconceito subtil integra três dimensões: a percepção de que o grupo-alvo não se ajusta aos valores tradicionais da sociedade (nomeadamente aos valores de trabalho e sucesso); a acentuação das diferenças culturais entre o grupo-alvo e o endogrupo; e a negação de emoções positivas relativamente aos membros do grupo-alvo. Para compreender a expressão do preconceito flagrante e do preconceito subtil no conjunto das amostras, os autores usaram uma série diversificada de variáveis independentes<sup>12</sup>.

O racismo flagrante encontra-se associado à diferenciação no plano biológico (racialização) enquanto que o segundo se associa à diferenciação no plano cultural (eticização). O facto de ambos os factores se encontrarem fortemente correlacionados “mostra que se está perante duas dimensões diferentes de um mesmo fenómeno” (Vala, Brito e Lopes, 1999b, p.37).

Nas várias amostras europeias verifica-se uma maior adesão ao racismo subtil do que ao racismo flagrante, o que apoia a hipótese de partida dos autores, segundo a qual

---

<sup>11</sup> Posteriormente estas foram aplicadas noutros países europeus que entretanto se tornaram também eles países de imigração: na Itália o grupo-alvo foram os ‘marroquinos’ (Arcuri e Boca, 1999); e em Portugal os ‘imigrantes negros’ (Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999a), assunto que desenvolveremos na próxima secção.

<sup>12</sup> Para uma descrição detalhada destas dimensões do racismo e uma discussão sobre as variáveis predictoras ver Meertens e Pettigrew (1999), Pettigrew e Meertens (1995), e Pettigrew (1999); a sua relação com pesquisas precedentes é apresentada pelos autores do modelo nos capítulos com que contribuem para este livro.

o racismo flagrante é percebido como anti-normativo, mas não o racismo subtil. Contudo, não devemos “esquecer que os dados foram recolhidos através de questionário, quer dizer, em condições que não facilitam a expressão do racismo tradicional anti-normativo, e em que os respondentes têm controlo sobre as suas respostas” (Vala, Brito e Lopes, 1999b, p.38).

Relativamente a outras conceptualizações sobre os ‘novos racismos’, a proposta de Pettigrew e Meertens (1995) tem a vantagem de colocar claramente a análise do racismo no âmbito dos processos intergrupais, e de salientar a importância das questões de ordem normativa nas novas expressões do racismo (Vala, 1999).

De salientar que os diversos estudos realizados pelos diversos autores mencionados relativamente a esta temática apenas apresentam a perspectiva dos membros dos grupos maioritários ou dominantes, deixando na sombra as percepções que os membros dos grupos vítimas de racismo têm destes processos. Este ‘esquecimento’ a que são votados os membros das minorias por parte dos investigadores constitui só por si uma discriminação digna de registo e limita o avanço do conhecimento científico nesta área.



## 1.4 O contexto português

### 1.4.1 Colonialismo, identidade nacional e representações do ‘negro’

“Devemos organizar cada vez mais eficazmente e melhor a protecção das raças inferiores cujo chamamento à nossa civilização cristã é uma das concepções mais arrojadas e das mais altas obras da colonização portuguesa.”

António Oliveira Salazar, 1935

“Aos olhos desses alguns, as músicas, a dança, as línguas, a filosofia, as religiões africanas são ‘coisas’ e coisas sem importância. O próprio homem africano é submetido a esse processo. Na sua mente, nós somos coisas desprezíveis, destituídas do valor humano que têm todos os homens sobre a terra. Logicamente, deste processo de ‘coisificação’ passa-se com a maior facilidade para a violência e a imoralidade.”

Agostinho Neto, 1959

Portugal foi durante muito tempo perspectivado como um país ‘homogéneo’ em termos linguísticos, culturais e religiosos (por exemplo: Dias, 1950/1990, p.139; 1961, p.121), mas também como possuindo um “temperamento paradoxal que explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da história portuguesa” (Dias, 1950/1990, p.146). Por seu turno, Eduardo Lourenço refere ser difícil encontrar "um país tão *centrado*, tão concentrado, tão bem definido em si mesmo como Portugal" (1990, p.10), mas constata também o “gozo da diferença” (1990, p.10).

Numa investigação sobre a identidade nacional Joana Miranda refere que, desde o período dos *Descobrimentos*, Portugal revestiu-se de uma ‘identidade mítica’, uma identidade imaginária já expressa por Luís de Camões em *Os Lusíadas*. Segundo a autora, somos um povo com um elevado grau de ‘segurança ontológica’, isto é, sabemos quem somos e para onde vamos, e salienta “o contraste entre o sentimento de segurança ontológica e a realidade da nossa fragilidade objectiva, se nos pensarmos em termos de pura força económica, política, tecnológica ou científica” (Miranda, 2001, pp.13-14).

Não nos vamos aqui debruçar sobre as questões da identidade nacional a não ser aquelas que se prendem especificamente com a nossa relação com um Outro específico: o Negro. Não deixa de ser curioso que tendo o território português sido

permanentemente um palco de fluxos migratórios, por onde passaram e ficaram povos das mais diversas origens, se continue a perspectivar Portugal como um país homogéneo.

A presença de diferentes ‘povos’ no actual território português é anterior à era cristã. Aqui residiram e se cruzaram *Iberos, Lusitanos, Fenícios, Romanos, Celtas, Visigodos* e *Mouros*. A partir do século VI registou-se a presença de *Judeus*, os quais constituíram comunidades dispersas pelo país, revestindo-se de particular importância as judiarias de Lisboa e do Porto. Os *Ciganos* iniciaram a sua deslocação para Portugal no século XV e a sua presença foi-se tornando cada vez mais significativa com o tempo (Rocha-Trindade, 1995, p.197).

A presença de *Negros* em Portugal a partir do século XV foi uma consequência da política de expansão inaugurada pelos primeiros reis da dinastia de Avis. José Tinhorão no livro *Os Negros em Portugal: Uma presença silenciosa* (1988/1997) faz uma análise da presença e a participação dos negros na vida portuguesa, desde os primórdios da nacionalidade até século XX. Recorrendo a materiais tão diversos como a legislação produzida, a literatura histórica, a literatura de cordel, o teatro, as festas e romarias populares, a música e a dança. Para além de averiguar a participação dos negros na vida portuguesa, especialmente no seu papel de trabalhadores no artesanato, no serviço doméstico, no campo, e nos “serviços mais sujos e pesados” (Tinhorão, 1988/1997, p.107). A sua análise remete-nos para os papéis que os negros eram chamados a desempenhar e também para as representações do negro na cultura popular, embora essa apresentação não seja realizada de forma sistemática.

Segundo o autor, a partir do século XIV são frequentes nos registos históricos as referências ao *negro*, sendo a palavra usada tanto para designar ‘mouros’ como ‘africanos’. A palavra era também usada como apelido identificador da cor da pele: David Negro, Pêro Palha, Luís Mulato, Rita Malhada (Tinhorão, 1988/1997).

Uma dúvida que muitas vezes tem ocorrido a historiadores e estudiosos da antropologia e dos costumes em Portugal, diante da documentada presença de negros africanos durante mais de três séculos no país, é a de saber até que ponto essa minoria étnica se relacionou com os naturais, em termos de cruzamento. Na opinião de Tinhorão, a maioria dos autores portugueses, visivelmente influenciados pelos preconceitos racistas, tomou como problema os possíveis vestígios de ‘nódoas

pigmentares' (expressão de Pedro d'Azevedo, 1903, citado por Tinhorão, 1988/1997, p.406) para concluir quase sempre como Mendes Correia que "a proporção de negróides, mulatos ou negros na nossa gente metropolitana é escassíssima", que os "Portugueses não têm afinidades hemáticas com os negros africanos" e "têm-se acumulado os comportamentos comprovativos de que são reduzidíssimos os vestígios das influências negríticas ou simplesmente negróides na população portuguesa actual" (1938, citado por Tinhorão, 1988/1997, p.405-406).

Esta opinião de Mendes Correia é partilhada por diversos médicos que se preocuparam com a 'pureza bioquímica do povo português'. Por exemplo, Aires de Azevedo (1940, p.32) refere que a "influência das raças coloniais (nomeadamente Hindu e Negra) na pureza bioquímica do povo português, é praticamente nula". E Pires de Lima (1940, p.167) fornece uma indicação mais detalhada:

"Não há dúvida que o nosso fundo étnico provém dos Lusitanos, dos Romanos e dos Germânicos; mas onde quer se topam indícios de influências estranhas. As ideias fatalistas do nosso povo derivam da alma dos Árabes, que deixaram aqui tantas mouras encantadas; onde quer se notam sobrevivências judaicas no espírito mercantil e usurário de tantos Portugueses; e o abominável fado, que muitos consideram indevidamente como a mais típica das canções nacionais, provém certamente da triste música dos escravos negros, que herdamos das Descobertas. Com grande exagêro, tem sido Portugal acusado, sobretudo por alemães, de albergar um povo inferior, de carácter acentuadamente negróide".

Na opinião de Tinhorão, este conjunto de opiniões mostra que os autores portugueses, em geral, preferem não aprofundar o tema, talvez para não cair em contradições gritantes, como a de Mendes Correia na conferência onde, após sugerir que "se tenha exagerado a prolificidade dos escravos em Portugal", cita longamente a conclusão de Oliveira Martins, que o contradiz:

"Os escravos, repugnante legado da descoberta da África e do domínio ultramarino, punham na sociedade uma mancha torpe; e na fisionomia das massas, borrões de cor negra, pelas ruas e praças da capital. Tinham-se e tratavam-se como gado. Criavam-se rebanhos de mulheres para crias, porque um pretinho novo, desmamado apenas, já valia 30 a 40 escudos. As negras soíam ser fecundas e inçavam as casas de negrinhos e mulatinhos, como diabos, chocarreiros, ladinos, quem não gostaria deles?" (citado por Tinhorão, 1988/1997, p.406).

Conclui Tinhorão que, diante de tais exemplos, o mais razoável a fazer seria reunir e apreciar sem pré-julgamentos as informações disponíveis sobre como se processou, desde o início dos contactos com a África Negra, na segunda metade do século XV, o relacionamento entre a sociedade branca e os escravos que daquele continente chegavam cada vez em maior número. O autor refere que a indiferença científica e o preconceito oficial teriam conduzindo “ao esquecimento da dívida inegável da nação e da gente portuguesa à força de trabalho e ao sangue dos negros africanos” (1988/1997, p.422).

Segundo o historiador Valentim Alexandre (1999, p.133) o moderno Império de Portugal em África constrói-se no século XIX, a partir da independência do Brasil (declarada em 1822 e reconhecida em 1825), após a qual o poder imperial português fica reduzido a uma expressão menor, sendo neste contexto, muito desfavorável, que nascem os primeiros projectos de formação de um novo Império, centrado no Continente Africano.

Segundo o autor, coube a Sá da Bandeira formular e dar expressão política ao mais consistente desses projectos - o único que, rompendo com as práticas correntes, toma por base a abolição imediata do tráfico de escravos e, a prazo, a da própria escravatura. Para justificar as medidas abolicionistas, Sá da Bandeira valia-se das disposições da Carta Constitucional, que consagrava a “inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses” e que concedia a cidadania portuguesa a quem tivesse nascido “em Portugal ou seus domínios”. Partindo destes princípios Sá da Bandeira concluía: “é positivo que os habitantes portugueses das províncias da Africa, da Ásia e da Oceânia, sem diferença de raça, de cor ou de religião, têm direitos iguais àqueles de que gozam os portugueses da Europa” (citado por Alexandre, 1999, p.134).

No entanto, apesar de traduzido em vários diplomas legais, o abolicionismo de Sá da Bandeira encontrou múltiplas resistências. Alexandre (1999) refere que a proibição do tráfico negreiro em 1836 em pouco contribuiu para a sua efectiva extinção face à posição dos negreiros, que dominavam a vida económica e política das possessões africanas, para além de que a perspectiva abolicionista era também muito minoritária na própria metrópole, sendo geralmente atacada como uma simples utopia, que poderia pôr em causa a soberania nacional nos territórios do Continente Negro. Para a ideologia dominante “a raça negra estava irremediavelmente ferida por uma inferioridade inata:

tratar-se-ia de uma "população selvagem", "essencialmente indolente", inclinada por natureza à embriaguez e ao roubo, que não conhecia nenhum dever social nem experimentava "sentimento do amor à família" ou o do amor do próximo", concepção essa que legitimava o tráfico de escravos e a escravatura:

“o debate ideológico tem, como pano de fundo, uma realidade fortemente marcada pela persistência do tráfico negreiro e de formas de produção baseadas na coerção (trabalho escravo ou trabalho forçado) contrariamente aos mitos correntes, alimentados ainda hoje por certa historiografia, da prioridade portuguesa na abolição do comércio negreiro e da escravatura” (Alexandre, 1999, p.135).

Segundo Alexandre o predomínio desta ideologia só iria esbater-se na década de 1870, época em que Andrade Corvo retoma e aprofunda muitos dos temas enunciados por Sá da Bandeira. A manifestação mais clara dessa renovação está na lei de 29 de Abril e 1875 que extingue o trabalho servil nas colónias. No âmbito da política colonial defende-se “a integração dos povos das possessões no conjunto nacional, de preferência por aliança com os ‘chefes indígenas’ e preservando as instituições tradicionais africanas, nas quais via um embrião da vida democrática” (1999, p.136).

Para Andrade Corvo a grande maioria das populações africanas seria susceptível de progredir e civilizar-se, recuperando do seu atraso histórico. Caberia à Europa abrir-lhe o caminho, mostrando aos “povos selvagens” as formas de “domínio do homem sobre as forças da natureza pela ciência”, ao mesmo tempo que se lhes inculcaria uma superioridade moral da civilização cristã “fundada na igualdade de todos os homens, na paridade de todas as raças e no progresso em comum de toda a humanidade” (1883/1887; citado por Alexandre, 1999, p.136).

Mas a política de Andrade Corvo teria sucumbido rapidamente, não resistindo à emergência de uma forte corrente de nacionalismo populista nos finais da década de 1870. Nas colónias, as formas coercivas de trabalho e o próprio tráfico de escravos impuseram-se de novo, contra o disposto no regulamento de 21 de Novembro de 1878, de imediato infringido por regulamentos locais, com a complacência do governo de Lisboa (Alexandre, 1999, p.136).

No campo ideológico, o ‘racismo científico’ recorre aos tópicos recém-desenvolvidos pelo darwinismo social e pela antropologia física, que ilustrámos no ponto 1.3.1. Oliveira Martins (1880/1953, pp.262-265) fornece-nos um exemplo:

"Sempre o preto produziu em todos esta impressão: é uma criança adulta. A precocidade, a mobilidade, a agudeza próprias das crianças não lhe faltam; mas essas qualidades infantis não se transformam em faculdades intelectuais superiores. Resta educá-los, dizem, desenvolver e germinar as sementes. [...] Não haverá, porém, motivos para supor que esse facto do limite da capacidade intelectual das raças negras, provado em tantos e tão diversos momentos e lugares, tenha uma causa íntima e constitucional? Há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológico inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem. A transição de um para o outro manifesta-se, como se sabe, em diversos caracteres: o aumento de capacidade da cavidade cerebral, a diminuição inversamente relativa do crânio e da face, a abertura do ângulo facial que daí deriva, e a situação do orifício occipital. Em todos estes sinais os negros se encontram colocados entre o homem e o antropóide.[...] A ideia de uma educação dos negros é portanto, absurda não só perante a História, como também perante a capacidade mental dessas raças inferiores. [...] Que será daqui por muitos séculos das raças negras? Obedecendo a leis inerentes à existência do homem sobre a Terra, terão desaparecido, em vez de se terem civilizado" (citado por Alexandre, 1999, pp.136-137).

Segundo Alexandre, a doutrina expressa neste texto é uma ilustração de uma "teoria geral da história, muito elaborada e muito coerente, que Oliveira Martins expõe noutras obras". Na sua base, estava a ideia de uma desigualdade congénita das diversas " 'raças naturais', biologicamente distintas e irredutíveis. De entre elas, a superioridade caberia à ariana, destinada a criar a civilização europeia e a dominar o mundo, submetendo ou exterminando os povos inferiores". As consequências desta teoria, no domínio da política colonial, eram óbvias. Segundo Oliveira Martins, seria absurda a aplicação da Carta Constitucional à "pretaria" de Angola, sendo a utilização do trabalho forçado do negro a única forma de criar "colónias fazenda" proveitosas à economia nacional (Alexandre, 1999, p.137)

Alexandre salienta que estas ideias tiveram larga aceitação nos meios imperiais portugueses. António Enes (Governador de Moçambique), desenvolveu o tema do trabalho obrigatório, justificando o exercício de uma "compulsão" sobre "entes quase impensantes e impulsivos para os arrancar à ociosidade", considerando que o Estado não devia "ter escrúpulo de obrigar e, sendo assim, de forçar a trabalharem, isto é, a melhorarem-se pelo trabalho, a adquirirem pelo trabalho meios de existência mais feliz, a civilizarem-se trabalhando, esses rudes negros da África, esses ignaros párias da Ásia, esses meios selvagens da Oceânia" (Enes, 1899; citado por Alexandre, 1999, p.138),

tendo participado num regulamento de 9 de Novembro de 1899 que, revogando o de 1878, consagrará de novo o trabalho obrigatório.

A mesma perspectiva contribuía para justificar a apropriação de terras em África, uma vez que aos negros faltava a noção de propriedade, para defender a aplicação aos "indígenas" de um direito penal específico, fortemente repressivo, que seria o único eficaz perante povos selvagens, e ainda para preconizar a limitação da educação dos africanos aos mais simples rudimentos “sendo tudo mais inútil e mesmo prejudicial” (Alexandre, 1999, p.138).

É dentro desta perspectiva que Eduardo Ferreira da Costa (1901), no primeiro Congresso Colonial, apresenta uma comunicação na qual faz a apologia de um “despotismo atenuado” para governo das colónias: negação do princípio da liberdade de imprensa e do direito de sufrágio; e a instauração de um “regime militar”, nos territórios ainda não inteiramente “pacificados”, com a concentração de todos os poderes nas mãos dos governadores e a utilização de processos militares sumários na administração. Em qualquer caso, a lei aplicável a ‘europeus’ e a “indígenas” não poderia ser igual, pois:

"as razões antropológicas, as razões sociais, mostrando a disparidade de caracteres étnicos, de usos e de instintos, e a inferioridade manifesta do selvagem, evidencia[vam] a necessidade de aplicar diferentes sistemas de governo a raças tão diversas e de manter nas mãos dos mais civilizados, como dos mais dignos, a tutela dos mais selvagens e primitivos, como de uma classe desgraçada ou incompleta da sociedade humana" (Costa, 1901; citado por Alexandre, 1999, p.139).

Segundo Alexandre, esta seria a doutrina dominante nos começos do século XX, em plena época da ocupação militar dos territórios coloniais. No entanto, algumas vezes davam um maior crédito às possibilidades de “civilização” e de assimilação da raça negra - embora sempre num futuro longínquo, após uma longa evolução. Paiva Couceiro (Governador de Angola, 1907-1909), apontava como objectivo final da colonização de Angola a sua transformação numa “grande província portuguesa”, dando “cunho nacional à totalidade do seu povo”, a constituir por “portugueses do Velho Continente”, pelas “raças nativas” e por uma “percentagem devidamente doseada de estrangeiros adventícios”. Para o “integramento final de todas as populações dentro da paz, da ordem e do progresso da hegemonia portuguesa” que, na sua perspectiva, levaria centenas de anos a realizar (1948; citado por Alexandre, 1999, p.139).

Esta ideia de integração nacional será continuada por Norton de Matos (Governador de Angola, 1912-1915, 1921-1923). Os seus planos tinham como elemento essencial fomentar a emigração metropolitana para Africa, única forma de transformar o ultramar no "prolongamento da nacionalidade, brilhante receptáculo da nossa língua, campo vastíssimo à expansão da nova civilização [...] abençoada pelos povos primitivos que a História nos entregou para os elevarmos até nós" (Norton de Matos, 1926; citado por Alexandre, 1999, pp.139-140). Uma vez estabelecidas a hegemonia e a civilização nacional, processo que duraria séculos, seria então possível a fusão das raças em presença, sob a égide dos valores portugueses. No entanto, durante as gerações mais próximas, a conservação do domínio de Portugal exigiria uma rigorosa separação racial, de modo a evitar a diluição dos elementos de civilização (Norton de Matos, 1926; citado por Alexandre, 1999, p.140).

A necessidade de consolidar o espaço colonial e de o desenvolver economicamente teria estado na origem da promoção de um inquérito etnográfico em 1912 ou, no mesmo ano, a criação do Museu Etnográfico de Angola e Congo (cf. Pereira, 1986, p.201). Nessa linha, a acção de Norton de Matos em Angola, nomeadamente na sua primeira governação (1912-15), parece ter contribuído para estimular o interesse pelo conhecimento dos nativos das colónias. Criará assim o Serviço dos Negócios Indígenas, «cuja principal função consistia na codificação dos "usos e costumes indígenas"» (cf. Pereira, 1986, p.202). No entanto, a crise gerada pela I Guerra Mundial acabaria todavia por suscitar um notório refluxo no entusiasmo pelos projectos coloniais (Cunha, L., 2001, pp.112-113).

A emergência do Estado Novo marcará uma inversão nesta política colonial com o retorno à "arrumação" simplificadora das sociedades em duas esferas distintas – "civilizadas" vs. "primitivas", exigindo a conceptualização de mecanismos capazes de atenuar as diferenças pela absorção gradual da "civilização" por parte daqueles que eram supostos não a possuírem. Esta política dará lugar à elaboração de diversos projectos assimilacionistas que Moutinho (1980, p.49) designará por “acção etnocidária”, na medida em que fazia tábua rasa das culturas dos povos colonizados (Cunha, L., 2001).

Na opinião de Alexandre, estaríamos perante uma concepção “fortemente etnocêntrica, muito marcada pelo nacionalismo exacerbado que, desde o último quartel



de Oitocentos, tomara a quase totalidade das elites políticas portuguesas” (Alexandre, 1999, p.140). Um dos aspectos fundamentais subjacentes a esta ideologia era a ideia de uma "finalidade" ou de uma "missão" a cumprir por Portugal no ultramar, como portador dos valores universais da civilização face aos "povos primitivos" (Alexandre, 1999; Cunha, L., 2001). Este espírito de ‘missão’ foi uma das ideias fortes do Estado Novo e viria a ser expresso formalmente no Acto Colonial de 1930.

No início do Estado Novo, à entrada da década de trinta, o império está à beira da falência, sendo a sua importância "muito maior no plano político e ideológico do que no campo económico" (Rosas, 1994, p.131). Pode mesmo dizer-se que, embora no plano político e jurídico se expresse a intenção de promover o desenvolvimento económico, parece ser mais ao nível simbólico que o império assume a sua verdadeira importância (Cunha, 1994).

Um breve olhar pela legislação produzida na primeira fase do Estado Novo, ajuda-nos a perceber tanto o esforço de desenvolvimento, quanto o apelo ao império como factor de mobilização nacional. Braga da Cruz afirma não ser "possível entender cabalmente o nacionalismo autoritário do salazarismo sem uma referência à sua dimensão colonial, não só porque o colonialismo do Estado Novo foi um colonialismo nacionalizador, mas também porque o próprio nacionalismo foi intrinsecamente determinado pela situação colonial" (Braga da Cruz; citado por Silva, 1989, p.141).

Em 1926 são publicadas as Bases Orgânicas da Administração Colonial, onde se vinca a necessidade de remodelar a administração colonial. Pela primeira vez se fala de "império colonial" (cf. Silva, 1992, p.358), o que evidentemente nos remete para a importância estratégica que tal ideia começa então a assumir, e em 23 de Outubro é aprovado o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas* pelo Decreto nº12533 (Rosas, 2000, p.320).

Aprovado pelo decreto n.º 28570 de 8 de Julho de 1930 e tornado constitucional em 1933, o *Acto Colonial* exemplifica de forma clara o desejo de reafirmação do país através da revalorização das colónias: "É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam" (Art. 2; Silva, 1989, p.118).

Armindo Monteiro (Ministro das Colónias; 1931-1935), considerado o principal propagandista da ideia imperial na primeira fase do *Estado Novo*, retoma e dá força aos temas da vocação colonial do país, e da especial capacidade do povo português para lidar com as populações "indígenas" do ultramar, muito generalizados em Portugal desde a época da partilha de África (Cunha, L., 2001, p.95).

O antropólogo Luís Cunha (2001) analisou detalhadamente a documentação produzida no âmbito de dois eventos concretos marcantes durante este período: a *Exposição Colonial* do Porto (1934) e a *Exposição do Mundo Português* em Lisboa (1940). Referindo-se ao primeiro destes eventos, o autor salienta, por um lado, o discurso de exaltação do império e, por outro, a sua tónica pedagógica. Através da exposição procurou-se “cativar interesses e vocações, mas sobretudo demonstrar a verdadeira dimensão e vocação do país”. A exposição da “vastidão geográfica” da nação permitiria negar a sua “pequenez europeia”, evidenciando “o valor da alma missionária e civilizadora portuguesa”. Neste sentido, face à ameaça de outras potências coloniais europeias que cobiçavam o solo português, pretendia-se evidenciar “os direitos históricos e morais de possuir um império” e legitimar as expectativas de um “novo ciclo político” com vista à consolidação destes direitos (Cunha, L., 2001, p.95).

Armindo Monteiro (Ministro das Colónias) na sessão inaugural da exposição procurou precisamente vincar o carácter imperial da nação portuguesa: apesar das suas limitações económicas, Portugal consegue realizar uma obra válida porque possui uma verdadeira ‘vocação’ colonial, exercitada por séculos de contacto com povos longínquos. Esta "Predestinação histórica" ou "pesada tarefa" abraçada por Portugal fez com "que se acrescentem territórios ao mundo e novos povos recebam as luzes da civilização" (Salazar, 1935, p.237; citado por Cunha, L., 2001, p.97).

Por exemplo, Octávio Sérgio ao relatar a sua visita à exposição (1934, p.42), onde o seu olhar deambulou brevemente pela "pretalhada", refere que o que realmente o impressionou foi um monumento erguido ao "Esforço da Raça" que descreve da seguinte forma:

“Uma figura máscula, bem musculada, ergue os braços ao ritmo do abrir das asas, sobre a meia calote do globo; a ouro escritas estas palavras: Europa, África, Ásia, América, Oceania. Por baixo, a legenda camoneana: - ‘Se mais mundo houvera lá chegara’” (1934, p. 47; citado por Cunha, L., 2001, p. 99).

Sintetizando o material analisado, Luís Cunha refere:

“Seres que conservam do ‘primitivismo’ a nota exótica, os nativos que a Exposição Colonial mostra apresentam-se docilizados, convenientemente submetidos aos desejos de uma ‘autoridade superior’, sem que, todavia, se tenham tornado já seres plenamente civilizados, pois importa fazer notar que ‘dum selvícola, que só conhece o ritmo sensual do seu *batuque* e a simplicidade primeva da sua esteira, não se faz, de golpe, um *cidadão*’” (1934, p. 185; citado por Cunha, L., 2001, p. 100).

Na opinião do autor, as imagens e os discursos sobre os ‘indígenas’ devem ser entendidos “como prova de dois factos convergentes: a sua pacificação, que os tornou súbditos do estado português; e a necessidade de os fazer ainda evoluir no sentido da aquisição de uma cidadania plena” (Cunha, L., 2001, p.100).

No número especial que a revista *Civilização* dedica à exposição, os ‘indígenas’ são desprovidos da palavra, mas constituem o essencial da ilustração da revista, onde se evidencia a “sensualidade de corpos seminus” ou o “exotismo das roupas e adornos”. Assim, “é pela imagem que o discurso do colonizado se constrói, num processo onde o olhar de quem domina estabelece as regras decisivas do processo de comunicação” (Cunha, L., 2001, p.101). Neste sentido o autor afirma que fica elucidado de forma clara que “possuindo uma *imagem*, o indígena não parece possuir ainda uma *alma* e essa ausência remete-o inevitavelmente ao silêncio” (Cunha, L., 2001, p.101).

Na análise que faz das diversas conferências a bordo do *Cruzeiro de Férias* que levou jovens portugueses a visitar as Colónias, Luís Cunha refere que os conferencistas nunca atribuíam relevo à diversidade dos ‘nativos’, sendo estes “sempre designados genericamente por *pretos*, do mesmo modo que o universo de práticas culturais se reduz quase sempre ao sedutor *batuque*”. Por exemplo, Jorge Brutus Cardoso (1935) enfatiza “a ingenuidade e criancice dos pretos, que apreciam ainda as bugigangas berrantes” (1935, p.303, citado por Cunha, L., 2001, p.111). Mais tarde, Marcelo Caetano, Director Cultural do referido cruzeiro, salientou a importância deste evento na formação moral e patriótica de potenciais novos administradores, cuja acção mais valiosa seria o “domínio das almas” (1936, p.379; citado por Cunha, L., 2001, p.110).

*Os Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* (1934) oferecem-nos uma clara demonstração do saber antropológico da época sobre os

‘indígenas’. A título meramente ilustrativo iremos referir algumas das comunicações apresentadas na secção de Psicologia.

A comunicação de Mendes Correia, sobre o ‘*valor psico-social comparado das raças coloniais*’ apresenta os resultados de um inquérito no qual se procurava estabelecer um ‘índice de eficiência racial’ (1934, p.386) baseado numa adaptação do método de Poteus e Babcock<sup>13</sup>. O inquérito foi efectuado junto de 27 portugueses (missionários, oficiais do exército, médicos, funcionários e outras profissões), que deveriam expressar a sua opinião sobre várias qualidades (a aptidão para o trabalho, a impulsividade, moralidade, sugestibilidade, auto-controle, capacidade de decisão, previdência, tenacidade, inteligência global e educabilidade) das seguintes ‘raças puras’: negros da Guiné, negros de S. Tomé e Príncipe, negros de Angola e Congo, Mucancalas, negros de Moçambique, Indianos, Chineses de Macau e Timor, e Timorenses (1934, p.388).

Tendo presente que o reduzido número de respostas recebidas não permitia conclusões definitivas, os resultados do inquérito não deixavam, no entanto, de fornecer algumas indicações úteis. Por exemplo, os *bantos* manifestavam aptidão para o trabalho mas eram pouco previdentes, no que eram acompanhados pelos *negros da Guiné* e pelos *timorenses*. Quanto à educabilidade e a inteligência global imperava o desacordo entre os informantes, tendo alguns deles considerado os *portugueses metropolitanos* em desvantagem face aos *chinas* e aos *negros da Guiné*! Talvez por isso, Mendes Correia reconheceu a “heterogeneidade complexa das populações das nossas colónias” e salientou a necessidade da “utilização de processos científicos mais directos e seguros do que o de Poteus e Babcock para o conhecimento do valor psico-social das populações, como certos métodos antropológicos e psicotécnicos” (1934, p.393).

---

<sup>13</sup> Poteus e Babcock (1925) efectuaram um inquérito a 25 pessoas (administradores de fazendas, industriais, médicos e educadores – sobre alguns caracteres psico-sociais dos trabalhadores agrícolas e industriais) sobre as qualidades (*group planning capacity, resistance to suggestion, self determination, inhibition of impulse – prudence, resolution – determination, self control, stability of interest, conciliatory attitude, dependability*) de vários ‘grupos raciais’ do Hawai (japoneses, chineses, portugueses, hawaianos, filipinos e porto-riquenses). Sobre os resultados do referido inquérito, Mendes Correia refere: “de passagem, registemos que os portugueses ficaram dum modo geral abaixo dos japoneses e chineses. A verdade é que os ditos autores e os juizes – de certo norte-americanos como aqueles – não mostram muita simpatia por nós...” (p.385). Não deixa de ser curioso que o reconhecimento do etnocentrismo dos americanos não o tenha levado a reflectir sobre o etnocentrismo espelhado nas suas próprias concepções.

Foram precisamente os resultados obtidos através de métodos psicotécnicos ‘mais rigorosos’ que foram apresentados por Leite Costa na comunicação seguinte, sobre a ‘*avaliação mental dos indígenas de Angola*’. A autora aproveitou a presença dos indígenas na exposição colonial para através dos testes de Burt<sup>14</sup> (adaptados dos testes de Binet-Simon) comparar o nível mental destes com os das crianças metropolitanas, tendo concluído o seguinte: “os indígenas de Angola têm? um nível mental correspondente ao das crianças europeias entre os 6 e 13 anos (1934, p.493).

Lima Vidal (Arcebispo de Ossirinco), na sua comunicação sobre os “*autóctones e imigrados na África do Sul*”, ao falar de forma substancialmente abrangente dos povos nómadas da África central, diz-nos estarmos "em presença de uma raça indolente, de um tipo ínfimo de humanidade, por nenhuma esperança, por nenhuma ambição despertada para as lutas da vida e para os progressos que delas provêm" (1934, p.316).

A caracterização dos negros como "crianças grandes" é uma das ideias mais recorrentes, ilustrada na seguinte afirmação de Santos Júnior:

“Não posso deixar de dizer que a alma indígena moçambicana é, no conjunto, infantil. Inegavelmente, nos testes de inteligência e em muitas atitudes, surgem marcadas características infantis. Mas temos de reconhecer que há muito de complexo, de evoluído e de misterioso naquela alma.” (1950, p.28; citado por Cunha, L., 2001, p.125).

Mas o ‘paternalismo’ com que os nativos são encarados é apenas uma das faces do relacionamento colonial. O seu contraponto é o ‘temor da selvajaria’ que marca o indígena. João de Figueiredo (Governador da Província do Niassa), a partir das

---

<sup>14</sup> Não podemos deixar de dar um exemplo dos referidos testes:

“Teste também valioso para se formar um diagnóstico mental é o da construção de uma frase com três palavras dadas. Este teste, que as crianças entre 10, 11 e 12 anos satisfazem de uma maneira mais ou menos completa, construindo com as três palavras dadas uma frase com duas ideias distintas ou duas frases distintas, ou numa só frase distinta, não foi compreendido por nenhum dos indígenas. Nenhum foi capaz de compreender aquilo de que se tratava, nem mesmo os mais pretensiosos. As palavras dadas foram – *porto, dinheiro, rio* – com os quais uma criança da metrópole de 8 anos [...] formulou – *no Porto passa um rio que trás muito dinheiro*”. Leite Costa salienta que apenas um angolano foi capaz de escrever, “mas três frases distintas, o que não satisfazia” o critério do teste: “1) *Porto é uma cidade, segunda capital de Portugal e onde se encontram os barcos*; 2) *Dinheiro é moeda destinada a trocos com objectos*; 3) *Rio contém água para consumo do homem*” (Leite Costa, 1934, p. 399, sublinhados nossos).

informações fornecidas pelas Missões Católicas, salientou a "dimensão perigosa", difícil de controlar ou disciplinar. O 'feiticeiro' encarnaria o lado selvagem dos povos colonizados: "horroroso ser humano", "repugnante indivíduo mata gente para comer carne humana" (Figueiredo, 1939, p.25; citado por Cunha, L., 2001, p.124). Outra dimensão considerada igualmente incontrolada e perigosa é a da 'sexualidade' (Cunha, L., 2001, p.125).

Torna-se por isso necessário orientar os indígenas nos rumos difíceis da civilização, contrariando a sua dimensão marcadamente perigosa. O caminho que o 'selvagem' deve trilhar significa um afastamento face a um primitivismo que ora é grosseiro e violento, ora irracional e incompreensível, mas representa também a perda da ingenuidade infantil frequentemente atribuída aos indígenas, e que os conferencistas do congresso colonial procuram demonstrar cientificamente (Cunha, L., 2001, p.125).

Numa breve análise das teses apresentadas neste congresso podemos constatar que estas espelham aquilo que cientistas anglo-saxónicos procuravam demonstrar 'cientificamente' desde o século XIX em relação a outras minorias *raciais* e *étnicas*, e que, como já referimos, incluíam os Europeus do Sul, e especificamente os portugueses (e.g., Porteus e Babcock, 1925). De salientar, no entanto, o seu carácter 'anacrónico' já que grande parte das comunicações apresentadas se debruçava na 'antropologia física' (*estudo do crânio, dos nervos, dos músculos, da estatura, do índice torácico, do índice cefálico, do índice esquelético, do ângulo de inserção da orelha, etc.*) e na 'biologia étnica' (*os grupos sanguíneos dos indígenas, os problemas causados pela mestiçagem, etc.*) numa altura em que noutros países europeus e nos EUA a antropologia física já era seriamente contestada (Cunha, L., 2001). Esta tentativa de conhecimento das características físicas, psicológicas e sociais dos diferentes tipos de 'indígenas' visava sobretudo um melhor aproveitamento da mão-de-obra disponível no vasto império, e não um reconhecimento da heterogeneidade dos diferentes povos.

Sintetizando alguns dos aspectos fundamentais do relacionamento da metrópole com os povos dos territórios colonizados, Luís Cunha (2001, p.105) destaca: "a negação do princípio da autonomia ?...?; a ambição de 'elevar o indígena para níveis altos de civilização, de o converter, de o ensinar, de o proteger' ?...?'. Referindo-se ao primado da 'unidade do império', o autor salienta ainda o "itinerário de acção política especificamente orientado para as colónias, através do qual se procura consolidar essa

unidade, pela conversão do indígena “aos valores imanentes à *alma humana*” (Cunha, L., 2001, p.105). Ao impor “uma língua, uma fé e uma história ‘superiores’, Portugal fazia-os participar da sua própria identidade” rejeitando a “política de segregação, adoptada por outros países coloniais” (Vieira Machado, 1936, p.103; citado por Cunha, L., 2001, p.106).

Na opinião de Luís Cunha (1994), a análise do processo colonial no plano político e científico é insuficiente para compreender todo o fenómeno “já que em grande parte deixa na sombra a natureza das relações sociais que o sustentam” (p.3). Para descortinar essas relações sociais, isto é, perceber “quais os ‘actores’ e quais os ‘papéis’ que a cada um cabe desempenhar para o bom sucesso do empreendimento colonial” (p.4), o autor empreende uma análise sobre *A imagem do Negro na Banda Desenhada do Estado Novo*”.

Na sua análise de revistas infantis (especialmente, o *Papagaio* e o *Mosquito*) o autor tem em conta duas dimensões: a representação pictórica (a imagem das personagens); e a acção desenrolada (o comportamento atribuído e/ou realizado pelas personagens). O objectivo foi analisar as continuidades e as transformações das representações do negro que acompanharam os acontecimentos históricos, cujo ponto de viragem é a II Guerra Mundial. O autor destaca uma caracterização que tende a dicotomizar-se em duas imagens do negro, as quais simbolizam uma aparente evolução devida à acção civilizadora do Homem Branco: a transformação do negro *selvagem* num negro *civilizado*, isto é, *assimilado*. Mas, como o autor refere, o negro mesmo quando *civilizado*:

“surge quase sempre em posição de subalternidade face ao branco (são frequentemente os criados) ou, pelo menos, integrados numa disciplina que o colonizador define [...] caracterizando-se antes de mais por uma fidelidade estrita ao seu ‘patrão’” (Cunha, 1994, pp.27-28).

Ao nível pictórico os elementos mais salientes da dicotomia *selvagem* - *assimilado*<sup>15</sup> são: o grau de nudez das personagens, oscilando entre “a quase nudez e o uso de roupas claramente ‘modernas’” (p.27); e o contexto situacional que as envolve, a

<sup>15</sup> O autor refere ainda uma terceira categoria, transversal à dicotomia *selvagem/civilizado*, a representação caricatural ou grotesca em que o negro surge como veículo de ‘comicidade’ (Cunha, 1994, p.27).

“selva ameaçadora” ou o “contexto urbano, e mesmo quando este não existe o ambiente natural surge docilizado, como por exemplo quando o africano nos surge protegido pelas missões” (p.28). Mas é sobretudo ao nível dos comportamentos que se opera a diferenciação.

A construção da especificidade identitária do negro acentua-se através do uso de designações em termos genéricos (*preto, selvagem*, etc.). Quando são atribuídos nomes às personagens negras é também notório o reforço dessa especificidade, que é efectuado ora acentuando a marca distintiva da cor (Juca Alcatrão, Neca Choça, Zé Escarumba, Zé Preto, Zé Pretinho, Farrusco, etc.<sup>16</sup>) ora invocando, ironicamente, o seu contrário através do uso da antonímia (surgindo Bola de Neve, Arminho, etc.) (p.30). Algumas expressões remetem ainda para a esfera da animalidade (‘guerreiros selvagens, maus como escorpiões’, ‘como um berro selvagem, o filho das matas esticou-se todo’, etc.) sendo estas acompanhadas de “imagens onde negros e macacos praticamente se não distinguem” (Cunha, 1994, p.30).

A propósito da participação do negro na natureza indómita, Luís Cunha salienta uma interessante ambiguidade:

“se por um lado o negro surge enquadrado harmoniosamente com a natureza que o envolve [...] por outro é frequente apontar-se a sua inépcia para enfrentar as ameaças próprias da selva. Basta notar como a acção dos brancos causa espanto e admiração [...], sendo mesmo solicitada quando a ameaça se torna incomportável pelos indígenas [...]. O negro [...] aparece sempre, mesmo quando no seu próprio contexto, numa posição de inferioridade face ao branco, que munido de instrumentos e saberes que a "civilização" lhe forneceu, se mostra capaz de dominar com eficácia a natureza inóspita que o negro teme apesar de nela se inserir” (1994, p. 30-31).

Ou ainda:

“Impondo-se e dominando um meio natural que não é o seu, o branco define as regras de acesso ao que se apresenta como o saber justo e verdadeiro, aquele através do qual os comportamentos sociais se devem orientar. A educação mostra-se o instrumento eficaz e necessário, senão para o negro perder a sua noção de inferioridade, pelo menos para aceder ao limiar da civilização. Transformados pela

---

<sup>16</sup> Esclarece-se que ‘Escarumba’ significa ‘pessoa de raça negra’ e ‘Choça’ é sinónimo de ‘carvão’ (Cunha, 1994).



educação surgem então os ‘pretos de alma branca’ [...], criaturas que, moldadas pelas missões, eram capazes de cometer acções inesperadas atendendo à sua raça – por exemplo expressando bondade espontânea e desinteressada” (Cunha, 1994, p.31).

Porém, não é tanto ao nível técnico que a educação expressa a sua máxima importância, mas na transformação espiritual: “É pela sujeição da ‘alma’ ao rigor de uma disciplina ‘civilizadora’, que o negro se liberta, quer dizer, que a ‘alma’ se lhe “branqueia” (p.31). A educação apresenta-se portanto como o meio indispensável para aspirar a um novo nível de ‘civilização’. O autor refere que a imagem *positiva* do negro surge frequentemente associada a uma boa prestação escolar (por exemplo: “Os quatro pretinhos espertos são muito aplicados na escola, sempre sossegados e atentos às lições do professor”), isto é, “a expressão de uma positividade está como que dependente da participação do africano nos critérios de ‘civilização’ que o colonizador define” (Cunha, 1994, p.31-32).

Sintetizando, ao ‘selvagem’ corresponde uma imagem negativa do negro caracterizada essencialmente pela *agressividade* associada à acção guerreira, pela *perigosidade* associada às práticas de feitiçaria, e pela *voracidade* associada ao canibalismo, e ainda pela *inabilidade* e *ignorância*. Em contrapartida, ao negro ‘assimilado’ são associados “um conjunto de traços positivos que, em grau de importância decrescente, podemos agrupar da seguinte forma: *prestabilidade, submissão, heroicidade, esperteza/inteligência e habilidade* (p.34). De salientar que a *inteligência/esperteza* só se expressa de forma clara, ainda que restrita, pela participação no universo do Homem Branco (Cunha, 1994, p.33-34). Assim, a construção de uma imagem *positiva* do negro é um mero reflexo da interiorização de um modo de ser que é definido num universo simbólico comum, mas de recursos polarizados para os diferentes actores.

Considerando as revistas infantis abordadas, Luís Cunha refere que até ao início dos anos quarenta predomina a imagem de:

“um negro embrutecido, enredado em práticas perigosa e quase a-humanas, como a agressividade gratuita ou o canibalismo. Quando não é a agressividade a imperar os negros tendem a aparecer como uma espécie de ‘crianças grandes’, facilmente

controladas pela inteligência do branco civilizado [...], mas ainda nessa situação fica a ideia de uma inferioridade intransponível, mas que parece residir mais numa espécie de ‘natureza racial’, que o acesso à educação apenas belisca sem jamais remover” (Cunha, 1994, p.80).

Antes da II Guerra Mundial predomina a imagem do negro *selvagem*, enquanto que depois desta é a do negro *assimilado* que predomina, acompanhando assim a mudança que se efectuou a nível internacional na perspetivação das diferenças ‘raciais’, a que fizemos referência no ponto 1.3.1 (de referir que algumas das revistas correspondiam a traduções de edições estrangeiras). No pós-guerra predomina uma imagem *positiva* do negro, imagem esta que resulta da aceitação dos valores da ‘civilização’ expressa na *submissão* e *lealdade* face ao branco. Aparentemente a distância entre o branco e o negro deixa de ser intransponível, desde que o segundo se submeta ao universo do primeiro. Assim, em ambos os momentos históricos o negro surge como ser ‘dominado’ (Cunha, 1994, p.80).

De notar que a dicotomia entre os negros ‘selvagens’ e os ‘assimilados’ tem o seu paralelismo com uma alteração do estatuto do indígena, introduzida legalmente pelo Decreto de Lei n.º 39 666 de 20 de Maio de 1954 que distinguia entre os *indígenas* e os *assimilados*:

“Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo ?de raça negra? que comprovar satisfazer as cinco condições: 1) Ter mais de 18 anos; 2) Falar correctamente a língua portuguesa; 3) Exercer uma profissão, uma arte ou um ofício que lhe dê um rendimento necessário à sua subsistência e de seus familiares ou das pessoas que estão a ser cargo; 4) Ter bom comportamento e ter adquirido a instrução e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; 5) Não ter sido considerado refractário no serviço militar ou desertor” (Art.º 56; citado por Barradas, 1991, p.74).

Como salienta Luís Cunha (1994, p.19) “o cumprimento das exigências feitas a quem quisesse adquirir o estatuto de assimilado e dessa forma a cidadania, obrigaria o ‘candidato’ a participar do universo cultural do colonizador, dir-se-ia mesmo que a integrar-se nele”. Segundo o autor, se se considerar a figura do ‘assimilado’ como um elemento de aferição do sucesso da missão ‘civilizador’ do colonialismo português, fica clara a sua ineficácia, visto que a percentagem de ‘assimilados’ era bastante reduzida.

Por exemplo, em Angola, segundo os censos de 1940 e 1950 a percentagem de *negros* ‘assimilados’ era apenas de 0,7% (24 221 em 1940 e 30 089 em 1950). Esta percentagem era bastante superior para os *mestiços*: 82,9% (23 244) em 1940 e 88,8% (26 335) em 1950<sup>17</sup> (Bender, 1976/1980, p.216-218). Assim, a aquisição do estatuto era em grande medida uma questão *racial*, já que a percentagem de ‘assimilados’ entre os *mestiços* era muito mais elevada do que entre os *negros*. A distinção entre ‘indígenas’ e ‘assimilados’ e a sua estreita ligação com a questão *racial* poderá estar na origem do desenvolvimento “em Angola de uma hierarquização da cor da pele (‘preto retinto/negro’, ‘preto fulo/mulato/cabrito’, etc.) com grande impacto na estruturação social da sociedade” e cuja influência ainda é visível nos dias de hoje (Delgado, 1997, p.19; Pepetela, 1985).

Por um lado, no pós-guerra verifica-se um estreitamento dos laços entre a economia de Portugal e a das colónias africanas e ganha expressão significativa a emigração da população da metrópole para os territórios de África. Para tal terá contribuído o desenvolvimento económico e do melhoramento das condições sanitárias nas colónias e a “insistente propaganda da ideia imperial levada a cabo pelos aparelhos ideológicos do *Estado Novo*” (Alexandre, 1999, p.141)

Por outro lado, a progressiva autonomia e independência de países anteriormente colonizados por potências europeias tornava o sistema colonial português cada vez mais anacrónico e adensavam-se as ameaças externas sobre ele. Face a este novo contexto, o *Estado Novo* procede a uma inflexão da sua política: em 1951 foram abolidas as designações de ‘império colonial’ e de ‘colónias’, até então utilizadas nos textos oficiais, sendo substituídas pelas de ‘ultramar’ e ‘províncias ultramarinas’. Estas ‘províncias’ formariam com a metrópole um “Portugal uno do Minho a Timor” (Correia, 1999, p.139). No entanto, manteve-se no ultramar o “estatuto dos indígenas” que retirava à grande maioria dos africanos o direito de cidadania. Este só seria abolido em 1961, aquando de um conjunto de reformas efectuadas por Adriano Moreira, entre as quais se destaca a abolição do trabalho obrigatório (Alexandre, 1999, p.143).

---

<sup>17</sup> A população total de Angola segundo os censos de 1940 era constituída por 3 665 829 negros, 28 035 mestiços e 44 083 brancos e nos censos de 1950 por 4 036 689 negros, 29 648 mestiços, e 78 826 brancos (Bender, 1981, p.216).

Segundo Alexandre (1999), esta mudança jurídica e institucional corresponde à adopção do *lusio-tropicalismo* como doutrina oficial pelo regime, teoria formulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1933, 1940).

Analisando a formação da sociedade brasileira, Freyre (1933) realçava os efeitos benéficos do processo de miscigenação biológica e cultural que ocorrera no Brasil, valorizando o papel dos portugueses nesse processo, dada a sua ‘singular predisposição’ para lidar com os ‘povos dos trópicos’ e a sua aceitação dos valores culturais das populações que colonizou. Estas qualidades seriam explicadas pelo próprio fundo étnico do povo português, já de si uma mistura de gentes de diversas origens. Este passado histórico explicaria também o “carácter ‘cristocêntrico’ – e não etnocêntrico - da colonização portuguesa, transmissora de valores universais e não especificamente nacionais” (Alexandre, 1999, p.142). O resultado final da presença de Portugal nos trópicos seria a criação de uma verdadeira ‘civilização lusio-tropical’ fundada na fusão de elementos dos vários povos.

Apesar de ser conhecida em Portugal já nos anos 30, a teoria do *lusio-tropicalismo* foi, na altura, recebida com reservas pelo regime devido, por um lado, à sua apologia da mestiçagem e, por outro, porque a noção de ‘fusão’ dos contributos culturais das diversas raças não se coadunava com “o quadro conceptual, ao tempo dominante em Portugal, que se fundava na oposição ‘entre povos ‘civilizados’ e povos ‘primitivos’ ou ‘selvagens’ (Alexandre, 1999, p.142).

Num contexto político e social europeu onde o princípio da ‘assimilação’ fora substituído por uma cada vez maior autonomia e mesmo independência, era fundamental encontrar justificação para a conservação de um distinto relacionamento de uma metrópole com os espaços africanos que tutelava. O *lusio-tropicalismo* apresentar-se-á então como o instrumento adequado à afirmação da especificidade que o colonialismo português necessitava. De recordar que ainda nos anos quarenta o discurso dos responsáveis políticos era marcado pelo desejo de contrariar a miscigenação. Por exemplo, Marcelo Caetano afirmava em 1945:

"Num só ponto devemos ser rigorosos quanto à separação racial: no respeitante aos cruzamentos familiares ou ocasionais entre pretos e brancos, fonte de perturbações graves na vida social de europeus e indígenas e origem do grave problema de

mestiçamento, grave, digo, senão sob o aspecto biológico, tão controvertido [...], ao menos sob o aspecto sociológico" (1945; citado por Barradas, 1991, p.73).

A partir dos anos 50 assiste-se a uma notória transformação na ênfase com que a relação do colonizado-colonizador é pensada e enfatiza-se a ‘multiracialidade’:

"A maneira de ser portuguesa, os princípios morais que presidiram aos descobrimentos e à colonização fizeram que em todo o território nacional seja desconhecida qualquer forma de discriminação e se hajam constituído sociedades pluriraciais, impregnadas do espírito de convivência amigável, e só por isso pacíficas" (Salazar, 1961, p.18; citado por Cunha, 1994, p.21).

A demonstração da especificidade portuguesa constituía um dos pilares fundamentais para sustentar a conservação de um modelo de colonização cada vez mais desajustado das práticas seguidas por outros países europeus. Mal acabou a II Guerra Mundial o governo português procurou apagar da legislação os indícios mais evidentes de discriminação racial (Alexandre, 1999). Porém, a representação do *negro* mudou mais à superfície que em profundidade, tendo permanecido o paternalismo, que devia continuar a ser exercido sobre os povos das províncias ultramarinas (Cunha, 1994, p.22).

A eclosão das guerras coloniais nos territórios africanos (Angola, 1961; Guiné-Bissau, 1963; Moçambique, 1964; ver Correia, 1999), terá conduzido à acentuação do recurso ao mito do lusotropicalismo pelo regime e à introdução de reformas importantes que, no entanto, não tiveram grande expressão no terreno (Alexandre, 1999, p.143).

Vamos agora referir brevemente alguns depoimentos de Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto, antes do eclodir das guerras, sobre a forma como estes dirigentes nacionalistas das ex-colónias portuguesas percepcionaram o colonialismo português. Nos escassos documentos por nós consultados é evidente uma crítica ao “terreno movediço da luso-tropicalogia” (Pinto de Andrade, 1958/2000, p.43) e uma constante referência aos malefícios do processo de assimilação a que foram sujeitos os povos africanos (Cf: Pinto de Andrade, 1958/2000, 1961/2000; Neto, 1959/2000). Por exemplo, Pinto de Andrade refere:

“No caso português a assimilação traduziu-se sempre praticamente por uma desestruturação dos quadros negro-africanos e a criação de uma *elite*, quantitativamente reduzida. Ela apresenta-se como a receita mágica que conduziria o indígena depois das trevas da ignorância até à luz do *saber*. Uma forma de passagem do *não-ser* ao *ser* cultural, para empregar a linguagem hegeliana” (1961/2000, p.58).

Mais adiante, salientando a perda de ‘autenticidade’ dos povos africanos, refere:

“O peso do *assimilacionismo* sofrido por todos pesava sobre os ombros. Com efeito, não somente nos dávamos conta de todo o artifício da nossa formação intelectual mas igualmente da dificuldade para nos encontrarmos a repensar pelos nossos próprios meios os valores negro-africanos. Era preciso rasgar o véu que nos obnubilava, para permanecermos nós mesmos” (1961/2000, p. 63).

Na mesma linha de ideias Agostinho Neto (1959/2000) critica o facto de as línguas tradicionais não serem faladas nas escolas nem nos meios de comunicação social (jornais, rádio, etc.), apenas encontrando “guarida em sorridentes e paternais caçadores do exótico”, fazendo com que a cultura angolana não se possa desenvolver (p. 49). E acrescenta:

“é mais triste que espantoso que uma grande parte de nós, os chamados “assimilados”, não sabe falar ou entender qualquer das nossas línguas! E isto é tanto mais dramático quanto é certo que pais há que proíbem os filhos de falar a língua dos seus avós. É claro, quem conhece o ambiente social em que estes fenómenos se produzem e vê dia a dia o desenvolvimento impiedoso do processo de ‘coisificação’ não se admirará de tanta falta de coragem. Este desconhecimento das línguas que impede a aproximação do intelectual junto do povo cava um fosso bem profundo entre os grupos chamados ‘assimilados’ e ‘indígenas’” (1959/2000, p. 51).

Agostinho Neto salienta que “a assimilação é um processo complicado e sempre doloroso” (1959/2000, p.52) visto que:

“o ‘assimilado’ é um indivíduo que se encontra entre dois mundos. Desenraizado, sem laços que o unam ao seu povo, sem a sua língua, sem os meios de realizar a sua vida conforme a sente, não se encontra também no mundo europeu, cujos costumes adoptou, cuja língua fala, cujos hábitos pratica, sem que todas essas características culturais sejam de facto sentidas, sem que façam parte do seu eu” (p.52).

Na opinião de Alexandre (1999) o mito do luso-tropicalismo não se dissipou com a ‘queda do Império’, em 1975, continuando a circular de forma difusa. Segundo o autor esta persistência deve-se, por um lado, “ao peso avassalador dos aparelhos ideológicos do *Estado Novo* na formação das mentalidades, com consequências a longo prazo” e, por outro, ao paralelismo entre o luso-tropicalismo e “algumas das ideias de fundo do nacionalismo português (a capacidade colonizadora, a faculdade de relacionamento harmonioso com os povos de outras raças, a missão civilizadora do país)” (pp.143-144).

A partir dos materiais analisados e das sínteses fornecidas pelos autores que citamos torna-se claro que os traços outorgados ao ‘negro’ remetem para um ser com forte ligação à natureza: são ‘crianças grandes’, incapazes de dominar os seus impulsos e de tomar conta de si próprios e, embora possam manifestar certa ‘esperteza’, são privados de inteligência. A imagem do negro oscila entre a atracção do exótico (o batuque, as danças, os corpos sensuais) e a repulsa (são agressivos, perigosos, feiticeiros, têm uma sexualidade descontrolada). Quando ‘assimilados’, isto é, dominados e disciplinados, manifestam alguns traços *positivos*, mas estes só se expressam pela sua submissão ao sistema de valores do Homem Branco, a sua dependência e obediência. Os papéis que lhes são destinados são ligados à execução e não à concepção de algo, uma vez que podem imitar mas são incapazes de criar, são papéis subordinados. Os Negros são considerados essencialmente como força de trabalho, mas também podem ser fonte de divertimento e entretenimento para o Homem Branco.

Sintetizando, estamos perante seres limitados a um modo de ser específico, que mesmo depois de ‘civilizados’, permanecem fora da ‘história universal’ (Amâncio, 1998; Chombart de Lauwe, 1983-1984; Guillaumin, 1972). De salientar ainda que segundo a ideologia vigente durante o *Estado Novo* “estariamos perante raças inferiores, por *essência* e não por *acidente* histórico sendo parte delas votadas à extinção, por ‘insusceptíveis de aperfeiçoamento’” (Alexandre, 1999; itálico nosso).

Bem diferente é a representação dos portugueses expressa pelos autores que durante este período se dedicaram a descrever a identidade nacional (e.g., Dias, 1950/1990; Leão, 1960/1992). Numa recente investigação sobre a identidade nacional, Miranda refere:

“quando se lêem descrições e análises sobre Portugal, encontra-se um conjunto de teorias míticas e messiânicas, insistentes e carregadas de emotividade, relativas ao destino universal do povo português, ao seu ‘insondável mistério’, à sua irredutível originalidade. [...] Se nos parece relativamente fácil afirmar que o Portugal de hoje, apresenta uma elevada identidade nacional, não nos podemos esquecer que tal identidade, tal como existe hoje, resulta de um processo histórico que atravessou, fases diversas, até atingir a expressão que actualmente lhe conhecemos” (2001, pp. 18-19).

Jorge Dias (1950/1990) define a *personalidade base* do povo português da seguinte forma:

"o português é um misto de sonhador e de homem de acção, ou melhor, é um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista [...]. O português é, sobretudo, profundamente humano, sensível, amoroso e bondoso, sem ser fraco. Não gosta de fazer sofrer e evita conflitos, mas, ferido no seu orgulho, pode ser violento e cruel. É [...] fortemente individualista, mas possui um grande fundo de solidariedade humana. O português não tem muito humor, mas um forte espírito crítico e trocista e uma ironia pungente” (Dias, 1950/1990: 145-146).

Assim para Jorge Dias a *singularidade* do português define-se essencialmente pela versatilidade de carácter que, como salienta Mário Moutinho, tem como preocupação “não deixar nada de fora” (1980, p.90). Especial importância é dada à especial capacidade de adaptação dos portugueses, que explica o carácter *sui generis* da colonização portuguesa:

“Há no Português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isso implique perda de carácter. É [...] curioso que o Português se adapta a outro ambiente cultural tão bem que parece ter sido assimilado [...]. A capacidade de adaptação, a simpatia humana e o temperamento amoroso são a chave da colonização portuguesa. O português assimilou adaptando-se. Nunca sentiu repugnância por outras raças e foi sempre relativamente tolerante com as culturas e religiões alheias” (Dias, 1950/1990, p.156).

Como salienta Luís Cunha (2001, p.53), para Jorge Dias esta “maleabilidade não significa negar ou sequer diminuir as singularidades”. Na mesma linha de ideias Cunha Leão refere-se à “nação portuguesa, tão permeável ao universo como universalizante”



(Leão, 1960/1992, p.149). Para este autor a valorização do que é alheio à nação traduz uma ‘plasticidade única’, que permite a adaptação sem que o indivíduo se dissolva (1960/1992, p.187). Assim, o gosto pelo que é estranho e exótico nada tem de ameaçador para a identidade nacional, traduzindo-se, pelo contrário, em realizações históricas. Para este autor o povo português teria propensão para deixar a sua marca no mundo: “O nosso povo só rende na justa medida do seu valor, se possuído do espírito de missão. Quando pode ultrapassar-se em algo de nobre e universal” (Leão, 1960/1992, p.138).

Para Jorge Dias “a mentalidade complexa” dos portugueses “resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes, opostos” (Dias, 1950/1990: 146). Para o autor “este temperamento paradoxal explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da história portuguesa” (Dias, 1950/1990: 146). De notar ainda que esta síntese de contrários dá origem “a um quadro excessivamente *heterogéneo*” (Dias, 1961, p.121; sublinhado nosso) que, como salienta Luís Cunha corresponde a “uma forma de abrir todos os caminhos, nada deixando de fora” (2001, p.54).

No seu livro sobre a identidade nacional durante o *Estado Novo*, Luís Cunha (2001) salienta que estas constituem algumas das ideias mais recorrentes: a especial capacidade de adaptação dos portugueses e a complexidade da sua maneira de ser. Se o objectivo dos autores analisados é apresentar “Portugal como entidade singular e inconfundível” (Cunha, L., 2001, p.58), constata-se também o “gozo da diferença” (Lourenço, 1990, p.10). Luís Cunha refere a este propósito que “a ideia de uma originalidade portuguesa parece, paradoxalmente, ligar-se a algo de universal e transcultural” (2001, p.70).

No nosso entendimento isto nada tem de paradoxal, pois a originalidade dos portugueses não se opõe a universalidade, mas sim à especificidade dos outros. Este é, na nossa opinião, o elemento fundamental do sistema simbólico que estamos a analisar, e que fica mais claro quando confrontamos a representação dos portugueses com a representação dos *negros* durante este período.

Enquanto aos portugueses são abertos todos os caminhos e diluídas todas as fronteiras, aos outros (os *negros*) é destinado um papel específico num lugar com fronteiras bem delimitadas (Cf: Lewin, 1948/1997; Amâncio, 1998; Deschamps, 1982a;

Lorenzi-Cioldi, 1988). Assim a complexidade dos portugueses opõe-se à simplicidade dos ‘negros’, e a heterogeneidade dos primeiros à homogeneidade dos segundos, assunto que desenvolveremos aprofundadamente nesta investigação.

### 1.4.2 Descolonização, Imigração e os Novos Racismos

A revolução de 25 de Abril de 1974 provocou mudanças profundas na política interna e externa portuguesa. O fim da guerra colonial e a descolonização tornou-se um dos imperativos, sendo frequentes as manifestações de ruas gritando o *slogan* “nem mais um só soldado para as colónias” (Vieira, 1999, p.171). As negociações para o reconhecimento da autonomia dos diversos territórios começaram de imediato, tendo sido reconhecida a independência das diversas ex-colónias africanas entre 1974 e 1975: Guiné-Bissau (10 de Setembro de 1974; tinha sido proclamada unilateralmente em 1973, mas não reconhecida por Portugal), Moçambique (25 de Junho de 1975), Cabo Verde (5 de Setembro de 1975), São Tomé e Príncipe (12 Setembro de 1975), e Angola (11 de Novembro de 1975). (ver Correia, 1999 para uma revisão detalhada).

A soberania indiana sobre Goa, Damão e Diu, integrados na União Indiana a 17 de Dezembro de 1961, foi reconhecida em 15 de Outubro de 1974. O enclave de Macau continuou sob administração portuguesa até 20 de Dezembro de 1999, altura em que foi devolvido à China. Quanto a Timor-Leste, a 28 de Novembro a Fretilin proclama unilateralmente a independência, mas a 7 de Dezembro a Indonésia anexa o território, que passa a ser considerado a sua 27ª Província. Esta anexação nunca será reconhecida por Portugal (que corta relações diplomáticas com a Indonésia) nem pela ONU. Em consonância com os resultados de um referendo promovido pela ONU, Timor-Leste viria a tornar-se um Estado Independente a 20 de Maio de 2002.

Na opinião de Miranda (2001, p. 15) “a perda das ex-colónias não feriu a imagem nacional” e Lourenço (1990, p.22) refere que estamos perante uma “estranha permanência no seio da mudança” porque o império permanece no nosso imaginário.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, a descolonização e a consolidação da democracia, vieram provocar um aumento significativo da população residente em Portugal, não só devido ao regresso de um número bastante significativo de portugueses residentes nas ex-colónias e na Europa, mas sobretudo pelo aumento dos fluxos imigratórios. Sem deixar de ser um país de *emigração*<sup>18</sup>, nas últimas duas décadas

---

<sup>18</sup> A emigração portuguesa foi uma constante ao longo do século XX, tendo atingido a sua expressão máxima nos anos sessenta – cerca de 1,3 milhões de portugueses, isto é, 15% da população (que passou de 8,85 milhões para 8,62 milhões) (Viera, 1999). Embora com menor expressão, a emigração continua a ser um fenómeno importante na nossa sociedade (Gonçalves, 1996; Leandro, 1995; Leite,

Portugal tornou-se também num país de *imigração* (Machado, 1994, p.112), como demonstram os dados retrospectivos fornecidos pelo *Instituto Nacional de Estatística* (INE): em 1975 havia 31 983 estrangeiros com residência legalizada em Portugal; em 1990 esse número ascendia a 107 767; e uma década depois este número havia duplicado, situando-se nos 208 198.

Ao contrário do que se verifica relativamente à emigração, a imigração constituía, até há bem pouco tempo, um fenómeno de reduzida visibilidade. Não só não se revelava uma temática privilegiada de estudo, como também não constituía objecto de representações enraizadas no conjunto da população portuguesa (Esteves, 1991, citado por Miranda, 2001).

Na segunda metade da década de setenta, assistiu-se a um aumento substancial no crescimento da população residente em Portugal em resultado do processo de descolonização. Um primeiro fluxo foi constituído pelo regresso de mais de meio milhão de portugueses residentes nas ex-colónias (especialmente em Angola e em Moçambique) e que passaram a ser designados por ‘retomados’<sup>19</sup>. Um segundo fluxo (especialmente, entre 1976 e 1980) foi constituído por população africana dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP). Finalmente, verificou-se uma intensificação dos fluxos migratórios com origem na Europa e na América, devido ao regresso de emigrantes portugueses e pela vinda de naturais desses países (Rocha-Trindade, 1995; Vieira, 1999).

Segundo os dados do censo de 1981 residiam em Portugal 9 833 014 habitantes. De notar que, entre 1960 e 1981, o número de imigrantes aumentou 313%: o seu peso total na população residente passou de 0.33 % em 1960 para 1.24 % em 1981 (Esteves, 1991, p.21). Os estrangeiros provenientes das ex-colónias de África, aproximadamente 45000, representavam 42% do número total de estrangeiros residentes no país (Saint-Maurice e Pires, 1989).

Ultrapassado o período da descolonização, desenvolveram-se novos padrões de imigrações dos PALOP para Portugal. Por um lado, verificou-se uma intensificação dos

---

1998) e diversos historiadores contemporâneos consideram a emigração fenómeno ‘estrutural’ na sociedade portuguesa (Serrão, 1974; Godinho, 1978; citados por Neto, 1997, p.91).

<sup>19</sup> Como refere Machado (1994, p.113-115) não é possível saber de entre os ‘retornados’ quantos deles seriam de origem africana. De facto, muitos dos africanos ‘retornados’ não podem ser considerados imigrantes, visto que formalmente têm a nacionalidade portuguesa. Machado propõe a designação de ‘lusu-africanos’ que engloba tanto os africanos de nacionalidade portuguesa que optaram por se fixar em Portugal na sequência da descolonização, como os novos luso-africanos que, sendo filhos dos primeiros, “nasceram e/ou cresceram em Portugal e aos quais se chama, erroneamente, ‘imigrantes de segunda geração’ ” (1994, p.112).

fluxos migratórios laborais já existentes, sobretudo de Cabo-Verde<sup>20</sup>, e a constituição de fluxos envolvendo os outros países, em especial da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Por outro lado, verificaram-se fluxos migratórios de menor amplitude, envolvendo refugiados políticos, especialmente de Angola e Moçambique. Finalmente, a institucionalização de acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP ao nível do ensino secundário e superior permitiu que estudantes oriundos destes países efectuassem a sua formação académica em Portugal (Miranda, 2001).

Mas foi sobretudo depois da adesão de Portugal à *Comunidade Económica Europeia* (CEE; actualmente designada *União Europeia*) em 12 de Julho de 1986 que a imigração passou a assumir uma importância crescente, e, acentuando-se ainda mais desde a concretização dos Acordos de Schengen, permitindo a livre circulação de pessoas na *União Europeia* (UE). O fim da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS) em 1989, e as subsequentes alterações profundas na geopolítica europeia, levaram a um aumento exponencial de imigrantes oriundos dos países do Leste Europeu em todos os países da União Europeia, o que também atingiu Portugal, especialmente a partir da segunda metade dos anos noventa<sup>21</sup>.

Segundo o INE a população residente em Portugal é actualmente de 10 318 084 habitantes. De 1991 a 2001 a população portuguesa registou um aumento de 4,6%, sendo este devido, em grande parte, à imigração<sup>22</sup>. Segundo dados provisórios do *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF), em 2001 o número de estrangeiros ascendia a 219 792, isto é, 2.13% da população residente em Portugal. Apesar destes números serem inferiores em termos percentuais aos registados noutros países europeus<sup>23</sup>, não deixam de ser significativos, tendo a questão da imigração ganho enorme visibilidade na comunicação social ao longo da última década.

Aproximadamente metade dos estrangeiros residentes em Portugal são imigrantes provenientes de África - 104 012 pessoas -, 65 314 são oriundos de países europeus,

<sup>20</sup> A população de origem cabo-verdiana já assumia grande expressão desde a década de sessenta, sendo a sua fixação estimulada pelo governo português, para colmatar a carência de mão-de-obra provocada pela emigração maciça para a Europa.

<sup>21</sup> Serra (2000, p.128; citado por Miranda, 2001) apresenta uma estimativa de 100 000 cidadãos clandestinos oriundos da Europa de Leste. Sem dúvida, pelo carácter muito recente deste fenómeno, existe ainda pouca investigação científica sobre ele.

<sup>22</sup> Dados preliminares dos Censos 2001 consultados no site oficial do INE em 28/12/2001.

<sup>23</sup> Em Portugal, os estrangeiros activos legais representam menos de 2,5% do total da força de trabalho enquanto que na União Europeia este valor é em média de aproximadamente 4% (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999, p.147).

40 369 da América, 9 279 da Ásia, 539 da Oceânia, e 273 são apátridas<sup>24</sup>. Entre os imigrantes de origem africana destacam-se os oriundos dos PALOP: 48 873 cabo-verdianos, 21 700 angolanos, 16 796 guineenses, 5 895 são-tomense e 4 747 moçambicanos. Entre os imigrantes de origem americana, 23 400 são brasileiros, constituindo o segundo grupo de imigrantes mais importante em termos numéricos<sup>25</sup>. Estes números referem-se apenas aos estrangeiros com residência legalizada em Portugal, estimando-se que, na realidade, o número de residentes estrangeiros seja bastante mais elevado.

Verifica-se uma enorme assimetria na proporção de estrangeiros residentes em Portugal entre as grandes e as pequenas cidades, as áreas urbanas e as rurais. Em 1996, 65% dos estrangeiros residentes em Portugal concentravam-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo. A segunda região com maior número de estrangeiros era o Algarve com 12,4%, seguida da Área Metropolitana do Porto com 6% (Machado, 1999, pp.50-51)<sup>26</sup>.

Os imigrantes oriundos das ex-colónias portuguesas são maioritariamente jovens, com poucas ou nenhuma habilitações literárias (Esteves, 1991, p.43; citado por Miranda, 2001) e desempenham tarefas não qualificadas (Rocha-Trindade, 1995, p.201). Os homens trabalham predominantemente por conta de outrem, na construção e obras públicas e nos serviços, dedicando-se as mulheres basicamente aos serviços domésticos e ao comércio. Trata-se de imigrantes que, em geral, não possuem habilitações profissionais adequadas às sociedades de tipo urbano e industrial e que apresentam dificuldades linguísticas que dificultam a sua integração profissional e social e que, em resultado desses factores, são impelidos para situações profissionais de carácter precário e mal remuneradas. Os de origem indiana (parte significativa do contingente de retornados de Moçambique) representam uma excepção, estando ligados, sobretudo, ao pequeno comércio (Rocha-Trindade, 1995, p.201).

Em Portugal não há estatísticas oficiais baseadas na cor da pele, uma vez que os censos populacionais não implicam qualquer registo relativo a grupos 'raciais' ou 'étnicos', ao contrário do que acontece noutros países (EUA, Reino Unido, etc.). No entanto, alguns autores avançam com estimativas sobre algumas minorias étnicas.

---

<sup>24</sup> Refira-se que alguns estrangeiros com situação regularizada em Portugal usufruem do estatuto de asilado e de refugiado. O número de pedidos de asilo tem vindo a aumentar nos últimos anos e também tem vindo a diversificar-se a origem desses pedidos. No entanto, verifica-se a predominância dos Angolanos, Romenos e Zairenses (Rocha-Trindade, 1995, p.202).

<sup>25</sup> Dados provisórios fornecidos pelo Serviços de Estrangeiros e Fronteiras em 31 de Novembro de 2001.

<sup>26</sup> Para uma descrição da localização espacial dos imigrantes em território nacional e a sua caracterização sociológica ver, por exemplo, Baganha, Ferrão e Malheiros (1999) e Machado (1997, 1999).

Os *ciganos* constituem a minoria étnica mais antiga e mais significativa em Portugal<sup>27</sup>. As estimativas sobre o número de ciganos actualmente em Portugal variam enormemente em função da fonte: 20 000 (Nunes, 1981); 20 000 a 30 000 (Liégeois, 1989); 50 000 (Bacelar de Vasconcelos, 1998); 30 000 a 92 000 (Mendes, 1998).

De referir ainda a presença de duas ‘hiperminorias’ (Vala, Brito, Lopes, 1999a, p.11) que adquiriram alguma visibilidade sobretudo nos meios urbanos: os *indianos*, grupo constituído por cidadãos oriundos dos territórios do Estado Indiano, nos anos sessenta, e de Moçambique, nos anos setenta; e os *timorenses*, cujo primeiro contingente, de 1500 pessoas, chegou a Portugal em 1976 depois da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, não tendo esse número sofrido alterações significativas (Rocha-Trindade, 1995, p.199).

Na opinião de Machado (1993; referido por Miranda, 2001) não existem em Portugal grandes contrastes entre a população portuguesa e as comunidades imigrantes. Não existe nenhuma comunidade que difira da população portuguesa simultaneamente no nível sócio-económico, na situação residencial, na identidade linguística, na filiação religiosa e no estilo de vida. A reduzida diferenciação deriva do facto de muitos dos portugueses terem condições económicas e sociais tão desfavorecidas como as dos imigrantes:

“[...] embora a percentagem de pobres entre os membros das comunidades imigrantes seja muito elevada - mais elevada, em média, do que para o conjunto da população portuguesa -, já a percentagem de membros dessas comunidades entre os que em Portugal vivem numa situação de pobreza é bastante pequena” (Machado (1993, p.409; citado por Miranda, 2001).

Machado (2000) salienta que as ‘desigualdades de classe’ e as ‘desigualdades raciais’, constituem duas dimensões de análise autónomas, uma vez que se podem combinar entre si de diversas formas:

“A dupla desvantagem, racial e de classe, é uma delas. Os migrantes africanos inseridos nos segmentos precários do mercado de trabalho em Portugal, por exemplo, terão uma condição ainda mais desfavorecida do que os portugueses com

---

<sup>27</sup> As primeiras referências a ciganos datam do início do século XVI (Correia, Brito e Vala, 2001). Para uma descrição da localização espacial dos ciganos em Portugal e a sua caracterização sociológica, ver, por exemplo, Coelho (1982) e Mendes (1995, 1999).

idêntica colocação laboral, na medida em que sejam vítimas de discriminação racial, o que acontece com alguma frequência, em termos de salários, horários ou noutras condições de exercício da actividade profissional. Não se pode é presumir que o facto de os migrantes africanos terem essa localização profissional é, em si mesmo, sinónimo de discriminação racial ou de racismo institucional no mercado de trabalho. A ser assim, ficaria por explicar porque é que tantos portugueses partilham essa situação, porque é que outros migrantes africanos ocupam posições profissionais de classe média, para não falar dos casos em que a sobre-exploração é imposta, não por portugueses, mas por outros migrantes africanos, mais antigos e com posições de poder no mercado informal do trabalho” (Machado, 2000, p.31).

Apesar do significativo crescimento da imigração em Portugal, até meados da década de noventa eram escassíssimos os estudos sobre a problemática da imigração e do racismo no nosso país. Na opinião de diversos autores, o mito do luso-tropicalismo, a que fizemos referência no ponto anterior, terá contribuído para que a sociedade portuguesa acordasse tão tarde para este problema (e.g., Bacelar de Vasconcelos, 1998; Vala, 1999).

No início da década de noventa, Machado afirmava premonitoriamente:

“Se até hoje a problemática das minorias étnicas não tem tido grande relevância na sociedade portuguesa, a situação poderá conhecer uma inversão num futuro próximo. Sensivelmente nos últimos dois anos, têm-se tornado nítidos alguns sinais de que a politização das questões da imigração e da etnicidade já se iniciou” (1992, p.134).

O crescimento de actividade e de influência do movimento associativo, “tanto ao nível da publicitação dos problemas dos imigrantes como através da interpelação directa do Estado” e o tema da legalização dos imigrantes clandestinos começava então a ganhar alguma visibilidade, constituindo o *‘grau zero da politização da etnicidade’* (Machado, 1992, p.134).

A partir da segunda metade da década de noventa a problemática da imigração, do racismo e etnicidade tem vindo a ocupar um lugar cada vez mais central na opinião pública portuguesa. Paralelamente, a problemática do racismo constituiu-se como objecto social de reflexão, tendo-se assistido a um incremento de estudos nas diversas



ciências sociais e humanas sobre esta problemática, tanto relativamente aos diversos grupos de origem africana como relativamente aos *ciganos*, que vivendo entre nós há tantos séculos, continuam a ser considerados ‘estrangeiros’.

Na segunda metade dos anos noventa o discurso ‘anti-racista’ passou a assumir na sociedade portuguesa uma posição central no debate público e político, tendo frequentemente lugar de destaque na *agenda* dos diversos meios de comunicação social, como refere Miranda (2001).

O discurso político oficial é um discurso anti-discriminação e incentivo à integração das minorias na sociedade portuguesa, com particular atenção para os imigrantes lusófonos. Em 17 de Julho de 1996 foi criada a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), com o objectivo de estreitar os laços de cooperação entre os sete países de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, e Portugal), aos quais se juntou Timor-Leste após a independência em 2002.

Os crescentes fluxos de imigração na Europa e o aumento da visibilidade da discriminação racial e étnica levou à criação do *Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia* (EUMC)<sup>28</sup>, do qual Portugal se tornou membro. Como membro do EUMC, Portugal tem participado nas diversas acções definidas por este organismo. As políticas adoptadas em Portugal relativamente à imigração e ao combate à discriminação estão em consonância com as preconizadas pela União Europeia, embora haja nesta matéria consideráveis variações entre os quinze países da união.

O Decreto-Lei 3-A/96 de 26 de Janeiro 1996 instituiu o *Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas* (ACIME; cargo assumido por José Leitão até ao início de 2002) cujas funções são as seguintes: (artigo 2º):

a) Contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal, de forma a proporcionar a sua integração na sociedade, no respeito pela sua identidade e cultura de origem; b) Contribuir para que todos os cidadãos legalmente residentes em Portugal gozem de dignidade e oportunidades idênticas, de forma a eliminar as

---

<sup>28</sup> O principal objectivo do EUMC “consiste em proporcionar à comunidade e aos seus Estados – Membros dados objectivos, fiáveis e comparáveis, a nível europeu, sobre os fenómenos do racismo, xenofobia e anti-semitismo, estudar o grau e o desenvolvimento destes fenómenos, analisar as suas causas, consequências e efeitos, e examinar os exemplos de boas práticas na sua abordagem” (EUMC, 1999).

discriminações e a combater o racismo e a xenofobia; c) Acompanhar a acção dos diversos serviços da Administração Pública competentes em matéria de entrada, saída e permanência de cidadãos estrangeiros em Portugal, com respeito pelas respectivas competências e pelas dos membros do Governo especificamente encarregados destas matérias; d) Colaborar na definição e assegurar o acompanhamento e dinamização de políticas activas de combate à exclusão, estimulando uma acção horizontal interdepartamental junto dos serviços da Administração Pública e dos departamentos governamentais com intervenção no sector; e) Propor medidas, designadamente de índole normativa, de apoio aos imigrantes e às minorias étnicas”<sup>29</sup>.

O dia 21 de Março 1996 foi proclamado o *Dia Internacional do Racismo*, tendo sido celebrado também em Portugal. Nesse mesmo ano foi criado o programa "Todos diferentes, todos iguais" no âmbito da *Secretaria de Estado da Juventude* (SEJ), tendo por objectivo sensibilizar os jovens para os valores da paz e da tolerância (Miranda, 2001).

O ano 1997 foi consagrado *Ano Europeu Contra o Racismo*<sup>30</sup>, o que intensificou a visibilidade desta questão nos *media* e na sociedade em geral, já que foram realizados inúmeros seminários, cursos, e debates ao longo do ano, com a participação de representantes das mais variadas organizações e dos cidadãos em geral, como refere José Leitão (1998).

Foram criados outros organismos oficiais de luta anti-discriminação, entre as quais se destaca a *Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial* em 2000 (ver site oficial do ACIME para uma revisão da evolução recente sobre a

---

<sup>29</sup> Posteriormente, diversos Decretos-lei vieram alargar estas competências (ver site oficial do ACIME: [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt)).

<sup>30</sup> Objectivos do Ano Europeu Contra o Racismo: a) Realçar a ameaça que o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo constituem para o respeito dos direitos fundamentais e para a coesão económica e social da Comunidade; b) Incentivar a reflexão e o debate sobre as medidas necessárias para combater o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo na Europa; c) Promover o intercâmbio de experiências relativas a boas práticas e estratégias eficazes organizadas no plano local, nacional e europeu para combater o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo; d) Divulgar as informações relativas a essas boas práticas e estratégias eficazes entre aqueles que militam contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo, para tornar mais eficaz a sua acção neste domínio; e) Divulgar os benefícios das políticas de integração desenvolvidas a nível nacional, em especial nos domínios do emprego, educação, formação e habitação; f) Tirar partido, sempre que possível, da experiência das pessoas real ou potencialmente afectadas pelo racismo, a xenofobia, o anti-semitismo ou a intolerância, e promover a sua participação na vida da sociedade (*Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 15.08.1996, p.3).

legislação nacional referente aos imigrantes e minorias étnicas residentes em território nacional) e foram realizados vários seminários e conferências com a participação conjunta de cientistas sociais, políticos, representantes de diversas *Organizações Não Governamentais* (ONG).

Na opinião de José Leitão (1998a, pp.58-59), a Constituição da República Portuguesa, ao consagrar o princípio da igualdade (art.º 13º) e o princípio da equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros (art.º 15.º na versão resultante da revisão de 1997), lançou as bases de uma sociedade mais solidária. O princípio da igualdade determina que:

"ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social" (art.º13).

O princípio da equiparação determina que os estrangeiros que se encontrem em Portugal gozem de todos os direitos dos cidadãos portugueses<sup>31</sup>.

José Leitão (ACIME, 1996-2002) salienta a importância dos processos de regularização extraordinária dos estrangeiros no sentido de diminuir a vulnerabilidade dos imigrantes a situações de ‘super-exploração’, embora reconheça ser necessário muito fazer para a erradicação da pobreza e integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, vítimas de graves situações de exclusão social (1998a, p.59).

O ‘associativismo étnico’<sup>32</sup> conheceu entretanto um grande crescimento e vitalidade, o que se tem traduzido na profissionalização de muitas associações assim como na sua integração em parcerias a nível local, nacional e internacional (Albuquerque, 2002; Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000; Kastoryano, 2000; Vieira,

---

<sup>31</sup> Com três excepções: ver [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt).

<sup>32</sup> Referimo-nos a ‘associativismo étnico’ sem distinguir entre as associações constituídas por cidadãos portugueses, cidadãos imigrantes ou membros de minorias étnicas, uma vez que o regime legal que enquadrava o associativismo até 1999 não efectuava essa distinção. Esta situação alterou-se com a aprovação do decreto lei n.º 115/99 de 3 de Agosto relativo ao Regime Jurídico das Associações de Imigrantes. São associações que podem ainda abranger populações de origens muito diferenciadas, mas partilhando o mesmo objectivo de promover a integração das minorias e lutar contra a discriminação (Albuquerque *et al.*, 2000; Albuquerque, 2002).

2001; Yañez, 2000). Numa recente revisão sobre o ‘associativismo étnico’, Albuquerque salienta:

“De um ‘grau zero de politização da etnicidade’ (Machado, 1992) no princípio dos anos 90, passa-se para uma forte intervenção política no sentido de reclamar direitos de cidadania. Esta mobilização centrava-se na exigência da regularização de documentos, dado o elevado número de imigrantes em situação ilegal devido à dificuldade de obter autorização de residência. No entanto, o movimento associativo não esqueceu a bandeira da integração social, designadamente a integração escolar das gerações descendentes de imigrantes” (Albuquerque, 2002, p. 4).

Como refere Albuquerque (2002), o crescendo da mobilização associativa teve o seu auge na manifestação colectiva de protesto pelo assassinato de Alcino Monteiro, cidadão português de origem cabo-verdiana, no Bairro Alto a 10 de Junho de 1995, que conduziu à união de diversas associações em torno de uma causa comum.

A criação da ACIME em 1996 “constitui um ponto marcante para a evolução do movimento associativo, pois as associações passam a ter um mediador oficial nas suas relações com o Estado”. Um factor muito importante foi o reconhecimento destas associações por parte do Estado. Segundo a autora, “estima-se que em 1990 existiam 10 associações de origem africana enquanto que em 1996 esse número ascendia às 77, ao qual se podia acrescentar 10 associações de estudantes africanos” (Albuquerque, 2002, p.4).

Segundo Albuquerque, o associativismo étnico começou por funcionar como espaço privilegiado de afirmação identitária, contribuindo para a manutenção, difusão e afirmação da suposta identidade cultural de determinada minoria no contexto português, promovendo actividades que apelavam a especificidades culturais e que tentavam instituir práticas e símbolos socialmente unificadores (por exemplo, o desporto, a música, a dança ou gastronomia). O associativismo desempenha também funções culturais, de recreação e convívio, assim como de solidariedade ou acção social, facilitando a entreaajuda no processo inicial de fixação e de adaptação dos seus membros ao novo contexto social e cultural (em termos monetários, burocráticos ou de inserção habitacional, educacional ou profissional do recém-chegado). Actualmente, o associativismo desempenha cada vez mais funções político-legais, funcionando como instrumento de representação e de intervenção das minorias junto do poder político-administrativo, no sentido de influenciar ou determinar as orientações da acção política

em função dos interesses da minoria que representa: garantia dos direitos de cidadania adquiridos, e sua eventual extensão, e a aplicação dos princípios de igualdade de oportunidades e de justiça social.

Estas acções visam a melhoria das condições de vida dos membros das minorias e a sua plena *integração* (Cf: Berry, 1997; Khan, 1998) na sociedade de acolhimento (Albuquerque *et al.*, 2000; Capucha, 1990; Machado, 1992, 1994).

Paralelamente ao aumento do protagonismo do ‘associativismo étnico’ em Portugal, registou-se também na segunda metade dos anos noventa o despertar do interesse pela questão da discriminação racial e da etnicidade nas mais diversas áreas científicas: Antropologia, Filosofia, Geografia, História, Literatura, Psicologia, Relações Internacionais, Semiótica, Sociologia. De facto nos últimos anos têm aumentado o número de trabalhos académicos sobre esta temática e têm sido realizados diversos colóquios, seminários, conferências em diversas instituições de ensino e investigação.

De salientar a investigação sobre o ‘associativismo étnico’ (e.g., Albuquerque, 2002; Albuquerque *et al.*, 2000), sobre a situação económica e social dos imigrantes e minorias étnicas, os números da imigração e a caracterização dos fluxos migratórios (e.g., Areia, 1998; Baganha, Ferrão, Malheiros, 1998, 1999; Baganha e Góis, 1999; Baganha, Marques e Fonseca, 2000; Esteves, 1991; Machado, 1992, 1994, 1997, 1999; Malheiros, 1996; Paes, 1992, 1993; Pires e Saint-Maurice, 1989; Rocha-Trindade, 1995; Seabra, 1994; Toscano, 1990), sobre algumas das medidas que têm sido tomadas no sentido de aumentar a sua integração na sociedade portuguesa e diminuir a discriminação social (e.g., Bacelar de Vasconcelos; Leitão, 1998), e especificamente sobre a integração dos estudantes oriundos dos PALOP no sistema de ensino português (e.g., Pacheco, 1996; Samutelela Pires, 1996, 2000).

Especialmente relevantes para a nossa problemática são os trabalhos que têm sido realizados sobre as estratégias identitárias e as representações dos jovens africanos ou de origem africana em Portugal, assim como os trabalhos que se debruçam sobre a identidade nacional, os valores da sociedade portuguesa, e, muito particularmente, sobre as representações e atitudes dos portugueses face às diversas minorias raciais ou étnicas em Portugal.

Algumas investigações têm-se debruçado sobre as questões identitárias nas crianças e nos jovens com origens africanas em geral (‘imigrantes dos PALOP’,

‘negros’, ‘lusó-africanos’, ‘imigrantes de segunda geração’), (e.g., Cantador, 1998, 2001; Delgado, 1997; Khan, 1998), enquanto outras se têm focalizado em grupos específicos: *cabo-verdianos* (e.g., Saint-Maurice, 1993, 1997); os *guineenses* (e.g., Machado, 1993, 1998); os *indianos* (e.g., Alves e Ávila, 1994; Bastos, 1990), os *goeses* (e.g., Magalhães, 1994); os *timorenses* (Viegas, 1998).

Outras investigações têm analisado o racismo em Portugal em relação a diversas minorias, e em particular, a forma como os portugueses percebem ‘os PALOP’ (e.g., Miranda, 1994), ‘os imigrantes negros’ (e.g., Brito, 1998; Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999a), ‘os cabo-verdianos’ (Miranda, 1994; 2001), ‘os ciganos’ (e.g., Correia *et al.*, 2001).

Relevantes ainda para a nossa problemática são as análises sobre a identidade nacional (e.g., Cunha, L., 2001; Mattoso, 1998; Miranda, 2001; Neto, 1996; Rosado, 1999; Viegas e Costa, 1998), sobre os valores na sociedade portuguesa, muito particularmente, valores dos jovens e as culturas juvenis (Cabral e Pais, 1998; Cantador, 2001; Ferreira, 1998; França, 1993; Pais, 1998).

Também relevantes para o nosso trabalho são as análises de conteúdo dos *media*, nomeadamente notícias da imprensa e da televisão sobre minorias raciais ou étnicas, que infelizmente são bastante escassas (e.g., Cunha, Policarpo, Monteiro, e Figueiras, 2002; Leitão, 1991).

José Leitão, numa análise das notícias da imprensa sobre os imigrantes no início dos anos noventa concluiu que “não existe na sociedade portuguesa um sentimento de rejeição em geral dos estrangeiros ou desta ou daquela comunidade imigrante” (1991, p.14). Em contrapartida, nos finais da década de noventa afirmava que os “crescentes fluxos migratórios têm sido acompanhados pelo aumento do racismo e da exclusão social, fenómenos que hoje parecem estar de novo na ribalta assumindo, no entanto, um novo tipo de protagonismo” (1998a, p.55).

O racismo em Portugal é um fenómeno ainda pouco estudado e urge desenvolver estudos aprofundados sobre esta problemática cuja complexidade exige um olhar atento e interdisciplinar. Os comportamentos racistas mais visíveis em termos mediáticos e com maior impacto na opinião pública portuguesa têm envolvido cidadãos também eles portugueses (por exemplo, o tristemente célebre caso do Alcino Monteiro a que já

fizemos referência) mas que são percebidos como sendo ‘estrangeiros’: os *ciganos* e os *negros*<sup>33</sup>.

Não podemos deixar de mencionar os confrontos em 1996, 1997 e 1998 em Oleiros entre a população ‘residente’ e os membros da minoria cigana. O agravamento do conflito levou à constituição de milícias populares contra os ciganos, que a população justificava como forma de combater o tráfico de drogas e a insegurança. De facto, nas sociedades formalmente anti-racistas, “a discriminação veste-se sempre com outras roupagens, como o medo de assaltos ou a defesa das populações contra a droga” (Femandes, 1995, p.3).

A gravidade dos confrontos levou a que pela primeira vez em Portugal se constituísse uma Comissão Interministerial, sob a coordenação do ACIME, para a elaboração de um estudo sobre a situação social dos *ciganos*. Bacelar de Vasconcelos, que teve um papel fundamental na mediação destes conflitos, tem alertado diversas ocasiões para o problema da exclusão social dos *ciganos*:

“A situação de marginalização social dos cerca de 50 mil ciganos portugueses [...] revela-se nas carências em termos de assistência médica, na falta de escolaridade, nas taxas elevadas de analfabetismo, no grande absentismo e insucesso escolar, traduzindo-se inevitavelmente em dificuldades no relacionamento com o exterior, no exercício da cidadania por falta de competências socio-profissionais e dificuldades de inserção no mercado de trabalho” (1998, p.37).

O autor salienta que “o combate à marginalidade e exclusão social vividas por esta comunidade requer uma actuação concertada, nomeadamente nas áreas de educação, emprego, formação profissional, habitação e segurança social” (Bacelar de Vasconcelos, 1998, p.37).

No domínio da psicologia social, merece especial destaque o estudo pioneiro de Jorge Vala e colaboradores (Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999a) que permitiu aferir e evidenciar as novas formas de racismo em Portugal.

Estes autores realizaram uma investigação empírica sobre os racismos na sociedade portuguesa, recorrendo a uma amostra aleatória e representativa de 600

---

<sup>33</sup> Nos últimos dois anos têm aumentado consideravelmente as notícias referentes a casos de exploração de indivíduos oriundos da Europa de Leste. No entanto, não faremos referência a estes ‘novos imigrantes’ pois quando iniciámos a nossa investigação empírica (1997) essa minoria ainda não era socialmente relevante (Cf: Estudo 1).

indivíduos, com idades entre os 18 e os 64 anos, residentes em Lisboa residentes na região da Grande Lisboa, cujos dados foram recolhidos em 1996. Como Jorge Vala salienta:

“A questão não é a de saber se os portugueses são ou não racistas, porque ninguém é o que quer que seja, e muito menos um povo, uma nação ou um qualquer outro grupo [...]; o problema consiste em identificar, numa perspectiva processual, os factores que podem facilitar a ocorrência de comportamentos racistas. Estudar o racismo numa perspectiva psicossociológica não significa descrever o indivíduo racista, o seu perfil ou as suas características, mas determinar quais os factores de ordem cognitiva e motivacional, intergrupar e normativa cuja articulação contextual torna provável a organização de crenças e de atitudes racistas e a manifestação de comportamentos racistas” (1999, p.3).

As questões contextuais e normativas assumem enorme importância e exigem um esforço redobrado. Para Vala “estudar o racismo hoje, em sociedades formalmente anti-racistas, implica saber descortinar as manifestações mais civilizadas deste fenómeno, aquelas que não questionam a auto-imagem anti-racista” (1999, p.3). Colocando-se numa perspectiva claramente comparativa, o autor refere que o problema base é o seguinte:

“saber se as expressões dos racismos, abertas ou veladas, em Portugal, correspondem a configurações de crenças, atitudes e predisposições comportamentais discriminatórias semelhantes àquelas que têm sido identificadas noutros países europeus; e se os factores que subjazem a essas configurações de crenças e predisposições apresentam ou não semelhanças com aqueles que foram identificados nesses países” (1999, p.3).

Nesse sentido as escalas de racismo subtil e flagrante foram integradas num questionário mais vasto desenvolvido pelos autores, e que foi aplicado a ‘portugueses’ (*brancos*), por entrevistadores também eles ‘portugueses’ (*brancos*), tendo como grupo-alvo os ‘negros’ (‘os negros’, ‘os negros residentes no nosso país’, ou ‘os imigrantes negros’, conforme as questões). Assim, “os inquiridos eram colocados perante a dicotomização entre a categoria endogrupal ‘os portugueses’ e a categoria exogrupal ‘os negros residentes no nosso país’” (Vala, Brito e Lopes, 1999b, p.39). Como os próprios autores salientam “estas categorias (‘portugueses’ e ‘negros’) não se situam no mesmo



plano lógico, nem são mutuamente exclusivas” (1999b, p.39). Assim, quando “opomos ‘portugueses’ a ‘negros’, estamos a referir-nos à forma de categorização utilizada no questionário, adequada ao senso comum, mas inadequada do ponto de vista sociológico e legal” (1999a, p.13). De facto, “os ‘negros’ em Portugal representam uma multiplicidade de situações jurídicas, de origens geográficas e nacionais, de pertenças comunitárias, etc., sendo ainda uns cidadãos portugueses, e outros cidadãos estrangeiros” (1999b, p.40). Esta opção é justificada pelos autores pela sua “pertinência fenomenológica” (1999b, p.40):

“este trabalho parte do pressuposto segundo o qual as representações que deles têm os portugueses ‘brancos’ os dilui dentro da mesma categoria lata de pessoas cuja ascendência africana é identificável, remetendo para a categorização ‘negro’. A categorização do exogrupo com base na cor será, então, aquela que mais automaticamente se toma saliente nos processos de comparação e discriminação” (1999b, p. 40).

Assim, os autores propõem-se analisar “as atitudes dos portugueses ‘brancos’ face a uma categoria minoritária, vista como distinta da maioria da população, tendo maioritariamente um estatuto social baixo, e que se tornou socialmente visível: os ‘negros’ em Portugal” (1999a, p.11).

Os resultados obtidos em Portugal em relação ao grupo-alvo ‘negros’ foram semelhantes aos encontrados noutros países europeus em relação a diferentes grupos-alvo, como já dissemos atrás. Assim, os portugueses parecem ter interiorizado a norma anti-racista vigente na sociedade, o que os impede de exprimir publicamente formas de discriminação flagrantes, que contrariem claramente essa norma. No entanto, as suas respostas revelam formas de discriminação mais subtis que, não contrariando claramente a norma anti-racista, não deixam de ser formas de discriminação (Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999b).

Assim, como afirma Vala, é possível “descortinar fortes continuidades do fenómeno do racismo entre contextos sociais muito diversificados” (1999, p.7) bem ilustradas nos diversos capítulos que compõem o livro organizado pelo autor, *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (Arcuri e Boca, 1999; Pettigrew, 1999; Vala, Brito, Lopes, 1999b). Os autores concluem:

“o que o conjunto de resultados apresentados mostra é que as crenças racistas se organizam em Portugal de forma semelhante à de outros países europeus; que os factores que estão na sua génese não são, significativamente, diferentes daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países; e que, em Portugal, tal como nos restantes países europeus, a norma anti-racista incide sobre o racismo flagrante, mas não sobre o racismo subtil” (Vala, Brito, Lopes, 1999b, p.55).

No entanto, se em relação aos ‘negros’ os estudos realizados apontam para o predomínio do racismo subtil face ao flagrante, em relação a outras categorias persiste o racismo flagrante, como salientam Correia, Brito e Vala (2001) numa investigação sobre as atitudes dos portugueses face aos *ciganos* (Cf: Bacelar de Vasconcelos, 1998). Parece assim que a norma anti-discriminação deixa de fora algumas categorias sociais, em relação às quais não tem havido campanhas de sensibilização da população tão sistemáticas como em relação aos ‘negros’.

## 1.5. Desminar um terreno repleto de ambiguidades

“La lutte contre le racisme commence avec le travail sur la langage.”

Tahar Ben Jelloun, 1998

Ao longo deste capítulo já fizemos referência a algumas ambiguidades conceptuais que têm caracterizado esta área de estudos, nomeadamente, à difícil delimitação das fronteiras entre os conceitos de racismo, xenofobia e nacionalismo. Também o uso das noções de *raça*, *nação*, *grupo étnico*, *classe*, e *minorias* varia muito consoante os textos e revela ambiguidades nos discursos científico e do senso comum.

Como referimos no ponto 1.3, a noção de ‘raça’ quando aplicada aos seres humanos não tem fundamento científico (UNESCO, 1960/1973). No entanto esta palavra continua a ser utilizada no quotidiano, misturando-se com outras.

Por vezes a palavra ‘raça’ é utilizada como sinónimo de *nação*: ‘raça francesa’, ‘raça alemã’. Apesar desta aceção, comum no século XIX e início do século XX, se ter tornado obsoleta (van den Berghe, 1996, p.297) continua a ser usada no quotidiano.

No ponto anterior vimos como a identidade nacional durante o *Estado Novo* se construiu muito à base da ideia de ‘raça’. Ora, a herança dessa conceptualização é ainda visível nos dias de hoje. João Nuno Coelho (2001), no livro *Portugal: A equipa de todos nós – Nacionalismo, Futebol e Media*, fornece-nos um exemplo desta aceção. Segundo o autor, o nacionalismo baseado na ideia de ‘raça’ é particularmente visível nos discursos da imprensa desportiva, “tradicionalmente dominados por retóricas de diferença e de caracterização física e mental”, sendo os estilos de jogo identificados “a partir das ‘essências’ e ‘naturezas’ dos povos (...) baseadas em mitos históricos” (Coelho, 2001, p.144).

A partir da análise dos discursos em *A Bola*, o mais vendido periódico desportivo português, entre 1945 e 2000, o autor ilustra como “ainda hoje a noção de raça está profundamente ligada à concepção da nacionalidade e da identidade nacional, ao privilegiar-se os ‘laços de sangue’ e os traços físicos como definidores de pertenças identitárias” (Coelho, 2001, p.143).

Um exemplo interessante para a temática que iremos aprofundar neste trabalho é-nos dado por um excerto de um relato aquando do jogo Portugal-Correia do Norte no Mundial de 1966:

“(...) os coreanos têm, neste aspecto da resistência, o truque fácil de, ao intervalo, trocarem todos os homens, acabando por jogar com vinte e dois, sem o árbitro dar por isso. É que eles são todos iguais, chamem-se Sub, Sun, Lim, Zin, Kim, Won ou Seung (...). São todos amarelinhos, pequeninos e senhores de nomes esquisitos (...)”  
(Vítor Santos, 23 de Julho de 1966; citado por Coelho, 2001, p.144).

Ainda relativamente às ambiguidades entre a *raça* e *nacionalidade* é importante referirmos que os estudos sobre a percepção dos indivíduos de origem africana em Portugal nos anos oitenta referiam a assimilação de todos os africanos à categoria de *cabo-verdianos* que, como já referimos, constituem o grupo de origem africana mais antiga e mais numerosa em Portugal. Na opinião de Manuela Cunha (2001, p.286) a saliência desta categoria era devida “às representações hegemónicas que à época isolavam a comunidade cabo-verdiana em Portugal como ‘problema’ e lhe colavam a propensão para a violência, a delinquência e o desvio”. À medida que as outras comunidades de origem africana foram aumentando o seu número e visibilidade, deixou de se utilizar uma categoria nacional específica (*cabo-verdianos*) para se usar categorias raciais genéricas: *pretos*, *negros*, *africanos* (Cf: Cunha, M., 2001; Machado, 1999).

Por exemplo, Manuela Cunha (2001) num trabalho longitudinal realizado numa prisão feminina (cujos dados foram recolhidos em 1987/1988 e uma década depois) refere que a saliência quotidiana das categorias *raciais* ou *étnicas* é praticamente nula, ao invés do que sucedia há uma década, quando eram constantemente activadas.

“Tratava-se então de denegrir colectivamente um conjunto de reclusas, manobrando-se neste processo essencialmente dois termos: *ciganas* e *cabo-verdianas*. A categoria *cabo-verdianas* era alvo de uma definição particularmente elástica por parte das detidas não africanas, para quem pareciam ser irrelevantes para o efeito os factos da nacionalidade, origem ou naturalidade. A cor da pele era critério suficiente para uma tal delimitação, sendo por conseguinte remetidas para a ‘cabo-verdianidade’ a maioria das reclusas provenientes de outros países africanos”  
(2001, p.286).

Na opinião da autora, é possível destrinçar nestas construções discursivas alguns pontos de contacto com os processos de criminalização analisados na Grã-Bretanha por Michael Keith (1993; referido por Cunha, M., 2001, p.287) enquanto discursos racializadores. Segundo Keith o termo *black* não se limitaria a designar uma parcela concreta da população, mas seria, em parte, um termo flutuante criado pelo discurso da criminalização. Estas designações seriam extremamente mutáveis e contextuais e coexistiriam com as que decorrem de outros campos discursivos, interagindo com eles. A este propósito Manuela Cunha refere:

“assim como no passado os/as cabo-verdianos/as emergiam, fora e dentro da cadeia, como sujeito discursivo destacado e distinto, assim, eles/elas imergiriam depois, dissolvendo-se. Fora, hoje, são outras as ‘classes perigosas’ ?...? e não se ouve mais falar em ‘criminalidade cabo-verdiana’. Dentro, hoje, os referentes étnico-‘raciais’ são manejados no modo desqualificante pelas esparsas detidas da pequena burguesia branca e cujo crime não tem a ver com o tráfico de droga. São estas que, convocando representações emergentes no exterior, procedem a uma categorização que amalgama *pretos* (entre os quais, os cabo-verdianos), *ciganos*, droga, degradação e bairro-*ghetto*” (2001, p.287-288).

Esta situação é bem diferente da verificada nos EUA onde a associação entre *raça* e *crime* é muito forte. Peffley e Hurwitz (2002) num estudo recente realizado nos EUA demonstraram que a mera referência a assuntos relacionados com o crime “bring an image of African American to the mind of the ‘White’ individuals” (p.69). Os autores demonstraram a conexão entre *raça* e *crime* nas mentes de muitos americanos *brancos*. A crença de que os *negros* são ‘violentos’ e ‘preguiçosos’ constitui uma importante fonte de suporte para políticas punitivas como a Pena de Morte e a Prisão Perpétua. Os resultados desta investigação sugerem que “when many whites think of punitive crime policies to deal with violent offenders, they are thinking of black offenders” (Peffley e Hurwitz, 2002, p.59).

Por outro lado, Ortner (1998) debruça-se sobre a organização semântica e ideológica das categorias culturais através das quais é pensada a *diferença* no discurso ‘americano’, tanto leigo e académico. Segundo a autora, existiria uma tendência para traduzir a condição de *classe* na *raça* e *etnia*, categorias discursivas dominantes e com enorme saliência nos EUA. A autora conclui:

[T]here is no class in America that is not always already racialized and ethnicized, or to turn the point around, racial and ethnic categories are already class categories. (...) If to be Jewish is to be, in deepest essence, middle class (whether one is ‘in reality’ or not), then to be (...) African-American is to be seen/felt to be, in deepest essence – and whether one is in reality or not – lower class. African-Americaness carries a more or less automatic lower class identity in the eyes of others; this much we know. But it also apparently carries a lower-class identity in terms of self-image” (1998, p.10-13; citada por Cunha, M., 2001, p.289-290).

Diversos autores têm salientado que o desfavorecimento social de membros de minorias *étnicas* ou *raciais* não é necessariamente consequência de racismo, pois quanto mais baixa a posição na hierarquia social maior a vulnerabilidade à discriminação (Cf: Machado, 2000; Pina-Cabral, 1998).

As complexas ligações entre *classe*, *raça*, e *etnia* também têm sido salientadas em diversos estudos. Estas têm variado significativamente ao longo do tempo e variam consideravelmente de país para país (Cf: Machado, 2000; Miles, 1989/1995). Por exemplo, Vale de Almeida refere o actual processo de ‘branqueamento’ dos portugueses nas ilhas Trindade: no início do século XX os portugueses, emigrantes pobres, eram incluídos na categoria racial ‘vermelhos’, juntamente com os emigrantes indianos; hoje, associados a uma influente Europa, são incluídos na categoria ‘brancos’ (1997, p.24). Na mesma linha de ideias, Pina-Cabral (1998) refere que em Macau, tal como frequentemente ocorria noutros contextos da colonização portuguesa, a cor da pele tornava-se menos marcante como barreira discriminatória consoante as pessoas iam subindo na escala socio-económica<sup>34</sup>. Por seu turno, John Camaroff (1996; referido por Cunha, M., 2001, p.331) dizia que se o inquietava a política da diferença, não o inquietava menos a “política da *indiferença*” (itálico no original) referindo-se concretamente, no primeiro caso, a modos de representação implicados na etnicidade e no nacionalismo e, no segundo, aos que deixam na sombra a pobreza e as materialidades do poder (Cunha, M., 2001, p.331).

Esta questão remete-nos para outra: o perigo de transpor categorias analíticas de um contexto para o outro, sem ter esse contexto em consideração. A “transposição

---

<sup>34</sup> Para uma discussão sobre a necessidade de ter a ‘classe’ e a ‘raça’/‘grupo étnico’ como categorias analíticas distintas ver Oommen (1994), Machado (2000) e Vale de Almeida (2000).

mecânica de categorias e perspectivas de análise entre espaços e tempos muito diferentes” (Machado, 2000, p.30) pode acarretar perigos, quando conceitos e teorias produzidas nos EUA, “o maior exportador de conceitos analíticos”, são transpostos acriticamente para a análise das questões raciais na Europa ou América Latina. Para Miles, por exemplo, essa importação teórica tem interesse muito reduzido:

“a concept of racism that was formulated by reference to a single historical example (the United States) and then uncritically applied to one other (Britain) has a degree of specificity that seriously limits its analytical scope” (Miles, 1989/1995, p.60).

A questão da articulação entre as desigualdades de classe e as desigualdades raciais, a que fizemos referência, é uma delas (Cf: Machado, 2000).

Outra das ambiguidades frequentemente presente na literatura refere-se ao termo *minority* (e.g., Moscovici, 1976; Galissot, 1991). Este termo tanto pode designar simplesmente uma minoria quantitativa (isto é, em estatuto numérico) como uma minoria qualitativa (isto é, em termos de estatuto social ou poder). No caso concreto dos *imigrantes* estamos perante grupos duplamente minoritários (em termos quantitativos e qualitativos) os que os coloca numa situação de acentuada fragilidade.

Mas outros grupos, não sendo minorias quantitativas, constituem minorias qualitativas: o caso dos ‘negros’ durante o regime de *apartheid* na África do Sul constituem um exemplo flagrante deste tipo de minoria. De igual modo podemos observar minorias quantitativas que são maiorias qualitativas: as elites políticas, por exemplo.

Na maior parte das vezes o termo *minority* é utilizado para designar um grupo destituído de poder e de recursos. Como salientam Burguière e Grew “more than merely quantitative, *minority* is a loaded term; and its meaning is always culture-bound” (2001, p.2). Numa obra que reúne diversos estudos sobre a construção social das ‘minorias’ em diferentes países e em diferentes momentos históricos, os autores salientam:

“To be considered a minority, a group must be both an integral element in the larger society and sufficiently outside its sociopolitical core to lack that Access to status and power considered normal (even when in practice only dominant elites exercise that access). The significance of minority status thus differs from society to society,

according to which characteristics come to be treated as critically distinctive (attributes of race, ethnicity, region, religion, or class are among the most common) and according to the disadvantages or advantages that accompanied that status. Constraints on a minority's access to power may be a matter of social custom, economic condition, regional difference, or formal, legal restriction; but that differential access, more than its number relative to the population at large, marks a minority" (Burguière e Grew, 2001, p.3-4).

Na opinião dos autores a ambiguidade do termo minoria reside na sua conotação:

"In its ambivalent contemporary usage, the concept of a minority designates a weakness and affirms a strength. ...?Negative in the sense that it identifies a group in terms of its vulnerability to a majority that threatens to oppress or reject it, the concept is positive in its recognition of a group's cultural or moral value, which must be affirmed or recognized or protected" (Burguière e Grew, 2001, p.3-4).

Se a análise empreendida pelo autores nos parece estimulante por salientar a construção social das 'minorias' em diferentes sociedades e por demonstrar que essa construção se baseia em critérios convencionais e arbitrários, não deixa de ser surpreendente que a necessidade da minoria 'ser protegida' aparece como um aspecto 'positivo', já que esta necessidade de protecção corresponde precisamente à negação da sua autonomia.

Outra questão polémica, a que já fizemos referência no ponto 1.2, prende-se com o conceito de racismo, e se este pode ser assimilado ao conceito de etnocentrismo. Claude Lévi-Strauss, por exemplo, opõe-se firmemente a essa possibilidade, dizendo que não se pode confundir o racismo com o etnocentrismo:

"O racismo é uma doutrina que pretende ver nas características intelectuais e morais atribuídas a um conjunto de indivíduos ...? o efeito necessário de um património genético comum. Não se pode alinhar sob a mesma rubrica ...? a atitude de indivíduos ou de grupos cuja fidelidade a determinados valores os torna parcial ou totalmente insensíveis a outros valores. ...? Esta incomunicabilidade relativa não autoriza, claro, a oprimir ou destruir os valores que se rejeita ou os seus representantes, mas, mantida nestes limites, ela nada tem de revoltante" (1983/1986, p.15).



Confrontado com esta questão, Pina-Cabral refere que, uma vez que nas novas formas de preconceito se manifestam essencialmente pela diferenciação cultural, em vez de racismo, seria preferível adoptar “expressões mais abrangentes do género de ‘etnocentrismo’ ou ‘discriminação e preconceito étnico’” (1998, p.24). Segundo o autor, o conceito de racismo:

“põe uma ênfase excessiva na diferenciação fenotípica como princípio classificatório dominante - ora isto é indubitavelmente verdade em contextos radicados na tradição anglo-americana, mas não é em tantos outros contextos a nível mundial, onde o preconceito e a discriminação também grassam, como os lusófonos” (Pina-Cabral, 1998, p.24).

Numa artigo dedicado a esta questão, Machado (2000, p.14) refere ainda uma terceira posição, distinta de qualquer das anteriores, é a daqueles que falam de ‘eticismo’ para designar essas novas formas de preconceito, não deixando, no entanto, de o incluir num conceito mais alargado de ‘racismo’ (e.g., Essed, 1991; van Dijk, 1991).

Taguieff (1997, p.44) critica a ‘banalização’ da palavra, mas alerta para os efeitos indesejáveis de uma definição restrita do racismo – reduzir o racismo a um fenómeno ideológico próprio da modernidade recente, isto é, reduzi-lo à doutrina ‘científica’ da desigualdade entre raças humanas é insuficiente para compreender o racismo, sobretudo nas suas formulações actuais, mais ‘veladas’.

Relativamente a esta questão Machado refere o seguinte:

“Sem negar que há uma faixa de sobreposição entre os dois fenómenos, e não entrando aqui na discussão aprofundada do problema, pode, de qualquer modo, dizer-se que a fusão do etnocentrismo e do racismo, ou a substituição do segundo pelo primeiro, é precipitada. Se isso permite dar conta daquilo que os dois têm em comum, perde-se de vista o que eles têm de diferente, e que justificou a evolução autónoma dos dois conceitos” (2000, p.14).

Vamos deixar clara qual a nossa posição neste debate: consideramos como racista uma discriminação negativa (ao nível dos comportamentos, cognições ou emoções)

quando esta se baseia numa diferença *essencial* entre o grupo de pertença e o(s) outro(s) grupo(s). Uma diferença essencial significa que é percebida como absoluta, fixa e imutável, isto é, define fronteiras nítidas e intransponíveis entre os grupos. Esta diferenciação pode basear-se em critérios biológicos ou culturais, mas é sempre remetida para a uma essência. Mas como vimos, o carácter vinculativo dessa essência difere em função da posição relativa dos grupos: *marca* um dos grupos (grupo dominado), mas *liberta* o outro (grupo dominante), isto é, as fronteiras que delimitam os grupos são *impermeáveis* para uns e *fluídas* para outros.

Por último, debrucemo-nos brevemente sobre o conceito de *etnicidade*. Segundo Fenton:

“The concept of ethnicity refers to the way in which social and cultural difference, language and ancestry combine as a dimension of social action and social organization, and form a socially reproduced system of classification. ...? In its concrete form ethnicity refers to the social mobilization of ethnic ties and the social significance of ancestry, language and culture. We may speak of ethnic groups – identifiable groups whose ‘actual’ or ‘claimed’ shared ethnic attributes mark them off within a social system” (1999, p.62).

De referir que esta ‘mobilização étnica’ ou ‘acção afirmativa’ que, em certas circunstâncias, pode levar à exacerbação e absolutização das ‘diferenças’ entre os grupos, não pode ser considerada como uma forma de racismo (Fenton, 1999; Burguière e Grew, 2001). Se concordamos com Miles quando este afirma que o racismo não pode ser conceptualizado como uma “prerrogativa dos brancos” contra os negros (1989/1995, p.55), não podemos deixar de salientar que a luta identitária por parte dos grupos dominados não pode ser confundida com racismo, mesmo quando advoga um certo grau de ‘separação’ face à sociedade dominante.

No seu tão famoso quanto polémico *Orphée noir*, Sartre referiu-se à luta dos ‘negros’ contra o colonialismo como devendo passar por um período de separação ou negatividade face aos ‘brancos’: “ce *racisme antiraciste* est le seul chemin qui puisse mener à l’abolition des différences de races” (1948/2002, p.XIV; itálico nosso). E acrescenta: “il faut d’abord qu’ils apprennent à formuler en commun ces revendications, donc qu’ils se pensent comme noirs » (p.XIV) ou ainda « le noir qui revendique sa négritude dans un mouvement révolutionnaire ...? espère découvrir l’*Essence noire*

dans le puits de son cœur » (p.XV ; *italico nosso*). Mas reivindicar uma ‘essência negra’ não implicará abdicar da sua individualidade, isto é, do estatuto de ‘pessoa’ ?



## **CAPÍTULO 2 -**

### **RELAÇÕES INTERGRUPAIS, IDENTIDADE SOCIAL E DIFERENCIAÇÃO SIMBÓLICA**

## **2.1 Introdução**

No capítulo anterior focalizámo-nos numa forma específica de discriminação social - o racismo - tendo recorrido aos contributos de diferentes disciplinas para a compreensão deste complexo fenómeno. Neste capítulo debruçamo-nos sobre uma área de estudos no seio da psicologia social que é designada por ‘relações intergrupais’. Trata-se de uma das áreas mais vastas e mais relevantes no seio da referida disciplina, envolvendo uma grande diversidade de modelos teóricos e linhas de investigação empírica, e com estreitas ligações a outras áreas da psicologia social, nomeadamente com a área da cognição social, que aprofundaremos no próximo capítulo.

Não vamos efectuar uma análise exaustiva e detalhada desta vasta área de estudos, mas apenas apresentar os modelos teóricos e investigações empíricas que consideramos mais relevantes para a fundamentação teórica do nosso trabalho. Nesse sentido, damos especial relevância aos modelos que têm em consideração as relações entre grupos ocupando posições assimétricas na estrutura social.

Assim, neste capítulo discutimos alguns dos conceitos fundamentais no nosso trabalho: categorização social, identidade social, comparação social, e estatuto social. A nossa análise é centrada nos processos de diferenciação intra e intergrupais e na forma como estes processos são efectados pela posição relativa dos grupos.

No âmbito das teorias sobre as relações intergrupais é atribuído um lugar central à análise dos processos de discriminação social, quer ao nível dos juízos e das avaliações, quer ao nível dos comportamentos (Amâncio, 1993/2000). Apesar de no seio da psicologia social, sobretudo a partir dos anos trinta do século passado, se terem desenvolvido esforços para compreender os fenómenos de discriminação social, até à década de setenta a produção do conhecimento sofrera rupturas e recuos sucessivos não se tendo verificado um verdadeiro esforço cumulativo (Doise, 1985, 1999). De facto, só a partir da década de setenta é que no seio da psicologia social europeia se procurou desenvolver modelos sobre o comportamento intergrupar que integrassem o conhecimento resultante de abordagens anteriores. Nestas últimas décadas, desenvolveram-se esforços de articulação de diferentes níveis de análise, desde o nível interindividual até ao situacional e ideológico. Consequentemente, os modelos têm-se complexificado no sentido de dotar a disciplina de um quadro teórico de análise dos fenómenos de discriminação em larga escala (Amâncio, 1994).

Este capítulo é constituído por três secções. Na primeira, fazemos referência a algumas das abordagens clássicas sobre relações intergrupais e discriminação social no âmbito da psicologia social, nomeadamente as desenvolvidas por Kurt Lewin, Gordon Allport, e Muzafer Sherif. Na segunda, apresentamos o modelo da identidade social desenvolvido no âmbito da escola de Bristol, modelo central no quadro actual das teorias sobre as relações intergrupais. Começamos por efectuar uma breve referência aos estudos que precederam este modelo. Seguidamente, apresentamos com algum detalhe a teoria da identidade social de Henri Tajfel, uma vez que esta serviu de base a todos os estudos posteriores nesta área, para além de ser aquela que, pela primeira vez articula os conceitos fundamentais sobre os quais se alicerça o nosso estudo. Efectuamos ainda uma apresentação da teoria da auto-categorização de John Turner e discutimos algumas das limitações destes modelos.

Na última secção, apresentamos os modelos desenvolvidos no âmbito da escola de Genebra e seus desenvolvimentos recentes. Começamos por apresentar o modelo da diferenciação categorial de Willem Doise e o modelo da covariação de Jean-Claude Deschamps. Especial relevância é dada aos trabalhos de Fabio Lorenzi-Cioldi sobre identidade dominante e dominada e aos de Lígia Amâncio sobre a identidade social e a representação de ‘pessoa’. Como veremos, os estudos da escola de Genebra permitiram ultrapassar algumas das limitações apontadas à escola de Bristol, o que se prende com o esforço de integração de várias contribuições anteriores e articulação de níveis de análise empreendido pelos autores.

## 2.2 Relações intergrupais, identidade social e discriminação social

“For a stranger to the country, the city, the race, and so on, what is stressed is again nothing individual, but alien origin, a quality which he has, or could have, in common with many others strangers. For this reason strangers are not really perceived as individuals, but as strangers of a certain type.”

Georg Simmel, 1908

No seio da psicologia social, a obra póstuma de Kurt Lewin (1948/1997), *Resolving Social Conflicts*, que reúne diversos artigos publicados durante a sua vida, apresenta uma das primeiras reflexões teóricas sobre a questão da discriminação social, a partir da observação e análise dos acontecimentos e movimentos sociais nos anos trinta, na Europa e nos EUA, nomeadamente, o anti-semitismo, a luta dos negros e das mulheres pelo direito de voto. Orientado por um projecto de *action-research*, que caracterizou grande parte da sua pesquisa, Lewin procurou identificar práticas de socialização e as dinâmicas intra e intergrupais que permitissem aos membros de grupos ‘desprivilegiados’ fazer face à discriminação social de que eram alvo.

Como refere Amâncio (1994, p.137), embora Lewin não tenha desenvolvido propriamente um modelo teórico sobre as relações intergrupais, formulou conceitos fundamentais para a análise das relações intergrupais e enunciou alguns dos pressupostos que viriam a ser adoptados por teorizações posteriores mais sistemáticas (Apfelbaum, 1979; Tajfel e Turner, 1979). De facto, reconheceu-se imediatamente a grande importância dos trabalhos que Lewin desenvolveu sobre liderança e dinâmica de grupos restritos, tendo-se esquecido, por largos anos, o contributo deste autor na análise das dinâmicas intergrupais. Esta separação entre o estudo das relações intragrupais, por um lado, e das relações intergrupais, por outro, contribuiu sem dúvida para a dificuldade em se alcançar um modelo integrativo destas relações.

Concretamente em relação ao anti-semitismo, Lewin salienta a sua origem social, situando-o em forças externas ao grupo discriminado e independentes do comportamento ou das características dos seus membros. A discriminação abrange todos os membros do grupo, independentemente das suas características individuais e que a centralidade da pertença a esse grupo é também independente do comportamento dos seus membros. Os membros dos grupos dominados, na aceção de Lewin, estão



sujeitos a um ‘destino comum’ (1948/1997, p.165) que lhes é imposto pelo exterior. Lewin analisa ainda as implicações de pensamentos negativos relativamente ao grupo de pertença e que dão origem a estratégias individuais de adaptação ao grupo dominante, passando pela recusa ou negação da pertença ao grupo minoritário. Estas estratégias, como o autor salienta, podem ter efeitos positivos na auto-estima dos indivíduos, mas não são geradoras de mudança social, visto que esta só pode ser alcançada através de estratégias colectivas.

Lewin salienta a necessidade de distinguir:

“two kinds of forces acting on the individual: those resulting from the individual’s own wishes and hopes, and those socially ‘induced’ or applied to the individual from without by some other agent” (1948/1997, p.113).

Referindo-se à situação vivida pelos judeus durante o nazismo, Lewin argumenta:

“Even if some individual had some secret wish to cross the boundaries of his group, the character of this boundary as a strong and practical impassable barrier destroyed all such hopes at once” (1948/1997, p.113).

Lewin interroga-se sobre o que é que torna os judeus um grupo e o que é que torna um indivíduo um membro do grupo dos judeus? A sua resposta é clara:

“it is not similarity or dissimilarity of individuals that constitutes a group, but interdependence of fate. [...] It is easy enough to see that the common fate of all Jews makes them a group in reality” (1948/1997, p.120).

O autor salienta a importância da identificação com o grupo de pertença para fazer face à discriminação e evitar as consequências negativas ao nível da auto-estima dos indivíduos:

“The only way to avoid Jewish self-hatred in its various forms is a change of the negative balance between the forces toward any away from the Jewish group into a positive balance, the creation of loyalty to the Jewish group instead of negative chauvinism. We are unable to safeguard our fellow Jews or our growing children today against those handicaps which are the result of their being Jewish. However, we can try to build up a Jewish education both on the children’s level and on the

adult level to counteract the *feeling of inferiority* and the *feeling of fear* which are the most important sources of the negative balance” (1948/1997, p.140, *italico no original*).

Lewin alerta para o facto do ‘bom’ comportamento dos judeus, baseado na assimilação dos valores do grupo dominante, em nada afectar a condição colectiva deste, representando a aceitação de uma forma de pensamento para a qual os indivíduos não haviam participado, sem conduzir portanto ao desaparecimento do anti-semitismo (Amâncio, 1993/2000). As soluções situar-se-iam assim, ao nível da ‘acção colectiva’ dos grupos minoritários e não nas acções individuais:

“Among the members of minorities or other social groups which are not in fortunate positions, there are single individuals or larger sections of the group which see their main hope in crossing the line that separates their group from others. They may hope to cross the line individually or to destroy it entirely. One speaks in this connection of a tendency for ‘assimilation’. It is worth-while to ask how this tendency of the individual is related to the situation of his group and his position within the group” (1948/1997, p.109).

A perspectiva de análise das relações intergrupais desenvolvida por Lewin tem em conta as determinantes reais e simbólicas dessas relações, podendo ser considerada um esboço dos modelos das relações de dominação que só viriam a ser desenvolvidos algumas décadas depois (Apfelbaum, 1979; Amâncio, 1994; Doise, 1976/1984; Lorenzi-Cioldi, 1998).

Como salienta Apfelbaum (1979), as interacções sociais analisadas por Lewin constituem relações de dominação, baseadas numa assimetria de poder simbólico, que se traduz numa assimetria na capacidade de intervenção dos grupos. Segundo esta perspectiva, o grupo dominado seria uma entidade subjectivamente construída, que reúne os seus membros sob um destino comum, no quadro de uma definição categorial que retira aos seus membros a distintividade individual. Esta assimetria entre os grupos no domínio dos recursos simbólicos repercute-se numa assimetria na capacidade de decisão e de acção. A mudança social depende do desenvolvimento de uma consciência colectiva da natureza da relação de dominação por parte dos membros do grupo dominado. No entanto, Apfelbaum salienta a dificuldade da mudança social, uma vez

que as relações de dominação tendem a tornar ‘irreversível’ a assimetria entre os grupos:

“(a) all the rights and privileges are concentrated on one side - the market is cornered by the dominant group; (b) this dominant group is the only group to set the limits, and define the nature, of these rights and privileges; and (c) the other group has no share of, or perhaps more accurately, has been dispossessed of, these rights and privileges. In thinking of women, Blacks, various minority national groups, or any other group that has been subordinated, the term ‘invisibles’ has previously been used” (Apfelbaum, 1979, p.196).

Nesta perspectiva, os grupos dominados são:

“collectivities which have been denied at the outset a socially recognized role in the history of a given society (....) Invisibles have, thus, no legal, autonomous existence and as a direct consequence no contractual power [...]. The dominant group does not recognize, or chooses to ignore, the very existence of the invisible and when expressed, their claims to be recognized as partners who participated fully in the decisions regarding the fundamental options for society (Apfelbaum e Lubek, 1976, p.84; citados por Apfelbaum, 1979, p.196).

O processo do poder, actuando através dos mecanismos referidos acima, cria uma disparidade entre os dois grupos envolvidos numa relação de dominação que “denies any sort of contractual power to one of them, and may even deny this group’s right to exist as an autonomous and legitimate coactor in the relation” (Apfelbaum, 1979, p.196).

O poder determina as dinâmicas internas específicas de cada grupo assim como a natureza das relações entre ambos. O primeiro passo no estabelecimento de uma dinâmica de dominação consiste em marcar os membros do grupo dominado, atribuir-lhes um rótulo:

“To be ‘a Negro’ establishes ‘who he is’ by relating him to all other individuals, known or unknown, who have the same defining features. In time, he must realize the general nature of his racial category because others label and identify him in these terms, making his racial group membership the nexus of his emerging self identity” (Proshansky e Newton, 1973, p.181; Apfelbaum, 1979, p.196).

Uma vez que os grupos dominantes e dominados estão reciprocamente ligados na relação de poder,

“the process of marking and identifying members of the to-be-subordinated group also defines membership in the *dominant* group: it may not be necessary for the latter group to actively, explicitly, and precisely define itself. [...] By marking members of the to-be-subordinated group, and excluding them at the same time from membership in the dominant group, the latter group comes to act as the representative of a set of norms to be imposed on all others, as if they were universal” (Apfelbaum, 1979, p.197).

Numa perspectiva diferente da precedente, Allport (1954/1979) na sua análise do preconceito de discriminação também faz referência a fenómenos intergrupais envolvendo relações de dominação. Como referimos no capítulo anterior, Allport atribui enorme peso ao processo de categorização na explicação da discriminação social, nomeadamente ao poder dos ‘rótulos’ na estigmatização dos grupos socialmente desfavorecidos, uma vez que estes evocam ‘automaticamente’ determinados conteúdos associados a esses grupos, conteúdos esses que são mais vinculativos para esses grupos. Embora reconhecendo a causalidade múltipla do fenómeno do preconceito, na sua análise dos estereótipos, o autor discute os seus aspectos ‘objectivos’, ligados a um ‘real’ conhecimento dos grupos, e os seus aspectos ‘falsos’ devidos à falta de informação e de contacto com os grupos, e à generalização abusiva de determinadas características a todos os membros desse grupo. Nesse sentido o autor propôs o aumento da informação sobre os diferentes grupos étnicos através da difusão de imagens mais tolerantes das minorias étnicas nos meios de comunicação social, e também um aumento do contacto directo entre os diferentes grupos, nomeadamente entre as crianças em idade escola:

“Without intercultural information obtained at school a child cannot acquire this perspective, for most children come from homes and neighborhoods where *they have no opportunity to learn about out-groups in an objective way*. And so we conclude that the teaching of correct information does not automatically change prejudice; but it may in the long run help” (Allport, 1954/1979, p.486; *italico nosso*).

Estas alterações nas práticas de socialização na escola, nos empregos e nos *mass media* visavam desenvolver cidadãos capazes de formular juízos não enviesados sobre

as minorias étnicas, consonantes com os valores igualitários da sociedade americana. No entanto, Allport reconhece os limites das acções propostas na irradicação dos estereótipos:

“Stereotypes (...) are primarily rationalizers. They adapt to the prevailing temper of prejudice or the needs of the situation. While it does no harm (and may do some good) to combat them in school and colleges, and to reduce them in mass media of communication, it must not be thought that this attack alone will eradicate the roots of prejudice” (Allport, 1954/1979, p.204).

Allport salientou que o contacto entre grupos e o desenvolvimento de interesses supraordenados comuns aos membros de ambos os grupos, só será plenamente efectivo na redução do preconceito se for entre indivíduos do mesmo estatuto social:

“Prejudice (unless deeply rooted in the character structure of the individual) may be reduced by *equal status contact* between majority and minority groups in the pursuit of common goals. The effect is greatly enhanced if this contact is sanctioned by institutional supports (i.e., by law, custom or local atmosphere), and provided it is of a sort that leads to the perception of common interests and common humanity between members of the two groups” (Allport, 1954/1979, p.281; *itálico nosso*).

Assim, o autor teve em consideração aspectos ligados às estruturas de poder, mas não os desenvolveu suficientemente, centrando-se principalmente em variáveis intra-individuais ou situacionais em detrimento das estruturais.

Como salienta Amâncio (1993/2000), a análise da discriminação social, no âmbito da psicologia social até aos anos setenta, ficou limitada a extrapolações do nível psicológico para as relações intergrupais: o etnocentrismo resultaria de uma rigidez na visão da realidade social que se explicaria pela falta de informação ou contacto com os grupos-alvo (Allport, 1954/1979) ou pela personalidade autoritária (Adorno *et al.*, 1950), não havendo a integração de variáveis estruturais presentes nos estudos no âmbito da antropologia e da sociologia.

Esta conceptualização da discriminação social apresenta alguns problemas: o pressuposto de que os preconceitos são específicos de certos tipos de pessoas e irradicáveis, não permite compreender a sua incidência e resistência nas interacções

sociais. Também não permite compreender a persistência da discriminação de minorias emigrantes nas sociedades ocidentais, onde ela coexiste com normas anti-discriminação, como salientámos no capítulo anterior.

Já Lewin (1948/1997) salientava a necessidade de uma ‘integrated approach’ (p.144) para a análise das relações intergrupais tendo em conta o contexto, pelo que os psicólogos deveriam ter em conta os trabalhos da sociologia e antropologia cultural. No entanto, o contributo deste autor neste domínio foi negligenciado durante muito tempo.

De modo que, numa revisão sobre o etnocentrismo a que já fizemos referência no capítulo anterior, LeVine e Campbell (1972) salientam novamente as limitações que resultam da falta de integração entre as ciências sociais, considerando essencial ‘an integrated social science’ (p.223) para o desenvolvimento dos estudos sobre a discriminação intergrupar. De facto, até ao início da década de setenta a sociologia e a antropologia ocupavam-se das variáveis estruturais e societais, enquanto que “a psicologia social apresentava modelos mais psicológicos do que verdadeiramente psicossociológicos” (Amâncio, 1994, p.140).

Esta necessidade de articulação da psicologia social com outras ciências sociais e humanas está bem presente no modelo sobre as relações intergrupais desenvolvido por Sherif e seus colaboradores (Sherif, Harvey, White, Hood e Sherif, 1961/1988; Sherif, 1967; Sherif e Sherif, 1979), durante os anos 60, demarcando-se nitidamente do quadro explicativo dominante na época.

Este modelo visava uma integração entre o ‘psicológico’ e o ‘sociológico’, a fim de ultrapassar a tendência para extrapolar do nível de análise individual ou interindividual para o nível de análise intergrupar:

“research on intergroup relations entails more than study of the intergroup behavior of individuals - which is the proper level of analysis for social psychology. It also entails problems of institutionalized power relations and complex organizational systems, both formal and informal, which require analysis at their own level by political scientists, sociologists, anthropologists and others” (Sherif e Sherif, 1979, p. 8).

Os autores demarcam-se das abordagens que analisam o comportamento intergrupar a partir da personalidade dos indivíduos (e.g., Adorno *et al.*, 1950), salientando que:

“We cannot legitimately extrapolate from the individual’s motivational urges and frustrations to his experiences and behavior in group situations as if interaction processes and reciprocities within a group were a play of shadows. It is equally erroneous to extrapolate from the properties of relations *within* a group to explain relations *between* groups, as though the area of interaction between groups consisted of a vacuum” (Sherif e Sherif, 1979, pp.8-9).

Por isso mesmo, na opinião de Doise,

“é indiscutível a importância histórica e teórica das pesquisas sobre a interação entre grupos efectuadas por Sherif e seus colaboradores (1961). Com efeito, Sherif não somente foi o primeiro a empreender pesquisas experimentais neste domínio, mas também elaborou um quadro teórico sobre a competição e a cooperação entre os grupos” (1976/1984, p.89).

Os trabalhos de Sherif representam um esforço pioneiro de articulação entre explicações psicológicas e sociológicas, tendo este autor insistido várias vezes sobre insuficiência dos modelos ‘individualistas’ para explicar as regularidades que se manifestam nas relações entre grupos. No entanto, as pesquisas de Sherif, situam-se principalmente no nível de análise situacional, visto que dizem respeito à interação entre indivíduos repartidos em grupos diferentes mas não ocupando necessariamente uma posição diferente no sistema social (Doise, 1982b).

Esta limitação está bem patente na definição de grupo proposta pelo autor, onde não há qualquer referência aos critérios externos, já tidos em consideração por Lewin:

“A group is a delineated social unit with properties which can be measured and which have consequences for the behavior of its members. These include, at least (1) structure or organization - that is, a dimension as measured by effective initiative of members, and (2) a set of norms regulating behavior of the members in pursuing goals, in relationships with one another and with out-groups and their members - that is, evaluative dimensions which can be assessed in terms of what is upheld in the group and what is treated as deviate” (Sherif e Sherif, 1979, p.8).

Uma das mais famosas pesquisas de Sherif sobre esta temática, é conhecida por ‘Robbers Cave’ (nome do local onde decorreu a experiência). Esta experiência, realizada com rapazes num acampamento de Verão, foi constituída por várias fases. Na primeira fase, Sherif estudou as interacções naturais em dois grupos de rapazes, que ignoravam a existência um do outro. Esta fase permitiu observar a formação de normas e a emergência de uma hierarquia dentro dos grupos. Na segunda fase, os dois grupos foram postos em contacto e empenhados em tarefas competitivas (e.g., caça ao tesouro, jogos de basebol) o que desencadeou o surgimento de estereótipos e hostilidade entre os grupos. Numa terceira fase, com o objectivo de reduzir o conflito entre os grupos, foram realizadas tarefas não competitivas em conjunto (e.g., lançar fogo-de-artifício), mas a hostilidade entre os grupos não diminuiu. Finalmente, Sherif foi capaz de reduzir o conflito, introduzindo uma série de problemas que requeriam a participação conjunta de todos os elementos de ambos os grupos (e.g., falta de água no acampamento), isto é, objectivos supra-ordenados.

O modelo de Sherif, construído a partir da criação experimental de situações de competição e cooperação entre dois grupos, estipula que os comportamentos hostis entre grupos, assim como as representações que favorecem o endogrupo face ao exogrupo, resultam da situação de conflito e não da estrutura interna do grupo ou das características dos seus membros. Os padrões de comportamento intergrupais observados são resultantes da identificação dos membros com o seu grupo, o que coloca a questão da identidade no cerne das relações intergrupais (Amâncio, 1993/2000).

Campbell (1965; citado por Tajfel e Turner, 1979) denominou este modelo como *Realistic Conflict Theory* (RCT) porque o ponto de partida para a explicação do comportamento intergrupais foi o que Sherif denominou as ‘relações funcionais entre grupos sociais’. Na opinião de Tajfel e Turner (1979), a sua hipótese central, segundo a qual é um conflito real de interesses entre os grupos que causa o conflito intergrupais, obteve enorme suporte empírico, mas é ‘deceptively simple’ (p. 33).

O facto de Sherif ter analisado uma modalidade específica de relações intergrupais - o conflito de interesses - serve de fundamento para algumas críticas a este modelo (Tajfel e Turner, 1979), mas, como veremos no ponto 2.3.1, a mesma crítica se poderá fazer a estes autores, “por terem feito depender a sua análise da identidade de um outro padrão específico de relações intergrupais” (Amâncio, 1993/2000, p.290).



Sherif verificou que a competição intergrupar aumenta a coesão e a cooperação intragrupal - isto é, os conflitos reais de interesses entre grupos não só criam relações intergrupais antagónicas, como aumentam a identificação e a ligação positiva com o grupo de pertença. No entanto, na opinião de Tajfel e Turner (1979) a identificação dos membros com o seu grupo foi negligenciada pelo modelo de Sherif, sendo considerada quase ‘as an epiphenomenon of intergroup conflict’ (p.34). De facto, a identificação com o grupo é associada a certos padrões de relações intergrupais, mas este modelo não se foca nem nos processos subjacentes ao desenvolvimento e manutenção da identidade grupal nem nos seus possíveis efeitos autónomos quer ao intragrupal quer ao nível intergrupar. Na opinião de Tajfel e Turner (1979), a relativa negligência deste processo no modelo de Sherif é responsável por certas inconsistências entre este modelo e os dados empíricos. Neste sentido, estes autores propõem uma orientação teórica que “is intended not to replace RCT, but to supplement it in some respects that seem to us essential for a adequate social psychology of intergroup conflict”(p.34).

Como veremos no ponto seguinte, o modelo da identidade social da escola de Bristol foi o primeiro a colocar a identidade no âmago das relações intergrupais, atribuindo-lhe uma posição explicativa da diferenciação e da discriminação sociais.

## 2.3 Categorização social, Identidade social e identidade pessoal

“During the war, under the influence of powerful feeling, the difference between ‘Teutons’ on the one hand, and ‘Anglo-Saxons’ and French on the other, was popularly believed to be an eternal difference. They had always been opposing races. (...) The general rule is: if you like a people today you came down the branches to the trunk; if you dislike them you insist that the separate branches are separate trunks. In one case you fix your attention on the period before they were distinguishable; in the other on the period after which they became distinct. And the view which fits the mood is taken as the ‘truth’.”

Walter Lippmann, 1922

“Si la relativité se révèle juste, les Allemands diront que je suis allemand, les Suisses que je suis citoyen suisse, et les Français que je suis un grand homme de science. Si la relativité se révèle fautive, les Français diront que je suis suisse, les Suisses que je suis allemand, et les Allemands que je suis juif.”

Albert Einstein, 1929

A teoria da identidade social (Tajfel, 1978a; Tajfel, 1981/1983; Tajfel e Turner, 1979) consiste numa perspectiva das relações intergrupais cujo objectivo inicial era não só ultrapassar as extrapolações do nível individual e interindividual para o nível intergrupar (e.g., a teoria da personalidade autoritária de Adorno *et al.*, 1950; a teoria da frustração-agressão de Berkowitz, 1962) como questionar a relevância do conflito objectivo enquanto determinante da discriminação entre grupos sociais (e.g., Sherif *et al.*, 1961). Como Tajfel e Turner (1979) referiam, a complexa integração entre o comportamento individual ou interpessoal com os processos sociais e contextuais nos conflitos intergrupais não tinha recebido atenção dos psicólogos sociais.

Embora o modelo da identidade social da escola de Bristol - modelo central no quadro actual das teorias sobre as relações intergrupais - seja frequentemente associado a Henri Tajfel e John Turner, as contribuições destes autores foram significativamente diferentes, tanto ao nível empírico como teórico (Amâncio, 1993/2000). Por isso, optámos por fazer uma distinção entre as formulações iniciais da teoria da identidade

social e a formulação de Turner - a teoria da autocategorização. Por uma questão de simplicidade de apresentação, referimo-nos à primeira como SIT (*Social Identity Theory*) e à segunda como SCT (*Self-Categorization Theory*).

Os primeiros estudos da escola de Bristol resultam, sobretudo, do percurso científico de Tajfel, em particular dos estudos que efectuara nos anos 60 sobre a sobreestima perceptiva, estudos esses que foram fortemente influenciados pela sua colaboração com Bruner, nos anos 50. Desta colaboração “resultara uma crítica á visão mecanicista da percepção, que pressupunha que as pessoas apreendiam a realidade de forma ‘objectiva’ e que as excepções a esta forma de apreensão da realidade constituíam ‘erros’ (Amâncio, 1993/2000, p.392).

Jerome Bruner é comumente apontado como o pai da *Nova Vaga* no estudo da percepção, que se traduziu numa ruptura com as perspectivas precedentes, caracterizadas por uma visão mecanicista da percepção, que pressupunha que as pessoas apreendiam a realidade de forma ‘objectiva’ e que as excepções a esta forma de apreensão da realidade constituíam ‘erros’ (Amâncio, 1993/2000).

Na aceção de Bruner (1957), a categorização constitui um dos processos básicos através dos quais se manifesta a actividade estruturante do participante na percepção. Quando um organismo é estimulado por um objecto exterior, reage a ele associando-o a uma categoria de estímulos (aspecto *indutivo* da categorização), ao mesmo tempo que lhe atribui as características da categoria no qual o inclui (aspecto *dedutivo* da categorização).

O acto da categorização não implicaria, contudo, um sistema rígido de categorias em que cada indivíduo só pode ser atribuído a uma categoria de determinado nível de abstracção. Pelo contrário, a categoria utilizada será a mais acessível, sendo a acessibilidade determinada pela aprendizagem e pelo estado motivacional do indivíduo no momento. Quanto mais acessível é uma categoria menor o *input* necessário para evocar a categorização e maior o espectro de características do *input* que tende a ser percebido como congruente com a categoria, enquanto que as características que não se ajustam à categorização tendem a ser mascaradas (Bruner, 1957). Segundo este autor, a categorização permitiria a simplificação, organização e a previsão de um mundo de outro modo excessivamente complexo.

De acordo com Tajfel, a categorização dos objectos, incluindo os grupos sociais, é baseada nas semelhanças intracategoriais e nas diferenças intercategoriais. Um dos fenómenos associado com a categorização é o *efeito de acentuação*. Este consiste numa acentuação, por parte do observador, das semelhanças entre objectos ou pessoas pertencendo à mesma categoria - *efeito de assimilação* - e das diferenças entre objectos ou pessoas pertencendo a diferentes categorias - *efeito de contraste*. Estes dois efeitos ocorreriam simultânea e simetricamente sendo inerentes ao processo de categorização.

O efeito de acentuação foi originalmente estudado na percepção de objectos físicos (Tajfel e Wilkes, 1963), tendo sido posteriormente generalizado para os grupos sociais (Tajfel, Sheikh e Gardner, 1964). Segundo Tajfel, o efeito de acentuação verifica-se sempre que à dimensão em causa esteja associada uma dimensão valorativa. A categorização é conceptualizada como um processo cognitivo universal que se aplica tanto a estímulos físicos como a estímulos sociais, e que não depende nem da personalidade nem do grau de informação dos indivíduos, mas constitui antes um processo cognitivo necessário para a selecção e organização da informação.

Assim, na acepção de Tajfel, existiria uma homologia entre a apreensão dos estímulos físicos e sociais. No entanto, a experiência de Tajfel, Sheikh e Gardner (1964) parecia apontar para uma certa assimetria na percepção dos grupos sociais, aspecto que não foi explorado pelos autores. Nesta experiência os participantes, todos canadianos, deveriam emitir julgamentos sobre dois grupos-estímulo constituídos por dois indivíduos da mesma nacionalidade - o grupo dos canadianos e o grupo dos indianos. Os resultados mostraram que os participantes sobrestimavam a semelhança das duas pessoas-estímulo indianos nos traços mais típicos do estereótipo dos indianos, mas não sobrestimavam a semelhança das pessoas-estímulo canadianos nos traços mais típicos do seu estereótipo.

Esta assimetria no efeito de acentuação a nível das categorias sociais foi também evidenciada numa experiência de Doise, Deschamps e Meyer (1978). Nesta experiência, os participantes, crianças do sexo masculino e do sexo feminino, observavam as fotografias de seis pessoas-estímulo, três rapazes e três raparigas, sendo a sua tarefa descrevê-los a partir de uma lista de adjetivos. Verificou-se que os rapazes apresentaram uma tendência significativamente maior para acentuar as diferenças intercategoriais do que as raparigas e, além disso, acentuaram mais fortemente as semelhanças intracategoriais das pessoas-estímulo do sexo feminino do que do sexo masculino.

Os resultados destas experiências evidenciam uma assimetria nos efeitos da categorização, em função do grupo-estímulo (Amâncio, 1993/2000). Note-se que em ambos os casos o efeito de assimilação foi mais acentuado para o grupo-alvo de menor estatuto relativo (os indianos na primeira experiência e as raparigas na segunda).

Beauvois e Deschamps (1990) consideram que existe uma diferença fundamental entre a apreensão de estímulos físicos e sociais que é necessário sublinhar:

«[...] contrairement à ce qui se passe dans la catégorisation de stimuli physiques, dans le cas de la catégorisation sociale les sujets sont eux-mêmes à l'intérieur d'un réseau de catégories. La catégorisation entraîne non seulement une exagération des différences entre les catégories et une minimisation des différences intra-catégories, mais ces différences sont évaluatives. Lorsque des individus sont répartis en deux catégories, le comportement des sujets au regard des membres de l'autre catégorie devient systématiquement discriminatoire: les sujets ont tendance à favoriser leur groupe et à défavoriser l'autre groupe; plus qu'une différenciation, c'est bien à un traitement différentiel entre et dans les groupes auquel on assiste. Dans le cas de la catégorisation sociale, l'effet de contraste (accentuation des différences perçues entre les objets classés dans des catégories distinctes) débouche donc sur un phénomène de discrimination alors que l'effet d'assimilation (accentuation des ressemblances perçues entre les objets classés dans une même catégorie) conduit à la stéréotypie» (pp.16-17).

Mas vamos centrar-nos, por enquanto, nas consequências destes estudos na conceptualização da discriminação social. Estes estudos levaram Tajfel (1969) a propor uma nova abordagem da diferenciação entre grupos sociais, segundo a qual a categorização constituía um poderoso processo organizador e simplificador da realidade social, sendo mais forte quando estão associadas dimensões avaliativas às categorias sociais, seja ao nível dos critérios classificatórios, seja ao nível dos conteúdos descritivos. Como refere Amâncio:

“a preservação do sistema de categorização e das conotações valorativas que lhe estão associadas, e que são transmitidas pela cultura e pelos valores dos grupos de pertença, é conseguida através do tratamento dos critérios classificatórios, como homem-mulher, branco-negro, inglês-francês, enquanto dimensões descontínuas, através da selecção nas interacções sociais das características que confirmam o efeito preditivo da categoria e que validam um conhecimento 'subjectivo' da

realidade facilitador da integração dos indivíduos; e, finalmente através da instrumentalidade dos conteúdos categoriais, sob a forma de estereótipos, nas interacções sociais, visto que a identificação da categoria de pertença dos indivíduos é facilitada pela visibilidade do critério que a define, sobretudo quando esses critérios são físicos, como o sexo ou a cor da pele” (1993/2000, pp.392-393).

Assim, nesta perspectiva, os estereótipos sociais constituem formas específicas de organização subjectiva da realidade social, reguladas por mecanismos sociocognitivos, o que permite compreender a sua incidência e resistência nas interacções sociais.

### 2.3.1. Identidade social e comparação social

Tajfel e colaboradores (Tajfel, Billig, Bundy e Flament, 1971) realizaram uma experiência com o objectivo de determinar as condições mínimas do aparecimento do favoritismo endogrupal, cujos resultados constituíram o estímulo inicial para a formulação do modelo da identidade social. Na primeira parte da experiência, os participantes, adolescentes do sexo masculino, realizaram uma tarefa de julgamentos estéticos. Em seguida, os participantes foram repartidos em dois grupos, o grupo ‘Klee’ e o grupo ‘Kandinsky’, supostamente em função dos resultados da tarefa precedente. Na segunda parte da experiência, pediu-se aos participantes para, com a ajuda de várias matrizes de resposta, decidirem as remunerações que membros anónimos do grupo próprio e/ou do outro grupo deveriam receber pela sua participação na experiência. Estes grupos foram denominados ‘grupos mínimos’ porque ‘these groups are purely cognitive’ (Tajfel e Turner, 1979, p.39).

Segundo Amâncio (1993/2000) o procedimento utilizado no paradigma dos ‘grupos mínimos’ caracteriza-se fundamentalmente pela :

“criação de uma situação socialmente 'vazia' [...] os sujeitos pertenciam todos ao mesmo sexo e à mesma faixa etária, não havia interacção entre eles em nenhuma das fases da experiência e a categorização era introduzida através de um critério inteiramente abstracto e sem qualquer significado, visto que não havia conteúdos associados ao 'grupo Klee' ou ao 'grupo Kandinsky'” (pp.293-294).

Os resultados desta e outras experiências similares demonstram que a mera categorização em grupos diferentes conduz a estratégias discriminatórias face ao exogrupo. A estratégia ‘máximo para o grupo’ (*Maximum Ingroup Profit* - MIP) é preterida face à estratégia de ‘máxima diferença’ (*Maximum Difference* - MD). Assim, os participantes parecem competir com o exogrupo, em vez de seguirem uma estratégia de simples ganho económico para o endogrupo - optando pela estratégia MD, os participantes sacrificam os ganhos objectivos do endogrupo, para ganhar em termos relativos: distintividade positiva do endogrupo. Os participantes mostram, ainda, decisões mais próximas do ‘máximo comum’ (*Maximum Joint Payoff* - MJP) quando as

decisões dizem respeito a dois membros anónimos do endogrupo do que quando são dois membros do exogrupo.

Billig e Tajfel (1973; citados por Tajfel e Turner, 1979) encontraram estes resultados mesmo quando a designação para os grupos era efectuada de forma explicitamente aleatória (eliminando assim a semelhança percebida dentro do grupo de pertença como explicação alternativa para os resultados), isto é, mesmo categorizações sociais arbitrárias são suficientes para desencadear a discriminação intergrupar.

Na acepção de Tajfel e Turner (1979), estes resultados demonstram que a discriminação intergrupar não é exclusivamente baseada em interesses grupais incompatíveis: a condição para a competição intergrupar parece ser tão mínima que pode ser considerada como um processo inerente à situação intergrupar em si mesma.

Tajfel e Turner (1979) referem que todo o vasto trabalho desenvolvido pela equipa de Bristol sobre relações intergrupais, aponta para que o favoritismo endogrupal constitua uma ‘remarkable omnipresent feature of intergroup relations’ (p.38). As pesquisas com o paradigma do ‘grupos mínimos’ demonstram que:

“the mere perception of belonging to two distinct groups - that is, social categorization per se - is sufficient to trigger intergroup discrimination favoring the ingroup. In other words, the mere awareness of the presence of an outgroup is sufficient to provoke intergroup competitive or discriminatory responses on the part of the ingroup” (p.38).

Para explicar estes resultados, Tajfel (1972) estabelece uma ligação entre três conceitos fundamentais: categorização social, identidade social e comparação social. Uma vez que a identidade social está associada ao conhecimento da pertença, evocado pela categorização, o significado emocional e avaliativo que resulta dessa pertença exprimir-se-ia no favoritismo pelo grupo de pertença em detrimento do outro. Neste sentido, os grupos sociais contribuem para a construção da identidade social dos seus membros.

Um aspecto importante na teoria de Tajfel é a noção de grupo. O autor critica as definições de grupo habitualmente encontradas na literatura, que têm um ‘núcleo comum’: o grupo é definido pela interacção ou interdependência dos seus membros. O grupo é definido a partir do ‘interior’ - preocupação com certos processos intragrupais



fazendo como se as relações do grupo com outros grupos não tivessem qualquer influência sobre a sua estruturação interna, ou mesmo sobre a sua existência enquanto tal. Na opinião de Tajfel, estes elementos não são suficientes para definir um grupo:

‘les caractéristiques de son propre groupe (son statut, sa richesse ou sa pauvreté, sa couleur de peau, sa capacité à atteindre ses buts) n'acquièrent de signification qu'en liaison avec les différences perçues avec les autres groupes ou les différences évaluatives. [...] La définition d'un groupe (national, racial ou tout autre) n'a de sens que par rapport aux autres groupes. Un groupe devient un groupe en ce sens qu'il est perçu comme ayant des caractéristiques communes ou un devenir commun, que si d'autres groupes sont présents dans l'environnement’ (1972, p.295).

Como o autor salienta, os grupos não existem num *vazio* social:

“um grupo não é uma ilha da mesma maneira que um grupo também não é uma ilha; a única maneira de atribuir valores positivos ao seu próprio grupo [...]é comparando com outros grupos” (Tajfel, 1982a, p.24).

Para Tajfel, um grupo pode ser definido com base em critérios externos ou internos. Os primeiros não derivam da auto-identificação dos membros do grupo, sendo tecidos por indivíduos ou grupos de indivíduos exteriores ao grupo, podendo o consenso exterior acerca de um determinado grupo originar critérios de pertença nesse mesmo grupo (Tajfel, 1978b, p.31). Esta questão, como referimos, foi também abordada por Lewin na sua análise do anti-semitismo. Os critérios internos, por seu lado, derivam da auto-identificação dos membros do grupo, isto é, do facto de os indivíduos se sentirem membros desse grupo.

A origem desta conceptualização de Tajfel reporta-se à teoria da comparação social de Festinger (1954). Esta teoria postula nos indivíduos uma necessidade de auto-avaliação que, em certas condições, só se pode realizar através de comparações com outros indivíduos, considerados semelhantes ou ligeiramente superiores na(s) característica(s) a comparar. Na acepção de Festinger, a comparação é essencialmente interindividual, enquanto que a teoria de Tajfel assenta em comparações intergrupais. Na opinião de Tajfel e Turner (1979), a necessidade de avaliação positiva de um

indivíduo poderá satisfazer-se através de pertenças a grupos sociais avaliados positivamente pelo indivíduo.

As consequências psicológicas da pertença a um grupo estão directamente ligadas à inserção desse grupo numa determinada estrutura de relações intergrupais. Na acepção de Tajfel,

"l'identité social d'un individu est lié à la connaissance de son appartenance à certains groupes sociaux et à la signification émotionnelle et évaluative qui résulte de cette appartenance" (1972, p.292).

Tendo em conta esta definição de identidade social, Tajfel e Turner (1979) partem dos seguintes pressupostos: os indivíduos esforçam-se por manter ou aumentar a sua auto-estima, isto é, lutam por um auto-conceito positivo; os grupos sociais estão associados a conotações de valor positivo ou negativo, isto é, a identidade social pode ser positiva ou negativa de acordo com as avaliações (que tendem a ser consensuais) dos grupos que contribuem para a identidade social de um indivíduo; a avaliação do seu próprio grupo é determinada tendo como referência outros grupos específicos em termos de certas dimensões ou características.

Destes pressupostos foram derivados os seguintes princípios teóricos: os indivíduos esforçam-se por alcançar ou manter uma identidade social positiva; a identidade social positiva é baseada, em larga medida, em comparações favoráveis entre o grupo de pertença e outro(s) grupo(s) relevante(s); quando a identidade social é insatisfatória, os indivíduos esforçam-se ou por deixar o seu grupo e juntar-se a um grupo avaliado mais positivamente ou por tornar o seu grupo mais positivamente diferenciado (Tajfel e Turner, 1979).

Neste sentido, a hipótese básica de que parte a SIT é que as pressões para avaliar o seu próprio grupo positivamente através de uma comparação endogrupo/exogrupo conduzem os grupos sociais a uma tentativa de se diferenciarem uns dos outros (Tajfel, 1978a; Turner, 1975; Tajfel e Turner, 1979). Há pelo menos três classes de variáveis que influenciam as diferenciações intergrupais numa situação intergrupar concreta: os indivíduos deverão ter interiorizado a sua pertença ao grupo como um aspecto do seu auto-conceito, isto é, deverão sentir-se subjectivamente identificados com o grupo de pertença; a situação social deverá permitir comparações intergrupais através da selecção

e avaliação de certas dimensões ou atributos relevantes; os outros grupos deverão ser percebidos como grupos de comparação relevantes (a semelhança, a proximidade, a saliência situacional são exemplos de variáveis que determinam a comparabilidade dos outros grupos). Neste sentido, o objectivo da diferenciação intergrupar é alcançar ou manter a superioridade em algumas dimensões relevantes, isto é, consiste numa resposta essencialmente competitiva (Tajfel e Turner, 1979).

A procura de uma explicação para os resultados obtidos nas experiências utilizando o paradigma dos ‘grupos mínimos’ levou Turner (1975) a introduzir uma alteração no procedimento, que consistiu em dar a possibilidade aos participantes de atribuírem pontos a si próprios e a outros. Turner demonstrou que o favoritismo endogrupal e a discriminação intergrupar aparecem em situações de categorização, independentemente de os pontos das matrizes terem ou não valor monetário. Mas se a situação experimental o permitir, ou porque não existe categorização ou porque os participantes começam por fazer escolhas entre eles próprios e outros, então o favoritismo endogrupal é substituído pelo auto-favoritismo, e a discriminação intergrupar é substituída pela discriminação interindividual. Estes resultados evidenciam o efeito da competição social por uma identidade pessoal positiva que explicaria os resultados obtidos nas experiências dos ‘grupos mínimos’.

Nesta sequência, Turner (1975) distinguiu entre competição ‘social’ ou ‘instrumental’ e competição ‘realista’. A competição ‘social’ seria motivada pela auto-avaliação e aconteceria através da comparação social, enquanto que a competição ‘realista’ seria baseada no auto-interesse. Para a competição ‘realista’ seria necessária a existência de objectivos grupais incompatíveis, enquanto que para a competição ‘social’ as comparações intergrupais mútuas seriam condição necessária e, frequentemente, suficiente. Assim, na aceção de Turner (1975, 1978),

“os processos intergrupais de categorização e comparação sociais passam a ser regulados por uma motivação e o próprio grupo de pertença torna-se uma entidade temporária e arbitrária, que serve de mero substituto funcional à satisfação da necessidade de um *self* positivamente distintivo” (Amâncio, 1993/2000, p.397).

Tajfel (1978b) considera que o comportamento social pode ser conceptualizado em termos de um *continuum* ‘interpessoal *versus* intergrupar’. O primeiro dos extremos,

o interpessoal, corresponde a uma interacção entre dois ou mais indivíduos que é completamente determinada pelas suas características individuais ou pelas suas relações pessoais, não sendo afectada pelas respectivas pertenças sociais. No entanto, Tajfel salienta que se trata de um “extremo teórico, abstracto, não real” (1982a, p.16) no sentido em que nenhum exemplo de comportamento intrapessoal pode puramente observado na ‘vida real’:

“It is impossible to imagine a social encounter between two people which will not be affected, at least to some minimal degree, by their mutual assignments of one another to a variety of social categories about which some general expectations concerning their characteristics and behaviour exist in the minds of the interactants” (Tajfel, 1978b, p.41).

O outro extremo, o intergrupar, corresponde a uma interacção entre dois ou mais indivíduos (ou grupos de indivíduos) que é completamente determinada pelas respectivas pertenças grupais, não sendo afectada pelas características dos indivíduos ou pelas suas relações pessoais. Tajfel considera que a probabilidade de este extremo ser encontrado na sua forma pura em situações reais é baixa, mas existe:

“se pensarmos em certas coisas que se passaram durante a Segunda Guerra Mundial, e mesmo depois, vê-se bem que há situações em que o extremo intergrupo é determinante, onde todo o comportamento é determinado não por características individuais ou por relações individuais, mas pela estrutura dessa relação intergrupo. Isto não é uma abstracção, pois verifica-se em muitas circunstâncias (Tajfel, 1982a, p.16).

Relativamente a este *continuum*, Tajfel preocupou-se com as condições que determinam a adopção de formas de comportamento social mais próximas de um extremo ou de outro. Uma dessas condições, como já referimos, é o conflito intergrupar. Assume-se, geralmente, que quanto mais intenso é um conflito intergrupar, maior será a probabilidade de que os membros de grupos opostos se comportem em função das suas pertenças grupais, mais do que em termos das suas características individuais ou relações interpessoais. Contudo, Tajfel considera que um conflito institucionalizado ou explícito de interesses entre grupos, não é suficiente, tanto teórica como empiricamente, para explicar muitas situações em que o comportamento social dos indivíduos

pertencentes a grupos distintos se aproxima do extremo ‘intergrupar’ do *continuum*. Os resultados das experiências utilizando o paradigma dos ‘grupos mínimos’ demonstram que:

“the institutionalization, explicitness, and objectivity of an intergroup conflict are not necessary conditions for behavior in terms of the ‘group’ extreme, although they will often prove to be *sufficient* conditions” (Tajfel e Turner, 1979, p.34).

Associado ao *continuum* ‘interpessoal-intergrupar’ está outro *continuum* cujos extremos são a ‘mobilidade social’ e a ‘mudança social’. Estes extremos referem-se a sistemas de crenças acerca da natureza e das estruturas das relações entre os grupos sociais numa dada sociedade.

O sistema de crenças de ‘mobilidade social’ é baseado no pressuposto de que a sociedade na qual os indivíduos estão inseridos é flexível e permeável, e portanto, alguém que não esteja satisfeito com as condições que advêm da sua pertença a determinado grupo social pode mudar-se individualmente para outro grupo, que se ajuste melhor aos seus objectivos. Tajfel adoptou a definição de mobilidade social de Goldhamer: “social mobility is the movement of individuals, families and groups from one social position to another” (1968, p.429; citado por Tajfel, 1978b, p.46). No entanto, na teorização de Tajfel, o termo foi restringido à mobilidade social *individual*, isto é, aos movimentos de indivíduos e de famílias de uma posição social para outra (excluindo, os ‘grupos’ da definição de Goldhamer).

A crença na ‘mudança social’ é baseada no pressuposto de que a natureza e estrutura das relações entre os grupos sociais na sociedade é caracterizada por uma marcada estratificação, que torna impossível ou muito difícil para o indivíduo, *como* indivíduo, sair de um grupo insatisfatório ou desfavorecidos (Tajfel e Turner, 1979). Tajfel adoptou a definição de mudança social proposta por Toch: “A social movement represents an effort by a large number of people to solve collectively a problem that they feel they have in common” (1965, citado por Tajfel, 1978b, p.46). Encontramos aqui os elementos já enunciados por Lewin, nomeadamente a necessidade dos membros de grupos sociais desprivilegiados desenvolverem uma consciência do seu destino comum.

Na aceção de Tajfel, as crenças na ‘mobilidade social’ não constituem ameaças para o grupo dominante, enfraquecem a solidariedade dentro do grupo dominado e mantêm o *statu quo*. Em contraste, as crenças na ‘mudança social’ implicam a solidariedade no seio do grupo dominado e constituem uma ameaça para o grupo dominante, pois visam a alteração de um *statu quo* que privilegia estes últimos (Abrams e Hogg, 1990).

Ao *continuum* interpessoal-intergrupar são associados dois outros contínuos, relacionados com a variabilidade ou uniformidade nas representações ou nos comportamentos dos membros do grupo de pertença em relação com os membros do outro grupo (Tajfel e Turner, 1979).

O primeiro *continuum* diz respeito à ‘variabilidade *versus* uniformidade’ do comportamento em relação ao grupo dos outros: quanto mais próximos os membros de um grupo estiverem do extremo ‘intergrupar’ e do extremo ‘mudança social’, maior será a ‘uniformidade’ do seu comportamento em relação aos membros de um outro grupo relevante; quanto maior a aproximação com os extremos opostos de ambos os contínuos, maior será a ‘variabilidade’ do comportamento em relação aos membros do outro grupo.

O segundo *continuum* está intimamente relacionado com o anterior: quanto mais próximos os membros de um grupo estiverem dos extremos ‘mudança social’ e ‘intergrupar’, maior será a tendência para tratar os membros do grupo dos outros como elementos ‘indiferenciados’ de uma categoria social unificada, isto é, os indivíduos serão definidos quase exclusivamente em função das suas pertenças grupais, em detrimento das suas características individuais. Este extremo exprime a percepção estereotipada dos membros dos grupos sociais definidos por critérios de categorização. Esta concepção baseia-se numa hipótese central do modelo clássico da categorização, segundo a qual os elementos de uma mesma categoria serão percebidos de forma semelhante - efeito de assimilação.

Tajfel considera que a investigação em psicologia social se tem situado, sobretudo, “próximo de um dos extremos dessas quatro polaridades, ou seja, do pólo mobilidade social, do pólo comportamento interindividual e do pólo variabilidade de um ou do outro género” (1982a, p.18) devendo-se ultrapassar esta situação.

Tajfel também se debruçou sobre a influência do estatuto dos grupos na determinação do comportamento dos seus membros. Por ‘estatuto social’ Tajfel entende uma hierarquia de prestígio percebida - o estatuto é o *resultado* de uma comparação, isto é, reflecte a posição relativa do grupo na(s) dimensão(ões) de comparação. Tajfel considera que o baixo estatuto não provoca directamente a competição intergrupar, os seus efeitos no comportamento intergrupar são mediados pelo processo de identidade social: quanto mais baixo o estatuto subjectivo do grupo em relação com grupos de comparação relevantes, menor é a sua contribuição para uma identidade social positiva.

Tajfel e Turner (1979) apontam várias reacções possíveis face a uma identidade social negativa ou ameaçada:

a) ‘*mobilidade individual*’: os indivíduos podem tentar deixar o grupo para entrar num de estatuto mais elevado. Uma das características desta estratégia é que o estatuto do seu grupo anterior não muda, ou seja, é uma estratégia individualista com o objectivo, pelo menos a curto prazo, de alcançar uma solução individual e não uma solução grupal. Assim, esta estratégia implica uma desidentificação com o grupo.

b) ‘*criatividade social*’: os membros do grupo dominado podem procurar uma distintividade positiva para o grupo de pertença redefinindo ou alterando os elementos da situação de comparação. Esta é uma estratégia grupal, que pode focar-se nos seguintes aspectos: criar novas dimensões de comparação entre o grupo de pertença e o grupo dos outros; mudar os valores das dimensões, de modo que comparações previamente negativas passem a ser percebidas como positivas, isto é, as dimensões salientes mantêm-se, mas inverte-se o sistema de valorização; mudar de grupo de comparação, evitando usar um grupo com elevado estatuto como referência para a comparação. Um exemplo clássico de ‘criatividade social’ foi o movimento ‘*Black is Beautiful*’: a dimensão saliente continua a mesma, mas o sistema de valorização foi invertido.

c) ‘*competição social*’: os membros do grupo podem procurar uma distintividade positiva através de competição directa com o grupo dos outros, tentando inverter as posições relativas nas dimensões salientes. Esta estratégia implica, portanto, uma mudança na posição social objectiva do grupo.

Tanto a mobilidade individual como certas formas de criatividade social podem reduzir o conflito intergrupar tendo, no entanto, diferentes implicações. A primeira enfraquece a solidariedade no grupo dominado e não fornece um antídoto para a

identidade social negativa a nível grupal, enquanto a segunda pode restaurar ou criar a auto-estima positiva.

Tajfel considera ainda duas outras variáveis que podem contribuir para a compreensão das estratégias a adoptar pelos indivíduos: a percepção da legitimidade e da estabilidade da situação. Quanto mais uma situação é percebida como simultaneamente ilegítima e instável, maior a probabilidade que os membros de um grupo dominado se empenhem em estratégias colectivas de mudança social (Tajfel, 1981/1983). Assim, as comparações sociais entre grupos, baseiam-se na percepção da legitimidade das relações entre eles. O conceito de identidade social, [...] está ligado à necessidade duma imagem positiva e diferente do grupo próprio; é por esta razão que a percepção da ilegitimidade duma relação transcende os limites da semelhança intergrupo no plano das comparações sociais relevantes, e procura as causas da ilegitimidade onde quer que julgue que elas se encontrem (Tajfel, 1981/1983, p.301-302).

A propósito de percepção de legitimidade, Tajfel cita Durkheim, a respeito do que este disse sobre a manutenção da ordem social:

“O que é preciso, para reinar a ordem social, é que a grande massa dos homens esteja satisfeita com o que tem. Mas para que eles estejam satisfeitos não é preciso que tenham mais ou menos, mas sim que estejam convencidos que não têm direito a mais” (Durkheim, citado por Tajfel, 1981/1983, p.301).

Quando as relações de estatuto são percebidas como imutáveis, como uma parte de uma ordem estática, a identidade social está ‘segura’. A identidade social torna-se ‘insegura’ ou ‘ameaçada’ quando a ordem estabelecida começa a ser questionada. Assim, os grupos com elevado estatuto também podem experimentar uma identidade social insegura, por isso toda a ameaça à distintividade positiva do grupo tenderá a ser evitada. Na opinião de Tajfel, tanto os grupos de elevado estatuto como os de baixo estatuto reagem a uma identidade social insegura procurando aumentar a distintividade positiva do seu grupo.

Como foi referido, quando a situação é percebida como ilegítima e instável, a probabilidade dos membros dos grupos de baixo estatuto rejeitarem a sua inferioridade e se empenharem em estratégias de mudança social é maior.



Quanto aos membros do grupo dominante, várias soluções são possíveis quando a legitimidade do seu estatuto é posta em causa: reforçar, tanto quanto possível, as barreiras existentes e sistemas ‘legais’ de discriminação; e/ou a criação e manutenção de uma ideologia que justifique o *statu quo*, como, por exemplo, ‘o fardo do homem branco’ (*White man’s burden*) (Tajfel, 1978b, p.90), como foi ilustrado no capítulo 1, a propósito do colonialismo.

O significado avaliativo e emocional da pertença grupal (Tajfel, 1972) pode adquirir maior peso no caso dos grupos dominados do que no caso dos dominantes, uma vez que estes são constantemente confrontados com a sua pertença grupal e limitados por ela. Uma vez desenvolvida a consciência de ‘destino comum’, os membros de grupos dominados podem exagerar a inequidade que os distancia do grupo dominante, de forma a salientar a ilegitimidade da situação (van Knippenberg e van Oers, 1984, citados por Amâncio, 1988, p.310). Podem também manifestar maior favoritismo pelo seu grupo de pertença do que os membros de grupos dominantes, que conscientes da situação de desigualdade, evitam discriminar abertamente os membros das minorias (Branthwarte e Jones, 1975; citados por Tajfel, 1978c, p.91). Assim, numa

“situation of dissymmetry in which the conflict of values in the superior group and/or the relative lack of importance for it of a particular comparison of identities lead to the prediction that intergroup discrimination will be stronger in the inferior than in the inferior group” (Tajfel, 1978c, pp.90-91).

Actualmente, o modelo de Tajfel continua a ter desenvolvimentos contínuos, nomeadamente no que respeita às estratégias dos membros de grupos desfavorecidos para fazer face à discriminação (Brown, 2000; Schmitt e Branscombe, 2002). Por exemplo, Branscombe e Ellemers (1998) analisam as estratégias de mobilidade ou mudança social em função do nível de identificação com o endogrupo. As autoras distinguem dois tipos de estratégias: “individualistic versus group-based” (p.243). A adopção destas estratégias por parte dos membros de grupos desfavorecidos depende essencialmente “on their ultimate goal - either to salvage personal or group-based self-esteem” (p.246).

Segundo as autoras, as estratégias individualistas salvaguardam a identidade e auto-estima pessoais, mas implicam o distanciamento face ao endogrupo. Em

contrapartida, as estratégias grupais aumentam o nível de identificação com o endogrupo e contribuem para um reforço da posição do grupo na estrutura social, mas podem implicar maiores dificuldades no relacionamento com os grupos dominantes. Assim, conforme a discriminação seja percebida como uma ameaça à identidade pessoal ou social, diferentes consequências cognitivas, emocionais ou comportamentais podem ser esperadas (Branscombe e Ellemers, 1998).

Mais recentemente, Barreto e Ellemers (2002), debruçaram-se sobre os efeitos do preconceito ‘subtil’ sobre o bem-estar dos indivíduos, tendo chegado à conclusão que este pode ter efeitos nefastos, uma vez que dificulta o reconhecimento da discriminação e a consciência de destino comum, levando os indivíduos a desinvestir das estratégias de ‘coping’ e a efectuar atribuições internas quando confrontados com os seus fracassos pessoais. Nesse sentido, as autoras salientam que as ‘novas’ formas de preconceito podem ter efeitos mais nefastos sobre a auto-estima dos indivíduos do que as formas ‘clássicas’, não só porque são mais difíceis de reconhecer e de contrariar.

Resumindo, o modelo da identidade social de Bristol parte da integração de três processos: categorização social, identidade social e comparação social, num quadro coerente que contribui para a explicação de várias formas de comportamento intergrupar, conflito social e mudança social. Na opinião de Tajfel e Turner (1979), este modelo tem em consideração as realidades sociais, bem como os seus reflexos no comportamento social através da mediação de um sistema de crenças socialmente partilhado. No entanto, a sua dependência face ao paradigma dos ‘grupos mínimos’ conduziu à relativa negligência dos aspectos de natureza ideológica, o que está patente na universalização a todos os grupos sociais da procura da distintividade positiva (Amâncio, 1993/2000).

As críticas a este modelo de identidade social surgiram, desde o seu início, na própria escola de Bristol. Billig (1976; citado por Amâncio, 1993/2000) foi o primeiro a pôr em dúvida a generalização a todos os grupos sociais de uma necessidade de identidade social positiva. Na opinião deste autor, esta necessidade não podia existir independentemente da estrutura e ideologia sociais. Neste sentido, Billig salientou a necessidade de compreender as próprias condições sociais de emergência de uma identidade social positiva.

De facto, várias investigações empíricas apontam para que a necessidade de distintividade positiva não é algo universal, mas está estritamente ligada a uma ideologia que valoriza a individualidade. Wetherell (1982) comparou os resultados obtidos em réplicas da experiência dos ‘grupos mínimos’ com adolescentes europeus e da Polinésia, tendo verificado que estes últimos escolhiam preferencialmente a estratégia da recompensa máxima comum (MJP), o que aponta para as raízes culturais de uma identidade que se manifesta por uma distintividade positiva.

Breakwell (1978) considera que os processos que estão associados à identidade social não são explicativos por si só, mas sim algo a explicar. A modalidade de identidade social salientada pela escola de Bristol revela-se insuficiente para o estudo de determinadas relações intergrupais, particularmente aquelas que envolvem grupos com estatutos desiguais na estrutura social. Por exemplo, as relações que envolvem as categorias masculina e feminina não são inteligíveis no âmbito da SIT, ‘uma vez que a distintividade positiva de si e do grupo correspondem mais a um padrão perceptivo e comportamental do sexo masculino do que do sexo feminino’ (Amâncio, 1993/2000, p.399).

O facto das experiências da equipa de Bristol terem sido quase todas realizadas com participantes do sexo masculino e colocados em grupos com estatutos simétricos na situação experimental está na origem de algumas das limitações deste modelo. De facto, a única experiência efectuada por esta equipa com participantes de ambos os sexos mostrou também que as raparigas preferiam a estratégia da equidade relativamente à diferenciação (Turner, Brown e Tajfel, 1979), mas, como salienta Amâncio, (1993/2000) este resultado não foi objecto de qualquer reflexão particular pelos autores da experiência

Doise (1987, 1988) critica o modelo de Tajfel e Turner (1979) por este não ter tido em consideração as determinantes sociais da identidade social. Tal negligência deve-se à dependência deste modelo teórico face a um paradigma experimental socialmente ‘vazio’ e do qual se extrapolou para as condições sociais reais.

Na opinião de Amâncio (1993/2000) verifica-se, assim, uma contradição na produção teórica de Tajfel, que procurava, com os seus estudos sobre a diferenciação perceptiva entre os grupos, ultrapassar as extrapolações do âmbito psicológico para o das relações intergrupais e pusera em causa a tendência da psicologia social para efectuar experiências num ‘vácuo social’, negligenciando os aspectos socialmente relevantes da realidade social. Como já foi referido, nos seus estudos sobre a

categorização social Tajfel salientara que tanto os critérios classificatórios como os conteúdos das categorias possuem significados avaliativos, sendo este aspecto retomado na integração da comparação social no seu modelo. No entanto, no âmbito da SIT, são muito raros os estudos que têm em consideração as dimensões relevantes de comparação entre os grupos e/ou a relevância dos grupos de comparação. Por consequência, a identidade social, tal como foi operacionalizada na SIT, é vazia de significados sociais (Rabbie e Horwitz, 1988).

### 2.3.2. Identidade social e auto-categorização

Como já foi referido, embora Tajfel e Turner tenham associado as suas ideias num mesmo modelo de identidade social (1979), as reflexões dos dois autores apresentam algumas diferenças, que se tornam bem patentes nos pressupostos da teoria da auto-categorização (e.g, Turner *et al.*, 1987). Se o modelo da identidade social é criticável por um certo ‘reducionismo psicológico’ que se deveu às extrapolações efectuadas a partir dos ‘grupos mínimos’ para os grupos reais, algumas das concepções de Tajfel sofrerão ainda uma radicalização psicológica na reinterpretação de Turner (Amâncio, 1993/2000).

Turner considera que a SCT, embora derivando directamente da SIT, constitui uma teoria substancialmente diferente, em termos dos problemas em que se focaliza e das hipóteses que propõe. Um dos aspectos em que a SIT e a SCT diferem é na interpretação do contínuo intergrupais *vs* interpessoal. Enquanto que para Tajfel o polo *interpessoal* era considerado meramente teórico, para Turner o *self* determina todo o processo, mesmo no polo intergrupais:

“[...] the interpersonal-intergroup continuum was conceptualized as varying from 'acting in terms of self' to 'acting in terms of group' (Tajfel, 1978, Turner, 1978) - as if the latter were not an expression of the former. The self-categorization theory makes social identity the cognitive basis of group behaviour, the mechanism that makes it possible [...], and by asserting that self-categorizations function at different levels of abstraction *makes both group and individual behaviour 'acting in terms of self'*” (Turner *et al.*, 1987, p.viii-ix; *italico* nosso).

Nesta afirmação de Turner está bem patente a soberania do psicológico face ao social, isto é, a ‘radicalização psicológica’ (Amâncio, 1993/2000, p.298) que caracteriza a SCT. Turner acrescenta ainda que, relativamente à SIT, a SCT representa ‘a shift in focus from the problem of social conflict to the problem of the relationship of the individual to the group’ (Turner, 1988, p.113). Assim, a SCT parece privilegiar aspectos microsociais, em detrimento da análise de fenómenos macrosociais que constituíram uma das preocupações de Tajfel (Amâncio, 1993/2000).

Turner (1987) define o auto-conceito ‘as the set of cognitive representation of self available to a person’ (p.44). O auto-conceito compreende diferentes componentes, isto é, cada pessoa possui múltiplos conceitos de si próprio. O funcionamento do auto-conceito é dependente da situação: auto-conceitos particulares tendem a ser activados e a tornar-se salientes em situações específicas. Qualquer auto-conceito particular tende a tornar-se saliente em função de uma interacção entre as características da pessoa e da situação (Bruner, 1957; Oakes, 1987).

As representações cognitivas do *self* tomam a forma, entre outras, de *auto-categorizações*. Estas fazem parte de um sistema hierárquico de classificação, de acordo com o seu nível de abstracção. O nível de abstracção da auto-categorização refere-se ao grau de inclusividade, no sentido de Rosch (1978), das categorias nesse nível: quanto mais inclusiva a auto-categorização, mais elevado o nível de abstracção. Turner (1987) considera que há, pelo menos, três níveis de abstracção nas auto-categorizações que são importantes para o auto-conceito:

“(a) the superordinate level of the self as human being, self-categorizations based on one's identity as a human being, the common features shared with other members of the human species in contrast to others forms of life, (b) the intermediate level of ingroup-outgroup categorizations based on social similarities and differences between human beings that define one as a member of certain social groups and not others, and (c) the subordinate level of personal self-categorizations based on differentiations between one-self as a unique individual and other ingroup members that define one as a specific individual person. These levels can be said to define one's 'human', 'social' and 'personal' identity respectively, based on inter-species, intergroup (i.e., intra-species) and interpersonal (i.e., intragroup) comparisons between oneself and others” (p.45).

As auto-categorizações a um determinado nível tendem a formar-se e a tornar-se salientes através de comparações entre estímulos seguindo o princípio de ‘*meta-contraste*’:

“within any given frame of reference (in any situation comprising some definite pool of psychologically significant stimuli), any collection of stimuli is more likely to be categorized as an entity (i.e., grouped as identical) to the degree that the differences between those stimuli on relevant dimensions of comparison (intra-class

differences) are perceived as less than the differences between that collection and other stimuli (inter-class differences)” (Turner, 1987, p.46-47).

Na opinião de Turner (1987), estes pressupostos sumarizam as ideias básicas sobre a formação de categorias de Bruner (1957), Campbell (1958), Tajfel (1969, 1972), Rosch (1978) e Tversky e Gati (1978), uma vez que todos estes autores salientam o papel determinante das semelhanças intra-categoriais e das diferenças inter-categoriais. Contudo, Turner considera que a SCT vai mais além, tornando claro que as semelhanças e as diferenças não são independentes e aditivas, mas são aspectos do mesmo meta-contraste. Este aspecto parece-nos problemático, uma vez que não está comprovada empiricamente a co-ocorrência destes dois fenómenos (e.g., Tajfel, Sheikh e Gardner, 1964), havendo inclusivé autores que afirmam a sua independência, atribuindo-lhes origens diferentes (e.g., Krueger, 1992).

De acordo com Turner (1987), verifica-se um ‘*antagonismo funcional*’ (p.49) entre a saliência de um nível de categorização e a saliência dos outros níveis. A saliência das diferenças intergrupais, no nível intermédio da categorização, pressupõe reduzir ou inibir a percepção das diferenças intragrupais. Nesta sequência,

*“there tends to be an inverse relationship between the salience of the personal and social levels of self-categorization. Social self-perception tends to vary along a continuum from the perception of self as unique person (maximum intra-personal identity and maximum difference perceived between self and endogrupu members) to the perception of the self as an endogrupu category (maximum similarity to endogrupu members and difference from exogrupu members)”* (Turner, 1987, p.49; itálico no original).

A saliência do nível intermédio de auto-categorização é definida como a condição ‘under which some specific group membership becomes cognitively prepotent in self-perception to act as the immediate influence on perception and behavior’ (Turner, 1987, p.54). Por consequência,

*“(…) factors which enhance the salience of ingroup-outgroup categorizations tend to increase the perceived identity (similarity, equivalence, interchangeability) between self and ingroup members (and difference from exogrupu members) and so depersonalize individual self-perception on the stereotypical dimensions which*

define the relevant ingroup membership. *Depersonalization* refers to the process of 'self-stereotyping' whereby people come to perceive themselves more as the interchangeable exemplars of a social category than as unique personalities defined by their individual differences from others" (Turner, 1987, p.50; itálico no original).

Turner (1987) salienta que o termo *despersonalização* não tem uma conotação negativa:

"Depersonalization [...] is not a loss of individual identity, nor a loss or submergence of the self in the group (as in the concept of de-individuation), and nor any kind of regression to a more primitive or unconscious form of identity" (p.51).

No entanto, esta afirmação parece-nos infundada, já que, por um lado, não é apresentada evidência empírica que a sustente, e por outro, a despersonalização corresponde a uma perda do estatuto de 'sujeito', que constitui um pilar fundamental do projecto da modernidade: a concepção do indivíduo como livre, autónomo e internamente determinado (e.g., Doise, 1999, Lorenzi-Cioldi e Dafflon, 1998).

Resumindo, segundo a SCT a saliência da pertença grupal é um fenómeno dinâmico, sendo definido como um processo psicológico que implica a despersonalização da auto-percepção. O comportamento intergrupal expressa uma mudança, no nível de abstracção da auto-categorização, do nível pessoal para o nível social, a que corresponde "a shift towards the perception of self as an interchangeable exemplar of some social category and away from the perception of *self* as a unique person defined by individual differences from others" (Turner, 1987, p.50).

A saliência das auto-categorizações é um aspecto com elevada pertinência no âmbito da SCT. A questão de saliência refere-se às condições sob as quais a pertença a uma categoria específica se torna cognitivamente predominante na auto-percepção agindo como a influência imediata na percepção e no comportamento. Oakes (1987) apresenta um modelo relativo à saliência das categorias, conhecido por modelo 'accessibility x fit' (p.126), baseado principalmente nos trabalhos sobre a percepção de Bruner (1957).



Segundo este modelo, a saliência de uma categoria, numa situação específica, é determinada pela interacção entre a sua 'acessibilidade' para o observador e o 'ajustamento' entre as características do estímulo e as especificações da categoria. A 'acessibilidade' refere-se à facilidade com que uma categorização particular pode ser cognitivamente activada. Categorizações que são mais prontamente acessíveis têm maior probabilidade de se tornarem salientes, e assim de serem usadas, do que categorias cujo acesso cognitivo é mais difícil. Quanto mais acessível é uma categoria, menos *input* é necessário para evocar a categorização relevante, e uma maior amplitude de características dos estímulos tende a ser percebida como congruente com a categoria, enquanto que as características que não se ajustam à categorização tendem a ser mascaradas. A acessibilidade é determinada sobretudo por dois factores: a aprendizagem passada e a motivação presente.

O 'ajustamento' refere-se à correlação entre a distribuição dos estímulos, em termos de uma ou mais características, e a classificação fornecida pela categorização. Oakes (1987) define e mede o 'ajustamento' como o grau em que as semelhanças e as diferenças percebidas entre as pessoas e as suas acções se correlacionam com uma determinada classificação (baseada em Tajfel, 1969).

Resumindo, o sistema cognitivo, na procura de maximizar o significado de um contexto específico, activa a categorização que maximiza a interacção entre a 'acessibilidade' da categoria e o 'ajustamento' entre o estímulo e as especificações de categoria. Isto é, a categorização saliente é a que melhor explica as semelhanças e as diferenças entre os estímulos. Hogg e McGarty (1990) referem que este processo pode ser comparado, ilustrativamente, a uma análise multivariada de variância (MANOVA) com um grande número tanto de dimensões categoriais como de variáveis contínuas. A categoria saliente será aquela que explica o máximo de variância.

Esta conceptualização é inspirada em modelos cognitivos, tais como o sistema hierárquico de inclusividade de Rosch (1978) da incompatibilidade entre a atenção dirigida a características globais (categorias) e locais (membros). Na aceção de Rosch (1978), o nível de inclusividade mais eficiente, adoptado pelos indivíduos em ordem a maximizar o conhecimento acerca dos outros, é o nível intermédio de classificação (i.e., o nível da categorização endogrupo/exogrupo). O nível interpessoal é informativamente mais rico, mas é menos eficiente para uma série de propósitos. Em contrapartida, de acordo com a SCT, o nível de abstracção saliente numa interacção social não é fixo, mas varia conforme o quadro de referência: o nível de abstracção saliente é o

imediatamente subordinado ao nível no qual o estímulo sob comparação pode ser tratado como idêntico (Turner, 1987).

Na opinião de Turner, a SCT consiste numa teoria geral do processo grupal, constituindo uma base para a derivação de ‘sub-teorias intermédias’ (1987, p.43) de alguns dos principais fenómenos grupais tais como a atracção, a cooperação e a influência social. Essas sub-teorias consistem em análises mais detalhadas de consequências particulares da formação do grupo, e podem ser aplicadas a problemas mais específicos neste campo. Na aceção do autor, é importante não só produzir uma teoria geral unificada do grupo, mas também testá-la em variados contextos.

Turner *et al.* (1987) apresentam em detalhe algumas pesquisas testando hipóteses específicas derivadas da SCT nas áreas de formação de grupo (Hogg, 1987), saliência das categorizações sociais (Oakes, 1987), influência social e polarização de grupo (Wetherell, 1987) e psicologia das multidões (Reicher, 1987).

O julgamento social e estereotipia constituem uma das áreas em que a SCT tem sido ‘vigorosamente aplicada’ (Hogg e McGarty, 1990, p.21). A SCT assume-se como uma alternativa à conceptualização da estereotipia no âmbito do modelo ‘cognitive miser’ (Fiske e Taylor, 1991, p.13). De acordo com as teorias socio-cognitivas a saliência das categorias sociais seria determinada pela sua relativa novidade, frequência estatística, ou proeminência perceptual. Assim, por exemplo, a categorização social ‘mulher’ tem maior probabilidade de ser aplicada quando a mulher está em minoria numérica numa dada situação (efeito ‘solo’) visto que a categoria se torna perceptualmente distintiva sob estas condições (e.g., Taylor, 1981). Oakes (1987; Oakes e Turner, 1990) tem sublinhado algumas limitações importantes desta análise da saliência categorial e adoptou, como já referimos, a ideia de que a aplicação de uma determinada categoria numa dada situação depende muito mais do significado social e da relevância da pertença categorial do que da mera proeminência perceptual:

“Fundamental to this self-categorization approach is the idea that social categories are applied in a way which is social-psychologically adaptive for the perceiver rather than on the basis of error, information overload or the perceptual prominence of particular stimuli” (Hogg e McGarty, 1990, p.22).

Hogg e McGarty (1990) consideram que: ‘One of the attractions of self-categorization theory [...] is that it represents a means by which the social context can be incorporated in social psychological analyses’ (p.23). E acrescentam: ‘We are interested in two sides of a dialectic: the effect of the social upon the individual and the individual on the social’ (p.24). No entanto, a integração do contexto social, nomeadamente os factores de ordem ideológica, não é visível na maior parte da pesquisa empírica e da produção teórica no âmbito da SCT.

O desenvolvimento do modelo da identidade social de Bristol por parte de Turner e de autores sob a sua influência (e.g., Turner *et al.*, 1987; Hogg e Abrams, 1988; Abrams e Hogg, 1990) vai no sentido da “articulação entre explicações situacionais, como a da dinâmica contextual da relação intergrupos, e explicações psicológicas, como a identificação com o grupo” (Amâncio, 1993/2000, verificarcitaçãoop.215). Se estes desenvolvimentos constituem lacunas da teoria da identidade social que era necessário colmatar, a verdade é que as explicações de nível ideológico continuam ausentes, apesar de serem necessárias para analisar dinâmicas inter e intragrupos, como salientam Hinkle e Brown (1990; citados por Amâncio, 1993/2000, p.215).

A SCT tem sido alvo de algumas críticas, oriundas, nomeadamente dos autores da escola de Genebra (e.g., Doise, 1988; Doise e Lorenzi-Cioldi, 1989). Algumas dessas críticas são comuns às que já referimos em relação à SIT (ver ponto 2.3.1), outras são especificamente dirigidas à SCT, o que se prende sobretudo com a ‘radicalização psicológica’ de que já falámos.

Tajfel (1978b) situava o seu modelo da identidade social no âmbito das relações intergrupais, uma vez que ele se referia às situações que se encontravam no pólo intergrupar do *continuum* interpessoal-intergrupar do comportamento social, ou seja, as situações em que a pertença grupal se torna perceptiva e avaliativamente saliente para os indivíduos. Em contrapartida, grande parte dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da SCT não se focalizam propriamente nas relações intergrupais, mas sim na identificação do indivíduo com o(s) grupo(s) de pertença, como salienta Amâncio

“o *continuum* interpessoal-intergrupo transforma-se numa oposição entre o *self* e o grupo (Turner, 1982), à qual corresponde uma oposição entre uma identidade

pessoal, construída por traços físicos, de personalidade, intelectuais e idiossincráticos, e uma identidade social, que é composta pelo conjunto das autodefinições em termos de categoria de pertença (Amâncio, 1993/2000, p.398).

Os conteúdos da identidade social não são considerados e o grupo surge como um simples meio de satisfação da necessidade de uma identidade individual positiva (Turner, 1975).

Por outro lado, na acepção de Tajfel, é a relação entre uma pertença grupal socialmente saliente e as crenças que os membros do grupo têm sobre as características do sistema social em que estão inseridos, e da legitimidade ou ilegitimidade da posição social do seu grupo, que determina o tipo de estratégias, individuais (mobilidade social) ou colectivas (mudança social), que os membros do grupo desenvolverão para mudar a sua situação. Tajfel (1978a, 1981/1983, 1982a) afirma, ainda, a necessidade e relevância da contribuição da psicologia social para a análise de fenómenos macrosociais, como as situações de discriminação nacional, étnica e linguística, assim como os movimentos sociais. Em contraste, a SCT focaliza-se sobretudo nos determinantes sociocognitivos da saliência da pertença grupal e na identificação do indivíduo com o grupo, em detrimento da análise de aspectos macrosociais.

Na opinião de Amâncio (1993/2000), a SCT constitui

“uma teoria universal do eu, no quadro da qual a própria categorização já não organiza a realidade em termos de distintividade entre grupos, mas sim em termos de uma distintividade entre o eu e os outros, incluindo os grupos” (p.298).

Como referimos, a SCT é inspirada em modelos cognitivos (e.g., Rosch, 1978; Navon, 1977) e tais modelos situam-se no nível de análise intraindividual (Lorenzi-Cioldi e Doise, 1990). A teoria da auto-categorização deverá ser articulada com outros modelos explicativos para poder dar conta das variações observadas nas percepções intergrupais, nomeadamente para permitir compreender ‘when the postulated processes at the group level and at the individual level are antagonistic or, on the contrary, when they reinforce each other’ (Lorenzi-Cioldi e Doise, 1990, p.87).

Doise e Lorenzi-Cioldi (1989; Lorenzi-Cioldi e Doise, 1990) argumentam em favor de uma perspectiva pluralista onde diferentes padrões de diferenciação intra e

intergrupais sejam considerados. Na opinião destes autores, as diferenciações *self*-outro podem ser perceptualmente compatíveis com a identidade grupal, mesmo quando a categorização endogrupo/exogrupo é tornada saliente. Estes autores consideram que a concepção de Turner *et al.* (1987), em que níveis de identidade pessoal e social são considerados como antagónicos, não sendo possível a sua activação simultânea, sofre de excessiva simplicidade e não permite explicar as assimetrias observadas na percepção dos grupos.

De facto, estudos desenvolvidos pela equipa de Genebra vieram demonstrar que a relação entre as diferenciações intra e intergrupais não é linear - complexos padrões de diferenciação podem acontecer dependendo da natureza das relações intergrupais, como veremos no ponto seguinte.

## **2.4 Representações sociais, identidade social, e dominação simbólica**

“The class of the poor (...) possesses a great homogeneity insofar as its meaning and location in the social body is concerned; but it lacks is completely insofar as the individual qualification of its elements is concerned. It is the common end of the most diverse destinies, an ocean into which lives derived from the most diverse social strata flow together. (...) What is most terrible in poverty is the fact that there are human beings who, in their social position, are just poor and nothing but poor.”

Georg Simmel, 1907

“Yet the distinguishing characteristic of the nobility is that other element – personality, freedom, the internally grounded – became of greater value and of greater significance here than in other structures. (...) Nobility's special synthesis is one between the extremes in which the individual is either swallowed up by his group or comes to regard it with oppositional self-centeredness. (...) The nobility has smelted individuals into the common grouping to a degree not otherwise attained. But the superpersonal structure thus created has its goal and meaning, here more than anywhere else, in the existence of individuals, in their might and significance, in the freedom and self sufficiency of their lives”.

Georg Simmel, 1908

### 2.4.1. Identidade social e diferenciação categorial

O modelo da diferenciação categorial (e.g., Doise, 1976/1984) visa a integração e articulação entre alguns modelos anteriores (e.g., Sherif *et al.*, 1961; Tajfel, 1969). Este esforço de articulação está extremamente patente no livro de William Doise, *A articulação psicossociológica e as relações entre grupos* (1976/1984), dado que o autor convoca não só experiências realizadas por si e seus colaboradores para apoiar o modelo da diferenciação categorial mas também experiências realizadas por outros investigadores no âmbito de outros modelos. O modelo da diferenciação categorial atribui um papel preponderante à categorização, considerando-a como um processo psicológico de estruturação do meio, mas integra a análise deste processo no quadro das relações intergrupais, tendo em consideração variáveis de ordem situacional e estrutural (Doise, 1976/1984; Deschamps, 1984). Na opinião de Doise, os conteúdos das categorias não podem ser desligados dos seus critérios classificatórios.

Numa experiência de Doise (1969; citado por Doise, 1976/1984) os participantes, franceses e alemães, foram colocados em grupos, divididos em três condições experimentais: numa condição, os grupos distinguiram-se pela nacionalidade (o grupo dos franceses e o grupo dos alemães); noutra condição, os grupos eram ambos formados por participantes da mesma nacionalidade; e na outra condição, as nacionalidades estavam misturadas (grupos mistos). A situação experimental exigia escolhas cooperativas intra e intergrupais, tendo os resultados demonstrado que as escolhas cooperativas intragrupais eram significativamente mais elevadas do que as escolhas intergrupais, nas situações em que um grupo de participantes da mesma nacionalidade interagiu com um grupo de participantes de outra nacionalidade. Esta experiência demonstra que a discriminação intergrupar resulta de uma associação entre critérios classificatórios e conteúdos significantes. Neste caso, o tratamento diferenciado dos membros do grupo de pertença não dependia de uma mera categorização classificatória, mas verificava-se sobretudo quando esta estava associada a uma dimensão que adquiria significado subjectivo para os participantes - a nacionalidade.

Doise (1976/1984) demonstrou que as representações assumem um lugar central nas relações intergrupais, desempenhando três tipos de funções: selecção, justificação e antecipação.

A função selectiva traduz-se numa centralidade dos conteúdos relevantes, relativamente aos conteúdos irrelevantes, ao nível das representações mútuas nas

relações intergrupais. Avigdor (1953, citado por Doise, 1976/1984) realizou uma experiência em que os participantes (adolescentes do sexo feminino) faziam parte de dois grupos que tinham de competir por recursos comuns para levar a cabo o seu objectivo (a montagem de uma peça de teatro). Os resultados evidenciaram a função selectiva no conteúdo dos estereótipos mútuos: a diferenciação entre os grupos verificou-se nas características que eram relevantes para a situação (tais como batoteiras, egoístas) mas não naquelas que eram irrelevantes.

A função justificativa revela-se nos conteúdos das representações que veiculam uma imagem do outro grupo que justifica um comportamento hostil em relação a ele e/ou a sua posição desfavorável no contexto da interacção entre os grupos. Na opinião de Doise (1976/1984), os estudos dos estereótipos apoiam esta interpretação. A semelhança, que existe em vários países, entre os estereótipos referentes a grupos diferentes mas com uma mesma posição socio-económica desfavorecida, sugere que estes estereótipos têm, em toda a parte, a função de preservar a distância económica e cultural dos grupos dominantes face aos dominados.

A função antecipatória manifesta-se na influência que as representações exercem no próprio desenvolvimento da relação entre os grupos, como demonstra a experiência de Doise e Weinberger (1972-1973; citados por Doise, 1976/1984). Nesta experiência, participantes do sexo masculino são levados a antecipar situações de competição, de cooperação ou de co-presença com duas parceiras do sexo feminino, comparsas dos experimentadores. Verificou-se que os participantes projectavam uma imagem das suas parceiras globalmente mais desfavorável e mais feminina quando antecipavam uma situação de competição do que quando antecipavam os outros tipos de interacção. Assim, as representações não se limitam a seguir o desenvolvimento das relações intergrupais, adaptando-se a ele, mas também intervêm “na determinação deste desenvolvimento, antecipando-o activamente” (Doise, 1976/1984, p.105).

Como refere o autor, a selecção, a justificação e a antecipação não são, evidentemente, três funções independentes das representações intergrupais, mas derivam de uma mesma dinâmica. O modelo da diferenciação categorial estabelece, assim, uma ligação entre a realidade objectiva e simbólica na análise das relações intergrupais. Doise (1976/1984) refere que:



“o processo de diferenciação categorial constitui um processo psicossociológico [...] [que] esclarece o modo como, em variadas situações, uma realidade social constituída por grupos se constrói e afecta os comportamentos dos indivíduos que, por seu turno, interagem e corroboram esta realidade” (p.138).

Várias experiências realizadas por Doise e colaboradores (e.g., Doise e Sinclair, 1973; citados por Doise 1976/1984) têm demonstrado que o processo de diferenciação categorial não se manifesta de forma simétrica, sendo modelado pelo contexto das relações intergrupais.

Também os estudos sobre o etnocentrismo realizados por LeVine e Campbell (1972) e Brewer (1979), aos quais fizemos referência no capítulo 1, demonstraram que o processo de diferenciação categorial não é nem universal na sua extensão, nem simétrico na sua expressão, uma vez que a diferenciação se estabelecia sobretudo ao nível das dimensões consideradas mais relevantes para o grupo (Brewer, 1979). Estes estudos também demonstram que, no caso de categorizações cruzadas, a sobreposição de duas categorias pode anular o efeito diferenciador de uma delas. Tal não se verifica, no entanto, relativamente a categorias muito significantes para os indivíduos e, por isso, estruturantes das suas representação (por exemplo, nacionalidade). Assim, os processos de diferenciação perceptiva e avaliativa são mediados pelas pertenças dos indivíduos a categorias sociais ‘reais’, mas o seu peso depende do contexto específico em que essas categorizações são activadas.

A manifestação assimétrica do favoritismo endogrupal e da discriminação intergrupar, quer ao nível das representações quer ao nível dos comportamentos, “mostra bem os limites de uma causalidade psicológica universal daqueles processos como defendia Turner (1975) no quadro do modelo de Bristol” (Amâncio, 1993/2000, p.302).

## 2.4.2 Identidade dominante e identidade dominada

Na aceção de Deschamps (1982a), o estudo da identidade deve ter em consideração que os indivíduos se definem e são definidos em relação a um universo simbólico comum que diferencia os grupos através das suas posições relativas, o que se traduz em diferentes modalidades de identidade social. “Esta abordagem da identidade social situa-se numa perspectiva psicossociológica, na medida em que articula as condições objectivas da relação intergrupos com uma dimensão cognitiva que faz da identidade social um constructo subjectivo” (Amâncio, 1993/2000, p.390).

Contrariamente à hipótese de exclusão mútua das diferenciações intra e intergrupais, subjacente ao *continuum* interpessoal-intergrupar, diversos estudos (e.g., Deschamps, 1982b; Lorenzi-Cioldi, 1988) têm demonstrado que a um maior índice de diferenciação intragrupal pode estar ligado com um maior índice de diferenciação intergrupar: hipótese da *co-variação*.

Deschamps (1982b) considera que a perspectiva da escola de Bristol se caracteriza por uma visão ‘homeostática’ dos processos de diferenciação:

"(...) cette théorisation nous conduit à un modèle homéostatique ou de l'équilibre dans lequel, si l'individu, par son identification à un groupe, accède à une identité positive, il n'a plus tendance à établir une différence d'avec autrui et si l'individu a la possibilité de se différencier d'autrui et par là même d'accéder à une évaluation positive de lui-même, il n'établit plus de discrimination entre les différents groupes de son entourage" (p.251-252).

Em contrapartida, Deschamps (1982b) procura situar os comportamentos de diferenciação e discriminação intergrupais num universo de referências sociais e normativas. Na aceção deste autor, o comportamento intergrupar seria o resultado de diferentes modalidades de identificação com o grupo, como a *individação* e a *fusão*.

Deschamps e Lorenzi-Cioldi (1981; citados por Deschamps, 1982b) operacionalizaram estas modalidades de identificação com o grupo numa experiência em que foi utilizado um procedimento semelhante ao dos ‘grupos mínimos’. Numa das condições os participantes, adolescentes de ambos os sexos, foram informados de que iriam receber individualmente os pontos que lhes fossem atribuídos pelos outros (condição de individação), enquanto na outra os participantes eram informados de que

iriam receber a média dos pontos atribuídos ao seu grupo (condição de fusão). Os resultados evidenciaram maiores índices de diferenciação intra e intergrupar na condição de individuação do que na de fusão, confirmando a hipótese de co-variação nos comportamentos de diferenciação interindividual e intergrupar.

Numa experiência de Wagnen e Schönbach (1984; citados por Doise, 1988) verificou-se que quando se pedia a participantes alemães de mais baixo estatuto para se descreverem a si próprios e aos alemães em geral, antes de descreverem os trabalhadores imigrantes, produzia-se uma imagem mais negativa destes últimos do que quando os próprios eram descritos depois do exogrupo. Contudo, o mesmo não acontecia com os participantes de mais alto estatuto, para os quais a ordem de se descreverem a si próprios, antes ou depois dos trabalhadores imigrantes, não teve efeito. Estes resultados apontam para uma certa assimetria nos padrões de diferenciação, sendo os membros dos grupos dominados mais influenciados pelo contexto do que os membros do grupo dominante.

Os estudos sobre o ‘efeito ovelha negra’ (Marques, 1990; Marques, Robalo e Rocha, 1992; Marques e Paéz, 1994) também apontam para uma co-variação nos comportamentos de diferenciação. Basicamente, o ‘efeito ovelha negra’ é considerado uma consequência dos membros do grupo tentarem alcançar superioridade para o seu grupo comparando-o com outro(s) grupo(s) relevante(s). Marques considera que uma forma de alcançar essa superioridade consiste em desvalorizar os membros marginais ou desviantes do grupo de pertença, isto é, que não revelem as características positivas dos membros mais prototípicos do grupo - apenas estes membros seriam considerados relevantes para o estabelecimento de uma identidade positiva nas comparações com outros grupos. O resultado deste processo é uma polarização nos juízos sobre os membros do grupo de pertença relativamente aos juízos sobre os membros dos outros grupos.

Numa das suas experiências, Marques (1986; citado por Marques, 1990), pedia a estudantes belgas para descreverem ‘estudantes belgas simpáticos’, ‘estudantes belgas antipáticos’, ‘estudantes norte-africanos simpáticos’ e ‘estudantes norte-africanos antipáticos’. Tal como se esperava, os estudantes belgas simpáticos foram descritos de forma mais positiva do que os estudantes norte-africanos simpáticos, enquanto que os estudantes belgas antipáticos foram descritos de forma mais negativa que os estudantes

norte-africanos antipáticos. Experiências posteriores demonstraram que este efeito só ocorre para dimensões relevantes para a definição do grupo de pertença ou para a relação intergrupar.

Os estudos de Codol (1975; 1984) sobre o efeito *Primus Inter Pares* (PIP), apesar de apenas analisarem os efeitos de diferenciação em situações de comparação interindividual, demonstraram que os participantes resolvem a tensão entre a norma do conformismo (contextual) e a norma da originalidade (social), afirmando a sua distintividade através da própria semelhança. Segundo Codol, os indivíduos estão sujeitos à pressão dos conteúdos avaliativos e normativos inscritos nos contextos ou nas pertenças categoriais, isto é, a um conflito permanente entre a diferença e a semelhança; pois tanto a igualdade excessiva como a diferença excessiva terão consequências nefastas na identidade dos indivíduos. A identidade social estaria ligada ao:

«conflit entre l’affirmation et la nécessité individuelle et l’affirmation et la nécessité collective ; entre la recherche d’une identité personnelle et la recherche d’une identité collective ; entre ce qui constitue tout à la fois la différence individuelle et la similitude à autrui ; entre la visibilité sociale et la conformité, en bref, entre l’individu et le groupe» (Codol, 1979, p.424, citado por Deschamps e Devos, 1999, p.149-150).

O comportamento do indivíduo no seio do grupo e em relação aos grupos relevantes, num dado contexto, não é universalmente orientado por uma motivação, mas sim pela referência a valores e normas colectivas que a categorização torna significativas ou as normas contextuais que possibilitam a procura da singularidade, quer através da diferença, quer através da semelhança (Codol, 1984). Assim, Codol chama a atenção para o facto da diferenciação interpessoal ser dependente das normas contextuais e colectivas:

“Differentiation and non-differentiation cannot [...] be considered solely as two poles between which the conduct of individuals ceaselessly oscillates. In many social situations, difference and similarity are sought simultaneously. This is ?...?the ‘superior conformity of the self’ (or the ‘PIP effect’ ) (Codol, 1984, p.328).

Este efeito seria tanto mais acentuado quanto maior a identificação do indivíduo com o grupo, isto é, quanto mais este aderisse às suas normas.

Perante os resultados destes diversos estudos, Deschamps (1982a) afirma que a dicotomia entre identidade pessoal diferenciada e identidade social homogeneizante se torna inaceitável. O comportamento do indivíduo, no seio do grupo e em relação ao grupo comparativamente relevante, é orientado por normas e valores colectivos que dão significado à categorização intergrupar. Uma dessas referências colectivas são as ideologias relativas à estratificação dos grupos sociais numa escala de poder, que Deschamps (1982a, p.88) designa por um ‘universo simbólico comum de valores’, que serve de referência à posição relativa dos grupos sociais.

De acordo com Deschamps (1984), as dinâmicas sociais a nível interindividual e a nível intergrupar são ao mesmo tempo homólogas e interrelacionadas. As tensões entre a cooperação e a competição, a nível intergrupar, são semelhantes às tensões entre a fusão e a individuação, a nível interpessoal. Fortalecer experimentalmente um pólo a um nível aumentará a saliência do pólo homólogo no outro nível. Assim, na acepção de Deschamps, os pólos do *continuum* interpessoal-intergrupar não são antagónicos (Tajfel e Turner, 1979), mas podem co- variar.

Deschamps (1982a) chamou a atenção para a ideia de que a distintividade interpessoal depende das posições dos indivíduos num dado sistema de relações intergrupais. Os membros dos grupos dominantes consideram-se a si próprios individualmente como um ponto de referência em relação aos quais as outras pessoas são definidas, concebem-se a si próprios como indivíduos únicos e a pertença grupal não contribui muito para a definição de si próprios. Por outro lado, os membros dos grupos dominados definem-se a si próprios, e são também definidos pelos outros, em termos das categorizações sociais que lhe são impostas. A procura de diferenciação seria, portanto, privilégio dos membros dos grupos dominantes e seria aumentada quando essa pertença grupal fosse tornada saliente.

Neste sentido, a hipótese da co-variação aplica-se mais especificamente aos membros dos grupos que estão numa posição dominante em relação a outros grupos, mas é necessário ter em conta que os membros dos grupos dominados também podem ocupar posições dominantes em situações específicas (Doise, 1988).

Vamos debruçar-nos um pouco mais sobre esta conceptualização. Como já referimos, a escola de Bristol considera que as definições ‘ortodoxas’ de grupo são insuficientes quando aplicadas às relações intergrupais, tendo sido proposta uma noção de grupo que salienta o facto de este não ter existência senão pela relação com outros grupos (Tajfel, 1972, p.295). No entanto, Deschamps (1982a) considera que esta definição de grupo é ainda insuficiente. É necessário que a definição de grupo tenha em consideração as relações de interdependência e de interdeterminação que existem entre os grupos:

“The relations between groups are not only those of co-existence or juxtaposition [...]. Groups exist within a system of mutual dependence; they acquire a reality which is defined in and through their interdependence. They are not preexisting closed spheres each of which would be able to engender its own specific system of meanings. It cannot therefore be said that each group has its own interpretations and values; groups exist as something which is concrete and 'objective' only in the context of some values which are common to the society as a whole. Therefore, it is not the difference between systems of values which determines the existence of specific groups but - on the contrary - a common system of values and its homogeneity. The existence of concrete and 'objective' differences between individuals is not sufficient for the emergence of a group or the formation of several groups. These differences will remain unnoticed if they do not acquire their significance in relation to shared values. In other words, they can become 'legible' only if they relate to a shared and common symbolic universe of values which makes it possible for different groups to exist” (p.87-88).

Neste sentido, Deschamps (1982a) considera que é necessário não reduzir as relações entre grupos a uma interacção entre elementos intermutáveis e equivalentes. Com efeito, as relações de interdependência entre grupos, quer a nível concreto quer a nível simbólico, são frequentemente *assimétricas*: os grupos das ‘crianças’, das ‘mulheres’, dos ‘negros’, dos ‘operários’, não são grupos equivalentes ou intermutáveis com os dos ‘adultos’, ‘homens’, ‘brancos’, ‘classe média’, visto que a idade, o sexo, e a ‘raça’, a posição social destinam-lhes posições específicas nas relações sociais (p.88).

As relações de poder vão actualizar-se nas relações de interdependência entre os grupos. Os grupos dominantes vão procurar preservar a sua posição de dominação. Por outro lado, no caso dos grupos dominados, a valorização global do seu próprio grupo

será difícil. A imagem desfavorecida enviada pela sociedade (ou pelo menos por parte do modelo dominante) opõe-se à tendência de etnocentrismo (Lorenzi-Cioldi, 1988).

A ordem social, criada e mantida pelos grupos dominantes a que se referia Apfelbaum (1979), implica que a pertença aos grupos não seja igualmente *saliente* para todos. A saliência da pertença grupal varia conforme os indivíduos dependendo da sua distância do ponto de referência em relação ao qual qualquer indivíduo é *suposto* ser capaz de se definir a si próprio. Neste sentido, Deschamps (1982a) refere:

“one can distinguish between two kinds of individuals. On the one hand, there are those who conceive of themselves as unique, or at least as not belonging to any particular category; on the other, there are those who are particles of an entity and are not considered in terms of their personal characteristics. Once designated as a woman, a child, or a black, they are defined by these terms” (p.89).

Nesta sequência, podemos falar em duas modalidades de identidade social:

“social identity can vary fundamentally as a function of the material and symbolic capital which is owned by the individual. [...] the social identity of those who dominate will be defined in terms of 'subjects' and of those who are dominated in terms of 'objects'. The former do not think of themselves as being determined by their group membership or their social affiliation. They see themselves above all as individualized human beings who are singular, 'subjects', voluntary actors, free and autonomous. Their group is first and foremost a collection of persons. This is not the case for the dominated who are defined as undifferentiated elements in a collection of impersonal particles, and are thought of as 'objects' rather than 'subjects'” (p.90)<sup>35</sup>.

Na perspectiva de Deschamps (1979), a consideração destas duas modalidades de identidade social impõe alguns limites à generalização do efeito PIP, uma vez que as comparações interindividuais analisadas por Codol, eram efectuadas entre ‘iguais’. Dado que a norma da singularidade se aplica mais aos membros dos grupos dominantes do que aos dos dominados, estes últimos terão uma maior probabilidade de se encontrarem em contextos que envolvam um conflito normativo (Amâncio, 1994, 1995).

---

<sup>35</sup> Recordar a este propósito o processo de ‘coisificação’ a que se referia Agostinho Neto (1959, p.49) e a forma como esse processo destruía o valor inerente a cada ser humano, como fizemos referência no ponto 1.3.1.

Neste tipo de relações intergrupos, o grupo comparativamente relevante também não é arbitrário, visto que, e através da interdependência, a relação de dominação se torna insignificante (Deschamps, 1982a).

O modelo proposto por Deschamps não toma como ponto de partida a distinção entre a identidade pessoal e a identidade social, mas sim a distinção entre a '*de facto identity*' e a '*imaginary identity*' (1982a, p.90). A primeira é a definição do *self* atribuída aos indivíduos através das suas relações sociais. No caso de serem membros de grupos dominantes, essas definições são feitas em termos de pessoas ou sujeitos; para os membros de grupos dominados, elas são parte de um objecto colectivo. Como resultado, a identidade *de facto* é, para os dominantes, homóloga com a identidade *imaginária*. Em contraste, as identidades *de facto* e *imaginária* não têm congruência no caso dos dominados.

Uma técnica frequentemente usada em psicologia social para estudar a identidade social é o *Twenty Statements Test* (TST - técnica criada por Kuhn e McPartland, 1954; referidos por Deschamps, 1982a), que consiste em o participante responder 20 vezes à questão 'Quem sou eu?'. Os resultados obtidos em diversos estudos demonstram que as referências a categorias sociais, nomeadamente papéis, estatutos ou pertenças grupais (e.g., negro, judeu, mulher) ultrapassam as referências a traços de personalidade, aptidões ou escolhas pessoais (e.g., dinâmico, inteligente, alegre), sobretudo nos indivíduos pertencentes a grupos minoritários ou desfavorecidos (Deschamps, Lorenzi-Cioldi e Meyer, 1982; Lorenzi-Cioldi e Meyer, 1984). Estes resultados apontam para o facto da pertença a um grupo minoritário ou dominado produzir nos indivíduos uma maior consciência da categoria social que determina o seu estatuto minoritário (Deschamps, 1982a; Lorenzi-Cioldi e Dafflon, 1999). Para esta 'consciência de categoria de pertença' contribuem os processos de estigmatização referidos por outros clássicos da psicologia social (Lewin, 1948/1997; Allport, 1954/1979).

Num estudo respeitante às atitudes de estudantes, Doise, Meyer e Perret-Clermont (1976; citados por Deschamps, 1982a) utilizaram o TST, entre outras medidas. Os participantes, adolescentes suíços de ambos os sexos, eram alunos de escolas técnicas ou de liceus. Cada participante respondeu sete vezes à questão 'Quem sou eu?'. Os



resultados mostraram que os alunos das escolas técnicas (grupo de menor estatuto) referiram uma proporção maior de respostas ‘consensuais’ (53% referiram mais de duas de tais respostas num total possível de sete respostas) do que os alunos dos liceus (só 33% referiram mais de duas respostas ‘consensuais’). Na opinião de Deschamps (1982a), estes dados confirmam que os ‘dominados’ se definem a si próprios mais em termos da sua posição social e da sua pertença grupal - isto é, como membros de uma entidade colectiva - do que os ‘dominantes’, que se concebem a si próprios menos em termos das suas pertenças grupais e mais em termos das suas características pessoais.

Esta experiência demonstrou ainda que os alunos do liceu, particularmente aqueles dos cursos ‘prestigiados’, vêem-se a si próprios como ‘senhores do seu destino’ (p.92) e relativamente autónomos, isto é, têm uma visão de si próprios que acentua a causalidade interna. Em contraste, os alunos das escolas técnicas mostram uma maior tendência para se percepcionarem a si próprios como dependentes de contingências exteriores. Ou seja, os dominantes definem-se a si próprios mais como sujeitos e percebem as suas acções como voluntárias, enquanto que os dominados se vêm a si próprios como objectos de forças exteriores.

Lorenzi-Cioldi (1988) realizou uma série de experiências nas quais operacionalizou, de várias formas, uma relação de dominação intergrupar, o que lhe permitiu analisar os padrões de diferenciação interindividual e intergrupar que lhe estão associados, definir o perfil das identidades dominante e dominada e demonstrar a sua homologia com os padrões de comportamento masculino e feminino (Amâncio, 1993/2000).

Numa das experiências, após uma tarefa de julgamentos estéticos (escolha entre dois compositores: Riley e Kabelac), os participantes (adolescentes de ambos os sexos) são divididos em dois grupos. Num dos casos, a pertença colectiva dos participantes é supostamente devida às preferências estéticas individuais - os grupos tomam o nome do compositor escolhido (grupos ‘colecção’). No segundo caso, o experimentador afirma que a pertença de cada participante ao grupo ‘vermelho’ ou ‘azul’ é fruto de uma decisão arbitrária. Estes nomes são simples denominações, que não se referem às escolhas feitas pelos participantes, nem à sua especificidade individual (grupos ‘agregado’). Assim, metade dos participantes são categorizados de acordo com um critério ‘interno’, que são as suas próprias preferências, e metade de acordo com um critério ‘externo’, que é a decisão arbitrária do experimentador.

Seguidamente, os participantes efectuem uma tarefa de distribuição de pontos utilizando as matrizes de Tajfel. As matrizes permitem a distribuição de pontos entre o próprio e um membro anónimo do endogrupo, e entre o próprio e um membro anónimo do exogrupo. De acordo com as instruções nos cadernos das matrizes, metade dos participantes do grupo ‘colecção’ e metade dos participantes do grupo ‘agregado’ irão receber exactamente os pontos que lhe forem atribuídos pelos outros - condição ‘individualismo’ -, enquanto a outra metade dos participantes irão receber a média dos pontos atribuídos ao seu grupo - condição ‘fusão’. Esta variável - ‘individualismo vs. fusão’ - introduz de outra forma a pertença a um grupo colecção ou agregado.

O autor esperava uma homologia entre, respectivamente, grupos sexuais (rapazes e raparigas) e os grupos experimentais (colecção e agregado; individualismo e fusão), isto é, os rapazes (grupo dominante) deveriam ajustar-se melhor aos resultados do paradigma clássico dos ‘grupos mínimos’ quando pertencendo a um grupo ‘colecção’ ou na condição ‘individualismo’. Os resultados foram interpretados em termos de discriminação intergrupar global, tendo o autor analisado, particularmente, a estratégia de máxima diferença.

O favoritismo endogrupal não diferiu globalmente entre as condições grupo ‘agregado’ e grupo ‘colecção’. Contudo, diferiu entre rapazes e raparigas. As médias globais mostram que as raparigas são mais justas que os rapazes (Cf: Turner, Brown e Tajfel, 1979). Embora os rapazes e as raparigas não difiram na condição ‘agregado’, eles diferem bastante na condição ‘colecção’: os rapazes apresentam maiores índices de discriminação intergrupar do que as raparigas. Para os rapazes, o favoritismo endogrupal tende a diminuir na condição agregado, e para as raparigas tende a aumentar nesta última condição.

Paralelamente, o ‘individualismo’, mas não a ‘fusão’, dá origem a diferenças entre homens e mulheres, sendo maior o favoritismo endogrupal nos homens. Assim, a variável ‘individualismo vs. fusão’ produz efeitos bastante similares aos da variável ‘colecção vs. agregado’. Considerando, em particular, a estratégia da máxima diferença, verifica-se uma interacção altamente significativa entre o sexo e cada uma das variáveis experimentais: ‘colecção vs. agregado’; e ‘individualismo vs. Fusão’. Globalmente, os resultados mostram que a diferenciação interindividual e intergrupar está associada à pertença a um grupo ‘dominante’ e não à pertença a um grupo ‘dominado’.

Os resultados desta e doutras experiências efectuadas por Lorenzi-Cioldi (1988), demonstram que as raparigas são mais flexíveis, ou seja, mais influenciadas pelas manipulações experimentais do que os rapazes, o que se prende com o seu estatuto ‘dominado’. Na opinião deste autor, estes resultados não se coadunam com a formulação clássica do modelo da identidade social, que estipula uma oposição entre o pessoal e o colectivo.

### 2.4.3. Identidade social e representação de ‘pessoa’

No âmbito dos estudos da escola de Genebra desenvolveu-se uma perspectiva que conceptualiza a identidade enquanto representação social. Na aceção de Lorenzi-Cioldi e Doise: “the self and the group must both be conceived of as social representations” (1990, p.87).

Doise e Lorenzi-Cioldi (1987; citados por Doise, 1988) realizaram um estudo em que compararam as auto-descrições, descrições dos amigos e os estereótipos grupais de alunos do ensino secundário de acordo com a sua origem, suíços ou estrangeiros. Verificou-se que os adolescentes manifestaram claramente o favoritismo endogrupal quando descrevendo ‘os suíços em geral’ e ‘os estrangeiros em geral’. Mas, quando se descreviam a si próprios, os alunos suíços e os imigrantes de segunda geração não diferiram significativamente. Palmonari, Carugati, Ricci, Bitti e Sarchielli (1984; citados por Doise, 1988) encontraram também uma grande homogeneidade nas auto-descrições de diferentes grupos de adolescentes. Estudos desenvolvimentistas (Hart e Damon, 1986; citados por Doise, 1988) têm demonstrado tendências etárias sistemáticas no tipo de características usadas para descrever o *self* por crianças e adolescentes. Face a estes dados, Doise (1988) argumenta:

“Self-images are socially produced. It is now commonsense to add that Western culture has its own representation of individual personality (see for instance, Dumont, 1983; Geertz, 1879). This representation obviously reflects social, economical and juridical relationships and it intervenes constantly in shaping these relations as well as in our scientific investigations” (p.106-107).

Na aceção de Doise (1988), “self” concept has to be studied as a social representation as it is an important organizing principle of symbolic relationships between social agents” (p.107). Segundo o autor, os progressos neste campo de investigação exigem a articulação de diferentes perspectivas e uma visão mais complexa do funcionamento dos indivíduos nos diversos contextos sociais.

Para o desenvolvimento desta perspectiva contribuíram sobretudo os estudos sobre a relação intersexos, visto que esta constitui, sem dúvida, um tipo de relação

intergrupar onde o peso do universo simbólico é bem visível (Amâncio, 1994; Doise, 1999).

Como refere Amâncio (1993/2000), ‘as diferentes posições e funções sociais dos dois sexos não são meramente situacionais, mas sim históricas’ (p.305), de modo que um contexto experimental, ou outro, que torne a categorização intersexos saliente evoca nos homens e mulheres conteúdos categoriais sobre os quais se estabeleceram noções de si e de comportamentos apropriados. O consenso que envolve os estereótipos sexuais em diferentes culturas e sociedades, evidenciado ao longo de vários anos de investigação em psicologia social (e.g., Amâncio, 1994), permite considerá-los não só um suporte simbólico das posições sociais objectivas destes grupos mas também da construção da representação de si dos indivíduos de ambos os sexos (e.g., Amâncio, 1992, 1993a, 1994).

Na opinião da autora, o enorme peso histórico da ideologia sexista e a sua grande influência ao nível dos sistemas de saber e de poder na criação da realidade social, tem fortes implicações na formação do *self* e na marcação das trajectórias individuais das mulheres, constituindo, na forma mais estrutural de todas, a forma de exclusão social (Amâncio, 1998, p.88). A este propósito Amâncio salienta:

“as próprias características estereotipadas dos membros dos grupos são interdependentes, porque todas elas provêm de um mesmo universo finito de crenças sobre o que é uma ‘pessoa’. É, por outro lado, a dimensão histórica da relação de dominação que faz com que os indivíduos internalizem estas representações no seu autoconceito e as reproduzam nos seus comportamentos em diferentes situações [...] A proximidade entre o modelo "universal" de pessoa e o modo de ser socialmente construído dos membros dos grupos dominantes permite-lhes aceder a um *self*, que só aparentemente é descategorizado e universal [...] enquanto que o *self* dos membros dos grupos dominados emerge aparentemente marcado pela categoria social de pertença” (1994, p.173) .

Se se analisar o significado dos conteúdos associados ao masculino e ao feminino no quadro do universo simbólico comum da noção de ‘pessoa’, verifica-se que este diferencia os sexos através de uma representação de pessoa singular, autónoma e

independente dos contextos, no caso do masculino - ‘modelo de pessoa universal’ (Amâncio, 1993/2000, 1993b) -, e de uma representação de pessoa definida por uma função social e delimitada pelas fronteiras do contexto em que essa função é exercida, no caso do feminino - ‘modelo de pessoa situacional’ (Amâncio, 1993/2000, 1993b).

Amâncio (1992, 1994) demonstrou que esta assimetria nas definições de pessoa masculina e feminina se traduz numa assimetria no significado normativo assumido pelos estereótipos sexuais para os actores homens e mulheres. Nesta experiência os participantes, estudantes-trabalhadores de ambos os sexos, receberam a descrição de um episódio referente a uma decisão em contexto organizacional. Foram elaboradas oito versões diferentes de um mesmo episódio, onde só variavam as informações relevantes para as condições experimentais, que eram definidas por quatro níveis da categoria actor - homem ou mulher; baixo ou alto estatuto hierárquico na organização -, e por dois níveis da variável tipo de decisão - formal (‘masculina’) ou interpessoal (‘feminina’). Os participantes recebiam uma lista, com traços conotados com os estereótipos sexuais masculino ou feminino e com traços sem conotação sexual (elaborada com base num estudo anterior), a partir da qual deveriam estabelecer os seus juízos sobre os actores e sobre as suas decisões. Os resultados demonstram que os conteúdos do estereótipo feminino servem para caracterizar os actores do sexo feminino, assim como caracterizam os comportamentos femininos (neste caso, a decisão interpessoal), enquanto os traços do estereótipo masculino não caracterizam os actores do sexo masculino, nem nenhum tipo de comportamento em particular, mas servem para caracterizar os actores do sexo feminino quando o seu comportamento não corresponde às orientações normativas definidas pelo estereótipo feminino (neste caso, quando o actor-estímulo mulher toma uma decisão formal). Assim,

“é pela ausência de uma função ou contexto específico na definição do masculino que o comportamento dos membros deste grupo revela uma aparente independência de imposições normativas e se apresenta individualmente diferenciado, imprimindo ele próprio um significado aos contextos, mas também inserido numa ideologia colectiva que os indivíduos, homens ou mulheres, não ‘criaram’, antes reproduzem ou ‘recriam’ nos processos sociocognitivos que orientam a sua percepção da realidade” (Amâncio, 1993/2000, pp.305-306).

O efeito desta ideologia é também visível na procura da causalidade dos comportamentos. Deaux e Emswiller (1974; citados por Deschamps, 1982a), num estudo sobre o sucesso e o insucesso, mostraram que o sucesso era atribuído aos homens pela sua competência e às mulheres devido à sorte. Pediu-se aos participantes, estudantes de ambos os sexos, para avaliar a performance de uma pessoa-estímulo, homem ou mulher, nas mesmas tarefas, uma das quais era ‘masculina’ e outra ‘feminina’ (os autores certificaram-se previamente que estas tarefas eram consensualmente percebidas como ‘masculina’ e ‘feminina’). A performance das pessoas-estímulo, homem ou mulher, era percebida pelos participantes como sendo de nível similar. Verificou-se, tal como previsto, que a performance da pessoa-estímulo homem era atribuída a causalidade interna (competência) quando a tarefa era masculina, e que, na mesma tarefa, uma performance idêntica de pessoa estímulo-mulher era atribuída à causalidade externa (sorte), não havendo diferenças significativas entre as atribuições dos participantes de ambos os sexos. Em contraste, o padrão inverso não aparece para a tarefa ‘feminina’ na qual a pessoa-estímulo homem é percebida como tão competente como a pessoa-estímulo mulher, não havendo novamente diferenças entre as atribuições de ambos os sexos. Assim, estes dados demonstram que a posição dos grupos no sistema social desempenha um papel nas atribuições de causalidade, e assim, na percepção dos seres humanos como participantes ou como objectos (Deschamps, 1982a).

Esta e outras experiências demonstraram que a procura de causalidade dos comportamentos é orientada por uma norma de internalidade para os membros do grupo dominante, enquanto que relativamente aos membros do grupo dominado a procura de causalidade visa provar o seu conformismo a normas sociais e contextuais (Amâncio, 1992).

Os efeitos desta ideologia manifestam-se, ainda, na construção da imagem de si próprios, aparentemente ‘liberta’ dos estereótipos para o grupo dominante e muito dependente destes para o grupo dominado, como mostrou uma experiência de Amâncio (1988, 1989). Nesta experiência pedia-se aos participantes, estudantes-trabalhadores de ambos os sexos, para participarem num exercício de comunicação. As instruções contidas no texto, que apresentava aos participantes a tarefa a desempenhar, manipulavam a variável ‘dimensão de comparação’, salientando ora características masculinas para o bom desempenho da tarefa - condição dimensão de comparação

masculina -, ora características femininas - condição dimensão de comparação feminina -, ou não salientando quaisquer características - condição sem dimensão. Depois de explicado o exercício aos participantes era-lhes pedido para efectuarem uma estimativa do que iria ser o seu desempenho através da atribuição dos pontos das matrizes a si próprios e a um outro do mesmo sexo, e a si próprios e a um outro do sexo oposto, que eram designados por números seguidos da categorização ‘grupo dos homens’ ou ‘grupo das mulheres’ (procedimento inspirado no paradigma ‘grupos mínimos’).

Introduziu-se ainda uma outra variável independente que consistiu em manipular o tipo de interacção. Num dos casos, os participantes respondiam isoladamente - condição individual - e, no outro, respondiam na presença de outra pessoa do mesmo sexo e duas pessoas do sexo oposto - condição face-a-face (que visava salientar a categorização sexual).

Os resultados desta experiência evidenciaram complexos padrões de diferenciação intra e intergrupai. A co-ocorrência da diferenciação interindividual e intergrupai verificou-se nos resultados dos homens, independentemente das dimensões salientes. No caso das mulheres a diferenciação intergrupai verificou-se sobretudo na dimensão masculina, enquanto a diferenciação interindividual se verificou sobretudo na ausência de dimensões de comparação categorialmente relevantes. Isto demonstra que:

“para o grupo dominado, a diferenciação está sujeita à dupla pressão da referência da representação dominante de pessoa e da representação do seu modo de ser específico, fusional e indiferenciado” (Amâncio, 1993/2000, p.306).

Como a autora salienta:

“[...] the members of a dominant group can ‘manage’ social stereotypes, in a way that is always relevant to the maintenance of a positive individual distinctiveness. Members of a dominated group, on the other hand, once they have integrated the social devaluation of their categorial characteristics in their social identity, are more likely to strive for intergroup and interindividual differentiation either on the outgroup’s dimensions or on ‘asocial’ or ‘imaginative’ dimensions” (Amâncio, 1989b, p.8).

Na opinião de Amâncio (1993/2000), a evidência empírica da assimetria simbólica nos modelos de ser masculino e feminino, socialmente consensuais, permite



concluir que existem, pelo menos, três níveis de expressão da posição social dominante de um grupo, no plano simbólico:

“Ao nível da ideologia, a identidade deste grupo corresponde a um modelo de pessoa universal, que constitui um referente tanto para os membros do seu grupo como para os membros do grupo dominado. Por outro lado, este mesmo modelo de pessoa participa para uma representação de si dos membros do grupo dominante, em que a individualidade não é incompatível com uma pertença categorial e se exprime com uma aparente 'naturalidade', ao contrário do que acontece na representação de si dos membros do grupo dominado, cuja irregularidade de comportamento revela as contradições a que estão sujeitos. O grupo dominante é, além disso, aquele que pode manipular os conteúdos simbólicos, conferindo-lhes um significado universal quando eles servem para salientar a sua distintividade, ou um significado categorial quando servem para salientar as diferenças entre os grupos, ao contrário do grupo dominado, para quem os conteúdos simbólicos assumem uma função claramente normativa, que evidencia a externalidade da sua condição social” (p.306).

Ou seja, a identidade dos grupos dominados apresenta-se sob a forma de *modos de estar* nos contextos particulares, enquanto que a identidade dos grupos dominantes corresponde a um *modo de ser*, aparentemente independente dos contextos (Amâncio, 1993b, p.219).

Como vimos no capítulo anterior, no caso da ideologia racista, a diferenciação entre o grupo dominante e o grupo dominado caracteriza-se fundamentalmente pela associação de significados universais e socialmente referentes ao primeiro, e significados particulares e específicos ao segundo (Guillaumin, 1972, Amâncio, 1998). Chombart de Lauwe (1983-1984) chamou a atenção para a analogia nas dimensões das representações de diferentes grupos sociais ocupando posições assimétricas na estrutura social: os grupos dominados (as mulheres, os ‘selvagens’ e as crianças) partilham as dimensões da dependência, da irresponsabilidade e da irracionalidade, enquanto que os grupos dominantes (os homens, os ‘brancos’, os adultos) são dotados de inteligência, de autonomia e de responsabilidade. Existe assim um paralelismo entre a ideologia sexista e a racista, já que ambas estão profundamente ancoradas na história das relações entre os grupos. Neste sentido, o modelo desenvolvido para a análise do conteúdo dos estereótipos sexuais poderá ser aplicado à análise dos estereótipos raciais e à percepção da variabilidade grupal, como veremos no próximo capítulo.



## **CAPÍTULO 3 -**

### **PROCESSOS COGNITIVOS, ESTEREÓTIPOS SOCIAIS E PERCEPÇÃO DA VARIABILIDADE GRUPAL**

### 3.1 Introdução

No capítulo anterior apresentámos diversos modelos teóricos sobre as relações intergrupais, tendo salientado a necessidade de articulação de níveis de análise para uma compreensão dos fenómenos de discriminação social. Neste capítulo vamos debruçar-nos sobre a área da ‘cognição social’, isto é, sobre os modelos que se centram na forma como as pessoas processam a informação social, mais precisamente a informação sobre grupos sociais. Mais uma vez, tratando-se de uma área de estudos vastíssima, optámos por nos focalizar nos aspectos que consideramos mais relevantes para a fundamentação teórica e metodológica da nossa investigação.

Os primeiros estudos sobre discriminação social no âmbito da psicologia social, eram baseados no modelo clássico das atitudes. Neste sentido, analisaram a sua componente cognitiva (estereótipos), a componente avaliativa ou afectiva (preconceito), considerando que estas duas componentes seriam indicadoras da predisposição para os comportamentos hostis em relação às minorias. Rapidamente se constatou que não existia uma relação linear entre estas três componentes, o que levou a profundas reformulações nos modelos das atitudes, aspecto que não vamos desenvolver no âmbito deste trabalho.

Neste capítulo focalizamo-nos nos aspectos cognitivos, mais precisamente na forma como as pessoas processam a informação sobre os grupos sociais, nos estereótipos e na percepção da variabilidade grupal.

Os estereótipos são geralmente definidos como estruturas cognitivas que contêm os nossos conhecimentos e expectativas acerca de grupos humanos e dos seus membros, estruturas essas que determinam os nossos julgamentos e avaliações acerca desses grupos (Hamilton e Trolie, 1986). No entanto, na sua análise das funções cognitivas e sociais dos estereótipos, Tajfel (1969, 1972, 1978ab) salientou a necessidade de substituir o conceito de *estereótipo* pelo de *estereótipo social*, entendido como uma definição colectiva de um dado grupo social, amplamente partilhada dentro e fora desse grupo, isto é, difundida num dado contexto cultural. Como foi referido no capítulo anterior, a ampla difusão de estereótipos sociais sobre determinados grupos sociais repercute-se na construção do auto-conceito dos membros desses grupos e na difusão de uma noção de posição relativa face a outros grupos relevantes. Nesta perspectiva, os estereótipos sociais são representações subjectivas e socialmente partilhadas, sobre as

características e os comportamentos de determinados grupos humanos, estratificados segundo critérios socialmente valorizados, e traduzindo uma determinada ordem nas relações intergrupais (Tajfel, 1981/1983, 1982b).

Neste sentido, existe uma coincidência conceptual entre estereótipos sociais e representações sociais, ao nível dos conteúdos socialmente partilhados sobre grupos sociais. No entanto, o conceito de representação social é mais amplo do que o de estereótipo social, uma vez que o primeiro abrange todo o tipo de representações independentemente do seu objecto, desde que estas sejam partilhadas no seio de determinado grupo social, enquanto que o segundo, se restringe às representações sobre grupos humanos. As primeiras pesquisas empíricas sobre estereótipos focalizaram-se no seu *conteúdo*, sendo estes conceptualizados em termos de traços prototípicos de um dado grupo social (e.g., Katz e Braly, 1933; Gilbert, 1951). Nesta perspectiva, o estudo dos estereótipos centrava-se essencialmente na *tendência central percebida* do grupo em vários traços. Posteriormente, com o desenvolvimento da psicologia cognitiva, os investigadores começaram a debruçar-se sobre os *processos* em detrimento dos conteúdos (e.g., Hamilton, 1979; Snyder, 1981). A pesquisa sobre os processos de formação, manutenção e mudança dos estereótipos e as suas implicações nas interacções sociais, tornou notória a necessidade de ter em conta não só a *tendência central percebida* de um grupo, mas também a *variabilidade grupal percebida*, isto é, o grau em que os indivíduos julgam o grupo como relativamente heterogéneo ou homogéneo.

Os primeiros estudos sobre a percepção da variabilidade grupal realizados no quadro da cognição social demonstraram a existência de um enviesamento que veio a ser designado *efeito de homogeneidade do exogrupo*. Este efeito tem sido conceptualizado como a tendência para perceber o grupo dos outros como mais homogéneo do que o grupo de pertença, o que é representado pela expressão "*they all look alike but we don't*" (Quattrone e Jones, 1980, p. 142). A maior parte da pesquisa sobre a variabilidade grupal percebida, conduzida no quadro de referência da cognição social (e.g., Linville, Salovey e Fischer, 1986; Linville, Fischer e Salovey, 1989; Linville e Fischer, 1993; Judd e Park, 1988; Park e Judd, 1990; Kraus, Ryan, Judd, Hastie e Park, 1993; Ostrom, Carpenter, Sedikides e Li, 1993; Kashima e Kashima, 1993), tem demonstrado repetidamente este efeito. Estes estudos tem-se focalizado preferencialmente nos níveis de análise (Doise, 1982, 1984) intra-individual (os processos cognitivos) e situacional (a consideração das posições relativas

observador/observado em termos de endogrupo/exogrupo, mas em que as pertenças grupais são consideradas como intermutáveis).

Contudo, no início dos anos noventa alguns autores (e.g., Lorenzi-Cioldi e Doise, 1990) enfatizaram a pertinência dos níveis de análise posicional e ideológico para uma melhor compreensão dos complexos padrões de homogeneidade e diferenciação observados. Os estudos em que o contexto e a natureza das relações intergrupais foram tidos em conta (e.g., Dafflon, 1997; Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi, Deaux e Dafflon, 1998; Lorenzi-Cioldi, Eagly e Stewart, 1995) questionaram a simetria e universalidade do efeito de homogeneidade do endogrupo, demonstrando que este é observável nos membros dos grupos dominantes mas não nos membros dos grupos dominados. Nestes últimos, observou-se uma tendência contrária: o efeito de homogeneidade do endogrupo. Assim, a consideração do nível de análise ideológico veio lançar um novo olhar sobre os processos cognitivos considerados *básicos*, levando a uma especificação das condições em que são observáveis determinados enviesamentos.

Uma vez que a maior parte da pesquisa sobre a percepção de grupos, nomeadamente sobre a variabilidade grupal tem sido realizada no quadro da cognição social, dedicamos a primeira secção deste capítulo a uma apresentação concisa desta área de estudo. Nesta apresentação faremos uma breve referência a alguns dos debates teóricos sobre a percepção de pessoas e grupos, o que nos conduzirá a uma curta explicitação das semelhanças e das diferenças entre a perspectiva da cognição social e a das representações sociais.

A segunda secção é dedicada ao estudo dos estereótipos sociais. Dedicamos especial atenção à obra pioneira de Walter Lippmann, à sua conceptualização dos estereótipos e às questões de pesquisa que levantou. Segue-se uma breve apresentação, por ordem cronológica, de alguns dos estudos empíricos que marcaram esta área de estudos. Ao longo da apresentação faremos referência ao conteúdo dos estereótipos, à conotação avaliativa desse conteúdo, e ao seu significado tendo como referência um quadro de valores ‘universal’. Teremos também em conta o nível de consenso dos estereótipos, a sua uniformidade ou variabilidade.

Na terceira secção apresentamos alguns estudos sobre os efeitos da categorização e sobre a percepção da variabilidade grupal. Começamos por referir alguns estudos sobre os efeitos de acentuação e de contraste associados à categorização simples e à

categorização cruzada, e de que forma estes efeitos são influenciados pelo contexto. Seguidamente apresentamos alguns dos estudos sobre o efeito de homogeneidade do exogrupo efectuados no quadro da cognição social e fazemos referência aos modelos cognitivos explicativos deste fenómeno. Finalmente, discutimos a insuficiência dos modelos cognitivos e salientamos o carácter assimétrico dos enviesamentos observados na percepção dos grupos em função do seu estatuto relativo, apresentando brevemente alguns dos primeiros estudos que questionaram o carácter simétrico e universal do efeito de homogeneidade do exogrupo.

Na última secção, procedemos uma apresentação das metodologias que têm sido utilizadas no estudo da percepção da variabilidade grupal e discutimos a necessidade da utilização de diferentes tipos de medidas no sentido de esclarecer algumas das inconsistências que têm sido observadas nesta área de estudos.

### 3.2 Processos cognitivos e realidade social

“For the real environment is altogether too big, too complex, and too fleeting for direct acquaintance. We are not equipped to deal with so much subtlety, so much variety, so many permutations and combinations. And although we have to act in that environment, we have to reconstruct it on a simpler model before we can manage with it. To traverse the world men must have maps of the world”.

Walter Lippmann, 1922

Em 1922, o jornalista e analista político Walter Lippmann publica *Public Opinion*, uma obra sobre como as pessoas constroem as suas representações da realidade social e de que forma essas representações são afectadas tanto por factores internos como externos ao indivíduo. Essas representações funcionam como ‘mapas’ guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informação complexa, mas também são ‘defesas’ que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, os seus interesses, as suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais. As representações não são o espelho da realidade, mas sim versões hipersimplificadas desta realidade. As representações nunca são neutras, pois dependem mais do observador do que do objecto, já que este *define* primeiro e *vê* depois. Lippman debruça-se sobre a forma como a cultura nos fornece os elementos para ‘recortar’ a realidade em elementos significativos, conferindo-lhe nitidez, distintividade, consistência e estabilidade de significado. O autor reflecte sobre as limitações humanas no processamento da informação, e sobre a forma como os preconceitos introduzem enviesamentos na selecção, interpretação, memorização, recuperação e uso da informação. Neste sentido, podemos considerar que esta obra de Lippmann constitui um primeiro esboço de uma área de estudos, hoje dominante no seio da psicologia social americana: a cognição social.

Embora a expressão ‘cognição social’ tenha sido introduzida na psicologia social por Bruner e Tagiuri (1954) num artigo sobre a percepção de pessoas, esta expressão não captou na altura a atenção dos investigadores, que a consideraram demasiado vaga e imprecisa (Leyens, Yzerbyt e Schadrin, 1994, p.15). Esta designação só viria a tornar-se corrente nos anos oitenta, quando a perspectiva da cognição social se tornou dominante no seio da disciplina (Santos, 1993/2000; Jesuíno, 1993/2000).



No seio da psicologia social, a década de sessenta foi marcada pela crítica ao modelo S-O-R - que concebe o estímulo (S) e a resposta (R) como tendo uma existência *exterior* ao organismo (O) - e pela emergência do modelo O-S-O-R (Markus e Zajonc, 1985, p.138). Dois marcos assinalam a emergência deste modelo: a obra de Jones e Davis sobre atribuição causal (1965), que é geralmente apontada como a precursora do paradigma da *cognição social*; e a obra de Moscovici (1961) sobre as representações sociais, que assinala o início do paradigma da *sociedade pensante*.

Este novo modelo vem salientar a *construção activa* do ambiente por parte do indivíduo e atribuir uma posição de primazia às representações (esquemas, teorias implícitas, representações sociais) - estas são factores constituintes do estímulo e modeladores da resposta, dominando todo o processo. Como salienta Moscovici, no modelo O-S-O-R “the subject (...) is expected to define the S and the R by his constructive activity” (Moscovici, 1988, p.226). Na concepção do autor “[il n'y a] pas de coupure entre l'univers extérieur et l'univers intérieur de l'individu (ou du groupe)” (Moscovici, 1969, p.9).

Moscovici propõe a expressão *sociedade pensante* para situar o estudo das representações sociais:

“When we study social representations, what we are studying are human beings asking questions and looking for answers, human beings who think, not just handle information or act in a certain way” (Moscovici, 1981, p.182).

Na opinião do autor, o paradigma da *sociedade pensante* questiona as teorias que consideram que

“our brains are little black boxes enclosed in a gigantic black box, which merely takes in information, words and thoughts and processes them into movements, attributions and judgments, all on the strength of external conditioning” (Moscovici, 1981, p.183).

Questiona, simultaneamente, as teorias para as quais,

"groups and individuals are always and completely under the way of a dominant ideology which is produced and imposed by a social class, the State, the Church or school, and that their thoughts and words reflect this ideology. In other words, on their own, they do not do any thinking and they create nothing new: they reproduce and are reproduced" (p.183) .

Em contrapartida, o paradigma da sociedade pensante assume que

"individuals and groups are anything but passive receptors, and that they think autonomously, constantly producing and communicating representations. For them, facts, the sciences and ideologies are nothing more than 'food for thought' " (p.183).

No início dos anos oitenta Moscovici referia-se à "era of representation" (1984, p.12) para veicular, por um lado, a importância das representações sociais nas sociedades de hoje, e por outro, a importância do conceito de representação social no quadro das novas orientações da psicologia social. No mesmo ano, Ostrom (1984), considerado um dos pais fundadores da cognição social (Leyens, Yzerbyt e Schadrom, 1994, p.74), publicava um ensaio intitulado 'The Sovereignty of Social Cognition'.

Leyens, Yzerbyt e Schadrom (1994, p.74) referem que "in the late 1970s, the social cognition wave flooded over social psychology". Embora partilhando algumas características com a perspectiva das representações sociais, a perspectiva da cognição social assumiu-se com a ambição de abranger todo o domínio da psicologia social (Devine, Hamilton e Ostrom, 1994; Hogg e Abrams, 1988). Como referem Leyens, Yzerbyt e Schadrom "the social cognitivist' dream was to revolutionize the field by bringing in important metatheoretical and methodological chances" (1994, p.74).

Com o 'movimento da cognição social' a psicologia social sofreu uma grande transformação nos seus objectos de interesse e nos seus métodos de pesquisa (Bar-Tal e Kruglanski, 1988, p.1). Na opinião de Hamilton, a perspectiva da cognição social caracteriza-se pela consideração de "all factors influencing the acquisition, representation, and retrieval of person information, as well as the relationship of these processes to judgement made by the perceiver" (1981, p.136). Por seu turno, Fiske e Taylor definem a cognição social como "the study of how people make sense of other

people and themselves. It focuses on how ordinary people think about people and how they think they think about people” (1991, p.1).

Esta perspectiva foi fortemente influenciada pelas teorias e métodos da psicologia cognitiva (Bar-Tal e Krusglanski, 1988; Markus e Zajonc, 1985). Como resultado desta influência, a cognição social é marcada pela ‘information-processing metaphor’ (Bar-Tal e Kruglanski, 1988, p.2), introduzindo na psicologia social novos conceitos (tais como codificação, armazenamento e recuperação da informação social) e novas metodologias de pesquisa, mais ‘rigorosas’ e ‘sofisticadas’, com o objectivo de discriminar entre tais “fine cognitive microprocesses” (p.2).

A cognição social procura analisar o processamento da informação social, isto é, debruça-se sobre os processos de aquisição, armazenamento e recuperação da informação. Sinteticamente,

“a ‘codificação’ diz respeito aos processos através dos quais a informação é interpretada e organizada, o ‘armazenamento’ refere-se aos processos de retenção da informação já codificada e a ‘recuperação’ diz respeito aos processos que permitem a um participante encontrar a informação que um dia armazenou” (Caetano, 1993/2000, p.103).

Embora, de certa forma, a psicologia social tenha sido cognitiva a partir dos anos quarenta (Beauvois e Deschamps, 1990; Fiske e Taylor, 1991), a perspectiva da cognição social redefiniu as principais questões em psicologia social (Bar-Tal e Kruglanski, 1988) e inspirou uma intensa actividade de pesquisa nas últimas décadas (e.g., Fiske e Taylor, 1991; Forgas, 1981a; Leyens e Codol, 1988; Markus e Zajonc, 1985; Showers e Cantor, 1985; Sherman, Judd e Park, 1989; Wyer e Srull, 1984; Bless, Fiedler, Strack, 2002; Forgas, 2000; Leyens, Yzerbyt e Schadron, 1994; Higgins, 2000).

Na opinião de Beauvois e Deschamps (1990), o paradigma da cognição social não é mais do que uma das formas recentes, repousando numa nova linguagem, de abordar um problema já antigo na psicologia social: “la construction, par les individus, de ce qu'ils tiennent pour leur réalité sociale” (p.4). Entendida neste sentido geral, “la cognition sociale est le processus par lequel un individu construit et entretient une connaissance de cette réalité et, ce faisant, la produit ou la reproduit socialement” (p.4).

A apreensão teórica deste processo de construção da realidade tem suscitado, desde longa data, algumas questões e alimentado alguns debates. Um primeiro debate opõe as teorias para as quais o conhecimento é determinado pelos conjuntos, às teorias para as quais o conhecimento é determinado pelos elementos ou componentes. Para as primeiras, largamente inspiradas pela tradição da *Gestalt*, o conhecimento vai do todo para as partes (e.g., Asch, 1946), para as segundas, vai das partes para o todo (e.g., Anderson, 1974).

Um segundo debate opõe as teorias que atribuem um maior peso à informação ‘bruta’ (os dados) no processo de conhecimento (e.g., Anderson, 1974) às teorias que atribuem um maior peso às concepções *a priori* do indivíduo quando confrontado com essa informação (e.g., Bruner e Tagiuri, 1954/1979; Leyens, 1983/1985). Isto é, para as primeiras, o processamento da informação é ‘guiado pelas teorias’ (*theory-driven* ou *top-down*), para as segundas, o processamento é ‘guiado pelos dados’ (*data-driven* ou *bottom-up*) (Caetano, 1993/2000, p.106).

Um terceiro debate refere-se à natureza distintiva da cognição social. Enquanto alguns psicólogos sociais não vêem diferenças substanciais entre *cognição* e *cognição social* (e.g., Simon, 1976), outros diferenciam claramente entre as duas (e.g., Beauvois e Deschamps, 1990; Forgas, 1981b; Zajonc, 1980; Schwartz, 2000). Por exemplo, Simon (1976) considera que os processos pelos quais o ‘cérebro humano’ manipula os objectos sociais não são diferentes daqueles pelos quais manipula os outros objectos. No entanto, a partir dos anos oitenta, diversos autores recusaram esta perspectiva, argumentando que a cognição social é muito mais representativa dos processos cognitivos do que os casos particulares analisados pelos psicólogos da ‘cold cognition’, despidos de todo o peso afectivo e dos pré-saberes sociais, e desprendidos de qualquer investimento pessoal e interacção com o objecto (e.g., Zajonc, 1980; Marques e Paéz, 2000). Como referem Bar-Tal e Kruglanski, o facto dos seres humanos serem, simultaneamente, ‘*objects of cognition and cognizing subjects*’ (1988, p.2) torna a cognição social qualitativamente distinta da percepção dos objectos não sociais.

Como já referimos, a partir da década de oitenta, a perspectiva cognitiva tornou-se claramente *dominante* entre os psicólogos sociais, pelo que a ‘psicologia social’ tornou-se quase um *sinónimo* de ‘psicologia social cognitiva’ (Markus e Zajonc, 1985, p.137). No entanto, esta perspectiva não está isenta de críticas. Por exemplo, Bar-Tal e Kruglanski (1988) consideram que a perspectiva cognitiva se tornou tão radical quanto

o behaviorismo, citando a esse propósito a afirmação de Neisser: “every psychological phenomenon is a cognitive phenomenon” (1967, p.4; citado por Bar-Tal e Kruglanski, 1988).

O foco quase exclusivo nos processos intraindividuais e a pesada influência das teorias e métodos da psicologia cognitiva estão na origem da maior parte das críticas à perspectiva da cognição social. Alguns autores objectam a dominância da abordagem do processamento da informação (e.g., McGuire, 1983; citado por Bar-Tal e Kruglanski, 1988), outros salientam as limitações que advêm da negligência da motivação e do afecto (e.g., Zajonc, 1980), assim como do contexto social (e.g., Amâncio, 1994; Forgas, 1981b; Lorenzi-Cioldi, 1998).

Embora na década de noventa se tenha operado uma profunda mudança nesta área, com a revalorização das emoções, da motivação e do contexto (Fiske, 2000; Schwarz, 2000), a forma como este último tem sido operacionalizado, na maior parte das vezes, não tem tido em conta variáveis de ordem estrutural (Lorenzi-Cioldi, 1998).

Na opinião de Fiske e Taylor podem-se identificar, no âmbito da psicologia social, quatro visões gerais do indivíduo enquanto processador da informação social: ‘consistency seeker’, ‘naive scientist’, ‘cognitive miser’ e ‘motivated tactician’ (1991, p.10). O primeiro modelo emergiu dos trabalhos sobre mudança de atitudes após a II Guerra Mundial. As teorias do equilíbrio ou da consistência conceptualizam o indivíduo enquanto ‘buscador de consistência’ motivado pelas discrepâncias percebidas nas suas cognições (e.g., Heider, 1958; Festinger, 1957). Nestas teorias o ênfase é colocado nas discrepâncias *percebidas*, o que remete a actividade cognitiva para um papel central. O segundo modelo conceptualiza o indivíduo enquanto ‘cientista ingénuo’. As teorias da atribuição debruçam-se sobre a forma como o indivíduo explica o seu próprio comportamento e o dos outros. As primeiras formulações destas teorias (e.g., Kelley, 1967) avançaram com a hipótese de que o indivíduo, assemelhando-se a um cientista, tendo tempo suficiente, consideraria todos os dados relevantes e chegaria à conclusão mais lógica. Os erros no tratamento da informação resultariam, principalmente, da interferência de motivações não racionais, ou de uma simples falha na informação disponível.

O terceiro modelo conceptualiza o indivíduo enquanto ‘avarento cognitivo’. O ponto fulcral deste modelo é que os indivíduos são conceptualizados enquanto processadores de informação de capacidade limitada, podendo lidar, num dado

momento, unicamente com uma pequena quantidade de informação. Assim, os indivíduos adoptam estratégias para simplificar problemas complexos. Estas estratégias podem não produzir respostas normativamente correctas, mas aumentam a eficiência: “the capacity-limited thinker searches for rapid adequate solutions, rather than slow accurate solutions” (Fiske e Taylor, 1991, p.13). Consequentemente, os erros e enviesamentos no tratamento da informação são considerados como fruto de características inerentes ao próprio sistema cognitivo e não devidos à interferência de motivações. Neste modelo, tal como no anterior, a cognição desempenha um papel central, sendo negligenciado o papel da motivação, das emoções e do contexto envolvente.

No entanto, a ampla pesquisa desenvolvida no âmbito do terceiro modelo tornou clara a importância da motivação, da emoção e do contexto. Tendo desenvolvido sofisticados modelos sobre os processos cognitivos, os investigadores começaram a considerar de novo as importantes influências da motivação na cognição (e.g., Showers e Cantor, 1985). Assim, no início dos anos noventa emerge um novo modelo, no qual o indivíduo é conceptualizado enquanto ‘tactico-motivado’:

“a fully engaged thinker who has multiple cognitive strategies available and chooses among them based on goals, motives, and needs: sometimes the motivated tactician chooses wisely, in the interests of adaptability and accuracy, and sometimes the motivated tactician chooses defensively, in the interests of speed or self-esteem” (Fiske e Taylor, 1991, p.13).

Como Fiske (1992, p.877) refere:

“After a hiatus, during which social cognition research neglected its proper attunement to social behavior, researchers again are emphasizing that thinking is for doing, that social understanding operates in the service of social interaction”.

Este modelo tornou-se dominante nos anos noventa. Em vez de um indivíduo ‘limitado’ a cometer ‘erros’ no processamento da informação, na percepção das pessoas e no julgamento dos outros, surge um indivíduo ‘estratégico’ capaz de controlar os seus julgamentos (Leyens, Yzerbyt e Schandrom, 1994). Estes julgamentos já não são ‘enviesados’ mas sim ‘verdades subjectivas’ com funções políticas claras (Oakes,

Haslam e Turner, 1994). O indivíduo, já não é ‘ingénuo’ mas ‘táctico’, adequando os seus julgamentos às normas sociais vigentes (Snyder, 1995).

A consideração do carácter ‘estratégico’ dos julgamentos emitidos pelos indivíduos veio introduzir a necessidade de considerar simultaneamente os processos *automáticos* e os processos *controlados* no processamento da informação social. Os processos automáticos ocorrem sem intervenção consistente ou intencional requerendo pouco esforço cognitivo por parte do indivíduo, enquanto que os processos controlados requerem a intervenção consciente e intencional, e um esforço específico da parte do indivíduo (Caetano, 1993/2000). Assim, os julgamentos e avaliações dos indivíduos seriam extremamente flexíveis e adaptativos, variando em função da natureza do julgamento a realizar, do tipo de informação a tratar e da motivação para tratar essa informação (Oakes, Haslam, Turner, 1994; McGarty, Yzerbyt e Spears, 2002).

Para distinguir entre as percepções e avaliações que decorrem de processos automáticos das que decorrem de processos controlados, tornou-se clara a necessidade de desenvolver diferentes tipos de medidas: medidas *explícitas*, em que o indivíduo facilmente se apercebe dos objectivos da pesquisa e pode controlar as suas respostas em função da desejabilidade social e medidas *implícitas*, não-reactivas às normas sociais, que permitiram ter acesso aos processos automáticos da percepção (e.g., Devine, 1989; Dovidio e Gaertner, 1991; Higgins, 1996).

Schwartz (2000), num artigo sobre os desafios actuais da investigação sobre julgamento social, atitudes e processamento da informação, salienta:

“That human are information processors is a truism that can hardly be called into question. Moreover, the adoption of the information processing paradigm has stimulated tremendous progress in social judgment research. But more than a quarter century after its option, at a time when the information-processing perspective has become the dominant theoretical framework of our field, it behooves us well to consider the risk of blind spots. If the reviewed research is any indication, our understanding of human judgment, and the explanatory power of an information-processing perspective, will only benefit from a closer consideration of the interplay of affect, motivation, and cognition, an exploration of the poorly understood interplay of explicit and implicit processes, and a serious acknowledgement of the pragmatic and socially, as well as culturally, contextualized nature of human cognition” (Schwartz, 2000, p. 168).

Nos anos noventa, a tomada de consciência das insuficiências de uma abordagem meramente cognitiva e contextual levou os investigadores da cognição social a terem em consideração variáveis de ordem ideológica (Fiske, 2000). Há pelo menos duas décadas que diversos investigadores recomendam uma articulação entre o paradigma da cognição social e as representações sociais, considerando que esta articulação poderá ser benéfica para ambas (e.g., Codol, 1984; Jahoda, 1988; Vala, 1986). Por exemplo, Vala (1986) ilustra como ao accionar o conceito de representações sociais se consegue um olhar novo sobre os problemas formulados e analisados no quadro da cognição social. Por outro lado, Jahoda (1988) salienta a vantagem da pesquisa em representações sociais adoptar metodologias mais rigorosas desenvolvidas no quadro da cognição social.

No entanto, esta articulação, a nível teórico ou metodológico, não deve ser confundida com uma submissão da teoria das representações sociais aos modelos da cognição social, aspecto sobre o qual Moscovici tem as maiores reservas:

"Any reduction to cognitive patterns and constructs, by eliminating the extraordinary richness of collective thought, its rootedness in a well-defined setting, and by flattening all social relations into interactions between two individuals, converts an important problem into a mere academic exercise" (1981, p.208).



### 3.3 Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais

“For most part we do not first see, and then define, we define first and then see. In the great blooming, buzzing confusion of the outer world we pick out what our culture has already defined for us, and we tend to perceive that which we have picked out in the form stereotyped for us by our culture.”

Walter Lippmann, 1922

Lippmann (1992/1961) é considerado o fundador da conceptualização contemporânea dos estereótipos e do estudo das suas funções psicossociais (e.g., Amâncio, 1989a; Ashmore e DelBoca, 1981; Marques e Paéz, 2000; Oakes, Haslam e Turner, 1994; Wetherell, 1996). O termo ‘estereótipo’ já existia desde 1798, mas o seu uso corrente estava reservado à tipografia, onde o termo designa uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo texto (Stroebe e Insko, 1989). O termo também já era usado de forma esporádica nas ciências sociais para designar algo ‘fixo’ e ‘rígido’ (e.g., Sumner, 1906/1940; Simmel, 1908/1984), o que se prende com a origem etimológica da palavra: *stereo* que em grego significa ‘sólido’, ‘firme’.

Por analogia, Lippman salientou a ‘rigidez’ das imagens mentais, especialmente aquelas que dizem respeito a grupos sociais com os quais temos pouco ou nenhum contacto directo. A visão dos estereótipos como algo rígido caracterizou muitos dos estudos posteriores sobre os estereótipos (e.g., Kerr, 1943; Mace, 1943; Zawadzki, 1942), no entanto, na sua análise Lippmann (1922/1961) não descurou a possibilidade de mudança dos estereótipos e salientou o carácter criativo da mente humana.

Lippmann conceptualizou os estereótipos como resultantes de um processo ‘normal’ e ‘inevitável’, inerente à forma como processamos a informação, mas a maior parte dos estudos empíricos realizados sobre estereótipos até aos anos cinquenta caracterizaram os estereótipos como uma forma inferior de pensamento e situaram-os no domínio do ‘patológico’: estes seriam projecções de fantasias indesejáveis, deslocamentos de tendências agressivas para os membros de outros grupos, ou subprodutos de certas síndromes de personalidade associadas ao autoritarismo e intolerância (Adorno, Frenkel-Brunswick, Levison e Sanford, 1950; Rockeach, 1948).

Assim, as ideias inovadoras de Lippmann foram negligenciadas pela grande maioria das investigações que foram efectuadas nas três décadas seguintes sobre

estereótipos, só sendo recuperadas e amplamente desenvolvidas a partir dos trabalhos de Bruner, Allport e Tajfel, que já referimos no capítulo anterior.

Lippmann (1922/1961) define os estereótipos como imagens mentais que se interpõem, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade. Segundo o autor, os estereótipos formavam-se a partir do sistema de valores do indivíduo, tendo como função a organização e estruturação da realidade, de outra forma demasiado complexa para ser assimilada.

Interrogando-se sobre os factores que contribuíram para o que “the pictures inside so often misleads men in their dealing with the world outside” (p.30), Lippman aponta limitações externas - “the artificial censorships, the limitation of social contact” (p.30) - e limitações internas:

“this trickle of messages from the outside is affected by the stored up images, the preconception, and the prejudices which interpret, fill them out, and in their turn powerfully direct the play of our attention, and our vision itself” (Lippmann, 1922/1961, p.16).

Lippmann salienta o papel do indivíduo na construção dos estereótipos que são sempre ‘selectivos’ e ‘parciais’ (1922/1961, p.80). Na sua análise encontramos os elementos sobre as funções psicosociais dos estereótipos, que viriam a ser desenvolvidas e estudadas sistematicamente algumas décadas depois por Allport (1954/1979), que liga explicitamente os estereótipos ao processo de categorização, e por Talfel (1969) que pela primeira vez explicita as suas funções cognitivas e sociais, integrando-as num modelo explicativo das relações intergrupais.

Relativamente às funções cognitivas Lippmann (1922/1961) salienta “the economy of effort” (p.95), a necessidade de “*definiteness and distinction and (...) consistency or stability of meaning*” (p.80; *itálico no original*). Relativamente às funções sociais, Lippmann enfatiza o papel dos estereótipos na ‘defesa’ dos interesses do indivíduo:

“The systems of stereotypes may be the core of our personal tradition, the defenses of our position in society. (...) In that world people and things have their well-known places, and do certain expected things. We feel at home there. We fit in. We are members” (Lippmann, 1922/1961, p.96).

Um dos motivos que explicariam o carácter ‘fixo’ dos estereótipos seria precisamente a necessidade do indivíduo proteger a sua definição da realidade:

“any disturbance of the stereotypes seems like an attack upon the foundations of the universe. It is an attack upon the foundations of our universe, and, where big things are at stake, we do not readily admit that there is any distinction between our universe and the universe” (Lippmann, 1922/1961, p.96).

Neste sentido:

“A pattern of stereotypes is not neutral. (...) It is the guarantee of our self-respect; it is the projection upon the world of our own sense of our own value, our own position and our own rights. The stereotypes are, therefore, highly charged with the feelings that are attached to them. They are the fortress of our tradition, and behind its defense we can continue to feel ourselves safe in the position we occupy” (Lippmann, 1922/1961, p.96).

É precisamente pelo seu papel na manutenção do sistema de valores do indivíduo e do *statu quo*, que os estereótipos dificilmente são abalados por informação incongruente com os mesmos.

“There is nothing so obdurate to education or to criticism as the stereotype. It stamps itself upon the evidence in the very act of securing the evidence. (...) If what we are looking at corresponds successfully with what we anticipated, the stereotypes is reinforced for the future” (pp.98-99). (...) For when a system of stereotypes is well fixed, our attention is called to those facts which support it, and diverted from those which contradict” (Lippmann, 1922/1961, p.119).

Neste sentido, Lippmann faz referência ao que posteriormente se veio da designar por ‘profecias auto-confirmatorias’ (Merton, 1949/1968), amplamente demonstradas pelos estudos posteriores na cognição social (e.g., Hamilton, 1979).

Quando um membro de determinado grupo age de forma contraditória ao estereótipo, Lippmann considera que, na maior parte das vezes, este membro passa a ser visto como uma exceção, mantendo o estereótipo intacto. Este só é abalado se o

indivíduo ainda tiver alguma flexibilidade de espírito ou se a informação incongruente for demasiado impressionante para ser ignorada;

“If the experience contradicts the stereotype, one of two things happens. If the man is no longer plastic, or if some powerful interests makes it highly inconvenient to rearrange his stereotypes, he pooh-poohs the contradiction as an exception that proves the rule, discredits the witness, finds a flaw somewhere, and manages to forget it. But if he is still curious and open-minded, the novelty is taken into the picture, and allowed to modify it. Sometimes, if the incident is striking enough, and if he has felt a general discomfort with his established scheme, he may be shaken to such an extent as to distrust all accepted ways of looking at life” (Lippmann, 1922/1961, p.100).

Estes aspectos viriam a ser posteriormente estudados por Allport (1954/1979) e amplamente demonstrados por estudos em cognição social. O autor salienta o carácter rígido dos estereótipos e o facto de estes constituírem imagens demasiado ‘generalizadas’ e ‘exageradas’ que descuram a variabilidade dos membros dos outros grupos e negam a sua individualidade (Lippmann, 1922/1961, p.116).

Este aspecto foi amplamente demonstrado pelos estudos iniciados por Tajfel e colaboradores, sobre a sobrestima perceptiva e sobre o efeito de homogeneidade do exogrupo a que dedicaremos a secção seguinte.

Lippmann debruçou-se ainda sobre o poder dos rótulos e os seus efeitos nefastos na percepção das pessoas: “They are too empty, too abstract, too inhuman” (1922/1961, p.160).

Na perspectiva do autor, só uma longa educação crítica permitirá aos indivíduos tomarem consciência do carácter diferido e subjectivo da sua apreensão da realidade social (p.126). Embora salientando o papel da educação - ‘the supreme remedy’ (p.408) - Lippman considera os estereótipos inevitáveis:

“Yet a people without prejudice, a people with altogether neutral vision, is so unthinkable in any civilization of which it is useful to think, that no scheme of education could be based upon that ideal. Prejudice can be detected, discounted, and refined, but so long as finite men must compress into a short schooling preparation

for dealing with a vast civilization, they must carry pictures of it around with them, and have prejudice(1922/1961, p.120).

Esta concepção sobre a inevitabilidade dos estereótipos, porque inerentes ao funcionamento cognitivo normal, só começou a ser sistematicamente analisada pelas investigações da *Nova Vaga* sobre os estereótipos iniciada por Bruner e colaboradores (e.g., Bruner, 1957), tendo sido amplamente demonstrada pelos estudos da cognição social (e.g., Garcia-Marques, 1999; Zogmaister, Castelli, Arcuri, Smith, 2002; Kawakami e Dovidio, 2002; Dovidio, Kawakami, Gaertner, van Vergert, 2002; Wittenbrink, 2002).

Outros dos aspectos salientados por Lippmann foi o facto do senso comum, na maior parte dos casos, não procurar infirmar as suas hipóteses, mas sim confirmá-las:

“in the codes that come unexamined from the past or bubble up from the caverns of the mind, the conception is not taken as an hypothesis demanding proof or contradiction, but as a fiction accepted without questions” (1922/1961, p.122-123).

A delimitação das condições em que os indivíduos enveredam pela confirmação automática das hipóteses ou em que encetam processos de infirmação das mesmas constitui um aspecto central na pesquisa actual sobre os estereótipos (e.g., Snyder, 1981; Garcia-Marques e Sherman, 2002; Ferreira e Garcia-Marques, 2002; Walter, 2002; Cobos, López, e Caño, 2002; Freytag e Fiedler, 2002; Schulz-Hardt, 2002; Dumont, Yzertyt e Snyder, 2002).

Lippmann considera que as pessoas ‘ignorantes’ têm maior tendência a efectuar estas generalizações acriticamente do que as ‘cultas’, mas recorda que todos possuímos estereótipos, uma vez que “inevitably our opinion cover a bigger space, a longer reach of time, a greater number of things, than we can directly observe” (1922/1961, p.79). Nenhum ser humano é “omnipresent and omniscient” (1922/1961, p.161), ao seja, de certa forma todos somos como os prisioneiros da caverna de que nos fala Platão, no Sétimo Livro da *A República*.

O estudo empírico dos estereótipos começou pouco depois da publicação da obra de Lippmann. Ainda na década de vinte, fortemente influenciados pela definição dos estereótipos como ‘pictures inside our heads’, Rice (1926-1927; referido por Oakes, Haslam e Turner, 1994) realizou um estudo em que apresentou aos participantes uma série de fotografias de pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais. Os participantes efectuaram facilmente correspondências entre as fotografias e os ‘social types’ e procederam a atribuições de traços de personalidade baseando-se neste processo de correspondência. Esta técnica não teve contudo grande sucesso na altura, só vindo a ser recuperada muito mais tarde (Leyens, Yzerbyt e Schadron, 1994). Durante as primeiras décadas do estudo dos estereótipos a técnica mais utilizada foi a lista de adjectivos de Katz e Braly (1993). Mas antes de nos referirmos aos estudos destes autores, parece-nos necessário abrir um breve parêntese sobre alguns estudos clássicos sobre discriminação social realizados no âmbito do modelo das atitudes.

Na sua primeira definição (Thomas e Znaniecki, 1918; citados por Amâncio, 1993/2000), o conceito de atitude permitia estabelecer uma ligação entre o psicólogo e o cultural, constituindo, por isso mesmo, um objecto de análise específico da Psicologia Social. Definições posteriores do conceito negligenciaram a vertente cultural ao considerar a atitude um estado de prontidão mental, e esta psicologização do conceito dominou durante largos anos no seio da disciplina (Jaspars e Frasers, 1984, citados por Amâncio, 1984).

No início do estudo das atitudes, estava implícita a consonância entre atitudes e comportamentos, daí a grande ênfase dada pelos psicólogos sociais à construção de escalas de atitudes. Numa época caracterizada por um grande fluxo migratório de grupos de origem asiática e europeia para os EUA, Bogardus (1928) estudou as ‘atitudes raciais’ dos americanos a partir de uma Escala de Distância Social. Os participantes deveriam indicar as suas atitudes face a diversos grupos *raciais, étnicos e religiosos* (por exemplo: franceses, indianos, judeus, chineses, ingleses, negros, etc.), numa escala de sete pontos, ordenados da menor distância à maior distância social: ‘casaria com um membro deste grupo’; ‘aceitaria como amigo íntimo’; ‘aceitaria como vizinho do lado’; ‘aceitaria como colega de escritório’; ‘aceitaria como conhecido’; ‘apenas como turista no país’; ‘excluí-los-ia do país’ (Lima, 1993/2000, p.198). O estudo revelou que os participantes, americanos ‘brancos’, rejeitavam sobretudo os grupos de origem asiática e africana, preferindo os imigrantes de origem europeia, principalmente os anglo-

saxónicos e os nórdicos. Esta hierarquização dos grupos está em perfeita consonância com os estudos do ‘racismo científico’ realizados no século XIX e início do século XX, que referimos no primeiro capítulo, testemunhando o carácter normativo do racismo neste período nos EUA e na Europa.

No início da década de quarenta Hartley (1946/1969) realizou um estudo sobre o preconceito em relação a 49 grupos-alvo utilizando a escala de Bogardus. Para além dos grupos-alvo presentes no estudo precedente, Hatley averiguou o preconceito em relação a grupos políticos (nazis, socialistas, comunistas, etc.) e a três grupos fictícios: *Danarean*, *Pirenean* e *Wallonian* (p.5). Os resultados mais baixos (indicando maior distância social) são obtidos pelos grupos políticos ‘extremistas’ - nazis, fascistas e comunistas -, logo seguidos dos grupos *étnicos* minoritários – judeus, negros, turcos, árabes, chineses, hindus, mexicanos, imigrantes da Europa de Leste (romenos, russos, lituânios, etc.), e imigrantes da Europa Mediterrânica (gregos, italianos e portugueses). Mais uma vez os imigrantes anglo-saxónicos e nórdicos (irlandeses, ingleses, alemães, dinamarqueses, etc.) obtiveram resultados indicadores de menor distância social, e o endogrupo foi o único a ocupar o topo da escala. O aspecto mais curioso deste estudo, é que os três grupos fictícios obtiveram resultados idênticos aos dos grupos *étnicos* ‘indesejáveis’, indicadores de grande distância social, isto é, a simples evocação de um grupo desconhecido, logo minoritário e eventualmente perigoso, levou os participantes a rejeitar esses grupos. Estes resultados, indicam claramente que o preconceito não está directamente ligado ao nível de conhecimento dos grupos-alvo em causa, e são indicadores do carácter normativo da discriminação social nesta época, já que os participantes não hesitaram em discriminar com base num simples rótulo evocativo de minoria étnica.

Como referimos, no início do estudo das atitudes, estava implícita a consonância entre atitudes e comportamentos, pressupondo-se que as atitudes eram boas predictoras do comportamento. A questão do poder preditivo das atitudes avaliadas por questionários foi claramente colocada por LaPiere (1934), num estudo clássico sobre preconceito racial. LaPiere, um psicólogo social americano branco, viajou pelos EUA acompanhado por um casal de chineses, bem parecidos e bem vestidos, muito sorridentes e com um ‘unaccented English’ (p.232). O autor foi anotando as reacções dos funcionários dos diversos estabelecimentos hoteleiros. Nesta viagem foram recebidos em 66 hotéis e em 184 restaurantes e cafés, tendo apenas sofrido uma recusa

num hotel. Algum tempo depois foi enviada uma carta a cada um destes estabelecimentos, perguntando se aceitariam chineses como clientes. Das respostas recebidas, 92% eram negativas, tendo os restantes afirmado que dependeria das circunstâncias. Estes resultados mostraram que é possível haver uma manifestação de tolerância ao nível comportamental e simultaneamente uma expressão de intolerância ao nível atitudinal, pelo que foram interpretados como reflectindo uma inconsistência entre atitudes e comportamentos (Lima, 1993/2000). Para além da importância deste aspecto, interessa-nos salientar outro: este estudo demonstra claramente o carácter normativo da discriminação racial nos EUA nos anos 30. Nesta altura, havia um forte preconceito contra os chineses sendo comum os restaurantes e lojas terem uma placa à porta com a seguinte inscrição: “É proibida a entrada a cães e chineses”. Segundo LaPierre este preconceito influencia as respostas que os hotéis e dos restaurantes efectuaram por escrito, assemelhando-se aos questionários de atitudes, mas não o comportamento dos funcionários face a pessoas concretas:

“In the end I was forced to conclude that those factors which most influenced the behaviour of others towards the Chinese had nothing at all to do with race. Quality and condition of clothing, appearance of baggage (by which, it seems, hotel clerks are prone to base their quick evaluation), cleanliness and neatness were far more significant for person to person reacting in the situations I was studying than skin pigmentation, straight black hair, slanting eyes, and flat noses. And yet an air of self-confidence might entirely offset the ‘unfavorable’ impression (1934, p.232).

Nesse sentido, LaPierre (1934) é extremamente crítico face aos questionários usados na mensuração das atitudes, e recomenda o uso de métodos mais qualitativos do que quantitativos:

“Nothing could be used as a more accurate index of color prejudice than the admission or non-admission of colored people to hotels. For the proprietor must reflect the group attitude in his policy regardless of his own feelings in the matter. Since he determines what the group attitude is towards Negroes through the expression of that attitude in overt behaviour and over a long period of actual experience, the results will be exceptionally free from those disturbing factors which inevitably affect the effort to study attitudes by direct questioning (p.231). (...) The questionnaire is cheap, easy, and mechanical. The study of human behaviour is time consuming, intellectually fatiguing, and depends for its success upon the ability of



the investigator. The former method gives quantitative results, the latter mainly qualitative. Quantitative measurements are quantitatively accurate; qualitative evaluations are always subject to the errors of human judgment. Yet it would seem far more worth while to make a shrewd guess regarding that which is essential than to accurately measure that which is likely to prove quite irrelevant” (p.237).

Esta discrepância entre atitudes e comportamentos está bem ilustrada empiricamente por réplicas do estudo de LaPierre. Por exemplo, Kutner, Wilkins e Yarrow (1952) realizaram uma réplica deste estudo em relação aos *negros*, tendo obtido resultados idênticos.

Mas apesar destas críticas iniciais ao método de questionário, esse foi sem dúvida o método mais popular no estudo dos estereótipos, pelo menos até à ‘revolução cognitiva’. O método mais utilizado foi o da ‘lista de adjectivos’, desenvolvido por Katz e Braly (1933; 1935). Os autores tinham como objectivo obter uma medida psicológica dos preconceitos raciais. Para esse efeito, Katz e Braly (1933) construíram uma lista de 84 traços de personalidade, seleccionados a partir da imprensa e da literatura da época e/ou fornecidos por uma amostra de 100 estudantes universitários nas descrições de dez grupos: alemães, americanos, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, negros, e turcos. Katz e Braly (1933) pediram a uma outra amostra de 100 estudantes universitários para seleccionarem os cinco traços mais típicos de cada um dos dez grupos-alvo referidos. Os autores analisaram o conteúdo dos estereótipos e o seu consenso, através do menor número de traços atribuídos a um grupo-alvo pela maior percentagem de participantes. Não surpreendentemente para a época, os ‘americanos’ (referindo-se obviamente aos americanos brancos) foram considerados empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas, enquanto os ‘negros’ foram considerados supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais. Assim, ao endogrupo (americanos) foram atribuídas características positivas que contribuíam para o chamado ‘sonho americano’, enquanto que aos negros foram atribuídas características negativas que contrariavam os valores dominantes da sociedade americana, justificando assim a sua exclusão social (Amâncio, 1989a).

Mas outro aspecto importante ressalta dos resultados: o estereótipo sobre os ‘negros’ é muito mais uniforme do que o estereótipo dos ‘americanos’, isto é, relativamente a este grupo existe menor consenso entre os participantes. Este padrão de resultados indica claramente que o consenso não está ligado ao maior nível de contacto

com o grupo-alvo em causa, já que os estudantes em questão, tinham pouco ou nenhum contacto directo com os grupos sobre os quais havia maior consenso.

Em consonância com a perspectiva de Lippmann (1922/1961), Katz e Braly (1933; 1935) consideram os estereótipos como um fenómeno sociocultural. Para os autores os estereótipos são crenças que são transmitidas pelos agentes de socialização (a família, a escola, os meios de comunicação social, etc.), o que explicaria o consenso do estereótipo relativamente aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento ‘real’ dos membros desses grupos e a sua dependência do contexto histórico e cultural (Amâncio, 1989a).

Uma réplica do estudo de Katz e Braly realizada no início dos anos cinquenta, na mesma universidade (Gilbert, 1951) indicava um declínio na consistência dos estereótipos de certas minorias, nomeadamente relativamente aos negros e aos judeus. Este ‘fading effect’ foi atribuído à difusão de imagens mais tolerantes desses grupos nos *mass media*, a uma maior popularidade das ciências sociais entre os estudantes, e ainda facto da composição sociológica dos estudantes de Princeton ser menos elitista do que a da década de 30. Segundo Gilbert (1951), os estudantes tornaram-se mais ‘sofisticados’ e ‘objectivos’ tendo relutância em efectuar generalizações infundadas acerca de outros grupos, o que conduziu o autor ao optimismo:

“If it is true, as this study suggests, that present-day students tend to base their social attitudes on experience and social science rather than fiction, we have perhaps a ray of hope that the future of our country will be more rational in the realm of social relationships than it has been in the past” (pp.253-254).

Replicações realizadas por outros autores noutras locais na década de 1950 pareciam confirmar o declínio dos estereótipos, mostrando que estes são eram ‘rígidos’ mas sim ‘flexíveis’, isto é, sensíveis às mudanças sociais ocorridas depois da II Guerra Mundial (e.g., Buchanan e Cantrill, 1953; Prothro e Melikan, 1955; citados por Oakes, Haslam e Turner, 1994). Mas, como refere Amâncio (1989a), uma segunda réplica do mesmo estudo na Universidade de Princeton realizada nos anos sessenta (Karlins, Coffman e Walters, 1969) veio desiludir os cientistas sociais, porque de novo os resultados se distanciavam dos obtidos por Gilbert (1951). Embora o conteúdo de alguns estereótipos tivesse sofrido alterações e se apresentasse globalmente mais

positivo, aos americanos e aos grupos de origem europeia continuavam a ser associados atributos com grande desejabilidade social, consonantes com os valores da sociedade americana, e aos grupos minoritários de origem africana e asiática continuavam a ser associados atributos socialmente indesejáveis, isto é, distantes dos ideais de realização e progresso. Verificou-se igualmente um aumento na consistência nos estereótipos em relação a algumas minorias étnicas, contrariando a tendência observada nos anos cinquenta. Em contrapartida, o estereótipo dos ‘americanos’ é o que apresenta menor consistência, confirmando os resultados dos anos trinta:

“The low frequencies of remaining adjectives make the present characterization of Americans one of the sharpest images in the study. Katz and Braly’s observations in 1993 that ‘the description is not greatly at variance with the stereotypes held by non-Americans (p.206)’ is also applicable to the 1967 results” (Karlins, Coffman e Walters, 1969, p.6).

Relativamente ao estereótipo dos ‘negros’ os autores fazem a seguinte observação:

“The most dramatic and consistent trend over then 25-years period has been the more favorable characterization of the Negro. (...) The ‘new view’ of the Negro focuses on the term ‘musical’ (47%) and includes ‘pleasure loving’ (26%), ‘ostentatious’ (25%), and ‘happy-go-lucky’ (27%). This image would appear to be more innocuous modern counterpart of the minstrel figure, probably reflecting the success of Negroes in the popular entertainment world supported by teen-age and collegiate audiences. Certainly, the Civil Rights movement of the past decade has strongly influenced the present generation of college students” (p.8).

Mas, se como já referimos, analisarmos o conteúdo do estereótipo dos ‘negros’ à luz dos valores da sociedade americana, constatamos que esta ‘nova visão’ dos negros corresponde mais a uma mudança facial do que profunda, já que a este grupo são negadas as características instrumentais necessárias para participarem no desenvolvimento e progresso da sociedade, sendo-lhes atribuídas características expressivas e exóticas, que embora apresentando uma conotação positiva nas camadas juvenis, continua a retirar-lhes o estatuto de pessoa adulta, responsável e com capacidade de realização (Amâncio, 1989a).

Mais uma vez verificou-se que o grau de consenso dos estereótipos relativamente a determinado grupo não está directamente ligado ao grau de preconceito exibido em relação a esse grupo. Nas suas conclusões os autores salientam:

“First, every stereotype in these studies is comprised of both positive and negative terms. (...) Second, positive values consistently outweigh negative values. (...) Finally, there is the obvious fact that some characterizations are unduly harsh while *others are too good to be true*” (Karlins, Coffman e Walters, 1969, p.11; *itálico nosso*).

Comparando os seus resultados com os de Gilbert (1951), os autores salientam:

“(...) the apparent ‘fading’ of social stereotypes in 1951 is not upheld as a genuine overall trend. Where traditional assignments have declined in frequency they have, in the long run, been replaced by others, resulting in restored stereotypes uniformity. (...) *A feature of this data which is still impressive is the extent to which ‘new’ stereotypes resemble previous ones. Paradoxically enough, the changes which have occurred stand out because so much has remained the same.* Uniformity and favorableness scores correlate significantly across the three generations of students. The collections of traits selected to characterize specific groups are very much alike from one generation to the next, though the relative popularities of those traits have been thoroughly rearranged. *A great deal of change consists of a shift of emphasis in the already existing picture*” (Karlins, Coffman e Walters, 1969, p.14; *itálico nosso*).

Como os autores referem, o conteúdo dos ‘novos estereótipos’ é mais consistente com as ‘atitudes mais liberais’ (p.14) da sociedade americana, como demonstrado em diversos estudos nos anos sessenta. A esse propósito os autores citam Triandis e Vassiliou (1967, p.238): “it is no longer appropriate to be prejudice toward other groups”. Mas isso não significa que o preconceito tenha desaparecido.

Os autores salientaram a necessidade de distinguir entre estereótipo pessoal, fenómeno psicológico, e estereótipo social, fenómeno cultural:

“(...) we may refer to a single individual’s assignments as his *personal stereotype* and the consensual assignment of a given population of judges as a *social stereotype* (...) The absence of a traditional pattern of stereotyping may not indicate a decline of stereotyping may not indicate a decline of stereotyping itself, but perhaps the

formation of a revised social consensus” (Karlins, Coffman e Walters, 1969, p.3; *itálico no original*).

Como salienta Roger Brown (1986; citado por Amâncio, 1989a), face aos resultados deste estudo, a tentação da intervenção social, baseada na função moralizadora da investigação em ciências sociais perdia parte da sua solidez entre os psicólogos sociais. Ironizando sobre a ilusão de que os estereótipos seriam erradicados se se ensinasse as pessoas a pensar de forma ‘objectiva’, Brown conclui que o único resultado dessa intervenção social foi o de ter ensinado aos americanos da classe média que não devem exprimir os seus estereótipos e preconceitos em público, mas uma anedota racista num círculo de amigos até cai bem (Amâncio, 1989a).

Os resultados de um estudo realizado por Sigall e Page (1971) são bem elucidativos destas pressões normativas que deram origem aos ‘novos racismos’, a que fizemos referência no primeiro capítulo. Os autores complementaram o uso da tradicional lista de adjectivos de Katz e Braly com uma manipulação experimental. Numa das condições os participantes respondiam simplesmente (condição controlo) e na outra (*bogus pipeline*) eram informados que o experimentador detinha uma medida fisiológica infalível capaz de medir a atitude, uma espécie de ‘detector de mentiras’. Os autores compararam estereótipos dos participantes (americanos *brancos*) relativamente aos *americanos* e aos *negros*, nas duas condições de resposta. Verificou-se que na condição *bogus pipeline* o estereótipo relativo aos ‘americanos’ era mais favorável e o relativo aos ‘negros’ mais desfavorável do que na condição controlo, isto é, o favoritismo endogrupal aumentou quando os participantes julgavam que a sua verdadeira atitude estava a ser medida através de um instrumento infalível. Sigall e Page consideram este resultado “as relatively distortion-free, as more honest and ‘truer’ than rating-condition responses” (p.254; citados por Oakes, Haslam e Turner, 1994), o que sugere que, em geral, os estudos com base na lista de adjectivos, sobretudo os realizados a partir do momento em que se tornou contra-normativo discriminar, subestimam os estereótipos negativos e o preconceito.

Numa revisão sobre as mudanças ocorridas na expressão dos estereótipos relativamente aos ‘negros’, Dovidio e Gaertner (1991) afirmam:

“(...) adjective checklist studies, in which respondents are asked to select traits that are the most typical of particular racial or ethnic categories, indicate that negative stereotypes are consistently fading” (p.202).

No entanto, os autores salientam que a evolução observada no conteúdo e consistência dos estereótipos pode decorrer de uma maior sensibilidade às normas sociais anti-discriminação do que a uma verdadeira mudança nos estereótipos (Crosby, Bromly e Saxe, 1980; Dovidio e Gaertner, 1996, 1991; Sigall e Page, 1971).

No entanto, esta interpretação de carácter normativo é recusada por autores da perspectiva da cognição social, que interpretam estes resultados estabelecendo uma clara distinção entre crenças pessoais e estereótipos culturais (e.g., Devine, 1989; Devine e Elliot, 1995; Garcia-Marques, 1999).

Numa ‘revisitação da triologia de Princeton’, Devine e Elliot (1995) introduziram algumas alterações no procedimento com vista a colmatar algumas falhas metodológicas dos estudos precedentes. Partido da lista de adjetivos original de Katz e Braly (1933) efectuaram as seguintes alterações: introduziram novos adjetivos com o objectivo de actualizar a referida lista (esses adjetivos foram previamente recolhidos através de uma técnica aberta: “athletic, criminal, hostile, low intelligence, poor, rhythmic, sexually perverse, uneducated, and violent” (p.1142); os participantes respondiam duas vezes à referida lista, uma vez tendo em conta as suas ‘crenças pessoais’ e outra partindo dos ‘estereótipos culturais’, efectuadas em ordem contrabalançada; e, finalmente, os participantes responderam a uma “nonreactive measure of anti-Black attitudes” (p.1142) que consistia na Escala de Racismo Moderno (*Modern Racism Scale*, MRS) de McConahay (1986).

Comparando as respostas dos participantes nas condições de ‘stereotype assessment’ e ‘personal belief assessment’, os autores salientam:

“In contrast to the commonly espoused fading stereotype proposition, data suggest that there exist a consistent and negative contemporary stereotype of Blacks (p.1139). (...) the stereotype has remained stable through the years (in consistency and valence, not necessarily in specific content), whereas personal beliefs have undergone a revision” (p.1141).

Na perspectiva dos autores, enquanto o estereótipo cultural dos ‘negros’ é consistente e muito negativo, as crenças pessoais são muito mais positivas, especialmente as crenças pessoais dos participantes que demonstram uma atitude favorável aos negros na escala de racismo moderno (MRS). Segundo os autores, a comparação dos resultados obtidos pelos participantes muito e pouco preconceituosos na MRS apoia o modelo dissociativo de Devine (1989) segundo o qual “high- and low-prejudiced individuals both possess the same stereotype of Blacks but that the stereotype is only endorsed by the former group of individuals” (Devine e Elliot, 1995, p.1145). No entanto, em determinadas circunstâncias (por exemplo, nas situações de sobrecarga de informação – *cognitive loading*) pode haver uma ‘contaminação mental’ pelos estereótipos, levando os indivíduos não preconceituosos a ser influenciados por estes, uma vez que estes, tendo sido aprendidos ao longo do processo de socialização, estão armazenados na memória, interferindo nos processos cognitivos dos indivíduos, a não ser que estes estejam permanentemente vigilantes a uma possível ‘contaminação mental’ e procurem evitá-la activamente, o que exige grande esforço cognitivo e motivação.

Devine e Elliot (1989) apontam os factores cognitivos e socioculturais que contribuem para a persistência dos estereótipos, apesar da mudança das normas sociais:

“First, it is important to recognized that individual-level changes in one’s beliefs (i.e., renouncing prejudice and stereotypes) does not lead to immediate elimination of stereotypes from memory (...). Moreover, during the process of prejudice reduction, stereotype-based responses are highly accessible and serve as rivals to belief-based responses (...). Thus change at the individual level is not all-or-none; overcoming stereotyped-based responding requires a great deal of personal motivation and effort (...). An additional challenge to such efforts is suggested by recent evidence that efforts to suppress stereotypes may even heighten their accessibility (...). One of the main impediments to the fading of racial stereotypes is that they remain deeply embedded in the cultural fabric of our nation (...). Despite a shift in social norms regarding overt expressions of prejudice and discrimination, stereotypic images of Black persist in the dominant media (e.g., television, newspapers), and Blacks continue to be underrepresented in traditional positions of power (e.g., education and industry) (...). As a result, stereotypes are perpetuated within the cultural in subtle, yet highly effectual, ways” (Devine e Elliot, 1995, p. 1149).

No nosso entendimento, esta interpretação, baseada na clara separação entre ‘crenças pessoais’ e ‘estereótipos culturais’ e pressupondo que quando os indivíduos ‘não preconceituosos’, em situações de grande carga cognitiva (Devine, 1989), associam mentalmente características negativas aos *negros* porque sofrem uma ‘contaminação mental’ pelos ‘estereótipos culturais’ é inaceitável, pois não se coaduna com a conceptualização dos estereótipos sociais enquanto representações sociais, que referimos no início deste capítulo. Se os estereótipos culturais existem, mas não estão na cabeça de ninguém, ou de quase ninguém, onde se encontram então? E se não estão na cabeça das pessoas ‘não preconceituosas’ porque é que estas têm que ter energia mental disponível e motivação para não se deixar influenciar por eles? Na nossa perspectiva, os resultados de diversos estudos indicando crenças pessoais mais positivas do que os estereótipos sociais (e.g., Devine e Elliot, 1995; Garcia-Marques, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999a), e dos estudos que indicam que as pessoas geralmente se consideram menos racistas do que a média das pessoas do seu endogrupo (e.g., Miranda, 2001), podem ser interpretados como uma manifestação do efeito PIP (Codol, 1975). Conhecendo as normas sociais de não discriminação, os indivíduos apresentam-se de forma mais consonante com essas normas do que os restantes membros da sociedade em que se encontram, o que consiste numa forma de obter distintividade através da adesão a normas socialmente valorizadas.

Como já referimos, o desenvolvimento da psicologia cognitiva (Bruner, 1957) conduziu a uma mudança significativa no estudo sobre os estereótipos, tanto no que respeita à perspectiva teórica como à metodologia. Enquanto que as primeiras pesquisas se focalizaram no *conteúdo* dos estereótipos (Katz e Braly, 1933; Gilbert, 1951), a abordagem cognitivista vai centrar-se nos *processos* (e.g., Hamilton, 1979; Snyder, 1981). Esta focalização nos processos levou ao desenvolvimento de metodologias mais ‘sofisticadas’ e ‘rigorosas’: medição de tempos de reacção a determinadas palavras-estímulo; medição das reacções automáticas; medidas de recuperação de informação; medidas de associação em condições de carga cognitiva; etc. (Marques e Paéz, 2000). Os estudos sobre a *tendência central percebida* dos estereótipos foram diminuindo a partir dos anos oitenta, dando lugar a estudos sobre a *variabilidade grupal percebida* (Ostrom e Sedikides, 1992), aspecto que abordaremos na próxima secção.



### 3.4 Processos cognitivos, identidade social e percepção da variabilidade grupal

“All strangers of another race proverbially look alike to the visiting stranger.”

Walter Lippmann, 1922

Numa revisão de literatura sobre o estudo da percepção da variabilidade grupal, Sedikides e Ostrom (1993) referem que este tem seguido três direcções. Os primeiros estudos orientaram-se sobretudo para a demonstração empírica dos efeitos da categorização na percepção dos grupos sociais, nomeadamente o efeito de acentuação e o efeito de homogeneidade do exogrupo. Seguidamente, a maior parte dos investigadores empenhou-se no desenvolvimento dos modelos cognitivos capazes de explicar o efeito de homogeneidade do exogrupo, o que constitui actualmente o maior foco da pesquisa nesta área. No início dos anos noventa, estudos inspirados na teoria da identidade social começaram a enfatizar a importância do contexto social e do papel mediador da identidade social na percepção da variabilidade grupal, tendo demonstrado que o efeito de homogeneidade do exogrupo não é simétrico nem universal. Revisões de literatura mais recentes sobre a percepção da variabilidade grupal (e.g., Devos, Comby e Deschamps, 1996; Guinote, 1999; Lorenzi-Cioldi, 1998; Voci, 2000) têm evidenciado o papel moderador do estatuto dos grupos na explicação das assimetrias observadas.

Como referimos no ponto 2.3.1, de acordo com Tajfel, a categorização dos objectos (incluindo os grupos sociais) é baseada nas semelhanças intracategoriais e nas diferenças intercategoriais. Um dos fenómenos associado à categorização é o *efeito de acentuação*: a sobrestima, por parte do observador, das semelhanças entre objectos ou pessoas pertencendo à mesma categoria - *efeito de assimilação* - e das diferenças entre objectos ou pessoas pertencendo a diferentes categorias - *efeito de contraste*.

O efeito de acentuação está ligado à simplificação que a categorização opera na percepção dos objectos e das pessoas. Como referem Beauvois e Deschamps (1990):

“la catégorisation, de par sa fonction de systématisation de l'environnement, nous donne à voir un monde plus structuré, mieux organisé, donc plus explicable et contrôlable, mais aussi simplifié” (p.14).

A magnitude do efeito de acentuação tem sido encarada como um índice do grau com que a informação é organizada em torno das categorias sociais. Na literatura sobre julgamento social e sobre percepção de pessoas e grupos, o critério de categorização está frequentemente associado a uma dimensão de valor - o que conduz a um efeito de acentuação mais forte, comparativamente a uma dimensão neutra.

Taylor, Fiske, Etcoff e Ruderman (1978) desenvolveram um paradigma experimental para apreender estes fenómenos. Os participantes escutam uma gravação com uma pequena discussão entre seis pessoas-estímulo e, simultaneamente, observam diapositivos com as fotografias de cada pessoa-estímulo à medida que estes intervêm. As pessoas-estímulo são membros de dois grupos (negros e brancos). Depois de escutarem a gravação, os participantes (brancos - Exp.1) recebem uma lista com todas as frases efectuadas na discussão (desordenadas) e as fotografias de todas as pessoas-estímulo. A tarefa dos participantes consiste em emparelhar as frases com as fotografias apropriadas.

A ideia subjacente a este paradigma é a seguinte: se a 'raça' é usada como base para codificar e armazenar a informação no sentido categorial, então os participantes deverão ser capazes de recordar *se* foi um homem branco ou um homem negro a fazer uma determinada afirmação, mas não necessariamente *qual* o homem branco ou homem negro que fez uma determinada afirmação (Hewstone, Hantzi e Johnston, 1991).

A dificuldade relativa da tarefa permite o cálculo, para cada participante, de dois tipos de erros: uma frase pode ser atribuída a um outro membro do mesmo grupo (erro intracategorial), ou a um membro do outro grupo (erro intercategorial). Estas medidas empíricas dos erros são consideradas como a expressão de processos psicológicos ligados à actividade de categorização. Os *erros intracategoriais* denotam um tratamento da informação indiferenciado do outro dentro do grupo, ou seja, uma hipersensibilidade à categoria de pertença. Os *erros intercategoriais* denotam o aspecto oposto, isto é, a insensibilidade do indivíduo à pertença categorial do outro (Lorenzi-Cioldi, 1993).

Assim, o exagero perceptivo das semelhanças intracategoriais e das diferenças intercategoriais entre os estímulos traduz-se, no paradigma de Taylor *et al.* (1978), por uma quantidade elevada de erros intracategoriais relativamente à quantidade de erros intercategoriais. O processo de categorização, conduz os participantes a distinguirem correctamente os indivíduos dos dois grupos e a tratar de maneira homogénea os indivíduos que são semelhantes do ponto de vista categorial. De acordo com as suas

previsões, Taylor *et al.* (1978) encontraram um maior número de erros intracategoriais do que de erros intercategoriais, o que evidencia o efeito de acentuação.

Estudos subsequentes replicaram o efeito de acentuação na memória para pessoas usando vários critérios de categorização: ‘raça’ (e.g., Cabecinhas, 1994; Frable e Bem, 1985; Hewstone, Hantzi e Johnston, 1991); sexo (e.g. Arcuri, 1982; Cabecinhas, 1994; Frable e Bem, 1985; Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi *et al.*, 1995; Van Knippenberg *et al.*, 1992); atracção física (Miller, 1988); orientação sexual (Walker e Antaki, 1986); e estatuto académico (Arcuri, 1982; Van Knippenberg *et al.*, 1992).

Os estudos utilizando o paradigma de Taylor *et al.* (1978) apoiam a ideia de que a informação não é armazenada simplesmente indivíduo-por-indivíduo, mas que a pertença grupal dos indivíduos determina como a informação é organizada (e.g., Brewer, 1988, 1998; Fiske e Neuberg, 1990). Este enviesamento ao nível da memória, assim como outras manifestações do efeito de acentuação, tem efeitos prejudiciais nas relações intergrupais. De acordo com Stephan (1985), os efeitos de assimilação e de contraste conduzem a uma variedade de enviesamentos no processamento da informação acerca dos grupos sociais: formação dos estereótipos e atitudes negativas entre grupos; formação de expectativas negativas acerca do exogrupo; obstrução a tentativas de mudar os estereótipos; e evitamento do contacto intergrupal. Por todas estas razões, têm sido desenvolvidos estudos com o objectivo de explorar como pode ser atenuado o efeito de acentuação.

Taylor *et al.* (1978, Exp.1) estudaram os efeitos da ‘categorização simples’, isto é, os estímulos foram seleccionados de forma a induzir uma divisão particular em grupos (*brancos* vs. *negros*), possibilitando aos participantes o uso desse critério com virtual exclusão de alternativas potenciais de categorização. Arcuri (1982), utilizando o paradigma experimental de Taylor *et al.*, verificou que o efeito de acentuação é mais forte numa condição de *categorização sobreposta* (‘sexo’ e ‘estatuto académico’ como critérios: grupo de discussão entre 4 homens estudantes e 4 mulheres professoras), intermédia numa condição de *categorização simples* (sexo como critério: 4 homens e 4 mulheres), e mais fraca numa condição de *categorização cruzada* (sexo e estatuto académico com critério: 2 mulheres e 2 homens estudantes, e 2 mulheres e 2 homens professores). Os resultados de Arcuri apontam para uma influência do contexto sobre a intensidade do efeito de acentuação, sendo consistentes com uma interpretação em termos da teoria da auto-categorização (Turner *et al.*, 1987).

O contexto é um termo ‘vago’, referindo-se, geralmente, a todos os factores que não são directamente relevantes para o processo sob investigação, mas que podem influenciá-lo (Markus e Zajonc, 1985, p.172). O contexto de uma experiência pode ser manipulado de diversas formas: as instruções dadas aos sujeitos, a natureza das tarefas precedentes, etc. Mas o contexto social mais vasto também tem impacto, como é ilustrado, por exemplo, pelas replicações da experiência dos ‘grupos mínimos’ efectuadas em sociedades não ocidentais (e.g., Wetherel, 1982).

Embora nas experiências de Taylor *et al.* (1978) o efeito de acentuação não tenha sido afectado por factores contextuais, a pesquisa subsequente tem demonstrado com sucesso que a força do efeito de acentuação varia em função de manipulações do contexto. Na experiência de Arcuri (1982) a discussão entre as pessoas-estímulo era relativa a um assunto académico. Na condição de *categorização cruzada*, há duas formas de calcular os erros intra e intercategorias: de acordo com o critério ‘sexo’ (homem/mulher) ou de acordo com o critério ‘académico’ (professor/estudante). Neste estudo, a diferença entre os erros intra e intercategoriais foi maior para a categorização ‘académica’ do que para a categorização ‘sexual’. Na opinião de van Knippenberg *et al.* (1992), este resultado deve-se ao facto da discussão ser relativa a um assunto académico: face a este tema a categorização professor/estudante poderia fornecer um quadro de referência mais adequado do que a categorização homem/mulher. Esta interpretação assenta no pressuposto de que a probabilidade de uso de uma categorização social particular é função da relevância da categorização para a situação concreta, neste caso, o tópico de discussão.

Hewstone, Hantzi e Johnston (1991, Exp.1) utilizaram o paradigma experimental desenvolvido por Taylor *et al.* (1978), com participantes brancos e negros, com o objectivo de investigar se a saliência da categoria ‘raça’ seria sensível a factores contextuais, tais como a relevância do tópico de discussão para o critério de categorização: relevante (‘relações raciais’) ou irrelevante (‘educação’) para a categorização racial.

Na opinião destes autores, existem duas explicações possíveis para o facto do tópico de discussão relevante poder aumentar o efeito de acentuação. A primeira é uma hipótese cognitiva: quando o tópico diz respeito à ‘raça’, esta torna-se uma categoria particularmente acessível, tornando-se mais provável que os participantes categorizem

em termos dessa categoria e, conseqüentemente, aumentem o número de confusões entre pessoas-estímulo que são semelhantes em termos dessa categorização. A segunda é uma hipótese motivacional: o tópico pode aumentar a ‘utilidade subjectiva’ da categorização. Assim, quando a discussão é sobre as ‘relações raciais’, a categoria racial das pessoas-estímulo pode ajudar o observador a compreender o significado das suas intervenções na discussão.

Contrariamente às expectativas dos autores, não houve maior número de erros intrarraciais na condição ‘tópico relevante’ do que na condição ‘tópico irrelevante’, isto é, os resultados evidenciaram que o efeito de acentuação (maior número de erros intrarraciais do que erros interracialis) não foi significativamente afectado pela manipulação do tópico de discussão. Os autores explicaram estes resultados considerando que a categorização racial é tão forte, que não é afectada por este tipo de manipulação.

Park e Rothbart (1982) consideram que há certas categorias que são altamente acessíveis e difíceis de suprimir, em particular a ‘raça’ e o sexo. Assumindo que essas categorias são extremamente salientes e poderosas, e que são automaticamente codificadas na ausência de quaisquer instruções específicas (Fiske e Neuberg, 1990), então talvez sejam insensíveis ao tipo de variação contextual estudada. Alguns estudos, comparando directamente a saliência das categorizações sexual e racial, apontam para o facto de, embora ambas sejam extremamente poderosas, a categorização sexual ser de natureza mais forte do que a racial (e.g., Fiske, Haslam e Fiske, 1991; Stangor, Lynch, Duan e Glass, 1992).

Hewstone *et al.* (1991, Exp.2) investigaram também o efeito da ‘interacção antecipada’ na quantidade relativa de erros intra e intercategoriais. Os autores partiram da hipótese de que os efeitos da categorização seriam mais reduzidos na condição de ‘interacção antecipada’ (quando os participantes esperavam interagir com as pessoas-estímulo) do que na condição controlo. Esta hipótese foi infirmada: na condição ‘interacção antecipada’ foram encontrados menos erros do que na condição controlo, mas a diferença entre os erros intra e intercategoriais foi igual em ambas as condições, o que mais uma vez aponta no sentido da grande saliência da categorização racial: os participantes têm tendência em tratar a informação em termos raciais mesmo quando instruídos no sentido de anteciparem uma interacção em termos pessoais.

Diversos estudos têm sugerido alguns factores que podem influenciar o uso de uma dada categoria em detrimento de outra, mas esses factores não estão organizados num quadro de referência coerente. Partindo do trabalho de Oakes (1987; ver ponto 2.3.2), van Knippenberg *et al.* (1992) estudaram os factores que afectam o uso de uma determinada categorização numa dada situação. De acordo com os autores, estes factores podem ser organizados em três categorias amplas:

a) factores ‘pessoais’, tais como uma forte identificação com um dos grupos envolvidos, ou uma frequência elevada de utilização da categorização social específica. Estes factores podem levar a que uma categorização particular possa ser activada em todos os tipos de situações - ‘acessibilidade crónica’ (*chronic acessibility*) - e, como resultado disso, essa categorização apresenta maior probabilidade de ser usada ao longo de diferentes situações do que categorizações alternativas. A ‘acessibilidade crónica’ de uma categorização pode ser também inerente à cultura de um grupo ou sociedade. Por exemplo: sexo, idade, cor da pele são mais facilmente acessíveis do que estatuto académico (Messick e Mackie, 1989).

b) factores de ‘contexto’, tais como as instruções dadas ao participante, a natureza das tarefas directamente precedentes, a relevância do tópico de discussão para uma dada categorização ou os objectivos do indivíduo na situação particular. Pressupõe-se que os factores do contexto aumentam a ‘acessibilidade situacional’ (*situational accessibility*) de uma categorização específica, incrementando o uso dessa categorização nessa situação particular.

c) factores do ‘estímulo’: ‘ajustamento estrutural’, ‘ajustamento normativo’, proximidade/distância, relação numérica entre os diferentes tipos de estímulos (maioria/minoria). Pressupõe-se que estes factores aumentam a saliência de uma categorização particular, num dado momento. Quanto mais perceptivamente saliente for uma dada categorização, maior a probabilidade de ser usada comparando com categorizações alternativas.

Globalmente, os resultados das experiências empreendidas pelos autores sugerem que determinadas categorizações (sexo, ‘raça’, idade) estão ‘automaticamente’ disponível como ‘default option’, tendendo a guiar o processamento da informação, a não ser que haja uma alternativa obviamente mais desejável na situação concreta (van Knippenberg *et al.*, 1992). Estudos utilizando outro tipo de medidas implícitas têm demonstrado que os indivíduos detectam o sexo, ‘raça’ e idade prováveis das pessoas-alvo em milésimos de segundo (Banaji e Hardin, 1996; Zárate e Smith, 1990). A

investigação tem demonstrado que os grupos socialmente *marcados* - minorias étnicas, linguísticas, etc. - são categorizados muito mais rapidamente do que os grupos não marcados, isto é, aqueles que se ajustam ao 'cultural default', que no caso das sociedades ocidentais é ser homem, branco, adulto, heterossexual, classe média (Fiske, 2000, p.307). Assim, o facto de algumas categorizações serem consideradas como 'default option' (sexo, 'raça, idade) não significa que não se verifiquem assimetrias significativas no uso destas categorizações. Assim, as mulheres são mais facilmente categorizadas sexualmente do que os homens e os negros são mais facilmente categorizados racialmente do que os brancos (Zárate e Sandoval, 1995). Os estudos realizados sobre a saliência relativa de diversas categorizações cruzadas mostram que um homem negro é mais frequentemente categorizado como 'negro' enquanto que uma mulher branca é mais frequentemente categorizada como 'mulher' (Zárate, Bonilha e Luevano, 1995; Zárate e Smith, 1990).

Numerosas pesquisas realizadas sobre os efeitos decorrentes da categorização social demonstraram também a existência de um enviesamento denominado efeito de homogeneidade do exogrupo, isto é, a tendência para perceber o exogrupo como mais homogéneo do que o endogrupo (e.g., Linville, Salovey e Fischer, 1986; Park e Rothbart, 1982; Quattrone e Jones, 1980).

Quattrone e Jones (1980) estudaram o efeito de homogeneidade do exogrupo com estudantes das Universidades de Princeton e de Rutgers. Os participantes vêem um pequeno vídeo que apresenta um estudante fazendo uma escolha (e.g., esperar acompanhado vs. sozinho numa experiência de *bio-feedback*). O estudante é apresentado ora como da Universidade de Princeton ora como da Universidade de Rutgers. A tarefa dos participantes consiste em estimar a percentagem de estudantes da mesma universidade que fariam a mesma opção. De acordo com as previsões dos autores, os participantes inferiram uma maior percentagem de escolha grupal a partir da escolha individual quando a pessoa-estímulo era um membro do exogrupo do que quando era um membro do endogrupo. Contudo, a evidência do efeito de homogeneidade do exogrupo só foi encontrada num tipo de escolha e manifestou-se de forma assimétrica: só quando o grupo da universidade de Princeton estava sendo julgado.

Linville e Jones (1980) mediram indirectamente o efeito de homogeneidade do exogrupo. Numa das suas experiências (Exp.3), a tarefa dos participantes (brancos) consistia em atribuir conjuntos de traços de personalidade a duas populações de estudantes (brancos/negros). De acordo com as previsões, os participantes escolheram traços de maneira a atribuir maior complexidade dimensional ao grupo dos brancos (endogrupo) do que ao grupo dos negros (exogrupo). Esta experiência está incompleta, pois seria necessário verificar se o mesmo tipo de resultados se obteria com participantes negros.

O efeito de homogeneidade do exogrupo traduz-se no paradigma de Taylor *et al.* (1978) por um maior número de erros intracategorias em relação aos membros do exogrupo (erros exogrupais) do que em relação aos membros do endogrupo (erros endogrupais), isto é, os participantes são capazes de fazer discriminações mais finas dentro do seu endogrupo. Taylor e colaboradores (1978) não encontraram apoio para essa hipótese (menos confusões entre os membros do endogrupo do que entre os do exogrupo). É necessário contudo ter em consideração que os autores testaram esta hipótese (Exp.1) unicamente com participantes brancos, sendo provável que os resultados dos negros e brancos difiram:

"members of a black minority living in a white-dominated society might have greater motivation to learn to distinguish among power-holding whites, than *vice versa*"  
(Hewstone, Hantzi e Johnston, 1991, p.520).

Park e Rothbart (1982) consideram que a percepção da homogeneidade do exogrupo deriva, pelo menos em parte, da confiança do observador nos estereótipos. Assim, um índice apropriado para medir o efeito de homogeneidade do exogrupo poderia ser uma medida da força do estereótipo. Numa das experiências realizadas pelos autores (Exp.1), a tarefa dos sujeitos, de ambos os sexos, consistia em estimar a proporção de homens e de mulheres que apresentavam determinados traços de personalidade. Estes traços variavam em duas dimensões: a estereotipicidade (estereotípico vs. contra-estereotípico); e a desejabilidade social (favorável, neutro e desfavorável). De acordo com as hipóteses formuladas pelos autores, os membros do exogrupo foram vistos como possuindo um maior número de traços estereotípicos do que os membros do endogrupo, enquanto que os membros do endogrupo foram vistos



como possuindo maior número de traços contra-estereotípicos do que os membros do exogrupo. Os resultados desta experiência indicaram que os participantes tinham uma imagem mais complexa do endogrupo do que do exogrupo – efeito de homogeneidade do exogrupo – e demonstraram que este efeito não foi influenciado pela desejabilidade dos traços (manifestou-se tanto nos traços favoráveis como nos desfavoráveis), sugerindo que este fenómeno pode ser independente do favoritismo endogrupal.

Como vimos nos capítulos anteriores, o favoritismo endogrupal, tem recebido enorme suporte empírico, tanto em grupos ‘naturais’ como com grupos ‘mínimos’ (e.g., Brewer, 1979; Tajfel *et al.*, 1971). Diversos autores têm estudado a relação entre o favoritismo endogrupal e o efeito de homogeneidade do exogrupo, mas os resultados têm-se mostrado inconsistentes. Como referimos, os resultados obtidos por Park e Rothbart (1982) apontam para uma independência do efeito de homogeneidade do exogrupo face ao favoritismo endogrupal. Na mesma linha de ideias, Krueger (1992) considera o favoritismo endogrupal e o efeito de homogeneidade do exogrupo como fenómenos independentes, sendo a sua frequente co-ocorrência na percepção social um importante antecedente do conflito social.

Na opinião de Simon (1992a), existe evidência empírica para considerar o favoritismo endogrupal como uma consequência do efeito de homogeneidade do exogrupo. Mas, o favoritismo endogrupal também pode ser positivamente relacionado com o efeito de homogeneidade do endogrupo (e.g., Brown e Simon, 1989; Simon e Pettigrew, 1990). Globalmente, o favoritismo endogrupal parece justificado por causa deste ser percebido como relativamente homogéneo em atributos avaliados positivamente, enquanto que, simultaneamente, o exogrupo é percebido como relativamente homogéneo em atributos avaliados negativamente. Simon (1992a) refere que:

“depending on the relative strength of the two homogeneity effects, ingroup favouritism may be mainly a function of the absolute enhancement of the ingroup, mainly a function of the absolute devaluation of the outgroup, or a combined function of both” (p.26).

Neste sentido, Simon (1992a) considera que a pesquisa sobre a homogeneidade percebida pode ajudar a identificar o *locus* do favoritismo endogrupal. No entanto, a

pesquisa desenvolvida no sentido de esclarecer a relação entre estes dois fenómenos tem produzido resultados ambíguos ou inconsistentes (e.g., Brewer, 1993; Judd et al., 1995).

Algumas pesquisas sugerem que a valência dos traços é um determinante normativo-motivacional da homogeneidade percebida (Haslam *et al.*, 1995). Contudo, outros estudos indicam que a percepção de homogeneidade é equivalente em traços favoráveis e desfavoráveis, sugerindo que o efeito de homogeneidade do exogrupo é independente do favoritismo endogrupal (Jones *et al.*, 1981; Park e Rothbart, 1982; Park e Judd, 1990). Ou seja, enquanto uns estudos apontam para uma interdependência entre estes dois fenómenos (e.g., Haslam *et al.*, 1995; Simon, 1992a), outros apontam para uma independência (e.g., Jones *et al.*, 1981; Krueger, 1992; Park e Rothbart, 1982; Park e Judd, 1990), e outros não permitem quaisquer conclusões sobre a relação entre estes fenómenos (Judd *et al.*, 1995).

Por outro lado, a pesquisa sobre o *efeito de homogeneidade do exogrupo* partiu da constatação de que a pertença grupal tem um forte impacto na percepção da variabilidade grupal. Mas o endogrupo e exogrupo podem diferir de numerosas maneiras - uma das diferenças que tem recebido alguma atenção por parte dos investigadores no âmbito da cognição social é o contraste entre os grupos ‘naturais’ e os ‘grupos mínimos’. A maior partes das investigações sobre o efeito de homogeneidade do exogrupo foram efectuadas com grupos ‘naturais’ (e.g., Haslam, Oakes e Turner, 1995; Linville e Jones, 1980; Linville, Fischer e Salovey, 1989; Park e Judd, 1990; Park, Ryan e Judd, 1990; Park e Rothbart, 1982; Quattrone e Jones, 1980). Sobretudo a partir do início da década de noventa diversos estudos começaram a examinar o efeito da homogeneidade do exogrupo em ‘grupos mínimos’ (e.g., Doosje, Ellemers e Spears, 1995; Ellemers, Spears e Doosje, 1997; Judd e Park, 1988; Mackie, Sherman e Worth, 1993; Simon e Mummendey, 1990).

Na opinião de Ostrom e Sedikides (1992), o paradigma dos ‘grupos mínimos’ oferece oportunidades para refinar e testar teorias básicas da percepção de grupos. Na sua revisão de literatura sobre o efeito de homogeneidade do exogrupo, Ostrom e Sedikides (1992) apresentam forte suporte para o efeito de homogeneidade do exogrupo (utilizando diferentes tipos de medidas) em grupos naturais, mas uma fraca evidência para a emergência deste efeito em experiências com ‘grupos mínimos’. Em contrapartida, Mullen e Hu (1989), numa meta-análise da literatura, referem fraca, mas significativa, evidência para o efeito de homogeneidade do exogrupo em ‘grupos mínimos’. Numa revisão de literatura mais recente, Voci (2000) demonstra que o efeito

de homogeneidade do exogrupo é observável em grupos mínimos quando estes têm todos o mesmo tamanho, mas quando os grupos têm tamanhos relativos diferentes observam-se significativas assimetrias na percepção da variabilidade grupal.

As pesquisas com ‘grupos mínimos’ apresentam algumas limitações: criando experimentalmente pertenças categoriais mínimas, omite-se, na maior parte dos casos, a introdução na situação de um factor essencial - a posição respectiva dos grupos na sociedade e as representações que os indivíduos podem ter das categorias sociais em interacção (Doise e Lorenzi-Cioldi, 1990).

As explicações sobre o efeito de homogeneidade do exogrupo têm mudado consideravelmente à medida que se esclarecem as condições de ocorrência deste fenómeno. A primeira explicação do efeito de homogeneidade do exogrupo foi baseada na familiaridade diferencial (e.g., Taylor *et al.*, 1978): maior familiaridade com o endogrupo conduziria a um maior conhecimento deste, o que por seu turno, levaria a maior variabilidade percebida deste grupo face ao exogrupo. Relativamente a esta hipótese, Park e Rothbart (1982) referem:

“It is not surprising that several generations of Princeton students judge Turks in a rather stereotypic manner (Gilbert, 1951; Karlines, Coffman e Walters, 1969; Katz e Braly, 1933). It would be more impressive if out-group homogeneity could be demonstrated between groups with close contact, and it is difficult to find two groups that have more continual contact than men and women” (p.1055).

Neste sentido, a demonstração do efeito de homogeneidade do exogrupo entre homens e mulheres (e.g., Park e Rothbart, 1982; Lorenzi-Cioldi, 1993) constituiu um severo teste a esta hipótese. Diversos estudos apontam para o facto de não existir uma relação linear entre a percepção da variabilidade e a frequência dos contactos e/ou o número de membros conhecidos nos grupos considerados (e.g., Judd e Park, 1988; Park e Rothbart, 1982; Quattrone, 1986; Quattrone e Jones, 1980). Outro severo teste à hipótese da familiaridade advém da observação do efeito de homogeneidade do exogrupo em experiências com ‘grupos mínimos’, onde os participantes possuem pouca ou nenhuma informação sobre os membros do endogrupo e do exogrupo (Brown, 2000), assim como das variações observadas neste fenómeno em função das dinâmicas de

formação de grupos ‘reais’ ao longo do tempo (Brown e Wootton-Millward, 1993; Oakes, Haslam, Morrison e Grace, 1992; Ryan e Bogardt, 1997).

Quattrone (1986) sugere que, quando se encontram elementos de um exogrupo, se atende primeiramente às semelhanças entre eles, não se atribuindo atenção às diferenças individuais. Na opinião de Quattrone (1986), um factor que pode explicar o efeito de homogeneidade do exogrupo apesar dos numerosos contactos (e.g., sexo oposto) é que os contactos intergrupais tendem a ocorrer numa gama restrita de situações – ‘enviesamento situacional da amostra’ (*situational sample bias*) - e que estas situações implicam papéis mais ou menos rígidos aos indivíduos. Mas, mesmo que os membros do exogrupo sejam observados numa variedade de papéis e de contextos situacionais, o indivíduo pode continuar a perceber o exogrupo como mais homogéneo. Um factor adicional que pode explicar este efeito é que a amostra de elementos do exogrupo pode estar enviesada – ‘enviesamento taxonómico da amostra’ (*taxonomic sample bias*) - isto é, pode ser constituída apenas por um determinado subtipo de indivíduos.

Contudo, o enviesamento pode não estar na amostra mas na informação que dela é retirada (e.g., o participante pode prestar mais atenção à ‘raça’ do que à profissão de um membro do exogrupo, embora considere a profissão para avaliar um membro do seu próprio grupo). Neste sentido, Park e Rothbart (1982) propõem uma explicação alternativa para o efeito de homogeneidade do exogrupo:

“the categories used to encode out-group behavior are superordinate, general and undifferentiated, whereas the categories used to encode in-group behavior include more subordinate, differentiated categories as well” (p.1064).

Para testar esta hipótese, Park e Rothbart (1982, Exp.4) realizaram uma experiência em que os participantes, estudantes do sexo masculino e feminino, receberam informação idêntica (um pequeno episódio) acerca de um indivíduo (homem/mulher). Os resultados demonstraram que os participantes recordam melhor os atributos subordinados (e.g., profissão) de um membro do endogrupo do que de um membro do exogrupo. Já que a exposição à informação acerca do endogrupo e do exogrupo foi equivalente, a informação diferencial, por si só, não constitui explicação

suficiente para o efeito de homogeneidade do exogrupo. Na opinião dos autores, a aprendizagem diferencial para as características dos membros do endogrupo e do exogrupo pode constituir uma fonte poderosa de erro na formação de impressões sobre os membros do exogrupo (e.g., Hamilton e Gifford, 1975; Howard e Rothbart, 1980). Rothbart (1981) considera que, dentro de certos limites, as estruturas existentes tornam-se auto-perpetuadoras, isto é, a falha em codificar ou apreender os atributos subordinados dos membros do exogrupo perpetua a visão do exogrupo como relativamente homogéneo e indiferenciado.

Uma outra explicação para o efeito de homogeneidade do exogrupo, referida por Quattrone (1986), é a insensibilidade dos indivíduos aos dados infirmatórios: o facto dos indivíduos ignorarem os dados infirmatórios preserva a percepção da homogeneidade do exogrupo. Com efeito, a pesquisa sobre estereótipos tem demonstrado que estes são bastante resistentes à mudança, mesmo em presença de evidência desconfirmatória (e.g., Hamilton, 1979; Snyder, 1981). Um caso frequentemente observado, consiste em considerar o actor cujo comportamento desacredita as nossas crenças como uma excepção à regra (Hewstone e Brown, 1988; Quattrone, 1986).

Numerosos estudos demonstram como os estereótipos podem ser mantidos através da natureza auto-realizadora da sua influência na interacção social, tanto da parte dos observadores como dos alvos dos estereótipos (e.g., Darley e Fazio, 1980; Hamilton, 1979, 1981; Snyder, 1981; Snyder e Swann, 1978; Steel, 1997; Word, Zanna e Cooper, 1977). Os estereótipos influenciam, de várias formas, o processamento da informação acerca de um membro de um grupo social: focar a atenção num aspecto particular do comportamento do indivíduo, tornando esse aspecto mais saliente; interpretar certos comportamentos ambíguos como consonantes com o estereótipo; recuperar selectivamente a informação armazenada na memória; procurar informação adicional confirmatória e não infirmatória (e.g., Johnston e Macrae, 1994; Yzerbyt e Leyens, 1991).

Para além da influência no processamento da informação *per se*, os estereótipos podem levar o observador a ir além da informação disponível. Como *protótipos*, os estereótipos bem desenvolvidos “may result in the perceiver ‘seeing’ certain things

which were not a part of the stimulus configuration, ‘filling in the gaps’ in terms of the schema-based expectancies” (Hamilton, 1979, p.68).

Diversos estudos demonstram que os participantes ‘vêem’ o que é congruente com o estereótipo e ‘não vêem’ o que é incongruente. No entanto, a informação incongruente com o estereótipo nem sempre é ignorada: em certas condições, a informação fortemente incongruente com as expectativas pode aumentar a sua saliência e assim o seu impacto, resultando numa mudança da estrutura cognitiva. Assim, a percepção da homogeneidade do exogrupo parece ser um dos factores que contribui para a formação dos estereótipos, e estes, por sua vez, parecem contribuir para a manutenção da percepção da homogeneidade do exogrupo, através da sua influência ao nível da selecção e do tratamento da informação (e.g., Brewer e Brown, 1998).

As pesquisas empíricas sobre a variabilidade grupal percebida conduziram à elaboração e refinamento de diferentes modelos cognitivos explicativos do efeito de homogeneidade do exogrupo. Os modelos cognitivos da variabilidade grupal percebida que mais têm sido testados empiricamente são os de Linville, Salovey e Fischer (1986) e de Judd e Park (1988).

De acordo com Linville, Salovey e Fischer (1986; Linville, Fischer e Salovey, 1989; Linville e Fischer, 1993) as pessoas armazenam informação acerca de ‘exemplares’ da categoria, isto é, membros individualizados do grupo ou diferentes subtipos do grupo, não sendo armazenadas na memória quaisquer abstracções acerca da variabilidade grupal. De notar que, segundo Linville e colaboradores, os subtipos são registados a título de exemplares concretos, isto é, não têm estatuto particular nos julgamentos de variabilidade. No momento de efectuar um julgamento, o indivíduo estima o grau de variabilidade - calcula os índices de tendência central e de dispersão - somente na base da recuperação de informação acerca dos exemplares (*exemplar level information*). Como a interacção com os membros do endogrupo é, usualmente, mais frequente e numa maior variedade de contextos, pode ser recuperada informação mais diferenciada acerca dos exemplares do endogrupo do que acerca dos exemplares do exogrupo. Deste modo, o exogrupo é percebido como mais homogéneo do que o endogrupo.

Assim, o modelo de Linville explica o efeito de homogeneidade do exogrupo essencialmente a partir da familiaridade diferencial com os exemplares. De acordo com este modelo, como conhecemos tantos homens como mulheres, uma repartição dos

grupos baseada puramente no sexo não deveria dar origem ao efeito de homogeneidade do exogrupo (Linville *et al.*, 1989). No entanto, Park e Judd (1990) mostram que a ausência de diferenças na homogeneidade percebida entre grupos sexuais, defendida por Linville e colaboradores, depende do índice de variabilidade que é escolhido. Se é verdade que a medida relativa à probabilidade de diferenciação (Pd) não apresentou diferença significativa (Linville *et al.*, 1989), tal não se verificou em outras medidas de dispersão percebida (por exemplo, a amplitude) nem nas medidas de conformidade com o estereótipo. Além disso, o efeito de homogeneidade do exogrupo entre grupos sexuais tem sido evidenciado em pesquisas realizadas por diversos investigadores (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi *et al.*, 1995; Mackie *et al.*, 1993; Park e Rothbart, 1982).

Judd e Park (1988; Park e Judd, 1990) argumentam que, em adição à informação acerca dos ‘exemplares’, é também armazenada na memória informação ‘abstracta’ acerca do grupo como um todo (*group level information*). Na opinião dos autores, as abstrações acerca da variabilidade grupal, com inclusão da sua tendência central e da sua dispersão, são também armazenadas na memória. Assim, os julgamentos de variabilidade seriam baseados na recuperação das abstrações acerca da variabilidade grupal. A informação recuperada acerca de exemplares também pode influenciar estes julgamentos, mas esta teria menor probabilidade de ser usada para os julgamentos da variabilidade do exogrupo do que para os julgamentos de variabilidade do endogrupo. Consequentemente, a relativa heterogeneidade do endogrupo seria maior e o exogrupo seria avaliado como mais homogêneo do que o endogrupo. O modelo de Judd e Park atribui muito menor peso à familiaridade do que o de Linville e colaboradores, baseado unicamente na recuperação de exemplares. Em contrapartida, atribui maior peso às expectativas, às ideias pré-estabelecidas sobre a homogeneidade do grupo, que podem filtrar a codificação e recuperação dos exemplares e as suas interpretações.

Park, Judd e Ryan (1991) sugerem vários factores que afectam o processo de codificação ou de recuperação da informação, sendo responsáveis pelo uso diferencial de informações sobre ‘exemplares’ para os julgamentos do endogrupo e do exogrupo. Primeiro, existe uma maior motivação para a exactidão nos julgamentos do endogrupo do que nos julgamentos do exogrupo. Segundo, diferentes níveis de experiência ou de familiaridade com o endogrupo podem significar mais exemplares disponíveis, e mais variados, do endogrupo do que do exogrupo. Terceiro, o uso diferencial do *self*,

elemento saliente e único, como um exemplar do endogrupo pode influenciar os julgamentos sobre o endogrupo mas não os julgamentos sobre o exogrupo. Assim, os indivíduos confiariam nas crenças pré-existentes acerca da homogeneidade grupal quando julgando a variabilidade do exogrupo, mas alterariam essas crenças na base da recuperação de exemplares quando julgando a variabilidade do endogrupo.

Ostrom, Carpenter, Sedikides e Li (1993) postulam que a informação armazenada sobre o endogrupo e o exogrupo é estruturada de forma diferente. Mais especificamente, a informação relativa ao endogrupo é estruturada sob a forma de ‘categorias pessoais’ (*person categories*) enquanto que a informação sobre o exogrupo é estruturada sob a forma de ‘atributos categoriais’ relacionados com o estereótipo grupal. Segundo estes autores, os julgamentos da variabilidade grupal envolvem, por vezes, a procura desta informação armazenada. A procura de tais estruturas cognitivas produziria informação individualizada para o endogrupo e informação baseada nas semelhanças categoriais para o exogrupo. Assim, o endogrupo seria percebido como relativamente heterogéneo, enquanto o exogrupo seria percebido como relativamente homogéneo.

Por seu turno, Kashima e Kashima (1993) consideram que a percepção da variabilidade grupal é uma função aditiva do conjunto das semelhanças e das diferenças entre os membros do grupo. Este modelo - *Dual Predictor Model* - é adaptado do modelo de Tversky (1977; citado por Kashima e Kashima, 1993) sobre os julgamentos de semelhança. De acordo com Tversky, a semelhança entre dois exemplares é duplamente determinada pelo número de características que esses dois exemplares partilham e pelo número de características distintas de cada exemplar. Quando aumenta o número de características partilhadas, aumenta a semelhança e quando aumenta o número de características distintas, a semelhança diminui. Kashima e Kashima sugerem que os julgamentos de variabilidade grupal são essencialmente julgamentos sobre a semelhança entre os membros do grupo. Quando é pedido um julgamento de variabilidade, são recuperados os exemplares do grupo disponíveis na memória e são comparadas as suas semelhanças e diferenças. Com base no número global de semelhanças e de diferenças nos exemplares recuperados é formada uma estimativa global da variabilidade grupal. De acordo com este modelo, o efeito de homogeneidade do exogrupo resulta da utilização diferencial das informações de semelhança e de diferença nos julgamentos do endogrupo e do exogrupo.



De acordo com Kraus, Ryan, Judd, Hastie e Park (1993), as pessoas criam espontaneamente distribuições mentais de frequências que resumem o número de membros do grupo que apresentam determinados atributos em diferentes níveis de várias dimensões. Quando é requerido um julgamento de variabilidade, os participantes recuperam estas distribuições e baseiam os seus julgamentos de variabilidade no número de níveis (subtipos) usados para discriminar entre os membros do grupo nos vários atributos. De acordo com este modelo, o efeito de homogeneidade do exogrupo ocorre porque os membros do endogrupo são espontaneamente classificados ao longo de um maior número de subtipos qualquer que seja a dimensão em causa. Na opinião dos autores, isto ocorre porque as pessoas estão mais interessadas em detalhes diferenciados e individualizados sobre os membros do endogrupo do que sobre os membros do exogrupo.

Estes diferentes modelos cognitivos diferem no grau em que assumem que os julgamentos de variabilidade são efectuados *em directo* (on-line) ou *em diferido* (memory-based), aspectos que não cabe explorar no âmbito deste trabalho. Mackie *et al.* (1993) efectuaram duas experiências na tentativa de testar o poder explicativo destes diferentes modelos, no entanto, não chegaram a resultados conclusivos. Globalmente, os modelos cognitivos da percepção da variabilidade grupal apresentam uma preocupação quase exclusiva com os ‘microprocessos’ intraindividuais de natureza estreitamente cognitiva, embora tenham em consideração alguns aspectos de ordem motivacional. Uma das críticas que têm sido apontadas a estes modelos é a negligência do contexto intergrupal em que os julgamentos de variabilidade ocorrem. Ao focalizar-se na forma como os participantes lidam com a ‘informação objectiva’ que lhes é fornecida sobre determinado grupo, a perspectiva da cognição social esquece que o significado dessa informação é determinado pelo contexto envolvente. Como referem Oakes e Turner:

“For social-psychological purposes it does not seem appropriate to define ‘information’ in the abstract. Information is what the perceiver needs to know at a given moment in order to represent reality such as he can achieve his goals. Categorization works to maximize information in this sense (e.g. Rosch, 1978, p.28) by selectively drawing out aspects of structure, of similarity and difference in stimulus information, which are relevant to the perceiver’s current requirements within the stimulus context as a whole” (1990, p.121).

No início da década de noventa, diversas linhas de pesquisa inspiradas na teoria da identidade social (Tajfel e Turner, 1979) ou nos seus desenvolvimentos mais recentes, vieram demonstrar a necessidade de estudar a percepção da variabilidade grupal tendo em conta o contexto social (e.g., Brewer, 1993; Oakes, Haslam e Turner, 1994; Simon, 1992a). A investigação desenvolvida neste âmbito conduziu à identificação de diversos factores que contribuem para uma atenuação do efeito de homogeneidade do exogrupo e até a sua eventual substituição pelo efeito de homogeneidade do endogrupo.

Na década de oitenta a maior parte dos autores da cognição social, era da opinião de que o efeito de homogeneidade do exogrupo se manifestava de forma *simétrica* para ambos os grupos em presença:

“(a) the perception of variability within a group is influenced by one’s status as an in-group or out-group member, and (b) the effect should be symmetrical for both parties of the in-group - out-group dichotomy” (Park e Rothbart, 1982, p.1052).

No entanto, os estudos explorando o impacto da identidade social na percepção dos grupos sociais apontaram para uma manifestação assimétrica deste fenómeno conforme o estatuto dos grupos em presença (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993; Simon, 1992a). No início dos anos noventa, numa revisão de literatura sobre a importância do contexto na percepção da variabilidade grupal, Simon (1992a) conclui que:

“the outgroup homogeneity effect (...) is by no means a universal law - rather, both outgroup and ingroup homogeneity effects are found - and that models of category representation which ignore the influence of intergroup context are insufficient” (p.1).

Na opinião do autor considera, os modelos cognitivos da percepção da variabilidade grupal não permitem explicar o aparecimento do efeito da homogeneidade do endogrupo, salientando a necessidade de atribuírem maior peso a variáveis motivacionais e contextuais. Simon (1992a) examina três factores moderadores da variabilidade grupal percebida ligados ao contexto intergrupar: a relação numérica entre endogrupo e o exogrupo; a relevância das dimensões ou atributos em questão para a

definição da identidade social dos membros do endogrupo e dos membros do exogrupo; e os estereótipos grupais socialmente predominantes. Seguidamente, iremos apresentar algumas experiências em que estes factores do contexto foram tidos em consideração, e cujos resultados apontam para uma manifestação assimétrica do efeito de homogeneidade do exogrupo.

A *tipicabilidade dos traços* ou dimensões julgados, isto é, a sua importância para a identidade social dos membros do grupo, parece ser um factor moderador do efeito de homogeneidade do exogrupo. Simon (1990, citado por Simon, 1992a), recorrendo a experiências com ‘grupos mínimos’, verificou que o exogrupo era percebido como mais homogéneo nos traços típicos deste, o mesmo acontecendo com o endogrupo. A questão da tipicabilidade das escalas de avaliação utilizadas tem consequências teóricas importantes. Se as diferenças na dispersão percebida derivam da confiança do indivíduo nos estereótipos, então estes efeitos deveriam ser observados apenas nos traços estereotípicos. Se, por outro lado, as diferenças derivam de uma crença global, não específica, de que os membros do exogrupo são todos parecidos uns com os outros, então o efeito de homogeneidade do exogrupo deveria ser obtido tanto em traços estereotípicos como em traços irrelevantes para o estereótipo (Simon, 1992a).

Quando a identidade social está saliente, tanto o efeito de homogeneidade do exogrupo como o efeito de homogeneidade do endogrupo são prováveis de ocorrer, dependendo dos atributos específicos em questão (Simon, 1990, 1992b). Isto é, independentemente da posição maioritária ou minoritária dos grupos, é muito provável ocorrer o efeito de homogeneidade do endogrupo nos atributos relevantes para a identidade social respectiva, enquanto que o efeito de homogeneidade do exogrupo é esperado nos atributos tipicamente associados com o exogrupo.

Simon (1992a) argumenta que o exogrupo tem, geralmente, maior probabilidade de se tornar uma entidade social saliente do que o endogrupo. Isto implica que os atributos típicos do exogrupo apresentem maior probabilidade de serem activados espontaneamente do que os traços típicos do endogrupo. Assim, os julgamentos de variabilidade podem ser feitos espontaneamente em referência aos traços típicos do exogrupo. Por exemplo, quando a variabilidade é julgada sem referência explícita a traços específicos (e.g., Park e Rothbart, 1982, Exp.3), os julgamentos da variabilidade geral podem ser largamente determinados pelos pressupostos acerca da variabilidade do endogrupo e do exogrupo em atributos típicos do exogrupo. No conjunto, então, a

homogeneidade percebida do exogrupo deveria exceder a homogeneidade percebida do endogrupo. Por outro lado, quando a identidade social está ameaçada, o endogrupo tornar-se-ia uma entidade social mais saliente, e nesta sequência, os membros do grupo fariam espontaneamente julgamentos de variabilidade tendo como referência os traços típicos do endogrupo, o que se traduziria no efeito de homogeneidade do endogrupo.

O *tamanho relativo* dos grupos parece ser outro factor moderador do efeito da homogeneidade do outgroup. Mullen e Hu (1989) verificaram que este efeito é mais forte quando o endogrupo está em maioria numérica face ao exogrupo. Este efeito foi obtido em várias experiências com ‘grupos mínimos’: os membros das minorias consideraram o endogrupo como mais previsível e menos variável do que o exogrupo, enquanto que para os membros das majorias se verificou o efeito inverso (e.g., Simon e Brown, 1987; Simon e Mummendey, 1990; Simon e Pettigrew, 1990). Outras pesquisas também demonstraram o efeito de homogeneidade do endogrupo para membros de minorias com grupos ‘naturais’ (e.g., Brown e Smith, 1989; Mullen e Hu, 1989).

De acordo com Simon, a percepção da variabilidade grupal está relacionada não somente com a posição explícita de maioria ou minoria dos grupos, mas também com os pressupostos implícitos dos membros do grupo acerca da sua posição maioritária ou minoritária. Numa experiência com ‘grupos mínimos’, Simon e Mummendey (1990) criaram duas condições experimentais: condição ‘paridade’ (50% *ingroup* / 50% *outgroup*) e condição ‘não informação’ (os participantes não recebiam informação acerca do tamanho dos grupos). Seguindo a pesquisa sobre o *falso consenso* (Rose, Greene e House, 1977; citados por Simon e Mummendey, 1990), os autores esperavam que os participantes da condição ‘não informação’ sobrestimassem o tamanho relativo do endogrupo. Assim, na ausência de informação explícita acerca do tamanho relativo do grupo, os membros do grupo vêm-se a si próprios como membros de uma maioria. Na condição ‘paridade’, o efeito de homogeneidade do exogrupo foi mais fraco, tal como era esperado pelos autores.

Na opinião de Simon (1992a), os indivíduos utilizam o conhecimento do tamanho do grupo como uma heurística para estimar a variabilidade grupal, sendo os grupos maiores considerados mais heterogêneos do que os grupos menores. Assim, quando o endogrupo está em minoria numérica, é provável verificar-se o efeito da homogeneidade do endogrupo. As situações intergrupais na vida real são frequentemente caracterizadas por uma assimetria em termos de tamanho dos grupos envolvidos. Simon (1992a) refere

que nas culturas ocidentais (com um ênfase ideológico na regra da maioria) a inferioridade numérica é provavelmente associada ao erro, ao desvio ou à fraqueza (Festinger, 1954; Gerard, 1985; Sachdev e Bourhis, 1984; Sherif, 1966; citados por Simon, 1992a). Assim, este autor considera que, ser membro de uma minoria pode constituir uma ameaça à auto-estima, e por isso os membros de uma minoria estariam motivados para contrariar esta ameaça, acentuando a sua identidade social positiva. Percepcionar maior homogeneidade no endogrupo do que no exogrupo seria um meio para alcançar esse fim. À maior homogeneidade do grupo seria associado um valor mais alto de ‘groupness’, que constitui uma medida de suporte social e solidariedade que o grupo oferece aos seus membros (Allen, 1985; citado por Simon, 1992a). Neste sentido, a relativa homogeneidade do endogrupo prometeria superioridade deste grupo em termos de suporte e solidariedade intragrupal. Resumindo:

“minority members were expected to perceive more ingroup than outgroup homogeneity, while non-minority members, being less motivated to accentuate their positive social identity, were expected to show the usual outgroup homogeneity effect” (Simon, 1992a, p.5).

A posição do grupo como maioria ou minoria tem sido aqui definida em termos *numéricos*. No entanto, como referimos no primeiro capítulo, as maiorias ou minorias *numéricas* têm de ser distinguidas das maiorias e minorias *sociais*, que habitualmente são definidas em termos do estatuto social do grupo (dominante *versus* dominado) (Deschamps, 1982a; Lorenzi-Cioldi, 1988; Tajfel, 1981/1983). Embora nos contextos intergrupais da vida real, a assimetria numérica maioria/minoria coincida, frequentemente, com as assimetrias de poder ou de estatuto, de tal forma que a maioria/minoria numérica seja também uma maioria/minoria social (Farley, 1982; citado por Simon, 1992a), existem numerosas exceções a esta regra, sendo a mais óbvia de todas a categoria ‘mulheres’. Por consequência, os resultados obtidos com as maiorias ou minorias numéricas não devem ser acriticamente generalizados para as maiorias ou minorias sociais.

Simon, Glässner-Bayerl e Stratenwerth (1991), num estudo com grupos naturais, examinaram as percepções da variabilidade grupal em membros de uma minoria estigmatizada (homens homossexuais) e membros da correspondente maioria dominante

(homens heterossexuais). Os autores esperavam que os membros da minoria estigmatizada participassem nas crenças socialmente prevalentes, isto é, nas crenças da maioria heterossexual. Essas crenças, incluindo crenças sobre a variabilidade dos homossexuais e dos heterossexuais, seriam, muito provavelmente, partilhadas para além das fronteiras do grupo. A tarefa dos participantes (homens homossexuais e heterossexuais) consistia em julgar a distribuição de frequências de vários atributos, tanto para o endogrupo como para o exogrupo: conotados positiva ou negativamente e tipicamente associados aos homossexuais ou aos heterossexuais.

Foram utilizadas três medidas de variabilidade grupal percebida: a amplitude da distribuição; o desvio-padrão; e a probabilidade de diferenciação. Verificou-se que, para os participantes heterossexuais, o efeito de homogeneidade do exogrupo foi a regra, mas com uma exceção: foi atribuída maior variabilidade ao exogrupo nos atributos conotados positivamente e típicos dos heterossexuais. Contrariamente, para os participantes homossexuais, o efeito de homogeneidade do endogrupo foi a regra, mas novamente com uma exceção: foi atribuída maior variabilidade ao endogrupo nos atributos positivos típicos dos heterossexuais. Na opinião dos autores, a explicação mais parcimoniosa para este padrão de resultados é que existe uma forte crença na sociedade (alemã) que os homossexuais são mais semelhantes uns aos outros do que os heterossexuais, em quase todos os atributos relevantes. Por consequência, os participantes homossexuais e heterossexuais, como membros da mesma sociedade, partilhariam essa crença. No entanto, este padrão de resultados não foi observado na homogeneidade geral. Quando os julgamentos não se referiam a atributos específicos, mas a semelhanças ou diferenças em geral, tanto homossexuais como heterossexuais atribuíram significativamente maior homogeneidade ao exogrupo do que ao endogrupo.

Na opinião de Simon, o acordo entre ambos os grupos de participantes em relação à variabilidade percebida dos dois grupos-alvo sugere que os efeitos de homogeneidade observados não são efeitos ‘puros’ da categorização social:

“ingroup-outgroup categorizations do not operate in a social vacuum and, more specifically, that socially shared stereotypes are important co-determinants of the homogeneity one ascribes to one's own as well as to other groups” (1992a, pp.22-23).

Simon (1992a) considera a percepção da homogeneidade grupal como uma componente central do processo de estereotipia. Na aceção deste autor, o efeito de homogeneidade do exogrupo pode ser visto como um indicador da estereotipia do exogrupo e, paralelamente, o efeito de homogeneidade do endogrupo pode ser interpretado como um indicador da estereotipia do endogrupo ou da auto-estereotipia. Na opinião de Simon e colaboradores (1991), as percepções da homogeneidade grupal, tal como os estereótipos sociais, são socialmente partilhadas. No global, os membros da maioria dominante vêem a minoria em termos mais estereotipados, isto é, como mais homogênea, do que a maioria dominante. Os membros da minoria estigmatizada, pelo menos ao nível dos atributos específicos, partilham a visão da maioria. Assim, a percepção da variabilidade grupal não depende somente da perspectiva do observador (se o grupo em questão é o endogrupo ou o exogrupo) mas também dos estereótipos e das crenças específicas (acerca dos grupos em questão) predominantes no contexto social ou intergrupal.

De acordo com Simon, os modelos da representação cognitiva que ignoram a influência do contexto intergrupal no processamento da informação social são demasiado estáticos para dar conta da plasticidade observada na percepção da variabilidade grupal. Neste sentido, Simon (1992a, 1993) propõe um modelo - *Egocentric Social Categorization* (ESC-model) - que se baseia na premissa de que, pelo menos nas culturas ocidentais, com a sua orientação individualista, a diferenciação cognitiva do mundo social, por parte do observador, é *egocêntrica*, isto é, a distinção básica que o indivíduo faz no mundo social é a distinção entre as categorias ‘eu’ (*me*) e ‘não-eu’ (*not-me*). Este egocentrismo facilita a construção cognitiva da categoria exogrupo relativamente à categoria endogrupo:

“Outgroups are construed simply by further subcategorization of the category NOT-ME, while the cognitive construal of ingroups requires a shift in the dominant social categorization from ME vs. NOT-ME to WE vs. THEY. This shift, however, presupposes social identification processes. Thus, unless these processes are triggered, an asymmetry in the cognitive construal of outgroups and ingroups is to be expected. Outgroups are more likely to be construed as homogeneous social categories or groups (group level representation) than ingroups, which are instead construed more in terms of heterogeneous aggregates of individual examples (exemplar-level representation). Perceived relative outgroup homogeneity is then the likely cognitive outcome” (1992a, p.24).

Como referimos, Simon critica os modelos cognitivos por não terem em consideração o papel mediador do contexto intergrupar. No entanto, o *ESC-model*, claramente inspirado na teoria da auto-categorização (ver ponto 2.3.2), parece-nos igualmente limitativo. Ao estipular a orientação egocêntrica como uma característica universal (pelo menos nas sociedades ocidentais), este modelo aplica-se sobretudo aos membros dos grupos dominantes. Colocando as estratégias de diferenciação do indivíduo enquanto *indivíduo* como o motor explicativo de todo o processo, este modelo parece esquecer as determinantes sociais que, como o próprio autor salienta, têm um papel determinante no processamento da informação sobre os grupos sociais.

Lorenzi-Cioldi, debruçando-se igualmente sobre a influência do contexto na percepção da variabilidade grupal, aborda esta questão segundo uma perspectiva diferente. Tendo como referência teórica o modelo da dominação (ver ponto 2.3.2), Lorenzi-Cioldi (1988) considera que o *estatuto* dos grupos em presença constitui um factor modelador da percepção da variabilidade grupal. Os grupos distinguem-se dentro da estrutura social em função, nomeadamente das suas propensões para invocar a indiferenciação e a intermutabilidade dos seus membros - os grupos ‘dominados’ - ou, no caso oposto, a unicidade e diferenciação dos seus membros - os grupos ‘dominantes’.

Neste sentido, pode esperar-se que os grupos ‘dominantes’ manifestem o efeito de homogeneidade do exogrupo de forma mais intensa do que os grupos ‘dominados’. Nestes últimos, este enviesamento deverá atenuar-se até, eventualmente, à aparição de um efeito de homogeneidade do endogrupo (Lorenzi-Cioldi, 1993).

Para desenvolver esta ideia, o autor realizou uma experiência baseado no paradigma de Taylor *et al.* (1978). O efeito de homogeneidade do exogrupo traduz-se neste paradigma por um maior número de erros intracategorias em relação aos membros do exogrupo (erros exogrupais) do que em relação aos membros do endogrupo (erros endogrupais), isto é, os participantes são capazes de fazer discriminações mais finas dentro do seu endogrupo.

Para que o paradigma de Taylor *et al.* (1978) constituísse um instrumento útil para o exame da hipótese relativa à assimetria das categorias sociais ao nível do efeito de homogeneidade do exogrupo, Lorenzi-Cioldi (1993) introduziu algumas alterações neste dispositivo experimental. Como o autor refere, nos estudos realizados por outros autores, os temas de discussão escutados pelos participantes foram muito variados, mas,



na maior parte dos casos, estes temas não estavam ligados ao critério de categorização social em questão.

Neste sentido, Lorenzi-Cioldi (1993) substituiu o paradigma ‘Quem disse o quê?’ pelo paradigma ‘Quem estava onde?’. A principal característica do paradigma ‘Quem estava onde?’ consiste precisamente em tomar em consideração os conteúdos que estão em relação com o critério da categorização dos grupos em presença. Assim, Lorenzi-Cioldi para testar a hipótese da assimetria entre homens (grupo ‘dominante’) e mulheres (grupo ‘dominado’) manipulou os contextos: contextos ‘privados’ (domésticos); e contextos ‘públicos’ (ligados ao local de trabalho). A escolha deste tipo de manipulação deveu-se ao facto de a dicotomia privado *versus* público estar bastante presente na literatura sobre estereótipos sexuais.

Na opinião de Lorenzi-Cioldi, a manipulação dos contextos pertinentes permite ancorar as percepções na realidade social e desta forma activar de forma mais eficaz a categorização endogrupo/exogrupo. Os resultados deste estudo forneceram algum apoio à hipótese da assimetria: o efeito de homogeneidade do exogrupo manifestou-se de forma mais intensa nos homens do que nas mulheres, isto é, os homens efectuaram um maior número de erros endgrupais (erros intracategoriais em relação ao exogrupo) do que as mulheres, embora esta diferença seja apenas ligeiramente significativa. Os resultados evidenciaram também que as mulheres são mais sensíveis à manipulação do contexto: homogeneizaram o exogrupo (grupo masculino) de forma mais intensa nos contextos privados (‘situação incongruente’) do que nos contextos públicos (‘situação congruente’).

Estes resultados apontam no sentido de o estatuto social dos grupos constituir um factor modelador da percepção da homogeneidade grupal: os membros do grupo dominante manifestam o efeito de homogeneidade do exogrupo de forma mais intensa do que os membros do grupo dominado. Nestes últimos, o efeito de homogeneidade do exogrupo atenua-se, podendo, em determinadas circunstâncias verificar-se o efeito inverso, isto é, o efeito de homogeneidade do endogrupo. De acordo com estes resultados e parafraseando a célebre afirmação de Quattrone e Jones (1980), o autor afirma: “They all look alike, but so do we... sometimes” (Lorenzi-Cioldi, 1993, p.111).

Cabecinhas (1994) realizou a primeira investigação experimental sobre esta problemática em Portugal. Utilizando uma adaptação do paradigma experimental de Taylor *et al.* (1978), foram considerados dois critérios de categorização – a cor da pele

(*branco/negro*: Estudo 1) e o sexo (homem/mulher: Estudo 2) – e foi manipulado o contexto através do tema de conversação – relevante (*relações inter-étnicas* no Estudo 1 e *namoro* no Estudo 2) ou irrelevante (*vida académica* em ambos os estudos). Verificou-se um forte efeito de categorização, isto é, os participantes usaram a cor da pele (Estudo 1) ou o sexo (Estudo 2) como estratégia para codificar, memorizar e recuperar a informação sobre as pessoas-estímulo apresentadas. Este efeito foi influenciado pelo contexto no caso da categorização racial, mas não no caso da categorização sexual, o que demonstra que embora ambas categorizações sejam extremamente poderosas e cronicamente acessíveis a sexual é mais forte do que a racial. Os resultados de ambos os estudos evidenciaram uma manifestação assimétrica do efeito de homogeneidade do exogrupo: globalmente, os membros dos grupos ‘dominados’ (*negros* num estudo e *mulheres* no outro) foram mais homogeneizados do que os membros dos grupos ‘dominantes’ (*brancos* num estudo e *homens* no outro), independentemente do grupo de pertença do observador.

Estudos posteriores realizados por Lorenzi-Cioldi e colaboradores vieram confirmar esta assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto relativo dos grupos, tanto com grupos ‘naturais’ (e.g., Dafflon, 1997; Lorenzi-Cioldi, Eagly e Stewart, 1995; Lorenzi-Cioldi, Deaux e Dafflon, 1998) como com grupos ‘mínimos’, cujo processo de criação implicou uma adaptação no paradigma experimental original (Tajfel *et al.*, 1971) de modo a que os grupos artificialmente criados tivessem estatutos assimétricos (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1998, estudos 6, 7, 8 e 9).

Estudos realizados por outros autores, e recorrendo a diferentes tipos de grupos, vieram confirmar que os grupos com menor estatuto social são mais homogeneizados do que os grupos com maior estatuto (e.g., Boldry e Kashy, 1999; Sedikides, 1997; Stewart, Vassar, Sanchez e David, 2000). Este padrão de resultados não é explicável no âmbito dos modelos cognitivos (e.g., Linville *et al.*, 1989; Park e Judd, 1990) nem no âmbito dos modelos nos quais as assimetrias na percepção de homogeneidade são explicadas por factores meramente contextuais ligados ao princípio do meta-contraste (e.g., Oakes *et al.*, 1994). A compreensão dos complexos padrões de homogeneização e heterogeneização exige a consideração de variáveis de ordem ideológica ou estrutural, que determinam que as posições em que os indivíduos se encontram num dado momento não são intermutáveis.

Esta discussão sobre as assimetrias verificadas nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto relativo dos grupos prende-se com a questão dos níveis de análise na investigação em psicologia social. Ao distinguir quatro níveis de análise nos trabalhos dos psicólogos sociais (ver introdução geral), Doise pretendia salientar a necessidade de articulação entre esses diferentes níveis para o alcance de explicações mais completas sobre os fenómenos. Na opinião deste autor, é precisamente o trabalho de articulação que constitui o objecto próprio da psicologia social experimental. Sem este trabalho, as explicações propostas permanecerão necessariamente incompletas (Doise, 1982b, 1999). O autor considera o estudo das relações intergrupais como uma área em que a articulação entre vários níveis de análise é indispensável:

“Nem o psicológico nem o sociológico bastam para estudar as relações intergrupos, (...) um estudo psicossociológico (...) completa estas duas abordagens” (Doise, 1976/1984, p.87).

### 3.5 Questões metodológicas no estudo da variabilidade grupal percebida

“?...? la méthodologie n’est pas l’arbitre mais un protagoniste de premier plan dans la recherche et le progrès des sciences sociales”.

Fabio Lorenzi-Cioldi, 1997

Nos primeiros estudos sobre a percepção da variabilidade dos grupos sociais foram utilizados diferentes tipos de medidas, sendo a maior parte de natureza descritiva: a intensidade das inferências a partir de um membro da categoria para a categoria como um todo (e.g., Quattrone e Jones, 1980); o número de dimensões usadas para descrever o grupo (e.g., Linville e Jones, 1980); o grau de confiança no estereótipo (e.g., Park e Rothbart, 1982); a estimação de distribuições (e.g., Linville *et al.*, 1989); a listagem de subtipos do grupo (e.g., Park, Judd e Ryan, 1991).

A preocupação com os mediadores cognitivos do efeito de homogeneidade do exogrupo conduziu ao desenvolvimento de novas medidas da variabilidade grupal percebida: o tempo de reacção (e.g., Mackie, Sherman e Worth, 1993); a organização da informação em tarefas de recordação livre (e.g., Carpenter, 1993; Ostrom, Carpenter, Sedikides e Li, 1993); os erros na recuperação da informação em tarefas de recordação indiciada (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993); a memória diferencial para atributos supra e subordinados (e.g., Park e Rothbart, 1982).

As técnicas usadas para medir a variabilidade grupal percebida têm sido classificadas de diversas formas (Devos *et al.*, 1996; Linville *et al.*, 1986; Ostrom e Sedikides, 1992; Park e Judd, 1990; Quattrone, 1986; Voci, 2000).

Numa das primeiras revisões de literatura sobre a percepção da variabilidade grupal, Quattrone (1986) distingue três aspectos da percepção da variabilidade: a ‘variabilidade dimensional’ refere-se às crenças acerca da distribuição dos membros de um grupo ao longo de várias dimensões psicológicas; a ‘variabilidade taxonómica’ relaciona-se com a forma como essas dimensões psicológicas ou atributos covariam (quanto maior a correlação entre os atributos característicos de um dado grupo, menor número de subtipos são reconhecidos dentro do grupo; inversamente, quanto menor a

correlação entre os atributos maior número de subtipos podem ser distinguidos dentro do grupo); a ‘variabilidade geral’ é frequentemente medida interrogando os participantes acerca do grau médio de variabilidade percebida.

Por seu turno, Park e Judd (1990; Park, Judd e Ryan, 1991) distinguem três famílias de medidas da variabilidade percebida: a *conformidade com o estereótipo* ou *estereotipicalidade*; a *dispersão percebida*; e a *variabilidade global*.

A *conformidade com o estereótipo* relaciona-se com a percepção do grau em que os membros do grupo se ajustam aos estereótipos grupais (e.g., Bartsch e Judd, 1993; Park e Judd, 1990; Park, Judd e Ryan, 1991; Park e Rothbart, 1982; Quattrone e Jones, 1980). Por exemplo, pode ser obtido pedindo aos participantes para estimar a percentagem de membros do grupo que apresentam determinados traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos: quanto maior for a diferença entre os traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos grupal maior a conformidade com o estereótipo. Este tem sido considerado como um dos índices mais robustos de estereotipicalidade (Park e Judd, 1990).

Ostrom e Sedikides (1992) consideram que há uma dificuldade séria com a utilização dos índices de estereotipicalidade como medidas da variabilidade percebida devido à interferência do favoritismo endogrupal: os participantes têm tendência a atribuir características mais desejáveis ao endogrupo e características mais indesejáveis ao exogrupo. Consequentemente, as classificações nos índices de conformidade com o estereótipo deverão ser baseadas em igual número de atributos positivos e negativos para cada um dos grupos (Park e Rothbart, 1982; Ostrom e Sedikides, 1992) o que nem sempre tem sido respeitado pelos investigadores. Por exemplo, Bartsch e Judd (1993) avaliaram a conformidade com os estereótipos sexuais a partir de quatro atributos característicos de cada um dos grupos. No entanto, 3 dos 4 atributos estereotípicos femininos tinham uma valência negativa enquanto apenas 2 dos 4 atributos estereotípicos masculinos tinham valência negativa.

As medidas de *dispersão percebida* apresentam aos participantes o mesmo tipo de escalas de respostas que são usadas na determinação da conformidade com o estereótipo, mas em vez de se ter em consideração a *média* das pontuações, têm em conta a sua *dispersão* (e.g., Jones *et al.*, 1981; Judd *et al.*, 1991; Judd e Park, 1988; Linville *et al.*, 1989; Park e Judd, 1990; Simon e Brown, 1987; Simon e Pittegrew, 1990; Wilder, 1984). Por exemplo, o índice *amplitude* é obtido pedindo aos

participantes para indicar os membros mais extremos de um dado grupo em determinado traço. A diferença entre as duas pontuações fornece o índice de amplitude percebida. Este tem sido considerado um dos mais robustos índices de dispersão (Park e Judd, 1990).

Nas medidas de *variabilidade global* solicita-se directamente aos participantes para estimarem a variabilidade de determinado grupo. Por exemplo, recorrendo a escalas cujos extremos são designados com frases do tipo: ‘eles são todos diferentes’ vs. ‘eles são todos semelhantes’ (e.g., Park e Judd, 1990; Park e Rothbart, 1982; Quattrone e Jones, 1980).

Na nossa opinião estas classificações de medidas deixa de fora aquelas que são potencialmente mais promissoras para a compreensão dos processos envolvidos na percepção da variabilidade grupal, isto é, as medidas ‘indirectas’. Podemos considerar as medidas de estereotipicalidade, dispersão e variabilidade global como medidas ‘directas’ ou ‘explícitas’, uma vez que os participantes podem facilmente aperceber-se dos objectivos da investigação e ‘controlar’ as suas respostas. Em contrapartida, as medidas ligadas à organização e à recuperação de informação em tarefas de recordação ou ao tempo de resposta são designadas de medidas ‘indirectas’ ou ‘implícitas’ (pois incidem sobre aspectos ‘automáticos’ que dificilmente podem ser conscientemente controlados pelos participantes).

Com efeito, numa revisão de literatura anterior (Cabecinhas, Lorenzi-Cioldi e Dafflon, 2002) sobre as diversas medidas da variabilidade percebida conduziu-nos a algumas constatações. Primeiro, a grande maioria dos estudos sobre esta temática utiliza apenas um tipo de medida (e.g., Judd, Ryan e Park, 1991; Park e Judd, 1990; Park, Ryan e Judd, 1992, medidas de estereotipicalidade e de dispersão; Linville, Fischer, e Salovey, 1989, medidas de dispersão; Carpenter, 1993, estudos 1 e 2; Ostrom, Carpenter, Sedikides e Li, 1993, estudos 1, 2 e 3; Sedikides, 1997, estudos 1 e 2, medidas de recordação livre e Lorenzi-Cioldi, 1993; 1998, estudos 5, 6 e 7; Lorenzi-Cioldi, Deaux e Dafflon, 1998; Lorenzi-Cioldi, Eagly e Stewart, 1995, medidas de recordação indiciada).

Segundo, os estudos em que são usadas várias medidas revelam inconsistências nos padrões de homogeneização observados. Por exemplo, Park e Judd (1990) usaram várias medidas directas conjuntamente: o efeito de homogeneidade do exogrupo não foi

observado em todas as medidas empregues e, além disso, as correlações entre as cinco medidas directas utilizadas foram bastante baixas.

Terceiro, raramente são utilizadas medidas directas e indirectas (Carpenter, 1993, estudos 1 e 2; Judd e Park, 1988; Ostrom, Carpenter, Sedikides, e Li, 1993, estudos 1, 2 e 3). Destes seis estudos, apenas dois obtiveram resultados concordantes entre as medidas directas e indirectas (Carpenter, 1993, estudo 1; Ostrom *et al.*, 1993, estudo 1). Nos outros três estudos levados a cabo por Carpenter (1993, estudo 2) e Ostrom e colaboradores (1993, estudo 2 e 3), o efeito de homogeneidade do exogrupo foi evidenciado nas medidas indirectas mas não nas medidas directas (no entanto, a inconsistência de resultados obtidos com as medidas directas e indirectas foi apenas mencionada numa nota de rodapé sem qualquer comentário). Judd e Park (1988) também obtiveram resultados opostos com diferentes medidas directas (medidas de dispersão) e medidas indirectas (medidas de recordação). Na condição de cooperação intergrupal foi obtido um efeito de homogeneidade do exogrupo com medidas indirectas, mas não com medidas directas, enquanto que na condição de competição se verificou um efeito de homogeneidade do exogrupo nas medidas directas, mas não nas medidas indirectas.

Quarto, alguns estudos sobre a percepção de variabilidade de grupos com estatuto social assimétrico em que foram utilizadas medidas ‘indirectas’ ou ‘não-obstrusivas’ (por exemplo, o tipo de organização da informação na recordação livre e o tipo de erros de associação da informação na recordação indiciada; Lorenzi-Cioldi, 1998) revelaram padrões de resultados promissores. Com as medidas indirectas os participantes não estão conscientes de que a sua tarefa diz respeito ao grau em que estes categorizam e homogeneizam as pessoas em grupos. Isto constitui uma importante vantagem face às medidas ‘clássicas’ ou ‘directas’ na medida em que os procedimentos que invocam grupos de estatuto desigual tornam a tarefa dos participantes particularmente reactiva (e.g., Wittenbrink, Judd, e Park, 1997).

Resumindo, a grande maioria dos estudos sobre a percepção da variabilidade grupal usam apenas um tipo de medida e na maior parte dos casos os resultados confirmam as suas previsões. Contudo, quando várias medidas são usadas, a convergência dos resultados das diferentes medidas não é sistemática. Além disso, os casos que apresentam maior inconsistência nos padrões de homogeneização advêm de estudos que usam conjuntamente as medidas directas e indirectas.

Uma vez que a magnitude dos efeitos de homogeneidade depende das metodologias e do tipo específico de medidas usadas (e.g., Linville, Fischer, e Salovey, 1989; Park e Judd, 1990) é aconselhável o uso de diferentes tipos de medidas para uma melhor compreensão dos processos envolvidos (Devos, Compy e Deschamps, 1996; Marques e Paéz, 2000; Ostrom e Sedikides, 1992). As metodologias indirectas, especificamente a recordação da informação sobre membros do endogrupo e do exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 1998; Sedikides, 1997) ou a construção de complexos índices derivados da percepção interpessoal dentro e entre os grupos (Boldry e Kashy, 1999), são particularmente adequadas para avaliar os efeitos de homogeneidade com grupos de estatuto desigual. Mas só uma comparação dos resultados obtidos através de diferentes tipos de medidas nos pode fornecer pistas para uma melhor compreensão dos processos envolvidos. Este é um dos objectivos a que a nossa investigação pretende responder no plano do debate metodológico.



**PARTE II:**

**INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

## **CAPÍTULO 4 -**

### **ESTUDOS EXPLORATÓRIOS: CATEGORIZAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO ENTRE GRUPOS ÉTNICOS**

## 4.1 Introdução

Nesta investigação empírica prosseguimos objectivos de ordem teórica e de ordem metodológica. No plano teórico, pretendemos aprofundar o conhecimento dos processos cognitivos subjacentes à discriminação social, baseada na cor da pele, através de uma articulação de níveis de análise. No plano metodológico, pretendemos comparar a eficácia de diferentes tipos de medidas para a compreensão dos processos de tratamento de informação discriminatórios.

Como referimos na introdução geral, a pesquisa empírica realizada será apresentada em três capítulos: um dedicado aos estudos exploratórios; outro dedicado aos estudos experimentais; e outro ao estudo correlacional. A explicitação dos objectivos específicos de cada estudo e das respectivas hipóteses será efectuada estudo a estudo, assim como a descrição das metodologias utilizadas.

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados referentes a cinco estudos exploratórios. Nos dois primeiros estudos averiguámos quais os grupos *raciais* ou *étnicos* mais relevantes na sociedade portuguesa e de que forma estes são percebidos, o que nos permitiu seleccionar um grupo minoritário de origem africana para os estudos subsequentes: os ‘angolanos’.

Uma vez tomada a decisão sobre os grupos-alvo a considerar nesta investigação – os angolanos (grupo minoritário) e os portugueses (grupo maioritário) – foram efectuados três estudos sobre os auto- e os hetero-estereótipos de angolanos e de portugueses. Estes três estudos sobre estereótipos, para além dos respectivos objectivos específicos, foram realizados com o objectivo geral de seleccionar os materiais-estímulo para os estudos experimentais subsequentes.

A metodologia adoptada na recolha e no tratamento dos dados difere em alguns aspectos fundamentais da que caracteriza a tradição anglo-saxónica nos estudos sobre estereótipos relativos a *grupos étnicos*. Por um lado, uma vez que se trata de analisar tanto as percepções do grupo maioritário como as percepções de um grupo minoritário, os dados foram recolhidos junto de participantes angolanos e de participantes portugueses. Por outro lado, pretendíamos identificar as dimensões caracterizadoras e diferenciadoras dos estereótipos através da interpretação dos conteúdos fornecidos pelos próprios participantes. Finalmente, a inexistência de estudos anteriores sobre os

estereótipos mútuos destes dois grupos não permitia o recurso a uma lista de adjectivos previamente definida, sob pena de vir a induzir os conteúdos que se procuravam. Por exemplo, Miranda (1994) estudou os estereótipos dos estudantes do ensino secundário (todos portugueses) sobre os ‘portugueses’ e os ‘PALOPs’ em geral (recorrendo à lista de adjectivos seleccionados a partir de um estudo preliminar no qual apenas participaram estudantes portugueses). Vala e colaboradores (Vala, Brito e Lopes, 1999a), num estudo contemporâneo do nosso, analisaram os estereótipos sobre os ‘imigrantes negros’ e os ‘portugueses’ de uma amostra significativa da população residente na Grande Lisboa (todos portugueses *brancos*) recorrendo a uma reduzida lista de oito adjectivos (agressivo, alegre, bonito, desonesto, egoísta, impulsivo, inteligente e trabalhador), que foram escolhidos sem preocupações de “representatividade como traços estereotípicos de portugueses e de negros, mas sim com a sua representatividade para descrever pessoas de forma positiva ou negativa” (p.76)<sup>36</sup>.

Outro aspecto a salientar é o facto de termos escolhido dois grupos com o mesmo grau de generalidade – angolanos e portugueses – o que nos permite comparar o grau de homogeneidade dos conteúdos associados a cada um dos grupos. Tal aspecto tem sido frequentemente negligenciado na investigação sobre estereótipos sociais. Como referimos no capítulo 1, no estudo pioneiro sobre racismo em Portugal, Vala e colaboradores (Vala, Brito e Lopes, 1999b) opuseram duas categorias - ‘portugueses’ e ‘negros’, categorias essas que “não se situam no mesmo plano lógico, nem são mutuamente exclusivas” (p.39). Se esta opção nos parece perfeitamente justificada – uma vez que os autores partem do pressuposto segundo o qual os portugueses ‘brancos’ homogeneizam dentro da categoria ‘negro’ as pessoas cuja ascendência africana é identificável através da cor da pele - ela acarreta questões delicadas do ponto de vista metodológico, sobretudo quando os autores pretendem analisar as percepções de variabilidade grupal, pondo ao mesmo nível duas categorias com diferentes graus de generalidade. Foi precisamente este problema de ordem metodológica que quisemos contornar debruçamo-nos sobre um grupo africano específico, os ‘angolanos’, e não sobre os ‘africanos’ ou os ‘negros’ em geral.

---

<sup>36</sup> Posteriormente, os autores efectuaram um novo estudo com uma amostra representativa dos ‘jovens negros’ residentes na Grande Lisboa em que foram utilizados os mesmos atributos (Vala, no prelo).

## **4.2 Estudo 1 - Crenças sobre *grupo étnico* e *raça***

### **4.2.1 Objectivos**

O primeiro estudo exploratório teve os seguintes objectivos específicos: investigar a noção de ‘grupo étnico’ dos jovens portugueses e em que medida esta difere ou não da noção de ‘raça’; averiguar quais são os ‘grupos étnicos’ mais significativos para os jovens portugueses; e verificar em que medida os jovens portugueses se consideram eles próprios membros de um grupo étnico.

Tal como referimos no Capítulo 1, o racismo pode ser analisado no âmbito do processo mais geral de construção da identidade social, que se define a partir da clivagem entre as representações sobre o endogrupo e as representações sobre o(s) exogrupo(s) relevante(s). Sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial o conceito de ‘raça’ baseada em diferenças genótípicas foi progressivamente sendo substituído pelo conceito de ‘grupo étnico’ assente em diferenças culturais e comportamentais.

Segundo Vala e colaboradores (Vala, 1999; Vala, Brito, e Lopes, 1999a), a difusão de conhecimentos científicos e o apoio institucional à não racialização dos grupos humanos tem vindo a traduzir-se na construção de novas representações sociais (Moscovici, 1961) sobre as diferenças entre povos, caracterizadas por uma maior rejeição do discurso racista tradicional, que opera a diferenciação a partir de características “naturais”, e pela adopção de um discurso que opera novas diferenciações a partir dos conceitos de cultura e etnia. Na investigação empírica conduzida por estes autores são confrontadas duas formas de categorização de grupos humanos – a categorização racial e a categorização cultural – e analisadas as suas consequências. De um modo muito sintético, a categorização racial seria baseada nas diferenças profundas (genótípicas) que estariam na origem das diferenças de superfície (fenótípicas), ambas percebidas como naturais e inalteráveis, e consequentemente com elevado potencial indutivo. Por sua vez, a categorização cultural seria baseada nas diferenças culturais e comportamentais, vistas como adquiridas e menos estáveis, mas na maior parte dos casos sofrendo igualmente um processo de essencialização (Corneille e Leyens, 1994; Rothbart e Taylor, 1992) que as tornaria aos olhos do senso

comum inalteráveis e, igualmente, com grande potencial indutivo (Vala, Lopes e Brito, 1999).

Tendo em conta que este estudo foi realizado em Outubro de 1997 - *Ano Europeu Contra o Racismo* - em que o apoio político-institucional à não racialização dos grupos humanos foi particularmente divulgado nos meios de comunicação social, esperávamos encontrar reacções de surpresa ou mesmo de contestação da parte dos estudantes face às nossas questões sobre as *raças* em Portugal.

## 4.2.2 Método

### 4.2.2.1 Participantes

Participaram neste estudo 56 estudantes universitários de ambos os sexos (31 raparigas e 25 rapazes), com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos (a idade média é de 19 anos e não difere significativamente entre rapazes e raparigas,  $\chi^2=8.82$ ,  $p<0.267$ ), todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa<sup>37</sup>.

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes de sexo masculino e feminino que é relativamente equilibrada para ambas as condições. Este estudo foi realizado em Outubro de 1997.

**Tabela 1 - Distribuição dos participantes por condição**

Condição	Sexo dos participantes		
	Masculino	Feminino	Total
1 = 'grupo étnico'	13	15	28
2 = 'raça'	12	16	28
Total	25	31	56

### 4.2.2.2 Procedimento de recolha de dados

Este estudo foi realizado em duas turmas do primeiro ano do ensino superior, cada uma delas correspondendo a uma condição de recolha de dados: na condição 1 todas as questões eram relativas a 'grupos étnicos' enquanto que na condição 2 as mesmas questões eram referentes a 'raças'.

Este estudo foi efectuado em sala de aula e a sua duração foi de aproximadamente uma hora (incluindo o *debriefing*). A investigadora apelou à participação dos estudantes num estudo sobre os 'grupos étnicos' (condição 1) ou sobre as 'raças' (condição 2) em Portugal. Os estudantes que não quisessem participar no estudo deveriam abandonar a sala de aula.

A investigadora começava por distribuir uma folha de papel em branco (tamanho A4) a cada um dos participantes. Depois de se assegurar que todos os participantes estavam em condições para começar, a investigadora fornecia as seguintes instruções: "Vou ditar-vos três questões, uma de cada vez. Só depois de todos terem respondido à

<sup>37</sup> Foram eliminados deste estudo cinco participantes por terem nacionalidade e/ou naturalidade africana.

primeira questão é que colocarei a segunda questão, e assim sucessivamente. Peço-vos que não façam qualquer comentário com os colegas, pois poderão influenciar as suas respostas. O importante é a vossa opinião sincera. As vossas respostas são anónimas e confidenciais”.

As questões eram as seguintes: 1) “O que é um *grupo étnico/raça*?”; 2) “Quais os *grupos étnicos/raças* existentes em Portugal?”; 3) “Pertence a algum dos *grupos étnicos/raças* por si referidos na questão anterior?”. Quando todos os participantes terminavam de responder à última questão, a investigadora pedia-lhes para colocarem no verso da folha o sexo, a idade, a nacionalidade e a naturalidade. Depois de recolhidas as folhas de resposta, a investigadora esclarecia os objectivos do estudo e respondia às eventuais questões dos participantes.

#### **4.2.2.3 Procedimento de análise de dados**

*Grupo étnico versus raça.* As respostas dos participantes à primeira questão foram analisadas a partir dos grandes eixos organizadores da ideia de ‘raça’ e ‘grupo étnico’ encontrados em estudos anteriores (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1992). Efectuámos uma análise de conteúdo das respostas dos participantes em algumas categorias básicas e averiguámos a sua preponderância relativa em função da condição experimental: ‘grupo étnico’ vs. ‘raça’. Foram também contabilizados os sinónimos fornecidos pelos participantes nas suas definições destes dois conceitos.

*Grupos etnicizados e grupos racializados em Portugal.* Relativamente à segunda questão procedeu-se à listagem dos *grupos étnicos/raças* mencionados pelos participantes e à contabilização das respectivas frequências. Efectuou-se posteriormente um agrupamento em função dos critérios subjacentes às designações fornecidas pelos participantes.

*Auto-categorização.* Quanto à terceira questão contabilizámos as auto-categorizações dos participantes e efectuámos um teste de Qui-quadrado para averiguar se estas variavam significativamente em função da condição experimental.

As respostas dos participantes na íntegra a cada uma das três questões encontram-se no Anexo 1, sendo apresentadas em função da condição *grupo étnico/raça*.



### 4.2.3 Resultados

#### 4.2.3.1 Grupo étnico versus raça

A Tabela 2 apresenta os itens mais referidos pelos participantes nas suas definições de *grupo étnico* e de *raça*, utilizando as próprias palavras fornecidas pelos participantes. Para cada condição são apresentadas as designações referidas pelos participantes por ordem decrescente de frequência. Foram retidas as designações com frequência igual ou superior a dois (7.1%).

Relativamente ao *grupo étnico* os três conteúdos mais frequentes dizem respeito à “cultura” (46.4%), aos “costumes” (25.0%) e à “religião” (21.4%). Outras características ligadas à socialização e à cultura são mencionadas frequentemente: os “valores” (17.9%), as “crenças” (10.7%), os “hábitos” (10.7%), as “características sociais” (7.1%), a “identidade” (7.1%), e os “rituais” (7.1%). As “características físicas” no geral aparecem em quarto lugar (17.9%) e a “cor da pele” em décimo primeiro (7.1%).

Ainda em lugar de destaque aparecem conteúdos ligados às relações de conflito ou submissão face à cultura dominante: “diferentes da maioria” (17.9%) e “diferentes dos outros grupos” (7.1%). Também expressivo é o facto de o *grupo étnico* ser visto como migrante, isto é, deslocado do seu local, região, ou país de origem: “vivem num país que não é seu” (17.9%), “oriundos dum local ou região diferente” (7.1%), “oriundos dum meio diferente” (7.1%).

Quanto à *raça*, o conteúdo mais frequentemente referido foi a “cor da pele” (42.9%), seguido da “cultura” (25.0%) e das “características físicas” em geral (21.4%). As “características genéticas” e a “constituição física” surgem em décimo lugar (7.1%), sendo apresentadas exclusivamente para definir a ‘raça’.

Diversos aspectos ligados à socialização e à cultura são mencionados frequentemente: os “hábitos” (17.9%), os “costumes” (14.3%), as “crenças” (10.7%), as “tradições” (10.7%), a “história” (10.7%), as “ideologias” (7.1%), a “maneira de agir” (7.1%), e a “maneira de pensar” (7.1%), e as “vivências” (7.1%). Curiosamente estes conteúdos surgem predominantemente associados à *raça*.

**Tabela 2 - Frequências relativas dos conteúdos associados a grupo étnico e raça**

Grupo étnico (N=28)	%	Raça (N=28)	%
Cultura	46.4	Cor (da pele, olhos, cabelo)	42.9
Costumes	25.0	Cultura	25.0
Religião	21.4	Características físicas	21.4
Características físicas	17.9	Hábitos	17.9
Valores	17.9	Costumes	14.3
Vivem num país que não é seu	17.9	Crenças	10.7
Diferentes da maioria	17.9	História	10.7
Crenças	10.7	Religião	10.7
Hábitos	10.7	Tradições	10.7
Características sociais	7.1	Características genéticas	7.1
Cor (da pele, olhos, cabelo)	7.1	Características iguais	7.1
Diferentes dos outros grupos	7.1	Constituição física (altura, etc.)	7.1
Identidade	7.1	Ideologias	7.1
Oriundos dum local/região	7.1	Maneira de agir	7.1
Oriundos dum meio diferente	7.1	Maneira de pensar	7.1
Rituais	7.1	Oriundos dum local/região	7.1
Unidos na defesa dos seus valores	7.1	Vivências	7.1

A comparação das frequências relativas dos itens mais associados ao *grupo étnico* e à *raça* torna clara a equivalência destas noções para os participantes. Constata-se uma forte associação entre as características *biológicas* e as características *culturais*, sendo que a preponderância relativa destas características varia em função da condição.

De modo a facilitar a comparação dos conteúdos associados ao *grupo étnico* e à *raça*, efectuámos um agrupamento das respostas dos participantes em quatro categorias básicas: características *biológicas*, nas quais incluímos as características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, forma do nariz, etc.) e as características genotípicas (ligadas à hereditariedade); características *culturais* (valores, religião, hábitos, etc.); características *geográficas* (referências ao deslocamento de local, região, país, etc.); e por último, características ligadas à *relação* com os outros grupos (“alvo de discriminação”, “diferentes da maioria”, etc.).

Procurámos nas repostas dos participantes referências à estabilidade *versus* plasticidade das características associadas a ‘grupo étnico’ e a ‘raça’, mas não encontrámos nenhuma referência explícita a esta problemática. A análise do conteúdo das respostas dos participantes aponta para uma essencialização das categorias sociais, que são vistas como mutuamente exclusivas e inalteráveis (Rothbart e Taylor, 1992).

A informação detalhada sobre os itens que foram incluídos em cada categoria de análise e as respectivas frequências absolutas e relativas em função da condição é apresentada em anexo (ver Tabela 1 do Anexo 2).

**Tabela 3 - Frequências relativas das categorias de conteúdos associadas a *grupo étnico* e *raça***

<b>Grupo étnico (N=28)</b>	<b>%</b>	<b>Raça (N=28)</b>	<b>%</b>
Características culturais	89.3	Características biológicas	71.4
Relação com os outros grupos	42.6	Características culturais	64.3
Características geográficas	32.1	Características geográficas	7.1
Características biológicas	28.6	Relação com os outros grupos	3.6

Como podemos verificar na Tabela 3, idênticos conteúdos são referidos para definir ‘grupo étnico’ e ‘raça’, embora no que respeita ao grupo étnico predominem as características culturais (89.3 % dos participantes) relativamente às características biológicas (28.6 %), enquanto que à raça estão associadas sobretudo características “naturais” ligadas à hereditariedade (71.4 %) logo seguidas das características culturais (64.3 %).

As relações de conflito ou submissão face à cultura dominante (42.6 %) e o facto de o ‘grupo étnico’ ser visto como migrante (deslocado do seu local, região, país de origem) (32.1 %) são outros dos aspectos associados preferencialmente ao ‘grupo étnico’.

A equivalência entre ‘grupo étnico’ e ‘raça’ é demonstrada em numerosas respostas dos participantes (exemplos: participante 1 “grupo étnico é um conjunto de pessoas que se agrupam por serem da mesma raça, logo têm a mesma cultura e religião”; participante 15 “um grupo étnico caracteriza-se por um aglomerado de pessoas que apresentam características semelhantes, quer ao nível do país de origem, quer ao nível das crenças religiosas, raça, ideais”).

Ao definir os conceitos de *grupo étnico* / *raça* os participantes forneceram, em alguns casos, ‘sinónimos’. A Tabela 4 apresenta esses sinónimos e as respectivas frequências relativas (percentagens) em função da condição. Para cada condição são apresentadas as designações referidas pelos participantes por ordem decrescente de frequência.

**Tabela 4 - Frequências relativas dos sinónimos de grupo étnico e raça**

Grupo étnico (N=28)	%	Raça (N=28)	%
Raça	42.6	Povo	10.7
Comunidade	17.9	Etnia	7.1
Minoría	14.3	Minoría	3.6
Total	75.0	Total	17.9

Em primeiro lugar, é curioso constatar que a ‘raça’ é apresentada como sinónimo de ‘grupo étnico’ (42.6 %), mas a “etnia” raramente é apresentada como sinónimo de ‘raça’ (3.6 %).

Um dos aspectos que distingue a concepção de ‘grupo étnico’ da concepção de ‘raça’ é o facto do primeiro ser conceptualizado como uma “minoría” (14.2 %) enquanto que o segundo é conceptualizado preferencialmente como um “povo” (10.7 %). O termo “comunidade” é utilizado como sinónimo de ‘grupo étnico’ (17.9%), mas não como sinónimo de *raça*.

Assim, a noção de ‘grupo étnico’ remete para grupos humanos de estatuto minoritário enquanto que a ‘raça’ se aplica à mistura de características biológicas e culturais. A análise de conteúdo das respostas dos participantes parece indicar uma distinção de significados: enquanto que o termo ‘grupo étnico’ serviria para diferenciar uma minoria emersa numa maioria, o termo ‘raça’ corresponderia a uma naturalização da distintividade dos grupos sociais.

#### 4.2.3.2 Grupos etnicizados e grupos racializados em Portugal

A segunda questão colocada aos participantes consistia na simples listagem dos ‘grupos étnicos’/ ‘raças’ existentes em Portugal. A Tabela 5 apresenta os vários grupos referidos em ambas as condições e as respectivas frequências relativas de ocorrência. Para cada condição são apresentadas as designações referidas pelos participantes por ordem decrescente de frequência. Foram retidas as designações com frequência igual ou superior a dois. A informação detalhada sobre todos os grupos mencionados pelos participantes encontra-se em anexo (ver Tabela 2 do Anexo 2).

**Tabela 5 - Frequências relativas dos grupos étnicos e raças referidos pelos participantes**

Grupo étnico (N=28)	%	Raça (N=28)	%
Ciganos	92.9	Ciganos	64.3
Africanos	46.4	Branços	53.6
Cabo-verdianos	35.7	Negros	46.4
Angolanos	28.6	Africanos	25.0
Indianos	25.0	Amarelos	14.3
Muçulmanos	25.0	Chineses	10.7
Judeus	21.4	Indianos	10.7
Moçambicanos	21.4	Latinos	10.7
Branços	17.6	Albinos	7.1
Macaenses	17.6	Índios	7.1
Timorenses	17.6	PALOP	7.1
Negros	14.3	Pretos	7.1
Árabes	10.7	Vermelhos	7.1
Chineses	10.7		
Europeus	10.7		
Brasileiros	7.1		
Marroquinos	7.1		
Portugueses	7.1		

Como podemos verificar, no total (ver Tabela 2 no Anexo 2) os “ciganos” foram o grupo mais referido, tanto na condição *grupo étnico* como na condição *raça* (respectivamente 92.9 % e 64.3 %, totalizando 78.6 %). Para além de este ser o grupo mais frequentemente referido, é também aquele que é referido em primeiro lugar pela maioria dos participantes (respectivamente 75% e 28.6%, totalizando 51.8%), o que remete para a elevada saliência deste grupo na sociedade portuguesa.

Seguiu-se o grupo dos ‘negros’ (respectivamente 14.3 % e 46.4 %, totalizando 37.5 %) e em terceiro lugar *ex aequo* o grupo dos ‘africanos’ (respectivamente 46.4 % e 25 %, totalizando 35.7 %) e o grupo dos ‘brancos’ (respectivamente 17.6 % e 53.6 %, totalizando 35.7 %). Globalmente, as referências aos ‘brancos’, aos ‘portugueses’ e aos vários grupos nacionais europeus assim como aos ‘europeus’, em geral, são menos frequentes do que as referências aos ‘negros’, aos vários nacionais africanos e aos ‘africanos’ em geral, especialmente na condição grupo étnico, o que se prende com o facto de o processo de etnicização se aplicar essencialmente a minorias que são percebidas como ocupando um lugar desfavorecido na sociedade.

Em termos globais (ver Tabela 2 do Anexo 2), as denominações mais frequentes são ligadas à ‘nacionalidade’: “cabo-verdianos” (17.9 %), “indianos” (17.9 %), “angolanos” (14.3 %), “chineses” (10.7 %), “moçambicanos” (10.7 %), “macaenses”

(8.9 %), “timorenses” (8.9 %), “portugueses” (5.4 %), “marroquinos” (3.6 %), “alemães” (1.8 %), “brasileiros” (1.8 %), “espanhóis” (1.8 %), “japoneses” (1.8 %). Seguem-se as designações baseadas na ‘cor da pele’: “negros” (37.5 %), “brancos” (35.7 %), “amarelos” (7.1 %), “pretos” (5.4 %), e “vermelhos” (3.6 %). Com menor expressão surgem as denominações ligadas à ‘religião’: “muçulmanos” (14.3%), “judeus” (10.7 %), “hindus” (1.8 %), e “islâmicos” (1.8 %).

Os grupos referidos pelos participantes são basicamente os mesmos em ambas as condições, variando apenas o seu posicionamento relativo. Como podemos constatar na Tabela 6, na condição *grupo étnico* predominam as designações baseadas na origem nacional ou geográfica (100% dos participantes), seguindo-se as designações baseadas na religião (46.4%) e por último na cor da pele (21.4%). Em contrapartida na condição *raça* predominam as designações baseadas na cor da pele (85.7%), seguindo-se as designações baseadas na origem nacional ou geográfica (75%), e por último as baseadas na religião (3.6%).

**Tabela 6 - Frequências relativas das categorias de *grupos étnicos* e *raças* referidos pelos participantes**

<b>Grupo étnico (N=28)</b>	<b>%</b>	<b>Raça (N=28)</b>	<b>%</b>
Origem nacional ou geográfica	100	Cor da pele	85.7
Religião	46.4	Origem nacional ou geográfica	75.7
Cor da pele	21.4	Religião	3.6

#### 4.2.3.3 Auto-categorização dos participantes

Finalmente, os participantes eram questionados sobre a sua pertença aos ‘grupos étnicos’ ou ‘raças’ anteriormente referidos. Nesta questão verifica-se uma diferença significativa no modo de resposta em função da condição ‘grupo étnico’ ou ‘raça’ ( $\chi^2 = 19.636$ ,  $p < 0.001$ ). Como se pode constatar na Tabela 7, na condição ‘grupo étnico’ a resposta predominante foi o “não” (67.9 %) enquanto que na condição ‘raça’ a resposta dominante foi “sim” (85.7%). Apenas dois participantes (3.6 %), um em cada condição, não responderam a esta questão.

Verifica-se aqui uma assimetria nos processos de etnicização e racialização: a etnicidade é conceptualizada como algo específico das minorias enquanto que a noção de raça é aplicada também às maiorias.

**Tabela 7 - Frequências relativas das auto-categorizações dos participantes**

Grupo étnico (N=28)	%	Raça (N=28)	%
Não	67.9	Sim	85.7
Sim	28.6	Não	10.7
Não resposta	3.6	Não resposta	3.6

$$\chi^2 = 19.636, p < 0.001$$

Na Tabela 8 podemos observar o tipo de auto-categorizações efectuadas pelos participantes em função da condição de resposta. Na condição ‘grupo étnico’ apenas 28.6 % dos participantes referiram pertencer a um grupo étnico: “brancos” (17.9 %); “portugueses” (7.1 %); e “ocidentais” (3.6 %). Em contrapartida na condição ‘raça’ a resposta dominante foi “sim” (85.7%): “brancos” (64.3 %); “europeus” (7.1 %); “portugueses” (7.1 %); “ibéricos” (3.6 %); “lusitanos” (3.6 %).

**Tabela 8 - Frequências relativas dos grupos étnicos e raças referidos nas auto-categorizações dos participantes**

Grupo étnico (N=28)	%	Raça (N=28)	%
Branco	17.9	Branco	64.3
Portugueses	7.1	Europeus	7.1
Ocidentais	3.6	Portugueses	7.1
Total	28.6	Ibéricos	3.6
		Lusitanos	3.6
		Total	85.7

#### 4.2.4 Discussão

Tendo em conta que este estudo foi realizado em 1997 - *Ano Europeu Contra o Racismo* - esperávamos encontrar reacções fortes por parte dos estudantes a este estudo, sobretudo na condição ‘raça’. Tal não aconteceu. Os estudantes não questionaram os conceitos ‘raça’ ou ‘grupo étnico’, encarando de forma muito natural que alguém (que não era seu docente) lhes perguntasse o que era uma raça e quais as raças existentes em Portugal. No *debriefing* do estudo constatámos que a maior parte dos estudantes nunca tinha problematizado estes conceitos, considerando ‘raça’ e ‘grupo étnico’ como conceitos objectivos e explicativos das assimetrias sociais.

Os resultados deste estudo estão em consonância com os resultados de outros estudos contemporâneos realizados sobre esta problemática, embora recorrendo a outro tipo de questões (Vala, Lopes e Brito, 1999). Essencialmente, verifica-se que os estudantes não distinguem ‘grupo étnico’ de ‘raça’. As características culturais amplamente referidas como definidoras dos ‘grupos étnicos’ são consideradas inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade. Os ‘grupos étnicos’ são vistos como possuindo características intrínsecas, muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante, imutáveis e, como tal, justificativas do seu estatuto e das assimetrias de poder.

Em ambas as condições (*grupo étnico* e *raça*), as repostas dos participantes apontam para uma essencialização das categorias sociais que são vistas como mutuamente exclusivas e inalteráveis (Rothbart e Taylor, 1992). Apesar do conteúdo das respostas dos participantes remeter claramente para a naturalização das ‘raças’ e dos ‘grupos étnicos’, verifica-se uma certa assimetria de significado destes dois termos: o ‘grupo étnico’ é visto como uma minoria emersa numa maioria, ou seja, como algo ‘transitório’ que resulta das trajectórias de migração dos grupos enquanto que o termo ‘raça’ remete mais claramente para a imutabilidade de uma pertença social.

Da análise de conteúdo das respostas dos participantes ressalta a centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais. Verifica-se a predominância de traços físicos nas definições de *raça*, mas estes estão também significativamente presentes nas definições de *grupo étnico*. Esta centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais é especialmente evidente nas designações de grupos fornecidas pelos



participantes. Embora predominem designações baseadas na nacionalidade, o que poderá dever-se ao seu carácter normativo, estas são sistematicamente associadas a designações baseadas na cor da pele.

Tal como esperávamos as auto-categorizações dos participantes foram significativamente mais frequentes na condição *raça* do que na condição *grupo étnico*, o que mais uma vez demonstra que a *raça* constitui um elemento central da categorização social para os participantes. Estes resultados vão ao encontro dos encontrados por outros autores, recorrendo a outro tipo de metodologias, segundo os quais a categorização racial é extremamente saliente, altamente acessível e difícil de suprimir (e.g., Devine, 1989; Fiske e Neuberg, 1990; Messick e Mackie, 1989; Park e Rothbart, 1982).

Tendo em conta que a maior parte dos grupos referidos pelos participantes são grupos baseados na *nacionalidade* (destacando-se, entre eles, as ex-colónias portuguesas) ou na *cor da pele* (sobretudo a dicotomia “branco” *versus* “negro”), optámos por realizar um segundo estudo exploratório tendo por objectivo averiguar o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido dos diferentes grupos na sociedade portuguesa.

## 4.3 Estudo 2 - Percepção do estatuto social dos diferentes grupos étnicos em Portugal

### 4.3.1 Objectivos

No estudo anterior verificámos que os participantes mencionaram essencialmente grupos baseados na cor da pele (sobretudo a dicotomia branco *versus* negro) e baseados na nacionalidade (destacando-se os PALOP), tendo sido efectuadas poucas referências a minorias religiosas (judeus, muçulmanos, etc.). A única excepção a estes resultados diz respeito aos *ciganos*, que foram o grupo mais referido.

Tendo em conta estes resultados foram seleccionados para este novo estudo catorze grupos-alvo, onze categorizados em função da origem nacional ou geográfica - angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, e timorenses – e três categorizados em função da cor da pele - brancos, negros e mestiços.

Assim, o segundo estudo exploratório teve como objectivo averiguar o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de vários grupos étnicos em Portugal. Este estudo foi realizado em diferentes zonas do país, a fim de procurar resultados consensuais. Foram escolhidas seis cidades - Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro - com o objectivo de ter uma amostra equilibrada em termos de Norte / Sul, Litoral / Interior. Um segundo objectivo deste estudo tinha a ver com a escolha do grupo-alvo que pudesse ser utilizado nos estudos subsequentes.

Relativamente ao estatuto social percebido esperávamos encontrar um paralelismo entre a hierarquização dos grupos-alvo em função da nacionalidade ou origem geográfica e a hierarquização em função da cor da pele. Relativamente às categorizações baseadas na origem nacional ou geográfica esperávamos que os *portugueses* ocupassem a posição superior e os *ciganos* a posição inferior, visto que este grupo foi o mais referido no Estudo 1, o que nos dá uma indicação de que este é o *grupo étnico* mais saliente na sociedade portuguesa. Quanto aos restantes grupos esperávamos observar uma hierarquização em função inversa da proporção em que foram mencionados no Estudo 1, isto é, menor estatuto para os grupos de origem africana,

seguidos por ordem crescente dos grupos de origem asiática, e finalmente dos brasileiros.

Quanto às categorizações baseadas na cor da pele esperávamos verificar uma hierarquização, em que os *brancos* ocupariam a posição superior e os *negros* uma posição inferior. Esperávamos ainda que aos *mestiços* fosse atribuída uma posição mais próxima dos *negros* do que dos *brancos*.

Não esperávamos encontrar diferenças significativas ligadas ao local de recolha de dados nem ao sexo dos participantes.

### 4.3.2 Método

#### 4.3.2.1 Participantes e desenho

Participaram neste estudo 304 estudantes do ensino superior, 81 do sexo masculino e 223 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa<sup>38</sup>. A idade média das raparigas é de 20 anos e a dos rapazes é de 21 anos, sendo esta diferença marginalmente significativa,  $\chi^2 = 23.710$ ,  $p < 0.056$ .

As respostas dos participantes foram recolhidas colectivamente em estabelecimentos de ensino superior público nas seis cidades seleccionadas: Braga (Universidade do Minho); Porto (Universidade do Porto); Lisboa (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa); Bragança (Instituto Politécnico de Bragança); Évora (Universidade de Évora); e Faro (Universidade do Algarve). Sempre que possível, os dados foram recolhidos junto de estudantes do primeiro ou segundo ano de cursos ligados às ciências sociais (Gestão de Empresas, Economia, Sociologia, História, Comunicação Social, etc.).

O desenho adoptado permite dois procedimentos na análise de dados. No primeiro temos: 14 grupos-alvo (angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, brancos, negros e mestiços) x 6 locais de recolha de dados (Braga, Porto, Lisboa, Bragança, Évora, e Faro) x 2 sexos (masculino vs. feminino). Todas as variáveis são inter-participantes, à excepção da primeira que é intra-participantes.

Alternativamente podemos considerar a seguinte modalidade de análise: 2 tipos de categorização do grupo-alvo (categorização nacional vs. categorização racial) x 6 locais de recolha de dados (Braga, Porto, Lisboa, Bragança, Évora, e Faro) x 2 sexos (masculino vs. feminino). Todas as variáveis são inter-participantes, à excepção da primeira que é intra-participantes.

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos participantes de sexo masculino e feminino pelos diferentes locais de recolha de dados. Este estudo foi realizado entre Outubro e Dezembro de 1997.

---

<sup>38</sup> Foram eliminados deste estudo 37 participantes por não terem nacionalidade e/ou naturalidade portuguesa.

**Tabela 9 - Distribuição dos participantes em função do local de recolha de dados**

Local	Sexo dos participantes		
	Masculino	Feminino	Total
Braga	15	39	54
Porto	4	38	42
Lisboa	12	45	57
Bragança	26	15	41
Évora	10	53	63
Faro	14	33	47
Total	81	223	304

#### 4.3.2.2 Procedimento de recolha de dados

Este estudo foi efectuado em sala de aula e a sua duração foi de aproximadamente 45 minutos. Na apresentação do questionário apelava-se à participação dos estudantes num estudo acerca de vários grupos sociais residentes em Portugal. Dizia-se aos participantes que a tarefa consistia em dar a sua opinião sobre vários grupos sociais, relativamente a várias dimensões. Apelava-se à sinceridade dos participantes e garantia-se o anonimato das suas respostas. Os estudantes que não quisessem participar no estudo eram convidados a abandonar a sala de aula.

Quando todos os estudantes já tinham recebido o questionário, as instruções constantes na folha de rosto do questionário eram lidas e era dado um exemplo no quadro da escala de resposta usada no questionário. Depois de nos certificarmos que todos os estudantes não tinham dúvidas quanto à escala de resposta, pedia-se-lhes para responderem ao questionário página a página sem voltar atrás.

O questionário era composto por folhas A5, sendo cada página relativa a um grupo diferente, na seguinte ordem: angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, brancos, negros e mestiços (ver Anexo 3). A tarefa dos participantes consistia em estimar, relativamente a cada um destes grupos, o seu estatuto social (através de 6 escalas relativas ao nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social, prestígio e poder) e o seu estatuto numérico (percentagem de pessoas desse grupo na população residente em Portugal). Para estimar o estatuto social percebido dos vários grupos, eram apresentadas aos participantes seis rectas de 100 milímetros de comprimento, cujos extremos correspondiam a baixo *versus* alto estatuto.

As instruções eram as seguintes para cada um dos grupos: “Pense um pouco nos *angolanos*?<sup>39</sup> residentes em Portugal. Gostaríamos que posicionasse o grupo dos *angolanos*? nas linhas que se seguem. Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo”. Seguiu-se a pergunta: “Qual é a percentagem de *angolanos*? na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %”.

Na última página do questionário eram colocadas as questões sócio-demográficas: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. Finalmente, os questionários eram recolhidos e os objectivos do estudo eram esclarecidos. A investigadora agradecia a participação dos estudantes e respondia às suas eventuais questões.

#### **4.3.2.3 Procedimento de análise de dados**

Para cada grupo-alvo foram consideradas duas medidas: o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido.

*Estatuto social percebido.* Esta medida era obtida através da média dos valores obtidos nas seis escalas relativas a cada grupo (nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social, prestígio e poder). Com efeito, a tarefa dos participantes consistia em estimar o estatuto social de cada grupo-alvo através de seis rectas de 100 milímetros de comprimento, cujos extremos correspondiam às seguintes designações: baixo nível educacional – alto nível educacional; baixo nível cultural – alto nível cultural; baixo nível económico – alto nível económico; baixo estatuto social – alto estatuto social; pouco prestigioso – muito prestigioso; pouco poder – muito poder. Em cada uma das linhas os participantes deveriam fazer uma cruz na posição que lhes parecesse mais adequada para caracterizar o grupo nessa dimensão. Com uma régua foram medidos os milímetros a que cada cruz se distanciava do ponto zero. Assim, os valores correspondentes a cada escala poderiam variar entre 1 a 99. A média dos valores obtidos nas seis escalas relativas a cada grupo (nível educacional, nível cultural, nível económico, estatuto social, prestígio e poder) foi considerada como um indicador do estatuto social percebido desse grupo.

---

<sup>39</sup> A título de exemplo referimos os *angolanos* uma vez que se tratava do primeiro grupo-alvo do questionário.

*Estatuto numérico percebido.* Para cada grupo-alvo, os participantes deveriam efectuar uma estimativa da percentagem de pessoas desse grupo na população residente em Portugal.

Relativamente ao tratamento estatístico dos dados, começámos por realizar uma análise de variância (ANOVA) para cada grupo-alvo tendo o estatuto social percebido como variável dependente e o sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis independentes.

Seguidamente realizámos uma série de análises multivariadas de variância (MANOVA) para comparar o estatuto social percebido de diversos grupos-alvo em função da pertinência dessa comparação para as nossas hipóteses. Nas diversas análises efectuadas tivemos o sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis inter-participantes (*between-subjects*) e o estatuto social percebido dos grupos-alvo como medidas repetidas (*within-subjects*).

Quanto ao estatuto numérico percebido realizámos para cada grupo-alvo uma análise de variância (ANOVA) tendo o sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis independentes.

### 4.3.3 Resultados

#### 4.3.3.1 Estatuto social percebido

A Tabela 10 apresenta as médias do estatuto social percebido (média global das seis escalas) para cada um dos grupos-alvo categorizados em função da sua origem nacional ou geográfica (categorização *nacional*)<sup>40</sup> ou em função da cor da pele (categorização *racial*). Os grupos são apresentados por ordem decrescente de estatuto social percebido. A informação detalhada sobre as médias e os desvios-padrão em função do local de recolha de dados e em função do sexo dos participantes é apresentada no Anexo 4.

**Tabela 10 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo em função da categorização nacional ou racial**

Categorização nacional	Média	Categorização racial	Média
Portugueses	55.39	Branços	57.30
Brasileiros	47.54	Mestiços	35.32
Macaenses	44.58	Negros	29.86
Indianos	34.33		
Timorenses	26.97		
Angolanos	26.00		
Moçambicanos	25.55		
São-tomenses	25.22		
Cabo-verdianos	23.71		
Guineenses	22.25		
<i>Ciganos</i>	20.31		

Começamos por averiguar se existiam diferenças significativas no estatuto social percebido de cada grupo-alvo em função do sexo do participante e do local de recolha de dados. Nesse sentido, efectuámos, para cada grupo-alvo, uma análise de variância tendo o sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis independentes e o estatuto social percebido do grupo-alvo como variável dependente.

<sup>40</sup> Por uma questão de simplificação incluímos na ‘categorização nacional’ dois grupos definidos pela sua origem geográfica – os macaenses e os timorenses (que na altura em que foi realizado este estudo ainda não constituíam um grupo nacional) – e os *ciganos*. Como já referimos, os *ciganos* constituem o *grupo étnico* mais saliente na sociedade portuguesa: embora portugueses, são representados como ‘estrangeiros’ como se pode constatar no Estudo 1 (Cf: Coelho, 1982; Correia, Brito e Vala, 2001; Mendes, 1999).



De um modo geral, não se registaram efeitos significativos do local da recolha de dados relativamente ao estatuto social percebido dos grupos-alvo baseados na nacionalidade ou origem geográfica (Gráfico 1). Das onze análises de variância realizadas (uma para cada grupo-alvo) apenas se observaram efeitos significativos do local da recolha de dados em três casos: os *ciganos*, os *indianos*, e os *moçambicanos*.

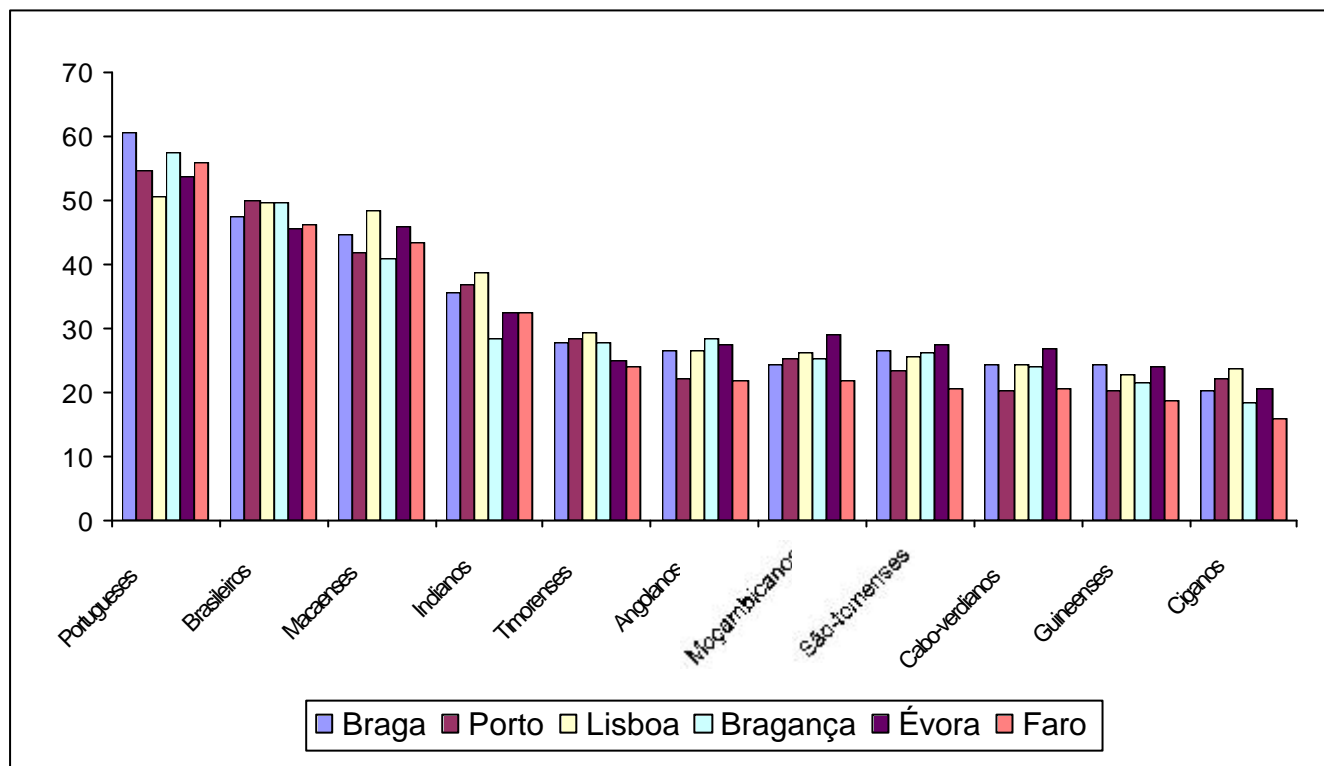
O estatuto social percebido dos *ciganos* é superior nos grandes centros urbanos, Lisboa ( $M = 23.80$ ) e Porto ( $M = 21.98$ ), do que nas cidades de menor dimensão, Faro ( $M = 15.91$ ) e Bragança ( $M = 18.28$ ), Braga ( $M = 20.23$ ) e Évora ( $M = 20.72$ ),  $F(1,292) = 4.937$ ,  $p < 0.001$ ?. Quanto aos *indianos*, o seu estatuto social percebido é significativamente mais baixo em Bragança ( $M=28.45$ ) do que nas outras cinco cidades,  $F(1,292) = 2.296$ ,  $p < 0.045$ ?. O estatuto social percebido dos *moçambicanos* é significativamente mais baixo em Faro ( $M=21.88$ ) do que nas outras cinco cidades,  $F(1,292) = 2.484$ ,  $p < 0.032$ ?

Numa tentativa de perceber os efeitos devidos ao local consultámos as estatísticas do SEF<sup>41</sup> para ver se existiria alguma relação entre o estatuto social percebido dos grupos estrangeiros (indianos e moçambicanos) e a sua concentração relativa no local de recolha de dados, mas não encontramos elementos que sugerissem alguma ligação, pelo que julgamos que os resultados ligados ao local de recolha de dados não são explicáveis pelo contexto.

---

<sup>41</sup> Correspondência particular.

**Gráfico 1 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização nacional) em função do local de recolha de dados**



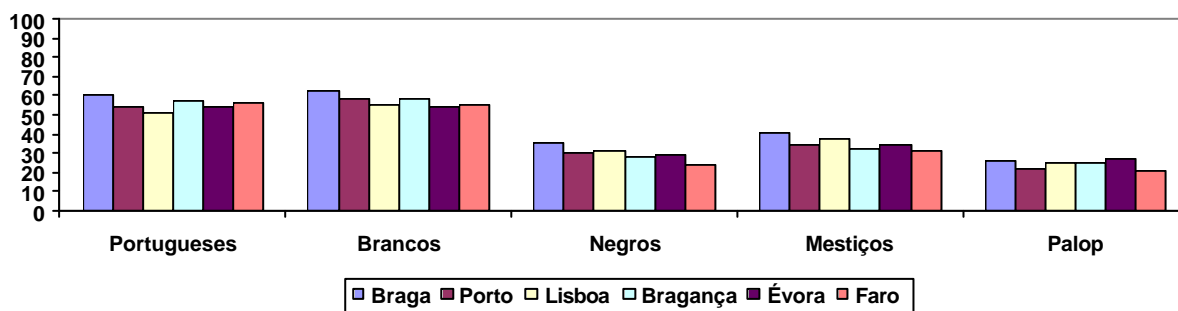
Efeitos do Local sobre o estatuto percebido do grupo-alvo (categorização nacional):

*Ciganos:*  $F(5,292)=4.937$ ,  $p<0.001$

*Indianos:*  $F(5,292)=2.296$ ,  $p<0.045$

*Moçambicanos:*  $F(5,292)=4.937$ ,  $p<0.001$

**Gráfico 2 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização racial) em função do local de recolha de dados**



Efeitos do Local sobre o estatuto percebido do grupo-alvo (categorização racial):

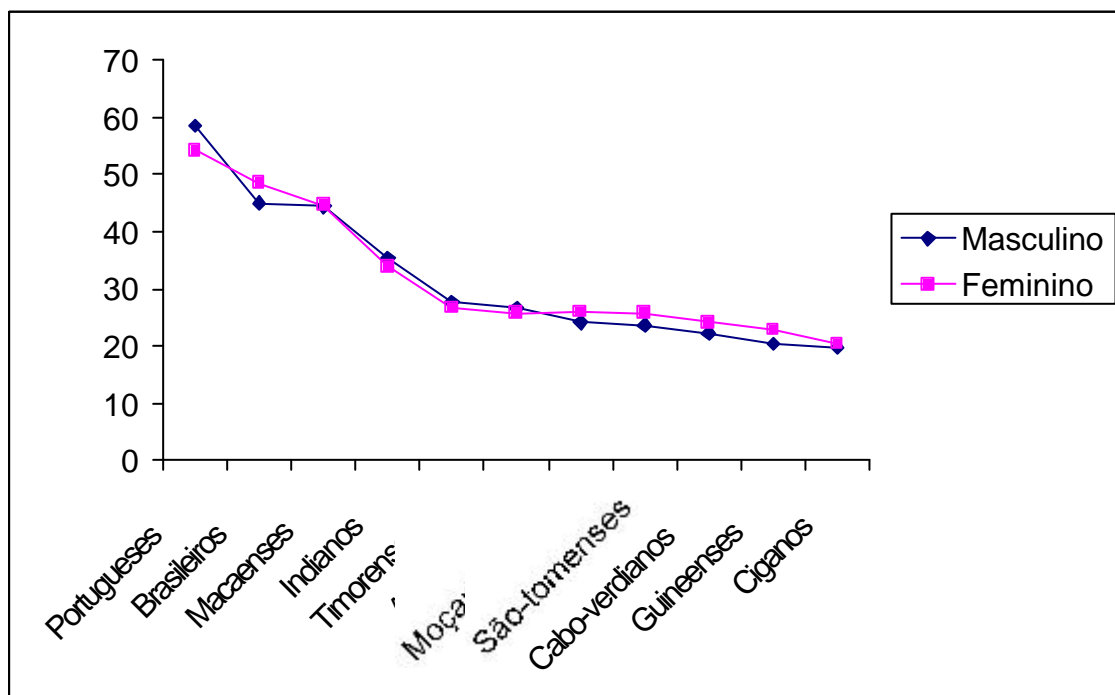
*Negros:*  $F(5,292)=3.028$ ,  $p<0.011$

*Mestiços:*  $F(5,292)=2.740$ ,  $p<0.019$

No que respeita aos grupos baseados na cor da pele (Gráfico 2), o estatuto social percebido dos *brancos* não difere em função do local de recolha de dados. Em contrapartida, verificam-se efeitos significativos do local tanto para os *negros*  $F(5,292) = 3.028, p < 0.011$ ? como para os *mestiços*  $F(5,292) = 2.740, p < 0.019$ ?. O estatuto social atribuído a ambos os grupos-alvo é significativamente mais baixo em Faro do que nas restantes cidades. Comparando estes resultados com os obtidos relativamente aos cinco grupos nacionais oriundos dos PALOP constatamos que o estatuto social percebido destes grupos é ligeiramente mais baixo em Faro do que nas restantes cidades, mas curiosamente esta diferença só é estatisticamente significativa para os moçambicanos, como referimos anteriormente.

A variável sexo dos participantes não produziu efeitos significativos no estatuto social percebido dos dez grupos-alvo minoritários categorizados com base na sua origem nacional ou geográfica (Gráfico 3). Em contrapartida, verificou-se um efeito significativo do sexo dos participantes em relação ao grupo maioritário: as mulheres ( $M = 54.25$ ) atribuíram significativamente menor estatuto aos portugueses do que os homens ( $M = 58.52$ ),  $F(5,292) = 4.771, p < 0.030$ ?

**Gráfico 3 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização nacional) em função do sexo dos participantes**



Efeitos do Sexo sobre o estatuto percebido de cada grupo-alvo (categorização nacional):

Portugueses:  $F(1,292)=4.771, p<0.030$

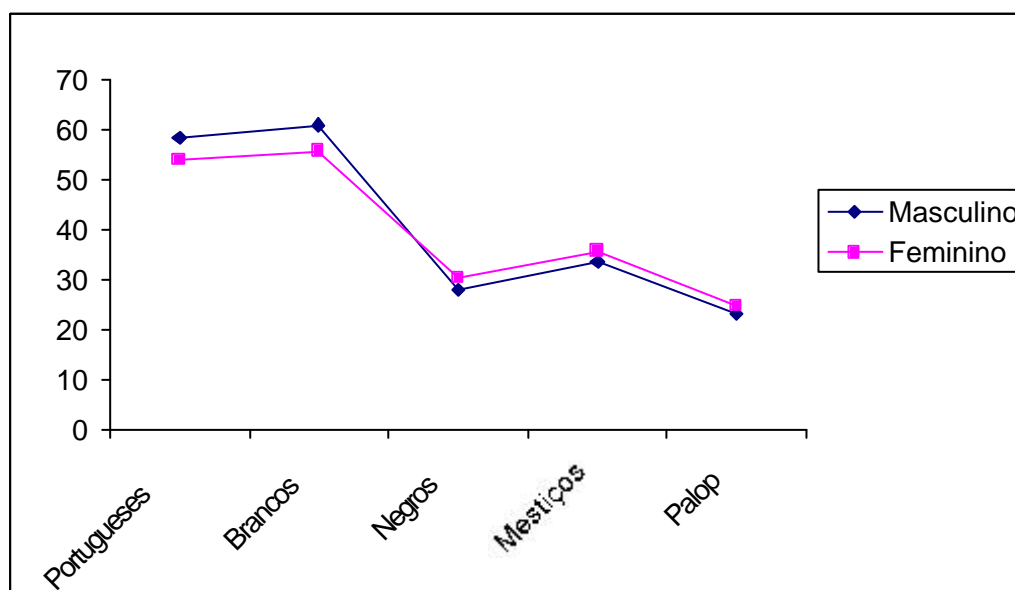
O mesmo padrão de resultados foi encontrado em relação aos três grupos-alvo baseados na cor da pele (Gráfico 4). O estatuto social percebido dos grupos minoritários – *negros e mestiços* - não difere em função do sexo dos participantes. Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *brancos* difere significativamente em função do sexo do participante: os homens ( $M = 61.20$ ) atribuíram um estatuto mais elevado aos *brancos* do que as mulheres ( $M = 55.87$ ),  $F(1,291) = 6.386$ ,  $p < 0.012$ .

Resumindo, na maior parte das catorze análises de variância efectuadas (uma para cada grupo-alvo) não se encontraram efeitos significativos do local de recolha de dados nem do sexo do participante, nem da interacção entre estas duas variáveis.

Os efeitos do local da recolha de dados em relação a alguns grupos não são consistentes nem na categorização nacional nem na categorização racial. Poderão, eventualmente, estar ligados à menor visibilidade de certos grupos em algumas cidades, mas este estudo não permite verificar essa hipótese.

Quanto ao sexo dos participantes o seu efeito só foi significativo relativamente ao grupo maioritário, fosse este designado pela nacionalidade (*portugueses*) ou pela cor da pele (*brancos*): os homens atribuíram significativamente maior estatuto social ao grupo maioritário do que as mulheres.

**Gráfico 4 - Estatuto social percebido dos grupos-alvo (categorização racial) em função do sexo dos participantes**



Efeitos do Sexo sobre o estatuto percebido do grupo-alvo (categorização racial):

*Branços*:  $F(1,292)=6.386$ ,  $p<0.012$

Efeitos do Grupo-alvo:

*Branços vs. Portugueses*:  $F(1,291)=2.40$ ,  $p<0.123$

*Branços vs. Negros*:  $F(1,291)=391.59$ ,  $p<0.0001$

*Branços vs. Mestiços*:  $F(1,290)=35.86$ ,  $p<0.0001$

*Negros vs. Mestiços*:  $F(1,290)=35.86$ ,  $p<0.001$

*Negros vs. PALOP*:  $F(1,292)=41.40$ ,  $p<0.001$

Seguidamente efectuámos uma série de análises multivariadas de variância para comparar o estatuto social percebido de diversos grupos-alvo em função da pertinência da respectiva comparação. Nas diversas análises efectuadas, tivemos o sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo como variável intra-participante.

**4.2.3.1.1 Hierarquização em função da nacionalidade ou origem geográfica**

Como podemos verificar no Gráfico 3, os *ciganos* constituem o grupo de menor estatuto social percebido ( $M = 20.31$ ). Seguidamente, surgem os vários grupos africanos de língua oficial portuguesa: guineenses ( $M = 22.25$ ); cabo-verdianos ( $M = 23.71$ ); são-tomenses ( $M = 25.22$ ); moçambicanos ( $M = 25.55$ ); e angolanos ( $M = 26.00$ ). Por ordem crescente de estatuto social percebido, seguem-se os três grupos de origem asiática: os timorenses ( $M = 26.97$ ); os indianos ( $M = 34.33$ ); e os macaenses ( $M = 44.58$ ). Finalmente, os brasileiros ( $M = 47.54$ ) são o grupo estrangeiro de estatuto social percebido mais elevado, sendo os portugueses ( $M = 55.39$ ) o grupo de estatuto mais elevado. Esta hierarquização dos grupos não difere em função do local de recolha de dados nem em função do sexo dos participantes.

Com o objectivo de averiguar se as diferenças no estatuto social percebido das diferentes nacionalidades africanas (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses) eram estatisticamente significativas efectuámos uma nova análise de variância mista tendo estes cinco grupos-alvo como medida variável intra-participantes. O efeito do grupo-alvo foi significativo, revelando que o estatuto social percebido dos cinco grupos africanos, embora próximo, é significativamente diferente  $F(1,289) = 8.62$ ,  $p < 0.001$ ? sendo o estatuto percebido dos cabo-verdianos e dos guineenses significativamente inferior ao dos angolanos, moçambicanos e

são-tomenses. A interacção entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes não foi significativa, nem a interacção entre o grupo-alvo e o local de recolha de dados. A tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante também não foi significativa.

#### 4.2.3.1.2 Hierarquização em função da cor da pele

Relativamente às categorizações baseadas na cor da pele (Gráfico 4), verifica-se uma hierarquização, em que aos *brancos* é atribuído um estatuto social mais elevado ( $M = 57.30$ ) do que aos *negros* ( $M = 29.86$ ),  $F(1,291) = 391.59$ ,  $p < 0.0001$ ?. Verifica-se uma interacção significativa entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes  $F(1,291) = 4.74$ ,  $p < 0.030$ ?. As análises de contrastes revelaram que o efeito principal do grupo-alvo é significativo tanto para os homens  $F(1,291) = 235.02$ ,  $p < 0.0001$ ? como para as mulheres  $F(1,291) = 379.61$ ,  $p < 0.0001$ ?. Relativamente ao local, a interacção com o grupo-alvo não foi significativa, nem a tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante.

O estatuto social atribuído aos *brancos* também é significativamente mais elevado ( $M = 57.30$ ) do que o atribuído aos *mestiços* ( $M = 35.32$ ),  $F(1,289) = 270.17$ ,  $p < 0.0001$ ?. Verifica-se uma interacção significativa entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes,  $F(1,289) = 5.05$ ,  $p < 0.025$ ?. As análises de contrastes revelaram que o efeito principal do grupo-alvo é significativo tanto para os homens  $F(1,189) = 176.00$ ,  $p < 0.0001$ ? como para as mulheres  $F(1,289) = 248.48$ ,  $p < 0.0001$ ?. Relativamente ao local, a interacção com o grupo-alvo não foi significativa nem a tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante.

O estatuto social atribuído aos *mestiços* ( $M = 35.32$ ) é significativamente mais elevado ( $M = 57.30$ ) do que o atribuído aos *negros* ( $M = 29.86$ ),  $F(1,290) = 35.86$ ,  $p < 0.0001$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes não é significativa, nem a interacção entre o grupo-alvo e o local de recolha de dados. A tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante também não é significativa.

#### 4.2.3.1.3 Hierarquização nacional e hierarquização racial

O estatuto social atribuído aos *brancos* ( $M = 57.30$ ) não é significativamente diferente do atribuído aos *portugueses* ( $M = 55.39$ ),  $F(1,291) = 2.40$ ,  $p < 0.123$ ?. A

interacção entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes não é significativa, nem a interacção entre o grupo-alvo e o local de recolha de dados. A tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante também não é significativa.

O estatuto social atribuído aos *negros* ( $M = 29.86$ ) é significativamente superior ao estatuto atribuído à média dos *PALOP* no seu conjunto ( $M = 24.53$ ),  $F(1,292) = 41.40$ ,  $p < 0.0001$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o sexo dos participantes não é significativa. A interacção entre o grupo-alvo e o local de recolha de dados é significativa  $F(1,292) = 2.34$ ,  $p < 0.042$ ?. As análises de contrastes revelaram que a diferença entre o estatuto atribuído aos *negros* em geral e o atribuído à média das cinco nacionalidades africanas consideradas foi significativa em Braga  $M = 35.57$  para os *negros* e  $= 25.65$  para os *PALOP*;  $F(1,292) = 42.34$ ,  $p < 0.0001$ ?, no Porto  $M = 30.70$  para os *negros* e  $= 22.32$  para os *PALOP*;  $F(1,292) = 23.53$ ,  $p < 0.0001$ ?, e em Lisboa  $M = 30.88$  para os *negros* e  $= 25.10$  para os *PALOP*;  $F(1,292) = 15.17$ ,  $p < 0.0001$ ?. Em contrapartida, em Bragança  $F(1,292) = 2.99$ ,  $p < 0.085$ ?, em Évora  $F(1,292) = 2.63$ ,  $p < 0.106$ ?, e em Faro  $F(1,292) = 3.05$ ,  $p < 0.082$ ? essa diferença não atinge o limiar da significância estatística. A tripla interacção entre o grupo-alvo, o local e o sexo do participante também não é significativa.

Resumindo, o estatuto social atribuído aos *negros* é superior ao estatuto social atribuído à média dos cinco grupos africanos (*PALOP*). Esta diferença é significativa tanto para os participantes do sexo masculino como para os participantes do sexo feminino. Em relação ao local de recolha de dados, esta diferença é significativa nas três maiores cidades (Lisboa, Porto e Braga), mas não nas cidades de menor dimensão (Bragança, Évora e Faro).

#### 4.3.3.2 Estatuto numérico percebido

A Tabela 11 apresenta as médias do estatuto numérico percebido (percentagem de cada um dos grupos-alvo na população residente em Portugal). Os grupos são apresentados por ordem decrescente de estatuto numérico percebido. Como se pode constatar a soma das percentagens médias dos vários grupos ultrapassa em muito os cem por cento. Tal deve-se ao facto dos participantes efectuarem as suas estimativas separadamente para cada grupo-alvo, sem qualquer preocupação em obter um total de 100. A informação detalhada sobre as médias e os desvios-padrão em função do local de recolha de dados e em função do sexo dos participantes é apresentada no Anexo 4.

**Tabela 11 – Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo em função da categorização nacional ou racial**

Categorização nacional	%	Categorização racial	%
Portugueses	77.30	Branços	75.32
Ciganos	14.08	Negros	18.84
Angolanos	13.90	Mestiços	10.16
Moçambicanos	9.58		
Brasileiros	9.38		
Cabo-verdianos	9.13		
Guineenses	6.28		
Timorenses	5.44		
Indianos	4.71		
Macaenses	4.65		
São-tomenses	4.33		

Como podemos constatar, os participantes sobrestimaram a percentagem dos vários grupos minoritários residentes em Portugal e, paralelamente, subestimaram a percentagem dos portugueses (77.30 %). Esta subestima da percentagem de portugueses foi significativamente superior nas mulheres ( $M = 75.87$ ) do que nos homens ( $M = 81.23$ ),  $F(1,281) = 5.148$ ,  $p < 0.024$ ?. O estatuto numérico percebido dos portugueses não variou em função do local de recolha de dados. A interacção entre o local e o sexo do participante também não foi significativa.

Os *ciganos* constituem o grupo minoritário ao qual é atribuído um maior estatuto numérico ( $M = 14.08$  %). Seguem-se, por ordem decrescente de estatuto numérico percebido: os *angolanos* ( $M = 13.90$  %), os *moçambicanos* ( $M = 9.58$  %), os *brasileiros* ( $M = 9.38$  %), os *cabo-verdianos* ( $M = 9.38$  %), os *guineenses* ( $M = 6.28$  %); os *timorenses* ( $M = 5.44$  %), os *indianos* ( $M = 4.71$  %), os *macaenses* ( $M = 4.65$  %), e os *são-tomenses* ( $M = 4.33$  %).

Quanto às designações baseadas na cor da pele, aos *brancos* foi atribuído o estatuto maioritário (75.32 %), seguido dos *negros* (18.84 %) e dos *mestiços* (10.16 %). Não se verificaram diferenças significativas ligadas ao sexo do participante ou ao local de recolha de dados.

Tal como procedemos para os dados referentes ao estatuto social, relativamente ao estatuto numérico (percentagem na população residente em Portugal) averiguámos para cada grupo-alvo se existiam diferenças no estatuto numérico percebido em função do

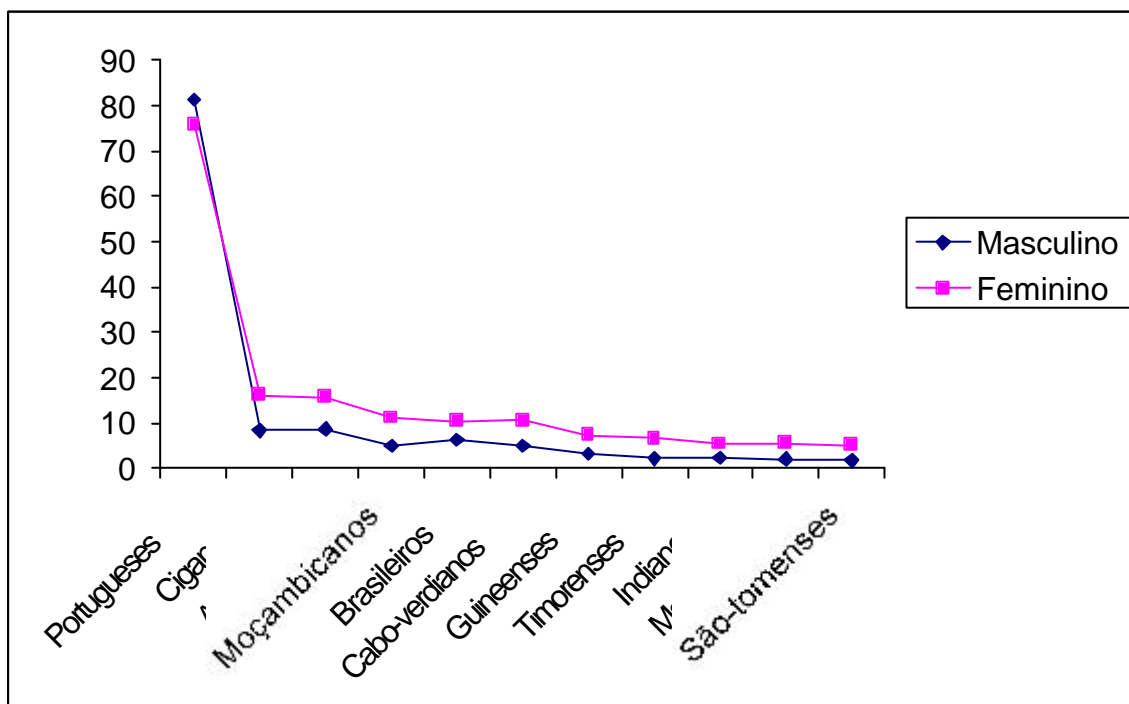


sexo do participante e do local de recolha de dados. Nesse sentido, efectuámos catorze análises de variância tendo o estatuto social percebido do grupo-alvo como variável dependente e sexo do participante e o local de recolha de dados como variáveis independentes.

Para todos os grupos baseados na nacionalidade ou origem geográfica (Gráfico 5) o efeito do sexo do participante foi significativo, sendo que as mulheres sobrestimaram a percentagem destes grupos comparativamente aos homens. Quanto aos grupos baseados na cor da pele (Gráfico 6) apenas se registou um efeito significativo do sexo no caso dos *mestiços*: as mulheres estimaram um número significativamente superior de mestiços ( $M = 11.33$ ) do que os homens ( $M = 6.73$ ).

O efeito do local de recolha de dados não foi significativo para nenhum dos catorze grupos-alvo nem a interação entre o local e o sexo do participante.

**Gráfico 5 – Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo (categorização nacional) em função do sexo do participante**



Efeitos do Sexo sobre o estatuto numérico percebido de cada grupo-alvo:

Angolanos:  $F(1,286)=7.268, p<0.007$

Macaenses:  $F(1,284)=12.316, p<0.0001$

Brasileiros:  $F(1,285)=3.112, p<0.079$

Moçambicanos:  $F(1,282)=7.983, p<0.005$

Cabo-verdianos:  $F(1,283)=7.236, p<0.006$

Portugueses:  $F(1,281)=5.148, p<0.024$

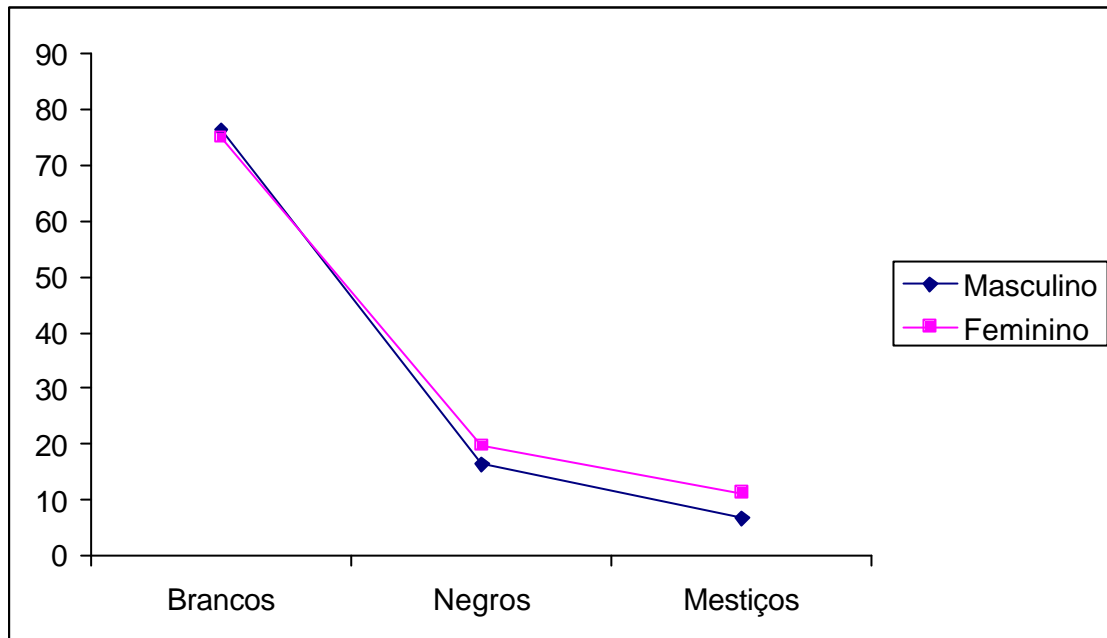
Guineenses:  $F(1,282)=6.913, p<0.009$

São-tomenses:  $F(1,280)=7.026, p<0.008$

Indianos:  $F(1,285)=4.703, p<0.031$

Timorenses:  $F(1,284)=10.563, p<0.001$

**Gráfico 6 – Estatuto numérico percebido dos grupos-alvo (categorização racial) em função do sexo do participante**



Efeitos do sexo dos participantes sobre o estatuto numérico percebido de cada grupo-alvo:

*Mestiços:*  $F(1,276)=8.276$ ,  $p<0.005$

#### 4.3.4 Discussão

Neste estudo analisou-se o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de catorze grupos presentes na sociedade portuguesa (angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, ciganos, guineenses, indianos, macaenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, brancos, negros e mestiços).

Relativamente às categorizações baseadas na origem nacional ou geográfica verifica-se uma hierarquização dos grupos-alvo consonante com as nossas hipóteses. Os participantes atribuem um maior estatuto social ao endogrupo (os *portugueses*) do que aos restantes grupos-alvo. Os brasileiros são o grupo estrangeiro de maior estatuto social percebido. Seguem-se, por ordem decrescente, os três grupos de origem asiática (macaenses, indianos, e timorenses), os cinco grupos oriundos dos países africanos de língua oficial portuguesa (angolanos, moçambicanos, são-tomenses, cabo-verdianos e guineenses). Os *ciganos* são o grupo de menor estatuto social percebido, o que vai de encontro aos resultados do Estudo 1, onde verificámos que este era um grupo fortemente etnicizado e racializado na sociedade portuguesa. Estes resultados confirmam a grande saliência deste grupo na sociedade portuguesa que tem sido evidenciado em outros estudos recentemente efectuados (Correia, Brito e Vala, 2001; Mendes, 1998).

Relativamente às categorizações baseadas na cor da pele, tal como esperávamos, verifica-se uma hierarquização, em que os *brancos* ocupam a posição superior, e os *negros* uma posição inferior, sendo atribuída aos *mestiços* uma posição muito mais próxima dos *negros* do que dos *brancos*.

Embora não tivéssemos partido de qualquer hipótese referente ao tipo de categorização (nacional *versus* racial), verificámos uma assimetria nos resultados. O estatuto social atribuído aos *brancos* não é significativamente diferente do atribuído aos *portugueses*. Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *negros* é significativamente superior ao estatuto atribuído aos cinco grupos africanos considerados (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses).

Tal poderá dever-se ao facto de os participantes estarem mais preocupados em não discriminar em função da cor da pele do que em relação à nacionalidade. Nos últimos anos as campanhas anti-racismo têm salientado a ilegitimidade da discriminação racial e é natural que mesmo sendo uma questão de natureza descritiva, os participantes tenham procurado ir ao encontro da norma anti-racista em vigor na sociedade actual. A norma

de corresponder ao ‘politicamente correcto’ que é mais facilmente activada pela designação racial do que pela designação nacional. É curioso que esta diferença seja significativa sobretudo nos grandes centros urbanos, onde a presença de imigrantes é superior.

O estatuto social percebido dos diversos grupos minoritários não difere significativamente em função do sexo dos participantes. Já em relação ao grupo dominante, os homens atribuíram significativamente maior estatuto social do que as mulheres, quer a designação assente na nacionalidade (*portugueses*) quer na cor da pele (*brancos*).

De um modo geral, o estatuto social percebido dos diversos grupos não diferiu significativamente em função do local de recolha de dados, isto é, verifica-se um consenso na forma como os diferentes grupos são representados em diferentes regiões do país, com maior ou menor concentração de residentes estrangeiros.

No entanto, verificaram-se algumas excepções. Os participantes dos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto) atribuíram maior estatuto social aos *ciganos* do que os participantes das cidades de menor dimensão (por ordem crescente: Faro, Bragança, Braga e Évora). No que respeita aos grupos oriundos dos PALOP (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses), apenas no caso dos *moçambicanos* se verificou um efeito significativo do local, sendo o seu estatuto social percebido significativamente inferior em Faro do que nas outras cinco cidades. Relativamente aos três grupos de origem asiática (indianos, macaenses e timorenses), verifica-se que o estatuto social percebido é significativamente inferior em Bragança do que nas restantes cinco cidades. Finalmente, nos grupos designados pela cor da pele, verificaram-se efeitos significativos do local de recolha de dados tanto para o grupo dos *negros* como no dos *mestiços*: o estatuto social dos *negros* e dos *mestiços* é inferior em Faro que nas restantes cidades. Assim, o estatuto social percebido dos grupos não parece estar directamente relacionado com a sua maior ou menor concentração nas diferentes zonas do país.

Relativamente ao estatuto numérico percebido, o aspecto mais curioso foi a significativa sobrestima da percentagem dos diversos grupos minoritários a residir em Portugal, paralelamente à subestima da percentagem do grupo maioritário. A sobrestima da percentagem dos diversos grupos minoritários verificou-se de forma mais

significativa nas mulheres do que nos homens, e em todas as regiões do país. Tal como aconteceu relativamente ao estatuto social percebido, o facto da concentração destes grupos ser maior ou menor na localidade em questão não parece ter tido qualquer impacto nos resultados.

Os resultados deste estudo exploratório ajudaram-nos a tomar decisões pertinentes para o prosseguimento da investigação. De facto, verificámos que, na sociedade portuguesa, os grupos de menor estatuto social percebido são os *ciganos* e os grupos oriundos dos PALOP. A escolha dos *ciganos* como grupo-alvo foi, no entanto, excluída por dois motivos. Por um lado, os métodos escolhidos para analisar os estereótipos sociais e para medir a variabilidade grupal percebida não se adequam a participantes com baixo nível de escolaridade. De facto, quase todas as pesquisas sobre esta problemática têm sido realizadas com estudantes universitários e utilizando métodos que requerem grande familiarização com a linguagem escrita, com a matemática ou mesmo o domínio do computador. Por outro lado, o estatuto social atribuído aos *ciganos* diferiu significativamente em função do local de recolha de dados, sendo superior nos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto) do que nas restantes cidades.

Assim optámos por seleccionar um grupo africano, uma vez que a percentagem de estudantes africanos ou de origem africana nos estabelecimentos de ensino secundário e de ensino superior é maior. Uma vez que na investigação da percepção da variabilidade grupal não seria conveniente comparar os dados relativos a dois grupos-alvo de graus de generalidade diferente, não poderíamos opor os ‘africanos em geral’ aos ‘portugueses’. Por isso optámos por trabalhar com um grupo africano específico: os *angolanos* como grupo minoritário e os *portugueses* como grupo maioritário. Neste caso, estamos face a dois grupos com o mesmo nível de generalidade.

O grupo dos *angolanos* foi seleccionado por ser um dos mais significativos grupos de imigrantes em Portugal em termos numéricos - é o segundo grupo africano em número a seguir aos cabo-verdianos - e por ser um dos grupos menos estudado. De facto, na data em que iniciámos esta investigação empírica, não tínhamos conhecimento de nenhum estudo específico sobre os *angolanos*, existindo já diversos estudos sobre os cabo-verdianos (e.g., França, 1992; Saint-Maurice, 1997) e também sobre os guineenses (e.g., Machado, 1991). Por outro lado, o facto do estatuto social percebido dos *angolanos* não diferir significativamente em função do local de recolha de dados,

permitia-nos uma maior flexibilidade no local de recolha de dados dos estudos seguintes.

Nos dois primeiros estudos exploratórios constatámos os efeitos da categorização social na percepção do posicionamento relativo de diversos grupos sociais na sociedade portuguesa. Uma vez seleccionados os dois grupos-alvo – portugueses (grupo maioritário) e angolanos (grupo minoritário) – é necessário analisar os conteúdos que são associados a estes grupos e qual o significado simbólico destes conteúdos, tendo como referência um universo de valores comum (e.g., Amâncio, 1989a; Deschamps, 1982a). É neste quadro que se inscrevem os três estudos seguintes sobre estereótipos sociais.

## 4.4 Estudo 3 - Estereótipos sociais e assimetria simbólica

### 4.4.1 Introdução

Um dos objectivos do estudo anterior era seleccionar um grupo minoritário na sociedade portuguesa que também se distinguisse por características físicas. Os resultados permitiram verificar que, exceptuando o singular lugar de destaque que é atribuído aos *ciganos*, os grupos nacionais africanos (PALOP) constituem os grupos de menor estatuto social percebido na sociedade portuguesa. Destes cinco grupos seleccionámos os angolanos por razões já explicitadas na discussão do estudo anterior: segundo grupo africano em termos numéricos em Portugal, grupo de imigração mais recente e menos estudado do que os cabo-verdianos (primeiro grupo em termos numéricos e com várias gerações em Portugal; Saint-Maurice, 1997).

Uma vez seleccionados os dois grupos-alvo para os estudos experimentais – os portugueses (grupo maioritário) e os angolanos (grupo minoritário) – foram realizados estudos exploratórios, com participantes de ambos os grupos (angolanos e portugueses), com o objectivo de analisar os conteúdos que são associados a estes grupos e qual o significado simbólico destes conteúdos (Amâncio, 1989a; Deschamps, 1982a).

Os três estudos apresentados neste capítulo têm por objectivo analisar os estereótipos dos estudantes portugueses e dos estudantes angolanos a residir em Portugal sobre o seu próprio grupo (auto-estereótipo) e sobre o exogrupo (hetero-estereótipo).

Em primeiro lugar pretendemos analisar os estereótipos dos ‘angolanos’ e dos ‘portugueses’, salientando quais as dimensões comuns e quais as dimensões que os diferenciam e ainda qual o nível de diversidade dos conteúdos associados a cada grupo (Estudo 3a). Em segundo lugar, pretendemos averiguar qual a avaliação dos conteúdos descritivos associados a cada grupo, a partir da simples opinião pessoal de cada participante (Estudo 3b). E, finalmente, pretendemos analisar a distância destes conteúdos em relação ao referente universal de pessoa adulta (Estudo 3c).

Tendo em vista estes objectivos, foram efectuados três estudos para proceder à caracterização dos estereótipos dos angolanos e portugueses. No Estudo 3a os participantes forneceram livremente os conteúdos descritivos de ambos os grupos. Com base nas características mais mencionadas para descrever os dois grupos-alvo, foi

elaborada uma lista de adjetivos que foi posteriormente apresentada aos participantes do Estudo 3b e do Estudo 3c. No Estudo 3b foi pedido aos participantes para classificarem, de forma independente (recorrendo a duas escalas separadas), em que medida cada um dos traços da referida lista era típico dos angolanos e dos portugueses, e também para avaliarem cada traço tendo em conta a sua opinião pessoal. No Estudo 3c foi pedido aos participantes para classificarem, de forma interdependente (recorrendo a uma só escala), em que medida cada um dos traços da referida lista era típico dos angolanos ou dos portugueses, e também para avaliarem cada característica tendo em conta o estereótipo de pessoa adulta na sociedade portuguesa, seguindo o procedimento adoptado por Amâncio (1993, 1994).

Os dados destes três estudos foram analisados em função das pertenças grupais dos participantes a fim de identificar especificidades na percepção social associadas a estas pertenças, para além da procura de dimensões consensuais entre elas<sup>42</sup>.

A nossa hipótese é de que numa época em que o racismo é claramente anti-normativo os conteúdos associados a ambos os grupos sejam predominantemente positivos. Assim, esperamos que a maior diferenciação entre os grupos não se opere ao nível da valência avaliativa dos conteúdos associados a cada grupo, mas ao nível das dimensões subjacentes a esses conteúdos. Esperamos que os conteúdos associados aos angolanos sejam predominantemente ligados à expressividade, ao exotismo, e à juventude, enquanto que os conteúdos associados aos portugueses sejam fundamentalmente ligados à instrumentalidade e à imagem de adulto.

Esperamos ainda que o estereótipo dos portugueses se aproxime mais do modelo ‘universal’ de pessoa adulta enquanto que o estereótipo dos angolanos se aproximará do modelo de pessoa jovem. Mas, numa época em que existe uma clara valorização social dos atributos ‘exóticos’ e ‘juvenis’<sup>43</sup>, e sendo os participantes nestes estudos jovens, é provável que o estereótipo dos angolanos seja avaliado mais positivamente do que o estereótipo dos portugueses, especialmente quando essa avaliação é feita tendo em conta a opinião pessoal. No entanto, quando a avaliação dos traços é efectuada tendo em conta o estereótipo de adulto na nossa sociedade, confrontando assim a opinião pessoal dos

---

<sup>42</sup> Seria interessante analisar nestes três estudos os efeitos da variável sexo dos participantes (masculino vs. feminino) assim como os efeitos de interacção entre o sexo e o grupo étnico dos participantes (angolanos vs. portugueses). No entanto, uma vez que se trata de estudos exploratórios nos quais se pretende essencialmente identificar as especificidades e procurar os consensos entre angolanos e portugueses, não vamos explorar os efeitos do sexo nestes três estudos.

<sup>43</sup> Ver a este propósito um interessante *dossier* sobre a juventude – “The Young” - em *The Economist*, 2000, nº8202, pp.84-90.



participantes com um modelo de referência universal, esperamos que o estereótipo dos portugueses seja avaliado mais positivamente.

Por último, esperamos um menor grau de consenso relativamente ao estereótipo dos portugueses do que relativamente ao estereótipo dos angolanos, isto é, esperamos verificar uma maior heterogeneidade na representação do grupo dos ‘portugueses’ do que na representação do grupo dos ‘angolanos’.

#### **4.4.2 Estudo 3a - Conteúdos dos estereótipos**

O Estudo 3a foi efectuado com o objectivo de averiguar quais os conteúdos descritivos associados aos angolanos e aos portugueses, tanto por membros do endogrupo como por membros do exogrupo.

A técnica utilizada para a recolha de dados foi a associação livre de palavras. Esta técnica tem sido amplamente utilizada nos estudos sobre representações sociais por “permitir apreender campos semânticos que se pressupõe possuírem propriedades estruturais e significantes” (Amâncio, 1989a, p.226).

A inexistência de estudos psicossociológicos sobre as representações recíprocas dos angolanos e dos portugueses na altura em que iniciámos a nossa investigação empírica, e o facto de o desenvolvimento da nossa investigação exigir o conhecimento fundamentado das principais dimensões caracterizadoras e diferenciadoras destes dois grupos, justificam a necessidade deste estudo. De notar que o uso da lista original de Katz e Braly (1993) nos pareceu, neste caso, desadequado, pois diz respeito a um contexto geográfico, político-institucional e temporal completamente distinto do que se vive, hoje em dia, em Portugal. Os estudos clássicos conduzidos por estes autores foram efectuados numa época em que o racismo era normativo nos EUA e não anti-normativo como actualmente. Aquele estudo evidencia uma grande preponderância de adjectivos extremamente negativos para caracterizar os grupos étnicos minoritários, especialmente os que mais se distanciavam dos valores da sociedade americana (vejam-se os resultados de Katz e Braly (1933) sobre os estereótipos dos grupos minoritários e a discussão de Amâncio (1989a, pp. 45-46) sobre a relação daqueles resultados com os valores dominantes, na altura, na sociedade americana.

#### 4.4.2.1 Método

##### 4.4.2.1.1 Participantes

Participaram neste estudo 31 estudantes angolanos (10 rapazes e 21 raparigas) e 31 estudantes portugueses (12 rapazes e 19 raparigas), com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos<sup>44</sup>. Este estudo foi realizado em Fevereiro de 1998.

A idade média dos participantes é de 21 anos e não difere significativamente entre rapazes e raparigas,  $\chi^2=15.311$ ,  $p<0.429$ . Já relativamente ao grupo dos participantes, verifica-se uma diferença significativa entre a idade média dos angolanos (23 anos) e a dos portugueses (19 anos),  $\chi^2=45.43$ ,  $p<0.001$ .

**Tabela 12 - Grupo e sexo dos participantes**

Sexo dos participantes	Grupo dos participantes		
	Angolanos	Portugueses	Total
Masculino	10	12	22
Feminino	21	19	40
Total	31	31	62

##### 4.4.2.1.2 Procedimento de recolha de dados

Os estudantes foram convidados a participar num estudo sobre percepção social. A investigadora distribuía a cada participante uma folha em branco (tamanho A4) e fornecia as seguintes instruções: “Qualquer grupo pode ser descrito em termos das suas características típicas. Gostaríamos que nos desse a sua opinião sobre quais são as características típicas dos *‘angolanos’*?”<sup>45</sup>. De preferência, exprima a sua opinião em termos de adjectivos, de modo a completar a frase seguinte: “Os *‘angolanos’* são ...”. Quando os participantes terminavam a descrição do primeiro grupo-alvo, a investigadora pedia-lhes para voltarem a folha de costas e efectuarem a descrição do segundo grupo-alvo. A ordem das palavras-estímulo foi contrabalançada: aproximadamente metade dos participantes começou pela palavra-estímulo ‘angolanos’ e a outra metade começou pela palavra-estímulo ‘portugueses’. Finalmente, eram

<sup>44</sup> Foram excluídos do tratamento de dados 8 participantes portugueses, 5 por terem dupla nacionalidade e/ou naturalidade africana, e 3 por não terem indicado características dos *angolanos* (argumentando a falta de contacto com esse grupo).

<sup>45</sup> A título de exemplo, colocámos as instruções relativamente ao primeiro grupo-alvo da Ordem 1.

solicitados dados pessoais: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. Terminada esta tarefa (aproximadamente 30 minutos), a investigadora agradecia a colaboração dos participantes e explicava sumariamente os objectivos do estudo.

#### ***4.4.2.1.3 Procedimento de análise de dados***

*Organização dos dicionários.* As palavras referidas pelos participantes foram submetidas a alguns agrupamentos na base estrita da raiz etimológica e todos os verbos e substantivos foram integrados numa forma adjectiva do masculino plural, seguindo o procedimento adoptado por Amâncio (1989, p. 228). Com este procedimento obtivemos um total de 320 palavras diferentes. Seguidamente, para cada grupo de participantes, procedemos à listagem das palavras associadas a cada grupo-alvo, acompanhadas das respectivas frequências de ocorrência, o que deu origem a quatro dicionários:

Aang – Descrição dos angolanos efectuada por participantes angolanos

Pang – Descrição dos angolanos efectuada por participantes portugueses

Apor – Descrição dos portugueses efectuada por participantes angolanos

Ppor – Descrição dos portugueses efectuada por participantes portugueses

Procedemos igualmente à listagem das palavras associadas a cada grupo-alvo, acompanhadas das respectivas frequências de ocorrência, independentemente do grupo étnico dos participantes, o que deu origem a dois dicionários:

Tang – Descrição dos angolanos efectuada pela totalidade dos participantes

Tpor – Descrição dos portugueses efectuada pela totalidade dos participantes

A fim de evitar as palavras cuja ocorrência pudesse ser devida a idiossincrasias dos participantes, foram eliminadas, dentro de cada dicionário, todas as palavras cuja frequência de ocorrência fosse inferior a dois. Com o total das associações retidas em todos os dicionários construímos uma tabela de frequências (ver Tabela 1 do Anexo 5) de 6 colunas x 130 palavras, onde as células são preenchidas com as frequências de ocorrência de cada palavra em cada dicionário.

*Homogeneidade dos dicionários.* Para averiguar o grau de homogeneidade dos dicionários foi calculado um *índice de homogeneidade*<sup>46</sup> para cada um dos seis dicionários. Este índice varia entre zero e 1, sendo que o zero corresponde ao máximo de homogeneidade.

*Análise de conteúdo dos dicionários.* Num primeiro momento, verificámos quais as palavras comuns aos vários dicionários e quais as palavras específicas de cada um. Num segundo momento, o vocabulário retido nos diversos dicionários foi analisado tendo em conta os grandes eixos estruturadores encontrados noutros estudos sobre estereótipos em que estão envolvidas assimetrias de estatuto: expressividade vs. instrumentalidade; dominância vs. submissão; sociabilidade positiva vs. sociabilidade negativa (e.g., Amâncio, 1989a; Delgado, 1997).

---

<sup>46</sup> Índice de homogeneidade = (Associações / Ocorrências); Associações = total de palavras diferentes; e Ocorrências = total de palavras, incluindo frequências.

#### 4.4.2.2 Resultados

##### *Homogeneidade dos dicionários*

Na Tabela 13 apresentamos os indicadores relativos ao vocabulário *obtido* originalmente (colunas da esquerda) e os que dizem respeito ao vocabulário *retido* após a selecção (colunas da direita).

**Tabela 13 - Indicadores relativos aos seis dicionários**

Dicionário	Associações		Ocorrências		Índice de Homogeneidade	
	Obtido	Retido	Obtido	Retido	Obtido	Retido
Aang	201	161	86	37	0.43	0.23
Pang	188	149	123	42	0.65	0.28
Apor	209	171	87	42	0.42	0.25
Ppor	189	140	120	42	0.63	0.30
Tang	389	347	182	73	0.47	0.21
Tpor	385	337	182	83	0.47	0.24

**Nota:**

**Associações** = total de palavras diferentes

**Ocorrências** = total de palavras, incluindo frequências

**Índice de homogeneidade** = (Associações / Ocorrências)

Varia entre 0 e 1, sendo 0 o máximo de homogeneidade

Da comparação entre os índices de homogeneidade relativos ao vocabulário obtido e retido, verifica-se que o critério de selecção utilizado contribuiu globalmente para uma maior homogeneidade interna dos dicionários. Relativamente ao vocabulário retido, os dois dicionários mais heterogéneos dizem respeito às descrições fornecidas pelos participantes portugueses (Ppor e Pang) e os dois dicionários mais homogéneos correspondem às descrições fornecidas pelos participantes angolanos (Aang e Apor). Verifica-se também uma diferenciação em função do grupo-alvo: os dicionários respeitantes às descrições do grupo-alvo angolanos (Aang e Pang) são mais homogéneos do que os dicionários referentes às descrições do grupo-alvo portugueses (Apor e Ppor). Assim, verificam-se dois efeitos, um relativo ao grupo dos participantes e o outro relativo ao grupo-alvo que combinados se traduzem numa maior heterogeneidade do grupo dos portugueses, especialmente quando este é descrito por membros do endogrupo (Ppor) e por uma maior homogeneidade do grupo angolanos, especialmente quando descrito pelos membros do próprio grupo (Aang).

### Conteúdo dos dicionários

Na análise de conteúdo dos dicionários averiguámos quais os traços considerados específicos de cada um dos grupo-alvos (dimensões diferenciadoras) e quais os traços comuns a ambos os grupos (dimensões comuns).

A Tabela 14 apresenta os traços atribuídos exclusivamente ao grupo dos angolanos. Como podemos constatar, dos 47 traços (Tang) apenas 7 são referidos por participantes angolanos (Aang) e por participantes portugueses (Pang): *alegres* (N=20), *pele escura* (N=10), *pobres* (N=9), *incultos* (N=7), *música mexida* (N=5), *espírito de família* (N=4), *lutadores* (N=4) e *nacionalistas* (N=4).

Tal como esperávamos os traços associados ao grupo dos angolanos são predominantemente ligados à expressividade (*alegres, bem dispostos, bem humorados, calorosos, emotivos, espontâneos, festivos, etc.*), e ao exotismo (*bons cantores, dançam bem, música mexida, música rap, ritmo, rituais, roupas coloridas, roupas tradicionais, etc.*). As referências à instrumentalidade negativa são também frequentes (*burros, desorganizados, despreocupados, ignorantes, incultos*) assim como os traços de submissão (*passivos, acomodados*).

De destacar, ainda, as referências ao conflito e à luta (*batalhadores, conflituosos, corajosos, lutadores*) e à solidariedade grupal (*camaradagem, companheiros, unidos*). Estas referências relativas ao conflito e à luta social, por um lado, e à solidariedade e coesão dentro do grupo, por outro, remetem claramente para um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas.

A posição desfavorável deste grupo é também patente em algumas referências directas à precariedade da sua situação económica e social (*discriminados, pobres, sofredores*). Por último, as referências à cor da pele como marca exterior da pertença grupal são referidas maioritariamente pelos portugueses (*pele escura, negros*).

**Tabela 14 - Atributos exclusivos do grupo dos angolanos**

Traços exclusivos dos angolanos	Aang	Pang	Tang
Acomodados		2	3
Alegres*	14	6	20
Artistas			2
Batalhadores	2		2
Bem dispostos		3	4
Bem humorados			2
Bons cantores		4	5
Burros		2	2
Calorosos		2	2
Camaradagem	3		3
Companheiros		2	3
Conflituosos			2
Corajosos	2		3
Cultos		3	3
Dançam bem		8	9
Desorganizados			2
Despreocupados	2		2
Discriminados			2
Emotivos		2	2
Esbanjadores	2		2
Espírito de família*	2	2	4
Espontâneos		2	2
Festivos	2		2
Generosos	2		3
Ignorantes			2
Incultos*	2	5	7
Invejosos	2		2
Leais		3	3
Lutadores*	2	2	4
Mulherengos			2
Música mexida*	3	2	5
Música rap		3	3
Nacionalistas*	2	2	4
Negros		3	4
Passivos	2		2
Pele escura*	3	7	10
Persistentes		2	3
Pobres		9	9
Prepotentes	3		3
Pretensiosos	2		2
Ritmo		4	4
Rituais		2	2
Roupas coloridas		2	3
Roupas tradicionais			2
Sinceros		2	2
Sofredores	2		3
Unidos		3	3

**Nota:** Os atributos assinalados com um asterisco\* são consensuais entre participantes angolanos e portugueses.



A Tabela 15 apresenta os traços atribuídos exclusivamente ao grupo dos portugueses. Como podemos constatar, dos 57 traços (Tpor) apenas 3 são referidos por participantes angolanos (Apor) e por participantes portugueses (Ppor): *conservadores* (N=14), *desportivos* (N=12) e *pessimistas* (N=4). Estes resultados remetem-nos claramente para um menor consenso na representação do grupo dos portugueses (três traços) do que no grupo dos angolanos (sete traços) e, simultaneamente, para uma maior heterogeneidade na representação do grupo dos portugueses (57 traços) do que na representação do grupo dos angolanos (47 traços). Tal heterogeneidade está patente na diversidade dos traços considerados exclusivos dos portugueses, sendo referida explicitamente por três participantes (*heterogéneos*). Outros traços, não fazendo referência explícita à heterogeneidade, remetem para uma certa idiossincrasia e originalidade dos portugueses (*criativos, críticos, imaginativos*).

Tal como esperávamos os conteúdos associados ao grupo dos portugueses remetem para a instrumentalidade positiva (*determinados, dinâmicos, empreendedores, estudiosos, inteligentes, pragmáticos*) e para a dominância e a discriminação (*autoritários, exploradores, preconceituosos, xenófobos*).

Contrariamente às nossas expectativas, são bastante frequentes as referências à sociabilidade negativa, sobretudo da parte dos participantes angolanos (*antipáticos, arrogantes, cínicos, desunidos, egoístas, fechados, frios, hipócritas, individualistas, interesseiros, introvertidos, mesquinhos, reservados, tímidos, tristes*). De destacar, ainda, as referências ao conservadorismo (*antiquados, conservadores*) e ao materialismo (*avarentos, consumistas, gananciosos, materialistas, poupadores*). As referências a uma certa nostalgia do passado também não são de descurar (*nostálgicos, saudosistas, sebastianistas*).

Por último, as referências à cor da pele são mais frequentes para caracterizar os angolanos (*pele escura, negros*; N=14) do que para caracterizar os portugueses (*pele clara, brancos*; N=7). Este resultado ilustra a forte associação entre nacionalidade e cor da pele, que não são vistas pelos participantes como dimensões independentes: *angolano, logo negro*.

**Tabela 15 - Atributos exclusivos do grupo dos portugueses**

Atributos exclusivos dos portugueses	Apor	Ppor	Tpor
Antipáticos	3		3
Antiquados	2		2
Arrogantes	3		3
Autónomos	2		2
Autoritários		2	2
Avarentos	3		3
Aventureiros		2	2
Boémios	2		2
Bom vinho		3	3
Branços			2
Cínicos	6		6
Complexados	3		3
Conservadores*	5	9	14
Consumistas		2	2
Criativos		2	2
Críticos		2	2
Desportivos*	9	3	12
Desunidos	4		4
Determinados			2
Dinâmicos		2	2
Egoístas	4		5
Empreendedores		3	3
Estudiosos	2		2
Exploradores	2		2
Fado		2	2
Fechados	3		3
Frios	3		3
Futebol		3	4
Gananciosos	2		2
Heterogéneos		2	3
Hipócritas	4		4
Imaginativos		3	3
Individualistas	2		2
Inteligentes		2	2
Interesseiros	3		3
Introvertidos	7		8
Materialistas		2	3
Mesquinhos	2		2
Nostálgicos		2	2
Originais		3	3
Ostentosos			2
Pacatos	2		2
Pele clara		4	5
Pessimistas*	2	2	4
Poupadores			2

(cont.)	Apor	Ppor	Tpor
Pragmáticos		2	2
Preconceituosos	2		2
Receptivos		2	2
Religiosos		3	3
Reservados	6		7
Românticos			2
Saudosistas		3	4
Sebastianistas		2	2
Sensíveis			2
Tímidos	2		2
Tristes	2		2
Xenófobos			2

**Nota:** Os atributos assinalados com um asterisco\* são consensuais entre participantes angolanos e portugueses

A Tabela 16 apresenta os traços comuns ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses. Dos 26 traços constantes nesta tabela, quatro são comuns a todos os dicionários, isto é, foram atribuídos ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses, tanto por participantes angolanos como por participantes portugueses (*acolhedores*, *simpáticos*, *sociáveis* e *trabalhadores*).

Embora estes traços sejam atribuídos a ambos os grupos, a sua frequência varia em função do grupo-alvo. No que diz respeito à dimensão de instrumentalidade, aos portugueses são associados preferencialmente traços de instrumentalidade positiva (o traço *trabalhadores* surge 20 vezes associado ao grupo dos portugueses e apenas 5 vezes associado ao grupo dos angolanos) enquanto que aos angolanos são associados preferencialmente traços de instrumentalidade negativa (o traço *preguiçosos* surge 8 vezes associado ao grupo dos angolanos e apenas 2 vezes associado ao grupo dos portugueses).

Quanto à dimensão de expressividade, os traços de expressividade positiva (*abertos*, *amigáveis*, *comunicativos*, *divertidos*, *extrovertidos*, *simpáticos*, *sociáveis*, *solidários*) são mais frequentemente associados aos angolanos (à excepção dos traços que remetem para o acolhimento: *acolhedores* e *hospitaleiros*) enquanto que os traços de expressividade negativa (*desconfiados*, *falsos*, *racistas*) são mais frequentemente associados aos portugueses.

**Tabela 16 - Atributos comuns ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses**

Atributos comuns	Tang	Tpor
Abertos	4	2
Acolhedores*	10	14
Ambiciosos	5	9
Amigáveis	7	4
Boa comida	2	6
Capacidade adaptação	4	2
Comunicativos	3	2
Conformados	2	2
Desconfiados	2	4
Divertidos	8	5
Extrovertidos	15	2
Falsos	2	3
Hospitaleiros	4	11
Humildes	8	2
Orgulhosos	6	2
Patrióticos	6	5
Preguiçosos	8	2
Prestáveis	2	2
Racistas	2	20
Simpáticos*	24	13
Simple	8	2
Sociáveis*	11	4
Solidários	11	9
Trabalhadores*	5	20
Tradicionalistas	5	6
Vaidosos	13	7

**Nota :** Os atributos assinalados com um asterisco\* são comuns aos seis dicionários.

Neste estudo procedemos à organização de seis dicionários descritivos do grupo dos ‘angolanos’ e do grupo dos ‘portugueses’ com base no vocabulário fornecido livremente pelos participantes. A comparação do vocabulário etido nos dicionários elaborados neste estudo permitiu-nos verificar um efeito ligado ao grupo do participante: os dois dicionários mais heterogéneos dizem respeito às descrições fornecidas pelos participantes portugueses e os dois dicionários mais homogéneos correspondem às descrições fornecidas pelos participantes angolanos. Verifica-se também uma diferenciação em função do grupo-alvo: os dicionários respeitantes às descrições do grupo-alvo ‘os angolanos’ são mais homogéneos do que os dicionários referentes às descrições do grupo-alvo ‘os portugueses’. Estes dois efeitos combinados traduzem-se numa maior heterogeneidade do grupo dominante, especialmente quando

este é descrito por membros do endogrupo (portugueses) e numa maior homogeneidade do grupo dominado, especialmente quando descrito pelos membros do próprio grupo (angolanos).

Na análise de conteúdo dos dicionários averiguámos quais dimensões comuns a ambos os grupos e quais as dimensões diferenciadoras, assim como o nível de diversidade do conteúdo associado a cada um dos grupos.

A comparação do número de traços usados para descrever exclusivamente cada um dos grupos-alvo remete claramente para um menor consenso na representação do grupo dos portugueses do que no grupo dos angolanos, isto é, para uma maior heterogeneidade na representação do grupo dos portugueses do que na representação do grupo dos angolanos. Tal heterogeneidade está patente não só na diversidade dos traços considerados exclusivos dos portugueses, como é referida explicitamente por alguns participantes, que descrevem o grupo dos portugueses fazendo referência a traços que remetem para uma certa idiossincrasia e originalidade dos portugueses. Assim, mais uma vez, verificamos uma assimetria apontando para uma maior variabilidade do grupo dos portugueses.

Tal como esperávamos, os traços associados exclusivamente ao grupo dos angolanos são predominantemente ligados à expressividade e ao exotismo. As referências à instrumentalidade negativa são também frequentes assim como os traços de submissão.

De destacar, ainda, as referências ao conflito e à luta social, por um lado, e à solidariedade e coesão dentro do grupo, por outro. Estas referências remetem claramente para um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas.

A posição desfavorável deste grupo é também patente em algumas referências directas à precariedade da sua situação económica e social. Por último, as referências à cor da pele como marca exterior da pertença grupal, referidas maioritariamente pelos portugueses, remetem para a diferença que é vista como estigma.

Os conteúdos associados exclusivamente ao grupo dos portugueses remetem para a instrumentalidade positiva, para a dominância e a discriminação social. As referências a traços de sociabilidade negativa são também bastante frequentes, sobretudo da parte

dos participantes angolanos. De destacar, ainda, os traços ligados ao conservadorismo e ao materialismo, assim como os traços ligados a uma certa nostalgia do passado.

Verificámos também alguns traços atribuídos a ambos os grupos, no entanto, a sua frequência varia consideravelmente em função do grupo-alvo. No que diz respeito à dimensão de instrumentalidade, aos portugueses são associados preferencialmente traços de instrumentalidade positiva enquanto que aos angolanos são associados preferencialmente traços de instrumentalidade negativa. Quanto à dimensão de sociabilidade, os traços de sociabilidade positiva são mais frequentemente associados aos angolanos enquanto que os traços de sociabilidade negativa são mais frequentemente associados aos portugueses.

Comparando as dimensões de conteúdo atribuídas exclusivamente a cada um dos grupos, constatamos que ao grupo dos angolanos são associados traços referentes à sociabilidade positiva e ao exotismo, enquanto que ao grupo dos portugueses são associados traços referentes à sociabilidade negativa, ao conservadorismo e ao materialismo.

Aos angolanos são associados os traços remetendo para um grupo ocupando uma posição desfavorecida social e economicamente – submissão, vítima de discriminação -, enquanto que aos portugueses são associados os traços remetendo para um grupo ocupando uma posição privilegiada – dominância, actor de discriminação. Paralelamente, aos angolanos são atribuídos traços remetendo para a solidariedade e coesão grupais (típicos dos membros dos grupos dominados cuja identidade é ameaçada pelo exterior) enquanto que aos portugueses são atribuídos traços remetendo para a autonomia e independência (típicos dos membros dos grupos dominantes, cuja singularidade e idiossincrasia não estão ameaçadas pela sua pertença grupal).

As referências à cor da pele como marca exterior da pertença grupal são mais frequentes para caracterizar os angolanos do que para caracterizar os portugueses. Este resultado ilustra a forte associação entre nacionalidade e cor da pele, que não são consideradas pelos participantes como dimensões independentes. Remete igualmente para a maior centralidade da cor da pele nos membros do grupo dominado do que nos membros do grupo dominante, visto que nos primeiros funciona como estigma que os demarca da sociedade em geral.

Resumindo, tal como esperávamos, a maior diferenciação entre os grupos opera-se ao nível das dimensões subjacentes aos conteúdos que lhe estão associados: sociabilidade positiva, expressividade, exotismo e instrumentalidade negativa para os angolanos; sociabilidade negativa, conservadorismo, dominância e instrumentalidade positiva para os portugueses. Outro aspecto que ressalta dos nossos dados, é a maior diversidade de conteúdos associados aos portugueses, o que aponta para uma representação mais heterogénea deste grupo, isto é, menos estereotipada.

Uma vez analisadas as dimensões de conteúdo subjacentes às representações de cada um dos grupos, resta-nos empreender uma análise mais sistemática para verificar até que ponto estes traços, fornecidos livremente pelos participantes, são percebidos como estereotípicos ou como contra-estereotípicos de cada um dos grupos-alvo. Outro aspecto essencial é averiguar qual valência avaliativa destes traços a partir da opinião pessoal dos participantes.

#### **4.4.3 Estudo 3b - Avaliação dos conteúdos**

No estudo anterior procedemos à análise das dimensões de conteúdo subjacentes às representações do ‘grupo dos angolanos’ e do ‘grupo dos portugueses’, e averiguámos o nível de diversidade dos conteúdos associados a cada um dos grupos.

Neste estudo, com base numa lista de adjetivos fornecida aos participantes, vamos empreender uma análise mais sistemática da estereotipicidade de cada um dos traços (até que ponto cada traço é percebido como estereotípico ou como contra-estereotípico de cada um dos grupos-alvo) e da sua valência avaliativa a partir da opinião pessoal dos participantes (até que ponto cada traço é percebido como positivo, neutro ou negativo).

A partir do vocabulário obtido no estudo anterior foi constituída uma lista de adjetivos cuja selecção foi orientada sobretudo por critérios qualitativos. Procurou-se uma representação equilibrada dos traços referidos por participantes angolanos e por participantes portugueses, considerando sempre que possível os traços obtidos em mais de um dicionário. Foram eliminados todos os traços relativos a características físicas (por exemplo: “pele escura”, “pele clara”) e às relações entre os sexos (por exemplo: “mulherengos”), visto serem ou irrelevantes para os estudos seguintes ou indutores de efeitos não controlados.

A lista de traços utilizada neste estudo foi elaborada com os traços mais frequentemente referidos no estudo anterior. Foram ainda acrescentados seis novos traços<sup>47</sup> geralmente presentes nas listas de adjetivos utilizadas nos estudos sobre estereótipos relativos a grupos étnicos para permitir comparações dos nossos dados com os estudos anteriores devido à sua relevância em diversos estudos sobre estereótipos de grupos minoritários africanos ou afro-americanos (e.g., Delgado, 1997; Gilbert, 1951; Katz e Braly, 1933). Foram efectuadas algumas adaptações do vocabulário de modo a aproximá-lo mais dos traços habitualmente considerados<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Foram acrescentados os seguintes traços: “agressivos”, “amantes do prazer”, “honestos”, “impulsivos”, “sensuais” e “supersticiosos”.

<sup>48</sup> As adaptações de vocabulário foram as seguintes: “bons cantores”, “música rap” e “música mexida” foram substituídos por “musicais”; “apreciadores de boa comida” por “gulosos”; “ritmo” por “cheios de ritmo”; “camaradagem” por “espírito de camaradagem”; “espírito de família” por “forte ligação à família”.



Neste estudo, os 80 traços que resultaram desta selecção foram submetidos a três classificações independentes tendo em conta a opinião pessoal dos participantes: a estereotipicalidade em relação aos angolanos; a estereotipicalidade em relação aos portugueses; e a valência avaliativa.

#### 4.4.3.1 Método

##### 4.4.3.1.1 Participantes e desenho

Participaram neste estudo 50 estudantes angolanos (27 rapazes e 23 raparigas) e 64 estudantes portugueses (28 rapazes e 36 raparigas)<sup>49</sup>. A idade média difere significativamente em função do sexo dos participantes, sendo os rapazes mais velhos do que as raparigas (respectivamente 23 anos e 21 anos,  $\chi^2=26.956$ ,  $p<0.029$ ) e também em função do grupo étnico dos participantes, sendo os angolanos mais velhos do que os portugueses (respectivamente 24 anos e 19 anos,  $\chi^2=61.053$ ,  $p<0.001$ ).

Este estudo foi realizado de Fevereiro a Março de 1998. A Tabela 17 representa a distribuição dos participantes de angolanos e portugueses.

**Tabela 17 - Grupo e sexo dos participantes**

Sexo dos participantes	Grupo dos participantes		
	Angolanos	Portugueses	Total
Masculino	27	28	55
Feminino	23	36	59
Total	50	64	114

##### 4.4.3.1.2 Procedimento de recolha de dados

As respostas dos participantes foram recolhidas colectivamente em sala de aula. A investigadora apelou à participação dos estudantes numa investigação sobre psicologia intercultural, tendo como objectivo estudar questões relacionadas com a forma como as pessoas de diferentes culturas se percebem umas às outras. No questionário (ver Anexo 6) os participantes eram confrontados com uma lista de 80 adjectivos, sendo-lhes pedido que classificassem essas características de acordo com a sua opinião pessoal. A mesma lista de adjectivos era apresentada três vezes, sendo associada a três escalas de 7 pontos: uma para averiguar a estereotipicidade em relação aos angolanos; outra para averiguar a estereotipicidade em relação aos portugueses; e outra para avaliar a valência das características. A ordem dos dois grupos-alvo era contrabalançada, de modo que cerca de metade dos participantes começava por responder em relação ao grupo-alvo 'angolanos' e a outra metade começava por responder em relação ao grupo-

<sup>49</sup> Foram eliminados deste estudo 11 participantes portugueses por terem dupla nacionalidade e/ou naturalidade africana.

alvo ‘portugueses’. A avaliação da valência dos traços era sempre efectuada no fim. Esta tarefa demorou aproximadamente 30 minutos. Depois dos questionários recolhidos, a investigadora esclarecia os objectivos do estudo e respondia às eventuais questões dos participantes.

#### **4.4.3.1.3 Instrumentos de medida**

*Valência dos traços.* Foi pedido aos participantes para estimarem a valência avaliativa de cada um dos traços usados no questionário através de uma escala de sete pontos (1= “muito negativo”; 7 = “muito positivo”).

*Estereotipicalidade dos traços em relação aos angolanos.* Foi pedido aos participantes para estimarem a estereotipicalidade de cada um dos traços usados no questionário através de uma escala de sete pontos para averiguar a estereotipicalidade em relação ao grupo dos *angolanos* (1= “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”).

*Estereotipicalidade dos traços em relação aos portugueses.* Foi pedido aos participantes para estimarem a estereotipicalidade de cada um dos traços usados no questionário através de uma escala de sete pontos, uma para averiguar a estereotipicalidade em relação ao grupo dos portugueses (1= “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”).

#### **4.4.3.1.4 Procedimento de análise de dados**

*Classificação dos traços.* Para classificar os traços em função da sua valência avaliativa e em função do sua estereotipicalidade, foram efectuados vários testes-t testando contra o ponto médio das escalas (*one-sample t test*; *test value* = 4). Foram realizados três testes-t para cada uma das três escalas (valência avaliativa; estereotipicalidade em relação aos angolanos; estereotipicalidade em relação aos portugueses): um para os participantes angolanos; outro para os participantes portugueses; e outro considerando a totalidade dos participantes. O Anexo 7 apresenta os resultados dos nove testes-t efectuados<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Em nenhum dos tratamentos estatísticos efectuados nesta pesquisa empírica se procedeu a substituições de médias no caso de “não-respostas”, uma vez que consideramos que a não-resposta é um aspecto a ter em conta. O não preenchimento das não-respostas têm como consequência que a informação estatística (médias, desvios-padrão, graus de liberdade, etc.) relativa a determinados itens não seja sempre a mesma, pois tal depende do número de participantes que para cada análise estão em condições de ser ou não incluídos.

Para a escala referente à valência avaliativa das características, uma diferença significativa positiva face ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerado *positivo*, enquanto que uma diferença significativa *negativa* indica que esse traço é considerado *negativo*. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerado *neutro*.

No caso das escalas referentes ao carácter estereotípico dos traços, uma diferença significativa positiva em relação ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerado *estereotípico* do grupo-alvo em questão, enquanto que uma diferença significativa negativa indica que esse traço é considerado *contra-estereotípico* do grupo-alvo em questão. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da escala indica que esse traço não é considerado relevante para caracterizar o grupo em questão.

*Consenso na classificação dos traços.* Uma vez classificados os traços em função dos testes-t efectuados, verificámos se existia um consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses relativamente à forma como os traços foram classificados nas três escalas. Nesse sentido foram efectuados testes-t confrontando as respostas de ambos os grupos de participantes relativamente a cada traço (*independent-samples t test*).

#### 4.4.3.2. Resultados

##### *Valência avaliativa dos traços tendo em conta a opinião pessoal dos participantes*

A Tabela 18 apresenta os traços considerados *positivos* pelos participantes angolanos e portugueses (indicamos apenas os traços que obtiveram uma média igual ou superior a 5, pelo menos para um dos grupos de participantes). Para não sobrecarregar o corpo do texto, e por comodidade de leitura, remetemos os desvios-padrão e a informação estatística detalhada correspondente aos testes efectuados para anexo (ver Anexo 7).

Dos 80 traços apresentados aos participantes, 43 foram considerados *positivos*. Verifica-se um grande consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses quanto à valência avaliativa dos traços apresentados, embora a valorização dos traços não siga exactamente a mesma ordem para ambos os grupos. Podemos constatar que os traços considerados mais positivos estão ligados, por um lado, à sociabilidade e solidariedade e, por outro, à instrumentalidade.

Dada a consensualidade da classificação destes 43 traços entre participantes angolanos e portugueses, estes serão a partir de agora designados como traços *positivos*.

**Tabela 18 - Traços considerados *positivos* em função do grupo dos participantes**

Traços positivos	Angolanos	Traços positivos	Portugueses
Trabalhadores	5.71	Unidos	6.25
Boa capacidade de adaptação	5.68	Honestos	6.08
Sociáveis	5.68	Amigáveis	6.03
Alegres	5.66	Bem dispostos	6.03
Bem humorados	5.62	Simpáticos	6.02
Dinâmicos	5.62	Bem humorados	5.98
Simpáticos	5.61	Cultos	5.98
Unidos	5.61	Sociáveis	5.96
Bem dispostos	5.60	Divertidos	5.95
Acolhedores	5.57	Espírito de camaradagem	5.95
Espírito de camaradagem	5.56	Boa capacidade de adaptação	5.92
Lutadores	5.56	Sensíveis	5.92
Divertidos	5.54	Solidários	5.90
Comunicativos	5.53	Alegres	5.89
Amigáveis	5.48	Hospitaleiros	5.89
Inteligentes	5.47	Trabalhadores	5.89
Calorosos	5.41	Inteligentes	5.83
Solidários	5.40	Leais	5.81
Cultos	5.38	Simples	5.81
Forte ligação à família	5.37	Dinâmicos	5.80
Hospitaleiros	5.36	Acolhedores	5.75
Simples	5.36	Forte ligação à família	5.72
Criativos	5.34	Criativos	5.67
Empreendedores	5.30	Corajosos	5.63
Leais	5.26	Desportivos	5.63
Cheios de ritmo	5.24	Lutadores	5.63
Corajosos	5.22	Calorosos	5.61
Desportivos	5.22	Comunicativos	5.59
Honestos	5.20	Humildes	5.41
Humildes	5.14	Extrovertidos	5.40
Religiosos	5.14	Aventureiros	5.38
Imaginativos	5.12	Empreendedores	5.38
Sensuais	5.10	Imaginativos	5.36
Amantes do prazer	5.08	Cheios de ritmo	5.34
Musicais	5.02	Receptivos	5.32
Românticos	5.02	Nacionalistas	5.30
Aventureiros	4.96	Festivos	5.25
Extrovertidos	4.94	Românticos	5.24
Festivos	4.92	Amantes do prazer	5.21
Nacionalistas	4.86	Espontâneos	5.19
Receptivos	4.84	Sensuais	5.05
Sensíveis	4.74	Musicais	5.00
Espontâneos	4.67	Religiosos	4.71

**Nota:** Escala 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo” (opinião pessoal dos participantes).  
**Todos os valores apresentados diferem significativa e positivamente do ponto médio da escala.**

A Tabela 19 apresenta os traços considerados *negativos* pelos participantes angolanos e portugueses (indicamos apenas os traços que obtiveram média igual ou inferior a 3.25, pelo menos para um dos grupos de participantes). Globalmente, os traços considerados mais negativos estão relacionados com a sociabilidade negativa e com a fraca instrumentalidade.

Podemos constatar que existe um grande consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses quanto aos traços negativos, embora este seja menor que relativamente aos traços positivos. Assim, para além da ordem de negatividade dos traços não ser a mesma para ambos os grupos, podemos verificar que em alguns casos, traços considerados negativos por um grupo são considerados neutros pelo outro. Seis dos traços apresentados nesta lista são considerados significativamente negativos pelos participantes portugueses, mas não pelos participantes angolanos: *conflituosos*, *desconfiados*, *materialistas*, *ostentosos*, *passivos* e *pessimistas*. Esta diferença na classificação dos traços foi confirmada pelos testes-t confrontando as médias de ambos os grupos.

Assim, dos 23 traços apresentados nesta tabela, 17 têm avaliações consensuais entre participantes angolanos e portugueses. Estes 17 traços serão a partir de agora designados como traços *negativos*.

**Tabela 19 - Traços considerados *negativos* em função do grupo dos participantes**

Traços negativos	Angolanos	Traços negativos	Portugueses
Hipócritas	2.38	Racistas	1.60
Preguiçosos	2.41	Falsos	1.61
Falsos	2.45	Antipáticos	1.92
Ignorantes	2.49	Hipócritas	1.92
Racistas	2.53	Cínicos	1.95
Cínicos	2.54	Invejosos	1.98
Invejosos	2.70	Egoístas	2.00
Frios	2.73	Avarentos	2.06
Antipáticos	2.82	Ignorantes	2.13
Agressivos	2.88	Agressivos	2.27
Fechados	3.14	Frios	2.30
Preconceituosos	3.14	Conflituosos	2.30
Egoístas	3.18	Preguiçosos	2.31
Avarentos	3.31	Fechados	2.43
Conflituosos	3.39*	Pessimistas	2.56
Conformados	3.42	Preconceituosos	2.58
Individualista	3.48	Desconfiados	2.81
Pessimistas	3.48	Conformados	2.84
Supersticiosos	3.66*	Passivos	2.89
Ostentosos	3.94*	Ostentosos	3.00
Passivos	3.98*	Individualistas	3.10
Desconfiados	4.08*	Supersticiosos	3.15
Materialistas	4.24*	Materialistas	3.28

**Nota:** Escala 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo” (opinião pessoal dos participantes).  
Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala (traços neutros).

### ***Traços estereotípicos dos angolanos***

A Tabela 20 apresenta os traços considerados *estereotípicos dos angolanos*. Como podemos constatar, 34 dos 80 traços apresentados aos participantes são considerados estereotípicos dos angolanos. Destes apenas 6 não reúnem consenso entre os participantes angolanos e participantes portugueses: o traço *simples* é considerado neutro pelos participantes angolanos e é considerado estereotípico dos angolanos pelos participantes portugueses; os traços *aventureiros*, *boa capacidade de adaptação* e *sensuais* são considerados estereotípicos dos angolanos pelos participantes angolanos, mas são considerados neutros pelos participantes portugueses; os traços *ostentosos* e *vaidosos* são considerados típicos dos angolanos pelos participantes angolanos e são considerados contra-estereotípicos dos angolanos pelos participantes portugueses.



De notar que todos os traços estereotípicos dos angolanos são considerados consensualmente positivos (ver Tabela 18), com as seguintes excepções: o traço *orgulhosos* é considerado positivo pelos angolanos (mas com média inferior a 5 pelo que não consta na Tabela 18) e neutro pelos portugueses; os traços *ostentosos* e *vaidosos* são considerados neutros pelos angolanos e negativos pelos portugueses (embora com média superior a 3 pelo que não constam na Tabela 19); os traços *emotivos* e *patrióticos*, são considerados consensualmente positivos por angolanos e portugueses (mas não constam da Tabela 18 por apresentarem valores inferiores a 5).

Assim podemos constatar que os angolanos reivindicam para o endogrupo todos os traços positivos ligados à expressividade, sociabilidade e solidariedade, recusando todos os traços negativos. Por seu turno, os portugueses atribuem aos angolanos os traços positivos ligados à expressividade, sociabilidade e exotismo, não lhes atribuindo nenhum traço negativo.

**Tabela 20 - Traços considerados estereotípicos dos angolanos em função do grupo dos participantes**

Traços típicos dos angolanos	+/-	Angolanos	Traços típicos dos angolanos	+/-	Portugueses
Alegres	+	6.40	Cheios de ritmo	+	5.64
Festivos	+	6.36	Festivos	+	5.59
Vaidosos	+	6.20	Nacionalistas	+	5.45
Cheios de ritmo	+	6.12	Unidos	+	5.44
Forte ligação à família	+	6.10	Bem dispostos	+	5.38
Calorosos	+	6.08	Musicais	+	5.35
Divertidos	+	6.08	Bem humorados	+	5.33
Sociáveis	+	6.08	Forte ligação à família	+	5.31
Acolhedores	+	6.06	Alegres	+	5.29
Simpáticos	+	6.02	Simples	+	5.29
Hospitaleiros	+	5.94	Emotivos	+	5.24
Amantes do prazer	+	5.92	Patrióticos	+	5.24
Bem dispostos	+	5.92	Amigáveis	+	5.23
Amigáveis	+	5.76	Lutadores	+	5.14
Receptivos	+	5.68	Espírito de camaradagem	+	5.09
Musicais	+	5.67	Divertidos	+	5.02
Bem humorados	+	5.64	Solidários	+	4.95
Comunicativos	+	5.56	Calorosos	+	4.94
Extrovertidos	+	5.48	Simpáticos	+	4.85
Emotivos		5.44	Sociáveis	+	4.84
Boa capacidade de adaptação	+	5.41	Hospitaleiros	+	4.77
Orgulhosos		5.32	Religiosos	+	4.73
Solidários	+	5.28	Receptivos	+	4.66
Espírito de camaradagem	+	5.22	Espontâneos	+	4.63
Ostentosos	+	5.20	Amantes do prazer	+	4.60
Aventureiros	+	5.10	Acolhedores	+	4.55
Espontâneos	+	5.04	Orgulhosos	+	4.55
Sensuais	+	5.04	Comunicativos	+	4.52
Religiosos	+	5.02	Extrovertidos	+	4.51
Nacionalistas	+	4.96	Boa capacidade de adaptação	+	4.30*
Patrióticos	+	4.88	Aventureiros	+	4.27*
Lutadores	+	4.80	Sensuais	+	4.11*
Unidos	+	4.65	Vaidosos		3.42**
Simples	+	4.24*	Ostentosos		3.38**

Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala.

Os valores assinalados com dois asteriscos\*\* diferem significativamente do ponto médio da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos).

Avaliação dos traços (opinião pessoal dos participantes): (+) traços positivos; (-) traços negativos.

### ***Traços estereotípicos dos portugueses***

A Tabela 21 apresenta os traços estereótipos dos portugueses. Como podemos constatar, 36 dos 80 traços apresentados aos participantes são considerados estereotípicos dos portugueses, mas destes apenas 16 reúnem consenso entre os participantes angolanos e portugueses, e se considerarmos como mínimo o critério de média igual ou superior a 5, a lista reduz-se a cinco traços: religiosos ( $M = 5.72$ ), empreendedores ( $M = 5.32$ ), orgulhosos ( $M = 5.30$ ), trabalhadores ( $M = 5.24$ ), e ambiciosos ( $M = 5.19$ ).

Relativamente aos traços que não reúnem consenso, destacam-se os traços *calorosos, divertidos, festivos, e simples* considerados estereotípicos dos portugueses pelos participantes portugueses, mas considerados contra-estereotípicos dos portugueses pelos participantes angolanos. De referir ainda que o traço *desconfiados* é considerado estereotípico dos portugueses pelos participantes angolanos, mas é considerado neutro pelos participantes portugueses. Em contrapartida, os traços *acolhedores, alegres, amantes do prazer, amigáveis, bem dispostos, bem humorados, emotivos, forte ligação à família, honestos, hospitaleiros, humildes, inteligentes, simpáticos e sociáveis* são considerados estereotípicos dos portugueses pelos participantes portugueses, mas são considerados neutros pelos participantes angolanos.

Assim, podemos constatar que aos portugueses são atribuídos traços positivos e traços negativos, sendo estes últimos mais frequentemente atribuídos pelos participantes angolanos. De um modo geral, os portugueses são descritos através de traços ligados à instrumentalidade positiva (*trabalhadores, empreendedores, dinâmicos*). Quanto à dimensão de sociabilidade verifica-se uma predominância de traços positivos (*acolhedores, amigáveis, divertidos, etc*) face aos traços negativos (*desconfiados, individualistas*).

**Tabela 21 - Traços considerados *estereotípicos dos portugueses* em função do grupo dos participantes**

Traços típicos dos portugueses	+/-	Angolanos
Religiosos	+	5.61
Materialistas		5.55
Ambiciosos	+	5.34
Orgulhosos		5.20
Trabalhadores	+	5.20
Vaidosos		5.20
Empreendedores	+	5.14
Aventureiros	+	5.04
Desconfiados	-	5.02
Individualistas	-	5.02
Nacionalistas	+	4.96
Saudosistas		4.88
Desportivos	+	4.82
Patrióticos	+	4.80
Românticos	+	4.74
Lutadores	+	4.68
Dinâmicos	+	4.42
Sensíveis	+	4.42
Inteligentes	+	4.30*
Amantes do prazer	+	4.24*
Amigáveis	+	4.00*
Emotivos		3.98*
Sociáveis	+	3.86*
Alegres	+	3.84*
Bem humorados	+	3.84*
Honestos	+	3.84*
Simpáticos	+	3.78*
Bem dispostos	+	3.66*
Humildes	+	3.66*
Hospitaleiros	+	3.62*
Forte ligação à família	+	3.60*
Acolhedores	+	3.58*
Festivos	+	3.56**
Divertidos	+	3.55**
Calorosos	+	3.42**
Simples	+	3.38**

Traços típicos dos portugueses	+/-	Portugueses
Forte ligação à família	+	6.84
Religiosos	+	5.80
Hospitaleiros	+	5.66
Simpáticos	+	5.63
Acolhedores	+	5.56
Nacionalistas	+	5.50
Bem dispostos	+	5.47
Empreendedores	+	5.47
Patrióticos	+	5.47
Amigáveis	+	5.46
Sociáveis	+	5.45
Festivos	+	5.40
Bem humorados	+	5.38
Orgulhosos		5.38
Sensíveis	+	5.34
Simples	+	5.30
Saudosistas	+	5.29
Trabalhadores	+	5.27
Amantes do prazer	+	5.25
Emotivos		5.25
Dinâmicos	+	5.23
Divertidos	+	5.20
Românticos	+	5.20
Alegres	+	5.16
Honestos	+	5.14
Calorosos	+	5.11
Humildes	+	5.11
Inteligentes	+	5.11
Lutadores	+	5.09
Ambiciosos		5.08
Desportivos	+	5.02
Aventureiros	+	4.95
Materialistas		4.86
Vaidosos		4.79
Individualistas	-	4.42
Desconfiados	-	4.27*

Nota: Escala 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses” (opinião pessoal dos participantes).

Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala.

Os valores assinalados com dois asteriscos\*\* diferem significativamente do ponto médio da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos).

Avaliação dos traços: (+) traços positivos; (-) traços negativos.

Quando comparamos o estereótipo dos portugueses com o dos angolanos, a primeira constatação que efectuamos diz respeito à consensualidade e força dos estereótipos: o estereótipo dos portugueses é muito menos consensual do que o estereótipo dos angolanos; para além de menos consensual o estereótipo dos portugueses é menos marcado, isto é, as médias de estereotipicalidade dos atributos consensuais são muito mais baixas do que as médias dos atributos consensuais dos angolanos.

A segunda constatação diz respeito à valência dos estereótipos: o estereótipo dos angolanos reúne apenas traços positivos, enquanto que o estereótipo dos portugueses reúne também traços negativos, especialmente quando consideramos as respostas dos participantes angolanos.

Por último, podemos constatar que o estereótipo dos angolanos reúne essencialmente traços ligados à expressividade, sociabilidade, solidariedade e exotismo, enquanto que o estereótipo dos portugueses apresenta essencialmente traços ligados à instrumentalidade positiva e traços de sociabilidade positiva e negativa. Estes dados vão ao encontro dos já evidenciados no estudo anterior.

Assim, aparentemente, os participantes angolanos apresentam um nível superior de etnocentrismo ou favoritismo endogrupal do que os participantes portugueses, pois reivindicam para o endogrupo apenas traços positivos, sobretudo os ligados à expressividade e sociabilidade, enquanto que negam esses mesmos traços ao exogrupo. Em contrapartida, os portugueses apenas negam ao exogrupo os traços positivos ligados à instrumentalidade, que reivindicam para o endogrupo.

A manifestação de favoritismo endogrupal por parte dos participantes angolanos pode estar ligada à reivindicação de uma identidade positiva que é ameaçada pelo exterior. Por seu turno, a ausência de manifestação de favoritismo endogrupal da parte dos portugueses pode estar ligada à preocupação de não manifestar preconceitos e assim enquadrar-se na norma anti-racista, mas também pode estar ligada simplesmente ao facto de os participantes responderem em duas escalas independentes.

Até que ponto este padrão de resultados se manterá se os estereótipos forem avaliados de forma interdependente, isto é, através de uma única escala em que os traços sejam atribuídos a um grupo ou ao outro? Qual o significado destes traços tendo como referente o modelo ‘universal’ de pessoa? São estas as questões que vamos averiguar no próximo estudo.

#### **4.4.4 Estudo 3c - Significados dos conteúdos**

Neste estudo foi utilizada a mesma lista de 80 adjetivos que no estudo anterior, mas o procedimento foi algo diferente. No estudo anterior os participantes avaliaram cada traço numa escala de 7 pontos (1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”) em função da sua opinião pessoal. Neste estudo, os participantes procederam à avaliação dos traços também numa escala de 7 pontos, mas tendo como referência os estereótipos de adulto na nossa sociedade (e.g., Amâncio, 1989a).

No estudo anterior verificámos que os angolanos manifestaram muito mais favoritismo endogrupal do que os portugueses. Pensamos que a ausência de manifestação de favoritismo endogrupal da parte dos portugueses pode estar ligada à preocupação de não manifestar preconceitos e assim enquadrar-se na norma anti-racista, mas também pode estar ligada simplesmente ao facto de os participantes responderem em duas escalas independentes - uma para os angolanos (1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”) e outra para os portugueses (1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”) – permitindo assim que os traços positivos fossem atribuídos a ambos os grupos, ou seja, os portugueses para se auto-atribuírem determinados traços não precisavam de os negar ao exogrupo. Para verificar esta hipótese no presente estudo foi utilizada uma escala interdependente (1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”), à semelhança do que tem sido feito noutros estudos envolvendo grupos de estatuto assimétrico (e.g., Sedikides, 1997). Com este tipo de escala os participantes não têm a possibilidade de classificar um determinado traço como sendo simultaneamente estereotípico de um grupo e do outro, como acontecia no estudo anterior.

#### 4.4.4.1 Método

##### 4.4.4.1.1 Participantes e desenho

Participaram neste estudo 32 estudantes angolanos (21 rapazes e 11 raparigas) e 49 estudantes portugueses (10 rapazes e 39 raparigas)<sup>51</sup>. A idade média difere significativamente em função do sexo dos participantes, sendo os rapazes mais velhos do que as raparigas (respectivamente 24 anos e 21 anos,  $\chi^2=32.074$ ,  $p<0.031$ ), e também em função do grupo dos participantes, sendo os angolanos mais velhos do que os portugueses (respectivamente 26 anos e 19 anos,  $\chi^2=54.566$ ,  $p<0.001$ ).

As respostas dos participantes foram recolhidas colectivamente. Este estudo foi realizado em Março de 1999. A Tabela 22 representa a distribuição dos participantes de angolanos e portugueses.

**Tabela 22 - Grupo e sexo dos participantes**

Sexo dos Participantes	Grupo dos participantes		
	Angolanos	Portugueses	Total
Masculino	21	10	31
Feminino	11	39	50
Total	32	49	81

##### 4.4.4.1.2 Procedimento de recolha de dados

A investigadora apelou à participação dos estudantes num estudo sobre psicologia intercultural, tendo como objectivo estudar questões relacionadas com a forma como as pessoas de diferentes culturas se percebem umas às outras. No questionário (ver Anexo 8) os participantes eram confrontados com uma lista de 80 adjectivos. A mesma lista de adjectivos era apresentada duas vezes, sendo associada a duas escalas de 7 pontos: uma para averiguar a estereotipicidade em relação aos angolanos e aos portugueses; e outra para avaliar a distância das características em relação ao estereótipo de pessoa adulta na sociedade portuguesa. A ordem das duas escalas era contrabalançada, de modo que cerca de metade dos participantes começava por responder em relação ao carácter estereotípico dos traços e a outra metade começava por responder em relação à distância simbólica dos traços. Esta tarefa demorou

<sup>51</sup> Foram eliminados deste estudo 8 participantes portugueses por terem dupla nacionalidade e/ou nacionalidade africana.

aproximadamente 20 minutos. Depois dos questionários recolhidos, a investigadora esclarecia os objectivos do estudo e respondia às eventuais questões dos participantes.

#### **4.4.4.1.3 Instrumentos de medida**

*Significado dos traços.* Foi pedido aos participantes para estimarem o significado avaliativo de cada um dos traços usados no questionário através de uma escala de sete pontos (1= “muito negativo”; 7 = “muito positivo”) recorrendo aos estereótipos de adulto na sociedade portuguesa e não à sua opinião pessoal.

*Estereotipicalidade dos traços.* Foi pedido aos participantes para estimarem a estereotipicalidade de cada um dos traços usados no questionário através de uma escala de sete pontos (1= “muito típico dos angolanos”; 2 = “moderadamente típico dos angolanos”; 3 = “ligeiramente típico dos angolanos”; 4 = “igualmente típico dos angolanos e dos portugueses”; 5 = “ligeiramente típico dos portugueses”; 6 = “moderadamente típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”), tendo em conta a sua opinião pessoal.

#### **4.4.4.1.4 Procedimento de análise de dados**

Tal como no estudo anterior, na fase inicial do tratamento de dados efectuámos vários testes-t testando contra o ponto médio das escalas (*test value* = 4). Foram realizados três testes-t para cada uma das duas escalas (estereotipicalidade em relação aos angolanos e em relação aos portugueses; e significado avaliativo): um para os participantes angolanos; outro para os participantes portugueses; e outro considerando a totalidade dos participantes. O Anexo 9 apresenta os resultados dos seis testes-t efectuados.

No caso da escala referente à significado avaliativo dos traços (1= “muito negativo”; 7 = “muito positivo”), uma diferença significativa positiva indica que esse traço é considerado positivo, enquanto que uma diferença significativa negativa indica que esse traço é considerado negativo. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da escala indica que esse traço é considerada neutro.

No caso da escala referente ao carácter estereotípico dos traços (1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”), uma diferença significativa positiva em relação ao ponto médio da escala indica que esse traço é estereotípico dos portugueses, enquanto que uma diferença significativa negativa indica que esse traço é estereotípico dos angolanos. Uma diferença não significativa face ao ponto médio da



escala indica que esse traço não é considerado relevante para diferenciar os dois grupos-alvo em questão (angolanos e portugueses).

#### **4.4.4.2 Resultados**

##### ***Significado dos traços tendo como referente o estereótipo de pessoa adulta***

A Tabela 23 apresenta os traços considerados *positivos* pelos participantes angolanos e portugueses tendo como referente o estereótipo de pessoa adulta (indicamos apenas os traços com média igual a superior a 5, pelo menos para um dos grupos de participantes). Para não sobrecarregar as tabelas, e por comodidade de leitura, remetemos os desvios-padrão e a informação estatística correspondente aos testes efectuados para anexo (ver Anexo 9).

**Tabela 23 - Traços considerados *qualidades* em função do grupo dos participantes**

<i>Qualidades</i>	Angolanos	<i>Qualidades</i>	Portugueses
Trabalhadores	6.19	Cultos	6.16
Solidários	5.97	Leais	6.14
Inteligentes	5.77	Sociáveis	6.14
Sociáveis	5.75	Solidários	6.08
Cultos	5.63	Trabalhadores	6.02
Calorosos	5.56	Comunicativos	5.94
Honestos	5.56	Simpáticos	5.92
Espírito de camaradagem	5.53	Amigáveis	5.86
Leais	5.50	Espírito de camaradagem	5.86
Amigáveis	5.47	Divertidos	5.85
Simpáticos	5.44	Lutadores	5.84
Bem humorados	5.38	Honestos	5.82
Boa capacidade de adaptação	5.34	Alegres	5.80
Bem dispostos	5.28	Inteligentes	5.78
Empreendedores	5.28	Bem dispostos	5.76
Lutadores	5.26	Bem humorados	5.71
Forte ligação à família	5.25	Forte ligação à família	5.69
Acolhedores	5.22	Simples	5.63
Dinâmicos	5.19	Boa capacidade de adaptação	5.53
Patriótico	5.19	Hospitaleiros	5.52
Pragmáticos	5.16	Criativos	5.41
Comunicativos	5.13	Corajosos	5.38
Criativos	5.13	Humildes	5.34
Hospitaleiros	5.06	Acolhedores	5.31
Alegres	5.00	Receptivos	5.31
Corajosos	4.94	Dinâmicos	5.26
Imaginativos	4.81	Calorosos	5.16
Românticos	4.81	Extrovertidos	5.10
Receptivos	4.78	Pragmáticos	5.08
Divertidos	4.75	Empreendedores	5.06
Simples	4.72	Imaginativos	5.04
Espontâneos	4.69	Românticos	5.04
Sensíveis	4.68	Espontâneos	5.02
Humildes	4.31*	Sensíveis	5.02
Extrovertidos	4.03*	Patriótico	4.69

Nota: Escala 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

(tendo como referência o estereótipo de adulto na sociedade portuguesa).

Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala.

Tal como no estudo anterior, verifica-se um grande consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses quanto ao significado avaliativo dos traços apresentados. Embora a valorização dos traços não siga exactamente a mesma ordem para ambos os grupos, apenas dois dos traços positivos não reúnem consenso: *extrovertidos e humildes*.

Comparativamente ao estudo anterior, a lista dos traços positivos diminui de 43 para 33, o que significa um maior grau de exigência relativamente aos traços que são considerados *qualidades* tendo como referente o modelo de adulto. Alguns dos traços ligados à expressividade e sociabilidade são vistos como menos positivos do que no estudo anterior, enquanto que os traços ligados à instrumentalidade mantêm ou vêm reforçada a sua positividade.

A Tabela 24 apresenta os traços considerados *defeitos* pelos participantes angolanos e portugueses (indicamos apenas os traços com média igual ou inferior a 3, pelo menos para um dos grupos de participantes).

Podemos constatar que existe um grande consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses quanto aos traços negativos. Embora a ordem de negatividade dos traços não seja a mesma para ambos os grupos, podemos verificar que apenas um traço negativo não reúne consenso entre os grupos: *materialistas*.

Globalmente, os traços considerados mais negativos estão relacionados com a sociabilidade negativa e com a fraca instrumentalidade.

Comparando com os resultados do estudo anterior, podemos verificar que a lista de traços negativos é muito semelhante, o que significa que a opinião pessoal dos participantes coincide com a avaliação que é efectuada tendo em conta o universo comum de valores.

Relativamente ao estudo anterior, podemos constatar que dois traços desaparecem da lista dos traços negativos: *conformados* e *passivos*, mas tal deve-se ao critério de colocar na tabela apenas os traços com classificação inferior a 3. Assim, estes dois traços são consensualmente considerados negativos, mas a sua média de classificação excede ligeiramente o critério de inclusão na tabela (*conformados* = 3.01 e *passivos* = 3.28). Em contrapartida quatro novos traços são incluídos na lista dos traços negativos: *individualistas*, *introvertidos*, *materialistas* e *supersticiosos* (estes traços tinham sido considerados negativos no estudo anterior, mas apresentavam médias superiores a três e

dois deles eram considerados neutros pelos participantes angolanos: *materialista* e *supersticioso*).

**Tabela 24 - Traços considerados defeitos em função do grupo dos participantes**

<i>Defeitos</i>	Angolanos	<i>Defeitos</i>	Portugueses
Racistas	1.97	Falsos	1.59
Preguiçosos	2.09	Racistas	1.59
Hipócritas	2.25	Hipócritas	1.73
Falsos	2.38	Egoístas	1.76
Invejosos	2.50	Invejosos	1.78
Preconceituosos	2.50	Agressivos	1.83
Conflituosos	2.53	Antipáticos	1.90
Ignorantes	2.53	Cínicos	1.92
Agressivos	2.55	Avarentos	2.06
Cínicos	2.66	Frios	2.06
Frios	2.78	Conflituosos	2.12
Antipáticos	2.84	Ignorantes	2.33
Avarentos	2.87	Pessimistas	2.37
Fechados	2.91	Preguiçosos	2.47
Supersticiosos	2.91	Preconceituosos	2.55
Egoístas	2.94	Individualistas	2.65
Pessimistas	3.03	Materialistas	2.67
Passivos	3.06	Fechados	2.69
Desconfiados	3.09	Introvertidos	2.80
Individualistas	3.09	Desconfiados	2.96
Ostentosos	3.15	Conformados	3.02
Conformados	3.16	Ostentosos	3.12
Introvertidos	3.16	Supersticiosos	3.23
Materialistas	4.22*	Passivo	3.42

Nota: Escala 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

(tendo como referência o estereótipo de adulto na sociedade portuguesa).

Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala.

### ***Traços estereotípicos dos angolanos***

A Tabela 25 apresenta os traços estereotípicos dos angolanos. Comparando com o estudo anterior podemos constatar que a lista de traços estereotípicos dos angolanos é muito mais reduzida: 16 em vez de 34 traços. Dos 16 traços apenas três reúnem consenso entre os participantes angolanos e portugueses: *alegres* ( $M = 2.92$ ), *cheios de ritmo* ( $M = 2.53$ ), e *humildes* ( $M = 2.88$ ).

Contrariamente ao estudo anterior, esta lista apresenta traços negativos: *agressivos, conflituosos, ignorantes, preguiçosos e supersticiosos* (e se tivéssemos em conta apenas o critério do teste-t outros seriam incluídos: *conformados e passivos*).

Assim, verificamos que a simples mudança de estratégia de recolha de dados - uma escala interdependente em vez de duas escalas independentes - provocou uma mudança bastante significativa nos resultados: o estereótipo dos angolanos continua a incluir traços positivos ligados à expressividade e sociabilidade positiva, mas passa a incluir também traços negativos ligados à fraca instrumentalidade (*ignorantes, preguiçosos*) e à sociabilidade negativa (*agressivos, conflituosos*).

**Tabela 25 - Traços considerados estereotípicos dos angolanos em função do grupo dos participantes (avaliação interdependente)**

Traços típicos dos angolanos	+/-	Angolanos	Traços típicos dos angolanos	+/-	Portugueses
Cheios de ritmo		2.00	Cheios de ritmo		2.83
Acolhedores	+	2.10	Alegres	+	2.96
Simple	+	2.59	Humildes		2.96
Preguiçosos	-	2.66	Musicais		3.71*
Supersticiosos	-	2.66	Agressivos	-	3.88*
Musicais		2.76	Conflituosos	-	3.88*
Calorosos	+	2.79	Supersticiosos	-	3.96*
Conflituosos	-	2.79	Preguiçosos	-	3.98*
Humildes		2.76	Impulsivos		4.00*
Alegres	+	2.86	Simple	+	4.00*
Agressivos	-	2.86	Sociáveis	+	4.00*
Solidários	+	2.86	Solidários	+	4.10*
Sociáveis	+	2.90	Calorosos	+	4.18*
Sensuais		2.93	Sensuais		4.69**
Impulsivos		3.00	Acolhedores	+	4.78**

Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 2 = “moderadamente típico dos angolanos”;  
 3 = “ligeiramente típico dos angolanos”; 4 = “igualmente típico dos angolanos e dos portugueses”;  
 5 = “ligeiramente típico dos portugueses”; 6 = “moderadamente típico dos angolanos”;  
 7 = “muito típico dos portugueses”.

Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala.  
 Os valores assinalados com dois asteriscos\*\* diferem significativamente do ponto neutro da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos).

Avaliação dos traços tendo como referente o estereótipo de adulto:

(+) traços positivos; (-) traços negativos.

### ***Traços estereotípicos dos portugueses***

A Tabela 26 apresenta os traços estereotípicos dos portugueses. Tal como referimos em relação aos traços estereotípicos dos angolanos, comparando com o estudo anterior podemos constatar que a lista de traços estereotípicos dos portugueses é muito mais reduzida: 10 em vez de 36 traços. Como podemos constatar, destes 10 traços apenas 4 reúnem consenso entre os participantes angolanos e portugueses, e se considerarmos como mínimo o critério de média igual ou superior a 5, a lista reduz-se a dois traços: *ambiciosos* ( $M = 5.12$ ) e *trabalhadores* ( $M = 5.28$ ).

Quando comparamos os resultados deste estudo com os do estudo anterior verificamos que alguns aspectos se mantêm enquanto outros se alteram significativamente.

No que diz respeito ao consenso e à força dos estereótipos, constatamos que o estereótipo dos portugueses continua a ser menos consensual do que o estereótipo dos angolanos, embora a diferença seja muito mais esbatida. Além de menos consensual, o estereótipo dos portugueses é também menos marcado, isto é, as médias de tipicidade dos traços que constituem o estereótipo são menos extremas do que as médias dos traços que constituem o estereótipo dos angolanos.

Tal como no estudo anterior, o estereótipo dos angolanos reúne essencialmente traços ligados à expressividade e sociabilidade positiva, mas também passou a incluir traços ligados à fraca instrumentalidade e à sociabilidade negativa. Por sua vez, o estereótipo dos portugueses apresenta traços ligados à instrumentalidade, mas também traços de sociabilidade positiva.

A diferença mais significativa entre os resultados deste estudo e os do estudo anterior diz respeito à valência avaliativa do estereótipo dos angolanos: enquanto que no estudo anterior o estereótipo dos angolanos reúne apenas traços positivos, neste estudo inclui também traços negativos, sobretudo quando consideramos as respostas dos próprios participantes angolanos.

Assim, enquanto que no estudo anterior os participantes angolanos apresentavam um nível de favoritismo endogrupal bastante superior ao dos participantes portugueses – reivindicaram para si quase todas as qualidades e negando essas mesmas qualidades aos portugueses, enquanto estes últimos atribuíram ao exogrupo mais qualidades do que ao endogrupo - neste estudo esta diferença esbate-se.

**Tabela 26 - Traços considerados *estereotípicos dos portugueses* em função do grupo dos participantes (avaliação interdependente)**

Traços típicos dos portugueses	+/-	Angolanos	Traços típicos dos portugueses	+/-	Portugueses
Racistas	-	5.52	Trabalhadores	+	5.24
Invejosos	-	5.34	Hospitaleiros	+	5.16
Trabalhadores	+	5.34	Ambiciosos		5.10
Empreendedores	-	5.31	Empreendedores	+	4.76
Egoístas	-	5.17	Racistas	-	4.51
Ambiciosos		5.14	Cínicos	-	4.20*
Antipáticos	-	5.10	Egoístas	-	4.18*
Avarentos	-	5.07	Avarentos	-	4.14*
Cínicos	-	5.07	Invejosos	-	4.14*
Hospitaleiros	+	3.38**	Antipáticos	-	4.04*

Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 2 = “moderadamente típico dos angolanos”;  
 3 = “ligeiramente típico dos angolanos”; 4 = “igualmente típico dos angolanos e dos portugueses”;  
 5 = “ligeiramente típico dos portugueses”; 6 = “moderadamente típico dos angolanos”;  
 7 = “muito típico dos portugueses”.

Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala (traços neutros). Os valores assinalados com dois asteriscos\*\* diferem significativamente do ponto neutro da escala, mas no sentido oposto (traços contra-estereotípicos).

Avaliação dos traços tendo como referente o estereótipo de adulto:

(+) traços positivos; (-) traços negativos.



#### 4.4.5 Síntese dos resultados do Estudo 3b e do Estudo 3c

A Tabela 27 apresenta a lista dos traços considerados *positivos* em função da opinião pessoal dos participantes (Estudo 3b) ou em função do referente de adulto (Estudo 3c). De um modo geral, as médias de positividade são mais baixas no último estudo, o que significa um maior grau de exigência relativamente aos traços que são considerados positivos tendo como referente o modelo de adulto. Os traços ligados à expressividade e sociabilidade (por exemplo: *cheios de ritmo, extrovertidos, festivos*) são vistos como menos positivos do que no estudo anterior, enquanto que alguns dos traços ligados à instrumentalidade vêm reforçada a sua positividade (por exemplo: *trabalhadores, inteligentes*).

Estes resultados demonstram que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses reconhecem um universo de valores comuns, que passa pela valorização da pessoa adulta caracterizada por traços de instrumentalidade e sociabilidade positiva, o que reproduz o padrão de resultados obtido por Amâncio (1989) para outro tipo de categorizações sociais.

**Tabela 27 - Traços considerados *positivos* em função da opinião pessoal (Estudo 3b) e do referente de adulto (Estudo 3c)**

Traços positivos	Estudo 3b (N = 114)	Estudo 3c (N = 81)
Acolhedores	5.67	5.27
Alegres	5.79	5.48
Amantes do prazer	5.15	4.40
Amigáveis	5.79	5.70
Aventureiros	5.20	4.72
Bem dispostos	5.84	5.57
Bem humorados	5.82	5.58
Boa capacidade de adaptação	5.82	5.46
Calorosos	5.52	5.32
Cheios de ritmo	5.30	4.58
Comunicativos	5.56	5.62
Corajosos	5.45	5.20
Criativos	5.53	5.30
Cultos	5.71	5.95
Desportivos	5.45	4.54
Dinâmicos	5.72	5.23
Divertidos	5.77	5.42
Empreendedores	5.34	5.15
Espírito de camaradagem	5.78	5.73
Espontâneos	4.96	4.89
Extrovertidos	5.19	4.68
Festivos	5.11	4.50
Forte ligação à família	5.57	5.52
Honestos	5.69	5.72
Hospitaleiros	5.66	5.34
Humildes	5.29	4.90
Imaginativos	5.25	4.95
Inteligentes	5.67	5.78
Leais	5.57	5.89
Lutadores	5.60	5.61
Musicais	5.01	4.38
Nacionalistas	5.11	4.56
Patrióticos	4.85	4.89
Receptivos	5.11	5.10
Religiosos	4.90	4.33
Românticos	5.14	4.95
Sensíveis	5.40	4.89
Sensuais	5.07	4.48
Simpáticos	5.84	5.73
Simples	5.61	5.27
Sociáveis	5.84	5.99
Solidários	5.68	6.04
Trabalhadores	5.81	6.09
Unidos	5.97	4.50

**Nota:** Escala de 1 = “muito negativo” a 7 = “muito positivo”.

**Estudo 3b:** avaliação em função da opinião pessoal

**Estudo 3c:** avaliação em função do referente de adulto

A Tabela 28 apresenta a lista dos traços considerados *negativos* em função da opinião pessoal dos participantes (Estudo 3b) ou em função do referente de adulto (Estudo 3c). Os traços considerados mais negativos estão relacionados com a sociabilidade negativa e com a fraca instrumentalidade.

De um modo geral, as médias de negatividade dos traços são muito semelhantes em ambos os estudos, o que significa que a opinião pessoal dos participantes coincide com a avaliação que é efectuada tendo em conta o universo comum de valores. No entanto, as médias dos traços são ligeiramente mais altas em função da opinião pessoal dos participantes do que em função do referente de adulto, o que aponta para uma maior negatividade desses traços.

**Tabela 28 - Traços considerados *negativos* em função da opinião pessoal (Estudo 3b) e do referente de adulto (Estudo 3c)**

Traços negativos	Estudo 3b (N = 114)	Estudo 3c (N = 81)
Agressivos	2.54	2.12
Antipáticos	2.31	2.27
Avarentos	2.60	2.38
Cínicos	2.21	2.21
Conflituosos	2.77	2.28
Conformados	3.10	3.08
Desconfiados	3.67	3.01
Egoístas	2.52	2.22
Falsos	1.97	1.90
Fechados	2.74	2.78
Frios	2.49	2.35
Hipócritas	2.12	1.94
Ignorantes	2.28	2.41
Invejosos	2.30	2.06
Individualistas	3.27	2.83
Introvertidos	3.05	2.93
Materialistas	3.70	3.28
Ostentosos	3.41	3.14
Passivos	3.37	3.28
Pessimistas	2.96	2.63
Preconceituosos	2.82	2.53
Preguiçosos	2.35	2.32
Racistas	2.00	1.74
Supersticiosos	3.78	3.10

**Nota:** Escala de 1 = “muito negativo” a 7 = “muito positivo”.

**Estudo 3b:** avaliação em função da opinião pessoal

**Estudo 3c:** avaliação em função do referente de adulto

A Tabela 29 apresenta a lista dos traços considerados *estereotípicos dos angolanos* numa escala independente (Estudo 3b) ou numa escala interdependente (Estudo 3c). No primeiro estudo foram considerados estereotípicos dos angolanos apenas traços positivos ou neutros, enquanto que no segundo foram também incluídos traços negativos.

Assim, verificamos que a simples mudança de estratégia de recolha de dados: uma escala interdependente em vez de duas escalas independentes, provocou uma mudança bastante significativa nos resultados: o estereótipo dos angolanos continua a incluir traços positivos ligados à expressividade e sociabilidade positiva, mas passa a incluir também traços negativos ligados à fraca instrumentalidade (*ignorantes, preguiçosos*) e à sociabilidade negativa (*agressivos, conflituosos*).

**Tabela 29 - Traços considerados *estereotípicos dos angolanos* numa escala independente (Estudo 3b) e numa escala interdependente (Estudo 3c)**

Traços típicos dos angolanos	+/-	Estudo 3b (N = 114)	Estudo 3c (N = 81)
Acolhedores	+	5.22	3.78*
Agressivos	-	3.29**	3.50
Alegres	+	5.78	2.92
Amantes do prazer		5.17	4.23*
Amigáveis	+	5.48	3.63
Aventureiros		4.63	4.80**
Bem dispostos	+	5.62	3.65
Bem humorados	+	5.47	3.64
Boa capacidade de adaptação	+	4.79	4.08*
Calorosos	+	5.45	3.67
Cheios de ritmo		5.85	2.53
Conflituosos	-	3.86*	3.48
Comunicativos	+	4.98	4.01*
Divertidos	+	5.48	3.94*
Emotivos		5.33	3.92*
Espírito de camaradagem	+	5.15	3.44
Espontâneos		4.81	3.41
Extrovertidos		4.93	3.63
Festivos		5.93	3.33
Forte ligação à família	+	5.65	4.10*
Hospitaleiros	+	5.29	4.50**
Humildes	+	4.62	2.88
Impulsivos		4.52	3.44
Lutadores	+	4.99	3.81*
Musicais		5.50	3.44
Nacionalistas		5.24	4.45**
Orgulhosos		4.90	4.22*
Ostentosos	-	4.22*	4.60**
Patrióticos		5.08	4.22*
Preguiçosos	-	3.83*	3.49
Receptivos	+	5.12	3.96*
Religiosos		4.86	4.28*
Sensuais		4.53	4.04*
Simpáticos	+	5.37	3.78*
Simple	+	4.82	3.44
Sociáveis	+	5.39	3.59
Solidários	+	5.10	3.64
Supersticiosos	-	4.46	3.47
Unidos		5.09	4.22*
Vaidosos		4.68	4.21*

**Escala do Estudo 3b:** 1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”.

**Escala do Estudo 3c:** 1 = “muito típico dos angolanos”; 2 = “moderadamente típico dos angolanos”; 3 = “ligeiramente típico dos angolanos”; 4 = “igualmente típico dos angolanos e dos portugueses”; 5 = “ligeiramente típico dos portugueses”; 6 = “moderadamente típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”.

Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala (traços neutros). Os valores assinalados com dois asteriscos\*\* diferem significativamente do ponto neutro da escala, mas no sentido oposto.

**Avaliação dos traços tendo como referente o estereótipo de adulto:**

(+) traços positivos; (-) traços negativos.

A Tabela 30 apresenta a lista dos traços considerados *estereotípicos dos portugueses* numa escala independente (Estudo 3b) ou numa escala interdependente (Estudo 3c). Tal como se verificou relativamente aos angolanos, o número de traços considerados estereotípicos dos portugueses foi muito mais reduzido no segundo estudo do que no primeiro.

No entanto, em termos da valência avaliativa dos traços não se verificaram diferenças tão significativas, já que em ambos os estudos foram atribuídos aos portugueses traços positivos e traços negativos, embora a proporção destes últimos seja superior no segundo estudo. Enquanto que no primeiro estudo abundam os traços de sociabilidade positiva (*acolhedores, amigáveis, simpáticos*, etc.), no segundo surgem reforçados os traços de sociabilidade negativa (*egoístas, racistas*, etc.). Os traços ligados à instrumentalidade (*trabalhadores, empreendedores, dinâmicos*) surgem como estruturantes do estereótipo dos portugueses, já que estão presentes em ambos os estudos, sendo consideravelmente reforçados no segundo.

**Tabela 30 - Traços considerados *estereotípicos dos portugueses* numa escala independente (Estudo 3b) e numa escala interdependente (Estudo 3c)**

Traços típicos dos portugueses	+/-	Estudo 3b (N = 114)	Estudo 3c (N = 81)
Acolhedores	+	4.68	3.78*
Alegres	+	4.58	2.92*
Amantes do prazer		4.81	4.24*
Ambiciosos		5.19	5.12
Amigáveis	+	4.81	3.63**
Antipáticos	-	3.43**	4.44
Avarentos	-	3.86*	4.44
Aventureiros		4.99	4.79
Bem dispostos	+	4.68	3.65**
Bem humorados	+	4.71	3.64**
Calorosos	+	4.37	3.67**
Cínicos	-	3.50**	4.53
Desconfiados	-	4.60	3.97*
Desportivos		4.93	4.54
Dinâmicos	+	4.88	4.44
Divertidos	+	4.49	3.94*
Egoístas	-	4.06*	4.55
Emotivos		4.69	3.92*
Empreendedores	+	5.32	4.96
Festivos		4.58	3.33**
Forte ligação à família	+	5.43	4.10*
Honestos	+	4.57	4.21*
Hospitaleiros	+	4.76	4.50*
Humildes		4.47	2.88**
Individualistas	-	4.68	4.59
Inteligentes	+	4.75	4.49
Invejosos	-	4.14*	4.59
Lutadores	+	4.91	3.81*
Materialistas	-	5.16	4.77
Nacionalistas		5.26	4.45
Orgulhosos		5.30	4.22*
Patrióticos		5.18	4.22*
Racistas	-	4.28*	4.88
Religiosos		5.72	4.28*
Românticos		5.00	4.82
Saudosistas		5.11	4.76
Sensíveis		4.94	4.19*
Simpáticos	+	4.82	3.78*
Simples	+	4.46	3.47**
Sociáveis	+	4.75	3.59**
Trabalhadores	+	5.24	5.28
Vaidosos		4.97	4.21*

**Escala do Estudo 3b: 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”.**

**Escala do Estudo 3c: 1 = “muito típico dos angolanos”; 2 = “moderadamente típico dos angolanos”; 3 = “ligeiramente típico dos angolanos”; 4 = “igualmente típico dos angolanos e dos portugueses”; 5= “ligeiramente típico dos portugueses”; 6= “moderadamente típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”.**

**Os valores assinalados com um asterisco\* não diferem significativamente do ponto médio da escala (traços neutros). Os valores assinalados com dois asteriscos\*\* diferem significativamente do ponto neutro da escala, mas no sentido oposto.**

**Avaliação dos traços tendo como referente o estereótipo de adulto:**

**(+) traços positivos; (-) traços negativos.**



#### 4.4.6 Discussão dos estudos sobre estereótipos

Nestes três estudos sobre os estereótipos dos angolanos e dos portugueses obtivemos resultados consonantes com as nossas hipóteses de partida, e que nos permitem avançar para os estudos experimentais seguintes.

No Estudo 3a procedemos à organização de dicionários descritivos do grupo dos ‘angolanos’ e do grupo dos ‘portugueses’ com base no vocabulário fornecido livremente pelos participantes. A comparação do vocabulário retido nos dicionários evidencia um efeito ligado ao grupo do participante: os participantes portugueses fornecem descrições mais heterogêneas do que os participantes angolanos. Verifica-se também uma diferenciação em função do grupo-alvo: o grupo dos ‘angolanos’ é descrito de forma mais homogênea do que o grupo dos ‘portugueses’.

Globalmente, verifica-se um menor consenso na representação do grupo dos portugueses do que no grupo dos angolanos, isto é, uma maior heterogeneidade na representação do grupo dos portugueses. Tal heterogeneidade está patente não só na diversidade dos traços considerados exclusivos dos portugueses, como é referida explicitamente por alguns participantes. Assim, em consonância com as nossas hipóteses, verificamos uma assimetria apontando para uma maior variabilidade na representação do grupo dos portugueses.

Os traços associados ao grupo dos angolanos são predominantemente ligados à sociabilidade positiva, à expressividade, ao exotismo e à fraca instrumentalidade, o que remete para o modelo de jovem. De destacar, ainda, as referências ao conflito, à solidariedade e à coesão dentro do grupo. Estas referências remetem claramente para um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas. A posição desfavorável deste grupo é igualmente patente em algumas referências directas à precariedade da sua situação económica e social, e a alguns traços de submissão. Por último, as referências à cor da pele como marca exterior da pertença grupal, referidas maioritariamente pelos portugueses, remetem para uma diferença que é vista como estigma.

Os traços associados ao grupo dos portugueses remetem para a instrumentalidade positiva, para a dominância e a discriminação social. As referências a traços de sociabilidade são também bastante frequentes: os participantes portugueses referem sobretudo traços de sociabilidade positiva enquanto nos participantes angolanos se

verifica uma preponderância dos traços de sociabilidade negativa. De destacar, ainda, os traços ligados ao conservadorismo e ao materialismo, assim como os traços ligados a uma certa nostalgia do passado. No seu conjunto estas descrições remetem para o modelo de pessoa adulta.

Resumindo, comparando as dimensões de conteúdo atribuídas exclusivamente a cada um dos grupos, constatamos que aos angolanos são associados os traços remetendo para um grupo ocupando uma posição desfavorecida social e economicamente – submissão, vítima de discriminação –, enquanto que aos portugueses são associados os traços remetendo para um grupo ocupando uma posição privilegiada – dominância, actor de discriminação. Paralelamente, aos angolanos são atribuídos traços remetendo para a solidariedade e coesão grupais (típicos dos membros dos grupos dominados cuja identidade é ameaçada pelo exterior) enquanto que aos portugueses são atribuídos traços remetendo para a autonomia e independência (típicos dos membros dos grupos dominantes, cuja singularidade e idiosincrasia não estão ameaçadas pela sua pertença grupal).

Por último, as referências à cor da pele como marca exterior da pertença grupal são mais frequentes para caracterizar os angolanos do que para caracterizar os portugueses. Este resultado ilustra a forte associação entre nacionalidade e cor da pele, que não são vistas pelos participantes como dimensões independentes. Remete igualmente para a maior centralidade da cor da pele nos membros do grupo dominado do que nos membros do grupo dominante, visto que nos primeiros funciona como estigma que os demarca da sociedade em geral.

Tal como esperávamos, a maior diferenciação entre os grupos opera-se ao nível das dimensões subjacentes aos conteúdos que lhe estão associados: sociabilidade positiva, expressividade, exotismo e instrumentalidade negativa para os angolanos; sociabilidade negativa, conservadorismo, dominância e instrumentalidade positiva para os portugueses. Outro aspecto que ressalta dos nossos dados, é a maior diversidade de conteúdos associados aos portugueses, o que aponta para uma representação mais heterogénea, isto é, menos estereotipada, deste grupo.

O Estudo 3b permitiu-nos analisar de forma mais sistemática o carácter estereotípico de um conjunto de traços relativamente ao grupo dos ‘angolanos’ e ao grupo dos ‘portugueses’, através de duas escalas independentes, e averiguar a sua valência avaliativa a partir da opinião pessoal dos participantes.

Da comparação dos estereótipos referentes aos dois grupos-alvo, ressaltam três diferenças fundamentais. A primeira diferença diz respeito à *consensualidade* e *força* dos estereótipos: o estereótipo dos portugueses é menos consensual e menos marcado do que o estereótipo dos angolanos.

A segunda diferença diz respeito à *valência* dos estereótipos: o estereótipo dos angolanos reúne apenas traços positivos, enquanto que o estereótipo dos portugueses reúne também traços negativos, especialmente quando consideramos as respostas dos participantes angolanos.

Por último, verifica-se uma diferenciação ao nível do *conteúdo* dos estereótipos: o estereótipo dos angolanos reúne essencialmente traços ligados à expressividade, à sociabilidade, à solidariedade e ao exotismo, enquanto que o estereótipo dos portugueses apresenta essencialmente traços de instrumentalidade positiva e traços de sociabilidade positiva e negativa. Estes resultados vão ao encontro dos já evidenciados no estudo anterior e são consonantes com as nossas hipóteses.

No Estudo 3c analisámos o carácter estereotípico dos traços relativamente ao grupo dos ‘angolanos’ e ao grupo dos ‘portugueses’, através de uma escala interdependente, e averiguámos o significado dos traços tendo como referente o modelo universal de pessoa. Quando comparamos os resultados deste estudo com os do estudo anterior verificamos que alguns aspectos se mantêm enquanto outros se alteram significativamente.

Relativamente ao significado dos traços, constatamos que os traços ligados ao exotismo e à juventude são menos valorizados do que no estudo anterior (opinião pessoal dos participantes) enquanto que os traços instrumentais são mais valorizados. O grau de consenso relativamente ao significado dos traços permite-nos concluir que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses reconhecem um universo de valores comuns, que passa pela valorização da pessoa adulta caracterizada por traços de instrumentalidade e sociabilidade positiva (Amâncio, 1989a).

No que diz respeito ao consenso e à força dos estereótipos, constatamos que o estereótipo dos portugueses continua a ser menos consensual e menos marcado do que o estereótipo dos angolanos, embora a diferença seja muito mais esbatida.

Contrariamente ao que se verificou no estudo anterior, o estereótipo dos angolanos passa a incluir traços considerados negativos. Assim, verificamos que a simples mudança de estratégia de recolha de dados - uma escala interdependente em vez

de duas escalas independentes - provocou uma alteração bastante significativa nos resultados: o estereótipo dos angolanos continua a incluir traços positivos ligados à expressividade e sociabilidade positiva, mas passa a incluir também traços negativos ligados à fraca instrumentalidade e à sociabilidade negativa. Por sua vez, o estereótipo dos portugueses continua a apresentar traços ligados à instrumentalidade positiva e traços de sociabilidade positiva e negativa.

No estudo em que a avaliação da estereotipicalidade foi realizada através de duas escalas independentes os participantes angolanos apresentaram um nível de favoritismo endogrupal superior ao dos participantes portugueses: os angolanos reivindicaram para o endogrupo quase todas os traços positivos e negaram esses mesmos traços aos portugueses enquanto que estes últimos atribuíram ao exogrupo mais traços positivos do que ao endogrupo. Em contrapartida, no estudo em que a avaliação da estereotipicalidade foi realizada através de uma escala interdependente ambos os grupos atribuíram qualidades e defeitos ao endogrupo e ao exogrupo: aos angolanos foram predominantemente reconhecidas qualidades de expressividade e sociabilidade positiva enquanto aos portugueses foram reconhecidas qualidades instrumentais, mais próximas do modelo de adulto.

Globalmente, as nossas hipóteses são corroboradas pelos dados. Tal como esperávamos, os conteúdos associados a ambos os grupos são predominantemente positivos. Assim, a maior diferenciação entre os grupos não se opera ao nível da valência avaliativa dos conteúdos associados a cada grupo, mas ao nível das dimensões subjacentes a esses conteúdos e ao nível do seu significado tendo como referente a imagem universal de pessoa adulta. Os conteúdos associados aos angolanos são predominantemente ligados à expressividade, ao exotismo, e à juventude, enquanto que os conteúdos associados aos portugueses são fundamentalmente ligados à instrumentalidade e à imagem de adulto. Quando temos em conta a opinião pessoal dos participantes, todos eles jovens, o estereótipo dos angolanos é mais positivo pois aproxima-se mais do modelo de jovem, mas quando temos em conta o universo comum de valores o estereótipo dos portugueses aproxima-se mais do referente de pessoa adulta.

Verificou-se um grande consenso entre participantes angolanos e participantes portugueses quanto à valência dos conteúdos (avaliação tendo em conta a opinião pessoal) e ao seu significado (avaliação tendo em conta o referente de adulto), mas

verificou-se menor grau de consenso quanto ao carácter estereotípico desses conteúdos, nomeadamente nos traços negativos.

Finalmente, verificou-se um maior grau de consenso relativamente ao estereótipo dos angolanos do que relativamente ao estereótipo dos portugueses, isto é, os angolanos são vistos de forma mais estereotipada do que os portugueses.

Estes três estudos sobre o grau de consenso, o conteúdo e o significado dos estereótipos do grupo dos angolanos e do grupo dos portugueses serviram-nos de base para a construção do material-estímulo dos estudos experimentais seguintes, onde vamos analisar mais sistematicamente a percepção da variabilidade grupal e o favoritismo endogrupal.



## **CAPÍTULO 5 -**

### **ESTUDOS EXPERIMENTAIS: DISCRIMINAÇÃO NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO**

## **5.1 Introdução**

No capítulo anterior apresentámos e discutimos os resultados de cinco estudos exploratórios. Nos dois primeiros estudos constatámos a centralidade da categorização social baseada na cor da pele no posicionamento relativo de diversos grupos minoritários na sociedade portuguesa. Com base nos resultados obtidos nestes dois estudos seleccionámos dois grupos-alvo para aprofundar a nossa investigação. Estes dois grupos-alvo são grupos ‘naturais’, com o mesmo grau de generalidade, mas com um estatuto assimétrico na sociedade portuguesa: portugueses (grupo maioritário) e angolanos (grupo minoritário). Nos três estudos exploratórios seguintes analisámos os conteúdos que são associados a estes grupos, a valência avaliativa desses conteúdos e seu significado simbólico, tendo como referência um universo de valores comum (e.g., Amâncio, 1989a; Deschamps, 1982a).

Com base nos resultados obtidos nestes estudos classificámos os traços em função da sua estereotipicalidade (traços estereotípicos dos angolanos, traços estereotípicos dos portugueses e traços não relevantes) e também em função da sua valência avaliativa (traços positivos, traços negativos e traços neutros). Estes traços foram, como explicaremos mais adiante, utilizados para construir os materiais-estímulo dos dois estudos experimentais que apresentaremos neste capítulo, ambos realizados com estudantes portugueses e angolanos a residir em Portugal.

Estes estudos experimentais diferem em alguns aspectos fundamentais da maior parte da pesquisa que tem sido produzida sobre esta temática no âmbito da psicologia social. Por um lado, temos em consideração as posições relativas dos grupos e os significados que lhes estão associados (Amâncio, 1993/2000; Lorenzi-Cioldi, 1998). Por outro, analisamos não só a perspectiva do agente da discriminação mas também a do alvo da discriminação (Swim e Stangor, 1998). E, finalmente, recorremos a diferentes tipos de medidas para a análise dos processos de discriminação, umas mais explícitas ou ‘directas’ e outras mais implícitas ou ‘indirectas’. Como referimos na introdução geral, a maior parte da investigação sobre esta temática tem sido efectuada utilizando medidas ‘directas’, isto é, medidas em que os participantes facilmente se podem aperceber dos objectivos da pesquisa e controlar as suas respostas no sentido do que é ‘socialmente correcto’. Parece-nos, no entanto, que no estudo da discriminação racial ou étnica, em que as questões de ordem normativa têm um peso significativo, se



torna particularmente relevante a utilização de medidas ‘indirectas’ ou ‘não-obstrusivas’, de modo a ter acesso aos processos mais automáticos de processamento de informação sobre os grupos.

Ambas as experiências que apresentamos neste capítulo são constituídas por duas fases: na primeira os participantes são confrontados com uma tarefa de recuperação de informação referente a pessoas-estímulo de dois grupos diferentes (medidas ‘indirectas’); e na segunda fase os participantes respondem a um questionário sobre ambos os grupos (medidas ‘directas’). A maior diferença entre os dois estudos diz respeito ao material-estímulo apresentado aos participantes na primeira fase: no Estudo 4 as pessoas-estímulo são categorizadas segundo a nacionalidade (angolanos vs. portugueses) enquanto que no Estudo 5, dependendo da condição experimental, as pessoas-estímulo são categorizadas em função da cor da pele (brancos vs. negros) ou estão disponíveis ambas as categorizações (nacional e racial).

Em ambas os estudos analisamos os efeitos de categorização, os efeitos de homogeneidade, os efeitos de favoritismo pelo grupo de pertença, e a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo. Analisamos ainda em que medida estes fenómenos são mediados pelo auto-conceito, pelos níveis de identificação com o grupo de pertença e com o grupo dos outros e pelo nível de contacto entre os grupos. No Estudo 5 analisamos ainda a relação entre as atitudes ou orientações racistas e os processos perceptivos.

## 5.2 Estudo 4 – Homogeneização de uma minoria nacional

### 5.2.1 Introdução

Neste estudo experimental prosseguimos objectivos de ordem teórica e de ordem metodológica. Passamos de seguida à explicitação dos três objectivos teóricos deste estudo e das respectivas hipóteses, e finalmente referiremos um objectivo metodológico.

1) O principal objectivo deste estudo experimental foi a análise do papel do estatuto relativo dos grupos na percepção da homogeneidade grupal. Nesse sentido, como já referimos, escolhemos dois grupos com estatuto assimétrico na sociedade portuguesa e categorizados segundo a nacionalidade: o grupo maioritário (portugueses) e um grupo minoritário (angolanos). Trata-se de grupos ‘reais’, com uma história, um passado de relações e posicionamentos sociais relativos cujo peso contribui para a saliência desta categorização.

Como referimos no Capítulo 3, de acordo com Lorenzi-Cioldi (1988; 1998), o estatuto influencia profundamente o processamento da informação social: os grupos dominantes enfatizam a distintividade individual e a diferenciação interpessoal, enquanto que os grupos dominados salientam a indiferenciação dos seus membros, definem-se e são definidos pelos outros em termos de características holísticas que distinguem o seu grupo dos outros grupos. Assim, os membros do grupo dominado são mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante, independentemente do observador ser ele próprio membro de um ou outro grupo.

Este modelo tem recebido algum apoio empírico com categorias sexuais: os membros do grupo dominado – as mulheres – são mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante – os homens (e.g., Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi, Eagly e Stewart, 1995). Contudo, a relevância desta perspectiva não se aplica só às categorias sexuais, podendo ser estendida a outros grupos sociais ocupando posições assimétricas na estrutura social, nomeadamente, os grupos *étnicos*.

*Efeitos de homogeneidade.* Considerando os resultados de estudos anteriores (e.g., Cabecinhas, 1994; Lorenzi-Cioldi, 1993; Lorenzi-Cioldi, Eagly e Stewart, 1995), esperamos uma manifestação assimétrica do efeito de homogeneidade do exogrupo em função do estatuto relativo dos grupos. Espera-se que os membros do grupo dominante

(portugueses) manifestem o efeito de homogeneidade do exogrupo enquanto que os membros do grupo dominado (angolanos) homogenizem igualmente ambos os grupos, ou manifestem mesmo a homogeneização do endogrupo.

2) Outro dos objectivos foi verificar se o efeito de homogeneidade do exogrupo é moderado pelo favoritismo endogrupal - a tendência para favorecer o grupo de pertença relativamente ao exogrupo (e.g., Brewer, 1979; Tajfel e Turner, 1979) - ou se se trata de fenómenos independentes. Como referimos anteriormente, a relação entre os efeitos de homogeneidade e o favoritismo endogrupal é ambígua tanto a nível teórico como a nível empírico (e.g., Brewer, 1993; Judd *et al.*, 1995).

Diversos autores têm estudado a relação entre o favoritismo pelo grupo de pertença e o efeito de homogeneidade do exogrupo, mas os dados obtidos não são inteiramente consistentes: uns apontam para uma interdependência entre estes dois fenómenos (e.g., Simon, 1992b) enquanto que outros apontam para uma independência (e.g., Krueger, 1992; Park e Rothbart, 1982).

Algumas pesquisas sugerem que a valência dos traços é um determinante normativo-motivacional da homogeneidade percebida (Haslam *et al.*, 1995). Contudo, outros estudos indicam que a percepção de homogeneidade é equivalente em traços favoráveis e desfavoráveis, sugerindo que o efeito de homogeneidade do exogrupo é independente do favoritismo endogrupal (Jones *et al.*, 1981; Park e Rothbart, 1982; Park e Judd, 1990).

*Relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo.* Espera-se que a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo é moderada pelo estatuto relativo dos grupos - variável que tem sido negligenciada nos estudos anteriores. Esperamos que os participantes tenham estratégias diferentes de ‘diferenciação positiva’ (Tajfel, 1984) em função do estatuto relativo dos grupos: para os membros do grupo dominante (os portugueses) a ‘diferenciação positiva’ será conseguida através da afirmação da heterogeneidade endogrupal, mesmo que isso implique abdicar de traços estereotípicos positivos, enquanto que para os membros do grupo dominado (os angolanos) a ‘diferenciação positiva’ será conseguida através da reivindicação de traços estereotípicos positivos e a negação dos traços negativos, contribuindo assim para a homogeneização do endogrupo.

3) Pretendemos ainda explorar o papel mediador de algumas variáveis na percepção da variabilidade e no favoritismo endogrupal: o nível de identificação com o endogrupo e o exogrupo; o nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo; e a representação do *self*.

O papel do nível de identificação com endogrupo já foi explorado em pesquisas anteriores (e.g., Castano e Yzerbyt, 1998; Doosje *et al.*, 1995), mas o papel da identificação com o exogrupo tem sido negligenciado. Ora, parece-nos muito relevante analisar também o papel da identificação com o exogrupo uma vez que os membros do grupo minoritário (os angolanos) são imigrantes e poderão sentir-se muito identificados com a sociedade de acolhimento (e.g., Berry, 1984, 1992), especialmente se a inserção nessa sociedade ocorreu durante os períodos de socialização mais marcantes (infância, adolescência).

Segundo Berry (1984, 1992) as estratégias dos imigrantes face à sociedade de acolhimento podem assumir quatro modalidades: a *assimilação* caracteriza-se pela interiorização da cultura da sociedade de acolhimento e pela perda da identidade cultural de origem; a *separação* corresponde ao fechamento do grupo imigrante, isto é, ao evitamento do contacto com os outros grupos no sentido da preservação da identidade cultural de origem; a *integração* compreende a defesa da integridade da cultura do grupo de pertença e, simultaneamente, o respeito pela cultura da sociedade de acolhimento; e a *marginalização*, caracteriza-se pela não participação na sociedade de acolhimento e, simultaneamente, pela perda da cultura de origem, o que se traduz num estado de alienação psicológica.

De acordo com os resultados de estudos realizados com este modelo (e.g., Berry, 1984, 1992), o melhor equilíbrio nas relações intergrupais pode ser conseguido através de estratégias de *integração*: os grupos minoritários conservam a sua identidade cultural e, simultaneamente, respeitam e adoptam os valores da sociedade de acolhimento (para uma revisão crítica deste modelo ver, por exemplo: Bourhis, Moïse, Perreault e Senécal, 1997; Khan, 1998).

*Identificação grupal.* Esperamos que os participantes de ambos os grupos (angolanos e portugueses) manifestem uma identificação endogrupal superior à identificação exogrupal, embora os níveis de identificação com o endogrupo e com o exogrupo possam variar em função das estratégias de integração dos participantes angolanos na sociedade portuguesa e do seu tempo de permanência em Portugal.

Quanto à comparação dos níveis de identificação endogrupal em função do estatuto dos grupos, tendo em conta os resultados de pesquisa anterior sobre os níveis de identificação dos membros de grupos dominantes e de grupos dominados (e.g., Cabecinhas, 1994), esperamos encontrar um nível de identificação endogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses, já que os primeiros sentiriam maior necessidade de proteger a sua identidade do que os segundos.

Quanto à comparação dos níveis de identificação exogrupal em função do estatuto dos grupos, tendo em conta os resultados das pesquisas efectuadas no âmbito do modelo de Berry (1984), esperamos encontrar um nível de identificação exogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses, já que os primeiros poderão sentir-se identificados com a sociedade de acolhimento.

No global, esperamos que a diferença entre os níveis de identificação endogrupal e exogrupal seja mais acentuada para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos. Relativamente a este último grupo, esperamos que esta diferença seja tanto menor quanto maior for o seu tempo de permanência em Portugal.

Tendo em conta os resultados de pesquisas anteriores (e.g., Castano e Yzerbyt, 1998; Doosje *et al.*, 1995), esperamos que o grau de identificação endogrupal modere os efeitos de homogeneidade: independentemente do grupo de pertença dos participantes, esperamos que os participantes com elevado grau de identificação endogrupal manifestem um efeito de homogeneidade do endogrupo mais forte do que os participantes com baixo grau de identificação endogrupal. Também esperamos que o grau de identificação endogrupal modere o favoritismo endogrupal: independentemente do grupo de pertença dos participantes, esperamos que os participantes com elevado grau de identificação endogrupal manifestem um favoritismo endogrupal mais forte do que os participantes com baixo grau de identificação endogrupal.

O grau de contacto endogrupal e exogrupal constitui outro potencial mediador da variabilidade grupal percebida e do favoritismo endogrupal. A familiaridade diferencial com membros do endogrupo e com membros do exogrupo tem sido considerado um factor chave para a compreensão dos efeitos de homogeneidade (e.g., Linville *et al.*, 1986). No entanto, o papel desta variável tem sido relativizado por diversos estudos, pois têm sido observadas assimetrias na percepção da variabilidade de grupos sexuais (homens vs. mulheres) que não podem ser justificados pela falta de contacto entre estes grupos (e.g., Cabecinhas, 1994; Lorenzi-Cioldi, 1993; Park e Rothbart, 1982). Embora o contacto por si

só não possa justificar as assimetrias observadas, grande parte dos autores salienta que, geralmente, um maior nível de contacto entre os grupos conduz a uma diminuição da força dos estereótipos e, conseqüentemente, a um aumento da variabilidade grupal percebida. As nossas hipóteses relativamente aos níveis de contactos são análogas às que apresentámos relativamente aos níveis de identificação.

*Nível de contacto.* Esperamos que os participantes de ambos os grupos manifestem um nível de contacto endogrupal superior ao nível de contacto exogrupal. Esperamos, ainda, encontrar um nível de contacto exogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses, já que os primeiros, sendo imigrantes, têm maior necessidade de contacto com a sociedade de acolhimento (e.g., Berry, 1984). No global, esperamos que a diferença entre os níveis de contacto endogrupal e exogrupal seja mais acentuada para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos. Relativamente a este último grupo, esperamos que esta diferença seja tanto menor quanto maior for o seu tempo de permanência em Portugal.

Tendo em conta os resultados de pesquisas anteriores (e.g., Allport, 1954/1979; Hewstone e Brown, 1988), esperamos que os participantes com elevado nível de contacto com o exogrupo manifestem menor favoritismo endogrupal do que os participantes com baixo grau de contacto com o exogrupo. De igual modo, esperamos que os participantes com elevado nível de contacto com o exogrupo manifestem um menor efeito de homogeneidade do exogrupo do que os participantes com baixo grau de contacto com o exogrupo.

Na opinião de diversos autores, o efeito de homogeneidade do exogrupo deve-se em parte à forma como os indivíduos se pensam a si próprios enquanto membros do endogrupo (e.g., Judd e Park, 1988; Linville *et al.*, 1989; Park e Judd, 1990). Porque o indivíduo geralmente concebe o *self* como simultaneamente semelhante ao endogrupo mas também como único (Codol, 1975, 1984; Tajfel e Turner, 1979), pensar no *self* enquanto membro do endogrupo pode conduzir a percepções de maior variabilidade do endogrupo.

Segundo o modelo da co-variação (Deschamps, 1984), a diferenciação intragrupal e a diferenciação intergrupala não são mutuamente exclusivas, mas podem ocorrer simultaneamente. Para o autor, estas estratégias de diferenciação dependem do estatuto relativo dos grupos: a diferenciação entre o *self* e o endogrupo é maior para os membros dos grupos dominantes do que os membros dos grupos dominados.

*Auto-conceito.* Esperamos que a discrepância entre a descrição de si próprio e a descrição do endogrupo seja maior para os participantes portugueses do que para os

participantes angolanos. Esperamos ainda que a auto-descrição dos participantes angolanos seja mais consonante com os estereótipos do seu grupo do que a auto-descrição dos participantes portugueses.

5) Para além dos objectivos teóricos atrás mencionados, temos um objectivo de ordem metodológica. Uma vez que a magnitude dos efeitos de homogeneidade depende do tipo de medidas utilizadas (Linville *et al.*, 1989; Park e Judd, 1990; Ostrom e Sedikides, 1992), alguns autores têm salientado a necessidade de confrontar diversos tipos de medidas (e.g. Devos *et al.*, 1996).

Como referimos no Capítulo 3, a maior parte da investigação sobre esta temática tem sido efectuada utilizando medidas ‘directas’, isto é, medidas com grande validade facial em que os participantes facilmente se podem aperceber dos objectivos da pesquisa e controlar as suas respostas no sentido do ‘socialmente correcto’. Parece-nos que no estudo da discriminação étnica, em que as questões de ordem normativa são muito fortes, é particularmente relevante a utilização de medidas ‘indirectas’ ou ‘não-obstrusivas’, de modo a ter acesso aos processos mais automáticos de processamento de informação sobre os grupos.

Nesta investigação iremos testar a hipótese da assimetria do estatuto relativo dos grupos sobre os efeitos de homogeneidade, recorrendo a diferentes tipos de medidas. Assim, neste estudo experimental iremos utilizar medidas não-obstrusivas (tarefas de recordação indiciada e de recordação livre) e medidas mais ‘clássicas’ (tarefas de questionário), umas ligadas directamente ao conteúdo dos estereótipos grupais (tarefa de estimação de percentagens; tarefa de estimação de médias; e tarefa de estimação de amplitudes) e outras não relacionadas com o conteúdo dos estereótipos (tarefa de estimação de distribuições; e tarefa de estimação de variabilidade).

Na literatura sobre relações intergrupais é frequente a ambiguidade entre os efeitos de favoritismo e o efeito de homogeneidade do exogrupo. Frequentemente, as medidas da variabilidade grupal percebida baseiam-se em traços cuja valência avaliativa e cujo significado simbólico para os participantes não são controlados. Nesta investigação efectuámos um grande esforço de ordem metodológica no sentido de controlar exaustivamente todos os materiais-estímulo envolvidos, no sentido de evitar uma ‘contaminação’ entre estes dois efeitos.

Assim foi efectuado um controlo sistemático da estereotipicalidade dos traços e da sua valência, o que permitiu a operacionalização de novas ‘medidas’ no sentido de

investigar os efeitos de homogeneidade controlando os efeitos de favoritismo, e paralelamente, investigar os efeitos de favoritismo controlando os efeitos de homogeneidade.

Referimos nesta introdução apenas as hipóteses gerais deste estudo experimental. As hipóteses específicas relativas a cada tipo medida são explicitadas depois de apresentado o procedimento de recolha e de análise dos dados.



## 5.2.2 Método

### 5.2.2.1 Participantes e desenho experimental

Participaram neste estudo 163 estudantes universitários, 55 angolanos (20 rapazes e 35 raparigas) e 108 estudantes portugueses (48 rapazes e 60 raparigas). A idade média é de 22 anos, não diferindo significativamente em função do sexo dos participantes ( $\chi^2=22.290$ ,  $p<0.134$ ). No entanto, a idade média difere significativamente em função do grupo dos participantes, sendo os angolanos mais velhos do que os portugueses (respectivamente 25 anos e 21 anos,  $\chi^2=65.951$ ,  $p<0.001$ ).

Todos os participantes angolanos nasceram em Angola, tendo vindo para Portugal para estudar (83.3%), para trabalhar (1.9%), ou à procura de melhores condições de vida (14.8%). Vieram sozinhos (35.2%), com a família (50.0%), ou com amigos (9.3%). Em média, vivem em Portugal há 7 anos, e 13.6 % adquiriram a nacionalidade portuguesa<sup>52</sup>. Estes dados foram recolhidos em Março e Abril de 1998.

Este estudo foi constituído por duas fases. Na primeira fase, foram apresentadas aos participantes as descrições de oito pessoas-estímulo (quatro angolanas e quatro portuguesas), sendo estes posteriormente confrontados com uma tarefa de recordação da informação recebida (livre ou indiciada, conforme as condições experimentais). Estas tarefas de memorização permitiram o cálculo de medidas indirectas de variabilidade grupal percebida, como se explica mais adiante (ver *Instrumentos de medida*).

Cada participante recebeu informação referente a oito pessoas-estímulo, quatro angolanas e quatro portuguesas. Os participantes de sexo masculino receberam informação acerca de oito pessoas-estímulo do sexo masculino e os participantes de sexo feminino receberam informação acerca de oito pessoas-estímulo do sexo feminino<sup>53</sup>. Por razões associadas ao controlo dos dados, utilizámos duas versões do material-estímulo (versão A e versão B) e também duas ordens de apresentação das pessoas-estímulo: para aproximadamente metade dos participantes a primeira pessoa-

<sup>52</sup> Neste estudo, para efeitos de tratamento de dados foram considerados como *angolanos*, todos os participantes de naturalidade angolana que se auto-categorizaram como sendo angolanos (independentemente da sua nacionalidade ser angolana ou portuguesa).

<sup>53</sup> Embora fosse interessante o cruzamento das variáveis “sexo do participante” e “sexo da pessoa-estímulo”, isso implicaria um número de participantes muito superior ao que poderíamos dispor para esta experiência (dado o reduzido número de estudantes angolanos em Braga), pelo que optámos por trabalhar apenas com a variável “grupo do participante”, sendo os efeitos do sexo controlados no tratamento de dados.

estímulo a ser apresentada era angolana, sendo seguida de uma portuguesa, enquanto que para a outra metade dos participantes a primeira pessoa-estímulo a ser apresentada era portuguesa, sendo seguida de uma angolana e assim sucessivamente.

Na segunda fase, os participantes responderam a um questionário com medidas ‘directas’ da variabilidade grupal percebida de ambos os grupos, medidas de favoritismo endogrupal, medidas de identificação com os grupos, medidas de contacto com os grupos e, finalmente, medidas de controle do contexto e dos materiais da experiência. Mais uma vez, a ordem das questões foi contrabalançada, sendo que aproximadamente metade dos participantes começava por responder às questões sobre os angolanos e depois respondia às questões sobre os portugueses, enquanto a outra metade dos participantes começava por responder às questões sobre os portugueses e só depois respondia em relação aos angolanos.

Assim, o desenho experimental foi o seguinte: 2 (grupo-alvo: endogrupo vs. exogrupo) x 2 (grupo do participante: angolanos vs. portugueses) x 2 (sexo do participante: masculino vs. feminino) x 2 (ordem de apresentação dos grupos-alvo: primeiro os angolanos vs. primeiro os portugueses) x 2 (versão do material-estímulo: A vs. B). Todas as variáveis são inter-participantes, à excepção da primeira que é intra-participantes. Os participantes foram aleatoriamente distribuídos pelas diferentes condições experimentais.

**Tabela 31 - Distribuição dos participantes angolanos e portugueses por condição experimental**

Condição experimental	Grupo dos participantes		
	Angolanos	Portugueses	Total
1 = Recordação indiciada - Ordem 1 - Versão A	4	16	20
2 = Recordação indiciada - Ordem 1 - Versão B	5	16	21
3 = Recordação indiciada - Ordem 2 - Versão A	6	9	15
4 = Recordação indiciada - Ordem 2 - Versão B	6	17	23
5 = Recordação livre - Ordem 1 - Versão A	7	14	21
6 = Recordação livre - Ordem 1 - Versão B	8	11	19
7 = Recordação livre - Ordem 2 - Versão A	10	13	23
8 = Recordação livre - Ordem 2 - Versão B	9	12	21
Total	55	108	163

### 5.2.2.2. Materiais-estímulo

As descrições das dezasseis pessoas-estímulo utilizadas nesta experiência (oito para cada versão) foram elaboradas a partir dos resultados de um estudo piloto efectuado com o objectivo de testar os materiais-estímulo. Antes de apresentarmos a versão definitiva dos materiais-estímulo utilizados neste estudo experimental, iremos descrever sumariamente o estudo piloto efectuado e os seus principais resultados.

#### 5.2.2.2.1 *Teste dos materiais-estímulo (Estudo piloto)*

Vinte e quatro estudantes portugueses (8 rapazes e 16 raparigas) e 18 estudantes angolanos (11 rapazes e 7 raparigas) responderam a um questionário (ver Anexo 10) cujo objectivo era testar os materiais-estímulo do Estudo 4: testar a coerência das descrições das pessoas-estímulo; testar a valência e estereotipicalidade dos atributos utilizados nessas descrições; testar a sua adequabilidade para descrever pessoas-estímulo de sexo masculino e feminino; e seleccionar os nomes próprios a atribuir às pessoas-alvo angolanas e portuguesas.

Previamente à realização deste estudo piloto uma equipa de juízes composta por dois angolanos (um rapaz e uma rapariga) e dois portugueses (um rapaz e uma rapariga) realizou uma análise de conteúdo do vocabulário obtido no Estudo 3a. Os atributos foram agrupados em 10 categorias. As 8 categorias com maior número de atributos foram seleccionadas como base para a construção das descrições das pessoas-estímulo: “relação com a família”, “tempo livre”, “estilo de vida”, “vestuário”, “atitude em relação ao trabalho”, “atitude em relação ao dinheiro”, “sociabilidade” e “gastronomia”.

Os participantes no estudo piloto eram confrontados com 16 ‘perfis’ que consistiam na descrição de pessoas hipotéticas. Cada perfil era designado por um número (de 1 a 16) e era composto por quatro atributos seleccionados a partir das 8 categorias atrás referidas (cada atributo correspondia a uma categoria diferente). A tarefa dos participantes era avaliar a coerência de cada um desses perfis numa escala de 7 pontos (1 = “nada coerente”; 7 = “muito coerente”).

Seguidamente, os participantes recebiam a lista de todos os atributos constantes nos perfis (ordenados aleatoriamente) e era-lhes pedido para classificar em que medida cada um dos atributos era masculino, feminino ou igualmente característico de homens e mulheres, usando a seguinte classificação: M = “Esta característica aplica-se

exclusivamente aos homens”; N = “Esta característica aplica-se tanto aos homens como às mulheres”; F = “Esta característica aplica-se exclusivamente às mulheres”.

Ainda relativamente à mesma lista de atributos, era pedido aos participantes para estimarem, através de três escalas de 7 pontos independentes (tal como no Estudo 3b), a estereotipicalidade de cada atributo em relação aos angolanos, a estereotipicalidade de cada atributo em relação aos portugueses e a valência avaliativa de cada atributo.

Seguidamente, os participantes deveriam classificar cada uma das oito categorias de atributos (relação com a família, tempo livre, estilo de vida, etc.) utilizadas nas descrições em função da sua pertença à esfera pública ou privada (1 = “Esta dimensão pertence à esfera privada”; 2 = “Esta dimensão pertence à esfera pública”).

Finalmente, pedia-se aos participantes para referirem os oito nomes próprios (masculinos e femininos) que considerassem mais frequentes nos jovens angolanos e nos jovens portugueses. Sendo assim, cada participante deveria referir 32 nomes próprios, 8 para cada categoria.

Terminado o preenchimento do questionário, a investigadora pedia para os participantes comentarem os perfis avaliados no início da sessão e, no caso de terem classificado algum dos perfis como não coerente, referirem o motivo.

Globalmente, os perfis angolanos ( $M=4.19$ ) foram considerados mais coerentes do que os perfis portugueses ( $M=3.97$ ),  $F(1,40)=2.731$ ,  $p<0.045$ ?. Os atributos incluídos nos perfis portugueses ( $M=4.96$ ) foram percebidos como estereotípicos dos portugueses,  $\chi^2(41)=10.35$ ,  $p<0.0001$ ?. De igual modo, os atributos incluídos nos perfis angolanos ( $M=5.01$ ) foram percebidos como estereotípicos dos angolanos  $\chi^2(41)=10.49$ ,  $p<0.0001$ ?

Relativamente à valência avaliativa, tanto os atributos incluídos nos perfis portugueses como os incluídos nos perfis angolanos foram considerados globalmente positivos  $\chi^2$ respectivamente:  $M=4.81$ ,  $t(41)=9.201$ ,  $p<0.0001$ ; e  $M=4.36$ ,  $t(41)=3.782$ ,  $p<0.0001$ ?

Globalmente, os atributos incluídos nos perfis foram considerados como aplicando-se igualmente a ambos os sexos, uma vez que a média geral ( $M=1.97$ ) não diferiu significativamente do ponto neutro da escala  $\chi^2(41)=1.24$ ,  $p<0.22$ ?. Contudo, os atributos incluídos nos perfis portugueses foram considerados como aplicando-se mais ao sexo masculino ( $M=1.94$ ) do que os atributos incluídos nos perfis angolanos ( $M=2.02$ ),  $F(1,40)=13.63$ ,  $p<0.001$ ?

Relativamente às oito categorias de atributos incluídas nos perfis, as categorias “família”, “tempo livre”, “estilo de vida” e “vestuário” foram consideradas como pertencendo à esfera privada  $M=1.30$ ;  $t(1,39)=-5.71$ ,  $p<0.0005$ ? e as categorias “trabalho”, “dinheiro”, “sociabilidade” e “gastronomia” foram consideradas como pertencendo à esfera pública  $M=1.68$ ;  $t(1,39)=5.85$ ,  $p<0.0005$ ?

Considerando estes resultados e os comentários dos participantes, efectuámos alterações consideráveis nos perfis originalmente apresentados no sentido de aumentar a sua coerência.

Seleccionámos os oito nomes próprios masculinos e os oito nomes próprios femininos considerados mais comuns pelos participantes e atribuímos esses nomes aos perfis (pessoas-estímulo). De acordo com os dados deste estudo (ver Anexo 11), os nomes próprios mais frequentes são os mesmos para os jovens angolanos e portugueses, assim o nome atribuído às pessoas-estímulo não permite a sua identificação étnica. A este propósito é de recordar que este estudo foi efectuado em 1998, sendo a idade média dos participantes de 22 anos, o que significa que a grande maioria destes estudantes nasceu pouco antes ou pouco depois do 25 de Abril de 1974. Ora, segundo algumas entrevistas exploratórias por nós realizadas, o uso de nomes próprios tradicionais angolanos só começou a vulgarizar-se depois da independência de Angola.

#### **5.2.2.2.2 Versão definitiva do material-estímulo**

A Tabela 32 e a Tabela 33 apresentam a versão definitiva dos dezasseis perfis usados neste estudo experimental, depois das modificações efectuadas com base no estudo piloto. Resumidamente, os atributos seleccionados a partir do Estudo 3a foram distribuídos pelas duas versões do material-estímulo. A Versão A descreve quatro pessoas-estímulo angolanas através das categorias “família”, “tempo livre”, “estilo de vida” e “vestuário” (consideradas como pertencendo à esfera privada, de acordo com os resultados do estudo piloto) e quatro pessoas-estímulo portuguesas através das categorias “trabalho”, “dinheiro”, “sociabilidade” e “gastronomia” (consideradas como pertencendo à esfera pública, de acordo com os resultados do estudo piloto). A Versão B inverte as categorias associadas às pessoas-estímulo angolanas e portuguesas, isto é, as quatro pessoas-estímulo angolanas são descritas através das categorias “trabalho”, “dinheiro”, “sociabilidade” e “gastronomia” (esfera pública) enquanto as quatro pessoas-estímulo portuguesas são descritas através das categorias “família”, “tempo livre”, “estilo de vida” e “vestuário” (esfera privada).

Assim, ambas as versões do material-estímulo contêm 32 atributos e cada pessoa-estímulo é descrita através de quatro atributos. A ordem de apresentação dos atributos dentro de cada versão do material-estímulo foi mantida fixa (de acordo com a ordem que está indicada na Tabela 32 e na Tabela 33)<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> Como podemos verificar, os atributos para as categorias “família”, “estilo de vida”, “dinheiro” e “sociabilidade” são os mesmos para descrever as pessoas-estímulo angolanas e portuguesas. Na primeira versão do material-estímulo, só os atributos relativos às categorias “família” e “sociabilidade” eram iguais, visto que segundo os resultados do Estudo 3a, estas dimensões eram muito importantes para descrever tanto os angolanos como os portugueses, no entanto, em função do estudo piloto efectuado para testar os materiais-estímulo optámos por colocar também os mesmos atributos para as dimensões “estilo de vida” e “dinheiro” na versão definitiva do material-estímulo. De facto, enquanto no estudo 3a os participantes eram levados a pensar nos angolanos e nos portugueses em geral, neste estudo os participantes eram levados a pensar especificamente em jovens, segundo as instruções: “Nesta página e seguintes, ser-lhe-ão apresentados os perfis de 16 jovens. Cada jovem é descrito através de quatro características. Gostaríamos que examinasse cada um desses perfis e avaliasse a sua coerência, utilizando a escala que se segue”. Em função dos comentários dos participantes relativamente aos perfis considerados inconsistentes, podemos constatar que a clivagem entre angolanos e portugueses relativamente à atitude face ao “dinheiro” e ao “estilo de vida” se prende essencialmente com a imagem dos *adultos*, sendo os *jovens* angolanos e portugueses percebidos como idênticos nestes duas dimensões.

**Tabela 32 - Materiais-estímulo (Versão A)**

<b>Versão A</b>	<b>Família</b>	<b>Tempo livre</b>	<b>Estilo de vida</b>	<b>Vestuário</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Dinheiro</b>	<b>Sociabilidade</b>	<b>Gastronomia</b>
<b>Angolanos (m/f)</b>								
Manuel/Ana	Pensa frequentemente na família	Adora dançar	Aventureiro/a	Gosta dos trajes tradicionais				
Jorge/Paula	Está muito ligado/a à família	Anda sempre em festas	Dinâmico/a	Veste-se bem				
António/Carla	Respeita as tradições familiares	Costuma ver telenovelas	Simples	Gosta de roupas coloridas				
João/Sónia	Costuma pedir conselhos aos familiares	Gosta de rap	Activo/a	Usa roupas largas				
<b>Portugueses (m/f)</b>								
José/Maria					Planifica o seu futuro profissional	Tem hábitos de poupança	Simpático/a	Grande apreciador/a de bacalhau
Paulo/Sandra					Muito estudioso/a	Tem dificuldades económicas	Amigável	Gosta de uma boa sardinhada
Pedro/Joana					Trabalha bastante	Gosta de esbanjar dinheiro	Comunicativo/a	Apreciador/a de bom vinho
Carlos/Isabel					Empenhado/a na sua carreira profissional	Despreocupado/a com o dinheiro	Acolhedor/a	Gosta muito de feijoada

**Tabela 33 - Materiais-estímulo (Versão B)**

<b>Versão B</b>	<b>Família</b>	<b>Tempo livre</b>	<b>Estilo de vida</b>	<b>Vestuário</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Dinheiro</b>	<b>Sociabilidade</b>	<b>Gastronomia</b>
<b>Angolanos (m/f)</b>								
Manuel/Ana					Trabalha pouco	Despreocupado/a com o dinheiro	Simpático/a	Gosta de mandioca
Jorge/Paula					Vive o dia-a-dia	Gosta de esbanjar dinheiro	Amigável	Adora comida picante
António/Carla					Pouco dedicado/a ao trabalho	Tem dificuldades económicas	Comunicativo/a	Apreciador/a de cerveja
João/Sónia					Despreocupado/a com a sua carreira profissional	Tem hábitos de poupança	Acolhedor/a	Gosta de óleo de palma
<b>Portugueses (m/f)</b>								
José/Maria	Pensa frequentemente na família	Vai regularmente ao cinema	Dinâmico/a	Gosta de andar na moda				
Paulo/Sandra	Está muito ligado/a à família	Gosta da vida nocturna	Activo/a	Veste roupa de marca				
Pedro/Joana	Costuma pedir conselhos aos familiares	Pratica desportos radicais	Aventureiro/a	Usa calças de ganga				
Carlos/Isabel	Respeita as tradições familiares	Gosta de fado	Simples	Veste cores sóbrias				



Quanto às variáveis dependentes medidas por questionário, os julgamentos sobre os grupos-alvo foram efectuados a partir de uma reduzida lista de traços que era apresentada aos participantes. Estes traços foram seleccionados a partir dos resultados do Estudo 3b, tendo em conta os seguintes critérios: a existência de consenso entre os participantes angolanos e portugueses quanto ao carácter estereotípico de cada traço e simultaneamente quanto à sua valência avaliativa<sup>55</sup>.

Assim foram seleccionados: dois traços estereotípicos dos angolanos – *festivos* (positivo) e *preguiçosos* (negativo); dois traços estereotípicos dos portugueses – *trabalhadores* (positivo) e *individualistas* (negativo); e ainda quatro traços considerados neutros tanto no que respeita à estereotipicalidade como no que respeita à valência avaliativa – *gulosos*, *impulsivos*, *tradicionalistas* e *vaidosos*.

### 5.2.2.3 Procedimento de recolha de dados

Os estudantes angolanos e portugueses participaram na experiência em pequenos grupos, sendo os dados recolhidos sempre pela mesma investigadora. No início da sessão, foram convidados a participar numa experiência sobre percepção de pessoas, sendo-lhes dito que iriam receber informação acerca de oito jovens, sendo a sua tarefa formar uma impressão acerca de cada jovem. Seguidamente os participantes foram confrontados com uma tarefa de recordação da informação recebida.

A investigadora começa por distribuir a cada participante um caderno (tamanho A7) com as descrições das oito pessoas-estímulo (quatro angolanas e quatro portuguesas). Os rapazes recebem informação sobre oito pessoas-estímulo do sexo masculino, enquanto que as raparigas recebem informação sobre oito pessoas-estímulo do sexo feminino (ver Anexo 12). Na folha de rosto do caderno, as instruções explicam aos participantes que a sua tarefa é formar uma impressão e recordar a informação recebida sobre cada pessoa-estímulo e que só deverão avançar na leitura de cada página à medida que forem recebendo instruções nesse sentido por parte da investigadora.

Cada pessoa-estímulo é descrita numa página separada. No topo da página, em destaque, aparece o nome próprio e a pertença *étnica* (exemplo: Manuel, Angolano), e

---

<sup>55</sup> Sendo difícil encontrar atributos negativos considerados consensualmente (tanto por participantes angolanos como por participantes portugueses) estereotípicos de cada grupo-alvo, recorremos aos atributos negativos cuja classificação mais se aproximou dos valores exigidos para serem considerados estereotípicos de um grupo e contra-estereotípico do outro grupo.

seguidamente, os quatro atributos, cada um numa linha diferente. A apresentação das pessoas-estímulo é feita em ordem alternada: uma angolana, seguida de uma portuguesa, seguida de uma angolana, e assim sucessivamente. Aproximadamente metade dos participantes começa por uma pessoa-estímulo angolana seguida de uma portuguesa (Ordem 1) e a outra metade dos participantes começa por uma pessoa-estímulo portuguesa seguida de uma angolana (Ordem 2).

O procedimento seguinte difere ligeiramente conforme a condição de recordação. Na condição de *recordação indiciada* os participantes têm 20 segundos para examinar cada página, isto é, cada descrição, sendo a investigadora que, com a ajuda de um cronómetro indica aos participantes o momento de passar à página seguinte. Terminada a leitura das oito descrições (2'40''), a investigadora recolhe os materiais e distribui a cada participante uma página A4 com uma matriz contendo 8 colunas (cada uma encabeçada pelo nome de uma pessoa-estímulo e a respectiva identificação *étnica*) e 32 linhas (contendo em ordem aleatória os atributos constantes nos perfis das pessoas-estímulo). Os participantes são instruídos no sentido de indicarem que pessoa-estímulo era descrita por cada atributo, colocando uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz<sup>56</sup>. Passados 10 minutos, é dada por terminada a tarefa de recordação indiciada e são recolhidas as matrizes de resposta.

Na condição de *recordação livre* os participantes têm 30 segundos para examinar cada página, sendo a investigadora que, com a ajuda de um cronómetro indica aos participantes o momento de passar à página seguinte. Terminada a leitura das oito descrições (4'), a investigadora recolhe os materiais e distribui a cada participante um caderno (tamanho A7) com 16 páginas em branco. Depois de uma pequena explicação, a investigadora pede aos participantes para recordarem os atributos das pessoas-estímulo angolanas (Ordem 1) ou das pessoas-estímulo portuguesas (Ordem 2) “na ordem que vos vier à cabeça”. A folha de rosto do caderno explica aos participantes que deverão listar um atributo por página e passar à página seguinte, sem voltar atrás. Passados 10 minutos, a investigadora recolhe este caderno, e distribui um outro a cada participante, pedindo-lhes para recordarem os atributos das pessoas-estímulo portuguesas (Ordem 1) ou das pessoas-

---

<sup>56</sup> Foram utilizadas oito matrizes de recordação diferentes em função das quatro condições experimentais associadas à recordação indiciada e ainda em função do sexo do participante (que coincidia sempre com o sexo das pessoas-estímulo): 1AM = Ordem 1 – Versão A – Masculino; 2AM = Ordem 2 – Versão A – Masculino; 1BM = Ordem 1 – Versão B – Masculino; 2BM = Ordem 2 – Versão B – Masculino; 1AF = Ordem 1 – Versão A – Feminino; 2AF = Ordem 2 – Versão A – Feminino; 1BF = Ordem 1 – Versão B – Feminino; 2BF = Ordem 2 – Versão B – Feminino (ver Anexo 13).

estímulo angolanas (Ordem 2). Passados 10 minutos, é dada por terminada a tarefa de recordação livre e são recolhidos os cadernos referentes à recordação dos atributos do segundo grupo-alvo.

Assim, aproximadamente metade dos participantes recordava primeiro as características das pessoas-estímulo angolanas e depois as características das pessoas-estímulo portuguesas (Ordem 1) e a outra metade dos participantes recordava primeiro as características das pessoas-estímulo portuguesas e depois as características das pessoas-estímulo angolanas (Ordem 2).

Uma vez recolhidos os materiais correspondentes à tarefa de recordação (as matrizes no caso da recordação indiciada ou os cadernos A7 no caso da recordação livre), cada participante recebe um questionário (ver Anexo 15) com uma série de questões sobre cada um dos grupos-alvo: os angolanos e os portugueses, sendo a ordem dos grupos-alvo contrabalançada. A investigadora salienta que a tarefa seguinte será de natureza completamente diferente da precedente, pois o que interessa agora é a opinião dos participantes sobre uma série de questões, apela à sinceridade dos participantes no preenchimento das suas respostas e garante a confidencialidade das mesmas.

Na primeira secção do questionário os participantes realizaram uma série de tarefas que consistiam na descrição dos dois grupos-alvo através de um número limitado de atributos e que permitiram o cálculo de diversas medidas de variabilidade grupal percebida, medidas de tendência central percebida e também medidas de favoritismo endogrupal. Seguidamente, era pedido aos participantes para se descreverem a si próprios através dos mesmos atributos usados para descrever os grupos-alvo.

Na segunda secção do questionário, os participantes responderam a uma série de questões sobre o nível de identificação com o endogrupo e com o exogrupo e também sobre o nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo. Estas questões permitiram investigar o papel mediador destas variáveis na percepção da variabilidade grupal e no favoritismo endogrupal.

Na terceira secção do questionário, os participantes responderam a várias questões cujo objectivo era controlar os materiais-estímulo (estereotipicalidade e valência dos traços) e o contexto desta investigação (estatuto social percebido e estatuto numérico percebido).

Por último, os participantes respondiam a questões de identificação: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. No caso da naturalidade não ser portuguesa, deveriam responder ainda a três questões relativas às circunstâncias da sua vinda para Portugal<sup>57</sup>.

Finalmente, a investigadora recolhia os questionários, esclarecia os objectivos do estudo, agradecia a participação dos estudantes e respondia às suas eventuais questões.

#### **5.2.2.4 Instrumentos de medida**

Seguidamente apresentaremos os instrumentos de medida utilizados neste estudo na ordem em que vão ser apresentados na secção de resultados. Começaremos por explicar a construção das medidas ‘indirectas’ derivadas das tarefas de recordação indiciada e de recordação livre. Seguidamente apresentaremos as medidas ‘directas’ derivadas das tarefas de questionário. Uma vez que algumas das tarefas do questionário deram origem a diferentes tipos de medidas, apresentaremos as medidas tarefa a tarefa para facilitar a compreensão. A Tabela 34 resume todas as questões e tarefas envolvidas neste estudo e as respectivas medidas.

---

<sup>57</sup> As questões eram as seguintes: a) Há quantos anos reside em Portugal?; b) Qual o motivo que o trouxe a Portugal? (1 = estudar; 2 = trabalhar; 3 = outro motivo; qual?); c) Qual foi a sua situação quando chegou a Portugal? (1 = sozinho; 2 = com a família; 3 = com os amigos; 4 = outra situação; qual?).

Tabela 34 - Síntese dos instrumentos de medida

Tipo de medida	Questões / Tarefas
<b>Caracterização dos participantes</b>	Sexo Idade Nacionalidade Naturalidade Tempo de permanência em Portugal* Motivo da vinda para Portugal* Situação*
<b>Controlo do contexto da experiência</b>	Estatuto social percebido Estatuto numérico percebido Valência dos traços Estereotipicalidade dos traços
<b>Efeitos de categorização</b>	Recordação indiciada
<b>Efeitos de homogeneidade</b>	Recordação indiciada Recordação livre Estimação de percentagens Estimação de médias Estimação de amplitudes Estimação de distribuições Estimação de variabilidade
<b>Efeitos de Favoritismo</b>	Estimação de percentagens Estimação de médias
<b>Auto-descrição</b>	Auto-descrição
<b>Identificação grupal</b>	Nível de identificação nacional
<b>Contacto intergrupar</b>	Nível de familiaridade Número de amigos

Nota: As questões assinaladas com asterisco só foram respondidas pelos participantes angolanos.

#### 5.2.2.4.1 Medidas de controlo dos materiais e do contexto da investigação

*Estatuto social relativo percebido.* Tal como no Estudo 2, foi pedido aos participantes para situarem o endogrupo e o exogrupo em seis escalas (de 0 a 100mm) relativas ao nível educacional, ao nível cultural, ao nível económico, ao estatuto social, ao prestígio, e ao poder. A média destas seis escalas foi considerada como um indicador do estatuto social relativo (ver ponto 4.3.2.3).

*Estatuto numérico relativo percebido.* Foi pedido aos participantes para estimarem a percentagem de vários grupos na população residente em Portugal, incluindo os Portugueses e os Angolanos.

*Estereotipicalidade dos traços.* Tal como no Estudo 3b, foi pedido aos participantes para estimarem a estereotipicalidade de cada um dos traços usados no questionário através de duas escalas de sete pontos, uma para averiguar a estereotipicalidade em relação aos angolanos, e outra para avaliar a estereotipicalidade em relação aos portugueses (ver ponto 4.4.3.1.3).

*Valência dos traços.* Tal como no Estudo 3b, foi pedido aos participantes para estimarem a valência avaliativa de cada um dos traços usados no questionário através de uma escala de sete pontos (ver ponto 4.4.3.1.3).

#### **5.2.2.4.2 Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada**

A tarefa de recordação indiciada permite o cálculo do número de respostas correctas assim como de diferentes tipos de erros (ou confusões entre as pessoas-estímulo). Os diferentes tipos de erros podem ser usados para avaliar em que medida os participantes percebem o endogrupo e o exogrupo de forma mais ou menos homogénea.

O efeito de categorização pode ser medido através da proporção de erros inter-categoriais e intra-categoriais. Os erros intergrupais correspondem à atribuição de uma característica pertencente a uma pessoa-estímulo de um grupo a uma pessoa-estímulo de outro grupo (por exemplo, atribuir uma característica do Manuel, angolano, ao Pedro, português, e vice-versa). Os erros intragrupais correspondem à atribuição de uma característica pertencente a uma pessoa-estímulo de um grupo a outra pessoa desse mesmo grupo (por exemplo: atribuir uma característica do Manuel ao Jorge, ambos angolanos; ou atribuir uma característica do Pedro ao Paulo, ambos portugueses).

Como o número de erros intergrupais esperados ao acaso é superior ao número de erros intragrupais, corrigimos os erros intergrupais multiplicando por 3/4, seguindo o procedimento de Taylor *et al.* (1978). (Num grupo com oito pessoas-estímulo, quatro de cada grupo, cada atributo pode ser correctamente emparelhado com o alvo; incorrectamente atribuído a uma das três outras pessoas-estímulo do mesmo grupo; ou incorrectamente atribuído a qualquer das quatro pessoas-estímulo do outro grupo). O efeito de categorização pode ser inferido a partir do maior número de erros intragrupais do que erros intergrupais (Taylor *et al.*, 1978).

Para averiguar os efeitos de homogeneidade, os erros intragrupais foram depois classificados em função da sua relevância em termos do grupo de pertença de cada participante: erros endogrupais versus erros exogrupais. Os erros endogrupais correspondem à atribuição de uma característica de uma pessoa-estímulo pertencente ao

mesmo grupo do participante a outra pessoa-estímulo do mesmo grupo e os erros exogrupais correspondem à atribuição de uma característica de uma pessoa-estímulo pertencente a um grupo étnico diferente do participante a outra pessoa-estímulo desse outro grupo. O efeito de homogeneidade do exogrupo pode ser inferido a partir do maior número de erros exogrupais que endogrupais (Lorenzi-Cioldi, 1993).

#### 5.2.2.4.3 Medidas indirectas – Tarefa de recordação livre

A tarefa de recordação livre permite uma análise alternativa da estrutura da informação recuperada (Ostrom *et al.*, 1993; Sedikides, 1997). A descrição das pessoas-estímulo oferecia uma base para duas formas ortogonais de organizar a informação, quer em termos pessoais (Manuel, José, etc.) quer em termos das categorias de atributos (família, trabalho, etc.).

Para averiguar a forma como os participantes organizaram a informação foram calculados dois tipos de *clustering scores*: organização da informação em termos pessoais (*person clustering*) ou em termos das categorias de atributos (*attribut clustering*)<sup>58</sup>. Para tal usámos o *Adjusted Ratio of Clustering*<sup>59</sup> (ARC), desenvolvido por Roenker, Thompson e Brown (1971). Este índice é baseado na frequência com que dois items da mesma categoria cognitiva são listados em sequência directa durante a tarefa de recordação (*repetições*). Se a frequência é significativamente maior do que a esperada ao acaso é presumido que esta categoria foi usada pelos participantes como uma base para recuperar a informação memorizada. Um ARC-score com valor 0 (zero) indica clustering ao acaso; um ARC-score positivo, diferente de zero, indica uma organização da informação em termos das categorias previstas pelo investigador (pessoa ou categoria de atributo, neste caso). Um ARC-score negativo indica que os

<sup>58</sup> Mais uma vez nos confrontamos com um problema de tradução a partir do inglês. O termo clustering (organização, aglomeração, conglomerado) foi aqui traduzido por tipo de organização da informação. Assim a variável clustering category (person clustering vs. attribut clustering) é por nós referida como: tipo de organização da informação (organização pessoal vs. organização categorial) (cf: Sedikides, 1997).

<sup>59</sup> A fórmula matemática para o ARC-score é a seguinte:  $ARC = [R - E(R)] / [MaxR - E(R)]$ . Em que: R = número total de repetições observadas (i.e., o número de vezes que um item de determinada categoria é seguido por um item da mesma categoria); MaxR = o número máximo possível de repetições de cada categoria; E(R) = o número esperado (ao acaso) de repetições categoriais.  $MaxR = N - k$ , onde N = número total de items recordados, e k = o número de categorias representado no protocolo de recordação.  $E(R) = [\sum ni^2] / N - 1$ , onde ni = número de items recordados da categoria i, e N é o mesmo que na formula anterior.

Os ARC-scores têm sido considerados por diversos autores como a medida mais adequada para tratamento dos protocolos de recordação livre (Ostrom *et al.*, 1993; Taylor e Fiske, 1981).

participantes usaram categorias de clustering diferentes do esquema de codificação do experimentador.

Calculámos quatro ARC-scores para cada participante: um ARC-score reflecte o clustering em função das pessoas do endogrupo; outro em função dos atributos do endogrupo; outro em função de pessoas do exogrupo; e outro em função dos atributos do exogrupo.

Previamente ao cálculo dos ARC-scores foi necessário um trabalho de codificação dos protocolos de recordação dos participantes, tendo em conta as seguintes variáveis dependentes: número total de atributos recordados; número total de duplos (atributos repetidos); número total de intrusos tipo A (atributos falsos); número total de intrusos tipo B (erros intergrupais); número total de intrusos C (atributos falsos mas correspondentes às categorias de atributo apresentadas); número total de atributos recordados de cada pessoa-estímulo (José, Manuel, etc.); número total de atributos recordados de cada categoria de atributo (família, trabalho, etc.); número total de repetições observadas para cada pessoa-estímulo; número total de repetições observadas de atributo. Este trabalho de codificação dos protocolos de recordação livre foi realizado separadamente para cada participante e para cada grupo-alvo, isto é, para cada participante foram preenchidas duas folhas de codificação, uma relativa ao endogrupo e outra relativa ao exogrupo (ver Anexo 14).

#### ***5.2.2.4.4 Medidas directas – Tarefas de questionário***

*Tarefa de estimação de percentagens (percentage estimates task*, Park e Rothbart, 1982). Os participantes foram confrontados com quatro traços, dois estereotípicos dos angolanos e dois estereotípicos dos portugueses (de acordo com os resultados obtidos no Estudo 3b). Estes traços eram os seguintes: festivos e preguiçosos (estereotípicos dos angolanos); e trabalhadores e individualistas (estereotípicos dos portugueses). A tarefa dos participantes era estimar a percentagem (de 0% a 100%) de membros de cada um dos grupos-alvo que possuía cada um destes traços.

Seguindo o procedimento de Park e Judd (1990), a partir desta tarefa calculámos uma medida de tendência central, uma medida de variabilidade grupal percebida, e uma medida de favoritismo endogrupal.

A percentagem média de cada grupo nos quatro traços foi considerada como uma medida de tendência central (PERMG). Para calcular a medida de variabilidade grupal percebida, subtraímos a média dos traços contra-estereotípicos à média dos traços



estereotípicos (PERSC)<sup>60</sup>. O valor desta diferença (traços estereotípicos *minus* traços contra-estereotípicos) reflecte em que medida os membros do grupo são vistos como conformando-se com o estereótipo grupal. Valores elevados indicam baixa variabilidade grupal percebida (muitos membros do grupo são vistos como possuindo os traços estereotípicos e poucos são vistos como possuindo os traços contra-estereotípicos). Valores baixos indicam alta variabilidade grupal percebida ou menor conformidade com o estereótipo grupal. Para calcular a medida de favoritismo endogrupal, subtraímos a média dos traços positivos à média dos traços negativos (PERPN)<sup>61</sup>. O valor desta diferença (traços positivos *minus* traços negativos) reflecte em que medida o endogrupo é descrito de forma mais positiva do que o exogrupo.

Para além destas medidas utilizadas por Park e Judd (1990), procedemos ainda à operacionalização de novas medidas de variabilidade grupal percebida que nos permitissem realizar análises de variância separadamente para traços positivos e para traços negativos, no sentido de controlar os efeitos de favoritismo nestas. Assim calculámos de novo a diferença entre os traços estereotípicos e contra-estereotípicos (S – CS), mas em vez de uma medida envolvendo os quatro atributos utilizados para descrever cada grupo-alvo (festivos, preguiçosos, trabalhadores, e individualistas; os dois primeiros estereotípicos dos angolanos e contra-estereotípicos dos portugueses e os dois últimos estereotípicos dos portugueses e contra-estereotípicos dos angolanos), calculámos duas medidas: uma referente apenas aos traços positivos (festivos e trabalhadores); e outra referente apenas aos traços negativos (preguiçosos e individualistas). Para facilitar o rápido reconhecimento destas novas medidas, designámos PERSC<sup>(+)</sup> à medida baseada exclusivamente nos traços positivos e PERSC<sup>(-)</sup> à medida baseada exclusivamente nos traços negativos<sup>62</sup>.

<sup>60</sup> As medidas baseadas na diferença entre traços estereotípicos *minus* contra-estereótipos (S – CS) foram calculadas da seguinte forma: para o grupo-alvo «angolanos» (S – CS) =  $\frac{\sum(\text{alegres} + \text{preguiçosos})}{2} - \frac{\sum(\text{trabalhadores} + \text{individualistas})}{2}$  enquanto que para o grupo-alvo «portugueses» (S – CS) =  $\frac{\sum(\text{trabalhadores} + \text{individualistas})}{2} - \frac{\sum(\text{alegres} + \text{preguiçosos})}{2}$ .

<sup>61</sup> Para calcular as medidas baseadas na diferença entre traços positivos *minus* negativos procedemos ao seguinte cálculo: (P – N) =  $\frac{\sum(\text{alegres} + \text{trabalhadores})}{2} - \frac{\sum(\text{preguiçosos} + \text{individualistas})}{2}$ , independentemente do grupo do participante e do grupo-alvo.

<sup>62</sup> Para o cálculo da medida PERSC<sup>(+)</sup> procedemos do seguinte modo: para os participantes angolanos, a medida PERSC<sup>(+)</sup> para o endogrupo = alegres (S) – trabalhadores (CS) e para o exogrupo = trabalhadores (S) – alegres (CS); para os participantes portugueses, a medida PERSC<sup>(+)</sup> para o endogrupo = trabalhadores (S) – alegres (CS) e para o exogrupo = alegres (S) – trabalhadores (CS). Para o cálculo da medida PERSC<sup>(-)</sup> procedemos do seguinte modo: para os participantes angolanos, a medida PERSC<sup>(-)</sup> para o endogrupo = preguiçosos (S) – individualistas (CS) e para o exogrupo = individualistas (S) – preguiçosos (CS); para os participantes portugueses, a medida PERSC<sup>(-)</sup> para o

Paralelamente calculámos de novo a diferença entre traços positivos e negativos (P – N), não tendo em conta os quatro atributos para cada grupo (festivos, trabalhadores, preguiçosos e individualistas; os dois primeiros positivos e os dois últimos negativos), mas sim separadamente para traços estereotípicos e para traços contra-estereotípicos de cada grupo-alvo, isto é, em vez de uma medida de favoritismo, calculámos duas: uma referente apenas aos traços estereotípicos; e outra referente apenas aos traços contra-estereotípicos. Para facilitar o rápido reconhecimento destas novas medidas, designámos  $PERPN^{(S)}$  à medida baseada exclusivamente nos traços estereotípicos e  $PERPN^{(CS)}$  à medida baseada exclusivamente nos traços contra-estereotípicos<sup>63</sup>.

*Tarefa de estimação de médias (central tendency task*, Park e Judd, 1990). Os participantes foram confrontados com os mesmos quatro traços da tarefa anterior e foi-lhes pedido para estimar a média de cada grupo marcando uma cruz em quatro linhas de 100mm de comprimento, cujos extremos correspondiam à presença ou ausência de cada um dos traços (e.g., nada festivo – muito festivo).

A partir desta tarefa calculámos uma medida de tendência central, uma medida de variabilidade grupal percebida, e uma medida de favoritismo endogrupal, seguindo o procedimento de Park e Judd (1990). O valor médio de cada grupo nos quatro traços foi tomado como um indicador da tendência central (MEDMG). A diferença entre a pontuação atribuída aos membros extremos do grupo foi considerada como a amplitude percebida em cada traço (AMPLI). Tal como na tarefa anterior, a média dos traços contra-estereotípicos foi subtraída à média dos traços estereotípicos (MEDSC). Foi também calculada uma medida de favoritismo endogrupal, através da subtracção da média dos traços negativos à média dos traços positivos (MEDPN).

Posteriormente, tal como procedemos relativamente à tarefa anterior, operacionalizámos novas medidas de variabilidade grupal percebida (controlando os efeitos da valência dos traços) e novas medidas de favoritismo (controlando os efeitos

---

endogrupo = individualistas (S) – preguiçosos (CS) e para o exogrupo = preguiçosos (S) – individualistas (CS).

<sup>63</sup> Para o cálculo da medida  $PERPN^{(S)}$  procedemos do seguinte modo: para os participantes angolanos, a medida  $PERPN^{(S)}$  para o endogrupo = alegres (P) – preguiçosos (N) e para o exogrupo = trabalhadores (P) – individualista (N); para os participantes portugueses, a medida  $PERPN^{(S)}$  para o endogrupo = trabalhadores (P) – individualista (N) e para o exogrupo = alegres (P) – preguiçosos (N). Para o cálculo da medida  $PERPN^{(CS)}$  procedemos do seguinte modo: para os participantes angolanos, a medida  $PERPN^{(CS)}$  para o endogrupo = trabalhadores (P) – individualista (N), e para o exogrupo = alegres (P) – preguiçosos (N); para os participantes portugueses, a medida  $PERPN^{(CS)}$  para o endogrupo = alegres (P) – preguiçosos (N), e para o exogrupo = trabalhadores (P) – individualista (N).

da estereotipicalidade dos traços). Nesse sentido, recalculámos a medida MEDSC em função da valência dos traços, o que resultou em duas novas medidas: uma para os traços positivos  $MEDSC^{(+)}$  e outra para os traços negativos  $MEDSC^{(-)}$ . De igual modo recalculámos a medida MEDPN em função da estereotipicalidade dos traços: uma para os traços estereotípicos  $MEDPN^{(S)}$  e outra para os traços contra-estereotípicos  $MEDPN^{(CS)}$ .

*Tarefa estimação de amplitude (range task, Park e Judd, 1990).* Os participantes foram confrontados com os mesmos quatro traços da tarefa anterior e foi-lhes pedido para indicarem onde se situavam os membros mais extremos do grupo efectuando duas cruzes em cada uma das quatro linhas de 100mm (por exemplo: foi-lhes pedido para indicarem onde se situaria a pessoa menos festiva e também onde se situaria a pessoa mais festiva). Assim, enquanto na tarefa anterior os participantes julgaram a tendência central do grupo nesta tarefa julgaram a sua dispersão.

Para cada um dos quatro traços foi calculada a diferença entre a pontuação atribuída aos membros extremos do grupo, o que corresponde à amplitude percebida (AMPLI). A média da amplitude percebida nos quatro traços foi considerada como uma medida de variabilidade grupal percebida.

*Tarefa de estimação de distribuição (distribution task, Linville et al., 1989).* Os participantes foram confrontados com quatro traços considerados neutros: gulosos, impulsivos, tradicionalistas e vaidosos. Foi-lhes pedido para considerarem 100 angolanos (ou portugueses) ao acaso e para indicarem a sua distribuição numa dada dimensão, colocando um número em cada um dos sete níveis da dimensão, sendo que a soma desses números deveria corresponder a 100. Assim, a tarefa dos participantes era distribuir os 100 membros do grupo ao longo de um contínuo designado no seu extremo baixo pela ausência do traço (e.g., nada guloso) e no seu extremo alto pela presença do traço (e.g., muito guloso).

Para cada uma destas quatro distribuições, foi calculado o índice de probabilidade de diferenciação (DISPD), a variabilidade percebida (DISVP), e a média (DISMG). Segundo Linville et al. (1989), a probabilidade de diferenciação corresponde à

probabilidade de distinguir entre os membros do grupo e a variabilidade percebida corresponde ao grau de dispersão dos membros do grupo<sup>64</sup>.

*Tarefa de estimação de variabilidade (Similarity task*, Quattrone e Jones, 1980). Foi pedido aos participantes para avaliarem globalmente a variabilidade grupal, usando uma escala de sete pontos, cujos extremos eram 1 = “eles são todos semelhantes” e 7 = “eles são todos completamente diferentes”. Os valores directos fornecidos pelos participantes foram considerados como indicadores da variabilidade grupal percebida (VARIA).

*Auto-descrição (Self-description*, Park e Judd, 1990). Os participantes foram confrontados com os quatro atributos usados anteriormente para descrever o endogrupo e o exogrupo, sendo-lhes pedido para se descreverem a si próprios marcando com uma cruz o lugar apropriado em quatro linhas rectas de 100mm, cujos extremos correspondiam à presença ou ausência de cada atributo (e.g., nada festivo – muito festivo).

A partir desta tarefa foram calculadas três medidas seguindo o procedimento de Park e Judd (1990). A medida AUTSC<sup>65</sup> reflecte a diferença entre a média obtida na auto-descrição nos atributos estereotípicos e nos atributos contra-estereotípicos. Valores elevados indicam maior conformidade com o estereótipo endogrupal. A medida AUTPN reflecte a diferença entre os atributos positivos e negativos na auto-descrição. Pequenos valores indicam que os participantes se descrevem a si próprios e ao endogrupo de forma muito semelhante. A medida AUTDA reflecte a distância absoluta entre a média obtida na auto-descrição e a média atribuída ao endogrupo (MEDM).

Posteriormente, procedemos à operacionalização de novas medidas da distância entre a auto-descrição e a tendência central atribuída ao endogrupo controlando os efeitos da estereotipicalidade dos traços e os efeitos da valência dos traços. Nesse

---

<sup>64</sup> Para cada uma das quatro distribuições, calculámos a tendência central ( $DISMG = \sum P_i X_i$ , onde  $P_i$  é igual à proporção dos membros da categoria descritos pelo nível  $i$  do traço em questão e  $X_i$  é o valor da escala desse  $i$ ), a variabilidade percebida ( $DISVP = \sum P_i (X_i - M)^2$ ), e a probabilidade de diferenciação ( $DISPD = 1 - \sum p_i^2$ ).

<sup>65</sup> As medidas derivadas da auto-descrição baseadas na diferença entre traços estereotípicos minus contra-estereótipos foram calculadas da seguinte forma: para os participantes angolanos  $(S - CS) = \sum (\text{alegres} + \text{preguiçosos})/2 - \sum (\text{trabalhadores} + \text{individualistas})/2$  enquanto que para os participantes portugueses  $(S - CS) = \sum (\text{trabalhadores} + \text{individualistas})/2 - \sum (\text{alegres} + \text{preguiçosos})/2$ .

sentido, recalculámos a medida AUTDA em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços (AUTDA-SC). De igual modo, recalculámos a medida AUTDA tendo em conta a valência dos traços (AUTDA-PN). A medida AUTDA-SC indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços estereotípicos ou para os traços contra-estereotípicos (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos), enquanto que a medida AUTDA-PN indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços positivos ou para os traços negativos (traços positivos vs. traços negativos).

*Nível de identificação grupal.* Foi pedido aos participantes para avaliarem em que medida se sentiam identificados com o “grupo dos angolanos” e com o “grupo dos portugueses”, através de uma escala de sete pontos, variando entre 1= “nada identificado” a 7= “muito fortemente”.

*Nível de contacto grupal.* Foi pedido aos participantes para avaliarem o nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo através de três escalas de sete pontos e uma questão aberta<sup>66</sup>.

A Tabela 35 especifica as várias medidas de variabilidade grupal percebida, de tendência central percebida e de favoritismo endogrupal derivadas das tarefas do questionário. Estas medidas vão ser a partir de agora designadas pelas respectivas abreviaturas.

---

<sup>66</sup> As questões eram as seguintes: “Gostaríamos de saber qual é o seu grau de familiaridade com os angolanos/ portugueses. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião. O seu contacto com os angolanos/ portugueses é ... (1=muito distante; 7=muito próximo). Costuma convidar angolanos/portugueses para sair? (1=nunca; 7=sempre). Costuma convidar angolanos/portugueses para ir a sua casa? (1=nunca; 7=sempre). Quantos amigos angolanos/portugueses você tem? (questão aberta).

**Tabela 35 - Medidas derivadas do questionário e respectivas abreviaturas**

Tarefas	Medidas de variabilidade percebida	Medidas de tendência central	Medidas de favoritismo endogrupal
Percentagens	<p>PERSC: traços estereotípicos – traços contra-estereotípicos</p> <p>PERSC(+): traços estereotípicos positivos – traços contra-estereotípicos positivos</p> <p>PERSC(-): traços estereotípicos negativos – traços contra-estereotípicos negativos</p>	PERMG	<p>PERPN: traços positivos – traços negativos</p> <p>PERPN(S): traços estereotípicos positivos – traços estereotípicos negativos</p> <p>PERPN(CS): traços contra-estereotípicos positivos – traços contra-estereotípicos negativos</p>
Médias	<p>MEDSC: traços estereotípicos – traços contra-estereotípicos</p> <p>MEDSC(+): traços estereotípicos positivos – traços contra-estereotípicos positivos</p> <p>MEDSC(-): traços estereotípicos negativos – traços contra-estereotípicos negativos</p>	MEDMG	<p>MEDPN: traços positivos – traços negativos</p> <p>MEDPN(S): traços estereotípicos positivos – traços estereotípicos negativos</p> <p>MEDPN(CS): traços contra-estereotípicos positivos – traços contra-estereotípicos negativos</p>
Amplitudes	AMPLI: diferença entre extremos		
Distribuições	<p>DISPD: probabilidade de diferenciação (Pd)</p> <p>DISVP: variabilidade percebida</p>	DISMG	
Variabilidade	VARIA: variabilidade percebida (valores directos)		
Auto-descrição	<p>AUTSC: traços estereotípicos – traços contra-estereotípicos</p> <p>AUTDA: distância absoluta face à média geral do endogrupo (MEDMG)</p> <p>AUTD-SC: distância face à média geral do endogrupo em função do carácter estereotípico dos traços (S - CS)</p>		<p>AUTPN: traços positivos – traços negativos</p> <p>AUTD-PN: distância face à média geral do endogrupo em função da valência avaliativa dos traços (P- N)</p>

### 5.2.2.5 Procedimento de análise de dados

Numa fase inicial do tratamento de dados, realizámos análises de variância tendo como variáveis independentes o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), o grupo do participante (angolanos vs. portugueses), o sexo do participante (masculino vs. feminino), a ordem de apresentação (primeiro angolanos vs. primeiro portugueses) e - no caso das medidas derivadas das tarefas de recordação - a versão do material-estímulo (A vs. B).

Como a variável “sexo do participante” não produziu quaisquer efeitos significativos, foram realizadas novas análises sem incluir esta variável. A variável “ordem de apresentação” foi excluída das análises relativas às medidas derivadas do questionário por não ter produzido nenhum efeito significativo nestas medidas, mas foi mantida na análise das medidas derivadas das tarefas de recordação.

#### 5.2.2.5.1 Controlo dos materiais-estímulo e do contexto da experiência

Começámos por verificar se existia um consenso entre os participantes angolanos e portugueses quanto ao *estatuto social percebido* e ao *estatuto numérico percebido* de ambos os grupos-alvo (ver procedimento de análise de dados do Estudo 2).

Seguidamente verificámos se a *valência* avaliativa e a *estereotipicalidade* dos traços utilizados para descrever os grupos-alvo tinham sido consideradas da forma prevista pelos participantes na experiência. Este controlo era particularmente importante relativamente aos quatro traços usados para calcular as medidas de variabilidade percebida e de favoritismo que derivam do questionário (festivos, trabalhadores, individualistas e preguiçosos), pois poderia inviabilizar a construção destas medidas (ver procedimento de análise de dados do Estudo 3b).

#### 5.2.2.5.2 Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada

*Exactidão da recordação.* As respostas correctas foram submetidas a uma análise de variância (ANOVA) tendo o grupo do participante, a ordem de apresentação e a versão do material-estímulo como variáveis independentes.

*Efeito de categorização.* Para examinar o efeito de categorização, efectuámos uma análise de variância multivariada (MANOVA) com medidas repetidas no primeiro factor: 2 (tipo de erro: intragrupais vs. intergrupais) x 2 (grupo do participante) x 2 (ordem de apresentação) x 2 (versão do material-estímulo). O efeito de categorização

pode ser inferido na medida em que os participantes efectuarem mais os erros intragrupais do que intergrupais, isto é, se verificar um efeito principal do tipo de erro.

*Efeitos de homogeneidade.* Para investigar os efeitos de homogeneidade, os erros intragrupais foram examinados através de uma análise de variância multivariada (MANOVA), com medidas repetidas no primeiro factor: 2 (tipo de erro: erros endogrupais vs. erros exogrupais) x 2 (grupo do participante) x 2 (versão do material-estímulo) x 2 (ordem de apresentação). O efeito de homogeneidade do exogrupo pode ser inferido na medida em que os participantes efectuarem mais erros exogrupais do que endogrupais, isto é, se se verificar um efeito principal da variável tipo de erro. Em contrapartida, a hipótese de assimetria nos efeitos de homogeneidade toma a forma de um efeito de interacção entre o grupo do participante e o grupo-alvo<sup>67</sup>.

#### **5.2.2.5.3 Medidas indirectas – Tarefa de recordação livre**

*Quantidade de informação recordada.* O número total de atributos correctamente recordados foi submetido a uma análise de variância (ANOVA), tendo como variáveis independentes o grupo do participante (angolanos vs. portugueses), a versão do material-estímulo (A vs. B) e a ordem de apresentação (primeiro angolanos vs. primeiro portugueses). O número total de atributos correctamente recordados foi igualmente submetido a uma análise de variância multivariada (MANOVA), com medidas repetidas no primeiro factor: 2 (grupo-alvo: pessoas-estímulo angolanas vs. pessoas-estímulo

---

<sup>67</sup> A análise dos efeitos de homogeneidade pode ser efectuada de duas formas alternativas: em vez de classificar os erros intragrupais em função da sua relevância para o grupo de pertença do participante (pessoas-estímulo do endogrupo vs. pessoas-estímulo do exogrupo), podemos classifica-los em função do grupo de pertença das pessoas-estímulo (pessoas-estímulo angolanas vs. pessoas-estímulo portuguesas). Neste caso, a nossa hipótese toma a forma de um efeito principal do tipo de erro intragrupal. Isto é, espera-se que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses cometam maior número de erros em relação a alvos angolanos do que a alvos portugueses (efeito de homogeneidade do grupo dominado). Contudo, não necessitamos de efectuar ambas as análises, pois elas são estatisticamente redundantes. Quando temos em conta a relação entre os participantes e as pessoas-estímulo (pessoas-estímulo do endogrupo vs. pessoas-estímulo do exogrupo) o efeito de homogeneidade do exogrupo (ou do endogrupo) corresponde a um efeito principal do tipo de erro intragrupal e o efeito de homogeneidade do grupo dominado corresponde a um efeito de interacção entre o grupo do participante (angolanos vs. portugueses) e o tipo de erro intragrupal. Inversamente, quando temos em conta o estatuto relativo das pessoas-estímulo (pessoas-estímulo angolanas vs. pessoas-estímulo portuguesas), o efeito de homogeneidade do grupo dominado corresponde a um efeito principal do tipo de erro intragrupal e o efeito de homogeneidade do exogrupo (ou do endogrupo) corresponde a um efeito de interacção entre o grupo do participante (angolanos vs. portugueses) e o tipo de erro intragrupal. Como os valores do F, os graus de liberdade e os níveis de significância são exactamente os mesmos nos dois tipos de análise, teremos em conta as duas perspectivas de análise mas, para não tornar o texto demasiado pesado, apresentaremos apenas uma das análises estatísticas: em termos de endogrupo versus exogrupo.



portuguesas) x 2 (grupo do participante) x 2 (versão do material-estímulo) x 2 (ordem da recordação).

*Efeitos de homogeneidade.* Os ARC-scores foram submetidos a uma análise multivariada de variância (MANOVA) com medidas repetidas nos dois últimos factores: 2 (grupo do participante: angolanos vs. portugueses) x 2 (versão do material-estímulo: A vs. B) x 2 (ordem de recordação: as pessoas-estímulo angolanas recordadas em primeiro lugar vs. as pessoas-estímulo portuguesas recordadas em primeiro lugar) x 2 (grupo-alvo: endogrupo vs. exogrupo) x 2 (tipo de organização da informação: organização pessoal vs. organização categorial). Neste caso, a hipótese de assimetria nos efeitos de homogeneidade toma a forma de uma tripla interacção entre o grupo do participante, o grupo-alvo e o tipo de organização da informação.

#### **5.2.2.5.4 Medidas directas – Tarefas de questionário**

*Efeitos de homogeneidade.* Os resultados obtidos em cada uma das medidas de variabilidade grupal percebida calculadas a partir do questionário (PERSC, MEDSC, AMPLI, DISPD, DISPV e VARIA) foram submetidos a análises multivariadas de variância tendo o grupo do participante (angolanos vs. portugueses) como variável independente e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável dependente<sup>68</sup>. Neste caso, a hipótese de assimetria nos efeitos de homogeneidade toma a forma de um efeito de interacção entre o grupo do participante e o grupo-alvo.

*Efeitos de favoritismo.* Os resultados obtidos nas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN) foram igualmente submetidos a análises multivariadas de variância tendo o grupo do participante (angolanos vs. portugueses) como variável independente e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável dependente. O favoritismo endogrupal é revelado quando é atribuída ao endogrupo uma média superior nos traços positivos comparativamente com o exogrupo, e uma média inferior nos traços negativos, isto é, quando se verifica um efeito principal do grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo).

---

<sup>68</sup> Análises de variância prévias tendo o “sexo do participante” (masculino vs. feminino) e a “ordem de apresentação” (primeiro angolanos vs. primeiro portugueses) como variáveis independentes não produziram quaisquer resultados significativos, pelo que foram realizadas novas análises sem incluir estas variáveis.

### ***Relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo***

Explorámos a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo a partir dos dados provenientes das tarefas de estimação de percentagens e de estimação de médias. Uma vez que os quatro atributos utilizados nestas tarefas permitiam tanto o cálculo de medidas de variabilidade grupal percebida (PERSC e MEDPN) como de medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN), começámos por verificar se existiria uma relação entre estas duas medidas.

Assim, os dados referentes a cada uma destas tarefas (estimação de percentagens e estimação de medias) foram analisados através de uma análise de variância multivariada (MANOVA), com medidas repetidas nos três primeiros factores: 2 x (grupo-alvo: endogrupo vs. exogrupo) x 2 (estereotipicalidade dos traços: estereotípico vs. contra-estereotípico) x 2 (valência dos traços: positivos vs. negativos) x 2 (grupo dos participantes: angolanos vs. portugueses).

Este tipo de análise de variância, para além de nos permitir confirmar os efeitos da estereotipicalidade dos traços (previamente analisados a partir das PERSC e MEDSC) e os efeitos da valência dos traços (previamente analisados a partir das medidas PERPN e MEDPN), permite-nos averiguar os efeitos conjuntos da estereotipicalidade dos traços e da sua valência, o que nos fornece uma indicação sobre a relação entre os fenómenos em estudo.

Neste caso, o favoritismo endogrupal pode ser avaliado pela interacção entre o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), e a valência dos atributos (positivos vs. negativos). Existe evidência de favoritismo endogrupal quando os participantes atribuem uma maior diferença entre os traços positivos e os traços negativos ( $P - N$ ) para o endogrupo do que para o exogrupo.

Em contrapartida, o efeito de homogeneidade do exogrupo pode ser avaliado pela interacção entre o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) e a estereotipicalidade dos traços (estereotípicos vs. contra-estereotípicos). Existe evidência de o efeito de homogeneidade do exogrupo quando os participantes atribuem uma menor diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos ( $S - SC$ ) para o endogrupo do que para o exogrupo.

Se se verificar uma tripla interacção entre o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), a estereotipicalidade dos traços (estereotípicos vs. contra-estereotípicos), e a valência dos mesmos (positivos vs. negativos), então poderemos considerar a existência de uma relação entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal.

Se se verificar uma quádrupla interação entre o grupo do participante (angolanos vs. portugueses), o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), a estereotipicalidade dos traços (estereotípicos vs. contra-estereotípicos), e a valência dos mesmos (positivos vs. negativos), então poderemos considerar a existência de uma assimetria na relação entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal em função do estatuto dos grupos.

Dadas as dificuldades de interpretação dos resultados de interações triplas e, mais ainda, quádruplas, procedemos ao cálculo de novas medidas de variabilidade grupal percebida separadamente para os traços positivos  $\mathcal{P}ERSC^{(+)}$  e para os traços negativos  $\mathcal{P}ERSC^{(-)}$ , como explicámos no ponto 5.2.2.4.4. Paralelamente, calculámos duas novas medidas de favoritismo separadamente para traços estereotípicos  $\mathcal{P}ERPN^{(S)}$  e para traços contra-estereotípicos  $\mathcal{P}ERPN^{(CS)}$ . Cada uma destas quatro novas medidas (duas de variabilidade grupal percebida e duas de favoritismo endogrupal) foi submetida a análises de variância multivariadas, tendo o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participantes e o grupo dos participantes (angolanos vs. portugueses) como variável inter-participante.

### ***Auto-descrição***

Começamos por averiguar se existiam diferenças significativas para cada uma das medidas derivadas da tarefa de auto-descrição (AUTSC, AUTPN, AUTDA, AUTD-SC e AUTD-PN) em função do grupo do participante.

A medida AUDSC (auto-descrição em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços para o endogrupo) foi submetida a uma análise de variância multivariada tendo a estereotipicalidade dos traços como variável intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participantes.

A medida AUDPN (auto-descrição em função do carácter positivo ou negativo dos traços) foi submetida a uma análise de variância multivariada tendo como variável intra-participantes a valência dos traços e como variável inter-participantes o grupo dos participantes.

A medida AUTDA (distância absoluta face à media do endogrupo) foi submetida a uma análise de variância simples tendo como variável independente o grupo dos participantes.

A medida AUTDA-SC indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços estereotípicos ou para os traços contra-estereotípicos. Esta medida foi submetida a uma análise de variância multivariada tendo a estereotipicalidade dos traços como variável intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participantes.

A medida AUTDA-PN indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços positivos ou para os traços negativos. Esta medida foi submetida a uma análise de variância multivariada tendo a estereotipicalidade dos traços como variável intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participantes.

Seguidamente, analisámos as correlações entre as medidas derivadas da tarefa de auto-descrição dos participantes e as diferentes medidas de variabilidade grupal percebida (PERSC, MEDSC, AMPLI, VARIA, DISPV e DISPD). Em primeiro lugar, verificámos se a discrepância entre a auto-descrição e a tendência central do endogrupo permitia prever a variabilidade grupal percebida. Assim, investigámos as correlações entre a distância absoluta face à media geral do endogrupo e várias medidas de variabilidade grupal percebida. Em segundo lugar, averiguámos se o facto de o indivíduo se descrever em consonância com os estereótipos do seu grupo estaria relacionado com uma percepção do endogrupo como mais ou menos homogéneo.

### ***Nível de identificação grupal***

Os valores de identificação endogrupal e exogrupal foram analisados através de uma análise de variância multivariada, tendo o grupo-alvo de identificação (endogrupo vs. exogrupo) como variável dependente e o grupo dos participantes como variável independente.

No caso dos participantes angolanos analisámos também a influência do tempo de permanência no país de acolhimento nos níveis de identificação nacional e exogrupal. Nesse sentido, dividimos a amostra dos estudantes angolanos em dois grupos (com base no valor da mediana da variável tempo de permanência em Portugal): aqueles que residem há menos de 6 anos em Portugal; e aqueles que residem há mais de 6 anos em Portugal.

As medidas de identificação (endogrupal vs. exogrupal) foram submetidas a uma análise de variância multivariada tendo o grupo-alvo de identificação como variável

intra-participantes e o tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) como variável inter-participantes. Realizámos também duas análises de variância tendo como variável independente o tempo de permanência em Portugal, uma tendo o nível de identificação endogrupal como variável dependente e outra tendo o nível de identificação exogrupal como variável dependente.

Para analisar o impacto da identificação grupal nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (identificação endogrupal e identificação exogrupal), dividindo assim os participantes em “fortemente identificados” e “fracamente identificados”. (Para os participantes angolanos a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =3; para os participantes portugueses a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =2).

Analisámos o impacto do grau de identificação endogrupal e exogrupal em diversas medidas de variabilidade grupal percebida (PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA) e nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo a identificação endogrupal, a identificação exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participante.

### ***Nível de contacto***

Os valores referentes aos níveis de contacto foram submetidos a análises de variância multivariada tendo o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participantes e o grupo do participante como variável inter-participante. Foram efectuadas duas análises separadas: uma para o *nível de familiaridade* (correspondente à média das três escalas) e outra ao *número de amigos*<sup>69</sup>.

Tal como efectuámos em relação aos níveis de identificação, analisámos os níveis de contacto endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos em função do seu tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos). As medidas de familiaridade (endogrupo vs. exogrupo) foram submetidas a uma análise de variância multivariada tendo o grupo-alvo de identificação como variável intra-participantes e o

---

<sup>69</sup> Foram excluídos da análise 8 participantes angolanos por referirem um número de amigos igual ou superior a 1000.

tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) como variável inter-participantes.

Realizámos também duas análises de variância tendo como variável independente o tempo de permanência em Portugal, uma tendo o nível de familiaridade endogrupal como variável dependente e outra tendo o nível de familiaridade exogrupal como variável dependente.

Para analisar o impacto do nível de contacto endogrupal e do nível de contacto exogrupal nos efeitos de homogeneidade e no favoritismo endogrupal, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (contacto endogrupal e contacto exogrupal), dividindo assim os participantes conforme o alto ou baixo nível de contacto. (Para os participantes angolanos a mediana do contacto endogrupal foi =6 e a mediana do contacto exogrupal foi =4.67; para os participantes portugueses a mediana do contacto endogrupal foi =6.33 e a mediana do contacto exogrupal foi =2.00).

Analisámos o impacto do grau de contacto endogrupal e exogrupal em diversas medidas de variabilidade grupal percebida (PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA) e nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo como variáveis inter-participantes o contacto endogrupal, o contacto exogrupal e o grupo do participante e como variável intra-participante o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo).

### 5.2.3 Resultados

#### 5.2.3.1 Controlo dos materiais-estímulo e do contexto da investigação

Antes de analisar os dados relativos aos efeitos de categorização e de homogeneidade, que constituem o aspecto central da nossa análise de resultados, é importante controlar vários aspectos que se prendem com o contexto desta experiência. O estatuto social percebido de ambos os grupos para os participantes angolanos e portugueses, afigura-se como um aspecto central a controlar. Os resultados do Estudo 2, realizado com o objectivo de averiguar o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido dos diferentes *grupos étnicos* em Portugal, indicaram que os portugueses são percebidos como o grupo maioritário e dominante, enquanto que os angolanos são percebidos como um grupo minoritário e dominado. No entanto, os participantes neste estudo eram todos de nacionalidade e naturalidade portuguesas, pelo que se torna necessário averiguar o consenso na percepção do estatuto destes grupos.

##### 5.2.3.1.1 Estatuto social percebido

Os participantes nesta experiência atribuem um estatuto social mais elevado aos portugueses ( $M=57.80$ ) do que aos angolanos ( $M=27.96$ ),  $F(1,158)=290.50$ ,  $p<0.0001$ . Os estudantes portugueses percebem o endogrupo ( $M=55.80$ ) como tendo um estatuto significativamente mais elevado do que o exogrupo ( $M=26.12$ ),  $F(1,158)=230.49$ ,  $p<0.0001$ , enquanto que os estudantes angolanos percebem o exogrupo ( $M=61.81$ ) como tendo um estatuto significativamente mais elevado do que o endogrupo ( $M=31.76$ ),  $F(1,158)=104.27$ ,  $p<0.0001$ . Estes resultados mostram que existe um consenso no estatuto relativo atribuído a cada um dos grupos: tanto os participantes angolanos como os portugueses atribuem significativamente maior estatuto aos portugueses do que aos angolanos residentes em Portugal.

##### 5.2.3.1.2 Estatuto numérico percebido

Quanto ao tamanho relativo dos grupos, os participantes percebem os portugueses como sendo o grupo maioritário ( $M=62\%$ ) e os angolanos como sendo um grupo minoritário ( $M=7\%$ ),  $F(1,145)=688.30$ ,  $p<0.0001$ . Curiosamente, tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses sobrestimam a percentagem de angolanos residentes em Portugal (respectivamente,  $M=8\%$  e  $M=6\%$ ), quando na realidade não

chega aos 0.03%) e subestimaram a percentagem de portugueses (respectivamente, M=62% e M=68%, quando na realidade ultrapassa os 97%).

Estes resultados estão em consonância com os obtidos no Estudo 2 que demonstraram que os portugueses são percebidos como o grupo dominante e os angolanos como um grupo dominado na sociedade portuguesa. Os resultados mostraram, como previsto, que existe um consenso no estatuto relativo atribuído a cada grupo: tanto os participantes portugueses como os participantes angolanos atribuíram um estatuto social significativamente mais elevado aos portugueses do que aos angolanos residentes em Portugal.

#### **5.2.3.1.3 Estereotipicalidade e valência dos traços**

Outro aspecto central a controlar era a estereotipicalidade e a valência avaliativa dos traços. Para o cálculo das medidas de variabilidade e favoritismo previstas era necessário que os participantes na experiência reproduzissem os resultados obtidos no Estudo 3b nos traços escolhidos para a descrição dos grupos-alvo.

Os resultados foram idênticos ao do Estudo 3b tanto no que respeita à estereotipicalidade dos traços como no que respeita à sua valência avaliativa, o que viabilizou o cálculo das diversas medidas previstas. Assim os traços *festivos* e *preguiçosos* foram considerados estereotípicos dos angolanos e os traços *trabalhadores* e *individualistas* foram considerados estereotípicos dos portugueses. Os traços *festivos* e *trabalhadores* foram considerados positivos e os traços *preguiçosos* e *individualistas* foram considerados negativos.

#### **5.2.3.2 Tarefa de recordação indiciada**

Como referimos na secção dedicada ao método, a tarefa de recordação indiciada permite o cálculo das respostas correctas assim como dos diferentes tipos de erros (ou confusões entre as pessoas-estímulo). Os diferentes tipos de erro podem ser usados para avaliar em que medida os participantes percebem os grupos de forma mais ou menos homogénea. Contudo, antes de examinarmos os efeitos de homogeneidade, devemos certificar-nos que a quantidade de respostas correctas não diferiu significativamente em função da versão do material-estímulo nem em função do grupo dos participantes.



Devemos igualmente certificar-nos que ambos os grupos categorizaram as pessoas-estímulo, e que este efeito de categorização não variou significativamente em função das variáveis independentes deste estudo (grupo dos participantes, versão do material-estímulo, e ordem de apresentação).

#### 5.2.3.2.1 Exactidão da recordação

Antes de testarmos os efeitos das variáveis independentes nos erros, que são particularmente relevantes para as nossas hipóteses, calculámos as respostas correctas. A média global de respostas correctas foi 15.75, como se pode constatar na Tabela 36.

Tal como esperávamos não se verificou qualquer efeito significativo ligado à ordem de apresentação nem à versão do material-estímulo. No entanto, verificou-se um efeito principal do grupo do participante tendencialmente significativo: os participantes portugueses apresentam uma média superior de respostas correctas ( $M=16.40$ ) do que os participantes angolanos ( $M=13.95$ ),  $F(1,71)=3.57$ ,  $p<0.063$ ?. Tal poderá dever-se ao facto dos angolanos que participaram nesta experiência serem significativamente mais velhos do que os portugueses (a idade média dos participantes angolanos é de 25 anos enquanto que a idade média dos participantes portugueses é de 21 anos, como referimos aquando da descrição da amostra).

**Tabela 36 - Médias e desvios-padrão das respostas correctas em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Grupo do participante	Grupo-alvo		
	Angolanos	Portugueses	Total
<b>Angolanos (N=21)</b>	6.48 (2.32)	7.36 (2.61)	13.95 (4.08)
<b>Portugueses (N=58)</b>	7.48 (2.75)	9.03 (3.47)	16.40 (4.94)
<b>Total (N=79)</b>	7.13 (2.55)	8.62 (3.35)	15.75 (4.82)

**Nota:** As respostas correctas poderiam variar entre 0 e 32.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o número de “respostas correctas”<sup>70</sup>:

Grupo:  $F(1,71)=3.57$ ,  $p<0.063$

<sup>70</sup> Por uma questão de economia de espaço na apresentação dos resultados das análises de variância efectuadas nos estudos experimentais utilizaremos as seguintes abreviaturas : *Grupo* = Grupo do participante (angolanos vs. portugueses); *Ordem* = Ordem de apresentação (primeiro angolanos vs. primeiro portugueses); e *Versão* = Versão do material-estímulo (A vs. B).

### 5.2.3.2.2 Efeito de categorização

O nosso desenho experimental só será apropriado para analisar os efeitos de homogeneidade se os participantes efectivamente categorizarem as pessoas-estímulo em grupos étnicos e se esse efeito se verificar em ambas as versões do material-estímulo. Na medida em que os participantes categorizarem os alvos em grupos, os erros intragrupais serão superiores aos erros intergrupais (efeito de categorização). A Tabela 37 apresenta as médias e desvios-padrão dos erros em função do grupo do participante.

Consistentemente com as nossas hipóteses, observou-se um efeito principal do tipo de erro muito significativo: o número de erros intragrupais ( $M=12.10$ ) foi significativamente superior ao número de erros intergrupais ( $M=3.11$ ),  $F(1,71)=203.31$ ,  $p<0.0001$ ?. A proporção de erros intragrupais e intergrupais demonstra que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em diferentes grupos. Os participantes mostraram uma tendência muito mais forte para confundir a informação referente aos membros do mesmo grupo étnico (erros intragrupais) do que a informação referente a grupos étnicos diferentes (erros intergrupais).

**Tabela 37 - Médias e desvios-padrão dos erros intragrupais e intergrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Grupo do participante	Tipo de erro		
	erros intragrupais	erros intergrupais	Total
<b>Angolanos (N=21)</b>	13.81 (4.50)	3.18 (2.09)	16.99 (4.01)
<b>Portugueses (N=58)</b>	11.48 (3.94)	3.09 (2.50)	14.57 (4.48)
<b>Total (N=79)</b>	12.10 (4.20)	3.11 (2.38)	15.22 (4.47)

**Nota:** Os erros poderiam variar entre 0 e 32.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o Tipo de erro (erros intragrupais vs. erros intergrupais):

Tipo de erro:  $F(1,71)=203.31$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Tipo de erro:  $F(1,71)=4.05$ ,  $p<0.048$

Angolanos:  $F(1,71)=90.86$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,71)=156.38$ ,  $p<0.0001$

O efeito de interacção entre o tipo de erro e o grupo do participante também foi significativo, indicando que os angolanos fazem mais erros do que os portugueses  $F(1,71)=4.05$ ,  $p<0.048$ ?. As análises de contrastes mostraram que o efeito principal do tipo de erro foi muito significativo tanto para os participantes angolanos  $F(1,71)=90.86$ ,  $p<0.0001$ ? como para os participantes portugueses  $F(1,71)=156.38$ ,  $p<0.0001$ ?. Isto é, tanto os membros do grupo dominante como os membros do grupo dominado estruturaram a informação a partir da pertença étnica das pessoas-estímulo.

Tal como esperávamos, a interacção entre o tipo de erro e a ordem de apresentação não foi significativa, nem a interacção entre o tipo de erro e a versão do material-estímulo.

Resumindo, estes resultados demonstram que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em dois grupos (angolanos vs. portugueses) independentemente da ordem de apresentação e da versão do material (A vs. B), validando assim o uso destes materiais-estímulo para a análise de questões relacionadas com a percepção de grupos.

#### **5.2.3.2.3 Efeitos de homogeneidade**

Para investigar os efeitos de homogeneidade, repartimos os erros intragrupais tendo em conta a relação entre o grupo de pertença do participante e o grupo de pertença da pessoa-estímulo: erros endogrupais vs. erros exogrupais (ver ponto 5.2.2.4.2). A Tabela 38 apresenta as médias e desvios-padrão desses erros em função do grupo do participante.

**Tabela 38 - Médias e desvios-padrão dos erros endogrupais e exogrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Grupo do participante	Tipo de erro		
	erros endogrupais	erros exogrupais	Total
Angolanos (N=21)	7.19 (2.46)	6.62 (2.75)	13.81 (4.50)
Portugueses (N=58)	4.88 (3.10)	6.60 (2.13)	11.48 (3.94)
Total (N=79)	5.49 (3.10)	6.61 (2.29)	12.10 (4.20)

**Nota:** Os erros poderiam variar entre 0 e 16.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o Tipo de erro (erros endogrupais vs. erros exogrupais):

Tipo de erro:  $F(1,71)=2.56$ ,  $p<0.114$

Grupo x Tipo de erro:  $F(1,71)=6.64$ ,  $p<0.012$

Angolanos:  $F(1,71)=0.63$ ,  $p<0.428$

Portugueses:  $F(1,71)=15.96$ ,  $p<0.0002$

O efeito principal do tipo de erro intragrupal (erros endogrupais vs. erros exogrupais) não atingiu o limiar de significância estatística, demonstrando a ausência de um efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade da amostra. Consistentemente com as nossas hipóteses, verificou-se um efeito de interacção significativo entre o grupo do participante e o tipo de erro intragrupal,  $F(1,71)=6.64$ ,  $p<0.012$ ?. As análises de contrastes realizadas demonstraram que os participantes portugueses efectuaram significativamente mais erros exogrupais ( $M = 6.60$ ) do que erros endogrupais ( $M = 4.88$ ), isto é, os angolanos são mais homogeneizados do que os portugueses  $F(1,71)=15.96$ ,  $p < 0.0002$ ?. Em contrapartida, os participantes angolanos efectuaram mais erros endogrupais ( $M = 7.19$ ) do que exogrupais ( $M = 6.62$ ), mas esta diferença não foi estatisticamente significativa.

### 5.2.3.3 Tarefa de recordação livre

A tarefa de recordação indiciada não permite testar a quantidade de recordação porque é fornecida aos participantes toda a informação respeitante às pessoas-estímulo. Para nos certificarmos de que os efeitos de homogeneidade verificados não são devidos à capacidade de memorização diferencial para o endogrupo e para o exogrupo, mas sim

devido à tendência dos participantes para organizarem a informação respeitante ao endogrupo e ao exogrupo de forma diferencial, foi efectuada uma tarefa de recordação livre.

#### 5.2.3.3.1 *Quantidade de informação recordada*

De acordo com as nossas hipóteses, o estatuto relativo dos grupos afectaria a organização cognitiva da informação, mas não a quantidade de informação recordada (Cf: Sedikides, 1997). A média total de atributos recordados é de 16.40, como se pode verificar na Tabela 39.

Como foi referido na secção dedicada ao procedimento de análise de dados (ponto 5.2.2.5.3), o número total de atributos correctamente recordados foi submetido a duas análises de variância: uma análise de variância simples para verificar se o número total de atributos correctamente recordados diferia em função do grupo do participante, da ordem e da versão do material-estímulo; e uma análise de variância com medidas repetidas (grupo-alvo: endogrupo vs. exogrupo).

Tal como esperávamos, o número total de atributos correctamente recordados não variou significativamente em função da ordem de apresentação nem no que respeita à versão do material-estímulo, o que valida o uso destes materiais. No entanto, verificou-se um inesperado efeito principal significativo do grupo do participante: os participantes portugueses apresentam uma média superior de atributos recordados ( $M=17.60$ ) do que os participantes angolanos ( $M=14.65$ ),  $F(1,76)=10.692$ ,  $p<0.002$ ?. Tal como referimos para a tarefa de recordação indiciada, tal poderá dever-se à diferença de idade dos participantes angolanos e portugueses, uma vez que estes últimos são significativamente mais jovens, sendo a capacidade de memorização muito influenciada pela idade.

A análise multivariada de variância produziu um efeito significativo do grupo-alvo, revelando que os participantes recordaram maior quantidade de informação sobre as pessoas-estímulo portuguesas ( $M=8.70$ ) do que das pessoas-estímulo angolanas ( $M=7.70$ ),  $F(1,76)=8.42$ ,  $p<0.005$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo de pertença dos participantes não foi significativa.

Não surpreendentemente, verificou-se uma interacção significativa entre o grupo-alvo e a ordem de recordação  $F(1,76)=7.94$ ,  $p<0.006$ ?. Quando a informação respeitante às pessoas-estímulo portuguesas era recordada em primeiro lugar (ordem 2), os participantes recordaram mais informação sobre as pessoas-estímulo portuguesas

( $M=9.16$ ) do que as pessoas-estímulo angolanas ( $M=7.36$ ),  $F(1,76)=20.14$ ,  $p<0.0001$ ?. Em contrapartida, quando a informação respeitante às pessoas-estímulo angolanas era recordada em primeiro lugar (ordem 1), os participantes recordaram sensivelmente a mesma quantidade de informação sobre as pessoas-estímulo portuguesas ( $M=8.20$ ) e as pessoas-estímulo angolanas ( $M=8.07$ ).

**Tabela 39 - Médias e desvios-padrão do número total de atributos correctamente recordados em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Grupo do participante	Grupo-alvo		
	Angolanos	Portugueses	Total
<b>Angolanos (N=34)</b>	7.06 (2.49)	7.59 (2.31)	14.65 (3.75)
<b>Portugueses (N=50)</b>	8.14 (2.59)	9.46 (2.37)	17.60 (4.22)
<b>Total (N=84)</b>	7.70 (2.59)	8.70 (2.51)	16.40 (4.27)

**Nota:** O número total de atributos recordados poderia variar entre 0 e 32.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o número de “atributos recordados”:

Grupo:  $F(1,76)=10.692$ ,  $p<0.002$

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o número de “atributos recordados” (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,76)=8.42$ ,  $p<0.005$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,76)=2.05$ ,  $p<0.157$

#### **5.2.3.3.2 Efeitos de homogeneidade**

Como foi anteriormente referido, a tarefa de recordação livre permite uma análise alternativa da estrutura da informação recuperada (Ostrom *et al.*, 1993; Sedikides, 1997). A descrição das pessoas-estímulo oferecia uma base para duas formas ortogonais de organizar a informação, quer em termos pessoais (Manuel, José, etc.) quer em termos das categorias de atributos (família, trabalho, etc.).

Neste caso, a hipótese da assimetria nos efeitos de homogeneidade foi testada a partir do cálculo de dois tipos de *clustering scores*: organização da informação em termos pessoais (*ARC-scores pessoais*) ou em termos das categorias de atributos (*ARC-scores categoriais*).

Como referimos na secção dedicada ao método, para cada participante calculámos quatro ARC-scores: um ARC-score reflecte o *clustering* em função das pessoas do

endogrupo; outro em função dos atributos do endogrupo; outro em função de pessoas do exogrupo; e outro em função dos atributos do exogrupo.

A Tabela 40 apresenta as médias dos ARC-scores em função do grupo-alvo e do grupo do participante. Mais uma vez, esperávamos observar uma assimetria nos efeitos de homogeneidade, com uma maior homogeneização do grupo-alvo de menor estatuto. Neste caso, a nossa hipótese toma a forma de uma tripla interacção entre o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), o grupo do participante (angolanos vs. portugueses) e o tipo de organização da informação (pessoal vs. categorial). Mais precisamente, a informação sobre as pessoas-estímulo portuguesas seria organizada preferencialmente em torno de “pessoas” (um ARC-score pessoal superior ao ARC-score categorial), enquanto que a informação sobre as pessoas-estímulo angolanas seria organizada preferencialmente em torno de “categorias de atributos” (um ARC-score categorial superior ao ARC-score pessoal).

Tal como esperávamos, não se verificaram quaisquer efeitos significativos ligados à versão do material-estímulo nem à ordem de apresentação. A interacção entre o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) e o tipo de organização da informação (pessoal vs. categorial) foi tendencialmente significativa  $F(1,76)=3.10$ ,  $p<0.082$ ?. A esperada tripla interacção entre o grupo-alvo, o grupo do participante e o tipo de organização da informação também foi tendencialmente significativa  $F(1,76)=3.19$ ,  $p<0.078$ ?. Esta interacção foi decomposta no sentido de se examinar a interacção entre o grupo-alvo e o tipo de organização da informação separadamente para os participantes angolanos e portugueses. Os participantes angolanos demonstraram um efeito de homogeneidade do endogrupo significativo, uma vez que processaram a informação sobre o endogrupo preferencialmente em termos categoriais ( $M=0.16$ ) em vez de em termos de pessoas ( $M=-0.02$ ), mas processaram a informação sobre o exogrupo em torno de pessoas ( $M=0.84$ ) mais do que em torno de categoriais de atributos ( $M=-0.62$ ),  $F(1,76)=4.55$ ,  $p<0.036$ . Em contrapartida, a interacção entre o grupo-alvo e o tipo de organização da informação não foi significativa para os participantes portugueses,  $F(1,76)=0.01$ ,  $p<0.942$ .

**Tabela 40 - Médias dos ARC-scores em função do grupo do participante, do grupo-alvo, e do tipo de organização da informação**

Grupo dos participantes		Tipo de organização da informação	
		Arc-scores pessoais	Arc-scores categoriais
<b>Angolanos (N=34)</b>	<b>Endogrupo</b>	-0.02	0.16
	<b>Exogrupo</b>	0.84	-0.62
<b>Portugueses (N=50)</b>	<b>Endogrupo</b>	-0.15	0.31
	<b>Exogrupo</b>	-0.25	0.26
<b>Total (N=84)</b>	<b>Endogrupo</b>	-0.10	0.25
	<b>Exogrupo</b>	0.20	-0.10

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre os “ARC-scores” em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) e do Tipo de organização da informação (pessoal vs. categorial):

Grupo-alvo x Tipo de organização:  $F(1,76)=3.10$ ,  $p<0.082$

Grupo x Grupo-alvo x Tipo de organização:  $F(1,76)=3.19$ ,  $p<0.078$

Angolanos:  $F(1,76)=4.55$ ,  $p<0.036$

Portugueses:  $F(1,76)=0.01$ ,  $p<0.942$

Resumindo, em consonância com as nossas hipóteses, encontrámos uma assimetria no processamento da informação em função do estatuto relativo dos grupos. Os membros do grupo dominado processaram a informação referente ao endogrupo preferencialmente em termos categoriais (e.g., família, trabalho, etc.) e, simultaneamente, processaram a informação referente ao exogrupo preferencialmente em termos pessoais (e.g., José, Paulo, etc.), isto é, homogeneizaram o endogrupo e individualizaram o exogrupo. Para os membros do grupo dominante não foram encontrados efeitos estatisticamente significativos.

#### **5.2.3.4 Tarefas do questionário**

##### **5.2.3.4.1 Efeitos de homogeneidade**

Como referimos na secção dedicada ao procedimento de análise dos dados (ponto 5.2.2.4.4), os resultados obtidos em cada uma das medidas de variabilidade grupal percebida derivadas do questionário (PERSC, MEDSC, AMPLI, DISPD, DISPV e VARIA) foram submetidos a análises multivariadas de variância tendo o grupo do participante como variável independente e o grupo-alvo como variável dependente. Tal como nas medidas indirectas baseadas na recordação da informação, esperávamos encontrar uma assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto relativo dos grupos, mais concretamente, esperávamos que o grupo-alvo de estatuto mais baixo



(os angolanos) fosse mais homogeneizado do que o grupo alvo de estatuto mais elevado (os portugueses). Neste caso, a hipótese de assimetria nos efeitos de homogeneidade concretiza-se num efeito de interacção entre o grupo do participante e o grupo-alvo.

A Tabela 41 apresenta os resultados das duas medidas de variabilidade grupal percebida baseadas na diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos (PERSC e MEDSC). O valor desta diferença (S – CS) reflecte a força do estereótipo: valores elevados indicam menor variabilidade grupal percebida enquanto que valores baixos indicam maior variabilidade grupal percebida, isto é, menor conformidade com o estereótipo grupal.

**Tabela 41 - Médias e desvios-padrão das medidas PERSC e MEDSC em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medidas		Grupo do participante					
		Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
		Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
PERSC	S	69.88	70.45	54.67	57.00	59.74	61.54
		(14.97)	(21.86)	(16.07)	(17.27)	(17.24)	(19.93)
	CS	37.35	35.25	48.69	40.40	44.91	38.66
		(14.23)	(17.17)	(16.58)	(17.28)	(16.68)	(17.37)
MEDSC	S – CS	32.53	35.20	5.97	16.60	14.82	22.88
		(18.15)	(26.10)	(21.05)	(24.89)	(23.68)	(26.72)
	S	72.92	74.63	57.35	62.28	62.63	66.44
		(13.04)	(20.41)	(16.50)	(16.50)	(17.06)	(18.79)
	CS	39.15	42.75	51.64	41.56	47.40	41.97
		(17.16)	(22.13)	(15.26)	(16.49)	(16.95)	(18.52)
	S – CS	33.76	31.87	5.70	20.71	15.23	24.48
		(24.79)	(32.52)	(22.44)	(24.57)	(26.75)	(27.91)

Nota: S = Média dos traços estereotípicos; CS = Média dos traços contra-estereotípicos.

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida PERSC em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,160)=7.70$ ,  $p<0.006$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,160)=2.70$ ,  $p<0.102$

Angolanos:  $F(1,160)=0.48$ ,  $p<0.489$

Portugueses:  $F(1,160)=14.63$ ,  $p<0.0002$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida MEDSC em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,160)=5.52$ ,  $p<0.020$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,160)=9.15$ ,  $p<0.003$

Angolanos:  $F(1,160)=0.17$ ,  $p<0.678$

Portugueses:  $F(1,160)=21.28$ ,  $p<0.0001$

No que respeita à medida PERSC, verificou-se um efeito significativo do grupo-alvo, revelando um efeito de homogeneidade do exogrupo em termos globais: os participantes atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e contra-estereotípicos ao exogrupo ( $S - CS = 22.88$ ) do que ao endogrupo ( $S - CS = 14.82$ ),  $F(1,160) = 7.70$ ,  $p < 0.006$ ?. O efeito de interação entre o grupo do participante e o grupo-alvo não alcançou o limiar de significância estatística,  $F(1,160)=2.70$ ,  $p<0.101$ ?. A análise do efeito principal do grupo-alvo separadamente para cada grupo de participantes, revelou que os participantes portugueses estabeleceram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e contra-estereotípicos para o exogrupo ( $S - CS=16.60$ ) do que para o endogrupo ( $S - CS=5.97$ ),  $F(1,160)=14.63$ ,  $p<0.0002$ ?, enquanto que esta diferença não foi estatisticamente significativa para os participantes angolanos.

O padrão de resultados da medida MEDSC foi ligeiramente diferente. Verificou-se um efeito principal do grupo-alvo significativo, revelando um efeito de homogeneidade do exogrupo global. Isto é, os participantes acentuaram a diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos para o exogrupo ( $S - CS=24.48$ ) do que para o endogrupo ( $S - CS=15.23$ ),  $F(1,160)=5.52$ ,  $p<0.020$ ?. A interação entre o grupo-alvo e o grupo do participante também foi significativa,  $F(1,160)=9.15$ ,  $p<0.003$ ?. Análises de contrastes revelaram que os participantes portugueses estabeleceram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos do exogrupo ( $S - CS=20.71$ ) do que do endogrupo ( $S - CS=5.70$ ),  $F(1,160)=53.03$ ,  $p<0.0001$ ?, enquanto que os participantes angolanos atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos do endogrupo ( $S - CS=33.76$ ) do que do exogrupo ( $S - CS=31.87$ ), mas esta diferença não foi estatisticamente significativa.

Resumindo, ambas as medidas baseadas na diferença de atribuição de traços estereotípicos e contra-estereotípicos revelaram um efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade da amostra. No entanto, as análises de contrastes mostraram que este efeito foi muito significativo para os membros do grupo dominante (participantes portugueses), visto que estes atribuíram maior conformidade aos estereótipos grupais ao exogrupo do que ao endogrupo, mas não significativo para os membros do grupo dominado (participantes angolanos).

A Tabela 42 apresenta os resultados da medida AMPLI (diferença média entre os membros mais extremos do grupo nos quatro traços considerados para a descrição).

Valores mais elevados correspondem a maior amplitude, isto é, a variabilidade grupal percebida.

A análise dos dados relativos à medida AMPLI produziu um efeito do grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) não significativo, isto é, globalmente os participantes não demonstraram um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante foi significativa, revelando a esperada assimetria nos efeitos de homogeneidade,  $F(1,161)=10.11$ ,  $p<0.002$ ?. As análises de contrastes demonstraram que o efeito de homogeneidade do exogrupo foi significativo para os participantes portugueses, visto que estes atribuíram uma maior diferença entre os membros extremos do endogrupo ( $M=62.59$ ) do que do exogrupo ( $M=54.47$ ),  $F(1,161)=11.30$ ,  $p<0.001$ ?. Em contraste, os participantes angolanos estabeleceram uma maior diferença entre os membros extremos do exogrupo ( $M=37.08$ ) do que do endogrupo ( $M=31.98$ ), mas esta diferença não atingiu o limiar da significância estatística,  $F(1,161)=2.27$ ,  $p<0.134$ ?

**Tabela 42 - Médias e desvios-padrão da medida AMPLI em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medida	Grupo do participante					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
AMPLI	31.98 (33.11)	37.08 (23.42)	62.59 (23.96)	54.47 (27.39)	52.26 (30.91)	48.60 (27.32)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AMPLI em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,161)=0.53$ ,  $p<0.469$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,161)=10.11$ ,  $p<0.002$

Angolanos:  $F(1,161)=2.27$ ,  $p<0.134$

Portugueses:  $F(1,161)=11.30$ ,  $p<0.001$

A Tabela 43 apresenta os resultados da medida VARIA (variabilidade grupal atribuída directamente pelos participantes). Valores mais elevados correspondem a maior variabilidade grupal percebida.

A análise realizada sobre os valores da medida VARIA produziu um significativo efeito principal do grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), demonstrando que na sua globalidade os participantes homogeneizaram mais o exogrupo ( $M=3.73$ ) do que o

endogrupo ( $M=4.41$ ),  $F(1,158)=20.84$ ,  $p<0.0005$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante não atingiu o limiar de significância estatística,  $F(1,158)=1.89$ ,  $p<0.172$ ?. A análise do efeito principal do grupo-alvo separadamente para cada grupo de participantes revelou que os participantes portugueses homogeneizaram mais o exogrupo ( $M=3.64$ ) do que o endogrupo ( $M=4.43$ ), demonstrando um efeito de homogeneidade do exogrupo muito significativo,  $F(1,158)=6.12$ ,  $p<0.0001$ ?. Este efeito foi também significativo, mas mais fraco, para os participantes angolanos ( $M=4.38$  para o endogrupo e  $=3.91$  para o exogrupo),  $F(1,158)=3.84$ ,  $p<0.052$ ?

**Tabela 43 - Médias e desvios-padrão da medida VARIA em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medida	Grupo do participante					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
<b>VARIA</b>	4.38 (1.48)	3.91 (1.69)	4.43 (1.17)	3.64 (1.23)	4.41 (1.28)	3.73 (1.40)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida VARIA em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=20.84$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=1.89$ ,  $p<0.172$

Angolanos:  $F(1,158)=3.84$ ,  $p<0.052$

Portugueses:  $F(1,158)=26.12$ ,  $p<0.0001$

A partir da tarefa de distribuição calculámos duas medidas de variabilidade grupal percebida: probabilidade de diferenciação (DISPD) e variabilidade percebida (DISVAR). A Tabela 44 apresenta os resultados destas duas medidas (resultados médios dos quatro traços utilizados na tarefa de distribuição). Valores mais elevados correspondem a maior variabilidade grupal percebida.

A análise de variância efectuada com os valores da medida DISPD não produziu quaisquer efeitos significativos. A probabilidade de diferenciação foi similar para o endogrupo ( $M=0.73$ ) e para o exogrupo ( $M=0.74$ ), isto é, globalmente não se verificou o efeito de homogeneidade do exogrupo. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante também não foi significativa.

A análise de variância efectuada com os valores da medida DISVAR produziu um efeito principal do grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) significativo: globalmente, os participantes homogeneizaram mais o endogrupo ( $M=2.25$ ) que o exogrupo ( $M=2.38$ ),

demonstrando um efeito de homogeneidade do endogrupo,  $F(1,161)=11.91$ ,  $p<0.001$ ?. A interação entre o grupo-alvo e o grupo do participante também foi significativa,  $F(1,161)=5.91$ ,  $p<0.016$ ?. Análises de contrastes revelaram que os participantes angolanos homogeneizaram mais o endogrupo ( $M=2.22$ ) do que o exogrupo ( $M=2.50$ ), demonstrando um efeito de homogeneidade do endogrupo muito significativo,  $F(1,161)=13.05$ ,  $p<0.0004$ ?. Contudo, os participantes portugueses homogeneizaram de igual forma o endogrupo ( $M=2.27$ ) e o exogrupo ( $M=2.31$ ).

**Tabela 44 - Médias e desvios-padrão das medidas DISPD e DISVAR em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medidas	Grupo do participante					
	Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
<b>DISPD</b>	0.70 (0.13)	0.71 (0.11)	0.75 (0.08)	0.75 (0.06)	0.73 (0.10)	0.74 (0.08)
<b>DISVAR</b>	2.22 (1.03)	2.50 (1.05)	2.27 (0.75)	2.31 (0.74)	2.25 (0.85)	2.38 (0.86)

Análise dos efeitos do Grupo na medida DISVP em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,161)=11.91$ ,  $p<0.001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,161)=5.91$ ,  $p<0.016$

Angolanos:  $F(1,161)=13.05$ ,  $p<0.0005$

Portugueses:  $F(1,161)=0.77$ ,  $p<0.381$

Todas estas medidas de variabilidade grupal percebida, com a exceção das derivadas da tarefa de distribuição (DISPD e DISVP), produziram um padrão consistente de resultados. De acordo com as nossas previsões, encontrámos uma assimetria nas percepções do endogrupo e do exogrupo em função do estatuto social relativo dos grupos. Os membros do grupo dominante (participantes portugueses) exibiram um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo (PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA), enquanto que os membros do grupo dominado (participantes angolanos) homogeneizaram de forma similar o exogrupo e o endogrupo (com a exceção da medida VARIA, onde demonstraram um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo).

Com as medidas derivadas da tarefa de distribuição encontrámos um padrão de resultados mais inconsistente. A medida DISPD não produziu quaisquer efeitos significativos, enquanto que a medida DISVP foi a única em que encontrámos um efeito de homogeneidade do endogrupo globalmente significativo. Este resultado foi devido

principalmente aos participantes angolanos, que homogeneizaram bastante o endogrupo enquanto que os participantes portugueses exibiram níveis similares de homogeneização para ambos os grupos. Assim, globalmente, observámos um significativo efeito de homogeneidade do grupo dominado (angolanos).

Resumindo, os membros do grupo dominado foram mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante. Este padrão de resultados foi encontrado com medidas ligadas aos estereótipos grupais (PERSC e MEDSC), mas também com medidas sem uma conexão directa com os estereótipos (DISVP e AMPLI). Estes resultados estão também de acordo com os obtidos em estudos anteriores em que foram utilizadas medidas indirectas da variabilidade grupal percebida (e.g., Cabecinhas, 1996). Curiosamente, neste estudo podemos verificar que a medida mais directa (VARIA) foi a única em que obtivemos um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para ambos os grupos de participantes.

#### ***5.2.3.4.2 Efeitos de Favoritismo***

Nesta pesquisa analisámos o favoritismo endogrupal através dos dados recolhidos na tarefa de estimação de percentagens (PERPN) e na tarefa de estimação de médias (MEDPN). Os resultados médios obtidos nestas duas medidas, baseadas na diferença de atribuição de traços positivos e traços negativos, são apresentados na Tabela 45.

Existe evidência para o favoritismo endogrupal quando os participantes atribuem ao endogrupo uma média superior de traços positivos e uma média inferior de traços negativos, comparativamente ao exogrupo.

**Tabela 45 - Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medidas		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
		Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
PERPN	Positivos	68.45 (13.45)	57.96 (18.38)	62.86 (14.70)	60.84 (17.53)	64.72 (14.50)	59.87 (17.82)
	Negativos	38.78 (19.03)	47.73 (19.92)	40.60 (15.65)	37.15 (18.26)	39.99 (16.82)	40.72 (19.43)
	P - N	29.68 (23.70)	10.24 (24.58)	22.26 (17.68)	23.69 (26.29)	24.73 (20.13)	19.15 (26.43)
MEDPN	Positivos	68.18 (11.41)	63.54 (19.53)	64.31 (13.44)	62.38 (16.32)	65.62 (12.88)	62.77 (17.42)
	Negativos	43.89 (18.61)	53.85 (17.62)	44.71 (16.64)	41.60 (19.96)	44.44 (17.28)	45.73 (20.01)
	P - N	24.29 (25.28)	9.69 (25.09)	19.59 (20.11)	20.78 (29.03)	21.19 (22.04)	17.04 (28.18)

**Nota: P - N = (Média dos traços positivos - Média dos traços negativos)**

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida PERPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,160)=13.20$ ,  $p<0.0005$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,160)=17.55$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,160)=22.95$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,160)=0.23$ ,  $p<0.631$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida MEDPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,160)=5.41$ ,  $p<0.021$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,160)=7.63$ ,  $p<0.006$   
 Angolanos:  $F(1,160)=9.80$ ,  $p<0.002$   
 Portugueses:  $F(1,160)=0.14$ ,  $p<0.708$

No que respeita à estimação de percentagens (PERPN), a análise de variância efectuada produziu um efeito principal do grupo-alvo, demonstrando um favoritismo endogrupal global  $F(1,160)=13.20$ ,  $p<0.0004$ ?. O efeito de interacção entre o grupo-alvo e o grupo dos participantes também foi significativo, apontando para uma assimetria no favoritismo endogrupal  $F(1,160)=17.55$ ,  $p<0.0005$ ?. Análises de contrastes revelaram que os participantes angolanos atribuíram maiores percentagens nos traços positivos ao endogrupo ( $M=68.45$ ) do que ao exogrupo ( $M=57.96$ ) e simultaneamente atribuíram menores percentagens nos traços negativos ao endogrupo ( $M=38.78$ ) do que ao exogrupo ( $M=47.73$ ), demonstrando assim um favoritismo endogrupal bastante significativo  $F(1,160)=22.95$ ,  $p<0.0001$ ?. Em contraste, os participantes portugueses atribuíram

percentagens equivalentes de traços positivos e negativos ao endogrupo (positivo - negativo = 22.26) e ao exogrupo (positivo - negativo = 23.69), isto é, não demonstraram um favoritismo endogrupal significativo  $F(1,160)=0.23$ ,  $p<0.631$ ?

Relativamente à estimação de médias (MEDPN), encontramos um padrão de resultados semelhante. A análise de variância produziu um efeito principal significativo do grupo alvo, demonstrando um favoritismo endogrupal global  $F(1,160)=5.41$ ,  $p<0.021$ ?. A interação entre o grupo-alvo e o grupo do participante também foi significativa, demonstrando uma assimetria no favoritismo endogrupal  $F(1,160)=7.63$ ,  $p<0.006$ ?. Análises de contraste revelaram que os participantes angolanos atribuíram uma maior média de traços positivos ao endogrupo ( $M=68.18$ ) do que ao exogrupo ( $M=63.54$ ) e atribuíram menores médias de traços negativos ao endogrupo ( $M=43.89$ ) do que ao exogrupo ( $M=53.85$ ), assim revelando um significativo favoritismo endogrupal  $F(1,160)=9.80$ ,  $p<0.002$ ?. Em contrapartida, os participantes portugueses atribuíram médias similares de traços positivos e negativos ao endogrupo (positivo - negativo = 19.59) e ao exogrupo (positivo - negativo = 20.78), isto é, não exibiram um favoritismo endogrupal significativo.

Resumindo, verificou-se um padrão consistente de resultados em ambas as medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Em ambas as medidas se verificou um favoritismo endogrupal para a globalidade da amostra, sendo este efeito muito significativo para os participantes angolanos, mas não significativo para os participantes portugueses.

#### ***5.2.3.4.3 Relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo***

Nesta experiência explorámos a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo a partir dos dados provenientes das tarefas de estimação de percentagens e de estimação de médias. Uma vez que os quatro atributos utilizados nestas tarefas permitiam tanto o cálculo de medidas de variabilidade grupal percebida (PERSC e MEDPN) como medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN), começámos por verificar se existiria uma relação entre estas duas medidas.

Como referimos na secção dedicada ao método, os dados referentes a cada uma destas tarefas (estimação de percentagens e de estimação de medias) foram analisados através de uma análise de variância multivariada tomando o grupo-alvo, a estereotipicalidade dos traços e a valência dos traços como variáveis intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participantes.



As análises efectuadas com estas novas medidas produziram um padrão de resultados idêntico quer para as estimativas de percentagens quer para as estimativas de médias, pelo que vamos apresentá-los conjuntamente. Os resultados destas novas análises de variância confirmam os das precedentes, tanto no que respeita aos efeitos de homogeneidade como no que respeita ao favoritismo endogrupal.

Relativamente aos efeitos associados à estereotipicalidade dos traços (ver Tabela 41), verificou-se um efeito principal desta variável, indicando que, na globalidade da amostra, os participantes descreveram ambos os grupos (endogrupo e exogrupo) atribuindo percentagens superiores aos traços estereotípicos do que aos traços contra-estereotípicos ?Percentagens:  $F(1,156)=238.45$ ,  $p<0.0001$ ; Médias:  $F(1,156)=199.37$ ,  $p<0.0001$ ?. A interacção entre a estereotipicalidade dos traços e o grupo-alvo foi significativa, demonstrando a existência de um efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade de amostra ?Percentagens:  $F(1,156)=7.28$ ,  $p<0.008$ ;  $F(1,156)=6.68$ ,  $p<0.011$ ?. A tripla interacção entre o grupo dos participantes, a estereotipicalidade dos traços e o grupo-alvo foi significativa na estimação de médias ? $F(1,156)=7.31$ ,  $p<0.008$ ?, mas não atingiu o limiar da significância estatística na estimação de percentagens ? $F(1,156)=2.49$ ,  $p<0.117$ ?. As análises de contrastes realizadas demonstram que os participantes portugueses atribuíram uma menor diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos para o endogrupo do que para o exogrupo, demonstrando assim um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo ?Percentagens:  $F(1,156)=13.38$ ,  $p<0.0005$ ;  $F(1,156)=20.45$ ,  $p<0.0001$ ?, enquanto que para os participantes angolanos esta diferença não foi significativa ? $F(1,156)=0.48$ ,  $p<0.491$ ;  $F(1,156)=0.01$ ,  $p<0.942$ ?.

Quanto aos efeitos da valência dos traços (ver Tabela 45), verificou-se um efeito principal desta variável, indicando que os participantes descreveram ambos os grupos (endogrupo e exogrupo) atribuindo percentagens superiores aos traços positivos do que aos traços negativos ?Percentagens:  $F(1,156)=222.24$ ,  $p<0.0001$ ; Médias:  $F(1,156)=153.35$ ,  $p<0.0001$ ?. A interacção entre a valência dos traços e o grupo-alvo foi significativa, demonstrando a existência de um favoritismo endogrupal para a globalidade de amostra, ?Percentagens:  $F(1,156)=13.22$ ,  $p<0.0005$ ;  $F(1,156)=4.95$ ,  $p<0.028$ ?. Verificou-se igualmente uma tripla interacção entre o grupo dos participantes, a valência dos traços e o grupo-alvo, apontando para uma assimetria nos efeitos de favoritismo ?Percentagens:  $F(1,156)=16.78$ ,  $p<0.0001$ ; Médias:  $F(1,156)=8.29$ ,  $p<0.005$ ?. Nas análises de contrastes realizadas, verificou-se que os participantes angolanos atribuíram uma maior diferença

entre os traços positivos e os traços negativos para o endogrupo do que para o exogrupo, demonstrando assim um favoritismo endogrupal significativo  $\eta^2$ Percentagens:  $F(1,156)=22.71$ ,  $p<0.0001$ ; Médias:  $F(1,156)=9.89$ ,  $p<0.002$ ?, enquanto que para os participantes portugueses a diferença na atribuição de traços positivos menos negativos para o endogrupo e para o exogrupo não foi significativa  $\eta^2$ Percentagens:  $F(1,156)=0.15$ ,  $p<0.695$ ; Médias:  $F(1,156)=0.31$ ,  $p<0.677$ ?

Quanto aos efeitos conjuntos da estereotipicalidade dos traços (estereotípicos vs. contra-estereotípicos) e da valência dos traços (positivos vs. negativos), verificou-se uma interacção significativa entre estes dois factores  $\eta^2$ Percentagens:  $F(1,156)=10.69$ ,  $p<0.001$ ; e Médias:  $F(1,156)=14.35$ ,  $p<0.0005$ ?. A tripla interacção entre o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), a estereotipicalidade dos traços e a valência dos traços também foi significativa para a estimativa de percentagens  $\eta^2$  $F(1,156)=7.43$ ,  $p<0.007$ ?, mas não atingiu o limiar de significância estatística para a estimativa de médias. Verificou-se igualmente uma quádrupla interacção entre o grupo do participante, o grupo-alvo, a estereotipicalidade dos traços e a valência dos traços  $\eta^2$ Percentagens:  $F(1,156)=58.59$ ,  $p<0.0001$ ; e Médias:  $F(1,156)=79.48$ ,  $p<0.0001$ ?. Tal poderá significar a existência de uma relação entre estes dois fenómenos, que é diferenciada em função do estatuto dos grupos.

Para clarificar esta quádrupla interacção, procedemos ao cálculo de quatro novas medidas de variabilidade grupal percebida, duas baseadas exclusivamente nos traços positivos  $\eta^2$ PERSC<sup>(+)</sup> e MEDSC<sup>(+)</sup>?, e duas baseadas exclusivamente nos traços negativos  $\eta^2$ PERSC<sup>(-)</sup> e MEDSC<sup>(-)</sup>?. Estas novas medidas de variabilidade grupal percebida são apresentadas na Tabela 46.

**Tabela 46 - Médias e desvios-padrão das medidas de variabilidade grupal percebida controlando a valência dos traços.**

Medidas		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
		Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
PERSC	Positivos	46.17 (20.39)	29.71 (27.99)	3.36 (24.76)	22.46 (30.47)	17.71 (30.90)	24.92 (29.76)
	Negativos	18.89 (25.88)	40.69 (35.22)	8.44 (25.93)	9.98 (27.46)	11.92 (26.30)	20.47 (33.57)
MEDSC	Positivos	48.62 (23.67)	25.55 (30.83)	0.98 (25.17)	31.09 (31.58)	17.25 (33.44)	29.22 (31.34)
	Negativos	18.91 (37.76)	38.91 (44.90)	10.50 (28.03)	10.25 (24.37)	13.35 (31.80)	19.93 (35.34)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida PERSC<sup>(+)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=0.28$ ,  $p<0.595$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=31.78$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,158)=9.83$ ,  $p<0.002$   
 Portugueses:  $F(1,158)=28.21$ ,  $p<0.0001$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida PERSC<sup>(-)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=16.24$ ,  $p<0.0001$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=12.79$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,158)=21.83$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,158)=0.15$ ,  $p<0.696$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida MEDSC<sup>(+)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=1.00$ ,  $p<0.318$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=65.63$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,158)=19.14$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,158)=60.64$ ,  $p<0.0001$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida MEDSC<sup>(-)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=8.76$ ,  $p<0.004$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=8.55$ ,  $p<0.004$   
 Angolanos:  $F(1,158)=13.11$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,158)=0.00$ ,  $p<0.975$

Como foi referido na secção dedicada ao método, estas novas medidas de variabilidade grupal percebida foram analisadas através de análises de variância multivariadas, tendo o grupo-alvo como variável intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participante.

No que respeita às medidas baseadas exclusivamente nos traços positivos  $\mathbb{P}ERSC^{(+)}$  e  $MEDSC^{(+)}$ , o efeito principal do grupo-alvo não foi significativo. Verificou-se uma interacção significativa entre o grupo-alvo e o grupo do participante, o que aponta para uma assimetria no efeito de homogeneidade do exogrupo  $\mathbb{P}ERSC^{(+)}$ :  $F(1,158)=31.78$ ,  $p<0.0001$ ;  $MEDSC^{(+)}$ :  $F(1,158)=65.63$ ,  $p<0.0001$ . Análises de contrastes demonstraram que o efeito do grupo-alvo é significativo tanto para os participantes angolanos,  $\mathbb{P}ERSC^{(+)}$ :  $F(1,158)=9.83$ ,  $p<0.002$ ;  $MEDSC^{(+)}$ :  $F(1,158)=19.14$ ,  $p<0.0001$ , como para os participantes portugueses  $\mathbb{P}ERSC^{(+)}$ :  $F(1,158)=28.21$ ,  $p<0.0001$ ; e  $MEDSC^{(+)}$ :  $F(1,158)=60.64$ ,  $p<0.0001$ . No entanto, a observação das médias apresentadas na Tabela 46 indica que este efeito principal assume direcções diferentes para os participantes angolanos e portugueses. Os participantes angolanos face a traços positivos homogeneízam o endogrupo comparativamente ao exogrupo enquanto que os participantes portugueses face a traços positivos heterogeneízam o endogrupo comparativamente ao exogrupo.

No que respeita às medidas baseadas exclusivamente nos traços negativos  $\mathbb{P}ERSC^{(-)}$  e  $MEDSC^{(-)}$ , o efeito principal do grupo-alvo foi significativo, indicando a existência do efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade da amostra  $\mathbb{P}ERSC^{(-)}$ :  $F(1,158)=16.24$ ,  $p<0.0001$ ;  $MEDSC^{(-)}$ :  $F(1,158)=8.76$ ,  $p<0.004$ . Verificou-se igualmente uma interacção significativa entre o grupo-alvo e o grupo do participante, o que aponta para uma assimetria no efeito de homogeneidade do exogrupo,  $\mathbb{P}ERSC^{(-)}$ :  $F(1,158)=12.79$ ,  $p<0.0001$ ; e  $MEDSC^{(-)}$ :  $F(1,158)=8.55$ ,  $p<0.004$ . Análises de contrastes demonstraram que os participantes angolanos face a traços negativos heterogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo  $\mathbb{P}ERSC^{(-)}$ :  $F(1,158)=21.83$ ,  $p<0.0001$ ;  $MEDSC^{(-)}$ :  $F(1,158)=13.11$ ,  $p<0.0001$ , enquanto que os participantes portugueses face a traços negativos não estabelecem uma diferenciação significativa entre o endogrupo e o exogrupo.

Assim, verifica-se que os participantes angolanos e os participantes portugueses apresentam estratégias diferenciadas de homogeneização ou heterogeneização dos grupos em função da valência dos traços em causa. Os participantes angolanos face a traços positivos homogeneízam o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos heterogeneízam o endogrupo comparativamente ao exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços positivos heterogeneizaram o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos, não estabelecem uma diferenciação entre o endogrupo e o exogrupo.

Uma vez que a análise dos efeitos de homogeneidade controlando a valência dos traços (positivos vs. negativos) nos forneceu uma nova visão sobre as estratégias de homogeneização ou heterogeneização dos grupos em função do seu estatuto relativo, decidimos proceder de forma equivalente para a análise do favoritismo endogrupal. Assim, calculámos novas medidas de favoritismo controlando o carácter estereotípico dos traços (estereotípicos vs. contra-estereotípicos). Tal poderá contribuir para interpretar os resultados algo inesperados que obtivemos com as medidas PERNP e MEDNP: os angolanos manifestaram um favoritismo endogrupal significativo enquanto que os portugueses não.

Assim calculámos quatro novas medidas de favoritismo, duas baseadas exclusivamente nos traços estereotípicos  $\mathcal{P}ERNP^{(S)}$  e  $MEDPN^{(S)}$ , e duas baseadas exclusivamente nos traços contra-estereotípicos  $\mathcal{P}ERNP^{(CS)}$  e  $MEDPN^{(CS)}$ . Estas novas medidas de favoritismo endogrupal são apresentadas na Tabela 47.

**Tabela 47 - Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal controlando a estereotipicalidade dos traços.**

Medidas		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
		Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
PERPN	Estereotípicos	43.31 (22.11)	4.75 (25.13)	19.70 (22.03)	29.92 (29.49)	27.57 (24.66)	21.42 (30.45)
	Contra- Estereotípicos	16.04 (32.58)	15.73 (35.19)	24.86 (23.25)	17.34 (31.24)	21.90 (26.97)	16.79 (32.55)
MEDPN	Estereotípicos	39.15 (24.85)	3.36 (26.55)	14.91 (23.46)	31.30 (30.09)	23.19 (26.51)	21.87 (31.75)
	Contra- Estereotípicos	9.44 (37.64)	16.31 (37.65)	24.36 (25.86)	10.74 (34.18)	19.29 (31.08)	12.62 (35.37)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida PERPN<sup>(S)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=22.77$ ,  $p<0.0001$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=66.48$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,158)=62.66$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,158)=8.58$ ,  $p<0.004$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida PERPN<sup>(SC)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=1.88$ ,  $p<0.172$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=1.00$ ,  $p<0.319$   
 Angolanos:  $F(1,158)=0.05$ ,  $p<0.819$   
 Portugueses:  $F(1,158)=4.12$ ,  $p<0.044$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida MEDPN<sup>(S)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=9.06$ ,  $p<0.003$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=67.51$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,158)=47.86$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,158)=19.84$ ,  $p<0.0001$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida MEDPN<sup>(CS)</sup> em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,158)=0.76$ ,  $p<0.386$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,158)=6.80$ ,  $p<0.010$   
 Angolanos:  $F(1,158)=1.14$ ,  $p<0.287$   
 Portugueses:  $F(1,158)=8.89$ ,  $p<0.003$

Estas novas medidas de favoritismo endogrupal foram submetidas a análises de variância multivariadas, tendo o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participantes e o grupo dos participantes (angolanos vs. portugueses) como variável inter-participantes.

No que respeita às medidas baseadas exclusivamente nos traços estereotípicos  $\Psi\text{PERPN}^{(S)}$  e  $\text{MEDPN}^{(S)}$ ?, o efeito principal do grupo-alvo foi significativo, indicando que a globalidade da amostra demonstrou favoritismo endogrupal  $\Psi\text{PERPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=22.77$ ,  $p<0.0001$ ; e  $\text{MEDPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=9.06$ ,  $p<0.003$ ?. Verificou-se uma interacção significativa entre o grupo-alvo e o grupo do participante, o que aponta para uma assimetria nos efeitos de favoritismo  $\Psi\text{PERPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=66.48$ ,  $p<0.0001$ ; e  $\text{MEDPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=67.51$ ,  $p<0.0001$ ?. Análises de contrastes demonstraram que o efeito do grupo-alvo é significativo tanto para os participantes angolanos  $\Psi\text{PERPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=62.66$ ,  $p<0.0001$ ; e  $\text{MEDPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=47.86$ ,  $p<0.0001$ ? como para os participantes portugueses  $\Psi\text{PERPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=8.58$ ,  $p<0.004$ ; e  $\text{MEDPN}^{(S)}$ :  $F(1,158)=19.84$ ,  $p<0.001$ ?. No entanto, a observação das médias apresentadas na Tabela 4.9b indica que o efeito principal do grupo-alvo assume direcções diferentes para os participantes angolanos e portugueses. Os participantes angolanos face a traços estereotípicos favorecem o endogrupo, enquanto que os participantes portugueses face a traços estereotípicos favorecem o exogrupo.

No que respeita às medidas baseadas exclusivamente nos traços contra-estereotípicos  $\Psi\text{PERPN}^{(CS)}$  e  $\text{MEDPN}^{(CS)}$ ?, o efeito principal do grupo-alvo não foi significativo, indicando a ausência do favoritismo endogrupal significativo para a globalidade da amostra. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante é significativa para a medida baseada na estimação de médias ( $F(1,158)=6.80$ ,  $p<0.010$ ), mas não atinge o limiar da significância estatística para a medida baseada na estimação de percentagens. As análises de contrastes demonstraram que os participantes portugueses face a traços contra-estereotípicos favorecem o endogrupo face ao exogrupo  $\Psi\text{PERPN}^{(CS)}$ :  $F(1,158)=4.22$ ,  $p<0.044$ ; e  $\text{MEDPN}^{(CS)}$ :  $F(1,158)=8.89$ ,  $p<0.003$ ?, enquanto que os participantes angolanos face a traços contra-estereotípicos, não estabelecem diferenciações significativas entre o endogrupo o exogrupo.

Assim, os participantes angolanos e os participantes portugueses apresentam estratégias diferenciadas de favoritismo em relação ao endogrupo ou ao exogrupo, em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços em causa. Os participantes angolanos face a traços estereotípicos favorecem o endogrupo, mas face a traços contra-estereotípicos não favorecem nem o endogrupo nem o exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços estereotípicos favorecem o exogrupo, mas face a traços contra-estereotípicos favorecem o endogrupo.

#### 5.2.3.4.4 Auto-descrição

A partir da tarefa de auto-descrição, foram calculadas três medidas seguindo o procedimento de Park e Judd (1990): AUTSC, AUTPN e AUTDA. Posteriormente procedemos à operacionalização e cálculo de duas novas medidas - AUTDA-SC e AUTDA-PN – como explicámos na secção dedicada aos instrumentos de medida (ponto 5.2.2.4.4). Começámos por averiguar se existiam diferenças significativas para cada uma destas medidas em função do estatuto relativo dos grupos.

A medida AUTOSC indica até que ponto o indivíduo se descreve de forma consonante com os traços estereotípicos do endogrupo (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos). A Tabela 48 apresenta as médias e desvios-padrão desta medida em função do grupo dos participantes.

Globalmente, o efeito principal da variável estereotipicalidade dos traços (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos) não foi estatisticamente significativo. No entanto, a interacção entre a estereotipicalidade dos traços e o grupo do participante foi significativa,  $F(1,161)=36.00$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes demonstraram que os participantes angolanos se descrevem a si próprios recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo ( $M=58.52$ ) do que aos traços contra-estereotípicos ( $M=45.55$ ),  $F(1,161)=15.89$ ,  $p<0.0001$ ? enquanto que os participantes portugueses se descrevem a si próprios recorrendo mais aos traços contra-estereotípicos do endogrupo ( $M=60.47$ ) do que aos traços estereotípicos ( $M=49.46$ ),  $F(1,161)=22.50$ ,  $p<0.0001$ ?

Estes resultados demonstram que os participantes angolanos se descrevem a si próprios de forma consonante com os estereótipos do endogrupo enquanto os participantes portugueses preferem descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo. Isto é, os participantes portugueses enfatizam a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os participantes angolanos enfatizam a indiferenciação interpessoal dentro do endogrupo, o que vai ao encontro das nossas hipóteses.

Esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao seu grupo de pertença parece ir ao encontro dos resultados obtidos nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida: os participantes angolanos homogeneízam o endogrupo e enfatizam a indiferenciação do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os



participantes portugueses heterogeneizam o endogrupo e enfatizam a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença.

**Tabela 48 - Médias e desvios-padrão da medida AUTSC**

AUTOSC	Grupo dos participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
<b>Estereotípicos (S)</b>	58.52 (17.15)	49.46 (15.01)	52.52 (16.29)
<b>Contra-estereotípicos (CS)</b>	45.55 (17.88)	60.47 (15.47)	55.44 (17.74)
<b>S – CS</b>	12.96 (26.77)	-11.01 (22.66)	- 2.92 (26.60)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUTSC (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos):

Estereotipicidade:  $F(1,161)=0.24$ ,  $p<0.625$

Grupo x Estereotipicidade:  $F(1,161)=36.00$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,161)=15.89$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,161)=22.50$ ,  $p<0.0001$

A medida AUTPN indica até que ponto o indivíduo se descreve a si próprio recorrendo preferencialmente a traços positivos ou a traços negativos. Verificou-se um efeito principal da valência dos traços significativo  $F(1,160)=216.19$   $p<0.0001$ : os indivíduos descrevem-se a si próprios recorrendo mais aos traços positivos ( $M=68.65$ ) do que aos traços negativos ( $M=39.22$ ), como se pode observar na Tabela 49. A interacção entre a valência dos traços e o grupo dos participantes também foi significativa,  $F(1,160)=7.41$ ,  $p<0.007$ . As análises de contrastes revelaram que tanto os participantes angolanos  $F(1,160)=111.47$ ,  $p<0.0001$  como os participantes portugueses  $F(1,160)=105.72$ ,  $p<0.0001$  se auto-descrevem de forma mais positiva do que negativa.

**Tabela 49 - Médias e desvios-padrão da medida AUPN**

AUPN	Grupo dos participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
<b>Positivos (P)</b>	70.64 (16.00)	67.63 (13.11)	68.65 (14.17)
<b>Negativos (N)</b>	33.44 (21.34)	42.19 (17.49)	39.22 (19.27)
<b>P – N</b>	37.20 (30.18)	25.58 (23.14)	29.52 (26.24)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUPN (traços negativos vs. traços positivos):

Valência:  $F(1,160)=216.19$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Valência:  $F(1,160)=7.41$ ,  $p<0.007$

Angolanos:  $F(1,160)=114.93$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,160)=105.72$ ,  $p<0.0001$

Contrariamente às nossas expectativas, a distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo (AUTDA) não variou significativamente em função do grupo dos participantes (ver Tabela 50). Tendo em conta os resultados obtidos com as medidas AUTSC e AUPN podemos deduzir que, embora a distância das auto-descrições face à média do endogrupo seja equivalente para participantes portugueses e angolanos, tal deve-se a uma aproximação dos angolanos dos traços estereotípicos do endogrupo e a uma aproximação dos portugueses dos traços contra-estereotípicos do endogrupo.

**Tabela 50 - Médias e desvios-padrão da medida AUTDA**

Medida	Grupo dos participantes		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
<b>AUTDA</b>	22.75 (13.56)	20.79 (9.76)	21.46 (11.19)

Para verificarmos esta hipótese, recalculámos a medida AUTDA em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços (AUTD-SC). Paralelamente, para verificarmos se a distância face ao endogrupo era afectada pela valência dos traços, recalculámos a medida AUTDA tendo em conta a valência dos traços (AUTD-PN). As médias destas medidas são apresentadas na Tabela 51.

**Tabela 51 - Médias das medidas de distância da auto-descrição face à tendência central do endogrupo em função da estereotipicalidade e da valência dos traços**

Medidas		Grupo dos participantes		
		Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
AUTD-SC	<b>Estereotípicos (S)</b>	20.38 (16.03)	21.69 (12.73)	21.24 (13.91)
	<b>Contra-estereotípicos (CS)</b>	25.13 (16.64)	19.96 (11.58)	21.72 (13.68)
	<b>S – CS</b>	-4.75 (18.24)	1.72 (14.47)	- 0.47 (16.09)
AUTD-PN	<b>Positivos (P)</b>	19.22 (14.24)	16.57 (11.19)	17.47 (12.33)
	<b>Negativos (N)</b>	26.29 (16.78)	24.52 (12.75)	25.28 (14.09)
	<b>P – N</b>	-7.07 (15.28)	-8.40 (13.62)	-7.95 (14.18)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUTD-SC (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos):

Estereotipicalidade:  $F(1,160)=1.32$ ,  $p<0.252$

Grupo x Estereotipicalidade:  $F(1,160)=6.06$ ,  $p<0.015$

Angolanos:  $F(1,160)=4.94$ ,  $p<0.028$

Portugueses:  $F(1,160)=1.27$ ,  $p<0.262$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUTD-PN (traços negativos vs. traços positivos):

Valência:  $F(1,159)=42.97$ ,  $p<0.0001$

A medida AUTD-SC indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços estereotípicos ou para os traços contra-estereotípicos. Globalmente, o efeito principal da variável estereotipicalidade dos traços não foi estatisticamente significativo. No entanto, a interação entre a estereotipicalidade dos traços e o grupo do participante foi significativa,  $F(1,160)=6.06$ ,  $p<0.015$ ?. As análises de contrastes demonstraram que para os participantes angolanos a distância das auto-descrições face à tendência central atribuída ao endogrupo é significativamente menor para os traços estereotípicos ( $M=20.38$ ) do que para os traços contra-estereotípicos ( $M=25.13$ ),  $F(1,160)=4.94$ ,  $p<0.028$ ? enquanto que para os participantes portugueses a distância das auto-descrições face à tendência central atribuída ao endogrupo não é significativamente diferente no que diz respeito aos traços estereotípicos ( $M=21.69$ ) aos traços contra-estereotípicos ( $M=19.96$ ).

A medida AUTDA-PN indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços positivos ou para os traços negativos. Globalmente, o efeito principal da variável valência dos traços (traços positivos vs. traços negativos) foi estatisticamente significativo  $F(1,159)=42.97, p<0.0001$ . A interação entre a valência dos traços e o grupo do participante não foi significativa, isto é, as auto-descrições dos participantes foram significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos ( $M=17.47$ ) do que nos traços negativos ( $M=25.28$ ), independentemente do grupo de pertença dos participantes.

Assim, a principal diferença nas estratégias de diferenciação pessoal face ao endogrupo que observamos nos participantes dá-se ao nível da estereotipicalidade dos traços: os angolanos distanciam-se mais da tendência central do endogrupo quando são confrontados com traços contra-estereotípicos do que quando confrontados com traços estereotípicos, enquanto que portugueses se distanciam mais face aos traços estereotípicos do que contra-estereotípicos, embora esta diferença não seja estatisticamente significativa.

No que respeita à valência dos traços, os dois grupos de participantes apresentam estratégias semelhantes: ambos se aproximam da tendência central do endogrupo nos traços positivos e se distanciam da tendência central do endogrupo nos traços negativos.

Seguidamente, investigámos as correlações entre as medidas derivadas da auto-descrição e as várias medidas de variabilidade grupal percebida. Primeiro, averiguámos se a distância face à tendência central percebida do endogrupo seria uma boa preditora da variabilidade grupal percebida. Assim investigámos a correlação entre AUTDA e as seguintes medidas de variabilidade grupal percebida: PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA (excluimos as medidas indirectas, derivadas das tarefas de recordação indiciada e de recordação livre, porque apenas aproximadamente metade dos participantes efectuaram uma ou outra). Calculámos as correlações separadamente para os participantes angolanos e para os participantes portugueses, uma vez que estes apresentam padrões de resposta completamente distintos nestas medidas.

Tabela 52 - Correlações entre as medidas de auto-descrição e as medidas de variabilidade grupal percebida

Medidas		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N=55)			Portugueses (N=108)		
		AUTSC	AUTDA	AUTD_SC	AUTSC	AUTDA	AUTD_SC
PERSC	Endogrupo	,026	,083	,019	,208*	,250**	-,045
	Exogrupo	,075	-,123	,090	-,110	,177	-,023
MEDSC	Endogrupo	,242	,108	,069	,193*	,294**	-,096
	Exogrupo	,152	-,204	,248	-,147	,266**	,006
AMPLI	Endogrupo	-,148	,147	,093	,148	-,135	,034
	Exogrupo	,028	,291*	-,053	,202*	-,243*	-,092
VARIA	Endogrupo	-,012	-,388**	,356**	-,226*	,098	,031
	Exogrupo	,099	-,140	,039	-,206*	-,186	,038
DISPV	Endogrupo	,114	-,094	,080	-,049	,171	,187
	Exogrupo	,113	-,087	,082	,016	,176	,255**
DISPD	Endogrupo	,043	-,078	-,016	-,057	,039	,055
	Exogrupo	,074	-,041	-,053	-,097	-,010	,143

Nota: \* Correlação significativa a 0.05; \*\* Correlação significativa a 0.01.

No que respeita aos participantes angolanos, verifica-se uma correlação negativa significativa entre a medida AUTDA e a medida VARIA-endogrupo ( $r = -0.388$ ,  $p < 0.003$ ), e uma correlação positiva significativa entre a medida AUTDA e a medida AMPLI-exogrupo ( $r = 0.291$ ,  $p < 0.031$ ).

Para os participantes portugueses, relativamente à medida AUTDA verifica-se uma correlação negativa significativa com a medida AMPLI endogrupo ( $r = -0.243$ ,  $p < 0.011$ ), e correlações positivas significativas com as medidas PERSC-endogrupo ( $r = 0.250$ ,  $p < 0.009$ ), MEDSC-endogrupo ( $r = 0.294$ ,  $p < 0.002$ ) e MEDSC-exogrupo ( $r = 0.266$ ,  $p < 0.006$ ).

Em segundo lugar, averiguámos se o facto do indivíduo se descrever a si próprio de forma consonante com os estereótipos do seu grupo estaria relacionado com o efeito de homogeneidade do endogrupo. Assim, investigámos as correlações entre a medida AUTSC e as outras medidas baseadas na diferença entre traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos: PERSC e MEDSC.

Para os participantes angolanos não se verifica nenhuma correlação significativa entre AUTSC e as outras medidas baseadas na atribuição diferencial de traços estereotípicos *versus* contra-estereotípicos.

Para os participantes portugueses verificam-se correlações negativas significativas com VARIA-endogrupo ( $r = -0.226$ ,  $p < 0.019$ ) e VARIA-exogrupo ( $r = -0.206$ ,  $p < 0.033$ ), e correlações positivas significativas com as medidas AMPLI-exogrupo ( $r = 0.202$ ,  $p < 0.036$ ), PERSC-endogrupo ( $r = 0.208$ ,  $p < 0.031$ ), e MEDSC-endogrupo ( $r = 0.193$ ,  $p < 0.046$ ).

Assim, globalmente, estas análises indicam que não é possível prever os efeitos de homogeneidade a partir dos valores da auto-descrição. No entanto, o facto de encontrarmos poucas correlações significativas, sobretudo para os participantes angolanos, pode dever-se simplesmente ao reduzido número de efectivos.

#### **5.2.3.4.5 *Nível de identificação grupal***

A Tabela 53 apresenta os valores referentes aos níveis de identificação grupal. A análise de variância multivariada efectuada sobre os níveis de identificação (endogrupo vs. exogrupo) produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, demonstrando que os participantes se identificam mais fortemente com o endogrupo do que com o exogrupo,  $\mathcal{F}(1,157) = 253.62$ ,  $p < 0.0001$ ?. Também se verificou uma interacção significativa entre o grupo-alvo e o grupo do participante,  $\mathcal{F}(1,157) = 7.80$ ,  $p < 0.006$ ?. As análises de contrastes demonstraram que, tal como esperávamos, embora ambos os grupos manifestem um nível de identificação endogrupal significativamente superior ao nível de identificação exogrupal, tal diferença é mais acentuada nos participantes portugueses  $\mathcal{M} = 5.93$  para o endogrupo e  $= 2.55$  para o exogrupo;  $F(1,157) = 57.93$ ,  $p < 0.0001$ ? do que para os participantes angolanos  $\mathcal{M} = 5.73$  para o endogrupo e o exogrupo  $= 3.37$ ,  $F(1,157) = 65.29$ ,  $p < 0.0001$ ?

Tabela 53 - Médias e desvios-padrão dos níveis de identificação em função do grupo do participante

Nível de identificação	Grupo do participante		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
<b>Endogrupo</b>	5.73 (1.38)	5.93 (1.13)	5.86 (1.22)
<b>Exogrupo</b>	3.37 (1.80)	2.55 (1.25)	2.83 (1.51)

**Nota:** Nível de identificação grupal: “Eu sinto-me identificado com o grupo dos ?angolanos/portugueses?...” (1=absolutamente nada; 7=muito fortemente)

Análise dos efeitos do Grupo sobre o Nível de identificação em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,157)=253.62, p<0.0001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,157)=7.80, p<0.006$

Angolanos:  $F(1,157)=65.29, p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,157)=257.93, p<0.0001$

Como podemos constatar, a diferença entre os participantes angolanos e portugueses deve-se sobretudo ao nível de identificação com o exogrupo, que é significativamente superior nos angolanos. O nível de identificação com o endogrupo não difere significativamente em função do grupo dos participantes.

Como foi referido na introdução, por um lado, tendo em conta os resultados de pesquisa anterior sobre os níveis de identificação dos membros de grupos dominantes ou de grupos dominados, esperaríamos encontrar um nível de identificação endogrupal superior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses (cf.: Cabecinhas, 1994). Por outro lado, tratando-se de um grupo imigrante poderia dar-se o fenómeno inverso, dependendo das estratégias de adaptação à sociedade de acolhimento.

Colocámos a hipótese dos níveis de identificação dos participantes angolanos com o endogrupo e com o exogrupo variarem em função do seu tempo de permanência em Portugal. De facto, constatámos que alguns dos participantes angolanos vieram com idades muito jovens para Portugal, e aqui viveram os períodos mais marcantes de socialização. Para analisar esta hipótese dividimos a amostra dos estudantes angolanos em dois grupos (com base no valor da mediana da variável tempo de permanência em Portugal): aqueles que residem há menos de 6 anos em Portugal; e aqueles que residem há mais de 6 anos em Portugal. A Tabela 54 apresenta as médias dos níveis de identificação endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal.

**Tabela 54 - Médias e desvios-padrão dos níveis de identificação dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal**

Nível de identificação	Tempo de permanência em Portugal		
	Menos de 6 anos (N=30)	Mais de 6 anos (N=25)	Total (N=55)
<b>Endogrupo</b>	6.23 (0.97)	5.05 (1.62)	5.73 (1.38)
<b>Exogrupo</b>	3.00 (1.65)	3.77 (2.02)	3.37 (1.80)

**Nota:** Nível de identificação grupal: “Eu sinto-me identificado com o grupo dos ?angolanos/portugueses?...” (1=absolutamente nada; 7=muito fortemente).

Análise dos efeitos do Tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) sobre o Nível de identificação em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,49)=7.57$ ,  $p<0.008$   
 Tempo x Grupo-alvo:  $F(1,49)=39.82$ ,  $p<0.0001$   
 Menos de 6 anos:  $F(1,49)=47.60$ ,  $p<0.0001$   
 Mais de 6 anos:  $F(1,49)=5.57$ ,  $p<0.0001$

Análise dos efeitos do Tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) sobre o Nível de identificação endogrupal:

Tempo:  $F(1,50)=10.878$ ,  $p<0.002$

As medidas de identificação (endogrupal vs. exogrupal) foram submetidas a uma análise de variância multivariada tendo o grupo-alvo de identificação como variável intra-participantes e o tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) como variável inter-participantes. Esta análise produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo de identificação, demonstrando que globalmente os participantes angolanos, independentemente do tempo de permanência em Portugal, se sentem mais identificados com o endogrupo do que o exogrupo ( $F(1,49)=7.57$ ,  $p<0.008$ ). A interacção entre o grupo-alvo e o tempo de permanência em Portugal também é significativa ( $F(1,49)=39.82$ ,  $p<0.0001$ ). Tal como prevíamos, as análises de contrastes demonstraram que esta diferença é mais acentuada para os angolanos a residir em Portugal há menos de 6 anos ( $F(1,49)=47.60$ ,  $p<0.0001$ ) do que para os que residem há mais de 6 anos ( $F(1,49)=5.57$ ,  $p<0.0001$ ).

O nível de identificação endogrupal é significativamente superior para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ( $M=6.23$ ) do que para os angolanos que residem em Portugal há mais de 6 anos ( $M=5.05$ ), ( $F(1,50)=10.878$ ,  $p<0.002$ ). Quanto ao nível de identificação exogrupal, embora seja superior para os angolanos que residem em



Portugal há mais de 6 anos ( $M=3.77$ ) do que para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ( $M=3.00$ ), esta diferença não é estatisticamente significativa  $F(1,50)=2.261$ ,  $p<0.139$ ?

Assim, tal como prevíamos, o nível de identificação endogrupal dos angolanos é menor quanto maior o seu tempo de permanência em Portugal. De notar que o nível de identificação endogrupal dos angolanos que residem em Portugal há menos tempo ( $M=6.23$ ) é superior ao nível de identificação endogrupal dos portugueses ( $M=5.93$ ), o que vai ao encontro dos estudos que salientam a grande centralidade da identificação endogrupal nos membros dos grupos dominados (Cabecinhas, 1994).

Para analisar o impacto da identificação grupal nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (identificação endogrupal e identificação exogrupal), dividindo assim os participantes em “fortemente identificados” e “fracamente identificados”.

Analisámos o impacto do grau de identificação endogrupal e exogrupal nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida (PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA) e nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo a identificação endogrupal, a identificação exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo como variável intra-participante.

No que respeita às medidas de variabilidade grupal percebida, em todas as análises de variância efectuadas, a interacção entre o grupo-alvo e o grau de identificação endogrupal não foi significativa, assim como a interacção entre o grupo-alvo e o grau de identificação exogrupal. A tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação endogrupal e o grupo do participante não foi significativa, assim como a tripla interacção entre grupo-alvo, identificação endogrupal e grupo do participante (com a excepção da medida MEDSC). Assim, globalmente não encontramos evidência para uma mediação do grau de identificação endogrupal e do grau de identificação exogrupal na variabilidade grupal percebida.

Nas análises efectuadas com as medidas de favoritismo endogrupal, a interacção entre o grupo-alvo e a identificação endogrupal não foi significativa, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação endogrupal e o grupo do participante. Contudo, a interacção entre o grupo-alvo e a identificação exogrupal foi significativa tanto

na análise da medida PERPN  $\mathcal{F}(1,150)=7.57$ ,  $p<0.007$ ? como na análise da medida MEDPN  $\mathcal{F}(1,150)=9.55$ ,  $p<0.002$ ?, revelando que quanto maior o grau de identificação exogrupal menor o favoritismo endogrupal. As análises de contrastes demonstraram que os participantes com baixo nível de identificação exogrupal apresentam um favoritismo endogrupal significativo,  $\mathcal{F}(1,150)=15.61$ ,  $p<0.0001$  para PERPN e  $F(1,150)=11.26$ ,  $p<0.001$  para MEDPN? enquanto que os participantes com alto nível de identificação exogrupal apresentam um favoritismo face ao endogrupo não significativo,  $\mathcal{F}(1,150)=0.59$ ,  $p<0.444$  para PERPN e  $F(1,150)=2.09$ ,  $p<0.150$  para MEDPN?.

A tripla interacção entre grupo-alvo, identificação exogrupal e grupo do participante não foi significativa para ambas as medidas. Assim, os resultados apontam para uma mediação do favoritismo endogrupal pelo grau de identificação exogrupal (mas não pelo grau de identificação endogrupal): globalmente, quanto maior o grau de identificação exogrupal menor o favoritismo endogrupal, como se pode verificar na Tabela 55.

**Tabela 55 – Médias e desvios-padrão do favoritismo endogrupal em função do nível de identificação exogrupal**

Identificação exogrupal		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
		Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
PERPN	Endogrupo	35.75 (23.63)	22.36 (22.51)	23.05 (17.46)	22.08 (18.22)	27.09 (20.38)	22.18 (19.69)
	Exogrupo	6.09 (26.34)	15.22 (22.43)	19.22 (26.58)	30.29 (23.82)	14.94 (27.07)	24.91 (24.28)
MEDPN	Endogrupo	29.91 (22.45)	17.18 (27.38)	21.22 (19.60)	19.23 (19.16)	24.09 (20.86)	18.50 (22.27)
	Exogrupo	5.55 (23.28)	15.00 (26.98)	15.18 (27.98)	29.52 (28.53)	12.04 (26.79)	24.34 (28.65)

Análise dos efeitos do Grupo x Nível de identificação endogrupal (alto vs. baixo) x Nível de identificação exogrupal (alto vs. baixo) sobre a medida PERPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,150)=5.71$ ,  $p<0.018$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,150)=9.45$ ,  $p<0.003$

Identidade exogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,150)=7.57$ ,  $p<0.007$

Baixo:  $F(1,150)=15.61$ ,  $p<0.0001$

Alto:  $F(1,150)=0.59$ ,  $p<0.444$

Grupo x Identidade exogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,150)=2.56$ ,  $p<0.112$

Angolanos – Baixo nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=30.71$ ,  $p<0.0001$

Angolanos – Alto nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=1.44$ ,  $p<0.232$

Portugueses – Baixo nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=1.00$ ,  $p<0.320$

Portugueses – Alto nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=3.43$ ,  $p<0.066$

Análise dos efeitos do Grupo x Nível de identificação endogrupal (alto vs. baixo) x Nível de identificação exogrupal (alto vs. baixo) sobre a medida MEDPN em função do grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,150)=2.76$ ,  $p<0.099$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,150)=3.38$ ,  $p<0.068$

Identidade exogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,150)=9.55$ ,  $p<0.002$

Baixo:  $F(1,150)=11.26$ ,  $p<0.001$

Alto:  $F(1,150)=2.09$ ,  $p<0.150$

Grupo x Identidade endogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,150)=1.63$ ,  $p<0.203$

Angolanos – Baixo nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=15.12$ ,  $p<0.0001$

Angolanos – Alto nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=0.10$ ,  $p<0.747$

Portugueses – Baixo nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=1.88$ ,  $p<0.172$

Portugueses – Alto nível de identificação exogrupal:  $F(1,150)=4.18$ ,  $p<0.043$

#### 5.2.3.4.6 Nível de contacto

Como referimos na secção dedicada ao método, o nível de contacto foi investigado através de três escalas de 7 pontos e uma pergunta aberta sobre o número de amigos. Os valores correspondentes ao nível de familiaridade (média das três escalas)

são apresentados na Tabela 56. A maiores valores corresponde maior nível de familiaridade com o respectivo grupo.

A análise de variância multivariada efectuada sobre os níveis de familiaridade produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, demonstrando que a globalidade dos participantes considera ter maior familiaridade com o endogrupo do que ao exogrupo  $F(1,161)=324.45$ ,  $p<0.0001$ ?. Também se verificou um efeito de interacção significativo entre o grupo-alvo e o grupo do participante  $F(1,161)=123.54$ ,  $p<0.0001$ ?. Tal como esperávamos, as análises de contrastes demonstraram que os participantes angolanos atribuem maior familiaridade ao endogrupo ( $M=5.50$ ) do que ao exogrupo ( $M=4.53$ ),  $F(1,161)=17.95$ ,  $p<0.0001$ ? mas esta diferença é ainda mais acentuada para os participantes portugueses  $M=6.33$  para o endogrupo e  $M=2.21$  para o exogrupo;  $F(1,161)=628.59$ ,  $p<0.0001$ ?

Assim, ambos os participantes angolanos e portugueses manifestam ter um nível de contacto superior com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada para os participantes portugueses.

**Tabela 56 - Médias e desvios-padrão do nível de familiaridade entre os grupos**

Nível de familiaridade	Grupo do participante		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
<b>Endogrupo</b>	5.50 (1.38)	6.33 (0.68)	6.05 (1.05)
<b>Exogrupo</b>	4.53 (1.59)	2.21 (1.21)	2.99 (1.74)

Análise dos efeitos do Grupo sobre o Nível de familiaridade em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,161)=324.45$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,161)=123.54$ ,  $p<0.001$

Angolanos:  $F(1,161)=17.95$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,161)=628.59$ ,  $p<0.0001$

A análise de variância multivariada efectuada com os valores referentes ao número de amigos também produziu um efeito significativo do grupo-alvo, demonstrando que tanto os angolanos como os portugueses declaram ter mais amigos do endogrupo do que do exogrupo,  $F(1,145)=17.63$ ,  $p<0.0001$ ?. Também se verificou um

efeito de interacção significativo entre o grupo-alvo e o grupo do participante  $F(1,145)=5.12, p<0.025$ ?. As análises de contrastes mostraram que participantes portugueses referiram ter mais amigos do endogrupo ( $M=45.74$ ) do que do exogrupo ( $M=2.56$ ),  $F(1,145)=8.13, p<0.005$ ?, mas esta diferença é ainda mais acentuada para os participantes angolanos  $M=185.35$  para o endogrupo e  $=44.71$  para o exogrupo,  $F(1,145)=19.19, p<0.0001$ ?. Pensamos que tal se deve a uma interpretação diferencial do conceito “amigo” que é mais alargado para os participantes angolanos (recordar que foram excluídos vários participantes angolanos desta análise por referirem um número de amigos superior a 1000).

**Tabela 57 - Médias e desvios-padrão do número de amigos do endogrupo e do exogrupo**

Número de amigos	Grupo do participante		
	Angolanos (N=55)	Portugueses (N=108)	Total (N=163)
<b>Endogrupo</b>	185.35 (529.88)	45.74 (82.29)	91.35 (315.14)
<b>Exogrupo</b>	44.71 (142.94)	2.56 (3.67)	16.34 (83.63)

Análise dos efeitos do Grupo sobre o Número de amigos em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,145)=17.63, p<0.0001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,145)=5.12, p<0.025$

Angolanos:  $F(1,145)=19.19, p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,145)=8.13, p<0.005$

Tal como efectuámos em relação aos níveis de identificação, analisámos os níveis de contacto endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos em função do seu tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos). A Tabela 58 apresenta as médias dos níveis de familiaridade endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal.

**Tabela 58 - Médias e desvios-padrão respeitantes aos níveis de familiaridade dos participantes angolanos em função do tempo de permanência em Portugal**

Nível de familiaridade	Tempo de permanência em Portugal		
	Menos de 6 anos (N=30)	Mais de 6 anos (N=25)	Total (N=55)
<b>Endogrupo</b>	5.82 (1.19)	5.08 (1.59)	5.50 (1.38)
<b>Exogrupo</b>	3.99 (1.55)	5.24 (1.32)	4.53 (1.59)

Análise dos efeitos do Tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) sobre o Nível de familiaridade em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,50)=8.36$ ,  $p<0.006$   
 Tempo x Grupo-alvo:  $F(1,50)=12.04$ ,  $p<0.001$   
 Menos de 6 anos:  $F(1,50)=23.92$ ,  $p<0.0001$   
 Mais de 6 anos:  $F(1,50)=0.14$ ,  $p<0.705$

Análise dos efeitos do Tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) sobre o Nível de familiaridade endogrupal:

Tempo:  $F(1,50)=3.765$ ,  $p<0.058$

Análise dos efeitos do Tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) sobre o Nível de familiaridade exogrupal:

Tempo:  $F(1,50)=9.394$ ,  $p<0.004$

As medidas de familiaridade (endogrupo vs. exogrupo) foram submetidas a uma análise de variância multivariada tendo o grupo-alvo de identificação como variável intra-participantes e o tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos) como variável inter-participantes. Esta análise produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, demonstrando que globalmente os participantes angolanos apresentam maiores níveis de familiaridade com o endogrupo do que o exogrupo  $F(1,50)=8.36$ ,  $p<0.006$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o tempo de permanência em Portugal também é significativa  $F(1,50)=12.04$ ,  $p<0.001$ ?. As análises de contrastes demonstraram que o efeito principal do grupo-alvo é significativo para os angolanos a residir em Portugal há menos de 6 anos  $F(1,50)=23.92$ ,  $p<0.0001$ ?, mas não o é para os angolanos que residem há mais de 6 anos  $F(1,50)=0.14$ ,  $p<0.705$ ?

O nível de familiaridade exogrupal é significativamente superior para os angolanos que residem em Portugal há mais de 6 anos ( $M=5.24$ ) do que para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ( $M=3.99$ ),  $F(1,50)=9.394$ ,  $p<0.004$ ?. Quanto ao nível de familiaridade endogrupal, embora seja superior para os angolanos que residem em Portugal há menos de 6 anos ( $M=5.82$ ) do que para os angolanos que residem em Portugal

há mais de 6 anos ( $M=5.08$ ), esta diferença é apenas tendencialmente significativa,  $F(1,50)=3.765$ ,  $p<0.058$ ?

Resumindo, os angolanos que residem há mais tempo em Portugal apresentam níveis de familiaridade com os portugueses significativamente superiores aos angolanos que residem há menos tempo no país. Quanto aos níveis de familiaridade com o endogrupo dá-se o processo inverso, embora de forma menos significativa: os angolanos que vivem há mais tempo em Portugal referem ter menor contacto com outros angolanos do que aqueles que residem na nosso país há menos tempo.

Comparando a evolução dos níveis de identificação e dos níveis de familiaridade com o exogrupo, verificamos que estes evoluem na mesma direcção: à medida que aumenta o contacto com os portugueses, aumenta também o nível de identificação dos angolanos com o exogrupo.

O nível de contacto endogrupal e exogrupal constitui outro potencial mediador da variabilidade grupal percebida e do favoritismo. Como referimos na secção dedicada ao método, para analisar o impacto do nível de contacto endogrupal e do nível de contacto exogrupal nos efeitos de homogeneidade e no favoritismo endogrupal, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (contacto endogrupal e contacto exogrupal), dividindo assim os participantes conforme o alto ou baixo nível de contacto.

Analísamos o impacto do grau de contacto endogrupal e exogrupal nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida (PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA) e nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo o contacto endogrupal, o contacto exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo como variável intra-participante.

Em todas as análises de variância efectuadas com as medidas de variabilidade grupal percebida (com a excepção da medida MEDSC), a interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto endogrupal não foi significativa, assim como a interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto exogrupal. A tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto endogrupal e o grupo do participante também não foi significativa, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto exogrupal e o grupo do participante. Assim, não há evidência para uma mediação da variabilidade grupal percebida pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal.

No que respeita ao favoritismo endogrupal, encontrámos o mesmo padrão de resultados para as medidas PERPN e MEDPN. A interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto endogrupal não foi significativa, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto endogrupal e o grupo do participante. No entanto, a interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto exogrupal foi significativa tanto para a medida PERPN  $F(1,154)=9.19$ ,  $p<0.003$ ? como para a medida MEDPN  $F(1,154)=4.29$ ,  $p<0.040$ ?, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto exogrupal e o grupo do participante ?significativamente para PERPN,  $F(1,154)=4.53$ ,  $p<0.035$ ; e tendencialmente para MEDPN,  $F(1,154)=2.24$ ,  $p<0.094$ ?. As análises de contrastes revelaram que para os participantes angolanos quanto maior o nível de contacto com o exogrupo menor o favoritismo endogrupal  $F(1,154)=10.39$ ,  $p<0.002$  para PERPN e  $F(1,154)=3.89$ ,  $p<0.050$  para MEDPN?. Em contrapartida, para os participantes portugueses o nível de favoritismo endogrupal não difere significativamente em função do nível de contacto exogrupal  $F(1,154)=0.00$ ,  $p<0.954$  para PERPN e  $F(1,154)=0.00$ ,  $p<0.975$  para MEDPN?. Assim, o nível de contacto exogrupal parece ser um mediador do favoritismo endogrupal, mas o seu efeito só é significativo para os angolanos: quanto maior o nível de contacto com os portugueses menor o favoritismo endogrupal demonstrado, como se pode verificar na Tabela 59.



**Tabela 59 – Médias e desvios-padrão do favoritismo endogrupal em função dos níveis de familiaridade endogrupal e exogrupal**

Nível de familiaridade		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N=55)		Portugueses (N=108)		Total (N=163)	
		Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto
PERPN	Endogrupo	36.25 (22.13)	22.60 (23.69)	21.36 (16.86)	23.67 (19.03)	25.80 (19.69)	23.26 (20.77)
	Exogrupo	4.53 (23.87)	16.60 (24.23)	21.12 (26.74)	27.73 (25.35)	16.06 (26.89)	23.47 (25.34)
MEDPN	Endogrupo	31.07 (23.47)	16.73 (25.49)	18.51 (17.92)	21.34 (23.36)	22.34 (20.49)	19.55 (24.12)
	Exogrupo	5.72 (23.32)	14.12 (26.69)	19.64 (26.56)	22.57 (32.81)	15.39 (26.29)	19.34 (30.68)

Análise dos efeitos do Grupo do participante x Nível de familiaridade endogrupal (alto vs. baixo) x Nível de familiaridade exogrupal (alto vs. baixo) sobre a medida PERPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,154)=11.05$ ,  $p<0.001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,154)=16.21$ ,  $p<0.0001$

Familiaridade exogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,154)=9.19$ ,  $p<0.003$

Baixa:  $F(1,154)=10.39$ ,  $p<0.002$

Alta:  $F(1,154)=0.00$ ,  $p<0.954$

Grupo x Familiaridade exogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,154)=4.53$ ,  $p<0.035$

Angolanos – Baixo nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=33.70$ ,  $p<0.0001$

Angolanos – Alto nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=1.02$ ,  $p<0.314$

Portugueses – Baixo nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=0.00$ ,  $p<0.948$

Portugueses – Alto nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=0.75$ ,  $p<0.387$

Análise dos efeitos do Grupo do participante x Nível de familiaridade endogrupal (alto vs. baixo) x Nível de familiaridade exogrupal (alto vs. baixo) sobre a medida MEDPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,154)=3.61$ ,  $p<0.059$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,154)=7.03$ ,  $p<0.009$

Identidade exogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,154)=4.29$ ,  $p<0.040$

Baixa:  $F(1,154)=3.89$ ,  $p<0.050$

Alta:  $F(1,154)=0.00$ ,  $p<0.975$

Grupo x Familiaridade exogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,154)=4.34$ ,  $p<0.037$

Angolanos – Baixo nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=15.79$ ,  $p<0.0001$

Angolanos – Alto nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=0.15$ ,  $p<0.698$

Portugueses – Baixo nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=0.07$ ,  $p<0.788$

Portugueses – Alto nível de familiaridade exogrupal:  $F(1,154)=0.07$ ,  $p<0.789$

#### 5.2.4 Discussão

##### *Efeitos de homogeneidade*

Um dos objectivos desta pesquisa foi a análise do papel do estatuto relativo dos grupos na percepção da homogeneidade grupal. Nesse sentido, escolhemos dois grupos com estatuto assimétrico na sociedade portuguesa: os ‘portugueses’ e os ‘angolanos’. Tendo em conta a perspectiva de Lorenzi-Cioldi (1988, 1998), previmos uma manifestação assimétrica do efeito de homogeneidade do exogrupo em função do estatuto social relativo dos grupos: esperávamos um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo da parte dos participantes portugueses, e a ausência deste efeito da parte dos participantes angolanos. Isto é, globalmente, esperávamos que os angolanos fossem percebidos de forma mais homogénea do que os portugueses.

Uma vez que a magnitude dos efeitos de homogeneidade depende do tipo de medidas utilizadas (Linville *et al.*, 1989; Park e Judd, 1990; Ostrom e Sedikides, 1992), testámos a hipótese da assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto social relativo recorrendo a diferentes tipos de medidas. Utilizámos medidas não-obstrusivas (tarefas de recordação indiciada e de recordação livre) e medidas mais directas (tarefas de questionário), umas ligadas directamente ao conteúdo dos estereótipos grupais (tarefa de estimação de percentagens, tarefa de estimação de médias e tarefa de estimação de amplitudes) e outras medidas não relacionadas com o conteúdo dos estereótipos (tarefa de estimação de distribuições e tarefa de estimação de variabilidade).

Na tarefa de recordação indiciada verificou-se um forte efeito de categorização. A comparação dos erros intergrupais com os erros intragrupais demonstrou que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em dois grupos distintos: os portugueses e os angolanos. Tanto os membros do grupo dominante como os membros do grupo dominado mostraram uma forte tendência para confundir a informação acerca dos membros de um mesmo grupo-alvo do que a informação referente a membros de grupos-alvo distintos, isto é, estruturaram a informação a partir da pertença *étnica* das pessoas-estímulo. O efeito de categorização foi igualmente forte em ambas as versões do material-estímulo e em ambas as ordens de apresentação, validando assim o uso deste material para o exame de questões relativas à percepção de grupos.

No que respeita aos efeitos de homogeneidade, a comparação entre os diferentes tipos de erros intragrupais (endogrupais vs. exogrupais) evidenciou a esperada assimetria em função do estatuto relativo dos grupos em presença. Consistentemente com as nossas hipóteses, os membros do grupo dominante (os participantes portugueses) demonstraram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo, isto é, confundiram muito mais a informação respeitante às pessoas-estímulo angolanas (exogrupo) do que a informação respeitante às pessoas-estímulo portuguesas (endogrupo), enquanto que os membros do grupo dominado (os participantes angolanos) confundiram igualmente a informação respeitante ao endogrupo e ao exogrupo. Consonantemente com as nossas hipóteses, verifica-se um efeito de homogeneidade do grupo dominado, isto é, as pessoas-estímulo do grupo dominado são mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo do grupo dominante, independentemente dos participantes serem eles próprios pertencentes a um ou a outro grupo.

Na tarefa de recordação livre, partimos da hipótese de que os protocolos de recordação dos participantes iriam revelar diferentes formas de estruturar a informação: a informação sobre o grupo dominante seria organizada preferencialmente em termos pessoais enquanto que a informação sobre o grupo dominado seria organizada preferencialmente em termos categoriais. Esta hipótese sobre a organização diferencial da informação em função do estatuto relativo dos grupos foi parcialmente verificada.

As médias dos ARC-scores apresentaram as direcções previstas, demonstrando que a informação acerca das pessoas-estímulo portuguesas foi organizada preferencialmente em termos ‘pessoais’ e a informação acerca das pessoas-estímulo angolanas foi organizada preferencialmente em termos ‘categoriais’. No entanto, esta diferença foi apenas tendencialmente significativa para a globalidade da amostra. Curiosamente, foi estatisticamente significativa apenas para os participantes angolanos, que exibiram assim um significativo efeito de homogeneidade do endogrupo, enquanto que para os portugueses esta diferença não foi significativa.

O facto da nossa hipótese ser verificada através de uma tripla interacção (grupo do participante x grupo-alvo x tipo de organização da informação), e ainda o reduzido número de efectivos, dificultou a obtenção de resultados estatisticamente significativos. A isto acresce o facto de se verificar uma elevada variância dos ARC-scores, e também o facto de vários participantes não produzirem os quatro ARC-scores válidos (uma vez

que a análise da hipótese dependia da proporção relativa de quatro ARC-scores, bastava um deles não ser válido para excluir esse participante da análise; recordamos que pela fórmula de cálculo do ARC-score poderia obter-se uma divisão por zero, o que dá infinito, o que aconteceu com 14 participantes).

Apesar destas limitações, uma vez que as diferenças esperadas foram tendencialmente significativas para a globalidade da amostra e estatisticamente significativas para os participantes angolanos, podemos afirmar que, em consonância com as nossas hipóteses, encontrámos uma assimetria no processamento da informação em função do estatuto relativo dos grupos. Os membros do grupo dominado processaram a informação referente ao endogrupo preferencialmente em termos categoriais e, simultaneamente, processaram a informação referente ao exogrupo preferencialmente em termos pessoais, isto é, homogeneizaram o endogrupo e individualizaram o exogrupo. Para os membros do grupo dominante não foram encontrados efeitos estatisticamente significativos.

A hipótese da assimetria dos efeitos de homogeneidade em função do estatuto dos grupos foi também verificada através das medidas ‘directas’ obtidas a partir das tarefas do questionário. Como referimos, algumas dessas medidas são directamente ligadas ao conteúdo dos estereótipos grupais (tarefa de estimação de percentagens; tarefa de estimação de médias; e tarefa de estimação de amplitudes), mas outras medidas não estão relacionadas com o conteúdo dos estereótipos (tarefa de estimação de distribuições; e tarefa de estimação de variabilidade).

As duas medidas baseadas na diferença de atribuição de traços estereotípicos e contra-estereotípicos (tarefa de estimação de percentagens e tarefa de estimação de médias) revelaram o mesmo padrão de resultados. Globalmente verificou-se um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo, isto é, os participantes atribuíram mais traços estereotípicos ao exogrupo do que ao endogrupo e atribuíram mais traços contra-estereotípicos ao endogrupo do que ao exogrupo. Tal como prevíamos, este efeito foi fortemente significativo para os portugueses, mas não foi significativo para os angolanos.

Foi encontrado um padrão de resultados semelhante com a tarefa de estimação de amplitudes. O efeito de homogeneidade do exogrupo foi muito significativo para os participantes portugueses – estes atribuíram uma maior diferença entre os membros extremos ao endogrupo do que ao exogrupo - mas não foi significativo para os participantes angolanos.

Nas medidas derivadas da tarefa de estimação de distribuições verificou-se um padrão de resultados ligeiramente diferente. Não foram encontrados efeitos significativos com o índice de probabilidade de diferenciação. Em contrapartida, o índice de variabilidade percebida produziu um efeito de homogeneidade do endogrupo para a globalidade da amostra. Os angolanos manifestaram um efeito de homogeneidade do endogrupo muito significativo, enquanto que os portugueses exibiram níveis de homogeneização semelhantes para o endogrupo e para o exogrupo. Assim, globalmente, os angolanos foram mais homogeneizados do que os portugueses, revelando um efeito de homogeneidade do grupo dominado.

Em todas estas medidas (à excepção das derivadas da tarefa de estimação de distribuições) encontramos um padrão consistente de resultados. De acordo com as nossas predições, verificou-se uma assimetria na percepção da homogeneidade grupal em função do estatuto relativo dos grupos. O grupo dominante apresenta um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo (tarefa de estimação de percentagens, tarefa de estimação de médias, tarefa de estimação de amplitudes, e tarefa de estimação de variabilidade), enquanto que o grupo dominado homogeneizou igualmente o exogrupo e o endogrupo.

Resumindo, os membros do grupo dominado são mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante. Este resultado é encontrado em medidas ligadas aos estereótipos grupais (tarefa de estimação de percentagens e tarefa de estimação de médias), mas também em medidas sem ligação directa com os estereótipos (tarefa de estimação de variabilidade). Assim, no que respeita aos efeitos de homogeneidade, os dados suportam a nossa hipótese: o efeito de homogeneidade manifesta-se assimetricamente em função do estatuto relativo dos grupos em presença. Globalmente, o grupo dominado é mais homogeneizado do que o grupo dominante, independentemente do grupo de pertença dos participantes.

### ***Relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo***

Outro dos nossos objectivos era analisar o favoritismo pelo grupo de pertença e investigar a relação entre este fenómeno e os efeitos de homogeneidade. Como já referimos, a pesquisa sobre a relação entre estes fenómenos tem dado origem a resultados muito inconsistentes (Brewer, 1993; Judd *et al.*, 1995). Avançámos com a hipótese de que a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo seja moderada pelo estatuto relativo dos grupos - variável que tem sido negligenciada na investigação anterior.

Nesta investigação, as medidas de favoritismo endogrupal foram baseadas na atribuição diferencial de traços positivos e de traços negativos ao endogrupo e ao exogrupo, nas tarefas de estimação de percentagens e de estimação de médias. Encontrámos um padrão consistente de resultados em ambas as medidas: o favoritismo endogrupal foi significativo para a globalidade da amostra, isto é, os participantes atribuíram uma média superior de traços positivos e uma média inferior de traços negativos ao endogrupo comparativamente com o exogrupo. Esta diferença foi muito significativa para os participantes angolanos, mas não foi significativa para os participantes portugueses. Assim, estes resultados apontam para a ausência de uma relação directa entre o favoritismo endogrupal e o efeito de homogeneidade do exogrupo. Os participantes portugueses manifestaram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo mas não exibiram favoritismo endogrupal, enquanto que os participantes angolanos manifestaram um forte favoritismo endogrupal, mas o efeito de homogeneidade do exogrupo não foi significativo.

Resultados semelhantes foram obtidos por Judd e colaboradores (1995) numa investigação sobre a percepção de variabilidade grupal e etnocentrismo com afro-americanos (*African Americans*) e euro-americanos (*White Americans*): o etnocentrismo foi significativo nos participantes afro-americanos enquanto que os participantes euro-americanos se mostraram ligeiramente mais favoráveis face ao exogrupo do que face ao endogrupo. Segundo os autores, este resultado pode ser explicado pelos diferentes padrões de socialização: os afro-americanos e os euro-americanos atribuem um significado diferente à identidade étnica. Os membros das minorias étnicas são socializados no sentido de considerar a pertença étnica como uma componente importante do seu auto-conceito, para encarar a etnicidade como algo a ser salientado em vez de ignorado. Em contraste, os americanos brancos são actualmente socializados para evitar fazer distinções com base na pertença étnica. Segundo a perspectiva da socialização diferencial, os americanos brancos não manifestaram etnocentrismo porque teriam interiorizado os valores da perspectiva “color-blind” (Judd *et al.*, 1995, p.470).

Tal como na presente investigação, os resultados obtidos por Judd *et al.* (1995) sugerem uma relação não linear entre o favoritismo pelo grupo de pertença e a percepção da variabilidade grupal. Embora os resultados do presente estudo sejam análogos aos obtidos por Judd *et al.* (1995) no que respeita ao etnocentrismo, no entanto, a interpretação fornecida por estes autores parece esquecer que os membros dos grupos dominados são marcados pela sua pertença, isto é, que a sociedade está sempre a torná-la saliente. Por

outro lado, os membros do grupo dominante podem não ter interiorizado os valores da perspectiva “color-blind”, mas apenas agir em conformidade com ela numa estratégia de auto-apresentação consonante com as normas sociais em vigor.

Este padrão de resultados, algo surpreendente, obtido com as medidas de favoritismo, tornou-se claro quando procedemos à operacionalização de novas medidas: desdobrámos as medidas da variabilidade grupal percebida em função da valência dos traços (separadamente para traços positivos e para traços negativos) e desdobrámos as medidas de favoritismo em função da estereotipicalidade dos traços (separadamente para traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos).

Estas novas medidas permitiram-nos verificar que os dois grupos de participantes optaram por estratégias diferenciadas de homogeneização ou heterogeneização em função da valência dos traços de que dispunham para proceder à descrição do endogrupo e do exogrupo. Os participantes angolanos face a traços positivos homogeneízam o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos heterogeneízam o endogrupo comparativamente ao exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços positivos heterogeneízam o endogrupo comparativamente ao exogrupo, mas face a traços negativos, não estabelecem uma diferenciação entre o endogrupo e o exogrupo.

Uma vez que a análise dos efeitos de homogeneidade controlando a valência dos traços (positivos vs. negativos) nos forneceu uma nova visão sobre as estratégias de homogeneização ou heterogeneização dos grupos em função do seu estatuto relativo, decidimos proceder de forma equivalente para a análise do favoritismo endogrupal. Neste sentido, calculámos novas medidas de favoritismo, duas integrando apenas os traços estereotípicos e duas integrando apenas os traços contra-estereotípicos. Verificámos que os dois grupos de participantes optaram por estratégias diferenciadas de favoritismo em função da estereotipicalidade dos traços de que dispunham para proceder à descrição do endogrupo e do exogrupo. Os participantes angolanos demonstram favoritismo endogrupal quando os traços são estereotípicos, mas não favorecem nem o endogrupo nem o exogrupo quando os traços são contra-estereotípicos. Em contrapartida, os portugueses demonstram favoritismo exogrupal quando os traços são estereotípicos, mas demonstram favoritismo endogrupal quando os traços são contra-estereotípicos.

Assim, verifica-se que os participantes angolanos e os participantes portugueses apresentam estratégias diferenciadas de favoritismo em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços em causa. Os participantes angolanos face a traços estereotípicos favorecem o endogrupo face ao exogrupo, mas face a traços contra-

estereotípicos não favorecem nem o endogrupo nem o exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses face a traços estereotípicos favorecem o exogrupo face ao exogrupo, mas face a traços contra-estereotípicos, favorecem o endogrupo face ao exogrupo.

Isto é, para os angolanos parece ser mais importante reforçar uma identidade grupal coesa nos traços estereotípicos, mesmo que isso se traduza numa homogeneização do endogrupo, enquanto que para os participantes portugueses parece ser mais importante heterogeneizar o endogrupo, mesmo que isso contribua para uma imagem menos positiva do endogrupo face ao exogrupo.

Em consonância com as nossas hipóteses, estes resultados demonstram que não existe uma relação linear entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal: esta relação depende do estatuto dos grupos em presença e das suas estratégias de diferenciação positiva. Para os participantes portugueses a “diferenciação positiva” é conseguida através da afirmação da heterogeneidade endogrupal (“nós somos todos diferentes”), mesmo que isso implique abdicar de traços estereotípicos positivos, enquanto que para os angolanos a “diferenciação positiva” é conseguida através da reivindicação de traços estereotípicos positivos e da negação dos traços estereotípicos negativos, contribuindo assim para a homogeneização do endogrupo.

### ***Mediação da variabilidade grupal percebida e do favoritismo endogrupal***

Neste estudo pretendemos ainda explorar o papel mediador de algumas variáveis na percepção da variabilidade grupal e no favoritismo endogrupal: a representação do *self*; o nível de identificação com o endogrupo e o exogrupo; e o nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo.

*Auto-descrição.* Neste estudo averiguámos até que ponto o estatuto relativo dos grupos em presença se reflecte na forma como o indivíduo se descreve em conformidade com os traços estereotípicos do endogrupo. Em consonância com as nossas hipóteses, os participantes angolanos descrevem-se a si próprios de forma consonante com os estereótipos do endogrupo (recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo do que aos traços contra-estereotípicos) enquanto que os participantes portugueses preferem descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo. Isto é, os membros do grupo dominante enfatizam a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os membros do grupo dominado



ênfatisam a indiferenciação interpessoal dentro do endogrupo (e.g., Deschamps, 1982a; Lorenzi-Cioldi, 1988).

Esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao seu grupo de pertença parece ir ao encontro dos resultados obtidos nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida: os membros do grupo dominado homogeneízam o endogrupo e ênfatisam a indiferenciação do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os membros do grupo dominante heterogeneízam o endogrupo e ênfatisam a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença.

Quanto à valência dos traços, tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses se descrevem a si próprios recorrendo mais aos traços positivos do que aos traços negativos, o que vai ao encontro da norma da positividade nas descrições de pessoas e de grupos (Zajonc, 1968).

Contrariamente às nossas expectativas, a distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo não variou significativamente em função do grupo dos participantes. Embora a distância das auto-descrições face à média do endogrupo seja equivalente para participantes portugueses e angolanos, tal deve-se a uma aproximação dos angolanos dos traços estereotípicos do endogrupo e a uma aproximação dos portugueses dos traços contra-estereotípicos do endogrupo.

Para os participantes angolanos a distância das auto-descrições face à tendência central atribuída ao endogrupo é significativamente menor para os traços estereotípicos do que para os traços contra-estereotípicos, enquanto que para os participantes portugueses a distância das auto-descrições face à tendência central atribuída ao endogrupo não é significativamente diferente para os traços estereotípicos e para os traços contra-estereotípicos.

As auto-descrições dos participantes foram significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos do que nos traços negativos, independentemente do grupo de pertença dos participantes. No que respeita à valência dos traços, os dois grupos de participantes apresentam estratégias semelhantes: ambos se aproximam da tendência central do endogrupo nos traços positivos e se distanciam da tendência central do endogrupo nos traços negativos.

Assim, a principal diferença nas estratégias de diferenciação pessoal face ao endogrupo que observamos nos participantes dá-se ao nível da estereotipicidade dos traços: os membros do grupo dominado distanciam-se mais da tendência central do endogrupo quando são confrontados com traços contra-estereotípicos do que quando

confrontados com traços estereotípicos, enquanto que os membros do grupo dominante se distanciam mais face aos traços estereotípicos do que contra-estereotípicos, embora esta diferença não seja estatisticamente significativa.

*Nível de identificação grupal.* No que respeita aos níveis de identificação endogrupal e exogrupal, verificámos que ambos os grupos de participantes se identificam mais fortemente com o endogrupo do que com o exogrupo. Esta diferença é mais acentuada para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos, o que vai ao encontro das nossas hipóteses.

Colocámos a hipótese dos níveis de identificação dos participante angolanos com o o endogrupo e com o exogrupo variarem significativamente em função do seu tempo de permanência em Portugal (menos de 6 anos vs. mais de 6 anos). De facto, constatámos que alguns dos participantes angolanos vieram com idades muito jovens para Portugal, e aqui viveram os períodos mais marcantes de socialização. Tal como prevíamos, o nível de identificação endogrupal dos angolanos é menor quanto maior o seu tempo de permanência em Portugal. De notar que os que residem em Portugal há mais de 6 anos vieram para o nosso país quando crianças ou adolescentes, o que sem dúvida influenciou o seu processo de socialização. De notar ainda que o nível de identificação endogrupal dos angolanos que residem em Portugal há menos tempo é superior ao nível de identificação endogrupal dos portugueses, o que vai ao encontro dos dados obtidos em estudos anteriores com grupos dominados (e.g., Cabecinhas, 1994).

As análises de variância efectuadas sobre as medidas de variabilidade grupal fazendo co-variarem os níveis de identificação endogrupal e de identificação exogrupal não produziram resultados significativos, isto é, os efeitos de homogeneidade não variaram significativamente em função da alta ou baixa identificação com os grupos. Assim, o nível de identificação endogrupal e o nível de identificação exogrupal não parecem mediar a variabilidade grupal percebida.

Em contrapartida, no que diz respeito às análises de co-variância efectuadas sobre as medidas de favoritismo endogrupal, verificámos que quanto maior é o nível de identificação exogrupal menor é o favoritismo endogrupal, especialmente para os participantes angolanos. Assim, o nível de identificação exogrupal (mas não o nível de identificação endogrupal) parece mediar a manifestação do favoritismo pelo grupo de pertença.

*Nível de contacto.* Por último, analisámos os níveis de contacto entre os grupos. Globalmente os participantes consideram ter maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo. Tal como esperávamos, esta diferença é mais acentuada para os participantes portugueses do que para os participantes angolanos.

Para os participantes angolanos, o nível de contacto com o exogrupo é tanto maior quanto maior o seu tempo de permanência em Portugal, mas o nível de contacto com o endogrupo não varia significativamente em função do tempo de permanência em Portugal.

Comparando a evolução dos níveis de identificação e dos níveis de familiaridade com o exogrupo, verificamos que estes evoluem na mesma direcção: à medida que aumenta o contacto com os portugueses, aumenta também o nível de identificação dos angolanos com o exogrupo.

As análises de variância efectuadas sobre as medidas de variabilidade grupal percebida fazendo co-variá os níveis de contacto endogrupal e de contacto exogrupal não produziram resultados significativos. Assim, não há evidência de mediação da variabilidade grupal percebida pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal.

No que respeita às medidas de favoritismo endogrupal, as análises de co-variância efectuadas revelaram que para os participantes angolanos quanto maior o nível de contacto com o exogrupo menor o favoritismo endogrupal. Em contrapartida, para os participantes portugueses o nível de favoritismo endogrupal não difere significativamente em função do nível de contacto exogrupal. Assim, o nível de contacto exogrupal parece ser um mediador do favoritismo endogrupal, mas o seu efeito só é significativo para os angolanos: quanto maior o nível de contacto com os portugueses menor o favoritismo endogrupal demonstrado.

Resumindo, no que respeita à percepção da variabilidade grupal, nem o nível de contacto endogrupal nem o nível de contacto exogrupal produziram resultados significativos, isto é, os efeitos de homogeneidade não variaram significativamente em função do alto ou baixo contacto com os grupos. Assim, parece difícil argumentar que o efeito de homogeneidade do exogrupo é uma simples consequência do nível de contacto e da informação recolhida sobre os grupos (Lorenzi-Cioldi, 1998; Park e Judd, 1990; Park e Rothbart, 1982).

Neste estudo demonstrámos uma assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto dos grupos: o grupo dominado foi mais homogeneizado do que o

grupo dominante, independentemente do grupo de pertença do participante. Além disso, esta assimetria foi demonstrada usando medidas ‘indirectas’ e medidas ‘directas’. Parece-nos, no entanto, relevante verificar se este padrão de resultados se mantém quando os grupos são definidos a partir da categorização racial (*brancos vs. negros*), em que as pressões de ordem normativa são mais activadas do que quando os grupos são definidos a partir da categorização nacional (*angolanos vs. portugueses*).

Nesta investigação explorámos ainda questões sobre as quais existe certa controvérsia teórica e inconsistência de dados empíricos, como, por exemplo, a relação entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal, assim como o papel do nível de identificação grupal e do nível de contacto entre os grupos na manifestação destes fenómenos.

No que respeita à relação entre a percepção de variabilidade grupal e o favoritismo endogrupal, os nossos dados indicam que a relação entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal é moderada pelo estatuto do grupo de pertença. Para os membros do grupo dominado parece ser mais importante reforçar uma identidade grupal coesa nos traços estereotípicos, mesmo que isso se traduza numa homogeneização do endogrupo, enquanto que para os membros do grupo dominante parece ser mais importante heterogeneizar o endogrupo, mesmo que isso contribua para uma imagem menos positiva do endogrupo face ao exogrupo. Este parece-nos um dos resultados mais interessantes e inovadores deste estudo. Não conhecemos nenhum outro estudo que tenha estudado a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo tendo em conta o estatuto relativo dos grupos em presença. Do ponto de vista metodológico efectuámos um considerável esforço para operacionalizar medidas de variabilidade grupal percebida controlando os efeitos de favoritismo e, reciprocamente, para operacionalizar medidas de favoritismo controlando os efeitos da estereotipicalidade dos traços.

Sendo um resultado de investigação inédito torna-se necessário replicá-lo em condições diferentes. De facto, neste estudo analisámos a relação entre a variabilidade grupal percebida e o favoritismo endogrupal através de medidas ‘directas’ derivadas do questionário. Parece-nos extremamente pertinente averiguar até que ponto este padrão de resultados pode ser replicado recorrendo a medidas ‘indirectas’ baseadas na memorização diferencial da informação sobre os grupos. Este é um dos objectivos a que o estudo experimental seguinte procura responder.

## 5.3 Estudo 5 - Homogeneização de uma minoria étnica

### 5.3.1 Introdução

Este estudo foi realizado com o objectivo de replicar alguns dos resultados encontrados no estudo anterior, no sentido de uma maior validação dos mesmos e de um aprofundamento da sua discussão. Assim os objectivos e hipóteses enunciados na introdução do Estudo 4 mantêm-se para este estudo.

Pretendíamos, ainda, abordar novas questões, nomeadamente verificar a saliência categorial da cor da pele (*negros* vs. *brancos*) isoladamente ou misturada com a classificação da nacionalidade já utilizada no estudo anterior (angolanos vs. portugueses), e analisar a relação entre as atitudes ou orientações racistas e os processos perceptivos e os juízos sobre os grupos.

O objectivo central do estudo anterior foi a análise do papel do estatuto social relativo nos efeitos de homogeneidade. De acordo com a nossa hipótese, verificou-se uma assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto dos grupos definidos pela nacionalidade (angolanos vs. portugueses). Os participantes portugueses homogeneizaram fortemente o exogrupo enquanto que os participantes angolanos manifestaram níveis semelhantes de homogeneização do exogrupo e do endogrupo. Isto é, globalmente, o grupo dominado foi mais homogeneizado, independentemente do grupo de pertença do participante. Parece-nos, no entanto, relevante verificar se este padrão de resultados se mantém quando os grupos são definidos a partir da categorização racial (*brancos* vs. *negros*), em que a norma anti-discriminação é mais facilmente activada.

No que respeita especificamente aos efeitos de categorização, pretendemos verificar a saliência da categorização racial (da cor da pele), isoladamente ou conjuntamente com a categorização nacional. A nossa hipótese é que em ambas as situações se verifique um forte efeito de categorização, mas este seja mais acentuado quando os dois sistemas de categorização estão disponíveis (uma vez que estão em consonância com o estereótipo: todos os portugueses são *brancos* e todos os angolanos são *negros*).

Outro dos nossos objectivos do estudo anterior era analisar o favoritismo pelo grupo de pertença e investigar a relação entre este fenómeno e os efeitos de homogeneidade. Tal como esperávamos, verificou-se que a relação entre o efeito de

homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal é moderada pelo estatuto do grupo de pertença. Para os membros do grupo dominado parece ser mais importante reforçar uma identidade grupal coesa nos traços estereotípicos, o que se traduz numa homogeneização do endogrupo, enquanto que para os membros do grupo dominante parece ser mais importante heterogeneizar o endogrupo, o que conduz a imagem menos positiva do endogrupo face ao exogrupo.

Sendo um resultado de investigação inédito torna-se necessária a sua replicação, de preferência recorrendo a outro tipo de medidas. No estudo anterior analisámos a relação entre a variabilidade grupal percebida e o favoritismo endogrupal através de medidas ‘directas’ derivadas do questionário. Parece-nos extremamente pertinente averiguar até que ponto este padrão de resultados pode ser replicado recorrendo a medidas ‘indirectas’, baseadas na memorização diferencial da informação sobre os grupos, e por isso menos susceptíveis de controlo da parte dos participantes.

No estudo anterior explorámos o papel mediador de algumas variáveis na percepção da variabilidade grupal: a representação do *self*; o nível de identificação com o endogrupo e o exogrupo; e o nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo. De um modo geral os resultados apontaram para a inexistência de correlações significativas entre estas variáveis. Neste estudo vamos retomar este objectivo introduzindo algumas alterações na forma como estas variáveis foram medidas, como explicaremos mais adiante.

Apresentados os objectivos deste estudo, passamos à explicitação das diferenças em termos metodológicos relativamente ao estudo anterior. Como referimos, um dos objectivos deste estudo experimental foi a replicação de alguns dos resultados obtidos no estudo anterior, no sentido de uma maior validação dos mesmos. Assim, o desenho experimental foi bastante idêntico tal como as medidas recolhidas no questionário que se seguiu à tarefa de recordação.

Relativamente ao desenho experimental, a principal diferença consistiu no material-estímulo apresentado aos participantes. No estudo anterior as oito pessoas-estímulo (4 angolanas e 4 portuguesas) eram descritas através de quatro características estereotípicas do respectivo grupo, sendo estas descrições moderadamente positivas. As duas versões do material-estímulo diferiam no tipo de características associadas às pessoas-estímulo de cada grupo (na Versão A as pessoas-estímulo angolanas eram

descritas através de características ligadas à esfera privada e as pessoas-estímulo portuguesas eram descritas através de características ligadas à esfera pública, enquanto que na Versão B as pessoas-estímulo angolanas eram descritas através de características ligadas à esfera pública e as pessoas-estímulo portuguesas eram descritas através de características ligadas à esfera privada), mas não diferiam significativamente nem em termos do carácter estereotípico nem em termos da valência avaliativa dessas características. A identificação das pessoas-estímulo era efectuada pelo nome e nacionalidade (e.g., Manuel, angolano; José, português).

Neste estudo existem igualmente duas versões do material-estímulo (A e B), mas a diferença entre estas versões não reside no tipo de características utilizadas para descrever as pessoas-estímulo, mas sim no tipo de identificação das pessoas-estímulo: na Versão A as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia (*negros vs. brancos*), pelo nome próprio e pela nacionalidade (angolanos vs. portugueses); na Versão B é omitida a nacionalidade, isto é, as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia (*negros vs. brancos*) e pelo nome próprio. A descrição das pessoas-estímulo é efectuada igualmente através de quatro características e não varia de versão para versão.

Outra diferença fundamental em relação ao estudo anterior consiste no facto da valência dos traços usados para descrever cada pessoa-estímulo ser sistematicamente controlada e balanceada, isto é, cada pessoa-estímulo é descrita através de um traço positivo, seguido de um traço neutro, seguido de um traço negativo, seguido de um traço neutro, de modo que todas as pessoas-estímulo são descritas de forma globalmente neutra e moderadamente estereotípica.

Esta alteração do desenho experimental permite-nos estudar a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo de forma ‘indirecta’. Relativamente ao questionário aplicado depois da tarefa de recordação, este é semelhante ao utilizado no estudo anterior, mas foram-lhe acrescentadas algumas medidas numa tentativa de esclarecer alguns aspectos insuficientemente explorados nesse estudo. As medidas de variabilidade grupal percebida são as mesmas, com excepção das medidas derivadas da tarefa de estimação de distribuições que não foi efectuada (visto que no estudo anterior os participantes revelaram alguma dificuldade em compreender a tarefa) e foi acrescentada uma medida de estimação de semelhança do indivíduo face aos grupos-alvo (endogrupo e exogrupo).

Quanto às medidas de favoritismo, mantiveram-se as do estudo anterior, e acrescentaram-se duas medidas de discriminação. Como referimos no Capítulo 1,

Pettigrew e Meertens (1995) conceberam uma medida de racismo com duas escalas: uma escala de *racismo flagrante*, que inclui as subescalas “ameaça e rejeição” e “rejeição de intimidade”, e uma escala de *racismo subtil*, que inclui as subescalas “defesa de valores tradicionais”, “negação de emoções positivas” e “acentuação das diferenças culturais”. Estas escalas foram traduzidas para português e aferidas para a população portuguesa por Vala e colaboradores (Vala, 1999; Vala, Brito e Lopes, 1999a)<sup>71</sup>.

Estas escalas foram elaboradas para inquirir membros de grupos majoritários acerca de grupos minoritários nas respectivas sociedades: os franceses sobre os norte-africanos e sobre os asiáticos, os ingleses sobre os antilhanos e sobre os asiáticos, os holandeses sobre os surinameses e sobre os turcos, e os alemães sobre os turcos (Pettigrew e Meertens, 1995); os italianos sobre os marroquinos (Arcuri e Boca, 1999); e os portugueses sobre os imigrantes negros (Vala, Brito e Lopes, 1999a).

No entanto, não conhecemos nenhuma escala de racismo preparada para ser respondida também pelos grupos minoritários ou dominados. Assim, recorreremos às duas únicas sub-escalas que poderiam ser respondidas tanto pelo grupo dominante (portugueses) como pelo grupo minoritário (angolanos): a “acentuação de diferenças culturais” e a “negação da expressão de emoções positivas”, ambas sub-escalas de *racismo subtil* (Pettigrew e Meertens, 1995).

Relativamente às medidas sobre os níveis de identificação e os níveis de contacto entre os grupos também efectuámos algumas alterações. Acrescentámos ainda outras variáveis que nos permitissem comparar os nossos dados com os resultados de outros estudos entretanto efectuados em Portugal (Vala, Brito e Lopes, 1999a). Assim foram acrescentadas medidas relativas a variáveis interpessoais, nomeadamente o nível de tolerância face à diferença.

---

<sup>71</sup> A versão portuguesa foi-nos gentilmente concedida pelos autores aquando da realização do Seminário *Expressões dos Racismos – Perspectivas Psicossociológicas*, que decorreu no Palácio da Fronteira em Outubro de 1997.



### 5.3.2 Método

#### 5.3.2.1 Participantes e desenho experimental

Participaram neste estudo 137 estudantes, 54 angolanos (25 rapazes e 29 raparigas) e 83 estudantes portugueses (21 rapazes e 62 raparigas). A idade média é de 20 anos, não diferindo significativamente em função do sexo dos participantes ( $\chi^2=15.168$ ,  $p<0.232$ ). No entanto, a idade média difere significativamente em função do grupo dos participantes, sendo os angolanos mais velhos do que os portugueses (respectivamente 22 anos e 19 anos,  $\chi^2=67.03$ ,  $p<0.001$ ).

Todos os participantes angolanos nasceram em Angola, tendo vindo para Portugal para estudar (83.3%), para trabalhar (3.7%) ou à procura de melhores condições de vida (9.3%). Vieram sozinhos (37.0%), com a família (35.2%) ou com amigos (20.4%). Em média, vivem em Portugal há 5 anos, e 1.3 % adquiriram a nacionalidade portuguesa<sup>72</sup>.

Este estudo foi constituído por duas fases. Na primeira fase, foram apresentadas aos participantes as descrições de oito pessoas-estímulo, sendo estes posteriormente confrontados com uma tarefa de recordação da informação recebida. Tal como no estudo anterior, esta tarefa de recuperação da informação memorizada permitiu o cálculo de medidas indirectas de variabilidade grupal percebida.

Cada participante recebeu informação referente a oito pessoas-estímulo, quatro angolanas e quatro portuguesas. Por razões associadas ao controlo dos dados, utilizámos duas ordens de apresentação das pessoas-estímulo: para aproximadamente metade dos participantes a primeira pessoa-estímulo apresentada era angolana, sendo seguida de uma portuguesa e assim sucessivamente, enquanto que para a outra metade dos participantes a primeira pessoa-estímulo apresentada era portuguesa, sendo seguida de uma angolana.

Utilizámos igualmente duas versões do material-estímulo (versão A e versão B), mas enquanto no estudo anterior as duas versões do material correspondiam a descrições alternativas das pessoas-estímulo, neste estudo as duas versões do material correspondem a duas formas de apresentação e identificação das pessoas-estímulo que

---

<sup>72</sup> Foram considerados como ‘angolanos’ os participantes de naturalidade angolana que se auto-categorizaram como ‘angolanos’, independentemente da sua nacionalidade ser angolana ou portuguesa. Quanto aos participantes ‘portugueses’, todos eles tinham nacionalidade e naturalidade portuguesa, e além disso auto-categorizaram-se como ‘portugueses’.

correspondem a diferentes contextos de saliência categorial: na Versão A as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia, nome, e nacionalidade; e na Versão B as pessoas-estímulo são identificadas pela fotografia e nome.

Na segunda fase, os participantes responderam a um questionário com medidas “directas” da variabilidade grupal percebida, medidas de favoritismo endogrupal e de ‘racismo subtil’, medidas de identificação e de contacto com os grupos, e finalmente, medidas de controlo dos materiais e do contexto da experiência. Mais uma vez, a ordem das questões foi contrabalançada, sendo que aproximadamente metade dos participantes começava por responder às questões sobre os angolanos e depois respondia às questões sobre os portugueses, enquanto a outra metade dos participantes começava por responder às questões sobre os portugueses e só depois respondia em relação aos angolanos.

Assim, o desenho experimental foi o seguinte: 2 (grupo-alvo: endogrupo vs. exogrupo) x 2 (grupo do participante: angolanos vs. portugueses) x 2 (ordem de apresentação dos grupos-alvo: primeiro os angolanos vs. primeiro os portugueses) x 2 (versão do material-estímulo: A vs. B). Todas as variáveis são inter-participantes, à excepção da primeira que é intra-participantes. Os participantes angolanos e portugueses foram aleatoriamente distribuídos pelas diferentes condições experimentais.

Estes dados foram recolhidos na Universidade do Minho em Outubro e Novembro de 2000.

**Tabela 60 - Distribuição dos participantes angolanos e portugueses por condição experimental**

Condição experimental	Grupo dos participantes		
	Angolanos	Portugueses	Total
1 = Versão A - Ordem 1	13	23	36
2 = Versão A - Ordem 2	12	22	34
3 = Versão B - Ordem 1	14	21	35
4 = Versão B - Ordem 2	15	17	32
Total	54	83	137

**Nota:**

**Versão A = Identificação das pessoas-estímulo pelo nome, fotografia e nacionalidade**

**Versão B = Identificação das pessoas-estímulo pelo nome e fotografia**

**Ordem 1 = Primeira pessoa-estímulo angolana**

**Ordem 2 = Primeira pessoa-estímulo portuguesa**

### 5.3.2.2 Materiais-estímulo

As fotografias das pessoas-estímulo (tanto *brancas* como *negras*) foram recolhidas em Lisboa (de modo a diminuir a possibilidade de algum participante reconhecer alguma das pessoas que cederam a sua fotografia para a experiência). As fotografias, de jovens da mesma faixa etária dos participantes na experiência, foram seleccionadas de acordo com os seguintes critérios: os jovens não mostram qualquer expressão facial particular, não possuem nenhuma característica somáticas notáveis, nem marcas particulares, usam vestuário informal (camisa ou *t-shirt*). As fotografias foram digitalizadas e trabalhadas de modo a que todas as fotografias tivessem o mesmo fundo branco.

As descrições das oito pessoas-estímulo utilizadas nesta experiência foram elaboradas a partir dos resultados do Estudo 3c, em função do carácter estereotípico dos traços e da sua valência avaliativa tendo como referente o estereótipo de pessoa adulta na sociedade portuguesa. Estes traços foram seleccionados tendo em conta os seguintes critérios: a existência de consenso entre os participantes angolanos e portugueses quanto ao carácter estereotípico de cada traço e simultaneamente quanto à sua valência avaliativa<sup>73</sup>. Cada pessoa-estímulo foi descrita através de quatro traços estereotípicos do seu grupo étnico e cuja valência foi sistematicamente controlada: um traço positivo, um traço negativo, e dois traços neutros.

A Tabela 61 apresenta as descrições das oito pessoas-estímulo usadas neste estudo experimental. Como se pode observar, cada pessoa-estímulo é descrita através de quatro traços, o que totaliza 32 traços. A ordem de apresentação dos traços para cada pessoa-estímulo foi mantida fixa (de acordo com a ordem que está indicada na Tabela 61).

---

<sup>73</sup> Sendo difícil encontrar atributos negativos considerados consensualmente (tanto por participantes angolanos como por participantes portugueses) estereotípicos de cada grupo-alvo, recorremos aos atributos negativos cuja classificação mais se aproximou dos valores exigidos para serem considerados estereotípicos de um grupo e contra-estereotípicos do outro grupo.

Tabela 61 - Material-estímulo (Versões A e B)

Versão A				
Identificação das pessoas-estímulo pela fotografia, nome e nacionalidade				
Angolanos ( <i>negros</i> )				
Valência dos traços	Manuel	Jorge	António	João
Positivo	Caloroso	Comunicativo	Divertido	Sociável
Neutro	Cheio de ritmo	Amante do prazer	Musical	Artístico
Negativo	Supersticioso	Invejoso	Conflituoso	Desconfiado
Neutro	Desorganizado	Impulsivo	Emotivo	Vaidoso
Portugueses ( <i>brancos</i> )				
Valência dos traços	José	Paulo	Pedro	Carlos
Positivo	Criativo	Corajoso	Dinâmico	Honesto
Neutro	Ambicioso	Aventureiro	Desportivo	Tradicionalista
Negativo	Fechado	Frio	Egoísta	Pessimista
Neutro	Saudosista	Orgulhoso	Guloso	Reservado

Versão B				
Identificação das pessoas-estímulo pela fotografia e nome				
( <i>negros</i> )				
Valência dos traços	Manuel	Jorge	António	João
Positivo	Caloroso	Comunicativo	Divertido	Sociável
Neutro	Cheio de ritmo	Amante do prazer	Musical	Artístico
Negativo	Supersticioso	Invejoso	Conflituoso	Desconfiado
Neutro	Desorganizado	Impulsivo	Emotivo	Vaidoso
( <i>brancos</i> )				
Valência dos traços	José	Paulo	Pedro	Carlos
Positivo	Criativo	Corajoso	Dinâmico	Honesto
Neutro	Ambicioso	Aventureiro	Desportivo	Tradicionalista
Negativo	Fechado	Frio	Egoísta	Pessimista
Neutro	Saudosista	Orgulhoso	Guloso	Reservado

**Nota:** A categorização baseada na cor da pele (*brancos* vs. *negros*) nunca era mencionada nem nas instruções nem no material-estímulo, sendo apenas induzida através das fotografias das pessoas-alvo.

Quanto ao questionário, os julgamentos sobre os grupos-alvo foram efectuados a partir de uma reduzida lista de traços que era apresentada aos participantes. Estes traços foram seleccionados a partir dos resultados do Estudo 3c, tendo em conta os seguintes critérios: a existência de consenso entre os participantes angolanos e portugueses quanto

ao carácter estereotípico de cada traço e simultaneamente quanto à sua valência avaliativa<sup>74</sup>.

Assim foram seleccionados dois traços estereotípicos dos angolanos – alegres (positivo) e preguiçosos (negativo) e dois traços estereotípicos dos portugueses – trabalhadores (positivo) e individualistas (negativo). A única diferença relativamente ao questionário do estudo anterior é a utilização do traço *alegres* em vez de *festivos*, já que este último traço tem um nível de positividade significativamente mais baixo quando se tem como referente o estereótipo de pessoa adulta.

### 5.3.2.3 Procedimento de recolha de dados

Os estudantes angolanos e portugueses participaram em pequenos grupos, sendo os dados recolhidos sempre pela mesma investigadora. No início da sessão, os estudantes foram convidados a participar numa experiência sobre percepção de pessoas, sendo-lhes dito que iriam receber informação acerca de oito jovens, em que a sua tarefa era formar uma impressão acerca de cada jovem. Seguidamente os participantes foram confrontados com uma tarefa de recordação da informação recebida.

A investigadora começa por distribuir a cada participante um caderno (tamanho A7) com as descrições das oito pessoas-estímulo, quatro angolanas e quatro portuguesas (ver Anexo 16). Na folha de rosto do caderno, as instruções explicam aos participantes que a sua tarefa é formar uma impressão e recordar a informação recebida sobre cada pessoa-estímulo e que só deverão avançar na leitura de cada página à medida que forem recebendo instruções nesse sentido por parte da investigadora.

Cada pessoa-estímulo é descrita numa página separada. No topo da página, aparece a fotografia e o nome próprio (no caso da Versão A aparece também a sua nacionalidade: angolano ou português), e seguidamente, os quatro atributos, cada um numa linha diferente. A apresentação das pessoas-estímulo é feita em ordem alternada: um angolano, seguido de um português, seguido de um angolano, e assim sucessivamente. Aproximadamente metade dos participantes começa por uma pessoa-estímulo angolana seguida de uma portuguesa (Ordem 1) e a outra metade dos

---

<sup>74</sup> Mais uma vez, sendo difícil encontrar atributos negativos considerados consensualmente (tanto por participantes angolanos como por participantes portugueses) estereotípicos de cada grupo-alvo, recorremos aos atributos negativos cuja classificação mais se aproximou dos valores exigidos para serem considerados estereotípicos de um grupo e contra-estereotípicos do outro grupo.

participantes começa por uma pessoa-estímulo portuguesa seguida de uma angolana (Ordem 2).

Os participantes têm 20 segundos para examinar cada página, isto é, cada descrição, sendo a investigadora que, com a ajuda de um cronómetro indica aos participantes o momento de passar à página seguinte. Terminada a leitura das oito descrições (2'40''), a investigadora recolhe os materiais e distribui a cada participante um envelope contendo as oito fotografias das pessoas-estímulo e o respectivo nome próprio, e uma página A4 com uma matriz contendo 8 colunas, cada uma encabeçada pelo nome de uma pessoa-estímulo (e a respectiva identificação nacional na Versão A) e 32 linhas, contendo em ordem aleatória os atributos constantes nos retratos das pessoas-estímulo. Os participantes são instruídos no sentido de indicarem que pessoa-estímulo era descrita por cada atributo, colocando uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz<sup>75</sup>. Passados 10 minutos, é dada por terminada a tarefa de recordação indiciada e são recolhidas as matrizes de resposta.

Uma vez recolhidos os materiais correspondentes à tarefa de recordação, cada participante recebe um questionário (ver Anexo 18) com uma série de questões sobre cada um dos grupos-alvo: os angolanos e os portugueses, sendo a ordem dos grupos-alvo contrabalançada. A investigadora salienta que a tarefa seguinte será de natureza completamente diferente da precedente, pois o que interessa agora é a opinião dos participantes sobre uma série de questões. Neste sentido, a investigadora apela para a sinceridade dos participantes no preenchimento das suas respostas e garante a confidencialidade das mesmas.

Embora divergindo relativamente a algumas questões, este questionário seguiu a mesma estrutura do aplicado no estudo anterior.

Na primeira secção do questionário os participantes realizaram uma série de tarefas que consistiam na descrição dos dois grupos-alvo através de um número limitado de atributos e que permitiram o cálculo de diversas medidas de variabilidade grupal percebida, medidas de tendência central percebida e também medidas de favoritismo endogrupal. Seguidamente, era pedido aos participantes para se descreverem a si próprios através dos mesmos atributos usados para descrever os grupos-alvo.

---

<sup>75</sup> Foram utilizadas quatro matrizes de recordação diferentes em função das quatro condições experimentais associadas à recordação indiciada: 1A = Ordem 1 – Versão A; 2A = Ordem 2 – Versão A; 1B = Ordem 1 – Versão B; 2B = Ordem 2 – Versão B (ver Anexo 17).

Na segunda secção do questionário, os participantes responderam a uma série de questões sobre os níveis de identificação e os níveis de contacto com diversos grupos, os níveis de racismo subtil, e os níveis de tolerância à diferença.

Na terceira secção do questionário, os participantes responderam a várias questões cujo objectivo era controlar os materiais-estímulo (estereotipicalidade e valência dos traços) e o contexto desta investigação (estatuto social percebido e estatuto numérico percebido).

Por último, os participantes respondiam a questões de caracterização: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. No caso da naturalidade não ser portuguesa, deveriam responder ainda a três questões relativas às circunstâncias da sua vinda para Portugal<sup>76</sup>.

Finalmente, os questionários eram recolhidos e os objectivos do estudo esclarecidos. A investigadora agradecia a participação dos estudantes e respondia às suas eventuais questões.

#### **5.3.2.4 Instrumentos de medida**

A maior parte das medidas é idêntica às utilizadas na experiência anterior, pelo que não vamos repetir a sua apresentação (ver ponto 5.2.2.4). Passamos de seguida à explicitação das alterações efectuadas e à apresentação das novas medidas. A Tabela 62 resume todas as questões e tarefas envolvidas neste estudo e as respectivas medidas.

---

<sup>76</sup> As questões eram as seguintes: a) Há quantos anos reside em Portugal?; b) Qual o motivo que o trouxe a Portugal? (1 = estudar; 2 = trabalhar; 3 = outro motivo; qual?); c) Qual foi a sua situação quando chegou a Portugal? (1 = sozinho (a); 2 = com a família; 3 = com os amigos; 4 = outra situação; qual?).

**Tabela 62 - Síntese dos instrumentos de medida**

Tipo de medida	Questões ou tarefas
Caracterização dos participantes	Sexo Idade Nacionalidade Naturalidade Tempo de permanência em Portugal* Motivo da vinda para Portugal* Situação*
Controlo do contexto da experiência	Estatuto social percebido Estatuto numérico percebido Valência dos traços Estereotipicalidade dos traços
Efeitos de categorização	Recordação indiciada
Efeitos de homogeneidade	Recordação indiciada Estimação de percentagens Estimação de médias Estimação de amplitudes Estimação de variabilidade Estimação de semelhanças
Efeitos de Favoritismo	Estimação de percentagens Estimação de médias
Auto-descrição	Auto-descrição
Importância da pertença grupal	Nível de importância da pertença nacional Nível de importância da pertença supranacional Nível de importância da pertença racial
Orgulho grupal	Nível de orgulho nacional Nível de orgulho supranacional Nível de orgulho racial
Identificação grupal	Nível de identificação nacional Nível de identificação supranacional Nível de identificação racial
Contacto grupal	Nível de familiaridade Número de pessoas conhecidas pelo nome Número de amigos íntimos
Tolerância à diferença	Amizades intergrupais Grau de incomodidade com opiniões diferentes
Racismo subtil	Negação de emoções positivas Acentuação de diferenças culturais

**Nota:** As questões assinaladas com asterisco\* só foram respondidas pelos participantes angolanos.

#### **5.3.2.4.1 Medidas de controlo dos materiais e do contexto da investigação**

Foram utilizadas exactamente as mesmas medidas do estudo anterior: estatuto social percebido, estatuto numérico percebido, estereotipicalidade dos traços e valência



dos traços (ver ponto 5.2.2.4.1). A única diferença prende-se com a forma como a valência dos traços foi avaliada. Enquanto no estudo anterior essa avaliação foi efectuada a partir da opinião pessoal dos participantes (tal como no Estudo 3b), neste caso foi avaliada tendo como referente o estereótipo de pessoa adulta na nossa sociedade (tal como no Estudo 3c – ver ponto 4.4.4.1.3).

#### 5.3.2.4.2 *Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada*

Tal como no estudo anterior, procedemos ao cálculo do número de respostas correctas assim como de diferentes tipos de erros. O efeito de categorização foi medido através da proporção de erros *erros intergrupais* (atribuição de uma característica pertencente a uma pessoa-estímulo angolana a uma pessoa-estímulo portuguesa; ou vice-versa) e *erros intragrupais* (atribuição de uma característica pertencente a uma pessoa-estímulo angolana a outra pessoa-estímulo angolana; ou atribuição de uma característica pertencente a uma pessoa-estímulo portuguesa a outra pessoa-estímulo portuguesa). Estes últimos foram subdivididos em *erros endogrupais* (quando referentes a uma pessoa-estímulo da mesma nacionalidade que o participante) e em *erros exogrupais* (quando referentes a uma pessoa-estímulo com uma pertença nacional diferente da do participante), o que nos permitiu averiguar os efeitos de homogeneidade (ver explicação no ponto 5.2.2.4.2).

Para além destas medidas, procedemos à operacionalização de novas medidas de modo a averiguar a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo. Uma vez que a valência dos traços utilizados para descrever as pessoas-estímulo foi sistematicamente controlada, subdividimos os erros intragrupais tendo em conta a valência dos traços, o que deu origem a quatro novas medidas: erros endogrupais positivos; erros endogrupais negativos; erros exogrupais positivos; erros exogrupais negativos.

Os *erros endogrupais positivos* correspondem à atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo angolana a outra pessoa-estímulo angolana quando o(a) participante é ele(a) próprio(a) angolano(a), ou à atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo portuguesa a outra pessoa-estímulo portuguesa quando o(a) participante é ele próprio(a) português(a).

Os *erros endogrupais negativos* correspondem à atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-estímulo angolana a outra pessoa-estímulo angolana quando o participante é angolano, ou atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-

estímulo portuguesa a outra pessoa-estímulo portuguesa quando o participante é português).

Os *erros exgrupais positivos* correspondem à atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo angolana a outra pessoa-estímulo angolana quando o participante é português, ou atribuição de um traço positivo pertencente a uma pessoa-estímulo portuguesa a outra pessoa-estímulo portuguesa quando o participante é angolano.

Os *erros exgrupais negativos* correspondem à atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-estímulo angolana a outra pessoa-estímulo angolana quando o participante é português, ou atribuição de um traço negativo pertencente a uma pessoa-estímulo portuguesa a outra pessoa-estímulo portuguesa quando o participante é angolano.

#### **5.3.2.4.3 Medidas directas – Tarefas de questionário**

A maior parte das tarefas do questionário e das respectivas medidas de variabilidade grupal percebida e de favoritismo são idênticas às do estudo anterior (ver ponto 5.2.2.4.4): *tarefa de estimação de percentagens* (PERGM, PERSC, e PERPN); *tarefa de estimação de médias* (MEDGM, MEDSC, e MEDPN); *tarefa de estimação de amplitudes* (AMPLI); *tarefa de estimação de variabilidade* (VARIA); e *tarefa de auto-descrição* (AUTSC, AUTPN, AUTDA, AUTD-SC, e AUTD-PN). No que respeita ao cálculo destas medidas, a única alteração relativamente ao estudo anterior deu-se ao nível das medidas baseadas na diferença entre traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos, devido ao facto de nas medidas de controlo se ter constatado que dois dos traços, sendo estereotípicos de um grupo não eram contra-estereotípicos do outro como explicaremos mais adiante.

A *tarefa de estimação de distribuições* não foi efectuada neste estudo. Em contrapartida, foram introduzidas novas tarefas e outras tarefas foram ligeiramente modificadas. Passamos de seguida a descrever essas tarefas e as respectivas medidas.

*Tarefa de estimação de semelhança.* Foi pedido aos participantes para estimarem em que medida se sentiam muito semelhantes ou muito diferentes dos “angolanos?”<sup>77</sup> em

---

<sup>77</sup> Por uma questão de simplicidade de apresentação, colocámos a designação do primeiro grupo-alvo a ser apresentado na Ordem 1 (*angolanos*).

geral” , usando uma escala de sete pontos, cujos extremos eram 1 = “sinto-me muito semelhante” e 7= “sinto-me muito diferente”. Os valores directos fornecidos pelos participantes foram considerados como indicadores da semelhança percebida (SEMEL).

Os participantes responderam igualmente a uma série de questões sobre a sua pertença a determinados grupos e em que medida essa pertença era importante para si, assim como o seu nível de identificação com esses diversos grupos. Foram ainda colocadas algumas questões sobre a tolerância dos participantes a ideias diferentes das suas e as suas amizades com pessoas pertencentes a outros grupos sociais, religiosos ou culturais. Foram ainda efectuadas questões relativas à expressão de emoções positivas face ao exogrupo e sobre a acentuação das diferenças culturais entre os dois grupos, e finalmente os participantes respondiam a uma escala sobre a sua percepção da diversidade social. Estas questões permitiram investigar o papel mediador destas variáveis na percepção da variabilidade grupal.

*Negação da expressão de emoções positivas* (Pettigrew e Meertens, 1995). Os participantes deveriam estimar com que frequência sentiam simpatia e admiração pelos ‘angolanos’, através de uma escala de 4 pontos (1 = “muitas vezes”; 2 = “algumas vezes”; 3 = “raramente”; e 4 = “nunca”). A medida da expressão das emoções positivas corresponde à média aritmética da expressão de ambas as emoções (simpatia e admiração).

*Acentuação de diferenças culturais* (Pettigrew e Meertens, 1995). Os participantes deveriam indicar em que medida consideravam os angolanos diferentes ou semelhantes aos portugueses, relativamente aos seguintes aspectos: valores e princípios morais; religião – crenças e práticas religiosas; valores e comportamentos sexuais; e língua que falam. A apreciação era efectuada através de uma escala de quatro pontos (1 = “muito semelhantes”; 2 = “um pouco semelhantes”; 3= “um pouco diferentes”; 4 = “muito diferentes”). A medida da acentuação de diferenças culturais corresponde à média aritmética dos vários itens (valores e princípios morais; crenças e práticas religiosas; valores e comportamentos sexuais; e língua que falam).

*Nível de contacto grupal.* Foi pedido aos participantes para avaliarem o nível de contacto com o endogrupo e com o exogrupo através de três escalas de sete pontos e duas questões abertas <sup>78</sup>.

*Auto-categorização.* Os participantes deveriam indicar a que grupo(s) pertenciam assinalando “sim” ou “não” para cada um dos seguintes grupos: “eu pertenço ao grupo dos *angolanos*” (1 = “sim”; 2 = “não”); “eu pertenço ao grupo dos *portugueses*” (1 = “sim”; 2 = “não”); “eu pertenço ao grupo dos *africanos*” (1 = “sim”; 2 = “não”); “eu pertenço ao grupo dos  *europeus*” (1 = “sim”; 2 = “não”); “eu pertenço ao grupo dos *negros*” (1 = “sim”; 2 = “não”); “eu pertenço ao grupo dos *brancos*” (1 = “sim”; 2 = “não”). Foi explicado aos participantes que as pertenças não eram necessariamente exclusivas (logo, poderiam pertencer simultaneamente ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses; ao grupo dos brancos e ao grupo dos negros).

*Importância da pertença grupal* (Vala, Brito e Lopes, 1999a). Os participantes deveriam indicar em que medida a pertença a cada um dos grupos atrás assinalados (os angolanos; os portugueses; os africanos; os europeus; os negros; os brancos) era importante para si, através de uma escala de 4 pontos (1 = “não é importante para mim”; 2 = “é apenas um pouco importante”; 3 = “é importante”; e 4 = “é muito importante”).

*Nível de orgulho grupal* (Vala, Brito e Lopes, 1999a). Os participantes deveriam indicar em que medida se sentiam orgulhosos por pertencer a cada um dos grupos atrás assinalados (os angolanos; os portugueses; os negros; os brancos), através de uma escala de 4 pontos (1 = “muito orgulhoso”; 2 = “orgulhoso”; 3 = “pouco orgulhoso”; e 4 = “nada orgulhoso”).

*Nível de identificação grupal.* Foi pedido aos participantes para avaliarem em que medida se sentiam identificados com cada um dos grupos atrás referidos, através de uma escala de sete pontos, variando entre 1 = “nada identificado” a 7 = “muito fortemente”.

*Amizades intergrupais* (Pettigrew e Meertens, 1995). Os participantes deveriam indicar, do conjunto dos seus amigos, se existiam muitas, poucas ou nenhuma(s) pessoas: de outra nacionalidade; de outra raça; de outra religião; de outra cultura; de outra classe

---

<sup>78</sup> As questões eram as seguintes: “Gostaríamos de saber qual é o seu grau de familiaridade com os *angolanos*?. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião. O seu contacto com os *angolanos*? é ... (1 = “muito distante”; 7 = “muito próximo”). Costuma convidar *angolanos*? para sair? (1 = “nunca”; 7 = “sempre”). Costuma convidar *angolanos*? para ir a sua casa? (1 = “nunca”; 7 = “sempre”). Por favor, escreva o número aproximado de *angolanos*? cujo nome conhece: \_\_\_\_\_. Por favor, escreva o número aproximado de *angolanos*? que são seus amigos íntimos: \_\_\_\_\_.”

social, através de uma escala de três pontos (1= “nenhuma”; 2 = “poucas”; 3 = “muitas”).

*Nível de incomodidade com opiniões diferentes* (Vala, Brito e Lopes, 1999a). Os participantes deveriam indicar com que frequência se sentiam incomodados com a presença de pessoas com opiniões e costumes diferentes dos seus, através de uma escala de quatro pontos (1= “frequentemente”; 2 = “algumas vezes”; 3 = “raramente”; 4 = “nunca”).

A Tabela 63 especifica as várias medidas derivadas do questionário: medidas de variabilidade percebida, medidas de tendência central e medidas de favoritismo endogrupal. Estas medidas vão ser a partir de agora designadas pelas respectivas abreviaturas. Comparando com o questionário utilizado no estudo anterior, podemos verificar que as medidas de variabilidade grupal percebida são as mesmas, com uma única excepção: desaparecem as medidas derivadas da tarefa de estimação de distribuições. Relativamente às medidas de favoritismo endogrupal, acrescentaram-se neste questionário duas medidas directas de discriminação, nomeadamente duas medidas de *racismo subtil* (negação da expressão de emoções positivas e acentuação de diferenças culturais).

**Tabela 63 - Medidas derivadas do questionário e respectivas abreviaturas**

Tarefas	Medidas de variabilidade percebida	Medidas de tendência central	Medidas de favoritismo endogrupal/discriminação
Percentagens	PERSC: traços estereotípicos – traços contra-estereotípicos	PERMG	PERPN: traços positivos – traços negativos
Médias	MEDSC: traços estereotípicos – traços contra-estereotípicos	MEDMG	MEDPN: traços positivos – traços negativos
Amplitudes	AMPLI: diferença entre extremos		
Variabilidade	VARIA: variabilidade percebida (valores directos)	DISMG	
Semelhança	SEMEL: semelhança percebida (valores directos)		
Auto-descrição	AUTSC: traços estereotípicos – traços contra-estereotípicos AUTDA: distância absoluta face à média geral do endogrupo (MEDMG) AUTD-SC: distância face à média geral do endogrupo em função do carácter estereotípico dos traços (S - CS)		AUTPN: traços positivos – traços negativos AUTD-PN: distância face à média geral do endogrupo em função da valência avaliativa dos traços (P- N)
Emoções			Negação da expressão emoções positivas (valores directos)
Diferenças			Acentuação de diferenças culturais (valores directos)

### 5.3.2.5 Procedimento de análise dos dados

Tal como no estudo anterior, numa fase inicial do tratamento de dados, realizámos análises de variância tendo o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo), o grupo do participante (angolanos vs. portugueses), o sexo do participante (masculino vs. feminino), a ordem de apresentação (primeiro angolanos vs. primeiro portugueses) e - no caso das medidas derivadas das tarefas de recordação - a versão do material-estímulo (A vs. B), como variáveis independentes.

Como a variável “sexo do participante” não produziu quaisquer efeitos significativos, foram realizadas novas análises sem incluir esta variável. A variável “ordem de apresentação” foi excluída das análises relativas às medidas derivadas do questionário por não ter produzido nenhum efeito significativo nestas medidas, mas foi mantida nas análises relativas às medidas derivadas da tarefa de recordação indiciada.

#### 5.3.2.5.1 Controlo dos materiais-estímulo e do contexto da investigação

Começámos por verificar o *estatuto social percebido* e o *estatuto numérico percebido* de ambos os grupos-alvo para os participantes angolanos e portugueses (ver procedimento de análise de dados do Estudo 2).

Seguidamente verificámos se a *valência* avaliativa e a *estereotipicalidade* dos traços utilizados para descrever os grupos-alvo tinham sido consideradas da forma prevista pelos participantes na experiência. Este controlo era importante tanto para os 32 traços usados para descrever as pessoas-estímulo como para os 4 traços usados no questionário para descrever os grupos-alvo, pois poderia inviabilizar a construção das medidas de variabilidade grupal percebida e de favoritismo endogrupal previstas (ver procedimento de análise de dados do Estudo 3c).

#### 5.3.2.5.2 Medidas indirectas – Tarefa de recordação indiciada

*Exactidão da recordação.* As respostas correctas foram submetidas a uma análise de variância (ANOVA) tendo o grupo do participante, a ordem de apresentação e a versão do material-estímulo como variáveis independentes.

*Efeito de categorização.* Para examinar o efeito de categorização, efectuámos uma análise de variância multivariada (MANOVA) com medidas repetidas no primeiro factor: 2 (tipo de erro: intragrupais vs. intergrupais) x 2 (grupo do participante) x 2 (ordem de apresentação) x 2 (versão do material-estímulo). O efeito de categorização

pode ser inferido na medida em que os participantes efectuarem mais erros intragrupais do que intergrupais, isto é, se se verificar um efeito principal do tipo de erro.

*Efeitos de homogeneidade.* Para investigar os efeitos de homogeneidade os erros intragrupais foram examinados através de uma análise de variância multivariada (MANOVA), com medidas repetidas no primeiro factor: 2 (tipo de erro: erros endogrupais vs. erros exogrupais) x 2 (grupo do participante) x 2 (versão do material-estímulo) x 2 (ordem de apresentação). O efeito de homogeneidade do exogrupo pode ser inferido na medida em que os participantes efectuarem mais erros exogrupais do que endogrupais, isto é, se se verificar um efeito principal da variável tipo de erro. Em contrapartida, a hipótese de assimetria nos efeitos de homogeneidade toma a forma de um efeito de interacção entre o grupo do participante e o grupo-alvo.

#### ***Relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo***

Explorámos a relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo a partir da proporção relativas dos diferentes tipos de erros intragrupais na tarefa de recordação indiciada. Uma vez que a valência dos traços utilizados para descrever as pessoas-estímulo foi controlada, efectuámos novas análises dos erros intragrupais tendo em conta a valência dos traços. Nestas novas análises tivemos em conta apenas os oito traços positivos e os oito traços negativos (16 traços neutros foram excluídos destas análises).

Começámos por efectuar uma análise multivariada de variância (MANOVA) com medidas repetidas nos dois primeiros factores: 2 (tipo de erro: erros endogrupais vs. erros exogrupais) x 2 (valência dos traços: positivos vs. negativos) x 2 (grupo do participante: angolanos vs. portugueses) x ordem (primeiro angolanos vs. primeiro portugueses) x versão (A vs. B).

Seguidamente efectuámos novas análises de variância que nos permitissem observar os efeitos de homogeneidade separadamente para os traços positivos e para os traços negativos. Em cada uma destas novas análises de variância tivemos o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participantes e o grupo dos participantes (angolanos vs. portugueses) como variável inter-participantes.

#### ***5.3.2.5.3 Medidas directas – Tarefas de questionário***

*Efeitos de homogeneidade.* Os resultados obtidos em cada uma das medidas de variabilidade grupal percebida calculadas a partir do questionário (PERSC, MEDSC,



AMPLI, e VARIA e SEMEL) foram submetidos a análises multivariadas de variância tendo o grupo do participante (angolanos vs. portugueses) como variável independente e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável dependente. Neste caso, a hipótese de assimetria nos efeitos de homogeneidade toma a forma de um efeito de interação entre o grupo do participante e o grupo-alvo.

*Efeitos de favoritismo.* Os resultados obtidos nas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN) foram igualmente submetidos a análises multivariadas de variância tendo o grupo do participante (angolanos vs. portugueses) como variável independente e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável dependente. O favoritismo endogrupal é revelado quando é atribuída ao endogrupo uma média superior nos traços positivos comparativamente com o exogrupo, e uma média inferior nos traços negativos, isto é, quando se verifica um efeito principal do grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo).

### ***Racismo subtil***

Os dados relativos a ambas as sub-escalas (negação da expressão de emoções positivas e acentuação das diferenças culturais) foram analisadas através de análises de variância simples (sem medidas repetidas, uma vez que contrariamente às outras medidas em que dispúnhamos sempre de dois valores – um referente ao endogrupo e outro referente ao exogrupo – relativamente a estas medidas dispomos apenas do valor referente ao exogrupo) tendo como variável independente o grupo do participante (angolanos vs. portugueses).

Os dados relativos a cada uma das sub-escalas foram ainda submetidos a testes-t testando contra o valor neutro (valor de teste = 2.5). Se a média ficar significativamente além do ponto neutro, poderemos inferir discriminação.

### ***Auto-descrição***

As diversas medidas derivadas da tarefa de auto-descrição (AUTSC, AUTPN, AUTDA, AUTD-SC E AUTD-PN) foram analisadas exactamente da mesma forma que no estudo anterior (ver ponto 5.2.2.4.4).

Os dados relativos às medidas AUDSC e AUTD-SC foram submetidos a análises de variância multivariadas tendo a estereotipia dos traços como variável intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participantes. Os dados relativos às medidas AUDPN e AUTDPN foram submetidos a análises de variância

multivariadas tendo a valência dos traços como variável intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participantes. A medida AUTDA foi submetida a uma análise de variância simples tendo como variáveis independentes o grupo dos participantes.

Seguidamente, analisámos as correlações entre as medidas derivadas das auto-descrições dos participantes e as diferentes medidas de variabilidade grupal percebida (erros intergrupais, PERSC, MEDSC, AMPLI, VARIA e SEMEL).

### ***Pertença, orgulho e identificação grupais***

*Importância da pertença grupal.* Os valores relativos à importância da pertença *nacional* (angolanos ou portugueses), *supranacional* (africanos ou europeus) e *racial* (negros ou brancos) foram submetidos a análises de variância simples tendo como variável independente o grupo dos participantes. Efectuou-se também uma análise de variância multivariada tendo como variável independente o grupo dos participantes e a importância atribuída à pertença grupal (*nacional* vs. *racial*) como variável intra-participantes.

*Orgulho grupal.* Os valores relativos ao nível de orgulho *nacional*, *supranacional* e *racial* foram submetidos a análises de variância simples tendo como variável independente o grupo dos participantes. Efectuou-se igualmente uma análise de variância multivariada tendo como variável independente o grupo dos participantes e os níveis de orgulho grupal (*nacional* vs. *racial*) como variável intra-participantes.

*Identificação grupal.* Enquanto que nas variáveis anteriores (importância da pertença grupal e orgulho grupal) apenas analisámos os valores referentes ao endogrupo dos participantes (tendo em conta as suas auto-categorizações), relativamente aos níveis de identificação grupal analisámos igualmente as respostas em relação ao exogrupo. Começámos por analisar separadamente as respostas em relação ao endogrupo (*nacional*, *supranacional* e *racial*) e as respostas em relação ao exogrupo (*nacional*, *supranacional* e *racial*) e finalmente, efectuámos análises comparativas dos níveis de identificação endogrupal *versus* exogrupal (*nacional*, *supranacional* e *racial*).

Os valores relativos aos níveis de identificação endogrupal (*nacional*, *supranacional* e *racial*) foram submetidos a análises de variância simples tendo como variável independente o grupo dos participantes. Efectuou-se também uma análise de variância multivariada tendo como variável independente o grupo dos participantes e como variável intra-participantes os níveis de identificação endogrupal (*nacional* vs. *racial*).

Os valores relativos aos níveis de identificação exogrupal foram examinados exactamente da mesma forma: com uma análise de variância simples tendo como variável independente o grupo dos participantes e como variável dependente cada um dos níveis de identificação (nacional, supranacional e racial); e com uma análise de variância multivariada comparando os níveis de identificação endogrupal (nacional vs. racial) em função do grupo dos participantes.

Finalmente, os valores de identificação (nacional, supranacional e racial) foram ainda analisados através de análises de variância multivariadas tendo o grupo-alvo de identificação (endogrupo vs. exogrupo) como variável dependente e o grupo dos participantes como variável independente.

Para analisar o impacto da identificação (nacional e racial) nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (identificação endogrupal e identificação exogrupal), dividindo assim os participantes em “fortemente identificados” e “fracamente identificados”.

Relativamente à identificação nacional, para os participantes angolanos a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =3 enquanto que para os participantes portugueses a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =2).

Quanto à identificação racial, para os participantes angolanos a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =2 enquanto que para os participantes portugueses a mediana da identificação endogrupal foi =5 e a mediana da identificação exogrupal foi =2).

Analísámos o impacto do grau de identificação nacional (endogrupal e exogrupal) nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida (erros intragrupais, PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA e SEMEL) e nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo a identificação endogrupal, a identificação exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participante.

Efectuámos análises de variância multivariadas equivalentes para analisar o impacto do grau de identificação racial (endogrupal e exogrupal) nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida e nas duas medidas de favoritismo endogrupal.

### ***Nível de contacto***

Os valores referentes aos níveis de contacto foram submetidos a análises de variância multivariada tendo o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participantes e o grupo do participante como variável inter-participantes. Foram efectuadas três análises separadas: uma para o *nível de familiaridade* (correspondente à média das três escalas), outra para o *número de pessoas conhecidas pelo nome*, outra para o *número de amigos íntimos*.

Para analisar o impacto do nível de contacto endogrupal e do nível de contacto exogrupal nos efeitos de homogeneidade e no favoritismo endogrupal, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (contacto endogrupal e contacto exogrupal), dividindo assim os participantes conforme o alto ou baixo nível de contacto. (Para os participantes angolanos a mediana do contacto endogrupal foi =6 e a mediana do contacto exogrupal foi =4.67; para os participantes portugueses a mediana do contacto endogrupal foi =6.33 e a mediana do contacto exogrupal foi =2.00).

Analisámos o impacto do grau de contacto endogrupal e exogrupal em diversas medidas de variabilidade grupal percebida (erros intragrupais, PERSC, MEDSC, AMPLI, VARIA e SEMEL) e nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo o contacto endogrupal, o contacto exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participantes.

### 5.3.3 Resultados

#### 5.3.3.1 Controlo dos materiais-estímulo e contexto da investigação

Tal como procedemos no estudo anterior, antes de analisar os dados relativos aos efeitos de categorização e de homogeneidade, que constituem o aspecto central da nossa análise de resultados, controlámos vários aspectos que se prendem com os materiais-estímulo e o contexto desta experiência: o estatuto social percebido de ambos os grupos para os participantes angolanos e portugueses, afigura-se como um aspecto central a controlar, assim como o estatuto numérico relativo dos grupos. Outro aspecto fundamental a controlar prende-se com o carácter estereotípico dos traços e a sua valência avaliativa tendo como referente a imagem de adulto, pois desses aspectos depende o cálculo das diversas medidas de variabilidade percebida e de favoritismo.

##### 5.3.3.1.1 Estatuto social percebido

Os participantes nesta experiência atribuíram um estatuto mais elevado aos portugueses ( $M=63.19$ ) do que aos angolanos ( $M=33.55$ ),  $F(1,126)=304.06$ ,  $p<0.0001$ ?. Os estudantes portugueses perceberam o endogrupo ( $M=59.29$ ) como tendo um estatuto significativamente mais elevado do que o exogrupo ( $M=28.18$ ),  $F(1,126)=225.46$ ,  $p<0.0001$ ?, enquanto que os estudantes angolanos perceberam o exogrupo ( $M=69.49$ ) como tendo um estatuto significativamente mais elevado do que o endogrupo ( $M=42.20$ ),  $F(1,126)=107.55$ ,  $p<0.0001$ ?. Estes resultados demonstram que existe consenso numa diferenciação de estatuto relativo claramente favorável aos portugueses.

##### 5.3.3.1.2 Estatuto numérico percebido

Quanto ao tamanho relativo dos grupos, os participantes perceberam os portugueses como sendo o grupo maioritário ( $M=60\%$ ) e os angolanos como sendo um grupo minoritário ( $M=7\%$ ),  $F(1,91)=561.55$ ,  $p<0.0001$ ?. Curiosamente, tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses sobrestimam a percentagem de angolanos residentes em Portugal (respectivamente,  $M=6.42\%$  e  $M=6.70\%$ , quando na realidade não chega aos  $0.03\%$ ) e subestimaram a percentagem de portugueses (respectivamente,  $M=53.80\%$  e  $M=63.46\%$ , quando na realidade ultrapassa os  $97\%$ ), um resultado consistente com o que já fora obtido na experiência anterior.

### 5.3.3.1.3 *Teste dos materiais-estímulo*

Uma vez que relativamente a este estudo experimental não foi efectuado um estudo piloto específico para o teste dos materiais-estímulo, dado que considerámos suficiente a abundante informação anteriormente recolhida nos diversos estudos exploratórios, julgámos pertinente a realização de testes *a posteriori* dos materiais-estímulo usados, no sentido de nos assegurarmos da sua adequabilidade para o cálculo das diversas medidas de variabilidade grupal percebida e de favoritismo endogrupal. Assim, antes de calcularmos as referidas medidas, procedemos ao controle do carácter estereotípico e da valência avaliativa (tendo como referente o modelo de adulto) de todos os traços presentes nos materiais-estímulo.

Os atributos incluídos nas descrições das pessoas-estímulo angolanas ( $M = 4.78$ ) foram percebidos como estereotípicos dos angolanos  $t(135)=12.996$ ,  $p<0.001$ ?. De igual modo, os atributos incluídos nas descrições das pessoas-estímulo portuguesas ( $M=4.52$ ) foram percebidos como estereotípicos dos portugueses  $t(135)=10.994$ ,  $p<0.001$ ?. Os testes-t realizados separadamente para participantes angolanos e participantes portugueses revelaram o mesmo padrão de resultados.

Relativamente à valência avaliativa, tanto os traços incluídos nas descrições das quatro pessoas-estímulo angolanas como os incluídos nas descrições das quatro pessoas-estímulo portuguesas foram considerados globalmente neutros (respectivamente:  $M = 4.10$ ,  $t(136)=1.832$ ,  $p<0.064$ ; e  $M = 4.14$ ,  $t(136)=1.914$ ,  $p<0.058$ ?. Testámos cada um dos traços individualmente e verificámos que os participantes atribuíram em média a mesma valência a cada traço obtida no Estudo 3c. Assim, os traços “positivos” (*caloroso, comunicativo, divertido, sociável, criativo, corajoso, dinâmico, honesto*) foram novamente considerados positivos, e os traços ‘negativos’ (*supersticioso, invejoso, conflituoso, desconfiado, fechado, frio, egoísta, pessimista*) foram de novo considerados negativos pelos participantes, independentemente destes serem angolanos ou portugueses. Assim, podemos concluir que os traços seleccionados para descrever as pessoas-estímulo são adequados para o cálculo das medidas pretendidas.

Já no que respeita aos quatro traços seleccionados para o cálculo das medidas ‘directas’ de variabilidade grupal percebida, defrontámo-nos com um padrão de resposta dos participantes significativamente diferente do obtido no Estudo 3c em dois dos atributos seleccionados no que respeita ao seu carácter estereotípico: *alegre* e *trabalhador*. Assim, o traço *alegre* foi considerado estereotípico dos angolanos

$M = 5.59$ ,  $t(135)=14.100$ ,  $p<0.001$ ?, mas foi considerado neutro do ponto de vista da estereotipia para os portugueses  $M = 4.23$ ,  $t(135)= 1.827$ ,  $p<0.070$ ?. De forma equivalente, o traço *trabalhador* foi considerado estereotípico dos portugueses  $M = 5.11$ ,  $t(135)=11.427$ ,  $p<0.001$ ?, mas foi considerado neutro do ponto de vista da estereotipicalidade para os angolanos  $M = 3.87$ ,  $t(133)= -1.011$ ,  $p<0.314$ ?. Tal implicou ajustamentos no cálculo previsto para as medidas de variabilidade grupal percebida baseadas nos traços estereotípicos *minus* traços contra-estereotípicos<sup>79</sup>. Relativamente à valência avaliativa, estes traços foram avaliados de forma equivalente à verificada no Estudo 3c (os traços *alegre* e *trabalhador* foram considerados positivos e os traços *preguiçoso* e *individualista* foram considerados negativos), o que nos permite avançar com as medidas previstas de favoritismo endogrupal.

### 5.3.3.2 Tarefa de recordação indiciada

#### 5.3.3.2.1 Exactidão da recordação

A Tabela 64 apresenta as médias de respostas correctas em função do grupo do participante e do grupo-alvo. A análise de variância efectuada revelou que a média de respostas correctas ( $M=13.31$ ) não variou significativamente nem em função da versão do material-estímulo nem em função da ordem de apresentação. No entanto, esta análise produziu um efeito principal do grupo do participante tendencialmente significativo  $F(1,129)=3.59$ ,  $p<0.060$ ?: os participantes portugueses apresentam uma média superior de respostas correctas ( $M=14.01$ ) do que os participantes angolanos ( $M=12.22$ ). Tal como na experiência anterior, tal poderá dever-se ao facto dos angolanos que participaram nesta experiência serem significativamente mais velhos do que os portugueses: a idade média dos participantes angolanos é de 23 anos enquanto que a idade média dos participantes portugueses é de 19 anos.

<sup>79</sup> No estudo anterior os traços estereotípicos de um grupo-alvo foram considerados simultaneamente contra-estereotípicos do outro grupo-alvo, o que nos permitiu calcular as medidas baseadas na diferença entre traços estereotípicos *minus* contra-estereotípicos ( $S - CS$ ) utilizando os quatro traços. Neste estudo, como os participantes não consideraram o traço «alegre» como contra-estereotípico dos portugueses nem o traço «trabalhador» como contra-estereotípico dos angolanos, estes traços tiveram que ser eliminados no cálculo das medidas baseadas nessa diferença (PERSC, MEDCS e AUTSC). Assim, para o grupo-alvo «angolanos» as medidas baseadas na diferença entre traços estereotípicos *minus* contra-estereotípicos ( $S - CS$ ) foram calculadas da seguinte forma: *alegres* ( $S$ ) – *individualistas* ( $SC$ ). Em contrapartida para o grupo-alvo «portugueses» foram calculadas da seguinte forma: *trabalhadores* ( $S$ ) – *preguiçosos* ( $SC$ ).

**Tabela 64 - Médias e desvios-padrão das respostas correctas em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Grupo étnico do participante	Grupo-alvo		
	Endogrupo	Exogrupo	Total
<b>Angolanos (N = 54)</b>	5.41 (2.26)	6.81 (2.93)	12.22 (4.58)
<b>Portugueses (N = 83)</b>	7.53 (3.30)	6.48 (3.09)	14.01 (5.81)
<b>Total (N = 137)</b>	6.69 (3.11)	6.61 (3.02)	13.31 (5.41)

**Nota:** As respostas correctas poderiam variar entre 0 e 32.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o número de “Respostas correctas”:

Grupo:  $F(1,129)=3.59$ ,  $p<0.060$

#### 5.3.3.2.2 Efeito de categorização

Antes de examinarmos os efeitos de homogeneidade, devemos verificar se os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em grupos distintos. Na medida em que os participantes categorizarem os alvos em grupos, os erros intragrupais serão superiores aos erros intergrupais (efeito de categorização). A Tabela 65 apresenta as médias e desvios-padrão dos erros em função do grupo do participante.

Consistentemente com as nossas hipóteses, a análise de variância multivariada efectuada sobre os erros revelou um efeito principal do tipo de erro muito significativo: o número de erros intragrupais ( $M=11.13$ ) foi significativamente superior ao número de erros intergrupais ( $M=5.67$ ),  $F(1,129)=212.63$ ,  $p<0.0001$ ?. A proporção de erros intragrupais e intergrupais demonstra que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em grupos *étnicos*. Os participantes mostraram uma tendência muito mais forte para confundir a informação referente aos membros do mesmo grupo étnico (erros intragrupais) do que a informação referente a grupos étnicos diferentes (erros intergrupais).

O efeito de interacção entre o tipo de erro e o grupo do participante também foi significativo  $F(1,129)=13.39$ ,  $p<0.0005$ ?. Contudo, as análises de contrastes demonstraram que o efeito principal do tipo de erro foi muito significativo tanto para os participantes angolanos  $F(1,129)=135.06$ ,  $p<0.0001$ ? como para os participantes portugueses  $F(1,129)=78.02$ ,  $p<0.0001$ ?. Isto é, tanto os membros do grupo dominante



como os membros do grupo dominado estruturaram a informação a partir da pertença étnica das pessoas-estímulo.

O efeito de interacção entre o tipo de erro e a versão do material-estímulo também foi significativo  $F(1,129)=7.30$ ,  $p<0.008$ ?. As análises de contrastes mostraram que o efeito principal do tipo de erro foi mais forte na Versão A (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia e nacionalidade;  $F(1,129)=138.06$ ,  $p<0.0001$ ?) do que na Versão B (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia;  $F(1,129)=68.14$ ,  $p<0.0001$ ?). Isto é, o efeito de categorização foi bastante significativo em ambas as versões do material-estímulo, mas foi especialmente forte quando cada pessoa-estímulo era identificada simultaneamente pela nacionalidade e pela fotografia.

Resumindo, estes resultados demonstram que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em dois grupos étnicos (*brancos vs. negros*), validando assim o uso destes materiais-estímulo para a análise de questões relacionadas com a percepção de grupos.

**Tabela 65 - Médias e desvios-padrão dos erros intragrupais e intergrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Grupo do Participante	Tipo de erro		
	erros intragrupais	erros intergrupais	Total
<b>Angolanos</b> (N = 54)	12.56 (3.40)	5.42 (2.69)	17.97 (4.02)
<b>Portugueses</b> (N = 83)	10.20 (3.93)	5.83 (2.84)	16.03 (5.15)
<b>Total (N = 137)</b>	11.13 (3.89)	5.67 (2.78)	16.80 (4.82)

Nota: Os erros poderiam variar entre 0 e 32.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o Tipo de erro (erros intragrupais vs. erros intergrupais):

Tipo de erro :  $F(1,129)=212.63$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Tipo de erro:  $F(1,129)=13.39$ ,  $p<0.0005$

Angolanos:  $F(1,129)=135.06$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,129)=78.02$ ,  $p<0.0001$

Versão x Tipo de erro:  $F(1,129)=7.30$ ,  $p<0.008$

Versão 1:  $F(1,129)=138.06$ ,  $p<0.0001$

Versão 2:  $F(1,129)=68.14$ ,  $p<0.0001$

### 5.3.3.2.3 Efeitos de homogeneidade

Para investigar os efeitos de homogeneidade, repartimos os erros intragrupais tendo em conta a relação entre o grupo de pertença do participante e o grupo de pertença da pessoa-estímulo: erros endogrupais vs. erros exogrupais. A Tabela 66 apresenta as médias e desvios-padrão desses erros em função do grupo do participante.

A análise de variância multivariada efectuada sobre os erros intragrupais (erros endogrupais vs. erros exogrupais) não produziu um efeito estatisticamente significativo do tipo de erro, demonstrando a ausência de um efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade da amostra.

Consistentemente com as nossas hipóteses, verificou-se um efeito de interacção significativo entre o grupo do participante e o tipo de erro intragrupal  $F(1,129)=27.99$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes realizadas demonstraram que os participantes portugueses efectuaram significativamente mais erros exogrupais ( $M = 5.59$ ) do que erros endogrupais ( $M = 4.61$ ),  $F(1,129)=12.58$ ,  $p < 0.001$ ?. Em contraste, os participantes angolanos efectuaram mais erros endogrupais ( $M = 6.98$ ) do que erros exogrupais ( $M = 5.57$ ),  $F(1,129)=17.02$ ,  $p < 0.0001$ ?. Isto é, verificou-se uma assimetria do efeito de homogeneidade do exogrupo em função do estatuto relativo dos grupos.

**Tabela 66 - Médias e desvios-padrão dos erros endogrupais e exogrupais em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Grupo étnico do participante	Tipo de erro		
	erros endogrupais	erros exogrupais	Total
<b>Angolanos (N = 54)</b>	6.98 (2.18)	5.57 (2.03)	12.56 (3.40)
<b>Portugueses (N = 83)</b>	4.61 (2.34)	5.59 (2.34)	10.20 (3.93)
<b>Total (N = 137)</b>	<b>5.55</b> <b>(2.55)</b>	<b>5.58</b> <b>(2.22)</b>	<b>11.13</b> <b>(3.89)</b>

**Nota:** Os erros poderiam variar entre 0 e 16.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o Tipo de erro (erros endogrupais vs. erros exogrupais):

Tipo de erro:  $F(1,129)=0.89$ ,  $p<0.346$

Grupo x Tipo de erro:  $F(1,129)=27.99$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,129)=17.02$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,129)=12.58$ ,  $p<0.001$

#### 5.3.3.2.4 Efeitos de homogeneidade e efeitos de favoritismo

Uma vez que a valência dos traços utilizados para descrever as pessoas-estímulo foi controlada, efectuámos novas análises dos erros intragrupais tendo em conta a valência dos traços. Nestas novas análises tivemos em conta apenas os oito traços positivos e os oito traços negativos (16 traços neutros foram excluídos destas análises). A Tabela 67 apresenta as médias dos erros endogrupais e exogrupais em função do grupo do participante e da valência dos traços.

Como explicámos na secção dedicada ao método, começámos por efectuar uma análise multivariada de variância tomando como variáveis intra-participantes o tipo de erro intragrupal (erros endogrupais vs. erros exogrupais) e a valência dos traços (positivos vs. negativos), e como variáveis inter-participantes a versão do material-estímulo, a ordem de apresentação e o grupo do participante (foram excluídos desta análise os erros relativos aos 16 traços neutros).

Relativamente ao efeito do tipo de erro, esta nova análise confirmou os resultados obtidos na análise anterior (efectuado com a totalidade dos traços): globalmente o número de erros endogrupais foi semelhante ao número de erros exogrupais. A interacção entre o tipo de erro e o grupo do participante foi significativa apontando para uma assimetria nos efeitos de homogeneidade  $F(1,129) = 16.01, p < 0.0005$ ?. As análises de contrastes revelaram que os participantes angolanos efectuaram mais erros endogrupais do que erros exogrupais  $F(1,129) = 6.14, p < 0.014$ ?, enquanto que os participantes portugueses apresentaram o padrão oposto  $F(1,129) = 10.56, p < 0.001$ ?

Quanto à valência dos traços, não se verificaram quaisquer efeitos significativos. O efeito principal da valência dos traços não foi significativo, demonstrando que a quantidade de erros não foi afectada pela valência dos traços. A interacção entre a valência dos traços e o grupo do participante também não foi significativa, assim como as interacções com a ordem de apresentação, ou com a versão do material-estímulo.

A interacção entre o tipo de erro e a valência de traços também não foi significativa. No entanto, verificou-se uma tripla interacção entre o grupo do participante, o tipo de erro e a valência dos traços  $F(1,129) = 7.14, p < 0.009$ ?. Pela observação da Tabela 67 podemos constatar que os participantes angolanos cometem mais erros endogrupais quando os traços são positivos ( $M = 1.76$ ) do que quando os traços são negativos ( $M = 1.56$ ), e efectuam mais erros exogrupais quando os traços são negativos ( $M = 1.46$ ) do que quando os traços são positivos ( $M = 1.26$ ), mas a

interacção entre o tipo de erro e a valência dos traços não atinge o limiar da significância estatística  $F(1,129) = 2.63, p < 0.107$ ?. Os participantes portugueses apresentam um padrão de resultados oposto: cometem mais erros endogrupais quando os traços são negativos ( $M = 1.24$ ) do que quando os traços são positivos ( $M = 0.93$ ), e efectuam mais erros exogrupais quando os traços são positivos ( $M = 1.46$ ) do que quando os traços são negativos ( $M = 1.34$ )  $F(1,129) = 4.59, p < 0.034$ ?

Numa tentativa de esclarecer esta tripla interacção efectuámos novas análises de variância que nos permitissem observar os efeitos de homogeneidade separadamente para os traços positivos e para os traços negativos. Em cada uma destas novas análises de variância tivemos o grupo-alvo como variável intra-participantes e o grupo dos participantes como variável inter-participante.

A análise de variância multivariada efectuada sobre os erros intragrupais relativos exclusivamente aos traços positivos (*erros endogrupais positivos vs. erros exogrupais positivos*) produziu um efeito de interacção significativo entre o tipo de erro e o grupo do participante. As análises de contrastes revelaram um efeito de homogeneidade do endogrupo significativo para os participantes angolanos, já que estes apresentam significativamente mais erros endogrupais positivos ( $M = 1.76$ ) do que erros exogrupais positivos ( $M = 1.26$ )  $F(1,135) = 8.28, p < 0.005$ ?. Em contrapartida, os participantes portugueses apresentam um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo, apresentando maior número de erros exogrupais positivos ( $M = 1.46$ ) do que erros endogrupais positivos ( $M = 0.93$ )  $F(1,135) = 14.30, p < 0.0005$ ?

A análise de variância efectuada sobre os erros intragrupais relativos exclusivamente aos traços negativos (*erros endogrupais negativos vs. erros exogrupais negativos*) não revelou quaisquer efeitos estatisticamente significativos. Embora as médias das células variem no mesmo sentido do que as dos traços positivos, quando os traços são negativos as estratégias dos participantes angolanos e portugueses aproximam-se.

**Tabela 67 - Médias e desvios-padrão dos erros endogrupois e exogrupois em função da valência dos traços e do grupo do participante**

Valência dos traços	Grupo do participante					
	Angolanos (N=54)		Portugueses (N=83)		Total (N=137)	
	erros endogrupois	erros exogrupois	erros endogrupois	erros exogrupois	erros endogrupois	erros exogrupois
<b>Positivos</b>	1.76 (1.03)	1.26 (1.05)	0.93 (0.92)	1.46 (1.04)	1.26 (1.04)	1.38 (1.04)
<b>Negativos</b>	1.56 (1.00)	1.46 (0.88)	1.24 (0.97)	1.34 (1.04)	1.36 (0.99)	1.39 (0.98)

**Nota:** Os erros poderiam variar entre 0 e 4.

Análise dos efeitos do Grupo x Ordem x Versão sobre o Tipo de erro em função do grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) e da valência dos traços (positivos vs. negativos):

Tipo de erro x Valência dos traços:  $F(1,129)=0.00$ ,  $p<0.986$

Grupo do participante x Tipo de erro x Valência dos traços:  $F(1,129)=7.14$ ,  $p<0.009$

Angolanos:  $F(1,129)=2.63$ ,  $p<0.107$

Portugueses:  $F(1,129)=4.59$ ,  $p<0.034$

Análise dos efeitos do Grupo sobre o Tipo de erro (endogrupois vs. exogrupois) quando os traços são positivos:

Tipo de erro:  $F(1,135)=0.02$ ,  $p<0.893$

Grupo do participante x Tipo de erro:  $F(1,135)=21.29$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,135)=8.28$ ,  $p<0.005$

Portugueses:  $F(1,135)=14.30$ ,  $p<0.0005$

Análise dos efeitos do Grupo sobre o Tipo de erro (endogrupois vs. exogrupois) quando os traços são negativos:

Tipo de erro:  $F(1,135)=0.00$ ,  $p<0.987$

Grupo do participante x Tipo de erro:  $F(1,135)=0.71$ ,  $p<0.401$

Resumindo, os portugueses aumentam a distintividade dos membros do endogrupo nos traços positivos e reduzem-na nos traços negativos. Já em relação ao exogrupo, os portugueses usam sempre a mesma estratégia: independentemente da valência dos traços prevalece a homogeneidade. Em contrapartida, os angolanos homogeneízam sempre o endogrupo, mas mais ainda quando os traços são positivos, e heterogeneízam o exogrupo, sobretudo quando os traços são positivos. Assim, é sobretudo ao nível dos traços positivos que se verificam as maiores divergências nas estratégias cognitivas em relação ao endogrupo entre participantes angolanos e participantes portugueses.

### 5.3.3.3 Tarefas do questionário

#### 5.3.3.3.1 Efeitos de homogeneidade

A Tabela 68 apresenta os resultados das medidas de variabilidade grupal percebida. Para as medidas baseadas na diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos (PERSC e MEDSC) os valores mais elevados correspondem a maior conformidade com os estereotípicos, isto é, menor variabilidade grupal percebida.

**Tabela 68 - Médias e desvios-padrão das medidas PERSC e MEDSC em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medidas		Grupo do participante					
		Angolanos (N = 54)		Portugueses (N = 83)		Total (N = 137)	
		Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
PERSC	S	62.91 (22.03)	72.54 (18.83)	65.33 (13.91)	57.33 (21.71)	64.37 (17.55)	63.41 (21.71)
	CS	31.02 (27.61)	66.81 (26.12)	53.05 (21.12)	34.69 (22.73)	44.30 (26.15)	47.54 (28.77)
	S – CS	31.89 (36.43)	5.72 (26.60)	12.28 (26.48)	22.68 (34.16)	20.07 (32.16)	15.84 (32.32)
MEDSC	S	67.07 (22.10)	73.65 (19.36)	62.46 (13.88)	59.61 (21.92)	64.29 (17.67)	65.18 (21.97)
	CS	36.31 (27.71)	69.41 (26.69)	59.41 (21.16)	39.24 (24.19)	50.24 (26.44)	51.22 (29.16)
	S – CS	30.76 (37.06)	4.24 (28.33)	3.05 (24.03)	20.37 (36.66)	14.05 (32.72)	13.96 (34.41)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida PERSC em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,131)=4.45$ ,  $p<0.037$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,131)=26.00$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,131)=21.87$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,131)=5.50$ ,  $p<0.021$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida MEDSC em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,133)=1.19$ ,  $p<0.276$   
 Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,133)=28.78$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,133)=17.38$ ,  $p<0.0001$   
 Portugueses:  $F(1,133)=11.41$ ,  $p<0.001$

No que respeita a medida PERSC, verificou-se um efeito significativo do grupo-alvo, revelando um efeito de homogeneidade do endogrupo em termos globais: os

participantes estabeleceram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e contra-estereotípicos para o endogrupo ( $S - CS = 20.07$ ) do que para o exogrupo ( $S - CS = 15.84$ ),  $F(1,133) = 4.45$ ,  $p < 0.037$ ?. O efeito de interação entre o grupo do participante e o grupo-alvo foi também estatisticamente significativo apontando assim para uma assimetria nos efeitos de homogeneidade,  $F(1,133)=26.00$ ,  $p < 0.0001$ ?. As análises de contrastes revelaram que os participantes angolanos atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos para o endogrupo ( $S - CS=31.89$ ) do que ao exogrupo ( $S - CS=5.72$ ),  $F(1,131)=21.87$ ,  $p < 0.0001$ ?, enquanto que os participantes portugueses atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos para o exogrupo ( $S - CS=22.68$ ) do que ao endogrupo ( $S - CS=12.68$ ),  $F(1,133)=5.50$ ,  $p < 0.021$ ?

O padrão de resultados da medida MEDSC foi bastante semelhante. O efeito principal do grupo-alvo não foi estatisticamente significativo. A interação entre o grupo-alvo e o grupo do participante foi significativa apontando para uma assimetria nos efeitos de homogeneidade,  $F(1,133)=28.78$ ,  $p < 0.0001$ ?. Análises de contrastes revelaram que os participantes angolanos atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos ao endogrupo ( $S - CS=30.76$ ) do que ao exogrupo ( $S - CS=4.24$ ),  $F(1,133)=17.38$ ,  $p < 0.0001$ ?. Em contrapartida, os participantes portugueses atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os contra-estereotípicos ao exogrupo ( $S - CS=20.37$ ) do que ao endogrupo ( $S - CS=3.05$ ),  $F(1,133)=11.41$ ,  $p < 0.001$ ?

Resumindo, ambas as medidas baseadas na diferença de atribuição de traços estereotípicos e contra-estereotípicos revelaram um efeito de homogeneidade do exogrupo muito significativo para os membros do grupo dominante (participantes portugueses), visto que estes atribuíram maior conformidade aos estereótipos grupais ao exogrupo do que ao endogrupo. Em contrapartida, os membros do grupo dominado (participantes angolanos) demonstraram um efeito de homogeneidade do endogrupo.

A Tabela 69 apresenta os resultados das AMPLI e VARIA. Para ambas as medidas os valores mais elevados correspondem a maior variabilidade grupal percebida.

**Tabela 69 - Médias e desvios-padrão das medidas de AMPLI, VARIA em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medidas	Grupo do participante					
	Angolanos (N = 54)		Portugueses (N = 83)		Total (N = 137)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
<b>AMPLI</b>	48.75 (29.61)	43.41 (20.03)	68.61 (17.54)	65.20 (23.75)	60.90 (24.86)	56.74 (24.72)
<b>VARIA</b>	3.50 (1.61)	3.78 (1.37)	4.52 (1.28)	3.69 (1.40)	4.12 (1.50)	3.72 (1.39)

Análise do efeito do Grupo sobre a medida AMPLI em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,133)=5.43$ ,  $p<0.021$

Análise do efeito do Grupo sobre a medida VARIA em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,133)=1.74$ ,  $p<0.189$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,133)=8.05$ ,  $p<0.005$

Angolanos:  $F(1,133)=1.03$ ,  $p<0.312$

Portugueses:  $F(1,133)=14.20$ ,  $p<0.0005$

A análise dos dados relativos à medida AMPLI produziu um efeito do grupo-alvo significativo: globalmente os participantes estimaram maior amplitude para o endogrupo ( $M = 60.90$ ) do que para o exogrupo ( $M = 56.74$ ),  $F(1,133)=5.43$ ,  $p<0.021$ . Contrariamente às nossas expectativas, a interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante não foi significativa.

A análise realizada sobre os valores da medida VARIA não produziu um efeito principal do grupo-alvo significativo,  $F(1,133)=1.74$ ,  $p<0.189$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante foi significativa apontando para uma assimetria nos efeitos de homogeneidade,  $F(1,133)=8.05$ ,  $p<0.005$ ?. As análises de contrastes revelaram que os participantes portugueses homogeneizaram mais o exogrupo ( $M=3.69$ ) do que o endogrupo ( $M=4.52$ ), demonstrando um efeito de homogeneidade do exogrupo muito significativo,  $F(1,133)=14.20$ ,  $p<0.0005$ ?, enquanto os participantes angolanos homogeneizaram mais o endogrupo ( $M=3.50$ ) do que o exogrupo ( $M = 3.78$ ), mas esta diferença não é estatisticamente significativa.

A Tabela 70 apresenta os resultados da medida SEMEL. Para esta medida, valores mais elevados correspondem a menor semelhança percebida com o grupo-alvo.

A análise realizada sobre os valores da medida SEMEL produziu um efeito principal do grupo-alvo significativo, demonstrando que a globalidade dos participantes se sentem



mais semelhantes ao endogrupo ( $M = 3.74$ ) do que ao exogrupo ( $M = 4.96$ ),  $F(1,133)=40.65$ ,  $p<0.001$ ?. A interação entre o grupo-alvo e o grupo do participante também foi significativa apontando para uma assimetria na diferenciação que os participantes estabelecem entre si próprios e o grupo de pertença e o grupo dos outros  $F(1,133)=11.10$ ,  $p<0.001$ ?. As análises de contrastes revelaram que os participantes portugueses se sentem mais semelhantes com os membros do endogrupo ( $M=4.07$ ) do que com os membros do exogrupo ( $M=4.96$ ),  $F(1,133)=5.88$ ,  $p<0.017$ ?, mas esta diferença é muito mais acentuada nos participantes angolanos (respectivamente  $M=3.24$  para o endogrupo e  $M = 5.31$  para o exogrupo)  $F(1,133)=38.88$ ,  $p<0.0001$ ?

**Tabela 70 - Médias e desvios-padrão da medidas SEMEL em função do grupo do participante e do grupo-alvo**

Medidas	Grupo do participante					
	Angolanos (N = 54)		Portugueses (N = 83)		Total (N = 137)	
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
<b>SEMEL</b>	3.24 (1.93)	5.31 (1.69)	4.07 (1.62)	4.72 (1.47)	3.74 (1.79)	4.96 (1.58)

Análise do efeito do Grupo sobre a medida SEMEL em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,133)=40.65$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,133)=11.10$ ,  $p<0.001$

Angolanos:  $F(1,133)=38.88$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,133)=5.88$ ,  $p<0.017$

Resumindo, os membros do grupo dominado foram mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante. Estes resultados estão de acordo com os obtidos no estudo anterior em que foram igualmente utilizadas medidas directas e medidas indirectas da variabilidade grupal percebida.

Verifica-se também uma assimetria na diferenciação que os participantes estabelecem entre si próprios, o grupo de pertença e o grupo dos outros. Embora globalmente todos os participantes se sintam mais semelhantes ao endogrupo do que ao exogrupo, esta diferença é significativamente mais acentuada para os membros do grupo dominado do que para os membros do grupo dominante.

#### **5.3.3.3.2 Efeitos de favoritismo**

Tal como no estudo anterior, analisámos o favoritismo endogrupal através dos dados recolhidos na tarefa de estimação de percentagens (PERPN) e na tarefa de

estimação de médias (MEDPN). Os resultados médios obtidos nestas duas medidas, baseadas na diferença de atribuição de traços positivos e traços negativos, são apresentados na Tabela 71.

**Tabela 71 - Médias e desvios-padrão das medidas de favoritismo endogrupal**

Medidas		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N = 54)		Portugueses (N = 83)		Total (N = 137)	
		Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
PERPN	Positivo	70.69 (18.63)	58.40 (16.21)	62.88 (12.50)	59.25 (18.02)	65.99 (15.65)	58.91 (17.27)
	Negativo	31.22 (19.60)	46.15 (17.18)	47.00 (16.51)	36.88 (17.01)	40.74 (19.35)	40.56 (17.61)
	P - N	39.47 (29.81)	12.25 (23.46)	15.88 (22.36)	22.37 (28.85)	25.25 (27.98)	18.35 (27.21)
MEDPN	P	75.38 (17.23)	56.64 (16.35)	60.44 (11.55)	61.10 (18.80)	66.37 (15.83)	59.33 (17.94)
	N	38.07 (21.74)	48.67 (17.46)	52.34 (16.43)	40.53 (17.76)	46.68 (19.92)	43.76 (18.03)
	P - N	37.31 (30.90)	7.97 (27.32)	8.10 (21.50)	20.57 (31.12)	19.69 (29.29)	15.57 (30.21)

**Nota: P = Média dos traços positivos; N = Média dos traços negativos**

Análise do efeito do Grupo sobre a medida PERPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,133)=11.52$ ,  $p<0.001$

Grupo do participante x Grupo-alvo:  $F(1,133)=30.57$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,133)=33.18$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,133)=2.85$ ,  $p<0.094$

Análise do efeito do Grupo sobre a medida MEDPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,133)=5.66$ ,  $p<0.019$

Grupo do participante x Grupo-alvo:  $F(1,133)=34.34$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,133)=28.29$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,133)=7.57$ ,  $p<0.007$

No que respeita à estimação de percentagens (PERPN), a análise de variância efectuada produziu um efeito principal do grupo-alvo, demonstrando um favoritismo endogrupal global  $F(1,133)=11.52$ ,  $p<0.001$ . O efeito de interacção entre o grupo-alvo e o grupo dos participantes também foi significativo, apontando para uma assimetria no

favoritismo endogrupal  $\mathcal{F}(1,133)=30.57$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes revelaram que os participantes angolanos atribuíram maiores percentagens aos traços positivos ao endogrupo ( $M=70.69$ ) do que ao exogrupo ( $M=58.40$ ) e simultaneamente atribuíram menores percentagens aos traços negativos ao endogrupo ( $M=31.22$ ) do que ao exogrupo ( $M=46.15$ ), demonstrando assim um favoritismo endogrupal bastante significativo,  $\mathcal{F}(1,133)=33.18$ ,  $p<0.0001$ ?. Em contraste, os participantes portugueses atribuíram percentagens equivalentes de traços positivos e traços negativos ao endogrupo (positivo - negativo = 15.88) e ao exogrupo (positivo - negativo = 22.37), isto é, não demonstraram um favoritismo endogrupal estatisticamente significativo,  $\mathcal{F}(1,133)=2.85$ ,  $p<0.094$ ?

Relativamente à estimação de médias (MEDPN), encontramos um padrão de resultados sensivelmente equivalente. A análise de variância produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, demonstrando um favoritismo endogrupal global  $\mathcal{F}(1,133)=5.66$ ,  $p<0.019$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante também foi significativa, demonstrando uma assimetria no favoritismo endogrupal  $\mathcal{F}(1,133)=34.34$ ,  $p<0.0001$ ?. Análises de contrastes revelaram que os participantes angolanos atribuíram uma média maior de traços positivos ao endogrupo ( $M=75.38$ ) do que ao exogrupo ( $M=56.64$ ) e atribuíram uma média menor de traços negativos ao endogrupo ( $M=38.07$ ) do que ao exogrupo ( $M=48.67$ ), assim revelando um significativo favoritismo endogrupal  $\mathcal{F}(1,133)=28.29$ ,  $p<0.0001$ ?. Em contrapartida, os participantes portugueses atribuíram maior diferença entre os traços positivos e os traços negativos ao exogrupo (positivo - negativo = 8.10) do que ao endogrupo (positivo - negativo = 20.57), isto é, exibiram um favoritismo exogrupal significativo  $\mathcal{F}(1,133)=7.57$ ,  $p<0.007$ ?

Resumindo, verificou-se um padrão consistente de resultados nas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Em ambas as medidas se verificou um favoritismo endogrupal para a globalidade da amostra, sendo este efeito muito significativo para os participantes angolanos, mas não para os participantes portugueses.

#### 5.3.3.3.3 Auto-descrição

Seguindo o mesmo procedimento do estudo anterior, começámos por efectuar uma análise de variância para cada medida derivada da tarefa de auto-descrição (AUTSC, AUTPN, AUTDA, AUTD-SC e AUTD-PN) para verificar se existiam diferenças significativas em função do grupo do participante. Seguidamente, calculámos as

correlações entre as medidas de auto-descrição e as medidas de variabilidade grupal percebida.

A Tabela 72 apresenta as médias e desvios-padrão da medida AUTSC. Valores mais elevados correspondem a uma maior indiferenciação dos participantes face aos estereótipos do seu grupo de pertença, isto é, uma a maior auto-estereotipização.

**Tabela 72 - Médias e desvios-padrão da medida AUTSC em função do grupo do participante**

Medidas		Grupo do participante		
		Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
AUTSC	Traços estereotípicos (S)	59.01 (15.94)	51.45 (14.10)	54.43 (15.25)
	Traços contra- estereotípicos (CS)	51.59 (14.95)	57.96 (14.74)	55.45 (15.10)
	S – CS	7.42 (23.35)	-6.51 (19.09)	-1.02 (21.89)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUTSC (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos)

Estereotipicalidade:  $F(1,133)=0.12$ ,  $p<0.733$   
 Grupo x Estereotipicalidade:  $F(1,133)=15.90$ ,  $p<0.0001$   
 Angolanos:  $F(1,133)=7.08$ ,  $p<0.009$   
 Portugueses:  $F(1,133)=8.37$ ,  $p<0.004$   
 Sexo x Estereotipicalidade:  $F(1,133)=6.81$ ,  $p<0.010$   
 Homens:  $F(1,133)=2.84$ ,  $p<0.094$   
 Mulheres:  $F(1,133)=0.23$ ,  $p<0.629$

A medida AUTOSC indica até que ponto o indivíduo se descreve de forma consonante com os traços estereotípicos do endogrupo. Globalmente, o efeito principal da variável estereotipicalidade dos traços (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos) não foi estatisticamente significativo. No entanto, a interacção entre a estereotipicalidade dos traços e o grupo do participante foi significativa  $F(1,133)=15.90$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes demonstraram que os participantes angolanos se descrevem a si próprios recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo ( $M=59.01$ ) do que aos traços contra-estereotípicos ( $M=51.59$ ),  $F(1,133)=7.08$ ,  $p<0.009$ ?, enquanto que os participantes portugueses se descrevem a si próprios recorrendo mais aos traços contra-estereotípicos do endogrupo ( $M=57.96$ ) do que aos traços estereotípicos ( $M=51.45$ ),  $F(1,133)=8.37$ ,  $p<0.004$ ?

Estes resultados demonstram que os participantes angolanos se descrevem a si próprios de forma consonante com os estereótipos do endogrupo enquanto os participantes portugueses preferem descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo. Em consonância com as nossas hipóteses, os participantes portugueses enfatizam a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os participantes angolanos enfatizam a indiferenciação interpessoal dentro do endogrupo, o que aponta para o fenómeno de  *fusão* nos membros do grupo dominado.

Tal como no estudo anterior, esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao seu grupo de pertença parece ir ao encontro dos resultados obtidos nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida: os membros do grupo dominado homogeneízam o endogrupo e enfatizam a indiferenciação/fusão do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os membros do grupo dominante heterogeneízam o endogrupo e enfatizam a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença.

A Tabela 73 apresenta os resultados relativos à medida AUTPN. Esta medida indica até que ponto o indivíduo se descreve a si próprio recorrendo preferencialmente a traços positivos ou a traços negativos. Verificou-se um efeito principal da valência dos traços significativo: globalmente os indivíduos descrevem-se a si próprios recorrendo mais aos traços positivos ( $M=71.53$ ) do que aos traços negativos ( $M=38.35$ ),  $F(1,133)=195.88$ ,  $p<0.0001$ ?. A interação entre a valência dos traços e o grupo dos participantes também foi significativa,  $F(1,133)=20.19$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes revelaram que tanto os participantes angolanos  $F(1,133)=156.95$ ,  $p<0.0001$ ? como os participantes portugueses  $F(1,133)=72.68$ ,  $p<0.0001$ ? se auto-descrevem de forma mais positiva do que negativa, embora o efeito da valência dos traços seja mais forte nos participantes angolanos.

**Tabela 73 - Médias e desvios-padrão da medida AUPN em função do grupo do participante**

Medidas		Grupo do participante		
		Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
AUPN	Traços positivos (P)	78.13 (14.42)	67.23 (13.90)	71.53 (15.03)
	Traços negativos (N)	32.47 (18.87)	42.17 (20.03)	38.35 (20.08)
	P – N	45.66 (26.80)	25.06 (26.86)	33.18 (28.58)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUPN (traços positivos vs. traços negativos)

Valência:  $F(1,133)=195.88$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Valência:  $F(1,133)=20.19$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,133)=156.95$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,133)=72.68$ ,  $p<0.0001$

A Tabela 74 apresenta os resultados da medida AUTODA (distância absoluta face à média do endogrupo). Quanto maiores os valores maior a distância entre as auto-descrições dos participantes e as descrições que eles próprios efectuaram do grupo de pertença.

A análise de variância efectuada sobre a medida AUTODA não produziu efeitos significativos para o grupo dos participantes, isto é, a distância absoluta face à média do endogrupo não foi significativamente diferente para participantes angolanos e portugueses.

**Tabela 74 - Médias e desvios-padrão das medidas de auto-descrição em função do grupo do participante**

Medidas	Grupo do participante		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
AUTDA	21.31 (11.51)	21.76 (9.43)	21.58 (10.26)

Em contrapartida, a análise de variância efectuada sobre a medida AUTODR produziu um efeito significativo para o grupo dos participantes,  $F(1,133)=10.852$ ,  $p<0.001$ , demonstrando que a distância relativa (tendo em conta a valência dos traços) face à média do endogrupo foi significativamente maior para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses.

Tendo em conta os resultados obtidos com as medidas AUTSC e AUTPN podemos deduzir que, embora a distância absoluta das auto-descrições face à média do endogrupo seja equivalente para participantes portugueses e angolanos, tal deve-se a uma aproximação dos angolanos aos traços estereotípicos do endogrupo e a uma aproximação dos portugueses aos traços contra-estereotípicos do endogrupo. Tal como no estudo anterior, verificámos esta hipótese recalculando a medida AUTDA em função do carácter estereotípico ou contra-estereotípico dos traços (AUTDA-SC). De igual modo, recalculámos a medida AUTDA tendo em conta a valência dos traços (AUTDA-PN). As médias destas medidas são apresentadas na Tabela 75.

**Tabela 75 - Médias e desvios-padrão das medidas de distância da auto-descrição face à tendência central do endogrupo em função da estereotipicidade e da valência dos traços**

Medidas		Grupo dos participantes		
		Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
AUTOD-SC	<b>Estereotípicos (S)</b>	21.42 (14.25)	23.27 (10.90)	22.54 (12.33)
	<b>Contra-estereotípicos (CS)</b>	21.21 (14.50)	20.37 (13.12)	20.70 (13.64)
	<b>S – CS</b>	0.20 (17.23)	2.82 (15.12)	1.78 (15.98)
AUTOD-PN	<b>Positivos (P)</b>	19.36 (13.92)	17.47 (11.29)	18.22 (12.38)
	<b>Negativos (N)</b>	23.27 (17.35)	26.21 (13.68)	25.04 (15.25)
	<b>P – N</b>	-3.91 (21.44)	-8.68 (16.59)	- 6.79 (18.74)

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUTOD-SC (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos):

Estereotipicidade:  $F(1,134)=1.16$ ,  $p<0.283$

Grupo x Estereotipicidade:  $F(1,134)=2.55$ ,  $p<0.113$

Análise dos efeitos do Grupo sobre a medida AUTODA-PN (traços negativos vs. traços positivos):

Valência:  $F(1,135)=227.21$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Valência:  $F(1,135)=19.28$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,135)=156.33$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,135)=72.39$ ,  $p<0.0001$

A medida AUTDA-SC indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços estereotípicos ou para os traços contra-estereotípicos. Globalmente, o efeito principal da variável estereotipia dos traços (traços estereotípicos vs. traços contra-estereotípicos) não foi estatisticamente significativo. A interacção entre a estereotipia dos traços e o grupo do participante não atingiu o limiar da significância estatística,  $F(1,134)=2.55$ ,  $p<0.113$ ?. Como podemos constatar na Tabela 75, a distância das auto-descrições dos participantes angolanos face ao endogrupo não varia em função do carácter estereotípico dos traços ( $S - CS = 0.20$ ), enquanto que as auto-descrições dos participantes portugueses apresentam uma tendência para serem mais distantes do endogrupo nos traços estereotípicos ( $M = 23.27$ ) do que nos traços contra-estereotípicos ( $M = 20.37$ ).

A medida AUTDA-PN indica até que ponto a distância da auto-descrição do indivíduo face à tendência central atribuída ao seu endogrupo é maior para os traços positivos ou para os traços negativos. Globalmente, o efeito principal da variável valência dos traços (traços positivos vs. traços negativos) foi estatisticamente significativo, isto é, as auto-descrições dos participantes foram significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos ( $M=18.22$ ) do que nos traços negativos ( $M=25.04$ ),  $F(1,135)=227.21$ ,  $p<0.0001$ ?. A interacção entre a valência dos traços e o grupo do participante também foi significativa,  $F(1,135)=19.28$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes revelaram que o efeito principal da valência dos traços foi significativo para ambos os grupos de participantes, embora seja mais forte para os participantes angolanos,  $F(1,135)=156.33$ ,  $p<0.0001$ ?, do que para os participantes portugueses,  $F(1,135)=72.39$ ,  $p<0.0001$ ?

Seguidamente, investigámos as correlações entre as auto-descrições e as várias medidas de variabilidade grupal percebida (erros intragrupais, PERSC, MEDSC, AMPLI, VARIA, e ainda SEMEL). Calculámos as correlações separadamente para os participantes angolanos e para os participantes portugueses, uma vez que estes apresentam padrões de resposta completamente distintos nestas medidas.



Tabela 76 - Correlações entre as medidas de variabilidade grupal percebida e as medidas de auto-descrição

Medidas		Grupo dos participantes					
		Angolanos			Portugueses		
		AUTSC	AUTDA	AUTD_SC	AUTSC	AUTDA	AUTD_SC
ERROS	Endogrupo	-,117	-,168	-,261	-,091	-,089	,021
	Exogrupo	,035	-,331*	-,223	,144	-,083	,024
PERSC	Endogrupo	,124	,015	-,079	,198	,244*	-,188
	Exogrupo	,198	-,016	-,036	-,061	-,007	,094
MEDSC	Endogrupo	-,022	,002	-,116	,161	,370**	-,355**
	Exogrupo	,231	-,060	-,019	-,123	,014	-,059
AMPLI	Endogrupo	-,016	-,236	-,069	-,002	-,258*	-,031
	Exogrupo	-,069	-,239	-,157	,053	-,141	,122
VARIA	Endogrupo	-,271*	,168	-,244	-,046	-,215	,179
	Exogrupo	,018	-,034	,122	-,024	-,063	,032
SEMEL	Endogrupo	-,346*	,182	-,229	,182	-,060	-,098
	Exogrupo	,200	-,336*	-,212	-,025	,111	-,192

Nota: \* Correlação significativa a 0.05; \*\* Correlação significativa a 0.01.

No que respeita aos participantes angolanos, verifica-se uma correlação negativa significativa entre a medida AUTDA e o número de erros exgrupais ( $r = -0.331$ ,  $p < 0.014$ ). Verifica-se uma correlação negativa significativa entre a medida AUTSC e a medida VARIA-endogrupo ( $r = -0.271$ ,  $p < 0.048$ ). Relativamente à medida SEMEL para o endogrupo, verifica-se uma correlação positiva significativa com a medida VARIA-endogrupo ( $r = 0.391$ ,  $p < 0.003$ ), e relativamente à medida SEMEL-exogrupo verificam-se correlações positivas significativas com o número de erros endgrupais ( $r = 0.299$ ,  $p < 0.028$ ) e com as medidas PERSC-exogrupo ( $r = 0.342$ ,  $p < 0.011$ ) e MEDSC-exogrupo ( $r = 0.335$ ,  $p < 0.013$ ).

Para os participantes portugueses, relativamente à medida AUTDA verificam-se uma correlação negativa significativa com a medida AMPLI endogrupo ( $r = -0.258$ ,  $p < 0.019$ ) e correlações positivas significativas com as medidas PERSC-endogrupo ( $r = 0.244$ ,  $p < 0.024$ ) e MEDSC-endogrupo ( $r = 0.370$ ,  $p < 0.001$ ). Quanto à medida AUTSC,

verifica-se uma correlação negativa significativa com a medida MEDSC-endogrupo ( $r = -0.355$ ,  $p < 0.001$ ). Relativamente à medida SEMEL-endogrupo verificam-se correlações negativas com AMPLI-endogrupo ( $r = -0.265$ ,  $p < 0.016$ ) e com AMPLI-exogrupo ( $r = -0.265$ ,  $p < 0.016$ ), e correlações positivas com as medidas VARIA-exogrupo ( $r = -0.224$ ,  $p < 0.042$ ), com PERSC-endogrupo ( $r = 0.218$ ,  $p < 0.050$ ) e MEDSC-endogrupo ( $r = 0.239$ ,  $p < 0.031$ ).

Em segundo lugar, averiguámos se o facto do indivíduo se descrever a si próprio de forma consonante com os estereótipos do seu grupo étnico estaria relacionado com o efeito de homogeneidade do endogrupo.

Tanto para os participantes angolanos como para os participantes portugueses não se verifica nenhuma correlação significativa entre AUTSC e as outras medidas baseadas na atribuição diferencial de traços estereotípicos *versus* contra-estereotípicos (PERSC e MEDSC).

Assim, globalmente, estas análises indicam que não é possível prever os efeitos de homogeneidade a partir dos valores da auto-descrição. Mais uma vez, o facto de encontrarmos poucas correlações significativas, sobretudo para os participantes angolanos, pode dever-se simplesmente ao reduzido número de efectivos.

#### **5.3.3.3.4 Pertença, orgulho e identificação grupais**

Para além de avaliarmos os níveis de identificação endogrupal e exogrupal como no estudo anterior, neste estudo acrescentámos uma medida de “importância da pertença” e “orgulho grupal”. Outra diferença em relação ao estudo anterior consiste no facto destas medidas serem calculadas não só em relação ao grupo *nacional* (*angolanos* ou *portugueses*), mas também em relação ao grupo *supranacional* (*africanos* ou *européus*), e ao grupo *racial* (*negros* ou *brancos*). Todas estas medidas foram calculadas em função da auto-categorização dos participantes nos vários grupos: *angolanos*, *portugueses*, *africanos*, *européus*, *negros* e *brancos*.

Recorde-se que foram considerados como ‘angolanos’ os participantes de naturalidade angolana que se auto-categorizaram como ‘angolanos’, independentemente da sua nacionalidade ser angolana ou portuguesa. Quanto aos participantes ‘portugueses’, todos eles tinham nacionalidade e naturalidade portuguesa, e além disso auto-categorizaram-se como ‘portugueses’.

Relativamente à cor da pele, 79.6% dos angolanos auto-categorizaram-se como ‘negros’ e 20.4% não respondeu à questão, enquanto que 91.6% dos participantes portugueses se auto-categorizaram como ‘brancos’ e 8.4% não respondeu à questão.

As medidas de “importância da pertença grupal” e de “orgulho grupal” foram calculadas apenas relativamente ao endogrupo, enquanto que a medida de “identificação grupal” foi calculada em relação ao endogrupo e em relação ao exogrupo, tal como no estudo anterior.

### ***Importância da pertença grupal***

A Tabela 77 apresenta os valores relativos à importância da pertença *nacional*, *supranacional* e *racial*. Valores mais elevados correspondem à atribuição de maior importância à respectiva pertença grupal.

A análise de variância simples tendo como variável dependente a importância atribuída à pertença *nacional* produziu um efeito significativo do grupo dos participantes, demonstrando que os participantes angolanos ( $M = 3.35$ ) atribuíram maior importância à sua pertença nacional do que os participantes portugueses ( $M = 2.93$ ),  $F(1,132)=6.881$ ,  $p<0.010$ ?

A análise de variância simples tendo como variável dependente a importância atribuída à pertença *supranacional* produziu um efeito tendencialmente significativo do grupo dos participantes,  $F(1,132)=3.571$ ,  $p<0.061$ ?

A análise de variância simples tendo como variável dependente a importância atribuída à pertença *racial* produziu um efeito significativo do grupo dos participantes, demonstrando que os participantes angolanos ( $M = 2.84$ ) atribuíram maior importância à sua pertença racial do que os participantes portugueses ( $M = 2.16$ ),  $F(1,123)=12.405$ ,  $p<0.001$ ?

Efectuámos ainda uma análise de variância multivariada tendo como variável independente o grupo dos participantes e como medidas repetidas a importância atribuída à pertença nacional e à pertença racial. Esta análise produziu um efeito significativo do tipo de pertença (nacional vs. racial), demonstrando que globalmente os participantes atribuíram maior importância à sua pertença nacional ( $M = 3.09$ ) do que à sua pertença racial ( $M = 2.41$ ),  $F(1,122)=52.34$ ,  $p<0.0001$ ?. O efeito de interacção entre o tipo de pertença e o grupo dos participantes não foi estatisticamente significativo.

**Tabela 77 - Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes à importância da pertença grupal**

Importância da pertença	Grupo do participante		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
<b>Nacional</b> (angolanos vs. portugueses)	3.35 (0.81)	2.93 (0.95)	3.09 (0.92)
<b>Racial</b> (negros vs. brancos)	2.84 (1.11)	2.16 (1.00)	2.41 (1.09)
<b>Supranacional</b> (africanos vs. europeus)	2.84 (1.08)	2.83 (0.86)	2.83 (1.09)

**Nota:** Escala: 1 = “não é importante”; 2 = “é apenas um pouco importante”; 3 = “é importante”; 4 = “é muito importante”.

**Identificação nacional** (angolanos, portugueses);

**Identificação supranacional** (africanos, europeus);

**Identificação racial** (negros, brancos).

Análise do efeito do Grupo sobre a Importância da pertença nacional:

Grupo:  $F(1,132)=6.881$ ,  $p<0.010$

Análise do efeito do Grupo sobre a Importância da pertença supranacional:

Grupo:  $F(1,130)=3.571$ ,  $p<0.061$

Análise do efeito do Grupo sobre a Importância da pertença racial:

Grupo:  $F(1,123)=12.405$ ,  $p<0.001$

Análise do efeito do Grupo sobre a Importância da pertença grupal (nacional vs. racial):

Pertença (nacional vs. racial):  $F(1,122)=52.34$ ,  $p<0.0001$

Pertença x Grupo:  $F(1,122)=2.30$ ,  $p<0.132$

***Orgulho grupal***

A Tabela 78 apresenta os valores relativos ao orgulho nacional, supranacional e racial. Valores mais elevados correspondem a menor nível de orgulho na respectiva pertença grupal.

A análise de variância simples tendo como variável dependente o nível de orgulho nacional produziu um efeito significativo do grupo dos participantes, indicando que os participantes angolanos ( $M = 1.35$ ) referem sentir maior orgulho nacional do que os participantes portugueses ( $M = 1.88$ ),  $F(1,129)=15.555$ ,  $p<0.001$ ?

A análise de variância simples tendo como variável dependente o nível de orgulho supranacional produziu um efeito significativo do grupo dos participantes, demonstrando que os participantes angolanos ( $M = 1.63$ ) referem sentir maior orgulho racial do que os participantes portugueses ( $M = 2.10$ ),  $F(1,116)=12.550$ ,  $p<0.001$ ?

A análise de variância simples tendo como variável dependente o nível de orgulho racial produziu um efeito significativo do grupo dos participantes, demonstrando que os participantes angolanos ( $M = 1.45$ ) referem sentir maior orgulho racial do que os participantes portugueses ( $M = 2.53$ ),  $F(1,116)=46.787$ ,  $p<0.001$ ?

A análise de variância multivariada tendo como medidas repetidas os níveis de orgulho nacional e orgulho racial, demonstrou que, globalmente, os participantes sentem maior orgulho nacional ( $M = 1.67$ ) do que orgulho racial ( $M = 2.14$ ),  $F(1,114)=19.05$ ,  $p<0.0001$ ?. A interacção entre o tipo de pertença e o grupo dos participantes também foi estatisticamente significativa,  $F(1,114)=10.69$ ,  $p<0.001$ ?. As análises de contrastes demonstraram que os participantes portugueses sentem maior orgulho nacional ( $M=1.88$ ) do que racial ( $M=2.53$ ),  $F(1,114)=41.21$ ,  $p<0.0001$ ?, enquanto que para os participantes angolanos esta diferença não é estatisticamente significativa.

**Tabela 78 - Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes ao orgulho da pertença grupal**

Orgulho da pertença	Grupo do participante		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
<b>Nacional</b> (angolanos vs. portugueses)	1.35 (0.59)	1.88 (0.82)	1.67 (0.78)
<b>Racial</b> (negros vs. brancos)	1.45 (0.67)	2.53 (0.89)	2.14 (0.96)
<b>Supranacional</b> (africanos vs. europeus)	1.63 (0.64)	2.10 (0.78)	1.92 (0.77)

Nota: Escala: 1 = “muito orgulhoso”; 2 = “orgulhoso”; 3 = “pouco orgulhoso”; 4 = “nada orgulhoso”.

Identificação *nacional* (angolanos, portugueses);

Identificação *supranacional* (africanos, europeus);

Identificação *racial* (negros, brancos).

Análise do efeito do Grupo sobre o Orgulho nacional:

Grupo:  $F(1,129)=15.555$ ,  $p<0.001$

Análise do efeito do Grupo sobre o Orgulho supranacional:

Grupo:  $F(1,127)=12.550$ ,  $p<0.001$

Análise do efeito do Grupo sobre o Orgulho racial:

Grupo:  $F(1,116)=46.787$ ,  $p<0.001$

Análise do efeito do Grupo sobre o Orgulho na pertença grupal (nacional vs. racial):

Orgulho (nacional vs. racial):  $F(1,114)=19.05$ ,  $p<0.0001$

Orgulho x Grupo:  $F(1,114)=10.69$ ,  $p<0.001$

Angolanos:  $F(1,114)=0.46$ ,  $p<0.497$

Portugueses:  $F(1,114)=41.21$ ,  $p<0.0001$

### **Identificação grupal**

A Tabela 79 apresenta os valores correspondentes aos níveis de identificação (endogrupal e exogrupal) para os grupos nacionais, supranacionais e raciais. Valores mais elevados correspondem a maiores níveis de identificação com os respectivos grupos.

Relativamente aos valores da identificação endogrupal, foram efectuadas análises de variância equivalentes às realizadas sobre os valores relativos à importância da pertença grupal e ao orgulho grupal. A análise de variância simples tendo como variável dependente o nível de identificação nacional não produziu um efeito significativo do grupo dos participantes, demonstrando que o nível de identificação endogrupal nacional não difere para participantes angolanos e portugueses. O mesmo padrão de resultados foi encontrado na análise efectuada com os níveis de identificação supranacional e a efectuada com os níveis de identificação racial. Assim, embora os participantes angolanos apresentem valores superiores aos dos participantes portugueses no que respeita aos níveis de

identificação endogrupal (nacional, supranacional e racial), não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função dos participantes.

**Tabela 79 - Médias e desvios-padrão das medidas respeitantes à identificação nacional, supranacional e racial**

		Grupo do participante		
		Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Identificação nacional	Endogrupo	5.67 (1.54)	5.35 (1.56)	5.48 (1.55)
	Exogrupo	2.91 (1.76)	2.17 (1.18)	2.46 (1.47)
Identificação supranacional	Endogrupo	5.06 (1.73)	4.99 (1.42)	5.02 (1.54)
	Exogrupo	2.88 (1.92)	2.28 (1.47)	2.50 (1.66)
Identificação racial	Endogrupo	5.31 (1.77)	4.84 (1.73)	5.01 (1.75)
	Exogrupo	2.35 (1.65)	2.48 (1.46)	2.43 (1.52)

**Nota:** Escala: 1 = “nada identificado”; 7 = “muito identificado”.

**Identificação nacional** (angolanos, portugueses);

**Identificação supranacional** (africanos, europeus);

**Identificação racial** (negros, brancos).

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação nacional (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,110)=204.55$ ,  $p<0.0001$

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação supranacional (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,109)=122.22$ ,  $p<0.0001$

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação racial (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,104)=131.97$ ,  $p<0.0001$

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação endogrupal (nacional vs. racial):

Identificação endogrupal (nacional vs. racial):  $F(1,124)=7.08$ ,  $p<0.009$

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação exogrupal (nacional vs. racial):

Identificação exogrupal:  $F(1,104)=0.00$ ,  $p<0.995$

Identificação exogrupal x Grupo:  $F(1,104)=7.90$ ,  $p<0.006$

Angolanos:  $F(1,104)=3.05$ ,  $p<0.084$

Portugueses:  $F(1,104)=5.63$ ,  $p<0.019$

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação nacional (endogrupo vs. exogrupo):

Identificação nacional:  $F(1,110)=204.55$ ,  $p<0.0001$

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação supranacional (endogrupo vs. exogrupo):

Identificação nacional:  $F(1,101)=124.33$ ,  $p<0.0001$

Análise do efeito do Grupo sobre a Identificação racial (endogrupo vs. exogrupo):

Identificação nacional:  $F(1,104)=131.97$ ,  $p<0.0001$

A análise de variância multivariada comparando os níveis de identificação nacional e racial produziu um efeito significativo do tipo de pertença (nacional vs. racial), demonstrando que globalmente os participantes se sentem mais identificados com o seu grupo nacional ( $M = 5.48$ ) do que com o seu grupo racial ( $M = 5.01$ ),  $F(1,124)=7.08$ ,  $p<0.009$ ?. A interacção entre o tipo de pertença e o grupo dos participantes não foi estatisticamente significativa.

Os valores relativos à identificação exogrupal foram também submetidos a análises de variância equivalentes às realizadas sobre os valores relativos à identificação endogrupal. A análise de variância simples tendo como variável dependente o nível de identificação nacional produziu um efeito significativo do grupo dos participantes, demonstrando que o nível de identificação exogrupal nacional é superior para participantes angolanos ( $M=2.91$ ) do que para participantes portugueses ( $M=2.17$ ),  $F(1,113)=7.313$ ,  $p<0.008$ ?. A análise efectuada com o nível de identificação exogrupal supranacional não produziu um efeito significativo do grupo dos participantes assim como a análise efectuada com o nível de identificação exogrupal racial.

A análise de variância multivariada comparando os níveis de identificação nacional e racial não produziu um efeito significativo do tipo de pertença (nacional vs. racial) . A interacção entre o tipo de pertença e o grupo dos participantes foi estatisticamente significativa,  $F(1,104)=7.90$ ,  $p<0.006$ ?. As análises de contrastes demonstraram que os participantes portugueses se sentem menos identificados com o exogrupo nacional ( $M=2.17$ ) do que com o exogrupo racial ( $M=2.48$ ),  $F(1,104)=5.63$ ,  $p<0.019$ ?, enquanto que para os participantes angolanos esta diferença não atingiu o limiar de significância estatística  $F(1,104)=3.05$ ,  $p<0.084$ ?

Seguidamente efectuámos análises abrangendo simultaneamente os valores relativos aos níveis de identificação endogrupal e exogrupal.

A análise de variância multivariada tendo como variável intra-participantes o grupo-alvo de identificação (endogrupo vs. exogrupo) produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, demonstrando que globalmente os participantes se identificam mais fortemente com o endogrupo nacional ( $M=5.48$ ) do que com o exogrupo nacional ( $M=2.46$ ),  $F(1,110)=204.55$ ,  $p<0.0001$ ?. A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante não foi significativa.



A análise de variância multivariada comparando os valores de identificação racial (endogrupo vs. exogrupo) produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, demonstrando que globalmente os participantes se identificam mais fortemente com o endogrupo racial ( $M=5.01$ ) do que com o exogrupo racial ( $M=2.43$ ),  $F(1,104)=131.97$ ,  $p<0.0001$ . A interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante não foi significativa.

*Efeito da identificação nacional.* Tal como procedemos no estudo anterior, para analisar o impacto da identificação nacional (endogrupal e exogrupal) nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas, dividindo assim os participantes em “fortemente identificados” e “fracamente identificados”. (Tanto para os participantes angolanos como para os participantes portugueses a mediana da identificação endogrupal foi =6 e a mediana da identificação exogrupal foi =2).

Analísamos o impacto do grau de identificação endogrupal e exogrupal nas medidas indirectas de variabilidade grupal percebida (tipo de erro intragrupal: erros endgrupais vs. exgrupais) e também nas diversas medidas directas (PERSC, MEDSC, AMPLI, VARIA e SEMEL), e também nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo a identificação endogrupal, a identificação exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participantes.

No que respeita às medidas de variabilidade grupal percebida, em todas as análises de variância efectuadas a interacção entre o grupo-alvo e o grau de identificação endogrupal não foi significativa, assim como a interacção entre o grupo-alvo e o grau de identificação exogrupal (com a excepção da medida PERSC). A tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação endogrupal e o grupo do participante não foi significativa (com a excepção da medida PERSC), assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação exogrupal e o grupo do participante. Assim, globalmente não encontramos evidência para uma mediação do grau de identificação endogrupal e do grau de identificação exogrupal na variabilidade grupal percebida.

Nas análises efectuadas com as medidas de favoritismo endogrupal, a interacção entre o grupo-alvo e a identificação endogrupal não foi significativa, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação endogrupal e o grupo do participante.

Contudo, a interacção entre o grupo-alvo e a identificação exogrupal foi significativa para a medida PERPN,  $F(1,103)=6.14$ ,  $p<0.015$ ?, revelando que quanto maior o grau de identificação exogrupal menor o favoritismo endogrupal. As análises de contrastes demonstraram que os participantes com baixo nível de identificação exogrupal apresentam um favoritismo endogrupal significativo,  $F(1,103)=10.37$ ,  $p<0.002$ ?, enquanto que os participantes com alto nível de identificação exogrupal apresentam um favoritismo face ao endogrupo não significativo.

A tripla interacção entre grupo-alvo, identificação exogrupal e o grupo do participante não foi significativa para ambas as medidas. Assim, os resultados apontam para uma mediação do favoritismo endogrupal pelo grau de identificação exogrupal (mas não pelo grau de identificação endogrupal): globalmente, quanto maior o grau de identificação exogrupal menor o favoritismo endogrupal, mas este efeito só foi estatisticamente significativo na medida PERPN.

*Efeito da identificação racial.* Para analisar o impacto da identificação racial (endogrupal e exogrupal) nos efeitos de homogeneidade e no favoritismo endogrupal, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (identificação endogrupal e identificação exogrupal), dividindo assim os participantes em “fortemente identificados” e “fracamente identificados”. (Para os participantes angolanos a mediana da identificação racial endogrupal foi =6 e a mediana da identificação racial exogrupal foi =2, e para os participantes portugueses a mediana da identificação racial endogrupal foi =5 e a mediana da identificação racial exogrupal foi =2).

Analísamos o impacto do grau de identificação racial (endogrupal e exogrupal), nas medidas indirectas de variabilidade grupal percebida (tipo de erro intragrupal: erros endgrupais vs. exgrupais) e nas diversas medidas directas (PERSC, MEDSC, AMPLI e VARIA), e também nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo a identificação endogrupal, a identificação exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participante.

No que respeita às medidas de variabilidade grupal percebida, em todas as análises de variância efectuadas a interacção entre o grupo-alvo e o grau de identificação

endogrupal não foi significativa, assim como a interacção entre o grupo-alvo e o grau de identificação exogrupal. A tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação endogrupal e o grupo do participante não foi significativa (com a excepção da medida PERSC), assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação exogrupal e o grupo do participante. Assim, globalmente não encontramos evidência para uma mediação do grau de identificação endogrupal e do grau de identificação exogrupal na variabilidade grupal percebida.

Nas análises efectuadas com as medidas de favoritismo endogrupal, a interacção entre o grupo-alvo e a identificação racial endogrupal não foi significativa, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação racial endogrupal e o grupo do participante. Contudo, a interacção entre o grupo-alvo e a identificação racial exogrupal foi significativa na análise da medida PERPN  $F(1,103)=4.80$ ,  $p<0.031$ ?, revelando que quanto maior o grau de identificação racial exogrupal menor o favoritismo endogrupal. As análises de contrastes demonstraram que os participantes com baixo nível de identificação racial exogrupal apresentam um favoritismo endogrupal significativo,  $F(1,103)=10.15$ ,  $p<0.002$ ? enquanto que os participantes com alto nível de identificação racial exogrupal apresentam um favoritismo face ao endogrupo não significativo.

A tripla interacção entre o grupo-alvo, a identificação racial exogrupal e o grupo do participante não foi significativa para ambas as medidas. Assim, os resultados apontam para uma mediação do favoritismo endogrupal pelo grau de identificação racial exogrupal (mas não pelo grau de identificação racial endogrupal): globalmente, quanto maior o grau de identificação racial exogrupal menor o favoritismo endogrupal, mas este efeito só foi significativo na medida PERPN, à semelhança do que aconteceu com o nível de identificação exogrupal nacional.

#### **5.3.3.3.5 Nível de contacto**

A Tabela 80 apresenta os valores referentes aos níveis de contacto: nível de familiaridade (a média das três escalas); o número de pessoas conhecidas pelo nome; e o número de amigos íntimos. Quanto mais elevados os valores maior o nível de contacto.

A análise de variância multivariada efectuada sobre os valores referentes ao nível de familiaridade (endogrupo vs. exogrupo) produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, demonstrando que globalmente os participantes consideram ter maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo  $F(1,135)=251.67$ ,  $p<0.0001$ ?

Também se verificou um efeito de interacção significativo entre o grupo-alvo e o grupo do participante,  $F(1,135)=36.76$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes demonstraram que os participantes angolanos têm maior familiaridade com endogrupo ( $M=5.78$ ) do que com o exogrupo ( $M=3.96$ ),  $F(1,135)=39.64$ ,  $p<0.0001$ ?, mas esta diferença é ainda mais acentuada para os participantes portugueses ( $M=6.30$  para o endogrupo e  $M=2.24$  para o exogrupo),  $F(1,135)=304.95$ ,  $p<0.0001$ ?. Pensamos que esta assimetria no nível de contacto se deve ao facto de os participantes angolanos estarem fora do seu país: essa situação conduz a um maior contacto com o exogrupo e, simultaneamente, a um menor contacto com o endogrupo.

**Tabela 80 - Médias e desvios-padrão das questões sobre ao nível de contacto**

		Grupo do participante		
		Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
Nível de familiaridade	Endogrupo	5.78 (1.39)	6.30 (0.85)	6.09 (1.12)
	Exogrupo	3.96 (1.76)	2.24 (1.26)	2.92 (1.70)
Pessoas que conhece pelo nome	Endogrupo	500.52 (929.48)	543.16 (944.67)	526.36 (935.38)
	Exogrupo	167.30 (680.55)	9.70 (27.49)	72.50 (434.63)
Amigos íntimos	Endogrupo	23.96 (34.43)	11.68 (13.10)	16.48 (24.46)
	Exogrupo	8.24 (15.20)	1.72 (6.59)	4.51 (11.53)

Análises relativas ao efeito do Grupo sobre o Nível de familiaridade (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,135)=251.67$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,135)=36.76$ ,  $p<0.0001$

Angolanos:  $F(1,135)=39.64$ ,  $p<0.0001$

Portugueses:  $F(1,135)=304.95$ ,  $p<0.0001$

Análises relativas ao efeito do Grupo sobre o Número de pessoas conhecidas pelo nome (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,126)=31.94$ ,  $p<0.0001$

Análises relativas ao efeito do Grupo sobre o Número de amigos íntimos (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,114)=31.07$ ,  $p<0.0001$

Relativamente ao número de pessoas conhecidas pelo nome, a análise multivariada de variância efectuada produziu um efeito significativo do grupo-alvo, demonstrando que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses

declaram conhecer mais pessoas pelo nome pertencentes ao endogrupo ( $M = 526.36$ ) do que ao exogrupo ( $M = 72.50$ ),  $F(1,126)=31.94$ ,  $p<0.0001$ ?. O efeito de interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante não foi estatisticamente significativo.

Quanto ao número de amigos íntimos, esta análise produziu um efeito significativo do grupo-alvo, demonstrando que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses declaram ter mais amigos íntimos pertencentes ao endogrupo ( $M = 16.48$ ) do que ao exogrupo ( $M = 4.51$ ),  $F(1,114)=31.07$ ,  $p<0.0001$ ?. O efeito de interacção entre o grupo-alvo e o grupo do participante não foi estatisticamente significativo.

Assim, os participantes de ambos os grupos étnicos manifestam ter um nível de contacto superior com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada para os participantes portugueses.

Para analisar o impacto do nível de contacto endogrupal e do nível de contacto exogrupal nos efeitos de homogeneidade e no favoritismo endogrupal, efectuámos uma classificação dos participantes de ambos os grupos, tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas (contacto endogrupal e contacto exogrupal), dividindo assim os participantes conforme o alto ou baixo nível de contacto. (Para os participantes angolanos a mediana do contacto endogrupal foi =6 e a mediana do contacto exogrupal foi =4.67; para os participantes portugueses a mediana do contacto endogrupal foi =6.33 e a mediana do contacto exogrupal foi =2.00).

Analisámos o impacto do grau de contacto endogrupal e exogrupal nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida (tipo de erros intragrupais; PERSC, MEDSC, AMPLI, VARIA e SEMEL) e nas duas medidas de favoritismo endogrupal (PERPN e MEDPN). Para cada uma destas medidas foi efectuada uma análise de variância multivariada, tendo o contacto endogrupal, o contacto exogrupal e o grupo do participante como variáveis inter-participantes e o grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo) como variável intra-participante.

Em todas as análises de variância efectuadas com as medidas de variabilidade grupal percebida, a interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto endogrupal não foi significativa (com a excepção da medida PERSC), assim como a interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto exogrupal. A tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto endogrupal e o grupo do participante também não foi significativa (com a excepção das medidas PERSC e MEDSC), assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto exogrupal e o grupo do participante. Assim, não há evidência para

uma mediação da variabilidade grupal percebida pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal.

No que respeita ao favoritismo endogrupal, encontrámos o mesmo padrão de resultados para as medidas PERPN e MEDPN. A interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto exogrupal não foi significativa, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto exogrupal e o grupo do participante. No entanto, a interacção entre o grupo-alvo e o nível de contacto endogrupal foi significativa para a medida PERPN  $F(1,127)=10.92$ ,  $p<0.001$  e tendencialmente significativa para a medida MEDPN, assim como a tripla interacção entre o grupo-alvo, o nível de contacto exogrupal e o grupo do participante  $F(1,127)=14.22$ ,  $p<0.0003$  para PERPN e  $F(1,127)=10.21$ ,  $p<0.002$  para MEDPN. As análises de contrastes revelaram que para os participantes angolanos quanto maior o nível de contacto com o endogrupo maior o favoritismo endogrupal  $F(1,127)=65.93$ ,  $p<0.0001$  para PERPN e  $F(1,127)=40.17$ ,  $p<0.0001$  para MEDPN. Em contrapartida, para os participantes portugueses o nível de favoritismo endogrupal não difere significativamente em função do nível de contacto exogrupal. Assim, o nível de contacto endogrupal parece ser um mediador do favoritismo endogrupal, mas o seu efeito só é significativo para os angolanos: quanto maior o nível de contacto com o endogrupo maior o favoritismo endogrupal demonstrado, como se pode verificar na Tabela 81. Esta diferença pode ser devida à solidariedade grupal, face ao destino comum, dos membros do grupo dominado.

**Tabela 81 - Médias e desvios-padrão do favoritismo endogrupal em função dos níveis de familiaridade endogrupal**

Nível de familiaridade		Grupo dos participantes					
		Angolanos (N=54)		Portugueses (N=83)		Total (N=137)	
		Baixo	Alto	Baixo	Alto	Baixo	Alto
PERPN	Endogrupo	21.89 (27.83)	57.06 (19.88)	12.83 (22.02)	21.18 (22.32)	15.92 (24.37)	38.18 (27.71)
	Exogrupo	17.00 (26.49)	7.50 (19.32)	17.74 (27.55)	30.40 (29.76)	17.49 (27.02)	19.55 (27.66)
MEDPN	Endogrupo	24.57 (24.32)	50.04 (31.91)	6.08 (21.98)	11.78 (20.44)	12.33 (24.29)	30.22 (32.65)
	Exogrupo	12.39 (33.91)	3.56 (18.20)	13.88 (28.47)	32.17 (32.57)	13.37 (30.23)	18.61 (30.18)

Análise dos efeitos do Grupo x Nível de familiaridade endogrupal x Nível de familiaridade exogrupal sobre a medida PERPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,127)=14.16$ ,  $p<0.0003$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,127)=40.80$ ,  $p<0.0001$

Familiaridade endogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,127)=10.92$ ,  $p<0.001$

Baixo nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=0.18$ ,  $p<0.672$

Alto nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=19.66$ ,  $p<0.0001$

Grupo x Familiaridade endogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,127)=14.22$ ,  $p<0.0003$

Angolanos – Baixo nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=0.64$ ,  $p<0.425$

Angolanos – Alto nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=65.93$ ,  $p<0.0001$

Portugueses – Baixo nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=1.23$ ,  $p<0.270$

Portugueses – Alto nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=2.53$ ,  $p<0.114$

Análise dos efeitos do Grupo x Nível de familiaridade endogrupal x Nível de familiaridade exogrupal sobre a medida MEDPN em função do Grupo-alvo (endogrupo vs. exogrupo):

Grupo-alvo:  $F(1,127)=7.44$ ,  $p<0.007$

Grupo x Grupo-alvo:  $F(1,127)=50.17$ ,  $p<0.0001$

Familiaridade endogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,127)=3.06$ ,  $p<0.083$

Baixo:  $F(1,127)=0.04$ ,  $p<0.835$

Alto:  $F(1,154)=5.21$ ,  $p<0.024$

Grupo x Familiaridade endogrupal x Grupo-alvo:  $F(1,127)=10.21$ ,  $p<0.002$

Angolanos – Baixo nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=2.76$ ,  $p<0.099$

Angolanos – Alto nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=40.17$ ,  $p<0.0001$

Portugueses – Baixo nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=2.11$ ,  $p<0.148$

Portugueses – Alto nível de familiaridade endogrupal:  $F(1,127)=8.66$ ,  $p<0.004$

### 5.3.3.3.6 Racismo subtil

Os 6 itens correspondentes às duas sub-escalas de racismo subtil foram submetidos a uma análise factorial (rotação *varimax*) que revelou a existência de dois factores ortogonais: um agregando os dois itens relativos à percepção de diferenças culturais (valor próprio = 1.678) e outro agregando os quatro itens referentes à

expressão das emoções (valor próprio = 1.303), que juntos explicam 49.69% da variância (ver Tabela 82). Este padrão mostrou-se consistente com os estudos previamente realizados em Portugal (Vala, Brito e Lopes, 1999a).

Tabela 82 - Estrutura factorial do *racismo subtil*

	Factor 1	Factor 2
<i>Acentuação de diferenças culturais</i>		
<b>Valores</b>	.81	-.01
<b>Sexualidade</b>	.66	.01
<b>Religião</b>	.62	-.36
<b>Língua</b>	.36	.01
<i>Negação de emoções positivas</i>		
<b>Simpatia</b>	.01	.79
<b>Admiração</b>	.28	.72
<b>Valores próprios</b>	1.68	1.30
<b>Variância explicada (%)</b>	28.06	21.63
<b>Alpha de Cronbach</b>	.45	.37

A Tabela 83 apresenta as médias obtidas na escala relativa à *negação da expressão de emoções positivas*. Quanto mais elevados os valores maior a negação de emoções positivas (admiração e simpatia).

A análise efectuada sobre os valores da escala “negação da expressão de emoções positivas” não produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo  $F(1,135)=2.034$ ,  $p<0.156$ ?, indicando que os participantes angolanos ( $M = 2.13$ ) e os participantes portugueses ( $M = 1.99$ ) apresentam níveis semelhantes de negação da expressão de emoções positivas face ao exogrupo.

Globalmente, os resultados aproximam-se mais da “negação da expressão de emoções positivas” do que da “negação da negação da expressão de emoções positivas”  $\chi^2(136)= -9.363$ ,  $p<0.001$ ?, sendo a expressão da simpatia ( $M = 1.90$ ) mais frequente do que a expressão de admiração ( $M = 2.19$ ), tanto para os participantes angolanos como para os participantes portugueses.



Tabela 83 - Médias e desvios-padrão das questões sobre negação da expressão de emoções positivas

Negação da expressão de emoções positivas	Grupo do participante		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
<b>Admiração</b>	2.30 (0.77)	2.12 (0.63)	2.19 (0.69)
<b>Simpatia</b>	1.96 (0.58)	1.86 (0.83)	1.90 (0.74)
<b>Total</b>	2.13 (0.60)	1.99 (0.55)	2.04 (0.57)

Escala: 1 = “muitas vezes”; 2 = “algumas vezes”; 3 = “raramente”; 4 = “nunca”.

Teste da distância dos níveis de EMOCÃO face ao ponto médio da escala:  $t(136) = -9.363$ ,  $p < 0.001$

A Tabela 84 apresenta as médias obtidas na escala referente à *acentuação de diferenças culturais*. Os diferentes itens estão ordenados por ordem crescente da percepção das diferenças. Quanto mais elevados os valores maior a acentuação das diferenças culturais entre os angolanos e os portugueses.

A análise efectuada sobre os valores da escala “acentuação das diferenças culturais” produziu um efeito principal significativo do grupo-alvo, indicando que os participantes portugueses ( $M = 2.58$ ) acentuam mais as diferenças culturais entre os dois grupos do que os participantes angolanos ( $M = 2.18$ ),  $F(1,135) = 15.175$ ,  $p < 0.001$ . Para os participantes angolanos a média difere significativamente do ponto neutro da escala, aproximando-se mais do pólo correspondente à “atenuação das diferenças culturais” do que da “acentuação das diferenças culturais”  $t(53) = -3.857$ ,  $p < 0.001$ ?, enquanto que a média das respostas dos participantes portugueses não difere significativamente do ponto neutro da escala  $t(82) = 1.213$ ,  $p < 0.229$ ?. Como podemos constatar na Tabela 86 os itens em que as respostas dos participantes angolanos e portugueses foram mais divergentes são os relativos aos “valores e princípios morais” e às “crenças e práticas religiosas”, sendo que os participantes angolanos consideram existirem mais semelhanças entre os dois grupos do que os participantes portugueses. Os itens “valores e comportamentos sexuais” e “língua que falam” suscitaram consenso entre os participantes de ambos os grupos, sendo que é relativamente aos “valores e comportamentos sexuais” que os participantes referem maior diferença entre os grupos e na “língua que falam” a maior semelhança.

**Tabela 84 - Médias e desvios-padrão das questões sobre a acentuação das diferenças culturais**

Percepção de diferenças culturais	Grupo do participante		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
<b>Língua</b>	2.00 (1.06)	2.07 (0.91)	2.04 (0.97)
<b>Religião</b>	1.66 (0.92)	2.76 (0.89)	2.33 (1.05)
<b>Valores</b>	2.19 (1.01)	2.61 (0.88)	2.45 (0.95)
<b>Sexualidade</b>	2.85 (1.04)	2.86 (0.86)	2.85 (0.93)
<b>Total</b>	2.18 (0.62)	2.58 (0.57)	2.42 (0.62)

Escala: 1 = “muito semelhantes”; 2 = “um pouco semelhantes”; 3 = “um pouco diferentes”; 4 = “muito diferentes”.

Análise dos efeitos do Grupo sobre DIFERE:

Grupo:  $F(1,135)=15.175$ ,  $p<0.001$

Teste da distância dos níveis de DIFERE face ao ponto médio da escala:

Angolanos:  $t(53)=-3.857$ ,  $p<0.001$

Portugueses:  $t(82)=1.213$ ,  $p<0.229$

Para averiguar a relação entre a expressão de emoções e a acentuação de diferenças culturais e os efeitos de homogeneidade foram calculadas as correlações entre cada uma destas escalas e as várias medidas de variabilidade grupal percebida (tipo de erros intragrupais, VARIA, SEMEL, AMPLI, PERSC e MEDSC), separadamente para participantes angolanos e para participantes portugueses, uma vez que o padrão de resultados destes grupos é bastante divergente no que respeita às medidas de variabilidade grupal percebida.

A Tabela 85 apresenta as correlações entre as medidas de variabilidade grupal percebida e as medidas de *racismo subtil*.

Tabela 85 - Correlações entre as medidas de variabilidade grupal percebida e as outras medidas

Medidas		Grupo dos participantes			
		Angolanos		Portugueses	
		Diferença	Emoção	Diferença	Emoção
ERROS	Endogrupo	-.099	-.041	.048	-.070
	Exogrupo	.215	.069	-.029	-.066
PERSC	Endogrupo	.129	.067	.107	-.169
	Exogrupo	.002	.169	.208	.137
MEDSC	Endogrupo	.001	-.211	.022	-.079
	Exogrupo	-.075	.075	.129	.088
AMPLI	Endogrupo	.023	.252	-.189	.127
	Exogrupo	-.019	.229	-.055	-.044
VARIA	Endogrupo	.066	-.059	.030	-.008
	Exogrupo	.081	-.068	-.135	-.243*
SEMEL	Endogrupo	.063	-.385**	0.061	.042
	Exogrupo	.063	.433**	.176	-.057

Nota: \* Correlação significativa a 0.05; \*\* Correlação significativa a 0.01.

No que respeita à “negação da expressão de emoções positivas”, para os participantes angolanos verifica-se uma correlação positiva significativa com a medida SEMEL-exogrupo ( $r = -0.433$ ,  $p < 0.001$ ) e verificam-se correlações negativas significativas com as medidas SEMEL-endogrupo ( $r = -0.385$ ,  $p < 0.004$ ) e PERSC-exogrupo ( $r = -0.300$ ,  $p < 0.027$ ). Relativamente aos participantes portugueses, verificam-se correlações negativas significativas com as medidas VARIA-exogrupo ( $r = 0.243$ ,  $p < 0.027$ ), PERSC-exogrupo ( $r = -0.400$ ,  $p < 0.001$ ) e MEDSC-exogrupo ( $r = -0.406$ ,  $p < 0.001$ ).

Relativamente à “acentuação de diferenças culturais” não se verificam quaisquer correlações significativas com as diversas medidas de variabilidade grupal percebida, nem para os participantes angolanos nem para os participantes portugueses.

#### 5.3.3.3.7 Tolerância à diferença

##### *Amizades intergrupais*

A Tabela 86 apresenta as médias relativas ao número de amizades intergrupais (amigos de outra nacionalidade, outra raça, outra religião, outra cultura, ou outra classe

social) referidas pelos participantes. Valores mais elevados correspondem a maior número de amizades intergrupais.

Como se pode verificar, as amizades intergrupais são mais frequentes nos participantes angolanos ( $M = 2.47$ ) do que nos participantes portugueses ( $M = 2.00$ ),  $F(1,135)=45.437$ ,  $p<0.001$ ?, o que se prende com a sua situação de imigrantes que os obriga a um maior contacto com outros grupos.

**Tabela 86 - Médias e desvios-padrão das questões sobre as amizades intergrupais**

Amizades intergrupais	Grupo do participante		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
<b>Pessoas de outra nacionalidade</b>	2.52 (0.50)	1.93 (0.54)	2.16 (0.60)
<b>Pessoas de outra raça</b>	2.48 (0.57)	1.71 (0.57)	2.01 (0.69)
<b>Pessoas de outra religião</b>	2.48 (0.58)	1.90 (0.62)	2.13 (0.66)
<b>Pessoas de outra cultura</b>	2.38 (0.66)	2.02 (0.61)	2.16 (0.65)
<b>Pessoas de outra classe social</b>	2.52 (0.57)	2.43 (0.61)	2.46 (0.60)
<b>Total</b>	2.47 (0.38)	2.00 (0.41)	2.18 (0.46)

Escala: 1 = “nenhuma”; 2 = “poucas”; 3 = “muitas”.

Análise dos efeitos do Grupo sobre as amizades intergrupais:

Grupo:  $F(1,135)=45.437$ ,  $p<0.001$

### ***Grau de incomodidade com opiniões diferentes***

A Tabela 87 apresenta as médias relativas ao grau de incomodidade com opiniões diferentes. Valores mais elevados correspondem a menor grau de incomodidade. A análise de variância efectuada demonstrou não existirem diferenças significativas entre os participantes angolanos ( $M = 3.02$ ) e os participantes portugueses ( $M = 3.10$ ).

**Tabela 87 - Médias e desvios-padrão da questão sobre a incomodidade face a opiniões diferentes**

	Grupo do participante		
	Angolanos (N = 54)	Portugueses (N = 83)	Total (N = 137)
<b>Grau de incomodidade</b>	3.02 (0.79)	3.10 (0.58)	3.07 (0.67)

Escala: 1 = “frequentemente”; 2 = “algumas vezes”; 3 = “raramente”; 4 = “nunca”.

Tal como procedemos em relação às escalas “negação da expressão de emoções positivas” e a “acentuação de diferenças culturais”, calculámos as correlações entre estas diversas medidas – amizades intergrupais e incomodidade com opiniões diferentes – e as várias medidas de variabilidade grupal percebida (tipo de erros intragrupais, VARIA, SEMEL, AMPLI, PERSC e MEDSC), separadamente para participantes angolanos e para participantes portugueses, uma vez que o padrão de resultados destes grupos é bastante divergente no que respeita às medidas de variabilidade grupal percebida.

A Tabela 88 apresenta as correlações entre as variáveis ligadas à tolerância face à diferença e as medidas de variabilidade grupal percebida. Relativamente às “amizades intergrupais”, para os participantes angolanos verifica-se uma correlação positiva significativa com a medida SEMEL-endogrupo ( $r = 0.340$ ,  $p < 0.012$ ) e para os participantes portugueses verifica-se igualmente uma correlação positiva significativa com a medida SEMEL-endogrupo ( $r = 0.360$ ,  $p < 0.001$ ) e assim como uma correlação negativa com AMPLI-exogrupo ( $r = -0.275$ ,  $p < 0.012$ ).

Quanto ao “grau de incomodidade com opiniões diferentes”, para os participantes angolanos verificam-se correlações positivas significativas com as medidas e PERSC-endogrupo ( $r = 0.373$ ,  $p < 0.005$ ) e MEDSC-endogrupo ( $r = -0.293$ ,  $p < 0.031$ ) e também uma correlação negativa com SEMEL-endogrupo ( $r = -0.300$ ,  $p < 0.027$ ). Para os participantes portugueses não se verifica qualquer correlação significativa.

**Tabela 88 - Correlações entre as medidas de variabilidade grupal percebida e as medidas de tolerância à diferença**

Medidas		Grupo dos participantes			
		Angolanos		Portugueses	
		Amizades Intergrupais	Grau de Incomodidade	Amizades Intergrupais	Grau de Incomodidade
ERROS	Endogrupo	.113	-.121	.195	-.099
	Exogrupo	.109	-.089	.175	-.066
PERSC	Endogrupo	.105	.334*	-.015	.191
	Exogrupo	.257	.502**	.152	-.011
MEDSC	Endogrupo	-.013	.255	.050	.113
	Exogrupo	.028	.333*	.083	.040
AMPLI	Endogrupo	.000	-.016	-.146	-.109
	Exogrupo	-.160	-.112	-.275*	-.016
VARIA	Endogrupo	.123	-.200	.007	.031
	Exogrupo	.127	.126	.154	.068
SEMEL	Endogrupo	.340*	-.300*	.360**	.110
	Exogrupo	-.070	.095	-.130	-.055

Nota: \* Correlação significativa a 0.05; \*\* Correlação significativa a 0.01.

### 5.3.4 Discussão

#### *Efeitos de categorização*

Um dos principais objectivos deste estudo era verificar a saliência categorial da cor da pele (*negros* vs. *brancos*) isoladamente ou conjugada com a categorização nacional (angolanos vs. portugueses) e averiguar os efeitos de homogeneidade relativamente a estes grupos.

A comparação dos erros intergrupais com os erros intragrupais demonstrou que os participantes efectivamente categorizaram as pessoas-estímulo em dois grupos distintos: os *brancos* (portugueses) e os *negros* (angolanos). Tanto os membros do grupo dominante como os membros do grupo dominado mostraram maior tendência para confundir a informação acerca dos membros de um mesmo grupo-alvo do que a informação referente a membros de grupos-alvo distintos, isto é, estruturaram a informação a partir da pertença *étnica* das pessoas-estímulo.

O efeito de categorização foi significativo em ambas as versões do material-estímulo, mas foi mais forte na versão A (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia, nome próprio e nacionalidade) do que na versão B (identificação das pessoas-estímulo pela fotografia e nome próprio), isto é, este efeito foi mais forte quando a categorização racial era acompanhada da categorização nacional. O efeito de categorização não variou em função da ordem de apresentação das pessoas-estímulo, validando assim o uso deste material para o exame de questões relativas à percepção de grupos.

#### *Efeitos de homogeneidade*

Outro dos nossos objectivos era replicar alguns dos resultados encontrados no estudo anterior para uma maior validação dos mesmos assim como um aprofundamento da sua discussão. Neste estudo, tal como no anterior, testámos a hipótese da assimetria nos efeitos de homogeneidade em função do estatuto social relativo recorrendo a diferentes tipos de medidas. Utilizámos medidas não-obstrusivas (tarefa de recordação indiciada) e medidas mais directas (tarefas de questionário), umas ligadas directamente ao conteúdo dos estereótipos grupais (tarefa de estimação de percentagens e tarefa de estimação de médias) e outras não relacionadas com o conteúdo dos estereótipos (tarefa de estimação de amplitudes e tarefa de estimação de variabilidade).

No que respeita aos efeitos de homogeneidade, os resultados evidenciaram a esperada assimetria em função do estatuto relativo dos grupos em presença. A comparação entre os erros endogrúpicos e os erros exogrúpicos demonstrou a ausência de um efeito de homogeneidade do exogrupo para a globalidade da amostra. Consistentemente com as nossas hipóteses, os membros do grupo dominante (os participantes portugueses) demonstraram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo, isto é, confundiram muito mais a informação respeitante às pessoas-estímulo *negras* (exogrupo) do que a informação respeitante às pessoas-estímulo *brancas* (endogrupo), enquanto que os membros do grupo dominado (os participantes angolanos) evidenciaram um padrão oposto de resultados, demonstrando um forte efeito de homogeneidade do endogrupo, isto é, confundiram muito mais a informação respeitante às pessoas-estímulo *negras* (endogrupo) do que a informação respeitante às pessoas-estímulo *brancas* (exogrupo). Globalmente, verificou-se um efeito de homogeneidade do grupo dominado, isto é, as pessoas-estímulo do grupo dominado foram mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo do grupo dominante, independentemente da pertença étnica dos participantes.

Uma vez que a valência dos traços utilizados para descrever as pessoas-estímulo foi sistematicamente controlada, neste estudo o material-estímulo utilizado permitiu a análise da relação entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo, recorrendo a medidas indirectas (no estudo anterior efectuámos esta análise com medidas ‘directas’ derivadas do questionário). Neste sentido, efectuámos novas análises de variância dos erros intragrúpicos (endogrúpicos vs. exogrúpicos) tendo em conta a valência dos traços (positivos vs. negativos) tendo como referente o modelo de pessoa adulta.

Tal como esperávamos, a relação entre o tipo de erro intragrupal e a valência dos traços foi qualificada pelo estatuto relativo dos grupos em presença. Os participantes angolanos cometeram mais erros endogrúpicos face a traços positivos do que face a traços negativos, e efectuaram mais erros exogrúpicos face a traços negativos do que face a traços positivos, mas esta diferença na proporção dos erros em função da valência dos traços não atinge o limiar da significância estatística. Os participantes portugueses apresentaram um padrão de resultados oposto: cometeram mais erros endogrúpicos face a traços negativos do que face a traços positivos, e efectuaram mais erros exogrúpicos face a traços positivos do que face a traços negativos.



Resumindo, verifica-se uma assimetria entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo em função do estatuto dos grupos. Os membros do grupo dominante (participantes portugueses) aumentam a distintividade do endogrupo nos traços positivos e reduzem-na nos traços negativos, mas usam sempre a mesma estratégia em relação ao exogrupo: independentemente da valência dos traços prevalece a homogeneidade do exogrupo. Em contrapartida, os membros do grupo dominado (participantes angolanos) homogeneizam sempre o endogrupo, mas de forma mais acentuada nos traços positivos do que nos negativos, e heterogeneizam o exogrupo, sobretudo nos traços positivos. Foi, sobretudo, ao nível dos traços positivos que se verificaram as maiores divergências nas estratégias cognitivas em relação ao endogrupo entre o grupo dominante e o grupo dominado.

Assim, conseguimos replicar o padrão de resultados inédito encontrado no estudo anterior e que ajuda a esclarecer as inconsistências encontradas em pesquisas anteriores (e.g., Haslam *et al.*, 1995; Judd *et al.*, 1995; Park e Judd, 1990).

Este padrão vai no sentido do modelo da assimetria simbólica (Amâncio, 1993a, 1994) no que diz respeito aos processos de diferenciação a partir dos estereótipos: enquanto que os estereótipos salientam a pertença dos dominados e acentuam a sua distância em relação aos dominantes, no caso destes últimos, os estereótipos não parecem servir as mesmas funções podendo ser utilizados pelos seus membros com uma maior margem de liberdade.

Relativamente às medidas ‘directas’ de variabilidade grupal percebida obtidas através do questionário, como já referimos, algumas dessas medidas são directamente ligadas ao conteúdo dos estereótipos grupais (tarefa de estimação de percentagens e tarefa de estimação de médias), mas outras não estão relacionadas com o conteúdo dos estereótipos (tarefa de estimação de variabilidade).

As duas medidas baseadas na diferença de atribuição de traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos revelaram um padrão de resultados idêntico. Os participantes portugueses demonstraram um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo, isto é, atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos ao exogrupo do que ao endogrupo. Em contrapartida, os participantes angolanos demonstraram um efeito de homogeneidade do endogrupo significativo, isto é, atribuíram uma maior diferença entre os traços estereotípicos e os traços contra-estereotípicos ao endogrupo do que ao exogrupo.

A tarefa de estimação de amplitudes apresentou um padrão de resultados diferente, sendo a única medida em que se verificou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para ambos os grupos de participantes – estes estabeleceram uma maior diferença entre os membros extremos (amplitude) do endogrupo do que entre os do exogrupo.

Quanto à tarefa de estimação de variabilidade, globalmente não se verificou um efeito de homogeneidade do exogrupo. Os participantes portugueses estimaram significativamente maior variabilidade geral para o endogrupo, enquanto que os participantes angolanos demonstraram uma tendência no sentido oposto, isto é, estimaram maior variabilidade geral para o endogrupo do que para o exogrupo.

Nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida utilizadas neste estudo encontrámos um padrão consistente de resultados. De acordo com as nossas previsões, verificou-se uma assimetria na percepção da homogeneidade grupal em função do estatuto relativo dos grupos. O grupo dominante apresentou um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo (tarefa de estimação de percentagens, tarefa de estimação de médias, tarefa de estimação de amplitudes, e tarefa de estimação de variabilidade), enquanto que o grupo dominado homogeneizou o endogrupo face ao exogrupo (à excepção da tarefa de estimação de amplitudes).

Relativamente à tarefa de estimação de semelhanças, a globalidade dos participantes referiu sentir-se mais semelhante com os membros do endogrupo do que com os membros do exogrupo. No entanto, verificou-se uma assimetria na diferenciação que os participantes estabelecem entre si próprios e o grupo de pertença e o grupo dos outros: os participantes portugueses referiram sentir-se mais semelhantes com os membros do endogrupo do que com os membros do exogrupo, mas esta diferença foi muito mais acentuada nos participantes angolanos.

Resumindo, os membros do grupo dominado foram mais homogeneizados do que os membros do grupo dominante. Este resultado foi encontrado em medidas ligadas aos estereótipos grupais, mas também em medidas sem ligação directa com os estereótipos. Assim, no que respeita aos efeitos de homogeneidade, os dados suportam a nossa hipótese: o efeito de homogeneidade manifesta-se assimetricamente em função do estatuto relativo dos grupos em presença (Lorenzi-Cioldi, 1998). Globalmente, o grupo dominado é mais homogeneizado do que o grupo dominante, independentemente do grupo de pertença dos participantes.

### ***Favoritismo endogrupal***

Encontrámos um padrão consistente de resultados em ambas as medidas ‘directas’ de favoritismo endogrupal: o favoritismo endogrupal foi significativo para a globalidade da amostra, isto é, os participantes atribuíram uma maior diferença entre os traços positivos e os traços negativos ao endogrupo do que ao exogrupo. O efeito de favoritismo endogrupal foi muito significativo para os participantes angolanos, mas os participantes portugueses mostraram uma tendência no sentido oposto, isto é, manifestaram favoritismo exogrupal, o qual foi estatisticamente significativo no caso da medida derivada da tarefa de estimação de médias e tendencialmente significativo no caso da medida derivada da tarefa de estimação de percentagens.

Tal como no estudo anterior, estes resultados não apontam para uma relação directa entre o favoritismo endogrupal e o efeito de homogeneidade do exogrupo. Os participantes portugueses manifestaram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo mas não exibiram favoritismo endogrupal, enquanto que os participantes angolanos manifestaram um forte favoritismo endogrupal, e na maior parte das medidas de variabilidade grupal percebida manifestaram um efeito de homogeneidade do endogrupo.

### ***Auto-descrição***

Relativamente às medidas de auto-descrição, começámos por averiguar até que ponto os indivíduos se descreveram de forma consonante com os traços estereotípicos do seu próprio grupo de pertença. Em concordância com as nossas hipóteses, verificámos que os participantes angolanos se descreveram a si próprios recorrendo mais aos traços estereotípicos do endogrupo do que aos traços contra-estereotípicos, enquanto que os participantes portugueses recorreram à estratégia inversa, isto é, descreveram-se a si próprios recorrendo mais aos traços contra-estereotípicos do endogrupo do que aos traços estereotípicos. Estes resultados demonstram que os participantes portugueses preferiram descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo. Isto é, os participantes portugueses enfatizaram a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença, enquanto que os participantes angolanos enfatizaram a indiferenciação interpessoal dentro do endogrupo.

Esta assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao seu grupo de pertença em função do estatuto relativo dos grupos vai ao encontro dos resultados obtidos no estudo anterior: os participantes angolanos homogeneizaram o endogrupo e enfatizaram

a indiferenciação do *self* face ao grupo de pertença, enquanto que os participantes portugueses heterogeneizaram o endogrupo e enfatizaram a diferenciação do *self* face ao grupo de pertença.

Vai também ao encontro dos resultados relativos à semelhança percebida com o endogrupo e com o exogrupo. Os participantes de ambos os grupos sentem-se mais semelhantes ao endogrupo do que ao exogrupo. No entanto, verifica-se uma assimetria na diferenciação que os participantes estabelecem entre si próprios e o grupo de pertença e o grupo dos outros em função do estatuto relativo dos grupos. Embora globalmente todos os participantes se sintam mais semelhantes ao endogrupo do que ao exogrupo, esta diferença é significativamente mais acentuada para os membros do grupo dominado do que para os membros do grupo dominante.

Em segundo lugar, averiguámos até que ponto os indivíduos se descreveram a si próprios recorrendo preferencialmente a traços positivos ou a traços negativos. Tal como no estudo anterior, verificámos que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses se auto-descreveram recorrendo mais aos traços positivos do que aos traços negativos, o que vai ao encontro da norma da positividade das auto-descrições (Zajonc, 1968).

Seguidamente, investigámos se a discrepância entre as auto-descrições e a tendência central do endogrupo (distância absoluta) variava em função do estatuto relativo do grupo de pertença dos participantes. Contrariamente às nossas hipóteses, verificámos que a distância absoluta face à média geral do endogrupo não foi significativamente diferente para participantes angolanos e portugueses. Verificámos ainda que a distância das auto-descrições dos participantes face ao endogrupo não variava significativamente em função do carácter estereotípico dos traços.

No entanto, as auto-descrições dos participantes foram significativamente mais próximas da tendência central do endogrupo nos traços positivos do que nos traços negativos, sendo o efeito da valência dos traços mais forte para os participantes angolanos do que para os portugueses.

Por último, investigámos as correlações entre as auto-descrições e as várias medidas de variabilidade grupal percebida. Primeiro, averiguámos se a distância face à tendência central percebida do endogrupo seria uma boa preditora da variabilidade grupal percebida, mas o padrão de correlações significativas não foi suficientemente claro para permitir tirar ilações. Em segundo lugar, averiguámos se o facto do indivíduo se descrever a si próprio de forma consonante com os estereótipos do seu grupo étnico

estaria relacionado com o efeito de homogeneidade do endogrupo. Tanto para os participantes angolanos como para os participantes portugueses não se verificou nenhuma correlação significativa entre o facto do indivíduo se descrever de forma consonante com os estereótipos do endogrupo e as medidas de variabilidade grupal percebida baseadas na atribuição diferencial de traços estereotípicos e traços contra-estereotípicos.

Assim, globalmente, estas análises indicam que não é possível prever os efeitos de homogeneidade a partir dos valores da auto-descrição. O facto de encontrarmos poucas correlações significativas, sobretudo para os participantes angolanos, pode dever-se ao reduzido número de efectivos.

### ***Pertença, orgulho e identificação***

Para além de avaliarmos os níveis de identificação endogrupal e exogrupal como no estudo anterior, neste estudo acrescentámos medidas de “importância da pertença” e de “orgulho grupal”. Outra diferença em relação ao estudo anterior consistiu no facto destas medidas serem calculadas não só em relação ao grupo *nacional* (*angolanos* ou *portugueses*), mas também em relação ao grupo *supranacional* (*africanos* ou *européus*) e ao grupo *racial* (*negros* ou *brancos*). Todas estas medidas foram calculadas em função da auto-categorização dos participantes nos vários grupos: *angolanos*, *portugueses*, *africanos*, *européus*, *negros* e *brancos*. As medidas de “importância da pertença grupal” e de “orgulho grupal” foram calculadas apenas relativamente ao endogrupo, enquanto que a medida de “identificação grupal” foi calculada em relação ao endogrupo e em relação ao exogrupo, tal como no estudo anterior. Relativamente à importância da pertença grupal, verificámos que tanto os angolanos como os participantes portugueses atribuíram maior importância à sua pertença *nacional* do que à sua pertença *racial*. As comparações intergrupais efectuadas relativamente a cada uma destas pertenças permitiram verificar que os participantes angolanos atribuíram maior importância à sua pertença nacional do que os participantes portugueses, o mesmo acontecendo com a sua pertença racial.

Quanto ao orgulho grupal, observámos sensivelmente o mesmo padrão de resultados. Globalmente, os participantes portugueses referiram sentir maior orgulho nacional do que orgulho racial, enquanto que para os participantes angolanos esta diferença não é estatisticamente significativa. As comparações intergrupais efectuadas relativamente a cada uma das pertenças, permitiram verificar que os participantes angolanos evidenciam

um maior nível de orgulho nacional do que os participantes portugueses, o mesmo acontecendo com o nível de orgulho racial.

No que respeita aos níveis de identificação endogrupal, globalmente, os participantes referiram sentir-se mais identificados com o seu grupo nacional do que com o seu grupo racial. As comparações intergrupais efectuadas relativamente a cada uma das pertenças, permitiram verificar que os níveis de identificação endogrupal nacional e racial não diferiram significativamente entre participantes angolanos e participantes portugueses.

Quanto aos níveis de identificação exogrupal, os participantes portugueses referiram sentir-se menos identificados com o seu exogrupo nacional do que com o seu exogrupo racial, enquanto que os participantes angolanos apresentaram níveis idênticos de identificação exogrupal nacional e racial. As comparações intergrupais efectuadas relativamente a cada um dos exogrupos permitiram verificar que os níveis de identificação exogrupal nacional foram superiores para os participantes angolanos do que para os participantes portugueses, enquanto que os níveis de identificação racial não diferiram significativamente entre os dois grupos de participantes.

Seguidamente, efectuámos análises abrangendo simultaneamente os valores relativos aos níveis de identificação endogrupal e exogrupal, tal como efectuámos no estudo anterior. No que respeita aos níveis de identificação nacional (angolanos vs. portugueses), verificámos que ambos os grupos de participantes se identificam mais fortemente com o endogrupo do que com o exogrupo. O mesmo padrão de resultados se verificou com os níveis de identificação racial (*brancos* vs. *negros*): os participantes de ambos os grupos étnicos identificaram-se mais fortemente com o endogrupo do que com o exogrupo.

No seu conjunto, os resultados relativos ao grau de importância atribuída à pertença grupal, ao nível de orgulho grupal e ao nível de identificação grupal, são consonantes com os resultados da pesquisa anterior sobre os níveis de identificação dos membros de grupos dominantes ou de grupos dominados (cf.: Cabecinhas, 1994). Os participantes angolanos atribuíram maior importância às suas pertenças grupais (nacional, supranacional e racial) do que os participantes portugueses e também manifestaram maiores níveis de orgulho nacional e racial. No entanto, relativamente aos níveis de identificação (nacional, supranacional e racial) não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos.

Tal como no estudo anterior, analisámos o impacto dos níveis de identificação nacional (angolanos vs. portugueses) e racial (negros vs. brancos) nos efeitos de homogeneidade e também nos efeitos de favoritismo. Nesse sentido, efectuámos uma

classificação dos participantes de ambos os grupos tendo em conta o valor da mediana de cada grupo para cada uma das medidas de identificação, dividindo os participantes em “fortemente identificados” e “fracamente identificados”.

No que respeita às medidas de variabilidade grupal percebida, em todas as análises efectuadas (tanto com as medidas directas como indirectas), não encontrámos evidência para uma mediação do nível de identificação endogrupal nem do nível de identificação exogrupal na percepção da variabilidade grupal.

Quanto às medidas de favoritismo endogrupal, nas análises efectuadas não encontrámos evidência para uma mediação do nível de identificação endogrupal nos efeitos de favoritismo. Contudo, as análises revelaram que quanto maior o nível de identificação exogrupal menor o favoritismo endogrupal. Assim, os resultados apontam para uma mediação do favoritismo endogrupal pelo nível de identificação exogrupal (mas não pelo nível de identificação endogrupal).

Este padrão de resultados, tanto no que respeita à mediação dos efeitos de homogeneidade como à mediação dos efeitos de favoritismo, aplica-se tanto aos níveis de identificação nacional (angolanos vs. portugueses) como racial (*negros* vs. *brancos*) e vai ao encontro dos resultados obtidos no estudo anterior.

### ***Contacto grupal***

Analisámos os níveis de contacto entre os grupos através de três questões fechadas e duas abertas. Globalmente, os participantes consideraram ter maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada nos participantes portugueses do que nos participantes angolanos.

Analisámos o impacto dos níveis de contacto (endogrupal e exogrupal) nas diversas medidas de variabilidade grupal percebida e nas medidas de favoritismo endogrupal. As análises de variância efectuadas sobre as medidas de variabilidade grupal percebida fazendo co-variá os níveis de contacto endogrupal e de contacto exogrupal não produziram resultados significativos. Assim, não há evidência para uma mediação da variabilidade grupal percebida pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal.

No que respeita às medidas de favoritismo endogrupal, as análises de co-variância efectuadas revelaram que para os participantes angolanos quanto maior o nível de contacto com o endogrupo maior o favoritismo endogrupal. Em contrapartida, para os participantes portugueses o nível de favoritismo endogrupal não difere significativamente em função do

nível de contacto. Assim, o nível de contacto endogrupal parece ser um mediador do favoritismo endogrupal, mas o seu efeito só é significativo para os angolanos.

Resumindo, no que respeita à percepção da variabilidade grupal, nem o nível de contacto endogrupal nem o nível de contacto exogrupal produziram resultados significativos, isto é, os efeitos de homogeneidade não variaram significativamente em função do alto ou baixo contacto com os grupos. Assim, parece difícil argumentar que o efeito de homogeneidade do exogrupo é uma simples consequência do nível de contacto e da informação recolhida sobre os grupos (Lorenzi-Cioldi, 1998; Park e Judd, 1990; Park e Rothbart, 1982). Quanto ao favoritismo pelo grupo de pertença, verificámos que para os participantes angolanos quanto maior é o nível de contacto endogrupal maior é o favoritismo.

### ***Racismo subtil***

Neste estudo pretendíamos ainda analisar a relação entre o *racismo subtil* (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, Brito, Lopes, 1999) e os efeitos de homogeneidade. O *racismo subtil* foi avaliado através de duas sub-escalas: “negação da expressão de emoções positivas” e “acentuação das diferenças culturais”. Na primeira das sub-escalas não se verificaram diferenças significativas em função do grupo dos participantes enquanto que na segunda se registaram diferenças significativas no nível de racismo e no padrão de resposta em função do grupo dos participantes.

Os participantes de ambos grupos apresentaram níveis semelhantes de negação da expressão de emoções positivas face ao exogrupo. Globalmente, os resultados aproximam-se mais da “expressão de emoções positivas” do que da “negação da negação da expressão de emoções positivas”, sendo a expressão da *simpatia* mais frequente do que a expressão de *admiração*, tanto para os participantes angolanos como para os participantes portugueses.

Quanto à “acentuação das diferenças culturais” (valores, religião, sexualidade e língua), os participantes portugueses acentuaram mais as diferenças culturais entre os dois grupos étnicos do que os participantes angolanos. A média dos participantes angolanos difere significativamente do ponto neutro da escala, aproximando-se mais do pólo correspondente à “atenuação das diferenças culturais” do que da “acentuação das diferenças culturais”, enquanto que a média dos participantes portugueses não difere significativamente do ponto neutro da escala.



Os itens em que as respostas dos participantes angolanos e portugueses foram mais divergentes são os relativos aos “valores e princípios morais” e às “crenças e práticas religiosas”, sendo que os participantes angolanos consideram existirem mais semelhanças entre os dois grupos do que os participantes portugueses. Os itens “valores e comportamentos sexuais” e “língua que falam” suscitaram consenso entre os participantes de ambos os grupos, sendo que é relativamente aos “valores e comportamentos sexuais” que os participantes referem maior diferença entre os grupos e na “língua que falam” a maior semelhança.

Seguidamente, verificámos as correlações entre a negação da expressão de emoções e a acentuação de diferenças culturais e os efeitos de homogeneidade expressos nas diversas medidas. No que respeita à “negação da expressão de emoções positivas”, para os participantes portugueses verificaram-se correlações negativas significativas com três das medidas de variabilidade grupal percebida em relação ao exogrupo, enquanto que para os participantes angolanos se verificou apenas uma correlação significativa. Relativamente à “acentuação de diferenças culturais” não se verificaram quaisquer correlações significativas com as diversas medidas de variabilidade grupal percebida, nem para os participantes angolanos nem para os participantes portugueses.

### ***Tolerância à diferença***

Por último, neste estudo pretendíamos averiguar se a maior ou menor tolerância dos participantes face à diferença estaria correlacionada com os efeitos de homogeneidade. A tolerância face à diferença foi medida através do número de “amizades intergrupais” e o grau de “incomodidade com opiniões diferentes”.

As “amizades intergrupais” (amigos de outra *nacionalidade*, outra *raça*, outra *religião*, outra *cultura*, ou outra *classe social*) são mais frequentes nos participantes angolanos do que nos participantes portugueses, o que se prende com a sua situação de imigrantes que os obriga a um maior contacto com outros grupos. No entanto, a ordem em que surgem os vários tipos grupos é semelhante em ambos os grupos de participantes: globalmente, as amizades são mais frequentes com pessoas de outra *classe social* e outra *cultura* e são menos frequentes com pessoas de outra *religião* ou *raça*.

Relativamente ao grau de “incomodidade com opiniões diferentes”, não se verificaram diferenças significativas entre os participantes angolanos e os participantes portugueses.

Finalmente, calculámos as correlações entre estas medidas – “amizades intergrupais” e “incomodidade com opiniões diferentes” – e as várias medidas de variabilidade grupal percebida. No que respeita às “amizades intergrupais” verificam-se poucas correlações significativas com as medidas de variabilidade grupal percebida, sendo o seu padrão extremamente irregular. Quanto ao grau de “incomodidade com opiniões diferentes”, para os participantes angolanos verificam-se algumas correlações significativas, mas para os participantes portugueses não se verifica qualquer correlação significativa.

**CAPÍTULO 6 -**

**ESTUDO CORRELACIONAL:**  
**RACISMO E VARIABILIDADE GRUPAL**  
**PERCEBIDA**

## 6.1 Estudo 6

### 6.1.1 Introdução

Nos dois estudos experimentais que apresentámos no capítulo precedente, investigámos os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo recorrendo a dois grupos de estatuto assimétrico na sociedade portuguesa: o grupo maioritário (portugueses) e um grupo minoritário de origem africana (angolanos). Com o objectivo de alargar as conclusões desta pesquisa aos grupos *étnicos* em geral, decidimos realizar um último estudo para comparar as percepções que os portugueses (grupo dominante e maioritário) têm dos vários grupos nacionais de origem africana: angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses. A nossa hipótese é que os portugueses não têm uma percepção significativamente diferenciada de cada um destes grupos, isto é, a nacionalidade não é relevante quando se trata de grupos minoritários de origem africana.

No que respeita à percepção da variabilidade grupal, tal como nos estudos anteriores, esperamos encontrar um efeito de homogeneidade do exogrupo para os vários grupos oriundos dos PALOP e esperamos que este efeito não varie significativamente de magnitude em função da nacionalidade.

O segundo objectivo deste estudo foi averiguar quais as variáveis preditoras da variabilidade grupal percebida. Nesse sentido construímos um questionário com várias medidas, a maior parte já presentes no estudo anterior: o racismo subtil e o racismo flagrante, a tolerância à diferença, o contacto entre os grupos e a identificação com o endogrupo.

Interessa-nos particularmente averiguar até que ponto o efeito de homogeneidade do exogrupo vai ancorar no *racismo*. A nossa hipótese é que haja uma correlação positiva significativa entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o racismo, nomeadamente o ‘racismo subtil’. Neste sentido recorreremos à escala de racismo subtil e racismo flagrante de Pettigrew e Meertens (1995), o que nos permitirá comparar os nossos resultados com os de outros estudos já efectuados em Portugal (Vala, Brito e Lopes, 1999a).

Tendo sido a escala traduzida e aferida para a população portuguesa em relação aos ‘imigrantes negros’ decidimos utilizar a mesma escala, mas tendo seis grupos-alvo:

as cinco nacionalidades dos PALOP e os ‘negros’ em geral (original da escala). Assim, foram construídas seis versões do mesmo questionário. Cada versão corresponde a um grupo-alvo: angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e negros.

A utilização destes seis grupos-alvo permite-nos, por um lado, a comparação das respostas dos participantes em função dos diferentes grupos nacionais africanos (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses), e por outro, a comparação das respostas dos participantes em função do tipo de categorização: baseada na nacionalidade (categorização *nacional*) ou baseada na cor da pele (categorização *racial*).

Uma vez que as campanhas anti-racismo se têm focalizado na ilegitimidade da discriminação em função da cor da pele, é provável que a designação ‘negros’ (categorização *racial*) seja mais facilmente reconhecida como activando respostas que possam ser conotadas com racismo. Sendo os participantes neste estudo pessoas com elevada escolaridade e bem cientes das normas sociais em vigor contra a discriminação é natural que a inibição provocada pela designação ‘negros’ seja mais forte do que a provocada pelas diferentes designações nacionais. Assim, esperamos encontrar respostas mais discriminatórias nas condições de categorização nacional (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, e são-tomenses) do que na condição de categorização racial (*negros*), especialmente nas medidas mais subtis da discriminação (variabilidade grupal percebida e racismo subtil). Nas medidas de discriminação flagrante a norma anti-racismo será automaticamente activada independentemente do tipo de categorização, pelo que não esperamos encontrar diferenças significativas.

Esperamos também uma diferença significativa entre a categorização racial e a categorização nacional nas medidas mais ligadas ao contacto com o exogrupo, uma vez que a designação ‘negros’ possui maior grau de generalidade do que as designações nacionais.

Este estudo foi realizado nas mesmas cidades do Estudo 2: Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora e Faro. Tal como no Estudo 2, não esperamos encontrar diferenças significativas em função do local de recolha de dados (excepções poderão ser encontradas nas medidas mais ligadas ao contacto entre grupos que se prevê superior nos grandes centros urbanos). Também não esperamos encontrar diferenças significativas em função do sexo dos participantes.

Um dos nossos objectivos é demonstrar que a nacionalidade não é relevante para os participantes portugueses quando se trata de grupos minoritários de origem africana, isto é, esperamos que as respostas dos participantes não variem significativamente em função do grupo-alvo quando este é categorizado em função da sua origem nacional. Outro dos nossos objectivos é demonstrar que a categorização racial activa mais facilmente a norma anti-racismo do que a categorização nacional, o que se traduzirá num menor nível de discriminação face ao grupo-alvo *negros*. Dada a grande validade facial das medidas utilizadas neste estudo (sendo um estudo extensivo de papel e lápis não nos foi possível utilizar medidas indirectas de discriminação), é muito provável que as respostas dos participantes correspondam a baixos níveis de discriminação.

Finalmente, outro dos nossos objectivos é averiguar quais as variáveis preditoras da percepção da homogeneidade do exogrupo.

## **6.1.2 Método**

### **6.1.2.1 Participantes e desenho**

Participaram neste estudo 718 estudantes do ensino superior, 289 do sexo masculino e 429 do sexo feminino, todos de nacionalidade e naturalidade portuguesa<sup>80</sup>. A idade média dos participantes é de 20 anos, não diferindo significativamente entre rapazes e raparigas ( $\chi^2 = 12.897$ ,  $p < 0.456$ ).

As respostas dos participantes foram recolhidas colectivamente em salas de aula de estabelecimentos de ensino superior público nas seis cidades seleccionadas: Braga (Universidade do Minho); Porto (Universidade do Porto); Lisboa (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa); Bragança (Instituto Politécnico de Bragança); Évora (Universidade de Évora); e Faro (Universidade do Algarve). Sempre que possível, os dados foram recolhidos junto de estudantes do primeiro ou do segundo ano de cursos ligados às ciências sociais. Assim, o desenho experimental é o seguinte: 6 (grupo-alvo: angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses, e negros) x 6 (local de recolha de dados: Braga, Porto, Lisboa, Bragança, Évora, e Faro) x 2 (sexo do participante: masculino vs. feminino). Todas as variáveis são inter-participantes.

Alternativamente podemos considerar o seguinte desenho experimental: 2 (tipo de categorização do grupo-alvo: categorização nacional vs. categorização racial) x 6 (local de recolha de dados). Todas as variáveis são inter-participantes.

A Tabela 89 apresenta a distribuição dos participantes em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados. Este estudo foi realizado de Outubro de 2000 a Fevereiro de 2001.

---

<sup>80</sup> Foram eliminados deste estudo 6 participantes por terem idade superior a 30 anos e 64 por não terem nacionalidade e/ou naturalidade portuguesa.

**Tabela 89 - Distribuição dos participantes em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados**

Grupo-alvo	Local de recolha de dados						
	Braga	Porto	Lisboa	Bragança	Évora	Faro	Total
<b>Angolanos</b>	25	21	24	24	9	17	<b>120</b>
<b>Cabo-verdianos</b>	33	21	27	15	10	21	<b>127</b>
<b>Guineenses</b>	20	28	26	14	7	28	<b>123</b>
<b>Moçambicanos</b>	25	19	23	17	10	26	<b>120</b>
<b>São-tomenses</b>	25	19	18	12	4	24	<b>102</b>
<b>Negros</b>	18	27	23	11	28	19	<b>126</b>
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>135</b>	<b>141</b>	<b>93</b>	<b>68</b>	<b>135</b>	<b>718</b>

### 6.1.2.2 Procedimento

A recolha de dados foi efectuada em sala de aula e a sua duração foi de aproximadamente 25 minutos. Na apresentação do questionário solicitava-se a participação dos estudantes num estudo sobre as relações entre diferentes grupos sociais em Portugal. Apelava-se à sinceridade dos participantes e garantia-se o anonimato das suas respostas. Os estudantes que não quisessem participar no estudo deveriam abandonar a sala de aula.

Os questionários (tamanho A4) tinham uma folha de rosto com as instruções iniciais e com um número no canto inferior direito, que permitia a identificação da condição de resposta (1 = angolanos; 2 = cabo-verdianos; 3 = guineenses; 4 = moçambicanos; 5 = são-tomenses; 6 = negros). Como foi anteriormente referido, as seis versões do questionário apenas diferiam na designação do grupo-alvo em questão (ver Anexo 19).

O questionário era composto por várias questões, a maior parte delas já presentes nos questionários que acompanharam os estudos experimentais (Estudo 4 e Estudo 5). Os participantes começavam por responder a algumas questões sobre a tolerância dos participantes a ideias diferentes das suas e as suas amizades com pessoas pertencentes a outros grupos sociais, religiosos ou culturais. Seguidamente, os participantes deveriam estimar a variabilidade geral do exogrupo e também estimar a sua semelhança com os membros do exogrupo em geral. Seguia-se uma série de questões relativas ao racismo subtil, ao racismo flagrante, e ao nível de contacto com o exogrupo. Finalmente, foram efectuadas questões sobre a sua pertença a determinados grupos e em que medida essa pertença era importante para si, assim como o seu nível de identificação com esses



diversos grupos. Por último, os participantes respondiam a questões de caracterização da amostra: sexo, idade, nacionalidade e naturalidade. Esta última pergunta serviu para eliminar os membros de minorias étnicas já nascidos em Portugal.

Finalmente, os questionários eram recolhidos e os objectivos do estudo esclarecidos. A investigadora agradecia a participação dos estudantes e respondia às suas eventuais questões.

### 6.1.2.3 Instrumentos de medida

A maior parte dos instrumentos de medida utilizados neste estudo já foram apresentados nos estudos anteriores, pelo que descreveremos apenas as novas medidas: uma das sub-escalas de *racismo subtil* e as duas sub-escalas de *racismo flagrante*. A Tabela 90 apresenta as diversas medidas utilizadas neste estudo.

**Tabela 90 - Síntese dos instrumentos de medida**

Tipo de medida	Questões
<b>Caracterização dos participantes</b>	Sexo Idade Nacionalidade Naturalidade
<b>Percepções do exogrupo</b>	Estimação de variabilidade do exogrupo Estimação de semelhança com o exogrupo
<b>Contacto com o exogrupo</b>	Nível de familiaridade Número de pessoas conhecidas pelo nome Número de amigos íntimos
<b>Importância da pertença grupal</b>	Nível de importância da pertença nacional Nível de importância da pertença supranacional Nível de importância da pertença racial
<b>Orgulho grupal</b>	Nível de orgulho nacional Nível de orgulho supranacional Nível de orgulho racial
<b>Identificação grupal</b>	Nível de identificação nacional Nível de identificação supranacional Nível de identificação racial
<b>Tolerância à diferença</b>	Amizades intergrupais Grau de incomodidade com opiniões diferentes
<b>Racismo subtil</b>	Negação de emoções positivas Acentuação de diferenças culturais Defesa de valores tradicionais
<b>Racismo flagrante</b>	Ameaça e rejeição Rejeição de intimidade

### ***Percepções do exogrupo***

Tal como no estudo anterior os participantes realizaram duas tarefas relativas à percepção da variabilidade: *tarefa de estimação de variabilidade* e *tarefa de estimação da semelhança*. A única diferença é que no estudo anterior estas tarefas eram efectuadas relativamente ao endogrupo e ao exogrupo enquanto que neste estudo foram efectuadas apenas em relação ao exogrupo.

### ***Racismo subtil e racismo flagrante***

Os participantes responderam às três sub-escalas de racismo subtil e às duas sub-escalas de racismo flagrante (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999), que passamos a descrever. Duas das sub-escalas de racismo subtil já foram apresentadas no estudo anterior: *negação de emoções positivas* e *acentuação de diferenças culturais* (ver ponto 5.3.2.4.3).

### ***Defesa de valores tradicionais***

Os participantes deveriam referir o seu grau de acordo (1 = “concordo totalmente”; 2 = “concordo parcialmente”; 3 = “discordo parcialmente”; 4 = “discordo totalmente”) relativamente às frases seguintes: “O problema é que algumas pessoas não se esforçam o suficiente. Se os *negros*<sup>81</sup> se esforçassem um pouco mais, teriam o mesmo sucesso que os portugueses”; “Outros grupos vieram para cá e ultrapassaram o preconceito (por exemplo, os brasileiros). Os *negros* deviam fazer o mesmo sem reclamar tratamento especial”; “Os *negros* que vivem aqui não se deviam meter onde não são desejados”; “Os *negros* transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos que são necessários para ser bem sucedido na sociedade portuguesa”.

### ***Ameaça e rejeição***

Os participantes deveriam referir o seu grau de acordo (1 = “concordo totalmente”; 2 = “concordo parcialmente”; 3 = “discordo parcialmente”; 4 = “discordo totalmente”) relativamente às frases seguintes: “A maior parte dos governantes do país preocupa-se demasiado com os imigrantes *negros* e não o suficiente com os portugueses”; “Os imigrantes *negros* têm empregos que deveriam pertencer aos portugueses”; “A maioria

---

<sup>81</sup> Por uma questão de simplicidade de apresentação, colocámos a designação do grupo-alvo como na escala originalmente utilizada em Portugal: *negros* (Vala *et al.*, 1999a). Recorde-se que foram efectuadas seis versões deste questionário, cada uma referindo-se a um exogrupo diferente: angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e *negros*.

dos imigrantes *negros*? que recebem apoio da segurança social podiam muito bem passar sem ela se quisessem”; “Os imigrantes *negros*? pertencem a uma raça menos dotada e isso explica porque não estão numa situação tão boa quanto os portugueses”; Os portugueses e os imigrantes *negros*? dificilmente conseguirão estar completamente à vontade, ainda que sejam amigos chegados”. Desta escala fazia ainda parte a seguinte questão: “No que respeita à honestidade, acha que os portugueses e os imigrantes *negros*? são muito semelhantes, um pouco semelhantes, um pouco diferentes, ou muito diferentes?” (1 = “muito semelhantes”; 4 = “muito diferentes”).

### ***Rejeição de intimidade***

Os participantes deveriam referir o seu grau de acordo (1 = “concordo totalmente”; 2 = “concordo parcialmente”; 3 = “discordo parcialmente”; 4 = “discordo totalmente”) relativamente às frases seguintes: “À partida excluiria a hipótese de ter relações sexuais com um(a) *negro(a)*?”; “Não gostaria que um um(a) *negro(a)*? fosse meu chefe mesmo se tivesse as competências adequadas”; “Não gostaria que um familiar meu casasse com um(a) *negro(a)*? mesmo se fosse de meio social semelhante”. Desta escala fazia ainda parte a seguinte questão: “Suponha que um(a) filho(a) seu casava com uma pessoa *negra*? e os seus netos eram mulatos. Acha que se sentiria nada incomodado, um pouco incomodado, incomodado ou muito incomodado?” (1 = “muito incomodado”; 4 = “nada incomodado”).

### ***Nível de contacto intergrupal***

A avaliação do nível de contacto foi efectuada exactamente da mesma forma que no estudo anterior, isto é, através de três questões fechadas sobre o *nível de familiaridade*, e duas questões abertas: número de *pessoas conhecidas pelo nome* e número de *amigos íntimos* (ver ponto 5.3.2.4.3). Enquanto no estudo anterior se aferiu o nível de contacto com o exogrupo e com o endogrupo, neste estudo apenas se aferiu o nível de contacto com o exogrupo.

### ***Tolerância à diferença***

Tal como no estudo anterior, o nível de tolerância à diferença foi avaliado através de duas questões: as *amizades intergrupais* e o *nível de incomodidade com opiniões diferentes* (ver ponto 5.3.2.4.3).

### ***Pertença, orgulho e identificação grupais***

Tal como no estudo anterior os participantes deveriam indicar a *importância da pertença grupal*, o *nível de orgulho grupal* e o *nível de identificação grupal* (ver ponto 5.3.2.4.3). Enquanto que no estudo anterior foram apresentados aos participantes seis grupos, neste estudo foram apresentados apenas dois: o grupo dos *portugueses* (categorização *nacional*) e o grupo dos *brancos* (categorização *racial*).

### **6.1.2.4 Procedimento de análise dos dados**

#### ***Percepções do exogrupo***

Começámos por averiguar se a percepção de variabilidade do exogrupo e a percepção de semelhança com os membros do exogrupo variavam significativamente em função do grupo-alvo, do sexo dos participantes e do local de recolha de dados. Nesse sentido, os dados relativos a estas duas variáveis foram submetidos a análises de variância tendo como variáveis independentes o grupo-alvo (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e negros), o sexo dos participantes (masculino, feminino), e o local de recolha de dados (Braga, Porto, Lisboa, Bragança, Évora, e Faro), todas como variáveis inter-participantes (*primeira análise de variância*).

Com o objectivo de averiguar a influência do tipo de categorização nas respostas dos participantes, estes dados foram igualmente submetidos a análises de variância tendo o tipo de categorização do grupo-alvo (categorização *nacional* vs. categorização *racial*) como variável inter-participantes (*segunda análise de variância*)<sup>82</sup>.

Nos estudos anteriores (Estudo 4 e Estudo 5) no que diz respeito às diversas medidas de variabilidade grupal percebida (quer directas quer indirectas) possuíamos sempre um valor relativo à percepção do exogrupo e outro relativo à percepção do endogrupo, sendo a comparação entre estes dois valores (através de análises multivariadas de variância com medidas repetidas na variável grupo-alvo) que nos informava da existência ou não de efeitos de homogeneidade significativos. Neste caso,

---

<sup>82</sup> Uma vez que o número de efectivos relativos à categorização nacional (N=592) é muito superior ao número de efectivos relativos à categorização racial (N=126), antes de proceder à segunda análise de variância seleccionámos aleatoriamente um número idêntico de participantes nas cinco condições de categorização nacional de modo a totalizar o mesmo número de participantes que na categorização racial (para cada grupo-alvo seleccionámos aleatoriamente 12 participantes do sexo masculino e 12 do sexo feminino, o que totalizou 120 participantes).

dado que dispomos unicamente do valor referente ao exogrupo, precisamos de uma estratégia diferente de tratamento de dados para averiguar se se verifica um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo. Com esse objectivo efectuámos um teste-t testando contra o valor neutro da escala (valor de teste = 4). Se a média ficar significativamente aquém do ponto neutro da escala, poderemos inferir um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo.

Utilizámos o mesmo procedimento de análise de dados para a estimação de semelhança com o exogrupo, isto é, efectuámos um teste-t testando contra o valor neutro da escala (valor de teste = 4). Se a média ficar significativamente aquém do ponto neutro da escala, poderemos inferir que os participantes se sentem globalmente ‘semelhantes’ aos membros do exogrupo. Se a média ficar significativamente além do ponto neutro da escala, poderemos inferir que os participantes se sentem globalmente ‘diferentes’ dos membros do exogrupo.

### ***Racismo subtil e racismo flagrante***

Começámos por analisar a distribuição das respostas dos vários itens que compõem as cinco sub-escalas de racismo. Uma vez que se verificaram concentrações excessivas de resposta numa mesma categoria (nalguns casos ultrapassando os 80%), a maior parte dos itens teria de ser excluída da Análise Factorial (à excepção dos itens que compõem as sub-escalas *defesa de valores tradicionais* e *acentuação de diferenças culturais*). Apesar desta limitação efectuámos uma Análise Factorial em Componentes Principais, mas os resultados não se ajustaram aos de Pettigrew e Meertens (1995), nem aos de Vala e colaboradores (1999a). Pensámos que tal se deve ao simples facto da nossa amostra ser bastante homogénea em termos de nível de escolaridade e idade (os outros autores trabalharam com amostras com pessoas dos 18 aos 65 anos e com os mais diversos níveis de escolaridade). Uma vez que esta escala já foi testada e aferida na população portuguesa (Vala, Brito e Lopes, 1999a), optámos por calcular as diversas sub-escalas da mesma forma que estes autores. Os itens que constituem cada sub-escala foram apresentados anteriormente. O valor de cada sub-escala corresponde à média aritmética dos itens que a constituem.

Os dados relativos a cada uma das cinco sub-escalas de racismo foram submetidos a testes-t testando contra o valor neutro (valor de teste = 2.5). Relativamente às sub-escalas *acentuação de diferenças culturais* e *negação da expressão de emoções positivas* se a média ficar significativamente além do ponto neutro, poderemos inferir

discriminação. Para as restantes três sub-escalas podemos inferir discriminação se a média ficar significativamente aquém do ponto neutro.

Os dados relativos a cada uma das cinco sub-escalas de racismo foram submetidos a análises de variância tendo como variáveis independentes o grupo-alvo (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e negros), o sexo dos participantes, e o local de recolha de dados, todas como variáveis inter-participantes (*primeira análise de variância*).

Estes dados foram igualmente submetidos a análises de variância tendo como variável independente o tipo de categorização do grupo-alvo: categorização nacional (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, e são-tomenses) *versus* categorização racial (negros), como variável inter-participantes (*segunda análise de variância*).

Depois de invertidos os valores das escalas de *defesa de valores tradicionais*, *ameaça e rejeição*, e de *rejeição de intimidade* (para que a valores mais elevados correspondessem maiores níveis de racismo), calculámos o nível de *racismo subtil* (média aritmética das sub-escalas *negação de emoções positivas*, *acentuação de diferenças culturais*, e *defesa de valores tradicionais*) assim como o nível de *racismo flagrante* (média aritmética das sub-escalas *ameaça e rejeição* e *rejeição de intimidade*).

Com o objectivo de averiguar se os níveis de racismo subtil e flagrante diferiam significativamente em função do grupo-alvo foi efectuada uma análise multivariada de variância tendo os níveis de racismo subtil e de racismo flagrante como variáveis intra-participantes e o grupo-alvo, o sexo dos participantes e o local de recolha de dados como variáveis inter-participantes (*primeira análise multivariada de variância*).

Estes dados foram também submetidos a uma análise multivariada de variância tendo os níveis de racismo subtil e de racismo flagrante como variáveis intra-participantes e o tipo de categorização do grupo-alvo (nacional vs. racial) como variável inter-participante (*segunda análise multivariada de variância*).

### ***Nível de contacto***

Os dados relativos ao nível de familiaridade, ao número de pessoas conhecidas pelo nome e ao número de amigos íntimos foram submetidos a análises de variância tendo como variáveis independentes o grupo-alvo, o sexo dos participantes e o local de recolha de dados (*primeira análise de variância*).

Estes dados foram igualmente submetidos a análises de variância tendo o tipo de categorização do grupo-alvo (nacional vs. racial) como variável inter-participantes (*segunda análise de variância*).

### ***Pertença, orgulho e identificação grupal***

Os dados relativos à *importância da pertença grupal*, ao *nível de orgulho grupal* e ao *nível de identificação grupal* foram submetidos a análises de variância tendo como variável independente o sexo dos participantes.

Estes dados foram ainda submetidos a análises multivariadas de variância tendo o tipo de categorização (nacional vs. racial) como variável intra-participantes e o sexo dos participantes como variável inter-participantes.

### ***Tolerância à diferença***

Os dados relativos às *amizades intergrupais* e ao *nível de incomodidade com opiniões diferentes* foram submetidos a análises de variância tendo como variável independente o sexo dos participantes.

### ***Preditores da variabilidade percebida do exogrupo***

Com o objectivo de averiguar os preditores do efeito de homogeneidade do exogrupo, começámos por calcular as correlações entre esta variável dependente e as outras medidas utilizadas neste estudo, tendo previamente recodificado os valores de algumas variáveis: *percepção de semelhança com o exogrupo*, *grau de incomodidade com opiniões diferentes*; *orgulho nacional* e *orgulho racial* (as sub-escalas *defesa de valores tradicionais*, *ameaça e rejeição*, e *rejeição de intimidade* já haviam sido recodificadas).

As variáveis com as quais se verificaram correlações significativas foram introduzidas como variáveis independentes numa análise de regressão linear múltipla tendo como variável dependente a percepção da variabilidade do exogrupo.

### 6.1.3 Resultados

#### 6.1.3.1 Percepções do exogrupo

##### *Percepção da variabilidade do exogrupo*

A primeira análise de variância efectuada - tendo como variáveis independentes o grupo-alvo, o local de recolha de dados e o sexo dos participantes - não produziu quaisquer efeitos significativos. Como se pode verificar na Tabela 91, a variabilidade grupal percebida ( $M = 3.88$ ) não variou significativamente em função dos diversos grupos-alvo<sup>83</sup>. Este resultado vai ao encontro das nossas hipóteses, na medida em que esperávamos que os participantes não tivessem uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos. Também esperávamos que a variabilidade percebida do exogrupo não variasse significativamente em função do local de recolha de dados nem em função do sexo dos participantes.

O teste-t efectuada testando a média da variabilidade grupal percebida ( $M = 3.88$ ) contra o valor neutro da escala (valor de teste = 4) revelou, tal como esperávamos, um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo  $t(674) = -2.525, p < 0.012$ .

A segunda análise de variância efectuada sobre os resultados relativos à percepção de variabilidade do exogrupo - tendo como variáveis independentes o tipo de categorização do grupo-alvo (racial vs. nacional) e o sexo dos participantes - produziu um efeito significativo do tipo de categorização: a variabilidade grupal atribuída ao grupo-alvo 'negros' ( $M = 4.03$ ) é significativamente mais elevada do que a atribuída à média dos grupos nacionais africanos ( $M = 3.85$ ),  $F(1, 248) = 4.033, p < 0.046$ . Efectuámos um novo teste-t testando contra o valor neutro da escala, mas desta vez tendo em conta apenas os dados do grupo-alvo 'negros'. Contrariamente ao teste precedente, desta vez a diferença face ao ponto neutro da escala não foi significativa,  $t(122) = 0.258, p < 0.797$ .

Estes resultados vão de encontro aos obtidos no Estudo 2, quando constatámos que aos 'negros' era atribuído um estatuto social mais elevado do que à média dos cinco grupos nacionais africanos. Tal poderá dever-se ao facto da designação 'negros' ser

---

<sup>83</sup> Os grupos-alvo são apresentados por ordem decrescente de variabilidade grupal percebida. A informação detalhada sobre as médias e os desvios-padrão em função do local de recolha de dados e em função do sexo dos participantes é apresentada no Anexo 20.



reconhecida como activando respostas que possam ser conotadas com discriminação e racismo. Ora, tendo esta medida de variabilidade grupal percebida uma grande validade facial, é automaticamente reconhecida como ‘discriminatória’. Sendo os participantes neste estudo pessoas com elevada escolaridade e bem cientes das normas sociais em vigor contra a discriminação é natural que a inibição provocada pela designação ‘negros’ seja mais forte do que para as designações nacionais.

No entanto, tal diferença poderá dever-se simplesmente ao facto de a designação ‘negros’ remeter para um grupo com maior grau de generalidade do que cada uma das cinco designações nacionais, sendo-lhe por isso atribuída maior variabilidade.

**Tabela 91 - Percepção da variabilidade do exogrupo em função da respectiva designação**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	4.03	Racial	4.03
Angolanos	3.93	Nacional	3.85
Cabo-verdianos	3.85	Total	3.88
Guineenses	3.85		
Moçambicanos	3.81		
São-tomenses	3.80		

**Escala: 1 = “eles são todos semelhantes”; 7 = “eles são todos completamente diferentes”**

**Categorização racial = negros; Categorização nacional = média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).**

Teste da distância do nível de variabilidade percebida do exogrupo face ao ponto médio da escala:

Total:  $t(694) = -2.525$ ,  $p < 0.012$

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre o nível de variabilidade percebida do exogrupo:

Tipo de categorização (nacional vs. racial):  $F(1, 248) = 4.033$ ,  $p < 0.046$

### ***Percepção de semelhança com o exogrupo***

A primeira análise de variância efectuada não revelou nenhum efeito significativo ligado ao grupo-alvo, demonstrando que a semelhança percebida com o exogrupo não variou significativamente em função da designação do exogrupo ( $M = 3.96$ ), como se pode constatar na Tabela 92.

No entanto, verificou-se um efeito principal significativo do local de recolha de dados,  $F(1,628)=5.435$ ,  $p<0.001$ , sendo a média de Lisboa significativamente mais elevada ( $M = 4.51$ ) que as das restantes cidades, como se pode constatar no Gráfico 7. Verificou-se igualmente um efeito principal significativo do sexo dos participantes,  $F(1,628)=8.039$ ,  $p<0.005$ , sendo que os homens sentem-se mais diferentes dos africanos ( $M = 4.22$ ) do que as mulheres ( $M = 3.78$ ), como se pode constatar no Gráfico 8.

Este resultado vai parcialmente ao encontro das nossas hipóteses. No que respeita ao grupo-alvo, verificamos novamente que os participantes não têm uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos, confirmando assim as nossas expectativas.

Relativamente ao local, fomos surpreendidos pelo facto de em Lisboa a diferença percebida com o exogrupo ser mais elevada do que nos restantes locais de recolha de dados. Também relativamente ao sexo obtivemos diferenças significativas: as mulheres consideram-se mais semelhantes ao exogrupo do que os homens (aliás, já na questão anterior, relativa à estimação de variabilidade do exogrupo, as mulheres apresentaram resultados mais próximos do ponto neutro da escala do que os homens, mas essa diferença não foi estatisticamente significativa).

Dado que os resultados das mulheres foram significativamente diferentes dos homens, efectuámos dois testes-t separadamente para a amostra masculina e para a amostra feminina. O teste-t efectuado com os participantes de sexo masculino revelou uma diferença positiva significativa em relação ao ponto médio da escala, demonstrando que os homens ( $M = 4.22$ ) se sentem significativamente “diferentes” dos membros dos vários grupos africanos,  $t(285) = 2.457$ ,  $p<0.015$ ?. Em contrapartida, o teste-t efectuado com os participantes de sexo feminino revelou uma diferença negativa significativa em relação ao ponto médio da escala, demonstrando que as mulheres ( $M = 3.78$ ) se sentem significativamente “semelhantes” dos membros dos vários grupos africanos,  $t(413) = - 3.232$ ,  $p<0.001$ ?

Embora a percepção da semelhança com os membros do exogrupo seja superior para a categorização racial ( $M = 3.82$ ) do que para a categorização nacional ( $M = 3.99$ ),

esta diferença não é estatisticamente significativa, como demonstra a segunda análise de variância efectuada.

**Tabela 92 - Percepção da semelhança com o exogrupo em função da respectiva designação**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	3.82	Racial	3.82
Guineenses	3.87	Nacional	3.99
Angolanos	3.97	Total	3.96
Moçambicanos	4.00		
Cabo-Verdianos	4.05		
São-Tomenses	4.08		

Escala: 1 = “sinto-me muito semelhante”; 7 = “sinto-me muito diferente”

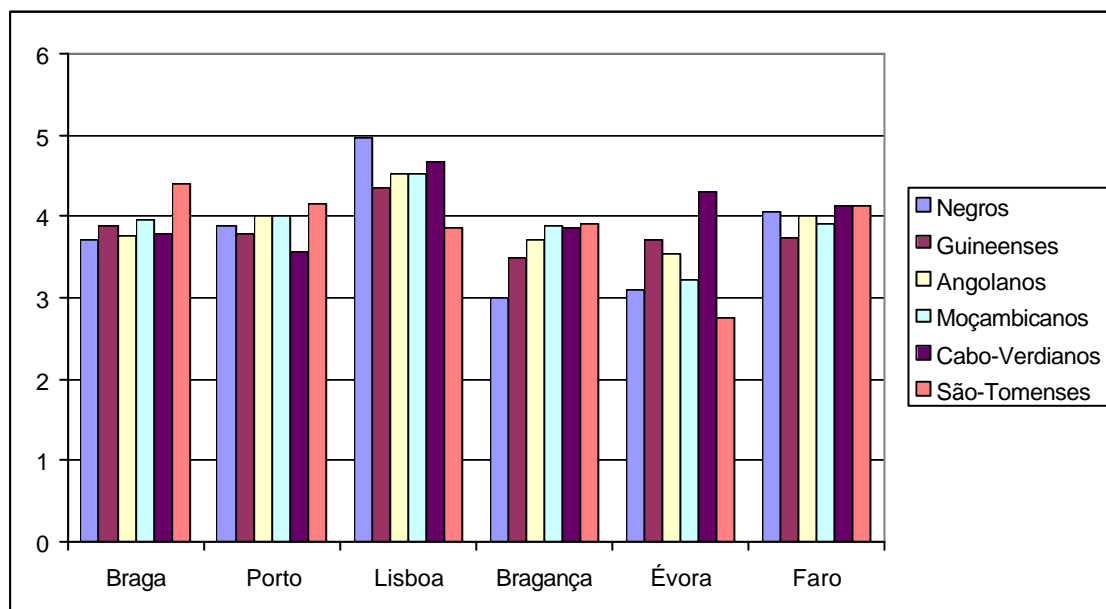
Categorização racial = negros; Categorização nacional = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre a semelhança percebida face ao exogrupo:

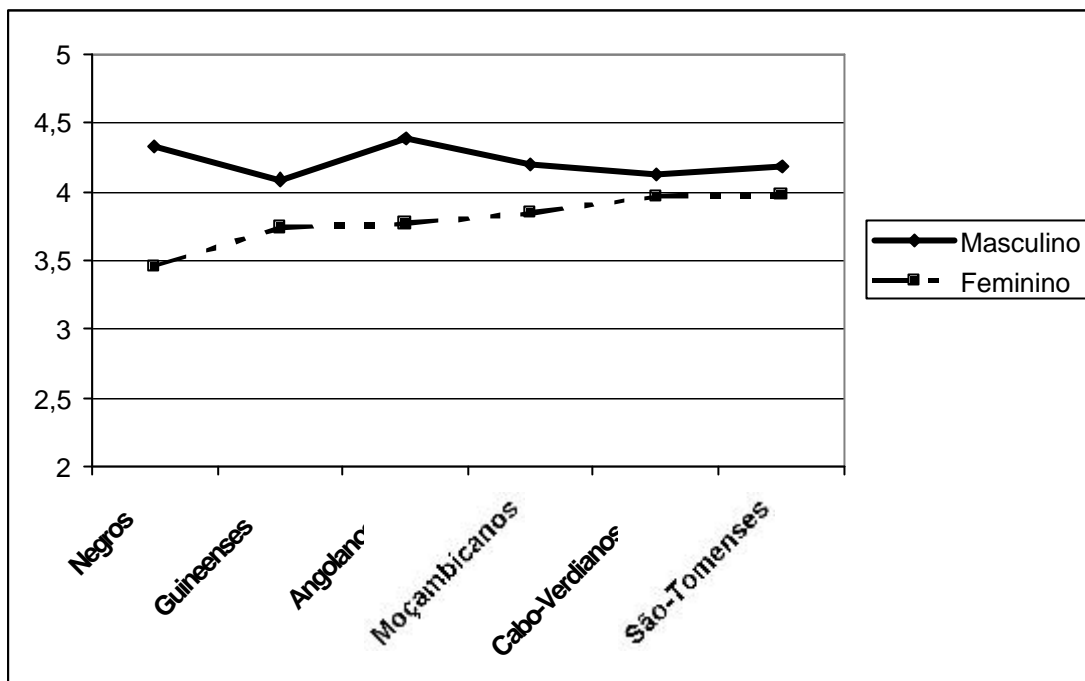
Local:  $F(1,628)=5.435$ ,  $p<0.001$

Sexo:  $F(1,628)=8.039$ ,  $p<0.005$

**Gráfico 7 - Percepção da semelhança com o exogrupo em função do local de recolha de dados**



**Gráfico 8 - Percepção da semelhança com o exogrupo em função do sexo dos participantes**



Teste da distância do nível de semelhança percebida com o exogrupo face ao ponto médio da escala:

Homens:  $t(285) = 2.457$ ,  $p < 0.015$

Mulheres:  $t(413) = -3.232$ ,  $p < 0.001$

### ***Racismo subtil e racismo flagrante***

Como referimos no procedimento de análise de dados, começámos por analisar os resultados relativos a cada uma das sub-escalas de ‘racismo subtil’ e de ‘racismo flagrante’ (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, Brito, Lopes, 1999a). Seguidamente efectuámos análises comparando estes dois tipos de racismo.

### ***Negação de emoções positivas***

Globalmente, os resultados aproximam-se mais da “expressão de emoções positivas” do que da “negação da expressão de emoções positivas”, ( $M = 1.98$ ),  $t(698) = -21.533$ ,  $p < 0.001$ ? como se pode verificar na Tabela 93.

Tal como esperávamos, na primeira análise de variância não se verificou um efeito significativo do grupo-alvo, demonstrando que a nacionalidade do grupo-alvo não é relevante. Verificou-se um efeito principal significativo do local de recolha de dados  $F(1,627) = 3.150$ ,  $p < 0.008$ ? sendo que em Lisboa os participantes referem sentir

emoções positivas (simpatia e admiração) menos frequentemente do que nas restantes cidades (Gráfico 9). Verificou-se também um efeito principal significativo do sexo dos participantes  $F(1,627)=5.248$ ,  $p<0.022$ , sendo que os participantes de sexo feminino ( $M = 1.91$ ) referem sentir emoções positivas (simpatia e admiração) mais frequentemente do que os participantes de sexo masculino ( $M = 2.08$ ), (Gráfico 10).

Na segunda análise de variância verificou-se um efeito tendencialmente significativo do tipo de categorização do grupo-alvo  $F(1,248)=1.033$ ,  $p<0.076$ : mais uma vez a média de respostas em relação aos ‘negros’ ( $M=1.88$ ) em geral foi tendencialmente mais favorável do que a média em relação aos cinco grupos africanos ( $M=2.00$ ).

**Tabela 93 - Médias da sub-escala negação de emoções positivas em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	1.88 (N=126)	Racial	1.88 (N=126)
Moçambicanos	1.90 (N=120)	Nacional	2.00 (N=592)
Angolanos	1.91 (N=120)	Total	1.98 (N=718)
Guineenses	1.96 (N=123)		
Cabo-verdianos	2.08 (N=127)		
São-tomenses	2.18 (N=102)		

**Emoções:** “Com que frequência sente as seguinte emoções (admiração; simpatia) em relação aos negros? (1 = “muitas vezes”; 4 = “nunca”).

**Categorização racial** = negros; **Categorização nacional** = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).

Teste da distância do nível de negação de emoções positivas face ao ponto médio da sub-escala:

Total:  $t(698) = -21.533$ ,  $p<0.001$

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o nível negação de emoções positivas:

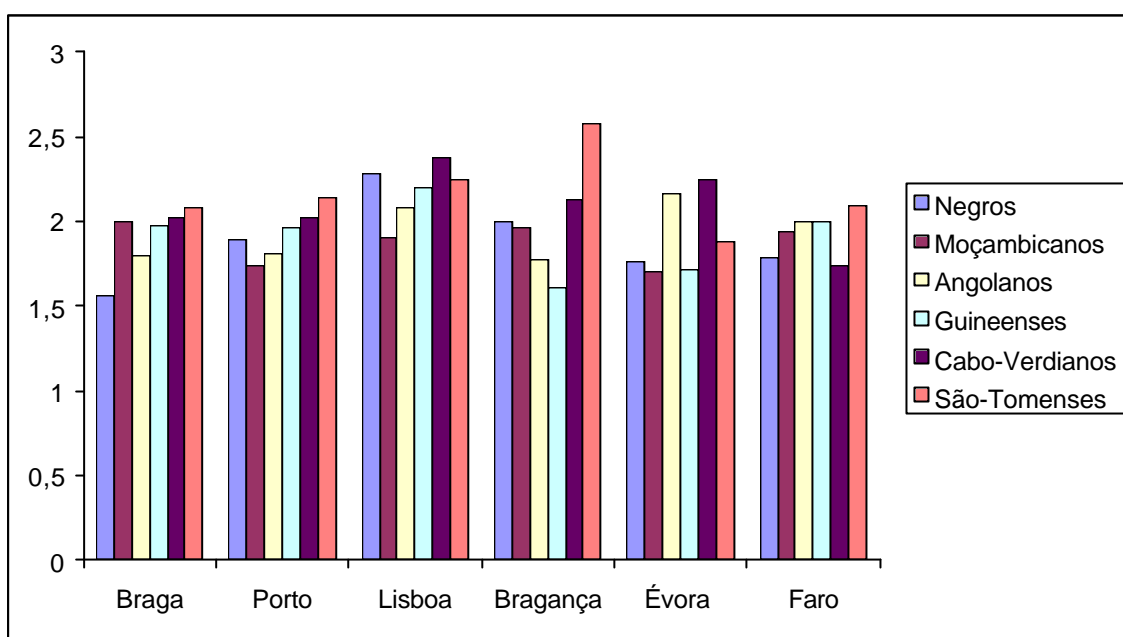
Local:  $F(1,627)=3.150$ ,  $p<0.008$

Sexo:  $F(1,627)=5.248$ ,  $p<0.022$

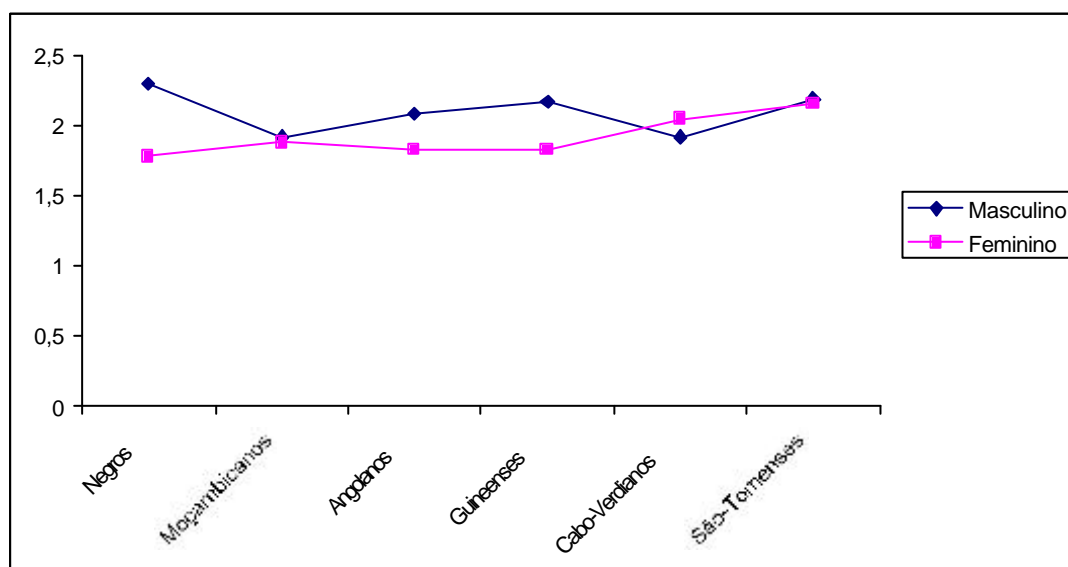
Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre o nível negação de emoções positivas:

Tipo de categorização (nacional vs. racial):  $F(1, 248)=1.033$ ,  $p<0.076$

**Gráfico 9 - Negação de emoções positivas em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados**



**Gráfico 10 - Negação de emoções positivas em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes**



### ***Acentuação de diferenças culturais***

Como se pode verificar na Tabela 94, globalmente, os resultados aproximam-se mais do pólo correspondente à “atenuação das diferenças culturais” do que da “acentuação das diferenças culturais ( $M = 2.40$ ),  $t(694) = -4.329$ ,  $p < 0.001$ ).

A primeira análise efectuada sobre os valores da sub-escala *acentuação de diferenças culturais* não produziu efeitos significativos nem do grupo-alvo, nem do local de recolha de dados, nem do sexo dos participantes. Os efeitos de interacção também não foram significativos.

A segunda análise efectuada sobre os valores desta sub-escala produziu um efeito significativo do tipo de categorização do grupo-alvo: a acentuação das diferenças culturais foi significativamente mais elevada na categorização nacional ( $M=2.41$ ) do que na categorização racial ( $M=2.34$ ),  $F(1,248)=6.064$ ,  $p < 0.014$ .

**Tabela 94- Médias da sub-escala de acentuação das diferenças culturais em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	2.34	Racial	2.34
Cabo-verdianos	2.37	Nacional	2.41
São-tomenses	2.38	Total	2.40
Moçambicanos	2.41		
Angolanos	2.44		
Guineenses	2.45		

*Acentuação das diferenças culturais: “Relativamente a cada um dos pontos abaixo indicados (valores; religião; sexualidade; e língua), e comparando com os portugueses, diga-nos se considera os imigrantes ?negros? muito diferentes, um pouco diferentes, um pouco semelhantes ou muito semelhantes”*

Escala: 1 = “muito semelhantes”; 2 = “semelhantes”; 3 = “um pouco diferentes”; 4 = “muito diferentes”.

Categorização racial = negros; Categorização nacional = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).

Teste da distância do nível de acentuação da diferenças culturais face ao ponto médio da sub-escala:

Total:  $t(694) = -4.329$ ,  $p < 0.001$

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre o nível de acentuação da diferenças culturais:

Tipo de categorização (nacional vs. racial):  $F(1, 248) = 6.064$ ,  $p < 0.014$ .

### ***Defesa de valores tradicionais***

Globalmente, os resultados desta sub-escala aproximam-se mais do pólo correspondente ao “desacordo com os valores tradicionais” do que do “acordo com os

valores tradicionais” ( $M = 2.71$ ),  $t(716) = 9.594$ ,  $p < 0.001$ ?, como se pode verificar na Tabela 95.

A primeira análise de variância não produziu efeitos significativos nem do grupo-alvo nem do local de recolha de dados. No entanto, verificou-se um efeito principal significativo do sexo dos participantes, sendo que os participantes de sexo feminino ( $M = 2.77$ ) evidenciam um maior grau de desacordo com os valores tradicionais do que os participantes de sexo masculino ( $M = 2.63$ ),  $F(1,645) = 7.140$ ,  $p < 0.008$ ?, como se pode constatar no Gráfico 11.

O tipo de categorização grupo-alvo (racial vs. nacional) não produziu efeitos significativos, como demonstrou a segunda análise de variância efectuada sobre estes dados.

**Tabela 95 - Médias da sub-escala de defesa dos valores tradicionais em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Cabo-verdianos	2.65	Racial	2.70
Guineenses	2.69	Nacional	2.71
Negros	2.70	Total	2.71
São-tomenses	2.72		
Moçambicanos	2.74		
Angolanos	2.78		

**Defesa dos valores tradicionais:** grau de acordo relativamente a uma série de questões, sendo que quanto maior o grau de acordo maior o nível de ‘racismo’ (1 = “concordo totalmente”; 2 = “concordo parcialmente”; 3 = “discordo parcialmente”; 4 = “discordo totalmente”).  
**Categorização racial** = Negros; **Categorização nacional** = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).

Teste da distância do nível de defesa de valores tradicionais face ao ponto médio das sub-escalas:

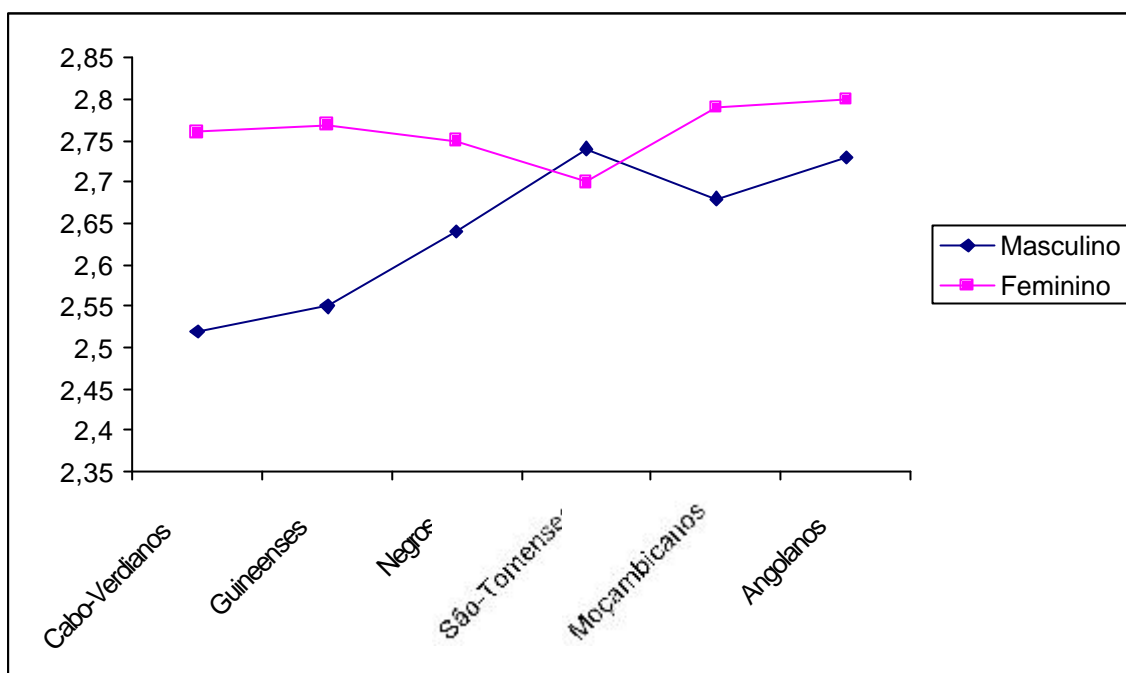
Total:  $t(1716) = 9.594$ ,  $p < 0.001$

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o nível de defesa de valores tradicionais:

Sexo:  $F(1,645) = 7.140$ ,  $p < 0.008$



Gráfico 11 - Defesa dos valores tradicionais em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes



### *Ameaça e rejeição*

Como se pode observar na Tabela 96, globalmente, os resultados aproximam-se mais do pólo correspondente ao “discordo totalmente” do que ao pólo do “concordo totalmente” ( $M = 3.21$ ),  $\chi^2(716) = 35.444$ ,  $p < 0.001$ .

A primeira análise de variância não produziu efeitos significativos nem do grupo-alvo nem do sexo dos participantes. Verificou-se, no entanto, um efeito principal significativo do local de recolha de dados  $F(1,645) = 4.072$ ,  $p < 0.001$ , sendo que no Porto os participantes expressaram maior grau de desacordo com os itens desta escala do que nas restantes cidades, como se pode constatar no

### Gráfico 12.

A segunda análise de variância não produziu efeitos significativos ligados ao tipo de categorização do grupo-alvo.

**Tabela 96 - Médias da sub-escala de ameaça e rejeição em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Guineenses	3.14	Racial	3.16
Negros	3.16	Nacional	3.19
Cabo-verdianos	3.18	Total	3.21
Angolanos	3.19		
Moçambicanos	3.22		
São-tomenses	3.27		

**Ameaça e rejeição:** grau de acordo relativamente a uma série de questões, sendo que quanto maior o grau de acordo maior o nível de ‘racismo’ (1 = “concordo totalmente”; 2= “concordo parcialmente”; 3 = “discordo parcialmente”; 4 = “discordo totalmente”).  
**Categorização racial** = Negros; **Categorização nacional** = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).

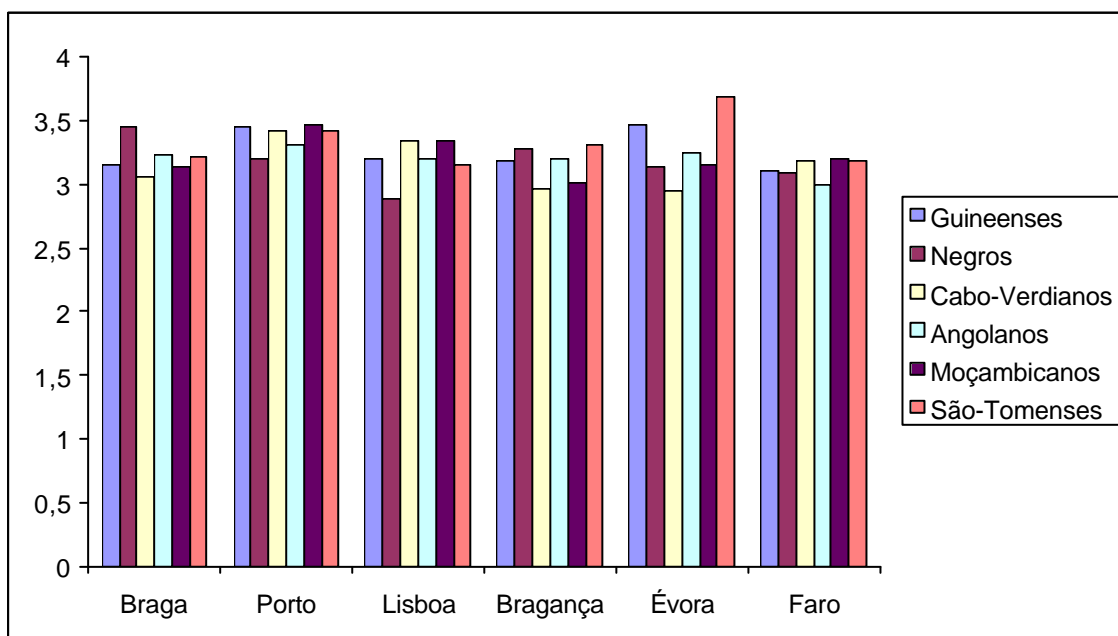
Teste da distância do nível de ameaça e rejeição face ao ponto médio da sub-escala:

Total:  $t(716) = 35.444$ ,  $p < 0.001$

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o nível de ameaça e rejeição:

Local:  $F(1,645) = 4.072$ ,  $p < 0.001$

**Gráfico 12 - Ameaça e rejeição em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados**



**Rejeição de intimidade**

Globalmente, os resultados aproximam-se mais do pólo correspondente ao “discordo totalmente” do que ao pólo do “concordo totalmente” ( $M = 3.57$ ),  $t(717) = 51.245$ ,  $p < 0.001$ , como se pode constatar na Tabela 97.

Ambas as análises de variância efectuadas revelaram o mesmo padrão de resultados das efectuadas com a anterior sub-escala. Assim, na primeira análise de variância não se verificaram efeitos significativos nem do grupo-alvo nem do sexo dos participantes. No entanto, verificou-se um efeito principal significativo do local de recolha de dados  $F(1,646) = 7.646$ ,  $p < 0.001$ , sendo que os participantes do Porto expressaram maior grau de desacordo com os itens desta escala do que os participantes das restantes cidades (Gráfico 13).

A segunda análise de variância não produziu efeitos significativos ligados ao tipo de categorização do grupo-alvo.

**Tabela 97 - Médias da sub-escala *rejeição de intimidade* em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	3.49	Racial	3.49
São-tomenses	3.49	Nacional	3.59
Cabo-verdianos	3.59	Total	3.57
Moçambicanos	3.59		
Guineenses	3.62		
Angolanos	3.65		

**Rejeição de intimidade:** Grau de acordo relativamente a uma série de questões, sendo que quanto maior o grau de acordo maior o nível de ‘racismo’ (1 = “concordo totalmente”; 2 = “concordo parcialmente”; 3 = “discordo parcialmente”; 4 = “discordo totalmente”).

Categorização racial = negros;

Categorização nacional = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).

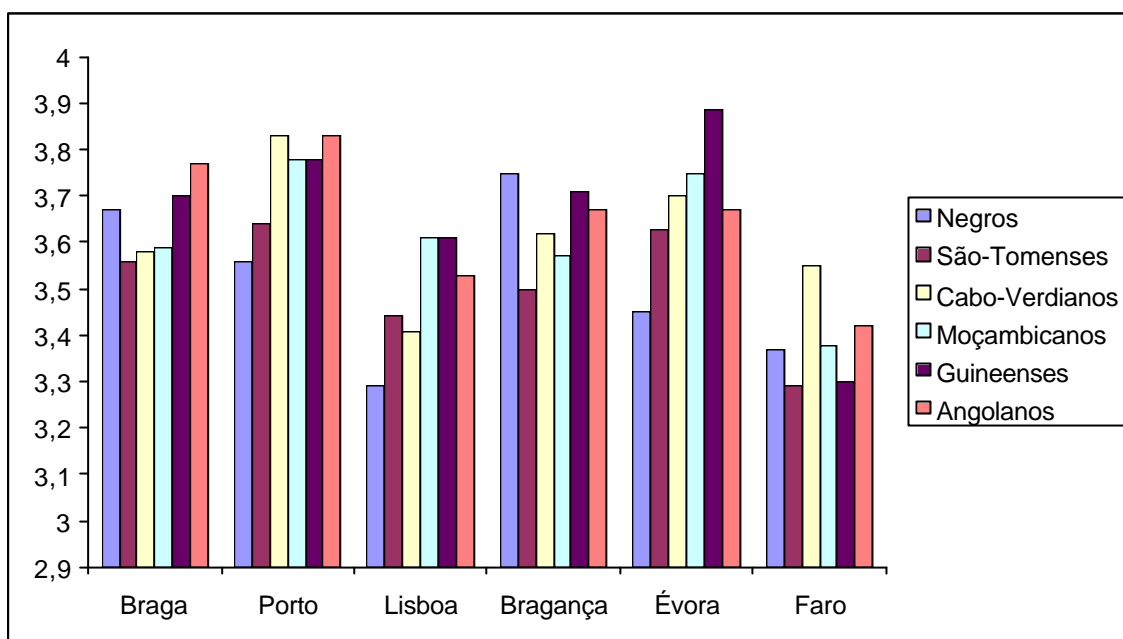
Teste da distância do nível de *rejeição de intimidade* face ao ponto médio da sub-escala:

Total:  $t(717) = 51.245$ ,  $p < 0.001$

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o nível de *rejeição de intimidade*:

Local:  $F(1,646) = 7.507$ ,  $p < 0.001$

**Gráfico 13 - Rejeição de intimidade em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados**



### ***Racismo subtil versus racismo flagrante***

Como referimos no procedimento de recolha de dados, depois de recodificados os valores das sub-escalas de modo a que a maiores valores correspondesse maior discriminação, e depois de calculadas as médias de racismo subtil (média aritmética das sub-escalas: “negação de emoções positivas”, “acentuação de diferenças culturais”, e “defesa de valores tradicionais”) e de racismo flagrante (média aritmética das sub-escalas: “ameaça e rejeição” e “rejeição de intimidade”), comparámos os níveis de racismo subtil e de racismo flagrante através de duas análises multivariadas de variância: na primeira tivemos como variáveis independentes o grupo-alvo, o sexo dos participantes e o local de recolha de dados, enquanto que na segunda tivemos como variáveis independentes o tipo de categorização e o sexo dos participantes. As médias do racismo subtil e do racismo flagrante em função da designação do grupo-alvo são apresentadas na Tabela 98.

Tal como esperávamos, a primeira análise multivariada de variância revelou um efeito principal significativo do tipo de racismo: a média do *racismo subtil* ( $M=2.22$ ) foi significativamente mais elevada do que a média do *racismo flagrante* ( $M=1.61$ ),  $F(1,645)=1105.98$ ,  $p<0.0001$ ?. Também de acordo com as nossas hipóteses, a interacção entre o tipo de racismo e o grupo-alvo não produziu efeitos significativos,

demonstrando que os níveis de discriminação subtil e flagrante não variam em função dos vários grupos-alvo de origem africana,  $F(1,645)=1.46$ ,  $p<0.199$ ?

Contrariamente às nossas expectativas, verificou-se um efeito de interacção significativo com o sexo dos participantes,  $F(1,645)=8.97$ ,  $p<0.003$ ?. No entanto, as análises de contrastes revelaram que a diferença entre o racismo subtil e o racismo flagrante é significativa tanto para os participantes do sexo masculino  $F(1,645)=770.05$ ,  $p<0.0001$ ? como para os participantes do sexo feminino  $F(1,645)=770.36$ ,  $p<0.0001$ ?, podendo o efeito de interacção encontrado dever-se simplesmente à grande diferença de efectivos entre ambos os sexos (ver Gráfico 14).

Também contrariamente às nossas expectativas, verificou-se um efeito de interacção significativo com o local de recolha de dados  $F(1,645)=5.32$ ,  $p<0.0001$ ?. As análises de contrastes revelaram que a diferença entre o racismo subtil e o racismo flagrante é significativa em todos os locais de recolha de dados, no entanto, esta diferença é mais acentuada no Porto, em Lisboa, e em Braga do que em Faro, Bragança e Évora (ver Gráfico 15).

**Tabela 98 - Médias do racismo subtil e racismo flagrante em função do grupo-alvo**

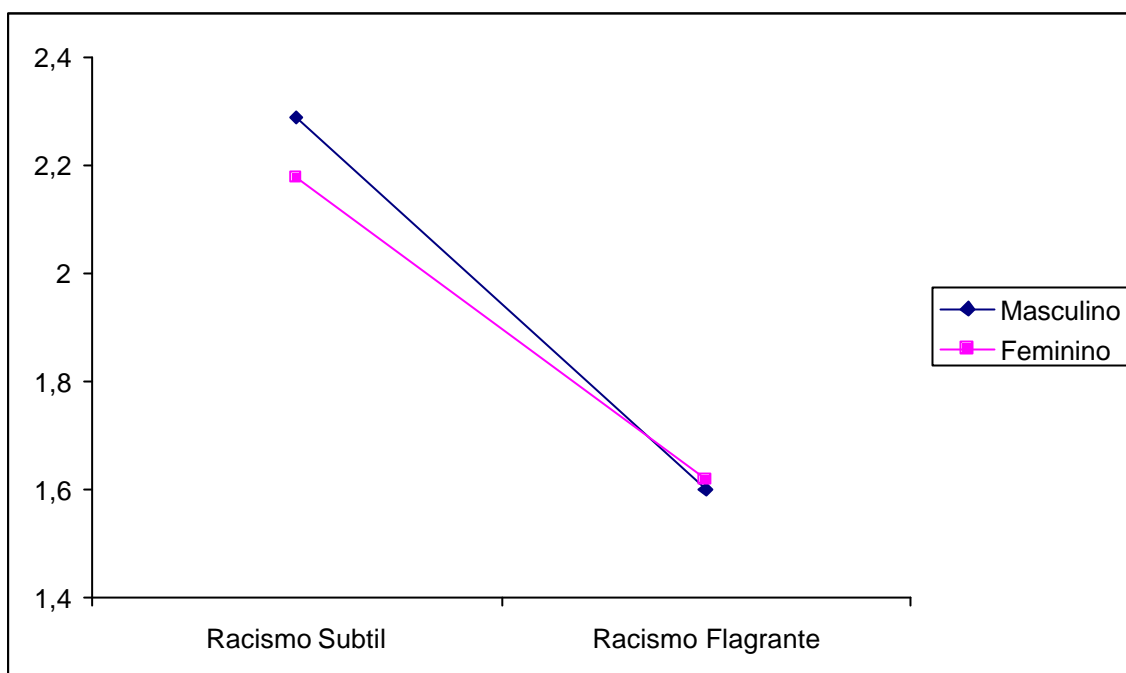
Grupo-alvo	Racismo subtil	Grupo-alvo	Racismo flagrante
Negros	2.17	Guineenses	1.57
Angolanos	2.19	Angolanos	1.58
Moçambicanos	2.19	Moçambicanos	1.59
Guineenses	2.25	Cabo-verdianos	1.62
Cabo-verdianos	2.27	São-tomenses	1.62
São-tomenses	2.29	Negros	1.68
Total	2.22	Total	1.61

**Nota: Valores mais elevados correspondem a maior discriminação (Escala: 1 a 4).**

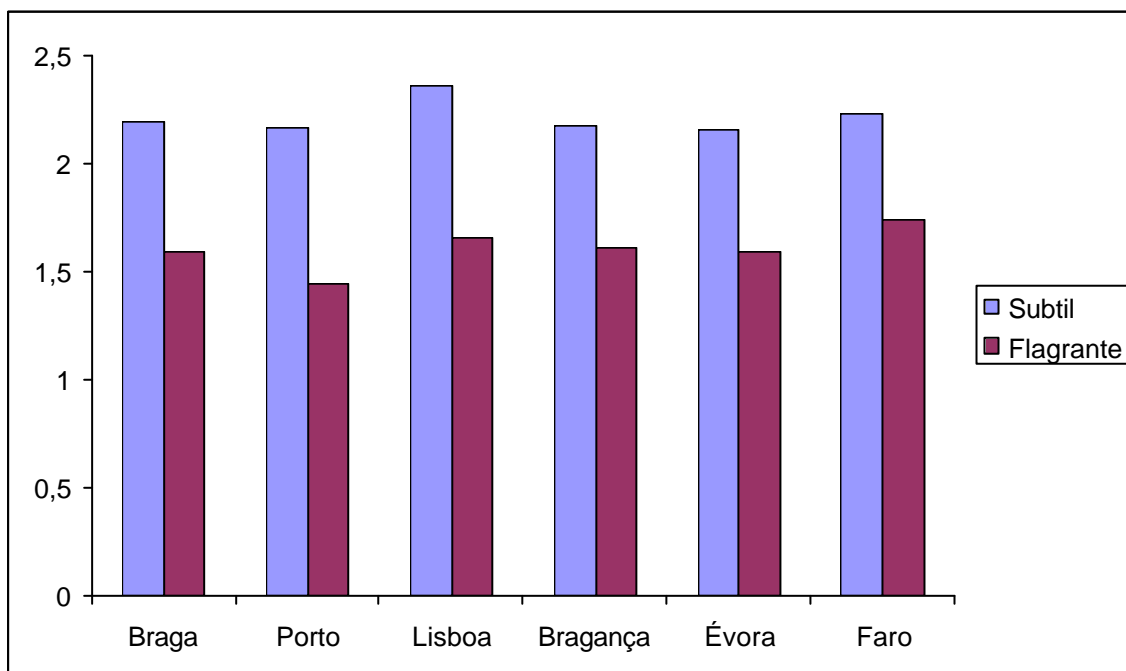
Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o tipo de racismo (subtil vs. flagrante):

Tipo de racismo:  $F(1,645)=1105.98$ ,  $p<0.0001$   
 Tipo de racismo x Grupo-alvo:  $F(1,645)=1.46$ ,  $p<0.199$   
 Tipo de racismo x Local:  $F(1,645)=5.32$ ,  $p<0.001$   
 Braga:  $F(1,645)=304.53$ ,  $p<0.0001$   
 Porto:  $F(1,645)=397.22$ ,  $p<0.0001$   
 Lisboa:  $F(1,645)=383.68$ ,  $p<0.0001$   
 Bragança:  $F(1,645)=171.80$ ,  $p<0.0001$   
 Évora:  $F(1,645)=122.98$ ,  $p<0.0001$   
 Faro:  $F(1,645)=174.88$ ,  $p<0.0001$   
 Tipo de racismo x Sexo:  $F(1,645)=8.97$ ,  $p<0.003$   
 Masculino:  $F(1,645)=770.05$ ,  $p<0.0001$   
 Feminino:  $F(1,645)=770.36$ ,  $p<0.0001$

**Gráfico 14 - Racismo subtil e racismo flagrante em função do sexo dos participantes**



**Gráfico 15 - Racismo subtil e racismo flagrante em função do local de recolha de dados**



As médias do racismo subtil e do racismo flagrante em função do tipo de categorização do grupo-alvo são apresentadas na Tabela 99. A segunda análise multivariada de variância revelou novamente um efeito significativo do tipo de racismo  $F(1,232)=319.20$ ,  $p<0.0001$ ?. As médias apresentadas na Tabela 99 indicam que a

diferença entre a o racismo subtil e o racismo flagrante é mais acentuada na categorização nacional (2.24 – 1.59) do que na categorização racial (2.17 – 1.68). No entanto, o efeito de interacção entre o tipo de racismo e o tipo de categorização do grupo-alvo não é estatisticamente significativo. Assim, embora o efeito do tipo de categorização (racial vs. nacional) tenha sido significativo para duas das sub-escalas do racismo subtil (“negação de emoções positivas” e “acentuação de diferenças culturais”), não foi suficientemente forte para produzir uma diferença na escala global.

A tripla interacção entre o tipo de racismo, o tipo de categorização do grupo-alvo e o sexo do participante não foi significativa nem a tripla interacção entre o tipo de racismo, o tipo de categorização do grupo-alvo e o local de recolha de dados.

**Tabela 99 - Médias do *racismo subtil* e do *racismo flagrante* em função do tipo de categorização do grupo-alvo**

Categorização do grupo-alvo	Racismo subtil	Categorização do grupo-alvo	Racismo flagrante
Racial	2.17	Racial	1.68
Nacional	2.24	Nacional	1.59
Total	2.22	Total	1.61

**Nota:** Valores mais elevados correspondem a maior discriminação (Escala: 1 a 4).

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Local x Sexo sobre o tipo de racismo (*subtil* vs. *flagrante*):  
Tipo de racismo:  $F(1,232)=319.20$ ,  $p<0.0001$

Finalmente, calculámos as correlações entre o racismo subtil e o racismo flagrante. Como podemos constatar, os valores relativos ao racismo subtil e ao racismo flagrante estão positiva e fortemente correlacionados entre si ( $r = 0.542$ ,  $p<0.001$ ), à semelhança do que tem sido encontrado noutros estudos utilizando esta escala (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999). Tanto o racismo *subtil* como o *flagrante* estão negativa e significativamente correlacionados com a percepção de variabilidade do exogrupo, a percepção da semelhança com o exogrupo, o nível de familiaridade com o exogrupo e as amizades intergrupais. Em contrapartida, tanto o racismo *subtil* como o *flagrante* estão positiva e significativamente correlacionados com o grau de importância atribuída à pertença racial, ao orgulho racial e à identificação nacional e racial, e ainda à incomodidade com opiniões diferentes.

**Tabela 100 - Correlações entre o racismo subtil e o racismo flagrante e as restantes variáveis**

	Correlações (N=718)	
	Racismo subtil	Racismo flagrante
Racismo subtil		
Racismo flagrante	,542**	
Variabilidade do exogrupo	-,191**	-,153**
Semelhança com o exogrupo	-,508**	-,335**
Familiaridade com o exogrupo	-,329**	-,122**
Pertença nacional	,058	,066
Pertença racial	,232**	,421**
Orgulho nacional	,038	,043
Orgulho racial	,180**	,312**
Identificação nacional	,090*	,077*
Identificação racial	,227**	,325**
Amizades intergrupais	-,100**	-,130**
Incomodidade	,222**	,262**

Nota: \*\* Correlação significativa  $p < 0.01$ ; \* Correlação significativa  $p < 0.05$ .



### 6.1.3.2 Contacto com o exogrupo

#### *Nível de familiaridade*

Como podemos observar na Tabela 101, globalmente o contacto com os africanos é bastante reduzido ( $M = 2.43$ ). A primeira análise de variância efectuada sobre os dados referentes ao nível de familiaridade (média das três escalas) produziu um efeito principal do grupo-alvo  $F(1,642)=14.492$ ,  $p<0.001$ : o nível de familiaridade foi mais elevado em relação aos ‘negros’ ( $M = 3.41$ ) do que em relação aos cinco grupos nacionais africanos, sendo em relação aos “são-tomenses” ( $M = 1.80$ ) que os participantes referem ter um contacto mais distante.

Também se verificou um efeito significativo do local de recolha de dados  $F(1,642)=5.214$ ,  $p<0.001$ : os participantes referem maior contacto em Faro ( $M = 2.95$ ) e menor contacto em Braga ( $M = 2.09$ ). O efeito do sexo dos participantes não foi significativo e nenhum dos efeitos de interacção foi significativo.

A segunda análise de variância efectuada produziu um efeito principal significativo do tipo de categorização  $F(1,251)=30.70$ ,  $p<0.0001$ : os participantes referem um nível de familiaridade significativamente mais elevado em relação aos ‘negros’ ( $M = 3.41$ ) do que em relação aos cinco grupos nacionais africanos ( $M = 2.23$ ). Tal resultado poderá dever-se simplesmente ao maior grau de generalidade do exogrupo ‘negros’ e não a qualquer pressão de ordem normativa.

**Tabela 101 - Médias relativas ao nível de familiaridade em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	3.41	Racial	3.41
Angolanos	2.51	Nacional	2.23
Cabo-verdianos	2.33	Total	2.43
Moçambicanos	2.33		
Guineenses	2.09		
São-tomenses	1.80		

Questões: a) “O seu contacto com os *negros*? é...” (1 = “muito distante”; 7 = “muito próximo”); b) “Costuma convidar *negros*? para sair?” (1 = “nunca”; 7 = “sempre”); c) “Costuma convidar *negros*? para ir a sua casa?” (1 = “nunca”; 7 = “sempre”).

Nível de familiaridade = (A + B + C)/3

Categorização racial = Negros;

Categorização nacional = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o nível de familiaridade exogrupal:

Grupo-alvo:  $F(1,642)=14.492$ ,  $p<0.001$

Local:  $F(1,642)=5.214$ ,  $p<0.001$

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre o nível de familiaridade exogrupal:

Tipo de categorização (nacional vs. racial):  $F(1,251)=30.70$ ,  $p<0.0001$

### ***Número de pessoas conhecidas pelo nome***

Como podemos constatar na Tabela 102, a média global de pessoas do exogrupo conhecidas pelo nome é de 4.68. A primeira análise de variância produziu um efeito principal do grupo-alvo  $F(1,642)=15.001$ ,  $p<0.001$ : o número de pessoas conhecidas pelo nome é superior quando o grupo-alvo são os ‘negros’ ( $M=9.46$ ) do que para cada um dos cinco grupos nacionais africanos, sendo em relação aos “são-tomenses” ( $M = 1.87$ ) que os participantes referem conhecer menos pessoas pelo nome.

Verificou-se um efeito principal significativo do local de recolha de dados  $F(1,642)=2.477$ ,  $p<0.031$ ?, e um efeito de interacção significativo entre o local de recolha de dados e o grupo-alvo  $F(1,642)=1.807$ ,  $p<0.010$ ? (ver Gráfico 16).

Verificou-se igualmente um efeito principal significativo do sexo dos participantes  $F(1,642)=11.074$ ,  $p<0.001$ ?: os participantes de sexo masculino referem conhecer significativamente mais pessoas do exogrupo pelo nome ( $M = 5.91$ ) do que os participantes do sexo feminino ( $M = 3.84$ ). O efeito de interacção significativo entre o sexo dos participantes e o grupo-alvo também é significativo  $F(1,642)=3.178$ ,  $p<0.008$ ? (ver Gráfico 17).

A segunda análise de variância produziu um efeito principal do grupo-alvo  $F(1,641)=17.851, p<0.001$ : o número de amigos íntimos é superior quando o grupo-alvo é categorizado em função da cor da pele ( $M=9.46$ ) do que quando é categorizado em função da nacionalidade ( $M = 2.23$ ).

**Tabela 102 - Médias relativas ao número de pessoas conhecidas pelo nome em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	9.46	Racial	9.46
Angolanos	6.83	Nacional	2.23
Moçambicanos	3.16	Total	4.68
Cabo-verdianos	3.13		
Guineenses	3.10		
São-tomenses	1.87		

**Pessoas conhecidas pelo nome (questão aberta):** Escreva o número aproximado de *negros* que conhece pelo nome?

**Categorização racial = negros; Categorização nacional = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).**

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o número de pessoas conhecidas pelo nome pertencentes ao exogrupo:

Grupo-alvo:  $F(1,642)=15.001, p<0.001$

Local:  $F(1,642)=2.477, p<0.031$

Sexo:  $F(1,642)=11.074, p<0.001$

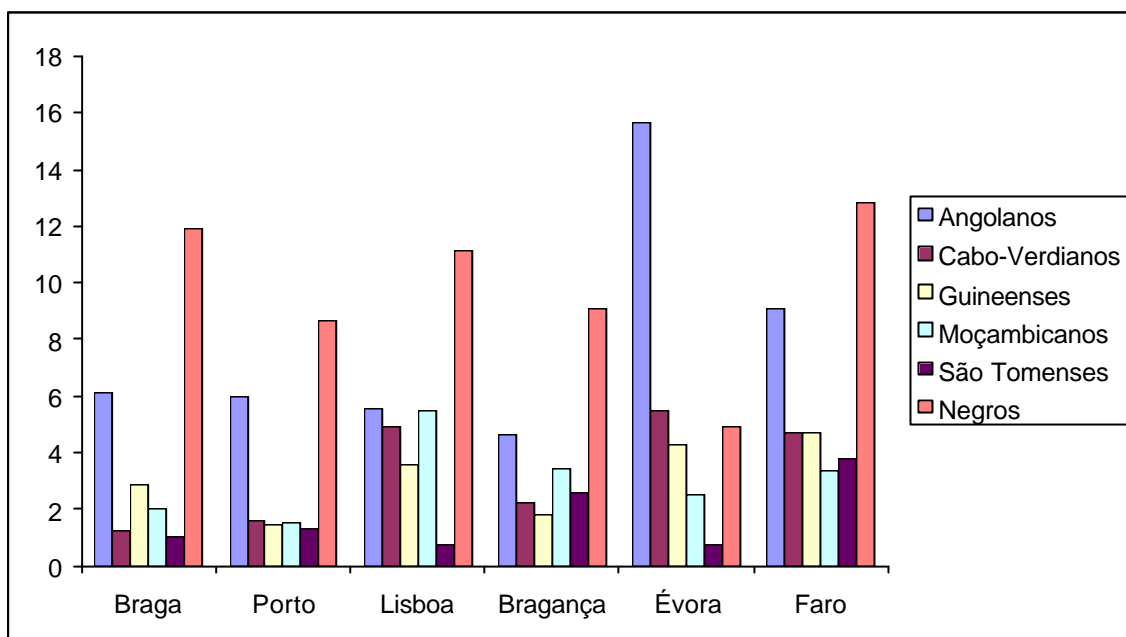
Grupo-alvo x Local:  $F(1,642)=1.807, p<0.010$

Grupo-alvo x Sexo:  $F(1,642)=3.178, p<0.008$

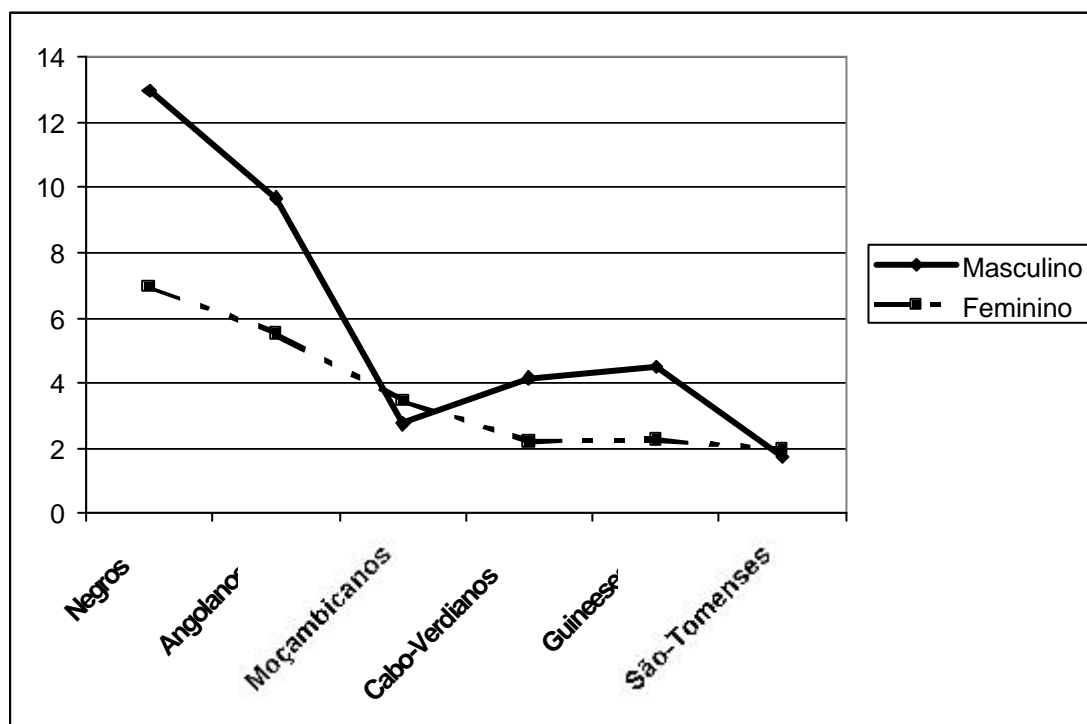
Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre o número de pessoas conhecidas pelo nome pertencentes ao exogrupo:

Tipo de categorização (nacional vs. racial):  $F(1,251)=17.851, p<0.001$

**Gráfico 16 - Número de pessoas conhecidas pelo nome em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados**



**Gráfico 17 - Número de pessoas conhecidas pelo nome em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes**



### ***Número de amigos íntimos***

Como podemos constatar na Tabela 103, a média de amigos íntimos africanos é bastante baixa ( $M = 0.76$ ; 73.4% dos participantes não refere nenhum amigo íntimo, 9.7% refere um amigo íntimo, 8.7% refere dois amigos íntimos, 3.2% referem três amigos íntimos; 4.4% referem mais do que três amigos íntimos).

A análise de variância produziu um efeito principal do grupo-alvo: o número de amigos íntimos é superior quando o grupo-alvo são os ‘negros’ ( $M = 1.26$ ) do que para cada um dos cinco grupos nacionais africanos, sendo em relação aos “são-tomenses” ( $M = 0.30$ ) que os participantes referem ter menos amigos íntimos,  $F(1,641)=2.451$ ,  $p<0.033$ . O local de recolha de dados e o sexo dos participantes não produziram efeitos significativos.

A segunda análise de variância produziu um efeito principal do grupo-alvo  $F(1,251)=10.363$ ,  $p<0.001$ : o número de amigos íntimos é superior quando o grupo-alvo é categorizado em função da cor da pele ( $M = 1.26$ ) do que quando é categorizado em função da nacionalidade ( $M = 0.66$ ). Como referimos em relação às questões anteriores, este efeito do tipo de categorização, no caso das medidas de contacto, pode dever-se simplesmente ao maior grau de generalidade da categorização ‘negros’ relativamente às categorizações “nacionais”.

**Tabela 103 - Médias relativas ao número de amigos íntimos em função do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Média	Tipo de categorização	Média
Negros	1.26	Racial	1.26
Angolanos	0.96	Nacional	0.66
Cabo-verdianos	0.96	Total	0.76
Moçambicanos	0.55		
Guineenses	0.45		
São-tomenses	0.30		

**Número de amigos íntimos (questão aberta):** Escreva o número aproximado de *?negros?* que são seus amigos íntimos.

**Categorização racial = negros; Categorização nacional = Média (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses).**

Análise dos efeitos do Grupo-alvo x Local x Sexo sobre o número de amigos íntimos pertencentes ao exogrupo:

Grupo-alvo:  $F(1,640)=2.451$ ,  $p<0.033$

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre o número de pessoas conhecidas pelo nome pertencentes ao exogrupo:

Tipo de categorização (nacional vs. racial):  $F(1,251)=10.363$ ,  $p<0.001$

### 6.1.3.3 Pertença, orgulho e identificação grupais

#### *Importância da pertença grupal*

A Tabela 104 apresenta os valores relativos à importância da pertença *nacional* (portugueses) e *racial* (brancos). Tanto no que diz respeito à pertença nacional como à pertença racial, as análises de variância efectuadas não produziram resultados significativos, demonstrando que o grau de importância atribuído à pertença nacional ( $M = 3.17$ ) e à pertença racial ( $M = 1.92$ ) não diferem significativamente em função do sexo dos participantes.

A análise multivariada de variância efectuada para comparar a importância atribuída aos dois tipos de pertença produziu um efeito principal significativo  $F(1,710)=847.76$ ,  $p<0.0001$ , demonstrando que a importância atribuída à pertença nacional ( $M = 3.17$ ) é significativamente superior à importância à pertença racial ( $M = 1.92$ ). A interacção com o sexo dos participantes não foi significativa.

**Tabela 104 - Médias relativas à importância da pertença nacional e racial em função do sexo do participante**

Sexo do participante	Importância da pertença	
	Nacional (portugueses)	Racial (brancos)
Masculino (N= 289)	3.14	1.89
Feminino (N= 429)	3.19	1.93
Total (N=718)	3.17	1.92

**Importância da pertença grupal:** “Diga-nos em que medida a pertença a cada um destes grupos (portugueses; brancos) é importante para si: 1 = “não é importante”; 2 = “é apenas um pouco importante”; 3 = “é importante”; 4 = “é muito importante”.

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre a importância da pertença:

Tipo de categorização (nacional vs. racial):  $F(1,710)=847.76$ ,  $p<0.0001$

#### *Orgulho grupal*

A Tabela 105 apresenta os valores relativos ao orgulho *nacional* e ao orgulho *racial*. Relativamente ao orgulho nacional, a análise de variância efectuada produziu um efeito significativo do sexo dos participantes, demonstrando que os participantes de sexo masculino ( $M = 1.57$ ) sentem maior grau de orgulho nacional do que os participantes de

sexo feminino ( $M = 1.74$ ),  $F(1,711)=11.108$ ,  $p<0.001$ ?. Quanto ao orgulho racial ( $M = 2.65$ ) não difere significativamente em função do sexo dos participantes.

A análise multivariada de variância efectuada para comparar os níveis de orgulho em função dos dois tipos de pertença produziu um efeito principal significativo, demonstrando que o nível de orgulho nacional ( $M = 1.67$ ) é significativamente superior ao nível de orgulho racial ( $M = 2.65$ ),  $F(1,689)=695.36$ ,  $p<0.0001$ ?. A interacção entre o tipo de pertença e o sexo dos participantes foi também significativa  $F(1,689)=10.66$ ,  $p<0.001$ ?. As análises de contrastes demonstraram que a diferença entre os níveis de orgulho nacional e orgulho racial é mais acentuada nos participantes de sexo masculino  $F(1,689)=363.83$ ,  $p<0.0001$ ? do que nos participantes de sexo feminino  $F(1,689)=336.55$ ,  $p<0.0001$ ?

**Tabela 105 - Médias relativas ao orgulho nacional e racial em função do sexo do participante**

Sexo do participante	Orgulho da pertença	
	Nacional (portugueses)	Racial (brancos)
Masculino (N= 289)	1.57	2.70
Feminino (N= 429)	1.74	2.62
Total (N=718)	1.67	2.65

**Orgulho grupal:** “Diga-nos em que medida se sente orgulhoso por pertencer a estes grupos (*portugueses; brancos*)”: 1= “muito orgulhoso”; 2= “orgulhoso”; 3= “pouco orgulhoso”; 4 = “nada orgulhoso”.

Análise dos efeitos do sexo do participante (masculino vs. feminino) sobre o orgulho nacional:

Sexo:  $F(1,711)=11.108$ ,  $p<0.001$

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre a importância da pertença:

Tipo de categorização:  $F(1,689)=695.36$ ,  $p<0.0001$

Tipo de categorização x Sexo:  $F(1,689)=10.66$ ,  $p<0.001$

Masculino:  $F(1,689)=363.83$ ,  $p<0.0001$

Feminino:  $F(1,689)=336.55$ ,  $p<0.0001$

### **Identificação grupal**

A Tabela 106 apresenta os valores relativos aos níveis de identificação *nacional* e *racial*. Paralelamente ao que se verificou com os dados referentes ao orgulho, a análise de variância efectuada sobre os valores da identificação nacional, produziu um efeito significativo do sexo dos participantes, demonstrando que os participantes de sexo masculino ( $M = 5.59$ ) se sentem mais identificados com o grupo dos *portugueses* do que

os participantes de sexo feminino ( $M = 5.37$ ),  $F(1,711)=8.980$ ,  $p<0.003$ ?. Em contrapartida, a identificação racial ( $M = 4.25$ ) não difere significativamente em função do sexo dos participantes  $F(1,711)=0.976$ ,  $p<0.324$ ?

A análise multivariada de variância efectuada para comparar os níveis de identificação em função dos dois tipos de pertença produziu um efeito principal significativo, demonstrando que a identificação nacional ( $M = 5.50$ ) é significativamente superior à identificação racial ( $M = 4.25$ ),  $F(1,701)=360.10$ ,  $p<0.0001$ ?. A interacção entre o tipo de pertença e o sexo dos participantes não foi significativa.

Sintetizando, as três medidas aferindo a importância, o orgulho e a identificação dos participantes revelaram um padrão idêntico de resultados. Os participantes de ambos os sexos expressaram maiores níveis de importância, orgulho e identificação relativamente ao grupo dos ‘portugueses’ (categorização nacional) do que relativamente ao grupo dos ‘brancos’ (categorização racial).

Os participantes do sexo masculino expressaram um nível de orgulho nacional significativamente maior do que os participantes de sexo feminino, o mesmo acontecendo com o nível de identificação nacional. Relativamente ao nível de orgulho racial e ao nível de identificação racial não se verificaram diferenças significativas em função do sexo dos participantes.

**Tabela 106 - Médias relativas à identificação nacional e racial em função do sexo do participante**

Sexo do participante	Nível de identificação	
	Nacional (portugueses)	Racial (brancos)
Masculino (N= 289)	5.59	4.32
Feminino (N= 429)	5.37	4.20
Total (N=718)	5.50	4.25

*Nível de identificação grupal: “Em que medida se sente identificado com os seguintes grupos (portugueses; brancos)”?* (1 = “nada identificado”; 7 = “muito identificado”).

Análise dos efeitos do sexo do participante (masculino vs. feminino) sobre o nível de identificação nacional:

Sexo:  $F(1,711)=8.980$ ,  $p<0.003$

Análise dos efeitos do Tipo de categorização x Sexo sobre o nível de identificação:

Tipo de categorização:  $F(1,701)=360.10$ ,  $p<0.0001$



### 6.1.3.4 Tolerância à diferença

#### *Amizades intergrupais*

A Tabela 107 apresenta as médias relativas ao número de amizades intergrupais (amigos de outra nacionalidade, de outra raça, de outra religião, de outra cultura, ou de outra classe social) referido pelos participantes. Como se pode verificar, a ordem em que surgem os vários grupos é exactamente a mesma para ambos os sexos: *classe social* ( $M = 2.39$ ), *cultura* ( $M = 2.99$ ), *nacionalidade* ( $M = 1.95$ ), *religião* ( $M = 1.93$ ), e finalmente a *raça* ( $M = 1.91$ ).

Globalmente, os participantes de sexo masculino ( $M = 2.09$ ) referem um maior número de amizades intergrupais do que os participantes de sexo feminino ( $M = 2.00$ ),  $F(1,715)=10.798$ ,  $p<0.001$ ?. Verifica-se uma diferença significativa relativamente aos seguintes grupos: *classe social*  $F(1,712)=3.924$ ,  $p<0.048$ ?, *nacionalidade*  $F(1,714)=7.009$ ,  $p<0.008$ ? e *raça*  $F(1,713)=6.612$ ,  $p<0.010$ ?

**Tabela 107 - Médias das amizades intergrupais em função do sexo dos participantes**

Amizades intergrupais	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Pessoas de outra classe social	2.44	2.35	2.39
Pessoas de outra cultura	2.05	1.96	1.99
Pessoas de outra nacionalidade	2.01	1.91	1.95
Pessoas de outra religião	1.98	1.90	1.93
Pessoas de outra raça	1.97	1.86	1.91
Total	2.09	2.00	2.03

**Amizades intergrupais:** “Do conjunto dos seus amigos, existem muitas, poucas ou nenhuma pessoas como estas?” (1 = “nenhuma”; 2 = “poucas”; 3 = “muitas”).

#### Análise dos efeitos do Sexo sobre o nível de amizades intergrupais:

*Classe social:*  $F(1,712)=3.924$ ,  $p<0.048$

*Nacionalidade:*  $F(1,714)=7.009$ ,  $p<0.008$

*Raça:*  $F(1,713)=6.612$ ,  $p<0.010$

Total :  $F(1,715)=10.798$ ,  $p<0.001$

#### *Incomodidade com opiniões diferentes*

A Tabela 108 apresenta as médias relativas ao grau de incomodidade com opiniões diferentes. A análise de variância efectuada demonstrou não existirem

diferenças significativas em função do sexo dos participantes ( $M = 3.01$ ),  $F(1,714)=1.887$ ,  $p<0.170$ .

**Tabela 108 - Nível de incomodidade com opiniões diferentes em função do sexo dos participantes**

	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Incomodidade com opiniões diferentes	2.98	3.04	3.01

***Incomodidade com opiniões diferentes:*** “Com que frequência se sente incomodado com as opiniões, costumes e modos de vida de pessoas diferentes?” (1 = “frequentemente”; 2= “algumas vezes”; 3 = “raramente”; 4 = “nunca”).

Sintetizando, verifica-se um padrão algo diferente de resultados relativamente às duas medidas de tolerância à diferença: os participantes do sexo masculino referiram significativamente maior número de amizades intergrupais do que os participantes do sexo feminino. Relativamente ao grau de incomodidade com opiniões diferentes não se verificaram diferenças significativas em função do sexo dos participantes.

### 6.1.3.5 Preditores da variabilidade percebida do exogrupo

Como referimos no procedimento de análise de dados, com o objectivo de averiguar os preditores do efeito de homogeneidade do exogrupo, calculámos as correlações entre esta variável dependente e as outras medidas do questionário utilizado neste estudo (tendo previamente recodificado os valores de algumas variáveis: percepção de semelhança com os membros do exogrupo, os itens das sub-escalas “defesa de valores tradicionais”, “ameaça e rejeição”, e “rejeição de intimidade”; a variável relativa ao grau de incomodidade com opiniões diferentes; orgulho nacional e orgulho racial).

A Tabela 109 apresenta as correlações entre a variabilidade percebida do exogrupo e as outras variáveis analisadas neste estudo: semelhança com o exogrupo, familiaridade com o exogrupo, pertença nacional, pertença racial, orgulho nacional, orgulho racial, identificação nacional e identificação racial, amizades intergrupais e incomodidade com opiniões diferentes.

Considerando o total da amostra ( $N=718$ ), verificam-se correlações negativas significativas entre a percepção da variabilidade do exogrupo e o racismo subtil ( $r = -0.191$ ,  $p < 0.001$ ) e também com o racismo flagrante ( $r = -0.153$ ,  $p < 0.001$ ). Verificam-se igualmente correlações negativas significativas com o orgulho racial ( $r = -0.127$ ,  $p < 0.001$ ) e com o grau de incomodidade com opiniões diferentes ( $r = -0.094$ ,  $p < 0.001$ ). Em contrapartida verificam-se correlações positivas significativas com a familiaridade com o exogrupo ( $r = 0.149$ ,  $p < 0.001$ ) e com as amizades intergrupais ( $r = 0.106$ ,  $p < 0.001$ ).

**Tabela 109 - Correlações entre a percepção da variabilidade do exogrupo e as restantes variáveis**

	Total (N=718)	Nacional (N=592)	Angolanos (N=120)
Racismo subtil	-,191**	-,220**	-,352**
Racismo flagrante	-,153**	-,198**	-,228**
Semelhança com o exogrupo	,071	,095*	,055*
Familiaridade com o exogrupo	,149**	,174**	,176**
Pertença nacional	-,042	-,031	-,100
Pertença racial	-,063	-,073	-,124
Orgulho nacional	-,021	-,041	-,032
Orgulho racial	-,127**	-,145**	-,128
Identificação nacional	-,041	-,050	-,146
Identificação racial	-,073	-,073	-,116
Amizades intergrupais	,106**	,152**	,285**
Incomodidade	-,094*	-,117**	-,212**

Nota: \*\* Correlação significativa  $p < 0.01$ ; \* Correlação significativa  $p < 0.05$ .

Uma vez que os resultados referentes ao grupo-alvo ‘negros’ (categorização racial) em algumas das variáveis (nomeadamente, a percepção da variabilidade do exogrupo e o nível de familiaridade com o exogrupo) diferiram significativamente das restantes condições (categorização nacional), recalculámos as correlações excluindo o grupo-alvo ‘negros’ (N=592). Como podemos constatar, todas as variáveis com as quais a percepção da variabilidade grupal correlacionava significativamente se mantêm. De salientar que todas as correlações significativas são mais fortes do que quando incluímos o grupo-alvo ‘negros’, verificando-se uma correlação positiva significativa com a variável “percepção de semelhança com o exogrupo” que, quando considerada a amostra total, não atingia o limiar de significância estatística.

Também recalculámos as correlações tendo em conta apenas um grupo nacional específico, neste caso o grupo dos ‘angolanos’ (N=120). Como podemos constatar, as variáveis com as quais a percepção da variabilidade grupal correlacionava significativamente mantêm-se com a excepção da variável “orgulho racial”. De um modo geral as correlações são mais fracas, o que se deve provavelmente ao menor número de efectivos contabilizados para a análise.

Por último, recalculámos as correlações tendo apenas o grupo-alvo ‘negros’. Neste caso não se verificou nenhuma correlação significativa entre a percepção da variabilidade grupal e as outras variáveis. Este resultado vem reforçar a evidência de

que os participantes apresentam estratégias de discriminação diferentes em função do tipo de categorização do grupo-alvo: estas são idênticas para os vários grupos minoritários oriundos dos PALOP (categorização nacional), mas diferentes em relação aos ‘negros’ (categorização racial).

As variáveis com as quais se verificaram correlações significativas foram introduzidas como variáveis independentes em análises de regressão linear múltipla (ARLM), método *stepwise*, tomando como variável dependente a percepção da variabilidade do exogrupo. Foram realizadas três ARML: uma com o total da amostra (Tabela 110), outra excluindo o grupo-alvo ‘negros’ (Tabela 111), e outra tendo como grupo-alvo apenas os ‘angolanos’ (Tabela 112).

Como podemos constatar na Tabela 110, das seis variáveis introduzidas três entram na equação de regressão. O racismo subtil aparece como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo ( $\beta = -0.151$ ,  $p < 0.001$ ). O nível de orgulho racial é o segundo melhor preditor: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo ( $\beta = -0.087$ ,  $p < 0.024$ ). Finalmente, quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade, ( $\beta = 0.084$ ,  $p < 0.044$ ). Note-se, no entanto, que a variância explicada por estas três variáveis é relativamente baixa ( $R^2$  ajustado = .056).

**Tabela 110 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (total da amostra)**

Variáveis independentes	$R^2$ ajustado = 0.056		
	Beta	t	p <
Racismo subtil	-.151	-3.750	0.001
Orgulho racial	-.087	-2.261	0.024
Familiaridade com o exogrupo	.084	2.015	0.044
Amizades intergrupais	-	-	n.s.
Racismo flagrante	-	-	n.s.
Incomodidade	-	-	n.s.

Os resultados da segunda análise de regressão linear múltipla realizada – excluindo o grupo-alvo ‘negros’ – encontram-se na Tabela 111. Como podemos constatar, das sete variáveis introduzidas quatro entram na equação de regressão, três das quais constantes no modelo anterior. O racismo subtil surge de novo como o melhor

preditor da percepção da variabilidade do exogrupo, tendo-se registado um incremento do seu valor preditivo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo ( $\beta = -0.166$ ,  $p < 0.001$ ). O número de amizades intergrupais (amigos de nacionalidade, raça, religião, cultura ou classe social diferente dos participantes) é o segundo melhor preditor, sendo que quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida do exogrupo, ( $\beta = 0.107$ ,  $p < 0.014$ ). Segue-se o nível de orgulho racial: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo ( $\beta = -0.089$ ,  $p < 0.035$ ). Finalmente, quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade, ( $\beta = 0.090$ ,  $p < 0.048$ ). Note-se que, relativamente ao anterior, se verifica um ligeiro incremento da variância explicada por este modelo ( $R^2$  ajustado = .077).

**Tabela 111 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (excluindo grupo-alvo ‘negros’)**

Variáveis independentes	$R^2$ ajustado = 0.077		
	Beta	t	p <
Racismo subtil	-.166	-3.753	0.001
Amizades intergrupais	.107	2.461	0.014
Orgulho racial	-.089	-2.102	0.036
Familiaridade com o exogrupo	.091	2.018	0.044
Racismo flagrante	-	-	n.s.
Incomodidade	-	-	n.s.
Semelhança com o exogrupo	-	-	n.s.

Os resultados da terceira análise de regressão linear múltipla realizada – grupo-alvo ‘angolanos’ – encontram-se na Tabela 112. Como podemos constatar, das seis variáveis introduzidas apenas duas entram na equação de regressão, sendo as que no modelo anterior tinham maior valor preditivo: o racismo subtil e as amizades intergrupais. Quanto maior o nível de racismo subtil em relação aos ‘angolanos’ menor a sua variabilidade grupal percebida, isto é, maior é o efeito de homogeneidade do exogrupo ( $\beta = -0.313$ ,  $p < 0.001$ ). Em contrapartida, quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida dos ‘angolanos’, ( $\beta = 0.226$ ,  $p < 0.009$ ). Note-se que se verifica um incremento bastante considerável da variância explicada por este modelo, relativamente ao anterior ( $R^2$  ajustado = .174).

**Tabela 112 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (grupo-alvo ‘angolanos’).**

Variáveis independentes	$R^2$ ajustado = 0.174		
	Beta	t	p <
Racismo subtil	-.313	-3.650	0.001
Amizades intergrupais	.226	2.639	0.009
Semelhança com o exogrupo	-	-	n.s.
Familiaridade com o exogrupo	-	-	n.s.
Racismo flagrante	-	-	n.s.
Incomodidade	-	-	n.s.

A Tabela 113 sintetiza os resultados das três análises de regressão efectuadas.

**Tabela 113 - Preditores da variabilidade percebida do exogrupo (síntese)**

Variáveis independentes	Total (N=718)	Nacional (N=592)	Angolanos (N=120)
Racismo subtil	-.151	-.166	-.313
Amizades intergrupais	-	.107	.226
Orgulho racial	-.087	-.089	-
Familiaridade com o exogrupo	.084	.091	-
Racismo flagrante	-	-	-
Incomodidade	-	-	-
Semelhança com o exogrupo	-	-	-
$R^2$ ajustado	.056	.077	.174

#### 6.1.4 Discussão

##### *Percepções do exogrupo*

Em consonância com as nossas hipóteses, verificou-se um efeito de homogeneidade do exogrupo estatisticamente significativo para a globalidade da amostra, isto é, os participantes homogeneizaram todos os grupo-alvo minoritários oriundos dos PALOP. Também de acordo com as nossas hipóteses, a variabilidade percebida do exogrupo não variou significativamente em função do grupo-alvo, isto é, os participantes não têm uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos. O local de recolha de dados e o sexo dos participantes também não produziram quaisquer efeitos significativos, tal como esperávamos.

Em contrapartida, a variabilidade percebida do exogrupo variou significativamente em função do tipo de categorização do grupo-alvo: a homogeneização do exogrupo foi significativamente mais elevada nas condições de categorização nacional (*angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses*) do que na condição de categorização racial (*negros*). Assim, contrariamente ao que se verificou para os vários grupos-alvo designados pela nacionalidade, o efeito de homogeneidade do exogrupo não foi estatisticamente significativo para o grupo-alvo ‘negros’.

Estes resultados vão ao encontro dos obtidos no Estudo 2, quando constatámos que aos ‘negros’ era atribuído um estatuto social mais elevado do que à média dos cinco grupos nacionais africanos. Como referimos anteriormente, tal poderá dever-se ao facto da designação ‘negros’ ser reconhecida como activando respostas que possam ser conotadas com racismo. Ora, tendo esta medida de variabilidade grupal percebida uma grande validade facial, é automaticamente reconhecida como ‘discriminatória’. Sendo os participantes neste estudo pessoas com elevados níveis de escolaridade e bem cientes das normas sociais em vigor contra a discriminação é natural que a inibição provocada pela designação ‘negros’ seja mais forte do que a provocada pelas designações nacionais. No entanto, esta diferença poderá dever-se simplesmente ao facto de a designação ‘negros’ remeter para um grupo com maior grau de generalidade do que cada uma das várias designações nacionais.

Tal como esperávamos, a percepção de semelhança com os membros do exogrupo não variou significativamente em função da designação do exogrupo. No entanto,



verificou-se um inesperado efeito significativo do local de recolha de dados, sendo a média de Lisboa significativamente mais baixa que as das restantes cidades. Verificou-se igualmente um efeito significativo do sexo dos participantes: as mulheres referem sentir-se ‘semelhantes’ aos membros minoritários de origem africana enquanto que os homens referem sentir-se ‘diferentes’ dos membros destes grupos. Este resultado é consonante com os resultados obtidos em alguns estudos (e.g., Miranda, 2001) que apontam para respostas mais igualitárias da parte do sexo feminino do que do sexo masculino (também relativamente à percepção de variabilidade do exogrupo, as mulheres apresentaram resultados mais próximos do ponto neutro da escala do que os homens, mas essa diferença não foi estatisticamente significativa).

### ***Racismo subtil e racismo flagrante***

Os resultados relativos a cada uma das sub-escalas de *racismo subtil* e de *racismo flagrante* (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, Brito, Lopes, 1999a) foram analisados primeiro separadamente e depois conjuntamente, no sentido de comparar os níveis de expressão dos dois tipos de racismo.

As três sub-escalas de racismo subtil apresentam um padrão de resultados algo diverso. Em consonância com as nossas hipóteses, em nenhuma das sub-escalas se verificaram efeitos significativos ligados ao grupo-alvo, isto é, os níveis de discriminação não variaram significativamente em função da nacionalidade dos grupos minoritários africanos. No entanto, relativamente à sub-escala “negação de emoções positivas” verificou-se um efeito significativo do local de recolha de dados, sendo que em Lisboa os participantes referem sentir emoções positivas menos frequentemente do que nas restantes cidades. Verificou-se também um efeito significativo do sexo dos participantes, sendo que os participantes de sexo feminino referem sentir emoções positivas mais frequentemente do que os participantes de sexo masculino. Na sub-escala “defesa de valores tradicionais” também se verificou um efeito do sexo dos participantes, sendo que os participantes de sexo feminino evidenciam um maior grau de desacordo com os valores tradicionais do que os participantes de sexo masculino. Quanto ao efeito do tipo de categorização do grupo-alvo, nas sub-escalas “negação de emoções positivas” e “acentuação das diferenças culturais” verificaram-se menores níveis de discriminação para o grupo-alvo ‘negros’ (categorização racial) do que para cada um dos PALOP (categorização nacional).

Tomando as três sub-escalas de racismo subtil no seu conjunto os resultados vão maioritariamente ao encontro das nossas hipóteses: o nível de racismo subtil não variou em função dos vários grupos-alvo nacionais (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses); e verificou-se um menor nível de racismo subtil para o grupo-alvo ‘negros’ (categorização racial) do que para cada um dos PALOP (categorização nacional). Globalmente o efeito do local de recolha de dados não foi significativo, mas verificou-se um efeito do sexo dos participantes. Este efeito, embora não previsto uma vez que a maior parte dos estudos sobre racismo subtil aponta para que não haja diferenças significativas relativamente ao sexo (para uma sistematização dos preditores do racismo ver Pettigrew, 1999), vai de encontro aos resultados obtidos nas duas medidas anteriores, nas quais verificámos que as mulheres apresentam respostas mais igualitárias do que os homens (diferença significativa no caso da percepção da semelhança com o exogrupo ou apenas tendencialmente significativa no caso da percepção da variabilidade do exogrupo).

As duas sub-escalas de racismo flagrante apresentaram exactamente o mesmo padrão de resultados. Em consonância com as nossas hipóteses, os níveis de discriminação não variaram significativamente em função dos diferentes grupos-alvo nacionais nem em função do tipo de categorização do grupo-alvo (racial vs. nacional). Também não se verificaram diferenças significativas em função do sexo dos participantes. Inesperadamente, verificou-se um efeito significativo do local de recolha de dados, sendo que no Porto os participantes expressaram menor nível de racismo flagrante do que nas restantes cidades.

Tal como esperávamos, a média do *racismo subtil* foi significativamente mais elevada do que a média do *racismo flagrante*, à semelhança do que tem sido verificado noutros estudos europeus (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999).

Também de acordo com as nossas hipóteses, a interacção entre o tipo de racismo e o grupo-alvo não produziu efeitos significativos, demonstrando que os níveis de discriminação subtil e flagrante não variam em função dos vários grupos-alvo de origem africana.

Contrariamente às nossas expectativas, verificou-se um efeito de interacção significativo com o sexo dos participantes. A diferença entre o racismo subtil e o racismo flagrante é mais acentuada para os participantes do sexo masculino do que para os participantes do sexo feminino.

Também contrariamente às nossas expectativas, verificou-se um efeito de interacção significativo com o local de recolha de dados. As análises de contrastes revelaram que a diferença entre o racismo subtil e o racismo flagrante é significativa em todos os locais de recolha de dados, no entanto, esta diferença é mais acentuada no Porto, em Lisboa e em Braga do que em Faro, Bragança e Évora. Tal poderá dever-se a um problema de amostragem já que constatámos a proporção de mulheres na amostra é muito mais elevada em Faro, Bragança e Évora do que no Porto, em Lisboa e em Braga.

Quando comparamos não os grupos-alvo nacionais entre si, mas os efeitos do tipo de categorização (racial vs. nacional) constatamos que este padrão de resultados se altera um pouco. A diferença entre a o *racismo subtil* e o *racismo flagrante* é ligeiramente mais acentuada na categorização nacional do que na categorização racial, mas esta diferença não alcança o limiar de significância estatística. A tripla interacção entre o tipo de racismo, o tipo de categorização do grupo-alvo e o sexo do participante não é significativa nem a tripla interacção entre o tipo de racismo, o tipo de categorização do grupo-alvo e o local de recolha de dados, o que vai de encontro às nossas hipóteses.

Globalmente, os níveis de discriminação foram bastante baixos. Em todas as sub-escalas as respostas dos participantes ficaram em média aquém do ponto neutro, apontando para respostas mais igualitárias do que discriminadoras. No caso das sub-escalas do racismo flagrante as respostas dos participantes demarcaram-se nitidamente do pólo correspondente ao “concordo completamente”. Assim, de um modo geral, os participantes - todos eles jovens e com elevados níveis de escolaridade - demonstraram claramente o seu desacordo com as expressões mais ‘abertas’ de racismo (sentimentos de ameaça e rejeição do exogrupo, crença na inferioridade genética do exogrupo, rejeição de intimidade e possibilidade de descendência comum, etc.), mas também as suas formas mais ‘veladas’ (considerar que a culpa da inadaptação do exogrupo à nossa sociedade se deve essencialmente ao facto de este não agir da forma necessária para ter sucesso, acentuação das diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo, negação da expressão de emoções positivas face ao exogrupo), especialmente quando o grupo-alvo era designado em função da cor da pele (*negros*).

### ***Contacto com o exogrupo***

Globalmente, o contacto com os vários grupos de origem africana é bastante reduzido. As questões referentes aos níveis de contacto com exogrupo (nível de familiaridade; número de pessoas do exogrupo conhecidas pelo nome; e número de amigos íntimos) foram as únicas em que se obtiveram diferenças significativas em relação aos vários grupos nacionais: os participantes referem um contacto mais próximo e um maior número de amigos em relação aos angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos e menor em relação aos guineenses e, especialmente, em relação aos são-tomenses. Também se verificou um efeito significativo do local de recolha de dados: os participantes referem maior contacto em Faro e menor contacto em Braga. O efeito do sexo dos participantes não foi significativo. Paralelamente com os resultados da percepção da variabilidade grupal e do racismo subtil, os participantes referiram maior nível de contacto com o exogrupo na condição de categorização racial do que em cada uma das cinco condições de categorização nacional.

Como já referimos anteriormente, tal poderá dever-se ao facto da designação ‘negros’ ser reconhecida como activando respostas ‘racistas’<sup>84</sup>. No entanto, esta diferença poderá dever-se simplesmente ao facto de a designação ‘negros’ remeter para um grupo com maior grau de generalidade do que cada uma das várias designações nacionais.

O facto da medida de racismo subtil estar também ela dependente do nível de contacto (especialmente, a sub-escala relativa à expressão de emoções positivas) coloca-nos um problema de interpretação dos resultados, não nos permitindo excluir categoricamente nenhuma das alternativas de explicação. Tal aspecto poderá, no entanto, ser esclarecido em futura pesquisa utilizando medidas ‘indirectas’ de discriminação.

---

<sup>84</sup> Vários participantes ao responder ao questionário sentiram necessidade de justificar as suas respostas para que elas não fossem conotadas com *racismo*. Essa preocupação foi especialmente evidente nas questões sobre o nível de contacto: “Estas questões deveriam ser colocadas se de facto as pessoas conhecessem são-tomenses. A minha situação não é essa, pelo que a resposta dada não é ‘real’”; “Não conheço nenhum são-tomense e respondi relativamente a pessoas de outras raças, na generalidade”; “Não conheço ninguém moçambicano”; “Eu não consigo responder a esta parte do inquérito, visto não ter grandes contactos com guineenses”; “O meu contacto é muito distante porque nunca conheci nenhum guineense”.

Esta preocupação surge também relativamente às questões sobre a expressão de emoções positivas: “Nunca senti admiração pois não conheço ninguém”. Outros participantes fazem este tipo de comentário para o questionário em geral: “Não tenho conhecimento suficiente acerca dos guineenses que me permita responder a certas questões”; “Na minha opinião este questionário apresenta questões de índole racista. Qualquer que seja a nossa resposta a essas questões ela será sempre considerada racista.”

### ***Pertença, orgulho e identificação grupais***

As variáveis relacionadas com a pertença, orgulho e identificação grupais foram introduzidas apenas com o objectivo de estudar os preditores da variabilidade grupal percebida, pelo que não elaborámos hipóteses específicas sobre os efeitos do sexo dos participantes sobre os resultados destas variáveis.

Em todas as medidas relativas à pertença grupal (nível de importância da pertença, nível de orgulho e nível de identificação) verificou-se um efeito principal do tipo de pertença: a pertença nacional (o grupo dos *portugueses*) foi significativamente mais valorizada do que a pertença racial (o grupo dos *brancos*), tanto para os participantes do sexo masculino como para os do sexo feminino.

O nível de importância atribuído à pertença nacional (*portugueses*) e à pertença racial (*brancos*) não diferiu significativamente em função do sexo dos participantes. O mesmo padrão de resultados foi encontrado relativamente aos valores do orgulho racial e à identificação racial. Em contrapartida, os resultados relativos ao orgulho nacional e à identificação nacional foram afectados pelo sexo dos participantes. Os participantes de sexo masculino manifestaram maior nível de orgulho nacional e maior nível de identificação nacional do que os participantes de sexo feminino.

### ***Tolerância à diferença***

Tal como referimos em relação às variáveis relacionadas com a pertença, orgulho e identificação grupais, as variáveis relativas à tolerância à diferença (número de amizades intergrupais e nível de incomodidade com opiniões diferentes) foram introduzidas apenas com o objectivo de estudar os preditores da variabilidade grupal percebida, pelo que não elaborámos hipóteses específicas sobre os efeitos do sexo dos participantes sobre os resultados destas variáveis.

Os participantes referem maior número de amizades intergrupais com pessoas de outra *classe social*, ou de outra *cultura* do que com pessoas de outra *religião* e menos ainda com pessoas de outra *raça*. Globalmente, os participantes de sexo masculino referem maior número de amizades intergrupais do que os participantes de sexo feminino, mas o padrão das amizades intergrupais é o mesmo para ambos os sexos.

Quanto ao grau de incomodidade com opiniões diferentes não existem diferenças significativas em função do sexo dos participantes.

### ***Preditores da variabilidade percebida do exogrupo***

O *racismo subtil* e o *racismo flagrante* estão positiva e fortemente correlacionados à semelhança do que tem sido encontrado noutros estudos utilizando esta escala (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999). Tanto o racismo subtil como o flagrante estão negativa e significativamente correlacionados com a percepção de variabilidade do exogrupo, a percepção da semelhança com o exogrupo, o nível de familiaridade com o exogrupo e as amizades intergrupais. Em contrapartida, tanto o racismo subtil como o flagrante estão positiva e significativamente correlacionados com o grau de importância atribuída à pertença racial, ao orgulho racial e à identificação nacional e racial, e ainda à incomodidade com opiniões diferentes.

A percepção da variabilidade do exogrupo está negativa e fortemente correlacionada com o racismo subtil, o racismo flagrante e o orgulho racial. Em contrapartida, verificaram-se correlações positivas significativas com a familiaridade com o exogrupo, as amizades intergrupais, e a semelhança percebida do exogrupo.

Como referimos na secção dos resultados, realizámos três análises de regressão linear múltipla: uma com o total da amostra, outra excluindo o grupo-alvo ‘negros’; e outra apenas com o grupo-alvo ‘angolanos’. Estas análises produziram resultados ligeiramente diferentes, mas apontando globalmente no mesmo sentido.

No modelo obtido tendo em conta os seis grupos-alvo (total da amostra) foram retidas três variáveis preditoras da variabilidade grupal percebida. O racismo subtil aparece como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo. O nível de orgulho racial é o segundo melhor preditor: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo. Finalmente, quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade. No entanto, a variância explicada por este modelo é relativamente baixa.

No modelo obtido tendo em conta os cinco grupos-alvo dos PALOP (isto é, excluindo o grupo-alvo ‘negros’), foram retidas quatro variáveis - três das quais constantes no modelo anterior - verificando-se um ligeiro incremento da variância explicada.

O racismo subtil surge de novo como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo, tendo-se registado um incremento do seu valor preditivo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo. O número de amizades intergrupais é o segundo melhor preditor, sendo que quanto maior

o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida do exogrupo. Segue-se o nível de orgulho racial: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo. Finalmente, quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade.

Por último, no modelo obtido tendo em conta o grupo-alvo ‘angolanos’ apenas duas variáveis são retidas, sendo as que no modelo anterior tinham maior valor preditivo: o racismo subtil e as amizades intergrupais. Quanto maior o nível de racismo subtil em relação aos ‘angolanos’ menor a sua variabilidade grupal percebida, isto é, maior é o efeito de homogeneidade do exogrupo. Em contrapartida, quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida dos ‘angolanos’. De salientar que se verifica um incremento bastante considerável da variância explicada por este modelo relativamente ao anterior.





# CONCLUSÕES

Nesta investigação empírica procurámos aprofundar o conhecimento dos processos cognitivos subjacentes à discriminação social através de uma articulação entre níveis de análise. No plano teórico, enfatizámos a insuficiência dos modelos puramente cognitivos na explicação dos enviesamentos que ocorrem na percepção de grupos sociais e salientámos a necessidade de ter em consideração o contexto histórico e social. Foi dada particular relevância ao papel do estatuto social relativo dos grupos e às suas consequências nas estratégias identitárias adoptadas pelos membros desses mesmos grupos. Contrariamente ao que tem sido corrente na investigação em psicologia social, averiguámos as perspectivas do ‘agente da discriminação’ e do ‘alvo de discriminação’, sendo precisamente o confronto de perspectivas que nos permitiu questionar a ‘universalidade’ de determinados enviesamentos cognitivos.

No plano metodológico, também contrariamente ao que é corrente na investigação neste domínio, confrontámos diferentes tipos de técnicas de recolha de dados e diferentes tipos de tratamento de dados. O facto de termos efectuado diversos estudos recorrendo a diferentes estratégias metodológicas e de em alguns dos estudos termos recorrido simultaneamente a medidas ‘directas’ e ‘indirectas’, deu-nos uma maior segurança na interpretação dos resultados, uma vez que estes foram reforçados por não serem contingentes a um tipo específico de metodologia. Foi precisamente a comparação dos resultados convergentes e divergentes obtidos através das diversas metodologias que nos permitiu averiguar quais as dimensões estruturantes desta problemática.

Antes de apresentarmos as conclusões gerais desta investigação iremos, num primeiro momento, resumir brevemente alguns dos principais resultados dos diversos estudos e, num segundo momento, comparar alguns desses resultados.

Iniciámos esta investigação empírica em 1997 – *Ano Europeu Contra o Racismo* – ano em que a problemática do racismo foi alvo de diversas campanhas de sensibilização nos meios de comunicação social, nos estabelecimentos de ensino e nas associações juvenis. Os resultados do Estudo 1 demonstraram que, apesar destas campanhas de sensibilização, a maior parte dos estudantes nunca tinha problematizado as noções de ‘raça’ e de ‘grupo étnico’, considerando-as como conceitos objectivos explicativos das

assimetrias sociais. Os participantes deste estudo consideram as características culturais como inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade. Os ‘grupos étnicos’ são vistos como possuindo características intrínsecas, imutáveis e muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante e que são justificativas das assimetrias de poder. Globalmente, as respostas dos participantes remetem claramente para uma ‘naturalização’ ou ‘essencialização’ das categorias *raciais* e *étnicas* (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1992). No entanto, verifica-se uma certa assimetria de significado destes dois termos: em alguns casos o ‘grupo étnico’ é visto como algo ‘transitório’ que resulta das trajetórias de migração dos grupos enquanto que o termo ‘raça’ remete sempre para algo imutável.

Da análise das respostas dos participantes ressalta a centralidade da cor da pele na categorização dos grupos sociais: embora se verifique uma predominância de traços físicos nas definições de *raça*, estes estão também significativamente presentes nas definições de *grupo étnico*; as designações de ‘grupos étnicos’ baseadas na nacionalidade são sistematicamente associadas à cor da pele; e as auto-categorizações *raciais* dos participantes são significativamente mais frequentes do que as auto-categorizações *étnicas*.

No seu conjunto, os resultados deste estudo indicam que a categorização *racial* é extremamente saliente e acessível cognitivamente (e.g., Devine, 1989; Fiske e Neuberg, 1990; Messick e Mackie, 1989; Park e Rothbart, 1982). A acessibilidade das categorias raciais e o seu valor explicativo da realidade social demonstra que, apesar das tipologias raciais terem sido abolidas da ciência há largas décadas (UNESCO, 1960/1973), continuam a estruturar o pensamento do senso comum. As campanhas de sensibilização da opinião pública para a problemática do racismo, tendo insistido na ilegitimidade da discriminação a partir da ‘cor da pele’, tiveram como resultado uma maior prudência no discurso relativamente às categorias *raciais* mas não relativamente às categoriais *étnicas*: alguns participantes mencionaram nas suas respostas que as diferenças biológicas não deveriam conduzir à discriminação social, mas o mesmo não aconteceu relativamente às diferenças culturais. Vemos assim que a herança do pensamento racista continua presente, embora se verifique uma metamorfose ao nível do discurso público (Cunha, 2000).

No Estudo 2 averiguámos o estatuto social percebido e o estatuto numérico percebido de diversos grupos na sociedade portuguesa, categorizados em função da sua

origem nacional ou geográfica (categorização nacional) ou em função da cor da pele (categorização racial). No que respeita ao estatuto numérico percebido, é de destacar o facto de se ter verificado uma significativa sobrestima da percentagem dos diversos grupos minoritários em Portugal. Esta sobrestima dos grupos minoritários foi igualmente significativa em todas as regiões do país, independentemente da concentração desses grupos ser maior ou menor na localidade em questão.

Quanto ao estatuto social percebido, verificou-se uma hierarquização das categorias nacionais: aos portugueses foi atribuída a posição superior, aos grupos de origem asiática foram atribuídas posições intermédias, e aos cinco grupos oriundos dos PALOP e aos *ciganos* foram atribuídas as posições inferiores. Verificou-se igualmente uma hierarquização em função da cor da pele: aos *brancos* foi atribuída a posição superior e aos *negros* a posição inferior, ocupando os *mestiços* uma posição superior à dos *negros*, mas muito mais próxima destes últimos do que dos primeiros. Comparando os dois sistemas de hierarquização, verificámos que o estatuto social atribuído aos *brancos* não foi significativamente diferente do atribuído aos *portugueses*. Em contrapartida, o estatuto social atribuído aos *negros* foi significativamente superior ao estatuto atribuído a cada um dos cinco grupos africanos considerados.

Como referimos no Capítulo 1, as teorias racialistas clássicas advogavam uma hierarquização das raças humanas, na qual os ‘brancos’ ocupavam o topo da hierarquia e os ‘negros’ a base, ocupando os ‘amarelos’ uma posição intermédia, mas muito mais próxima dos últimos do que dos primeiros (Montagu, 1997; Richards, 1997). Os nossos resultados espelham nitidamente esta hierarquização, o que demonstra, mais uma vez, o grande peso dos aspectos históricos na percepção dos grupos sociais.

Nos três estudos seguintes procedeu-se a uma análise dos conteúdos que são associados ao grupo maioritário (portugueses) e a um grupo minoritário (angolanos). Analisámos o consenso dos conteúdos, a sua valência avaliativa e o seu significado simbólico tendo como referência um universo de valores comum (e.g., Amâncio, 1989a; Deschamps, 1982a). No Estudo 3a, através das respostas espontâneas dos participantes, verificámos que o grupo dos ‘angolanos’ foi descrito de forma mais homogênea do que o grupo dos ‘portugueses’, tanto por participantes angolanos como portugueses, isto é, verificou-se um menor consenso na representação do grupo dos portugueses do que no grupo dos angolanos. Comparando as dimensões de conteúdo atribuídas exclusivamente a cada um dos grupos, verificámos que aos angolanos foram associados traços

remetendo para a solidariedade e coesão grupais (geralmente associados aos grupos cuja identidade é ameaçada pelo exterior) e traços remetendo para a submissão e para o estatuto de vítima de discriminação (tipicamente associados a grupos ocupando uma posição desfavorecida social e economicamente), enquanto que aos portugueses são associados traços que remetem para a autonomia e a independência (geralmente associados aos membros dos grupos dominantes, cuja singularidade e idiossincrasia não estão ameaçadas pela sua pertença grupal) e para a dominância e para o estatuto de agente de discriminação (tipicamente associados aos membros de um grupo ocupando uma posição privilegiada). Verifica-se assim um paralelismo entre a forma como os angolanos e os portugueses são caracterizados neste estudo e o observado noutros estudos na caracterização de grupos que ocupam posições socialmente assimétricas (e.g., Amâncio, 1994; Chombart de Lauwe, 1983-1984; Guillaumin, 1972; Lorenzi-Cioldi, 1988).

De salientar ainda que as referências à cor da pele - como marca exterior da pertença grupal - foram mais frequentes para caracterizar os angolanos do que para caracterizar os portugueses, o que remete para uma assimetria entre os grupos, uma vez que a cor da pele para os primeiros funciona como estigma que os demarca da sociedade em geral.

A maior diferenciação entre os grupos operou-se ao nível das dimensões subjacentes aos conteúdos que lhe estão associados: sociabilidade positiva, expressividade, exotismo e instrumentalidade negativa para os angolanos; sociabilidade negativa, conservadorismo, dominância e instrumentalidade positiva para os portugueses. Por último, verificou-se uma maior diversidade nos conteúdos associados aos portugueses, o que aponta para uma representação mais heterogénea deste grupo, isto é, menos estereotipada.

No Estudo 3b analisámos de forma mais sistemática a estereotipicalidade de um conjunto de traços relativamente ao grupo dos ‘angolanos’ e ao grupo dos ‘portugueses’, através de duas escalas independentes, e averiguámos a sua valência avaliativa a partir da opinião pessoal dos participantes. Da comparação dos estereótipos referentes aos dois grupos-alvo ressaltaram três diferenças fundamentais. A primeira diferença diz respeito à *consensualidade* dos estereótipos: o estereótipo dos portugueses é menos consensual do que o estereótipo dos angolanos. A segunda diferença diz respeito à *valência* dos estereótipos: o estereótipo dos angolanos reúne apenas traços ‘positivos’ enquanto que o estereótipo dos portugueses reúne também traços ‘negativos’

(especialmente quando consideramos apenas as respostas dos participantes angolanos). Por último, verifica-se uma diferenciação ao nível do *conteúdo* dos estereótipos: o estereótipo dos angolanos reúne essencialmente traços ligados à expressividade, sociabilidade positiva, solidariedade e exotismo, enquanto que o estereótipo dos portugueses apresenta essencialmente traços ligados à instrumentalidade positiva e traços de sociabilidade positiva e negativa.

No Estudo 3c analisámos a estereotipicalidade dos traços relativamente ao grupo dos ‘angolanos’ e ao grupo dos ‘portugueses’, através de uma escala interdependente, e averiguámos o significado dos traços tendo como referente o modelo ‘universal’ de pessoa. A comparação dos resultados deste estudo com os do estudo anterior permitiu constatar que alguns aspectos se mantiveram enquanto outros se alteraram significativamente. No que diz respeito ao *significado* dos traços, constatámos que os traços ligados ao exotismo e à juventude são menos valorizados do que no estudo anterior enquanto que os traços instrumentais são mais valorizados. O grau de consenso observado relativamente ao significado dos traços permitiu-nos concluir que tanto os participantes angolanos como os participantes portugueses reconhecem um universo comum de valores que passa pela valorização da pessoa adulta caracterizada por traços de instrumentalidade e sociabilidade positiva (Amâncio, 1989a). No que diz respeito ao *consenso* dos estereótipos, constatámos que o estereótipo dos portugueses continua a ser menos consensual do que o estereótipo dos angolanos, embora a diferença seja muito mais esbatida. Verificaram-se ainda diferenças ao nível do *conteúdo* dos estereótipos: o estereótipo dos angolanos passou a incluir também traços ligados à fraca instrumentalidade e à sociabilidade negativa. No estudo anterior os participantes angolanos apresentaram um nível de favoritismo endogrupal bastante superior ao dos participantes portugueses (os angolanos reivindicavam para si quase todos os traços positivos e negavam esses mesmos traços aos portugueses enquanto que estes últimos atribuíam ao exogrupo mais traços positivos do que ao endogrupo) enquanto que neste estudo esta diferença se esbate. Ambos os grupos atribuem mais qualidades do que defeitos tanto ao endogrupo como ao exogrupo: aos angolanos são predominantemente reconhecidas qualidades de expressividade e sociabilidade positiva enquanto aos portugueses são predominantemente reconhecidas qualidades instrumentais.

Os resultados destes três estudos demonstram que a diferenciação entre os grupos não se opera ao nível da valência avaliativa dos conteúdos associados a cada grupo (ambos são descritos com traços predominantemente positivos) mas ao nível das

dimensões subjacentes a esses conteúdos e do seu significado tendo como referente a imagem ‘universal’ de pessoa adulta. O estereótipo dos portugueses aproxima-se mais do modelo de pessoa ‘adulta’ enquanto que o estereótipo dos angolanos se aproxima mais do modelo de pessoa ‘jovem’. Sendo os participantes nestes estudos jovens e vivendo numa época em que existe uma clara valorização social dos atributos ‘juvenis’, o estereótipo dos angolanos foi avaliado mais positivamente do que o estereótipo dos portugueses, especialmente quando essa avaliação foi efectuada tendo em conta a opinião pessoal dos participantes.

De um modo geral, observámos que o estereótipo dos angolanos é mais consensual e mais ‘positivo’ do que o estereótipo dos portugueses. No entanto, o estereótipo dos angolanos torna-se menos ‘positivo’ quando temos em consideração o referente ‘universal’ de pessoa enquanto que o estereótipo português se torna mais ‘positivo’, uma vez que está mais próximo do modelo de pessoa autónoma, com capacidade de realização e de decisão.

Se é inegável que se registou uma evolução no conteúdo dos estereótipos - os membros do grupo dominante evitam caracterizar os membros do grupo dominado com traços muito negativos e, em alguns casos, caracterizam-nos com traços mais positivos do que o próprio endogrupo - esta transformação opera-se a um nível superficial e não a um nível profundo. De facto, esta metamorfose em que a xenofobia parece ter dado lugar à xenofilia (o culto do exótico, por exemplo, Taguieff, 1987) esconde uma flagrante permanência: as dimensões mais valorizadas nas sociedades ocidentais (autonomia, individualidade, competência, responsabilidade) continuam a ser negadas ao grupo dominado, embora revestindo-se de outras roupagens. A representação do grupo dominado continua com forte ligação à natureza (Guillaumin, 1992) enquanto que o grupo dominante surge como aparentemente liberto desta. A manutenção dos significados associados aos estereótipos torna-se particularmente evidente quando consideramos as dimensões de conteúdo exclusivas de cada grupo: a instrumentalidade para o grupo dominante e a expressividade e o exotismo para o grupo dominado.

Outro aspecto a salientar diz respeito aos papéis que são atribuídos a cada um dos grupos: enquanto ao grupo dominante são associados traços que remetem para um papel *activo* na sociedade (trabalhadores, activos, empreendedores, etc.), ao grupo dominado são associados traços que remetem para um papel *decorativo* ou *lúdico* (cheios de ritmo, musicais, sensuais, etc.). Este papel lúdico atribuído aos angolanos constitui também uma forma de permanência, se o virmos à luz das representações do ‘negro’ durante o

período do colonialismo (Alexandre, 1999; Cunha, 1994; Trínhorão, 1988/1997). Assim, o predomínio de traços juvenis e exóticos nos angolanos, que os limita a um papel *lúdico*, denuncia a permanência da oposição entre a especificidade destes e a universalidade de portugueses.

Nos dois estudos experimentais que se seguiram verificámos a saliência da categorização nacional (angolanos vs. portugueses: Estudo 4) e da categorização racial (*negros* vs. *brancos*; Estudo 5), isoladamente ou conjugadas. Em ambos os estudos experimentais participaram membros de ambos os grupos e foram utilizados diferentes tipos de medidas: num primeiro momento os participantes foram confrontados com medidas indirectas ligadas à organização da informação em tarefas de recordação livre (Estudo 4) ou indiciada (Estudos 4 e 5) e, num segundo momento, com medidas directas, ligadas ou não aos estereótipos grupais (Estudo 4 e 5).

No que respeita aos efeitos de categorização, a análise dos erros na recuperação da informação na tarefa de recordação indiciada demonstrou que os participantes categorizaram as pessoas-estímulo em dois grupos distintos: angolanos/portugueses (Estudos 4 e 5) e *brancos/negros* (Estudo 5). Tanto os membros do grupo dominante como os membros do grupo dominado estruturaram a informação a partir da pertença *étnica* das pessoas-estímulo. A tendência para confundir informação relativa aos membros do mesmo grupo-alvo foi bastante forte tanto na categorização nacional como na categorização racial, sendo ligeiramente mais elevada quando ambas as categorizações estavam disponíveis.

No que respeita aos efeitos de homogeneidade, os resultados evidenciaram uma assimetria em função do estatuto relativo dos grupos em presença. Os membros do grupo dominante (os participantes portugueses) demonstraram um forte efeito de homogeneidade do exogrupo, isto é, confundiram muito mais a informação respeitante às pessoas-estímulo do exogrupo (angolanas/*negras*) do que a informação respeitante às pessoas-estímulo do endogrupo (portuguesas/*brancas*), enquanto que os membros do grupo dominado (os participantes angolanos) evidenciaram um padrão oposto de resultados, demonstrando um efeito de homogeneidade do endogrupo. Os resultados obtidos nas medidas directas foram globalmente no mesmo sentido: os participantes portugueses homogeneizaram sempre o grupo dos angolanos enquanto que os participantes angolanos, dependendo do tipo de medida, ora homogeneizaram igualmente ambos os grupos ora manifestaram um efeito de homogeneidade do



endogrupo. Globalmente, as pessoas-estímulo do grupo dominado foram mais homogeneizadas do que as pessoas-estímulo do grupo dominante, independentemente da pertença dos participantes, isto é, verificou-se um efeito de homogeneidade do grupo dominado (Cabecinhas e Amâncio, 1999).

Verificou-se também uma assimetria entre os efeitos de homogeneidade e os efeitos de favoritismo em função do estatuto dos grupos. Os membros do grupo dominante aumentaram a distintividade do endogrupo nos traços positivos e reduziram-na nos traços negativos, mas prevaleceu sempre a homogeneidade do exogrupo. Em contrapartida, os membros do grupo dominado homogeneizaram sempre o endogrupo, mas de forma mais acentuada nos traços positivos do que nos negativos. Assim, foi sobretudo ao nível dos traços positivos que se verificaram as maiores divergências nas estratégias cognitivas dos membros do grupo dominante e do grupo dominado.

Este padrão inédito de resultados foi obtido em ambos os estudos, num recorrendo a medidas ‘directas’ (Estudo 4) e no outro recorrendo a medidas ‘indirectas’ (Estudo 5), ajudando a esclarecer as inconsistências encontradas em pesquisas anteriores que não tinham em consideração o estatuto relativo dos grupos (e.g., Haslam *et al.*, 1995; Judd *et al.*, 1995; Park e Judd, 1990). Este padrão vai no sentido do modelo da assimetria simbólica (Amâncio, 1994) no que diz respeito aos processos de diferenciação a partir dos estereótipos sociais: para os membros do grupo dominado os estereótipos salientam a sua pertença grupal e acentuam a sua distância face aos membros do grupo dominante enquanto que para estes últimos os estereótipos são utilizados com uma maior margem de liberdade.

Verificou-se também uma assimetria nos padrões de diferenciação dos indivíduos face ao endogrupo e ao exogrupo em função do estatuto relativo dos grupos, sendo esta evidenciada tanto nas auto-descrições dos participantes (Estudo 4 e 5) como nas percepções de semelhança dos participantes face aos membros de ambos os grupos (Estudo 5). No que respeita às auto-descrições dos participantes, verificámos que os angolanos se descreveram a si próprios recorrendo aos traços estereotípicos do endogrupo em detrimento dos traços contra-estereotípicos enquanto que os portugueses recorreram à estratégia inversa. Estes resultados demonstram que os portugueses preferiram descrever-se de uma forma dissonante com os estereótipos do endogrupo enquanto que os angolanos preferiram descrever-se de forma consonante com o estereótipo, isto é, os portugueses enfatizaram a sua diferenciação interpessoal dentro do grupo de pertença enquanto que os participantes angolanos enfatizaram a

indiferenciação face ao endogrupo. Quanto à percepção de semelhança face ao endogrupo e ao exogrupo, verificou-se uma assimetria na diferenciação que os participantes estabeleceram entre si próprios e o grupo de pertença e o grupo dos outros: os participantes portugueses referiram sentir-se mais semelhantes aos membros do endogrupo do que aos membros do exogrupo, mas esta diferença foi muito mais acentuada nos participantes angolanos.

Também ao nível da importância atribuída à pertença grupal, ao orgulho e à identificação grupais verificámos algumas assimetrias em função do grupo dos participantes. Tanto os angolanos como os portugueses atribuíram maior importância à sua pertença nacional do que à sua pertença racial, mas os angolanos atribuíram maior importância à sua pertença nacional e à sua pertença racial do que os portugueses. Relativamente ao orgulho grupal observámos sensivelmente o mesmo padrão de resultados: os angolanos evidenciaram um maior nível de orgulho nacional do que os portugueses, o mesmo acontecendo com o nível de orgulho racial. No que respeita aos níveis de identificação endogrupal, globalmente, os participantes referiram sentir-se mais identificados com o seu grupo nacional do que com o seu grupo racial. Quanto aos níveis de identificação exogrupal, os participantes portugueses referiram sentir-se menos identificados com o seu exogrupo nacional do que com o seu exogrupo racial enquanto que os participantes angolanos apresentaram níveis idênticos de identificação exogrupal nacional e racial. No seu conjunto os resultados relativos ao grau de importância atribuída à pertença grupal, ao nível de orgulho grupal e ao nível de identificação grupal, são consonantes com os resultados da pesquisa anterior sobre os níveis de identificação dos membros de grupos dominantes ou de grupos dominados (Cabecinhas, 1996). Os participantes angolanos atribuíram maior importância às suas pertenças grupais (nacional e racial) do que os participantes portugueses e também manifestaram maiores níveis de orgulho nacional e racial. De referir ainda que os níveis de identificação endogrupal e exogrupal dos participantes angolanos variam significativamente em função do seu tempo de permanência em Portugal: quanto maior o seu tempo de permanência, maior o nível de identificação exogrupal e menor o nível de identificação endogrupal.

Em ambos os estudos analisámos o impacto dos níveis de identificação nacional e racial nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo. No que respeita aos efeitos de homogeneidade não encontrámos evidência para uma mediação do nível de identificação endogrupal nem do nível de identificação exogrupal na percepção da

variabilidade grupal. Em contrapartida, encontrámos evidência para uma mediação do favoritismo endogrupal pelo nível de identificação exogrupal: quanto maior o nível de identificação exogrupal menor o favoritismo endogrupal. Este padrão de resultados, tanto no que respeita à mediação dos efeitos de homogeneidade como à mediação dos efeitos de favoritismo, foi observado tanto relativamente aos níveis de identificação nacional como aos níveis de identificação racial.

Observámos ainda algumas assimetrias relativamente aos níveis de contacto entre os grupos. Globalmente, os participantes referiram ter maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo, sendo esta diferença mais acentuada nos participantes portugueses do que nos participantes angolanos, o que se prende com o estatuto de imigrantes destes últimos. De salientar ainda que para os participantes angolanos, tal como foi observado relativamente aos níveis de identificação, quanto maior o tempo de permanência em Portugal maior o nível de contacto exogrupal.

Analísámos também o impacto dos níveis de contacto nos efeitos de homogeneidade e nos efeitos de favoritismo. Relativamente aos efeitos de homogeneidade não foi encontrada evidência de uma mediação pelos níveis de contacto endogrupal e exogrupal. No que respeita ao favoritismo endogrupal, verificou-se uma assimetria em função do grupo dos participantes: para os portugueses o nível de favoritismo endogrupal não difere significativamente em função do nível de contacto, enquanto que para os angolanos quanto maior o nível de contacto exogrupal menor o favoritismo endogrupal. Resumindo, os efeitos de homogeneidade não variaram significativamente em função do nível de contacto com os grupos. Este padrão de resultados contraria a hipótese cognitivista de que o efeito de homogeneidade do exogrupo seria uma simples consequência do nível diferencial de contacto com o endogrupo e o exogrupo, como já foi salientado por alguns autores (Lorenzi-Cioldi, 1998; Park e Judd, 1990; Park e Rothbart, 1982).

Verificámos também algumas assimetrias no que respeita ao *racismo subtil* em função do grupo dos participantes. Os angolanos e os portugueses apresentaram níveis semelhantes de expressão de emoções positivas face ao exogrupo. Em contrapartida, os participantes portugueses acentuaram mais as ‘diferenças culturais’ entre os dois grupos do que os participantes angolanos, principalmente no que respeita aos ‘valores e princípios morais’ e às ‘crenças e práticas religiosas’. O maior consenso entre os participantes de ambos os grupos foi observado nos itens relativos aos ‘valores e comportamentos sexuais’ e à ‘língua que falam’, sendo que foi relativamente aos

‘valores e comportamentos sexuais’ que os participantes referiram existir maior diferença entre os grupos e na ‘língua que falam’ a maior semelhança.

Por último, observámos algumas assimetrias no nível de ‘amizades intergrupais’ em função do grupo dos participantes. Os angolanos reportaram um maior nível de ‘amizades intergrupais’ do que os portugueses, o que se prende com a sua situação de imigrantes que os obriga a um maior contacto com outros grupos. No entanto, a ordem em que surgem os vários tipos de ‘amizades intergrupais’ foi semelhante em ambos os grupos de participantes: as amizades mais frequentes são com pessoas de outra ‘classe social’ ou de outra ‘cultura’ e as menos frequentes são com pessoas de outra ‘religião’ ou de outra ‘raça’.

Terminámos esta investigação empírica com um estudo correlacional extensivo (Estudo 6) no qual averiguámos as percepções e as atitudes dos portugueses face a seis grupos-alvo, cinco definidos a partir da nacionalidade (angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, e são-tomenses) e um a partir da cor da pele (imigrantes negros). Verificou-se um efeito de homogeneidade do exogrupo significativo para a globalidade da amostra, isto é, os participantes homogeneizaram todos os grupos nacionais africanos. Além disso, a homogeneidade percebida não variou significativamente em função do grupo-alvo, isto é, os participantes não demonstraram ter uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos. Em contrapartida, o efeito de homogeneidade do exogrupo variou significativamente em função do tipo de categorização do grupo-alvo: o efeito de homogeneidade do exogrupo foi significativo nas condições de categorização nacional (PALOP) mas não foi significativo na condição de categorização racial (imigrantes ‘negros’).

Também a percepção de semelhança com os membros do exogrupo não variou significativamente em função da designação do exogrupo, o que remete novamente para o facto dos participantes não terem uma percepção diferenciada dos diferentes grupos africanos. Mais uma vez, a percepção de semelhança foi tendencialmente superior face aos ‘negros’ do que face aos vários grupos nacionais africanos.

Um padrão de resultados semelhante foi obtido relativamente ao *racismo subtil* e ao *racismo flagrante* (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, Brito, Lopes, 1999a): os níveis de racismo não variaram significativamente em função da nacionalidade dos grupos minoritários africanos, mas variaram em função do tipo de categorização do grupo-alvo. Nas sub-escalas de racismo subtil verificaram-se menores níveis de discriminação para

o grupo-alvo ‘negros’ do que para cada um dos PALOP, mas não houve qualquer efeito do tipo de categorização nas sub-escalas de racismo flagrante.

À semelhança do que tem sido verificado noutros estudos europeus (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999), o racismo subtil foi significativamente mais elevado do que o racismo flagrante. Globalmente, os níveis de discriminação foram bastante baixos. Em todas as sub-escalas as respostas dos participantes ficaram em média aquém do ponto neutro, apontando para respostas mais igualitárias do que discriminadoras. Assim, de um modo geral, os participantes demonstraram claramente o seu desacordo com as expressões mais ‘abertas’ de racismo (sentimentos de ameaça e rejeição do exogrupo, crença na inferioridade genética do exogrupo, rejeição de intimidade, etc.), mas também as suas formas mais ‘subtis’ (acentuação das diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo, negação da expressão de emoções positivas face ao exogrupo, etc.), especialmente quando o grupo-alvo era designado em função da cor da pele.

De acordo com os dados deste estudo, o contacto dos portugueses com os vários grupos de origem africana é bastante reduzido. As questões referentes aos níveis de contacto com exogrupo foram as únicas em que se obtiveram diferenças significativas em função dos vários grupos nacionais: os participantes referiram ter um contacto mais próximo com os angolanos, os cabo-verdianos e os moçambicanos e menor com os guineenses e os são-tomenses. Paralelamente aos resultados referentes ao efeito de homogeneidade do exogrupo e ao racismo subtil, os participantes referiram maior nível de contacto com o exogrupo na condição de categorização racial do que em cada uma das cinco condições de categorização nacional.

De igual modo, tal como se verificou no estudo anterior, a pertença nacional (*portugueses*) foi significativamente mais valorizada pelos participantes do que a pertença racial (*brancos*). Também em concordância com os resultados do estudo anterior, os participantes referem ter maior número de amizades intergrupais com pessoas de outra ‘classe social’ ou de outra ‘cultura’ do que com pessoas de outra ‘religião’ e menos ainda com pessoas de outra ‘raça’.

No que diz respeito às correlações entre as diversas variáveis independentes, de referir que o *racismo subtil* e o *racismo flagrante* estão positiva e fortemente correlacionados, à semelhança do que tem sido encontrado noutros estudos realizados em Portugal e noutros países europeus (Pettigrew e Meertens, 1995; Vala, 1999). Tanto o racismo subtil como o flagrante estão negativamente correlacionados com a percepção de variabilidade do exogrupo, a percepção da semelhança com o exogrupo, o nível de

familiaridade com o exogrupo e as amizades intergrupais. Em contrapartida, tanto o racismo subtil como o flagrante estão positivamente correlacionados com o grau de importância atribuído à pertença racial, ao orgulho racial e à identificação nacional e racial, e ainda à incomodidade com opiniões diferentes. Por seu turno, a percepção de homogeneidade do exogrupo está positivamente correlacionada com o racismo subtil, o racismo flagrante e o orgulho racial. Em contrapartida, está negativamente correlacionada com a familiaridade com o exogrupo, as amizades intergrupais e a semelhança percebida com os membros do exogrupo.

Tendo como variável dependente a percepção da variabilidade do exogrupo efectuámos três análises de regressão linear múltipla, a primeira incluindo os seis grupos-alvo, a segunda incluindo os cinco grupos dos PALOP e a terceira incluindo apenas os angolanos. A percentagem de variância explicada pelo primeiro modelo é bastante baixa, registando-se um ligeiro incremento da variância explicada no segundo modelo e um incremento considerável no terceiro. Nos três modelos, o racismo subtil surge como o melhor preditor da percepção da variabilidade do exogrupo: quanto maior o nível de racismo subtil menor a variabilidade percebida do exogrupo. Tanto no segundo como no terceiro modelo, o número de amizades intergrupais surge como o segundo melhor preditor da variabilidade percebida do exogrupo: quanto maior o nível de amizades intergrupais maior a variabilidade percebida do exogrupo. O nível de orgulho racial é o segundo melhor preditor no primeiro modelo e o terceiro melhor preditor no segundo modelo: quanto mais elevado o orgulho racial menor a percepção de variabilidade do exogrupo. Finalmente, o nível de familiaridade com o exogrupo é o quarto melhor preditor no segundo modelo e o terceiro no primeiro modelo: quanto maior o nível de familiaridade com o exogrupo maior a percepção de variabilidade. Assim, o racismo subtil para além de ser a variável com maior valor preditivo é a única que se encontra nos três modelos.

As variáveis independentes estruturantes deste trabalho foram o grupo do participante e o grupo-alvo. No entanto, nos diversos estudos, fomos tendo em consideração outras variáveis independentes: ordem de apresentação dos grupos-alvo (Estudos 3a, 3b, 3c, 4 e 5); versão do material-estímulo (Estudos 4 e 5); local de recolha dos dados (Estudos 2 e 6); sexo dos participantes (Estudos 2, 4, 5 e 6); e tipo de categorização do grupo-alvo (Estudos 2, 5 e 6). As variáveis ‘ordem de apresentação dos grupos-alvo’ e ‘versão do material-estímulo’ foram introduzidas apenas por uma

questão de controlo tendo sido sistematicamente contrabalançadas e não afectaram significativamente os resultados.

No Estudo 2 e no Estudo 6, ambos realizados em seis cidades, do norte ao sul do país e do litoral ao interior, raramente foram observadas diferenças ligadas ao local de recolha de dados, o que demonstra que estamos perante resultados com elevado grau de consensualidade.

Também relativamente ao sexo dos participantes se observaram poucas diferenças significativas. Nos estudos 4 e 5 não se observaram, de todo, diferenças significativas. No Estudo 2 o estatuto social percebido dos diversos grupos minoritários não diferiu significativamente em função do sexo dos participantes, mas o mesmo não aconteceu relativamente ao estatuto social percebido do grupo dominante: os rapazes atribuíram-lhe um estatuto significativamente superior ao atribuído pelas raparigas, acentuando assim a distância entre o grupo dominante e os outros grupos.

No Estudo 6 verificaram-se diferenças significativas ligadas ao sexo dos participantes em três variáveis relativas às percepções ou atitudes face ao exogrupo: a semelhança percebida, a expressão de emoções positivas e o contacto intergrupar. Relativamente à percepção de semelhança com o exogrupo, as raparigas consideraram-se significativamente ‘semelhantes’ aos membros dos diversos grupos enquanto que os rapazes se consideraram significativamente ‘diferentes’. Paralelamente, as raparigas referiram sentir emoções positivas relativamente ao exogrupo mais frequentemente do que os rapazes. Em contrapartida, os rapazes referiram maior grau de contacto com o exogrupo específico e maior número de amizades intergrupais em geral do que as raparigas. Também se verificaram diferenças significativas em função do sexo do participante nas medidas de orgulho nacional e de identificação nacional: os rapazes expressaram níveis de orgulho nacional e de identificação nacional significativamente superiores ao das raparigas.

Tomadas em conjunto, as diferenças significativas observadas em função do sexo parecem apontar para uma menor diferenciação intergrupar por parte das raparigas: não extremaram tanto a diferença de estatuto social entre o grupo maioritário e os vários grupos minoritários quanto os rapazes (Estudo 2); consideraram-se globalmente ‘semelhantes’ aos membros do exogrupo enquanto que os rapazes se consideraram significativamente diferentes (Estudo 6); expressaram maior nível de emoções positivas face ao exogrupo do que os rapazes (Estudo 6); e manifestaram menor nível de orgulho e de identificação nacional (Estudo 6). Em contrapartida, os rapazes declararam maior

nível de contacto intergrupar do que as raparigas, tanto no que respeita ao contacto com os membros do grupo-alvo em questão como nas amizades com os membros de outros grupos culturais, religiosos, etc. O padrão de diferenças observadas entre rapazes e raparigas vai no sentido de uma relação não linear entre o nível de contacto e as percepções e atitudes face ao exogrupo, o que foi demonstrado nos estudos experimentais (Estudo 4 e 5). No entanto, não podemos esquecer que estamos perante ‘declarações’ dos participantes em questões de elevada validade facial, o que limita a interpretação dos resultados.

Como já referimos, observámos ainda algumas diferenças significativas em função da variável tipo de categorização (nacional ou racial). No Estudo 2 verificámos que o estatuto social atribuído aos *brancos* não foi significativamente diferente do atribuído aos *portugueses* enquanto que o estatuto social atribuído aos *negros* foi significativamente superior ao estatuto atribuído a cada um dos cinco grupos africanos considerados. Paralelamente, no Estudo 6 verificámos que a homogeneização do exogrupo e o racismo subtil (a negação de expressão de emoções positivas e a acentuação de diferenças culturais) foram menores relativamente aos *negros* do que relativamente a cada um dos grupos nacionais africanos enquanto que no nível de contacto se observou o padrão inverso de resultados. A diferença observada no nível de contacto – maior para os *negros* - pode dever-se simplesmente ao facto da designação ‘negros’ remeter para um grupo com maior grau de generalidade do que cada uma das várias designações nacionais. O facto da medida de racismo subtil estar também ela algo dependente do nível de contacto (especialmente, a sub-escala relativa à negação da expressão de emoções positivas) coloca-nos um problema de interpretação dos resultados, visto que a diferença observada pode também dever-se ao maior grau de generalidade da designação ‘negros’. No entanto, o grau de generalidade não pode explicar a diferença observada no Estudo 2. O facto de no Estudo 6 se terem observado diferenças em função do tipo de categorização nas medidas mais ‘veladas’ de discriminação (percepção de homogeneidade do exogrupo, racismo subtil) mas não nas medidas mais ‘evidentes’ (racismo flagrante) reforça uma interpretação normativa destes resultados.

Na nossa opinião, as diferenças observadas em função do tipo de categorização devem-se ao facto da designação ‘negros’ ser reconhecida como activando respostas que possam ser conotadas com ‘racismo’. Sendo os participantes neste estudo pessoas com elevados níveis de escolaridade e bem cientes das normas sociais em vigor contra a



discriminação baseada na cor da pele é natural que a inibição provocada pela designação ‘negros’ seja mais forte do que a provocada pelas designações nacionais. Ora essa inibição será tanto mais forte quanto maior for a ‘validade facial’ das medidas de discriminação. Assim, as medidas de racismo flagrante são automaticamente reconhecidas como ‘discriminatórias’ activando de imediato a norma anti-discriminação independentemente da designação do grupo-alvo. Nas medidas mais subtis de discriminação a activação dessa norma é facilitada pela designação ‘negros’. O facto de vários participantes terem sentido necessidade de justificar as suas respostas para que elas não fossem conotadas com ‘racismo’ mostra bem a consciência desta norma social.

Pensamos que esta hipótese poderá ser testada em futura pesquisa utilizando medidas ‘indirectas’ de discriminação. De facto, nesta pesquisa utilizámos medidas ‘indirectas’ para investigar os efeitos de categorização e os efeitos de homogeneidade, mas não para investigar os efeitos de favoritismo e o racismo. O facto da percepção da homogeneidade do exogrupo estar fortemente relacionada com o racismo subtil, sendo este último o maior preditor do primeiro (Estudo 6), permite-nos enquadrar a percepção da homogeneidade do exogrupo no quadro geral dos fenómenos racistas e generalizar os resultados obtidos nos estudos experimentais (Estudo 4 e 5) em relação aos angolanos e aos restantes grupos de origem africana, uma vez que ficou demonstrado que os portugueses não estabelecem uma diferenciação entre os vários grupos nacionais africanos, sendo estes homogeneizados na categoria de ‘negros’ ou ‘africanos’.

Como vimos ao longo deste trabalho, as expressões de racismo estão extremamente dependentes do contexto histórico e social. Hoje em dia nas sociedades ocidentais, formalmente anti-racistas, assiste-se à permanência de fenómenos racistas, mas estes são cada vez menos justificados pela percepção de diferenças genéticas (raciais) e cada vez mais pela percepção de diferenças culturais ou religiosas (étnicas). Verifica-se uma grande ambiguidade nas expressões de racismo, que surgem sempre mascaradas e dissimuladas.

As normas sociais de hoje inibem a expressão do racismo tal como foi dado a conhecer durante muito tempo. Como mencionámos no Capítulo 3, há setenta anos atrás La Pierre (1934) considerava que a melhor forma de medir o racismo era através da aceitação ou recusa da prestação de serviços hoteleiros a pessoas de outra ‘raça’. Hoje, essa forma de medição seria completamente desadequada, visto que esse comportamento, normativo nos anos 30 nos EUA, se tornou anti-normativo e ilegal.

Também já não é possível estudar o racismo recorrendo exclusivamente a escalas de atitudes (Bogardus, 1928; Katz e Braly, 1933). O actual contexto histórico e social obriga a confrontar diferentes expressões de racismo, não podendo este fenómeno ser reduzido às suas “manifestações mais visíveis ou identificáveis” (Vala, 1999, p.7). Foi precisamente essa necessidade que nos levou a recorrer a medidas mais finas (Estudo 4 e 5), incidindo sobre processos cognitivos ‘automáticos’. A comparação dos resultados do estudo correlacional (Estudo 6) com os dos estudos experimentais (Estudo 4 e 5) permite constatar que o nível de discriminação foi muito mais baixo nas medidas ‘directas’ do que nas medidas ‘indirectas’.

Os resultados destes estudos mostram que o racismo sofreu uma metamorfose nas suas formas de expressão, mas não desapareceu. As pessoas têm estratégias de adequação ao contexto histórico de modo a redireccionar o racismo protegendo a sua imagem pública de adesão aos valores da igualdade. Ou seja, as normas igualitárias deram origem a novas formas de racismo, o que obriga os investigadores a usar medidas finas para um fenómeno que continua a existir mas é filtrado por estratégias de auto-apresentação (Snyder, 1995). O racismo não desapareceu, complexificou-se. Tornou-se um fenómeno muito difícil de diagnosticar e de prever nas suas implicações.

Um dos aspectos inéditos desta investigação foi demonstrar que não existe uma relação linear entre o efeito de homogeneidade do exogrupo e o favoritismo endogrupal, mas que esta relação é regulada pelo estatuto relativo dos grupos em presença e pelas suas estratégias de ‘diferenciação positiva’ (Tajfel, 1984). Para os participantes portugueses a ‘diferenciação positiva’ é conseguida através da afirmação da heterogeneidade endogrupal, mesmo que esta implique abdicar de traços estereotípicos positivos, enquanto que para os angolanos a ‘diferenciação positiva’ é conseguida através da reivindicação de traços estereotípicos positivos e a negação dos traços estereotípicos negativos, o que contribui para a homogeneização do endogrupo.

Como foi referido, este padrão de resultados vai no sentido do modelo da assimetria simbólica (Amâncio, 1994) no que diz respeito aos processos de diferenciação a partir dos estereótipos: os estereótipos salientam a pertença colectiva dos dominados remetendo-os para um modo de ser específico enquanto que para os dominantes são usados com uma maior margem de liberdade remetendo-os para um modo de ser ‘universal’.

Assim, dominantes e dominados contribuem, embora de forma diferente, para a objectivação da diferença entre os grupos, acentuando a diferenciação intergrupar por um lado e, por outro, acentuando a indiferenciação intragrupal dos dominados e a personalização dos dominantes. No caso dos portugueses, a objectivação da diferença entre os grupos revela-se na homogeneização do exogrupo e na heterogeneização do endogrupo. No caso dos angolanos, revela-se na valorização e reivindicação colectiva de um modo de ser específico que contribui para a sua invisibilidade individual ou despersonalização. Como salientou Amâncio, a propósito das estratégias das mulheres face à discriminação no trabalho, “a afirmação do direito à diferença pode muito bem transformar-se na negação do direito à individualidade” (1994, p.181).

Globalmente, os resultados dos diversos estudos demonstram que os processos cognitivos são regulados pelos significados atribuídos aos grupos, em função da sua distância percebida face ao modelo ‘universal’ de pessoa. O racismo actual manifesta-se essencialmente pela negação do reconhecimento da singularidade do outro, ou seja, pelo tratamento dos membros das ‘minorias’ não como indivíduos mas simplesmente como representantes de uma categoria homogénea. Este processo manifesta-se num tratamento mais automático da informação relativamente a estes grupos, isto é, mais baseado nos estereótipos sociais. Os membros dos grupos racializados tornam-se ‘invisíveis’ enquanto *pessoas*, mas extremamente ‘visíveis’ enquanto *grupo*.

No início desta dissertação denunciámos o carácter eurocêntrico e androcêntrico da ciência e sublinhámos a necessidade de se considerar o contexto histórico e social no qual a ciência é produzida. Como refere Sousa Santos (1987/2001), toda a ciência é datada e localizada. O nosso trabalho não constitui excepção. Contudo, na interpretação dos resultados tentámos ter em conta este aspecto ao comparar os resultados obtidos ‘aqui e agora’, com os resultados obtidos em diferentes países em diferentes momentos históricos. Não obstante, e apesar dos nossos esforços para ter em conta diferentes perspectivas, não deixámos de certa forma de privilegiar a perspectiva ocidental, não só na revisão de literatura como na recolha de dados.

Diversos autores têm enfatizado a importância das dimensões culturais - individualismo *versus* colectivismo - nos processos cognitivos em geral (Markus e Kitayama, 1991; Triandis, McCusker e Hui, 1990) e, em particular, nos efeitos de homogeneidade: os membros das sociedades ‘individualistas’ (isto é, ocidentais) teriam tendência a homogeneizar o exogrupo enquanto que os membros das sociedades

‘colectivistas’ (não ocidentais) teriam tendência a homogeneizar o endogrupo (e.g., Lee, 1993; Lee e Ottati, 1993). No nosso estudo, uma vez que os membros do grupo minoritário eram todos eles imigrantes oriundos de uma sociedade considerada ‘colectivista’, esse aspecto poderá ter influenciado os resultados. No entanto, não podemos esquecer que, como ficou demonstrado no Estudo 3c, a ideologia dominante é partilhada por ambos os grupos, isto é, ambos partilham um sistema de valores que define um modelo de ‘pessoa’ autónoma, racional e independente.

Na nossa opinião, da mesma forma que os *modos de ser* não são determinados pela natureza (homens vs. mulheres; brancos vs. negros; etc...) também não o são totalmente pela cultura (individualista vs. colectivista), mas sobretudo pelas condições sociais que regem as relações entre os grupos. Desse modo, a mesma pessoa pode assumir identidades diversas em função das relações sociais em que está inserida em determinado momento ou em determinado contexto. Isto pode explicar porque é que nos nossos estudos se observaram tão poucas diferenças em função do sexo dos participantes. De facto, a literatura em psicologia social tem demonstrado que enquanto o sexo masculino tende a adoptar o perfil de identidade dominante, caracterizado pela diferenciação intergrupar e intragrupal, o sexo feminino tende a adoptar o perfil de identidade dominado caracterizado pela indiferenciação (Amâncio, 1994). Nos nossos estudos, uma vez que a categorização sexual não estava activada, os participantes portugueses (tanto rapazes como raparigas) agiram enquanto membros do grupo dominante e os participantes angolanos (tanto rapazes como raparigas) agiram enquanto membros do grupo dominado. Não é pois o tipo de pessoa que explica as suas estratégias de diferenciação ou indiferenciação mas o tipo de situação em que as pessoas estão envolvidas e as normas que são activadas nessa situação.

O paralelismo que se observa nas estratégias identitárias dos grupos colocados na mesma situação, por exemplo, as estratégias das mulheres e dos *negros* nas lutas pela conquista dos directos cívicos no século XX e, actualmente, as expressões dos ‘novos racismos’ e dos ‘novos sexismos’, mostram bem o peso da assimetria de estatuto entre os grupos envolvidos. Num texto sobre a ‘exclusão social’ Amâncio afirma:

“O enorme peso histórico da ideologia sexista, a sua fortíssima influência ao nível dos sistemas de saber e de poder, a eficácia desta ideologia na criação da realidade social, na formação do self e na marcação das trajectórias individuais permite avançar a ideia, em jeito de conclusão, que a ideologia sexista é, além de tudo isto, uma ideologia fundadora de todas as formas de exclusão social” (1998, p.88).

Na ocasião a autora sublinhou sobretudo os paralelismos entre o sexismo e o racismo. Tal paralelismo pode ser observado tanto nas dimensões de conteúdo tradicionalmente associadas às mulheres e aos ‘negros’ ou ‘primitivos’ – privados de inteligência, de autonomia e de responsabilidade, em nome da ligação à natureza (Chombart de Lauwe, 1983-1984; Guillaumin, 1972), como nos ‘novos’ estereótipos destas categorias, que embora recorrendo a uma nova linguagem aparentemente menos discriminadora, continuam a acentuar a sua dependência e sua ligação à natureza (Amâncio, 2001; Fiske, Xu, Cuddy e Glick, 1999; Ribeiro, 2002). Tanto os novos racismos como os novos sexismos assentam numa ambivalência face ao objecto de discriminação, ao qual não é atribuído o estatuto de ‘pessoa’ na sua plenitude. Um aspecto interessante a explorar em futura pesquisa seria precisamente os efeitos do cruzamento destes dois sistemas de categorização e de dominação.



# **BIBLIOGRAFIA**

**Nota:** Seguindo as normas da *American Psychology Association* (APA), a data que referenciamos diz respeito à primeira edição da obra ou, no caso de conferências, à data em que as mesmas foram proferidas. Nos casos em que não consultámos a primeira edição ou nos servimos de uma tradução, colocámos, sempre que possível, a data da edição original seguida da data da edição consultada, sendo as datas separadas por uma barra. No caso de edições plurianuais colocámos as datas correspondentes ao período em causa, sendo estas separadas por um traço.

Abrams, D., e Hogg, M. A. (1990). An introduction to the social identity approach. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances and Research* (pp. 1-27). Londres: Harvester.

Abrams, D., e Hogg, M. A. (Eds.) (1999). *Social Identity and Social Cognition*. Oxford: Blackwell.

Academia de Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa* (Vol. 1 e 2). Lisboa: Verbo.

Adams, J. (1965). Inequality in social exchange. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 1, pp. 266-300). Nova Iorque: Academic Press.

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswilk, E., Levinson, D. J., e Sanford, R. N. (1950). *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper and Row.

Aires de Azevedo, J. (1940). A pureza bioquímica do povo português. In *Congresso Nacional de Ciências da População: Resumo das memórias e comunicações*. Porto: Comissão Executiva dos Centenários.

Akrami, N., Ekehammar, B., e Araya, T. (2000). Classic and modern racial prejudice: a study of attitudes towards immigrants in Sweden. *European Journal of Social Psychology*, 30, 521-532.

Albuquerque, R. (2002). Associações étnicas e o desafio da participação política de jovens descendentes de imigrantes. In *Actas do Colóquio: A comunicação entre culturas*. Lisboa: Grupo Sietar Portugal.



- Albuquerque, R., Ferreira, L. E., e Viegas, T. (2000). *O fenómeno associativo em contexto migratório. duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta/Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.
- Alexandre, V. (1999). O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta.
- Altemeyer, B. (1988). *Enemies of Freedom*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Allen, V. L., e Wilder, D. A. (1975). Categorization, belief similarity and intergroup discrimination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 971-977.
- Allison, S.T., Mackie, D. M., e Messick, D. M. (1996). Outcome biases in social perception: Implications for dispositional inference, attitude change, stereotyping, and social behavior. *Experimental Social Psychology*, 28, 53-93.
- Allport, G. W. (1954/1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Almeida, J. F., Costa, A. F., e Machado, F. L. (1994a). Famílias, estudantes e universidade: Painéis de observação sociográfica. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- Almeida, J. F., Costa, A. F., e Machado, F. L. (1994b). Recomposição socioprofissional e novos protagonismos. In A. Reis, (Org.). *Portugal 20 anos de democracia* (pp. 307-330). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Altemeyer, B. (1994). Reducing prejudice in right-wing authoritarians. In M. Zanna e J. M. Olson (Eds.). *The Psychology of Prejudice: The Ontario Symposium* (Vol. 7, pp. 131-148). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Em <http://www.acime.gov.pt>.
- Alves, A. (1999). Ciências da comunicação. Área interdisciplinar. *Comunicação e Sociedade I. Cadernos do Noroeste*, 12, 5-18.
- Alves, M., e Ávila, P. (1994). Indianos em Portugal - Processos de (re)construção da identidade e estratégias de integração. In Encontro sobre *Dinâmicas culturais*,

- cidadania e desenvolvimento local, Vila do Conde, 1993* (pp. 285-297). Lisboa: APS.
- Alves, N. (1998). Escola e trabalho: Atitudes, projectos e trajectórias. In M. V. Cabral, e J. M. Pais (Orgs.). *Jovens portugueses de hoje* (pp. 53-134). Oeiras: Celta.
- Amâncio, L. (1988). Dimensões de comparação e discriminação intergrupos: Uma abordagem psicossociológica das relações entre grupos "dominantes" e "dominados". *Análise Psicológica*, VI, 3/4, 307-319.
- Amâncio, L. (1989a). *Factores Psicossociológicos da Discriminação da Mulher no Trabalho*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Amâncio, L. (1989b). Social differentiation between “dominant” and “dominated” groups: Toward an integration of social stereotypes and social identity. *European Journal of Social Psychology*, 19, 1-10.
- Amâncio, L. (1992). Assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-22.
- Amâncio, L. (1993/2000). Identidade social e relações intergrupais. In Vala, J., e Monteiro M. B. (Coords.). *Psicologia Social* (4.<sup>a</sup> ed., pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amâncio, L. (1993a). Género - Representações e identidades. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 14, 127-140.
- Amâncio, L. (1993b). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, 2, XI, 213-221.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (1997). The importance of being male: Ideology and context in gender identities. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 79-94.
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e Racismo - Dois exemplos de exclusão do ‘Outro’. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords.). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 79-88). Porto: S.P.A.E.
- Amâncio, L. (2001). O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, XV (1), 9-27.

- Amit-Talai, V., e Wulff, H. (1995). *Youth cultures: A cross cultural perspective*. Londres / Nova Iorque: Routledge.
- Anastasio, P., Bachman, B., Gaertner, S., e Dovidio, J. (1997). Categorization, recategorization and common ingroup identity. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, e S. A. Haslam (Eds.). *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 236-256). Oxford, UK: Blackwell.
- Andersen, S. M., Glassman, N. S., Chen, S., e Cole, S. W. (1995). Transference in social perception: the role of chronic accessibility in significant-other representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 41-97.
- Andersen, S. M., Glassman, N. S., e Gold, D. A. (1998). Mental representations of the self, significant others, and nonsignificant others: Structure and processing of private and public aspects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 845-861.
- Anderson, N. H. (1974). Cognitive algebra: integration theory applied to social attribution. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 7). Nova Iorque: Academic Press.
- Anderson, S. M., e Klatzky, R. L. (1987). Traits and social stereotypes: Levels of categorization in person perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 235-246.
- Anderson, S. M., Klatzky, R. L., e Murray, J. (1990). Traits and social stereotypes: Efficiency Differences in social information processing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 192-201.
- Andrade, L. L. (2000). Negotiating from the inside: Constructing racial and ethnic identity in qualitative research. *Journal of Contemporary Ethnography*, 29, 268-290.
- Antaki, C., e Widdicombe, S. (1998). Identity as an achievement and as a tool. In C. Antaki, e S. Widdicombe (Eds.). *Identities in talk* (pp. 1-14). Londres: Sage.
- Antaki, C., e Widdicombe, S. (Ed.) (1998). *Identities in Talk*. Londres: Sage.
- Anthias, F. (1997). Anti-racism, multiculturalism and struggles for a multicultural democracy. In M. Roche e R. V. Berkel (Eds.). *European citizenship and social exclusion* (pp. 247-259). Aldershot: Ashgate.

- Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for liberation: an analysis of power between groups. In W. G. Austin e S. Worchel (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 118-204). Monterey, California Brooks/Cole.
- Apfelbaum, E. (1997). La psychologie sociale à l'épreuve des femmes: l'impense des rapports de domination. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 153-169.
- Araújo, H. G. de, Santos, P. M., e Seixas, P. C. (Coords.) (1998). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa*. Porto: S.P.A.E.
- Arcuri, L. (1982). Three patterns of social categorization in attribution memory. *European Journal of Social Psychology*, 12, 271-282.
- Arcuri, L., e Boca, S. (1999). Posicionamentos políticos: Racismo subtil e racismo flagrante em Itália. In J. Vala, (Org.). *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 61-78). Lisboa: Celta.
- Areia, M. L. R. (1998). Portugal e o "outro" africano: A imigração e o racismo. In *Colóquio Internacional sobre Portugal na transição do milénio em Lisboa, 1977* (pp. 409-417). Lisboa: Fim de Século.
- Aristóteles (s.d./1997). *Tratado da Política*. Sintra: Europa-América.
- Aristóteles (s.d./2000). *Categorias*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 258-290.
- Ashmore, R. D., e Del Boca, F. K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. Hamilton (Ed.), *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 1-35). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Augoustinos, M., e Walker, I. (1995). *Social Cognition: An integrated Introduction*. Londres: Sage.
- Avigdor, R. (1953). Etude expérimental de la génèse des stéréotypes. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 14, 154-168.
- Azevedo, J. (1992). Perspectivas psicossociais no estudo da identidade. In *Sociologia*, 2, 111-119.

- Azzi, A. E. (1998). From competitive interests, perceived injustice, and identity needs to collective action: Psychological mechanisms in ethnic nationalism. In C. Dandeker (Ed.), *Nationalism and Violence* (pp.73-138). New Brunswick: Transaction.
- Bacelar de Vasconcelos, P. (1998). Racismo e Xenofobia: a realidade portuguesa - A comunidade cigana em Portugal. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 35-40). Porto: S.P.A.E.
- Baganha, M. I., e Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.
- Baganha, M. I., Ferrão, J., e Malheiros, J. M. (1999). Os imigrantes e o mercado de trabalho: O caso português. *Análise Social*, 150, 147-173.
- Baganha, M. I., Ferrão, J., e Malheiros, J. M. (1998). *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., e Fonseca, G. (2000). *Is an ethclass emerging in Europe? The portuguese case*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Bagby, R. M., e Rector, N. A. (1992). Prejudice in a simulated legal context: A further application of social identity theory. *European Journal of Social Psychology*, 22, 397-406.
- Banaji, M. R., e Hardin, C. (1996). Automatic stereotyping. *Psychological Science*, 7, 136-141.
- Banaji, M. R., Hardin, C., e Rothman, A. J. (1993). Implicit stereotyping in person judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 272-281.
- Banton, M. (1977). *The idea of race*. London: Tavistock.
- Banton, M. (1996). Race – as a classification. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4<sup>th</sup> Ed., pp.294-296). Londres: Routledge.

- Barata, C. (2001, Dezembro 10). Genoma permite compreender melhor a evolução: Semelhanças entre o homem e outros seres vivos surgem realçadas. *Público*, pp.4-5.
- Bargh, J. A. (1996). Automaticity in social psychology. In Higgins, E. T. e Kruglanski (Eds). *Social Psychology: Basis principle*, 169-183.
- Bargh, J. A., Chen, M., e Burrows, L. (1996). Automaticity of social behavior: Direct effects of trait construct and stereotype activation on action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 7, 230-244.
- Barkan, E. (1992). *The Retreat of Scientific Racism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barker, M. (1984). *The new racism: Conservatives and the ideology of the tribe*. Frederick, MD: Aletheia Press.
- Baron, R. S., Kerr, N. L., e Miller, N. (1992). *Group Process, Group Decision, Group Action*. Buckingham: Open University Press.
- Barradas, A. (1991). *Ministros da Noite: Livro negro da Expansão portuguesa*. Lisboa: Antígona.
- Barreto, A., e Mónica, M. F. (Coord.). (1999). *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 8). Figueirinhas: Porto.
- Barreto, M., e Ellemers, N. (2002). Recent developments within motivational approaches to prejudice: The target and the perceiver. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.
- Bar-Tal, D. (2000). *Shared beliefs in a society: Social psychological analysis*. Thousand Oaks: Sage.
- Bar-Tal, D., e Kruglanski, A. W. (Eds.) (1988). *The Social Psychology of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bar-Tal, D., Grauman, C. F., Kruglanski, A. W., e Stroebe, W. (Eds.) (1989). *Stereotyping and Prejudice: Changing Conceptions*. Nova Iorque: Springer-Verlag.

- Bartsch, R. A., e Judd, C. M. (1993). Majority-minority status and perceived ingroup variability revisited. *European Journal of Social Psychology*, 23, 471-483.
- Bastos, J. G. P. (2000). *Portugal Europeu. Estratégias identitárias inter-nacionais dos portugueses*. Oeiras: Celta.
- Bastos, J. G. P., e Bastos, S. P. (1999). *Portugal Multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*. Lisboa: Fim de Século.
- Bastos, S. P. (1990). Espaço doméstico, espaço simbólico e identidade - Um olhar sobre o viver indiano na cidade de Lisboa. *Colóquio viver (n)a cidade* (pp. 17-31). Grupo de ecologia social do LNEC/ Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, Lisboa.
- Beach, L. R., e Michell, T. R. (1990). Image theory: A behavioural theory of decision making in organizations. *Research in Organizational Behavior*, 12, 1-41.
- Beauvois, J.-L., e Deschamps, J.-C. (1990). Vers la cognition sociale. In R. Ghiglione, C. Bonnet e J.-F. Richard (Eds.). *Traité de Psychologie Cognitive* (Vol. 3, pp. 1-110). Paris: Dunod.
- Beauvois, J.-L., Dubois, N., e Doise, W. (1999). *La construction sociale de la personne*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Bender, G. J. (1976/1980). *Angola sobre o domínio Português: mito e realidade*. Lisboa: Sá da Costa.
- Benot, Y. (1969/1981). *Ideologias das Independências Africanas* (Vol. I). Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Berger, P. L., e Luckmann, T. (1999). *A construção Social da Realidade: Um livro sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Berkowitz, L. (1962). *Aggression: A Social Psychological Analysis*. Nova Iorque: McGraw Hill.
- Berry, J. (1992). Acculturation and adaptation in a new society. *International Migration*, 30, 69-80.
- Berry, J. W. (1984). Cultural relation in plural societies: Alternatives to segregation and sociopsychological implications. In N. Miller e M. B. Brewer (Eds.). *Groups*

- in contact: The psychology of desegregation* (pp. 11-27). Nova Iorque: Academic Press.
- Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, 46, 5-68.
- Berry, J. W., Kim, U., Power, S., Young, M., e Bujaki, M. (1989). Acculturation attitudes in plural societies. *Applied Psychology: An International Review*, 38, 185-206.
- Betancourt, H., e López, S. R. (1993). The study of culture, ethnicity, and race in American Psychology. *American Psychologist*, 48, 629-637.
- Bettelheim, B., e Janowitz, M. (1950). *Dynamics of Prejudice*. Nova Iorque: Harper.
- Bierbrauer, G., e Pedersen, P. (1996). Culture and migration. In G. R. Semin, e K. Fiedler (Eds.). *Applied social psychology*. Londres: Sage.
- Biernat, M., e Crandall, C. S. (1994). Stereotyping and contact with social groups: measurement and conceptual issues. *European Journal of Social Psychology*, 24, 659-677.
- Biernat, M., e Manis, M. (1994). Shifting standards and stereotype-based judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 5-20.
- Biernat, M., e Thompson, E. R. (2002). Shifting standards and contextual variation in stereotyping. In W. Stroebe e Hewstone, M. (Eds.) *European Review of Social Psychology*. (Vol.12, pp. 103-137). Nova Iorque: John Wiley.
- Biernat, M., e Vescio, T. K. (1993). Categorization and Stereotyping: Effects of group context on memory and social judgment. *Journal of Experimental Social Psychology*, 29, 166-202.
- Biernat, M., e Vescio, T. K. (1996). Violating American Values: A “value congruence” approach to understanding outgroup attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 837-410.
- Biernat, M., Vescio, T. K., Theno, S. A., e Crandall, C. S. (1999). Values and prejudice: Toward understanding the impact of american values on outgroup attitudes. In M. Zanna, e J. M. Olson (Eds.). *The Psychology of Values: The Ontario Symposium* (Vol. 8, pp.153-189). Hillsdale, NJ: Erlbaum.



- Billig, M. (1981). *L' internationale Raciste: De la Psychologic à la "Science" des Races*. Paris: Maspero.
- Billig, M. (1996). Nationalism as an international ideology: imagining the Nation, others and the world of nations. In Breakwell, G. M., e Lyons, E. (eds). *Changing european identities. Social psychological analysis of social change*. (pp.181-194). Oxford: Butter Worth-Heinemann.
- Billig, M., e Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 3, 27-52.
- Biondi, J.-P. (1993). *Senghor ou la tentation de L'universel*. Paris: Denoel.
- Blaine, B., e Crocker, J. (1995). Religiousness, race, and psychological well-being: Exploring social psychological mediators. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1031-1041.
- Blair, I. V., e Banaji, M. R. (1996). Automatic and controlled processes in stereotype priming. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 1126-1141.
- Blanchard, F. A., Lilly, T., e Vaughn, L. A. (1991). Reducing the expression of racial prejudice. *Psychological Science*, 2, 101-105.
- Blanchard, P., e Chatelier, A. (1993). *Images et colonies: Nature, discours et influence de l'iconographie coloniale liée à la propagande et à la représentation des Africains et de l'Afrique en France, de 1920 aux Indépendances*. Paris: Syros.
- Blanz, M., Mummendey, A., e Otten, S. (1995). Positive-negative asymmetry of social discrimination: the impact of stimulus valence and size and status differentials on intergroup evaluations. *British Journal of Social Psychology*, 34, 409-419.
- Blanz, M., Mummendey, A., e Otten, S. (1997). Ingroup identification as an explanatory concept for the positive-negative asymmetry in social discrimination? *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 1, 7-29.
- Bleriss, H., e Forgas, J. P. (Eds.) (2000). *The message with in the role of subjective experience in social cognition and behavior*. Psychology Press.
- Bless, H., Fiedler, K., e Strack, F. (2002). *Social Cognition: How Individuals Construct Social Reality*. Psychology Press.

- Bless, H., Hamilton, D. L., e Mackie, D. M. (1992). Mood effects on the organization of person information. *European Journal of Social Psychology*, 22, 497-509.
- Block, N. J., e Dworkin, G. (1976). *The IQ Controversy*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Blumer, H. (1958). Race and prejudice as a sense of group position. *Pacific Sociological Review*, 1, 3-7.
- Bobo, L. (1988). Group conflict, prejudice, and the paradox of contemporary racial attitudes. In Ph. A. Katz e D. A. Taylor (Eds.). *Eliminating Racism*. Nova Iorque: Plenum Press.
- Bodenhausen, G. V. (1988). Stereotypes biases in social decision making and memory: Testing process models of stereotype use. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 726-737.
- Bodenhausen, G. V., e Lichtenstein, M. (1987). Social stereotypes and information-processing strategies: The impact of task complexity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 871-880.
- Bodenhausen, G. V., Schwarz, N., Bless, H., e Wänke, M. (1995). Effects of atypical exemplars on racial beliefs: Enlightened racism or generalized appraisals?. *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 48-63.
- Boesch, E. E. (1992). Culture – individual – culture: the cycle of knowledge. In M. von Cranach, W. Doise, e G. Mugny (Eds.) *Social Representations and the social bases of knowledge*. Lewiston: Hogrefe e Huber Publishers.
- Bogardus, E. S. (1928). *Immigration and race attitudes*. Boston: Heath.
- Boldry, J. G., e Kashy, A. (1999). Intergroup perceptions in naturally occurring groups of differential status: A social relations perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 1200-1212.
- Bollen, K. A. (1989). *Structural equations with latent variables*. Nova Iorque: Wiley.
- Borgida, E., e Fiske, S. T. (1995). By way of introduction. *Journal of Social Issues*, 51, 1-10.
- Bougon, M., Weick, K., e Binkhorst, B. (1977). Cognitions in organizations: an analysis of the Utrecht jazz orchestra. *Administrative Science Quarterly*, 22, 606-639.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction*. Paris: Minuit.

- Bourdieu, P. (1991/2001). *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Fayard.
- Bourdieu, P. (1998). *La Domination Masculine*. Paris: Seuil.
- Bourhis, R. Y., e Leyens, J.-Ph. (1994). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*. Liège: Mardaga.
- Bourhis, R. Y., e Gagnon, A. (1994). Les préjugés, la discrimination et les relations intergroupes. In R. J. Vallerand (Ed.). *Les fondements de la psychologie Sociale*. Boucherville, Québec: Gaetan Morin.
- Bourhis, R. Y., e Leyens, J.-Ph. (1994). Perceptions et relations intergroupes: deux solitudes? In R. Y. Bourhis, e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 5-12). Liège: Mardaga.
- Bourhis, R. Y., Gagnon, A., e Moïse, L. C. (1994). Discrimination et relations intergroupes. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.) *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 161-200). Liège: Mardaga.
- Bourhis, R. Y., Moïse, L. C., Perreault, S., e Senécal, S. (1997). Towards an interactive acculturation model: A social psychological approach. *International Journal of Psychology*, 32, 369-386.
- Bracinha-Vieira, A. (1995). Racismo e teoria. *Ethnologia*, 3/4, 23-38.
- Brandão de Brito, J. M. (1999). *Do Marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Branscombe, N. R., e Ellemers, N. (1998). Coping with group-based discrimination: individualistic versus group-level strategies. In J. K. Swim e C. Stangor (Eds.) *Prejudice: The target's perspective* (pp. 244-266). San Diego, CA: Academic Press.
- Breakwell, G. (1978). Some effects of marginal social identity. In H. Tajfel (Ed.) *Differentiation Between Social Groups - Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 301-338). Londres: Academic Press.
- Brewer, M. B. (1979). The role of ethnocentrism in intergroup conflict. In W. G. Austin e S. Worchel (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 71-84). Monterey, California: Brooks/Cole.

- Brewer, M. B. (1988). A dual-process model of impression-formation. In T. K. Srull e R. S. Wyer (Eds.) *Advances in Social Cognition* (Vol. 1, pp. 1-36). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Brewer, M. B. (1993). Social identity, distinctiveness, and in-group homogeneity. *Social Cognition*, 11, 150-164.
- Brewer, M. B. (1994). The social psychology of prejudice: Getting it all together. In M. Zanna e J. M. Olson (Eds.). *The Psychology of Prejudice: The Ontario Symposium* (Vol. 7, pp.315-330). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Brewer, M. B. (1998). Category-based vs. Person-based perception in intergroup contexts. *European Review of Social Psychology*, 9, 77-105.
- Brewer, M. B., e Brown, R. J. (1998). Intergroup Relations. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske e, G. Lindsey (Eds.) *The Handbook of Social Psychology* (4.<sup>a</sup> ed., Vol.2, pp.552-594). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Brewer, M. B., e Campbell, D. T. (1976). *Ethnocentrism and intergroup attitudes: East African Evidence*. Nova Iorque: Sage.
- Brewer, M. B., e Miller, N. (1984). Beyond the contact hypothesis: Theoretical perspectives on desegregation. In N. Miller e M. B. Brewer (Eds.) *Groups in Contact: The Psychology of Desegregation* (pp. 281-301). Orlando: Academic Press.
- Brewer, M. B., e Schneider, S. K. (1990). Social identity and social dilemmas: A double-edged sword. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances and Research* (pp. 169-184). Londres: Harvester.
- Brewer, M. B., e Weber, J. G. (1994). Self-evaluation effects of interpersonal versus intergroup social comparison. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 268-275.
- Brewer, M. B., Weber, J. G., e Carini, B. (1995). Person memory in intergroup contexts: categorization versus individuation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 29-40.
- Briggs, A., e Cogley, P. (1999). I like my shit sagged: fashion, "black musics" and subcultures. *Journal of Youth Studies*, 2, 337-352.

- Brito, R. (1998). Racismo e assimetria positivo-negativo no enviesamento endogrupal ao nível das avaliações intergrupais. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Brown, R. (1978). Divided we fall: an analysis of relations between sections of a factory work force. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation Between Social Groups* (Vol. pp.395-430). Londres: Academic Press.
- Brown, R. (1984). The role of similarity in intergroup relations. In H. Tajfel (Ed) *The Social Dimension* (Vol. 2, pp. 603-623). Cambridge: University Press.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford: Blackwell.
- Brown, R. (2000). Agenda 2000. Social Identity Theory: past achievements, current problems and future challenges. *European Journal of Social Psychology*, 30, 745-778.
- Brown, R., Condor, S., Mathews, A., Wade, G., e Williams, J. A. (1986). Explaining intergroup differentiation an industrial organization. *Journal of Occupational Psychology*, 59, 273-286.
- Brown, R., e Abrams, D. (1998). The effect of intergroup similarity and goal independence on intergroup relations. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 78-92.
- Brown, R., e Ross, G. (1982). The battle for acceptance: An investigation into the dynamics of intergroup behavior. In H. Tajfel (Ed.). *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 155-178). Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, R., e Smith, A. (1989). Perceptions of and by minority groups: the case of women in academia. *European Journal of Social Psychology*, 19, 61-75.
- Brown, R., e Turner, J. C. (1981). Interpersonal and intergroup behaviour. In J. C. Turner e H. Giles (Eds.). *Intergroup Behaviour*. Oxford: Blackwell.
- Brown, R., e Wootton-Millward, L. (1993). Perceptions of group homogeneity during group formation and change. *Social Cognition*, 11, 126-149.
- Brown, R., Vivian, J., e Hewstone, M. (1999). Changing attitudes through intergroup contact: The effects of group membership salience. *European Journal of Social Psychology*, 29, 741- 764.
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64, 123-152.

- Bruner, J. S., e Goodman, C. D. (1947). Value and need as organizing factors in perception. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 42, 33-44.
- Bruner, J. S., e Tagiuri, R. (1954). The perception of people. In G. Lindzey, e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology*, (Vol. 2, pp. 634-654). Reading MA: Addison-Wesley.
- Buechler, H. C., e Buechler, J. M. (1987). *Migrants in Europe: The role of family, labour, and politics*. Westport, CT: Greenwood.
- Burguière, A., e Grew, R. (Eds.). (2001). *The construction of Minorities: Cases for comparison across time and around the world*. Michigan: University of Michigan Press.
- Butera, F., e Mugny, G. (1995). Conflict between incompetences and influence of a low-expertise source in hypothesis testing. *European Journal of Social Psychology*, 25, 457-462.
- Butera, F., Legrenzi, P., e Oswald, M. (1997). Is context a bias? *Swiss Journal of Psychology*, 56 (2), 57.
- Butera, F., Maggi, J., Mugny, G., Pérez, J. A., e Roux, P. (1996). Incentitude et conflit d'incompétences. In J-L. Beauvois, R-V. Joule, e J-M. Monteil (Eds.) *Perspectives Cognitives et Conduites Sociales (V): Contexts et contextes sociaux* (pp.89-106). Lausanne : Delachaux et Niestlé.
- Buunk, B. P., e Mussweiller, T. (1997). New directions in social comparison research. *European Journal of Social Psychology*, 31, 467-475.
- Cabecinhas, R. (1994). *Assimetrias na percepção dos outros: para uma abordagem psicossociológica do processamento da informação sobre grupos sociais*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Cabecinhas, R. (1996). Enviesamentos na percepção dos grupos sociais: o papel da posição social e do contexto. *Análise Psicológica*, XIV(1), 73-86.
- Cabecinhas, R. (2002). *Media*, etnocentrismo e estereótipos sociais. In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação* (pp.407-418). Lisboa: Vega.

- Cabecinhas, R., e Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58, 40-50.
- Cabecinhas, R., Lorenzi-Cioldi, F., e Dafflon, A.-C. (2002). Direct and indirect assessment of group homogeneity perceptions in a natural setting. Artigo submetido para publicação.
- Cabral, M. V. (1998). Atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens portugueses. In M. V. Cabral e J. M. Pais (Coords.). *Jovens portugueses de hoje* (pp. 359-382). Oeiras: Celta.
- Cabral, M. V. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. In M. V. Cabral, J. Vala, e J. Freira (Orgs.). *Trabalho e cidadania, atitudes sociais dos portugueses – I* (pp. 123-159). Lisboa: ICS / ISSP.
- Cabral, M. V., e Pais, J. M. (Coords.) (1998). *Jovens portugueses de hoje: Resultados do Inquérito de 1997*. Oeiras. Celta
- Cabrita, C., e Rosendo, V. (1993). Associativismo cabo-verdiano em Portugal. Estudo de caso da associação cabo-verdiana em Lisboa. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 13.
- Caddick, B. (1982). Perceived illegitimacy and intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.). *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 137-154). Cambridge: University Press.
- Caetano, A. (1993/2000). Formação de impressões. In J. Vala, e M. B. Monteiro (Orgs.) *Psicologia Social* (4.<sup>a</sup> ed., pp. 89-124). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Caldeira, I. (1994). A construção social e simbólica do racismo nos Estados Unidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, 31-59.
- Campbell, A. (1971). *White attitudes toward Black people*. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research.
- Campbell, D. T. (1958). Common fate, similarity, and other indices of the status of aggregates of persons as social entities. *Behavioral Science*, 3, 14-25.

- Campbell, D. T. (1965). Ethnocentrism and other altruistic motives. In D. Levine (Ed.). *Nebraska Symposium on Motivation*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Campbell, D. T., e Fiske, D. W. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin*, 56, 81-105.
- Campbell, D. T., e LeVine, R. A. (1968). Ethnocentrism and intergroup relations. In R. Abelson *et al.* (Eds.). *Theories of cognitive consistency: A sourcebook*. Chicago, IL: Rand McNally.
- Cano, I., Hopkins, N., e Islam, M. R. (1991). Memory for stereotype-related material: a replication study with real-life social groups. *European Journal of Social Psychology*, 21, 349-357.
- Capozza, D., e Brown, R. (1999). *Social identity processes: trends in theory and research*. Londres: Sage.
- Capozza, D., e Brown, R. (Eds.) (2000). *Social identity process*. Londres: Sage.
- Capozza, D., e Nanni, R. (1986). Differentiation processes for social stimuli with different degrees of category representativeness. *European Journal of Social Psychology*, 16, 399-412.
- Capozza, D., e Volpato, C. (1994). Relations intergroupes: Approches classiques et contemporaines. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp. 13-39). Liège: Mardaga.
- Capozza, D., Voici, A., e Licciardello, O. (2000). Individualism, collectivism and social identity theory. In Capozza, D. e Brown R. (Eds). *Social identity processes: Trends in theory and research* (pp. 62-116). Londres: Sage.
- Capucha, L. M. A. (1990). Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 8, 29-41.
- Capucha, L. M. A., Castro, J. L., Moreno, C., Marques, A. S., e Nunes, E. (1998). *Grupos desfavorecidos face ao emprego*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Carpenter, S. (1993). Organization of in-group and out-group information: the influence of gender-role orientation *Social Cognition*, 11, 70-91.



- Cashmore, E. (1996). Ethnicity. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4<sup>th</sup> Ed., pp.119-124). Londres: Routledge.
- Cashmore, E., Banton, M., Jennings, J., Troyna, B., e van der Berghe, P. L. (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4<sup>th</sup> Ed.). Londres: Routledge.
- Castano, E., e Yzerbyt, V. Y. (1998). The highs and lows of group homogeneity. *Behavioural Processes*, 42, 219-238.
- Castel, P., e Lacassagne, M.-F. (1993). L'émergence du discours raciste: une rupture des routines. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 6, 7-19.
- Castelo, C. (1998). *O Modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Cattell, R. B. (1944). *Culture-Free Test*. Nova Iorque: The Psychological Corporation.
- Celious, A., e Oyserman, D. (2001). Race from inside: An emerging hererogeneous race model. *Journal of Social Issues*, 57, 149-165.
- Chance, J. E., e Goldstein, A. G. (1981). Depth of processing in response to own- and other-race faces. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 7, 475-480.
- Chartrand, T. L., e Bargh, J. A. (1999). The chameleon effect: The perception-behavior link and social interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 893-910.
- Chen, M., e Bargh, J. A. (1997). Nonconscious behavioral confirmation processes: The self-fulfilling consequences of automatic stereotype activation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 541-560.
- Chen, S., Schechter, D., e Chaiken, S. (1996). Getting the truth or getting along: Accuracy- vs. impression-motivated heuristic and systematic processing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 262-275.
- Chombart de Luawe, M.-J. (1983-1984). La représentaton des catégories sociales dominées, rôle social, intériorisation. *Bulletin de Psychologie*, 37, 877-886.
- Chow, E. N.-L., Wilkinson, D., e Zinn, M. B. (1996). *Race, class, e gender: Common bonds, different voices*. Londres: Sage.

- Christie, R. (1991). Authoritarianism and related constructs. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, e L. S. Wrightsman (Eds.). *Measures of Personality and Social Psychological Attitudes* (Vol. I). San Diego, CA: Academic Press.
- Clark, K. B., e Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in negro children. In H. Proshansky e B. Seidenberg (Eds.). *Basic studies in social psychology*. Nova Iorque: Holt Rinehart and Winston.
- Clémence, A., e Lorenzi-Cioldi, F. (1991). Catégorisation sociale et homogénéité des catégories. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 9-10, 31-47.
- Cobos, P. L., Lopéz, F. J., e Caño, A. (2002). Associative account of biases: Conversion bias and conjunction fallacy. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.
- Codol, J.-P. (1975). On the so-called "superior conformity of the self" behaviour: 20 experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*, 5, 457-501.
- Codol, J.-P. (1984). Social differentiation and non-differentiation. In H. Tajfel (Ed). *The Social Dimension* (Vol. 1, pp. 314-337). Cambridge: University Press.
- Codol, J.-P., e Leyens, J.-Ph. (Eds.) (1982). *Cognitive Analyse of Social Behavior*. Haia: Martinus Nijhoff.
- Coelho, J. N. (2001). *Portugal, a equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media. A reprodução da nação nos jornais desportivos*. Porto: Afrontamento.
- Coender, M, Scheepers, P., Sniderman, P. M., e Verberk, G. (2001). Blatant and subtle prejudice: Dimensions, determinants, and consequences; some comments on Pettigrew and Meertens. *European Journal of Social Psychology*, 31, 281-297.
- Cohen, M., March, J., e Olsen, J. (1993). *A garbage can model of organization choice*, 311-336.
- Conde, I. (1998). Contextos, culturas, identidades. In J. M. L. Viegas e A. F. Costa (Orgs.). *Portugal, que modernidade?* (pp. 79-118). Oeiras: Celta Editora.

- Condor, S. (1990). Social stereotypes and social identity. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 230-249). Londres: Harvester.
- Confucius (s.d./1994). *Analects of Confucius*. Beijing: Sinolingua.
- Contador, A. C. (1998). Consciência de geração e etnicidade: da segunda geração aos novos luso-africanos. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 26, 57-83.
- Contador, A. C. (2001) *Cultura juvenil negra em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Contador, A. C., e Ferreira, E. L. (1997). *Ritmo e poesia: Os caminhos do rap*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Cook, S. W. (1962). The systematic analysis of socially significant events. *Journal of Social Issues*, 18, 66-84.
- Cook, S. W. (1979). Social science and school desegregation: did we mislead the Supreme Court. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5, 420-437.
- Cook, S. W. (1985). Experimenting on social issues: The case of school desegregation. *American Psychologist*, 40, 452-460.
- Cools, H. (1995). Fragile national identity(s) and the elusive multicultural society. In B. Baumgartl, e A. Favell (Eds). *New xenophobia in Europe*, 28-44.
- Cooper, C. L. (1991). *Industrial and Organizational Psychology*. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.
- Corneille, O. (1994). Le contact comme mode de résolution du conflit intergroupes: une hypothèse toujours bien vivante. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 23, 40-60.
- Corneille, O., e Leyens, J.-Ph. (1994). Catégories, catégorisation social et essentialisme psychologique. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 41-68). Liège: Mardaga.
- Corneille, O., Leyens, J.-Ph., Yzerbyt, V. Y., e Walther, E. (1999). Judgeability concerns: the interplay of information, applicability, and accountability in the overattribution bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 377-387.

- Correia, I., Brito, R., e Vala, J. (2001). *Normes antiracistes et persistence du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux tziganes et face aux noirs au Portugal. Working Paper 1/01*. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social.
- Correia, P. P. (1999). Descolonização. In Brandão de Brito, J. M. (Org.). *Do Marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Costa, A. B. da (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. B., e Pimenta, M. (1991). *Minorias étnicas pobres em Lisboa*. Lisboa: Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã.
- Costa, A. F. da, Mauritti, R., Martins, S. C., Machado, F. L., e Almeida, J. F. de (2000). Classes sociais na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, 9-43.
- Cox, C. L., Smith, S., e Insko, C. A. (1996). Categorical race versus individuating belief as determinants of discrimination: A study of southern adolescents in 1966, 1979 and 1993. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 32, 39-70.
- Cox, T. H., Lobel, S. A., e Mcleod, P. L. (1991). Effects of ethnic group cultural differences on cooperative and competitive behavior on a group task. *Academy of Management Journal*, 34, 827- 847.
- Craib, I. (1998). *Experiencing identity*. Londres: Sage.
- Crandall, C. S., Tsang, J.-A., Harvey, R. D., e Britt, T. (2000). Group identity-based self-protective strategies: the stigma of race, gender, and garlic. *European Journal of Social Psychology*, 30, 355-381.
- Cray, D., Mallory, G. R., Butler, R. J., Hickson, D. J., e Wilson, D. C. (1988). Sporadic, fluid and constricted processes: three types of strategic decision making in organizations. *Journal of Management Studies*, 25, 1, 13-39.
- Crisp, R. J., e Hewstone, M. (2001). Multiple categorization and implicit intergroup bias: differential category dominance and the positive-negative asymmetry effect. *European Journal of Social Psychology*, 31, 45-62.
- Crocker, J., e Luhtanen, R. (1990). Collective self-esteem and ingroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 60-67.

- Crocker, J., e Major, B. (1989). Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. *Psychological review*, 96, 608-630.
- Croizet, J. C., e Fiske, S. T. (2000). Moderation of priming by goals: Feeling entitled to judge increases the judged usability of evaluative primes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 36, 155-181.
- Crosby, F. (1976). A model of egoistical relative deprivation. *Psychological Review*, 83, 85-113.
- Crosby, F., Bromley, S. e Saxe, L. (1980). Recent unobtrusive studies of Black and White discrimination and prejudice: A literature review. *Psychological Bulletin*, 87, 546-563.
- Cruz, M. B. (1995). A participação social e política. In H. Rato e E. S. Ferreira (Orgs.). *Portugal hoje* (pp. 251-368). Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- Cruzeiro, M. M. (1994). O imaginário político do 25 de Abril. *Revista de História das ideias*, 16, 433-468.
- Cunha, I. F., Policarpo, V., Monteiro, T. L., e Figueiras, R. (2002). Media e discriminação: um estudo exploratório do caso português. *Observatório*, 5, 27-38.
- Cunha, L. (1994). *A imagem do Negro na banda desenhada do Estado Novo*. Relatório de aula teórico-prática. Braga: Universidade do Minho.
- Cunha, L. (2001). *A Nação nas malhas da sua identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento.
- Cunha, M. (2000). A natureza da “raça”. *Sociedade e Cultura 2. Cadernos do Noroeste*, 13, 191-203.
- Cunha, M. (2001). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Cushner, K., e Brislin, R. W. (1995). *Intercultural Interactions - A Practical Guide, Second Edition*. Londres: Sage.
- Dafflon, A.-C. (1997). *Perception d'homogeneite dans les groupes selon les positions statutaires des groupes*. Tese de Doutoramento. Genebra: Université de Genève.

- Damásio, A. R. (1994). *O erro de Descartes: Emoção, razão e cérebro humano*. Sintra: Europa-América.
- Dardenne, R., e Leyens, J.-Ph. (1995). Confirmation bias as a social skill. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1229-1239.
- Darley, J. M., e Fazio, R. H. (1980). Expectancy confirmation processes arising in the social interaction sequence. *American Psychologist*, 35, 867-881.
- Dasgupta, N., Banaji, M. R., e Abelson, R. P. (1999). Group entitativity and group perception: Associations between physical features and psychological judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 991-1003.
- Davis, T. C. (1999). Revisiting group attachment: Ethnic and national identity. *Political Psychology*, 20, 25-42.
- Dawkins, R. (1979). *The Selfish Gene*. Oxford: University Press.
- De Ridder, R., e Tripatti, R. C. (1992). *Norm Violation and Intergroup Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- De Rudder, V., Poiret, C., e Vourc'h, F. (2000). *L'inégalité raciste: L'universalité républicaine à l'épreuve*. Paris: Pratiques Théoriques.
- Deaux, K. (1995). How basic can you be? The evolution of research on gender stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 11-20.
- Deaux, K. (1996). Social identification. In E. T. Higgins e A. W. Kruglanski (Eds.). *Social Psychology: Handbook of Basic Principles* (pp. 777-798). Nova Iorque: Guilford.
- Deaux, K., e Emswiller, T. (1974). Explanations of successful performance on sex-linked tasks: What is skill for the male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 80-85.
- Deaux, K., Reid, A., Mizrahi, K., e Ethier, A. (1995). Parameters of social identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 280-291.
- Delgado, A. M. (1997). *Branco e Negro. Construção social da assimetria (expressão de identidades entre crianças brancas e negras)*. Tese de Licenciatura. Lisboa: ISCTE.

- Dépret, E., e Fiske, S. T. (1999). Perceiving the powerful: Intriguing individuals versus threatening groups. *Journal of Experimental and Social Psychology*, 35, 461-480.
- Deschamps, J.-C. (1973). L'attribution, la catégorisation sociale et les représentations intergroupes. *Bulletin de Psychologie*, 24, 710-720.
- Deschamps, J.-C. (1977). Effects of crossing category memberships on quantitative judgment. *European Journal of Social Psychology*, 7, 517-521.
- Deschamps, J.-C. (1979). Différentiation catégorielle et différenciation de soi par rapport à autrui. *Recherches de Psychologie Sociale*, 1, 29-38.
- Deschamps, J.-C. (1982a). Social identity and relations of power between groups. In H. Tajfel (Ed.). *Social identity and intergroup relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University Press.
- Deschamps, J.-C. (1982b). Différenciations entre soi et autrui et entre groupes, J. P. Codol e J.Ph. Leyens (Eds.), *Cognitive Analysis of Social Behaviour*. Haia: Martinus Nijhoff.
- Deschamps, J.-C. (1984). The social psychology of intergroup relations and categorical differentiation. In H. Tajfel (Ed.). *The social dimension: European developments in social psychology* (Vol. 2, pp. 541-559). Londres / Paris: Cambridge University / Maison des Sciences de L'Homme.
- Deschamps, J.-C. (1987). L'individuel et le collectif dans représentation de soi. In J. Kellerhals, et la livre D'Epinay (Eds.). *La représentation de soi. Études de sociologie et d'ethnologie* (pp. 9-18). Genève: Université de Genève.
- Deschamps, J.-C., Devos, T., Bréchet, C., Capponi, L., Gue not, N., Pesenti, O., e Solari, G. (1992). Effects de la saillance d'une appartenance sociale, dans une situation de catégorisation croisée. *Revue Internationale de Psychologie sociale*, 5, 21-36.
- Deschamps, J.-C., e Devos, T. (1999). Les relations entre identité individuelle et collective ou comment la similitude et la différence peuvent covarier. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 149-168). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

- Deschamps, J.-C., e Doise, W. (1978). Crossed category memberships in intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation Between Social Groups - Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 141-158). Londres: Academic Press.
- Deschamps, J.-C., Morales, J.-F., Páez, D., e Worchel, S. (1999). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Deschamps, J.-C., Lorenzi-Cioldi, F., e Meyer, G. (1982). *L'echec scolaire*. Lausanne: Favre.
- Devine, P. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5-18.
- Devine, P. G., e Elliot, A. J. (1995). Are stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1139-1150.
- Devine, P. G., Hamilton, D. L., e Ostrom, T. M. (Eds). (1994). *Social cognition: contributions to classic issues in social psychology*. Nova Iorque: Springer.
- Devine, P. G., Monteith, M. J., Zuwerink, J. R. e Elliot, A. J. (1991). Prejudice with and without compunction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 817-830.
- Devine, P., Sedikides, C., e Fuhrman, R. W. (1989). Goals in social information processing: The case of anticipated interaction. *Journal of Social Psychology*, 56, 680-690.
- Devos, T., Comby, L., e Deschamps, J.-C. (1996). Asymmetries in judgements of ingroup and outgroup variability. In Stroebe, W. e Hewstone, M. (Eds.) *European Review of Social Psychology* (vol. 7, pp. 95-144). Chichester: Wiley.
- Dias, A. J. (1950/1990). Os elementos fundamentais da cultura portuguesa. In A. J. Dias. *Estudos de Antropologia* (Vol. I). Lisboa: I.N.C.M.
- Dias, A. J. (1961). Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português. *Estudos Ciência Política e Social*, 52.



- Dias, I., e Lopes, J. T. (1996). Representações estudantis da família e dos amigos: contributos para uma sociologia dos afectos, *Sociologia*, I, VI, 55-88.
- Dias, M. R., Garcés-Ferrer, J., e Ródenas-Rigla, F. (1997). Investigação transcultural sobre atitudes face aos imigrantes: estudo piloto em Lisboa. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 25, 139-153.
- Diehl, M., e Jonas, K. (1991). Measures of national stereotypes as predictors of the latencies of inductive versus deductive stereotypic judgements. *European Journal of Social Psychology*, 21, 317-330.
- DiGiacomo, J.-P. (1981/1985). Réprésentations sociales et comportements collectifs. Tese de Doutoramento. Lovaina: Université Catholique de Louvain.
- Dijker, A. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.
- Dijker, A., e Koomen, W. (1996). Stereotyping and attitudinal effects under time pressure. *European Journal of Social Psychology*, 26, 61-74.
- Dijksterhuis, A., e van Knippenberg, A. (1996). Motivated social cognition: Need for closure effects on memory and judgement. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 254-270.
- Dijksterhuis, A., e van Knippenberg, A. (1998). The relation between perception and behavior, or how to win a game of Trivial Pursuit. *Journal of Personality and Social Psychology*, 7, 865- 877.
- Dijksterhuis, A., Spears, R., Postmes, T., Stapel, D., Koomen, W., van Knippenberg, A., e Scheepers, D. (1998). Seeing one thing and doing another: Contrast effects in automatic behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 862-871.
- Dines, G., e Humez, J. M. (Eds.) (1995). *Gender, Race and Class in Media: A Text-Reader*. Londres: Sage.
- Dion, K. L. (1986). Responses to perceived discrimination and relative deprivation. In J. M. Olson, C. P. Herman e M. P. Zanna (Eds.). *Relative deprivation and social comparison: The Ontario symposium* (Vol. 4). New Jersey: Erlbaum.

- Doise, W. (1972). Relations et représentations entre groupes. In S. Moscovici (Ed.). *Introduction à la Psychologie Sociale* (Vol. 2, pp. 195-214). Paris: Larousse.
- Doise, W. (1976/1984). *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Doise, W. (1982a). A mudança em Psicologia Social. In Vários (Eds.). *Mudança Social e Psicologia Social* (pp. 41-66). Lisboa: Livros Horizonte.
- Doise, W. (1982b). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Doise, W. (1984). Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In R. Farr e S. Moscovici (Eds.). *Social Representations* (pp. 255-268). Cambridge: Cambridge University Press.
- Doise, W. (1985). Differentiation entre groupes, prototypes et représentations sociales. *Ressegna di Psicologia*, 2, 13-29.
- Doise, W. (1987). Le social et l'individuel: théories générales et recherches intergroupes. *Psychologie et Éducation*, 11, 57-74.
- Doise, W. (1988). Individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 99-111.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonnet, e J.-F. Richard (Eds.). *Traité de Psychologie Cognitive* (Vol.3, pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales, *Bulletin de Psychologie*, XLV (405), 189-195.
- Doise, W. (1997). Organizing social-psychology explanations. In C. McGarty, e S. A. Haslem (Eds.) *The message of social psychology* (pp. 63-74). Cambridge: Blackwell.
- Doise, W. (1999). L'individualisme comme représentation collective. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 195-212). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

- Doise, W., Clemence, A., e Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations Sociales et Analyses de Données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W., Deschamps, J.-C., e Meyer, G. (1978). The accentuation of intra-category similarities. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation Between Social Groups - Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 159-170). Londres: Academic Press.
- Doise, W., Deschamps, J.-C., e Mugny, G. (1978). *Psychologie Sociale Expérimentale*. Paris: Armand Colin.
- Doise, W., Dubois, N., e Beauvois, J.-L. (1999). *La construction sociale de la personne*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Doise, W., e Lorenzi-Cioldi, F. (1989). Patterns of differentiation within and between groups. In van Oudenhoven, J. P., e Willemsen (Eds.). *Ethnic minorities. Social psychology perspective* (pp. 43-57). Amesterdão: Swets & Zeitlinger.
- Doise, W., e Weinberger, M. (1972-1973). Représentations masculines dans différentes situations de rencontres mixtes. *Bulletin de Psychologie*, 24, 649-657.
- Doise, W., e Mackie, D. (1981). On the social nature of cognition. In J. P. Forgas (Ed.). *Social Cognition* (pp. 53-84). Londres: Academic Press.
- Doise, W., e Sinclair, A. (1973). The categorization process in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 3, 145-157.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O., e Sears, R. (1939). *Frustration and aggression*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Donald, J., e Rattansi, A. (1992/1997). *'Race', culture e difference*. Londres: Sage.
- Donohew, L., Sypher, H. E., e Higgins, E. T. (1988). *Communication, social cognition, and affect*. Londres: Lawrence Erlbaum Associates.
- Doosje, B., Ellemers, N., e Spears, R. (1995). Perceived intragroup variability as a function of group status and identification *European Journal of Social Psychology*, 31, 410-436.
- Doosje, B., Spears, R., e Koomen, W. (1995). When bad isn't all bad: Strategic use of sample information in generalization and stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 642-655.

- Doosje, B., Spears, R., Ellemers, N., e Koomen, K. (1999). Perceived group variability in intergroup relations: The distinctive role of social identity. *European Review of Social Psychology*, 10, 41-70.
- Dovidio J. F., e Gaertner, S. L. (Eds.). (1986a). *Prejudice, Discrimination and Racism*. Nova Iorque: Academic Press.
- Dovidio, J. F., e Gaertner, S. L. (1986b). Prejudice, discrimination and racism: Historical trends and contemporary approaches. In J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 1-34). Nova Iorque: Academic Press.
- Dovidio J. F., Gaertner, S. L., e Validzic, A. (1998). Intergroup bias: Status, differentiation, and a common in-group identity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 109-120.
- Dovidio, J. F., Brigham, J. C., Johnson, B.T., e Gaertner, S. (1996). Stereotyping, prejudice, and discrimination: Another look. In C. N. Macrae, C. Stangor e M. Hewstone (Eds.). *Stereotypes and Stereotyping* (pp. 276-319). Nova Iorque: Guilford.
- Dovidio, J. F., e Gaertner, S. L. (1991). Changes in the nature and expression of racial prejudice. In H. Knopke, J. Norrel e R. Rogers (Eds.). *Opening doors: An appraisal of race relations in contemporary America* (pp. 201-241). Tuscaloosa, AL: University of Alabama Press.
- Dovidio, J. F., e Gaertner, S. L. (1993). Stereotypes and evaluative intergroup bias. In D. M. Mackie e D. L. Hamilton (Eds.). *Affect, Cognition and Stereotyping: Interactive Process in Group Perception*. San Diego: Academic Press.
- Dovidio, J. F., e Gaertner, S. L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism. In L. E. Eberhardt e S. T. Fiske (Eds.). *Confronting Racism: The Problem and the Response*. Thousand Oaks: Sage.
- Dovidio, J. F., Evans, N., e Tyler, R. B. (1986). Racial stereotypes: The contents of their cognitive representations. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 22-37.

- Dovidio, J. F., Gaertner, S. L., Isen, A. M, e Lowrance, R. (1995). Group representations and intergroup bias: Positive affect, similarity, and group size. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 856-865.
- Dovidio, J. F., Hrigham, J. C., Johnson, H. T., e Gaertner, S. L. (1996). Stereotype, prejudice and discrimination: Another look. In C. N. Macrae, C. Stangor e M. Hewstone (Eds.). *Stereotypes and stereotyping* (pp. 276-319). Nova Iorque: Guilford.
- Dovidio, J. F., Kawarami, K., Gaertner, S. L., e Vergert, M. (2002). Combating implicit bias. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.
- Dovidio, J. F., Mann, J. A., e Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The implicatives of aversive racism. In F. A. Blanchard, e F. J. Crosby (Eds.). *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Dowds, L., e Young, K. (1997). National identity. In R. Jowell, J. Curtice, A. Park, L. Brook, e K. Thomson (Eds.). *British Social Attitudes: The 13<sup>th</sup> Report*. Dartmouth: Social and Community Planning Research.
- Duckitt, J. H. (1992a). Psychology and prejudice: A historical analysis and integrative framework. *American Psychologist*, 47, 1182-1193.
- Duckitt, J. H. (1992b). *The social psychology of prejudice*. Nova Iorque: Prager.
- Duckitt, J., e Mphuthing, T. (1998). Group identification and intergroup attitudes: A longitudinal analysis in South Africa. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 80-85.
- Duhaime, I. D., e Schwenk, C. (1985). Conjectures on cognitive simplification in acquisition and divestment decision-making. *Academy of Management Review*, 10, 287-295.
- Dumont, M., Yzerbyt, V., e Snyder, M. (2002). Stereotype suppression and hypothesis testing: Avoiding stereotypes may benefit the individual target but harm the group. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.

- Dunning, D., Meyerowitz, J. A., e Holzberg, A. D. (1989). Ambiguity and self-evaluation: The role of idiosyncratic trait definitions on self-serving ratings of ability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 1082-1090.
- Durand-Delvigne, A. (1997). Positions hiérarchiques, contextes professionnels et expressions du genre. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 31-49.
- Dutton, J., Fahey, L., e Narayanan, V. (1983). Toward understanding strategic issue diagnosis. *Strategic Management Journal*, 4, 307-323.
- Eagly, A. H., e Dielman, A. B. (1997). The accuracy of gender stereotypes: A dilemma for feminism. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 11-31.
- Eagly, A. H., e Mladinic, A. (1994). Are people prejudiced against woman? Some answers from research on attitudes, gender stereotypes, and judgments of competence. In W. Stroebe, e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol. 5, pp. 1-35). Chichester: Wiley.
- Eberhardt, J. L., e Fiske, S. T. (1994). Affirmative action in theory and practice: Issues of power, ambiguity, and gender vs. race. *Basic and Applied Social Psychology*, 15, 201-220.
- Eberhardt, J. L., e Fiske, S. T. (1996). Motivating individuals to change: What is a target to do? In C. N. Macrae, C. Stangor, e M. Hewstone (Eds.). *Stereotypes and Stereotyping* (pp. 369-418). Nova Iorque: Guilford.
- Eberhardt, L. E., e Fiske, S. T. (Eds.). (1998). *Confronting Racism: The Problem and the Response*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Echabe, A. E., e Gonzalez-Castro, J. L. (1999). The impact of context on gender social identities. *European Journal of Social Psychology*, 29, 287-304.
- Echabe, A. E., e Paez, R. (1989). Social representations and memory: The case of AIDS. *European Journal of Social Psychology*, 19, 543-551.
- Echabe, A. E., Guede, E. F., Guillen, C. S., e Garate, J. V. (1992). Social representations of drugs, causal judgment and social perception *European Journal of Social Psychology*, 22, 73-84.

- Echebarria-Echabe, A., e Castro, J. L. (1996). Images of immigrants: a study on the xenophobia and permeability of intergroup boundaries. *European Journal of Social Psychology*, 26, 341-352.
- Edwards, D. (1996). *Discourse and Cognition*. Londres: Sage.
- Einstein, A. (1929). Address at the Sorbonne. *The Oxford Dictionary of Quotations*. Em: <http://www.xrefer.com>.
- Eiser, J. R. (1986) *Social cognition: Attitudes, cognition and social behaviour*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eiser, J. R. (1990). Categorization. In J. R. Eiser. *Social Judgment* (pp. 28-52). Open University Press.
- Ellemers, N. (1993). The influence of socio-structural variables on identity management strategies. In W. Stroebe, e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (Vol. 4, pp.27-57). Chichester: Wiley.
- Ellemers, N. Spears, R., e Doosje, B. (1997). Sticking together or falling apart: Group identification as a psychological determinant of group commitment versus individual mobility. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 617-626.
- Ellemers, N., Kortekaas, P., e Ouwerkerk, J. W. (1999). Self-categorization, commitment to the group and group self-esteem as related but distinct aspects of social identity. *European Journal of Social Psychology*, 29, 371-389.
- Ellemers, N., Spears, R., e Doosje, B. (Eds.) (1999). *Social Identity*. Oxford: Blackwell.
- Elliot, J. (2002). *Blue-eyed/Brown-eyed*. Em <http://www.newsreel.org>.
- Emler, N., e Hopkins, N. (1990). Reputation, social identity and the self. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 113-130). Londres: Harvester.
- Entwisle, D. R., Alexander, K. L., e Olson, L. S. (2000). Early work histories of urban youth. *American Sociological Review*, 65, 279-297.
- Erber, R., e Fiske, S. T. (1984). Outcome dependency and attention to inconsistent information. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 709-726.
- Erikson, E. H. (1950). *Childhood and Society*. Nova Iorque: Norton.

- Essed, P. (1991). *Understanding every day racism: An interdisciplinary theory*. Newbury Park: Sage.
- Esses, V. M., e Zanna, M. P. (1995). Mood and the expression of ethnic stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 1052-1068.
- Esses, V. M., Haddock, G., e Zanna, M. P. (1994). The role of mood in the expression of intergroup stereotypes. In M. P. Zanna, e M. Olson (Eds.). *The Psychology of Prejudice: The Ontario symposium* (Vol. 7, pp. 77-101). Hillsdale: Erlbaum.
- Esses, V. M., Haddock, G., e Zanna, M. P. (1993). Values, stereotypes, and emotions as determinants of intergroup attitudes. In D. M. Mackie, e D. L. Hamilton (Eds.). *Affect, Cognition and Stereotyping: Interactive Process in Group Perception* (Vol. 17, pp. 137-166). San Diego: Academic Press.
- Esteves, M. C. (1991). Portugal: País de imigração. *Cadernos IED*, 22. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Fanon, F. (1967). *The wretched of the Earth*. Harmondsworth: Penguin.
- Fazio, R. H., e Dunton, B. C. (1997). Categorization by race: the impact of automatic and controlled components of racial prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 451-470.
- Feather, N. T. (1994). Values, national identification and favouritism towards the in-group. *British Journal of Social Psychology*, 33, 467-476.
- Fenton, S. (1999). *Ethnicity: Racism, class and culture*. Hong Kong: Rowman & Littlefield.
- Fernandes, A. A. (1998). Identidade nacional e cidadania europeia. In M. V. Cabral e J. M. Pais (Coords.). *Jovens portugueses de hoje: Resultados do inquérito de 1997* (pp. 307-357). Oeiras: Celta.
- Fernandes, A. T. (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social. *Sociologia*, V, 7-67.
- Ferrão, J., André, I. M., e Almeida, A. N. (2001). Abandono escolar precoce: olhares cruzados em tempo de transição. *Sociedade e Trabalho*, 10, 9-21.



- Ferreira, M., e Garcia-Marques, L. (2002). The process dissociation procedure and hypothesis testing. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.
- Ferreira, V. S. (1998). Atitudes perante a sociedade. In J. M. Pais (Org.). *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea* (pp. 149-244). Lisboa: ICS / SEJ.
- Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review*, 57, 271-282.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Festinger, L. (1957) *A Theory of Cognitive Dissonance*. Illinois: Evanston.
- Fiedler, K., Kemmelmeier, M., e Freytag, P. (1999). Explaining asymmetric intergroup judgments through differential aggregation: Computer simulations and some new evidence. *European Journal of Social Psychology*, 10, 2-36.
- Fiedler, K., Semin, G. R., e Finkenauer, C. (1997). The battle of words between gender groups. A language-based approach to intergroup processes. *Human communication research*, 19, 409-441.
- Fields, J. M., e Schuman, H. (1976). Public beliefs about the beliefs of the public. *Public Opinion Quarterly*, 40, 427-448.
- Figueiredo, A., Silva, C. L., e Ferreira, V. S. (1999). *Jovens em Portugal: Análise longitudinal de fontes estatísticas (1960-1997)*. Oeiras: Celta / SEJ.
- Fiske, A. P., Haslam, N., e Fiske, S. T. (1991). Confusing one person with another: What errors reveal about the elementary forms of social relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 656-674.
- Fiske, A. P., Kitayama, S., Markus, H. R., e Nisbett, R. E. (1998). The cultural matrix of social psychology. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, e G. Lindzey (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (4.<sup>a</sup> ed, Vol. 2, pp. 915-981). Nova Iorque: McGraw-Hill.

- Fiske, S. T. (1992). Thinking is for doing: portraits of social cognition from daguerreotype to laserphoto. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 877-889.
- Fiske, S. T. (1993). Controlling other people: the impact of power on stereotyping. *American Psychologist*, 48, 621-628.
- Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice, and discrimination. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske e G. Lindzey (Eds.) *The Handbook of Social Psychology* (4<sup>th</sup>, Vol.2, pp.357-411). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Fiske, S. T. (2000). Agenda 2000. Stereotyping, prejudice, and discrimination at the seam between the centuries: evolution, culture, mind, and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30, 299-322.
- Fiske, S. T., e Dépret, E. (1996). Control, interdependence and power: Understanding social cognition in its social context. *European Review of Social Psychology*, 7, 31-56.
- Fiske, S. T., e Leyens, J.-Ph. (1997). Let social psychology be faddish or, at least, heterogeneous. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.) *The message of social psychology* (pp. 92-108). Cambridge: Blackwell.
- Fiske, S. T., e Neuberg, S. L. (1990). A continuum of impression formation, from category-based to individuating processes: influence of information and motivation on attention and interpretation. In M. Zanna (Ed.) *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 23, pp. 1-74). San Diego: Academic Press.
- Fiske, S. T., e Stevens, L. E. (1993). What's so special about sex? Gender stereotyping and discrimination. In S. Oskamp e M. Costanzo (Eds.). *Gender Issues in Contemporary Society* (pp. 173-193). Londres: Sage.
- Fiske, S. T., e Taylor, S. E. (1991) *Social Cognition* ( 2.<sup>a</sup> ed.). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Fiske, S. T., e von Heny, H. M. (1992). Personality feedback and situational norms can control stereotyping processes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 577-596.

- Fiske, S. T., Lin, M. H., e Neuberg, S. L. (1999). The Continuum Model: Ten years later. In S. Chaiken, e Y. Trope (Eds.). *Dual Process Theories in Social Psychology* (pp. 231-254). Nova Iorque: Guilford.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. J. C, e Glick, P. S. (1999). (Dis)respect versus (dis)liking: Status and interdependence underlie ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55, 473-491.
- Flament, C. (1989). Structure et dynamique des Représentations Sociales. In D. Jodelet (Ed.). *Les Représentations Sociales* (pp. 204-219). Paris: Presses Universitaires de France.
- Flick, U. (Ed.) (1998). *The Psychology of the social*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ford, T. E., e Stangor, C. (1992). The role of diagnosticity in stereotype formation: Perceiving group means and variances. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 356-367.
- Forgas, J. P. (Ed.) (1981a). *Social Cognition*. Londres: Academic Press.
- Forgas, J. P. (1981b). What is social about social cognition? In J. P. Forgas (Ed.). *Social Cognition* (pp. 1-26). Londres: Academic Press.
- Forgas, J. P. (1992). Mood and the perception of unusual people: Affective asymmetry in memory and social judgments. *European Journal of Social Psychology*, 22, 531-547.
- Forgas, J. P. (2000). *Feeling and Thinking: the role of affect in social cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fourier, M., e Vermès, G. (1994). *Ethnicisation des rapports sociaux. Racismes, nationalismes, ethnicismes et culturalismes*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- Frable, D. E., Blackstone, T., e Scherbaum, C. (1990). Marginal and mindful: Deviants in social interactions. *Journal of personality and social psychology*, 59, 140-149.
- Frable, D. E., e Bem, S. L. (1985). If you are gender schematic, all members of the opposite sex look alike. *European Journal of Social Psychology*, 49, 459-468.

- França, L. (1992). A Comunidade cabo-verdiana em Portugal. *Cadernos IED*, 23. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- França, L. (1993). *Portugal: Valores europeus, identidade cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Franklin, M. N., Mackie, T. T., e Valen, H. (1992). *Electoral change. Responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Frazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., e Williams, C. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline?. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 1013-1027.
- Freeman, F. S. (1962/1980). *Teoria e prática dos testes psicológicos* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Freire, A. (2000). Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995. *Análise Social*, XXXV, 154-155.
- Freitas, M. J., e Castro, P. (1993). Vale do areeiro. Reflexões acerca de uma realidade multiétnica. In *Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 1992: Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia
- Freyre, G. (1933). *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. (1940). *O mundo que o português criou*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Friedman, R. A. (1989). Interaction norms as carriers of organizational culture: A study of labor negotiation at International Harvester. *Journal of Contemporary Ethnography*, 18, 3-29.
- Funk, S. G., Horowitz, A. D., Lipshitz, R., e Young, F. W. (1976). The perceived structure of American ethnic groups: The use of multidimensional scaling in stereotype research. *Sociometry*, 39, 116-130.
- Gaertner, S. L. (1973). Helping behavior and racial discrimination among liberals and conservatives. *Journal of Personality and Social Psychology*, 25, 335-341.

- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A., e Rust, M. C. (1993). The Common ingroup identity model: Recategorization and the reduction of intergroup bias. *European Review of Social Psychology*, 4, 1-26.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, Ph. A., e Rust, M. (1993). The common ingroup identity model: recategorization and the reduction of intergroup bias. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol. 4, pp.1-26). Chichester: Wiley.
- Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Rust, M. C., Nier J. A., Banker, B. S., Ward, C. M., Mottola G. R., e Houlette, M. (1999). Reducing intergroup bias: Elements of intergroup cooperation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 388-402.
- Gaertner, S. L., e Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). Nova Iorque: Academic Press.
- Gaertner, S. L., e Dovidio, J. F. (1999). *Reducing Intergroup Bias: The Common Ingroup Identity Model*. Psychology Press.
- Gaertner, S. L., e McLaughlin, J. P. (1983). Racial stereotypes: Associations and ascriptions of positive and negative characteristics. *Social Psychology Quarterly*, 46, 23-30.
- Gaertner, S. L., Mann, J., Murrell, A. e Dovidio, J. F. (1989). Reducing Intergroup Bias: The Benefits of recategorization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 239-249.
- Gaertner, S. L., Rust, M. C., Dovidio, J. F., Bachman, B. A., e Anastasio, P. A. (1994). The contact hypothesis: The role of a common ingroup identity on reducing intergroup bias. *Small Group Research*, 25, 224-249.
- Galissot, R. (1991). Qu'est-ce qu'une minorité? *Sciences Humaines*, 3, 19-21.
- Garcia, J. L, Jerónimo, H. M., Norberto, R., e Amaro, M. I. (2000). *Estranhos: Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Garcia-Marques, L. (1993/2000). O inferno são os outros: O estudo da influência social. In J. Vala e M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (pp. 227-292). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Garcia-Marques, L. (1999). O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis? In J. Vala (Org.). *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 121-131). Lisboa: Celta.
- Garcia-Marques, L., e Mackie, D. M. (1999). The impact of stereotype-incongruent information on perceived group variability and stereotype change. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 979-990.
- Genthner, R. W., Shuntich, R., e Bunting, K. (1975). Racial prejudice, belief similarity and human aggression. *Journal of Psychology*, 91, 229-234.
- Gerard, H. B. (1998). *What about the person? Putting psychology back into social psychology*. Los Angeles: University of California.
- Gergen, K. J. (1997). Social Psychology as social construction: The emerging vision. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.). *The Message of Social Psychology* (pp. 113-127). Cambridge: Blackwell.
- Ghiglione, R., Bonnet, C., e Richard, J.-F. (Ed.) (1990). *Traité de Psychologie Cognitive* (Vol.3). Paris: Dunod.
- Gilbert, G. M. (1951). Stereotype persistence and change among college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46, 245-254.
- Giroux, H. A. (1983). *Theory and resistance in education: A Pedagogy for the opposition*. Nova Iorque: Bergin e Garvey.
- Glick, P., e Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-512.
- Goffman, E. (1959/1989). *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (1963/1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Golberg, A. D., e Chandler, T. J. L. (1989). The role of athletics: The social world of high school adolescents. *Youth e Society*, 21, 2, 238-250.
- Gomes, C. A., e Lima, L. C. V. (1996). Associativismo estudantil no ensino secundário e reprodução política das organizações partidárias de juventude. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 21, 121-163.

- Gonçalves, A. (1996). *Imagens e clivagens. Os residentes face aos emigrantes*. Porto: Afrontamento.
- Goodwin, S. A., Gubin, A., Fiske, S. T., Yzerbyt, V. (2000). Power can bias impression formation: Stereotyping subordinates by default and by design. *Group Processes and Intergroup Relations* p. ?.
- Gould, S. J. (1981/1990). *O Polegar do Panda: Reflexões sobre a História Natural*. Lisboa: Gradiva.
- Graesser, A., Zimmerman, J., e Riha, J. (1985). Script processing in a natural situation *Memory e Cognition*, 13, 140-144.
- Gramzow, R. H., Sedikides, C., e Gaertner, L. (2001). Memory for in-group and out-group information in a minimal group context: the self as na informational base. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, 188-205.
- Graziano, W. G., e Baron, R. M. (1991). Starting social psychology. In W. G. Graziano, e R. M. Baron (Eds.). *Social Psychology* (pp. 3-23). Orlando: Holdt, Reinhart and Winston.
- Greenland, K., e Brown, R. (1999). Categorization and intergroup anxiety in contact between British and Japanese nationals. *European Journal of Social Psychology*, 29, 503-521.
- Guerreiro, M. V. (1986). *Temas de antropologia em Oliveira Martins*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Guillaumin, C. (1972). *L'idéologie raciste: Genèse et langage actuel*. Paris: Mouton.
- Guillaumin, C. (1992). *Sexe, Race et Pratique du Pouvoir: L'idée de Nature*. Paris: Côté-femmes.
- Guimarães, A. S. A. (1995). Racism and anti-racism in Brazil: a postmodern perspective. In B. P. Bowser (Ed.). *Racism and Anti-Racism in World Perspective* (pp.208-226). Londres: Sage.
- Guimond, S. (2000). Group socialization and prejudice: the social transmission of intergroup attitudes and beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 30, 335-354.

- Guimond, S., e Tougas, F. (1994). Sentiments d'injustice et actions collectives: La privation relative. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes* (pp. 200-231). Liège: Mardaga.
- Guinote, A. (1999). Percepção de variabilidade de grupo: Modelos de compreensão, resultados empíricos e tendências actuais. *Psicologia*, XII, 273-291.
- Guinote, A. (2001). The perception of group variability in a non-minority and a minority context: When adaptation leads to out-group homogeneity. *British Journal of Social Psychology*, 40, 117-132.
- Haase, R. F., e Ellis, M. V. (1987). Multivariate analysis of variance. *Journal of Counseling Psychology*, 34, 404-413.
- Haddock, G., Zanna, M. P., e Esses, V. M. (1994). The (limited) role of trait-laden stereotypes in predicting attitudes toward native peoples. *British Journal of Social Psychology*, 33, 83-106.
- Haggendoorn, L. (1995). Intergroup biases in multiple group systems: the perception of ethnic hierarchies. *European Review of Social Psychology*, 6, 199-227.
- Hall, S. (1995). The Whites of their eyes: racist ideologies and the media. In G. Dines, e J. M. Humez (Eds.). *Gender, Race and Class in Media: A Text-Reader* (pp.18-27). Londres: Sage.
- Hamberger, J., e Hewstone, M. (1997). Inter-ethnic contact as a predictor of blatant and subtle prejudice: Tests of a model in four West European nations. *British Journal of Social Psychology*, 36, 173-190.
- Hamilton, D. H., Sherman, S. J., e Castelli, L. (2002). A group by any other name – the role of entitativity in group perception. In W. Stroebe, e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology*, 12, 139-166.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 12). Nova Iorque: Academic Press.
- Hamilton, D. L. (Ed.). (1981a). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior*. Hillsdale: Erlbaum.



- Hamilton, D. L. (1981b). Illusory correlation as a basis for stereotyping. In D. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 115-144). Hillsdale: Erlbaum.
- Hamilton, D. L. (1981c). Stereotyping and intergroup behavior: Some thoughts on the cognitive approach. In D. Hamilton (Ed.) *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 333-354). Hillsdale: Erlbaum.
- Hamilton, D. L., Driscoll, D. M., e Worth, L. T. (1989). Cognitive organization of impressions: Effects of Incongruity in complex representation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 925-939.
- Hamilton, D. L., e Gifford, R. K. (1976). Illusory correlations in interpersonal perception: A cognitive basis of stereotypic judgments. *Journal of Experimental Social Psychology*, 12, 392-407.
- Hamilton, D. L., e Trier, T.K. (1986). Stereotypes and stereotyping: An overview of the cognitive approach. In J. F. Dovidio e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination and racism*. Nova Iorque: Academic Press.
- Hamilton, D., e Sherman, S. (1996). Perceiving persons and groups. *Psychological Review*, 103, 336-355.
- Hampson, P. J., e Morris, P. E. (1995). *Understanding Cognition*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Harmon-Jones, E., Greenberg, J., Solomon, S., e Simon, L. (1996). The effect of mortality salience on intergroup bias between minimal groups. *European Journal of Social Psychology*, 26, 277-681.
- Harré, R. (1997). Social life as rule-governed patterns of joint action. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.). *The message of social psychology* (pp. 129-181). Cambridge: Blackwell.
- Hart, A., e Morry, M. (1996). Nonverbal behavior, race and attitude attributions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 165-179.
- Hartley, E. L. (1946/1969). *Problems in Prejudice*. Nova Iorque: King's Crown Press.
- Haslam, N. O. (1998). Natural kinds, human kinds, and essentialism. *Social Research*, 65 (2), 291-314.

- Haslam, S. A., e Oakes, P.J. (1995). How context-independent is the outgroup homogeneity effect? A response to Bartsch and Judd. *European Journal of Social Psychology*, 25, 469-475.
- Haslam, S. A., e Turner, J. C. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping 2: The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation *European Journal of Social Psychology*, 22, 251-277.
- Haslam, S. A., Oakes, P. J., Turner, J. C., e McGarty, C. (1995). Social categorization and group homogeneity: Changes in the perceived applicability of stereotype content as a function of comparative context and attribute favourableness. *British Journal of Social Psychology*, 34, 139-160.
- Haslam, S. A., Turner, J. C., e Hayes, B. K. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping 1: The effects of intergroup relations as mediated by social change and frame or reference. *European Journal of Social Psychology*, 22, 3-20.
- Haslam, S. A., Turner, J. C., Oakes, P., McGarty, C., e Reynolds, K. J. (1998). The group as a basis for emergent stereotype consensus. *European Review of Social Psychology*, 8, 201-239
- Haslett, B. (1990). Social class, social status and communicative behavior. In H. Giles, e W. P. Robinson (Eds.). *Handbook of Language and Social Psychology*. Londres: Wiley.
- Hastie, R., e Park, B. (1986). The relationship between memory and judgment depends on whether the judgment task is memory-based or on-line. *Journal of Personality and Social Psychology*, 93, 258-268.
- Hecht, M. L. (1998). *Communicating Prejudice*. Londres: Sage.
- Heider, F. (1958). *The Psychology of Interpersonal Relations*. Nova Iorque: Wiley.
- Hellström, A., e Tekle, J. (1994). Person perception through facial photographs: Effects of glasses, hair, and beard on judgments of occupation and personal qualities. *European Journal of Social Personality*, 24, 693-705.
- Henderson-king, E. I. (1999). The impact of a passing reference to race on perceptions of out-group differentiation: 'If you've seen one...'. *Group Processes e Intergroup Relations*, 2, 335-345.

- Herrstein, R. J., e Murray, C. (1994). *The bell curve: Intelligence and class structure in american life*. Nova Iorque: Free Press.
- Heusch, L. (2000). L'éthnie. The vicissitudes of a concept. *Social Anthropology*, 8, 99-115.
- Hewstone, M. (1989). Intergroup attribution: some implications for the study of ethnic prejudice. In J. P. Van Oudenhoven e T. M. Willemsen (Eds.). *Ethnic minorities* (pp. 25-42). Amsterdam: Swets e Zeitlinger.
- Hewstone, M. (1994). Changing outgroup perceptions. A cognitive-intergroup perspective. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 7, 45-62.
- Hewstone, M., e Brown, R. (Eds.). (1988). *Contact and Conflict in Intergroup Encounters*. Oxford: Blackwell.
- Hewstone, M., e Jaspars, J. (1982). Explanations for racial discrimination: the effect of group discussion on intergroup attributions. *European Journal of Social Psychology*, 12, 1-16.
- Hewstone, M., Hantzi, A., e Johnston, L. (1991). Social categorization and person memory: The pervasiveness of race as an organizing principle. *European Journal of Social Psychology*, 21, 517-528.
- Hewstone, M., Islam, M. R., e Judd, C. M. (1993). Models of crossed categorization and intergroup relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 779-793.
- Hewstone, M., Johnston, e Aird, P. (1992). Cognitive models of stereotype change: (2) Perceptions of homogeneous and heterogeneous groups. *European Journal of Social Psychology*, 22, 235-249.
- Hewstone, M., Macrae, C., Griffiths, R., e Milne, A. (1994). Cognitive models of stereotype change: (5). Measurement, development, and consequences of subtyping. *Journal of Experimental Social Psychology*, 30, 505-526.
- Hewstone, M., Stroebe, W., e Stephenson, G. (1995). *Introduction to Social Psychology: A European Perspective* (2.<sup>nd</sup> ed.). Cambridge: Blackwell.

- Higgins, E. T. (1996). Knowledge activation: Accessibility, applicability, and salience. In E. T. Higgins, e A. W. Kruglanski (Eds.). *Social psychology: Basic principles* (pp. 133-168). Nova Iorque: Guilford Press.
- Higgins, E. T. (1997). Biases in social cognition: “aboutness” as a general principle. In C. McGarty e S. A. Haslam (Eds.). *The Message of Social Psychology* (pp. 182-199). Cambridge: Blackwell.
- Higgins, E. T. (2000). Agenda 2000. Social cognition: Learning about what matters in the social world. *European Journal of Social Psychology*, 30, 3-39.
- Higgins, E. T., e Sorrentino, R. M. (1990). *Handbook of motivation and cognition*. Nova Iorque: Guilford Press.
- Hinkle, S., e Brown, R. (1990). Intergroup comparisons and social identity: Some links and lacunae. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 48-70). Londres: Harvester.
- Hinsz, V. B. (1990). Cognitive and consensus processes in group recognition memory performance. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 705-718.
- Hippler, H.J., Schwars, N., e Sudman, S. (1987). *Social Information Processing and Survey Methodology*. Springer-Verlag.
- Hirschfeld, L. A. (1998). Natural assumptions: Race, essence, and taxonomies of human kinds. *Social Research*, 65, 331-349.
- Hirshfeld, L. (1996). *Race in the Making: Cognition, Culture, and the Child's Construction of Human Kinds*. Cambridge, MT: Massachussets Institute of Tecnology Press.
- Hirt, E. R. (1990). Do I see only what I expect? Evidence for an expectancy-guided retrieval model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 937-951.
- Hogg, M. A. (1987). Social identity and group cohesiveness. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell (Eds.). *Rediscovering the Social Group: A Self-categorization Theory* (pp. 89-116). Oxford: Blackwell.
- Hogg, M. A. (1993). Group cohesiveness: A critical review and some new directions. *European Review of Social Psychology*, 4, 85-111.

- Hogg, M. A., e Abrams, D. (1988). *Social Identifications: A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes*. Londres: Routledge.
- Hogg, M. A., e McGarty, C. (1990). Self-categorization and social identity. In D. Abrams, e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 10-27). Londres: Harvester Wheatsheaf.
- Hogg, M. A., e Vaughan, G. M. (1998). *Social Psychology*. Londres: Prentice Hall.
- Holsti, O. R. (1968). Content Analysis. In G. Lindzey e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology* (Vol. II). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Holtgraves, T. (1994). Communication in context: Effects of speaker status on the comprehension of indirect requests. *Journal of Experimental Psychology*, 20, 1205-1218.
- Holtgraves, T., e Yang, J-N. (1992). Interpersonal underpinnings of request strategies: General principles and differences due to culture and gender. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 246-256.
- Hoorens, V. (1993). Self-enhancement and superiority biases in social comparison. *European Review of Social Psychology*, 4, 113-139.
- Hopkins, N., Regan, M., e Abell, J. (1997). On the context dependence of national stereotypes: Some scottish data. *British Journal of Social Psychology*, 36, 553-563.
- Hopkins, N., Reicher, S., e Levine, M. (1997). On the parallels between social cognition and the 'new racism'. *British Journal of Social Psychology*, 36, 305-329.
- Horwitz, M., e Rabbie, J. (1982). Individuality and membership in the intergroup system. In H. Tajfel (Ed.). *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 241-276). Cambridge: Cambridge University Press.
- Howard, J. (1994). A social cognitive conception of social structure. *Social Psychology Quarterly*, 57, 210-227.
- Howard, J., e Rothbart, M. (1980). Social categorization and memory for in-group and out-group behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 301-310.
- Howe, M. J. A. (1997). *IQ in Question*. Londres: Sage.

- Huff, A. (1982). Industry influences on strategy reformulation *Strategic Management Journal*, 3, 119-131.
- Hummert, M. L., Crockett, W. H., e Kemper, S. (1990). Processing mechanisms underlying use of the balance schema. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 5-21.
- Hunter, J. A., Platow, M., Howard, M., e Stringer, M. (1996). Social identity and intergroup evaluative bias: Realistic categories and domain specific self-esteem in a conflict setting. . *European Journal of Social Psychology*, 26, 631-647.
- Hutnik, N. (1991). *Ethnic minority identity: A social psychological perspective*. Oxford Oxford: Claredon Press.
- Ibanez, T. (1994). Idéologie et relations intergroupes. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 321-345). Liège: Mardaga.
- Ickes, W., Robertson, E., Tooke, W., e Teng, G. (1986). Naturalistic social cognition: Methodology, assessment, and validation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 66-82.
- Insko, C. A., Nacoste, R. W., e Moe, J. L. (1983). Belief congruence and racial discrimination: review of the evidence and critical evaluation *European Journal of Social Psychology*, 13, 153-174.
- Instituto Camões. Em: <http://www.instituto-camoes.pt>.
- Islam, M. R., e Hewstone, M. (1993). Dimensions of contact as predictors of intergroup anxiety, perceived out-group variability, and out-group attitude: An integrative model. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 700-710.
- Jackson, L. A., e Hymes, R.W. (1985). Gender and social categorization: Familiarity and ingroup polarization in recall and evaluation *Journal of Social Psychology*, 125, 81-88.
- Jackson, J. S., Brown, K. T., e Kirby, D. C. (1998). International perspectives on prejudice and racism. In L. E. Eberhardt, e S. T. Fiske (Eds.). *Confronting Racism: The Problem and the Response*. Thousand Oaks: Sage.

- Jackson, J. W., e Smith, E. R. (1999). Conceptualizing social identity: A new framework and evidence for the impact of different dimensions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25, 120-135.
- Jacobson, C. K. (1985). Resistance to affirmative action. *Journal of Conflict Resolution*, 29, 306-329.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on 'social representations'. *European Journal of Social Psychology*, 18, 195-209.
- Järvinen, T., e Vanttaja, M. (2001). Young people, education and work: trends and changes in Finland in the 1990s. *Journal of Youth Studies*, 4, 2, 195-207.
- Jasinskaja-Lahti, I., e Liebkind, K. (1999). *The complexity and dynamic nature of the ethnic identity of Russian-Speaking immigrant adolescents in Finland*. Helsinki: Department of Social Psychology, University of Helsinki.
- Jaspars, J., e Fraser, C. (1984). Attitudes and social representations. In Farr, R., e Moscovici, S. (Eds.). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jellison, J., e Green, J. (1981). A self-presentation approach to the fundamental attribution error: The norm of internality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 643-649.
- Jelloun, T. B. (1999). *Le racism expliqué à ma fille*. Paris: Seuil.
- Jenkins, R. (1997). *Rethinking Ethnicity - Arguments and Explorations*. Londres: Sage.
- Jesuíno, J. C. (1993/2000). A psicologia social europeia. In J. Vala e M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (4.<sup>a</sup> ed., pp. 46-90). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jetten, J., Spears, R., e Manstead, A. S. R. (2001). Similarity as a source of differentiation: the role of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 31, 621-640.
- Jhally, S. (1995). Image-based culture. Advertising and popular culture. In G. Dines, e J. M. Humez (Eds.). *Gender, Race and Class in Media: A Text-Reader* (pp. 77-86). Londres: Sage.

- Jodelet, D. (1984). Représentation Sociale: phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Ed.). *Psychologie Sociale* Paris: Presses Universitaire de France.
- Jodelet, D. (Ed.) (1989). *Représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de Paris.
- Johnston, L. (1996). Resisting change: Information-seeking and stereotype change. *European Journal of Social Psychology*, 26, 799-825.
- Johnston, L. C., e Macrae, C. N. (1994). Changing social stereotypes: The case of the information seeker. *European Journal of Social Psychology*, 24, 581-592.
- Johnston, L., e Hewstone, M. (1990). Intergroup contact: Social identity and social cognition. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 185-210). Londres: Harvester.
- Johnston, L., e Macrae, C. (1994). Changing social stereotypes: The case of the information seeker. *European Journal of Social Psychology*, 24, 581-592.
- Johnston, L., Hewstone, M., Pendry, L., e Frankish, C. (1994). Cognitive models of stereotype change (4): Motivational and cognitive influences. *European Journal of Social Psychology*, 24, 237-265.
- Jones, E. E., e Davis, K. (1965). From acts to dispositions: The attribution process in person perception. In L. Berkovitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 2). Nova Iorque: Academic Press.
- Jones, E. E., Wood, G. C., e Quattrone, G. A. (1981). Perceived variability of personal characteristics in in-group and out-groups: the role of knowledge and evaluation. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 7, 523-528.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Joppke, C. (2001). Multicultural citizenship: A critique. *Archives Européennes de Sociologie*, XLII, 431-447.
- Jordan, W. J., Lara, J., e McPartland, J. (1996). Exploring the causes of early dropout among race-ethnic and gender groups. *Youth and Society*, 28, 62-94.
- Jorge, V. O. (1998). Racismo, xenofobia, outras formas de discriminação – não podemos ser indiferentes, temos o dever de intervir. In H. G. de Araújo, P. M.



- Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 11-14). Porto: S.P.A.E.
- Josephs, R. Larrick, R. Steele, M., e Nisbett, R. (1992). Protecting the self from the negative consequences of risky decisions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 26-37.
- Jost, J. T., e Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33, 1-27.
- Judd, C. M., e Bartsch, R. A. (1995). Cats, dogs, and the OH effect: a reply to Simon and to Haslam and Oakes. *European Journal of Social Psychology*, 25, 477-480.
- Judd, C. M., e Park, B. (1988). Out-group homogeneity: judgements of variability at the individual and group levels. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 778-788.
- Judd, C. M., Park, B., Ryan, C. S., Brauer, M., e Kraus, S. (1995). Stereotypes and ethnocentrism: Diverging interethnic perceptions of African American and White American Youth *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 460-480.
- Judd, C. M., Ryan, C. S., e Park, B. (1991). Accuracy in the judgments of in-group and out-group variability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 366-379.
- Jussim, L., Coleman, L., e Lerch, L. (1987). The nature of stereotypes: A comparison and integration of three theories. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 366-379.
- Jussim, L., Nelson, T., Manis, M., e Soffin, S. (1995). Prejudice, stereotypes, and labeling effects: Sources of bias in person perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 228-246.
- Kalin, R., e Berry, J. W. (1996). Interethnic attitudes in Canada: Ethnocentrism, consensual hierarchy and reciprocity. *Canadian Journal of Behavioral Sciences*, 28, 253-261.

- Kaminski, G. (1992). Ecological psychology's trouble with knowledge: One terrible exemple. In M. von Cranach, W. Doise, e G. Mugny (Eds.). *Social Representations and the social bases of knowlegde*. Lewiston: Hogrefe Huber Publishers.
- Kaplan, M., e Martin, A. M. (1999). Effects of differential status of group members on process and outcome of deliberation. *Group Processes e Intergroup Relations*, 2 (4), 347-364.
- Karlins, M., Coffman, T. L., e Walters, G. (1969). On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13, 1-16.
- Karylowski, J. (1990). Social reference points and accessibility of trait-related information in self-other similarity judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 975 -983.
- Kashima, E. S., e Kashima, Y. (1993). Perceptions of general variability of social groups. *Social Cognition*, 11, 1-21.
- Kastoryano, R. (2000). Immigration, communautés transnationales et citoyenneté. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 165, 353-359.
- Katz, D., e Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290.
- Katz, D., e Braly, K. W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30, 175-193.
- Katz, I. (1981). *Stigma: A social psychological analysis*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Katz, I., e Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Katz, I., Wackenhut, J., e Hass, R. G. (1989). Racial ambivalence, value duality, and behavior. In J. Dovidio e S. L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism* (pp.35-59). San Diego: Academic Press.

- Kelley, H. H. (1967). Attribution theory in social psychology. In D. Levine (Ed.). *Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 15). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Kelley, H. H. (1971). Attribution in social interaction. In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. E. Nisbett, S. Valins, e B. Weiner (Eds.). *Attribution: Perceiving the causes of behavior* (pp. 1-26). Morriston, NJ: General Learning Press.
- Kellner, D. (1995). Cultural studies, multiculturalism and media culture. In G. Dines, e J. M. Humez (Ed). *Gender, race and class in media: A text-reader* (pp. 5-17). Londres: Sage.
- Kelly, C. (1989). Political identity and perceived intragroup homogeneity. *British Journal of Social Psychology*, 28, 239-250.
- Kelly, C. (1993). Group identification, intergroup perceptions and collective action *European Review of Social Psychology*, 4, 59-83.
- Kelly, R. J. (1998). Jerome Bruner: The tireless of explorer. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 7, 289-302.
- Kerr, M. (1943). An experimental investigation of national stereotypes. *Sociological Review*, 35, 37-43.
- Kerstein, R. (1996). Affirmative action. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4<sup>th</sup> Ed., pp.4-9). Londres: Routledge.
- Khan, S. (1998). *Jovens 'negros' imigrantes num processo de aculturação*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Kinder, D. R., e Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.
- Kinket, B., e Verkuyten, M. (1997). Levels of ethnic self-identification and social context. *Social Psychology Quarterly*, 60, 338-354.
- Kinket, B., e Verkuyten, M. (1999). Intergroup evaluations and social context: a multilevel approach *European Journal of Social Psychology*, 29, 219-237.

- Kirchler, E. (1997). The unequal equality: social stereotypes about female and male entrepreneurs. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 63-77.
- Kirchler, E., Palmonari, A., e Pombeni, M. L. (1994). Social categorization processes as dependent on status differences between groups: a step into a adolescents' peer-groups. *European Journal of Social Psychology*, 24, 541-563.
- Klar, Y., e Giladi, E. E. (1997). No one in my group can be below the group's average: A robust positivity bias in favor of anonymous peers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 885-901.
- Klauer, K. C, e Wegener, I. (1998). Unraveling social categorization in the 'Who said what?' paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 1155-1178.
- Kleinpenning, G., e Hagendoorn, L. (1991). Contextual aspects of ethnic stereotypes and interethnic evaluations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 331-98.
- Kleinpenning, G., e Hagendoorn, L. (1993). Forms of racism and the cumulative dimension of ethnic attitudes. *Social Psychology Quarterly*, 56, 21-36.
- Klineberg, O. (1957). *Social Psychology*. Nova Iorque: Henry Holt.
- Koomen, W., e Bähler, M. (1996). National stereotypes: common representations and ingroup favouritism. *European Review of Social Psychology*, 26, 325-331.
- Kovel, I. (1970). *White racism: A psychohistory*. Nova Iorque: Pantheon.
- Kramer, R. M. (1989). Windows of vulnerability or cognitive illusions: Cognitive processes and the nuclear arms race. *Journal of Experimental Social Psychology*, 25, 79-100.
- Kramer, R. M., Meyerson, D., e Davis, G. (1990). How much is enough? Psychological components of "guns versus butter" decisions in a security dilemma. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 984-993.
- Kraus, S., Ryan, C. S., Judd, C. M., Hastie, R., e Park, B. (1993). Use of mental frequency distributions to represent variability among members of social categories. *Social Cognition*, 11, 22-43.

- Krueger, J. (1992). On the overestimation of between-group differences. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.) *European Review of Social Psychology* (vol. 3, pp.31-56). Chichester: Wiley.
- Krueger, J. (1996). Personal beliefs and cultural stereotypes about racial characteristics. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 536-548.
- Krueger, J., e Clement, R. W. (1994). Memory-based judgments about multiple categories: A revision and extension of Tajfel's accentuation theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 35-47.
- Krueger, J., e Rothbart, M. (1988). The use of categorial and individuating informations in making inferences about personality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 187-195.
- Krueger, J., Rothbart, M., e Sriram, N. (1989). Category learning and change: Differences in sensitivity to information that enhances or reduces intercategory distinctions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 866-875.
- Kruglanski, A. W., e Webster, D. M. (1996). Motivated closing of the mind: 'Seizing' and 'freezing'. *Psychological Review*, 103, 263-283.
- Kühnen, U., e Hannover, B. (2000). Assimilation and contrast in social comparisons as a consequence of self-construal activation. *European Journal of Social Psychology*, 30, 799-811.
- Kutner, B., Wilkins, C., e Yarrow, P. R. (1952). Verbal attitudes and overt behavior involving racial prejudice. *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 47, 649-652.
- LaFrance, M. (1997). Pressure to be positive: The effect of sex and power on reactions to not smiling. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 95-107.
- LaFrance, M., e Henley, N. M. (1994). On oppressing hypotheses: or differences in nonverbal sensitivity revisited. In H. L. Radtke, e H. J. Stam (Eds.). *Power/Gender: Social Relations in Theory and Practice*. Londres: Sage.
- Lambert, A. (1995). Stereotypes and social judgment: The consequences of group variability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 388-403.

- Lambert, A., Cronen, S., Chasteen, A., e Lickel, B. (1996). Private vs public expressions of racial prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 32, 437-459.
- Lambert, A., e Wyer, R. S. (1990). Stereotypes and social judgment: The effects of typicality and group heterogeneity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 676-691.
- Langer, E. J. (1983). *The Psychology of Control*. Beverly Hills: Sage.
- LaPierre, R. T. (1934). Attitudes versus action. *Social Forces*, 13, 230-237.
- Larsen, K. S. (1978). White attitudes towards Aborigines: a working framework. *Australian Quarterly*, 50, 94-113.
- Larson, Jr., e Christensen, C. (1993). Groups as problem-solving units: Toward a new meaning of social cognition. *British Journal of Social Psychology*, 32, 5-30.
- Lauglo, J. (1999). Working harder to make the grade: Immigrant youth in Norwegian schools. *Journal of Youth Studies*, 2, 77-100.
- Leach, C. W., Peng, T. R., e Volckens, J. (2000). Is racism dead? Comparing (expressive) means and (structural equation) models. *European Journal of Social Psychology*, 39, 449-465.
- Leandro, M. (1995). *Famílias portuguesas. Projetos et destins*. Paris: Ciemi-L'Harmattan.
- Leão, C. (1960/1992). *O enigma português* (3.<sup>a</sup> Edição). Lisboa: Guimarães Editores.
- Lee, Y.-T. (1993). Ingroup preference and homogeneity among African and Chinese American Students. *The Journal of Social Psychology*, 133, 225-235.
- Lee, Y.-T., e Ottati, V. (1993). Determinantes of in-group and out-group perceptions of heterogeneity: An investigation of Sino-Americans stereotypes. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 24, 298-318.
- Leitão, J. (1998). Combater a exclusão, alargando a cidadania social. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords.). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 55-62). Porto: S.P.A.E.
- Leite da Costa, M. I. (1934). Contribuição para a avaliação mental dos indígenas de Angola. In Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. *Trabalhos do*

- 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* (Vol. II). Porto: Edições da 1.ª Exposição Colonial portuguesa/ Imprensa portuguesa.
- Leite, C. (1998). *Eva, depois do paraíso: Modos de habitar e identidade no percurso migratório*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Lemaine, G. (1974). Social differentiation and social originality. *European Journal of Social Psychology*, 4, 17-52.
- Lemaine, G., e Ben Brika, J. (1989). Identity and physical appearance: stability and desirability. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3, 327-338.
- Lemaine, G., Kastarsztein, J., e Personnaz, B. (1978). Social differentiation. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation Between Social Groups - Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 269-300). Londres: Academic Press.
- Lepore, L., e Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is stereotype inevitable? *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 275-288.
- Levine, J. M. e Thompson, L. (1996). Conflict in groups. In E. T. Higgins, e A. W. Kruplanski, (Eds.). *Social Psychology: Handbook of basic principles* (pp. 745-776). Nova Iorque: Guilford.
- LeVine, R. A. (1972). *Ethnocentrism: Theories of Conflict, Ethnic Attitudes and Group Behavior*. Nova Iorque: Wiley.
- Levine, R. A., e Campbell, D. (1972). *Ethnocentrism theories of conflict, ethnic attitudes and group behavior*. Nova Iorque: John Wiley Sons.
- Lévi-Strauss, C. (1983/1986). *O Olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- Levitt, B., e Nass, C. (1989). The lid in the garbage can: Institutional constraints on decision making in the technical core of college-text Publishers. *Administrative Science Quarterly*, 34, 190-207.
- Levy, A. (1965). *Psychologie Sociale - Textes Fondamentaux*. Paris: Dunod.
- Lewicka, M., Czapinski, J., e Peeters, G. (1992). Positive-negative asymmetry or 'when the heart needs a reason'. *European Journal of Social Psychology*, 22, 425-434.
- Lewin, K. (1948/1997). *Resolving Social Conflicts & Field Theory in Social Science*. Washington: APA.

- Leyens, J.-Ph. (1983/1985). *Teorias da Personalidade na Dinâmica Social*. Lisboa: Verbo.
- Leyens, J.-Ph., Dardenne, B., e Fiske, S. T. (1998). Why and under what circumstances is a hypothesis-consistent testing strategy preferred in interviews? *British Journal of Social Psychology*, 37, 259-274.
- Leyens, J.-Ph., e Beauvois, J.-L. (Orgs.) (1997). *L'ère de la cognition*. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble.
- Leyens, J.-Ph., e Bourhis, R. Y. (1994). Epilogue: perceptions et relations intergroupes. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 347-360). Liège: Mardaga.
- Leyens, J.-Ph., e Codol, J. P. (1988). Social cognition. In M. Hewstone, W. Stroebe, J. P. Codol, e G. M. Stephenson (Eds.). *Introduction to Social Psychology: A European Perspective*. Oxford: Blackwell.
- Leyens, J.-Ph., e Désert, M. (no prelo). Racismo, essencialismo e ameaça do estereótipo. In L. Lima, P. Castro e M. Garrido (Eds.). *Temas e debates em psicologia social*. Lisboa: Livros do Horizonte.
- Leyens, J.-Ph., e Yzerbyt, V. (1992). The ingroup overexclusion effect: Impact of valence and confirmation on stereotypical information search *European Journal of Social Psychology*, 22, 549-569.
- Leyens, J.-Ph., Paladino, M. P., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Perez A., e Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 186-197.
- Leyens, J.-Ph., Rodriguez-Perez, A., Rodriguez-Torres, R., Gaunt, R., Paladino, M.-P., Vaes, J., e Demoulin, S. (2001). Psychological essentialism and the differential attribution of uniquely human emotions to ingroups and outgroups. *European Journal of Social Psychology*, 31, 395-411.
- Leyens, J.-Ph., Yzerbyt, V., e Schadron, G. (1992). The social judgeability approach to stereotypes. *European Journal of Social Psychology*, 22, 549-570.
- Leyens, J.-Ph., Yzerbyt, V., e Schadron, G. (1994). *Stereotypes and social cognition*. Londres: Sage.



- Liégois, J. P. (1989). *Ciganos e itinerantes*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Lima, L. (1993/2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala e M. B. Monteiro (Coords.). *Psicologia social* (4.<sup>a</sup> Ed., pp. 187-225). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, M. (2002). *Racismo e naturalização das diferenças: uma análise em termos de categorização social e das representações sociais acerca de grupos minoritários*. Lisboa: ISCTE. Artigo não publicado.
- Lindeman, M., e Koskela, P. (1994). Group size, controllability of group membership, and comparative dimension as determinants of intergroup discrimination *European Journal of Social Psychology*, 24, 267-278.
- Lindeman, M., e Sundvik, L. (1995). Evaluative bias and self-enhancement among gender groups. *European Journal of Social Psychology*, 24, 267-278.
- Lindzey, G., e Aronson, E. (Eds.). (1985). *Handbook of Social Psychology*. Reading, MA: Addison Wesley.
- Linville, P. W. (1985). Self-complexity and affective extremity: Don't put all your eggs in one cognitive basket. *Social Cognition*, 3, 94-120.
- Linville, P. W., e Fischer, G. W. (1993). Exemplar and abstraction models of perceived group variability and stereotypicality. *Social Cognition*, 11, 92-125.
- Linville, P. W., e Jones, E. E. (1980). Polarized appraisals of outgroup members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 689-703.
- Linville, P. W., e Sidanius, J. (1999). Social dominance and social identity in the United States and Israel: Ingroup favoritism or outgroup derogation? *Political Psychology*, 20, 99-126.
- Linville, P. W., Fischer, G. W., e Salovey, P. (1989). Perceived distributions of characteristics of in-group and out-group members: Empirical evidence and a computer simulation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 165-188.

- Linville, P. W., Fischer, G. W., e Yoon, C. (1996). Perceived covariation among the features of ingroup and outgroup members: the outgroup covariation effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 421-436.
- Linville, P. W., Salovey, P., e Fischer, G. W. (1986). Stereotyping and perceived distributions of social characteristics: An application to in-group-out-group perception. In J. Dovidio e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, Discrimination, and Racism* (pp.165-208). San Diego: Academic Press.
- Lippmann, W. (1922/1961). *Public Opinion*. Nova Iorque: Free Press.
- Locke, V., MacLeod, C., e Walker, I. (1994). Automatic and controlled activation of stereotypes: Individual differences associated with prejudice. *British Journal of Social Psychology*, 33, 29-46.
- Long, K., e Spears, R. (1997). The self-esteem hypothesis revisited: Differentiation and disaffected. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers e S. A. Haslam (Eds.). *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 296-317). Oxford: Blackwell.
- Lopes, J. T. (1996). *Tristes escolas. Práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Afrontamento.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus dominants et groups dominés. Images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1993). They all look alike, but so do we... sometimes: Perceptions of in-group and out-group homogeneity as a function of sex and context. *British Journal of Social Psychology*, 32, 111-124.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Les Androgynes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1997). *Questions de Méthodologie en Sciences Sociales*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol.9, pp. 31-75). Chichester: Wiley.
- Lorenzi-Cioldi, F., Deaux, K., e Dafflon, A.-C. (1998). Group homogeneity as a function of relative social status. *Swiss Journal of Psychology*, 57, 255-273.

- Lorenzi-Cioldi, F., e Dafflon, A.-C. (1999). Comment l'identité et le statut sont étudiés en psychologie sociale. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp.215-234). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F., e Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.) *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances and Research* (pp.71-88). Londres: Harvester.
- Lorenzi-Cioldi, F., e Doise, W. (1994). Identité sociale et identité personnelle. In R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens (Eds.). *Stéréotypes, Discrimination et Relations Intergroupes* (pp. 69-96). Liège: Mardaga.
- Lorenzi-Cioldi, F., e Myer, G. (1984). *Semblables ou différents: Identité sociale et représentations collectives de jeunes immigrés dans le contexte scolaire genevois*. Genebra: B. I. T.
- Lorenzi-Cioldi, F., Eagly, A. H., e Stewart, T. L. (1995). Homogeneity in gender groups in memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, 31, 193-217.
- Lourenço, E. (1990). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Luchaire, F. (1959). *Droit d'outre-mer*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Luhtanen, R., e Crocker, J. (1990). Self-esteem and intergroup comparisons: towards a theory of collective self-esteem. In J. Suls e T. A. Wills (Eds.). *Social Comparison Theory and Research*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- Luhtanen, R., e Crocker, J. (1992). A collective self-esteem scale: self-evaluation of one's social identity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 302-318.
- Lyles, M. (1981). Formulating strategic problems: empirical analysis and model development. *Strategic Management Journal*, 2, 61-75.
- Lyles, M., e Mitroff, I. I. (1980). Organizational problem formulation: an empirical study. *Administrative Science Quarterly*, 25, 109-119.
- Maass, A., e Schaller, M. (1991). Intergroup biases and the cognitive dynamics of stereotype formation *European Review of Social Psychology*, 2, 189-209.

- Maass, A., Montalcini, F., e Biciotti, E. (1998). On the (dis-)confirmability of stereotypic attributes. *European Journal of Social Psychology*, 28, 383-402.
- Maass, A., Salvi, D., Arcuri, L., e Semin, G. R. (1989). Language use in intergroup contexts: The linguistic intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 981-993.
- MacClancy, J. (1996). *Sport, identity and ethnicity*. Oxford: Berg.
- Mace, C. A., (1943). National Stereotypes: Their nature and functions. *Sociological Review*, 35, 29-36.
- Machado, F. L. (1991). *Etnicidade em Portugal: Aproximação ao Caso Guineense*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Lisboa: ISCTE.
- Machado, F. L. (1992). Etnicidade em Portugal: Contrastes e politização. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 12, 123-136.
- Machado, F. L. (1993). Etnicidade em Portugal. O grau zero da politização. In Silva, M. B., Baganha, M. I., Maranhão, M. J., e Pereira, M. H. (Orgs.). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do "Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (sec. XIX-XX)"*. Alges: Editorial Fragmentos.
- Machado, F. L. (1994a). Imigração, etnicidade e minorias étnicas em Portugal. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 16, 187-192.
- Machado, F. L. (1994b). Luso-africanos em Portugal: Nas margens da etnicidade. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 16, 111-134.
- Machado, F. L. (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 24, 9-44.
- Machado, F. L. (1998). Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e imigrantes. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 26, 9-56.
- Machado, F. L. (1999). Imigrantes e estrutura social. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 29, 51-76.
- Machado, F. L. (2000). Os novos nomes do racismo: Especificação ou inflação conceptual? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 9-44.

- Machado, F. L. (2001). Contextos e percepções de racismo no cotidiano. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 36, 53-80.
- Mackie, D. M., e Hamilton, D. L. (1993). *Affect, Cognition and Stereotyping: Interactive Process in Group Perception*. San Diego, CA: Academic Press.
- Mackie, D. M., Devos, T., e Smith, E. R. (2000). Intergroup emotions: Explaining offensive action tendencies in an intergroup context. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 602-616.
- Mackie, D. M., e Smith E. R. (1998). Intergroup relations: Insights from a theoretically integrative approach. *Psychological Review*, 105, 499-529.
- Mackie, D. M., Hamilton, D. L., Susskind, J., e Rosselli, F. (1996). Social psychological foundations of stereotype formation. In C. N. Macrae, C. Stangor, e M. Hewstone (Eds.). *Stereotypes and Stereotyping* (pp. 41-78). Nova Iorque: Guilford.
- Mackie, D. M., Sherman, J. W., e Worth, L. (1993). On-line and memory-based processes in group variability judgments. *Social Cognition*, 11, 44-69.
- Mackintosh, N. J. (1998). *IQ and Human Intelligence*. Oxford: Oxford University Press.
- MacLeod, C., e Campbell, L. (1992). Memory accessibility and probability judgments: An experimental evaluation of the availability heuristic. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 890-902.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., Milne, A. B., e Wheeler, I. (1994). Out of the mind but back in sight: Stereotypes on the rebound. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 808-817.
- Macrae, C. N., Bodenhausen, G. V., Milne, A. B., e Wheeler, V. (1996). On resisting the temptation for simplification; Counterintentional effects of stereotype suppression on social memory. *Social Cognition*, 14, 1-20.
- Macrae, C. N., e Bodenhausen, G. V. (2000). Thinking categorically about others. In S. T. Fiske, D. L. Schacter, e C. Zahn-Waxler (Eds.). *Annual Review of Psychology* (Vol. 51). Palo Alto, CA: Annual Reviews.

- Macrae, C. N., Hewstone, M., e Griffiths, R. G. (1993). Processing load and memory for stereotype-based information. *European Journal of Social Psychology*, 23, 77-87.
- Macrae, C. N., Milne, A. B., e Bodenhausen, G. V. (1994). Stereotypes as energy-saving devices: A peek inside the cognitive toolbox. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 37-47.
- Macrae, C. N., Stangor, C., e Hewstone, M. (Eds.). (1996). *Stereotypes and Stereotyping*. Nova Iorque: Guilford.
- Macrae, C. N., Stangor, C., e Milne, A. B. (1994). Activating social stereotypes: A functional analysis. *Journal of Experimental Social Psychology*, 30, 370-389.
- Macrae, C., Bodenhausen, G., e Milne, A. (1995). The dissection of selection in person perception: Inhibitory processes in social stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 397-407.
- Mahon, M. (2000). Black like this: Race, generation, and rock in the post-civil rights era. *American Ethnologist*, 27, 2, 283-311.
- Major, B., e Crocker, J. (1993). Social stigma: The affective consequences of attributional ambiguity. In D. M. Mackie, e D. L. Hamilton (Eds.). *Affect, cognition, and stereotyping: Interactive process in intergroup perception*. Nova Iorque: Academic Press.
- Malheiros, J. M. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem migrante*. Lisboa: Colibri.
- Manis, M., Biernat, M., e Nelson, T. (1991). Comparison and expectancy processes in human judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 203-211.
- Manis, M., Paskewitz, J., e Cotler, S. (1986). Stereotypes and social judgment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 461-473.
- Mann, J. W. (1961). Group relations in hierarchies. *The Journal of Social Psychology*, 54, 283-314.

- Manstead, A. S. (1997). Situations, belongingness, attitudes, and culture: Four lessons learned from social psychology. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.). *The message of social psychology* (pp. 238-251). Oxford: Blackwell.
- Marger, M. N. (1991). *Race and Ethnic Relations* (2.<sup>a</sup> ed.). Belmont, CA: Wadsworth.
- Markus, H. R., e Kitayama, S. (1991). Culture and the self: Implications for cognition, emotion, and motivation *Psychological Review*, 98, 224-253.
- Markus, H. R., Kitayama, S., e Heiman, R. J. (1996). Culture and “basic” psychological principles. In E. T. Higgins, e A. W. Kruglanski (Eds.). *Social Psychology: Handbook of Basic Principles* (pp.857-913). Nova Iorque: Guilford.
- Markus, H., e Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. In G. Lindzey, e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology* (3.<sup>a</sup> ed.). Reading, MA: Addison Wesley.
- Markus-Newhall, A., Miller, N., Holtz, R., e Brewer, M. (1993). Cross-cutting category membership with role assignment: A means of reducing intergroup bias. *British Journal of Social Psychology*, 32, 125-146.
- Marques, J. F. (1997). Ainda podemos falar de ‘raças’? A ‘raça’ enquanto conceito sociológico. In M. Silva, F. Reis, J. A. Silva, e I. Meneses (Orgs.). *O que é a Raça? Um debate entre Antropologia e Biologia* (pp. 65-70). Lisboa: Oikos.
- Marques, J. F. (2000). O neo-racismo europeu e as responsabilidades da Antropologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 35-60.
- Marques, J. M. (1990). The back-sheep effect: Out-group homogeneity in social comparisons settings. In D. Abrams e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 131-151). Londres: Harvester.
- Marques, J. M., Abrams, D., Paez, D., e Martinez-Taboada, C. (1998). The role of categorization and in-group norms in judgments of groups and their members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 976-988.
- Marques, J. M., e Paéz, D. (1994). The ‘black sheep effect’: Social categorization, rejection of ingroup deviates, and perception of group variability. *European Review of Social Psychology*, 5, 37-68.

- Marques, J. M., Robalo, E. M., e Rocha, S. A. (1992). Ingroup bias and the 'black sheep' effect: Assessing the impact of social identification and perceived variability on group judgements. *European Journal of Social Psychology*, 22, 331-352.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V., e Leyens, J-Ph. (1988). The black sheep effect: extremity of judgment towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16.
- Marques, J., e Paéz, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala e M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, H. (1998). *Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Martins, M. L. (1996). *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Martins, M. L. (2002). *A linguagem, a verdade e o poder. Ensaio de semiótica social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, O. (1884/1957). Teoria da história universal. *Política e História*, 2, 1-44.
- Masson-Maret, H. (1997). Evaluation sociale et différence des sexes: une étude socio-normative au sein d'une organisation administrative. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 49-61.
- Mather, M., Johnson, M. K., e De Leonardis, D. M (1999). Stereotype reliance in source monitoring: Age differences and neuropsychological test correlates. *Cognitive Neuropsychology*, 16, 437- 458.
- Matheson, K., e Dursun, S. (2001). Social identity precursors to the hostile media phenomenon: Partisan perperptions of coverage of the Bosnian conflict. *Group Processes e Intergroup Relations*, 4, 116-125.
- Mattoso, J. (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva / Fundação Mário Soares.
- Maurer, K., Park, B., e Judd, C. (1996). Stereotypes, prejudice, and judgments of group members: The mediating role of public policy decisions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 411-436.



- Maurer, K., Park, B., e Rothbart, M. (1995). Subtyping versus subgrouping processes in stereotype representation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 812-824.
- McCann, C. D., Ostrom, T. M., Tyner, L. K., e Mitchell, M. L. (1985). Person perception in heterogeneous groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 1449-1459.
- McClendon, M. J. (1985). Racism, rational choices, and white opposition to racial change: a case study of busing. *Public Opinion Quarterly*, 49, 214-233.
- McConahay, J. B. (1982). Is it the buses or the blacks? Self-interest versus symbolic racism as predictors of opposition to busing in Louisville. *Journal of Politics*, 44, 692-720.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination: The effects of race, racial attitudes, and context on simulated hiring decisions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91-125). Nova Iorque: Academic Press.
- McConahay, J., e Hough, J. C. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.
- McConnell, A. R., Sherman, S. J., e Hamilton, D. L. (1994). On-line and memory-based aspects of individual and group target judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 173-185.
- McGarty, C. (1999). *Categorization in social psychology*. Londres: Sage.
- McGarty, C., e Turner, J. (1992). The effects of categorization on social judgment. *British Journal of Social Psychology*, 31, 253-268.
- McGarty, C., Haslam, S. A., Hutchinson, K. J., e Grace, D. M. (1995). Determinantes of perceived consistency: the relationship between group entitativity and the meaningfulness of categories. *British Journal of Social Psychology*, 34, 237-256.

- McGarty, C., Haslam, S. A., Turner, J., e Oakes, P. (1993). Illusory correlation as accentuation of actual intercategory difference: Evidence for the effect with minimal stimulus information *European Journal of Social Psychology*, 23, 391-410.
- McGarty, C., Yzerbyt, V. Y., e Spears, R. (2002) (Eds.). *Stereotypes as explanations. The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McGuire, W. J. (1986). The development of theory in social psychology. In R. Gilmour, e S. Duck (Eds.). *The development of social psychology* (pp. 53-80). Londres: Academic Press.
- Meertens, R., e Pettigrew, T. F. (1999). Será o racismo subtil mesmo racismo?. In J. Vala, (Coord.). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 11-30). Oeiras: Celta.
- Memmi, A. (1993). *O racismo*. Lisboa: Caminho.
- Mendes Correia, A. A. (1934). Valor psico-social comparado das raças coloniais. In Sociedade portuguesa de Antropologia e Etnologia (Org.). *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* (Vol. 2). Porto: Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa/Imprensa portuguesa.
- Mendes, M. M. (1998). Etnicidade cigana, exclusão social e racismos. *Sociologia*, 8, 207-246.
- Merton, R. (1949/1968). Contribuições à teoria do comportamento do grupo de referência. In *Sociologia – Teoria e Estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou.
- Messick, D. M, e Mackie, D. M. (1989). Intergroup relations. *Annual Review of Psychology* (Vol. 40, pp. 45-81).Palo Alto: Annual Review.
- Miell, D., e Wetherell, M. (1998). *Doing Social Psychology*. Londres: Sage.
- Miles, R. (1989/1995). *Racism*. Nova Iorque: Routledge.
- Miller, A. (1982). Historical and contemporary perspectives on stereotyping. In A. Miller (Ed.). *In the eye of the beholder: Contemporary issues in stereotyping*. Nova Iorque: Praeger.

- Miller, A. G. (Ed.). (1982). *In the Eye of the Beholder: Contemporary issues in stereotyping*. Praeger: Nova Iorque: Praeger.
- Miller, C. T. (1988). Categorization and the physical attractiveness stereotype. *Social Cognition*, 6, 231-251.
- Miller, D. C. (1991). *Handbook of Research Design and Social Measurement*. Londres: Sage.
- Miller, D. T., e Prentice, D. (1996). The construction of social norms and standards. In E. T. Higgins, e A. W. Kruglanski (Eds.). *Social Psychology: Handbook of basic principles* (pp. 799-829). Nova Iorque: Guilford.
- Miller, D. T., Taylor, B., Buck, M. L. (1991). Gender gaps: Who needs to be explained? *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 5-12.
- Miller, G., e Dingwall, R. (Ed.) (1997). *Context and Method in Qualitative Research*. Londres: Sage.
- Miller, J. (1984). Culture and the development of everyday social explanation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 961-978.
- Milner, D. (1984). The development of ethnic attitudes. In H. Tajfel (Ed.) *The Social Dimension* (Vol. 1, pp. 90-110). Cambridge: Cambridge University Press.
- Miranda, J. C. (1994). *Os estereótipos que os "portugueses" desenvolvem sobre os grupos étnicos residentes em Portugal*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- Miranda, J. C. (2001). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta.
- Mirza, H. S., e Reay, D. (2000). Spaces and places of black educational desire: Rethinking black supplementary schools as a new social movement. *Sociology*, 34, 521-544.
- Mlicki, P. P., e Ellemers, N. (1996). Being different or being better? National stereotypes and identifications of Polish and Dutch students. *European Journal of Social Psychology*, 26, 97-114.

- Moe, J. L., Nacoste, R. W., e Insko, C. A. (1981). Belief versus race as determinant of discrimination: A study of southern adolescents in 1966 and 1979. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 1031-1050.
- Moghaddam, F. M., Taylor, D. M., Lambert, W. E., e Schmidt, A. E. (1995). Attributions and discrimination: A study of attributions to the self, the group, and external factors among Whites, Blacks, and Cubans in Miami. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 26, 209-220.
- Montagu, A. (1997). *Man's Most Dangerous Myth - The Fallacy of Race* (6.<sup>a</sup> ed.). Londres: Sage.
- Monteiro, M. B. (1993/2000). Conflito e negociação entre grupos. In J. Vala e M. B. Monteiro (Coords.). *Psicologia social* (4<sup>a</sup> ed., pp. 411-456). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, M., Lima, M., e Vala, J. (1991). Identidade social. Um conceito chave ou uma panaceia universal?. *Sociologia – Problemas Práticas*, 9, 107-120.
- Monteith, M. J. (1993). Self-regulation of prejudice responses: Implications for progress in prejudice reduction efforts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 469-485.
- Monteith, M. J., Devine, P. G., e Zuwerink, J. R. (1993). Self-directed and other-directed affect as a consequence of prejudice-related discrepancies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 198-210.
- Monteith, M. J., Sherman, J. W., e Devine, P. G. (1998). Suppression as a stereotype control strategy. *Personality and Social Psychology Review*, 2, 63-82.
- Montmollin, G., e Barros, A. (1984). A mudança de atitudes. In Montmollin, G. (Ed). *Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Morales, J. F. M., López, M., e Vega, L. (1999). Influence de L'individualism sur le comportement social. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 173-184). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Moreno, J. L. (1954). *Les Fondements de la Sociométrie*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Moscovici, S. (1989). Preconditions for explanation in social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 19, 407-430.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son Image et son Public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1972/1977). *A sociedade contranatura*. Amadora: Bertrand.
- Moscovici, S. (1976). *Social Influence and Social Change*. Londres: Academic Press.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.). *Social Cognition: Perspectives on Everyday Understanding* (pp. 181-210). Londres: Academic Press.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr e S. Moscovici (Eds.). *Social Representations* (pp. 3-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux Représentations Sociales. In D. Jodelet (Ed.). *Les Représentations Sociales* (pp. 62-86). Paris: Presses Universitaires de France..
- Moscovici, S., e Hewstone, M. (1983). De la science au sens commun. In S. Moscovici (Ed.). *Psychologie Social* (pp. 539-564). Paris: Presses Universitaires de France.
- Mota, P. G. (1997). A essência da raça: variações sobre o conceito de raça. In M. Silva, F. Reis, J. A. Silva, e I. Meneses (Orgs.). *O que é a Raça? Um debate entre Antropologia e Biologia* (pp. 29-42). Lisboa: Oikos.
- Moutinho, M. C. (1980). *Introdução à Etnologia*. Lisboa: Estampa.
- Moy, J., e Ng, S. H. (1996). Expectation of outgroup behaviour: can you trust the outgroup?. *European Journal of Social Psychology*, 26, 333-340.
- Mugny, G., e Butera, F. (1995). Influences majoritaire et minoritaire: vers une intégration. *Psychologie Française*, 40, 339-346.

- Mullen, B. (1991). Group composition, salience, and cognitive representations: The phenomenology of being in a group. *Journal of Experimental Social Psychology*, 27, 297-323.
- Mullen, B. , Brown, R., e Smith, C. (1992). Ingroup bias as a function of salience, relevance, and status: An integration *European Journal of Social Psychology*, 22, 103-122.
- Mullen, B., e Hu, L. (1989). Perceptions of in-group and out-group variability: A meta-analytic integration. *Basic and Applied Social Psychology*, 10, 233-252.
- Mummenday, A. (1995). Positive distinctiveness and social discrimination: an old couple living in divorce. *European Journal of Social Psychology*, 25, 657-670.
- Mummendey, A. (1995). Positive distinctiveness and social discrimination: An old couple living in divorce. *European Journal of Social Psychology*, 25, 657-670.
- Mummendey, A., e Otten, S. (1998). Positive-negative asymmetry in social discrimination. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol.9, pp. 107-143). Chichester: Wiley.
- Mummendey, A., Klink, A., Mielke, R., Wenzel, M., e Blanz, M. (1999). Social-structural characteristics of intergroup relations and identity management strategies: Results from a field study in East Germany. *European Journal of Social Psychology*, 29, 259-285.
- Myrdal, G. (1944). *An 'american dilemma'. The negro problem and modern democracy*. Nova Iorque: Harper e Brothers.
- Neisser, U. (1976). *Cognition and Reality*. California: Freeman.
- Nelson, T., Acker, e M. Manis, M. (1996). Irrepressible Stereotypes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 13-38.
- Nemeth, C., Mayseless, O., Sherman, J., e Brown, Y. (1990). Exposure to dissent and recall of information *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 429-437.
- Neto, A. (1959/2000). Introdução a um colóquio sobre poesia angolana. In Pires Pires Laranjeira (Org.). (2000). *Negritude Africana de Língua portuguesa: Textos de apoio (1947-1963)* (pp.49-55). Coimbra. Angelus Novus.

- Neto, F. (1986). *A migração portuguesa vivida e representada: Contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- Neto, F. (1993). Conhecimento dos estereótipos sexuais em filhos de ex-emigrantes portugueses regressados a Portugal *Revista Portuguesa de Psicologia*, 29, 65-79.
- Neto, F. (1997). *Estudos de psicologia intercultural: Nós e os Outros*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Neto, M. M. (1996). *Nós e os outros. Dinâmicas intergrupais: turismo e identidade social no Algarve*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- Neuberg, S. L. (1989). The goal of forming accurate impressions during social interactions: Attenuating the impact of negative expectancies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 374-386.
- Neuberg, S. L. e Fiske, S. T., (1987). Motivational influences on impression formation: Outcome dependency, accuracy-driven attention, and individuating processes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 431-444.
- Neuberg, S. L., e Newsom, J. T. (1993). Personal need for structure: Individual differences in the desire for simpler structure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 113-131.
- Neumann, R., e Seibt, B. (2001). The structure of prejudice: associative strength as a determinant of stereotype endorsement. *European Journal of Social Psychology*, 31, 609-620.
- Newcomb, T. (1970). *Manuel de Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Ng, W.-J., e Lindsay, R. (1994). Cross-race facial recognition. Failure of the contact hypothesis. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 25, 217-232.
- Nisbett, R. e Ross, L. (1980). *Human inference: strategies and shortcomings of social judgment*. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall..
- Nunes, J. S. (1998). Perfis sociais juvenis. In M. V. Cabral, e J. M. Pais (Orgs.). *Jovens portugueses de hoje* (pp. 1-52).Oeiras: Celta.

- Nunes, O. (1981). *O povo cigano*. Porto: Livraria Apostulado da Imprensa.
- Oakes, J. P. (1987). The salience of social categories. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell (Eds.). *Rediscovering the Social Group: A Self-categorization Theory* (pp. 117-141). Oxford: Blackwell.
- Oakes, P. J., e Turner, J. C. (1990). Is limited information processing capacity the cause of social stereotyping? In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (Vol. 1, pp 117-141). Chichester: Wiley.
- Oakes, P. J., Haslam, S. A., e Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and Social Reality*. Oxford: Blackwell.
- Oakes, P. J., Turner, J. C., e Haslam, S. A. (1991). Perceiving people as group members: The role of fit in the salience of social categorizations. *British Journal of Social Psychology*, 30, 125-144.
- Oakes, P., Haslam, S. A. e Turner, J. C. (1999). Construction de L'identité à partir du contexte. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 103-126). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Oakes, P.J., Haslam, S. A., Morrison, B., e Grace, B. (1995). Becoming an in-group: Reexamining the impact of familiarity on perceptions of group homogeneity. *Social Psychology Quarterly*, 25, 469-475.
- Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia. Em <http://eumc.eu.int>.
- Olson, J. M., Roese, N. J., e Zanna, M. (1996). Expectancies. In E.T. Higgins, e Kruglanski (Eds.). *Social Psychology: Handbook of basic principles*. Nova Iorque: Guilford Press.
- Oommen, T. K. (1994). Les relations entre race, ethnicité et classe. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 139, 101-113.
- Operario, D., e Fiske, S. T. (1998). Power plus prejudice: Socio-structural and psychological foundations or racial oppression. In J. L. Eberhardt e S. T. Fiske (Eds.). *Racism: The problem and the response*. Thousand Oaks, CA: Sage.



- Operario, D., e Fiske, S. T. (2001). Ethnic identity moderates perceptions of prejudice: Judgments of personal versus group discrimination and subtle versus blatant bias. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 550-561.
- Osborne, J. W. (1995). Academics, self-esteem, and race: A look at the underlying assumptions of the disidentification hypothesis. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 1031-1041.
- Ostrom, T. (1984). On the sovereignty of social cognition. In Wyer, R. S., e Srull, T. K. (Eds.). *Handbook of social cognition* (Vol. 1). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Ostrom, T. M., Carpenter, S. L., Sedikides, C., e Li, F. (1993). Differential processing of in-group and out-group information. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 21-34.
- Ostrom, T. M., e Sedikides, C. (1992). Out-group homogeneity effects in natural and minimal groups. *Psychological Bulletin*, 112, 536-552.
- Paes, I. S. (1993). Crianças de imigrantes. Que oportunidades?. In *Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 1992: Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia.
- Páez, D., Martínez-Taboada, C., Arróspide, J. J., Insúa, P., e Ayestarán, S. (1999). Collectivisme, conscience de groupe et discriminations. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp. 185-194). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Pais, J. M. (1996). *Os jovens no concelho de Loures*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Palmonari, A., e Doise, W. (1986). Caractéristiques des représentations sociales. In W. Doise, e A. Palmonari (Eds.). *L'études Représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux Niestlé.
- Park, B., e Judd, C. M. (1990). Measures and models of perceived group variability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 173-191.
- Park, B., e Rothbart, M. (1982). Perception of out-group homogeneity and levels of social categorization: Memory for the subordinate attributes of in-group and

- out-group members. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 1051-1068.
- Park, B., Judd, C. M., e Ryan, C. S. (1991). Social categorization and the representation of variability information. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol. 2, pp. 211-245) Chichester, Willey.
- Park, B., Ryan, C. S., e Judd, C. M. (1992). Role of meaningful subgroups in explaining differences in perceived variability for in-groups and out-groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 553-567.
- Pavelchak, M. A. (1989). Piecemeal and category-based evaluation: An idiographic analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 354-363.
- Peabody, D. (1985). *National characteristics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pedersen, A., e Walker, I. (1997). Prejudice against Australian Aborigines: old-fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27, 561-587.
- Peeters, G. (1991). Evaluative inference in social cognition: The roles of direct versus indirect evaluation and positive-negative asymmetry. *European Journal of Social Psychology*, 21, 131-146.
- Peeters, G., e Czapinski, J. (1990). Positive-negative asymmetry in evaluations: The distinction between affective and informational negativity effects. In W. Stroebe, e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (Vol. I, pp.33-60). Chichester: Wiley.
- Peffley, M., e Hurwitz, J. (2002). The racial components of 'race-neutral' crime policy attitudes. *Political Psychology*, 23, 59-75.
- Peixoto, J. (1993). Portugal e as migrações internacionais: As perspectivas de evolução. In *Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 1992: Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Lisboa: Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia.
- Pendry, L. (1998). When the mind is otherwise engaged: Resource depletion and social stereotyping. *European Journal of Social Psychology*, 28, 293-299.

- Pendry, L., e Macrae, C. (1999). Cognitive load and person memory: the role of perceived group variability. *European Journal of Social Psychology*, 29, 925-942.
- Pepetela (1985). *Yaka*. Publicações Dom Quixote: Lisboa.
- Pepitone, A. (1997). Nonmaterial beliefs: Theory and research in cultural social psychology. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.). *The message of social psychology* (pp. 252-267). Cambridge: Blackwell.
- Perdue, C., Gurtman, M., Dovidio, J., e Tyler, R. (1990). Us and them: social categorization and the process of intergroup bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 475-486.
- Pereira, R. (1986). A antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4/5, 191-235.
- Petta, G., e Walker, I. (1992). Relative deprivation and ethnic identity. *British Journal of Social Psychology*, 31, 285-293.
- Pettigrew, T. F. (1971). *Racially Separate or Together?* Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Pettigrew, T. F. (1979). The ultimate attribution error: Extending Allport's cognitive analysis or prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5, 461-476.
- Pettigrew, T. F. (1981). Extending the stereotype concept. In D. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 303-332). Hillsdale: Erlbaum.
- Pettigrew, T. F. (1989). The nature of modern racism in the US. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2, 291-303.
- Pettigrew, T. F. (1999). A sistematização dos preditores do racismo: uma perspectiva empírica. In J. Vala (Coord.). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 79-100). Oeiras: Celta.
- Pettigrew, T. F., Allport, G. W., e Barnet, E. O. (1958). Binocular resolution and perception of race in South Africa. *British Journal of Psychology*, 49, 265-278.
- Pettigrew, T. F., e Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.

- Pettigrew, T. F., e Meertens, R. W. (2001). In defense of the subtle concept: A retort. *Journal of Social Psychology*, 31, 299-309.
- Pettigrew, T. F., Jackson, J. S., Brika, J. B., Le maine, G., Meertens, R. W., Wagner, U., e Zick, A. (1998). Outgroup prejudice in western Europe. *European Review of Social Psychology*, 8, 241-273.
- Phalet, K., e Poppe, E. (1997). Competence and morality dimensions of national and ethnic stereotypes: A study in six eastern-European countries. *European Journal of Social Psychology*, 27, 703-723.
- Phinney, J. S. (1990). Ethnic identity in adolescents and adults: Review of research. *Psychological Bulletin*, 108, 499-514.
- Pichevin, M.-F., e Hurtig, M.-C. (1996). Describing men, describing women: sex membership salience and numerical distinctiveness. *European Journal of Social Psychology*, 26, 513-522.
- Pina-Cabral, J. (1998). Racismo ou etnocentrismo. In H. G. de Araújo, P. M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 19-26). Porto: S.P.A.E.
- Pina-Cabral, J., e Lourenço, N. (1993). *Em terra de tufões: Dinâmicas da etnicidade Macaense*. Macau: Instituto cultural de Macau.
- Pinfield, L. (1986). A field evaluation of perspectives on organizational decisions making. *Administrative Science Quarterly*, 31, 365-388.
- Pinto de Andrade, M. (1958/2000). Cultura negro-africana e assimilação. In Pires Laranjeira (Org.). (2000). *Negritude Africana de Língua portuguesa: Textos de apoio (1947-1963)* (pp. 41-48). Coimbra: Angelus Novus.
- Pinto de Andrade, M. (1961/2000). Poetas negros de expressão portuguesa. In Pires Laranjeira (Org.). (2000). *Negritude Africana de Língua portuguesa: Textos de apoio (1947-1963)* (pp.56-63). Coimbra: Angelus Novus.
- Piolat, M., Pichevin, M.-F., e Hurtig, M.-C. (1991). Asymmetrical similarity judgements between two same-sex persons of different ages. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 11 (6), 627-644.

- Pires de Lima, J. A. (1940). *Mouros, Judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.
- Pires, R. P. (1999). A imigração. In F. Bethencourt e K. Chaudhuri (Orgs.). *História da expansão portuguesa* (Vol. 5, pp. 197-213). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pires, R. P., e Saint-Maurice, A. (1989). Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10/11, 203-226.
- Pittman, T. S. (1998). Motivation. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, e G. Lindzey (Eds.). *The Handhook of Social Psychology* (4.<sup>a</sup> ed., Vol. I, pp. 549-590). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Platão (s.d./2001). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Poeschl, G. (1992). *L'intelligence: un concept à la recherche d'un sens – Etude de l'effet du processus d'ancrage sur la représentation sociale de l'intelligence*. Tese de Doutoramento. Genebra: Université de Genève.
- Postmes, T., Branscombe, N. R., Spears, R., e Young H. (1999). Comparative processes in personal and group judgements: Resolving the discrepancy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 320-338.
- Potter, J. (1996). *Representing Reality - Discourse, Rhetoric and Social Construction*. Londres: Sage.
- Powers, D. A., e Ellison, C. G. (1995). Interracial contact and black racial attitudes: The contact hypothesis and selectivity bias. *Social Forces*, 74, 205-226.
- Pratkanis, A. R. (1989). The attitude heuristic and selective fact identification. *British Journal of Social Psychology*, 28, 257-263.
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., e Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 741-776.
- Puddifoot, J. (1996). A methodological note on the application of the generalized grid technique in the measurement of perceived intercultural distance. *British Journal of Social Psychology*, 35, 433-441.

- Quattrone, G. A. (1986). On the perception of a group's variability. In S. Worchel e W. Austin (Eds.). *Psychology of Intergroup Relations* (2<sup>a</sup> ed., pp.25-48). Chicago: Nelson-Hall.
- Quattrone, G. A., e Jones, E. E. (1980). The perception of variability within ingroups and outgroups: Implications for the law of small numbers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38,141-152.
- Rabbie, J. M., e Horwitz, M. (1988). Categories versus groups as explanatory concepts in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 117-123.
- Rabbie, J. M., Schot, J. C., e Visser, L. (1989). Social identity theory: a conceptual and empirical critique from the perspective of a behavioral interaction model *European Journal of Social Psychology*, 19, 171-202.
- Radtke, H.L., e Stam, H.J. (Eds.) (1994). *Power/Gender: Social Relations in Theory and Practice*. Londres: Sage.
- Reicher, S. (1982). The determination of collective behavior. In H. Tajfel (Ed.) *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 41-84). Cambridge: Cambridge University Press.
- Reicher, S. D. (1987). Crowd behaviour as social action. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell, *Rediscovering the Social Group: A Self-categorization Theory* (pp.171-202). Oxford: Blackwell.
- Reif, K., e Melich, A. (1991). *Euro-Barometer 30: Immigrants and outgroups in western Europe, October-November 1988*. Ann Arbor, MI: Inter-University Consortium for Political and Social Research.
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ribeiro, S. M. (2002). *Retratos de mulher: Construções sociais e representações visuais do feminino na publicidade*. Tese de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Richards, G. (1997). 'Race', *Racism and Psychology: Towards a reflexive history*. Nova Iorque: Routledge.
- Rivenburgh, N. K. (2000). Social Identity Theory and news portrayals of citizens involved in international affairs. *Media Psychology*, 2, 303-329.

- Robinson, W. P. (1996). *Social groups and identities: Developing the legacy of Henry Tajfel*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Rocha-Trindade, M. B. (Org.) (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., e Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal, *Sociologia*, I, IX, 63-102.
- Roenker, D. L., Thompson, C. P., e Brown, S. C. (1971). Comparison of measures for the estimation of clustering in free recall. *Psychological Bulletin*, 76, 45-48.
- Rojahn, K., e Pettigrew, T. F. (1992). Memory for schema-relevant information: A meta-analytic resolution. *British Journal of Social Psychology*, 31, 81-109.
- Rokeach, M., Smith, P. W., e Evans, R. I. (1960). Two kinds of prejudice or one? In M. Rokeach (Ed.). *The open and closed mind*. Nova Iorque: Basic Books.
- Rokeach, M. (1948). Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 43, 259-278.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. Nova Iorque: Basic Books.
- Romanucci-Ross, L., e De Vos, G. (1997). *Ethnic Identity - Creation, Conflict and Accommodation* (3.<sup>a</sup> ed.). Londres: Sage.
- Rosa, M. J. (2001). Notas sobre a população – saldos migratórios compensam o envelhecimento? *Análise Social*, XXXVI (158-159), 367-372.
- Rosa, M. J., Marques, M. M., Oliveira, C., Araújo, F., Oliveira, N., e Dias, N. (2001). *Imigrantes internacionais: Dos factos aos conceitos* (Working paper, 17). Lisboa: SociNova.
- Rosas, F. (1990). *Portugal entre a paz e a guerra: 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, F. (Coord.). (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal* (Vol. 7). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rosas, F., e Brandão de Brito, J. M. (Org.). (1996). *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. I). Lisboa: Círculo de Leitores.

- Rosch, E. (1975). Universals and culture specifics in human categorization. In R. W. Brislin, S. Bochner, e W. J. Lonner (Eds.). *Cross-cultural perspectives on learning: The interface between culture and learning*. Nova Iorque: Wiley and Sage.
- Rosch, E. (1978). Human categorization. In N. Warren (Ed.). *Studies in Cross-Cultural Psychology* (Vol. I) Londres: Academic Press.
- Rose, D. (1981). Cognitive and dyadic processes in intergroup contact. In D. Hamilton (Ed.) *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 259-302). Hillsdale: Erlbaum.
- Rothbart, M. (1973). Perceiving social injustice: Observations on the relationship between liberal attitudes and proximity to social problems. *Journal of Applied Social Psychology*, 3,291-302.
- Rothbart, M. (1981). Memory processes and social beliefs. In D. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp.145-182). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Rothbart, M., e Park, B. (1986). On the confirmability and disconfirmability of trait concepts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 131-142.
- Rothbart, M., e Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. R. Semin, e K. Fiedler (Eds.). *Language, interaction, and social cognition*. Londres: Sage.
- Rothbart, M., Evans, M., Fulero, S. (1979). Recall for confirming events: Memory processes and the maintenance of social stereotypes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 15, 343- 355.
- Roux, P., Gobet, P., Clémence, A., Deschamps, J. -C., e Doise, W (1994). *Stéréotypes et Relations entre générations*. Lausana: Institut des Sciences Sociales et Pédagogiques.
- Rubin, M., Hewstone, M., e Voci, A. (2001). Stretching the boundaries: Strategic perceptions of intragroup variability. *European Journal of Social Psychology*, 31, 413-429.
- Rudman, W. (1986). The sport mystique in black culture. *Sociology of Sport Journal*, 3, 305-319.



- Ruggiero, K., e Taylor, D. M. (1995). Coping with discrimination: How disadvantaged group members perceive the discrimination that confronts them. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 826-838.
- Ruggiero, K.M., e Taylor, D. M. (1997). Why minorities group members perceive or do not perceive the discrimination that confronts them: The role of self-esteem and perceived control. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 373-389.
- Rumelhart, D., e Ortony, A. (1977). The representation of knowledge in memory. In R. Anderson, R. Spiro, e W. Montague (Eds.). *Schooling and the Acquisition of Knowledge*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Runciman, W. G. (1966). *Relative deprivation and social justice*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Ruscher, J. B., e Fiske, S. T. (1990). Interpersonal competition can cause individuating impression formation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 832-842.
- Ruscher, J. R., Fiske, S. T., Miki, H., e van Manen, S. (1991). Individuating processes in competition: Interpersonal versus intergroup. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17, 595-605.
- Rushton, J.P. (1995). *Race, evaluation and, behavior*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Ryan, C. S. (1996). Accuracy of Black and White college students' in-group and out-group stereotypes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 1114-1127.
- Ryan, C. S., e Bogart, L. M. (1997). Development of new group members' ingroup and outgroup stereotypes: changes in perceived group variability and ethnocentrism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 73, 719-732.
- Ryan, C. S., e Judd, C. M. (1992). False consensus and out-group homogeneity: A methodological note on their relationship. *British Journal of Social Psychology*, 31, 269-283.
- Ryan, C. S., Judd, C. M., e Park, B. (1996). Effects of racial stereotypes on judgments of individuals: the moderating role of perceived group variability. *Journal Experimental Social Psychology*, 32, 71-103.

- Sachdev, I., e Bourhis, R. Y. (1984). Minimal majorities and minorities. *European Journal of Social Psychology*, 14, 35-52.
- Sachdev, I., e Bourhis, R. Y. (1990). Language and social identification. In D. Abrams, e M. A. Hogg (Eds.). *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances* (pp. 211-229). Londres: Harvester.
- Sachdev, I., e Bourhis, R. Y. (1991). Power and status differentials in minority and majority group relations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 1-24.
- Saharso, S. (1989). Ethnic identity and the paradox of equality. In J. P. van Oudenhoven e T.M. Willemsen (Eds.). *Ethnic minorities: Social psychological perspectives* (pp. 97-114). Amsterdam: Swets & Zeitlinger.
- Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Saint-Maurice, A., e Pires, R. P. (1989). Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10/11, 203-226.
- Salazar, A. O. (1935). *Discursos (1928-1934) (Vol. I)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Sampson, E. E. (1977). Psychology and the american ideal. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, 767-781.
- Sampson, E. E. (1993). Identity politics. Challenges to psychology's understanding. *American Psychologist*, 48, 1219-1230.
- Sampson, E. E. (1999). *Dealing with differences: An introduction to the social psychology of prejudice*. Orlando: Harcourt Brace.
- Samutelela Pires, H. (1996). Análise do insucesso escolar dos estudantes dos PALOP na Universidade de Coimbra numa perspectiva transcultural. *Revista Africana*, 16, 91-163.
- Samutelela Pires, H. (2000). Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português. *Psicologia*, XIV (2), 149-157.
- Samutelela Pires, H., Almeida, L. S., e Ferreira, J. A. (2000). Adaptação do Questionário de Vivências Académicas (QVA) aos estudantes dos PALOP. In A. P. Soares, A. Osório, J. V. Capela, L. S. Almeida, R. M. Vasconcelos, e S.

- M. Caires (Eds.). *Transição para o Ensino Superior* (pp. 119-128). Braga: Universidade do Minho.
- Sanitioso, R., Freud, K., e Lee, J. (1996). The influence of self-related goals on the use of stereotypical and individuating information *European Journal of Social Psychology*, 26, 751-761.
- Santos, M. E. B., e Dias, M. (1993). Bem-estar individual, relações interpessoais e participação social. In L. França (Coord.). *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural* (pp. 43-74). Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Sartre, J.-P. (1954/2001). Orphée noir. In L. S. Senghor (Org.) *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française* (pp. IX-XLIV). Paris: Presses Universitaires de France.
- Sartre, J.-P. (1954/2001). *Réflexions sur la question juive*. Saint-Amand: Gallimard.
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.
- Schaller, M., e Maass, A. (1989). Illusory correlation and social categorization: toward an integration of motivational and cognitive factors in stereotype formation *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 709-721.
- Schmader, T., Major, B., e Gramzow, R. H. (2001). Coping with ethnic stereotypes in the academic domain: Perceived injustice and psychological disengagement. *Journal of Social Issues*, 57, 93-111.
- Schmermund, A., Sellers, R., Mueller, e Crosby, F. (2001). Attitudes toward affirmative action as a function of racial identity among african american. *Political Psychology*, 22, 759-774.
- Schmitt, M. T. e Branscombe, N. R. (2002). The meaning and consequences of perceived discrimination in disadvantaged and privileged social groups. In W. Stroebe, e Hewstone, M. (Eds.) *European Review of Social Psychology* (Vol.12, pp.167-199). Chichester: Wiley.
- Schulz-Hardt, S. (2002). The preference effect in group decision making: Why groups fail to solve hidden profiles. Comunicação apresentada no *13th General*

*Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.

- Schuman, H. (1992). Context effects: State of the Past/State of the Art. In N. Schwarz e S. Sudman (Eds.). *Context effects in social and psychological research* (pp. 5-20). Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Schwartz, S. H., e Struch, N. (1989). Values, stereotypes, and intergroup antagonism. In D. Bar-Tal, C. F. Graunman, A. W. Kruglanski, e W. Stroebe (Eds.). *Stereotyping and Prejudice: Changing Conceptions* (pp.151-167). Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Schwarz, N. (1994). Judgment in a social context: Biases, shortcomings, and the logic of conversation, *Advances in Experimental Social Psychology*, 26, 123-162.
- Schwarz, N. (2000). Agenda 2000. Social judgment and attitudes: warmer, more social, and less conscious. *European Journal of Social Psychology*, 30, 149-176.
- Schwarz, N., e Sudman, S. (1992) (Eds.). *Context effects in social and psychological research*. Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Seabra, T. (1994). Cidadania: a europa e os imigrantes. In *Actas do Encontro Sobre Dinâmicas Culturais, Cidade e Desenvolvimento Local, em Vila do Conde, 1993* (pp. 87-96). Lisboa: APS.
- Sears, D. O. (1983). The person-positivity bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 233-240.
- Sears, D. O. (1988). Symbolic racism. In P. A. Katz e D. A. Taylor (Eds.). *Eliminating racism: Profiles in controversy* (pp. 53-84). Nova Iorque: Plenum.
- Sears, D. O., e McConahay, J. B. (1973). *The politics of violence: The new urban blacks and the Watts riot*. Boston: Houghton-Mifflin.
- Sedikides, C. (1997). Differential processing of ingroup and outgroup information: the role of relative group status in permeable boundary groups. *European Journal of Social Psychology*, 27, 121-144.
- Sedikides, C., e Ostrom, T. M. (1988). Are person categories used when organizing information about unfamiliar sets of persons?. *Social Cognition*, 6, 252-267.

- Sedikides, C., e Ostrom, T. M. (1993). Perceptions of group variability: Moving from an uncertain crawl to a purposeful stride. *Social Cognition*, 11, 165-174.
- Segall, M. H. (1999). Why is there still racism if there is no such thing as 'race'? In W. J. Lonner, D. L. Dinnel, D. K. Forgays, e S. A. Hayes (Eds.). *Merging past, present, and future in cross-cultural psychology. Selected papers from the Fourteenth International Congress of the International Association for Cross-Cultural Psychology* (pp. 14-26). Lisse: Swets & Zeitlinger.
- Seiter, E. (1995). Different children, different dreams: Racial representation in advertising. In G. Dines e J. M. Humez (Eds.). *Gender, Race and Class in Media: A Text-Reader* (pp.99-111). Londres: Sage.
- Seixo, M.-A. Abreu, G. Noyes, J., e Moutinho, I. (2000). *The paths of multiculturalism: Travel writings and postcolonialism*. Lisboa: Cosmos.
- Sellers, R. M., Smith, M. Shelton, Rowley, J. N., e Chavous, T. M. (1998). Multidimensional model of racial identity: A reconceptualization of African American racial identity. *Personality and Social Psychology Review*, 2, 18-39.
- Semin, G. R. (1989). Prototypes et représentation sociales. In D. Jodelet (Ed.). *Les Représentations Sociales* (pp. 239-251). Paris: Presses Universitaires de France.
- Semin, G. R. (2000). Agenda 2000 – Communication: language as implementational device for cognition. *European Journal of Social Psychology*, 30, 595-612.
- Semin, G. R., e Rubini, M. (1992). Examining the cultural constitution of the category of person. In M. von Cranach, W. Doise, e G. Mugny (Eds.) *Social Representations and the social bases of knowledge*. Lewiston: Hogrefe e Huber Publishers.
- Semin, G.R., e Fiedler, K. (Eds.) (1996). *Applied Social Psychology*. Londres: Sage.
- Semmer, N. (1992). One man's meat, another man's poison? Stressors and their cultural background. In M. von Cranach, W. Doise, e G. Mugny (Eds.). *Social Representations and the social bases of knowledge*. Lewiston: Hogrefe e Huber Publishers.
- Senghor, L. S. (1977/1997). *Négritude et Civilisation de L'universel*. Paris: Seuil.

- Serino, C. (1999). Les effets de la comparaison avec autrui et avec des groupes. In J.-C. Deschamps, J.-F. Morales, D. Páez, e S. Worchel (Eds.). *L'identité social: La construction de l'individu dans les relations entre groupes* (pp.127-148). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Em <http://www.sef.pt>.
- Shaver, K. G. (1985). *The attribution of blame*. Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Shepherd, J. W., e Deregowski, J. B. (1981). Races and faces – a comparison of the responses of Africans and Europeans to faces the same and different races. *British Journal of Social Psychology*, 20, 125-133.
- Sherif, M. (1967). *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Sherif, M., e Sherif, C. W. (1979). Research on intergroup relations. In W. G. Austin e S. (Eds.). *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 7-18). Monterey, California: Brooks/cole.
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., e Sherif, C. W. (1961/1988). *The robbers cave experiment: Intergroup conflict and cooperation*. Middletown, CO: Wesleyan University Press.
- Sherman, J. W., Macrae, C. N., e G. V. Bodenhausen (2000). Attention and stereotyping: cognitive constraints on the construction of meaningful social impressions. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (Vol.11, pp.145-175). Chichester: Wiley.
- Sherman, S. J., Judd, C. M., e Park, B. (1989). Social cognition *Annual Review of Psychology*, 40, 281-326.
- Showers, C., e Cantor, N. (1985). Social cognition: A look at motivated strategies. *Annual Review of Psychology*, 36, 275-305.
- Sidanius, J., e Pratto, F. (1999). *Social Dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sidanius, J., Levin, S., Liu, J., e Pratto, F. (2000). Social dominance orientation, anti-egalitarianism and the political psychology of gender: an extension and cross-cultural replication. *European Journal of Social Psychology*, 30, 41-67.

- Sidanius, J., Pratto, F., e Bobo, L. (1996). Racism, conservatism, affirmative action, and intellectual sophistication: A matter of principled conservatism or group dominance? *Journal of Personality and Social Psychology* 70: 476-490.
- Sigall, H., e Page, R. (1971). Current stereotypes: A little fading, a little faking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 18, 247-255.
- Silva, A. E. D. (1989). Salazar e a política colonial do Estado Novo: O Acto Colonial (1930-1951). In Rosas, F., e Brito, J. M. B. (Org.) *Salazar e o salazarismo*. (pp.101-152). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Silva, M, Reis, F., Silva, J. A., e Meneses, I. (Org.). (1997). *O que é a Raça? Um debate entre Antropologia e Biologia*. Lisboa: Oikos.
- Silva, M. C. (2000). Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 61-79.
- Silverman, B. I. (1974). Consequences, racial discrimination, and the principle of belief congruence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 29, 497-508.
- Simon, B. (1992a). Intragroup differentiation in terms of ingroup and outgroup attributes. *European Journal of Social Psychology*, 22, 407-413.
- Simon, B. (1992b). The perception of ingroup and outgroup homogeneity: Reintroducing the social context. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.) *European Review of Social Psychology* (vol. 3, pp. 1-30). Chichester: Wiley.
- Simon, B. (1993). On the asymmetry in the cognitive construal of ingroup and outgroup: A model of egocentric social categorization *European Journal of Social Psychology*, 23, 131-147.
- Simon, B. (1995). The perception of ingroup and outgroup homogeneity: on the confounding of group size, level of abstractness and frame of reference. A reply to Bartsch and Judd. *European Journal of Social Psychology*, 25, 463-468.
- Simon, B. (1998). The self in minority-majority contexts. In Stroebe, W. e Hewstone, M. (Eds.) *European Review of Social Psychology* (vol. 9, pp.1-30). Chichester: Wiley.

- Simon, B., e Brown, R. (1987). Perceived intragroup homogeneity in minority-majority contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 703-711.
- Simon, B., e Hamilton, D. L. (1994). Self-stereotyping and social context: The effects of relative in-group size and in-group status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 699-711.
- Simon, B., e Mummendey, A. (1990). Perceptions of relative group size and group homogeneity: We are the majority and they are all alike. *European Journal of Social Psychology*, 20, 351-356.
- Simon, B., e Pettigrew, T. F. (1990) Social identity and perceived group homogeneity: Evidence for the ingroup homogeneity effect. *European Journal of Social Psychology*, 20, 269-286.
- Simon, B., Glässner-Bayerl, B., e Stratentwerth, I. (1991). Stereotyping and self-stereotyping in a natural intergroup context: The case of heterosexual and homosexual men *Social Psychology Quarterly*, 54, 252-266.
- Simon, B., Pantaleo, G., e Mummendey, A. (1995). Unique individual or interchangeable group member? The accentuation of intergroup differences versus similarities as an indicator of the individual self versus the collective self. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 106-119.
- Simon, H. A. (1976). Discussion: cognition and social behaviour. In J. Carroll e J. Payne (Eds.). *Cognition and Social Behaviour*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Skowronski, J., e Carlston, D. (1987). Social judgment and social memory: The role of cue diagnosticity in negativity, positivity, and extremity biases. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 689-699.
- Skowronski, J., e Carlston, D. (1989). Negativity and extremity biases in impression formation: A review of explanations. *Psychological Bulletin*, 105, 131-142.
- Skowronski, J., e Carlston, D. (1992). Caught in the act: When impressions based on highly diagnostic behaviours are resistant to contradiction. *European Journal of Social Psychology*, 22, 435-452.
- Skvoretz, J. (1988). Models of participation in status-differentiated groups. *Social Psychology Quarterly*, 51, 43-57.



- Slovic, P., Fischhoff, B., e Lichtenstein, S. (1977). Behavioural decision theory. *Annual Review of Psychology*, 28, 1-39.
- Smith, E. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. In D. M. Mackie, e D. L. Hamilton (Eds.). *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297-315). San Diego, CA: Academic Press.
- Smith, R. E., e Zárate, M. A. (1990). Exemplar-based model of social judgment. *Psychological Review*, 99, 3-21.
- Sniderman, P. M., e Tetlock, P. E. (1986a). Symbolic racism: Problems of motive attribution in political debate. *Journal of Social Issues*, 42, 129-150.
- Sniderman, P. M., e Tetlock, P. E. (1986b). Reflections on american racism. *Journal of Social Issues*, 42, 173-187.
- Sniderman, P. M., Piazza, T., Tetlock, P. E., e Kendrick, A. (1991). The new racism. *American Journal of Political Science*, 35, 423-447.
- Snodgrass, S. E. (1985). Women's intuition: The effect of subordinate role on interpersonal sensitivity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 146-155.
- Snyder, E. E., e Spreitzer, E. (1990). High school athletic participation as related to college attendance among black, hispanic and white males. A research note. *Youth e Society*, 21, 390-398.
- Snyder, M. (1981). On the self-perpetuating nature of social stereotypes. In D. Hamilton (Ed.). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 183-212). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Snyder, M. (1987). *Public appearances private realities: The psychology of self-monitoring*. Nova Iorque: W. H. Freeman and Company.
- Snyder, M. (1995). Self-monitoring: Public appearances versus private realities. In G. G. Brannigan, e M. R. Merrens (Eds.). *The social psychologists: research adventures*. Nova Iorque: McGraw-Hill.

- Snyder, M., e Haugen, J. A. (1994). Why does behavioral confirmation occur? A functional perspective on the role of the perceiver. *Journal of Experimental Social Psychology*, 30, 218-246.
- Snyder, M., e Haugen, J. A. (1995). Why does behavioral confirmation occur? A functional perspective on the role of the target. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21, 963-974.
- Snyder, M., e Swann, Jr. W. B. (1978). Hypothesis-testing processes in social interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 1202-1212.
- Sonoda, N., Leuers, T., e Shapiro, L. J. (2000). Reconsidering “Achievement” and “Process” Orientation: A cross-cultural comparison of visual and linguistic media of future self-representations, *Bulletin of Kurume-University, Faculty of Literature, Department of Human Sciences*, 16, 13-33.
- Sorrentino, R., e Higgins E. (1986). Motivation and cognition. Warming up to synergism. In R. Sorrentino, e Higgins (Eds.). *Handbook of motivation and cognition. Foundations of social behaviour* (Vol. 1, pp. 3-20). Nova Iorque: Guilford Press.
- Sousa Santos, B. (1987/2001). *Um discurso sobre as ciências* (12.<sup>a</sup> ed.) Porto. Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (1991). Ciência. In M. M. Carrilho (Org.). *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Souta, L. (1997). Da raça ao racismo. In M. Silva, F. Reis, J. A. Silva, e I. Meneses (Orgs.). *O que é a Raça? Um debate entre Antropologia e Biologia* (pp. 43-50). Lisboa: Oikos.
- Spears, R., Eiser, J. R., e Pligt, J. (1986). Generalizing the illusory correlation effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1127-1134.
- Srull, T. K. (1984). Methodological techniques for the study of person memory and social cognition. In R. S. Wyer, e T. K. Srull (Eds.). *Handbook of Social Cognition*, (Vol.2, pp.1-72). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Stangor, C., e Duan, C. (1991). Effects of multiple task demands upon memory for information about social groups. *Journal of Experimental Social Psychology*, 27, 357-378.

- Stangor, C., e Lange, J. E. (1994). Mental representations of social groups: Advances in understanding stereotypes and stereotyping. *Advances in experimental social psychology*, 6, 357-416.
- Stangor, C., e McMillan, D. (1992). Memory for expectancy-congruent and expectancy-incongruent information: A review of the social and social developmental literatures. *Psychological Bulletin*, 111, 42-61.
- Stangor, C., Jonas, K., Stroebe, W., e Hewstone, M. (1996). Influence of student exchange on national stereotypes, attitudes and perceived group variability. *European Journal of Social Psychology*, 20, 663-673.
- Stangor, C., Lynch, L., Duan, C., e Glass, B. (1992). Categorization of individuals on the basis of multiple social features. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 207-218.
- Stangor, C., Sullivan, L. A., e Ford, T. E. (1991). Affective and cognitive determinants of prejudice. *Social Cognition*, 9, 359-380.
- Steel, L. (1991). Early work experience among white and non-white youths. Implications for subsequent enrollment and employment. *Youth and Society*, 22, 419-447.
- Stephan, W. G. (1977). Cognitive differentiation in intergroup perception, *Sociometry*, 40, 50-58.
- Stephan, W. G. (1985). Intergroup relations. In G. Lindzey, e E. Aronson (Eds.). *Handbook of Social Psychology* (3.<sup>a</sup> ed., Vol. 2, pp. 599-658). Reading, MA: Addison Wesley.
- Stephan, W. G., Stephan, C. W., Stephanenko, Ageyev, V., Abakina, M., e Coates-Shrider, L. (1993). Measuring Stereotypes: A comparison of methods using russian and american samples. *Social Psychology Quarterly*, 56, 54-64.
- Stevens, L. E., e Fiske S. T. (1995). Motivation and cognition in social life: A social survival perspective. *Social Cognition*, 13, 189-214.
- Stewart, T. L., Vassar, P. M., Sanchez, D. T., e David, S. E. (2000). Attitude toward women's societal roles moderates the effect of gender cues on target individuation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 143-157.

- Stouffer, S. A., Suchman, E. A., De Vinney, L. C., Star, S. A., e Williams, R. M., JR. (1949). *The American soldier. Adjustment during army life*. New Jersey: Princeton University Press.
- Stroebe, W., e Insko, C. A. (1989). Stereotypes, prejudice and discrimination: changing conceptions in theory and research. In D. Bar-Tal, C. F. Grauman, A. W. Kruglanski e W. Stroebe (Eds.). *Stereotyping and Prejudice: Changing Conceptions*. Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Struch, N., e Schwartz, S. H. (1989). Intergroup aggression: its predictors and distinctness from in-group bias. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 364-373.
- Sumner, W. G. (1906/1940). *Folkways: A study of the social importance of usages, manners, customs mores, and morals*. Nova Iorque: Ginn and Company.
- Swim, J. K., Aikin, K. J., Hall, W. S., e Hunter, B. A. (1995). Sexism and racism: Old-fashioned and modern prejudices. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 199-214.
- Swim, J. K., e Stangor, C. (1998). *Prejudice: The target's perspective*. San Diego: Academic Press.
- Taguieff, P.-A. (1987). *La force du préjugé : Essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Éditions La Découverte.
- Taguieff, P.-A. (1990). The new cultural racism in France. In M. Bulmer e J. Solomos (Eds.). *Racism: Oxford readers* (pp. 201- 212). Oxford: University Press.
- Taguieff, P.-A. (1992/1995). O anti-racismo em crise: elementos de uma crítica reformista. In M. Wieviorka (Org.). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Taguieff, P.-A. (1997). *Le racisme. Un exposé pour comprendre. Un essai pour réfléchir*. Paris: Flammarion.
- Tajfel H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223 (2), 96-102.
- Tajfel, H. (1957). Value and the perceptual judgement of magnitude. *Psychological Review*, 64, 192-204.

- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25, 79-97.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale* (vol. I, pp. 272-302). Paris: Larousse Université.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Social Science Information*, 13, 65-93.
- Tajfel, H. (Ed.) (1978a). *Differentiation Between Social Groups: Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*. San Diego: Academic Press.
- Tajfel, H. (1978b). Social categorization, social identity and social comparison. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 77-100). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1981/1983). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. 1 e 2). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982a). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In Vários (Eds.). *Mudança Social e Psicologia Social* (pp.13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1982b). Instrumentality, identity and social comparisons. In H. Tajfel (Ed.) *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 483-506). Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1982c). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39.
- Tajfel, H. (Ed.) (1982d). *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1984). Intergroup relations, social myths and social justice in social psychology. In H. Tajfel, (Ed.). *The Social Dimension* (Vol. 2, pp. 695-715). Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., e Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin, e S. Worchel (Eds.) *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp.33-48). Monterey, California: Brooks/cole.
- Tajfel, H., e Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel, e W. G. Austin (Eds.) (pp. 7-23). Chicago: Nelson-Hall.

- Tajfel, H., e Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54, 101-114.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. G., e Bundy, R. P. (1971). Social categorization and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Tajfel, H., Sheikh, A. A., e Gardner, R. C. (1964). Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups, *Acta Psychologica*, 22, 191-201.
- Taylor, D. M., e Guimond, S. (1978). The belief theory of prejudice in an intergroup context. *Journal of Social Psychology*, 105, 11-25.
- Taylor, D. M., Wright, S. C., e Porter, L. E. (1994). Dimensions of perceived discrimination: The personal / group discrimination discrepancy. In M. P. Zanna, e J. M. Olson (Eds.). *The psychology of prejudice: The Ontario symposium* (Vol. 7, pp. 232-255). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Taylor, R. N. (1975). Psychological determinants of bounded rationality: implications for decision-making, *Decision Sciences*, 6, 409-429.
- Taylor, S. (1981). A categorization approach to stereotyping. In D. Hamilton (Ed.) *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 83-114). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Taylor, S. (1982). The interface of cognitive and social psychology. In Harvey, J. (Ed.). *Cognition, Social Behavior and the Environment*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Taylor, S. E. (1991). Asymmetrical effects of positive and negative events: The mobilization-minimization hypothesis. *Psychological Bulletin*, 110, 67-85.
- Taylor, S. E., e Fiske, S. T. (1981). Getting inside the head: Methodologies for process analysis in attribution and social cognition. In J. H. Harvey, W. Ickes, e R. F. Kidd (Eds.) *New directions in attribution research* (Vol.3, pp. 459-524). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Taylor, S. E., e Lobel, M. (1989). Social comparison activity under threat: Downward evaluation and upward contacts. *Psychological Review*, 96, 569-575.

- Taylor, S. E., Fiske, S. T., Etcoff, N. L., e Ruderman, A. J. (1978). Categorical bases of person memory and stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 778-793.
- Taylor, S., e Crocker, J. (1983). Schematic bases of social information processing. In E. Higgins, C. Herman, e J. Zauna (Eds.). *Social Cognition: The Ontario Symposium*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Tetlock, P. E. (1994). Political psychology or politicized psychology: Is the road to hell paved with good moral intentions?. *Political Psychology*, 15, 509-530.
- Tetlock, P. E. (1985). Integrative complexity and political reasoning. In S. Kraus, e A. M. Perlhoff (Eds.). *Mass media and political thought*. Beverly-Hills, CA: Sage.
- Thibaut, J. W., e Riecken, H. R. (1955). Some determinants and consequences of the perception of social causality. *Journal of Personality*, 24, 113-133.
- Thurstone, L. L. (1928). An experimental study of nationality preferences. *Journal of Genetic Psychology*, 1, 405-425.
- Tinhorão, J. R. (1988/1997) *Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Caminho.
- Tonks, R.G., e Parajpe, A.C. (1999). Am I a canadian, an ethnic, or an ethnic-canadian? Dilemmas of second generation immigrant youth. *Research on Immigration and Integration in the Metropolis*. Vancouver: Vancouver Centre of Excellence.
- Toscano, M. F. (1990). Descobertos mas não “descobridos”: mecanismos de (des)integração dos imigrantes africanos em diáspora em Lisboa – Leitura sociológica de um caso de intervenção. *Colóquio Viver (na) Cidade* (pp.73-90). Grupo de Ecologia Social do LNEC e Centro de Estudos Territoriais de ISCTE. Lisboa.
- Tower, R. K., Kelly, C., e Richards, A. (1997). Individualism, collectivism and reward allocation: A cross-cultural study in Russia and Britain. *British Journal of Social Psychology*, 36, 331-345.
- Trafomow, D., e Finlay, K. A. (2001). The importance of traits and group memberships. *European Journal of Social Psychology*, 31, 37-43.

- Trew, K, e Benson, D. E. (1996). Dimensions of social identity in Northern Ireland. In G. Breakwell e E. Lyons (Eds.). *Changing European identities: Social psychology analysis of social change* (pp. 123-143). Oxford: Butterworth Heinemann.
- Triandis, H. C. (1990). Cross-cultural studies of individualism and collectivism. In J. Berman (Ed.). *Nebraska Symposium on Motivation*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Triandis, H. C. (1990). Theoretical concepts that are applicable to the analysis of ethnocentrism. In R. W. Brislin (Ed.). *Applied Cross-Cultural Psychology*. Newbury Park: Sage.
- Triandis, H. C. (1997). A cross-cultural perspective on social psychology. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.) *The Message of Social Psychology* (pp. 342-353). Cambridge: Blackwell.
- Triandis, H. C., Bontempo, R., Villareal, M. J., Asai, M., e Lucca, M. (1988). Individualism and collectivism: Cross-cultural perspectives on self-ingroup relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 323-338.
- Triandis, H. C., McCusker, C., e Hui, C. H. (1990). Multimethod probes of individualism and collectivism *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 1006-1020.
- Trolier, T. K., e Hamilton, D. L. (1986). Variables influencing judgments of correlational relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 879-888.
- Trope, Y., e Liberman, A. (1996). Social hypothesis testing: Cognitive and motivational mechanisms. In E. T. Higgins, e A. W. Kruglanski (Eds.). *Social Psychology: Handbook of Basic Principles* (pp.239-270). Nova Iorque: Guilford.
- Tropp, L. R., e Wright, S. C. (1999). Intergroup identification and relative deprivation: An examination across multiple social comparisons. *European Journal of Social Psychology*, 29, 707-724.
- Tumin, M. (1964). Ethnic group. In J. Gould e W. L. Kolb (Eds.). *Dictionary of the Social Sciences*. Nova Iorque: UNESCO/The Free Press of Glencoe.
- Turner, J. C. (1991). *Social Influence*. Milton Keynes: Open University Press.



- Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 5, 5-34.
- Turner, J. C. (1978a). Social categorization and social discrimination in the minimal group paradigm. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. Londres/Paris: Academic Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Turner, J. C. (1978b). Social comparison, similarity and ingroup favouritism. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. Londres/Paris: Academic Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Turner, J. C. (1982). Towards a cognitive redefinition of the social group. In H. Tajfel (Ed.) *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 15-40). Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, J. C. (1984). Social identification and psychological group formation. In H. Tajfel (Ed.). *The Social Dimension* (Vol. 2, pp. 518-540). Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, J. C. (1985). Social identification and psychological group formation. In E. J. Lawler (Ed.) *Advances in Group Processes* (Vol. 2). Greenwich: JAI Press.
- Turner, J. C. (1987a). A self-categorization theory. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell (Eds.). *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory* (pp. 42-67). Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C. (1987b). The analysis of social influence. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell (Eds.). *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory* (pp. 68-88). Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C. (1988). Comments on Doise's individual and social identities in intergroup relations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 113-116.
- Turner, J. C., Brown, R. J., e Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9, 187-204.
- Turner, J. C., e Brown, R. (1978). Social status, cognitive alternatives and intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation between social groups: Studies in*

- the social psychology of intergroup relations* (pp. 201-234). Londres: Academic Press.
- Turner, J. C., e Oakes, P. J. (1997). The socially structured mind. In C. McGarty, e S. A. Haslam (Eds.). *The Message of Social Psychology* (pp. 354-373). Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., e Wetherell, M. (1987). *Rediscovering the Social Group: A self-categorization Theory*. Oxford: Blackwell.
- Turner, J. C., Oakes, P. J., Haslam, S. A., e McGarty, C. (1994). Self and collective: Cognition and social context. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20, 454-463.
- Turner, J. e Brown, R. (1978). Social status, cognitive alternatives and intergroup relations. In H. Tajfel (Ed.). *Differentiation Between Social Groups - Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 201-234). Londres: Academic Press.
- Tversky, A. (1977). Features of similarity. *Psychological Review*, 84, 327-352.
- Tversky, A., e Gati, I. (1978). Studies of similarity. In Rosch, E. e Lloyd, B. B. (Eds.). *Cognition and categorization*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Tversky, A., e Kahneman, D. (1974). Jugment under uncertainty: Heuristics and biases, *Science*, 185, 1124-1131.
- Tyler, T. (1987). Conditions leading to value-expressive effects in judgements of procedural justice: A test of four models. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 333-344.
- UNESCO (1960/1973). *Le racism devant la science*. Paris: Gallimard.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Em <http://www.unesco.org>.
- United Nations. Em <http://www.un.org>.
- Vala, J. (1986). Sobre as representações sociais - para uma epistemologia do senso comum. *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 5-30.

- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 140, 7-29.
- Vala, J. (1993/2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala, e M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia Social* (4.<sup>a</sup> ed., pp. 475-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (Org.) (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala, J. (Org.) (no prelo). *Simetrias e identidades: Jovens negros em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999a). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999b). O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal. In J. Vala (Org.). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 31-60). Oeiras: Celta.
- Vala, J., Lopes, D., e Brito, R. (1999). A construção social da diferença: Racialização e etnização das minorias. In J. Vala (Org.). *Novos Racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 145-167). Oeiras: Celta.
- Vale de Almeida, M. (1997) Misto, crioulo e cidadão: notas para um humanismo radical. In M. Silva, F. Reis, J. A. Silva, e I. Meneses (Orgs.) *O que é a Raça? Debate entre a Antropologia e a Biologia* (pp. 19-28). Lisboa: Oikos.
- Vale de Almeida, M. (2000). *Um mar da cor da terra: Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras: Celta.
- van de Vijver, F., e Leung, K. (1997). *Methods and Data Analysis for Cross-Cultural Research*. Londres: Sage.
- van der Berghe, P. L. (1996). Race – as a synonym. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4<sup>th</sup> Ed., pp.296-298). Londres: Routledge.
- van Dijk, T. A. V. (1987). *Communicating racism: Ethnic prejudice in thought and talk*. Londres: Sage.
- van Dijk, T. A. V. (1991). *Racism and the press*. Londres: Routledge.

- Van Knippenberg, A. (1989). Strategies of identity management. In J. P. van Oudenhoven, e T. M. Willemsen (Eds.). *Ethnic Minorities: Social Psychological Perspectives* (pp.59-76). Amsterdam: Swetz & Zeitlinger.
- van Knippenberg, A., e Dijksterhuis, A. (2000). Social categorization and stereotyping: A functional perspective. In W. Stroebe, e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (Vol.11, pp.103-144). Chichester: Wiley.
- van Knippenberg, A., van Twuyver, M., e Pepels, J. (1994). Factors affecting social categorization processes in memory. *British Journal of Social Psychology*, 33, 419-431.
- van Knippenberg, F. M. (1984). Intergroup differences in group perceptions. In H. Tajfel (Ed.) *The Social Dimension* (Vol. 2, pp. 560-578). Cambridge: Cambridge University Press.
- Van Oudenhoven, J. P., Prins, K. S., e Buunk, B. P. (1998). Attitudes of minority and majority members toward adaptation of immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 28, 995-1013.
- van Oudenhoven, J. P., e Willemsen, T. M. (1989). Towards a useful social psychology for ethnic minorities. In J. P. van Oudenhoven, e T. M. Willemsen (Eds.) *Ethnic Minorities: Social Psychological Perspectives* (pp.43-57). Amsterdam: Swetz e Zeitlinger.
- van Oudenhoven, J. P., Grouenewoud, T., e Hewstone, M. (1996). Cooperation, ethnic salience and generalization of interethnic attitudes. *European Journal of Social Psychology*, 26, 649-661.
- Van Truyver, M., e van Knippenberg, A. (1995) Social categorization as a function of priming. *European Journal of Social Psychology*, 25, 695-701.
- Vanbeselaere, N. (1991). The different effects of simple and crossed categorizations: A result of the category differentiation process or of differential category salience?. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology* (vol.2, pp. 249-277). Chichester: Wiley.
- Van-Dunem, D. (1995). Racismo e Mundo lusófono. *Ethnologia*, 3/4, 67-70.
- Vanneman, R. D., e Pettigrew, T. F. (1972). Race and relative deprivation in the urban United States. *Race*, 13, 461-486.

- Verkuyten, M. (1997). Discourses of ethnic minority identity. *British Journal of Social Psychology*, 36, 565-586.
- Verkuyten, M. (2000). The benefits to social psychology of studying ethnic minorities. *European Bulletin of Social Psychology*, 12, 5-21.
- Verkuyten, M., e Nekuee, S. (1999). Ingroup bias: the effect of self-stereotyping, identification and group threat. *European Journal of Social Psychology*, 29, 411-418.
- Verkuyten, M., Masson, K., e Elffers, H. (1995). Racial categorization and preference among older children in The Netherlands. *European Journal of Social Psychology*, 25, 637-656.
- Verplaken, B., Jetten, J., e van Knippenberg, A. (1996). Effects of stereotypicality and perceived group variability on the use of attitudinal information in impression formation. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 960-970.
- Vescio, T. K. (1996). The attributional underpinnings of prejudice. Communication at the *General Meeting of The European Association of Experimental Social Psychology*, Gmunden, July.
- Vescio, T. K., e Biernat, M. (1999). When stereotype-based expectancies impair performance: The effect of prejudice, race, and target quality on judgments and perceiver performance. Categorization and Stereotyping: Effects of group context on memory and social judgment. *European Journal of Social Psychology*, 29, 961-969.
- Vidal, J. E. L. (1934). Autóctones e imigrados na África do sul. In In Sociedade portuguesa de Antropologia e Etnologia. *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* (Vol. 1). Porto. Edições da 1.ª Exposição Colonial portuguesa. Imprensa portuguesa.
- Viegas, J. M. L. e Costa, A. F. da (Orgs.) (1998). *Portugal, que modernidade?* (2.ª ed.). Oeiras: Celta.
- Vieira, P. (2001). Associativismo: Problematicar o seu potencial para estruturar e enriquecer as relações sociais. *Cadernos de Ciências Sociais*, 21-22, 151-218.
- Vivian, J. E. e Berkowitz, N. H. (1992). Anticipated bias from an outgroup: Na attributional analysis. *European Journal of Social Psychology*, 22, 415-424.

- Voci, A. (2000). Perceived group variability and the salience of personal and social identity. In W. Stroebe e M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology*, (vol. 11, pp. 177-221). Chichester: Willey.
- Volpato, C., e Contarello, A. (1999). Towards a social psychology of extreme situations: Primo Levi's If This is a man and social identity theory. *European Journal of Social Psychology*, 29, 239-258.
- Vonk, R. (1993). The negativity effect in trait ratings and in open-minded descriptions of persons. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 269-278.
- Vonk, R., e van Knippenberg, A. (1995). Processing attitude statements from in-group and outgroup members: effects of within-group and within-person inconsistencies on reading times. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 215-227.
- Vorauer, J. D., Hunter, A. J., Main, K. J., e Roy, S. A. (2000). Meta-stereotype activation: Evidence from indirect measures of specific evaluative concerns experienced by members of dominant groups in intergroup interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 690-707.
- Vorauer, J. D., Main, K. J., e O'Connell, G. B. (1998). How individuals expect to be viewed by members of lower status groups? Content and implications of meta-stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 917-937.
- Wade, P. (1993). Race, nature and culture. *Man*, 28, 17-34.
- Wagner, U., e Schönbach, P. (1984). Links between educational status and prejudice: Ethnic attitudes in West Germany. In N. Miller, e M. B. Brewer (Eds.). *Groups in Contact: The Psychology of Desegregation* (pp. 29-52). Orlando: Academic Press.
- Wagner, U., e Zick, A. (1995). The relation of formal education to ethnic prejudice: Its reliability, validity and explanation. *European Journal of Social Psychology*, 25, 41-56.
- Wagner, W. (1995). Social representation, group affiliation and projection: Knowing the limits of validity. *European Journal of Social Psychology*, 25, 125-140.

- Walker, C. J. (1976). The employment of vertical and horizontal social schemata in the learning of a social structure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 33, 132-141.
- Walker, I., e Pettigrew, T.F. (1984). Relative Deprivation Theory: An overview and conceptual critique, *British Journal of Social Psychology*, 23, 301-310.
- Walker, P., e Antaki, C. (1986). Sexual orientation as a basis for categorization in recall. *British Journal of Social Psychology*, 25, 337-339.
- Walther, E. (2002). The role of contingency awareness in evaluative conditioning. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.
- Wann, D. L., e Branscombe, N. R. (1995). Influence of level of identification with a group and physiological arousal on perceived intergroup complexity. *British Journal of Social Psychology*, 34, 223-235.
- Waters, M. C. (1994). Ethnic and racial identities of second-generation black immigrants in Nova Iorque city. *International Migration Review*, 28, 795-829.
- Wegner, D. M. (1994). Ironic processes of mental control. *Psychological Review*, 101, 34-52.
- Weimann, G. (2000). *Communicating Unreality: Modern, media and the reconstruction of reality*. Thousand Oakes: Sage.
- Wenzel, M., e Mummendey, A. (1996). Positive-negative asymmetry of social discrimination: a normative analysis of differential evaluations of in-group and out-group on positive and negative attributes. *British Journal of Social Psychology*, 35, 493-507.
- Wetherell, M. S. (1982). Cross-cultural studies of minimal groups: implications for the social identity theory of intergroups relations. In H. Tajfel (Ed.). *Social Identity and Intergroup Relations* (pp. 207-240). Cambridge: Cambridge University Press.
- Wetherell, M. S. (1987). Social identity and group polarization. In J. C. Turner, M. A. Hogg, P. J. Oakes, S. D. Reicher, e M. S. Wetherell (Eds.). *Rediscovering the Social Group: A Self-categorization Theory* (pp.142-170). Oxford: Blackwell.

- Wetherell, M. S. (1996). *Identities Groups and social issues*. Londres: Sage.
- White, P. H., e Harkins, S. G. (1994). Race of source effects in the elaboration likelihood model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 790-807.
- Wieviorka, M. (1998). La nouvelle ère du racisme. In Araújo, H. G. de, Santos, P. M. e Seixas, P. C. (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa* (pp. 133-153). Porto: S.P.A.E.
- Wieviorka, M. (Org.) (1992/1995). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Wigboldus, D. H., e Semin, G. R. (2000). How do we communicate stereotypes? Linguistic bases and inferential consequences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 5-18.
- Wilder, D. A. (1978). Reduction of intergroup discrimination through individuation of the out-group. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, 1361-1374.
- Wilder, D. A. (1981). Perceiving persons as a group: Categorization and intergroup relations. In D. Hamilton (Ed.) *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behavior* (pp. 213-258). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Wilder, D. A. (1984). Predictions of belief homogeneity and similarity following social categorization *British Journal of Social Psychology*, 23, 323-333.
- Wilder, D. A. (1986). Social categorization: Implications for creation and reduction of intergroup conflict. In L. Berkowitz (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (vol. 19, pp. 291-355). San Diego: Academic Press.
- Wilder, D. A. (1990). Some determinantes of the persuasive power of in-groups and out-groups: Organization of information and attribution of independence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 1202-1213.
- Wilder, D. A., e Thompson, J. E. (1980). Intergroup contact with independent manipulations of in-group and out-group interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 589-603.
- Wilson, C. C., e Gutierrez, F. (1995). *Race, Multiculturalism, and the Media: From Mass to Class Communication* (2.<sup>a</sup> ed.). Londres: Sage.
- Wilson, G. D. (1978). *Secrets of sexual fantasy*. London: J. M. Dent.



- Wilson, M., e Canter, D. (1993). Shared concepts in group decision making: A model for decisions based on qualitative data. *British Journal of Social Psychology*, 32, 159-172.
- Wilson, T. D., e Brekke, N. (1994). Mental contamination and mental correction: Unwanted influences on judgments and evaluations. *Psychological Bulletin*, 116, 117-142.
- Wittenbrink, B. (2002). The relationship between attitude complexity and automatic prejudice: potential for change. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M., e Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274.
- Wolso, C., Park, B., Wittenbrink, B. e Judd, C. M (2000). Framing interethnic ideology: Effects of multicultural and color-blind perspectives on judgments of groups and individuals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 635-654.
- Woodward, K. (Eds.) (1997). *Identity and Difference*. Londres: Sage.
- Worchel, S., e Austin, W. G. (Eds.) (1986). *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago: Nelson-Hall.
- Worchel, S., Morales, J. F., Páez, D., e Deschamps, J.-C. (1998). *Social Identity: International Perspectives*. Londres: Sage.
- Word, C. O., Zanna, M.P., e Cooper, J. (1977). The nonverbal mediation of self-fulfilling prophecies in interracial interaction. *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 109-120.
- World Conference Against Racism. Em <http://www.unhchr.ch>
- Wrightsmann, L. S. (1992). *Assumptions about Human Nature — Implications for Researchers and Practitioners*. Londres: Sage.
- Wyer, R. S. Jr., e Martin, L. L. (1986). Person memory: the role of traits, group stereotypes, and specific behaviors in the cognitive representation of persons. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 661-675.

- Wyer, R. S., e Srull, T. K. (Ed.) (1984). *Handbook of Social Cognition*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Yee, A. H., Fairchild, H. H., Weizmann, F., e Wyatt, G. E. (1993). Addressing psychology's problems with race. *American Psychologist*, 48, 1132-1140.
- Young, H., van Knippenberg, A., Ellemers, N., e de Vries, N. (1997). The effects of group membership and social context on information organization *European Journal of Social Psychology*, 27, 523-537.
- Yzerbyt, V. Y., e Leyens, J.-Ph. (1991). Requesting information to form an impression: The influence of valence and confirmatory status. *Journal of Experimental Social Psychology*, 27, 1-16.
- Yzerbyt, V., Rocher, S., e Schadron, G. (1996). Stereotypes as explanations: a subjective essentialistic view of group perception. In R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, e S. A. Haslam (Eds.). *The Social Psychology of Stereotyping and Group Life* (pp. 20-50). Londres: Blackwell.
- Zajonc, R. B. (1968). Attitudinal effects of mere exposure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 1-27.
- Zajonc, R. B. (1980). Cognition and social cognition: a historical perspective. In L. Festinger (Ed.). *Retrospections on Social Psychology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Zajonc, R. B. (1998). Emotions. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, e G. Lindzey (Eds.). *The Handbook of Social Psychology* (4.<sup>a</sup> ed., Vol. I). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Zanna, M. P., e Rempel, J. K. (1988). Attitudes: A new look at an old concept. In D. Bar-Tal, e A. W. Kruglanski (Eds.). *The social psychology of knowledge* (pp. 315-334). Cambridge: Cambridge University Press.
- Zanna, M., e Olson, J.M. (Eds.) (1994). *The psychology of Prejudice: The Ontario Symposium* (Vol.7). Hillsdale: Erlbaum.
- Zárate, M. A., Bonilla, S., e Luevano, M. (1995). Ethnic influences on exemplar retrieval and stereotyping. *Social Cognition*, 13, 145-162.

- Zárate, M. A., e Sandoval, P. (1995). The effects of contextual cues on making occupational and gender categorizations. *British Journal of Social Psychology*, 34, 353-362.
- Zárate, M. A., e Smith, R. E. (1990). Person categorization and stereotyping. *Social Cognition*, 8, 161-185.
- Zawadzki, B. (1942). Limitations of the scapegoat theory of prejudice. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 43, 124-141
- Zayan, R., e Vauclair, J. (1998). Categories as paradigms for comparative cognition. *Behavioural Processes*, 42, 87-99.
- Zebrowitz, L. A., Montepare, J. M., e Lee, H. K. (1993). They don't all look alike: individuated impressions of other racial groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 85-101.
- Zogmaister, C., Castelli, L., Arcuri, L., e Smith, E. (2002). On the automatic evaluation of social exemplars. Comunicação apresentada no *13th General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology*, San Sebastian, Espanha, 26-29 Junho.



# **ANEXOS**



## Índice de anexos

<b>ANEXO 1</b>	
<b>ESTUDO 1: RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES .....</b>	<b>709</b>
<b>ANEXO 2</b>	
<b>ESTUDO 1: TABELAS DETALHADAS.....</b>	<b>725</b>
<b>ANEXO 3</b>	
<b>ESTUDO 2: QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>731</b>
<b>ANEXO 4</b>	
<b>ESTUDO 2: TABELAS DETALHADAS.....</b>	<b>741</b>
<b>ANEXO 5</b>	
<b>ESTUDO 3A: DICIONÁRIOS DESCRITIVOS DO GRUPO DOS ANGOLANOS E DO</b>	
<b>GRUPO DOS PORTUGUESES .....</b>	<b>748</b>
<b>ANEXO 6</b>	
<b>ESTUDO 3B: QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>758</b>
<b>ANEXO 7</b>	
<b>ESTUDO 3B: SÍNTESE DOS TRATAMENTOS ESTATÍSTICOS EFECTUADOS SOBRE</b>	
<b>OS DADOS .....</b>	<b>770</b>
<b>ANEXO 8</b>	
<b>ESTUDO 3C: QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>790</b>
<b>ANEXO 9</b>	
<b>ESTUDO 3C: SÍNTESE DOS TRATAMENTOS ESTATÍSTICOS EFECTUADOS SOBRE</b>	
<b>OS DADOS .....</b>	<b>798</b>
<b>ANEXO 10</b>	
<b>ESTUDO 4: QUESTIONÁRIO DO ESTUDO PILOTO PARA TESTE DOS MATERIAIS -</b>	
<b>ESTÍMULO .....</b>	<b>812</b>
<b>ANEXO 11</b>	
<b>ESTUDO 4: TABELAS DE RESULTADOS DO ESTUDO PILOTO .....</b>	<b>840</b>
<b>ANEXO 12</b>	
<b>ESTUDO 4: MATERIAIS-ESTÍMULO .....</b>	<b>844</b>
<b>ANEXO 13</b>	
<b>ESTUDO 4: MATRIZES DA RECORDAÇÃO INDICIADA.....</b>	<b>850</b>
<b>ANEXO 14</b>	
<b>ESTUDO 4: PROTOCOLOS DE CODIFICAÇÃO DA RECORDAÇÃO LIVRE.....</b>	<b>860</b>

<b>ANEXO 15</b>	
<b>ESTUDO 4: QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>864</b>
<b>ANEXO 16</b>	
<b>ESTUDO 5: MATERIAIS -ESTÍMULO .....</b>	<b>878</b>
<b>ANEXO 17</b>	
<b>ESTUDO 5: MATRIZES DA RECORDAÇÃO INDICIADA.....</b>	<b>882</b>
<b>ANEXO 18</b>	
<b>ESTUDO 5: QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>888</b>
<b>ANEXO 19</b>	
<b>ESTUDO 6: QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>900</b>
<b>ANEXO 20</b>	
<b>ESTUDO 6: TABELAS DETALHADAS.....</b>	<b>906</b>



## Índice de tabelas dos anexos

Tabela_anexos 1 - Frequências absolutas (F.A.) e relativas (F.R.) das características definidoras de ‘grupo étnico’ ou de ‘raça’ e sinónimos referidos pelos participantes .....	726
Tabela_anexos 2 - Frequências absolutas (F.A.) e relativas (F.R.) dos ‘grupos étnicos’ ou ‘raças’ .....	728
Tabela_anexos 3 - Frequências absolutas (F.A.) e relativas (F.R.) da auto-categorização dos participantes nos ‘grupos étnicos’ ou ‘raças’ .....	729
Tabela_anexos 4 - Estatuto social percebido em função do local da recolha de dados .....	742
Tabela_anexos 5 - Estatuto social percebido dos diversos grupos-alvo .....	743
Tabela_anexos 6 - Estatuto social percebido em função do sexo do participante .....	744
Tabela_anexos 7 - Estatuto numérico percebido em função do local da recolha de dados .....	745
Tabela_anexos 8 - Estatuto numérico percebido em função do sexo do participante .....	746
Tabela_anexos 9 - Dicionários descritivos do grupo dos angolanos e do grupo dos portugueses em função do grupo do participante .....	749
Tabela_anexos 10 - Atributos comuns ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses .....	753
Tabela_anexos 11 - Atributos exclusivos do grupo dos angolanos .....	754
Tabela_anexos 12 - Atributos exclusivos do grupo dos portugueses .....	756
Tabela_anexos 13 - Teste-t – Participantes angolanos (N=50) – Avaliação das características.....	771
Tabela_anexos 14 - Teste-t – Participantes portugueses (N=64) - Avaliação das características.....	773
Tabela_anexos 15 - Teste-t - Total (N=114)- Avaliação das características .....	775
Tabela_anexos 16 - Teste-t – Participantes angolanos (N=50) - Características típicas dos angolanos .....	777

Tabela_anexos 17 - Teste-t – Participantes portugueses (N=64)- Características típicas dos angolanos .....	779
Tabela_anexos 18 - Teste-t - Total (N=114) - Características típicas dos angolanos .....	781
Tabela_anexos 19 - Teste-t - Total (N=50) - Características típicas dos portugueses .....	783
Tabela_anexos 20 - Teste-t – Participantes portugueses (N=64) - Características típicas dos portugueses .....	785
Tabela_anexos 21 - Teste-t - Total (N=114) - Características típicas dos portugueses .....	787
Tabela_anexos 22 - Teste-t – Total (N=81) - Avaliação das características .....	799
Tabela_anexos 23 - Teste-t – Participantes portugueses (N=50) - Avaliação das características.....	801
Tabela_anexos 24 - Teste-t – Participantes angolanos (N=32) - Avaliação das características.....	803
Tabela_anexos 25 - Teste-t – Total (N=81)- Classificação das características .....	805
Tabela_anexos 26 - Teste-t – Participantes portugueses (N=50) - Classificação das características.....	807
Tabela_anexos 27 - Teste-t – Participantes angolanos (N=32) - Classificação das características.....	809
Tabela_anexos 28 - Nomes próprios masculinos mais referidos em função do grupo-alvo .....	841
Tabela_anexos 29 - Nomes próprios femininos mais referidos em função do grupo-alvo .....	842
Tabela_anexos 30 - Distribuição dos participantes em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados .....	907
Tabela_anexos 31 - Distribuição dos participantes em função do local de recolha de dados e sexo dos participantes .....	907
Tabela_anexos 32 - Distribuição dos participantes em função do grupo-alvo e sexo dos participantes .....	907
Tabela_anexos 33 - Percepção de variabilidade do exogrupo em função do grupo-alvo e do local da recolha de dados .....	908
Tabela_anexos 34 - Percepção de variabilidade do exogrupo em função do sexo dos participantes e do grupo-alvo .....	909

---

Tabela_anexos 35 - Percepção da semelhança com os membros do exogrupo em função do grupo-alvo e do local da recolha de dados.....	910
Tabela_anexos 36 - Percepção da semelhança com os membros do exogrupo em função do sexo dos participantes e do grupo-alvo .....	911
Tabela_anexos 37 - Médias das sub-escalas de racismo subtil e de racismo flagrante em função do local de recolha de dados .....	912
Tabela_anexos 38 - Médias das sub-escalas de racismo subtil e de racismo flagrante em função do sexo do participante .....	913
Tabela_anexos 39 - Nível de familiaridade com o exogrupo em função do grupo- alvo e do local da recolha de dados .....	914
Tabela_anexos 40 - Número de pessoas conhecidas pelo nome pertencentes ao exogrupo em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes .....	915
Tabela_anexos 41 - Número de amigos íntimos do exogrupo em função do grupo- alvo e do sexo dos participantes .....	916
Tabela_anexos 42 - Nível de amizades intergrupais em função do sexo dos participantes .....	917



# **ANEXO 1**

## **Estudo 1: Respostas dos participantes**

## **Questão 1 – Definição de ‘grupo étnico’ / ‘raça’**

### **Condição ‘grupo étnico’ (28 participantes)**

1. “Grupo étnico é um conjunto de pessoas que se agrupam por serem da mesma raça, logo têm a mesma cultura e religião.”
2. “Um grupo étnico é um conjunto de pessoas que se diferenciam das restantes pelas características particulares que assumem. Estas vão desde a filosofia de vida até às crenças e costumes ou mesmo o aspecto físico.”
3. “Um grupo étnico é um conjunto de pessoas cuja união se baseia na identidade étnica, quer dizer, há nesses indivíduos características físicas comuns e ideais compartilhados.”
4. “Um grupo étnico será um grupo distinguido dos demais por pertencer a uma diferente cultura ou raça. Será um grupo culturalmente diferente da generalidade das pessoas do país em que se encontram.”
5. “Na minha opinião, um grupo étnico é um grupo de pessoas da mesma raça, com os mesmos costumes e a mesma história (que poderá, eventualmente, ser partilhada por outros grupos étnicos) que pertencem a uma mesma comunidade (implica, também, o uso de códigos e linguagem próprias advindas dos costumes).”
6. “Um grupo étnico é um conjunto de pessoas com características comuns entre si, no que respeita à raça, cultura e costumes. São, além disso, grupos de menores dimensões relativamente à sociedade aonde se inserem. Por vezes, e infelizmente, as suas peculiaridades transformam-nos em alvo de discriminação.”
7. “É um conjunto de indivíduos que partilham os mesmos valores, a mesma cultura, a mesma raça. Esse grupo, inserido numa cultura diferente da sua, pode entrar em antagonismo com essa cultura, pois não partilham os mesmos valores, as mesmas peculiaridades.”
8. “Um conjunto de pessoas da mesma etnia que partilha as mesmas crenças religiosas, os mesmos hábitos e costumes. A criação de grupos étnicos tem por objectivo a defesa dos seus valores culturais e das suas raízes.”
9. “É um conjunto de pessoas da mesma raça com valores culturais, sociais, políticos que o definem e diferenciam dos outros grupos que constituem a sociedade.”

10. “Um grupo étnico é um grupo de pessoas da mesma raça. À partida é um grupo onde os vários elementos se encontram ligados através de laços culturais e étnicos.”
11. “Eu penso que um grupo étnico é um conjunto de pessoas que pertencem à mesma raça, que têm em comum a sua raça e cultura.”
12. “O grupo étnico é um grupo de pessoas de uma mesma raça, religião ou credo. Por exemplo, os ciganos, os negros.”
13. “Um grupo étnico é um conjunto de pessoas que reúne determinadas características associadas ao meio e à cultura de que são naturais. De grupo para grupo há maneiras diferentes de pensar, de viver e de se situar no meio.”
14. “Na minha opinião, um grupo étnico é um conjunto de pessoas com características semelhantes, ou seja, geralmente fazem parte do mesmo grupo étnico porque têm algo em comum (cor comum, raça, rituais próprios...).”
15. “Um grupo étnico caracteriza-se por um aglomerado de pessoas que apresentam características semelhantes, quer ao nível do país de origem, quer ao nível das crenças religiosas, raça, ideais.”
16. “Um grupo étnico é um grupo, maior ou menor, de indivíduos que têm em comum pertencerem a uma outra raça, diferente, é claro, daquela que caracteriza as pessoas do país ou zona onde se inseriram (ou tentaram). Essa raça “diferente” implica também outros elementos como a cultura, a religião, os valores e costumes...que logicamente são também diferentes.”
17. “É um grupo social com determinadas características que lhe são intrínsecas e que o distinguem.”
18. “Um grupo étnico é um conjunto de pessoas que pertencem a uma mesma comunidade e, por isso, têm os mesmos valores e cultura.”
19. “É um grupo constituído por uma série de pessoas de determinada raça ou cultura, com os mesmos costumes, crenças e hábitos e que formam, assim uma comunidade.”
20. “Um grupo étnico é um conjunto de pessoas que pela sua cultura, religião ou outras características, se distingue da maioria das pessoas do país onde habita. Normalmente, não existem povos de uma determinada etnia apenas num país. Na verdade, as diferentes etnias estão espalhadas pelo mundo inteiro.”
21. “É um grupo de pessoas que, pelas suas características sociais, religiosas e culturais, se distingue da sociedade mais vasta em que está (ou não) inserido.”
22. “Um grupo étnico é um grupo com determinadas características, características estas muito pessoais, muito marcadas, principalmente quando estão em grupo, o que leva

por vezes à existência de conflitos entre os vários grupos (pois possuem costumes diferentes).”

23. “É um conjunto mais ou menos alargado de indivíduos que partilha uma cultura, uma identidade em comum.”
24. “É um grupo de pessoas com características iguais, nomeadamente tendo em conta costumes relacionados com as raças. Por isso frequentemente ouvimos falar, por exemplo, nas etnias ciganas.”
25. “Um grupo étnico é um conjunto de membros de uma dada comunidade, normalmente constituída por poucos elementos (uma minoria).”
26. “Um grupo étnico é um conjunto de pessoas com características e rituais culturais determinados. É uma comunidade com hábitos culturais próprios.”
27. “Um grupo étnico é um conjunto de seres individuais, de pessoas que se reagrupam segundo as suas características inatas (entendemos por inatas a própria raça, a hereditariedade, etc.) ou por características externas tais como a cultura, o próprio ambiente, etc.”
28. “É um conjunto de pessoas que têm características físicas, sociológicas ou sociais que são comuns, permitindo a sua união.”



### **Condição ‘raça’ (28 participantes)**

1. “Raça é conjunto de características intrínsecas a uma população, que se distinguem de outras populações. Cada raça comporta um número de características bem distintas o que torna essa população diferente de outras com outras características. Raça implica também um certo modo de vida bem distinto, padrões culturais e sociais bem característicos.”
2. “Raça é denominada para designar um conjunto de características semelhantes pertencentes a um conjunto de pessoa. Digamos que raça une um povo.”
3. “Na minha opinião, Raça humana é o que, de certa forma, define um determinado conjunto de pessoas oriundas de um determinado local. Às Raças existentes corresponderão, portanto, uma cultura, uma história particular que os distingue das outras Raças.”
4. “A definição comum remete-nos para a ideia de que uma raça corresponde a determinadas características físicas, ideológicas, religiosas, etc. específicas...Só por isto se pode deduzir que uma raça é extremamente difícil de identificar, por isso prefiro falar de pessoas a nível individual e do grupo a que todos pertencemos, o dos seres humanos.”
5. “Raça característica de um povo que engloba vários caracteres que vão distinguir entre as vários que existem.”
6. “Para mim raça só nos animais, pois eu acho que os humanos não deveriam ser distinguidos pela cor que tem. Mas assim não respondo á questão: raça para mim é os traços quer físicos quer psicológicos de uma pessoa, ou seja, de onde elas vêm, da geração que pertencem, ou melhor da ascendência étnica de cada um.”
7. “Comparo muitas vezes uma raça a uma cultura. Diferentes culturas, diferentes raças, diferentes formas de pensar, de agir. Uma raça não se baseia só na cor da pele, mas nos hábitos, na forma de agir, de se culturizar e de pensar.”
8. “Raça é um conjunto de características genéticas que determinam a diferença entre várias pessoas ou grupos humanos, ou então, um conjunto de pessoas, distintas de outros conjuntos, que se definem pela semelhança das características genéticas e as tornam diferentes de outras.”
9. “Uma raça para mim é um grupo de pessoas que se distingue das demais não apenas pelo seu aspecto físico nomeadamente a cor da pele mas acima de tudo se distingue pelos seus hábitos, costumes, tradições, religião, etc.”

10. “Uma raça é o que se costuma designar ao tipo de características que um número de pessoas apresenta. Assim cada raça tem as suas particularidades e os seus costumes e tradições.”
11. “Eu começava por definir Raça humana como um número indefinido de espécies humanas que se dividem em Raça Branca, Amarela, Vermelha, Negra; enfim como se costuma ouvir dizer “existem tantas raças como quantas cores de solo existem no nosso planeta”. Portanto quando falamos de raças não deveremos jamais sobrevalorizar uma em detrimento das restantes.”
12. “Uma Raça humana é um determinado conjunto de pessoas com determinadas características físicas em comum, exemplo: Raça Negra: seres humanos com pele negra etc.”
13. “Raça é a designação atribuída para distinguir as pessoas em termos características físicas (cor da pele, altura, etc.).”
14. “É um conjunto de seres vivos, racionais, onde se podem encontrar diversas e distintas culturas, comportamentos, línguas, diferentes cores de pele, de cabelo, de olhos, independentemente das diferentes características, todas essas Raças se incluem numa muito maior e mais importante, onde todos somos iguais que é a Raça humana.”
15. “Raça é um conjunto de características que caracterizam determinado grupo de pessoas. São de uma mesma Raça, aquelas pessoas que apresentam características semelhantes. Além das características podemos acrescentar que cada Raça pode apresentar (pode porque hoje em dia dificilmente se diferencia) diferentes hábitos e tradições.”
16. “Raça parece-me ser uma variante de uma mesma espécie. Basicamente possuem as mesmas características de toda espécie mas, no entanto, há uma que distingue, possibilitando a existência de várias Raças.”
17. “Raça: acima de tudo, acho que Raça é uma designação dada a grupo de pessoas que se distinguem pela sua cultura, pelas suas vivências, pela sua fisionomia. Cada um de nós pertence a uma Raça logo podemos dizer que Raça nos permite fazer uma pequena distinção (acho que teórica e não prática) entre todos.”
18. “Raça é um grupo de indivíduo com características comuns entre si.”
19. “Raça aplica-se a um conjunto de pessoas conforme determinadas características físicas que o grupo possui em comum. A Raça determina-se pela região de onde as pessoas são naturais.”

20. “Conjunto de indivíduos que partilham determinadas características genéticas, tais, como a constituição física, a cor da pele, o tom do cabelo.”
21. “Raça humana é um conjunto de pessoas com características similares. Como, cor da pele, religião, passado histórico, usos, costumes e crenças.”
22. “Para mim existe apenas uma Raça. A Raça Humana. Existem sim variadas etnias e pessoas com tons diferentes de pele. A definição mais frequente de Raça é, exactamente, a diferença de tom da pele.”
23. “Uma Raça é uma cultura com características específicas que a diferencia em relação a outras Raças. As diferentes Raças têm portanto diferentes ideologias que se distinguem pela religião, pelas crenças, pelos costumes e até pela cor da pele. Uma Raça é um povo com características específicas, e que, por isso mesmo, muitas vezes são discriminadas pela Raça mais representativa. Por isso as Raças são muitas vezes associados a minorias.”
24. “Raça conjunto de pessoas com características iguais ou semelhantes.”
25. “Raça é um conjunto de pessoa com características semelhantes. Considero esta noção parecida à da etnia.”
26. “Raça é, para mim, um conjunto de pessoas com as mesmas características (ou quase as mesmas) físicas que seguem um determinado conjunto de leis e ideias culturais. Distinguem-se geralmente pela cor de pele e pelos hábitos que os regulam.”
27. “Ora, para mim uma Raça é um povo, um povo que alguns dizem ser diferente mas que para mim é igual, porque é composto de seres humanos, que respiram, comem e bebem como eu. O termo ‘raça’ apenas serve para os diferenciar de uma forma mais específica, pois como as diferenças são pouquíssimas, têm de os diferenciar de algum modo.”
28. “Uma raça é uma etnia, um grupo de pessoas que se distinguem , não pela sua cor, mas sim por determinado código cultural, que pressupõe hábitos alimentares, valores, crenças, passado histórico, entre outros.”

## **Questão 2 – ‘grupos étnicos’ / ‘raças’ em Portugal**

### **Condição ‘grupo étnico’ (28 participantes)**

1. “Africanos, ciganos, timorenses, muçulmanos e portugueses”.
2. “Etnia cigana, indianos, judeus, africanos, etc.”.
3. “Em Portugal os grupos étnicos não são tão numerosos como a nível europeu. Podemos dizer que há uma etnia do Norte e uma etnia do Sul e esta distinção tem um forte impulsionamento dado pelo futebol. Há também a diferenciação étnica relacionada com a cor da pele - existem os Negros e os Brancos - mas no nosso país não há um grupo definido anti - Negros. Mas há pessoas individuais.”
4. “Muçulmanos, ciganos, negros, chineses, outros.”
5. “Em Portugal não são muitos os grupos étnicos como em outros países da Europa ou da América. No entanto, podemos ver que vivem em Portugal muitos africanos e ciganos (cito só os mais comuns).”
6. “Ciganos, cidadãos de Cabo Verde, de Angola e de Timor, maioritariamente.”
7. “Ciganos, africanos, chineses, e árabes.”
8. “Ciganos, africanos, asiáticos, indianos e muçulmanos.”
9. “Ciganos, muçulmanos, hindus, mauberes”.
10. “Ciganos, comunidade Timorense, e PALOP.”
11. “Ciganos, pretos, brancos.”
12. “Os grupos étnicos existentes em Portugal são os ciganos, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, timorenses, os muçulmanos.”
13. “Ciganos, marroquinos, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, isto é, ‘africanos’, árabes, indianos e portugueses”.
14. “Existem grupos de etnia cigana, cabo-verdianos; moçambicanos, angolanos, etc.”
15. “Ciganos, indianos, africanos, judeus.”
16. “Portugal é um país onde as etnias não são muito significativas em comparação com outros países. No entanto, as poucas que existem levaram já ao despertar de sentimentos xenófobos e racistas. Falo, por exemplo, da etnia cigana. Existe(m) também outra(s) como a etnia africana.”
17. “Grupos de etnia cigana e grupos de etnia africana.”

18. “Etnia cigana e judaica. Todo um outro grupo que vive segundo os seus valores em Portugal: africanos, marroquinos, etc.”
19. “Etnia judaica, etnia cigana, etnia africana.”
20. “Ciganos, muçulmanos, judeus, indianos, etc.”
21. “Ciganos, indianos, muçulmanos, africanos (moçambicanos, cabo-verdianos, angolanos, etc.).”
22. “Ciganos, árabes/ islâmicos, africanos, brancos.
23. “Brancos, negros, ciganos.”
24. “Ciganos, brancos, negros.”
25. “Ciganos, chineses, alemães, cabo-verdianos, angolanos, brasileiros, espanhóis.”
26. “Etnia cigana, etnia africana, etnia japonesa/chinesa.”
27. “Não sei sobre que matéria é o estudo, mas o que é certo é que é sobre um dos assuntos sobre os quais estou menos informada! Distinguem-se: Ciganos; Nós, ‘a sociedade generalizada’; e Outros.”
28. “Ciganos, cabo-verdianos, angolanos, macaenses, timorenses, etc... árabes e judeus.”

### **Condição ‘raça’ (28 participantes)**

1. “Raça cigana; raça pele vermelha; raça europeia; raça indiana; raça africana; raça asiática.”
2. “Em Portugal, notam-se a raça cigana; albinos; raça ibérica; europeia; raça vermelha.”
3. “Em Portugal residem vários tipos de raças como a dos brancos, ciganos, amarelos.”
4. “Eu diria que reside uma, que é a Raça humana. Mas podemos distinguir os Ciganos, as pessoas dos PALOP, Raça ‘Branca’.
5. “Raça negra, raça cigana, raça albina, raça branca.”
6. “Africanos, muçulmanos, chineses, indianos, ciganos, etc.”
7. “Etnia cigana, grupos de emigrantes de outros países, de outras nacionalidades o povo português.”
8. “Penso que em Portugal temos a raça branca, negra e possivelmente algumas pessoas de raça amarela.”
9. “Eu prefiro chamar etnias ou comunidades e não raças, embora não saiba se podemos aplicar estes dois termos. Em Portugal residem alguns membros de etnia cigana e também negros, e a raça latina, a qual engloba todos os restantes membros da população.”
10. “Em Portugal reside a raça cigana, latina (branca), raça amarela e raça negra.”
11. “No nosso País a raça que predomina em grande número é a Raça Branca embora com alguma predominância da Raça Negra.”
12. “Raça ‘Negra’, ‘Mongoloide’, ‘Branca’.”
13. “Em Portugal residem pessoas de todas as Raças (Raça Negra, Branca, etc.).
14. “Em Portugal existem várias Raças: Negra, Branca,...”
15. “Que eu tenha conhecimento, em mais número, africanos, ciganos e orientais (chineses). Para além dos que são da comumente denominados de brancos, que são naturalmente em maior número.”
16. “Raças: negros, brancos, chineses, indianos, e ciganos.”
17. “Raça indiana, negra, cigana.”
18. “Em Portugal existem raças como os ciganos, os africanos e os brancos.”
19. “Em Portugal existe a Raça Europeia, na maioria, e entre minoria a Raça Negra e a Cigana.”

20. “Portugal é um País que reúne um grande número de raças. Existem representante da Raça Negra, Amarela, Índios e claro, a grande maioria é de Raça Branca.”
21. “Em Portugal residem pessoas de Raça Africana, Cigana, Árabe, e maioria é de Raça Branca.”
22. “Em Portugal existem os portugueses e alguns imigrantes de etnias ou cores diferentes, mas já disse acima que existe apenas a Raça Humana. Frequentemente dir-se-ia que existem os Brancos, os Ciganos e os Negros em Portugal.
23. “A Raça Cigana, Negra, Branca, Amarela, Indiana.”
24. “Ciganos, Lusitanos, PALOP.”
25. “Raça de origem Latina na maioria. Existem alguns povos imigrantes de outras raças, como por exemplo: Africanos, entre outros.”
26. “Em Portugal, existem os ‘Brancos’, os ‘Pretos’, os ‘Ciganos’, como são normalmente chamados estes seres humanos de características diferentes.”
27. “Em Portugal a mistura de ‘raça’ está a aumentar. Podemos estimar que 80% da população é ‘Branca’, 15% de cor Negra e 5% de Ciganos e outras etnias.”
28. “Em Portugal, penso que existem muitos seres humanos. Mas como disse anteriormente todos são agrupados num conjunto ao qual dão o nome de Raça. Sendo assim, creio que neste país há muitas raças, principalmente divididas em dois grupos, Pretos e Brancos e que se distinguem pela cor.

**Questão 3: “Pertence a algum dos ‘grupos étnicos’ / ‘raças’ que mencionou na questão anterior ? »**

**Condição ‘grupo étnico’ (28 participantes)**

1. “Não, mas tento conhecer ao máximo e o melhor possível os grupos étnicos que vou deparando ou até mesmo “cruzando” na minha vida. Acho fascinante conhecer novas etnias, os seus hábitos, costumes, cultura, a sociedade em si, etc.”
2. “Naturalmente também faço parte de um grupo étnico, mas não sei defini-lo, ou melhor, não sei que nome lhe dar, sou de raça branca, ocidental, europeia.”
3. “Não.”
4. “Não.”
5. “Penso que estou dentro dos grupos étnicos ocidentais. Outras pessoas que pertençam ao meu grupo partilham dos mesmos costumes, raça e história. Moro numa região do centro Norte do país e pertenço a esse grupo étnico.”
6. “Não.”
7. “Não.”
8. “Não me insiro em nenhum destes grupos étnicos.”
8. “Não, eu não me incluo nos grupos étnicos referenciados anteriormente.”
9. “Não me incluo em nenhum dos grupos étnicos que mencionei anteriormente.”
11. “Eu incluo-me no grupo étnico dos brancos.”
12. “Não.”
13. “Incluo-me no grupo dos Portugueses.”
14. “Resta-me dizer que não me incluo em nenhum destes grupos étnicos. Nota: Os portugueses em si também constituem um grupo étnico (é neste grupo que eu me incluo).”
15. “Não.”
16. “Não.”
17. “Não.”
18. “Não.”
19. “Não.”
20. “Não.”
21. “Não tendo em vista a minha noção de grupo étnico.”



22. “Incluo-me no quarto grupo étnico que referi.”
23. “Incluo-me no grupo étnico dos ‘brancos’. No entanto, devido à minha ascendência africana, partilho de algumas influências do grupo étnico dos ‘negros’. Estas influências são pouco significativas em parte porque a minha ascendência africana é bastante distante.”
24. “Sim, brancos.”
25. “Não.”
26. “Não.”
27. “Incluo-me no segundo grupo ‘nós’. É claro que este grupo, por ignorância minha, foi descrito muito abrangentemente!”
28. Não resposta.

### **Condição ‘raça’ (28 participantes)**

1. “Talvez na raça Europeia.”
2. “Eu considero-me pertencente à raça ibérica, na medida em que sou portuguesa, tenho ideais portugueses, tradições portuguesas, pertença a um povo português e num povo português irei viver sempre toda a minha vida. Para além disso, a raça ibérica tem uma essência... aquela que habita dentro de todos os portugueses.”
3. “Quando se fala em raças, e quando me refiro às diferentes raças não o faça com o intuito de valorizar umas em relação às outras e acho igualmente que não é necessário a nossa inclusão numa delas. Apesar disso e como me é pedido eu incluir-me-ia na dos brancos.”
4. “Não me insiro em nenhuma raça.”
5. “Na raça branca (mas isto não soa lá muito bem!!).”
6. “Nenhuma.”
7. “No povo português.”
8. “Branca, of course!”
9. “Eu incluo-me na que chamo de raça latina, a raça branca.”
10. “Eu pertenço à Raça branca.”
11. “A Raça em que me inscrevo é na Raça Branca.”
12. “Na Raça Branca.”
13. “Eu faço parte da Raça Branca.”
14. “Eu pertenço à Raça Branca.”
15. “Nós brancos pelo simples facto que não sou Negra, nem Cigana, nem Oriental. Talvez houvesse uma melhor designação para a minha Raça, mas eu não sei. Além do mais e acima de tudo sou portuguesa.”
16. “Raça Branca.”
17. “Independentemente de qualquer Raça, insiro-me na Raça humana.”
18. “Na Raça Branca.”
19. “Insiro-me na Raça Europeia.”
20. “Branca.”
21. “Na Raça Branca.”
22. “Eu diria que me insiro na Raça Humana, mas na gíria dir-se-ia que sou Branco.”
23. “Raça Branca.”
24. “Lusitanos.”

25. “Eu pertenço à Raça Latina - portuguesa.”
26. “Eu, ‘geneticamente falando’ insiro-me no seio dos cidadãos de cor Branca mas, na verdade, acho que não existem verdadeiras Raças, e, portanto, todos somos um conjunto de seres humanos, por isso, insiro-me na Raça humana.”
27. “Para não mentir, posso dizer que me insiro na Raça Branca porque toda a gente mo diz, mas eu não faço qualquer distinção porque independentemente da cor ou da Raça somos todos iguais.”
28. “Eu insiro-me na Raça “Branca”, que é a que domina na nosso País.”



# **ANEXO 2**

## **Estudo 1: Tabelas detalhadas**

**Tabela\_anexos 1 - Frequências absolutas (F.A.) e relativas (F.R.) das características definidoras de ‘grupo étnico’ ou de ‘raça’ e sinónimos referidos pelos participantes**

	Grupo étnico(N=28)		Raça (N=28)		Total (N=56)	
	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.
<b>Características biológicas</b>	<b>8</b>	<b>28.6 %</b>	<b>20</b>	<b>71.4 %</b>	<b>28</b>	<b>50.0 %</b>
características físicas	5	17.9 %	6	21.4 %	11	19.6 %
características genéticas	0	0 %	2	7.1 %	2	3.6 %
características iguais	1	3.6 %	2	7.1 %	3	5.4 %
características inatas	1	3.6 %	1	3.6 %	2	3.6 %
características intrínsecas	1	3.6 %	1	3.6 %	2	3.6 %
características muito marcadas	1	3.6 %	1	3.6 %	2	3.6 %
constituição física (altura, etc.)	0	0 %	2	7.1 %	2	3.6 %
cor (da pele, cabelo, olhos)	2	7.1 %	12	42.9 %	14	25.0 %
fisionomia	0	0 %	1	3.6 %	1	1.8 %
<b>Características culturais</b>	<b>25</b>	<b>89.3 %</b>	<b>18</b>	<b>64.3 %</b>	<b>43</b>	<b>76.8 %</b>
características psicológicas	0	0 %	1	3.6 %	2	3.6 %
características sociais	2	7.1 %	1	3.6 %	3	5.4 %
comportamentos	1	3.6 %	1	3.6 %	2	3.6 %
costumes	7	25 %	4	14.3 %	11	19.6 %
crenças	3	10.7 %	3	10.7 %	6	10.7 %
cultura	13	46.4 %	7	25 %	20	35.7 %
filosofia de vida	1	3.6 %	0	0 %	1	1.8 %
hábitos	3	10.7 %	5	17.9 %	8	14.3 %
história	1	3.6 %	3	10.7 %	4	7.1 %
identidade	2	7.1 %	0	0 %	2	3.6 %
ideologias	1	3.6 %	2	7.1 %	3	5.4 %
leis	0	0 %	1	3.6 %	1	1.8 %
linguagem	1	3.6 %	1	3.6 %	2	3.6 %
maneira de agir	0	0 %	2	7.1 %	2	3.6 %
maneira de pensar	1	3.6 %	2	7.1 %	3	5.4 %
raízes	1	3.6 %	1	3.6 %	2	3.6 %
religião	6	21.4 %	3	10.7 %	9	33.9 %
rituais	2	7.1 %	0	0 %	1	1.8 %
tradições	0	0 %	3	10.7 %	3	5.4 %
valores	5	17.9 %	1	3.6 %	6	10.7 %
vivências	0	0 %	2	7.1 %	2	3.6 %
<b>Características geográficas</b>	<b>9</b>	<b>32.1 %</b>	<b>2</b>	<b>7.1 %</b>	<b>11</b>	<b>19.6 %</b>
oriundos de um meio diferente	2	7.1 %	0	0 %	2	3.6 %
oriundos de um local/região	2	7.1 %	2	7.1 %	4	7.1 %
vivem num país que não é seu	5	17.9 %	0	0 %	5	8.9 %
<b>Relação com outros grupos</b>	<b>12</b>	<b>42.6 %</b>	<b>1</b>	<b>3.6 %</b>	<b>13</b>	<b>23.2 %</b>
alvo de discriminação	1	3.6 %	1	3.6 %	2	3.6 %
antagonismo com a cultura dominante	1	3.6 %	0	0 %	1	1.8 %
conflito com os outros grupos	1	3.6 %	0	0 %	1	1.8 %

diferentes da maioria	5	17.9 %	0	0 %	5	8.9 %
diferentes dos outros grupos	2	7.1 %	0	0 %	2	3.6 %
unidos na defesa dos seus valores	2	7.1 %	0	0 %	2	3.6 %
<b>Sinónimos</b>	<b>21</b>	<b>75.0 %</b>	<b>5</b>	<b>17.9 %</b>	<b>26</b>	<b>46.4 %</b>
Comunidade	5	17.9 %	0	0 %	5	8.9 %
Etnia	0	0 %	2	7.1 %	2	3.6 %
Minoria	4	14.3 %	1	3.6 %	5	8.9 %
Povo	0	0 %	3	10.7 %	3	5.4 %
Raça	12	42.6 %	0	0 %	12	21.4 %

**Tabela\_anexos 2 - Frequências absolutas (F.A.) e relativas (F.R.) dos ‘grupos étnicos’ ou ‘raças’**

	Grupo étnico(N=28)		Raça (N=28)		Total (N=56)	
	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.
Africanos	13	46.4%	7	25.0%	20	35.7%
Albinos	0	0.0%	2	7.1%	2	3.6%
Alemães	1	3.6%	0	0.0%	0	1.8%
Amarelos	0	0.0%	4	14.3%	4	7.1%
Angolanos	8	28.6%	0	0.0%	8	14.3%
Árabes	3	10.7%	1	3.6%	4	7.1%
Asiáticos	1	3.6%	1	3.6%	2	3.6%
Branços	5	17.6%	15	53.6%	20	35.7%
Brasileiros	2	3.6%	0	0.0%	2	1.8%
Cabo-verdianos	10	35.7%	0	0.0%	10	17.9%
Chineses	3	10.7%	3	10.7%	6	10.7%
Ciganos	26	92.9%	18	64.3%	44	78.6%
Espanhóis	1	3.6%	0	0.0%	1	1.8%
Europeus	3	10.7%	0	0.0%	3	5.4%
Hindus	1	3.6%	0	0.0%	0	1.8%
Ibéricos	0	0.0%	1	3.6%	1	1.8%
Indianos	7	25.0%	3	10.7%	10	17.9%
Índios	0	0.0%	2	7.1%	2	3.6%
Islâmicos	1	3.6%	0	0.0%	1	1.8%
Japoneses	1	3.6%	0	0.0%	1	1.8%
Judeus	6	21.4%	0	0.0%	6	10.7%
Latinos	0	0.0%	3	10.7%	3	5.4%
Lusitanos	0	0.0%	1	3.6%	1	1.8%
Macaenses	5	17.9%	0	0.0%	5	8.9%
Marroquinos	2	7.1%	0	0.0%	2	3.6%
Mauberes	1	3.6%	0	0.0%	1	1.8%
Moçambicanos	6	21.4%	0	0.0%	6	10.7%
Mongolóide	0	0.0%	1	3.6%	1	1.8%
Muçulmanos	7	25.0%	1	3.6%	8	14.3%
Negros	4	14.3%	13	46.4%	21	37.5%
Orientais	0	0.0%	1	3.6%	1	1.8%
PALOPs	1	3.6%	2	7.1%	3	5.4%
Portugueses	2	7.1%	1	3.6%	3	5.4%
Pretos	1	3.6%	2	7.1%	3	5.4%
Timorenses	5	17.6%	0	0.0%	5	8.9%
Vermelhos	0	0.0%	2	7.1%	2	3.6%



**Tabela\_anexos 3 - Frequências absolutas (F.A.) e relativas (F.R.) da auto-categorização dos participantes nos ‘grupos étnicos’ ou ‘raças’**

	Grupo étnico(N=28)		Raça (N=28)		Total (N=56)	
	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.	F. A.	F. R.
<b>Sim</b>	<b>8</b>	<b>28.6%</b>	<b>24</b>	<b>85.7%</b>	<b>32</b>	<b>57.1%</b>
Branços	5	17.9%	18	64.3%	23	41.1%
Europeus	0	0.0%	2	7.1%	2	3.6%
Ibéricos	0	0.0%	1	3.6%	1	1.8%
Lusitanos	0	0.0%	1	3.6%	1	1.8%
Ocidentais	1	3.6%	0	0.0%	1	1.8%
Portugueses	2	7.1%	2	7.1%	4	7.1%
<b>Não</b>	<b>19</b>	<b>67.9%</b>	<b>3</b>	<b>10.7%</b>	<b>22</b>	<b>39.3%</b>
<b>Não resposta</b>	<b>1</b>	<b>3.6%</b>	<b>1</b>	<b>3.6%</b>	<b>2</b>	<b>7.1%</b>



# **ANEXO 3**

## **Estudo 2: Questionário**

Nota: Este questionário foi apresentado em formato A5, de modo que cada página do questionário correspondesse a um grupo-alvo específico. Cada grupo-alvo era apresentado sucessivamente por ordem alfabética.

## **INVESTIGAÇÃO SOBRE A POPULAÇÃO PORTUGUESA**

Somos uma equipa de investigadores em Ciências Sociais.

Estamos a estudar diferentes questões acerca de vários grupos sociais que vivem em Portugal.

Uma das partes desta investigação consiste em recolher as diversas opiniões das pessoas.

Nas páginas seguintes pedimos-lhe que dê a sua opinião sobre vários grupos sociais, situando-os em várias dimensões.

Pedimos-lhe que seja o mais sincero possível. As suas respostas são anónimas.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Pense um pouco nos **angolanos** residentes em Portugal.  
 Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
 Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional _____
baixo nível cultural _____	alto nível cultural _____
baixo nível económico _____	alto nível económico _____
baixo estatuto social _____	alto estatuto social _____
pouco prestigioso _____	muito prestigioso _____
pouco poder _____	muito poder _____

Qual é a percentagem de angolanos na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **brasileiros** residentes em Portugal.  
 Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
 Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional _____
baixo nível cultural _____	alto nível cultural _____
baixo nível económico _____	alto nível económico _____
baixo estatuto social _____	alto estatuto social _____
pouco prestigioso _____	muito prestigioso _____
pouco poder _____	muito poder _____

Qual é a percentagem de brasileiros na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **cabo-verdianos** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional _____
baixo nível cultural _____	alto nível cultural _____
baixo nível económico _____	alto nível económico _____
baixo estatuto social _____	alto estatuto social _____
pouco prestigioso _____	muito prestigioso _____
pouco poder _____	muito poder _____

Qual é a percentagem de cabo-verdianos na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **ciganos** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional _____
baixo nível cultural _____	alto nível cultural _____
baixo nível económico _____	alto nível económico _____
baixo estatuto social _____	alto estatuto social _____
pouco prestigioso _____	muito prestigioso _____
pouco poder _____	muito poder _____

Qual é a percentagem de **ciganos** na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **guineenses** residentes em Portugal.  
 Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se segue m.  
 Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional
baixo nível cultural _____	alto nível cultural
baixo nível económico _____	alto nível económico
baixo estatuto social _____	alto estatuto social
pouco prestigioso _____	muito prestigioso
pouco poder _____	muito poder

Qual é a percentagem de guineenses na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **indianos** residentes em Portugal.  
 Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
 Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional
baixo nível cultural _____	alto nível cultural
baixo nível económico _____	alto nível económico
baixo estatuto social _____	alto estatuto social
pouco prestigioso _____	muito prestigioso
pouco poder _____	muito poder

Qual é a percentagem de indianos na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **macaenses** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional	_____	alto nível educacional
baixo nível cultural	_____	alto nível cultural
baixo nível económico	_____	alto nível económico
baixo estatuto social	_____	alto estatuto social
pouco prestigioso	_____	muito prestigioso
pouco poder	_____	muito poder

Qual é a percentagem de macaenses na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **moçambicanos** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional	_____	alto nível educacional
baixo nível cultural	_____	alto nível cultural
baixo nível económico	_____	alto nível económico
baixo estatuto social	_____	alto estatuto social
pouco prestigioso	_____	muito prestigioso
pouco poder	_____	muito poder

Qual é a percentagem de moçambicanos na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %



Pense um pouco nos **portugueses** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional	_____	alto nível educacional
baixo nível cultural	_____	alto nível cultural
baixo nível económico	_____	alto nível económico
baixo estatuto social	_____	alto estatuto social
pouco prestigioso	_____	muito prestigioso
pouco poder	_____	muito poder

Qual é a percentagem de **portugueses** na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **são-tomenses** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional	_____	alto nível educacional
baixo nível cultural	_____	alto nível cultural
baixo nível económico	_____	alto nível económico
baixo estatuto social	_____	alto estatuto social
pouco prestigioso	_____	muito prestigioso
pouco poder	_____	muito poder

Qual é a percentagem de **são-tomenses** na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **timorenses** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional	_____	alto nível educacional
baixo nível cultural	_____	alto nível cultural
baixo nível económico	_____	alto nível económico
baixo estatuto social	_____	alto estatuto social
pouco prestigioso	_____	muito prestigioso
pouco poder	_____	muito poder

Qual é a percentagem de timorenses na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **brancos** residentes em Portugal.  
Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.  
Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional	_____	alto nível educacional
baixo nível cultural	_____	alto nível cultural
baixo nível económico	_____	alto nível económico
baixo estatuto social	_____	alto estatuto social
pouco prestigioso	_____	muito prestigioso
pouco poder	_____	muito poder

Qual é a percentagem de brancos na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **negros** residentes em Portugal.

Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.

Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional _____
baixo nível cultural _____	alto nível cultural _____
baixo nível económico _____	alto nível económico _____
baixo estatuto social _____	alto estatuto social _____
pouco prestigioso _____	muito prestigioso _____
pouco poder _____	muito poder _____

Qual é a percentagem de negros na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Pense um pouco nos **mestiços** residentes em Portugal.

Gostaríamos que posicionasse o grupo dos angolanos nas linhas que se seguem.

Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar o grupo.

baixo nível educacional _____	alto nível educacional _____
baixo nível cultural _____	alto nível cultural _____
baixo nível económico _____	alto nível económico _____
baixo estatuto social _____	alto estatuto social _____
pouco prestigioso _____	muito prestigioso _____
pouco poder _____	muito poder _____

Qual é a percentagem de mestiços na população residente em Portugal? \_\_\_\_\_ %

Por razões estatísticas, por favor, responda às seguintes questões:

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração.

# **ANEXO 4**

## **Estudo 2: Tabelas detalhadas**

**Tabela\_anexos 4 - Estatuto social percebido em função do local da recolha de dados**

<b>Grupo-alvo</b>	<b>Local de recolha de dados</b>						
	<b>Braga (N=54)</b>	<b>Porto (N=42)</b>	<b>Lisboa (N=57)</b>	<b>Bragança (N=41)</b>	<b>Évora (N=63)</b>	<b>Faro (N=47)</b>	<b>Total (N=304)</b>
<b>Angolanos</b>	28.69 (13.71)	22.17 (11.14)	26.49 (12.43)	28.27 (13.23)	27.38 (11.35)	21.90 (13.48)	26.00 (12.74)
<b>Brasileiros</b>	47.48 (16.85)	50.00 (11.41)	49.71 (12.77)	49.71 (14.42)	45.68 (12.37)	46.31 (15.36)	47.54 (13.96)
<b>Cabo-verdianos</b>	24.34 (14.47)	20.27 (11.35)	24.24 (13.54)	24.10 (11.46)	26.99 (12.57)	20.67 (17.83)	23.71 (13.83)
<b>Ciganos</b>	20.23 (11.00)	21.98 (13.33)	23.80 (12.41)	18.28 (13.55)	20.72 (11.22)	15.91 (12.74)	20.31 (12.43)
<b>Guineenses</b>	24.43 (14.16)	20.30 (12.70)	22.92 (13.24)	21.70 (12.96)	24.05 (10.59)	18.68 (13.30)	22.25 (12.86)
<b>Indianos</b>	35.72 (17.94)	36.89 (17.10)	38.79 (14.15)	28.45 (14.85)	32.54 (14.35)	32.57 (17.50)	34.33 (16.17)
<b>Macaenses</b>	44.84 (16.18)	41.84 (13.01)	48.40 (10.27)	40.85 (18.83)	45.95 (14.61)	43.41 (25.33)	44.58 (16.80)
<b>Moçambicanos</b>	24.37 (13.16)	25.37 (14.21)	26.11 (13.01)	25.26 (12.26)	29.10 (11.36)	21.88 (14.84)	25.55 (13.18)
<b>Portugueses</b>	60.51 (13.26)	54.69 (12.57)	50.78 (13.02)	57.46 (12.84)	53.75 (13.62)	56.12 (17.14)	55.39 (14.06)
<b>São-tomenses</b>	26.41 (14.18)	23.43 (13.92)	25.73 (13.33)	26.22 (13.47)	27.64 (11.45)	20.70 (13.92)	25.22 (13.40)
<b>Timorenses</b>	27.70 (15.19)	28.35 (15.88)	29.46 (13.64)	27.84 (14.93)	24.85 (11.40)	23.98 (14.49)	26.97 (14.17)
<b>Brancos</b>	62.86 (13.76)	58.07 (13.66)	55.04 (13.58)	58.23 (13.75)	54.56 (13.42)	55.83 (16.78)	57.30 (14.34)
<b>Negros</b>	35.57 (14.81)	30.70 (15.46)	30.88 (14.01)	28.06 (15.39)	29.32 (13.82)	23.62 (14.90)	29.86 (14.96)
<b>Mestiços</b>	40.41 (12.95)	34.73 (11.34)	36.94 (12.62)	32.32 (14.75)	34.52 (12.90)	31.67 (15.23)	35.32 (13.53)

Tabela\_anexos 5 - Estatuto social percebido dos diversos grupos-alvo

Grupo-alvo	Sub-escalas do estatuto social						
	Nível educacional	Nível cultural	Nível económico	Estatuto social	Prestígio	Poder	Média global
<b>Angolanos</b>	31.92 (20.39)	39.02 (22.54)	19.18 (15.08)	21.86 (16.42)	26.64 (20.97)	17.32 (16.02)	26.00 (12.74)
<b>Brasileiros</b>	51.08 (18.92)	51.41 (20.18)	49.32 (19.81)	47.00 (18.63)	47.08 (21.27)	39.37 (20.15)	47.54 (13.96)
<b>Cabo-verdianos</b>	27.05 (18.53)	33.79 (21.85)	19.57 (14.22)	21.38 (15.44)	23.08 (18.54)	17.39 (14.84)	23.71 (13.83)
<b>Ciganos</b>	11.97 (11.91)	27.39 (25.80)	36.99 (23.96)	13.09 (13.62)	13.00 (16.08)	19.44 (19.43)	20.31 (12.43)
<b>Guineenses</b>	25.34 (17.39)	31.86 (20.79)	19.24 (14.76)	19.78 (14.71)	20.94 (16.87)	16.32 (13.37)	22.25 (12.86)
<b>Indianos</b>	37.66 (20.64)	43.82 (22.40)	38.11 (21.95)	31.10 (18.50)	30.64 (19.19)	24.65 (19.10)	34.33 (16.17)
<b>Macaenses</b>	50.00 (20.60)	52.51 (21.01)	47.10 (19.43)	42.00 (18.97)	41.23 (20.48)	34.07 (19.80)	44.58 (16.80)
<b>Moçambicanos</b>	29.32 (17.57)	35.47 (21.37)	22.49 (15.42)	23.27 (15.36)	24.36 (17.47)	18.39 (14.10)	25.55 (13.18)
<b>Portugueses</b>	55.03 (17.16)	53.71 (18.16)	48.30 (15.03)	56.14 (18.16)	59.97 (20.23)	59.21 (23.47)	55.39 (14.06)
<b>São-tomenses</b>	28.59 (17.42)	34.40 (21.53)	22.23 (14.79)	23.70 (15.20)	24.07 (17.35)	18.25 (13.99)	25.22 (13.40)
<b>Timorenses</b>	31.99 (18.36)	37.27 (22.21)	19.31 (13.60)	24.99 (17.55)	29.83 (21.95)	18.53 (17.23)	26.97 (14.17)
<b>Branços</b>	55.51 (16.54)	55.38 (16.79)	52.56 (16.61)	58.10 (18.37)	60.88 (19.22)	61.36 (22.60)	57.30 (14.34)
<b>Negros</b>	35.65 (18.70)	38.91 (22.40)	27.65 (16.23)	28.12 (16.50)	26.26 (18.64)	22.64 (17.38)	29.86 (14.96)
<b>Mestiços</b>	40.15 (15.25)	42.09 (18.13)	34.54 (15.84)	33.24 (16.14)	33.59 (17.04)	28.46 (16.60)	35.32 (13.53)

Tabela\_anexos 6 - Estatuto social percebido em função do sexo do participante

Grupo-alvo	Sexo do participante		
	Masculino (N=85)	Feminino (N=232)	Total (N=317)
Angolanos	26.57 (13.32)	25.79 (12.55)	26.00 (12.74)
Brasileiros	45.04 (16.41)	48.45 (12.88)	47.54 (13.96)
Cabo-verdianos	22.27 (14.39)	24.23 (13.62)	23.71 (13.83)
Ciganos	19.81 (12.74)	20.49 (12.34)	20.31 (12.43)
Guineenses	20.45 (12.14)	22.90 (13.08)	22.25 (12.86)
Indianos	35.33 (17.25)	33.97 (15.78)	34.33 (16.17)
Macaenses	44.41 (19.30)	44.64 (15.85)	44.58 (16.80)
Moçambicanos	24.23 (14.04)	26.03 (12.85)	25.55 (13.18)
Portugueses	58.52 (13.96)	54.25 (13.96)	55.39 (14.06)
São-tomenses	23.63 (13.57)	25.78 (13.33)	25.22 (13.40)
Timorenses	27.66 (14.76)	26.73 (13.97)	26.97 (14.17)
Branços	61.20 (14.29)	55.87 (14.12)	57.30 (14.34)
Negros	28.11 (16.60)	30.50 (14.30)	29.86 (14.96)
Mestiços	33.65 (14.44)	35.93 (13.16)	35.32 (13.53)



Tabela\_anexos 7 - Estatuto numérico percebido em função do local da recolha de dados

Grupo -alvo	Local de recolha de dados						
	Braga (N=54)	Porto (N=42)	Lisboa (N=57)	Bragança (N=41)	Évora (N=63)	Faro (N=47)	Total (N=304)
<b>Angolanos</b>	13.56 (11.23)	14.17 (11.26)	14.44 (14.37)	8.49 (9.39)	18.11 (16.81)	12.59 (10.02)	13.90 (13.02)
<b>Brasileiros</b>	10.62 (12.25)	11.21 (13.44)	8.65 (11.49)	6.27 (7.54)	10.61 (11.14)	8.27 (5.44)	9.38 (10.72)
<b>Cabo-verdianos</b>	7.53 (6.45)	8.31 (7.53)	11.33 (13.42)	4.51 (6.23)	11.86 (11.63)	9.60 (7.70)	9.13 (9.74)
<b>Ciganos</b>	15.82 (15.32)	15.98 (12.53)	11.67 (11.65)	8.29 (8.67)	18.27 (15.94)	12.83 (10.49)	14.08 (13.27)
<b>Guineenses</b>	6.02 (6.14)	5.59 (5.67)	7.04 (8.84)	2.63 (3.22)	9.41 (12.25)	5.37 (4.09)	6.28 (8.00)
<b>Indianos</b>	3.25 (3.43)	5.19 (5.19)	6.54 (11.08)	2.10 (5.17)	5.88 (6.07)	4.59 (4.18)	4.71 (6.62)
<b>Macaenses</b>	5.20 (6.55)	5.83 (6.82)	4.02 (5.00)	2.29 (3.50)	5.65 (5.69)	4.51 (5.50)	4.65 (4.70)
<b>Moçambicanos</b>	8.61 (8.71)	10.88 (12.29)	10.46 (12.71)	4.85 (6.71)	13.26 (12.89)	7.87 (6.59)	9.58 (10.78)
<b>Portugueses</b>	78.29 (11.44)	77.02 (16.82)	79.04 (10.33)	78.85 (12.78)	72.49 (16.52)	79.40 (14.90)	77.30 (14.12)
<b>São-tomenses</b>	3.43 (3.96)	3.80 (3.98)	5.30 (7.38)	2.28 (3.95)	6.21 (9.24)	3.91 (3.90)	4.33 (6.21)
<b>Timorenses</b>	6.40 (8.22)	5.54 (5.21)	3.98 (5.23)	2.42 (2.59)	7.39 (12.36)	5.97 (6.36)	5.44 (7.85)
<b>Branços</b>	74.20 (15.06)	75.79 (14.49)	72.83 (13.19)	77.10 (18.84)	73.92 (11.39)	79.37 (15.40)	75.32 (14.64)
<b>Negros</b>	20.29 (12.35)	16.32 (9.72)	19.54 (11.02)	13.78 (10.76)	22.85 (13.01)	17.77 (10.41)	18.84 (11.68)
<b>Mestiços</b>	10.92 (9.79)	9.21 (8.12)	9.08 (8.65)	6.97 (8.15)	13.16 (9.87)	10.03 (8.51)	10.16 (9.11)

Tabela\_anexos 8 - Estatuto numérico percebido em função do sexo do participante

Grupo-alvo	Sexo do participante		
	Masculino (N=85)	Feminino (N=232)	Total (N=317)
Angolanos	8.66 (7.72)	15.79 (13.79)	13.90 (13.02)
Brasileiros	6.33 (6.99)	10.48 (11.60)	9.38 (10.72)
Cabo-verdianos	4.99 (4.97)	10.62 (10.58)	9.13 (9.74)
Ciganos	8.37 (8.73)	16.13 (14.01)	14.08 (13.27)
Guineenses	3.25 (3.50)	7.36 (8.83)	6.28 (8.00)
Indianos	2.50 (4.46)	5.50 (7.08)	4.71 (6.62)
Macaenses	2.09 (2.98)	5.57 (6.15)	4.65 (4.70)
Moçambicanos	5.10 (5.50)	11.20 (11.73)	9.58 (10.78)
Portugueses	81.23 (9.29)	75.87 (15.28)	77.30 (14.12)
São-tomenses	1.91 (3.25)	5.17 (6.75)	4.33 (6.21)
Timorenses	2.25 (2.93)	6.60 (8.72)	5.44 (7.85)
Brancos	76.28 (15.37)	74.97 (14.39)	75.32 (14.64)
Negros	16.37 (9.24)	19.73 (12.34)	18.84 (11.68)
Mestiços	6.73 (6.23)	11.33 (9.64)	10.16 (9.11)



## **ANEXO 5**

**Estudo 3a: Dicionários descritivos do grupo dos angolanos e  
do grupo dos portugueses**

**Aang** – Descrição dos angolanos efectuada por participantes angolanos

**Pang** – Descrição dos angolanos efectuada por participantes portugueses

**Apor** – Descrição dos portugueses efectuada por participantes angolanos

**Ppor** – Descrição dos portugueses efectuada por participantes portugueses

**Tang** – Descrição dos angolanos efectuada pela totalidade dos participantes

**Tpor** – Descrição dos portugueses efectuada pela totalidade dos participantes

**Tabela\_anexos 9 - Dicionários descritivos do grupo dos angolanos e do grupo dos portugueses em função do grupo do participante**

<b>ATRIBUTOS</b>	<b>Aang</b>	<b>Pang</b>	<b>Apor</b>	<b>Ppor</b>	<b>Tang</b>	<b>Tpor</b>
<b>Abertos</b>		4		2	4	2
<b>Acolhedores</b>	7	3	6	8	10	14
<b>Acomodados</b>		2			3	
<b>Alegres</b>	14	6			20	
<b>Ambiciosos</b>	4		5	4	5	9
<b>Amigáveis</b>	3	4	3		7	4
<b>Antipáticos</b>			3			3
<b>Antiquados</b>			2			2
<b>Arrogantes</b>			3			3
<b>Artistas</b>					2	
<b>Autónomos</b>			2			2
<b>Autoritários</b>				2		2
<b>Avarentos</b>			3			3
<b>Aventureiros</b>				2		2
<b>Batalhadores</b>	2				2	
<b>Bem dispostos</b>		3			4	
<b>Bem humorados</b>					2	
<b>Boa comida</b>		2		6	2	6
<b>Boémios</b>			2			2
<b>Bom vinho</b>				3		3
<b>Bons cantores</b>		4			5	
<b>Branços</b>						2
<b>Burros</b>		2			2	
<b>Calorosos</b>		2			2	
<b>Camaradagem</b>	3				3	
<b>Capacidade adaptação</b>		4		2	4	2

(cont.)	Aang	Pang	Apor	Ppor	Tang	Tpor
<b>Cínicos</b>			6			6
<b>Companheiros</b>		2			3	
<b>Complexados</b>			3			3
<b>Comunicativos</b>	3		2		3	2
<b>Conflituosos</b>					2	
<b>Conformados</b>		2		2	2	2
<b>Conservadores</b>			5	9		14
<b>Consumistas</b>				2		2
<b>Corajosos</b>	2				3	
<b>Criativos</b>				2		2
<b>Críticos</b>				2		2
<b>Cultos</b>		3			3	
<b>Dançam bem</b>		8			9	
<b>Desconfiados</b>		2	2	2	2	4
<b>Desorganizados</b>					2	
<b>Desportivos</b>			9	3		12
<b>Despreocupados</b>	2				2	
<b>Desunidos</b>			4			4
<b>Determinados</b>						2
<b>Dinâmicos</b>				2		2
<b>Discriminados</b>					2	
<b>Divertidos</b>	5	3		5	8	5
<b>Egoístas</b>			4			5
<b>Emotivos</b>		2			2	
<b>Empreendedores</b>				3		3
<b>Espanjadores</b>	2				2	
<b>Espírito de família</b>	2	2			4	
<b>Espontâneos</b>		2			2	
<b>Estudiosos</b>			2			2
<b>Exploradores</b>			2			2
<b>Extrovertidos</b>	14				15	2
<b>Fado</b>				2		2
<b>Falsos</b>	2		2		2	3
<b>Fechados</b>			3			3
<b>Festivos</b>	2				2	
<b>Frios</b>			3			3
<b>Futebol</b>				3		4
<b>Gananciosos</b>			2			2

(cont.)	Aang	Pang	Apor	Ppor	Tang	Tpor
<b>Generosos</b>	2				3	
<b>Heterogéneos</b>				2		3
<b>Hipócritas</b>			4			4
<b>Hospitaleiros</b>	4		5	6	4	11
<b>Humildes</b>	4	4		2	8	2
<b>Ignorantes</b>					2	
<b>Imaginativos</b>				3		3
<b>Incultos</b>	2	5			7	
<b>Individualistas</b>			2			2
<b>Inteligentes</b>				2		2
<b>Interesseiros</b>			3			3
<b>Introvertidos</b>			7			8
<b>Invejosos</b>	2				2	
<b>Leais</b>		3			3	
<b>Lutadores</b>	2	2			4	
<b>Materialistas</b>				2		3
<b>Mesquinhos</b>			2			2
<b>Mulherengos</b>					2	
<b>Música mexida</b>	3	2			5	
<b>Música rap</b>		3			3	
<b>Nacionalistas</b>	2	2			4	
<b>Negros</b>		3			4	
<b>Nostálgicos</b>				2		2
<b>Orgulhosos</b>	6				6	2
<b>Originais</b>				3		3
<b>Ostentosos</b>						2
<b>Pacatos</b>			2			2
<b>Passivos</b>	2				2	
<b>Patrióticos</b>	2	4		5	6	5
<b>Pele clara</b>				4		5
<b>Pele escura</b>	3	7			10	
<b>Persistentes</b>		2			3	
<b>Pessimistas</b>			2	2		4
<b>Pobres</b>		9			9	
<b>Poupadores</b>						2
<b>Pragmáticos</b>				2		2
<b>Preconceituosos</b>			2			2
<b>Preguiçosos</b>	8				8	2

(cont.)	Aang	Pang	Apor	Ppor	Tang	Tpor
<b>Prepotentes</b>	3				3	
<b>Prestáveis</b>					2	2
<b>Pretensiosos</b>	2				2	
<b>Racistas</b>			16	4	2	20
<b>Receptivos</b>				2		2
<b>Religiosos</b>				3		3
<b>Reservados</b>			6			7
<b>Ritmo</b>		4			4	
<b>Rituais</b>		2			2	
<b>Românticos</b>						2
<b>Roupas coloridas</b>		2			3	
<b>Roupas tradicionais</b>					2	
<b>Saudosistas</b>				3		4
<b>Sebastianistas</b>				2		2
<b>Sensíveis</b>						2
<b>Simpáticos</b>	12	12	4	9	24	13
<b>Simples</b>	2	6	2		8	2
<b>Sinceros</b>		2			2	
<b>Sociáveis</b>	7	4	2	2	11	4
<b>Sofredores</b>	2				3	
<b>Solidários</b>	10		4	5	11	9
<b>Tímidos</b>			2			2
<b>Trabalhadores</b>	2	3	17	3	5	20
<b>Tradicionalistas</b>		5		6	5	6
<b>Tristes</b>			2			2
<b>Unidos</b>		3			3	
<b>Vaidosos</b>	12		7		13	7
<b>Xenófobos</b>						2
<b>TOTAL ASSOCIAÇÕES</b>	<b>37</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>73</b>	<b>83</b>
<b>TOTAL OCORRÊNCIAS</b>	<b>161</b>	<b>149</b>	<b>171</b>	<b>140</b>	<b>347</b>	<b>341</b>

**Nota:** Nem sempre os números apresentados nos dicionários totais de cada grupo-alvo (Tang e Tpor) correspondem à soma dos dicionários em função do grupo do participante, devido ao facto de as palavras com frequência menor que dois não serem apresentadas na tabela.



**Tabela\_anexos 10 - Atributos comuns ao grupo dos angolanos e ao grupo dos portugueses**

<b>Atributos comuns</b>	<b>Aang</b>	<b>Pang</b>	<b>Apor</b>	<b>Ppor</b>	<b>Tang</b>	<b>Tpor</b>
<b>Abertos</b>		4		2	4	2
<b>Acolhedores*</b>	7	3	6	8	10	14
<b>Ambiciosos</b>	4		5	4	5	9
<b>Amigáveis</b>	3	4	3		7	4
<b>Boa comida</b>		2		6	2	6
<b>Capacidade adaptação</b>		4		2	4	2
<b>Comunicativos</b>	3		2		3	2
<b>Conformados</b>		2		2	2	2
<b>Desconfiados</b>		2	2	2	2	4
<b>Divertidos</b>	5	3		5	8	5
<b>Extrovertidos</b>	14				15	2
<b>Falsos</b>	2		2		2	3
<b>Hospitaleiros</b>	4		5	6	4	11
<b>Humildes</b>	4	4		2	8	2
<b>Orgulhosos</b>	6				6	2
<b>Patrióticos</b>	2	4		5	6	5
<b>Preguiçosos</b>	8				8	2
<b>Prestáveis</b>					2	2
<b>Racistas</b>			16	4	2	20
<b>Simpáticos*</b>	12	12	4	9	24	13
<b>Simples</b>	2	6	2		8	2
<b>Sociáveis*</b>	7	4	2	2	11	4
<b>Solidários</b>	10		4	5	11	9
<b>Trabalhadores*</b>	2	3	17	3	5	20
<b>Tradicionalistas</b>		5		6	5	6
<b>Vaidosos</b>	12		7		13	7

**Nota:** Nem sempre os números apresentados nos dicionários totais de cada grupo-alvo (Tang e Tpor) correspondem à soma dos dicionários em função do grupo do participante, devido ao facto de as palavras com frequência menor que dois não serem apresentadas na tabela.

Os atributos assinalados com um asterisco\* são comuns aos seis dicionários.

Tabela\_anexos 11 - Atributos exclusivos do grupo dos angolanos

Atributos exclusivos dos angolanos	Aang	Pang	Apor	Ppor	Tang	Tpor
<b>Acomodados</b>		2			3	
<b>Alegres*</b>	14	6			20	
<b>Artistas</b>					2	
<b>Batalhadores</b>	2				2	
<b>Bem dispostos</b>		3			4	
<b>Bem humorados</b>					2	
<b>Bons cantores</b>		4			5	
<b>Burros</b>		2			2	
<b>Calorosos</b>		2			2	
<b>Camaradagem</b>	3				3	
<b>Companheiros</b>		2			3	
<b>Conflituosos</b>					2	
<b>Corajosos</b>	2				3	
<b>Cultos</b>		3			3	
<b>Dançam bem</b>		8			9	
<b>Desorganizados</b>					2	
<b>Despreocupados</b>	2				2	
<b>Discriminados</b>					2	
<b>Emotivos</b>		2			2	
<b>Esbanjadores</b>	2				2	
<b>Espírito de família*</b>	2	2			4	
<b>Espontâneos</b>		2			2	
<b>Festivos</b>	2				2	
<b>Generosos</b>	2				3	
<b>Ignorantes</b>					2	
<b>Incultos*</b>	2	5			7	
<b>Invejosos</b>	2				2	
<b>Leais</b>		3			3	
<b>Lutadores*</b>	2	2			4	
<b>Mulherengos</b>					2	
<b>Música mexida*</b>	3	2			5	
<b>Música rap</b>		3			3	
<b>Nacionalistas*</b>	2	2			4	
<b>Negros</b>		3			4	
<b>Passivos</b>	2				2	

(cont.)	Aang	Pang	Apor	Ppor	Tang	Tpor
<b>Pele escura*</b>	3	7			10	
<b>Persistentes</b>		2			3	
<b>Pobres</b>		9			9	
<b>Prepotentes</b>	3				3	
<b>Pretensiosos</b>	2				2	
<b>Ritmo</b>		4			4	
<b>Rituais</b>		2			2	
<b>Roupas coloridas</b>		2			3	
<b>Roupas tradicionais</b>					2	
<b>Sinceros</b>		2			2	
<b>Sofredores</b>	2				3	
<b>Unidos</b>		3			3	

**Nota:** Os atributos assinalados com um asterisco\* são consensuais entre participantes angolanos e portugueses.

Tabela\_anexos 12 - Atributos exclusivos do grupo dos portugueses

Atributos exclusivos dos portugueses	Aang	Pang	Apor	Ppor	Tang	Tpor
Antipáticos			3			3
Antiquados			2			2
Arrogantes			3			3
Autónomos			2			2
Autoritários				2		2
Avarentos			3			3
Aventureiros				2		2
Boémios			2			2
Bom vinho				3		3
Branços						2
Cínicos			6			6
Complexados			3			3
Conservadores*			5	9		14
Consumistas				2		2
Criativos				2		2
Críticos				2		2
Desportivos*			9	3		12
Desunidos			4			4
Determinados						2
Dinâmicos				2		2
Egoístas			4			5
Empreendedores				3		3
Estudiosos			2			2
Exploradores			2			2
Fado				2		2
Fechados			3			3
Frios			3			3
Futebol				3		4
Gananciosos			2			2
Heterogéneos				2		3
Hipócritas			4			4
Imaginativos				3		3
Individualistas			2			2
Inteligentes				2		2
Interesseiros			3			3

(cont.)	Aang	Pang	Apor	Ppor	Tang	Tpor
<b>Introvertidos</b>			7			8
<b>Materialistas</b>				2		3
<b>Mesquinhos</b>			2			2
<b>Nostálgicos</b>				2		2
<b>Originais</b>				3		3
<b>Ostentosos</b>						2
<b>Pacatos</b>			2			2
<b>Pele clara</b>				4		5
<b>Pessimistas*</b>			2	2		4
<b>Poupadores</b>						2
<b>Pragmáticos</b>				2		2
<b>Preconceituosos</b>			2			2
<b>Receptivos</b>				2		2
<b>Religiosos</b>				3		3
<b>Reservados</b>			6			7
<b>Românticos</b>						2
<b>Saudosistas</b>				3		4
<b>Sebastianistas</b>				2		2
<b>Sensíveis</b>						2
<b>Tímidos</b>			2			2
<b>Tristes</b>			2			2
<b>Xenófobos</b>						2

**Nota:** Os atributos assinalados com um asterisco\* são consensuais entre participantes angolanos e portugueses.

# **ANEXO 6**

## **Estudo 3b: Questionário**

Nota: Foram utilizadas duas versões deste questionário que diferiam unicamente na ordem de apresentação das escalas relativas à estereotipicalidade dos traços. Na Versão 1 a escala de estereotipicalidade dos traços em relação ao grupo dos angolanos era apresentada em primeiro lugar, sendo seguida pela escala de estereotipicalidade dos traços em relação ao grupo dos portugueses. A Versão 2 invertia esta ordem de apresentação. A escala relativa à valência avaliativa dos traços era sempre apresentada em último lugar. Por razões de economia de espaço apresentamos aqui apenas a Versão 1 do questionário.

## **INVESTIGAÇÃO SOBRE PSICOLOGIA INTERCULTURAL**

Somos uma equipa de investigadores na área das ciências sociais e humanas. Estamos interessados em estudar diferentes questões relacionadas com a forma como as pessoas de diferentes culturas se percebem umas às outras. Pedimos a sua colaboração para responder a este questionário. Estimamos que esta tarefa lhe ocupará aproximadamente 15 minutos. As suas respostas são anónimas e confidenciais. Não há respostas certas nem erradas. Interessa-nos a sua opinião sincera.

Muito obrigado pela sua colaboração

Nesta página e seguintes encontra uma lista de características. Gostaríamos que classificasse cada uma dessas características utilizando a escala seguinte. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	<b>nada típico dos angolanos</b>					<b>muito típico dos angolanos</b>	
Acolhedores	1	2	3	4	5	6	7
Agressivos	1	2	3	4	5	6	7
Alegres	1	2	3	4	5	6	7
Amantes do prazer	1	2	3	4	5	6	7
Ambiciosos	1	2	3	4	5	6	7
Amigáveis	1	2	3	4	5	6	7
Antipáticos	1	2	3	4	5	6	7
Artísticos	1	2	3	4	5	6	7
Avarentos	1	2	3	4	5	6	7
Aventureiros	1	2	3	4	5	6	7
Bem dispostos	1	2	3	4	5	6	7
Bem humorados	1	2	3	4	5	6	7
Boa capacidade de adaptação	1	2	3	4	5	6	7
Calorosos	1	2	3	4	5	6	7
Cheios de ritmo	1	2	3	4	5	6	7
Cínicos	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativos	1	2	3	4	5	6	7
Conflituosos	1	2	3	4	5	6	7
Conformados	1	2	3	4	5	6	7
Conservadores	1	2	3	4	5	6	7
Corajosos	1	2	3	4	5	6	7
Criativos	1	2	3	4	5	6	7
Cultos	1	2	3	4	5	6	7
Desconfiados	1	2	3	4	5	6	7
Desportivos	1	2	3	4	5	6	7
Dinâmicos	1	2	3	4	5	6	7
Divertidos	1	2	3	4	5	6	7
Egoístas	1	2	3	4	5	6	7



	<b>nada típico dos angolanos</b>					<b>muito típico dos angolanos</b>	
Emotivos	1	2	3	4	5	6	7
Empreendedores	1	2	3	4	5	6	7
Espírito de camaradagem	1	2	3	4	5	6	7
Expontâneos	1	2	3	4	5	6	7
Extrovertidos	1	2	3	4	5	6	7
Falsos	1	2	3	4	5	6	7
Fechados	1	2	3	4	5	6	7
Festivos	1	2	3	4	5	6	7
Forte ligação à família	1	2	3	4	5	6	7
Frios	1	2	3	4	5	6	7
Gulosos	1	2	3	4	5	6	7
Hipócritas	1	2	3	4	5	6	7
Honestos	1	2	3	4	5	6	7
Hospitaleiros	1	2	3	4	5	6	7
Humildes	1	2	3	4	5	6	7
Ignorantes	1	2	3	4	5	6	7
Imaginativos	1	2	3	4	5	6	7
Impulsivos	1	2	3	4	5	6	7
Individualistas	1	2	3	4	5	6	7
Inteligentes	1	2	3	4	5	6	7
Introvertidos	1	2	3	4	5	6	7
Invejosos	1	2	3	4	5	6	7
Leais	1	2	3	4	5	6	7
Lutadores	1	2	3	4	5	6	7
Materialistas	1	2	3	4	5	6	7
Musicais	1	2	3	4	5	6	7
Nacionalistas	1	2	3	4	5	6	7
Orgulhosos	1	2	3	4	5	6	7
Ostentosos	1	2	3	4	5	6	7
Passivos	1	2	3	4	5	6	7
Patrióticos	1	2	3	4	5	6	7
Pessimistas	1	2	3	4	5	6	7

	nada típico dos angolanos					muito típico dos angolanos	
Pragmáticos	1	2	3	4	5	6	7
Preconceituosos	1	2	3	4	5	6	7
Preguiçosos	1	2	3	4	5	6	7
Racistas	1	2	3	4	5	6	7
Receptivos	1	2	3	4	5	6	7
Religiosos	1	2	3	4	5	6	7
Reservados	1	2	3	4	5	6	7
Românticos	1	2	3	4	5	6	7
Saudosistas	1	2	3	4	5	6	7
Sensíveis	1	2	3	4	5	6	7
Sensuais	1	2	3	4	5	6	7
Simpáticos	1	2	3	4	5	6	7
Simples	1	2	3	4	5	6	7
Sociáveis	1	2	3	4	5	6	7
Solidários	1	2	3	4	5	6	7
Supersticiosos	1	2	3	4	5	6	7
Trabalhadores	1	2	3	4	5	6	7
Tradicionalistas	1	2	3	4	5	6	7
Unidos	1	2	3	4	5	6	7
Vaidosos	1	2	3	4	5	6	7

Agora, gostaríamos que avaliasse cada uma das características utilizando a seguinte escala. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	<b>nada típico dos portugueses</b>					<b>muito típico dos portugueses</b>	
Acolhedores	1	2	3	4	5	6	7
Agressivos	1	2	3	4	5	6	7
Alegres	1	2	3	4	5	6	7
Amantes do prazer	1	2	3	4	5	6	7
Ambiciosos	1	2	3	4	5	6	7
Amigáveis	1	2	3	4	5	6	7
Antipáticos	1	2	3	4	5	6	7
Artísticos	1	2	3	4	5	6	7
Avarentos	1	2	3	4	5	6	7
Aventureiros	1	2	3	4	5	6	7
Bem dispostos	1	2	3	4	5	6	7
Bem humorados	1	2	3	4	5	6	7
Boa capacidade de adaptação	1	2	3	4	5	6	7
Calorosos	1	2	3	4	5	6	7
Cheios de ritmo	1	2	3	4	5	6	7
Cínicos	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativos	1	2	3	4	5	6	7
Conflituosos	1	2	3	4	5	6	7
Conformados	1	2	3	4	5	6	7
Conservadores	1	2	3	4	5	6	7
Corajosos	1	2	3	4	5	6	7
Criativos	1	2	3	4	5	6	7
Cultos	1	2	3	4	5	6	7
Desconfiados	1	2	3	4	5	6	7
Desportivos	1	2	3	4	5	6	7
Dinâmicos	1	2	3	4	5	6	7
Divertidos	1	2	3	4	5	6	7
Egoístas	1	2	3	4	5	6	7

	nada típico dos portugueses					muito típico dos portugueses	
Emotivos	1	2	3	4	5	6	7
Empreendedores	1	2	3	4	5	6	7
Espírito de camaradagem	1	2	3	4	5	6	7
Expontâneos	1	2	3	4	5	6	7
Extrovertidos	1	2	3	4	5	6	7
Falsos	1	2	3	4	5	6	7
Fechados	1	2	3	4	5	6	7
Festivos	1	2	3	4	5	6	7
Forte ligação à família	1	2	3	4	5	6	7
Frios	1	2	3	4	5	6	7
Gulosos	1	2	3	4	5	6	7
Hipócritas	1	2	3	4	5	6	7
Honestos	1	2	3	4	5	6	7
Hospitaleiros	1	2	3	4	5	6	7
Humildes	1	2	3	4	5	6	7
Ignorantes	1	2	3	4	5	6	7
Imaginativos	1	2	3	4	5	6	7
Impulsivos	1	2	3	4	5	6	7
Individualistas	1	2	3	4	5	6	7
Inteligentes	1	2	3	4	5	6	7
Introvertidos	1	2	3	4	5	6	7
Invejosos	1	2	3	4	5	6	7
Leais	1	2	3	4	5	6	7
Lutadores	1	2	3	4	5	6	7
Materialistas	1	2	3	4	5	6	7
Musicais	1	2	3	4	5	6	7
Nacionalistas	1	2	3	4	5	6	7
Orgulhosos	1	2	3	4	5	6	7
Ostentosos	1	2	3	4	5	6	7
Passivos	1	2	3	4	5	6	7
Patrióticos	1	2	3	4	5	6	7
Pessimistas	1	2	3	4	5	6	7

	<b>nada típico dos portugueses</b>				<b>muito típico dos portugueses</b>		
Pragmáticos	1	2	3	4	5	6	7
Preconceituosos	1	2	3	4	5	6	7
Preguiçosos	1	2	3	4	5	6	7
Racistas	1	2	3	4	5	6	7
Receptivos	1	2	3	4	5	6	7
Religiosos	1	2	3	4	5	6	7
Reservados	1	2	3	4	5	6	7
Românticos	1	2	3	4	5	6	7
Saudosistas	1	2	3	4	5	6	7
Sensíveis	1	2	3	4	5	6	7
Sensuais	1	2	3	4	5	6	7
Simpáticos	1	2	3	4	5	6	7
Simple	1	2	3	4	5	6	7
Sociáveis	1	2	3	4	5	6	7
Solidários	1	2	3	4	5	6	7
Supersticiosos	1	2	3	4	5	6	7
Trabalhadores	1	2	3	4	5	6	7
Tradicionalistas	1	2	3	4	5	6	7
Unidos	1	2	3	4	5	6	7
Vaidosos	1	2	3	4	5	6	7

Finalmente, gostaríamos que avaliasse cada uma das características utilizando a seguinte escala. Por favor, cruze o número que corresponde à sua opinião.

	muito negativo					muito positivo	
Acolhedores	1	2	3	4	5	6	7
Agressivos	1	2	3	4	5	6	7
Alegres	1	2	3	4	5	6	7
Amantes do prazer	1	2	3	4	5	6	7
Ambiciosos	1	2	3	4	5	6	7
Amigáveis	1	2	3	4	5	6	7
Antipáticos	1	2	3	4	5	6	7
Artísticos	1	2	3	4	5	6	7
Avarentos	1	2	3	4	5	6	7
Aventureiros	1	2	3	4	5	6	7
Bem dispostos	1	2	3	4	5	6	7
Bem humorados	1	2	3	4	5	6	7
Boa capacidade de adaptação	1	2	3	4	5	6	7
Calorosos	1	2	3	4	5	6	7
Cheios de ritmo	1	2	3	4	5	6	7
Cínicos	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativos	1	2	3	4	5	6	7
Conflituosos	1	2	3	4	5	6	7
Conformados	1	2	3	4	5	6	7
Conservadores	1	2	3	4	5	6	7
Corajosos	1	2	3	4	5	6	7
Criativos	1	2	3	4	5	6	7
Cultos	1	2	3	4	5	6	7
Desconfiados	1	2	3	4	5	6	7
Desportivos	1	2	3	4	5	6	7
Dinâmicos	1	2	3	4	5	6	7
Divertidos	1	2	3	4	5	6	7
Egoístas	1	2	3	4	5	6	7

	muito negativo					muito positivo	
Emotivos	1	2	3	4	5	6	7
Empreendedores	1	2	3	4	5	6	7
Espírito de camaradagem	1	2	3	4	5	6	7
Expontâneos	1	2	3	4	5	6	7
Extrovertidos	1	2	3	4	5	6	7
Falsos	1	2	3	4	5	6	7
Fechados	1	2	3	4	5	6	7
Festivos	1	2	3	4	5	6	7
Forte ligação à família	1	2	3	4	5	6	7
Frios	1	2	3	4	5	6	7
Gulosos	1	2	3	4	5	6	7
Hipócritas	1	2	3	4	5	6	7
Honestos	1	2	3	4	5	6	7
Hospitaleiros	1	2	3	4	5	6	7
Humildes	1	2	3	4	5	6	7
Ignorantes	1	2	3	4	5	6	7
Imaginativos	1	2	3	4	5	6	7
Impulsivos	1	2	3	4	5	6	7
Individualistas	1	2	3	4	5	6	7
Inteligentes	1	2	3	4	5	6	7
Introvertidos	1	2	3	4	5	6	7
Invejosos	1	2	3	4	5	6	7
Leais	1	2	3	4	5	6	7
Lutadores	1	2	3	4	5	6	7
Materialistas	1	2	3	4	5	6	7
Musicais	1	2	3	4	5	6	7
Nacionalistas	1	2	3	4	5	6	7
Orgulhosos	1	2	3	4	5	6	7
Ostentosos	1	2	3	4	5	6	7
Passivos	1	2	3	4	5	6	7
Patrióticos	1	2	3	4	5	6	7
Pessimistas	1	2	3	4	5	6	7

	muito negativo					muito positivo	
Pragmáticos	1	2	3	4	5	6	7
Preconceituosos	1	2	3	4	5	6	7
Preguiçosos	1	2	3	4	5	6	7
Racistas	1	2	3	4	5	6	7
Receptivos	1	2	3	4	5	6	7
Religiosos	1	2	3	4	5	6	7
Reservados	1	2	3	4	5	6	7
Românticos	1	2	3	4	5	6	7
Saudosistas	1	2	3	4	5	6	7
Sensíveis	1	2	3	4	5	6	7
Sensuais	1	2	3	4	5	6	7
Simpáticos	1	2	3	4	5	6	7
Simple	1	2	3	4	5	6	7
Sociáveis	1	2	3	4	5	6	7
Solidários	1	2	3	4	5	6	7
Supersticiosos	1	2	3	4	5	6	7
Trabalhadores	1	2	3	4	5	6	7
Tradicionalistas	1	2	3	4	5	6	7
Unidos	1	2	3	4	5	6	7
Vaidosos	1	2	3	4	5	6	7

Por razões estatísticas, por favor, responda às seguintes questões:

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração





# **ANEXO 7**

**Estudo 3b: Síntese dos tratamentos estatísticos efectuados  
sobre os dados**

### Avaliação das características

Tabela\_anexos 13 - Teste-t – Participantes angolanos (N=50) – Avaliação das características

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	49	5,5714	1,1902	,1700	9,242	48	,000
Agressivos	50	2,8800	1,4658	,2073	-5,403	49	,000
Alegres	50	5,6600	1,0806	,1528	10,862	49	,000
Amantes do prazer	50	5,0800	1,1925	,1686	6,404	49	,000
Ambiciosos	49	4,9592	1,1895	,1699	5,645	48	,000
Amigáveis	50	5,4800	1,1993	,1696	8,726	49	,000
Antipáticos	49	2,8163	1,5502	,2215	-5,345	48	,000
Artísticos	50	4,9000	1,2330	,1744	5,161	49	,000
Avarentos	49	3,3061	1,6228	,2318	-2,993	48	,004
Aventureiros	49	4,9592	1,3988	,1998	4,800	48	,000
Bem dispostos	50	5,6000	1,2289	,1738	9,206	49	,000
Bem humorados	50	5,6200	1,1409	,1613	10,041	49	,000
Boa capacidade de adaptação	50	5,6800	1,1683	,1652	10,168	49	,000
Calorosos	49	5,4082	1,3373	,1910	7,371	48	,000
Cheios de ritmo	49	5,2449	1,2834	,1833	6,790	48	,000
Cínicos	50	2,5400	1,2651	,1789	-8,161	49	,000
Comunicativos	49	5,5306	1,3087	,1870	8,187	48	,000
Conflituosos	49	3,3878	4,4620	,6374	-,961	48	,342
Conformados	50	3,4200	1,4010	,1981	-2,927	49	,005
Conservadores	48	4,0417	1,3832	,1996	,209	47	,836
Corajosos	49	5,2245	,9413	,1345	9,106	48	,000
Criativos	50	5,3400	1,1713	,1656	8,090	49	,000
Cultos	50	5,3800	1,3536	,1914	7,209	49	,000
Desconfiados	50	4,0800	1,3529	,1913	,418	49	,678
Desportivos	50	5,2200	1,3596	,1923	6,345	49	,000
Dinâmicos	50	5,6200	1,0669	,1509	10,736	49	,000
Divertidos	50	5,5400	1,4316	,2025	7,607	49	,000
Egoístas	50	3,1800	2,1824	,3086	-2,657	49	,011
Emotivos	50	4,4200	1,3415	,1897	2,214	49	,032
Empreendedores	50	5,3000	1,4033	,1985	6,550	49	,000
Espírito de camaradagem	50	5,5600	1,2149	,1718	9,080	49	,000
Espontâneos	49	4,6735	1,0876	,1554	4,335	48	,000
Extrovertidos	50	4,9400	1,3463	,1904	4,937	49	,000
Falsos	49	2,4490	1,6338	,2334	-6,645	48	,000
Fechados	50	3,1400	1,5651	,2213	-3,886	49	,000
Festivos	48	4,9167	1,2175	,1757	5,216	47	,000
Forte ligação à família	49	5,3673	1,3493	,1928	7,094	48	,000
Frios	49	2,7347	1,5107	,2158	-5,863	48	,000
Gulosos	50	3,4800	1,3130	,1857	-2,800	49	,007
Hipócritas	50	2,3800	1,3686	,1935	-8,370	49	,000

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	50	5,2000	1,4286	,2020	5,940	49	,000
Hospitais	50	5,3600	1,1563	,1635	8,316	49	,000
Humildes	50	5,1400	1,1608	,1642	6,945	49	,000
Ignorantes	49	2,4898	1,3712	,1959	-7,710	48	,000
Imaginativos	50	5,1200	1,1718	,1657	6,759	49	,000
Impulsivos	49	3,6939	1,1938	,1705	-1,795	48	,079
Individualistas	50	3,4800	1,7171	,2428	-2,141	49	,037
Inteligentes	49	5,4694	1,5425	,2204	6,668	48	,000
Introvertidos	48	3,0417	1,0097	,1457	-6,576	47	,000
Invejosos	50	2,7000	1,5419	,2181	-5,962	49	,000
Leais	50	5,2600	1,2423	,1757	7,172	49	,000
Lutadores	50	5,5600	1,1457	,1620	9,628	49	,000
Materialistas	50	4,2400	1,5194	,2149	1,117	49	,269
Musicais	49	5,0204	1,3767	,1967	5,188	48	,000
Nacionalistas	50	4,8600	1,2618	,1785	4,819	49	,000
Orgulhosos	49	4,7755	1,1595	,1656	4,682	48	,000
Ostentosos	49	3,9388	1,5331	,2190	-,280	48	,781
Passivos	50	3,9800	1,1516	,1629	-,123	49	,903
Patrióticos	50	4,6800	1,2526	,1771	3,839	49	,000
Pessimistas	50	3,4800	1,5418	,2180	-2,385	49	,021
Pragmáticos	50	4,1000	1,2817	,1813	,552	49	,584
Preconceituosos	50	3,1400	1,4429	,2041	-4,214	49	,000
Preguiçosos	49	2,4082	1,0977	,1568	-10,15	48	,000
Racistas	49	2,5306	1,6086	,2298	-6,394	48	,000
Receptivos	50	4,8400	1,2675	,1793	4,686	49	,000
Religiosos	50	5,1400	1,3403	,1895	6,014	49	,000
Reservados	50	3,7000	1,1650	,1648	-1,821	49	,075
Românticos	50	5,0200	1,1692	,1653	6,169	49	,000
Saudosistas	50	4,1800	1,4941	,2113	,852	49	,398
Sensíveis	50	4,7400	1,1214	,1586	4,666	49	,000
Sensuais	49	5,1020	1,1410	,1630	6,761	48	,000
Simpáticos	49	5,6122	1,0766	,1538	10,483	48	,000
Simples	50	5,3600	1,3056	,1846	7,366	49	,000
Sociáveis	50	5,6800	1,2362	,1748	9,610	49	,000
Solidários	50	5,4000	1,4142	,2000	7,000	49	,000
Supersticiosos	50	3,6600	1,5334	,2169	-1,568	49	,123
Trabalhadores	49	5,7143	1,2416	,1774	9,665	48	,000
Tradicionalistas	50	4,4400	1,4591	,2063	2,132	49	,038
Unidos	49	5,6122	1,4551	,2079	7,756	48	,000
Vaidosos	49	4,1224	1,8555	,2651	,462	48	,646

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

Tabela\_anexos 14 - Teste-t – Participantes portugueses (N=64) - Avaliação das características

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	64	5,7500	1,2971	,1621	10,793	63	,000
Agressivos	64	2,2656	1,4392	,1799	-9,641	63	,000
Alegres	64	5,8906	1,2100	,1512	12,500	63	,000
Amantes do prazer	63	5,2063	1,2971	,1634	7,382	62	,000
Ambiciosos	64	4,6719	1,3922	,1740	3,861	63	,000
Amigáveis	64	6,0313	1,0384	,1298	15,648	63	,000
Antipáticos	63	1,9206	1,2089	,1523	-13,65	62	,000
Artísticos	64	4,9688	1,3912	,1739	5,571	63	,000
Avarentos	64	2,0625	1,2833	,1604	-12,07	63	,000
Aventureiros	63	5,3810	1,2238	,1542	8,956	62	,000
Bem dispostos	63	6,0317	1,1496	,1448	14,028	62	,000
Bem humorados	63	5,9841	1,2114	,1526	13,000	62	,000
Boa capacidade de adaptação	64	5,9219	1,3605	,1701	11,301	63	,000
Calorosos	64	5,6094	1,3524	,1691	9,520	63	,000
Cheios de ritmo	64	5,3438	1,3240	,1655	8,119	63	,000
Cínicos	64	1,9531	1,3851	,1731	-11,82	63	,000
Comunicativos	63	5,5873	1,2780	,1610	9,858	62	,000
Conflituosos	63	2,3016	1,5927	,2007	-8,464	62	,000
Conformados	64	2,8438	1,3240	,1655	-6,986	63	,000
Conservadores	64	3,4531	1,3678	,1710	-3,199	63	,002
Corajosos	64	5,6250	1,1339	,1417	11,465	63	,000
Criativos	64	5,6719	1,2351	,1544	10,829	63	,000
Cultos	62	5,9839	,9999	,1270	15,623	61	,000
Desconfiados	64	2,8125	1,5105	,1888	-6,289	63	,000
Desportivos	63	5,6349	1,2864	,1621	10,087	62	,000
Dinâmicos	64	5,7969	1,1009	,1376	13,057	63	,000
Divertidos	64	5,9531	1,0754	,1344	14,529	63	,000
Egoístas	64	2,0000	1,2848	,1606	-12,45	63	,000
Emotivos	64	4,9219	1,3130	,1641	5,617	63	,000
Empreendedores	64	5,3750	1,1886	,1486	9,255	63	,000
Espírito de camaradagem	64	5,9531	1,0146	,1268	15,399	63	,000
Espontâneos	64	5,1875	1,2328	,1541	7,706	63	,000
Extrovertidos	63	5,3968	1,1576	,1458	9,578	62	,000
Falsos	64	1,6094	1,2676	,1585	-15,08	63	,000
Fechados	63	2,4286	1,1875	,1496	-10,50	62	,000
Festivos	64	5,2500	1,1547	,1443	8,660	63	,000
Forte ligação à família	64	5,7188	1,4195	,1774	9,687	63	,000
Frios	64	2,2969	1,4218	,1777	-9,583	63	,000
Gulosos	64	3,4219	1,4779	,1847	-3,129	63	,003
Hipócritas	64	1,9219	1,5359	,1920	-10,82	63	,000

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	64	6,0781	1,3605	,1701	12,220	63	,000
Hospitaleiros	64	5,8906	1,1700	,1462	12,928	63	,000
Humildes	64	5,4063	1,6008	,2001	7,028	63	,000
Ignorantes	64	2,1250	1,5379	,1922	-9,754	63	,000
Imaginativos	64	5,3594	1,2263	,1533	8,868	63	,000
Impulsivos	64	4,2813	1,1747	,1468	1,915	63	,060
Individualistas	63	3,0952	1,4448	,1820	-4,970	62	,000
Inteligentes	64	5,8281	1,3750	,1719	10,636	63	,000
Introvertidos	64	3,0625	1,2956	,1619	-5,789	63	,000
Invejosos	64	1,9844	1,3153	,1644	-12,26	63	,000
Leais	64	5,8125	1,4461	,1808	10,027	63	,000
Lutadores	64	5,6250	1,3032	,1629	9,975	63	,000
Materialistas	64	3,2813	1,4850	,1856	-3,872	63	,000
Musicais	64	5,0000	1,3569	,1696	5,896	63	,000
Nacionalistas	64	5,2969	1,4549	,1819	7,131	63	,000
Orgulhosos	64	4,2344	1,7434	,2179	1,075	63	,286
Ostentosos	64	3,0000	1,0541	,1318	-7,589	63	,000
Passivos	63	2,8889	1,4381	,1812	-6,133	62	,000
Patrióticos	63	4,9841	1,6214	,2043	4,818	62	,000
Pessimistas	64	2,5625	1,6607	,2076	-6,925	63	,000
Pragmáticos	64	3,9219	1,5462	,1933	-,404	63	,687
Preconceituosos	64	2,5781	1,5410	,1926	-7,381	63	,000
Preguiçosos	64	2,3125	1,4351	,1794	-9,407	63	,000
Racistas	64	1,5938	1,0498	,1312	-18,33	63	,000
Receptivos	63	5,3175	1,4792	,1864	7,070	62	,000
Religiosos	63	4,7143	1,3729	,1730	4,130	62	,000
Reservados	64	3,8438	1,3120	,1640	-,953	63	,344
Românticos	64	5,2344	1,5609	,1951	6,327	63	,000
Saudosistas	64	4,6094	1,4433	,1804	3,378	63	,001
Sensíveis	64	5,9219	6,5181	,8148	2,359	63	,021
Sensuais	64	5,0469	1,5059	,1882	5,562	63	,000
Simpáticos	64	6,0156	1,1477	,1435	14,050	63	,000
Simples	64	5,8125	1,2199	,1525	11,886	63	,000
Sociáveis	64	5,9688	1,2211	,1526	12,898	63	,000
Solidários	64	5,9063	1,2937	,1617	11,788	63	,000
Supersticiosos	64	3,1563	1,4716	,1840	-4,587	63	,000
Trabalhadores	64	5,8906	1,1700	,1462	12,928	63	,000
Tradicionalistas	64	4,4531	1,3908	,1738	2,606	63	,011
Unidos	64	6,2500	1,1409	,1426	15,777	63	,000
Vaidosos	64	3,3125	1,7078	,2135	-3,220	63	,002

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

**Tabela\_anexos 15 - Teste-t - Total (N=114)- Avaliação das características**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	113	5,6726	1,2496	,1176	14,228	112	,000
Agressivos	114	2,5351	1,4765	,1383	-10,59	113	,000
Alegres	114	5,7895	1,1558	,1082	16,531	113	,000
Amantes do prazer	113	5,1504	1,2480	,1174	9,799	112	,000
Ambiciosos	113	4,7965	1,3104	,1233	6,461	112	,000
Amigáveis	114	5,7895	1,1404	,1068	16,755	113	,000
Antipáticos	112	2,3125	1,4334	,1354	-12,459	111	,000
Artísticos	114	4,9386	1,3189	,1235	7,598	113	,000
Avarentos	113	2,6018	1,5615	,1469	-9,519	112	,000
Aventureiros	112	5,1964	1,3141	,1242	9,635	111	,000
Bem dispostos	113	5,8407	1,1995	,1128	16,313	112	,000
Bem humorados	113	5,8230	1,1895	,1119	16,292	112	,000
Boa capacidade de adaptação	114	5,8158	1,2800	,1199	15,147	113	,000
Calorosos	113	5,5221	1,3436	,1264	12,042	112	,000
Cheios de ritmo	113	5,3009	1,3017	,1225	10,624	112	,000
Cínicos	114	2,2105	1,3598	,1274	-14,05	113	,000
Comunicativos	112	5,5625	1,2860	,1215	12,859	111	,000
Conflituosos	112	2,7768	3,2123	,3035	-4,030	111	,000
Conformados	114	3,0965	1,3824	,1295	-6,978	113	,000
Conservadores	112	3,7054	1,3991	,1322	-2,229	111	,028
Corajosos	113	5,4513	1,0690	,1006	14,432	112	,000
Criativos	114	5,5263	1,2136	,1137	13,429	113	,000
Cultos	112	5,7143	1,2038	,1137	15,071	111	,000
Desconfiados	114	3,3684	1,5700	,1470	-4,295	113	,000
Desportivos	113	5,4513	1,3295	,1251	11,604	112	,000
Dinâmicos	114	5,7193	1,0850	,1016	16,920	113	,000
Divertidos	114	5,7719	1,2553	,1176	15,071	113	,000
Egoístas	114	2,5175	1,8253	,1710	-8,672	113	,000
Emotivos	114	4,7018	1,3432	,1258	5,578	113	,000
Empreendedores	114	5,3421	1,2818	,1201	11,179	113	,000
Espírito de camaradagem	114	5,7807	1,1191	,1048	16,989	113	,000
Espontâneos	113	4,9646	1,1947	,1124	8,583	112	,000
Extrovertidos	113	5,1947	1,2597	,1185	10,082	112	,000
Falsos	113	1,9735	1,4908	,1402	-14,45	112	,000
Fechados	113	2,7434	1,4065	,1323	-9,498	112	,000
Festivos	112	5,1071	1,1882	,1123	9,861	111	,000
Forte ligação à família	113	5,5664	1,3944	,1312	11,942	112	,000
Frios	113	2,4867	1,4706	,1383	-10,93	112	,000
Gulosos	114	3,4474	1,4022	,1313	-4,208	113	,000
Hipócritas	114	2,1228	1,4763	,1383	-13,57	113	,000

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	114	5,6930	1,4520	,1360	12,449	113	,000
Hospitaleiros	114	5,6579	1,1887	,1113	14,892	113	,000
Humildes	114	5,2895	1,4250	,1335	9,662	113	,000
Ignorantes	113	2,2832	1,4728	,1385	-12,39	112	,000
Imaginativos	114	5,2544	1,2033	,1127	11,130	113	,000
Impulsivos	113	4,0265	1,2135	,1142	,233	112	,817
Individualistas	113	3,2655	1,5756	,1482	-4,956	112	,000
Inteligentes	113	5,6726	1,4543	,1368	12,225	112	,000
Introvertidos	112	3,0536	1,1766	,1112	-8,512	111	,000
Invejosos	114	2,2982	1,4569	,1365	-12,47	113	,000
Leais	114	5,5702	1,3824	,1295	12,128	113	,000
Lutadores	114	5,5965	1,2317	,1154	13,839	113	,000
Materialistas	114	3,7018	1,5681	,1469	-2,031	113	,045
Musicais	113	5,0088	1,3595	,1279	7,889	112	,000
Nacionalistas	114	5,1053	1,3849	,1297	8,521	113	,000
Orgulhosos	113	4,4690	1,5357	,1445	3,247	112	,002
Ostentosos	113	3,4071	1,3604	,1280	-4,633	112	,000
Passivos	113	3,3717	1,4217	,1337	-4,698	112	,000
Patrióticos	113	4,8496	1,4713	,1384	6,138	112	,000
Pessimistas	114	2,9649	1,6666	,1561	-6,631	113	,000
Pragmáticos	114	4,0000	1,4329	,1342	,000	113	1,000
Preconceituosos	114	2,8246	1,5183	,1422	-8,266	113	,000
Preguiçosos	113	2,3540	1,2950	,1218	-13,51	112	,000
Racistas	113	2,0000	1,3951	,1312	-15,23	112	,000
Receptivos	113	5,1062	1,4038	,1321	8,376	112	,000
Religiosos	113	4,9027	1,3691	,1288	7,009	112	,000
Reservados	114	3,7807	1,2463	,1167	-1,879	113	,063
Românticos	114	5,1404	1,4009	,1312	8,691	113	,000
Saudosistas	114	4,4211	1,4748	,1381	3,048	113	,003
Sensíveis	114	5,4035	4,9577	,4643	3,023	113	,003
Sensuais	113	5,0708	1,3543	,1274	8,405	112	,000
Simpáticos	113	5,8407	1,1305	,1063	17,309	112	,000
Simples	114	5,6140	1,2726	,1192	13,541	113	,000
Sociáveis	114	5,8421	1,2307	,1153	15,981	113	,000
Solidários	114	5,6842	1,3653	,1279	13,171	113	,000
Supersticiosos	114	3,3772	1,5133	,1417	-4,394	113	,000
Trabalhadores	113	5,8142	1,1993	,1128	16,080	112	,000
Tradicionalistas	114	4,4474	1,4148	,1325	3,376	113	,001
Unidos	113	5,9735	1,3192	,1241	15,902	112	,000
Vaidosos	113	3,6637	1,8107	,1703	-1,974	112	,051

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”



**Tabela\_anexos 16 - Teste-t – Participantes angolanos (N=50) - Características típicas dos angolanos**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	50	6,0600	1,0768	,1523	13,527	49	,000
Agressivos	49	3,5510	1,5554	,2222	-2,021	48	,049
Alegres	50	6,4000	,6701	9,476E-02	25,327	49	,000
Amantes do prazer	48	5,9167	1,0485	,1513	12,665	47	,000
Ambiciosos	50	4,9800	1,3323	,1884	5,201	49	,000
Amigáveis	49	5,7551	1,0903	,1558	11,268	48	,000
Antipáticos	50	2,9600	1,3845	,1958	-5,312	49	,000
Artísticos	49	4,6735	1,3903	,1986	3,391	48	,001
Avarentos	50	3,2400	1,5194	,2149	-3,537	49	,001
Aventureiros	50	5,1000	1,5551	,2199	5,002	49	,000
Bem dispostos	50	5,9200	1,1220	,1587	12,101	49	,000
Bem humorados	50	5,6400	1,2898	,1824	8,991	49	,000
Boa capacidade de adaptação	49	5,4082	1,2234	,1748	8,057	48	,000
Calorosos	50	6,0800	1,1220	,1587	13,109	49	,000
Cheios de ritmo	50	6,1200	1,4797	,2093	10,131	49	,000
Cínicos	49	2,7959	1,3537	,1934	-6,226	48	,000
Comunicativos	50	5,5600	1,1980	,1694	9,208	49	,000
Conflituosos	50	4,2200	1,7646	,2496	,882	49	,382
Conformados	50	4,7200	1,4852	,2100	3,428	49	,001
Conservadores	50	3,9000	1,4604	,2065	-,484	49	,630
Corajosos	50	4,9600	1,3242	,1873	5,126	49	,000
Criativos	50	4,6400	1,4675	,2075	3,084	49	,003
Cultos	50	4,0800	,9864	,1395	,573	49	,569
Desconfiados	50	3,7200	1,4291	,2021	-1,385	49	,172
Desportivos	50	4,9600	1,3087	,1851	5,187	49	,000
Dinâmicos	50	4,7800	1,3293	,1880	4,149	49	,000
Divertidos	49	6,0816	,9966	,1424	14,621	48	,000
Egoístas	49	3,7347	1,6301	,2329	-1,139	48	,260
Emotivos	50	5,4400	1,0721	,1516	9,498	49	,000
Empreendedores	50	4,2800	,9906	,1401	1,999	49	,051
Espírito de camaradagem	50	5,2200	1,2982	,1836	6,645	49	,000
Espontâneos	50	5,0400	1,0872	,1538	6,764	49	,000
Extrovertidos	50	5,4800	1,5151	,2143	6,907	49	,000
Falsos	50	3,0600	1,1851	,1676	-5,609	49	,000
Fechados	50	2,8200	1,4941	,2113	-5,585	49	,000
Festivos	50	6,3600	1,1563	,1635	14,431	49	,000
Forte ligação à família	50	6,1000	1,1995	,1696	12,380	49	,000
Frios	50	2,2000	1,2778	,1807	-9,961	49	,000
Gulosos	50	4,1800	1,2070	,1707	1,055	49	,297
Hipócritas	50	3,1000	1,1824	,1672	-5,382	49	,000

**Escala: 1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	50	4,0800	1,0270	,1452	,551	49	,584
Hospitaleiros	49	5,9388	1,0880	,1554	12,474	48	,000
Humildes	50	4,2800	1,6908	,2391	1,171	49	,247
Ignorantes	50	3,2600	1,0063	,1423	-5,200	49	,000
Imaginativos	50	4,7800	1,2824	,1814	4,301	49	,000
Impulsivos	50	4,7600	1,2707	,1797	4,229	49	,000
Individualistas	50	3,4400	1,4868	,2103	-2,663	49	,010
Inteligentes	50	4,3400	1,1178	,1581	2,151	49	,036
Introvertidos	50	2,7800	1,4609	,2066	-5,905	49	,000
Invejosos	49	3,4694	1,5289	,2184	-2,429	48	,019
Leais	50	3,9800	1,0398	,1471	-,136	49	,892
Lutadores	50	4,8000	1,1429	,1616	4,950	49	,000
Materialistas	49	4,9184	1,3044	,1863	4,928	48	,000
Musicais	49	5,6735	1,1795	,1685	9,932	48	,000
Nacionalistas	50	4,9600	1,6157	,2285	4,201	49	,000
Orgulhosos	50	5,3200	1,1147	,1576	8,374	49	,000
Ostentosos	50	5,2000	1,2454	,1761	6,813	49	,000
Passivos	50	4,1000	1,2164	,1720	,581	49	,564
Patrióticos	50	4,8800	1,2720	,1799	4,892	49	,000
Pessimistas	50	3,3400	1,2875	,1821	-3,625	49	,001
Pragmáticos	49	4,2245	1,2292	,1756	1,278	48	,207
Preconceituosos	50	3,6800	1,4061	,1989	-1,609	49	,114
Preguiçosos	49	4,2041	1,3841	,1977	1,032	48	,307
Racistas	49	2,6735	1,3600	,1943	-6,828	48	,000
Receptivos	50	5,6800	1,1856	,1677	10,019	49	,000
Religiosos	50	5,0200	1,3169	,1862	5,477	49	,000
Reservados	50	3,5000	1,0926	,1545	-3,236	49	,002
Românticos	50	4,4600	1,6439	,2325	1,979	49	,053
Saudosistas	49	4,5102	1,5428	,2204	2,315	48	,025
Sensíveis	50	4,2800	1,2784	,1808	1,549	49	,128
Sensuais	50	5,0400	1,2610	,1783	5,832	49	,000
Simpáticos	49	6,0204	,9893	,1413	14,296	48	,000
Simples	50	4,2400	1,8468	,2612	,919	49	,363
Sociáveis	50	6,0800	,8041	,1137	18,292	49	,000
Solidários	50	5,2800	1,3708	,1939	6,603	49	,000
Supersticiosos	50	4,3000	1,4463	,2045	1,467	49	,149
Trabalhadores	49	4,2857	1,3385	,1912	1,494	48	,142
Tradicionalistas	50	4,4800	1,3438	,1900	2,526	49	,015
Unidos	49	4,6531	1,8546	,2649	2,465	48	,017
Vaidosos	50	6,2000	1,1249	,1591	13,830	49	,000

Escala: 1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”

**Tabela\_anexos 17 - Teste-t – Participantes portugueses (N=64)- Características típicas dos angolanos**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	62	4,5484	1,2371	,1571	3,490	61	,001
Agressivos	62	3,0968	1,4789	,1878	-4,809	61	,000
Alegres	63	5,2857	1,4528	,1830	7,024	62	,000
Amantes do prazer	63	4,6032	1,4540	,1832	3,293	62	,002
Ambiciosos	62	3,9355	1,6583	,2106	-,306	61	,760
Amigáveis	63	5,2698	1,2977	,1635	7,767	62	,000
Antipáticos	63	2,5238	1,3661	,1721	-8,577	62	,000
Artísticos	63	4,2063	1,2846	,1618	1,275	62	,207
Avarentos	62	3,0968	1,3636	,1732	-5,216	61	,000
Aventureiros	63	4,2698	1,4941	,1882	1,433	62	,157
Bem dispostos	63	5,3810	1,3005	,1638	8,428	62	,000
Bem humorados	63	5,3333	1,1640	,1466	9,092	62	,000
Boa capacidade de adaptação	63	4,3016	1,3276	,1673	1,803	62	,076
Calorosos	62	4,9355	1,3041	,1656	5,648	61	,000
Cheios de ritmo	64	5,6406	1,3843	,1730	9,481	63	,000
Cínicos	63	2,5397	1,2421	,1565	-9,332	62	,000
Comunicativos	63	4,5238	1,1196	,1411	3,714	62	,000
Conflituosos	63	3,6190	1,6306	,2054	-1,854	62	,068
Conformados	63	3,9841	1,5397	,1940	-,082	62	,935
Conservadores	62	3,7903	1,3687	,1738	-1,206	61	,232
Corajosos	62	4,5000	1,3879	,1763	2,837	61	,006
Criativos	63	4,3651	1,3356	,1683	2,170	62	,034
Cultos	63	4,0476	1,3846	,1744	,273	62	,786
Desconfiados	62	4,0484	1,5933	,2023	,239	61	,812
Desportivos	64	4,5156	1,5118	,1890	2,729	63	,008
Dinâmicos	62	4,5806	1,3616	,1729	3,358	61	,001
Divertidos	64	5,0156	1,3273	,1659	6,122	63	,000
Egoístas	62	2,9839	1,6545	,2101	-4,836	61	,000
Emotivos	63	5,2381	3,7961	,4783	2,589	62	,012
Empreendedores	60	3,8333	1,4162	,1828	-,912	59	,366
Espírito de camaradagem	64	5,0938	1,4770	,1846	5,924	63	,000
Espontâneos	62	4,6290	1,2312	,1564	4,023	61	,000
Extrovertidos	63	4,5079	1,2936	,1630	3,117	62	,003
Falsos	60	2,7833	1,3912	,1796	-6,774	59	,000
Fechados	62	3,6290	1,6520	,2098	-1,768	61	,082
Festivos	64	5,5938	1,2047	,1506	10,583	63	,000
Forte ligação à família	64	5,3125	1,4128	,1766	7,432	63	,000
Frios	63	2,9524	1,4416	,1816	-5,768	62	,000
Gulosos	61	3,7049	1,1739	,1503	-1,963	60	,054
Hipócritas	61	2,6721	1,1933	,1528	-8,691	60	,000

**Escala: 1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	62	4,6452	1,2294	,1561	4,132	61	,000
Hospitaleiros	62	4,7742	1,3721	,1743	4,443	61	,000
Humildes	63	4,8889	1,3333	,1680	5,292	62	,000
Ignorantes	62	3,3710	1,4169	,1799	-3,496	61	,001
Imaginativos	62	4,4677	1,1835	,1503	3,112	61	,003
Impulsivos	62	4,3226	1,4573	,1851	1,743	61	,086
Individualistas	61	3,4426	1,5332	,1963	-2,839	60	,006
Inteligentes	62	4,3710	1,3335	,1694	2,191	61	,032
Introvertidos	61	3,6721	1,5025	,1924	-1,704	60	,093
Invejosos	60	3,2500	1,5252	,1969	-3,809	59	,000
Leais	62	4,7581	1,2891	,1637	4,630	61	,000
Lutadores	63	5,1429	1,4126	,1780	6,422	62	,000
Materialistas	62	3,6935	1,5950	,2026	-1,513	61	,135
Musicais	62	5,3548	1,5691	,1993	6,799	61	,000
Nacionalistas	64	5,4531	1,3908	,1738	8,359	63	,000
Orgulhosos	60	4,5500	1,4193	,1832	3,002	59	,004
Ostentosos	58	3,3793	1,2542	,1647	-3,769	57	,000
Passivos	58	3,7241	1,3084	,1718	-1,606	57	,114
Patrióticos	62	5,2419	1,3633	,1731	7,173	61	,000
Pessimistas	61	3,5246	1,4561	,1864	-2,550	60	,013
Pragmáticos	59	3,6949	1,1181	,1456	-2,096	58	,040
Preconceituosos	61	3,9016	1,3128	,1681	-,585	60	,561
Preguiçosos	62	3,5484	1,3752	,1746	-2,586	61	,012
Racistas	62	3,5484	1,6858	,2141	-2,109	61	,039
Receptivos	62	4,6613	1,2139	,1542	4,289	61	,000
Religiosos	62	4,7258	1,5594	,1980	3,665	61	,001
Reservados	63	4,3651	1,4176	,1786	2,044	62	,045
Românticos	61	4,2459	1,1924	,1527	1,611	60	,113
Saudosistas	62	4,6129	1,4298	,1816	3,375	61	,001
Sensíveis	62	4,6613	1,2273	,1559	4,243	61	,000
Sensuais	61	4,1148	1,4387	,1842	,623	60	,536
Simpáticos	63	4,8571	1,4464	,1822	4,704	62	,000
Simples	63	5,2857	1,4077	,1774	7,250	62	,000
Sociáveis	63	4,8413	1,2977	,1635	5,145	62	,000
Solidários	64	4,9531	1,3851	,1731	5,505	63	,000
Supersticiosos	60	4,6000	1,5966	,2061	2,911	59	,005
Trabalhadores	62	4,7903	1,5056	,1912	4,133	61	,000
Tradicionalistas	61	4,9672	1,5272	,1955	4,947	60	,000
Unidos	62	5,4355	1,5431	,1960	7,325	61	,000
Vaidosos	60	3,4167	1,4647	,1891	-3,08	59	,003

Escala: 1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”

**Tabela\_anexos 18 - Teste-t - Total (N=114) - Características típicas dos angolanos**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	112	5,2232	1,3866	,1310	9,336	111	,000
Agressivos	111	3,2973	1,5231	,1446	-4,861	110	,000
Alegres	113	5,7788	1,2938	,1217	14,615	112	,000
Amantes do prazer	111	5,1712	1,4452	,1372	8,538	110	,000
Ambiciosos	112	4,4018	1,6021	,1514	2,654	111	,009
Amigáveis	112	5,4821	1,2301	,1162	12,751	111	,000
Antipáticos	113	2,7168	1,3853	,1303	-9,846	112	,000
Artísticos	112	4,4107	1,3460	,1272	3,229	111	,002
Avarentos	112	3,1607	1,4304	,1352	-6,210	111	,000
Aventureiros	113	4,6372	1,5702	,1477	4,314	112	,000
Bem dispostos	113	5,6195	1,2487	,1175	13,786	112	,000
Bem humorados	113	5,4690	1,2253	,1153	12,745	112	,000
Boa capacidade de adaptação	112	4,7857	1,3913	,1315	5,977	111	,000
Calorosos	112	5,4464	1,3479	,1274	11,356	111	,000
Cheios de ritmo	114	5,8509	1,4405	,1349	13,719	113	,000
Cínicos	112	2,6518	1,2925	,1221	-11,04	111	,000
Comunicativos	113	4,9823	1,2605	,1186	8,284	112	,000
Conflituosos	113	3,8850	1,7100	,1609	-,715	112	,476
Conformados	113	4,3097	1,5531	,1461	2,120	112	,036
Conservadores	112	3,8393	1,4050	,1328	-1,211	111	,229
Corajosos	112	4,7054	1,3731	,1297	5,436	111	,000
Criativos	113	4,4867	1,3959	,1313	3,707	112	,000
Cultos	113	4,0619	1,2195	,1147	,540	112	,590
Desconfiados	112	3,9018	1,5243	,1440	-,682	111	,497
Desportivos	114	4,7105	1,4373	,1346	5,278	113	,000
Dinâmicos	112	4,6696	1,3449	,1271	5,269	111	,000
Divertidos	113	5,4779	1,3031	,1226	12,056	112	,000
Egoístas	111	3,3153	1,6786	,1593	-4,297	110	,000
Emotivos	113	5,3274	2,9138	,2741	4,843	112	,000
Empreendedores	110	4,0364	1,2556	,1197	,304	109	,762
Espírito de camaradagem	114	5,1491	1,3968	,1308	8,784	113	,000
Espontâneos	112	4,8125	1,1819	,1117	7,275	111	,000
Extrovertidos	113	4,9381	1,4717	,1384	6,776	112	,000
Falsos	110	2,9091	1,3031	,1242	-8,780	109	,000
Fechados	112	3,2679	1,6274	,1538	-4,761	111	,000
Festivos	114	5,9298	1,2389	,1160	16,632	113	,000
Forte ligação à família	114	5,6579	1,3751	,1288	12,873	113	,000
Frios	113	2,6195	1,4162	,1332	-10,362	112	,000
Gulosos	111	3,9189	1,2071	,1146	-,708	110	,481
Hipócritas	111	2,8649	1,2022	,1141	-9,948	110	,000

**Escala: 1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	112	4,3929	1,1729	,1108	3,545	111	,001
Hospitaleiros	111	5,2883	1,3777	,1308	9,852	110	,000
Humildes	113	4,6195	1,5255	,1435	4,317	112	,000
Ignorantes	112	3,3214	1,2464	,1178	-5,762	111	,000
Imaginativos	112	4,6071	1,2329	,1165	5,212	111	,000
Impulsivos	112	4,5179	1,3884	,1312	3,947	111	,000
Individualistas	111	3,4414	1,5057	,1429	-3,908	110	,000
Inteligentes	112	4,3571	1,2365	,1168	3,057	111	,003
Introvertidos	111	3,2703	1,5430	,1465	-4,983	110	,000
Invejosos	109	3,3486	1,5237	,1459	-4,463	108	,000
Leais	112	4,4107	1,2416	,1173	3,501	111	,001
Lutadores	113	4,9912	1,3059	,1228	8,068	112	,000
Materialistas	111	4,2342	1,5895	,1509	1,553	110	,123
Musicais	111	5,4955	1,4134	,1342	11,148	110	,000
Nacionalistas	114	5,2368	1,5069	,1411	8,763	113	,000
Orgulhosos	110	4,9000	1,3406	,1278	7,041	109	,000
Ostentosos	108	4,2222	1,5427	,1485	1,497	107	,137
Passivos	108	3,8981	1,2748	,1227	-,830	107	,408
Patrióticos	112	5,0804	1,3298	,1257	8,598	111	,000
Pessimistas	111	3,4414	1,3796	,1309	-4,266	110	,000
Pragmáticos	108	3,9352	1,1940	,1149	-,564	107	,574
Preconceituosos	111	3,8018	1,3539	,1285	-1,542	110	,126
Preguiçosos	111	3,8378	1,4113	,1340	-1,211	110	,229
Racistas	111	3,1622	1,6042	,1523	-5,503	110	,000
Receptivos	112	5,1161	1,2997	,1228	9,088	111	,000
Religiosos	112	4,8571	1,4572	,1377	6,225	111	,000
Reservados	113	3,9823	1,3495	,1269	-,139	112	,889
Românticos	111	4,3423	1,4110	,1339	2,556	110	,012
Saudosistas	111	4,5676	1,4748	,1400	4,055	110	,000
Sensíveis	112	4,4911	1,2592	,1190	4,127	111	,000
Sensuais	111	4,5315	1,4322	,1359	3,910	110	,000
Simpáticos	112	5,3661	1,3885	,1312	10,412	111	,000
Simples	113	4,8230	1,6915	,1591	5,172	112	,000
Sociáveis	113	5,3894	1,2637	,1189	11,687	112	,000
Solidários	114	5,0965	1,3824	,1295	8,469	113	,000
Supersticiosos	110	4,4636	1,5306	,1459	3,177	109	,002
Trabalhadores	111	4,5676	1,4499	,1376	4,124	110	,000
Tradicionalistas	111	4,7477	1,4614	,1387	5,391	110	,000
Unidos	111	5,0901	1,7244	,1637	6,660	110	,000
Vaidosos	110	4,6818	1,9153	,1826	3,734	109	,000

Escala: 1 = “nada típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos angolanos”

**Tabela\_anexos 19 - Teste-t - Total (N=50) - Características típicas dos portugueses**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	50	3,5800	1,7154	,2426	-1,73	49	,090
Agressivos	50	3,4000	1,4428	,2040	-2,94	49	,005
Alegres	50	3,8400	1,4758	,2087	-,767	49	,447
Amantes do prazer	49	4,2449	1,7143	,2449	1,000	48	,322
Ambiciosos	50	5,3400	1,2875	,1821	7,360	49	,000
Amigáveis	50	4,0000	1,3401	,1895	,000	49	1,000
Antipáticos	50	4,2000	1,6162	,2286	,875	49	,386
Artísticos	49	4,1429	1,3994	,1999	,715	48	,478
Avarentos	49	4,5306	1,5559	,2223	2,387	48	,021
Aventureiros	50	5,0400	1,5248	,2156	4,823	49	,000
Bem dispostos	50	3,6600	1,3793	,1951	-1,74	49	,088
Bem humorados	49	3,8367	1,4769	,2110	-,774	48	,443
Boa capacidade de adaptação	50	4,6600	1,3032	,1843	3,581	49	,001
Calorosos	50	3,4200	1,6174	,2287	-2,53	49	,014
Cheios de ritmo	50	3,0000	1,3248	,1874	-5,33	49	,000
Cínicos	49	3,9388	1,9084	,2726	-,225	48	,823
Comunicativos	50	4,0400	1,3395	,1894	,211	49	,834
Conflituosos	50	3,9000	1,5940	,2254	-,444	49	,659
Conformados	50	4,3400	1,2875	,1821	1,867	49	,068
Conservadores	50	4,8800	1,4934	,2112	4,167	49	,000
Corajosos	49	4,5918	1,2403	,1772	3,340	48	,002
Criativos	50	4,4400	1,4165	,2003	2,196	49	,033
Cultos	50	4,0600	1,2683	,1794	,335	49	,739
Desconfiados	50	5,0200	1,3775	,1948	5,236	49	,000
Desportivos	50	4,8200	1,1008	,1557	5,267	49	,000
Dinâmicos	50	4,4200	1,2469	,1763	2,382	49	,021
Divertidos	49	3,5510	1,4151	,2022	-2,22	48	,031
Egoístas	50	4,4200	1,7390	,2459	1,708	49	,094
Emotivos	50	3,9800	1,7201	,2433	-,082	49	,935
Empreendedores	50	3,4200	1,2950	,1831	6,231	49	,000
Espírito de camaradagem	50	3,3600	1,5354	,2171	-2,947	49	,005
Espontâneos	50	3,7600	1,3024	,1842	-1,303	49	,199
Extrovertidos	50	3,5200	1,4879	,2104	-2,281	49	,027
Falsos	50	4,5200	1,6066	,2272	2,289	49	,026
Fechados	50	4,7000	1,9404	,2744	2,551	49	,014
Festivos	50	3,5600	1,5005	,2122	-2,074	49	,043
Forte ligação à família	49	3,5918	1,7668	,2524	-1,617	48	,112
Frios	49	4,4082	1,8699	,2671	1,528	48	,133
Gulosos	50	4,4800	1,3438	,1900	2,526	49	,015
Hipócritas	49	4,3469	1,5485	,2212	1,568	48	,123

**Escala: 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	50	3,8400	1,0759	,1522	-1,05	49	,298
Hospitaleiros	50	3,6200	1,4412	,2038	-1,86	49	,068
Humildes	50	3,6600	1,2875	,1821	-1,86	49	,068
Ignorantes	50	3,8400	1,2182	,1723	-,929	49	,358
Imaginativos	50	4,3400	1,4654	,2072	1,641	49	,107
Impulsivos	50	4,7200	1,3708	,1939	3,714	49	,001
Individualistas	50	5,0200	1,4497	,2050	4,975	49	,000
Inteligentes	50	4,3000	1,3286	,1879	1,597	49	,117
Introvertidos	50	4,0200	1,5971	,2259	,089	49	,930
Invejosos	49	4,5510	1,5147	,2164	2,547	48	,014
Leais	50	3,7400	1,1572	,1637	-1,58	49	,119
Lutadores	50	4,6800	1,3768	,1947	3,492	49	,001
Materialistas	49	5,5510	1,1004	,1572	9,867	48	,000
Musicais	50	4,2800	1,5913	,2250	1,244	49	,219
Nacionalistas	50	4,9600	1,3696	,1937	4,956	49	,000
Orgulhosos	50	5,2000	1,0102	,1429	8,400	49	,000
Ostentosos	50	4,4800	1,2656	,1790	2,682	49	,010
Passivos	49	4,2653	1,1324	,1618	1,640	48	,108
Patrióticos	49	4,7959	1,2907	,1844	4,317	48	,000
Pessimistas	50	4,3800	1,2919	,1827	2,080	49	,043
Pragmáticos	50	4,1600	,9971	,1410	1,135	49	,262
Preconceituosos	50	4,9600	1,3845	,1958	4,903	49	,000
Preguiçosos	50	3,9200	1,1753	,1662	-,481	49	,632
Racistas	50	4,8600	1,5651	,2213	3,886	49	,000
Receptivos	50	3,8000	1,3553	,1917	-1,04	49	,302
Religiosos	49	5,6122	1,2553	,1793	8,991	48	,000
Reservados	50	4,8200	1,6866	,2385	3,438	49	,001
Românticos	50	4,7400	1,2747	,1803	4,105	49	,000
Saudosistas	50	4,8800	1,5990	,2261	3,892	49	,000
Sensíveis	50	4,4200	1,1445	,1619	2,595	49	,012
Sensuais	50	4,0000	1,3248	,1874	,000	49	1,000
Simpáticos	50	3,7800	1,5687	,2218	-,992	49	,326
Simples	50	3,3800	1,5104	,2136	-2,90	49	,006
Sociáveis	50	3,8600	1,6538	,2339	-,599	49	,552
Solidários	50	3,6000	1,4142	,2000	-2,00	49	,051
Supersticiosos	50	4,3800	1,3231	,1871	2,031	49	,048
Trabalhadores	50	5,2000	1,2122	,1714	7,000	49	,000
Tradicionalistas	50	5,1400	1,2938	,1830	1,097	49	,278
Unidos	50	4,2200	1,4184	,2006	-3,16	49	,003
Vaidosos	50	5,2000	1,6537	,2339	5,131	49	,000

Escala: 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”



**Tabela\_anexos 20 - Teste-t – Participantes portugueses (N=64) - Características típicas dos portugueses**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test Test Value = 4		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	62	5,5645	1,3259	,1684	9,291	61	,000
Agressivos	64	3,5469	1,5006	,1876	-2,416	63	,019
Alegres	64	5,1563	1,1015	,1377	8,398	63	,000
Amantes do prazer	64	5,2500	1,0983	,1373	9,105	63	,000
Ambiciosos	64	5,0781	1,3488	,1686	6,395	63	,000
Amigáveis	63	5,4603	1,2550	,1581	9,236	62	,000
Antipáticos	63	2,8254	1,2384	,1560	-7,529	62	,000
Artísticos	64	4,2344	1,1232	,1404	1,669	63	,100
Avarentos	64	3,3906	1,4542	,1818	-3,352	63	,001
Aventureiros	63	4,9524	1,2627	,1591	5,986	62	,000
Bem dispostos	64	5,4688	1,0230	,1279	11,485	63	,000
Bem humorados	64	5,3750	1,0764	,1346	10,219	63	,000
Boa capacidade de adaptação	64	4,9531	1,3620	,1702	5,599	63	,000
Calorosos	64	5,1094	1,2986	,1623	6,834	63	,000
Cheios de ritmo	64	4,3594	1,3728	,1716	2,094	63	,040
Cínicos	64	3,1719	1,5281	,1910	-4,335	63	,000
Comunicativos	64	4,9375	1,0820	,1352	6,932	63	,000
Conflituosos	64	3,7656	1,7251	,2156	-1,087	63	,281
Conformados	64	4,4375	1,5000	,1875	2,333	63	,023
Conservadores	64	4,9375	1,3199	,1650	5,682	63	,000
Corajosos	64	4,9531	1,1876	,1485	6,420	63	,000
Criativos	64	4,5781	1,1657	,1457	3,968	63	,000
Cultos	64	4,6406	1,2132	,1517	4,224	63	,000
Desconfiados	64	4,2656	1,4169	,1771	1,500	63	,139
Desportivos	64	5,0156	1,0464	,1308	7,765	63	,000
Dinâmicos	64	4,9531	1,0754	,1344	7,171	63	,000
Divertidos	64	5,2344	1,3772	,1721	7,783	63	,000
Egoístas	64	3,7813	1,5783	,1973	-1,109	63	,272
Emotivos	64	5,2500	1,1819	,1477	8,461	63	,000
Empreendedores	64	5,4688	1,0536	,1317	11,152	63	,000
Espírito de camaradagem	64	4,9688	1,2595	,1574	6,153	63	,000
Espontâneos	64	4,6094	1,1215	,1402	4,347	63	,000
Extrovertidos	64	4,6094	1,1215	,1402	4,347	63	,000
Falsos	64	3,2500	1,4029	,1754	-4,277	63	,000
Fechados	64	3,9688	1,4689	,1836	-,170	63	,865
Festivos	63	5,3968	1,1294	,1423	9,817	62	,000
Forte ligação à família	64	6,8438	5,0276	,6285	4,525	63	,000
Frios	64	3,0781	1,3836	,1730	-5,330	63	,000
Gulosos	64	5,2031	1,2367	,1546	7,090	63	,000
Hipócritas	64	3,2500	1,3333	,1667	-4,500	63	,000

Escala: 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	64	5,1406	1,0964	,1371	8,323	63	,000
Hospitaleiros	64	5,6563	1,1577	,1447	11,445	63	,000
Humildes	64	5,1094	1,2863	,1608	6,900	63	,000
Ignorantes	64	3,2656	1,2375	,1547	-4,747	63	,000
Imaginativos	63	4,7302	1,0504	,1323	5,517	62	,000
Impulsivos	64	4,6406	1,2519	,1565	4,094	63	,000
Individualistas	64	4,4219	1,2947	,1618	2,607	63	,011
Inteligentes	64	5,1094	,9614	,1202	9,231	63	,000
Introvertidos	64	3,7656	1,2050	,1506	-1,556	63	,125
Invejosos	64	3,8281	1,3979	,1747	-,984	63	,329
Leais	64	4,8906	,9778	,1222	7,287	63	,000
Lutadores	64	5,0938	1,1508	,1439	7,603	63	,000
Materialistas	64	4,8594	1,3436	,1680	5,117	63	,000
Musicais	64	4,7188	1,2658	,1582	4,543	63	,000
Nacionalistas	64	5,5000	1,4142	,1768	8,485	63	,000
Orgulhosos	63	5,3810	1,1420	,1439	9,598	62	,000
Ostentosos	63	4,3016	1,2525	,1578	1,911	62	,061
Passivos	64	3,6406	1,3612	,1702	-2,112	63	,039
Patrióticos	64	5,4688	1,1679	,1460	10,060	63	,000
Pessimistas	64	4,1406	1,3077	,1635	,860	63	,393
Pragmáticos	64	4,1406	1,1250	,1406	1,000	63	,321
Preconceituosos	64	4,5781	1,2059	,1507	3,835	63	,000
Preguiçosos	64	4,2656	1,3943	,1743	1,524	63	,133
Racistas	64	3,8281	1,7048	,2131	-,807	63	,423
Receptivos	64	4,9531	1,1876	,1485	6,420	63	,000
Religiosos	64	5,7969	1,0568	,1321	13,602	63	,000
Reservados	64	4,5625	1,1936	,1492	3,770	63	,000
Românticos	64	5,2031	1,1976	,1497	8,037	63	,000
Saudosistas	63	5,2857	1,2754	,1607	8,001	62	,000
Sensíveis	64	5,3438	1,1848	,1481	9,073	63	,000
Sensuais	64	4,8125	1,3555	,1694	4,795	63	,000
Simpáticos	64	5,6250	1,0313	,1289	12,606	63	,000
Simples	64	5,2969	1,1910	,1489	8,711	63	,000
Sociáveis	64	5,4531	1,0680	,1335	10,885	63	,000
Solidários	64	4,9688	1,1543	,1443	6,714	63	,000
Supersticiosos	64	4,7500	1,2344	,1543	4,861	63	,000
Trabalhadores	64	5,2656	1,1984	,1498	8,448	63	,000
Tradicionalistas	64	4,6250	1,0764	,1346	4,645	63	,000
Unidos	64	4,8750	1,3859	,1732	5,051	63	,000
Vaidosos	64	4,7969	1,3355	,1669	4,774	63	,000

Escala: 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”

**Tabela\_anexos 21 - Teste-t - Total (N=114) - Características típicas dos portugueses**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	112	4,6786	1,8020	,1703	3,985	111	,000
Agressivos	114	3,4825	1,4709	,1378	-3,757	113	,000
Alegres	114	4,5789	1,4322	,1341	4,316	113	,000
Amantes do prazer	113	4,8142	1,4793	,1392	5,850	112	,000
Ambiciosos	114	5,1930	1,3229	,1239	9,629	113	,000
Amigáveis	113	4,8142	1,4793	,1392	5,850	112	,000
Antipáticos	113	3,4336	1,5691	,1476	-3,837	112	,000
Artísticos	113	4,1947	1,2454	,1172	1,662	112	,099
Avarentos	113	3,8850	1,5966	,1502	-,766	112	,445
Aventureiros	113	4,9912	1,3790	,1297	7,640	112	,000
Bem dispostos	114	4,6754	1,4904	,1396	4,839	113	,000
Bem humorados	113	4,7080	1,4741	,1387	5,105	112	,000
Boa capacidade de adaptação	114	4,8246	1,3386	,1254	6,577	113	,000
Calorosos	114	4,3684	1,6684	,1563	2,358	113	,020
Cheios de ritmo	114	3,7632	1,5069	,1411	-1,678	113	,096
Cínicos	113	3,5044	1,7378	,1635	-3,031	112	,003
Comunicativos	114	4,5439	1,2770	,1196	4,547	113	,000
Conflituosos	114	3,8246	1,6630	,1557	-1,126	113	,262
Conformados	114	4,3947	1,4055	,1316	2,999	113	,003
Conservadores	114	4,9123	1,3925	,1304	6,995	113	,000
Corajosos	113	4,7965	1,2186	,1146	6,948	112	,000
Criativos	114	4,5175	1,2777	,1197	4,325	113	,000
Cultos	114	4,3860	1,2657	,1185	3,256	113	,001
Desconfiados	114	4,5965	1,4434	,1352	4,412	113	,000
Desportivos	114	4,9298	1,0703	,1002	9,276	113	,000
Dinâmicos	114	4,8772	1,3771	,1290	6,801	113	,000
Divertidos	113	4,4867	1,5476	,1456	3,343	112	,001
Egoístas	114	4,0614	1,6738	,1568	,392	113	,696
Emotivos	114	4,6930	1,5692	,1470	4,715	113	,000
Empreendedores	114	5,3246	1,1712	,1097	12,076	113	,000
Espírito de camaradagem	114	4,2632	1,5967	,1495	1,760	113	,081
Espontâneos	114	4,2368	1,2712	,1191	1,989	113	,049
Extrovertidos	114	4,1316	1,3986	,1310	1,005	113	,317
Falsos	114	3,8070	1,6178	,1515	-1,274	113	,205
Fechados	114	4,2895	1,7230	,1614	1,794	113	,076
Festivos	113	4,5841	1,5909	,1497	3,903	112	,000
Forte ligação à família	113	5,4336	4,2634	,4011	3,575	112	,001
Frios	113	3,6549	1,7360	,1633	-2,113	112	,037
Gulosos	114	4,7456	1,2179	,1141	6,536	113	,000
Hipócritas	113	3,7257	1,5251	,1435	-1,912	112	,058

Escala: 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	114	4,5702	1,2619	,1182	4,824	113	,000
Hospitaleiros	114	4,7632	1,6364	,1533	4,979	113	,000
Humildes	114	4,4737	1,4707	,1377	3,439	113	,001
Ignorantes	114	3,5175	1,2567	,1177	-4,099	113	,000
Imaginativos	113	4,5575	1,2602	,1186	4,703	112	,000
Impulsivos	114	4,6754	1,3001	,1218	5,547	113	,000
Individualistas	114	4,6842	1,3910	,1303	5,252	113	,000
Inteligentes	114	4,7544	1,2015	,1125	6,704	113	,000
Introvertidos	114	3,8772	1,3899	,1302	-,943	113	,347
Invejosos	113	4,1416	1,4873	,1399	1,012	112	,314
Leais	114	4,3860	1,2011	,1125	3,431	113	,001
Lutadores	114	4,9123	1,2660	,1186	7,694	113	,000
Materialistas	113	5,1593	1,2857	,1209	9,585	112	,000
Musicais	114	4,5263	1,4280	,1337	3,935	113	,000
Nacionalistas	114	5,2632	1,4145	,1325	9,534	113	,000
Orgulhosos	113	5,3009	1,0847	,1020	12,749	112	,000
Ostentosos	113	4,3805	1,2558	,1181	3,221	112	,002
Passivos	113	3,9115	1,2994	,1222	-,724	112	,471
Patrióticos	113	5,1770	1,2623	,1187	9,912	112	,000
Pessimistas	114	4,2456	1,3005	,1218	2,016	113	,046
Pragmáticos	114	4,1491	1,0662	9,986E-02	1,493	113	,138
Preconceituosos	114	4,7456	1,2954	,1213	6,146	113	,000
Preguiçosos	114	4,1140	1,3086	,1226	,930	113	,354
Racistas	114	4,2807	1,7167	,1608	1,746	113	,084
Receptivos	114	4,4474	1,3832	,1295	3,453	113	,001
Religiosos	113	5,7168	1,1454	,1078	15,933	112	,000
Reservados	114	4,6754	1,4297	,1339	5,044	113	,000
Românticos	114	5,0000	1,2480	,1169	8,555	113	,000
Saudosistas	113	5,1062	1,4353	,1350	8,193	112	,000
Sensíveis	114	4,9386	1,2500	,1171	8,017	113	,000
Sensuais	114	4,4561	1,3962	,1308	3,488	113	,001
Simpáticos	114	4,8158	1,5829	,1483	5,503	113	,000
Simples	114	4,4561	1,6410	,1537	2,968	113	,004
Sociáveis	114	4,7544	1,5660	,1467	5,143	113	,000
Solidários	114	4,3684	1,4406	,1349	2,730	113	,007
Supersticiosos	114	4,5877	1,2817	,1200	4,896	113	,000
Trabalhadores	114	5,2368	1,1996	,1124	11,009	113	,000
Tradicionalistas	114	4,4474	1,2487	,1169	3,825	113	,000
Unidos	114	4,2368	1,5244	,1428	1,659	113	,100
Vaidosos	114	4,9737	1,4901	,1396	6,977	113	,000

Escala: 1 = “nada típico dos portugueses”; 7 = “muito típico dos portugueses”



# **ANEXO 8**

## **Estudo 3c: Questionário**

Nota: Foram utilizadas duas versões deste questionário que diferiam unicamente na ordem de apresentação das escalas. Na Versão 1 a escala de estereotipicidade dos traços era apresentada em primeiro lugar, sendo seguida pela escala de avaliação da valência dos traços. A Versão 2 invertia esta ordem de apresentação. Por razões de economia de espaço apresentamos aqui apenas a Versão 1 do questionário.

### INVESTIGAÇÃO SOBRE PSICOLOGIA INTERCULTURAL

Somos uma equipa de investigadores na área das ciências sociais e humanas.

Pedimos a sua colaboração para responder a este questionário.

Estimamos que esta tarefa lhe ocupará aproximadamente 30 minutos.

As suas respostas são anónimas e confidenciais.

Interessa-nos a sua opinião sincera.

Pedimos-lhe que responda o mais espontaneamente possível.

Pedimos-lhe, igualmente, que responda a todas as questões na ordem estabelecida, isto é, não volte atrás para verificar as respostas anteriores.

Muito obrigado pela sua colaboração

Nesta página e seguintes encontra uma lista de atributos. Gostaríamos que classificasse cada um destes atributos, enquanto traço positivo (qualidade) ou negativo (defeito) numa pessoa adulta, recorrendo aos estereótipos de adulto na nossa sociedade e não à sua opinião pessoal. Por favor, faça uma cruz no número que lhe parece mais adequado para classificar cada atributo.

		muito negativo					muito positivo				
		1	2	3	4	5	6	7			
1	Acolhedor.....	1	2	3	4	5	6	7			
2	Agressivo.....	1	2	3	4	5	6	7			
3	Alegre.....	1	2	3	4	5	6	7			
4	Amante do prazer.....	1	2	3	4	5	6	7			
5	Ambicioso.....	1	2	3	4	5	6	7			
6	Amigável.....	1	2	3	4	5	6	7			
7	Antipático.....	1	2	3	4	5	6	7			
8	Artístico.....	1	2	3	4	5	6	7			
9	Avarento.....	1	2	3	4	5	6	7			
10	Aventureiro.....	1	2	3	4	5	6	7			
11	Bem disposto.....	1	2	3	4	5	6	7			
12	Bem humorado.....	1	2	3	4	5	6	7			
13	Boa capacidade de adaptação.....	1	2	3	4	5	6	7			
14	Caloroso.....	1	2	3	4	5	6	7			
15	Cheio de ritmo.....	1	2	3	4	5	6	7			
16	Cínico.....	1	2	3	4	5	6	7			
17	Comunicativo.....	1	2	3	4	5	6	7			
18	Conflituoso.....	1	2	3	4	5	6	7			
19	Conformado.....	1	2	3	4	5	6	7			
20	Conservador.....	1	2	3	4	5	6	7			
21	Corajoso.....	1	2	3	4	5	6	7			
22	Criativo.....	1	2	3	4	5	6	7			
23	Culto.....	1	2	3	4	5	6	7			
24	Desconfiado.....	1	2	3	4	5	6	7			
25	Desportivo.....	1	2	3	4	5	6	7			
26	Dinâmico.....	1	2	3	4	5	6	7			
27	Divertido.....	1	2	3	4	5	6	7			



		<b>mu</b>					<b>mu</b>				
		<b>negativo</b>					<b>positivo</b>				
28	Egoísta.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
29	Emotivo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
30	Empreendedor.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
31	Espírito de camaradagem.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
32	Espontâneo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
33	Extrovertido.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
34	Falso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
35	Fechado.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
36	Festivo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
37	Forte ligação à família.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
38	Frio.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
39	Guloso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
40	Hipócrita.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
41	Honesto.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
42	Hospitaleiro.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
43	Humilde.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
44	Ignorante.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
45	Imaginativo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
46	Impulsivo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
47	Individualista.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
48	Inteligente.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
49	Introvertido.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
50	Invejoso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
51	Leal .....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
52	Lutador.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
53	Materialista.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
54	Musical.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
55	Nacionalista.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
56	Orgulhoso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
57	Ostentoso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
58	Passivo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			

		muito negativo					muito positivo				
59	Patriótico.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
60	Pessimista.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
61	Prático.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
62	Preconceituoso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
63	Preguiçoso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
64	Racista.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
65	Receptivo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
66	Religioso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
67	Reservado.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
68	Romântico.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
69	Saudosista.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
70	Sensível.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
71	Sensual.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
72	Simpático.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
73	Simples.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
74	Sociável.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
75	Solidário.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
76	Supersticioso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
77	Trabalhador.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
78	Tradicionalista.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
79	Unido.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
80	Vaidoso.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			

Finalmente, gostaríamos que classificasse cada uma dessas características utilizando a escala seguinte:

- 1 = muito típico dos angolanos
- 2 = moderadamente típico dos angolanos
- 3 = ligeiramente típico dos angolanos
- 4 = igualmente típico dos angolanos e dos portugueses
- 5 = ligeiramente típico dos portugueses
- 6 = moderadamente típico dos portugueses
- 7 = muito típico dos portugueses

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

		<b>muito negativo</b>					<b>muito positivo</b>	
		1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
1	Acolhedores.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
2	Agressivos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
3	Alegres.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
4	Amantes do prazer.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
5	Ambiciosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
6	Amigáveis.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
7	Antipáticos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
8	Artísticos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
9	Avarentos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
10	Aventureiros.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
11	Bem dispostos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
12	Bem humorados.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
13	Boa capacidade de adaptação.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
14	Calorosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
15	Cheios de ritmo.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
16	Cínicos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
17	Comunicativos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
18	Conflituosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7
19	Conformados.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7

		muito negativo					muito positivo				
20	Conservadores.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
21	Corajosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
22	Criativos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
23	Cultos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
24	Desconfiados.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
25	Desportivos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
26	Dinâmicos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
27	Divertidos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
28	Egoístas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
29	Emotivos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
30	Empreendedores.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
31	Espírito de camaradagem.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
32	Espontâneos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
33	Extrovertidos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
34	Falsos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
35	Fechados.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
36	Festivos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
37	Forte ligação à família.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
38	Frios.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
39	Gulosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
40	Hipócritas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
41	Honestos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
42	Hospitaleiros.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
43	Humildes.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
44	Ignorantes.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
45	Imaginativos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
46	Impulsivos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
47	Individualistas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
48	Inteligentes.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
49	Introvertidos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
50	Invejosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			

		<b> muito negativo</b>					<b> muito positivo</b>				
51	Leais.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
52	Lutadores.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
53	Materialistas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
54	Musicais.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
55	Nacionalistas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
56	Orgulhosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
57	Ostentosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
58	Passivos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
59	Patrióticos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
60	Pessimistas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
61	Práticos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
62	Preconceituosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
63	Preguiçosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
64	Racistas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
65	Receptivos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
66	Religiosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
67	Reservados.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
68	Românticos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
69	Saudosistas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
70	Sensíveis.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
71	Sensuais.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
72	Simpáticos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
73	Simples.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
74	Sociáveis.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
75	Solidários.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
76	Supersticiosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
77	Trabalhadores.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
78	Tradicionalistas.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
79	Unidos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			
80	Vaidosos.....	1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7			

Por razões estatísticas, por favor, responda às seguintes questões:

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração

## **ANEXO 9**

**Estudo 3c: Síntese dos tratamentos estatísticos efectuados  
sobre os dados**

**Tabela\_anexos 22 - Teste-t – Total (N=81) - Avaliação das características**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	81	5,2716	1,2650	,1406	9,047	80	,000
Agressivos	77	2,1169	1,1918	,1358	-13,86	76	,000
Alegres	81	5,4815	1,3144	,1460	10,144	80	,000
Amantes do prazer	81	4,3951	1,3845	,1538	2,568	80	,012
Ambiciosos	81	4,0864	1,3247	,1472	,587	80	,559
Amigáveis	81	5,7037	1,3550	,1506	11,316	80	,000
Antipáticos	81	2,2716	1,0841	,1205	-14,349	80	,000
Artísticos	80	4,5875	1,2396	,1386	4,239	79	,000
Avarentos	78	2,3846	1,2815	,1451	-11,132	77	,000
Aventureiros	81	4,7284	1,1512	,1279	5,694	80	,000
Bem dispostos	81	5,5679	1,1931	,1326	11,827	80	,000
Bem humorados	81	5,5802	1,3404	,1489	10,611	80	,000
Boa capacidade de adaptação	81	5,4568	1,3233	,1470	9,908	80	,000
Calorosos	81	5,3210	1,4303	,1589	8,312	80	,000
Cheios de ritmo	81	4,5802	1,1818	,1313	4,419	80	,000
Cínicos	81	2,2099	1,3390	,1488	-12,03	80	,000
Comunicativos	81	5,6173	1,2100	,1344	12,029	80	,000
Conflituosos	81	2,2840	1,4425	,1603	-10,70	80	,000
Conformados	80	3,0750	1,0882	,1217	-7,603	79	,000
Conservadores	81	3,3827	1,3469	,1497	-4,125	80	,000
Corajosos	80	5,2000	1,2263	,1371	8,752	79	,000
Criativos	81	5,2963	,9930	,1103	11,749	80	,000
Cultos	81	5,9506	1,1716	,1302	14,985	80	,000
Desconfiados	81	3,0123	1,1124	,1236	-7,991	80	,000
Desportivos	81	4,5432	1,0960	,1218	4,461	80	,000
Dinâmicos	81	5,2346	,9909	,1101	11,214	80	,000
Divertidos	81	5,4198	1,2636	,1404	10,112	80	,000
Egoístas	81	2,2222	1,5572	,1730	-10,27	80	,000
Emotivos	80	4,4375	,9788	,1094	3,998	79	,000
Empreendedores	81	5,1481	1,0138	,1126	10,193	80	,000
Espírito de camaradagem	81	5,7284	1,2551	,1395	12,394	80	,000
Espontâneos	81	4,8889	1,1402	,1267	7,016	80	,000
Extrovertidos	81	4,6790	1,2024	,1336	5,083	80	,000
Falsos	81	1,9012	1,2904	,1434	-14,638	80	,000
Fechados	81	2,7778	,8944	9,938E-02	-12,298	80	,000
Festivos	80	4,5000	1,1800	,1319	3,790	79	,000
Forte ligação à família	81	5,5185	1,4063	,1563	9,718	80	,000
Frios	81	2,3457	1,2058	,1340	-12,34	80	,000
Gulosos	79	3,5823	1,2670	,1426	-2,930	78	,004
Hipócritas	81	1,9383	1,3261	,1473	-13,99	80	,000

**Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	81	5,7160	1,4852	,1650	10,399	80	,000
Hospitais	80	5,3375	1,1357	,1270	10,534	79	,000
Humildes	81	4,9383	1,2584	,1398	6,710	80	,000
Ignorantes	81	2,4074	1,1914	,1324	-12,03	80	,000
Imaginativos	80	4,9500	1,0176	,1138	8,350	79	,000
Impulsivos	81	3,8025	1,0052	,1117	-1,769	80	,081
Individualistas	81	2,8272	1,3765	,1529	-7,668	80	,000
Inteligentes	80	5,7750	1,1360	,1270	13,975	79	,000
Introvertidos	81	2,9259	1,0220	,1136	-9,459	80	,000
Invejosos	81	2,0617	1,3995	,1555	-12,46	80	,000
Leais	81	5,8889	1,2550	,1394	13,546	80	,000
Lutadores	80	5,6125	1,0493	,1173	13,745	79	,000
Materialistas	81	3,2840	1,4074	,1564	-4,579	80	,000
Musicais	80	4,3750	1,0110	,1130	3,318	79	,001
Nacionalistas	81	4,5556	1,3038	,1449	3,835	80	,000
Orgulhosos	81	4,1605	1,2986	,1443	1,112	80	,269
Ostentosos	81	3,1358	1,1806	,1312	-6,588	80	,000
Passivos	81	3,2840	1,3156	,1462	-4,898	80	,000
Patrióticos	81	4,8889	1,3323	,1480	6,005	80	,000
Pessimistas	81	2,6296	1,0055	,1117	-12,26	80	,000
Pragmáticos	81	5,1111	,9747	,1083	10,260	80	,000
Preconceituosos	81	2,5309	1,5739	,1749	-8,401	80	,000
Preguiçosos	81	2,3210	1,2632	,1404	-11,96	80	,000
Racistas	81	1,7407	1,3764	,1529	-14,77	80	,000
Receptivos	81	5,0988	1,0560	,1173	9,365	80	,000
Religiosos	80	4,3250	1,0998	,1230	2,643	79	,010
Reservados	81	3,5679	1,0481	,1165	-3,711	80	,000
Românticos	81	4,9506	1,0476	,1164	8,167	80	,000
Saudosistas	81	3,8148	1,1844	,1316	-1,407	80	,163
Sensíveis	81	4,8889	1,2145	,1349	6,587	80	,000
Sensuais	79	4,4810	1,2594	,1417	3,395	78	,001
Simpáticos	81	5,7284	1,2146	,1350	12,807	80	,000
Simples	81	5,2716	1,3785	,1532	8,302	80	,000
Sociáveis	81	5,9877	1,1672	,1297	15,326	80	,000
Solidários	81	6,0370	1,3271	,1475	13,815	80	,000
Supersticiosos	80	3,1000	1,2689	,1419	-6,344	79	,000
Trabalhadores	80	6,0875	1,0577	,1183	17,652	79	,000
Tradicionalistas	81	3,7037	1,3914	,1546	-1,916	80	,059
Unidos	81	4,4691	1,1190	,1243	3,773	80	,000
Vaidosos	81	3,6543	1,4591	,1621	-2,132	80	,036

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”



**Tabela\_anexos 23 - Teste-t – Participantes portugueses (N=50) - Avaliação das características**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	49	5,3061	1,2451	,1779	7,343	48	,000
Agressivos	46	1,8261	1,0605	,1564	-13,90	45	,000
Alegres	49	5,7959	1,0989	,1570	11,440	48	,000
Amantes do prazer	49	4,5306	1,3556	,1937	2,740	48	,009
Ambiciosos	49	4,1224	1,1298	,1614	,759	48	,452
Amigáveis	49	5,8571	1,0992	,1570	11,826	48	,000
Antipáticos	49	1,8980	1,0457	,1494	-14,07	48	,000
Artísticos	49	4,8163	1,2529	,1790	4,561	48	,000
Avarentos	47	2,0638	1,0916	,1592	-12,16	46	,000
Aventureiros	49	4,6531	1,1998	,1714	3,810	48	,000
Bem dispostos	49	5,7551	1,0903	,1558	11,268	48	,000
Bem humorados	49	5,7143	1,2076	,1725	9,937	48	,000
Boa capacidade de adaptação	49	5,5306	1,3245	,1892	8,089	48	,000
Calorosos	49	5,1633	1,4046	,2007	5,797	48	,000
Cheios de ritmo	49	4,8571	1,1726	,1675	5,117	48	,000
Cínicos	49	1,9184	1,2389	,1770	-11,76	48	,000
Comunicativos	49	5,9388	1,1070	,1581	12,260	48	,000
Conflituosos	49	2,1224	1,4235	,2034	-9,233	48	,000
Conformados	48	3,0208	1,1011	,1589	-6,161	47	,000
Conservadores	49	3,3061	1,3103	,1872	-3,707	48	,001
Corajosos	48	5,3750	1,1962	,1727	7,964	47	,000
Criativos	49	5,4082	1,0190	,1456	9,674	48	,000
Cultos	49	6,1633	1,1245	,1606	13,467	48	,000
Desconfiados	49	2,9592	1,1173	,1596	-6,521	48	,000
Desportivos	49	4,6939	1,2781	,1826	3,800	48	,000
Dinâmicos	49	5,2653	1,0758	,1537	8,233	48	,000
Divertidos	49	5,8571	1,1180	,1597	11,628	48	,000
Egoístas	49	1,7551	1,0903	,1558	-14,41	48	,000
Emotivos	49	4,5714	1,0408	,1487	3,843	48	,000
Empreendedores	49	5,0612	1,0880	,1554	6,828	48	,000
Espírito de camaradagem	49	5,8571	1,2247	,1750	10,614	48	,000
Espontâneos	49	5,0204	1,2160	,1737	5,874	48	,000
Extrovertidos	49	5,1020	1,1591	,1656	6,655	48	,000
Falsos	49	1,5918	1,0977	,1568	-15,35	48	,000
Fechados	49	2,6939	,8945	,1278	-10,22	48	,000
Festivos	48	4,7500	1,1578	,1671	4,488	47	,000
Forte ligação à família	49	5,6939	1,2943	,1849	9,161	48	,000
Frios	49	2,0612	1,0686	,1527	-12,70	48	,000
Gulosos	48	3,7500	1,2116	,1749	-1,430	47	,159
Hipócritas	49	1,7347	1,0363	,1480	-15,30	48	,000

**Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	49	5,8163	1,3945	,1992	9,117	48	,000
Hospitaleiros	48	5,5208	1,1297	,1631	9,327	47	,000
Humildes	49	5,3469	1,2171	,1739	7,747	48	,000
Ignorantes	49	2,3265	1,1436	,1634	-10,24	48	,000
Imaginativos	49	5,0408	1,0400	,1486	7,005	48	,000
Impulsivos	49	3,8980	1,0655	,1522	-,670	48	,506
Individualistas	49	2,6531	1,2674	,1811	-7,439	48	,000
Inteligentes	49	5,7755	1,0659	,1523	11,661	48	,000
Introvertidos	49	2,7959	,9785	,1398	-8,614	48	,000
Invejosos	49	1,7755	1,0852	,1550	-14,34	48	,000
Leais	49	6,1429	1,0000	,1429	15,000	48	,000
Lutadores	49	5,8367	1,0478	,1497	12,271	48	,000
Materialistas	49	2,6735	1,3446	,1921	-6,906	48	,000
Musicais	48	4,3750	,9812	,1416	2,648	47	,011
Nacionalistas	49	4,7143	1,3385	,1912	3,735	48	,000
Orgulhosos	49	3,7551	1,1820	,1689	-1,450	48	,153
Ostentosos	49	3,1224	1,2687	,1812	-4,842	48	,000
Passivos	49	3,4286	1,3385	,1912	-2,988	48	,004
Patrióticos	49	4,6939	1,1938	,1705	4,069	48	,000
Pessimistas	49	2,3673	,9059	,1294	-12,61	48	,000
Pragmáticos	49	5,0816	,8859	,1266	8,546	48	,000
Preconceituosos	49	2,5510	1,5284	,2183	-6,636	48	,000
Preguiçosos	49	2,4694	1,3245	,1892	-8,089	48	,000
Racistas	49	1,5918	1,2062	,1723	-13,97	48	,000
Receptivos	49	5,3061	1,1762	,1680	7,773	48	,000
Religiosos	48	4,2917	1,1291	,1630	1,790	47	,080
Reservados	49	3,3265	,8753	,1250	-5,386	48	,000
Românticos	49	5,0408	1,1540	,1649	6,314	48	,000
Saudosistas	49	4,0408	1,2576	,1797	,227	48	,821
Sensíveis	49	5,0204	1,3148	,1878	5,433	48	,000
Sensuais	48	4,6667	1,3262	,1914	3,483	47	,001
Simpáticos	49	5,9184	1,0574	,1511	12,699	48	,000
Simples	49	5,6327	1,2365	,1766	9,243	48	,000
Sociáveis	49	6,1429	,9789	,1398	15,323	48	,000
Solidários	49	6,0816	1,2389	,1770	11,762	48	,000
Supersticiosos	48	3,2292	1,1344	,1637	-4,708	47	,000
Trabalhadores	48	6,0208	1,0617	,1532	13,187	47	,000
Tradicionalistas	49	3,6122	1,2216	,1745	-2,222	48	,031
Unidos	49	4,7347	1,2037	,1720	4,272	48	,000
Vaidosos	49	3,2449	1,3774	,1968	-3,838	48	,000

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

**Tabela\_anexos 24 - Teste-t – Participantes angolanos (N=32) - Avaliação das características**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	32	5,2188	1,3133	,2322	5,250	31	,000
Agressivos	31	2,5484	1,2607	,2264	-6,41	30	,000
Alegres	32	5,0000	1,4811	,2618	3,819	31	,001
Amantes do prazer	32	4,1875	1,4242	,2518	,745	31	,462
Ambiciosos	32	4,0313	1,5961	,2821	,111	31	,913
Amigáveis	32	5,4688	1,6653	,2944	4,989	31	,000
Antipáticos	32	2,8438	,8839	,1563	-7,40	31	,000
Artísticos	31	4,2258	1,1463	,2059	1,097	30	,281
Avarentos	31	2,8710	1,4081	,2529	-4,46	30	,000
Aventureiros	32	4,8438	1,0809	,1911	4,416	31	,000
Bem dispostos	32	5,2813	1,3010	,2300	5,571	31	,000
Bem humorados	32	5,3750	1,5187	,2685	5,122	31	,000
Boa capacidade de adaptação	32	5,3438	1,3346	,2359	5,695	31	,000
Calorosos	32	5,5625	1,4577	,2577	6,063	31	,000
Cheios de ritmo	32	4,1563	1,0809	,1911	,818	31	,420
Cínicos	32	2,6563	1,3821	,2443	-5,50	31	,000
Comunicativos	32	5,1250	1,2115	,2142	5,253	31	,000
Conflituosos	32	2,5313	1,4588	,2579	-5,696	31	,000
Conformados	32	3,1563	1,0809	,1911	-4,41	31	,000
Conservadores	32	3,5000	1,4142	,2500	-2,00	31	,054
Corajosos	32	4,9375	1,2427	,2197	4,267	31	,000
Criativos	32	5,1250	,9419	,1665	6,757	31	,000
Cultos	32	5,6250	1,1846	,2094	7,760	31	,000
Desconfiados	32	3,0938	1,1176	,1976	-4,58	31	,000
Desportivos	32	4,3125	,6927	,1225	2,552	31	,016
Dinâmicos	32	5,1875	,8590	,1519	7,820	31	,000
Divertidos	32	4,7500	1,1914	,2106	3,561	31	,001
Egoístas	32	2,9375	1,8826	,3328	-3,19	31	,003
Emotivos	31	4,2258	,8450	,1518	1,488	30	,147
Empreendedores	32	5,2813	,8884	,1571	8,158	31	,000
Espírito de camaradagem	32	5,5313	1,2948	,2289	6,690	31	,000
Espontâneos	32	4,6875	,9980	,1764	3,897	31	,000
Extrovertidos	32	4,0313	,9667	,1709	,183	31	,856
Falsos	32	2,3750	1,4312	,2530	-6,42	31	,000
Fechados	32	2,9063	,8930	,1579	-6,92	31	,000
Festivos	32	4,1250	1,1288	,1995	,626	31	,536
Forte ligação à família	32	5,2500	1,5450	,2731	4,577	31	,000
Frios	32	2,7813	1,2885	,2278	-5,35	31	,000
Gulosos	31	3,3226	1,3263	,2382	-2,84	30	,008
Hipócritas	32	2,2500	1,6461	,2910	-6,01	31	,000

**Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	32	5,5625	1,6252	,2873	5,439	31	,000
Hospitaleiros	32	5,0625	1,1053	,1954	5,438	31	,000
Humildes	32	4,3125	1,0607	,1875	1,667	31	,106
Ignorantes	32	2,5313	1,2696	,2244	-6,544	31	,000
Imaginativos	31	4,8065	,9805	,1761	4,580	30	,000
Impulsivos	32	3,6563	,9019	,1594	-2,156	31	,039
Individualistas	32	3,0938	1,5104	,2670	-3,394	31	,002
Inteligentes	31	5,7742	1,2572	,2258	7,857	30	,000
Introvertidos	32	3,1250	1,0701	,1892	-4,625	31	,000
Invejosos	32	2,5000	1,7039	,3012	-4,980	31	,000
Leais	32	5,5000	1,5027	,2656	5,647	31	,000
Lutadores	31	5,2581	,9650	,1733	7,259	30	,000
Materialistas	32	4,2188	,9064	,1602	1,365	31	,182
Musicais	32	4,3750	1,0701	,1892	1,982	31	,056
Nacionalistas	32	4,3125	1,2297	,2174	1,438	31	,161
Orgulhosos	32	4,7813	1,2374	,2188	3,571	31	,001
Ostentosos	32	3,1563	1,0506	,1857	-4,543	31	,000
Passivos	32	3,0625	1,2684	,2242	-4,181	31	,000
Patrióticos	32	5,1875	1,4906	,2635	4,507	31	,000
Pessimistas	32	3,0313	1,0313	,1823	-5,314	31	,000
Pragmáticos	32	5,1563	1,1103	,1963	5,891	31	,000
Preconceituosos	32	2,5000	1,6656	,2944	-5,094	31	,000
Preguiçosos	32	2,0938	1,1461	,2026	-9,409	31	,000
Racistas	32	1,9688	1,5961	,2821	-7,199	31	,000
Receptivos	32	4,7813	,7507	,1327	5,887	31	,000
Religiosos	32	4,3750	1,0701	,1892	1,982	31	,056
Reservados	32	3,9375	1,1897	,2103	-,297	31	,768
Românticos	32	4,8125	,8590	,1519	5,351	31	,000
Saudosistas	32	3,4688	,9832	,1738	-3,056	31	,005
Sensíveis	32	4,6875	1,0298	,1820	3,777	31	,001
Sensuais	31	4,1935	1,1081	,1990	,972	30	,339
Simpáticos	32	5,4375	1,3898	,2457	5,851	31	,000
Simples	32	4,7188	1,4195	,2509	2,864	31	,007
Sociáveis	32	5,7500	1,3912	,2459	7,116	31	,000
Solidários	32	5,9688	1,4698	,2598	7,577	31	,000
Supersticiosos	32	2,9063	1,4449	,2554	-4,282	31	,000
Trabalhadores	32	6,1875	1,0607	,1875	11,667	31	,000
Tradicionalistas	32	3,8438	1,6286	,2879	-,543	31	,591
Unidos	32	4,0625	,8400	,1485	,421	31	,677
Vaidosos	32	4,2813	1,3733	,2428	1,158	31	,256

Escala: 1 = “muito negativo”; 7 = “muito positivo”

**Tabela\_anexos 25 - Teste-t – Total (N=81)- Classificação das características**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	78	3,7821	1,8280	,2070	-1,05	77	,296
Agressivos	78	3,5000	1,0288	,1165	-4,292	77	,000
Alegres	78	2,9231	1,1370	,1287	-8,365	77	,000
Amantes do prazer	78	4,2308	1,4764	,1672	1,380	77	,171
Ambiciosos	77	5,1169	1,2245	,1395	8,004	76	,000
Amigáveis	78	3,6282	1,2072	,1367	-2,72	77	,008
Antipáticos	78	4,4359	,8914	,1009	4,319	77	,000
Artísticos	78	3,7821	1,3157	,1490	-1,46	77	,148
Avarentos	78	4,4872	1,0032	,1136	4,289	77	,000
Aventureiros	78	4,7949	1,5063	,1706	4,660	77	,000
Bem dispostos	78	3,6538	1,4579	,1651	-2,09	77	,039
Bem humorados	78	3,6410	1,3189	,1493	-2,40	77	,019
Boa capacidade de adaptação	78	4,0769	1,3558	,1535	,501	77	,618
Calorosos	78	3,6667	1,4385	,1629	-2,04	77	,044
Cheios de ritmo	76	2,5263	1,5703	,1801	-8,18	75	,000
Cínicos	78	4,5256	1,0778	,1220	4,307	77	,000
Comunicativos	78	4,0128	1,1897	,1347	,095	77	,924
Conflituosos	77	3,4805	1,0835	,1235	-4,20	76	,000
Conformados	77	3,3506	1,1444	,1304	-4,97	76	,000
Conservadores	77	4,6234	1,2035	,1372	4,545	76	,000
Corajosos	78	3,9359	1,4355	,1625	-,394	77	,694
Criativos	78	4,1923	1,1056	,1252	1,536	77	,129
Cultos	78	4,5256	1,0410	,1179	4,459	77	,000
Desconfiados	77	3,9740	1,3375	,1524	-,170	76	,865
Desportivos	78	4,5385	1,2027	,1362	3,954	77	,000
Dinâmicos	77	4,4416	1,1753	,1339	3,297	76	,001
Divertidos	78	3,9359	1,1989	,1358	-,472	77	,638
Egoístas	78	4,5513	,9486	,1074	5,132	77	,000
Emotivos	78	3,9231	1,2249	,1387	-,555	77	,581
Empreendedores	78	4,9615	1,1217	,1270	7,571	77	,000
Espírito de camaradagem	78	3,4487	1,1356	,1286	-4,28	77	,000
Espontâneos	78	3,4103	1,1781	,1334	-4,42	77	,000
Extrovertidos	78	3,6282	1,3398	,1517	-2,45	77	,017
Falsos	78	4,0769	,9773	,1107	,695	77	,489
Fechados	78	4,3077	1,0967	,1242	2,478	77	,015
Festivos	78	3,3333	1,4294	,1619	-4,11	77	,000
Forte ligação à família	78	4,1026	1,4910	,1688	,608	77	,545
Frios	78	4,3590	,8675	9,823E-02	3,655	77	,000
Gulosos	78	4,5513	1,1125	,1260	4,377	77	,000
Hipócritas	78	4,4615	,8008	9,068E-02	5,090	77	,000

Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	78	4,2179	1,1125	,1260	1,730	77	,088
Hospitaleiros	78	4,5000	1,5097	,1709	2,925	77	,005
Humildes	78	2,8846	1,0928	,1237	-9,014	77	,000
Ignorantes	78	3,1026	1,1349	,1285	-6,984	77	,000
Imaginativos	78	4,0385	1,1101	,1257	,306	77	,760
Impulsivos	78	3,6538	1,0790	,1222	-2,833	77	,006
Individualistas	78	4,5897	1,0374	,1175	5,021	77	,000
Inteligentes	78	4,4872	,9500	,1076	4,529	77	,000
Introvertidos	77	4,0390	1,1635	,1326	,294	76	,770
Invejosos	78	4,5897	1,0499	,1189	4,961	77	,000
Leais	78	4,1410	1,0029	,1136	1,242	77	,218
Lutadores	78	3,8077	1,3490	,1527	-1,259	77	,212
Materialistas	78	4,7692	,9925	,1124	6,845	77	,000
Musicais	77	3,3506	1,4935	,1702	-3,815	76	,000
Nacionalistas	77	4,4545	1,3817	,1575	2,887	76	,005
Orgulhosos	78	4,2179	1,1694	,1324	1,646	77	,104
Ostentosos	78	4,6026	1,2310	,1394	4,323	77	,000
Passivos	78	3,7179	1,0556	,1195	-2,360	77	,021
Patrióticos	78	4,2179	1,2654	,1433	1,521	77	,132
Pessimistas	78	4,2564	1,0121	,1146	2,238	77	,028
Pragmáticos	78	4,4103	1,1216	,1270	3,230	77	,002
Preconceituosos	78	4,3205	1,3816	,1564	2,049	77	,044
Preguiçosos	78	3,4872	1,0780	,1221	-4,201	77	,000
Racistas	78	4,8846	1,2688	,1437	6,157	77	,000
Receptivos	78	3,9615	1,1101	,1257	-,306	77	,760
Religiosos	78	4,2821	1,3854	,1569	1,798	77	,076
Reservados	78	4,3205	1,0870	,1231	2,604	77	,011
Românticos	78	4,8205	1,0413	,1179	6,959	77	,000
Saudosistas	78	4,7564	1,1417	,1293	5,851	77	,000
Sensíveis	78	4,1923	,9266	,1049	1,833	77	,071
Sensuais	78	4,0385	1,2215	,1383	,278	77	,782
Simpáticos	78	3,7821	1,1582	,1311	-1,662	77	,101
Simples	78	3,4744	1,5435	,1748	-3,008	77	,004
Sociáveis	78	3,5897	1,2320	,1395	-2,941	77	,004
Solidários	77	3,6364	1,3466	,1535	-2,370	76	,020
Supersticiosos	78	3,4744	1,3932	,1577	-3,332	77	,001
Trabalhadores	78	5,2821	1,0307	,1167	10,986	77	,000
Tradicionalistas	78	4,0513	1,2680	,1436	,357	77	,722
Unidos	78	4,4231	1,2009	,1360	3,112	77	,003
Vaidosos	78	4,2051	1,3804	,1563	1,312	77	,193

Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”

**Tabela\_anexos 26 - Teste-t – Participantes portugueses (N=50) - Classificação das características**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	49	4,7755	1,4472	,2067	3,751	48	,000
Agressivos	49	3,8776	,8571	,1224	-1,00	48	,322
Alegres	49	2,9592	1,1895	,1699	-6,12	48	,000
Amantes do prazer	49	4,6735	1,4915	,2131	3,161	48	,003
Ambiciosos	49	5,1020	1,4324	,2046	5,385	48	,000
Amigáveis	49	3,9184	1,2048	,1721	-,474	48	,637
Antipáticos	49	4,0408	,6442	9,203E-02	,444	48	,659
Artísticos	49	4,2245	1,3427	,1918	1,170	48	,248
Avarentos	49	4,1429	,9789	,1398	1,022	48	,312
Aventureiros	49	4,9184	1,4118	,2017	4,553	48	,000
Bem dispostos	49	3,8571	1,5411	,2202	-,649	48	,520
Bem humorados	49	3,7347	1,4688	,2098	-1,264	48	,212
Boa capacidade de adaptação	49	4,0612	1,4777	,2111	,290	48	,773
Calorosos	49	4,1837	1,5093	,2156	,852	48	,399
Cheios de ritmo	48	2,8333	1,8257	,2635	-4,43	47	,000
Cínicos	49	4,2041	,9124	,1303	1,566	48	,124
Comunicativos	49	4,2653	1,2379	,1768	1,500	48	,140
Conflituosos	49	3,8776	,9711	,1387	-,883	48	,382
Conformados	48	3,5000	1,1669	,1684	-2,969	47	,005
Conservadores	49	4,5510	1,3238	,1891	2,914	48	,005
Corajosos	49	4,3265	1,4345	,2049	1,593	48	,118
Criativos	49	4,1429	1,2247	,1750	,816	48	,418
Cultos	49	4,3061	1,0841	,1549	1,977	48	,054
Desconfiados	49	3,6327	1,3493	,1928	-1,906	48	,063
Desportivos	49	4,8367	1,3283	,1898	4,409	48	,000
Dinâmicos	49	4,3061	1,2781	,1826	1,677	48	,100
Divertidos	49	4,0816	1,1874	,1696	,481	48	,633
Egoístas	49	4,1837	,9281	,1326	1,385	48	,172
Emotivos	49	3,9388	1,3449	,1921	-,319	48	,751
Empreendedores	49	4,7551	1,2337	,1762	4,284	48	,000
Espírito de camaradagem	49	3,5306	1,1744	,1678	-2,798	48	,007
Espontâneos	49	3,5714	1,2247	,1750	-2,449	48	,018
Extrovertidos	49	3,7551	1,4510	,2073	-1,181	48	,243
Falsos	49	4,0408	,7348	,1050	,389	48	,699
Fechados	49	4,0816	,9755	,1394	,586	48	,561
Festivos	49	3,4694	1,5559	,2223	-2,387	48	,021
Forte ligação à família	49	4,3061	1,5706	,2244	1,364	48	,179
Frios	49	4,0408	,6757	9,654E-02	,423	48	,674
Gulosos	49	4,8980	1,0256	,1465	6,129	48	,000
Hipócritas	49	4,2653	,7846	,1121	2,367	48	,022

Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	49	4,0816	1,0574	,1511	,540	48	,591
Hospitaleiros	49	5,1633	1,1963	,1709	6,807	48	,000
Humildes	49	2,9592	1,1540	,1649	4,543	48	,000
Ignorantes	49	3,0816	,9966	,1424	-6,314	48	,000
Imaginativos	49	4,1633	1,0478	,1497	-6,451	48	,000
Impulsivos	49	4,0408	,9565	,1366	1,091	48	,281
Individualistas	49	4,3878	1,0372	,1482	,299	48	,766
Inteligentes	49	4,7143	,9129	,1304	2,617	48	,012
Introvertidos	48	3,6667	1,1361	,1640	5,477	48	,000
Invejosos	49	4,1429	,8898	,1271	-2,033	47	,048
Leais	49	4,0408	,9345	,1335	1,124	48	,267
Lutadores	49	3,8163	1,4955	,2136	,306	48	,761
Materialistas	49	4,7755	1,0260	,1466	-,860	48	,394
Musicais	48	3,7083	1,6753	,2418	5,291	48	,000
Nacionalistas	49	4,4286	1,4720	,2103	-1,206	47	,234
Orgulhosos	49	4,6531	1,1283	,1612	2,038	48	,047
Ostentosos	49	4,5918	1,0977	,1568	4,052	48	,000
Passivos	49	3,7959	1,1177	,1597	3,774	48	,000
Patrióticos	49	4,3878	1,4407	,2058	-1,278	48	,207
Pessimistas	49	4,0612	,9663	,1380	1,884	48	,066
Pragmáticos	49	4,3061	1,1218	,1603	,444	48	,659
Preconceituosos	49	4,4286	1,3844	,1978	1,910	48	,062
Preguiçosos	49	3,9796	,9240	,1320	2,167	48	,035
Racistas	49	4,5102	1,1924	,1703	-,155	48	,878
Receptivos	49	4,2041	1,1722	,1675	2,995	48	,004
Religiosos	49	4,3673	1,6033	,2290	1,219	48	,229
Reservados	49	3,9388	1,1256	,1608	1,604	48	,115
Românticos	49	4,7755	,9413	,1345	-,381	48	,705
Saudosistas	49	4,6531	1,1283	,1612	5,767	48	,000
Sensíveis	49	4,1633	,9649	,1378	4,052	48	,000
Sensuais	49	4,6939	,9399	,1343	1,184	48	,242
Simpáticos	49	4,1224	1,2185	,1741	5,167	48	,000
Simples	49	4,0000	1,6073	,2296	,703	48	,485
Sociáveis	49	4,0000	1,2076	,1725	,000	48	1,000
Solidários	48	4,1042	1,1713	,1691	,000	48	1,000
Supersticiosos	49	3,9592	1,4136	,2019	,616	47	,541
Trabalhadores	49	5,2449	1,1279	,1611	-,202	48	,841
Tradicionalistas	49	4,1837	1,2529	,1790	7,726	48	,000
Unidos	49	4,8776	1,0534	,1505	1,026	48	,310
Vaidosos	49	4,7755	1,1949	,1707	5,831	48	,000

Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”



**Tabela\_anexos 27 - Teste-t – Participantes angolanos (N=32) - Classificação das características**

	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Acolhedores	29	2,1034	,9763	,1813	-10,461	28	,000
Agressivos	29	2,8621	,9901	,1839	-6,189	28	,000
Alegres	29	2,8621	1,0598	,1968	-5,782	28	,000
Amantes do prazer	29	3,4828	1,1219	,2083	-2,483	28	,019
Ambiciosos	28	5,1429	,7559	,1429	8,000	27	,000
Amigáveis	29	3,1379	1,0598	,1968	-4,380	28	,000
Antipáticos	29	5,1034	,8596	,1596	6,913	28	,000
Artísticos	29	3,0345	,8653	,1607	-6,009	28	,000
Avarentos	29	5,0690	,7527	,1398	7,648	28	,000
Aventureiros	29	4,5862	1,6587	,3080	1,903	28	,067
Bem dispostos	29	3,3103	1,2565	,2333	-2,956	28	,006
Bem humorados	29	3,4828	1,0219	,1898	-2,726	28	,011
Boa capacidade de adaptação	29	4,1034	1,1447	,2126	,487	28	,630
Calorosos	29	2,7931	,7260	,1348	-8,952	28	,000
Cheios de ritmo	28	2,0000	,7698	,1455	-13,748	27	,000
Cínicos	29	5,0690	1,1317	,2102	5,087	28	,000
Comunicativos	29	3,5862	,9826	,1825	-2,268	28	,031
Conflituosos	28	2,7857	,9172	,1733	-7,005	27	,000
Conformados	29	3,1034	1,0805	,2006	-4,468	28	,000
Conservadores	28	4,7500	,9670	,1828	4,104	27	,000
Corajosos	29	3,2759	1,1921	,2214	-3,271	28	,003
Criativos	29	4,2759	,8822	,1638	1,684	28	,103
Cultos	29	4,8966	,8596	,1596	5,617	28	,000
Desconfiados	28	4,5714	1,1031	,2085	2,741	27	,011
Desportivos	29	4,0345	,7311	,1358	,254	28	,801
Dinâmicos	28	4,6786	,9449	,1786	3,800	27	,001
Divertidos	29	3,6897	1,1983	,2225	-1,395	28	,174
Egoístas	29	5,1724	,6017	,1117	10,493	28	,000
Emotivos	29	3,8966	1,0122	,1880	-,550	28	,586
Empreendedores	29	5,3103	,8064	,1497	8,751	28	,000
Espírito de camaradagem	29	3,3103	1,0725	,1992	-3,463	28	,002
Espontâneos	29	3,1379	1,0598	,1968	-4,380	28	,000
Extrovertidos	29	3,4138	1,1186	,2077	-2,822	28	,009
Falsos	29	4,1379	1,3018	,2417	,571	28	,573
Fechados	29	4,6897	1,1983	,2225	3,099	28	,004
Festivos	29	3,1034	1,1755	,2183	-4,107	28	,000
Forte ligação à família	29	3,7586	1,2999	,2414	-1,000	28	,326
Frios	29	4,8966	,9002	,1672	5,363	28	,000
Gulosos	29	3,9655	1,0171	,1889	-,183	28	,856
Hipócritas	29	4,7931	,7260	,1348	5,883	28	,000

**Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”**

(continuação)	One-Sample Statistics				One-Sample Test		
	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	Test Value = 4		
					t	df	Sig. (2-tailed)
Honestos	29	4,4483	1,1828	,2196	2,041	28	,051
Hospitaleiros	29	3,3793	1,3205	,2452	-2,531	28	,017
Humildes	29	2,7586	,9876	,1834	-6,769	28	,000
Ignorantes	29	3,1379	1,3555	,2517	-3,425	28	,002
Imaginativos	29	3,8276	1,1973	,2223	-,775	28	,445
Impulsivos	29	3,0000	,9636	,1789	-5,588	28	,000
Individualistas	29	4,9310	,9611	,1785	5,217	28	,000
Inteligentes	29	4,1034	,9002	,1672	,619	28	,541
Introvertidos	29	4,6552	,9364	,1739	3,768	28	,001
Invejosos	29	5,3448	,8567	,1591	8,453	28	,000
Leais	29	4,3103	1,1053	,2052	1,512	28	,142
Lutadores	29	3,7931	1,0816	,2009	-1,030	28	,312
Materialistas	29	4,7586	,9508	,1766	4,297	28	,000
Musicais	29	2,7586	,8724	,1620	-7,663	28	,000
Nacionalistas	28	4,5000	1,2323	,2329	2,147	27	,041
Orgulhosos	29	3,4828	,8290	,1539	-3,360	28	,002
Ostentosos	29	4,6207	1,4495	,2692	2,306	28	,029
Passivos	29	3,5862	,9456	,1756	-2,357	28	,026
Patrióticos	29	3,9310	,8422	,1564	-,441	28	,663
Pessimistas	29	4,5862	1,0183	,1891	3,100	28	,004
Pragmáticos	29	4,5862	1,1186	,2077	2,822	28	,009
Preconceituosos	29	4,1379	1,3816	,2566	,538	28	,595
Preguiçosos	29	2,6552	,7689	,1428	-9,419	28	,000
Racistas	29	5,5172	1,1533	,2142	7,085	28	,000
Receptivos	29	3,5517	,8696	,1615	-2,776	28	,010
Religiosos	29	4,1379	,9151	,1699	,812	28	,424
Reservados	29	4,9655	,6258	,1162	8,309	28	,000
Românticos	29	4,8966	1,2055	,2239	4,005	28	,000
Saudosistas	29	4,9310	1,1628	,2159	4,312	28	,000
Sensíveis	29	4,2414	,8724	,1620	1,490	28	,147
Sensuais	29	2,9310	,7527	,1398	-7,648	28	,000
Simpáticos	29	3,2069	,7736	,1437	-5,521	28	,000
Simples	29	2,5862	,9070	,1684	-8,394	28	,000
Sociáveis	29	2,8966	,9390	,1744	-6,328	28	,000
Solidários	29	2,8621	1,2740	,2366	-4,810	28	,000
Supersticiosos	29	2,6552	,8975	,1667	-8,070	28	,000
Trabalhadores	29	5,3448	,8567	,1591	8,453	28	,000
Tradicionalistas	29	3,8276	1,2837	,2384	-,723	28	,475
Unidos	29	3,6552	1,0446	,1940	-1,778	28	,086
Vaidosos	29	3,2414	1,1230	,2085	-3,638	28	,001

Escala: 1 = “muito típico dos angolanos”; 7 = “muito típico dos portugueses”



## **ANEXO 10**

**Estudo 4: Questionário do estudo piloto para teste dos  
materiais-estímulo**

## INVESTIGAÇÃO SOBRE PSICOLOGIA INTERCULTURAL

Somos uma equipa de investigadores na área das ciências sociais e humanas.

Estamos interessados em estudar diferentes questões relacionadas com a forma como as pessoas de diferentes culturas se percebem umas às outras.

Pedimos a sua colaboração para responder a este questionário.

Estimamos que esta tarefa lhe ocupará aproximadamente 30 minutos.

As suas respostas são anónimas e confidenciais.

Não há respostas certas nem erradas. Interessa-nos a sua opinião sincera.

Muito obrigado pela sua colaboração

Nesta página e seguintes, ser-lhe-ão apresentados os retratos de 16 jovens. Cada jovem é descrito através de quatro características. Gostaríamos que examinasse cada um desses retratos e avaliasse a sua coerência, utilizando a escala que se segue.

### **Retrato 1**

Pensa frequentemente na família

É bastante humilde

Adora dançar

Gosta dos trajes tradicionais

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1

2

3

4

5

6

7

### **Retrato 2**

Hospitaleiro

Planifica o seu futuro profissional

Grande apreciador de bacalhau

Sedentário

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1

2

3

4

5

6

7

### Retrato 3

Hospitaleiro  
Pouco trabalhador  
Gosta de mandioca  
Acomodado

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### Retrato 4

Pensa frequentemente na família  
Materialista  
Vai regularmente ao cinema  
Usa calças de ganga

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### Retrato 5

Está muito ligado à família  
Gosta de esbanjar dinheiro  
Anda sempre em festas  
Veste-se formalmente

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### Retrato 6

Solidário  
Muito estudioso  
Gosta de uma boa sardinhada  
Antiquado

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7



### **Retrato 7**

Solidário  
Vive o dia-a-dia  
Adora comida picante  
Passivo

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### **Retrato 8**

Está muito ligado à família  
Ganancioso  
Gosta da vida noturna  
Veste roupa de marca

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### Retrato 9

Respeita as tradições familiares  
Tem dificuldades económicas  
Costuma ver telenovelas  
Gosta de roupas coloridas

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### Retrato 10

Comunicativo  
Muito trabalhador  
Apreciador de bom vinho  
Individualista

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### **Retrato 11**

Comunicativo  
Muito preguiçoso  
Apreciador de cerveja  
Simples

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### **Retrato 12**

Respeita as tradições familiares  
Avarento  
Pratica desportos radicais  
Gosta de andar na moda

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### Retrato 13

Costuma pedir conselhos aos familiares

Despreocupado com o dinheiro

Gosta de rap

É muito vaidoso

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### Retrato 14

Acolhedor

Empenhado na sua carreira profissional

Apreciador de feijoada

Conservador

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### **Retrato 15**

Acolhedor  
Investe pouco na sua carreira profissional  
Gosta de óleo de palma  
Conformado

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

### **Retrato 16**

Costuma pedir conselhos aos familiares  
Consumista  
Gosta de fado  
Veste cores sóbrias

Por favor, avalie a coerência deste retrato fazendo uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

nada coerente

muito coerente

1      2      3      4      5      6      7

Agora, gostaríamos que classificasse cada uma das seguintes características. Por favor, coloque uma das letras seguintes em frente de cada característica.

**M** – Esta característica aplica-se exclusivamente aos homens

**N** – Esta característica aplica-se tanto aos homens como às mulheres

**F** – Esta característica aplica-se exclusivamente às mulheres

Pensa frequentemente na família

É bastante humilde

Adora dançar

Gosta dos trajes tradicionais

Hospitaleiro

Planifica o seu futuro profissional

Grande apreciador de bacalhau

Sedentário

Pouco trabalhador

Gosta de mandioca

Acomodado

Materialista

Vai regularmente ao cinema

Usa calças de ganga

Está muito ligado à família

Gosta de esbanjar dinheiro

Anda sempre em festas

Veste-se formalmente

Solidário

Muito estudioso

Gosta de uma boa sardinhada

Antiquado

Vive o dia-a-dia

Adora comida picante

Passivo

Ganancioso

Gosta da vida nocturna

Por favor, coloque uma das letras seguintes em frente de cada característica.

**M** – Esta característica aplica-se exclusivamente aos homens

**N** – Esta característica aplica-se tanto aos homens como às mulheres

**F** – Esta característica aplica-se exclusivamente às mulheres

Veste roupa de marca

Respeita as tradições familiares

Tem dificuldades económicas

Costuma ver telenovelas

Gosta de roupas coloridas

Comunicativo

Muito trabalhador

Apreciador de bom vinho

Individualista

Muito preguiçoso

Apreciador de cerveja

Simples

Avarento

Pratica desportos radicais

Gosta de andar na moda

Costuma pedir conselhos aos familiares

Despreocupado com o dinheiro

Gosta de rap

É muito vaidoso

Acolhedor

Empenhado na sua carreira profissional

Apreciador de feijoada

Conservador

Investe pouco na sua carreira profissional

Gosta de óleo de palma

Conformado

Consumista

Gosta de fado

Veste cores sóbrias

Gostaríamos agora que classificasse cada uma das características utilizando a escala seguinte. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	nada típico dos angolanos					muito típico dos angolanos	
Pensa frequentemente na família	1	2	3	4	5	6	7
É bastante humilde	1	2	3	4	5	6	7
Adora dançar	1	2	3	4	5	6	7
Gosta dos trajes tradicionais	1	2	3	4	5	6	7
Hospitaleiro	1	2	3	4	5	6	7
Planifica o seu futuro profissional	1	2	3	4	5	6	7
Grande apreciador de bacalhau	1	2	3	4	5	6	7
Sedentário	1	2	3	4	5	6	7
Pouco trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de mandioca	1	2	3	4	5	6	7
Acomodado	1	2	3	4	5	6	7
Materialista	1	2	3	4	5	6	7
Vai regularmente ao cinema	1	2	3	4	5	6	7
Usa calças de ganga	1	2	3	4	5	6	7
Está muito ligado à família	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de esbanjar dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Anda sempre em festas	1	2	3	4	5	6	7
Veste-se formalmente	1	2	3	4	5	6	7
Solidário	1	2	3	4	5	6	7
Muito estudioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de uma boa sardinhada	1	2	3	4	5	6	7
Antiquado	1	2	3	4	5	6	7
Vive o dia-a-dia	1	2	3	4	5	6	7
Adora comida picante	1	2	3	4	5	6	7
Passivo	1	2	3	4	5	6	7
Ganancioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta da vida nocturna	1	2	3	4	5	6	7
Veste roupa de marca	1	2	3	4	5	6	7
Respeita as tradições familiares	1	2	3	4	5	6	7



	nada típico dos angolanos				muito típico dos angolanos		
Tem dificuldades económicas	1	2	3	4	5	6	7
Costuma ver telenovelas	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de roupas coloridas	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativo	1	2	3	4	5	6	7
Muito trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de bom vinho	1	2	3	4	5	6	7
Individualista	1	2	3	4	5	6	7
Muito preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de cerveja	1	2	3	4	5	6	7
Simples	1	2	3	4	5	6	7
Avarento	1	2	3	4	5	6	7
Pratica desportos radicais	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de andar na moda	1	2	3	4	5	6	7
Costuma pedir conselhos aos familiares	1	2	3	4	5	6	7
Despreocupado com o dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de rap	1	2	3	4	5	6	7
É muito vaidoso	1	2	3	4	5	6	7
Acolhedor	1	2	3	4	5	6	7
Empenhado na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de feijoada	1	2	3	4	5	6	7
Conservador	1	2	3	4	5	6	7
Investe pouco na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de óleo de palma	1	2	3	4	5	6	7
Conformado	1	2	3	4	5	6	7
Consumista	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de fado	1	2	3	4	5	6	7
Veste cores sóbrias	1	2	3	4	5	6	7

Agora, gostaríamos que classificasse cada uma das características utilizando a seguinte escala. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	nada típico dos portugueses				muito típico dos portugueses			
Pensa frequentemente na família	1	2	3	4	5	6	7	
É bastante humilde	1	2	3	4	5	6	7	
Adora dançar	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta dos trajes tradicionais	1	2	3	4	5	6	7	
Hospitaleiro	1	2	3	4	5	6	7	
Planifica o seu futuro profissional	1	2	3	4	5	6	7	
Grande apreciador de bacalhau	1	2	3	4	5	6	7	
Sedentário	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco trabalhador	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta de mandioca	1	2	3	4	5	6	7	
Acomodado	1	2	3	4	5	6	7	
Materialista	1	2	3	4	5	6	7	
Vai regularmente ao cinema	1	2	3	4	5	6	7	
Usa calças de ganga	1	2	3	4	5	6	7	
Está muito ligado à família	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta de esbanjar dinheiro	1	2	3	4	5	6	7	
Anda sempre em festas	1	2	3	4	5	6	7	
Veste-se formalmente	1	2	3	4	5	6	7	
Solidário	1	2	3	4	5	6	7	
Muito estudioso	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta de uma boa sardinhada	1	2	3	4	5	6	7	
Antiquado	1	2	3	4	5	6	7	
Vive o dia-a-dia	1	2	3	4	5	6	7	
Adora comida picante	1	2	3	4	5	6	7	
Passivo	1	2	3	4	5	6	7	
Ganancioso	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta da vida nocturna	1	2	3	4	5	6	7	
Veste roupa de marca	1	2	3	4	5	6	7	
Respeita as tradições familiares	1	2	3	4	5	6	7	

	nada típico dos portugueses				muito típico dos portugueses		
Tem dificuldades económicas	1	2	3	4	5	6	7
Costuma ver telenovelas	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de roupas coloridas	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativo	1	2	3	4	5	6	7
Muito trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de bom vinho	1	2	3	4	5	6	7
Individualista	1	2	3	4	5	6	7
Muito preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de cerveja	1	2	3	4	5	6	7
Simples	1	2	3	4	5	6	7
Avarento	1	2	3	4	5	6	7
Pratica desportos radicais	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de andar na moda	1	2	3	4	5	6	7
Costuma pedir conselhos aos familiares	1	2	3	4	5	6	7
Despreocupado com o dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de rap	1	2	3	4	5	6	7
É muito vaidoso	1	2	3	4	5	6	7
Acolhedor	1	2	3	4	5	6	7
Empenhado na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de feijoada	1	2	3	4	5	6	7
Conservador	1	2	3	4	5	6	7
Investe pouco na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de óleo de palma	1	2	3	4	5	6	7
Conformado	1	2	3	4	5	6	7
Consumista	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de fado	1	2	3	4	5	6	7
Veste cores sóbrias	1	2	3	4	5	6	7

Agora, gostaríamos que avaliasse cada uma das características utilizando a seguinte escala. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	<b> muito negativo</b>					<b> muito positivo</b>	
Pensa frequentemente na família	1	2	3	4	5	6	7
É bastante humilde	1	2	3	4	5	6	7
Adora dançar	1	2	3	4	5	6	7
Gosta dos trajes tradicionais	1	2	3	4	5	6	7
Hospitaleiro	1	2	3	4	5	6	7
Planifica o seu futuro profissional	1	2	3	4	5	6	7
Grande apreciador de bacalhau	1	2	3	4	5	6	7
Sedentário	1	2	3	4	5	6	7
Pouco trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de mandioca	1	2	3	4	5	6	7
Acomodado	1	2	3	4	5	6	7
Materialista	1	2	3	4	5	6	7
Vai regularmente ao cinema	1	2	3	4	5	6	7
Usa calças de ganga	1	2	3	4	5	6	7
Está muito ligado à família	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de esbanjar dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Anda sempre em festas	1	2	3	4	5	6	7
Veste-se formalmente	1	2	3	4	5	6	7
Solidário	1	2	3	4	5	6	7
Muito estudioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de uma boa sardinhada	1	2	3	4	5	6	7
Antiquado	1	2	3	4	5	6	7
Vive o dia-a-dia	1	2	3	4	5	6	7
Adora comida picante	1	2	3	4	5	6	7
Passivo	1	2	3	4	5	6	7
Ganancioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta da vida nocturna	1	2	3	4	5	6	7
Veste roupa de marca	1	2	3	4	5	6	7
Respeita as tradições familiares	1	2	3	4	5	6	7

	<b> muito negativo</b>					<b> muito positivo</b>	
Tem dificuldades económicas	1	2	3	4	5	6	7
Costuma ver telenovelas	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de roupas coloridas	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativo	1	2	3	4	5	6	7
Muito trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de bom vinho	1	2	3	4	5	6	7
Individualista	1	2	3	4	5	6	7
Muito preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de cerveja	1	2	3	4	5	6	7
Simples	1	2	3	4	5	6	7
Avarento	1	2	3	4	5	6	7
Pratica desportos radicais	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de andar na moda	1	2	3	4	5	6	7
Costuma pedir conselhos aos familiares	1	2	3	4	5	6	7
Despreocupado com o dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de rap	1	2	3	4	5	6	7
É muito vaidoso	1	2	3	4	5	6	7
Acolhedor	1	2	3	4	5	6	7
Empenhado na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de feijoada	1	2	3	4	5	6	7
Conservador	1	2	3	4	5	6	7
Investe pouco na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de óleo de palma	1	2	3	4	5	6	7
Conformado	1	2	3	4	5	6	7
Consumista	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de fado	1	2	3	4	5	6	7
Veste cores sóbrias	1	2	3	4	5	6	7

Gostaríamos agora que classificasse cada uma das características utilizando a escala seguinte. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	nada típico dos angolanos					muito típico dos angolanos	
Pensa frequentemente na família	1	2	3	4	5	6	7
É bastante humilde	1	2	3	4	5	6	7
Adora dançar	1	2	3	4	5	6	7
Gosta dos trajes tradicionais	1	2	3	4	5	6	7
Hospitaleiro	1	2	3	4	5	6	7
Planifica o seu futuro profissional	1	2	3	4	5	6	7
Grande apreciador de bacalhau	1	2	3	4	5	6	7
Sedentário	1	2	3	4	5	6	7
Pouco trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de mandioca	1	2	3	4	5	6	7
Acomodado	1	2	3	4	5	6	7
Materialista	1	2	3	4	5	6	7
Vai regularmente ao cinema	1	2	3	4	5	6	7
Usa calças de ganga	1	2	3	4	5	6	7
Está muito ligado à família	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de esbanjar dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Anda sempre em festas	1	2	3	4	5	6	7
Veste-se formalmente	1	2	3	4	5	6	7
Solidário	1	2	3	4	5	6	7
Muito estudioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de uma boa sardinhada	1	2	3	4	5	6	7
Antiquado	1	2	3	4	5	6	7
Vive o dia-a-dia	1	2	3	4	5	6	7
Adora comida picante	1	2	3	4	5	6	7
Passivo	1	2	3	4	5	6	7
Ganancioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta da vida nocturna	1	2	3	4	5	6	7
Veste roupa de marca	1	2	3	4	5	6	7
Respeita as tradições familiares	1	2	3	4	5	6	7

	nada típico dos angolanos					muito típico dos angolanos	
Tem dificuldades económicas	1	2	3	4	5	6	7
Costuma ver telenovelas	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de roupas coloridas	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativo	1	2	3	4	5	6	7
Muito trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de bom vinho	1	2	3	4	5	6	7
Individualista	1	2	3	4	5	6	7
Muito preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de cerveja	1	2	3	4	5	6	7
Simples	1	2	3	4	5	6	7
Avarento	1	2	3	4	5	6	7
Pratica desportos radicais	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de andar na moda	1	2	3	4	5	6	7
Costuma pedir conselhos aos familiares	1	2	3	4	5	6	7
Despreocupado com o dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de rap	1	2	3	4	5	6	7
É muito vaidoso	1	2	3	4	5	6	7
Acolhedor	1	2	3	4	5	6	7
Empenhado na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de feijoada	1	2	3	4	5	6	7
Conservador	1	2	3	4	5	6	7
Investe pouco na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de óleo de palma	1	2	3	4	5	6	7
Conformado	1	2	3	4	5	6	7
Consumista	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de fado	1	2	3	4	5	6	7
Veste cores sóbrias	1	2	3	4	5	6	7

Agora, gostaríamos que classificasse cada uma das características utilizando a seguinte escala. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	nada típico dos portugueses				muito típico dos portugueses			
Pensa frequentemente na família	1	2	3	4	5	6	7	
É bastante humilde	1	2	3	4	5	6	7	
Adora dançar	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta dos trajes tradicionais	1	2	3	4	5	6	7	
Hospitaleiro	1	2	3	4	5	6	7	
Planifica o seu futuro profissional	1	2	3	4	5	6	7	
Grande apreciador de bacalhau	1	2	3	4	5	6	7	
Sedentário	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco trabalhador	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta de mandioca	1	2	3	4	5	6	7	
Acomodado	1	2	3	4	5	6	7	
Materialista	1	2	3	4	5	6	7	
Vai regularmente ao cinema	1	2	3	4	5	6	7	
Usa calças de ganga	1	2	3	4	5	6	7	
Está muito ligado à família	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta de esbanjar dinheiro	1	2	3	4	5	6	7	
Anda sempre em festas	1	2	3	4	5	6	7	
Veste-se formalmente	1	2	3	4	5	6	7	
Solidário	1	2	3	4	5	6	7	
Muito estudioso	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta de uma boa sardinhada	1	2	3	4	5	6	7	
Antiquado	1	2	3	4	5	6	7	
Vive o dia-a-dia	1	2	3	4	5	6	7	
Adora comida picante	1	2	3	4	5	6	7	
Passivo	1	2	3	4	5	6	7	
Ganancioso	1	2	3	4	5	6	7	
Gosta da vida nocturna	1	2	3	4	5	6	7	
Veste roupa de marca	1	2	3	4	5	6	7	
Respeita as tradições familiares	1	2	3	4	5	6	7	



	nada típico dos portugueses				muito típico dos portugueses		
Tem dificuldades económicas	1	2	3	4	5	6	7
Costuma ver telenovelas	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de roupas coloridas	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativo	1	2	3	4	5	6	7
Muito trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de bom vinho	1	2	3	4	5	6	7
Individualista	1	2	3	4	5	6	7
Muito preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de cerveja	1	2	3	4	5	6	7
Simples	1	2	3	4	5	6	7
Avarento	1	2	3	4	5	6	7
Pratica desportos radicais	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de andar na moda	1	2	3	4	5	6	7
Costuma pedir conselhos aos familiares	1	2	3	4	5	6	7
Despreocupado com o dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de rap	1	2	3	4	5	6	7
É muito vaidoso	1	2	3	4	5	6	7
Acolhedor	1	2	3	4	5	6	7
Empenhado na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de feijoada	1	2	3	4	5	6	7
Conservador	1	2	3	4	5	6	7
Investe pouco na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de óleo de palma	1	2	3	4	5	6	7
Conformado	1	2	3	4	5	6	7
Consumista	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de fado	1	2	3	4	5	6	7
Veste cores sóbrias	1	2	3	4	5	6	7

Agora, gostaríamos que avaliasse cada uma das características utilizando a seguinte escala. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	<b> muito negativo</b>					<b> muito positivo</b>	
Pensa frequentemente na família	1	2	3	4	5	6	7
É bastante humilde	1	2	3	4	5	6	7
Adora dançar	1	2	3	4	5	6	7
Gosta dos trajes tradicionais	1	2	3	4	5	6	7
Hospitaleiro	1	2	3	4	5	6	7
Planifica o seu futuro profissional	1	2	3	4	5	6	7
Grande apreciador de bacalhau	1	2	3	4	5	6	7
Sedentário	1	2	3	4	5	6	7
Pouco trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de mandioca	1	2	3	4	5	6	7
Acomodado	1	2	3	4	5	6	7
Materialista	1	2	3	4	5	6	7
Vai regularmente ao cinema	1	2	3	4	5	6	7
Usa calças de ganga	1	2	3	4	5	6	7
Está muito ligado à família	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de esbanjar dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Anda sempre em festas	1	2	3	4	5	6	7
Veste-se formalmente	1	2	3	4	5	6	7
Solidário	1	2	3	4	5	6	7
Muito estudioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de uma boa sardinhada	1	2	3	4	5	6	7
Antiquado	1	2	3	4	5	6	7
Vive o dia-a-dia	1	2	3	4	5	6	7
Adora comida picante	1	2	3	4	5	6	7
Passivo	1	2	3	4	5	6	7
Ganancioso	1	2	3	4	5	6	7
Gosta da vida nocturna	1	2	3	4	5	6	7
Veste roupa de marca	1	2	3	4	5	6	7
Respeita as tradições familiares	1	2	3	4	5	6	7

	<b> muito negativo</b>					<b> muito positivo</b>	
Tem dificuldades económicas	1	2	3	4	5	6	7
Costuma ver telenovelas	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de roupas coloridas	1	2	3	4	5	6	7
Comunicativo	1	2	3	4	5	6	7
Muito trabalhador	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de bom vinho	1	2	3	4	5	6	7
Individualista	1	2	3	4	5	6	7
Muito preguiçoso	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de cerveja	1	2	3	4	5	6	7
Simples	1	2	3	4	5	6	7
Avarento	1	2	3	4	5	6	7
Pratica desportos radicais	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de andar na moda	1	2	3	4	5	6	7
Costuma pedir conselhos aos familiares	1	2	3	4	5	6	7
Despreocupado com o dinheiro	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de rap	1	2	3	4	5	6	7
É muito vaidoso	1	2	3	4	5	6	7
Acolhedor	1	2	3	4	5	6	7
Empenhado na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Apreciador de feijoada	1	2	3	4	5	6	7
Conservador	1	2	3	4	5	6	7
Investe pouco na sua carreira profissional	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de óleo de palma	1	2	3	4	5	6	7
Conformado	1	2	3	4	5	6	7
Consumista	1	2	3	4	5	6	7
Gosta de fado	1	2	3	4	5	6	7
Veste cores sóbrias	1	2	3	4	5	6	7

Agora gostaríamos que nos referisse os nomes próprios masculinos e os nomes próprios femininos mais frequentes nos jovens **angolanos**.

**nomes próprios masculinos**

---

---

---

---

---

---

---

---

**nomes próprios femininos**

---

---

---

---

---

---

---

---

Agora gostaríamos que nos referisse os nomes próprios masculinos e os nomes próprios femininos mais frequentes nos jovens **portugueses**.

**nomes próprios masculinos**

---

---

---

---

---

---

---

---

**nomes próprios femininos**

---

---

---

---

---

---

---

---

Finalmente, gostaríamos que repartisse as oito dimensões seguintes em duas esferas: privada (A) e pública (B). Deverá atribuir quatro dimensões para cada esfera. Por favor, coloque uma das letras seguintes em frente a cada dimensão.

**A** – Esta dimensão pertence à esfera **privada**

**B** – Esta dimensão pertence à esfera **pública**

Dinheiro

Estilo de vida

Família

Gastronomia

Sociabilidade

Tempos livres

Trabalho

Vestuário

Por razões estatísticas, por favor, responda às seguintes questões:

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Muito obrigado pela sua colaboração



# **ANEXO 11**

## **Estudo 4: Tabelas de resultados do estudo piloto**



Tabela\_anexos 28 - Nomes próprios masculinos mais referidos em função do grupo-alvo

Angolanos	Frequências	Portugueses	Frequências
João	28	José	14
<b>José</b>	25	<b>João</b>	13
<b>Paulo</b>	25	<b>António</b>	8
António	21	Joaquim	5
<b>Carlos</b>	21	<b>Manuel</b>	5
<b>Pedro</b>	20	Pedro	5
Manuel	17	Carlos	4
Miguel	12	Domingos	4
Nuno	11	Hélder	4
Ricardo	10	<b>Jorge</b>	4
Rui	10	Paulo	4
Jorge	7	Fernando	3
Filipe	6	Jonas	3
Luís	6	Miguel	3
Mário	6	Valdemar	3
Tiago	6	Agostinho	2
Joaquim	5	Alberto	2
Alexandre	4	Edgar	2
Fernando	4	Eduardo	2
André	3	Hossi	2
Alberto	2	Josué	2
Álvaro	2	Laurindo	2
Armando	2	Mário	2
Bruno	2	Nuno	2
Francisco	2	Rui	2
Valter	2	Vicente	2
		Wilson	2

Nota: Estão assinalados a carregado os nomes escolhidos para as pessoas-estímulo.

**Tabela\_anexos 29 - Nomes próprios femininos mais referidos em função do grupo-alvo**

Angolanas	Frequências	Portuguesas	Frequências
<b>Maria</b>	35	Maria	17
Ana	31	<b>Ana</b>	7
Paula	16	Antónia	7
<b>Sandra</b>	15	Rosa	6
<b>Joana</b>	13	<b>Carla</b>	5
Carla	9	Catarina	5
Cristina	9	<b>Paula</b>	5
Fátima	9	Teresa	5
Marta	9	Isabel	4
Susana	9	N'Zinga	4
<b>Isabel</b>	7	<b>Sónia</b>	4
Rita	7	Domingas	3
Sofia	7	Joana	3
Sónia	7	Juliana	3
Filipa	6	Laurinda	3
Antónia	4	Palmira	3
Cláudia	4	Cláudia	2
Helena	4	Fernanda	2
Rosa	4	Helena	2
Célia	3	Jacinta	2
Conceição	3	Joaquina	2
Fernanda	3	Luísa	2
Lurdes	3	Patrícia	2
Patrícia	3	Rosalinda	2
Teresa	3	Sandra	2
Alexandra	2	Susana	2
Catarina	2		
Elsa	2		
Inês	2		
Liliana	2		
Madalena	2		
Manuela	2		
Sara	2		

Nota: Estão assinalados a carregado os nomes escolhidos para as pessoas-estímulo.



# **ANEXO 12**

## **Estudo 4: Materiais-estímulo**

<p><b><i>Ana, Angolana</i></b></p> <p>Pensa frequentemente na família</p> <p>Adora dançar</p> <p>Aventureira</p> <p>Gosta dos trajes tradicionais</p>	<p><b><i>Maria, Portuguesa</i></b></p> <p>Planifica o seu futuro profissional</p> <p>Tem hábitos de poupança</p> <p>Simpática</p> <p>Grande apreciadora de bacalhau</p>
<p><b><i>Paula, Angolana</i></b></p> <p>Está muito ligada à família</p> <p>Anda sempre em festas</p> <p>Dinâmica</p> <p>Veste-se bem</p>	<p><b><i>Sandra, Portuguesa</i></b></p> <p>Muito estudiosa</p> <p>Tem dificuldades económicas</p> <p>Amigável</p> <p>Gosta de uma boa sardinhada</p>
<p><b><i>Carla, Angolana</i></b></p> <p>Respeita as tradições familiares</p> <p>Costuma ver telenovelas</p> <p>Simples</p> <p>Gosta de roupas coloridas</p>	<p><b><i>Joana, Portuguesa</i></b></p> <p>Trabalha bastante</p> <p>Gosta de esbanjar dinheiro</p> <p>Comunicativa</p> <p>Apreciadora de bom vinho</p>
<p><b><i>Sónia, Angolana</i></b></p> <p>Costuma pedir conselhos aos familiares</p> <p>Gosta da rap</p> <p>Activa</p> <p>Usa roupas largas</p>	<p><b><i>Isabel, Portuguesa</i></b></p> <p>Empenhada na sua carreira profissional</p> <p>Despreocupada com o dinheiro</p> <p>Acolhedora</p> <p>Apreciadora de feijoada</p>

<p><b><i>Ana, Angolana</i></b></p> <p>Trabalha pouco Despreocupada com o dinheiro Simpática Gosta de mandioca</p>	<p><b><i>Maria, Portuguesa</i></b></p> <p>Pensa frequentemente na família Vai regularmente ao cinema Dinâmica Gosta de andar na moda</p>
<p><b><i>Paula, Angolana</i></b></p> <p>Vive o dia-a-dia Gosta de esbanjar dinheiro Amigável Adora comida picante</p>	<p><b><i>Sandra, Portuguesa</i></b></p> <p>Está muito ligada à família Gosta da vida nocturna Activa Veste roupa de marca</p>
<p><b><i>Carla, Angolana</i></b></p> <p>Pouco dedicada ao trabalho Tem dificuldades económicas Comunicativa Apreciadora de cerveja</p>	<p><b><i>Joana, Portuguesa</i></b></p> <p>Costuma pedir conselhos aos familiares Pratica desportos radicais Aventureira Usa calças de ganga</p>
<p><b><i>Sónia, Angolana</i></b></p> <p>Despreocupada com a sua carreira profissional Tem hábitos de poupança Acolhedora Gosta de óleo de palma</p>	<p><b><i>Isabel, Portuguesa</i></b></p> <p>Respeita as tradições familiares Gosta de fado Simples Veste cores sóbrias</p>

<p><b><i>Manuel, Angolano</i></b></p> <p>Pensa frequentemente na família</p> <p>Adora dançar</p> <p>Aventureiro</p> <p>Gosta dos trajes tradicionais</p>	<p><b><i>José, Português</i></b></p> <p>Planifica o seu futuro profissional</p> <p>Tem hábitos de poupança</p> <p>Simpático</p> <p>Grande apreciador de bacalhau</p>
<p><b><i>Jorge, Angolano</i></b></p> <p>Está muito ligado à família</p> <p>Anda sempre em festas</p> <p>Dinâmico</p> <p>Veste-se bem</p>	<p><b><i>Paulo, Português</i></b></p> <p>Muito estudioso</p> <p>Tem dificuldades económicas</p> <p>Amigável</p> <p>Gosta de uma boa sardinhada</p>
<p><b><i>António, Angolano</i></b></p> <p>Respeita as tradições familiares</p> <p>Costuma ver telenovelas</p> <p>Simple</p> <p>Gosta de roupas coloridas</p>	<p><b><i>Pedro, Português</i></b></p> <p>Trabalha bastante</p> <p>Gosta de esbanjar dinheiro</p> <p>Comunicativo</p> <p>Apreciador de bom vinho</p>
<p><b><i>João, Angolano</i></b></p> <p>Costuma pedir conselhos aos familiares</p> <p>Gosta da rap</p> <p>Activo</p> <p>Usa roupas largas</p>	<p><b><i>Carlos, Português</i></b></p> <p>Empenhado na sua carreira profissional</p> <p>Despreocupado com o dinheiro</p> <p>Acolhedor</p> <p>Apreciador de feijoada</p>

<p><b><i>Manuel, Angolano</i></b></p> <p>Trabalha pouco Despreocupado com o dinheiro Simpático Gosta de mandioca</p>	<p><b><i>José, Português</i></b></p> <p>Pensa frequentemente na família Vai regularmente ao cinema Dinâmico Gosta de andar na moda</p>
<p><b><i>Jorge, Angolano</i></b></p> <p>Vive o dia-a-dia Gosta de esbanjar dinheiro Amigável Adora comida picante</p>	<p><b><i>Paulo, Português</i></b></p> <p>Está muito ligado à família Gosta da vida nocturna Activo Veste roupa de marca</p>
<p><b><i>António, Angolano</i></b></p> <p>Pouco dedicado ao trabalho Tem dificuldades económicas Comunicativo Apreciador de cerveja</p>	<p><b><i>Pedro, Português</i></b></p> <p>Costuma pedir conselhos aos familiares Pratica desportos radicais Aventureiro Usa calças de ganga</p>
<p><b><i>João, Angolano</i></b></p> <p>Despreocupado com a sua carreira profissional Tem hábitos de poupança Acolhedor Gosta de óleo de palma</p>	<p><b><i>Carlos, Português</i></b></p> <p>Respeita as tradições familiares Gosta de fado Simples Veste cores sóbrias</p>





# **ANEXO 13**

## **Estudo 4: Matrizes da recordação indiciada**

Foram utilizadas oito matrizes de recordação diferentes em função das quatro condições experimentais associadas à recordação indiciada e ainda em função do sexo do participante (que coincidia sempre com o sexo das pessoas-estímulo):

1AM = Ordem 1 – Versão A – Masculino;

2AM = Ordem 2 – Versão A – Masculino;

1BM = Ordem 1 – Versão B – Masculino;

2BM = Ordem 2 – Versão B – Masculino;

1AF = Ordem 1 – Versão A – Feminino;

2AF = Ordem 2 – Versão A – Feminino;

1BF = Ordem 1 – Versão B – Feminino;

2BF = Ordem 2 – Versão B – Feminino.

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Manuel Angolano	José Português	Jorge Angolano	Paulo Português	António Angolano	Pedro Português	João Angolano	Carlos Português
Gosta dos trajes tradicionais								
Está muito ligado à família								
Costuma ver telenovelas								
Adora dançar								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Gosta de roupas coloridas								
Despreocupado com o dinheiro								
Muito estudioso								
Simples								
Apreciador de bom vinho								
Veste-se bem								
Activo								
Pensa frequentemente na família								
Anda sempre em festas								
Gosta de rap								
Dinâmico								
Aventureiro								
Respeita as tradições familiares								
Planifica o seu futuro profissional								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Empenhado na sua carreira profissional								
Simpático								
Trabalha bastante								
Grande apreciador de bacalhau								
Usa roupas largas								
Tem dificuldades económicas								
Gosta de uma boa sardinhada								
Acolhedor								
Apreciador de feijoada								
Comunicativo								
Amigável								
Tem hábitos de poupança								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matrix.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Ana Angolana	Maria Portuguesa	Paula Angolana	Sandra Portuguesa	Carla Angolana	Joana Portuguesa	Sónia Angolana	Isabel Portuguesa
Gosta dos trajes tradicionais								
Está muito ligada à família								
Costuma ver telenovelas								
Adora dançar								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Gosta de roupas coloridas								
Despreocupada com o dinheiro								
Muito estudiosa								
Simples								
Apreciadora de bom vinho								
Veste-se bem								
Activa								
Pensa frequentemente na família								
Anda sempre em festas								
Gosta de rap								
Dinâmica								
Aventureira								
Respeita as tradições familiares								
Planifica o seu futuro profissional								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Empenhada na sua carreira profissional								
Simpática								
Trabalha bastante								
Grande apreciadora de bacalhau								
Usa roupas largas								
Tem dificuldades económicas								
Gosta de uma boa sardinhada								
Acolhedora								
Apreciadora de feijoada								
Comunicativa								
Amigável								
Tem hábitos de poupança								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matrix.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Manuel Angolano	José Português	Jorge Angolano	Paulo Português	António Angolano	Pedro Português	João Angolano	Carlos Português
Gosta de mandioca								
Vive o dia-a-dia								
Tem dificuldades económicas								
Despreocupado com o dinheiro								
Pratica desportos radicais								
Apreciador de cerveja								
Gosta de fado								
Está muito ligado à família								
Comunicativo								
Usa calças de ganga								
Adora comida picante								
Acolhedor								
Trabalha pouco								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Tem hábitos de poupança								
Amigável								
Simpático								
Pouco dedicado ao trabalho								
Pensa frequentemente na família								
Despreocupado com a carreira profissional								
Respeita as tradições familiares								
Dinâmico								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Gosta de andar na moda								
Gosta de óleo de palma								
Gosta da vida nocturna								
Veste roupa de marca								
Simples								
Veste cores sóbrias								
Aventureiro								
Activo								
Vai regularmente ao cinema								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matrix.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Ana Angolana	Maria Portuguesa	Paula Angolana	Sandra Portuguesa	Carla Angolana	Joana Portuguesa	Sónia Angolana	Isabel Portuguesa
Gosta de mandioca								
Vive o dia-a-dia								
Tem dificuldades económicas								
Despreocupada com o dinheiro								
Pratica desportos radiciais								
Apreciadora de cerjeva								
Gosta de fado								
Está muito ligada à família								
Comunicativa								
Usa calças de ganga								
Adora comida picante								
Acolhedora								
Trabalha pouco								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Tem hábitos de poupança								
Amigável								
Simpática								
Pouco dedicada ao trabalho								
Pensa frequentemente na família								
Despreocupada com a carreira profissional								
Respeita as tradições familiares								
Dinâmica								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Gosta de andar na moda								
Gosta de óleo de palma								
Gosta da vida nocturna								
Veste roupa de marca								
Simples								
Veste cores sóbrias								
Aventureira								
Activa								
Vai regularmente ao cinema								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matrix.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	José Português	Manuel Angolano	Paulo Português	Jorge Angolano	Pedro Português	António Angolano	Carlos Português	João Angolano
Grande apreciador de bacalhau								
Muito estudioso								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Tem hábitos de poupança								
Costuma ver telenovelas								
Apreciador de bom vinho								
Gosta de rap								
Está muito ligado à família								
Comunicativo								
Gosta de roupas coloridas								
Gosta de uma boa sardinhada								
Acolhedor								
Planifica o seu futuro profissional								
Tem dificuldades económicas								
Despreocupado com o dinheiro								
Amigável								
Simpático								
Trabalha bastante								
Pensa frequentemente na família								
Empenhado na sua carreira profissional								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Aventureiro								
Respeita as tradições familiares								
Gosta dos trajes tradicionais								
Apreciador de feijoada								
Anda sempre em festas								
Veste-se bem								
Activo								
Usa roupas largas								
Simples								
Dinâmico								
Adora dançar								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matrix.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Maria Portuguesa	Ana Angolana	Sandra Portuguesa	Paula Angolana	Joana Portuguesa	Carla Angolana	Isabel Portuguesa	Sónia Angolana
Grande apreciadora de bacalhau								
Muito estudiosa								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Tem hábitos de poupança								
Costuma ver telenovelas								
Apreciadora de bom vinho								
Gosta de rap								
Está muito ligada à família								
Comunicativa								
Gosta de roupas coloridas								
Gosta de uma boa sardinhada								
Acolhedora								
Planifica o seu futuro profissional								
Tem dificuldades económicas								
Despreocupada com o dinheiro								
Amigável								
Simpática								
Trabalha bastante								
Pensa frequentemente na família								
Empenhada na sua carreira profissional								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Aventureira								
Respeita as tradições familiares								
Gosta dos trajes tradicionais								
Apreciadora de feijoada								
Anda sempre em festas								
Veste-se bem								
Activa								
Usa roupas largas								
Simples								
Dinâmica								
Adora dançar								



Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matrix.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	José Português	Manuel Angolano	Paulo Português	Jorge Angolano	Pedro Português	António Angolano	Carlos Português	João Angolano
Gosta de andar na moda								
Está muito ligado à família								
Pratica desportos radicais								
Vai regularmente ao cinema								
Tem dificuldades económicas								
Usa calças de ganga								
Tem hábitos de poupança								
Vive o dia-a-dia								
Aventureiro								
Apreciador de cerveja								
Veste roupa de marca								
Simples								
Pensa frequentemente na família								
Gosta da vida nocturna								
Gosta de fado								
Activo								
Dinâmico								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Trabalha pouco								
Respeita as tradições familiares								
Despreocupado com a carreira profissional								
Simpático								
Pouco dedicado ao trabalho								
Gosta de mandioca								
Veste cores sóbrias								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Adora comida picante								
Acolhedor								
Gosta de óleo de palma								
Comunicativo								
Amigável								
Despreocupado com o dinheiro								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matrix.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Maria Portuguesa	Ana Angolana	Sandra Portuguesa	Paula Angolana	Joana Portuguesa	Carla Angolana	Isabel Portuguesa	Sónia Angolana
Gosta de andar na moda								
Está muito ligada à família								
Pratica desportos radicais								
Vai regularmente ao cinema								
Tem dificuldades económicas								
Usa calças de ganga								
Tem hábitos de poupança								
Vive o dia-a-dia								
Aventureira								
Apreciadora de cerveja								
Veste roupa de marca								
Simples								
Pensa frequentemente na família								
Gosta da vida nocturna								
Gosta de fado								
Activa								
Dinâmica								
Costuma pedir conselhos aos familiares								
Trabalha pouco								
Respeita as tradições familiares								
Despreocupada com a carreira profissional								
Simpática								
Pouco dedicada ao trabalho								
Gosta de mandioca								
Veste cores sóbrias								
Gosta de esbanjar dinheiro								
Adora comida picante								
Acolhedora								
Gosta de óleo de palma								
Comunicativa								
Amigável								
Despreocupada com o dinheiro								



# **ANEXO 14**

## **Estudo 4: Protocolos de codificação da recordação livre**

## **Tarefa de recordação livre – Protocolo de codificação**

### **\*Grupo-alvo: Angolanos**

- total\_a = número total de atributos angolanos recordados
- duplo\_a = número total de duplos (atributos repetidos)
- intr\_aa = número total de intrusos A (falsos atributos)
- intr\_ab = número total de intrusos B (erros intergrupais)
  
- intr\_ac1 = número total de intrusos C família/trabalho (falsos atributos)
- intr\_ac2 = número total de intrusos C tempos livres/dinheiro (falsos atributos)
- intr\_ac3 = número total de intrusos C estilo de vida/sociabilidade (falsos atributos)
- intr\_ac4 = número total de intrusos C vestuário/gastronomia (falsos atributos)
  
- atri\_ap1 = número total de atributos recordados Manuel/Ana
- atri\_ap2 = número total de atributos recordados Jorge/Paula
- atri\_ap3 = número total de atributos recordados António/Carla
- atri\_ap4 = número total de atributos recordados João/Sónia
  
- atri\_ac1 = número total de atributos recordados família/trabalho
- atri\_ac2 = número total de atributos recordados tempos livres/dinheiro
- atri\_ac3 = número total de atributos recordados estilo de vida/sociabilidade
- atri\_ac4 = número total de atributos recordados vestuário/gastronomia
  
- repe\_ap1 = número total de repetições observadas Manuel/Ana
- repe\_ap2 = número total de repetições observadas Jorge/Paula
- repe\_ap3 = número total de repetições observadas António/Carla
- repe\_ap4 = número total de repetições observadas João/Sónia
  
- repe\_ac1 = número total de repetições observadas família/trabalho
- repe\_ac2 = número total de repetições observadas tempos livres/dinheiro
- repe\_ac3 = número total de repetições observadas estilo de vida/sociabilidade
- repe\_ac4 = número total de repetições observadas vestuário/gastronomia

## **Tarefa de recordação livre – Protocolo de codificação**

### **\*Grupo-alvo: Portugueses**

- total\_a = número total de atributos angolanos recordados
- duplo\_a = número total de duplos (atributos repetidos)
- intr\_aa = número total de intrusos A (falsos atributos)
- intr\_ab = número total de intrusos B (erros intergrupais)
  
- intr\_ac1 = número total de intrusos C família/trabalho (falsos atributos)
- intr\_ac2 = número total de intrusos C tempos livres/dinheiro (falsos atributos)
- intr\_ac3 = número total de intrusos C estilo de vida/sociabilidade (falsos atributos)
- intr\_ac4 = número total de intrusos C vestuário/gastronomia (falsos atributos)
  
- atri\_ap1 = número total de atributos recordados José/Maria
- atri\_ap2 = número total de atributos recordados Paulo/Sandra
- atri\_ap3 = número total de atributos recordados Pedro/Joana
- atri\_ap4 = número total de atributos recordados Carlos/Isabel
  
- atri\_ac1 = número total de atributos recordados família/trabalho
- atri\_ac2 = número total de atributos recordados tempos livres/dinheiro
- atri\_ac3 = número total de atributos recordados estilo de vida/sociabilidade
- atri\_ac4 = número total de atributos recordados vestuário/gastronomia
  
- repe\_ap1 = número total de repetições observadas José/Maria
- repe\_ap2 = número total de repetições observadas Paulo/Sandra
- repe\_ap3 = número total de repetições observadas Pedro/Joana
- repe\_ap4 = número total de repetições observadas Carlos/Isabel
  
- repe\_ac1 = número total de repetições observadas família/trabalho
- repe\_ac2 = número total de repetições observadas tempos livres/dinheiro
- repe\_ac3 = número total de repetições observadas estilo de vida/sociabilidade
- repe\_ac4 = número total de repetições observadas vestuário/gastronomia



# **ANEXO 15**

## **Estudo 4: Questionário**

Nota: Este questionário foi apresentado em formato A5, de modo a que cada página do questionário correspondesse a uma tarefa específica. Aqui assinalamos a mudança de página através de uma linha a tracejado.

Foram utilizadas duas versões deste questionário que diferiam unicamente na ordem de apresentação das questões relativas a cada grupo-alvo. Na Versão 1 os participantes começavam por responder às questões sobre os ‘angolanos’ e depois respondiam às mesmas questões em relação aos ‘portugueses’. A Versão 2 invertia esta ordem de apresentação. Por razões de economia de espaço apresentamos aqui apenas a Versão 1 do questionário.



Pedimos sua colaboração para responder a este inquérito.

As suas respostas são anónimas e confidenciais.

Interessa-nos a sua opinião sincera.

Pedimos-lhe que responda a todas as questões na ordem estabelecida, isto é, não volte atrás para verificar as respostas anteriores.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Muito obrigado pela sua colaboração

Por favor, estime a percentagem (de 0% a 100%) de **angolanos** que possui cada uma das seguintes características.

	Percentagem
festivos	_____ %
trabalhadores	_____ %
preguiçosos	_____ %
individualistas	_____ %

Por favor, estime a percentagem (de 0% a 100%) de **portugueses** que possui cada uma das seguintes características.

	Percentagem
festivos	_____ %
trabalhadores	_____ %
preguiçosos	_____ %
individualistas	_____ %

Agora, para cada uma das características seguintes, a sua tarefa é estimar em média aonde se situam os angolanos nas linhas que se seguem. Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar **a média dos angolanos**.

nada festivos	_____	muito festivos
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Agora, para cada uma das características seguintes, a sua tarefa é estimar em média aonde se situam os portugueses nas linhas que se seguem. Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar **a média dos portugueses**.

nada festivos	_____	muito festivos
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Agora, para cada uma das características seguintes, indique aonde se situam os **angolanos mais extremos**. Isto é, indique, por exemplo, aonde se situa o mais alegre dos angolanos e aonde se situa o menos alegre dos angolanos. Assim, em cada linha deverá efectuar duas cruces, correspondentes à posição dos dois extremos.

nada festivos	_____	muito festivos
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Agora, para cada uma das características seguintes, indique aonde se situam os **portugueses mais extremos**. Isto é, indique, por exemplo, aonde se situa o mais alegre dos portugueses e aonde se situa o menos alegre dos portugueses. Assim, em cada linha deverá efectuar duas cruces, correspondentes à posição dos dois extremos.

nada festivos	_____	muito festivos
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Agora a sua tarefa será estimar, para cada uma das características seguintes, a percentagem de **angolanos** que correspondem a cada um dos 7 níveis da característica. Por outras palavras, entre 100 angolanos, indique quantos correspondem a cada nível. Por exemplo, considere a característica “gulosos”. Qual a percentagem de angolanos “nada gulosos”? Qual a percentagem de angolanos “muito pouco gulosos”? E assim sucessivamente. Por favor, escreva as suas estimativas em cima de cada nível da escala seguinte e assegure-se que a soma dos diferentes níveis totaliza 100%.

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muítoíssimo
gulosos	gulosos	gulosos	gulosos	gulosos	gulosos	gulosos

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muítoíssimo
impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muítoíssimo
tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muítoíssimo
vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos

Agora a sua tarefa será estimar, para cada uma das características seguintes, a percentagem de **portugueses** que correspondem a cada um dos 7 níveis da característica. Por outras palavras, entre 100 portugueses, indique quantos correspondem a cada nível. Por exemplo, considere a característica “gulosos”. Qual a percentagem de portugueses “nada gulosos”? Qual a percentagem de portugueses “muito pouco gulosos”? E assim sucessivamente. Por favor, escreva as suas estimativas em cima de cada nível da escala seguinte e assegure-se que a soma dos diferentes níveis totaliza 100%.

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muitíssimo
gulosos	gulosos	gulosos	gulosos	gulosos	gulosos	gulosos

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muitíssimo
impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos	impulsivos

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muitíssimo
tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas	tradicionalistas

nada	muito pouco	pouco	ligeiramente	moderadamente	muito	muitíssimo
vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos	vaidosos

Gostaríamos agora que avaliasse globalmente a variabilidade dos **angolanos**.

Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
todos semelhantes				todos completamente diferentes		

Gostaríamos agora que avaliasse globalmente a variabilidade dos **portugueses**.

Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
todos semelhantes				todos completamente diferentes		

Agora, caracterize-se a **si próprio** em cada uma das seguintes características.

Em cada linha, marque com uma cruz o sítio que julga apropriado para si próprio.

nada festivos	_____	muito festivos
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Gostaríamos de saber qual é o seu grau de familiaridade com os **angolanos**.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

O seu contacto com os angolanos é:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
muito distante					muito próximo	

Costuma convidar angolanos para sair:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca						sempre

Costuma convidar angolanos para ir a sua casa:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca						sempre

Quantos amigos angolanos você tem: \_\_\_\_\_

Gostaríamos agora de saber em que medida se sente identificado com o grupo dos angolanos.

	absolutamente					muito	
	nada					fortemente	
Eu sinto-me identificado com o grupo dos angolanos	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>

-----





Gostaríamos que classificasse cada uma das características seguintes.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião na seguinte escala.

	<b>nada típico dos angolanos</b>					<b>muito típico dos angolanos</b>	
festivos	1	2	3	4	5	6	7
gulosos	1	2	3	4	5	6	7
impulsivos	1	2	3	4	5	6	7
individualistas	1	2	3	4	5	6	7
preguiçosos	1	2	3	4	5	6	7
trabalhadores	1	2	3	4	5	6	7
tradicionalistas	1	2	3	4	5	6	7
vaidosos	1	2	3	4	5	6	7

-----

Gostaríamos que classificasse cada uma das características seguintes.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião na seguinte escala.

	<b>nada típico dos portugueses</b>					<b>muito típico dos portugueses</b>	
festivos	1	2	3	4	5	6	7
gulosos	1	2	3	4	5	6	7
impulsivos	1	2	3	4	5	6	7
individualistas	1	2	3	4	5	6	7
preguiçosos	1	2	3	4	5	6	7
trabalhadores	1	2	3	4	5	6	7
tradicionalistas	1	2	3	4	5	6	7
vaidosos	1	2	3	4	5	6	7

Gostaríamos que avaliasse cada uma das características seguintes.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião na seguinte escala.

	muito negativo					muito positivo	
festivos	1	2	3	4	5	6	7
gulosos	1	2	3	4	5	6	7
impulsivos	1	2	3	4	5	6	7
individualistas	1	2	3	4	5	6	7
preguiçosos	1	2	3	4	5	6	7
trabalhadores	1	2	3	4	5	6	7
tradicionalistas	1	2	3	4	5	6	7
vaidosos	1	2	3	4	5	6	7

-----

Considere a população residente em Portugal.

Por favor, indique qual é a percentagem de cada um dos seguintes grupos.

Angolanos	____%
Brasileiros	____%
Cabo-verdianos	____%
Ciganos	____%
Guineenses	____%
Indianos	____%
Macaenses	____%
Moçambicanos	____%
Portugueses	____%
Sãotomenses	____%
Timorenses	____%
Outros	____%
<b>TOTAL</b>	<b>100 %</b>

Pense um pouco nos **portugueses** e nos **angolanos** residentes em Portugal.

Gostaríamos que situasse os angolanos, os portugueses e você próprio nas linhas seguintes.

Em cada linha, escreva a letra **A** no sítio que julga apropriado para os angolanos e escreva a letra **P** no sítio que julga apropriado para os portugueses.

baixo nível educacional	_____	alto nível educacional
baixo nível cultural	_____	alto nível cultural
baixo nível económico	_____	alto nível económico
baixo estatuto social	_____	alto estatuto social
pouco prestigioso	_____	muito prestigioso
pouco poder	_____	muito poder

Por razões estatísticas, por favor, responda às seguintes questões.

Sexo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

No caso de não ter nascido em Portugal, responda ainda a mais três questões.

Há quantos anos reside em Portugal? \_\_\_\_\_

Qual o motivo que o trouxe a Portugal? (faça uma cruz na opção que corresponde ao seu caso)

☐ Estudar

☐ Trabalhar

☐ Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_

Qual foi a sua situação quando chegou a Portugal? (faça uma cruz na opção que corresponde ao seu caso)

☐ Sozinho

☐ Com a família

☐ Com amigos

☐ Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

# **ANEXO 16**

## **Estudo 5: Materiais-estímulo**

<p>Fotografia (<i>negro</i>)</p> <p><b><i>Manuel, Angolano</i></b></p> <p>Caloroso Cheio de ritmo Desorganizado Supersticioso</p>	<p>Fotografia (<i>branco</i>)</p> <p><b><i>José, Português</i></b></p> <p>Criativo Ambicioso Fechado Saudosista</p>
<p>Fotografia (<i>negro</i>)</p> <p><b><i>Jorge, Angolano</i></b></p> <p>Comunicativo Amante do prazer Invejoso Impulsivo</p>	<p>Fotografia (<i>branco</i>)</p> <p><b><i>Paulo, Português</i></b></p> <p>Corajoso Aventureiro Frio Orgulhoso</p>
<p>Fotografia (<i>negro</i>)</p> <p><b><i>António, Angolano</i></b></p> <p>Divertido Musical Conflituoso Emotivo</p>	<p>Fotografia (<i>branco</i>)</p> <p><b><i>Pedro, Português</i></b></p> <p>Dinâmico Desportivo Egoísta Guloso</p>

<p>Fotografia (<i>negro</i>)</p> <p><b><i>João, Angolano</i></b></p> <p>Sociável Artístico Desconfiado Vaidoso</p>	<p>Fotografia (<i>branco</i>)</p> <p><b><i>Carlos, Português</i></b></p> <p>Honesto Tradicionalista Pessimista Reservado</p>
<p>Fotografia (<i>negro</i>)</p> <p><b><i>Manuel</i></b></p> <p>Caloroso Cheio de ritmo Desorganizado Supersticioso</p>	<p>Fotografia (<i>branco</i>)</p> <p><b><i>José</i></b></p> <p>Criativo Ambicioso Fechado Saudosista</p>
<p>Fotografia (<i>negro</i>)</p> <p><b><i>Jorge</i></b></p> <p>Comunicativo Amante do prazer Invejoso Impulsivo</p>	<p>Fotografia (<i>branco</i>)</p> <p><b><i>Paulo</i></b></p> <p>Corajoso Aventureiro Frio Orgulhoso</p>



Fotografia (*negro*)

***António***

Divertido

Musical

Conflituoso

Emotivo

Fotografia (*branco*)

***Pedro***

Dinâmico

Desportivo

Egoísta

Guloso

Fotografia (*negro*)

***João***

Sociável

Artístico

Desconfiado

Vaidoso

Fotografia (*branco*)

***Carlos***

Honesto

Tradicionalista

Pessimista

Reservado

# **ANEXO 17**

## **Estudo 5: Matrizes da recordação indiciada**

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Manuel Angolano	José Português	Jorge Angolano	Paulo Português	António Angolano	Pedro Português	João Angolano	Carlos Português
Criativo								
Honesto								
Guloso								
Caloroso								
Impulsivo								
Conflituoso								
Divertido								
Aventureiro								
Comunicativo								
Cheio de ritmo								
Saudosista								
Sociável								
Supersticioso								
Amante do prazer								
Emotivo								
Musical								
Corajoso								
Ambicioso								
Egoísta								
Orgulhoso								
Pessimista								
Vaidoso								
Frio								
Dinâmico								
Desportivo								
Desconfiado								
Tradicionalista								
Artístico								
Desorganizado								
Fechado								
Reservado								
Invejoso								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	Manuel	José	Jorge	Paulo	António	Pedro	João	Carlos
Criativo								
Honesto								
Guloso								
Caloroso								
Impulsivo								
Conflituoso								
Divertido								
Aventureiro								
Comunicativo								
Cheio de ritmo								
Saudosista								
Sociável								
Supersticioso								
Amante do prazer								
Emotivo								
Musical								
Corajoso								
Ambicioso								
Egoísta								
Orgulhoso								
Pessimista								
Vaidoso								
Frio								
Dinâmico								
Desportivo								
Desconfiado								
Tradicionalista								
Artístico								
Desorganizado								
Fechado								
Reservado								
Invejosos								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	José Português	Manuel Angolano	Paulo Português	Jorge Angolano	Pedro Português	António Angolano	Carlos Português	João Angolano
Caloroso								
Sociável								
Emotivo								
Criativo								
Orgulhoso								
Egoísta								
Dinâmico								
Amante do prazer								
Corajoso								
Ambicioso								
Supersticioso								
Honesto								
Saudosista								
Aventureiro								
Guloso								
Desportivo								
Comunicativo								
Cheio de ritmo								
Conflituoso								
Impulsivo								
Desconfiado								
Reservado								
Inveioso								
Divertido								
Musical								
Pessimista								
Artístico								
Tradicionalista								
Fechado								
Desorganizado								
Vaidoso								
Frio								

Agora a sua tarefa é recordar que pessoa era descrita por quais características.

Por favor, indique que pessoa era descrita por cada característica fazendo uma cruz na coluna apropriada para cada linha da matriz.

É importante preencher todas as características. Se não se lembrar que pessoa corresponde a cada característica tente adivinhar.

	José	Manuel	Paulo	Jorge	Pedro	António	Carlos	João
Caloroso								
Sociável								
Emotivo								
Criativo								
Orgulho so								
Egoísta								
Dinâmico								
Amante do prazer								
Corajoso								
Ambicioso								
Supersticioso								
Honesto								
Saudosista								
Aventureiro								
Guloso								
Desportivo								
Comunicativo								
Cheio de ritmo								
Conflituoso								
Impulsivo								
Desconfiado								
Reservado								
Invejoso								
Divertido								
Musical								
Pessimista								
Artístico								
Tradicionalista								
Fechado								
Desorganizado								
Vaidoso								
Frio								



# **ANEXO 18**

## **Estudo 5: Questionário**

Nota: Foram utilizadas duas versões deste questionário que diferiram unicamente na ordem de apresentação das questões relativas a cada grupo-alvo. Na Versão 1 os participantes começavam por responder às questões sobre os ‘angolanos’ e depois respondiam às mesmas questões em relação aos ‘portugueses’. A Versão 2 invertia esta ordem de apresentação. Por razões de economia de espaço apresentamos aqui apenas a Versão 1 do questionário.



Pedimos sua colaboração para responder a este inquérito.  
As suas respostas são anónimas e confidenciais.  
Interessa-nos a sua opinião sincera.  
Pedimos-lhe que responda a todas as questões na ordem  
estabelecida,  
isto é, não volte atrás para verificar as respostas anteriores.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Por favor, estime a percentagem (de 0% a 100%) de **angolanos** que possui cada uma das seguintes características.

	Percentagem
alegres	_____ %
trabalhadores	_____ %
preguiçosos	_____ %
individualistas	_____ %

Agora, para cada uma das características seguintes, a sua tarefa é estimar em média aonde se situam os angolanos nas linhas que se seguem. Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar **a média dos angolanos**.

nada alegres	_____	muito alegres
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Agora, para cada uma das características seguintes, indique aonde se situam os **angolanos mais extremos**. Isto é, indique, por exemplo, aonde se situa o mais alegre dos angolanos e aonde se situa o menos alegre dos angolanos. Assim, em cada linha deverá efectuar duas cruces, correspondentes à posição dos dois extremos.

nada alegres	_____	muito alegres
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Por favor, estime a percentagem (de 0% a 100%) de **portugueses** que possui cada uma das seguintes características.

	Percentagem
alegres	_____ %
trabalhadores	_____ %
preguiçosos	_____ %
individualistas	_____ %

Agora, para cada uma das características seguintes, a sua tarefa é estimar em média aonde se situam os portugueses nas linhas que se seguem. Para isso deverá marcar com uma cruz, em cada uma das linhas, a posição que lhe parece adequada para caracterizar **a média dos portugueses**.

nada alegres	_____	muito alegres
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Agora, para cada uma das características seguintes, indique aonde se situam os **portugueses mais extremos**. Isto é, indique, por exemplo, aonde se situa o mais alegre dos portugueses e aonde se situa o menos alegre dos portugueses. Assim, em cada linha deverá efectuar duas cruces, correspondentes à posição dos dois extremos.

nada alegres	_____	muito alegres
nada trabalhadores	_____	muito trabalhadores
nada preguiçosos	_____	muito preguiçosos
nada individualistas	_____	muito individualistas

Gostaríamos agora que avaliasse globalmente a variabilidade dos **angolanos**.  
Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
são todos semelhantes			são todos completamente diferentes			

Quando pensa nos **angolanos em geral**, você sente-me muito semelhante ou muito diferente deles?

Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
sinto-me muito semelhante			sinto-me muito diferente			

Gostaríamos de saber qual é o seu grau de familiaridade com os **angolanos**.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

O seu contacto com os angolanos é:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
muito distante			muito próximo			

Costuma convidar angolanos para sair:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca			sempre			

Costuma convidar angolanos para ir a sua casa:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca			sempre			

Por favor, escreva o número aproximado de angolanos cujo nome conhece: \_\_\_\_\_

Por favor, escreva o número aproximado de angolanos que são seus amigos íntimos: \_\_\_\_\_

Agora, assinale com uma cruz com que frequência sente as seguintes emoções em relação aos angolanos.

	<b>Muitas vezes</b>	<b>Algumas vezes</b>	<b>Raramente</b>	<b>Nunca</b>
Eu sinto admiração pelos angolanos:.....	1.....	2 .....	3 .....	4 .....
Eu sinto simpatia pelos angolanos: .....	1.....	2 .....	3 .....	4 .....

Gostaríamos agora que avaliasse globalmente a variabilidade dos **portugueses**.  
Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
são todos semelhantes			são todos completamente diferentes			

Quando pensa nos **angolanos em geral**, você sente-me muito semelhante ou muito diferente deles?

Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
sinto-me muito semelhante			sinto-me muito diferente			

Gostaríamos de saber qual é o seu grau de familiaridade com os **angolanos**.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

O seu contacto com os angolanos é:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
muito distante			muito próximo			

Costuma convidar angolanos para sair:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca			sempre			

Costuma convidar angolanos para ir a sua casa:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca			sempre			

Por favor, escreva o número aproximado de angolanos cujo nome conhece: \_\_\_\_\_

Por favor, escreva o número aproximado de angolanos que são seus amigos íntimos: \_\_\_\_\_

Agora, assinale com uma cruz com que frequência sente as seguintes emoções em relação aos angolanos.

	<b>Muitas vezes</b>	<b>Algumas vezes</b>	<b>Raramente</b>	<b>Nunca</b>
Eu sinto admiração pelos angolanos:.....	1.....	2 .....	3 .....	4 .....
Eu sinto simpatia pelos angolanos: .....	1.....	2 .....	3 .....	4 .....

Gostaríamos de saber a que grupo(s) pertence. Assinale a sua resposta com uma cruz no SIM ou no NÃO à frente da cada grupo.

GRUPO	SIM	NÃO
Eu pertenço ao grupo dos <b>angolanos</b>		
Eu pertenço ao grupo dos <b>portugueses</b>		
Eu pertenço ao grupo dos <b>africanos</b>		
Eu pertenço ao grupo dos <b>uropeus</b>		
Eu pertenço ao grupo dos <b>brancos</b>		
Eu pertenço ao grupo dos <b>negros</b>		

Agora, diga-nos em que medida a pertença a cada um desses grupos é importante para si. Marque com uma cruz o número que corresponde à sua opinião.

	não é importante	é apenas um pouco importante	é importante	é muito importante
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>angolanos</b> .....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>portugueses</b> ..	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>africanos</b> .....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>uropeus</b> .....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>negros</b> .....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>brancos</b> .....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....

Gostaríamos agora de saber em que medida se sente orgulhoso por pertencer a esses grupos. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião na seguinte escala.

	muito orgulhoso	orgulhoso	pouco orgulhoso	nada orgulhoso
Ser <b>português</b> faz-me sentir:.....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Ser <b>africano</b> faz-me sentir:.....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Ser <b>uropeu</b> faz-me sentir:.....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Ser <b>negro</b> faz-me sentir:.....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....
Ser <b>branco</b> faz-me sentir:.....	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4.....

Gostaríamos agora de saber em que medida se sente identificado com os seguintes grupos. Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	absolutamente nada	muito fortemente
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>angolanos</b> .....	1.....2.....3.....4.....5.....6.....7	
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>portugueses</b> .....	1.....2.....3.....4.....5.....6.....7	
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>africanos</b> .....	1.....2.....3.....4.....5.....6.....7	
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>uropeus</b> .....	1.....2.....3.....4.....5.....6.....7	
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>brancos</b> .....	1.....2.....3.....4.....5.....6.....7	
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>negros</b> .....	1.....2.....3.....4.....5.....6.....7	







897

Do conjunto dos seus amigos, existem muitas, poucas ou nenhuma pessoas como estas?

	Nenhuma	Poucas	Muitas
Pessoas de outra nacionalidade.....	1.....	2.....	3
Pessoas de outra raça.....	1.....	2.....	3
Pessoas de outra religião.....	1.....	2.....	3
Pessoas com outra cultura.....	1.....	2.....	3
Pessoas pertencentes a outra classe social.....	1.....	2.....	3

Há pessoas que se sentem incomodadas com as opiniões, costumes e modos de vida de pessoas diferentes.

Pessoalmente, com que frequência se sente incomodado com a presença de pessoas que têm costumes diferentes dos seus?

	Frequentemente	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Eu sinto-me incomodado.....	1.....	2.....	3.....	4

Agora, caracterize-se a **si próprio** em cada uma das seguintes características.

Em cada linha, marque com uma cruz o sítio que julga apropriado para si próprio.

nada alegre	_____	muito alegre
nada trabalhador	_____	muito trabalhador
nada preguiçoso	_____	muito preguiçoso
nada individualista	_____	muito individualista

Relativamente a cada um dos pontos abaixo indicados, e comparando com os portugueses, diga-nos se considera os **angolanos** muito diferentes, um pouco diferentes, um pouco semelhantes ou muito semelhantes.

	Muito semelhantes	Um pouco semelhantes	Um pouco diferentes	Muito diferentes
Valores e princípios morais.....	1.....	2.....	3.....	4
Religião – crenças e práticas religiosas...	1.....	2.....	3.....	4
Valores e comportamentos sexuais.....	1.....	2.....	3.....	4
Língua que falam.....	1.....	2.....	3.....	4

Considere a população residente em Portugal.

Por favor, indique qual é a percentagem de cada um dos seguintes grupos.

Portugueses	_____ %
Angolanos	_____ %
Brasileiros	_____ %
Caboverdianos	_____ %
Ciganos	_____ %
Guineenses	_____ %
Indianos	_____ %
Macaenses	_____ %
Moçambicanos	_____ %
Sãotomenses	_____ %
Timorenses	_____ %
Outros	_____ %
<b>TOTAL</b>	<b>100 %</b>

Pense um pouco nos **portugueses** e nos **angolanos** residentes em Portugal.

Gostaríamos que situasse os angolanos, os portugueses e você próprio nas linhas seguintes.

Em cada uma das linhas, escreva a letra **A** no sítio que julga apropriado para os angolanos.

Escreva a letra **P** no sítio que julga apropriado para os portugueses.

baixo nível educacional \_\_\_\_\_ alto nível educacional

baixo nível cultural \_\_\_\_\_ alto nível cultural

baixo nível económico \_\_\_\_\_ alto nível económico

baixo estatuto social \_\_\_\_\_ alto estatuto social

pouco prestígio \_\_\_\_\_ muito prestígio

pouco poder \_\_\_\_\_ muito poder

Por razões estatísticas, por favor, responda às seguintes questões.

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

No caso de não ter nascido em Portugal, responda ainda a mais três questões.

Há quantos anos reside em Portugal? \_\_\_\_\_

Qual o motivo que o trouxe a Portugal? (faça uma cruz na opção que corresponde ao seu caso)

- ☐ Estudar
- ☐ Trabalhar
- ☐ Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_

Qual foi a sua situação quando chegou a Portugal? (faça uma cruz na opção que corresponde ao seu caso)

- ☐ Sozinho
- ☐ Com a família
- ☐ Com amigos
- ☐ Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

# **ANEXO 19**

## **Estudo 6: Questionário**

Nota: Foram utilizadas seis versões deste questionário, cada uma correspondendo a um grupo-alvo:

- 1) angolanos;
- 2) cabo-verdianos;
- 3) guineenses;
- 4) moçambicanos;
- 5) são-tomenses;
- 6) imigrantes negros.

Por razões de economia de espaço apresentamos aqui apenas a Versão 6 do questionário.

Somos uma equipa de investigadores em Ciências Sociais.  
Estamos a proceder a um inquérito sobre grupos sociais em Portugal.  
Pedimos sua colaboração para responder a este inquérito.  
As suas respostas são anónimas e confidenciais.  
Interessa-nos a sua opinião sincera.  
Pedimos-lhe que responda a todas as questões na ordem estabelecida, isto é, não volte atrás para verificar as respostas anteriores.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Do conjunto dos seus amigos, existem muitas, poucas ou nenhuma pessoas como estas?

	Nenhuma	Poucas	Muitas
Pessoas de outra nacionalidade.....	1.....	2.....	3
Pessoas de outra raça.....	1.....	2.....	3
Pessoas de outra religião.....	1.....	2.....	3
Pessoas com outra cultura.....	1.....	2.....	3
Pessoas pertencentes a outra classe social.....	1.....	2.....	3

Há pessoas que se sentem incomodadas com as opiniões, costumes e modos de vida de pessoas diferentes.

Pessoalmente, com que frequência se sente incomodado com a presença de pessoas que têm costumes diferentes dos seus?

	Frequentemente	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Eu sinto-me incomodado.....	1.....	2.....	3.....	4

**Gostaríamos agora que pensasse especificamente nos imigrantes negros residentes em Portugal.**

Relativamente a cada um dos pontos abaixo indicados, e comparando com os portugueses, diga-nos se considera os imigrantes **negros** muito diferentes, um pouco diferentes, um pouco semelhantes ou muito semelhantes.

	muito semelhantes	um pouco semelhantes	um pouco diferentes	muito diferentes
Valores que ensinam aos filhos.....	1.....	2.....	3.....	4
Religião – crenças e práticas religiosas.....	1.....	2.....	3.....	4
Valores e comportamentos sexuais.....	1.....	2.....	3.....	4
Língua que falam.....	1.....	2.....	3.....	4
Honestidade.....	1.....	2.....	3.....	4

Gostaríamos agora que avaliasse globalmente a variabilidade dos **negros**.

Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

1	2	3	4	5	6	7
eles são todos semelhantes						eles são todos completamente diferentes

Quando pensa nos **negros em geral**, você sente-se muito semelhante ou muito diferente deles?  
Por favor, faça uma cruz no caso que corresponde à sua opinião.

1	2	3	4	5	6	7
sinto-me muito semelhante						sinto-me muito diferente

Gostaríamos de saber qual é o seu grau de familiaridade com os **negros**.  
Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

O seu contacto com os negros é:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
muito distante						muito próximo

Costuma convidar negros para sair:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca						sempre

Costuma convidar negros para ir a sua casa:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
nunca						sempre

Por favor, escreva o número aproximado de negros cujo nome conhece: \_\_\_\_\_

Por favor, escreva o número aproximado de negros que são seus amigos íntimos: \_\_\_\_\_

Agora, assinale com uma cruz com que frequência sente as seguintes emoções em relação aos negros.

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Eu sinto admiração pelos negros.....	1.....	2.....	3.....	4
Eu sinto simpatia pelos negros.....	1.....	2.....	3.....	4

As frases seguintes foram retiradas de estudos referentes aos imigrantes negros residentes em Portugal.

Para cada uma das frases, diga se concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente. (Faça uma cruz no quadrado que corresponde à sua opinião)

	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
a) Os imigrantes negros têm empregos que deveriam pertencer aos portugueses.				
b) A maioria dos imigrantes negros que recebem apoio da segurança social podiam muito bem passar sem ela se quisessem.				
c) Os portugueses e os imigrantes negros dificilmente conseguirão estar à vontade, ainda que sejam amigos chegados.				
d) A maior parte dos governantes do país preocupa-se demasiado com os imigrantes negros e não o suficiente com os portugueses.				
e) Os negros que vivem aqui não se deviam meter onde não são desejados.				
f) Outros grupos vieram para cá e ultrapassaram o preconceito (por exemplo, os brasileiros). Os negros deviam fazer o mesmo sem reclamar tratamento especial.				
g) O problema é que algumas pessoas não se esforçam o suficiente. Se os negros se esforçassem um pouco mais, teriam o mesmo sucesso que os portugueses.				
h) Os negros transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos que são necessários para ser bem sucedido na sociedade portuguesa.				
i) À partida excluiria a hipótese de ter relações sexuais com um(a) negro(a).				
j) Não gostaria que um(a) negro(a) fosse meu chefe mesmo se tivesse as competências adequadas.				
l) Não gostaria que um familiar meu casasse com um(a) negro(a) mesmo se fosse de meio social semelhante.				

Suponha que um(a) filho(a) seu casava com uma pessoa negra e os seus netos eram mulatos.

Acha que se sentiria nada incomodado, um pouco incomodado, incomodado ou muito incomodado? (Faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião)

muito incomodado    incomodado    um pouco incomodado    nada incomodado

Eu sentir-me-ia..... 1.....2.....3.....4



Gostaríamos de saber em que medida a pertença a cada um dos seguintes grupos é importante para si.

Por favor, marque com uma cruz o número que corresponde à sua opinião.

	não é importante	é apenas um pouco importante	é importante	é muito importante
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>portugueses</b>	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4
Para mim, pertencer ao grupo dos <b>brancos</b>	.....1.....	.....2.....	.....3.....	.....4

Gostaríamos agora de saber em que medida se sente orgulhoso por pertencer a esses grupos.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião na seguinte escala.

	muito orgulhoso	orgulhoso	pouco orgulhoso	nada orgulhoso
Ser <b>português</b> faz-me sentir.....	1.....	2.....	3.....	4
Ser <b>branco</b> faz-me sentir.....	1.....	2.....	3.....	4

Gostaríamos ainda de saber em que medida se sente identificado com os seguintes grupos.

Por favor, faça uma cruz no número que corresponde à sua opinião.

	absolutamente nada	muito fortemente
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>portugueses</b>	1..... 2..... 3..... 4..... 5..... 6..... 7	
Eu sinto-me identificado com o grupo dos <b>brancos</b>	1..... 2..... 3..... 4..... 5..... 6..... 7	

Por razões estatísticas, por favor, responda às seguintes questões.

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

# **ANEXO 20**

## **Estudo 6: Tabelas detalhadas**

**Tabela\_anexos 30 - Distribuição dos participantes em função do grupo-alvo e do local de recolha de dados**

Grupo-alvo	Local de recolha de dados						
	Braga	Porto	Lisboa	Bragança	Évora	Faro	Total
Angolanos	25	21	24	24	9	17	120
Cabo-verdianos	33	21	27	15	10	21	127
Guineenses	20	28	26	14	7	28	123
Moçambicanos	25	19	23	17	10	26	120
São-tomenses	25	19	18	12	4	24	102
Negros	18	27	23	11	28	19	126
Total	146	135	141	93	68	135	718

**Tabela\_anexos 31 - Distribuição dos participantes em função do local de recolha de dados e sexo dos participantes**

Local	Sexo dos participantes		
	Masculino	Feminino	Total
1 = Braga	73	73	146
2 = Porto	60	75	135
3 = Lisboa	62	79	141
4 = Bragança	24	69	93
5 = Évora	19	49	68
6 = Faro	51	84	135
Total	289	429	718

**Tabela\_anexos 32 - Distribuição dos participantes em função do grupo-alvo e sexo dos participantes**

Grupo-alvo	Sexo dos participantes		
	Masculino	Feminino	Total
1 = angolanos	38	82	120
2 = cabo-verdianos	60	67	127
3 = guineenses	45	78	123
4 = moçambicanos	51	69	120
5 = são-tomenses	43	59	102
6 = negros	52	74	126
Total	289	429	718

**Tabela\_anexos 33 - Percepção de variabilidade do exogrupo em função do grupo-alvo e do local da recolha de dados**

Grupo-alvo	Local de recolha de dados						
	Braga (N=146)	Porto (N=135)	Lisboa (N=141)	Bragança (N=93)	Évora (N=68)	Faro (N=135)	Total (N=718)
Angolanos	4.16 (1.14)	4.10 (1.14)	3.67 (1.40)	4.38 (1.41)	3.00 (1.32)	3.65 (0.86)	3.93 (1.27)
Cabo-verdianos	3.72 (1.28)	3.86 (1.11)	3.85 (1.29)	3.67 (1.35)	4.80 (0.92)	3.71 (1.01)	3.85 (1.21)
Guineenses	3.70 (1.17)	3.91 (0.85)	3.79 (1.18)	3.50 (0.85)	4.57 (1.13)	3.96 (1.17)	3.85 (1.08)
Moçambicanos	3.96 (1.06)	3.53 (0.77)	3.78 (1.31)	3.41 (1.94)	3.67 (1.00)	4.19 (1.23)	3.81 (1.11)
São-tomenses	3.36 (1.22)	4.00 (1.37)	3.71 (0.99)	4.18 (1.47)	4.00 (0.00)	3.90 (1.14)	3.80 (1.21)
Negros	3.71 (1.21)	4.24 (1.56)	3.70 (1.26)	4.36 (1.63)	3.76 (1.37)	4.63 (1.26)	4.03 (1.40)
Total	3.78 (1.19)	3.95 (1.18)	3.76 (1.24)	3.92 (1.32)	3.91 (1.28)	4.02 (1.15)	3.88 (1.22)

**Escala:** 1 = “eles são todos semelhantes”; 7 = “eles são todos completamente diferentes”

**Tabela\_anexos 34 - Percepção de variabilidade do exogrupo em função do sexo dos participantes e do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Angolanos	4.24 (1.34)	3.79 (1.21)	3.93 (1.27)
Cabo-verdianos	3.87 (1.37)	3.83 (1.05)	3.85 (1.21)
Guineenses	3.86 (1.11)	3.85 (1.07)	3.85 (1.08)
Moçambicanos	3.73 (1.17)	3.87 (1.06)	3.81 (1.11)
São-tomenses	3.74 (1.36)	3.86 (1.08)	3.80 (1.21)
Negros	3.86 (1.36)	4.15 (1.42)	4.03 (1.40)
Total	3.87 (1.29)	3.89 (1.17)	3.88 (1.22)

**Escala:** 1 = “eles são todos semelhantes”; 7 = “eles são todos completamente diferentes”

**Tabela\_anexos 35 - Percepção da semelhança com os membros do exogrupo em função do grupo-alvo e do local da recolha de dados**

Grupo-alvo	Local de recolha de dados						
	Braga (N=146)	Porto (N=135)	Lisboa (N=141)	Bragança (N=93)	Évora (N=68)	Faro (N=135)	Total (N=718)
Angolanos	3.76 (1.13)	4.00 (1.45)	4.54 (1.59)	3.71 (1.68)	3.56 (1.59)	4.00 (1.46)	3.97 (1.48)
Cabo-verdianos	3.79 (1.36)	3.57 (0.87)	4.67 (1.21)	3.87 (1.64)	4.30 (1.95)	4.14 (1.39)	4.05 (1.39)
Guineenses	3.90 (1.02)	3.78 (1.09)	4.35 (1.30)	3.50 (1.45)	3.71 (2.06)	3.75 (1.29)	3.87 (1.29)
Moçambicanos	3.96 (1.49)	4.00 (1.25)	4.52 (1.47)	3.88 (1.45)	3.22 (1.30)	3.92 (1.35)	4.00 (1.41)
São-tomenses	4.41 (1.37)	4.16 (1.21)	3.87 (1.13)	3.92 (0.90)	2.75 (0.96)	4.14 (1.68)	4.08 (1.33)
Negros	3.72 (1.81)	3.89 (1.80)	4.97 (1.49)	3.00 (1.84)	3.11 (1.45)	4.05 (1.39)	3.82 (1.70)
Total	3.92 (1.37)	3.89 (1.33)	4.51 (1.39)	3.68 (1.53)	3.40 (1.59)	3.98 (1.40)	3.96 (1.44)

**Escala:** 1 = “sinto-me muito semelhante”; 7 = “sinto-me muito diferente”

**Tabela\_anexos 36 - Percepção da semelhança com os membros do exogrupo em função do sexo dos participantes e do grupo-alvo**

Grupo-alvo	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Angolanos	4.39 (1.70)	3.77 (1.34)	3.97 (1.48)
Cabo-verdianos	4.13 (1.37)	3.97 (1.40)	4.05 (1.39)
Guineenses	4.09 (1.31)	3.74 (1.27)	3.87 (1.29)
Moçambicanos	4.20 (1.44)	3.85 (1.37)	4.00 (1.41)
São-tomenses	4.19 (1.47)	3.98 (1.21)	4.08 (1.33)
Negros	4.33 (1.71)	3.46 (1.61)	3.82 (1.70)
Total	4.22 (1.49)	3.78 (1.38)	3.96 (1.44)

**Escala:** 1 = “sinto-me muito semelhante”; 7 = “sinto-me muito diferente”

**Tabela\_anexos 37 - Médias das sub-escalas de racismo subtil e de racismo flagrante em função do local de recolha de dados**

Sub-escalas	Local de recolha de dados						
	Braga (N=146)	Porto (N=135)	Lisboa (N=141)	Bragança (N=93)	Évora (N=68)	Faro (N=135)	Total (N=718)
Emoções	1.92 (0.68)	1.92 (0.61)	2.18 (0.69)	1.98 (0.66)	1.88 (0.61)	1.93 (0.54)	1.98 (0.64)
Diferença	2.42 (0.59)	2.30 (0.58)	2.55 (0.66)	2.33 (0.59)	2.33 (0.62)	2.40 (0.65)	2.40 (0.62)
Tradição	2.76 (0.57)	2.74 (0.58)	2.65 (0.62)	2.76 (0.67)	2.72 (0.64)	2.66 (0.51)	2.71 (0.59)
Ameaça	3.19 (0.51)	3.37 (0.51)	3.19 (0.56)	3.15 (0.55)	3.19 (0.60)	3.13 (0.47)	3.21 (0.53)
Intimidade	3.64 (0.54)	3.73 (0.44)	3.48 (0.61)	3.64 (0.48)	3.61 (0.55)	3.38 (0.63)	3.57 (0.56)

*Emoções*: “Com que frequência sente as seguinte emoções (admiração; simpatia) em relação aos negros? (1 = “muitas vezes”; 4 = “nunca”).

*Diferença*: “Relativamente a cada um dos pontos abaixo indicados (valores; religião; sexualidade; e língua), e comparando com os portugueses, diga-nos se considera os imigrantes negros muito diferentes, um pouco diferentes, um pouco semelhantes ou muito semelhantes” 1= “muito semelhantes”; 2= “semelhantes”; 3= “um pouco diferentes”; 4 = “muito diferentes”).

*Tradição, Ameaça, e Intimidade*: grau de acordo relativamente a uma série de questões, sendo que quanto maior o grau de acordo maior o nível de ‘racismo’ (1 = “concordo totalmente”; 2 = “concordo parcialmente”; 3 = “discordo parcialmente”; 4 = “discordo totalmente”).



**Tabela\_anexos 38 - Médias das sub-escalas de racismo subtil e de racismo flagrante em função do sexo do participante**

Sub-escalas	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Emoções	2.08 (0.66)	1.91 (0.62)	1.98 (0.64)
Diferença	2.41 (0.63)	2.39 (0.61)	2.40 (0.62)
Tradição	2.63 (0.63)	2.77 (0.56)	2.71 (0.59)
Ameaça	3.22 (0.54)	3.20 (0.53)	3.21 (0.53)
Intimidade	3.58 (0.59)	3.57 (0.54)	3.57 (0.56)

*Emoções*: “Com que frequência sente as seguinte emoções (admiração; simpatia) em relação aos negros? (”1 = “muitas vezes”; 4 = “nunca”).

*Diferença*: “Relativamente a cada um dos pontos abaixo indicados (valores; religião; sexualidade; e língua), e comparando com os portugueses, diga-nos se considera os imigrantes negros muito diferentes, um pouco diferentes, um pouco semelhantes ou muito semelhantes” 1 = “muito semelhantes”; 2 = “semelhantes”; 3 = “um pouco diferentes”; 4 = “muito diferentes”).

*Tradição, Ameaça, e Intimidade*: grau de acordo relativamente a uma série de questões, sendo que quanto maior o grau de acordo maior o nível de ‘racismo’ (1 = “concordo totalmente”; 2= “concordo parcialmente”; 3= “discordo parcialmente”; 4= “discordo totalmente”).

**Tabela\_anexos 39 - Nível de familiaridade com o exogrupo em função do grupo-alvo e do local da recolha de dados**

Grupo-alvo	Local de recolha de dados						
	Braga (N=146)	Porto (N=135)	Lisboa (N=141)	Bragança (N=93)	Évora (N=68)	Faro (N=135)	Total (N=718)
Angolanos	2.23 (1.30)	2.67 (1.61)	2.00 (1.37)	2.78 (1.47)	2.11 (1.12)	3.25 (1.49)	2.51 (1.45)
Cabo-verdianos	1.77 (1.16)	1.81 (0.80)	2.99 (1.65)	2.24 (1.25)	2.33 (1.47)	2.95 (1.13)	2.33 (1.35)
Guineenses	1.75 (0.72)	1.65 (1.03)	2.26 (1.19)	1.64 (0.65)	1.81 (1.30)	2.89 (1.62)	2.09 (1.25)
Moçambicanos	2.20 (1.49)	1.77 (0.87)	2.48 (1.81)	2.55 (1.60)	1.70 (0.55)	2.83 (1.40)	2.33 (1.45)
São-tomenses	1.49 (1.01)	1.57 (1.85)	1.63 (0.88)	1.97 (1.53)	2.58 (1.73)	2.19 (1.49)	1.80 (1.21)
Negros	3.63 (1.93)	3.49 (1.81)	3.04 (1.24)	3.88 (1.87)	3.04 (1.49)	3.84 (1.46)	3.41 (1.62)
Total	2.09 (1.41)	2.22 (1.44)	2.44 (1.47)	2.51 (1.53)	2.46 (1.40)	2.95 (1.50)	2.43 (1.48)

Questões: a) “O seu contacto com os negros é...” (1 = “muito distante”; 7= “muito próximo”); b) “Costuma convidar negros para sair?” (1 = “nunca”; 7= “sempre”); c) “Costuma convidar negros para ir a sua casa?” (1 = “nunca”; 7 = “sempre”).

$$Familiaridade = (A + B + C)/3$$

**Tabela\_anexos 40 - Número de pessoas conhecidas pelo nome pertencentes ao exogrupo em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes**

Grupo-alvo	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Angolanos	9.68 (22.24)	5.50 (6.58)	6.83 (13.68)
Cabo-verdianos	4.15 (6.28)	2.21 (2.94)	3.13 (4.89)
Guineenses	4.51 (5.16)	2.25 (4.32)	3.10 (4.76)
Moçambicanos	2.75 (4.86)	3.46 (4.27)	3.16 (4.52)
São-tomenses	1.74 (3.58)	1.97 (4.39)	1.87 (4.05)
Negros	12.96 (17.42)	6.96 (6.67)	9.46 (12.63)
Total	5.91 (12.31)	3.84 (5.44)	4.68 (8.94)

**Tabela\_anexos 41 - Número de amigos íntimos do exogrupo em função do grupo-alvo e do sexo dos participantes**

Grupo-alvo	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Angolanos	0.97 (1.76)	0.95 (1.90)	0.96 (1.85)
Cabo-verdianos	0.83 (2.22)	1.08 (5.63)	0.96 (4.34)
Guineenses	0.71 (1.55)	0.29 (1.55)	0.45 (1.55)
Moçambicanos	0.61 (1.78)	0.51 (1.01)	0.55 (1.38)
São-tomenses	0.14 (0.57)	0.41 (1.78)	0.30 (1.41)
Negros	1.65 (3.50)	0.97 (2.09)	1.26 (2.77)
Total	0.84 (2.18)	0.71 (2.73)	0.76 (2.52)

**Tabela\_anexos 42 - Nível de amizades intergrupais em função do sexo dos participantes**

Amizades intergrupais	Sexo do participante		
	Masculino (N=289)	Feminino (N=429)	Total (N=718)
Pessoas de outra nacionalidade	2.01 (0.51)	1.91 (0.53)	1.95 (0.52)
Pessoas de outra raça	1.97 (0.53)	1.86 (0.54)	1.91 (0.54)
Pessoas de outra religião	1.98 (0.60)	1.90 (0.64)	1.93 (0.62)
Pessoas de outra cultura	2.05 (0.62)	1.96 (0.60)	1.99 (0.61)
Pessoas de outra classe social	2.44 (0.60)	2.35 (0.58)	2.39 (0.59)
Total	2.09 (0.37)	2.00 (0.36)	2.03 (0.37)

**Escala:** 1 = “nenhuma”; 2 = “poucas”; 3 = “muitas”.